

17° SIPC

SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON CIVILISING PROCESSES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

FIGURATIONAL, HISTORICAL, POLITICAL
SOCIAL AND EDUCATIONAL PROCESSES

16 OUT
A 19 UEL

ANAIIS

BOOK OF THE SYMPOSIUM

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO



Apóio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

Reitor

Prof. Dr. Sérgio Carlos de Carvalho

Vice-Reitor

Prof. Dr. Décio Sabbatini Barbosa

Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

S612a Simpósio Internacional Processos Civilizadores (17.: 2018 : Londrina, PR)

[Anais] do 17º Simpósio Internacional Processos Civilizadores [livro eletrônico] / organizadores: Tony Honorato, Célio Juvenal Costa. – Londrina: UEL, 2018.

1 Livro digital : il.

Tema central: Processos figuracionais históricos, políticos, sociais e educativos. Inclui textos em inglês e espanhol.

Inclui bibliografia.

Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/processoscivilizadores.htm>

ISSN 2176-2775

1. Elias, Norbert, 1897-1990 – Congressos. 2. Sociologia – Congressos. 3. História – Congressos. 4. Educação – Congressos. I. Honorato, Tony. II. Costa, Célio Juvenal. III. Universidade Estadual de Londrina. IV. Universidade Estadual de Londrina. Programa de Pós-Graduação em Educação. V. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Educação. VI. Universidade Estadual de Maringá. Laboratório de Estudos do Império Português. VII. Universidade Estadual de Londrina. Grupo de Pesquisa Processos Civilizadores. VIII. Título.

CDU 316



17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

COORDENAÇÃO GERAL

Dr. Tony Honorato (UEL)

Dr. Célio Juvenal Costa (UEM)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Dr. Ademir Gebara (UNICAMP/UFGD – Brasil)

Dr. André Saramago (ULP – Portugal)

Dr. Behrouz Alikhani (Universitat Muster – Alemanha)

Dra. Carina V. Kaplan (UBA/UNLP – Argentina)

Dr. Cas Wouters (Utrecht University. – Holanda)

Dr. Celio Juvenal Costa (UEM – Brasil)

Dra. Cynthia Greive Veiga (UFMG – Brasil)

Dra. Gina Zabludovsky Kuper (UNAM – México)

Dr. Lucas Krotsch (UNLa – Argentina)

Dr. Marcelo W. Proni (UNICAMP – Brasil)

Dra. Maria Beatriz Rocha Ferreira (UNICAMP – Brasil)

Dr. Jason Robert Allan Hughes (University of Leicester – UK)

Dr. José Luis Simões (UFPE – Brasil)

Dr. Reginaldo Célio Sobrinho (UFES – Brasil)

Dr. Ricardo Lucena (UFPB – Brasil)

Dr. Stephen Mennell (University College Dublin – Irlanda)

Dra. Tatiana S. Landini (UNIFESP – Brasil)

Dr. Vera Weiler (UNAL – Colômbia)

Dr. Wanderley Marchi Jr. (UFPR – Brasil)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Equipe de professores

Dr. Antonio Geraldo Magalhães Gomes Pires (UEL)

Ms. Andressa Peloi Bernabé (UEL)

Dr. David Antonio de Castro Neto (UNESPAR)

Dr. Edilson Fernandes de Souza (UFPE)

Dr. Edson Pantaleão Alves (UFES)

Dra. Evelyn Secco Faquin (UEL)

Dr. Gilmar Alves Montagnoli (UEM)

Dra. Líria Maria Bettiol Lanza (UEL)

Dra. Luciana de Araújo Nascimento Guaraldo (UEM)

Dra. Magda Carmelita Sarat Oliveira (UFGD)

Dr. Márcio José Pereira (UNESPAR)

Dra. Marlene Rosa Cainelli (UEL)

Dra. Sandra Regina Ferreira de Oliveira (UEL)

Dr. Sezinando Luiz Menezes (UEM)

Dra. Solange Rosolen Montanher (UEM)

Dr. Thiago Pelegrine (UEL)

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

Equipe de Estudantes Graduação e Pós-Graduação

Abenício de Jesus Salvador (UEL)
 Andreza da Silva Vieira (UEM)
 Arnaldo Martin Szlachta Junior (UEM)
 Bruna Ester Yamashita (UEL)
 Cíntia Mara Bogo Bortolossi (UEM)
 Daniele Cristina Frediani (UEL)
 Dayane Karoline Costa Patricio (UEL)
 Edson Barbosa da Silva (UEM)
 Fernanda Cristina de Souza (UEL)
 Fernanda Silva Camargo (UEL)
 Gabriel Renan Alberguine (UEL)
 Giovana Cardoso Versolato (UEM)
 Giovana Maria Carvalho Martins (UEL)
 Gislaine Aparecida Valadares de Godoy Dalcolle (UEM)
 Lavínia Carrilho Dos Santos Preza (UEL)
 Lucas Batista Hernandez (UEL)
 Maria do Carmo Gonçalves da Silva Lima (UEM)
 Matheus Chiconato Borges (UEL)
 Susana Aparecida da Silva (UEM)
 Sara Sâmela Peixoto De Souza (UEL)
 Thiago Cavalcante dos Santos (UEM)

INSTITUIÇÕES PROMOTORAS

Universidade Estadual de Londrina (UEL)
 Grupo de Pesquisa Processos Civilizadores (CNPq)
 Programa de Pós-Graduação em Educação (PPEDu-UEL)
 Universidade Estadual de Maringá (UEM)
 Laboratório de Estudos do Império Português (LEIP)
 Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE-UEM)



APOIOS





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

APRESENTAÇÃO

A presente publicação reúne trabalhos selecionados e apresentados no *17º Simpósio Internacional Processos Civilizadores (SIPC)*, sediado na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e promovido em nível interinstitucional pela UEL, representada pelo Grupo de Pesquisa Processos Civilizadores e Programa de Pós-Graduação em Educação (PPEdu), e pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), representada pelo Laboratório de Estudos do Império Português (LEIP) e Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE). O SIPC é um evento internacional acadêmico-científico de periodicidade bianual e itinerante. Em 2018, congregou pesquisadores doutores, estudantes de pós-graduação e de graduação de diferentes regiões do Brasil e de sete países (Alemanha, Argentina, Bolívia, Colômbia, Holanda, Irlanda, México) que apresentaram, discutiram e aprofundaram questões de investigação sobre e a partir das teorias de Norbert Elias e de seus interlocutores e críticos. Essa sóciodinâmica faz o SIPC seguir entre os principais eventos da área das Ciências Humanas e Sociais, pois trata-se de um lugar interdisciplinar envolvendo pesquisadores da área de História, Sociologia, Educação, Antropologia, Psicologia, Filosofia, Ciências Políticas, Letras, Serviço Social, Esporte. Nesta 17ª Edição, a temática central foi “*Figurações históricas, políticas, sociais e educativas*”, tema oportuno ao considerar os tempos vividos na sociedade brasileira e no processo de globalização que indicam crises dos costumes, das tradições, dos modelos econômicos, dos saberes e práticas educativas, das formas políticas. Isso implicou pensar, expor e debater os sentidos das diferentes figurações humanas, considerando as redes de interdependências, relações de poder, processos sociogenéticos e psicogenéticos, controle e autocontrole das emoções, processos escolarizadores, manifestações de violência, os ritos legais e informais, civilidades e incivilidades, inclusão e exclusão social e outros assuntos que também mereceram interpretações por parte dos simposistas e autores dos textos apresentados nesta Coletânea Anais. Assim o objetivo principal dos Anais do 17º SIPC é promover a divulgação do conhecimento e o intercâmbio de informação entre os pesquisadores de diferentes regiões do Brasil e de outros países, disseminando as pesquisas produzidas em diálogo com as teorias de Norbert Elias e interlocutores, particularmente, com os fundamentos da Sociologia Figuracional e da Teoria dos Processos Civilizadores.

Tony Honorato
Célio Juvenal Costa
Organizadores

REALIZAÇÃO



Universidade
Estadual de Londrina

GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





SUMÁRIO

Conferências

The cultural-scientific innovation: Norbert Elias’ resistance against the spirit of the times	01
Adrian Jitschin, Christoph Egen.....	

‘Diminishing contrasts’ or functional democratisation and informalisation or ‘increasing varieties’ as side effects of differentiation and integration processes	13
Cas Wouters.....	

Mesas

A conjuntura política brasileira: pressupostos para uma análise configuracional	23
Ademir Gebara	

‘Civilising the naked: the changes within the shame and embarrassment processes between past and present’	30
Barbara Górnicka	

The relationship between “individuals” and “society” from the perspective of figurational sociology	47
Behrouz Alikhani	

La construcción social de las emociones. Un enfoque relacional	62
Carina V. Kaplan.....	

Muerte joven en los márgenes. Lecturas desde la sociología figuracional de Norbert Elias	73
Dario H. Arevalos.....	

Campos em conflito: ditadura e propaganda no Brasil a partir da trajetória do publicitário Said Farhat	84
David A. Castro Netto, Natália Cristina de Oliveira	

Conhecimentos inteligentes para as funções empíricas do lar”: o papel civilizador da mulher na missão rural em Itaperuna (RJ), em 1950	93
Deane Monteiro Vieira Costa	

Jogos dos povos indígenas: redes de interdependências	104
Deoclecio Rocco Gruppi	

La maratón: una alternativa para las personas ante los problemas sociales	114
Diego Mauricio Barragán Díaz	

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS CIVILIZADORES

APOIO



LAI





Dendê, palma, licuri...sobre processos figuracionais da Baianidade Dina Maria Rosário dos Santos.....	126
Pensar los cuerpos desde el proceso de civilización. Aportes de la obra de Norbert Elias Ezequiel Szapu.....	139
Testimonios de violencia y trauma: una propuesta de análisis a partir de las tesis de Norbert Elias Gina Zabudovsky Kuper.....	150
O processo de civilização do jogo Gisele Franco L Santos, Carlos da Fonseca Brandão.....	161
As contribuições de Eric Dunning para o desenvolvimento da sociologia do esporte no Brasil e para a difusão da sociologia figuracional na América Latina Heloisa Helena Baldy dos Reis, Mariana Zuaneti Martins, Felipe Tavares Paes Lopes.....	172
Sociabilidade e formação no cinema baiano (1968-1978) Izabel de Fátima Cruz Melo.....	179
A educação e as configurações da infância Joao Paulo Pool, Valéria Milena Ferreira.....	186
La visión sorprendentemente moderna que circulaba en los currículos de formación de maestros en los años treinta en Colombia, ¿por qué se perdió? José Jaramillo.....	198
Una lectura de la coyuntura política Argentina desde los aportes teóricos de Norbert Elias Lucas Krotsch, Hernán Brienza.....	206
Figurações, processos sociais e alterações na balança de relações de poder: o sinuoso caminho percorrido pela educação e direitos humanos na contemporaneidade brasileira Luci Silva Ribeiro.....	216
Reforma da Universidade de Coimbra e a propagação da fé pelo império: a formação da nobreza letrada no século XVI em Portugal Luciana de Araújo Nascimento-Guaraldo, Célio Juvenal Costa.....	229
Controle do corpo e das emoções na proposta educacional de Ribeiro Sanches Luiz Francisco Albuquerque de Miranda.....	237
Se eu fosse eu - produção de sinais sertanidades Márcia Maria Gonçalves Oliveira.....	248



Vão-se os tempos, ficam os rituais: o processo civilizador e o lugar das mulheres na sociedade	
Márcia Regina dos Santos.....	259
Jogos dos povos indígenas e protagonismo étnico	
Maria Beatriz Rocha Ferreira.....	268
O PNUD/ONU, os gastos públicos e os gastos militares no mundo hoje: uma leitura a partir da obra <i>A Condição Humana</i> de Norbert Elias	
Maria José de Rezende.....	288
Bolivia hacia su bicentenario: tensión social, violencia y proceso (des)civilizador	
Mauricio Sánchez Patzy.....	299
Homens na pedagogia? discutindo relações de gênero e poder a partir de memoriais de infância - Dourados/MS	
Míria Izabel Campos.....	326
Diversidad y desigualdad en contextos educativos	
Paula Martínez Cano, Yolida Ramírez Osorio.....	337
Sociodinâmica centralização e descentralização na materialização de políticas de educação: uma abordagem sociológica figuracional	
Reginaldo Celio Sobrinho, Edson Pantaleão.....	350
Meio ambiente, civilização e interdependência	
Ricardo de F. Lucena.....	361
O manual de civildade de Sophie Christ e os códigos de sociabilidades	
Rita de Cássia Luiz da Rocha, Cesar Romero Amaral Vieira.....	370
Imagen del hombre e historización limitada	
Vera Weiler.....	380
Los procesos de tecnificación y los espacios escolares. Una mirada desde la sociología figuracional	
Virginia Saez.....	383
A sociologia configuracional de Norbert Elias e o futuro do esporte: possíveis leituras correlacionais	
Wanderley Marchi Júnior.....	389



Comunicações

Notas da teoria dos processos civilizadores: por uma história da educação em Angola
 Abenício de Jesus Salvador, Tony Honorato 404

A novíssima enciclopédia mundial de arte culinária, a fabricação do lar e o universo feminino burguês no Brasil da década de 1970
 Adelaide Araçai de Araujo Marques Dengo, Liliane da Costa Freitag..... 416

Docência e memórias de formação na fronteira: as interdependências na educação
 Adriana Horta de Faria..... 427

Processo civilizatório das emoções e o esporte educacional: dialogando Elias e Goleman
 Alessandra Weiss Ferraz de Oliveira, Marcio José Kerkoski, Gilmar Francisco Afonso..... 438

O processo civilizatório no contexto de ocupação do Iraque
 Alex Freire de Araujo..... 448

Surdez e educação superior brasileira: uma análise sustentada na perspectiva eliasiana
 Alexandre Bazilatto, Helen Malta Valladão..... 460

O lugar de sujeito e o indivíduo: primeiras aproximações
 Amanda Marques de Carvalho Gondim, José Luís Simões, Izabel Adriana Gomes de Sena..... 471

Responsabilidade social universitária, agendas sociais contemporâneas e a recondução comportamental consequente dessas demandas
 Ana Cláudia Vieira Silva..... 481

A aceleração do processo civilizador e a possibilidade de redução do recorte temporal de análise
 Ana Flávia Braun Vieira..... 492

Memórias da formação de professores/as leigos/as: poder e conflito na constituição da profissão
 Ana Paula Fernandes da Silva Piacentine, Magda Sarat..... 502

A violência como elemento civilizacional da fronteira Brasil-Paraguai
 André Soares Ferreira, Ademir Gebara..... 513

Indivíduo e sociedade na Vila de São Paulo no século XVI: algumas considerações
 Andreza da Silva Vieira, Gislaíne Aparecida Valadares de Godoy, Sezinando Luiz Menezes..... 524

REALIZAÇÃO



Universidade
Federal de Goiás

GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

Estado, civilidade e violência: reflexões sobre a sociologia do Estado em Norbert Elias e Pierre Bourdieu

Anna Kristyna Araújo da Silva Barbosa, Gabriel Maia de Oliveira..... 535

A representação dos ervais na literatura de fronteira de Hélio Serejo

Ariane Morales Moreti, Paulo Sérgio Nolasco dos Santos..... 544

O ensino de história através de uma perspectiva mais humana

Camila Quadros..... 554

Doces bárbaros e "baianidade": fenômenos reticulares na construção de representações da figuração "Bahia" na obra de Maria Bethânia, Gilberto Gil, Gal Costa e Caetano Veloso

Carlos Barros..... 565

O paradoxo da sensibilidade moderna: Norbert Elias, Estado e a moral punitiva

Carolina Batista de Souza..... 574

Dinâmicas de poder no âmbito local

Carolina Martin, Cesar Romero Amaral Vieira..... 585

Sociologia figuracional: os processos de inclusão no ensino superior

Caroline de Andrade Souza, Larissa Littig Francisco..... 595

Norbert Elias e a Universidade de Évora: breves considerações e relações

Cíntia Mara Bogo Bortolossi, Célio Juvenal Costa..... 604

Vimos para servir e civilizar”: os missionários católicos de Nicolet e os processos civilizacionais no litoral ocidental maranhense (1955-1965)

Claudeilson Pinheiro Pessoa, Wilker Pereira Luz..... 611

Desacato e algo mais: uma análise sobre a necessidade do tipo penal face ao processo civilizatório no Brasil

Cláudia Martins Mota de Carvalho, Manoel Santana Cardoso..... 624

‘A civilização dos pais’: dialogando com Elias sobre a relação entre adultos e crianças

Claudemir Dantes..... 633

Comportamentos, valores e deveres do homem civilizado brasileiro: um estudo a partir de livros didáticos de Educação Moral e Cívica (1969-1985)

Daniele Cristina Frediani, Fernanda Silva Camargo, Tony Honorato..... 646

A Teoria Configuracional de Norbert Elias como possibilidade de investigação com crianças

Danielle Yates de Almeida Schulchaski, Milena Liz de Oliveira, Patricia Celli da Silva Ribeiro..... 657

REALIZAÇÃO



Universidade
Federal do Rio de Janeiro

GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná





A educação sanitária escolar no Espírito Santo em meados da década de 1930: uma extensão das cadeias de dependência recíproca pela ameaça da doença Deane Monteiro Vieira Costa, Rafaelle Flaiman Lauff.....	667
A violência nas comemorações no futebol brasileiro da festividade à paixão perigosa Deyliane Aparecida de Almeida Pereira, Marizabel Kowalski, Pedro Milagres.....	677
Conhecimento nos sermões de Antônio Vieira na corte sob a luz de Norbert Elias Edson Barbosa da Silva.....	688
“Indivíduo e sociedade”: interdependência e poder entre adultos e crianças Eliana Maria Ferreira.....	700
Gestão educacional e o processo de construção de uma escola inclusiva: contribuições da sociologia figuracional de Norbert Elias Ellis Regina dos Santos Godoy, Adriana da Costa Barbosa, Cybele Barbosa Brahim.....	711
Chances de poder e agenciamento monopolizador formativo: inclusão de surdos no ensino superior (México e Brasil) Euluze Rodrigues da Costa Junior, Gildásio Macedo de Oliveira, Claudiana Raymundo dos Anjos.....	721
As figurações que compõem o festival de teatro da Amazônia: atividade mimética em cena Fabiene Moraes Araújo.....	731
O jornal <i>Dezenove de Dezembro</i> (1854-1890): registros sobre instrução pública no Paraná Fernanda Cristina de Souza, Tony Honorato.....	740
Histórias e memórias da alfabetização: infância e formação docente em Naviraí-MS Geiliane Aparecida Salles Teixeira.....	749
Afoxés de Pernambuco na década de 1980: aspectos figuracionais, habitus e a construção da autoimagem Gina Guimarães, Edílson Fernandes de Souza.....	759
Trajetória docente na Educação Infantil: civilidade e história da profissão Giseli Tavares de Souza Rodrigues, Luciene Cléa da Silva.....	769
A constituição do Estado na Europa por Norbert Elias Gislaine Aparecida Valadares de Godoy, Andreza da Silva Vieira, Célio Juvenal Costa.....	780



Análise de dissertações e teses do PPGE/UFES que utilizaram a teoria sociológica de Norbert Elias	
Helen Malta Valladão, Giselle Lemos Schmidel Kautsky.....	791
Ação colaborativa na Educação Especial: reflexões a partir dos conceitos de figuração e interdependência	
Isabel Matos Nunes, Márcia Alessandra de Souza Fernandes, Mariza Carvalho Nascimento Ziviani.....	802
Os “Outsiders” no ensino superior: contribuições eliasianas na análise do processo de inclusão de alunos com deficiência na Universidade Estadual do Maranhão	
Ivone das Dores de Jesus, Morgana de Fátima Agostini Martins.....	812
A história dos indivíduos, figuração familiar e táticas educativas	
Izabel Adriana Gomes de Sena, Edilson Fernandes de Souza, Amanda Marques de Carvalho Gondim.....	824
Recreio e suas particularidades: o tempo do lazer escolar	
Jéssica Taís de Oliveira Silva, Adriana Horta de Faria.....	834
Atuação da defensoria pública no intramuros do PRP-RS	
Jiulia Estela Heling.....	845
A expansão do ensino profissional no Brasil através de entidades do Sistema S no período de 1940 a 2015	
Johny Henrique Magalhães, Katia Rodrigues Montalvão Paias, Grazielle Regina Teodoro.....	855
Processos civilizacionais, Karl Mannheim e a Sociogênese do pensamento de Norbert Elias, aproximações	
José Carlos de Almeida Júnior, Vilde Gomes de Menezes.....	865
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: análise de processos sociais de egressos do ensino superior - Campus Cachoeiro de Itapemirim	
José Maria Justo, Silvani da Silva Wingler.....	873
O turismo como prática autossustentável para comunidades rurais amazônicas	
Josiani Nascimento da Silva, Tathiana de Alcantara Macedo Daou, Gláucio Campos Gomes de Matos.....	884
Caboclo: formação social, ethos e figurações	
Jozias Benfica da Silva, Gláucio Campos de Matos.....	895
Negócio da China: análise da implementação da educação em tempo integral no Espírito Santo a partir de Norbert Elias	
Júnio Hora, Ronan Salomão Gaspar.....	907



A construção do conceito de civilidade na educação profissional: um estudo de caso no SENAC Katia Rodrigues Montalvão Paias, Johny Henrique Magalhães Casado, Grazielle Regina Teodoro.....	918
Professoras de crianças: entre ocupação e a profissionalização de uma carreira docente Larissa Wayhs Trein Montiel.....	929
Processo civilizador e disciplinarização: poder tutelar como a nova guerra de conquista no século XX Luana Menezes Lira	940
Filmes de animação para crianças: linguagens, educação e civilidade Luana Tainah Alexandre Braz, Larissa Wayhs Trein Montiel.....	950
A complexificação do processo civilizador nos discursos da mídia esportiva no mixed Martial Arts - MMA feminino Luara Faria dos Santos, Ana Carla Dias Carvalho.....	962
Configurações sociais no engendramento e impulso aos festivais de coros do Rio Grande do Sul (1963-1978) Lúcia Helena Pereira Teixeira.....	976
A formação inicial em pedagogia: um olhar sobre o projeto pedagógico dos cursos e o atendimento especializado de criança com autismo Luciane Clementino Pereira Aguillar, Morgana de Fátima Agostini Martins.....	987
As professoras da infância na fronteira: da gênese da formação à civilidade das práticas Luciene Cléa da Silva.....	999
Cacófatos e ecos no primeiro Código Civil Brasileiro: o processo de higienização da língua e o processo civilizatório Luísa Haddad Labello.....	1010
Corpo e individualização: um olhar eliasiano junto a uma jovem com Síndrome de Down Manuela Patrício Menezes, Ruth Barbosa de Araújo Ribeiro.....	1021
Diferenças de poder, campos de dominação e civilidade: reflexões sobre a violência de gênero no Brasil Márcio José Pereira.....	1030
Formar corpos e mentes: manuais de civilidade como leituras escolares (Brasil 1920-1970) Maria Teresa Santos Cunha.....	1040



Processo civilizador: uma análise da educação ameríndia no período quinhentista brasileiro	
Maxciel Joaquim de Santana, Franciel dos Santos Rodrigues, Ruth Barbosa de Araújo Ribeiro.....	1051
Processos educacionais da mulher em conflito com a lei	
Mery Helen Buzatto Nogueira. Angela Maria Caulyt Santos da Silva.....	1061
Figurações dos proprietários de terras: redes de interdependências no médio Rio Doce	
Michelle Nunes de Moraes.....	1072
Do Hudson ao Amazonas, a todo vapor rumo à pororoca: uma interpretação eliasiana da Amazônia contida na obra viagem ao Brasil (1865-1866), de Elizabeth e Louis Agassiz	
Mikael Moises Pires Lindoso, Gláucio Campos Gomes de Matos.....	1079
A expansão dos direitos sociais e a educação na atualidade: contribuições da Teoria Figuracional de Norbet Elias	
Monica Isabel Carleti Cunha, Lucia Helena dos Santos, Roberta Cunha Corrêa.....	1091
EJA e Educação Especial na realidade brasileira e mexicana: dupla exclusão que tensiona a figuração que os professores fazem parte	
Nelma Suely Bragança, Gildásio Macedo de Oliveira, Roberto Carlos Macha.....	1103
A educadora Cecília Meireles, suas relações, equilíbrios de poder a partir das infâncias brasileiras (1930 a 1940)	
Nubea Rodrigues Xavier, Vivian Iwamoto.....	1113
Criança(s), infância(s) e produção de sentido, nas teias configuracionais	
Patricia Celli da Silva Ribeiro, João Paulo Pooli.....	1123
A importância do estudo do lazer segundo a obra “A Busca Pela Excitação” de Norbert Elias e Eric Dunning	
Pedro Henrique Miranda.....	1134
Educação, controle de pulsões e a formação corporal na iniciação esportiva	
Pedro Milagres, Marizabel Kowalski.....	1151
Processos sociais planejados ou não planejados? produção de sentidos sobre a inclusão de pessoas com deficiência no contexto universitário brasileiro	
Rayner Raulino e Silva, Cleberson de Deus Silva, Mario de Jesus Xavier.....	1161
Eles, “bêbados e desinteligentes”, e nós, a “boa sociedade”: as relações de conflito entre brasileiros e imigrantes na cidade de Ponta Grossa-PR (final do século XIX)	
Renata Sopelsa.....	1176



A omissão dos outsiders: elementos para pensar a ausência do negro na história do Brasil	
Ricardo de Figueiredo Lucena, Nilene Matos Trigueiro Marinho.....	1186
O cicloturismo de montanha como prática de lazer no Sul de Minas Gerais: pensando com Norbert Elias	
Roberto Marin Viestel.....	1196
Corpo com deficiência na escola comum de ensino: um olhar a partir da sociologia figuracional eliasiana	
Ruth Barbosa de Araújo Ribeiro, Ricardo Figueiredo de Lucena.....	1203
A utilização do pensamento eliasiano na área da educação: Uma análise a partir de teses e dissertações	
Salatiel da Rocha Gomes, Gláucio Campos Gomes de Matos.....	1213
O processo de a esportivização das artes marciais: o caso do Kung Fu	
Sérgio Sérvulo Ribeiro Barbosa, Gabriela Tito.....	1225
Airsoft e o processo de a esportivização dos jogos de guerra	
Sérgio Sérvulo Ribeiro Barbosa, Marco Celso Franco de Freitas.....	1240
A educação para pessoas com deficiências no contexto das políticas neoliberais: contribuições da teoria figuracional de Norbert Elias	
Sônia Aparecida Alvarenga Vieira, Monica Isabel Carleti Cunha, Lúcia Helena dos Santos.....	1256
“Sempre chegamos aonde nos esperam”: uma leitura sobre o distanciamento do envelhecimento em <i>As Intermitências da Morte</i>	
Steffany Romualdo Sousa Gomes, Márcia Maria de Medeiros.....	1268
A saia da princesa: vestuário e poder na sociedade de corte	
Susana Aparecida da Silva.....	1284
Corpo e civilização: um estudo eliasiano na obra “A Hora da Estrela”, de Clarice Lispector	
Tatiane Pereira Fernandes, Ruth Barbosa de Araújo Ribeiro.....	1293
Gênero e docência masculina na educação infantil: diálogos com Norbert Elias	
Timóteo Neres de Oliveira, Eliana Maria Ferreira, Shirley Ferreira Marinho Silva.....	1305
A infância no grupo escolar: civilidade e educação	
Vanessa Kusminski, Adriana Horta de Faria.....	1316



Processos civilizacionais e a sociogênese do novo conceito de felicidade / bem-estar subjetivo

Vilde Gomes de Menezes, José Carlos de Almeida Júnior..... 1327

Aspectos figuracionais e arqueológicos da Vila do Catimbau em Buique, Agreste de Pernambuco

Wilma Simone de Araújo, Edilson Fernandes de Souza..... 1337

Anexo

Programa/Schedule..... 1348

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
 PROCESSOS CIVILIZADORES



APOIO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

THE CULTURAL-SCIENTIFIC INNOVATION: NORBERT ELIAS' RESISTANCE AGAINST THE SPIRIT OF THE TIMES

Dr. Adrian Jitschin
Norbert Elias Foundation
Adrian.Jitschin@Gmx.de

Christoph Egen
University of Hanover
Christoph.Egen@gmx.de

Abstract: It is our firm conviction that to understand Elias' thinking in its core conditions, its roots have to be classified into a continental European intellectual tradition. In our paper, we examine the method of Norbert Elias and its origins in the early years of his student life. We exemplify the influence by two of the most important German philosophers - Karl Jaspers and Martin Heidegger. As we show in the paper, it is by no means the case that Elias was a disciple of either thinker, but received from them significant stimulus in the formative years of his academic socialisation.

"Since I've been, I have resisted all fashion trends, whether Sartre, Wittgenstein, Popper or Parsons and Levi-Strauss. I have never been able to compromise with the spirit of the times."

Norbert Elias to Gerd Wolandt, 21.02.1977

Introduction

Norbert Elias has never published a scholarly text about his sociological method. The method was 'there'; Elias used it, referred to the methodological flaws of other authors and thereby created a unique way of scientific approach. From a sociological point of view, this is an unsatisfactory state of affairs, because it does not explain the context of the method and prevents it from critically examining it. This article is intended to fill the void by explaining the intellectual milieu in which it emerged on two intellectual examples: Karl Jaspers and Martin Heidegger, two of Germany's leading philosophers of that time. Like a probe who dives down in depth, we will dive down on these two examples of leading intellectuals of Elias's student days and see (a) where he met them in person and (b) how they shaped ideas, which he connected into his very own intellectual theory.

1

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





Origins

The origins of the Eliasian method lie in the study period of Elias. Elias studied from 1915 to 1923 in Breslau (now Wrocław), interrupted by study visits in 1919 and 1920 in Heidelberg and Freiburg. Despite being written down in medicine, Elias devoted himself in his first years very much in Philosophy. Sociology was a new subject, and yet not taught at the University of Breslau at that time.

Engagement with Jaspers

Elias met Jaspers during his study stay in Heidelberg in the summer semester of 1919. Karl Jaspers was a German philosopher who was a professor there at the time Elias came to Heidelberg. The encounter was just as coincidental: Elias had decided to spend a semester in Heidelberg, Jaspers was a young professor of not yet widespread reputation, and so it happened that Elias sat in the seminar of Jaspers. We do not know if this was the first time that Elias encountered Max Weber's work, but it is very likely that he heard by Jaspers for the first time the name of Max Weber. Probably over the course of these months, the abstract word "sociology" turned for him to an idea about the University discipline sociology. Jaspers has known Weber personally since 1909 and can be considered one of his first supporters. Deeply impressed, he turned away from the discipline of medicine, which he had studied, in favour of philosophy to seek a deeper understanding of the connection between nature and man. He belonged to the circle of Max Weber in the 1910s and took over his important theory of the separation of fact research and value decision. (Safranski, 1994, p. 144f) In 1916 - such academic careers are no longer possible today - the medical doctor was appointed as Associate Professor of Philosophy. Therefore, Elias sat in courses of Jaspers and read whose new book on "The Psychology of Worldviews". (Korte, 1988, p. 74f) Following Max Weber, Jaspers called for a methodological separation between philosophy, which functions as a



"worldview in itself" and the science that "systematically accumulates knowledge according to rules" (Jaspers, 1919, p. 8). A discipline such as sociology must develop its own type of thinking to look at problems from their point of view and to recognise laws over time. A central prerequisite is self-reflection. The thinker should explain his point of view through "schemata of the self". In doing so, he should not give in to the temptation to evaluate himself, but rather "without interest, i.e. without the participation of any wishes" (Jaspers, 1919, p. 68) look at the world. In the eyes of Jaspers it constitutes the great achievement of occidental philosophy to "shape and govern oneself", not to develop an arbitrary individual reason, but in the process of "growing into a general, of becoming oneself" (Jaspers, 1919, p. 98). The scientist becomes a "compulsory man" because he has a mistrust of all inclinations that merely serve him individually" (Jaspers, 1919, p. 105). His task is to "disappear as an individual" (Jaspers, 1919, p. 383). The scientific approach should characterise the separation of a personal worldview from the "abstract universality", which is investigated. Thus, it should become the object of sociology to examine "the universal, the natural, the average, the ordinary, the common, the human" and distinguish this from the "characteristic, original, specific" (Jaspers, 1919, p. 381). Jaspers placed much hope in sociology, which he - unlike Max Weber - conceived of as a universal science and thus differentiated from the delimitation of an area of "social action". Sociology, as a science, was for him a form of "contemplative philosophy" that confines itself to seeking to be discerning (Jaspers, 1919, p. 3). This seminar was the very first contact Elias made with the concept of Sociology. Like himself, Jaspers had studied medicine and turned over the devotion to philosophy to the new discipline of sociology. The physicist Jaspers acted as a real role model for the compatibility of both subjects and could justify this theoretically. This confident appearance of the thinker must have been very inspiring for the young student, which Elias was at that time. He took over from Jaspers' thoughts the concept of a need for an independent sociological science, which should observe the world without wishful thinking. Nevertheless, as opposed to Jaspers, Elias rejected the idea that the new science should be subordinate to philosophy. For him, sociology formed a science of man in all its manifestations.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



The gathering with Jaspers was the first point in the academic life, where Elias came close to be a sociologist. When he returned to Breslau the idea of the new science was working in himself. He began writing a doctoral thesis in which he attacked Kant's claim of an objective standpoint. In the book, which was called "Idea and Individual" (*Idee und Individuum*), he examined the role of the historian and his claim to universality. The worldview psychology (*Weltanschauungspsychologie*) described by Jaspers applies here to the consideration of the past. As Jaspers writes about the role of the historian: "The historian presents the world-view in terms of content, in its temporal, cultural conditions, their factual and chronological context, its relationship to the personalities of the philosophers, their unique characteristics." (Jaspers, 1919, p. 9) Elias adopts this notion of depicting worldview and writes, "The historian knows what he means by 'an idea.' This word, which has passed through many minds throughout history, is so misleading that even a careful use in the consideration so far can say nothing else than that the history is based on a peculiar structure called 'idea'". (Elias, 1924, p. 31) Elias had understood the essence of Jasper's underlying idea and translated it into a language of Kantian philosophy. Where in Kant the 'idea' was changing, he felt the concept of worldview, reworked a philosophical question. In the end, he comes to a conclusion that corresponds to the approach of Jaspers: "There is no subject of historical research that does not require the historian to reflect upon the principle of his process, and therefore it becomes impossible to distinguish between historical science and the philosophy of history." (Elias, 1924, p. 61f) Although neither the word "psychology" nor the word "sociology" appears here, Elias's doctoral thesis sought to introduce the world-pragmatism raised by Jaspers.

This violation of the rules of an abstract science remained not without criticism of the auditors of his doctoral thesis, Hönigswald and Baumgartner. It was rejected in its first draft and only accepted after the exemption of the philosophical critical and explicitly sociological pages. The not very good grading of his work and the criticism of the examiners was a setback for Elias. He was made aware that there was no room for this kind of research in Breslau. Elias dropped out of the University and began working in the



industry. Only after nearly three years, he found the courage to proceed with his academic career and went with empty hands to Heidelberg. It is indicative that Jaspers was his first addressee, who he asked for acceptance as a habilitant. However, Jaspers let him down. After some long talks, Jaspers rejected Elias. Finally, Elias reached that Alfred Weber, the brother of Max Weber, accepted him as a habilitation candidate. Thus, a path to the new science of sociology seemed to him to be successful.

Confrontation with Heidegger

In this period of academic qualification, Elias had the opportunity to attend the Davos University Days in Switzerland in 1929. He seized the opportunity and met again a scientist, whom he met before only briefly during his stay in Freiburg: Martin Heidegger. Both men, Elias and Heidegger, had made a considerable career over the course of the nine years since then. Elias had finished his doctoral degree and was about to become habilitated, Heidegger, who had been at the time in Freiburg only assistant of Husserl had become a full professor. His 1927 book “Being and Time” had made him a famous man.

Elias saw a Heidegger in peak form in Davos. He experienced how Heidegger explained his concept in an argument with one of the leading scientists of the time. The Davos Disputation is famous in the history of philosophy dialogue, as two different ideas of philosophy were clashing in a confrontation. The task was to explain the formally Kantian question "What is the man?". On the subject and as well the run-up it became apparent that not only the representatives of two generations but also two philosophical worldviews would meet. The opponent of Heidegger was Ernst Cassirer, a philosopher, whom Elias had much admired in his doctoral thesis (see Elias, 1924, esp. p. 37ff.). Now in Davos, Elias witnessed how these two different philosophical views clashed. Cassirer was in the role of the defender of the classical philosophical school; Heidegger had the part of the challenger.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





Heidegger opened the disputation with a lecture on Kant, in which he attacked Kant's critique of pure reason, which in his opinion was "absolutely no epistemology" (Heidegger, 2010, p. 271). Cassirer responded to this on March 19 in a lecture on "Space Problem, Speech Problem, and Death Problem," in which he attacked Heidegger's "Being and Time." Elias experienced in the debate how the philosopher, admired by him in youth days, was confronted with Heidegger's unorthodox arguments and had to justify himself. The finale was a direct duel between the two discussants in the Davos Grand Hotel Belvédère on 26 March. On one side of the stage stood the young challenger Heidegger. Across from him sat Ernst Cassirer. In the middle as a referee the Dutch philosopher Hendrik Pos. Among the two hundred or so listeners was Elias. Heidegger commenced the debate with a presentation of his philosophy. An important thought is the "demarcation of *Daseinsanalytik* against anthropology, psychology and biology". By this, he meant the boundary of what a person: "A person is no thing, no substance, no object" (Heidegger, 2006, p. 47). A person acts as a "performer of intentional acts" and thus as something "beyond himself". Thus, every science, whether biology or psychology, embodies an "order of possible apprehension" that is already "there" when "empirical material is only collected" (Heidegger, 2006, p. 49f). Human existence is always involved in a "natural world concept". From the most primitive peoples to the higher forms one always has to start from an "order of world-pictures". In this respect, anthropology and anthropology of culture are superfluous, as they already presuppose in their investigation of the phenomena "a sufficient analysis of existence as a guide". Heidegger fundamentally criticised every form of social science, especially those that wanted to gain empirical material. Every gain of information happens through prejudice - hence, for a deeper understanding of human nature, there is no point in exploring exotic realms rather than looking for them in the immediate vicinity. People are "in the world". Every person finds himself in an "existential spatiality" (Heidegger, 2006, p. 56), which has its roots in the "to do with the world" (Heidegger, 2006, p. 61).

It would have to determine the structure of its being anew and to stop its practical behaviour. For so to do, the person would always have to use things that would give

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





"stuff" that would serve a purpose: "pen, ink, paper, pad, table, lamp" (Heidegger, 2006, p. 68). This stuff fulfils the purpose of the "accessibility" of the person to the world, its world opening and its world relation. The appropriated stuff is only a part of the world that constitutes the "phenomenological structure of being-in-itself" (Heidegger, 2006, p. 75). A science about man must always "carry out a concrete analysis of the structures, in the context in which the questions put in question" (Heidegger, 2006, p. 76).

Cassirer responded to Heidegger's theses in such a way that he wanted to illustrate, based on three problem areas, why Heidegger's philosophy was inadequate. These would be the problem of space, the language problem and the problem of death. The issue of space has to be embraced by the fact that for "Heidegger there is no fixed vessel, no existent thing in which the people and things are". In Heidegger's case, space is merely a pure "form of intuition" (Cassirer, 2014, p. 14). This concept would be wrong in his mind. Space exists even without attribution by humans; he has "also in the animal world its exact analogy. [...] Each species lives in its space, which cannot simply transfer into the space of another" (Cassirer, 2014, p. 17). All kinds of life would exist in a "functional circle" and even if "there were only earthworm things in the earthworm world", the world would be there. Heidegger's phenomenology goes too far because it sees the "dividing wall" between the perception of man and his environment as a walled-in "house" that "keeps the whole alien world from him" (Cassirer, 2014, p. 19). Therefore, it behaves from the constructed by Heidegger term "stuff" for objects that man created. Every sight of things would be an abstraction of things. An example from the study of aphasia is the handling of cutlery: "Knife and fork are used properly at the hour of the meal, but outside of this the sick man knows nothing to do with them. Anyone who has the Knife's name owns it not just as a brand, but as a moment of identification function." (Cassirer, 2014, p. 35) So language would be by no means merely apostasy and fallacy, but "forming organ of thought" (Cassirer, 2014, p. 37). The depiction is not just the reproduction, but also a giving process. When people name things, they get "a clear outline of objectivity" (Cassirer, 2014, p. 40). Therefore, Heidegger could not equate his term "stuff" with objectivity in the world but must accept that this is first a linguistic process. Cassirer



responded here to Heidegger's existential fear as the basic motive of all philosophising and its conception of the task of philosophy to scare people out of the comfort of culture and to confront it radically with the burden of existence, the "having become" of existence and this existential fear.

Elias experienced in Davos a methodological advancement of the human sciences - toward a mutual understanding of the human personality beyond disciplinary boundaries such as biology, anthropology and psychology. Both philosophers had agreed that the Kantian paradigm of pure formal logic from inside man should be overcome. Elias had listened with considerable attention. He took two fundamental thoughts from the debate: First, the field on which their blades crossed was that of the real world, from Heidegger's perspective the "stuff", from Cassirer's point of view the "symbolic form". The philosophers had both urged that this problem should become solved from their respective perspective of their philosophical world-view. For Elias, on the other hand, it was a sociological problem to which he had devoted himself - completely unnoticed - in his past years. Now, in Davos, he had received the confirmation that he had set correctly with his criticisms of Kant already expressed in the doctoral thesis. He had consistently pursued the treatment of the problem of the world-orientation of man. Second, both philosophers agreed on the unity of the person. Both overcame in their philosophy any artificial separation in the human personality that until then was also characteristic of sociology. Thus the concept of Max Weber's categories in his basic sociological terms distinguishing between human behaviour, action, meaningful action, and finally social action (see Weber, 1922, p. 4). The whole sociological theory until then had distinguished between the role of the individual and the society as a formal institution. Now here in Davos Elias heard from Heidegger, that this delimitation and the formation of categories would be scientifically artificial. The real world would be unity (cf Cassirer, 1929, p. 77 and 81). This statement stressed a vital thought, a thought that should continue to shape the sociological theory of Elias. We think that even if it is only one thought, Heidegger has had a significant influence on Elias at this one point and supported his theorising.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





Forming an independent sociological theory

After returning from Davos, Elias was still a habilitation candidate of Alfred Weber. However, it turned out that he had deviated significantly from the paradigm of sociology after Max Weber. Reinhard Blomert has discovered a protocol in the archive of the University of Heidelberg that only a few months after the visit of Elias in Davos documented an explicit confrontation with Weber. Despite the fact that we cannot say with certainty about the exact wording, this protocol is an important source to understand the development of Elias' thinking – and his emancipation as an independent sociological theorist – at this stage of his life.

The confrontation took place at a colloquium meeting on December 16, 1929. According to the minutes of the meeting (which were written by an anonymous student), the starting point for the debate was a presentation by the student Boris Goldenberg on Thomas Müntzer. Müntzer was a leader of a medieval peasant uprising. Goldenberg presented the events of 1525 as a transition "from religious thought to a social demand" - this was the essence of his student presentation. In the following debate, Alfred Weber wanted to know from the student whether he had a materialistic explanation for the failure of this peasant uprising. This demand seemed to be a very normal question in a sociological colloquium of that time. The answer remained within the expectable frame of a student. Goldenberg said that religion would be a "sphere of consciousness" for the formation of shared social and materialistic interests.

To the general surprise, the otherwise rather quiet Elias piped up. He sharply attacked the student's answer. In his eyes, the religious should be considered "constitutive." One could not simply artificially separate "being and consciousness." These consisted parts of the same existence. People could not become scientifically divided into individual spheres. (see Blomert, 2003, p. 246f.) Here we see clearly in the choice of words a thinking that has approached to Heidegger. It seems that Elias has thought through his concept of being and time and drawn the appropriate conclusions for sociology. Elias saw religion as a social reality sui generis, as a separate social fact. That



was an important difference from the popular materialistic conception of society. For, according to this, all social things underlay a material foundation on which human consciousness creates a sphere of culture. Elias insisted that there was a human "substance", which was not scientifically explainable, but that constituted the core of every human being. The centre of an individual human being could not become conceptually dissected from its material foundation right at the beginning of sociological thinking. Materialism does not form the core of human substance, but it would be something approaching human nature at a later instance.

We see here a very early break between two approaches to sociology, which could not be allayed in the following debate. Alfred Weber tried to establish common ground by pointing out that the separation was "only mental" and of course, Elias could believe in a common "historical structure". Marianne Weber (the widow of his brother Max) joined her brother-in-law in arguments with Elias by appeasing him: she pointed out that of course, one knew that the history formed an entire structure, but for the analysis, one had to divide this structure into its parts.

At this moment, the floor was ready for compromise. Elias - who confessed self-critically many years later "in my youth I had not yet mastered the art of silence" - insisted on the correctness of his criticism. As he continued: Who if not the sociologist, should orient himself analytically from the substantial unity of things? Questions should always have "one substance," a core of truthfulness. The experience shows that the "previous categories of sciences are not applicable" to sociological problems. He was ultimately splitting with Weberian sociology in this debate. In the following spring, Elias took a job offer at the University of Frankfurt and left Heidelberg. He broke off all contact with Alfred and Marianne Weber, who had previously been so important to him, and turned to another kind of sociology. Many years later, Elias explained his refusal of Weberian sociology as a whole. To him, Max Weber's theory seemed to be "completely unsatisfactory". Weber "wrote a completely correct and central statement about the state, namely that the state becomes connected with a central monopoly of physical violence. But that he did not develop a theory of the state from it, but a theory of domination, a

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná





clear typology, is connected with a need to set up a counter-ideology of Marx.” In this sense, Weber seemed to him being “a child of a liberal-conservative ideology”. Therefore, his theory would have been "a completely failed theory, completely without understanding for long-term social processes" (Elias, 1989, p. 372).

Conclusion

In this paper, we have examined Elias' relationship with two important German philosophers. Both thinkers have not been at the centre of the history of science of Eliasian sociology. In the present study, we were able to show by hermeneutic and historical methods in which form they exerted nevertheless strong influence on Elias and his *modus operandi* as a sociologist. Elias was not in the relationship as an academic disciple to any of the two men - it is questionable whether the personality of Elias allowed such a social role - at any rate, both of them had significant influences that helped Elias to emancipate himself in other academic relationships. As all of us, Elias was part of academic networks and dependencies. He was part of a society and as such a social being, he was shaped by society. However, and this is shown by the two examples, he was able to emancipate himself, resisted against too large usurpation and used ideas of one intellectual to turn them against an other thinker. His strength was the synthesis, with which he was able to create a new sociological interpretation from various good ideas. Elias was influenced neither by Jaspers to become a Weberianer, nor by Heidegger to become a phenomenologist. Instead, he took advantage of the impulses emanating from these thought-leaders to obtain in his own development a more accurate picture of the method by which a science of society must proceed. He set these critical impulses as a yardstick for the questions to be asked and accepted no compromise - even the great Alfred Weber could not persuade him to compromise into a Weberian sociological theory construction. After Elias had been convinced by the presentation of Heidegger that a substantial unity of things exists, he did not tolerate a sociological theory that fell behind the won reason. It was this uncompromising approach that became representative for the

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
 PESQUISA
 PROCESSOS
 CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
 ARAUCÁRIA
 Apoio ao Desenvolvimento Científico
 e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
 GOVERNO DO ESTADO



LAI





sociological thinker Elias and that formed character suitability, which he needed to produce with the Civilising Process, a book that established him as an independent, substantial sociological theorist.

Literature

BLOMERT, R. *Intellektuelle im Aufbruch*. München, Hanser-Verlag, 2003.

CASSIRER, E. *Philosophie der symbolischen Formen*. 3. *Phänomenologie der Erkenntnis*. Berlin, Bruno Cassirer-Verlag, 1929.

CASSIRER, E. *Davoser Vorträge, Vorträge über Hermann Cohen : mit einem Anhang: Briefe Hermann und Martha Cohens an Ernst und Toni Cassirer 1901 – 1929*. Hamburg, Meiner-Verlag, 2014.

ELIAS, N.: *Idee und Individuum. Ein Beitrag zur Philosophie der Geschichte*. Univ. Diss. Breslau, 1924. In: ELIAS, N. *Frühschriften*. Frankfurt am Main, Suhrkamp-Verlag, 2002, p. 29-72.

ELIAS, N. „Vielleicht habe ich etwas von dem gesagt, was eine Zukunft hat.“ Gespräch mit Wolfgang Engler, 1989. In: ELIAS, N. *Autobiographisches und Interviews*. Frankfurt am Main, Suhrkamp-Verlag, 2005, p. 367-388.

HEIDEGGER, M. *Sein und Zeit*. Halle an der Saale, Max Niemeyer-Verlag, 2006. Originally published in 1927.

HEIDEGGER, M. *Kant und das Problem der Metaphysik*. Published by Friedrich-Wilhelm v. Herrmann. *Martin Heidegger Gesamtausgabe* 3. 2. Edition, Frankfurt am Main, Vittorio Klostermann-Verlag, 2010. Originally published in 1929.

JASPERS, K. *Psychologie der Weltanschauungen*. Berlin, Julius Springer-Verlag, 1919.

KORTE, H. *Über Norbert Elias. Das Werden eines Menschenwissenschaftlers*. Frankfurt am Main, Suhrkamp-Verlag, 1988.

SAFRANSKI, R. *Ein Meister aus Deutschland. Heidegger und seine Zeit*. München, Hanser-Verlag, 1994.

WEBER, M. *Wirtschaft und Gesellschaft. Erster Band*. Tübingen, Mohr-Verlag, 1922.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





‘DIMINISHING CONTRASTS’ OR FUNCTIONAL DEMOCRATISATION AND INFORMALISATION OR ‘INCREASING VARIETIES’ AS SIDE EFFECTS OF DIFFERENTIATION AND INTEGRATION PROCESSES

Cas Wouters¹

The concept of informalisation was developed as a more adequate rival concept to ‘permissiveness’. Whereas both in fact refer to the same social changes of the 1960s and 1970s, ‘permissiveness’ only emphasises the ‘relaxation’ in the standards of behaviour. The concept of informalisation acknowledges the increase of options and varieties but does not interpret this increase as a ‘relaxation’ on the self-steering capacity of individuals, on the contrary, living up to the demands of the relaxed standards of behaviour is not easier, it is more difficult. It involves a rise of demands on self-steering capacity, not a decline.

Norbert Elias’ theory of civilising processes gave rise to the question ‘Has the civilising process changed direction?’ Lively debates formed the cradle of a theory of informalisation, founded on the insight that more lenient and varied codes of manners implied rising demands on steering capacities, the latter being a continuation of civilising processes, the former a change of its direction. Accordingly, two phases were discerned: first a long-term formalising phase in which steering codes expanded, gained rigidity and became more demanding, subjecting more and more aspects of behaviour to increasingly strict and detailed social regulations such as traditions, customs, habits, manners and laws. Then, in the second half of the nineteenth century, as social codes lost rigidity and gained plasticity, changing rather fixed socially learned codes in the direction of flexible guidelines, formalisation lost its dominance to informalisation: an ongoing process of social codes changing towards greater leniency and variety, again raising demands on self-steering amid expanding possibilities and options to adjust

¹ This paper is an extension of my ‘Functional democratisation and disintegration as side-effects of differentiation and integration processes’ (2016) and in preparation of Wouters and Dunning (forthcoming 2019). *Human Figurations* 5: 2 (2016) <http://hdl.handle.net/2027/spo.11217607.0005.208>



more flexibly to changing conditions of life, while simultaneously compelling psychic processes to be more versatile and more strongly dominated by consciousness.

Norbert Elias also coined the concept of functional democratisation (1970). The processes of informalisation and functional democratisation are connected to each other in a way that has not been formulated before. This connection throws new light on the wider framework of the theory of civilising and informalising processes, as well as on the processes themselves. Functional democratisation and informalisation relate to each other as ‘diminishing contrasts’ and ‘increasing varieties’, two key concepts in Norbert Elias’s synopsis of his theory of civilising processes. Each of these four concepts – informalisation, functional democratisation, diminishing contrasts and increasing varieties – refer to processes that have been described as side effects of differentiation and integration processes. The title of this paper is an indication of these connections.

In presenting the concept of ‘functional democratisation’, Elias closely connects it to long-term processes of social differentiation and integration of social functions in which all groups and individuals have become increasingly interdependent, with the consequence of a reduction in power potentials between groups and a ‘diminishing of contrasts’ in conduct. The latter is a specific process of social equalisation via ‘civilisation’, through the ‘regularity of functional differentiation’ within the West, as well as in the colonisation of land outside of it:

[W]hat is taking place before our eyes, what we generally call the ‘spread of civilisation’ in the narrower sense – that is, the spread of our institutions and standards of conduct beyond the West – constitutes, as we have said, the last wave so far within a movement that first took place over several centuries within the West, and whose trend and characteristic patterns, including science, technology, and other manifestations of a specific type of self-restraint, established themselves here long before the concept of ‘civilisation’ existed. From Western society – as a kind of upper class – Western ‘civilised’ patterns of conduct are today spreading over wide areas outside the West, whether through the settlement of Occidentals or through the assimilation of the upper strata of other nations, just as the models of conduct earlier spread within the West itself from this or that upper stratum, from certain courtly or commercial centres.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS CIVILIZADORES

APOIO





I will interrupt this lengthy quotation to direct attention to Elias' reference to 'courtly and commercial centres', because of recent changes in the balance of power between these centres. They are a continuation of the processes in which warlords and then courtiers became increasingly dependent upon people in the world of finance, industry and commerce. During the era of colonisation, the expansion of 'functional differentiation' in the West to areas outside of it proceeded from both centres, but in comparison to commercial ones, the powers emanating from western political centres clearly remained dominant until the era of decolonisation. Without a powerful army and navy, the competition for land to colonise could not be successful, and the manufacture and transportation of colonial products also needed to be protected by guns and gunboats. Near the end of the process of decolonisation and early into the postcolonial era, the balance of power between the political and the commercial centres shifted in favour of the latter, particularly in areas where decolonisation combined considerably with pacification, and especially since the end of the 1970s when a deregulation of capital markets coincided with the transportation of whole industries from the West to cheap-labour countries such as India and China. The dominance of the competition for land shifted to a competition for money, and the dominance of the powers of 'land lords' (aristocrats) shifted to the powers of 'money lords' or 'moneycrats', while the interdependence of both 'lords' became interwoven. This paper is an attempt to provide an explanatory sketch of this interweaving as well as the shifting dominance in the balance of power since the 1980s.

Now back to the quotation. Elias continues by hammering out the point he is building up to, that functional differentiation, functional democratisation and 'the spread of our institutions and standards of conduct beyond the West' cannot be understood through reductionism:

It is not 'technology' which is *the* cause of this change of behaviour, what we call 'technology' is only *one* of its symbols, one of the last manifestations of that constant foresight imposed by the formation of longer and longer chains of actions and the competition between those bound together by them. Civilised forms of conduct spread to these other areas because, and to the

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





extent that, through their incorporation into the tangle of interdependences whose centre the West still constitutes, the structure of their societies and of human relationships in general is likewise changing within them. Technology, education – all are facets of the same overall development. In the areas into which the West has expanded, the social functions with which the individual must comply are increasingly changing in such a way as to induce the same constant foresight and affect-control as in the West itself. Here, too, the transformation of the whole social existence is the basic condition of the civilisation of conduct. For this reason we find in the relation of the West to other parts of the world the beginnings of the reduction in contrasts which is peculiar to every major wave of the civilising movement (Elias 2012a [1939]: 424).

The whole section from which this is quoted – Section 3: ‘Diminishing Contrasts, Increasing Varieties’ in ‘Overview: Towards a Theory of Civilising Processes’, Part Four of *On the Process of Civilisation* (2012a: 422-27) – can be read as an example of ‘functional democratisation’, although Elias did not coin this concept before 1970. In this section of his book, Elias connects (1) the ‘mechanism of competition and monopoly’ with the (2) ‘regularity of functional differentiation’ and predicts (3) declining differences in power and conduct, thus in fact specifying three significant and interconnected process drivers of informalisation: the rise to critical levels of (1) competition and co-operation, (2) social differentiation and integration of social functions, and (3) functional democratisation in expanding networks of interdependency. I will explain this specification. Elias continues:

Western people, under the pressure of their own competitive struggle, ... are making large parts of the world dependent on them and at the same time – in keeping with a regularity of functional differentiation that has been observed over and again – are themselves becoming dependent on these parts. ... Largely without deliberate intent, they work in a direction which sooner or later leads to a reduction in the differences both of social power and of conduct between colonists and colonised. (p. 425)

Thus, Elias recognises the social inequalities that were generated by colonisation and almost in the same breath predicts their decline via functional democratisation. In this way, he builds up to the following summary: ‘*The contrasts in*

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





conduct between the [currently] upper and lower groups are reduced with the spread of civilisation; the varieties or nuances of civilised conduct are increased’ (p. 426; italics in original).

As I mentioned before, in my 1976 (Dutch) article, ‘Has the civilising process changed direction?’, many of the examples and processes brought together under the conceptual umbrella of ‘informalisation’ can be interpreted and explained as ‘increasing varieties’. Apparently, the processes of informalisation and functional democratisation are directly connected, rooted as they are in the same transformation of a whole social existence. They relate to each other as processes of formalisation and informalisation and as ‘diminishing contrasts’ and ‘increasing varieties’ within the same movement of the civilising process:

It was at small functional centres that the foresight, more complex self-discipline, more stable superego formation enforced by growing interdependence, first became noticeable. Then more and more functional centres within the West itself changed in the same direction. Finally, in conjunction with their pre-existing forms of civilisation, the same transformation of social functions, and thus of conduct and the whole personality, began to take place in countries outside Europe. This is the picture which emerges if we attempt to survey the course followed up to now by the Western civilising movement in social space as a whole. (p.427)

Elias uses the term ‘functional’ as a prefix to ‘democratisation’ in contrast to ‘institutional democratisation’. ‘Functional democratisation’, or the lessening of power gradients and of social inequalities, is not related to the institutions of a democracy, but they result from the blind long-term processes of differentiation and integration of social functions of various kinds (economic, political, affective, sexual and so on) that people perform for each other and that link them together in the interdependency networks of their survival groups (Elias 2012b[1970]: 63–5).

As the differentiation of social functions and organisations proceeded and demanded more and higher levels of integration, decreasing inequalities via functional democratisation is one side of the coin. They also increased, if only because the co-ordination and administration of multi-levelled social organisations implied a longer





and steeper hierarchy, and usually also because some people and their groups ‘suffer reductions or even total loss of function and power potential’. The key question is which side becomes dominant – equalisation, or its opposite?

On the basis of this question, Eric Dunning writes polemically about Émile Durkheim’s analysis of the division of labour:

contains a fundamental flaw that derives from his failure to recognise that functional interdependence or division of labour does not lead necessarily to harmonious and co-operative integration but is conducive, even in its ‘normal’ forms, to conflict and antagonism. In short, his concept of the society based on ‘organic solidarity’ is Utopian. (Dunning 2008 [orig.1979]: 216-7).

An additional argument, relevant for understanding what was to be summarised later in the concepts of ‘diminishing contrasts’ and ‘functional democratisation’ is that, with the differentiation of social functions, an ‘*open or latent ambivalence*’ emerges in all human relationships. And this is a ‘basic condition of the civilisation of conduct’ which at least partly explains why the level of functional democratisation can also rise together with functional differentiation in dictatorships or, in more general terms, in expanding networks of interdependency that are not ruled according to democratic principles.

Growing interdependence triggers an ambivalence that reduces power potentials between groups: functional democratization

In his book on the process of civilisation, Elias claims that as networks of social interdependence expand and their links multiply and increase in density, ‘a specific duality or even multiplicity of interests manifests itself more strongly’ in the relations between individuals as well as between different functional strata. In this argument, Elias describes the open or latent ambivalence that I think is crucial for understanding and explaining functional democratisation:



As social functions and interests become increasingly complex and contradictory, we find more and more frequently in the behaviour and feelings of people a peculiar split, a co-existence of positive and negative elements, a mixture of muted affection and muted dislike in varying proportions and nuances. The possibilities of pure, unambiguous enmity grow fewer; and, more and more perceptibly, every action taken against an opponent also threatens the social existence of its perpetrator – it disturbs the whole mechanism of chains of action of which each is a part. (352–3)

At this point Elias presents an example that is especially interesting because he writes this in the mid 1930s, when Hitler and the Nazis were in power and he himself was in exile. After stating that ‘with the growing division of functions, the relations between different power units become increasingly ambivalent’, he continues:

The relations between states in our own time, above all in Europe, offer a clear example of this. Even if integration and the division of functions *between* them have not yet advanced as far as the division of functions *within* them, every military exchange nevertheless so threatens this highly differentiated network of nations as a whole that in the end the victor finds himself in a seriously shaken position. He is no longer able – or willing – to depopulate and devastate the enemy country sufficiently to settle a part of his own population in it. He must, in the interest of victory, destroy as far as possible the industrial power of the enemy, and at the same time, in the interest of his own peace, try within limits to preserve or restore his industrial apparatus (353).

Elias goes on to sketch the potential winnings of such a war – ‘colonial possessions, frontier revisions, export markets, economic or military advantages’ – and then drives home his point that

because in the struggles of highly complex societies, each rival and opponent [each nation-state] is at the same time a partner on the production line of the same machinery, every sudden and radical change in one sector of this network [of states] inevitably leads to a disruption and changes in another’ ... The inevitable conflicts grow increasingly risky for the whole precarious system of nations. However, through these very tensions and discharges the figuration moves slowly towards a more unequivocal form of hegemony, and towards an integration, perhaps at first of a federative kind, of larger units around specific hegemonic centres (353).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





At this point, Elias continues his account by drawing social classes into the picture, arguing that:

the relationship between different social classes *within* a dominion becomes, with the advancing division of functions, more and more ambivalent in the same way. Here, too, within a far more restricted space, groups whose social existence is mutually dependent through the division of functions are struggling for certain opportunities. They too are at one and the same time opponents and partners. There are extreme situations in which the existing organisation of a society functions so badly, and the tensions within it grow so large, that a large portion of the people and classes within it ‘no longer care’ (...) Up to this revolutionary situation, the classes bound together by the division of functions are cast back and forth between their split and contradictory interests. (...) *the hour of the strong central authority within a highly differentiated society strikes when the ambivalence of interests of the most important functional groups grows so large, and power is distributed so evenly between them, that there can be neither a decisive compromise nor a decisive conflict between them.*

It is a figuration of this kind to which the term ‘royal mechanism’ is applied here. (353-55 italics in original)

People with functions in the world of politics and those with functions in the field of commerce and money are also opponents and partners at the same time. Particularly in the nineteenth century, the balance of power between them was clearly in favour of those representing the rising power of nation-states. They also offered chances and set limits to those representing the world of money, until the latter exceeded national boundaries to a degree that tilted the balance of power more and more in their favour. At present, after four decades of this ‘globalisation’, there is an ongoing crisis in the world of politics. But this is not a ‘revolutionary situation’ and the world seems far removed from the ‘*hour of the strong central authority*’; the contours of a global ‘royal mechanism’ remain vague.

However, for many people in the West, these words will also have a ring of the past, for in the field of politics and as citizens of states they live with levels of interdependency which are simultaneously opponents and partners, and this has become a typical characteristic of virtually all relationships to such a degree that power is distributed so evenly between them so that there can be neither a decisive compromise



nor a decisive conflict between them. The revolutionary option as a viable solution has also practically disappeared. Revolutions and other decisive ways of escaping the ambivalence that comes with relatively equal power relations are reminiscent, therefore, of rather rigid status-ridden social relations: people who share a strong fear of slippery slopes, and other characteristics of a second-nature type personality structure. More and more people now live in much closer social and psychic proximity to each other (Wouters 2007: chapter 4). From childhood on, they develop a higher level of mutually expected self-restraints, learning to be less rigid and more open about their ambivalences, and even playing with them in informal ways, thus releasing many inherent social and psychic tensions. In the era of informalisation, relational codes of mutual respect and equality have spread, while the relatively recent threats of global warming and mutually assured destruction (MAD) have added to these pressures, facilitating an identification with humanity as an undivided whole.

As differentiation and integration processes became dominant on a global level, the processes of functional democratisation and advancing ambivalences also continued on that level. On an international and global scale, the mechanisms of competition and interweaving continued to operate, increasingly involving each and every state or dominion in global processes of differentiation, integration, growing complexity, functional democratisation and informalisation. A significant moment in the expanding global network of interdependencies emerged when both competition through the accumulation of land and colonialism came to an end. To varying degrees, decolonisation also spread to the countries ‘behind the iron curtain’ with the collapse of the USSR. Politically autonomous nation-states then became the globally accepted dominant standard of social organisation, a rule proven by the exception of the ‘failed state’, a concept that refers to a place where the state does not function ‘normally’ and where individuals and groups ‘suffer reductions or even total loss of function and power potential’. To a large extent, decolonisation can be understood in terms of functional democratisation. Within the political and economic interdependency networks,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





functional differentiation had proceeded to a point where the desire for political democratisation was able to find political expression.

Literature

Elias, Norbert (2012a [1939]) On the Process of Civilisation. Sociogenetic and Psychogenetic Investigations. Collected Works vol. 3. Dublin: UCD Press.

Elias, Norbert (2012b [1970]) What is Sociology? Collected Works vol. 5. Dublin: UCD Press

Dunning, Eric (2008 [1979]) 'The Dynamics of Modern Sport'. In Norbert Elias and Eric Dunning, Quest for Excitement: Sport and Leisure in the Civilising Process. Collected Works vol. 7. Dublin: UCD Press: 203-221.

Wouters, Cas (1976) 'Is het civilisatieproces van richting veranderd?' Amsterdams Sociologisch Tijdschrift 3: pp. 336–60.

Wouters, Cas (2007) Informalisation: Manners and Emotions since 1890. London: Sage.

Wouters, Cas (2016) 'Functional democratisation and disintegration as side-effects of differentiation and integration processes.' Human Figurations 5: 2
<http://hdl.handle.net/2027/spo.11217607.0005.208>

Wouters, Cas and Michael Dunning (eds) Civilisation and Informalisation: connecting long-term social and psychic processes. Palgrave MacMillan, forthcoming 2019.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

A CONJUNTURA POLÍTICA BRASILEIRA: PRESSUPOSTOS PARA UMA ANÁLISE CONFIGURACIONAL

Ph. D. Ademir Gebara

Universidade Federal da Grande Dourados

FUNDECT-CNPq

ademirgebara@ufgd.edu.br

Resumo: É importante na teoria de Elias enfatizar a abordagem processual, a análise dos processos precede as representações construídas em torno dos conceitos de civilização e cultura. Os processos civilizadores foram propostos para desconstruir a estratégia europeia de auto identificar-se como cultos e civilizados diferenciando-se dos “outros”.

Em contraposição o termo conjuntura é sempre uma formulação vinculada ao conjunto de fatores, causas, situações, antecedentes e atores que explicam fatos e versões que ocorrem em um determinado momento. As representações de análises de conjuntura são construídas fundamentadas em áreas de conhecimento, assim temos conjuntura política, econômica, social, internacional, entre outras.

Palavras Chave: conjuntura; processos; figurações.

Abstract: It is important inside Elias's theory to emphasize the processual approach; the analysis of processes precedes the representations constructed around the concepts of civilization and culture. The civilizing processes were proposed to deconstruct the European strategy of self-identification as cults and civilized ones differentiating themselves from the "others".

In contrast, the term conjuncture is always a formulation linked to the set of factors, causes, situations, antecedents and actors that explain facts and versions that occur at a given time. The representations of conjunctural analyzes are constructed based on areas of knowledge, so we have conjunctural analysis of political, economic, social, international, among others.

Key words: conjuncture; processes; figurations.

Eventos econômicos podem ser monitorados diariamente, dada a existência de documentação nacional e internacional provenientes de múltiplas agências responsáveis por medir os indicadores do desenvolvimento da produção, emprego, movimentação financeira, entre outros. A análise da conjuntura política, dada sua volatilidade e imprevisibilidade, com isso, a análise de conjunturas políticas coloca questões metodológicas relevantes. No sentido de verificar algumas dessas questões, a proposta é acompanhar um evento político relevante: as eleições presidenciais que hora ocorrem no Brasil, tomando para análise os meses precedentes a partir de maio próximo passado. As

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





notícias da mídia de maio a novembro de 2018 foram as principais fontes de informação deste texto, possibilitando a análise de eventos significativos com maior ou menor impacto no processo.

A análise de conjunturas políticas é feita sempre no fio da navalha, onde o passado, o presente e eventos futuros presumíveis estão em tensão, de tal maneira que a análise é elaborada no decorrer de ações e tensões vividas intra e entre configurações. A proposta é construir uma narrativa mais congruente com a realidade evitando tanto as armadilhas ideológicas, a defesa de interesses pessoais ou de grupos e as limitações do domínio de informações às quais estão sempre distantes, e até mesmo inacessíveis para grande parte da população. Nas análises de conjuntura política os métodos científicos são sempre substituídos pela intuição, experiências pessoais e profissionais ou pela erudição. Mais ainda, as informações e notícias de diferentes fontes, circulam frequentemente procurando manipular e influenciar as diferentes audiências, sem que, dada a velocidade e quantidade de novas informações, tenhamos o tempo necessário para filtragem das mesmas.

Feitas estas considerações iniciais, formulo duas questões. A primeira: como propor uma análise de conjuntura política buscando uma maior congruência com a realidade? A Segunda: quais fontes dão suporte a uma análise de conjuntura política?

Como foi afirmado, uma conjuntura política é extremamente volátil, sua análise substitui uma crítica criteriosa das fontes de informação, por sinais e hipóteses de diferentes cenários possíveis em face às diferentes narrativas e percepções do passado/presente. De maneira similar as linguagens dos meios de comunicação estão sempre pautadas por diferentes níveis de envolvimento de leitores nos diferentes canais de mídia. É preciso não esquecer ainda que a linguagem dos políticos é, com muita frequência, construída com ambiguidades e dubiedades.

Temos então um universo, no qual os construtores das análises de conjuntura política o fazem a partir de diferentes perspectivas. Os políticos, buscando o voto dos eleitores, formulam suas análises tendo em vista um objetivo muito claro, especialmente em conjunturas eleitorais, às quais, diga-se de passagem, não são as únicas realidades

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





com as quais opera um político. Os profissionais de mídia objetivam buscar notícias, informações, opiniões e fatos atualizando-os a cada momento, sem maiores preocupações com um processo de longa duração. Os acadêmicos buscam compreender seus objetos de análise em maior congruência possível com a realidade.

Que conceitos da Sociologia Figuracional nos ajudariam a formular análises de conjuntura política em maior congruência com a realidade?

A resposta a essa questão nos remete a descrição de um conjunto de fatos, tentando expurgar quaisquer interpretações prematuras, a partir daí, para interpretá-los e dimensioná-los, recorreremos a conceitos tais como: figuração e habitus e sua relação com a teoria dos jogos. Então vejamos.

Em decorrência do impeachment de Dilma Roussef do PT(2016), o vice presidente Michel Temer do PMDB/MDB, assume o governo. A aliança PT/MDB consolidou-se em 2006 com a eleição da chapa Lula/Temer, este continuaria como vice na primeira e segunda eleição de Dilma em 2010 e 2014. Temer é atualmente investigado em varias ações penais, sendo que foi já denunciado em duas delas, tendo a Câmara dos Deputados negado autorização ao Supremo Tribunal Federal (STF) para o devido processo. Como um exemplo das dificuldades enfrentadas por Temer, seu círculo mais próximo tem ex-membros do governo e vários aliados do MDB, já pronunciados e presos, além de vários deputados e senadores de sua base de apoio sendo investigados e processados.

Lula, líder do PT que ainda goza de grande apoio popular, responde por acusações em oito processos por corrupção, estando atualmente preso por já ter sido condenado em um deles. Esta condenação resultou de uma investigação do chamada “Operação Lava Jato”. Investigação que se estendeu a praticamente todos os partidos políticos, por óbvio comprometendo mais aqueles que estavam no poder federal, no caso PT, PMDB, PP e PTB, e em poder em Estados, como no caso do PSDB de Minas Gerais, com um ex-governador já preso e investigações em outros casos, como por exemplo o do Estado de São Paulo.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





De acordo com a Home Page do Ministério Público Federal²:

O nome do caso, “Lava Jato”, decorre do uso de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas inicialmente investigadas. Embora a investigação tenha avançado para outras organizações criminosas, o nome inicial se consagrou.

A operação Lava Jato é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. Estima-se que o volume de recursos desviados dos cofres da Petrobras, maior estatal do país, esteja na casa de bilhões de reais. Soma-se a isso a expressão econômica e política dos suspeitos de participar do esquema de corrupção que envolve a companhia.

No primeiro momento da investigação, desenvolvido a partir de março de 2014, perante a Justiça Federal em Curitiba, foram investigadas e processadas quatro organizações criminosas lideradas por doleiros, que são operadores do mercado paralelo de câmbio. Depois, o Ministério Público Federal recolheu provas de um imenso esquema criminoso de corrupção envolvendo a Petrobras.

Nesse esquema, que dura pelo menos dez anos, grandes empreiteiras organizadas em cartel pagavam propina para altos executivos da estatal e outros agentes públicos. O valor da propina variava de 1% a 5% do montante total de contratos bilionários superfaturados. Esse suborno era distribuído por meio de operadores financeiros do esquema, incluindo doleiros investigados na primeira etapa.

Durante o mês de maio de 2018, um conjunto de situações, algumas decorrentes deste processo tenso e contraditório, outras não planejadas, explicitaram a dimensão da crise política vivida no país. Por exemplo a greve dos caminhoneiros, alimentada pelas empresas transportadoras, movimento esse que sepultou a pretensão de Temer de candidatar-se à reeleição, interferindo no processo em curso de alinhamentos das legendas em torno do afunilamento e composições das alianças partidárias. Estes alinhamentos são

² - Ministério Público Federal. <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/entenda-o-caso>, pesquisado em 30 de junho de 2018.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





vitais para definir o tempo de televisão dos candidatos bem como a distribuição dos recursos dos fundos federais criados na recente reforma eleitoral.

Na primeira semana de julho, houve um afunilamento das candidaturas com a desistência de muitos dos postulantes às indicações partidárias. Com o prazo para as convenções partidárias se encerrando em 5 de agosto, a indicação dos candidatos dada a existência de eleições casadas, implica um complexo arranjo, envolvendo municípios, estados e federação. Até a primeira semana de agosto, estas alianças deverão estar sacramentadas, contudo o quadro de indecisões em torno do tema.

A par disso, questões até este momento não claramente visualizadas, afloram na imprensa, através de entrevistas a acadêmicos em relação às possibilidades estatísticas dos candidatos, fator decisivo para as negociações para alianças e estratégia de campanha. O Jornal do Grupo Globo “Valor Econômico”, em um sistemático trabalho de entrevistas com políticos e acadêmicos, traz uma matéria que agrega fatos e indica por onde construir estratégias para a campanha eleitoral de 2018, baseando suas análises em dados estatísticos tanto de pesquisas recentes quanto em exemplos de eleições passadas.

Paulo Guimarães, em entrevista ao jornal Valor Econômico³, propõe duas questões para focar as eleições, a primeira enfatiza que não se trata de eleições de esquerda contra direita, mas sim de situação contra oposição. Pelo relatado até aqui, é complexa a tarefa dos candidatos de se definirem serem identificados como situação ou oposição. Uma segunda questão é que estamos diante de um universo estatístico aberto, pois os candidatos têm um universo em torno de 50% de eleitores indecisos, de tal maneira que a prioridade não seria mudar o voto do eleitor pela desconstrução da imagem de um concorrente, mas sim atingir essa gama de eleitores sem candidatos definidos.

No final do mês de julho, até o dia 5 de agosto, os candidatos deverão estar devidamente registrados e com a distribuição dos tempos de mídia (rádio e televisão)

³ - Entrevista editada por Raphael Di Cunto com Paulo Guimarães para o Jornal Valor Econômico de 18 de julho de 2018. O entrevistado é Professor aposentado da Unicamp, com 29 anos de atuação em campanhas eleitorais, atuando para diferentes partidos políticos, em 2017 fundou o Instituto Guimarães com sede em Campinas, voltado para o assessoramento eleitoral.



distribuídos de acordo com a soma dos tempos dos partidos que compõem as diferentes alianças eleitorais.

Neste momento, dado que a data de entrega dos textos para o XVII SIPC, coincide com a data de registro dos candidatos, indicarei algumas conclusões preliminares, de tal maneira que até os meses de novembro e dezembro, possa incorporar novos dados, fatos e sugestões nesta análise:

1 – Análise de conjuntura política é um tipo de análise diferenciada, modelos econômicos, estatísticos ou ainda pressupostos ideológicos entre outras motivações, prestam-se mais a construção de modelos que permitem a construção de cenários futuros possíveis, mas não prováveis. A análise de conjuntura política deve voltar-se mais para a compreensão das interdependências entre personagens e instituições atuantes em processos de luta pelo poder, trata-se de compreender como os fatos ocorrem e porque ocorrem. Também a análise deve sempre estar articulada ao desenvolvimento de um processo, no nosso caso as eleições de 2018 no Brasil, seguramente há outros processos interdependentes atuando, porém é improvável que estes múltiplos processos e suas interdependências, possam ser empiricamente evidenciados tendo em vista a volatilidade dos acontecimentos políticos.

2 – A ação política é fundamentalmente simbólica, articulada e efetivada por discursos e textos construídos para implementar estratégias de ação, engajamento de militantes, convencimento de eleitores e reconfiguração destas estratégias para atingir e manter melhores posições de poder. Parece ser mais relevante para compreender uma conjuntura política, construir um processo fundamentado em fatos ocorridos, fatos estes resultantes do embate de múltiplas estratégias de confronto e alinhamentos.

3 – Para levar a cabo esta proposta elaboramos o texto apresentado no momento de sua ocorrência, ou seja, os eventos ocorridos em maio foram relatados naquele momento, e assim sucessivamente. Este procedimento está sendo testado para posterior validação em confronto com análises efetuadas por comentaristas políticos, jornalistas e acadêmicos, nos diferentes momentos factualmente identificados.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Referência Bibliográficas

- BRASIL, Ministério Público da União, Ministério Público Federal. <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/entenda-o-caso>, pesquisado em 30 de junho de 2018.
- CUNTO, Raphael Di. “Bolsonaro já está em queda, diz guru do DEM.” *Valor Econômico*, São Paulo, 18 de julho de 2019, Caderno A Sessão de Política, pg.6.
- ELIAS, N. Norbert Elias por ele mesmo. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2001.
- ELIAS, N. O Processo Civilizador: uma história dos costumes. volume 1. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2011.
- ELIAS, N. O Processo Civilizador: formação do estado e civilização. volume 2. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1993.
- ELIAS, N. Sobre o Tempo. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1998
- ELIAS, N. Teoria Simbólica. Tradução de Paulo Valverde. Oeiras. Celta, 1994.
- ELIAS, N.. Sobre os seres humanos e suas emoções: um ensaio sob a perspectiva da sociologia dos processos. In: GEBARA, A.; WOUTERS, C. (Orgs.). O controle das emoções. João Pessoa: UFPB, 2009, p. 19-46.
- SOUZA, H. J. Como se faz análise de conjuntura. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1984.
- VELASCO E CRUZ, S. C. Teoria e método na análise de conjuntura. Revista Educação e Sociedade, São Paulo, ano XXI, n. 72 p. 145 – 152. Agosto 2000.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





'CIVILISING THE NAKED: THE CHANGES WITHIN THE SHAME AND EMBARRASSMENT PROCESSES BETWEEN PAST AND PRESENT'

Dr Barbara Górnicka (University College Dublin)
Email: Barbara.gornicka@ucd.ie

Abstract: This paper offers a sociological investigation of the processes and problems surrounding naked bodies and the long-term changes within shame and embarrassment thresholds. Drawing on the findings from my study of the naturist community in Ireland, I will walk the reader through the emotional, and often paradoxical, complexities surrounding naked bodies in the Western world over the centuries.

Keywords: nakedness, shame, embarrassment, civilising processes

Introduction

If we were to go through the history of the naked body, we would see that, depending on various elements and social factors affecting the development of human societies, attitudes towards nudity went through some dramatic extremes too. Once the naked body was a symbol of purity and innocence, power and virility, then it underwent phases of being considered shameful or even dangerous. As Warren argued, 'in general ... the display of the human form was sanctioned in art, but forbidden in nature' (1933: 163). But everyone knows that in all or nearly all known societies the sight of the naked human body has been hedged around with avoidances, restrictions and taboos, enforced by the emotions of fear, shame and embarrassment. Norbert Elias and later sociologists working under the influence of his theory of civilising processes have focused on how and why feelings of shame and embarrassment change in the context of broader changes of social structure.

In my study I was particularly interested in understanding how it is possible for groups of people to socialise while naked without showing any obvious signs of sexual arousal or shame and embarrassment. I wanted to see how nakedness was handled in the public situations, what rules that applied, and to make observations about naturist body language. All this was aimed at contributing towards our understanding of what often

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





seems to become a theoretical lacuna: the place and role of sexuality in relation to nakedness, an issue often wilfully dismissed by naturists. Over time, however, during the development of this study, it became essential for better understanding of the problems of shame and its relationship with nakedness to place them in a broader context of long-term changes. In order to do that, I needed to expand the historical part of the investigation into European historical accounts of nude works of art, standards of bathing, exercising and other aspects of personal bodily hygiene and propriety, reaching as far back as antiquity.

How is nakedness managed by Irish naturists? The rules and standards of practice

One of the things I tried to achieve was to develop a better understanding of the processes underlying the management of basic feelings such as shame or physical lust, in order to grasp how naturists manage them when they are displaying their naked bodies in a semi-public scenario. ‘Semi-public’, because they are surrounded by other people who choose to strip off their clothes at the same time, so there is no blatant power imbalance – which would have arisen in a fully public place where some people were wearing clothes.

I asked my interviewees to go back in time and describe the first occasion when they stood naked in front of other (naked) people in a naturist setting. I enquired about their memories and the feelings that they experienced at that particular moment, how they felt in their bodies, or whether and how their body language changed at the time.

When I was reading over and analysing my transcribed interviews, certain themes began to emerge, such as specific body language, or sets of rules that seemed to be in play. But while these themes began to arise as part of this bigger puzzle, a more substantial theme began to emerge connecting all the above elements into a broader structure. It became evident to me that before a person actually comes to be a naturist, or a ‘real naturist’, they have to learn gradually how to become one. The problem is, though, that it is a process which naturists do not seem to be really aware of. So even though it is evident, it is quite



hard to document. Most of the naturists seem to be convinced that it is something you try once you are already comfortable enough with your own body; but, as my findings will show, that is only a small part of one side of the coin. My study shows that in order to be able truly to enjoy naturism, one needs to go through certain stages in one's practice of naturism and gradually build up a 'learned confidence' about how to operate and to enjoy it. It is very similar to learning how to smoke and how to enjoy smoking cigarettes or marijuana,⁴ although it is not so much a matter of learning a technique of doing it, but rather a learning process that mainly takes place on a *psychic* level. From now on, I shall refer to the first stage of becoming a naturist as the *initiation-stage naturist*, and the subsequent stage as the *established-stage naturist*. I shall explain this distinction in more detail.

The initiation stage: how to become a 'real naturist'

What I have called the *initiation stage* includes the moment in time when a person begins to wonder about the practice of naturism and starts to imagine what it would be like to try it once, and to see whether it is something they might be interested in doing in the long term. It also involves imagining and trying to predict their own mental state and their reaction to displaying their nudity to others, and at the same time trying to predict the reaction of those to whom it is displayed. They must also prepare to cope with feelings of shame that will come with it. It needs to be stressed that after this emotional build-up has taken place, it seems to be followed by a *cathartic* experience for the beginner naturist. People who take their first steps towards nudism are not coerced into doing it, and would not even be wondering whether to try it, were it not that at some level they already know that it is something they can handle. Instead of *shock*, then, a person tends to experience a rush of energy coming from their having stood up to one of the greatest

⁴ This idea was initially introduced by Howard Becker in his celebrated essay 'Becoming a marijuana user' (1953), more widely known in the book entitled *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance* (1966), and it was later also adopted and developed by Jason Hughes in his study (in an Eliasian vein) of cigarette smoking (2003).



social fears. What we could argue is taking place in this kind of situation is the process of *sublimation*⁵ of feelings of shame and embarrassment stemming both from their own naked bodies and from seeing the naked bodies of others. It is apparent that although the term originated among psychologists, this process of sublimation is actually part of a broader process discussed first by Norbert Elias and then developed by Cas Wouters. The account below shows how it actually takes place at each stage and how the major element in both stages is a type of thrill-seeking. The thrill is experienced differently depending on the stage of sublimation to social nudity, and develops over time to a more controlled thrill, which can best be described by the phrase ‘controlled decontrolling of emotional controls’.

Following the build-up to the moment of baring it all in front of other people for the first time, there comes the state of sometimes extreme initial embarrassment and nervousness. This is marked by either avoidance of looking anyone in the eye – or quite the opposite: checking if anybody present is looking at others’ exposed bodies. Showing one’s embarrassment in the most obvious forms, such as covering one’s pubic region or frantically checking for people’s reactions, would be giving in to feelings of shame, therefore doubling the embarrassment. The reason is that during the intergenerational civilising processes in Europe described by Elias, people gradually learned that public display of uncomfortable and inconvenient emotions can be testing for both sides, the person who displays them and the other, on the receiving end, who in a way is forced to acknowledge the former’s public humiliation and even show pity and sympathy. We live in a time when experiencing someone else’s act of public humiliation is considered just as undesirable, reprehensible, or even disgusting, as the act of causing someone public humiliation itself.

Some other cases of first naturist experiences were accompanied by the thrill of nervous excitement of doing something ‘naughty’ and taboo, which is directly connected to the feeling of catharsis, with strong passions aroused that do not necessarily involve

⁵ In the Freudian meaning of the term, sublimation refers to redirection of strong instinctual and animalistic feelings towards a more socially acceptable release of some kind





sexual passions at all. It is also crucial to note here Greg's mentioning that a person in this type of situation learns to 'sort of relax', which proves the point I am trying to make in describing the first, initiation, stage of becoming a naturist. This is of course directly connected to the thrill that comes with it:

When you took off your clothes and ... that initial moment, what was going through your head?

I think I just felt the sense of happiness really, you know ... that er ... I suppose because it would've been awkward with my wife there as well, it was something I had to take a bit of a risk like as well. But I think initially ... I suppose it was quite of a rush like you know ... where was like ... I suppose something a bit daring and that type of thing you know like, so that would've been initially kind of part of it, and then I suppose seeing other people's reactions you know er ... (Brian, 38)

The respondent admits to experiencing the 'rush' of feelings that came with being faced with his own shame and doing something daring and unorthodox. Even though these strong feelings do not last for long, it does not mean that a naturist has rid himself or herself of all embarrassment, only that they have become used to experiencing it, so that it is not experienced as a state of 'inner shock' as such any more.

To ensure a smoother and more successful transition, there is quite an elaborate code of behaviour or etiquette. The intriguing part about naturist etiquette is that it is rarely spelled out to beginners and first-timers. It seems to be mainly implied, or to depend on people's good sense, which means relying on all the learned but deeply habituated inhibitions that feel like second nature to the people involved. As argued by Elias (2012 [1939]), these generally involve most of our physical bodily functions, including that of experiencing sexual arousal followed in the case of men by erection. These instances, depending on the context of the situation, are usually shrouded in a thick coat of shameful emotions.

Also part of the same process is the question of body management. This includes not only body language, but also more physiological elements like erections that can be

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





quite daunting for male naturists. Many people forget that not every erection is caused by an erotic stimulus *per se*: it is a part of a healthy male physiology which normally remains hidden under one's clothes. Yet in the context of a naturist site, the only way of interpreting this seems to be as *sexually predatory*, even if that is not the intention at all; that is why so much emphasis is placed on its complete eradication, or at least on dealing with it politely. We could go as far as to say that it is now considered a physiological function that belongs in the same category as urinating, defecating and vomiting; in other words it belongs solely behind the scenes of public social life.

What became evident during my study is the gradual process of getting used to or embracing one's own embarrassment in the act of stripping off one's clothes in public. Sometimes, for some people, they need to go through certain phases before feeling comfortable with their own nudity, especially in relation to everyone else present at the time. Initially some participants struggled to embrace their own body language, and said it was different from what it would have been if they were dressed. They had to move and sit in a certain way while in the buff. It took some adjustment and certainly did not come *naturally* to them.

The established stage: becoming a 'real naturist'

In order to emphasise still more the main differences between the initiation and the established stages of the process of becoming a naturist, I would like to refer to a remark in Warren's article. He uses it in a slightly different context, but it also happens to fit my two categories quite well. The words 'the first is a task, the other a recreation' (1933: 172) encapsulate the gist of my argument in this chapter. In order to learn to enjoy naturism a person needs first to come to terms with his or her own feelings of shame, and move past them in some way – although it is impossible ever to overcome them completely, which is what can make one vulnerable in a situation when someone is not following the rules of mutual consideration. Once the rules for practising naturism become more like second nature to a person, and following them is more intuitive or

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
 PESQUISA
 PROCESSOS
 CIVILIZADORES

APOIO



LAI





habitual, then he or she can finally trust himself or herself, other people present, and the environment they find themselves in, finally to relax and enjoy the recreational side of it. This is the second and last stage of becoming an established naturist, who can clearly draw the boundaries between what is allowed and what is not, and who knows how to get away with something without causing any offence. In Eliasian terms, we could call it a *mimetic* form of leisure or pastime, where the people involved relate to ‘real-life’ situations, in this case trying to act as naturally as if everyone were wearing clothes. Or at least they are able to keep up the pretence that it is ‘safe’, because they are clad in their own strict rules of decency and modesty. It does not go quite as far as poking the proverbial bear, but is more like standing in front of it behind the glass pane. In the words of Elias and Dunning,

Comparison between the excitement generated in ‘real-life’ situations and that aroused by leisure events shows similarities as well as differences clearly enough. ... In serious, non-mimetic excitement, people are liable to lose control over themselves and to become a threat, both to themselves and to others. Mimetic excitement is socially and personally without serious danger and can have a cathartic effect; but the latter can transform itself into the former. Examples are excited football crowds or pop fans who get out of hand. (2008 [1986]: 62)

In the case of naturism, this is represented through balancing the risks of being ostracised in one’s own community (at some point in time anyway), against the risk of crossing the line and losing face among fellow naturists. This balancing act is what maintains the established naturist’s attraction to this type of recreation. Despite what naturists may say and think, it is simply impossible to go back in time and overwrite all the years and generations of instilled feelings of propriety, modesty and shame, and return to some sort of make-believe state of a ‘natural’ and ‘pure’ phase of contentment in operating naked in a social setting. But, according to the theory of informalisation, it is possible for them to reach a stage when enough trust is established for them to play at walking a tightrope around boundaries laid down through centuries of formalising

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná





processes in our Western societies. In other words, what was forbidden before is slowly and only to certain extent permitted to happen.

What we have learned so far is that the process of becoming a naturist is far more complex than has been assumed by many earlier sociologists and psychologists. We have seen that in order to enjoy naturism, a person needs not only to shed the feelings of embarrassment and shame, and to learn to control sexual urges, but also to learn how to enjoy it in spite of these. Since I am approaching this from a processual stance, I would now like to move on to discuss broader theoretical and historical problems concerning nakedness.

Nakedness, shame and embarrassment

It is commonly believed that it is a matter of common sense to cover one's body, or, more to the point, not to parade naked in front of other people. More importantly it is also believed that the shame and repugnance that accompanies naked bodies is a 'natural' reaction, and that only 'savages' tend to be indifferent towards it. This is exactly what makes it so interesting from the sociological point of view: how did we get to this conviction that made nakedness 'unnatural' and made the feelings of embarrassment and shame associated with it 'natural' and 'normal'? These attitudes have become a symbol of the 'civilised' world and 'civilised' societies. Very few people are aware that embarrassment and shame are actually the products of systematically developing new standards and thresholds of shame, and expanding self-control among western societies. Elias (2012 [1939]) provides an impressive account of how these changes came about and developed across the centuries.

It may be impossible to know whether nudity never caused embarrassment and shame in any context in medieval Europe or earlier. This kind of clear-cut generalisation is what I would like to avoid here. The truth is that the information we now have from historical records indicates that there were far less shameful feelings attached to it. The naked body, or still more certain parts of the human anatomy, may have been shrouded

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





in a variety of false assumption, such as the vagina being cold and dangerous to men (Jolly, 2012), but as we have seen already in Shorter (2005), it was not until much later that we managed to eroticise human body as a whole. We know that the naked body was to be seen in everyday situations and contexts in a far less offensive way than it would have been regarded 400 years later or even today. This was the case in public bathhouses or people's homes. We find confirmation of this in Elias's writing:

Nudity did not provoke reactions of shame. At night people slept nude, and if someone kept his shirt on, he was suspected of suffering from some physical deformity. In the *Roman de la Violette*, the servant girl is astonished to see her mistress going to bed in her chemise. The lady explains that she has a mark on her body. In the bathhouses, not only was general nudity the rule, but men and women were not segregated. A miniature from Breslau shows the bathers resting in couples beneath the arches; each couple, man and woman, is nude. Between them is a plank on which fruits and drinks are placed.⁶ Thus a perfect ingenuousness regarding nudity. (Elias, 2013b [1974]: 176–7)

⁶ Elias is referring to a print that he found in Wilhelm Rudeck, *Geschichte der öffentliche Sittlichkeit* (1887), facing p. 16, reproduced here as Figure 5.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI



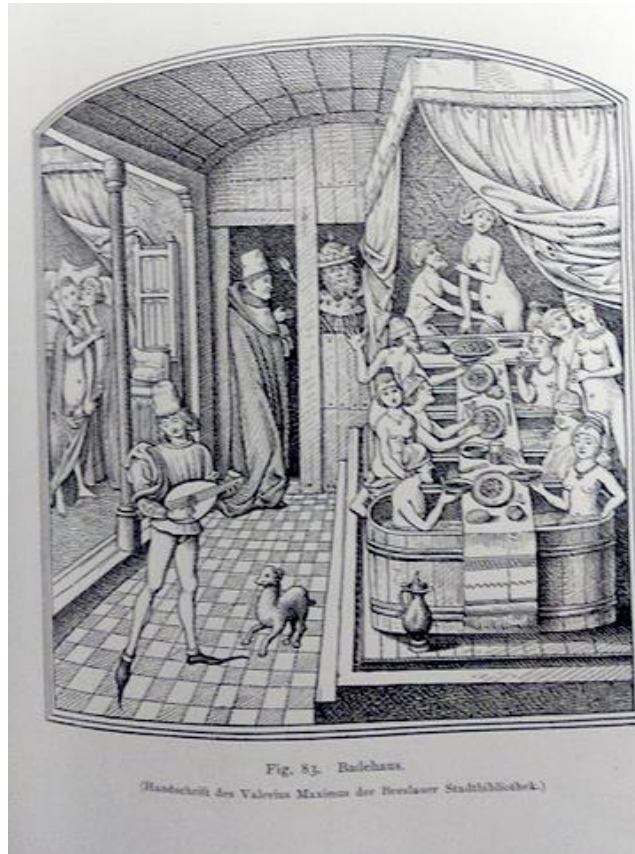


Fig. 83. Badhaus.
(Handschrift des Valerius Maximus der Breslauer Stadtbibliothek.)

Figure 5: The Breslau bath-house

The point is that people wore clothes in order to protect their bodies from cold or other physical factors, and not because they were ashamed. The invisible, yet strikingly tangible, wall of discomfort and anxiety concerning people's naked bodies, and even more how they are perceived by other people, arose gradually according to Elias. He traced sometimes subtle and slow changes to behaviour through books of manners and literature, changes that at some point accelerate and leave a visible trail of long-term changes towards more self-restraint, higher shame thresholds and pushing many physical aspects of the human being behind the scenes of social life. Even though the process is not unilinear, as many opponents to the theory may argue, it is still a visible process of civilisation. Hence the symptoms of the naked body gradually becoming embarrassing, secret, often disgusting and eventually a taboo. Urination, defecation, and all the other bodily functions and urges were increasingly pushed further away into the wings of the

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





social scene.

The complexity of the argument I am trying to make corresponds to the complexity of these processes. There is no exact answer to the question of when the trend towards seeing the naked body as ‘immodest’ began; just as, according to Elias, there are no zero-points in civilising processes. What can be observed, however, are *changes* over time in attitudes towards nakedness, and rising of levels of shame and modesty connected with it. Most of the data and evidence gathered by historians point in the direction of the demise of the ancient Greek and Roman civilisations and the rise of Christianity all over Europe. That being said, it would be wrong to assume that, before that, there were no inhibitions whatsoever linked to everyday nakedness. The safest way of avoiding any misunderstandings is to say that nudity was less of a concern to people in the earlier stages of development. In fact, some argue that it was through the development of the civilising process that Europeans became gradually more and more inhibited about it, until a ‘peak’ was reached during Victorian times in Western Europe. An even more extreme peak can be seen among today’s fundamentalist Muslims. To avoid confusion, it must be stressed that these processes of ‘tabooisation’ of naked or almost-naked bodies were not developing at the same pace or at the same time in all societies.

The human body has been subdued through a range of restraints, regimentation and controls to separate it from its animalic past. On the basis of observations from my fieldwork and my study of naturist movement in general, I would like to use Elias’s conceptualisation of our seeing nature as ‘landscape’, and adapt it to the human body as well. My argument is that through the processes of the taming of our bodies, nature in a way becomes external to us, as if we are no longer part of it. Through the control over our passions and natural impulses, our bodies became as pacified as the landscape around us. Elias refers to this as part of the processes of formalisation, when stricter controls and restraints slowly become part of people’s habitus and so-called ‘second nature’, where inhibitions are no longer part of our conscious decision-making process.

Based on the theory of formalisation is the theory developed and perfected by Elias’s student, Cas Wouters, who showed how ‘informalising’ trends have emerged as a





counterpoint to formalisation.⁷ He argues that this does *not* mean that the *overall* civilising process has simply gone into reverse. Nevertheless, in some aspects of behaviour, earlier prohibitions have disappeared. In contrast, Wouters notes that in the course of the last century, the opposite has often been the case: ‘things that were forbidden before are allowed again’. Elements of both processes, formalisation and informalisation, will prove helpful in explaining the gist of my argument about why we are embarrassed by our naked bodies today. The way we consider nakedness today is both a direct and an indirect product of processes of formalisation. Attempts to *desexualise* bodies, to make people see them in ways they did not see them before, resulted in the process of eroticisation of naked human flesh.

It is almost impossible to consider the problem of embarrassment and nudity from a long-term perspective, both theoretically and empirically, without taking a closer look from a more micro perspective. Erving Goffman focuses on detailed and close-up analysis of interaction among people, using terminology from ritual or the theatre. He uses terms such as ‘impression management’ or ‘dramaturgical discipline’ to decipher the social cues of everyday face-to-face interactions in which embarrassment often plays a prominent part. His work stands in complete contrast to the writings of Elias, because of its narrow scope of explanation in the absence of any broader sociological theory. Although it is important to provide a ‘sociological snapshot’ of a situation, Gouldner (1971) describes Goffman as a ‘sociologist of fleeting moments’. However, despite the lack of historical context in the work of Goffman, his theory provides a number of useful tools for deciphering the more intrinsic cues of behaviour among naturalists. It helps us to focus in close-up on the various contexts relating to embarrassment and nudity and, furthermore, not only on why embarrassment arises but also how exactly this happens.

There is something quite specific about the interaction dynamics of naturalists as a group within their own setting. When I first entered the naturalist domain and appeared naked in front of all the other people, it made me feel *embarrassed*, but when I was lying

⁷ Wouters has summarised his findings over several decades of research (in the Netherlands, Germany, the United Kingdom and the USA) in two books (2004; 2007). Controversy over the theory of informalisation has also extended over several decades, and it is summarised in Wouters and Mennell (2015).



in bed later that night, I felt overcome with *shame* in the aftermath of my naturist experience. That is why it is crucial to look into the problem of conceptualising shame and embarrassment, since in everyday speech these two terms tend to be used interchangeably, which creates problems in the light of this study. Elias, in his extensive study of changes of behaviour in western societies in the long term, focuses mainly on feelings of shame, whereas Goffman focuses on embarrassment as a fleeting moment. Neither of them makes any direct connections between the two. We tend to understand and use ‘shame’ on an everyday basis to mean a heightened degree of embarrassment. The two terms are directly connected to each other, but the difference between them does not lie in the problem of the level of intensity of one over the other, but rather of how they are triggered. Kuzmics (1991) provides the only attempt to bring the two together. Yet, despite giving a detailed account of the conceptualisation of embarrassment by Elias and Goffman, he fails to acknowledge how it differs from shame. For him, embarrassment has always been shame, but shame that has to be routinely overcome, for which he found Goffman’s observations of public spheres and the contagiousness of shaming processes for others more useful than Elias’s.⁸

It is understandable that Elias chose to focus on the feelings of shame, which were more ‘potent’ through the visible changes that took place within people’s ego–superego relations over the centuries, upon which he built his theory of civilising processes. But since Elias argues that, during these processes of sociogenesis tending towards psychogenesis, the external pressures are gradually internalised into self-constraint, does it mean that embarrassment predisposes shame? Kuzmics argues that it is impossible to be embarrassed without reference to others, or, as he puts it, it is ‘always a relational predicate’ (1991: 13). Naturally so is shame, but unlike embarrassment it seems to operate from within a person because it has already been internalised in the course of a civilising process, in contrast to embarrassment which is triggered externally by others and represents anxiety resulting from some kind of inadequacy during social interaction with others. It does not necessarily always have to turn into deeper feelings of shame. It will

⁸ This point was made to me by Helmut Kuzmics (personal communication).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
 PESQUISA
 PROCESSOS
 CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
 ARAUCÁRIA
 Apoio ao Desenvolvimento Científico
 e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
 GOVERNO DO ESTADO



LAI





become clearer when we look at it in relation to the naturists in my study.

My findings led me to realise that becoming a naturist involves a learning process of managing one’s basic drives and also, especially, of handling one’s own feelings of embarrassment and then shame. Even though Elias’s theory, which adopts an historical perspective, is valuable for understanding how it is possible for a group of people to enjoy their nakedness without satisfying their own most basic sexual instincts, we shall focus for a while on a smaller picture of how it works in practice. Is a discussion of the connection between embarrassment and shame just a chicken and egg argument? Can one exist without the other? Since, in Freudian terms – which were also used by Elias – the superego controls the functions of ego, does this mean that embarrassment represents feelings arising from external constraint, and then consequently shameful emotions are directly linked to self-constraints? Can we allow ourselves to delve into this kind of simplification?

In more ‘normal’ or ‘average’ scenarios within our western societies, it is one of the biggest nightmares even to imagine being seen naked in public. A person faced with a situation like this would experience severe feelings of embarrassment accompanied by an urge to hide the most intimate areas of his or her body, accompanied by somatic symptoms like a racing heart, sweaty palms, possible trembling of hands, stuttering, dilated pupils and blushing (Goffman, 1967). That seems to us to be the reaction we should expect, and how we would imagine it to be in the first place. According to Goffman, during everyday interactions with other people a person tends to avoid situations that he or she may find potentially difficult to handle from the perspective of trying to stay at ease as much as possible. Even if it is not always possible, individuals are still expected to keep some sort of balance when that happens, or at least strive towards this kind of equilibrium. But what if a person is willingly seeking out situations where they would normally experience a severe form of discomfiture or humiliation? That is where the case of naturism is particularly useful in understanding the mechanisms behind embarrassment and shame. In a chapter on embarrassment, Goffman addressed the intensity of experiencing embarrassment:





Some occasions of embarrassment seem to have an abrupt orgasmic character; a sudden introduction of the disturbing event is followed by an immediate peak in the experience of embarrassment and then by a slow return to the preceding ease, all phases being encompassed in the same encounter. A bad moment thus mars an otherwise euphoric situation. (1967: 100)

This passage helps me to develop an explanation for the mechanisms of handling embarrassment by naturists, especially in relation to the theory of informalisation. I shall elaborate on it towards the end of this chapter.

When a person enters a naturist environment for the first time –and was not in any way coerced to do so – the initial moments are characterised by the more or less extreme levels of anxiety that we refer to as embarrassment. But because there is no element of surprise and the person willingly chooses to participate in this ‘risky’ social situation, we can assume that the element of humiliation is eliminated. According to Goffman, the embarrassment does not arise from moral breaches, but rather from moral obligations to do with expectations of the individual’s ‘performance’. These require him or her to maintain composure, and if that is not in accordance with what is expected of the person, it is others who will project their disapproval.

In the light of Elias’s theory, the difference between embarrassment and shame lies in the phase of the process of transgression when external social opinion comes into play. According to Elias, embarrassment is based on just a transgression of social opinion, which does not threaten the individual with the loss of love or respect of others; one can still recover from it through some form of retaliation. When it comes to shame, the transgression has already taken place and it is now not only part of the prevalent social opinion and expectation, but has already been internalised in the form of a person’s superego – so now the constraint comes from within. Keeping all this in mind, let us turn to the topic of this study itself – the naturists.

When a naturist (or a person who wants to become a naturist) takes off his or her clothes within a naturist environment, it will be embarrassment that he or she experiences

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





first – rather than shame, as we may wrongly assume. Embarrassment rather than shame comes about mainly because the person first chooses willingly to bare it all in front of other people, and second does so in front of other naked people. What the person experiences, then, is a feeling of embarrassment linked to the notion of breaking the rules internalised within the superego, but because there are only other naked people present, the element of negative judgement is removed. It is the fear of this type of negative judgement that triggers feelings of shame. However, if one were to expose oneself in a public place surrounded by ‘textile’ people, feelings of humiliation would be inevitable.

Conclusion

In this paper I applied a more close-up view to the behaviour associated with experiencing shame and embarrassment, emphasising the differences between the two, which are often elided and taken for granted by sociologists and psychologists. The Goffmanian lense helps to uncover new meanings of tools for handling embarrassment, and then to determine its function in the society. It also offers a good insight into the experience of shameful feelings from the individual’s point of view, presented here through the perspective of the naturist participants in my study. Yet Elias’s theory of civilising processes permits us to see a more comprehensive and broader vision of how the individual operates within society and relates to others. Both, the long-term perspective on the changes in thresholds of embarrassment and shame related to the naked body and the up-close micro perspective, have been of paramount importance in grasping the complexity of the mechanisms behind these emotions.

Literature

Becker, Howard S. (1953) ‘Becoming a marihuana user’, *American Journal of Sociology*, 59 (3): 235–42. [Reprinted in *Outsiders*, New York: Free Press, 1963, pp. 41–58.]

Becker, Howard S. (1963) *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*. New York: The Free Press.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





- Elias, Norbert (2012 [1939]) *On the Process of Civilisation: Sociogenetic and Psychogenetic Investigations*. Dublin: UCD Press [Collected Works, vol. 3].
- Elias, Norbert (2013b [1974]) 'On the process of civilisation revisited: interview with Stanislas Fontaine', in *Interviews and Autobiographical Reflections*. Dublin: UCD Press [Collected Works, vol. 17], pp. 174–82.
- Elias, Norbert and Eric Dunning (2008 [1986]) *Quest for Excitement: Sport and Leisure in the Civilising Process*. Dublin: UCD Press [Collected Works, vol. 7].
- Górnicka, Barbara (2016) *Nakedness, Shame and Embarrassment. A Long-term Sociological Perspective*. Wiesbaden: Springer VS.
- Goffman, Erving (1967) *Interaction Ritual: Essays on Face-to-Face Behaviour*. New York: Pantheon.
- Goffman, Erving (1990a [1959]) *The Presentation of Self in Everyday Life*. London: Penguin.
- Gouldner, Alvin (1971) *The Coming Crisis of Western Sociology*. London: Heinemann.
- Jolly, Penny Howell (2012) 'Pubics and privates: body hair in late medieval art', in S. C. M. Lindquist (ed.), *The Meanings of Nudity in Medieval Art*. Farnham: Ashgate, pp. 183–206.
- Kuzmics, Helmut (1991) 'Embarrassment and civilization: on some similarities and differences in the work of Goffman and Elias', *Theory, Culture and Society* 8 (2): 1–30.
- Shorter, Edward (2005) *Written in the Flesh: A History of Desire*. Toronto: University of Toronto Press.
- Warren, Howard C. (1933) 'Social nudism and the body taboo', *Psychological Review* 40 (2): 160–83.
- Wouters, Cas (2004) *Sex and Manners: Female Emancipation in the West, 1890–2000*. London: Sage.
- Wouters, Cas (2007) *Informalization: Manners and Emotions since 1890*. London: Sage.
- Wouters, Cas and Stephen Mennell (2015) 'Discussing theories and processes of civilisation and informalisation: criteriology', *Human Figurations* 4 (3).
<http://quod.lib.umich.edu/h/humfig/11217607>.*



17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

THE RELATIONSHIP BETWEEN “INDIVIDUALS” AND “SOCIETY” FROM THE PERSPECTIVE OF FIGURATIONAL SOCIOLOGY

Ph.D. Behrouz Alikhani
Universität Münster- Germany
behrouz.alikhani@uni-muenster.de

The study of the exact relationship of what is called “society” and “individual” is at the center of a figurational sociological approach. In his various theoretical-empirical studies, such as “On the Process of Civilization”, “Studies on the Germans”, “The Court Society” and “Established and Outsiders”, Norbert Elias tried to uncover this relationship in differently structured societies. In the work “The Society of Individuals”, written in three different parts at different times from 1939 to 1987, Elias presented the theoretical implications of his approach. In order to understand this relationship in the highly differentiated industrial societies, the researcher had to focus on the evolution and development of this relationship over the centuries. From such a long-term historical perspective, it is not only easier to understand the dynamics and direction of the change in this relationship, but also to better understand its current structure. In addition, one could theoretically abandon a purely descriptive and static level of explanation, which at present sometimes projects the conclusions of process-reduced studies to the entire history of the same society as well as to other differently structured societies. Therefore, Elias finds in the “Retreat of sociologists to the present time and their scape from the past” (see Elias 2006d, p. 297), especially since the Second World War, a danger to the sociological theory formation. In addition, there is the great problem of the departmentalization and over-specialization of human scientific disciplines, which attach more importance to analyzes than to larger syntheses (Elias 2006f, p. 307). Overall, as will be seen in this paper, the figurational-sociological approach is a clear criticism of the prevailing sociological approaches that implicitly or explicitly give priority to either the individual or his group in their theory formation.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





The term figuration

The term figuration has for Elias, in contrast to terms such as “society” or “system” the potential to investigate the ever-changing relationships between those that has been reifyingly and dehumanizingly called “society” and “individual” (see Elias 2006e, P. 172). For Elias, this type of conceptualization based on separation and dichotomies underlies a certain social habitus that has led to enormous intellectual blockages in different disciplines of humanities for centuries in European linguistic and intellectual traditions. Through this type of models of language and thinking one gets the impression that the multiplicity of people posed as “individual” and the multiplicity of people presented as “society” are ontologically different (see Elias 2001a, p. 9). According to Elias, various sociological theoretical approaches leave the problem of the relationship between “individual” and “society” unsolved, even though this question belongs to the core questions of sociological theory formation. Two strong sociological theories dominate the field here: theories that emanate from “individuals without society” and theories that give priority to a “system”, a “whole” (see Elias 2006b, p. 101). Attempts to conceptually connect these two levels, which are inseparable, remain vague and undifferentiated and lend themselves little to systematic empirical investigations. In contrast to such concepts, the term “figuration” differs from a predominant type of sociological conceptualization through the explicit inclusion of people in their more or less dynamic relationships with other people (see Elias 2006b, p. 100). The term figuration focuses attention on the interdependence of people (see Elias 2006e, p. 176). By virtue of their mutual dependencies and interconnectedness, humans form various constantly changing figurations. Both individuals and their figurations, that is, the way they are bound together, are changing. However, humans and their figurations have a kind of relative autonomy towards each other (see Elias 1997a, p. 51). Figurations are independent of the actions of single individuals but not independent of human actions in general (Elias 2006g, p. 468). However, the nature and degree of this relative autonomy differs according to the nature and pattern of individualization of each figuration, that is,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





of every “society” (see Elias 2006c, p. 323). In order to uncover the relationship between “society” and “individual”, one therefore needs more dynamic and more process-oriented concepts, which at the same time capture the two different but indivisible individual and social levels of human existence (see Elias 2006, p. 170).

Overcoming the homo clausus image of man

From a figurational sociological perspective, only through systematic comparative investigations on the basis of different case studies from differently structured figurations, it is possible to work out this complex relationship between these two different, but intimately intertwined levels of human existence. It also requires an effort to overcome a dominant image of mankind, which for centuries has relied on separations and dualism in the human sciences. According to Elias, this image of man is widespread throughout the classical philosophical tradition as well as in the resulting sociological theory building in Western European societies, which makes it possible to imagine a single person independent of his relationships with other people. This strongly spread and internalized image of man was described by Elias as “homo clausus” (see Elias 2006e, p. 156). According to Elias, this image of man points to a specific self and world experience of people from a certain period of the development of Western European societies. A person who is completely on his own and owns a kind of “closed personality” (see Elias 1997b, p. 47) that exists outside of and independent of the world” outside” (see Elias 2006c, p. 325). A process-reduced perspective, which wants to deal only with the state of more differentiated “societies”, fades out precisely this social and time-specific kind of problems, which has its roots in an unrealistic human and world view. The questions, which are based on a separation, duality and juxtaposition of figures and substances, inevitably belong to the self-evident aspects of sociological theory formation in highly individualized societies (see Elias 2006e, p. 172). With this kind of collective experience of self and world, it is difficult to imagine that even in these highly individualized and



differentiated societies, there is no separation between individuals and their “environment”, as this term suggests (see Elias 2006e, p. 16).

What is perceived as a self-contained being in the “inner” separate from “outside” is based on a distorted perception of reality, which, as indicated, has for centuries led to the establishment of certain models of language and thought. A critical examination of this image of man in terms of a reorientation requires a relatively high degree of self-distancing (see Elias 2006c, p. 325). In all his empirical studies, Elias tried to offer a series of models of language and thought that help to overcome such divisions. In the following I will briefly discuss these introduced language and thinking models regarding the relationship between “society” and “individuals”. For example, for Elias, the series of personal pronouns reveals precisely this fundamental interdependence between people (see Elias 2006e, p. 165). This series symbolizes the group character of individual human existence. The personal pronouns are not symbols of isolatable objects, but of a set of inseparable relationships and functions (see Elias 2006c, p. 327).

Affective valences

Another concept that can help to overcome the separation between humans and their figurations is the concept “affective valences”. Thus, according to Elias, the image of “homo clausus” can be replaced by that of “open man” (see Elias 2006e, p. 179). The term affective valences, which is different from “libidinal valences”, refers to the directed emotional attachments of people who can find their anchoring in other humans, animals, and objects. As a result, they can become saturated, or they can continue to search for saturation and anchorage “floating invisibly in the air”. When the affective valences have found anchorages, people, animals, objects, and symbols of that anchorage become so internalized that a separation or loss would feel like one had lost part of one’s body. This simple example is intended to clearly illustrate how to understand the peculiar permanence of the elementary emotional interdependencies between humans and the

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





corresponding interpersonal emotional ties (see Elias 2006e, p. 179). It also shows how fundamentally people rely on the saturation of their affective valences for other people.

The development of the valence configuration of humans is very closely connected with the development of their figurations. Over time, this can change from simple, small and poorly-differentiated family configurations of early childhood to far more complex and differentiated ones of adult age in a highly differentiated “society” (see Elias 2006c, p. 310). In less differentiated figurations, for example, the socialization instance of the family - the entire kinship relationship - forms the only valence figuration of humans. Sexual partnerships, friends and the so-called peer groups are found and maintained within this great relationship (see Alikhani 2016, p. 188 f.).

The need for an interdependence theory

The homo clausus image of man is also reflected in many other language and thinking models. The commonly used term “interaction” in research on “socialization” is another of them. In contrast to the term interdependence, the term interaction is again based on isolated individuals (see Elias 2006c, p. 328). A freely deciding individual represents the starting point of action and interaction theories. These theories are based on the same homo clausus human image that stylizes a freely decisive and acting individual (see Elias 2002a, p. 246). From this perspective, system theory is understood as a kind of supplementation and overcoming of action theories, ignoring the role of the “individual” (see Elias 2006c, p. 243). According to Elias, none of these theories of the so-called “micro and macro levels” lend themselves to systematic empirical investigations. The interdependence and interconnectedness of people cannot be grasped by the term “interaction”, which also presupposes a spatial and substantial separation between two units isolated from each other. The term “interaction” makes it appear that human relations are like the relation of substances that are in a physical causal relationship to each other, as between “two billiard balls”, which meet briefly and then separate again (see Elias 2001a, p. 44; 2006c, p. 324 f.). It requires a sociological “theory of



interdependence” (see Elias 2006a, p. 449), based on the observation that every human being belongs to a multitude of interdependent people from childhood. In the interdependent web into which he is born, the child develops his relative autonomy as he grows up, depending on the structure of his figuration (see Elias 2002a, p. 246). The term structure here refers to the functional dependencies by which people in a figuration are bound together (see Elias 2006c, p. 328 f.).

In contrast to lifeless objects, people live in a fifth dimension, that of the learned social symbols (see Elias 2001b, pp. 76 f.). Without access to the symbols of speech and knowledge of a particular group of people, a newborn child will not become a grown-up human being. Through this approach, the child learns a particular scheme of self-regulation in intercourse with other people in his respective figuration. By communicating through a language as the institutionalized form of the experiences of previous generations, these social experiences are passed on from one generation to the next (see Elias 2006b, pp. 100 f.). The experiences of previous generations thus determine the frame of reference of the experiences of subsequent generations. However, each individual person will enter into new relationships, depending on the pattern and degree of individualization of his or her figuration or figurations and thus gain new experiences, which in turn can lead to the transformation of his or her figuration or figurations. The frame of reference does not always remain the same. In this sense, the socialization and individualization processes are two sides of the same coin. They are different names for the same process (see Elias 2001a, p. 91; 2006b, p. 101). Socialization processes do not stop as long as a person lives (see Elias 2006c, p. 322).

The term “social habitus”

The term social habitus is another term that Elias used to oppose the antagonism of “society” and “individuals”. This term refers to the learned pattern of behavior, thoughts, action and feeling of people. In this sense, the social habitus is an integral part of the individual and personal habitus (see Elias 2002b, p. 148). In other words, it is a

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





specific “stamp” that every individual, despite his diversity, shares with other members of his figuration. This shared “imprint” of the interdependent individuals forms the topsoil from which emerge those traits that distinguish one individual from other people with whom he forms a figuration (see Elias 2001a, p. 244). This learned pattern anchors itself very deeply with each individual and contributes to the fact that specific reaction patterns are evoked in each of them in certain situations in a figuration. Basically, this customary “stamp” for the individual in a figuration forms the frame of reference of their perception and interpretation. The possibility of self- and external evaluation by people in a figuration requires this “stamp”. In this way, shared experiences of particular people in a figuration are socially inherited and transmitted to subsequent generations in the form of verbal and non-verbal symbols (see Elias 2001a, p. 48). These institutionalized and as such independent symbols also have a significant survival function for humans. Without these shared symbols, the orientation and control of behavior, thoughts, feeling, and action by single individuals in a human group is hardly possible. In addition, they give people stability and security. These patterns, automated through learning and internalized, appear so natural to individuals in a figuration that they perceive them as something eternal and unchangeable. The social habitus, however, is not an immutable “thing”, but a “change-continuum” (see Elias 2004, p. 14) that is constantly changing with the changing of people’s relationships and the concomitant experience of these changing relationships. Therefore, the social habitus does not unilaterally characterize people in a figuration - as the rigid concepts of “imprint” and “stamp” suggest - but, depending on the pattern and the degree of individualization of the particular figuration, it becomes individual, in spite of its relative autonomy. Therefore, “[...] the single human being is coin and paw-stick at the same time.” (see Elias 2001a, p. 84). The social habitus is shaped by people and changes in the way the language of a figuration changes. The balance between continuity and change depends on the scope of the new experiences that members of a figuration can make. Depending on the nature and degree of differentiation and complexity of a figuration and the freedom of action of individuals in this figuration to gain new experiences, the pattern and extent of the

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
 PESQUISA
 PROCESSOS
 CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
 GOVERNO DO ESTADO



LAI





individualization of the social habitus is different. In this respect, the strength and depth of the social habitus are closely related to the structure of the respective figurations (see Elias 2001a, p. 282).

The social habitus is more single-layered in less differentiated figurations and accordingly firmer and more consistent. In more differentiated state configurations, where the possibilities for new relationships and experiences are more numerous because of the progressive functional differentiation of their figuration, the structure of the social habitus is more differentiated and more complex. Here one recognizes the direct connection between the change of figuration or social structure in the course of state-building processes and the change in the social personality structure or social habitus. In the course of state-building processes and the transition from a pre-state to a state integration unit, a directed process of habitus change takes place (see Elias 2005, pp. 8 ff.). The feelings of loyalty and belonging to the older surviving units, such as extended families and clans, are gradually weakening, and new feelings of loyalty and belonging to higher levels of integration are formed. In the course of this process, the more personal and concrete bonds are replaced by relatively more impersonal and abstract relationships, which serve as objects of common identification of people in a figuration.

The balance of the we-I-identity

The we-I-balance of a human being forms an integral part of his social habitus (see Elias 2001a, p. 245). In this respect, changing the weights and patterns of we-I identity is one aspect of long-term habitus changes. As the functional differentiation of a figuration progresses, there is a shift in the balance of the we-I identity of those affected. In the course of these processes, which in turn are closely linked to the state-building processes, many people are increasingly turning out to be closer to local birth and protection organizations. The cohesion of these pre-state or early birth organizations loosens with the growing loss of their protection and control functions. Units such as extended families, relatives, clans, village communities, estates and guilds are

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





increasingly losing their behavioral control function. The self-evident strong identification with these entities, due to their protective and defensive function, inherited from generations to generations and emotionally anchored as such, is gradually diminishing. The state increasingly assumes the function of pre-state survival units. In the course of these processes, new organizational units emerge that represent a higher stage of development of a “society”. With the process of progressive functional differentiation and the associated “functional democratization”, especially in the later phase of national state-building processes, in the course of the transition from autocratic-dynastic to democratic nation-states, the individuals get in the new, more urbanized state associations in a state society wider Freedom of decision and action. In this phase of social development, single individuals can and must, to a much greater extent, decide for themselves and take over the regulation of their own behavior. The frame of reference of people’s experiences is differentiated and, due to this differentiation, the possibility of constantly gaining new experiences becomes greater. The experiences resulting from the new relationships gradually shape newer strata in the social habitus of those affected. From this context, the diversity of the “imprints” of individual people and groups of people despite all their similarities in a figuration is to be explained. These processes, which are also referred to as individualization processes, influence the balance shift between self- and external control of individual behavior more in favor of the former. However, these are only partial processes of the social transformations and are regarded as an important aspect of the “processes of habitual democratization” (see Gholamasad 1993, p 394, see Alikhani 2012, p 54 ff.). In the course of shifting the balance between self and external control of individual behavior, the entire structure of the social habitus of the affected people changes. This shows the enormous plasticity and formability of the Gestalt quality of a person’s mental functions and their orientation towards other people, with whom he or she forms a group (see Elias 2001a, p. 89).

The we-identity of the people gets a new reach in the course of these processes. In the new state-organized figurations, the emotional affiliation with the newly created functions and integration units gradually forms the more dominant layers of the social

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





habitus of human beings. The transition to newer attachments, however, is associated with many psychological tensions and conflicts. The previously more dominant layers of social habits are forcing the affected people to become more identifiable with the previously familiar social canons and we-entities (see Elias 2001a, p. 245). Generational conflicts that go hand in hand with loyalty conflicts are one aspect of these societal conflicts. In the course of integration processes and with the change of the experience of humans from themselves and from other objects and humans, which are accompanied by the emergence of new group formations, new I and we-images and I and we-ideals are constituted. The process of shifting the balance of we-I-identity can be described as the process of shifting the balance of self and external constraints in favor of the former. The reference to the balance shift between these two opposite poles emphasizes the changeability and at the same time the reversibility of these transformations (see Elias 2001a, p. 12 f.).

Not only do people have a picture of themselves that they can say “I” to, but they also have a picture of themselves as members of a figuration, a “society” of which we can say “we”. In less developed human figurations, the image of single individuals is overshadowed by their we image. The degree of self-distancing and self-reflection of the people in these figurations, where the individual scope for decision and action is very limited, is much lower than that of the people in the more complex and differentiated figurations. This difference can also be understood in the study of the language of people at these different levels of development. In summary, it can be said that the differentiation of a figuration and the differentiation of the language of their members go hand in hand. In this sense, individuals’ capacity for higher individual self-reflection is associated with structural changes towards an increase in figurative differentiation. Seen in terms of process and figurational sociology, language represents the entire world, as experienced by the members of a speech community. “Everything that members of a speech community can experience clearly and communicate to each other can be localized in their language” (Elias 2001b, p. 151). However, language is nothing more than the socially standardized phonetic symbols for certain objects and relationships that are transmitted from one generation to another generation. And as such it influences the

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





perceptions of other generations about the world they are experiencing (see Elias 2001b, 97). Only through the analysis of the language and the concepts of human beings in a figuration one can open sociologically a more realistic access to the structure of the social habitus of humans in that figuration. In this sense, conceptual analysis is also an instrument that can serve to provide a methodological access to the structure of the respective figurative degree of development. Since the terms have not only a communication function, but also an orientation and control function, one can work out through a conceptual analysis, which constraints are imposed on people in different figurative interrelations at different stages of development. The investigation of the emergence and development of different concepts and their changes of meaning reveals the direction of the structural changes of figurations (see Elias 2001a, pp. 209-217). For example, while terms such as “self-determination”, “self-actualization”, and “autonomy” tend to define the social habitus of people in highly individualized figurations, terms such as “honor”, “courage”, and “valor” control the behavior and feelings of people in hierarchically structured and less individualized warrior societies.

For people in less differentiated figurations, there is weaker tendency to have the ability or the need to make decisions on their own. The behavior of individuals in these figurations is more related to other people and objects. The individual acts there rather from the “we-perspective”. In the more differentiated state configurations, on the other hand, there is not only the possibility and ability, but also the need to decide relatively alone. Here the balance between self-regulation and external regulation shifts in favor of self-regulation. Here, people are even proud to be independent. However, one observes a greater seclusion between humans. The feeling of loneliness, however, is the other side of this state of independency (see Elias 2006c, p. 302).

The term scope of action and decision

Depending on the pattern and the degree of individualization of a figuration, people have different “scopes of decision and action”. In contrast to the term “freedom”,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





the dynamic and processual concept “scope of decision and action” put in the foreground the balance of scopes for decision and action of individuals within their different social functions and positions in relation to other social functions and positions in one Figuration. This scope widens or diminishes according to the structure of the figurations that humans form. Furthermore, this term indicates neither a zero point nor an end point (see Elias 2001a, pp. 242 ff.). The degree of limitation and variability of the individual scope for decision-making and action depends on the nature and degree of the individual ties and the strength of the mutual dependencies in the respective figuration. The structure of the figuration and the peculiarity of the functions that people have for each other are decisive for the scope of decisions and the extent of the room for maneuver of the same people (see Elias 2001a, p. 80). The scopes of decision making of individuals depends on the functions of their positions and the network of their functional and emotional dependencies. These scopes are always limited by other existing social positions and functions (see Elias 2002a, p. 38 f.). In the course of the progressive functional differentiation of a figuration arise new functions and positions with different power potentials. Precisely because of these different positions and functions, people in a figuration exercise “power” over each other. Similar to other figurational-sociological concepts, the concept of power is a relational concept. “Power” is an attribute of all human relationships. In other words, there is no human relationship without being a power relationship at the same time. In some circumstances, these relationships may change in favor of certain roles and positions and, accordingly, their function and position holders and to the detriment of others. Power relations are thus relations of dependence which can be shifted again and again (see Elias, 2006e, p. 152). Similar to other figurational sociological concepts, this kind of understanding of power has enormous potential for systematic empirical investigations (see Alikhani 2017, pp. 192-202).

The network of positions and functions cannot be reduced to its individual components. Although this has a relative autonomy of single individuals, but not of individuals at all. The momentum of human interdependencies is ever more compelling for the development of the structure of these positions and functions than the individual

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





decisions. However, this does not mean that the various individuals have no influence whatsoever on the course of social events. However, if one wants to do justice to the structure of social processes, one must distance oneself from the old ideological power struggle between collectivist-deterministic and individualistic-liberal theoretical approaches and set out in search of a more realistic image of man rather than artificial separations and dualities (see Elias 2001a, pp. 120 ff.). The fact that people are dependent on each other in different ways restricts the scope for their individual choices and actions. People enforce constraints over each other through these interdependencies. However, the patterns of interdependencies between them and the resulting constraints are not always the same. They are constantly changing in a dynamic and changing figuration (see Elias 2006a, pp. 451 ff.). The frame of reference of the new decisions and actions of single individuals always presupposes a long series of deliberate decisions and actions of the same individuals as well as the other involved ones within a figuration. Above all, the investigation of the unintended and unplanned consequences of the dynamics of these many interdependent, structured and directed actions and decisions is the task of a figurational-sociological approach (see Alikhani 2012, p. 189 ff.). It requires systematic interdependency studies on the basis of different case studies from different structured societies in order to more realistically work out the patterns of the interconnections of humans and their various dynamic figurations (see Elias 2002a, p. 354). In this paper, only an attempt has been made to present the theoretical implications of a figurational-sociological approach developed by means of various empirical investigations on the relationship between two inseparable and intertwined levels of human existence. Through new empirical studies, one can constantly re-examine, further develop the concepts of this approach.

Bibliography

Alikhani, Behrouz (2012): *Institutionelle Entdemokratisierungsprozesse. Zum Nachhinkeffekt des sozialen Habitus in Frankreich, Iran und Deutschland.* Wiesbaden: VS.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

- Alikhani, Behrouz (2016): Zum Verhältnis von Macht und Selbstwert; Praxis der traditionellen Eheschließungen zwischen Bakhtiari-Nomadenstämmen im Iran. In: Staubmann, Helmut (Hrsg.): Soziologie in Österreich – Internationale Verflechtungen. Innsbruck: Innsbruck University Press. S. 181-196.
- Alikhani, Behrouz (2017): Post-Democracy or Processes of De-Democratization? United States Case Study. In: Ernst, Stefanie, Weischer, Christoph und Alikhani Behrouz (Hrsg.): Changing Power Relations and the Drag Effects of Habitus. Theoretical and Empirical Approaches in the Twenty-First Century. Mannheim: Historical Social Research/Historische Sozialforschung (HSR). 42, Nr. 4. S. 189-206.
- Elias, Norbert (1997a): Über den Prozess der Zivilisation. Wandlungen des Verhaltens in den weltlichen Oberschichten des Abendlandes. In: Hammer, Heike et al. (Hrsg.): Gesammelte Schriften, Band 3.1. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Elias, Norbert (1997b): Über den Prozess der Zivilisation. Wandlungen der Gesellschaft. Entwurf zu einer Theorie der Zivilisation. In: Hammer, Heike et al. (Hrsg.): Gesammelte Schriften, Band 3.2: Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Elias, Norbert (2001a): Die Gesellschaft der Individuen. In: Blomert, Reinhard et al. (Hrsg.): Gesammelte Schriften, Band 10. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Elias, Norbert (2001b): Symboltheorie. In: Blomert, Reinhard et al. (Hrsg.): Gesammelte Schriften, Band 13. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Elias, Norbert (2002a): Die höfische Gesellschaft. In: Blomert, Reinhard et al. (Hrsg.): Untersuchungen zur Soziologie des Königtums und der höfischen Aristokratie, Gesammelte Schriften, Band 2. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Elias, Norbert (2002b): Über die Einsamkeit der Sterbenden in unseren Tagen/Humana conditio. In: Blomert, Reinhard et al. (Hrsg.): Gesammelte Schriften, Band 6. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Elias, Norbert (2004): Über die Zeit. In: Blomert, Reinhard et al. (Hrsg.): Gesammelte Schriften, Band 9. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Elias, Norbert (2005): Studien über die Deutschen. Machtkämpfe und Habitusentwicklung im 19. und 20. Jahrhundert. In: Blomert, Reinhard et al. (Hrsg.): Gesammelte Schriften, Band 11. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





- Elias, Norbert (2006a): Auf dem Weg zu einer Theorie der Gemeinschaften. In: Blomert, Reinhard et al. (Hrsg.): Aufsätze und andere Schriften I. Gesammelte Schriften, Band 14: Aufsätze und andere Schriften I. Frankfurt am Main: Suhrkamp. S. 436-490.
- Elias, Norbert (2006b): Figuration, soziale Prozesse und Zivilisation. In: Blomert, Reinhard et al. (Hrsg.): Aufsätze und andere Schriften III. Gesammelte Schriften, Band 16. Frankfurt am Main: Suhrkamp. S. 100-117.
- Elias, Norbert (2006c): Soziologie und Psychiatrie. In: Blomert, Reinhard et al. (Hrsg.): Aufsätze und andere Schriften I. Gesammelte Schriften, Band 14: Aufsätze und andere Schriften I. Frankfurt am Main: Suhrkamp. S. 287-330.
- Elias, Norbert (2006d): Über den Rückzug der Soziologen auf die Gegenwart. In: Blomert, Reinhard et al. (Hrsg.): Aufsätze und andere Schriften III. Gesammelte Schriften, Band 16. Frankfurt am Main: Suhrkamp. S. 297-333.
- Elias, Norbert (2006e): Was ist Soziologie?. In: Blomert, Reinhard et al. (Hrsg.): Gesammelte Schriften, Band 5. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Elias, Norbert (2006f): Wissenschaftliche Establishments. In: Blomert, Reinhard et al. (Hrsg.): Aufsätze und andere Schriften II. Gesammelte Schriften, Band 15. Frankfurt am Main: Suhrkamp. S. 243-344.
- Elias, Norbert (2006g): Zur Soziogenese der Soziologie. In: Blomert, Reinhard et al. (Hrsg.): Aufsätze und andere Schriften II. Gesammelte Schriften, Band 15. Frankfurt am Main: Suhrkamp. S. 451-500.
- Gholamasad, Dawud (1993): Zur institutionellen Entdemokratisierung weniger entwickelter Staatsgesellschaften als einem Habitusproblem. In: Mohssen Massarrat et al. (Hrsg.): Die Dritte Welt und wir: Bilanz und Perspektiven für Wissenschaft und Praxis. Freiburg (Breisgau): iz3w Verlag. S. 394-401.
- Gholamasad, Dawud (2001): Zum Umbruch im nachrevolutionären Iran. In: Orient 42, S. 617-638.
- Gholamasad, Dawud (2006): Selbstbild und Weltsicht islamischer Selbstmord-Attentäter. Berlin: Klaus Schwarz Verlag.



17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

LA CONSTRUCCIÓN SOCIAL DE LAS EMOCIONES. UN ENFOQUE RELACIONAL

Carina V. Kaplan⁹
(UBA – UNLP - CONICET)
kaplancarina@gmail.com

Resumen: Este trabajo ensaya una serie de aproximaciones acerca de cómo se estructuran las disposiciones para sentir en los procesos de socialización escolar. En particular, aborda la construcción social del respeto y su contracara, el menosprecio. Para ello, reivindica la necesidad de lograr aproximaciones teóricas y empíricas complejas sobre la realidad emocional que conforma la trama vincular de la vida en las escuelas. Entendiendo que las emociones son vías de recuperación de la memoria histórica y de las biografías subjetivas. Las modalidades de expresión de respeto forman parte de un proceso socio-histórico que genera disposiciones subjetivas para sentir. Dichas disposiciones delinear modos específicos de trato social organizando una configuración emotiva de matriz sociocultural e histórica. Las fuentes de respeto en las sociedades modernas se encuentran desigualmente distribuidas. En las sociedades capitalistas occidentales el respeto es un bien simbólico escaso porque se coloca solo a un pequeño número de individuos como objeto de reconocimiento (Sennett, 2003).
Palabras-clave: Emociones. disposiciones para sentir. socialización escolar. respeto y menosprecio.

Abstract: This paper tries out a series of approximations about how the dispositions to feel in the processes of school socialization are structured. In particular, it addresses the social construction of respect and its opposite, contempt. To do this, he claims the need to achieve complex theoretical and empirical approaches to the emotional reality that make up the linkage of life in schools. Understanding that emotions are ways of recovering historical memory and subjective biographies. The modes of expression of respect are part of a socio-historical process that generates subjective dispositions to feel. These dispositions delineate specific modes of social treatment by organizing an emotive configuration of sociocultural and historical matrix. The sources of respect in modern societies are unequally distributed. In Western capitalist societies, respect is a scarce symbolic good because only a small number of individuals are placed as an object of recognition (Sennett, 2003).
Keywords: Emotions. provisions to feel. school socialization. respect and minority.

⁹ Doctora en Educación por la Universidad de Buenos Aires (UBA), Profesora a cargo de las cátedras de Sociología de la Educación en la UBA y en la Universidad Nacional de La Plata. Investigadora Independiente del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Directora del Programa de Investigación sobre Transformaciones Sociales, Subjetividad y Procesos Educativos del Instituto de Investigaciones en Ciencias de la Educación (IICE) de la Facultad de Filosofía y Letras de la UBA.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCARIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ



LAI





Este escrito ensaya una serie de aproximaciones acerca de cómo se estructuran las disposiciones para sentir en los procesos de socialización escolar. En particular, aborda la construcción social del respeto y su contracara, el menosprecio. Para ello, reivindica la necesidad de lograr aproximaciones teóricas y empíricas complejas sobre la realidad emocional que conforma la trama vincular de la vida en las escuelas. Entendiendo que las emociones son vías de recuperación de la memoria histórica y de las biografías subjetivas.

Los lenguajes son una de las principales avenidas que unen la naturaleza y la sociedad o la cultura (Elias, 1994). El lenguaje de las emociones nos abre a la dimensión de lo humano en nuestras relaciones sociales. Constituir lazos junto a otros es lo que dota de sentido a nuestro existir. Los seres humanos, por medio de lenguajes, podemos comunicarnos y transmitir conocimientos y sentimientos de una generación a otra. Somos humanos precisamente porque tenemos esa inconmensurable capacidad de simbolizar y de aprender. El lenguaje, los pensamientos y las emociones nos organizan como individuos en la convivencia social.

En *El proceso de civilización. Investigaciones sociogenéticas y psicogenéticas* (Elias, 1987) se examina el aumento del autocontrol emocional de los individuos a partir de los periodos de la baja Edad Media y el Renacimiento temprano en Europa Occidental. Elias da cuenta allí de la vinculación existente entre los modos habituales de orientar el comportamiento y el cambio en las relaciones interhumanas, es decir, entre la estructura de las funciones psíquicas y la estructura de las funciones sociales. Para hacer inteligible el proceso civilizatorio se debe investigar la totalidad de los cambios morfológicos, psíquicos y sociales (Weiler, 1998 y 2009).

Desde una perspectiva de larga duración, la sociología figuracional aborda las transformaciones específicas que modelan el aparato psíquico y la forma de convivir de los seres humanos. La diferenciación progresiva de las funciones sociales, la constitución de institutos de monopolio de la violencia física y la estabilidad creciente de los órganos sociales centrales representan las transformaciones sociales que dan lugar a los cambios

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





de los hábitos psíquicos y corporales. Estas transformaciones son conceptualizadas por el autor como la civilización de los afectos o la moderación de los sentimientos (Elias, 1987).

Nos afirmamos sobre el supuesto de que no existe el punto cero de la historicidad, así como tampoco hay punto cero de la sociabilidad. La sensibilidad y la estructura afectiva están atravesadas por las motivaciones sociales y la orientación del comportamiento propio según los modelos de los círculos que marcan la pauta. Asimismo, es preciso considerar que existe una brecha generacional que distancia el comportamiento infantil del adulto. La pauta de comportamiento que se ha establecido en nuestra fase de la civilización se caracteriza por incluir una enorme distancia entre el comportamiento de los nominados como «adultos» y el de los “niños”.

En unos pocos años, los niños están obligados a alcanzar la pauta muy avanzada de sentimientos de pudor y de escrúpulo que ha ido constituyéndose a lo largo de los siglos. Sus impulsos infantiles tienen que someterse rápidamente a aquella modelación específica que es característica de nuestra sociedad, que se ha ido desarrollando lentamente en nuestra evolución histórica. Los padres no son otra cosa que los instrumentos a menudo insuficientes, los ejecutores primarios del condicionamiento; pero ya sea a través de ellos o a través de otros mil instrumentos, acaba siendo siempre la sociedad como un todo, el entramado total de los seres humanos los que ejercen la presión sobre los niños y los que, en definitiva, los configuran de un modo completo o incompleto.

También en la Edad Media era la sociedad como un todo la encargada de modelar a los individuos, aunque los mecanismos de la modelación, como los órganos de la ejecución y del condicionamiento, eran en gran parte distintos a los actuales. Lo más significativo es que la regulación y la represión a las que se sometía la vida impulsiva de los adultos eran notablemente menos estrictas que en la fase siguiente de la civilización y, a consecuencia de ello, también era menor la diferencia entre el comportamiento de los adultos y el de los niños. El grado de contención y regulación de los impulsos que unos adultos esperaban de otros no era mucho más grande que la que se imponía a los niños.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ





La distancia que separaba a los adultos de los niños, en comparación con la de hoy, no era muy grande.

El aumento de la regulación cada vez más diferenciada del conjunto del aparato psíquico, es decir una mayor diferenciación de las autoacciones, va de la mano de una progresiva diferenciación social, con su división de funciones, y la ampliación de las cadenas de interdependencia. “...con la diferenciación del entramado social también se hace más diferenciado, generalizado y establece el aparato sociogenético de autocontrol psíquico” (Elias, 1987, p. 540). Lo característico de esta transformación del aparato psíquico en el proceso civilizatorio es que desde pequeños se va inculcando a los individuos esta regulación cada vez más diferenciada y estable del comportamiento, como si fuera algo automático, como si fuera una autoacción de la que no pueden liberarse aunque lo quieran conscientemente. La red de las acciones se hace tan complicada y extensa y la tensión que supone ese comportamiento «correcto» en el interior de cada cual alcanza tal intensidad que, junto a los autocontroles conscientes que se consolidan en el individuo, aparece también un aparato de autocontrol automático y ciego que por medio de una barrera de miedos, trata de evitar las infracciones del comportamiento socialmente aceptado pero que, precisamente por funcionar de este modo mecánico y ciego, suele provocar infracciones contra la realidad social de modo indirecto.

Si las estructuras emocionales y las estructuras sociales son las dos caras de una misma moneda, ello significa posicionarse en una perspectiva donde ni las emociones pueden ser comprendidas sin tener en cuenta la dimensión estructural de lo social, ni esta última puede ser interpretada si no se pone en juego la producción de la vida afectiva de los sujetos. Las emociones están condicionadas por las situaciones sociales y por lo tanto, no es posible comprenderlas si no atendemos la mirada relacional de los seres humanos.

Una perspectiva de análisis sobre la vida emocional precisa partir del supuesto de que ninguna de las formas de comportamiento ni las disposiciones para sentir, por más asimiladas que las tengamos, pueden catalogarse como “naturales”. Los comportamientos sociales son producto de continuos movimientos cambiantes. Lo mismo sucede con las emociones y los sentimientos. De ello se desprende que la estructura emotiva es

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
 PROCESSOS
 CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
 ARAUCÁRIA
 Apoio ao Desenvolvimento Científico
 e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
 GOVERNO DO ESTADO



LAI





cambiante y necesita ser anclada en procesos sociohistóricos y culturales más amplios. Así el “yo siento” se complementa con el “nosotros sentimos” en configuraciones singulares.

La realidad sentimental o afectiva representa una dimensión central para comprender los procesos sociales ya que permite, en gran parte, dar cuenta de porqué los sujetos se comportan de una cierta manera en las configuraciones escolares. Las figuraciones son formadas por grupos interdependientes de personas: los seres humanos están orientados unos con otros y unidos unos con otros de las más diversas maneras; ellos constituyen “telas de interdependencia” (Elias, 1970, p. 15) de muchos tipos, tales como familias, escuelas, ciudades, estratos sociales o estados.

Las experiencias subjetivas afectivas son interdependientes de la estructura social. Lo cual nos permite proponer un enfoque socio-psíquico e histórico-cultural de las emociones que las inscribe en el contexto de las dinámicas y transformaciones materiales y simbólicas de una determinada sociedad. Emotividades asociadas al respecto y al menosprecio ocupan un lugar central en la producción de las experiencias de las y los jóvenes que transitan las escuelas y son una vía de comprensión de las relaciones imbricadas entre la estructura social y la estructura psíquica.

Respeto y menosprecio en la vida escolar

Vivimos bajo cadenas de generaciones de exclusión material y simbólica, por lo cual, a los fines de comprender las prácticas educativas, es preciso abordar sistemáticamente los vínculos de interdependencia y las emociones como dimensiones centrales en la producción y reproducción de la vida social.

De allí que adquiere relevancia la pregunta por las relaciones de respeto o menosprecio que se construyen en la vida escolar. La escuela deja huellas. Y de allí su valor simbólico sobre la conformación de nuestra organización afectiva.

En la producción de relaciones humanas de nuestro tiempo prevalecen temores y miedos ligados a los sentimientos de humillación, vergüenza y exclusión, en donde la

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná





valía social se fabrica sobre frágiles cimientos. Así relataba un estudiante que entrevistamos:

Me pone mal el rechazo, me da miedo hablar en público... Yo soy una persona que, cuando voy a un lugar donde no conozco a nadie, no hablo. Si no me hablan, no hablo. Por ahí es esa inseguridad que te tienen. Una vez que te abris, te discriminan o se burlan. Es así. (Estudiante Mujer, 5to año).

Se torna necesario, por tanto, un análisis profundo sobre la construcción social de las emociones. Siguiendo de cerca a Illouz, afirmamos que “sin duda la emoción es un elemento psicológico, pero es en mayor medida un elemento cultural y social” (2007, p. 16). Necesitamos seguir explorando la realidad afectiva en las que se refleja la vulnerabilidad del yo bajo las condiciones de la modernidad, vulnerabilidad que es institucional y emocional y es allí donde una reflexión en torno al respeto/menosprecio cobra vital relevancia.

La palabra “respeto” proviene del latín “respectus”, compuesta por el prefijo “re”, que significa “de nuevo”, “nuevamente” y “spectus” proveniente del verbo “specio”, que significa “ver”, “mirar a” (Díez Mateo, s/a). Por lo tanto, hace referencia a “mirar nuevamente”, “mirar dos veces”. El respeto representaría una visión más profunda que la surgida de las primeras impresiones interpretable en el marco de una relación (real o imaginaria) con el o los otros (individuos y grupos) (Kaplan y Silva, 2014). De acuerdo al diccionario de la Real Academia Española, el respeto está caracterizado a partir de la veneración o el acatamiento que se le hace a alguien. Incluye también: miramiento, consideración y deferencia. En el idioma portugués la palabra “respeito” posee la misma raíz latina y una significación similar a la del idioma español, pero además, con una acepción específica en la medida en que es definido como: “sentimiento que impide decir o hacer cosas desagradables al otro” y también como “miedo a lo que los otros puedan pensar de nosotros” (Diccionario Sopena, 2000). Así es que sostenemos que el sentimiento de temor a no ser considerado socialmente constituye una fuente de producción social del respeto (Kaplan y Silva, 2014).



Siguiendo la perspectiva de Elias (1987), entendemos las manifestaciones de respeto como expresiones de un código de comportamiento que una sociedad legitima en determinado momento histórico. Las modalidades de expresión de respeto forman parte de un proceso socio-histórico que genera disposiciones subjetivas para sentir. Dichas disposiciones delinear modos específicos de trato social organizando una configuración emotiva de matriz sociocultural e histórica (Kaplan y Silva, 2016).

En las sociedades capitalistas occidentales el respeto escasea porque se coloca solo a un pequeño número de individuos como objeto de reconocimiento (Sennett, 2003). Las fuentes de respeto en las sociedades modernas se encuentran desigualmente distribuidas y es en esta cuestión que radica la dificultad de poder expresarlo del lado de allá de las fronteras de la desigualdad. Según Martuccelli (2007), la necesidad de aceptación intersubjetiva es una dimensión central del proceso de individualización, que en la modernidad se presenta de una forma particular a partir del advenimiento radical de la individualidad que apela a nuevos mecanismos de aceptación de sí. Toda individualidad requiere de una actitud confirmatoria por parte de los otros. Son las diferentes modalidades de aceptación de sí por parte de los otros las que se manifiestan a través de las figuras del respeto. Las demandas de respeto pueden ser leídas como expresiones efectivas del sentimiento de individualidad que en las sociedades de occidente se encuentra atravesado por el ideal de la igualdad. Honneth (2010) argumenta que el protagonismo que ha cobrado el reconocimiento en la esfera social responde a un aumento de la sensibilidad moral producto de las reivindicaciones de los movimientos sociales, tales como el movimiento feminista. Estos movimientos vinculados a los Derechos Humanos exigen el reconocimiento de la dignidad de personas o grupos por su diferencia. Estas transformaciones conllevan a una discusión político moral que pone el foco en las cualidades deseables de las relaciones que los sujetos mantienen entre sí y a una transformación sobre la noción de justicia. El autor retoma el programa filosófico de Hegel en referencia a la autoconciencia del hombre que depende de la experiencia de reconocimiento social.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





La necesidad de ser reconocido cada vez en nuevas dimensiones de la propia persona abre en cierta manera un conflicto intersubjetivo cuya solución no puede consistir sino en el establecimiento de una esfera cada vez más amplia de reconocimiento (Honneth, 2010, p. 22).

El desarrollo de una vida satisfactoria se juega en la posibilidad de que las personas puedan experimentar múltiples formas de reconocimiento (en el amor, en el derecho y en la solidaridad). En el plano concreto, el despliegue de una vida satisfactoria es variable y está determinado históricamente. El reconocimiento representa una clave interpretativa que nos permite comprender la complejidad de las luchas sociales contemporáneas. En definitiva, entendemos al respeto como una práctica de carácter intersubjetivo por medio de la cual las personas se expresan reconocimiento mutuo.

Un componente que consideramos inherente a las prácticas de respeto es su carácter recíproco. Otro supuesto es que su análisis resulta inseparable de las condiciones sociales, culturales e históricas que organizan modos legítimos de sentir, pensar y actuar. Las demandas de respeto que solicitan los diferentes actores del espacio escolar pueden ser leídas como la afirmación de cierta sensibilidad de época. Un estudiante manifestaba el menosprecio que sentía en ciertos espacios:

...siempre pasaba por las escuelas del centro y siempre me miraban mal cuando salían los chicos y no me gusta eso. Porque como no tengo la misma ropa que ellos, o las mejores zapatillas o la mejor ropa te miran mal. Prefiero venir a una escuela donde seamos todos villeros y nos conocemos todos que ir a una escuela donde no nos conocen y nos tratan mal. (Estudiante varón, 5to año)

Trazamos un vínculo entre las expresiones de respeto o consideración hacia el otro y los procesos de pacificación social de nuestras sociedades (Elias, 1987, 2009). Existe una interrelación entre las percepciones de los sujetos y las transformaciones de los umbrales de sensibilidad social. La sensibilidad ante ciertos comportamientos y conductas es biográfica e histórica y lo es en el entramado de configuraciones particulares donde expande su sentido más hondo (Kaplan, 2011). Los comportamientos individuales

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





necesitan ser abordados en una matriz social donde se van entretejiendo los condicionamientos institucionales y las interacciones cotidianas (Elias, 2009).

Educar para el respeto constituye una demanda del sistema educativo y de la juventud que transita por las aulas. El respeto es un bien simbólico altamente valorado en la trama vincular de la cotidianeidad. Sentirse respetado da cuenta de la propia valía social. Su contraparte, el menosprecio, corroe la autoestima. Más aún entendiendo que el espacio escolar representa un ámbito de sociabilidad donde conviven grupos heterogéneos de jóvenes que se ven obligados a compartir largas jornadas en compañía (o bajo una sensación de soledad), lo que trae aparejado conflictividades latentes.

Palabras finales

El corazón de la obra de Elias late alrededor de la organización de las emociones desde una perspectiva de larga duración. La estructura afectiva no es una formación dada sino que es el resultado de un proceso de transformación cultural. Por tanto, las emociones portan un componente biológico que no puede escindirse de lo simbólico. El orden emotivo no es fijo.

Las desigualdades de género, étnicas y de clase constituyen uno de los mayores obstáculos en las expresiones de respeto mutuo (Sennett, 2003). Estas lógicas tensionan y corroen la construcción de lazo social, y favorecen el temor a quedar excluido. La amenaza ante la sola posibilidad de existir excluido opera como un mecanismo eficaz para la reproducción y producción de los (auto) límites simbólicos (Kaplan, 2013). Las relaciones escolares de interdependencia en contextos de exclusión producen experiencias emocionales asociadas a signos de estigmatización y distinción propios del ámbito escolar. Las emociones tales como el miedo, la vergüenza y la humillación se vinculan a ciertas prácticas de violencia y modos de conflictividad que tienden a replicar y/o resignificar la dinámica social del poder.

La pedagogía que se ejerce en las instituciones educativas opera con mecanismos disciplinarios que resultan más o menos eficaces y más o menos inconscientes cuyo

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





propósito consiste en que las y los niños, niñas y jóvenes sublimen sus afectos y contengan sus arrebatos. Modelar comportamientos ha sido una de las funciones de socialización principales de la escuela estatal moderna y occidental desde su misma génesis de constitución. Transformar la vida emocional ha sido una de sus tareas centrales. En tanto que configuración, la escuela posibilita la convivencia pacífica así como la conflictividad latente entre los sujetos que forman allí una suerte de “telas de interdependencia” (Elias, 1970, p. 15).

Los puntos de conflicto más comunes en la escuela están asociados a problemas de integración social expresados en tratos descalificatorios (burlas e insultos) hacia quienes se tipifican como diferentes donde prevalecen sentimientos de exclusión (Kaplan, 2013). El requerimiento de respeto emerge como una de las principales fuentes de malestar. Las diversas expresiones de inferiorización pueden generar sentimientos de desamparo e impotencia (Mutchinick, 2016). Estamos en condiciones de afirmar que los sentimientos de exclusión se vinculan a procesos de inferiorización social donde se construye una distancia simbólica entre incluidos y excluidos; lo que da cuenta de las complejas dinámicas de aceptación/rechazo que se entablan en la trama escolar (Kaplan, 2012).

Bibliografía

DICCIONARIO SOPENA Diccionario Portugués-Español. España: Editorial Sopena, 2000.

DÍEZ MATEO, F. Diccionario español etimológico del siglo XX. Academo, s/a.

ELIAS, N. Introdução à Sociologia. Lisboa: Edições 70, 1970.

ELIAS, N. El proceso de la civilización. Investigaciones sociogenéticas y psicogenéticas. España: Fondo de Cultura Económica, 1987.

ELIAS, N. Teoría del símbolo. Un ensayo de antropología cultural. Barcelona: Península, 1994.

ELIAS, N. Los alemanes. Bueno Aires: Nueva Trilce, 2009.

HONNETH, A. Reconocimiento y menosprecio. Sobre la fundamentación normativa de una teoría social. Madrid: Katz, 2010.

ILLOUZ, E. Intimididades congeladas. Las emociones en el capitalismo. Buenos Aires: Katz, 2007.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

KAPLAN, C.V. Jóvenes en turbulencia. Miradas críticas contra la criminalización de los estudiantes. *Revista Propuesta Educativa*, N° 35, 2011, p. 95-103.

KAPLAN, C.V. Mirada social, exclusión simbólica y auto-estigmatización. Experiencias subjetivas de jóvenes de educación secundaria. En C. V. KAPLAN; L. KROTSCH y V. ORCE (eds.) *Con ojos de joven. Relaciones entre desigualdad, violencia y condición estudiantil*. Buenos Aires: Editorial Facultad de Filosofía y Letras, UBA, 2012.

KAPLAN, C. V. (Dir) *Culturas estudiantiles. Sociología de los vínculos en la escuela*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2013.

KAPLAN, C. V. y SILVA, V. O respeito como categoria socioeducativa. Uma desconstrução para a pesquisa. En KAPLAN, C. V., y SARAT, M. *Educacao, Subjetividade e diversidade: pesquisas no Brasil e na Argentina*. Londrina: Universidad Estadual de Londrina, 2014, p. 101-113

KAPLAN, C.V. y SILVA, V. Respeto y procesos civilizatorios. Imbricación socio-psíquica de las emociones. *PRAXIS educativa*, 20 (1), 2016, p. 28-36.

MARTUCCELLI, D. *Gramáticas del individuo*. Buenos Aires: Losada, 2007.

MUTCHINICK, A. Atributos que humillan. Un enfoque relacional sobre las humillaciones entre estudiantes de educación secundaria. *Revista Educación y Ciudad*, 31 (Julio-Diciembre), 2016, p. 15-26.

SENNETT, R. *El respeto. Sobre la dignidad del hombre en un mundo de desigualdad*. Barcelona: Anagrama, 2003.

WEILER, V. *Figuraciones en proceso*. Bogotá: Fundación Social, 1998.

WEILER, V. Algunos antecedentes de la estrategia de investigación de Norbert Elias. En C. V. KAPLAN y V. ORCE (coords.) *Poder, prácticas sociales y proceso civilizador. Los usos de Norbert Elias*. Buenos Aires: Noveduc, 2009, pp.33-42.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

MUERTE JOVEN EN LOS MÁRGENES. LECTURAS DESDE LA SOCIOLOGÍA FIGURACIONAL DE NORBERT ELIAS.

Dario H. Arevalos
CONICET/IICE-UBA, ARGENTINA
dar.arevalos@gmail.com

Resumen: Este trabajo recupera las contribuciones de Norbert Elias para estudiar la relación que las y los jóvenes establecen con la muerte en sociedades atravesadas por la desigualdad y la exclusión. Teniendo en cuenta relecturas de su obra desde el campo sociológico, se indaga sobre los posibles procesos descivilizatorios a partir del resquebrajamiento de las redes de interdependencia y la despacificación de la vida cotidiana propia de ciertas configuraciones socio-espaciales.

Palabras clave: Emociones-proceso de civilización-violencia institucional

Abstract: This work recovers the contributions of Norbert Elias to study the relationship that young people establish with death in societies crossed by inequality and exclusion. Taking into account re-readings of his work from the sociological field, one inquires about the possible uncivilization processes from the cracking of networks of interdependence and the de-regulation of the daily life proper to certain socio-spatial configurations.

Keywords: Emotions-the process of civilization-institutional violence

Introducción

La teoría de la civilización de Norbert Elias da cuenta de los cambios en los hábitos psíquicos y corporales producto de un proceso de larga duración que va desde el Siglo XIV hasta el Siglo XVIII. El proceso civilizatorio transformó la actitud de los individuos hacia la muerte en consonancia con el surgimiento de las sociedades modernas donde la administración vertical de los miedos y el monopolio violencia conforman el *nudo gordiano* de las operaciones del Estado (WACQUANT, 1998).

El proceso de pacificación social que supuso estas transformaciones, se pone en tensión en ciertas configuraciones socio-espaciales donde las y los jóvenes de sectores populares se enfrentan cotidianamente frente a la posibilidad de morir. Lo cual implica advertir que las relaciones con la muerte están sobre-determinadas por una biografía que se entrama en un contexto histórico y cultural que le da sentido.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





A partir de las contribuciones de la sociología figuracional de Norbert Elias sobre la relación entre el miedo y la muerte, se propone una lectura posible para pensar el proceso civilizatorio en nuestro contexto regional caracterizado por una violencia institucional que afecta la vida de las y los jóvenes más vulnerables.

Miedo y muerte en el proceso de civilización

La conciencia sobre la muerte estructura la existencia humana y remite a los miedos más entrañables (KESSLER, 2009). Y es a través de esta dimensión de la emotividad que se regulan las percepciones frente a situaciones amenazantes, desconocidas o incontrolables.

Tradicionalmente, el miedo fue situado como una manifestación subjetiva y como fruto de una acción irracional. Lo cual, explica por qué ha ocupado un lugar marginal en las ciencias sociales durante mucho tiempo (LE BRETON, 2012; SCRIBANO, 2012; SCRIBANO y LISDERO, 2010). En las últimas décadas, sin embargo, con la confluencia de diversas disciplinas, se ofrecen conceptualizaciones fructíferas para el análisis de los procesos emotivos que tienen lugar en cada época y contexto social (BERICAT ALASTUEY, 2000; ILLOUZ, 2007; LE BRETON, 1999, 2002).

La sociología figuracional de Norbert Elias, es un ejemplo destacable en estos desarrollos. En su trabajo titulado: *El Proceso de la Civilización. Investigaciones Sociogenéticas y Psicogenéticas* (ELIAS, 1987) se analizan los cambios en los hábitos psíquicos y corporales producto de un proceso de larga duración que va desde el siglo XIV hasta el siglo XVIII. La perspectiva epistemológica y teórico-empírica de esta obra permite dar cuenta de las profundas imbricaciones entre los cambios estructurales que suceden a lo largo de la historia y la consiguiente transformación de la configuración afectiva/emocional del individuo (KAPLAN, 2016).

Retrospectivamente, el proceso civilizatorio transformó la actitud de los individuos hacia la muerte fundamentalmente en relación a sus emociones. En este viraje el miedo a morir deja de hundir sus raíces en la violencia física, en la amenaza de muerte

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





que otros producen sobre la propia existencia y se interioriza como auto-coacción. El miedo a la muerte se aplaza configurando una estructura emotiva que dependerá cada vez menos de las heterocoacciones:

El hombre tiene que resolver dentro de sí mismo una parte de las tensiones y de las pasiones que antiguamente se resolvían directamente en la lucha entre individuos (...) Las coacciones pacíficas que ejercen sobre sus relaciones con los demás van incrustándose en su personalidad. Se consolida un aparato de costumbre peculiar, un «super-yo» específico que pretende regular, re-formar o reprimir continuamente sus afectos de acuerdo con la estructura social (ELIAS, 1987, p.459).

La interiorización de las pasiones que confluye en un proceso de pacificación de lo social es resultante de los cambios en las formas de organización de las relaciones humanas que se dan con el surgimiento de los Estados Nación. Las mismas establecen una diferenciación progresiva de las funciones sociales, institutos de monopolio de la violencia física y la estabilidad creciente de los órganos sociales centrales.

La pacificación social por intersección del Estado que monopoliza la violencia y administra los miedos de manera vertical ha conformado la base de las sociedades modernas europeas. El miedo se erige como un regulador del comportamiento y como mecanismo eficaz de control y auto-control que modelarán los impulsos según los límites socialmente aceptados.

En estas sociedades, el individuo está protegido frente al asalto repentino, frente a la intromisión brutal de la violencia física en su vida; pero, al mismo tiempo, también está obligado a reprimir las propias pasiones, la efervescencia que le impulsa a atacar físicamente a otro (ELIAS, 1987, p.454).

De modo que todos los aspectos sociales que ponen en peligro la vida en común y, particularmente, la vida de cada individuo, se ven cercados de un modo más comprensivo por reglas sociales, y al mismo tiempo, por reglas de la conciencia. La *economía afectiva* supondrá de este modo, el “dominio de las emociones espontáneas, la

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





contención de los afectos, la ampliación de la reflexión más allá del estricto presente para alcanzar a la lejana cadena causal y a las consecuencias futuras” (ELIAS, 1987, p.454).

En la *Soledad de los moribundos* (1989) Elias focaliza el análisis de la muerte en las sociedades occidentales a partir de la relación de los vivos con los muertos. Como parte de este proceso de pacificación social, la relación con la muerte también se transforma: quedando bajo la égida de una esfera íntima e individual. De esta manera, la forma pública de morir de los tiempos precedentes a la modernidad, dará paso a la muerte privada como parte del proceso de civilización. La *represión de la muerte* en tanto condición de posibilidad de la transformación psico-afectiva del individuo moderno tendrá su correlato en la marginación de los muertos en el mundo de los vivos.

Al quedar oculta detrás de las bambalinas de la vida social (ELIAS, 1989), la muerte desaparece del espacio público, se aparta del corazón de la vida comunitaria, lo cual implica un proceso de desocialización de la misma (BAUDRILLARD, 1980). El hospital se convierte en el lugar por excelencia donde los individuos irán a morir despojados de sus seres queridos (ARIÈS 1999, 2000; BAUDRILLARD, 1980; ELIAS 1989). La vida y su culminación quedan en manos de especialistas autorizados que serán la cara visible del Estado: los médicos y su equipo de trabajo (DE MIGUEL, 1995).

El desarrollo del conocimiento científico posibilitó un notable aumento de la esperanza de vida en la población y de la previsibilidad de la vida a través de la salud (BATISTA ANDRADE, 2012). De forma inédita, la muerte se convierte en un fenómeno aséptico en la historia occidental, como así también todo aquello que la rodea: los olores de los cuerpos y los detalles del sepulcro se aíslan de la vida cotidiana convirtiéndose en elementos estructurantes de los umbrales modernos de asco y vergüenza (ELIAS, 1989).

Las transformaciones socio-históricas que confluyen hacia la muerte moderna como tema tabú, expulsada de la vida pública y convertida en un fenómeno vergonzante, nos llevan a afirmar que la misma es un reflejo de las formas en que se organizan las sociedades. Y que la estructura psico-afectiva de los individuos no puede deslindarse de estas condiciones estructurales.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Las particularidades de nuestra región latinoamericana, sin embargo, permiten establecer ciertos matices respecto a las características de la muerte moderna occidental que hemos ido esbozando. Fundamentalmente ante generalizaciones como la edad, el género, la clase y la forma de morir (GAYOL y KESSLER, 2011). Es por ello que, ante lo expuesto, nos preguntamos por la relación que se establece con la muerte, cómo se la concibe y qué lugar ocupa en contextos donde la vida es más difícil de prever y el futuro es más difícil de imaginar.

Muerte joven en el proceso de civilización

La noción de finitud humana situada en un tiempo y espacio limitado se construye a partir del proceso de socialización en el marco de la cultura (GARZA SALDÍVAR, 2017). Las relaciones que se establecen con la muerte y los moribundos, sin embargo, no son accidentales ni homogéneas. Denotan las peculiaridades de las formas en que se organizan las sociedades y la estructuración específica de las emotividades de los individuos que la conforman (KAPLAN, 2013).

Es por ello que GAYOL y KESSLER (2011) señalan la importancia de llevar a cabo un análisis situado que permita dar cuenta las particularidades que asume la muerte en nuestro contexto regional. Particularmente en ciertas configuraciones socio-espaciales (WACQUANT, 2001) donde las condiciones vitales son más inseguras debido a que las cadenas de interdependencia se diseminan y la violencia criminal e institucional afecta la vida de miles de personas, sobre todo de las y los jóvenes (AUYERO y BERTI, 2013).

Los autores relativizan la idea de buena muerte propia de las sociedades modernas cuya esperanza de vida va en aumento: “aquella que sucede al final de una vida, en la vejez, por una enfermedad controlada por el saber médico que no implica una larga agonía” (GAYOL y KESSLER, 2011, p.21). Ello se evidencia en el incremento constante de la tasa de mortandad juvenil tanto en nuestro contexto nacional como a nivel

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





internacional debido a múltiples causas externas: muerte joven en accidentes de tránsito, muerte joven por suicidio, entre otros¹⁰.

En Argentina, uno de los flagelos más importantes es la muerte de jóvenes de sectores populares por parte de la policía u otras fuerzas de seguridad. Si bien no existen datos oficiales que registren estos decesos, organizaciones sociales nucleadas en la CORREPI¹¹ anualmente configuran un trabajo estadístico acerca de las tasas de mortalidad juvenil por parte del aparato represivo del Estado.

En su último informe correspondiente al año 2017, señala que cada 23 horas muere un individuo en un suceso de gatillo fácil y que esta forma de morir es la principal causa de muerte de las y los jóvenes de sectores populares. El documento señala además que el 47% de estos sucesos afectaron a individuos de 15 a 25 años y el 76% de los casos se corresponde a personas de 15 a 35 años. Se concluye de este modo que para el Estado *ser joven es un delito* y que la represión estatal se descarga sobre esa población para disciplinarlos.

Las situaciones de muerte violenta también se ven reflejadas en crónicas periodísticas y trabajos de tipo etnográficos realizados en la Provincia de Buenos Aires (ALARCÓN CASANOVA, 2009, 2010; AUYERO y BERTI, 2013; HACHER, 2011) donde se describe el complejo vínculo de las y los jóvenes de sectores populares con las fuerzas de seguridad.

Así, los casos de mortalidad juvenil en manos del aparato represivo del Estado, se convierten en hechos que están profundamente imbricados en su vida cotidiana (AUYERO y BERTI, 2013). Los decesos que acontecen en los barrios, en la vía pública y de manera habitual ponen en entredicho algunas definiciones sobre la muerte en la modernidad occidental, como un fenómeno individual, privado y desterrada del mundo de los vivos (ARIES, 2000, ELIAS, 1989, DE MIGUEL, 1995, GORER, 1965).

¹⁰ Datos suministrados por informe “Situación de salud de las y los adolescentes en Argentina” elaborado por el Ministerio de Salud y Unicef en 2016.

¹¹ La Coordinadora contra la Represión Policial e Institucional es una organización política que activa en el campo de los Derechos Humanos. Entre sus principales tareas, elaboran anualmente un informe sobre personas asesinadas por el aparato represivo del estado desde la vuelta a la democracia en 1983. Para más información: <http://www.correpi.org/2017/archivo-2017-cada-23-horas-el-estado-asesina-a-una-persona/>



Junto a la violencia interpersonal y criminal que estructuran las relaciones sociales en la periferia de las grandes ciudades, la forma específica que asume el Estado vulnera los cimientos del proceso civilizatorio que hemos descrito (ELIAS, 1987). En la medida en que existe un “repliegue de los componentes sociales y económicos del Estado [que conlleva] la consiguiente desintegración del espacio público y el resquebrajamiento de los lazos sociales en el corazón urbano” (WACQUANT, 2010, p.12).

Debido al incremento de la fragmentación y exclusión social de amplios sectores de la población, las y los jóvenes de sectores populares se convierten en supernumerarios cuyas vidas son desechables (CASTEL, 1998). Este proceso no debe ser entendido producto de una ausencia de Estado o la militarización de ciertos territorios, sino por una particular presencia estatal que es "simultáneamente intermitente, selectiva y contradictoria" (AUYERO y BERTI, 2013, p.120), cuyo brazo punitivo muchas veces reprime una criminalidad en la que participa.

En sociedades profundamente desiguales y polarizadas las y los jóvenes de sectores populares son acusados como los culpables de todos los males que aquejan a la paz y seguridad social (KAPLAN, 2009, 2011, KESSLER, 2009). La relación de poder que se establece a partir de la atribución de rasgos negativos hacia este sector poblacional, responde a una distancia real o simbólica que se fundamenta a través de una demarcación socio-espacial (KAPLAN, 2012; KESSLER, 2012).

De este modo, la proximidad que las y los jóvenes establecen con la muerte está en íntima relación con los procesos de estigmatización de los discursos sociales imperantes (BERICAT ALASTUEY, 2005; SAEZ, ADDUCI y URQUIZA, 2013) como así también con la estructura de las posiciones y oportunidades vitales donde sus vidas tienen menor valor.

Palabras finales

Lo social funge como receptáculo de la producción fundamental de la experiencia emocional (GOUDSBLOM, 2008; WOUTERS, 2008) donde las y los jóvenes de sectores

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





populares interiorizan sus límites y sus posibilidades. El sometimiento a situaciones de exclusión y vulnerabilidad social los lleva hacia la realización de experiencias, que en muchas ocasiones, los enfrenta con la posibilidad real de su propio deceso.

Las contribuciones de Norbert Elias y sus relecturas, permiten habilitar futuras reflexiones acerca de las relaciones que las y los jóvenes establecen con la muerte propia y la de un coetáneo. Retomando las categorías de Kaplan (2008) sobre los límites objetivos y las esperanzas subjetivas donde construyen su biografía social; será posible indagar por la incidencia de las condiciones de existencia en sus perspectivas de presente y de futuro.

Bibliografía

ALARCÓN CASANOVA, C. Cuando me muera quiero que me toquen cumbia. Vidas de pibes chorros. Buenos Aires: Verticales de bolsillo, 2009.

ALARCÓN CASANOVA, C. Si me querés, quereme transa. Buenos Aires: Aguilar, 2010.

ARIÈS, P. El hombre ante la muerte. Madrid: Taurus, 1999.

ARIÈS, P. Historia de la muerte en Occidente. Barcelona: Acantilado, 2000.

AUYERO, J., BERTI, M.F. La violencia en los márgenes. Buenos Aires. Rústica, 2013.

BATISTA ANDRADE, A. As ligações afetivas em Norbert Elias e o processo de cuidar em saúde In: XIV Simpósio Internacional Processo Civilizador: Civilização, Fronteiras e Diversidade, 2012, Dourados, ANAIS, 2012.

BAUDRILLARD, J. El intercambio simbólico y la muerte. Caracas: Monte Avila, 1980.

BERICAT ALASTUEY, E. La sociología de la emoción y la emoción en la sociología. Papers. Revista de Sociología 62, p. 145-176, 2000. Disponible en <https://papers.uab.cat/article/view/v62-bericat>

BERICAT ALASTUEY, E. La cultura del horror en las sociedades avanzadas. De la sociedad centrípeta a la sociedad centrífuga. REIS, N° 110, p. 53-90, 2005. <https://idus.us.es/xmlui/bitstream/handle/11441/47666/art00002.pdf?sequence=1>

CASTEL, R. Las metamorfosis de la cuestión social. Una crónica del salariado. Buenos Aires: Paidós, 1998.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





COORDINADORA CONTRA LA REPRESIÓN POLICIAL E INSTITUCIONAL (2017). Informe de la situación represiva Nacional. Recopilación de casos de personas asesinadas por el aparato represivo del estado 1983/2017. Recuperado de <http://www.correpi.org/2017/archivo-2017-cada-23-horas-el-estado-asesina-a-una-persona/>

DE MIGUEL, J. El último deseo: para una sociología de la muerte en España, Reis. Revista Española de Investigaciones Sociológicas (71-72) 95, p.109-156, 1995. Disponible en: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=761551>

ELIAS, N. El Proceso de la Civilización. Investigaciones sociogenéticas y psicogenéticas. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1987.

ELIAS, N. La soledad de los moribundos. México. Fondo de Cultura Económica, 1989.

GAYOL, S. y KESSLER, G. La muerte en las ciencias sociales. Una aproximación. Persona Y Sociedad. 25(1), p. 54.74, 2011. Disponible en: <http://personaysociedad.cl/ojs/index.php/pys/article/view/162/115>

GARZA SALDÍVAR, A. La muerte del otro. Andamios. Revista de Investigación Social. 14 (33), p. 15-22, 2017. Disponible en: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6172304>

GORER, G. Death, Grief and Mourning in Contemporary Britain, Londres. Cresset, 1965.

GOUDSBLOM, J. La vergüenza como dolor social. In: KAPLAN, C. V. (Coord.), La civilización en cuestión. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2008. p. 13-28. (Colección Educación, crítica e debate).

HACHER, S. Sangre salada. Una feria en los márgenes. Buenos Aires. Marea SRL editorial, 2011.

ILLOUZ, E. Intimididades congeladas. Las emociones en el capitalismo. Buenos Aires. Katz, 2007.

KAPLAN, C.V. Talentos, dones e inteligencias. El fracaso escolar no es un destino. Buenos Aires. Colihue, 2008.

KAPLAN, C.V. Violencia escolar bajo sospecha. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2009.

KAPLAN, C.V Jóvenes en turbulencia. Miradas críticas contra la criminalización de los estudiantes. En Propuesta Educativa N°35, FLACSO. P.95-103, 2011. Disponible en: [http://www.amsafe.org.ar/formacion/images/2014-](http://www.amsafe.org.ar/formacion/images/2014-Conflictividad/Modulo1/Kaplan.Jovenes_en_turbulencia.pdf)

[Conflictividad/Modulo1/Kaplan.Jovenes_en_turbulencia.pdf](http://www.amsafe.org.ar/formacion/images/2014-Conflictividad/Modulo1/Kaplan.Jovenes_en_turbulencia.pdf)

KAPLAN, C.V. La construcción social de las emociones en el espacio escolar. Desafíos teóricos y aportes de investigación. In: XIV Simpósio Internacional Processo Civilizador: Civilização, Fronteiras e Diversidade, 2012, Dourados, ANAIS, 2012.



KAPLAN, C.V. El miedo a morir joven. Meditaciones de los estudiantes sobre la condición humana. In: Kaplan, C.V. (dir.) Culturas estudiantiles. Sociología de los vínculos en la escuela. Buenos Aires, Argentina: Miño y Dávila Editores, 2013, p. 45-68.

KAPLAN, C.V. El lenguaje es una piel. Género, violencia y procesos civilizatorios. In: KAPLAN C.V, (ed.) Género es más que una palabra. Educar sin etiquetas, 2016, p.211-223.

KESSLER, G. El sentimiento de inseguridad. Sociología del temor al delito. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2009.

KESSLER, G. Las consecuencias de la estigmatización territorial. Reflexiones a partir de un caso particular. Espacio en blanco, Ser. Indagaciones vol.22 no.1 Tandil ene./jun. 2012. Disponible en: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1515-94852012000100007

LE BRETON, D. Las pasiones ordinarias. Antropología de las emociones. Buenos Aires, Argentina: Nueva Visión, 1999.

LE BRETON, D. Antropología del cuerpo y modernidad. Buenos Aires, Argentina: Nueva Visión, 2002.

LE BRETON, D. Por una antropología de las emociones. Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad. N°10, p. 68-79, 2012. Disponible en: <http://www.relaces.com.ar/index.php/relaces/article/viewFile/208/145>

Ministerio de Salud y Unicef (2016). Situación de salud de las y los adolescentes en Argentina. Recuperado de <http://www.msal.gob.ar/images/stories/bes/graficos/0000000872cnt-linea-base-adolescencia-2016.pdf>

SAEZ, V., ADDUCI, N. Y URQUIZA, S. Cuando la escuela es noticia en los diarios. La criminalización mediática. In: KAPLAN, C.V. (dir.) Culturas estudiantiles. Sociología de los vínculos en la escuela. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2013, p. 215-238.

SCRIBANO, A. Sociología de los cuerpos/emociones. Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad. Núm.10, p. 93-113, 2012. Disponible en: <http://www.relaces.com.ar/index.php/relaces/article/viewFile/224/143>

SCRIBANO, A. Y LISDERO, P. (comp.). Sensibilidades en Juego: miradas múltiples desde los estudios sociales de los cuerpos y las emociones. Córdoba, Argentina: CEA. Unidad Ejecutora Universidad Nacional de Córdoba, 2010.

WACQUANT, L. Elias no gueto. Revista de Sociologia e Política/DECISO/UFPR, Curitiba, out/nov. p.213-218, 1998. Disponible en: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39285>

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

WACQUANT, L. *Parias urbanos. Marginalidad en la ciudad a comienzos del milenio.* Buenos Aires: Manantial, 2001

WACQUANT, L. *Las dos caras de un gueto: en-sayos sobre marginalización y penalización.* Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2010.

WOUTERS, C. (2008). *La civilización de las emociones: formalización e informalización.* In: KAPLAN, C.V. (coord.), *La civilización en cuestión.* Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2008. p. 13-28. (Colección Educación, crítica e debate).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

CAMPOS EM CONFLITO: DITADURA E PROPAGANDA NO BRASIL A PARTIR DA TRAJETÓRIA DO PUBLICITÁRIO SAID FARHAT

David A. Castro Netto
UNESPAR (Paranavaí)
Doutor – david.acnetto@gmail.com

Natália Cristina de Oliveira
UEM (Maringá)
Doutora – natdeoliveir@gmail.com

Resumo: A ditadura militar brasileira marcou intensamente um período de 21 anos da história do Brasil. A longevidade do período autoritário, o mais longo das ditaduras latino-americanas, suscita várias explicações que partem desde o uso indiscriminado das diversas formas de violência, até o conjunto de alianças que compunham o heterogêneo grupo que sustentava a elite das Forças Armadas no exercício do poder. O presente artigo tem como objetivo analisar uma parte deste heterogêneo grupo: publicitários, agências e instituições de propaganda a partir da trajetória do publicitário Said Abraham Farhat (1920-2014). Entendemos que a ditadura e a publicidade coexistiram de maneira próxima, produzindo benefícios mútuos, como a lei 4.680/1965 que regulamenta a profissão e, por seu turno, as agências acabaram por promover um conjunto de campanhas que tinham como objetivo contribuir para a manutenção de certo clima de otimismo. Ao mesmo tempo, a relação era passível de turbulências, sobretudo a partir do lançamento da “Campanha Nacional Pela Livre Iniciativa” (1978), que tinha como objetivo a crítica ao que as agências e empresários chamavam de “nacionalismo econômico excessivo”. A partir desta hipótese, tomaremos por base a atuação do publicitário Said Farhat, tendo em vista tanto a sua trajetória enquanto publicitário (desde 1954 atuando nas maiores agências nacionais, como a Standart Propaganda, e internacionais, como a J. W. Thompson), quanto sua atuação política. Foi presidente da Embratur durante o governo Ernesto Geisel e ministro da Comunicação Social da Presidência da República durante o governo Figueiredo. Esta trajetória o habilitou para manter o diálogo entre os dois campos num momento onde a criação da Agência Nacional ensejava temores que o governo poderia nacionalizar a produção de suas campanhas. Desta maneira, a presença de Said Farhat pode servir como uma ponte entre duas configurações que estavam em disputa, sobretudo no momento em que o desastre econômico obrigou a desarticulação/reconstrução do bloco que forneceu apoio à ditadura durante toda sua existência, sua presença no ministério pode sugerir uma tentativa de equilibrar a balança de poder, ao menos na relação ditadura e publicidade. Tomaremos como base para nosso estudo, o livro publicado por Farhat - “Tempo de gangorra – visão panorâmica do processo político-militar no Brasil de 1978 – 1980” - um relato de sua passagem pelo ministério. Embasamos nossas hipóteses na extensa obra de Norbert Elias, sobretudo sua análise das disputas de poder, do equilíbrio instável de poder e, ainda, nos seus escritos

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





sobre as relações estabelecidas entre os indivíduos e as figurações, a partir da análise de trajetória na perspectiva eliasiana.

Palavras – Chave: Ditadura Militar. Propaganda. Emil Farhat

Os estudos que se concentram nos diversos tipos de autoritarismo são os mais diversos. Em geral, ressaltam características violentas e repressivas que tais sistemas assumem, não apenas contra aquele inimigo declarado (o comunista, o judeu, o negro, etc.), mas, a partir do gigantismo que tais sistemas de controle/repressão, no limite, procuram interferir em todas as esferas sociais. Esta perspectiva pode ser sintetizada a partir da fala do governador de Buenos Aires, Ibérico Saint-Jean, à época da ditadura: "Primeiro mataremos todos os subversivos, logo mataremos os seus colaboradores, depois os seus simpatizantes, em seguida os que permanecem indiferentes e finalmente os tímidos".

A questão da violência enquanto prática política continua sendo amplamente explorada pelas Ciências Humanas. Entretanto, é possível notar outros caminhos teórico/metodológicos que aglutinam outros elementos explicativos. Em outras palavras, se é notória a transformação da violência em política de Estado durante as ditaduras, também é notória a articulação das ditaduras com setores sociais de alguma maneira com ela comprometidos.

Ao recuperar o estabelecimento de tais laços, pode-se demonstrar que as relações entre ditadura e sociedade não foram lineares. Isto significa que, internamente, existiram desequilíbrios de poder e necessidade de reorganização das forças. Arelado a isso, deparamos-nos com o fenômeno das articulações de intelectuais em discordância, líderes de grupos sociais, dentro do mesmo movimento ditatorial.

Como sugere Norbert Elias (2001), mesmo no caso mais acabado de absolutismo (Luís XIV), o Rei ainda se via “preso” no conjunto de relações que lhe dava sustentação e via-se, muitas vezes, obrigado a dialogar com o conjunto de forças que o circulava. Desta maneira, não foi entendido como um ser que pairava sobre as classes, mas, ao contrário, estava envolvido com elas. Afinal, são estas classes que lhe davam o significado de existência.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO



Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná

LAI



CA P E S



PARANÁ



PPEdu UEL





Não é possível compreender uma trajetória intelectual, sem antes de entender o campo ao qual o sujeito está imerso. Dessa forma, nos parece importante localizar a ação dos indivíduos dentro dessa rede de interdependências que paulatinamente foram construídas em função da continuidade da ditadura militar. A ação destes indivíduos pode ajudar a compreender algumas questões em aberto. Por exemplo, como - no caso do Brasil - uma ditadura teve mais de duas décadas de existência; ou, por que a transição para o regime democrático foi tão pactuada e organizada pelos altos escalões, tanto políticos, quanto membros das Forças Armadas.

Ao localizarmos o agente em seu campo de atuação, consideramos ser de grande valia compreender que a noção de *campo* é elaborada para superar ou evitar uma relação imediata e direta entre a posição social de um agente e sua ação prática, ou seja, evitar a relação entre a origem, a trajetória social e o conteúdo de sua ação ou conduta como algo dado, determinado, natural e imutável. Esta afirmação, nos permite realizarmos o mesmo movimento utilizado por Elias (1995) em sua obra *Mozart: sociologia de um Gênio*, ao articular a tríade indivíduo, sociedade e história para compreender as relações estabelecidas entre os agentes sociais em suas redes de interdependências. Com esta estratégia é possível abordar a relação indivíduo/sociedade e as – tensas – dinâmicas de interação entre ambos. No caso da ditadura militar brasileira, alguns estudos, como Denise Rollemberg e Samantha Viz Qaudrat (2010), Janaína Martins Cordeiro (2009) e Daniel Aarão Reis Filho (2010), demonstra que as Forças Armadas articularam-se com um grupo heterogêneo, ora de maneira mais próxima, ora de maneira mais afastada.

Estas tensões não eram apenas entre Forças Armadas e Sociedade, mas, como demonstra Maud Chirio (2003), entre correntes divergentes que disputavam o controle do Estado de dentro das Forças Armadas, o que significou ondas de radicalização durante todo o período da ditadura. Externamente, encontram-se empresários, representantes do capital internacional;

Nosso objeto de estudo será salientar uma ponta desta rede de interdependência imersa à conjuntura exposta com base na ação do publicitário Said Farhat. Acreditamos que, ao destacar a trajetória deste indivíduo, conseguimos recuperar uma longa rede de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

apoio que ajudou a produzir, ou a auxiliar na manutenção da produção de um conjunto de mensagens otimistas para com a ditadura militar. A breve análise desta trajetória, a partir da atuação do publicitário, também pode demonstrar um conjunto de tensões internas ao grupo de apoio da ditadura, sobretudo no momento de crise econômica acirrada e a disputa entre o internacionalismo defendido pelos empresários e o “nacionalismo” representado pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento.

Para Elias (1995), os aspectos individuais e sociais, antes de se apresentarem enquanto dimensões em extremos opostos da vida são complementares à medida que tal relação seja permeada por tensões originadas de uma sociedade que, embora mostre a existência da individualidade, ressalta o aspecto de que os sujeitos se estabelecem em suas relações/contatos por sua rede de interdependência. Em outras palavras, os indivíduos se encontram ligados por suas redes de sociabilidade, que por sua vez limitam sua liberdade e ação de escolha cooptando o sujeito a andar, embora individualmente, em função de seus grupos sociais. Sem eles, não é possível consolidar uma promoção social ou a implantação de grandes princípios, como por exemplo o ideário da ditadura.

Saïd Abrahim Farhat nasceu em Rio Branco em 12 de novembro de 1920; e, faleceu na cidade de São Paulo em 21 de agosto de 2014. Foi jornalista, advogado e empresário brasileiro. Exerceu alguns cargos públicos, como a presidência da Embratur no governo Ernesto Geisel (1974-1979) e ministro da Comunicação Social da Presidência da República no início do governo João Figueiredo.

No campo da publicidade, sua trajetória merece destaque. Ocupou, a partir de 1954, cargos de direção da Standard Propaganda - a maior agência de propaganda brasileira no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo. Além disso, foi diretor da J. Walter Thompson, a maior agência de propaganda do mundo.

Na área editorial, ao lado de sua esposa Ray Farhat, adquiriu em 1965 a revista Visão, dando início à fase de maior prestígio daquela publicação no panorama editorial brasileiro. A Editora Visão foi pioneira em várias iniciativas, hoje incorporadas ao cotidiano editorial do País. Podemos tomar como exemplo do arrojo de Saïd Abrahim Farhat, seu comando na maior revista noticiosa do País, em seu tempo, a criação da

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

publicação do periódico “Visão”. Enquanto primeira experiência do gênero, o anuário “*Quem é Quem na economia brasileira*” inspirou várias publicações espalhadas hoje pelo País, que sobrevivem em seu formato original.

Farhat criou também o prêmio “Homem de Visão”, considerado durante muito tempo como a mais alta condecoração privada do Brasil, e contemplou selecionados líderes empresariais e governamentais com atuação destacada em sua área.

As relações da publicidade com a ditadura militar, embora não lineares, mantiveram-se próximas durante todo o período ditatorial¹². Esta relação ajudou a produzir um conjunto de mensagens que procuravam salientar os avanços e as potencialidades da ditadura. Num segundo momento, as mensagens seriam “ofuscadas” pela presença da agência oficial do governo, a AERP. No terceiro momento, a partir da segunda metade da década de 1970, o tom oficialesco da Agência Oficial Repaginada (ARP) desloca o protagonismo da emissão das mensagens para as agências.

Said Abraham Farhat não foi o único publicitário a mobilizar-se entre a ditadura e o campo publicitário. Outros agentes, como Mauro Salles, Ricardo e Hiran Castelo Branco, tiveram papel de destaque, contudo, Said Farhat foi o único publicitário a exercer um cargo de comunicação no alto escalão do governo.

Porém, vale destacar, que algumas iniciativas de aproximação entre a ditadura e campo publicitário já estavam em curso. Em junho de 1964 foi criado o Conselho Nacional de Propaganda (CNP), que reuniu representantes das maiores agências nacionais. O objetivo era criar campanhas informativas para que a população tivesse ciência do processo em curso.

Outro veículo importante do meio publicitário com estes fins foi o periódico “*Propaganda*”. Um dos princípios do presente veículo informativo era o de demonstrar seu apreço pelo golpe de 1964. Na edição de maio de 1964, o editorial destacava:

¹² Esta relação foi explorada em outros trabalhos. Para saber mais indicamos a leitura de CASTRO NETTO, David A. *Propaganda e legitimação na ditadura militar brasileira (1967 – 1977)*. Curitiba: Ed. Prismas, 2016.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Antes da Revolução recente, havia preocupação nos meios publicitários. Não sem motivos, receava-se pela estatização (?) da atividade. Com todo o corolário fácil de prever. A coleção de nossos números editados desde abril de 1963, testemunha a nossa própria preocupação. Principalmente pela tranquilidade com que as associações de classe, líderes da profissão, deixam correr os acontecimentos. Só quando principiou a faltar o ar é que uma ou outra janela foi aberta, para o esclarecimento e a definição da independência, da ética, da sintonia da publicidade com o momento e os problemas do país.

Mauro Salles, da Salles Interamericana, na condição de presidente da Associação Brasileira de Propaganda (ABP) já assinalava as tarefas que a propaganda deveria cumprir:

A propaganda no Brasil é uma atividade econômica que aplica 500 milhões de cruzeiros novos por ano para ajudar a indústria e o comércio a vender os seus produtos. Somos os profissionais da prosperidade, os aceleradores do desenvolvimento, os multiplicadores de riqueza, os educadores do bem-estar, os apologistas da competição sadia, os sentinelas avançados da livre empresa. Os nossos estudos, as nossas pesquisas, os nossos planejamentos são cada vez mais necessários em um mercado que aos poucos se despede de uma inflação mutiladora. Os nossos investimentos na imprensa, no rádio, na televisão se constituem em favor imprescindível à sobrevivência da liberdade de expressão, sem a qual não sobrevive um regime democrático.¹³

O que procuramos assinalar com estes exemplos é que as relações entre os publicitários e a ditadura militar transcorreu todo o período. Outrossim, não é de todo surpreendente a escolha de um publicitário para presidir o ministério da Comunicação Social do Governo. A escolha de Farhat pode ser entendida como uma sinalização da ditadura para a manutenção de uma relação entre publicitários (e o grande capital) mais amistosa.

Enquanto ministro, Farhat poderia ser um mediador dos grupos com o propósito de tentar garantir um equilíbrio das relações diretas. Sua rede de interdependências com

¹³ Revista Propaganda, n. 140, janeiro de 1968.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





publicitários poderia resultar na manutenção da continuidade das verbas públicas para as agências - o que, por sua vez, dirimia o receio da estatização da propaganda institucional com a criação da Agência Nacional. Do lado da ditadura, poderia garantir que os ataques ao “nacionalismo” do II PND fossem diminuídos.

Ao descortinarmos o posicionamento de Farhat em seu campo social, nos certificamos de que compreender um princípio intelectual a fim de analisar uma conjuntura, tem-se o intuito de descrever uma série de posições que fora sucessivamente ocupadas pelo publicitário, em um espaço onde ele próprio movia-se por transformações incessantes. À medida que seu princípios de mediação entre o campo ditatorial e a publicidade se efetivavam, ele tornava-se agente direto na participação de decisões políticas num quadro social; tal realização só se efetiva pela sua rede de convivência, que de forma direta movimentava-se de acordo com os interesses dos sujeitos envolvidos.

O editorial da revista *Propaganda*, de fevereiro de 1979, comemora a escolha do “homem certo para o lugar certo” e faz uma longa entrevista com o publicitário. Farhat destaca o seu compromisso, tanto com a ditadura, quanto com os publicitários. No que diz respeito à ditadura afirma:

[...] a história dessa aproximação é a história do compromisso de um homem com um ideal. Esse ideal é a democracia e esse homem é o Presidente João Baptista de Figueiredo. O presidente notou que, tendo mudado a política brasileira, principalmente com a liberdade de imprensa, o Governo não mais estava realizando um monólogo, mas era preciso criar mecanismo eficientes para o diálogo. Era preciso ouvir e dizer mais. Foi então que começaram a procurar um profissional da comunicação para a campanha do presidente.¹⁴

Ao ser questionado sobre a transformação da função da agência nacional, ou seja, a produção de propaganda, procura tranquilizar os publicitários:

Se há uma coisa para qual o governo não serve é para ser agência de propaganda. Aliás, não acredito que qualquer órgão estatal

¹⁴ Revista *Propaganda*, fevereiro de 1979, p. 17.



tivesse tal capacidade. O serviço público não me parece muito condutivo à criatividade.¹⁵

Por fim, demonstra o interesse do governo em defender as agências nacionais frente ao avanço das estrangeiras:

O governo, colocado diante da opção – ou uma estrangeira ou um a nacional – tenderá a dar preferência à brasileira. Dentro dessa filosofia e tendo que elaborar uma licitação para escolher uma empresa de publicidade para atender à Embratur, eu procurei fazer um edital bastante equilibrado, de modo a não excluir as agências nacionais que tivessem participação minoritária de capital estrangeiro (...) Minha opção pessoal é de que as contas do governo devem ser atendidas por empresas que tenham maioria qualificada de capital nacional. No caso da Embratur, nós adotamos a participação de 67% como parâmetro.¹⁶

Desta maneira, Saïd Abrahim Farhat procura equilibrar as tensões internas ao grupo que apoiava a ditadura. Seus movimentos tinham como objetivo não apenas “tranquilizar” os publicitários, mas procurar mantê-los alinhados ao projeto de distensão da ditadura. A propaganda, ainda que sob o viés da publicidade, teria papel importante não apenas interno ao próprio grupo de apoio, mas poderia manter alinhadas suas peças publicitárias na direção da continuidade da ideia do “Brasil que vai pra frente”. Consideramos que estas intervenções se concretizam – principalmente - devido aos mediadores das elites intelectuais que, por meio de suas relações nas redes de interdependências, impulsionam o ideário nacional do país que não precisava mais esperar seu futuro, mas o realizava.

Referências bibliográficas

CASTRO NETTO, David A. Propaganda e legitimação na ditadura militar brasileira (1967 – 1977). Curitiba: Ed. Prismas, 2016.

¹⁵ Idem, p. 17.

¹⁶ Idem, p. 18.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

CHIRIO, Maud. A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar. Rio De Janeiro, Mauad, 1996.

ELIAS, Norbert. Mozart: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

_____ A sociedade de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____ Escritos e Ensaios: Vol. 1: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006.

ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz. A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina. Editora Civilização Brasileira, 2010. Revista Propaganda.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

“CONHECIMENTOS INTELIGENTES PARA AS FUNÇÕES EMPÍRICAS DO LAR”: O PAPEL CIVILIZADOR DA MULHER NA MISSÃO RURAL EM ITAPERUNA (RJ), EM 1950

Dr^a Deane Monteiro Vieira Costa
Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)
deane.costa@ifes.edu.br

Resumo: Analisa numa perspectiva histórica, a primeira *Missão Rural de Educação de Adultos* nas áreas rurais do município de Itaperuna, no Estado do Rio de Janeiro, em 1950. Tratou-se de uma ação extensiva da primeira Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) promovida pelo Ministério da Educação e Saúde. Partindo das ideias de Norbert Elias (1993, 1994) é possível compreender o vínculo entre educação, saúde e civilização pelo qual a Missão Rural da CEAA se guiou. Especialmente, o da figura da mãe, como importante agente de conformação do lar, cujo papel principal era educar a criança dentro do ideal de brasilidade em voga no período.

Palavras-chave: Missões Rurais. Projeto Civilizador. Educação de Adultos.

Abstract: It analyzes, in a historical perspective, the first Rural Adult Education Mission in the rural areas of the municipality of Itaperuna, in the State of Rio de Janeiro, in 1950. It was an extensive action of the first Campaign for Education of Adolescents and Adults (CEAA) promoted by the Ministry of Education and Health. Based on the ideas of Norbert Elias (1993, 1994), it is possible to understand the link between education, health and civilization through which the Rural Mission of CEAA was guided. Especially that of the figure of the mother, as an important agent of conformation of the home, whose main role was to educate the child within the ideal of Brazilianness in vogue in the period.

Keywords: Rural Missions. Civilizing Project. Adult Education

Uma missão rural: uma ação extensiva da CEAA

Tratava-se de uma ação extensiva da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), proposta por seu diretor geral, o professor Lourenço Filho, que no Seminário Interamericano de Educação de Adultos, realizado em Petrópolis em 1949, patrocinado pelo governo brasileiro, e que contou com o apoio da Unesco e da União Panamericana, destacou os princípios orientadores da Missão, quais sejam [...] a aplicação de serviços de caráter social, seja pelos poderes público, seja pelas entidades e privadas,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





como: serviços de saúde, de fomento da produção, de educação social, cívica ou política [...], baseados em estudo prévio das condições da vida local (BRASIL, 1950).

Para isso, a Missão Rural de Itaperuna, foi composta pelos seguintes especialistas: um médico, dois agrônomos, um médico veterinário, uma enfermeira e educadora sanitária, uma especialista em economia doméstica, uma assistente social, um operador de rádio e cinema e um motorista (BRASIL, 1952, p. 2). A ação geral se deu, por meio de reuniões,

[...] com elementos mais influentes nas localidades, para esclarecimentos, orientação e debate de certos problemas que interessassem a vida de toda a comunidade, como também através de sessões cinematográficas, programas de músicas folclóricas e popular. Ultimamente a situação da rádio emissora local se fez sistematicamente, desenvolvendo-se uma série de palestras e “Sketches” educacionais. A ação especializada se fazia em visitas domiciliares, que não só passaram a ser bem recebidas como insistentemente solicitadas, demonstrações a pequenos grupos de interessados, fazendeiros e colonos, e formação de associações, ou grupos de trabalho, para solução de questões particulares, que pudessem ser bem caracterizadas e logo atacadas (BRASIL, 1950, p. 6).

A comunidade rural de Itaperuna foi descrita como uma sociedade de baixo nível educacional e com ausência de uma elite com liderança que desejasse transformação social,

[..] não dispo de essas comunidades trabalhadas de elementos que promovam seu desenvolvimento e progresso, distantes umas das outras e sem meios fáceis de intercomunicação, permanecem num estado de atraso e ignorância acentuados que se refletem em todos os aspectos da vida. Por outro lado, na sede há, da parte da maioria das pessoas mais responsáveis que compõem a elite e que possuem maiores conhecimentos, uma despreocupação absoluta pelos problemas sociais de sua própria cidade e um alheamento completo da situação precária em que vive o homem da roça, o que evidencia falta de formação social.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO



Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná

LAI





Além disso, foi necessário contextualizar o cenário do ensino primário e o do supletivo da CEAA para alcançar os dados necessários para as informações sobre a alfabetização no município. Constatou-se que as políticas de alfabetização eram precárias, tanto para as crianças quanto para os jovens e os adultos, e “[...] de um modo geral, [eram] são as professoras das escolas primárias responsáveis pelo ensino supletivo. A falta de um maior preparo intelectual se faz sentir de forma aguda, reduzindo a um grau insignificante os benefícios que a iniciativa poderia trazer aos adultos” (BRASIL, 1952, p. 165).

Quanto aos materiais utilizados na CEAA, foram distribuídos os livros na região “[...] em quantidade razoável, e pode-se fazer uma distribuição a vários cursos em funcionamento na região e que de nada, absolutamente, dispunham para o ensino” (BRASIL, 1952, p. 165). Principalmente os da *Série Popular*, composta de “livrinhos” de formato pequeno e de poucas páginas, com as séries direcionadas à ficção, à história, à moral e ao civismo, e que servem como “peças-chave” na análise desse processo civilizador, que a Missão Rural propagandeou (Costa, 2012a, 2016).

Na narrativa do relatório final da experiência (BRASIL, 1950, 1952) alguns trabalhos foram destacados por meio das áreas de atuação: a médico-sanitário, a economia doméstica, a agro-pecuário e a do Serviço social. Todos esses setores contaram com a colaboração de professoras primárias do sistema escolar existente, o material de ensino visual trouxe bons resultados. Contudo, notou-se a falta de material de leitura, “[...] em pequenos folhetos, ou volantes atraentes e bem ilustrado, como os que só no final dos trabalhos, se pode conseguir com a edição feita pelo Serviço de Educação de Adultos da CEAA com o Serviço de Informação agrícola” (BRASIL, 1950, p.6).

No setor médico-sanitário foram criados dois “postos de saúde” nas povoações referidas em prédios cedidos e mobiliados pelos próprios moradores. Nesses postos, o médico e a enfermeira atendiam pessoas doentes, como oportunidade para difusão de noções de higiene e defesa da saúde. Verificada forte incidência de verminose, e muitos casos graves de ancilostomíase, no Distrito da Penha, iniciou a Missão uma campanha no sentido dos cuidados com a água e da construção de privada higiênicas. Em todo povoado

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





de Patrimônio, por exemplo, não existia uma só privada higiênica, por mais rudimentar que fosse. Fizeram-se demonstrações práticas de construção de privada higiênicas e exibições de filmes educativos a respeito do assunto, especialmente “Limpeza traz saúde”, e “(O que é doença), da coleção que levava a Missão, bem como dos diafilmes da CEAA.

Além disso foi destacado que

[...] elementos de prestígio local construíram privadas higiênicas, em substituição aos compartimento impróprios de que dispunham. Contudo, o trabalho precisará ser continuado, por ação das escolas e das autoridades sanitárias permanentes, para que o movimento se generalize.

Procurando combater não com palavras, mas com ação, a deficiência de asseio pessoal, sobretudo nas crianças, a enfermeira incumbiu-se entre outras práticas, de proceder ao corte de cabelo de meninas e moças, e de ensinar às mães o tratamento que deveriam dispensar-lhes. Orientação sistemática foi dada as mães, e as moças dos povoados sobre noções de puericultura e de higiene individual e da habitação.

Tanto a enfermeira, como o médico, dedicaram atenção à educação alimentar, ensinando nos dois povoados a selecionar os alimentos para o preparo de uma dieta equilibrada. De modo geral, a dieta local era deficiente em proteínas, vitaminas e sais minerais. Nelas não figuram verduras, frutas, leite, nem ovos.

Em virtude de um surto de coqueluche, verificado logo no início dos trabalhos, foi feita vacinação intensiva em ambos os povoados. No último período de trabalho a organização de pelotões de saúde foi uma preocupação do setor (BRASIL, 1950, p. 7).

Assim, para além do olhar dirigido ao “ler, escrever e contar” da CEAA e da Missão Rural, configurava-se uma preocupação com a transmissão de hábitos e comportamentos à população, de maneira a se conformar um “corpo social saudável”. Nesse caso, era recomendável que intervenções situadas no âmbito da saúde e educação caminhassem em estreita articulação entre si.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





O papel civilizador da mulher na missão rural

Em sua obra *O processo civilizador*, Norbert Elias analisa como a sociedade ocidental vivenciou uma importante mudança de hábitos e comportamentos, a partir das alterações nas relações de interdependência entre os indivíduos e/ou grupos sociais e, portanto, nas relações de poder. Ainda segundo Elias (1993, 1994), o aumento do autocontrole de hábitos e emoções individuais indica diminuição do controle externo, pois ambos estão estreitamente associados – essa foi a principal crítica que ele fez à sociologia determinista, que indica que as alterações dos comportamentos individuais é fruto das ações das instituições controladoras externas aos indivíduos.

Embora enfatize o momento de formação das monarquias absolutas na Europa Ocidental como crucial no “processo civilizado”, o autor destaca que esse processo ainda estaria em curso em seu tempo (ELIAS, 1994). Veiga (2008) nos chama a atenção para o fato que, para a análise da sociedade brasileira, evidentemente, não é possível transpor a longa experiência dos processos civilizadores das nações europeias, devido, entre outras coisas, à permanência da escravidão em longa duração histórica. Em que pesem as muitas diferenciações das experiências históricas dos processos civilizadores das diversas nações ocidentais, a do Brasil, um pensamento unificou as diferentes ações, o “[...] estreito vínculo anunciado entre escola e civilização” (VEIGA, 2008, p. 160).

Nesse sentido, no contexto de desenvolvimento e consolidação da autoimagem das sociedades ocidentais como civilizadas, a educação escolar se apresentou como referência básica:

[...] a escolarização obrigatória foi imposta pelo grupo que ascendeu ao poder e, ao mesmo tempo, foi desejada pela sociedade de uma maneira geral como fator civilizador de novos valores de pacificação: desenvolvimento cultural, ascensão e mobilidade social, socialização etc. (VEIGA, 2008, p. 165).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Podemos considerar que os objetivos dessa proposta não eram voltados apenas para o saneamento físico do campo brasileiro, “[...] mas também para um saneamento social e cultural afinado com as exigências do projeto modernizador e higienista que se colocava à sociedade daquele contexto” (COSTA; BERTO, 2012, p. 5.056).

Para isso foi visitado o Grupo Escolar da região e constatou-se, por meio desse contato e das informações colhidas com as professoras,

[...] a quase inexistência de orientação aos alunos sobre assuntos relativos à alimentação, tanto na escola como no lar. Não há nenhuma preocupação no sentido de dar à criança, conhecimentos sobre pequenas plantações, culturas, criação etc. O que ficou patenteado pela falta de atividades desse gênero no Grupo, que não possui horta, pomar ou criação de qualquer espécie. É pouco o material educativo tal como: quadros, cartazes, livros e folhetos sobre alimentação e assuntos domésticos. De um modo geral, as professoras locais não estão preparadas para transmissão desses ensinamentos. (BRASIL, 1952, p. 58).

A merenda do Grupo Escolar não foi considerada nutritiva. Era preparada por uma das professoras de modo espontâneo e com a boa vontade no preparo da alimentação. Era servida com o auxílio de uma outra professora, na própria cozinha, um lugar considerado no relatório como impróprio e o alimento servido como insuficiente e inadequado, “[...] especialmente considerando o estado de subnutrição de grande parte das crianças. Uma das dependências do Grupo, que seria adequado à distribuição da merenda, está ocupada, há mais de dois anos, por uma repartição pública estadual”.

Nesse sentido, foi sistematizado um serviço de orientação no preparo da merenda, tanto no que se refere à instalação da cozinha e a sua organização, como também a exigência de higiene dos utensílios e uma composição alimentar mais nutricional, para isso estimulou-se a formação de hortas escolares.

Pensar a infância naquele período, e em meio ao propósito de alfabetizar jovens e adultos camponeses, tem um significado especial, pois se tratava de um tempo que teve como tônica a modernização da nação, o que passava, necessariamente, pela

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





modernização dos espaços, das práticas e, especialmente, das atitudes (COSTA; BERTO, 2012, p. 5.056).

Figura 1 – Livro: “A experiência de Itaperuna. Uma tentativa de organização da comunidade. Contribuição para o Serviço Social Rural”



Foto 50 — A enfermeira realiza prática de higiene individual

Fonte: (BRASIL, 1952, p. 95)

A ampliação no universo da mulher brasileira no exercício de novas funções, a partir da década de 1940, também foi orientada pela CEAA, em sua experiência extensiva em Itaperuna (RJ), por meio do setor de Economia doméstica, que destacou orientações em forma de conselhos, indicando “[...] um modo simples no sentido de preparar a mulher para o lar, na execução das tarefas domésticas, ensinando-lhe métodos práticos de trabalho, de organização e administração do lar, métodos adequados à zona rural” (BRASIL, 1950, p.8), ou seja, que os papéis propostos pela urbanização e industrialização não poderiam concorrer com a principal função de exaltação da pátria – a de esposa e mãe de família.

O papel civilizador do trabalho feminino destacado na Missão Rural é percebido pela organização dos cursos divididos pela faixa etária, como:

[...] meninas, moças e senhoras, divididas em grupos de acordo com a idade, desenvolvimento, poder de assimilação

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





e interesse. As meninas foram ministradas aulas de trabalhos úteis, confecção de peças para uso próprio, trabalhos de lã, etc; as moças e senhoras foi dado um curso teórico prático de corte e costura, e demais problemas relacionados com o lar (BRASIL, 1950, p. 8).

Figura 2 – Livro: Missão Rural de Educação de Adultos (Brasil, 1950)



Fonte: (BRASIL, 1952, s/p).

Desse modo, a Missão Rural em Itaperuna, ao promover a organização da comunidade rural, por meio do domínio da leitura e da escrita, destacou fortemente a ação materna educadora e a função de suporte moral da mulher diante da sociedade brasileira, e de suas pequenas comunidades. Nos cursos ofertados às mulheres, pela Missão Rural, os objetivos eram os seguintes:

- 1) Instruir e educar no sentido de fomentar a produção em geral, a fim de promover a fartura alimentar, o conforto do lar, elevando o padrão de vida da comunidade; 2) Incentivar e orientar a industrialização doméstica, pelo aproveitamento de toda a matéria prima existente, para consumo da família e para venda, a fim de melhorar o padrão de vida da região e evitar o desperdício; 3) Orientar sobre os processos de aquisição, utilização conservação e transformação dos bens materiais; 4) Ensinar o uso eficiente dos recursos disponíveis do meio, orientando sobre o orçamento, escolha de alojamento, mobiliário, utensílios, víveres, roupas etc... 5) Proporcionar às donas de casa um conjunto de noções

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO





e conhecimentos básicos, a fim de que as suas funções no lar não sejam desempenhadas empiricamente, mas com inteligência e critério; 6) Preparar os membros da família para as mudanças naturais no estado de vida pessoal, no plano doméstico e 7) Orientar o planejamento no lar da economia, ensinando a produzir, transformar e conservar em casa, os alimentos, confeccionar roupas, conservar os utensílios e equipamentos caseiros.

Nesse ponto cabe assinalar que essa particular noção de civilização conferia à mulher e mãe o papel de *especialista da educação* em seu lar, pois ela foi considerada, por esses discursos pedagógicos, como agente dotada da instrumentalização apropriada para exercer a função educativa no lar e na sociedade brasileira.

Considerações finais

Diante do exposto, entendemos que a partir da perspectiva eliasiana, é possível apontar que as ações recomendadas pela Missão Rural em Itaperuna, no Estado do Rio de Janeiro, funcionaram como um vetor da modulação dos comportamentos dos indivíduos analfabetos e dos já alfabetizados pela campanha, pois, por meio das intervenções em estreita articulação no âmbito da saúde e educação propostas pelo Ministério da Educação e Saúde e o da Agricultura, é possível identificar uma política direcionada a um processo civilizador, que procurava abrandar costumes, com vistas a interagir com hábitos sociais existentes e recomendados ou prescritos e desejados.

A mulher/mãe aparece pela Missão Rural como o núcleo da família e, sendo a provedora do cuidado, deveria ser educada. Assim, como complemento à educação das mulheres, as palestras, os cursos, os folhetos e as cartilhas tinham a intenção de contribuir para prepará-las e influenciá-las ao cuidado que focalizava a higiene e a saúde como base da formação de homens de mulheres saudáveis (COSTA; BERTO, 2012, p. 5.056).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola. Série Estudos Brasileiros nº3. Missões Rurais de Educação: a experiência de Itaperuna, uma tentativa de organização da comunidade. Rio de Janeiro, 1952.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Serviço de Educação de Adultos. Serviço de Informação Agrícola. Missão rural de educação de adultos: um ensaio de educação Integral. Rio de Janeiro, dezembro de 1950.

BRASIL. Departamento Nacional de Educação. Campanha de Educação de Adultos. Fundamentos e metodologia do ensino supletivo. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1950.

BRASIL. Departamento Nacional da Educação. Alfabetização exigência cívica. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 196-.

COSTA, D. M. V. C. A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos no Brasil e no Estado do Espírito Santo (1947-1963): um projeto civilizador. 2012.245 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012 a.

COSTA, D. M.V; BERTO, R. C. Cuidemos das crianças: concepções de infância e de família em circulação no Brasil durante a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, na década de 1950. In: IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Rituais, espaços e patrimônios escolares, 2012, Lisboa (Portugal). Rituais, Espaços & Patrimônios Escolares. IX Congresso Luso Brasileiro de História da Educação (Atas). Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2012. p. 5049-5058.

COSTA, D. M. V. C. A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos no Brasil e no Estado do Espírito Santo (1947-1963): um projeto civilizador. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016.

ELIAS, N. O processo civilizador: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, N. O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FREIRE, P. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

GINZBURG, C. Relações de força: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LOURENÇO FILHO, M. B. Fundamentos e metodologia do ensino supletivo. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1950.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

LOURENÇO, M. B. Tendências da educação brasileira (Org.). Ruy Lourenço Filho e Carlos Monarcha. Brasília: MEC/Inep, 2002.

MARTINS, J. de S. Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

PAIVA, V. P. Educação popular e educação de adultos. São Paulo: Loyola, 1983.

VEIGA, C. G. Pensando com Elias as relações entre sociologia e história da educação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). Pensadores sociais e História da educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS: REDES DE INTERDEPEDÊNCIAS

Dr. Deoclecio Rocco Gruppi
Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.
dr.gruppi@uol.com.br

Resumo: Os Jogos dos Povos Indígenas têm demonstrado, a cada edição, aspectos que os tornam um evento relevante para a sociedade brasileira, como a representação de novas formas de jogar e celebrar. A primeira participação indígena nos Jogos Escolares Brasileiros partiu da iniciativa de se levar um arqueiro, a intenção foi apresentar uma outra maneira de demonstrar suas práticas corporais. E é a partir daí que se começa a desenvolver propostas para os Jogos dos Povos Indígenas. A metodologia utilizada neste trabalho é qualitativa. Esta pesquisa leva em conta a interdisciplinaridade, apoia-se no conhecimento da Sociologia, Antropologia, Educação Física e História.

Palavras-chaves: Jogos indígenas; Jogos; História; Jogos escolares

Abstract: The indigenous peoples games have shown each time aspects which make them a relevant event to the Brazilian society, like the representation of new ways to play as well as to celebrate. The first indigenous participation in Brazilian School Games had the initiative to bring one archer, having the intention to present another way to demonstrate body practices. From this participation on, some proposals to Indigenous people games started to develop. The methodology used in this study is qualitative. This research is based in the interdisciplinary, being supported in Sociology, Anthropology, Physical Education and history knowledge.

Keywords: Indigenous Games; Games; History; School Games

Introdução

Os Jogos dos Povos Indígenas são ações idealizadas pelos líderes nacionais, os irmãos Mariano Marcos Terena e Carlos Justino Terena em parceria com o Ministério do Esporte. Esses eventos objetivam a prática dos jogos e a divulgação das manifestações esportivas e culturais de cada etnia. No início os objetivos não eram tão claros, Carlos Terena não imaginou o impacto dos Jogos.

O reconhecimento dos Jogos está presente no Artigo 217 da Constituição Brasileira de 1988, a qual afirma ser dever do Estado proteger, resgatar, registrar e divulgar as manifestações culturais de caráter esportivo que se vinculem às nossas raízes etno-históricas.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





O líder Carlos Terena, em entrevista, apresenta o processo pelo qual passou para se chegar ao que se denomina hoje Jogos dos Povos Indígenas. Na percepção de Carlos, as experiências na juventude e o espírito de liderança foram bases para o desenrolar das ações posteriores, ele conta como se deu o envolvimento das comunidades indígenas com o esporte e conseqüentemente com a realização de um sonho, evidencia-se também seu espírito de lideranças que perpassou quase duas décadas expondo como é que se move as coisas para frente.

A criação de uma equipe de futebol formada por estudantes indígenas foi um momento importante para começarem a discutir outras questões políticas e se politizarem. Segundo Sant'Ana (2010, p.101) “(...) eram momentos, também, de reflexão sobre a situação vivenciada pelos seus parentes que ficaram nas TIs., bem como sobre as políticas indigenistas e os levantes indígenas pelo país.”, as possibilidades de visibilidade das comunidades não indígenas por meio do esporte, bem como as inter-relações com dirigentes políticos do Ministério do então Instituto Nacional de Desenvolvimento do Esporte (INDESP) contribuíram para a idealização dos Jogos dos Povos Indígenas. Contudo, a realização de um sonho de colocar as comunidades indígenas para se encontrarem e celebrarem se tornou realidade no ano de 1996 nos I Jogos dos Povos Indígenas, realizados em Goiânia com apoio do INDESP.

As Instituições envolvidas nos Jogos dos Povos Indígenas - JPIs, são: Comitê Intertribal, Memória e Ciência Indígena, liderada pelos irmãos Carlos Justino Terena e Mariano Marcos Terena idealizadores e organizadores dos JPIs: Ministério do Esporte, como principal financiador desses Jogos.

Outras instituições também contribuem para a organização dos Jogos dos Povos Indígenas, estas não oferecem financiamento direto e não são objetos deste estudo do presente trabalho – a saber:

- Universidade, contribui com voluntários das Faculdades de Educação Física e com pesquisadores no acompanhamento e avaliação.
- A Mídia, pois desde a primeira edição contribuiu para a divulgação e visibilidade dos Jogos, assim como para o acesso ao mundo dos esportes pelos indígenas.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





- As ONGs. como a Ecoterra representada por Fernando Amazonas e Raí Silva, com trabalhos realizados desde 2003 em Palmas/TO até Porto Nacional/TO e outras.

O presente trabalho está centralizado principalmente nos aspectos históricos da trajetória dos Jogos dos Povos Indígenas desde a primeira Edição e as ações do Comitê Intertribal Ciência e Memória Indígena e o Ministério do Esporte, por serem os principais protagonistas e estabelecerem relações conjuntas e muito próximas na realização dos Jogos dos Povos Indígenas.

Os Jogos Escolares Brasileiros são definidos por Ferreira et al. (2005, p.20.3) como: [...] peculiares quando não são locais – ou seja, municipais ou intermunicipais – por assumirem proporções de mega-eventos ao estilo de competições internacionais, e por representarem municípios e cidades... Outro aspecto redefinido por esses jogos é a integração da juventude por meio do esporte.

No decorrer de sua história, o envolvimento sempre crescente do número de atletas e estudantes, melhoria técnica dos esportes olímpicos, o aparecimento de uma mentalidade entre a classe estudantil com relação a atividade física, a reciclagem de professores e técnicos, são pontos principais propostos pelos Jogos Estudantis Brasileiros (GRUPPI, 2011, P. 57).

Em 1987 em Campo Grande ano em que, no Fórum de Debates, aparecem questões referentes à compreensão sobre os JEBs, os posicionamentos quanto ao esporte participação, esporte performance e esporte de rendimento, contudo, são momentos de reflexão sobre sua finalidade. (BORGES E BUONICORE, 2007, p.63).

O modelo dos JEBs começa a ser questionado, assim como sua finalidade como competição, bem como a quem se dirige. Outra questão que se torna relevante é quanto às condições de saúde dos atletas, nesse embate considera-se o aluno no contexto escolar como um atleta em potencial, haja vista a sugestão de se colocar a necessidade de exame médico no interior da escola. Do mesmo modo que as questões levadas ao Forum demonstram certa preocupação no formato no que diz respeito ao esporte participação, de performance ou de formação, ainda consideram o espaço da escola como local revelador de talentos esportivos.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





Nesse contexto de mudanças é redigida a “Carta Brasileira do Esporte na Escola” após discussões e subsídios veiculados na I Conferência Brasileira do Esporte na Escola¹⁷. Em 1989 Manoel Tubino assume como dirigente da SEED, por indicação do ministro Carlos Sant’Anna, e estabelece um referencial teórico baseado em suas concepções sobre educação, no qual define cinco princípios socioeducativos, a saber: “o da participação, da cooperação, da coeducação, da corresponsabilidade e da integração” (BRASIL, 1989, p. 30). A partir desses princípios o autor defende que a prática esportiva dentro dos JEBs deverá ser de direito de todos, e que não se poderá continuar como um evento no qual se privilegia o esporte de alto rendimento, proporcionando dessa forma a discussão do papel desse esporte no interior da Escola.

A defesa pela publicação da Carta Brasileira do Esporte na Escola reafirma o comprometimento do dirigente com as densas mudanças no conceito de Esporte, as quais se podem ser assentadas no interior da Escola e reafirmando a presença do esporte como evento educativo.

No ano de 1985 a Nação Indígena participa pela primeira vez dos JEBs, é citada nos boletins dos Jogos realizados na cidade de São Paulo, quando realizam a demonstração da luta Uka Uka no CEPEUSP, essa luta aparece no quadro das modalidades com as datas e horários, bem como o local a serem realizadas (BOLETIM, 1985, p.01). A participação nesses JEBs contou com a presença das etnias: Kamayurá, Yawalapiti, Waura, Kalapalo e Meinako, teve como Chefe da demonstração da Luta: Sr. Aritana - “Capitão absoluto do Alto Xingu” (BOLETIM, 1985, p. 406), e também com a presença de uma equipe de futebol, de atletismo e natação, representados pelos Terena, Xavante, povos do Alto Xingu e Karajá, como chefe das modalidades: Sr. Jorge Terena, e Coordenadores da Delegação: Carlos Terena e Jeremias Xavante (idem, p. 406).

A participação indígena no desporto começa no final década de 1970 quando um grupo de jovens indígenas, estudantes que moram em Brasília decidem criar uma equipe de futebol: *Tudo começou em 19 de abril de 1979, Dia do Índio, quando foi organizada uma seleção de futebol indígena formada pelas tribos dos Karajá, Terena, Bakairi,*

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Xavante e Tuxá, para partida amistosa contra a então equipe do CEUB. Daí nasceria uma equipe de futebol de campo e salão dos estudantes indígenas com o nome de KURUMIM. Ela já se apresentou em vários estados brasileiros, inclusive atuando por duas vezes no Maracanã, no Rio de Janeiro. (TERENA, 2001 p.37).

O relato nos apresenta o momento das experiências na juventude com a organização da equipe de futebol formada por integrantes de diferentes etnias, estudantes que se apresentam em diferentes estados brasileiros, inclusive a atuação por duas vezes no Maracanã, no Rio de Janeiro. Como afirma Sant'Ana (2010, p.101) “(...) alguns jovens saíram de suas aldeias rumo a Brasília.(...) morando num mesmo local e compartilhando de expectativas e experiências comuns, esses jovens criaram laços de amizade e socialização, formando, nesse período um pequeno time de futebol denominado UNIND (União das Nações Indígenas)”. Carlos Terena: *Em seguida, através da nossa articulação junto ao Ministério da Educação e Cultura, ficou acertada a participação das comunidades indígenas nos IV Jogos Escolares Brasileiros (JEBs), na cidade de São Paulo, em 1985. E até hoje continua a participação das comunidades indígenas em eventos esportivos oficiais. (TERENA, 2001 p.37).*

A primeira participação de indígenas nos JEBs acontece com a presença de um arqueiro para distinguir, ou seja, para apresentar uma outra maneira de demonstrar práticas corporais, como afirma Terena: “Sim, para mostrar como se atira uma flecha sem *dopping*, sem anabolizante, deixa a gente atirar uma flecha” (idem, p. 37). No entanto o autor nos brinda com seu relato sobre a participação do arqueiro naqueles Jogos: (...) *quando o índio flecheiro desceu na linha para fazer a demonstração, eu mesmo não conhecia esse índio flecheiro, ele disse: ‘Não, pode por aqui mais de cinquenta metros – porque é importante escolher e poder ver onde vai acertar’. ‘Então ele não mirou como todo arqueiro faz, ele olhou assim atirou. Ele acertou uma melancia. ‘Está muito grande, traga outra’ trouxeram uma fruta menor até chegar na maçã(...)* (TERENA, 2001 p.37).

Ao comentar esse fato, Terena se remete ao conceito de esporte, e mostra como as práticas corporais podem ter significados dentro de determinados contextos. Ainda complementa: (...) *ele estava usando um arco tradicional, estava utilizando uma*



metodologia tradicional, mas com um objetivo que não era tradicional, porque lá na aldeia aquele índio não faz aquilo como esporte. Ele faz para acertar uma ave, uma anta, um peixe no meio do rio... Então, nós a partir daquele momento começamos a trabalhar esse conceito de Jogos dos Povos Indígenas. (TERENA, 2001, p.37).

Essa demonstração então, é o início de como se pode pensar o esporte a partir de um novo enfoque, ou seja, um novo conceito para o esporte moderno, e que abre caminho para novas questões referentes aos Jogos dos Povos Indígenas como marco para a sociedade não indígena.

Em 1989, com as inovações e mudanças de formatação, os JEBs contam com a presença de aproximadamente 4.000 atletas. Nesse ano a nação indígena participa nas Modalidades de Atletismo (masc. e fem.), Futebol de Salão e Futebol.

Considerações finais

Novas redes de interdependências são estabelecidas a partir da iniciativa indígena, haja vista que ao longo do tempo as atividades da equipe de Futebol Indígena proporcionam maior visibilidade e espaços para discussões de problemas que envolvem as aldeias. Nota-se as lideranças indígenas a se reunirem em eventos esportivos e considerando esses como meios de se ter visibilidade na sociedade mais ampla, quer seja em nível nacional ou internacional. Os intercâmbios, como afirma Marcos Terena, visam o “fortalecimento da integração de nossas diferenças étnicas, cuja base é exatamente o respeito e o resgate ao orgulho por essa diferença lingüística, cultural e até mesmo física” (1997, p.2).

As articulações se apresentam de modo que abranja a sociedade nacional “principalmente entre os jovens e crianças, visando mostrar a verdadeira cara dos índios e conquistando não só a simpatia, o engajamento desses setores, como a valorização do amor à terra e as riquezas culturais, ecológicas e étnicas do nosso país(...)” (TERENA, 1997, p.2).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

Marcos Terena afirma que, por meio do esporte, os indígenas começam a se tornar mais visíveis para a sociedade mais ampla e, que a luta indígena em questões importantes como a demarcação de terras, há muito tempo acontece e pode ser apresentada de modo objetivo por meio desse instrumento: o esporte.

A busca pelo reconhecimento governamental começa a se tornar mais evidente quando Carlos e Marcos Terena iniciam contato com o Ministério do Esporte e INDESP a fim de apresentar seus projetos para a realização do evento denominado Jogos dos Povos Indígenas.

Os Jogos dos Povos Indígenas realizados em Goiânia (1996), com a participação de aproximadamente 500 índios, num total de 20 etnias brasileiras foi realizado com parcerias, a primeira delas com o então INDESP e com o Ministro Extraordinário do Esporte.

Apesar de terem notado grande receptividade por parte de autoridades, o projeto aprovado a ser executado tem alguns problemas a serem resolvidos, como a mudança de cidade, o escasso tempo para a organização, e, ainda o que se pôde notar a falta de experiência no trato com povos indígenas.

Nessas novas relações interpessoais, nota-se, através das palavras de Marcos Terena, o “descaso e crítica velada” ao projeto, e estes, por estarem sempre dispostos a lutar pelos seus ideais, mantêm o desafio de levar o projeto adiante.

Dentre as várias articulações, além do contato com o poder público, Carlos e Marcos Terena têm que “(...) conversar com setores da imprensa, visando agendá-las para o evento, não só no Brasil como fora (...)” (TERENA, 1997, p.2).

A preocupação em estabelecer a articulação com a imprensa surge pela necessidade de se preservar a mensagem transmitida “através dos slogans, dos folders enfim, da linguagem histórica e contextualizada” (TERENA, 1997, p.2) a toda sociedade, “já que o que estava em jogo era a história do Índio em nosso país, como também da personalidade e do trabalho histórico do Ministro Edson Arantes do Nascimento”(idem.).

A presença da FUNAI, apesar de cumprir seu papel no projeto dos Jogos dos Povos Indígenas, também é um momento tenso, já que é constitucionalmente a

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





representante oficial do Governo Federal na Assistência e Proteção ao Índio, porém esse órgão não apresenta preocupação com eventos esportivos, por não fazer parte de seus programas indigenistas, nas palavras de Marcos Terena vê-se preocupação de se estabelecer aproximações entre a FUNAI e o Ministério dos Esportes.

As tensões emergem na medida em que se começa a repensar a diversidade de necessidades que as comunidades indígenas possuem, não somente questões sobre as demarcações de terras que são muito importantes, além das questões da saúde, recursos financeiros, mas também ao direito de vivenciarem as manifestações culturais e esportivas e sua continuidade.

Após a realização do primeiro grande evento: os Jogos dos Povos Indígenas em Goiânia, a presença dos povos indígenas em eventos públicos começa a ser valorizada pelo poder público, em especial pelo Ministério dos Esportes. Essas novas relações apresentam oportunidades recíprocas, no que diz respeito à visibilidade e diversidade de cultura e povos presentes no Brasil.

Uma preocupação dos líderes Carlos e Marcos Terena refere-se à população em geral no que diz respeito a sua participação direta nas atividades programadas, como forma de intercâmbio, é um bom momento para os “brancos” conhecerem melhor outras culturas existentes neste país.

Contudo, o local onde estariam ao longo do dia, em frente ao Copacabana Palace, “um dia antes mudado pelos donos da festa para 100 metros a esquerda do hotel” (MARCOS TERENA, 1997, p.05) os líderes acompanham a “montagem do alvo, da pista de corrida, do tipo de água da praia, do sistema de segurança, de primeiros socorros, etc, afinal seriam 80 pessoas de diferentes costumes, muitas inclusive sem nunca terem saído das aldeias”. (idem)

Para Marcos Terena, o acompanhamento da saída dos indígenas de suas aldeias para o Rio de Janeiro, conta com apoio institucional e de infra-estrutura, e, sobretudo o tipo de transporte e acomodações para todos integrantes convidados a participarem do evento.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





A trajetória de Carlos Terena nas experiências anteriores como atleta ou dirigente, a participação nos JEBs e os relacionamentos com profissionais de Educação Física apontam possibilidades de se pensar um evento para reunião de povos indígenas. Carlos Terena diz que “sempre sonhou em ver seus parentes reunidos” para encontros, sejam eles esportivos ou que propiciem a discussão de problemas enfrentados nas aldeias.

A constituição dos Jogos dos Povos Indígenas se dá pelas redes de interdependências formadas por Carlos Terena e Marcos e Marcos Terena em suas trajetórias de vida que, através do trabalho realizado no e pelo Comitê Intertribal, garantem o planejamento desse evento que reúne um maior número de participantes a cada edição.

Referências bibliográficas

- BORGES, E.C. & BUONICORE, A. C. (2007). Memória do Esporte Educacional Brasileiro: Breve História dos Jogos Universitários e Escolares. São Paulo: Centro de Estudos e Memória da Juventude.
- BRASIL. (1985). Boletim dos Jogos Escolares Brasileiros, p. 406.
- BRASIL. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.
- ELIAS, N. (2005). Introdução à sociologia. Lisboa, Edições 70 Ltda.
- GRUPPI, D.R.; ROCHA FERREIRA, M. B. (2010). Os Jogos Indígenas: Processo de Ressignificação das Práticas Corporais dos Kaingang. In II ENCONTRO ALESDE (Associação Latino-Americana de Estudos Sócio-culturais do Esporte – Centro de Investigación ‘Estudios em Educacion Física, Salud, Deporte, Recreacion y Danza’). Maracay – Venezuela.
- GRUPPI, D.R. (2011). Jogos Estudantis Brasileiros e Jogos dos Povos Indígenas. In CAMARGO, V.R.T., ROCHA FERREIRA, M.B.R e von SIMSON, O.R. (orgs.) Jogo, Celebração, Memória e Identidade: reconstrução da trajetória de criação, implementação e difusão dos Jogos Indígenas no Brasil (1996-2009). Campinas, SP; Curt Nimuendajú,.
- GRUPPI, D.R. (2013). Jogos dos Povos Indígenas: Trajetórias e Interloções. (Tese de doutorado). Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.
- ROCHA FERREIRA, M.B.; VINHA, M.; FASSHEBER, J.R. M.; TAGLIARI, I. A. UGARTE, M.C.D. (2005). Cultura Corporal Indígena. In Atlas do Esporte no Brasil. Org. Lamartine Pereira

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

da Costa, Shape Editora e Promoções Ltda. Rio de Janeiro, 1ª Edição. ISBN: 85-85253-62-2, p. 35-36.

ROCHA FERREIRA, M.B. ; HERNANDEZ, M.; CAMARGO, V.R.T. SIMSON, O.R. von. (2008). Jogos Indígenas, Realizações Urbanas e Construções Miméticas. Revista Ciência e Cultura. Temas e Tendências. SBPC, 60:4, p. 47-49.

ROCHA FERREIRA, M.B., FASSHEBER, J.R., TAGLIARI, I.A., SILVEIRA, D. (2003). Cultura Corporal Indígena. UNICENTRO. Editora.

ROCHA FERREIRA, M.B.; VINHA, M., FASSHEBER, J. R. M., TAGLIARI, I.A. UGARTE, M.C.D. (2005). Jogos tradicionais indígenas. In: ___ COSTA, Lamartine (org.). Atlas do Esporte no Brasil - Raízes. Rio de Janeiro: Shape Editora e Promoções Ltda. Rio de Janeiro, 1ª Edição – ISBN: 85-85253-62-2, p. 35-36.

SANT'ANA, G. R. de. Histórias, espaços, ações e símbolos das associações indígenas Terena. 2010. 331 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP.

TERENA, C. J. Depoimento [ago. 2009]. Entrevistadora: Diana Vicente Ruiz – LABJOR UNICAMP, Entrevista concedida ao LABJOR/UNICAMP, Campinas,SP.

TERENA, M. (1997). Relatório sobre a participação Indígena. (mimeo). Brasil.Ministério do Esporte, 01-04.

TERENA, M. (2001). O Esporte como Resgate de Identidade e Cultura. Anais I SIMPÓSIO CULTURA CORPORAL E POVOS INDÍGENAS DO PARANÁ. Irati-PR: UNICENTRO.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

LA MARATÓN: UNA ALTERNATIVA PARA LAS PERSONAS ANTE LOS PROBLEMAS SOCIALES

Dr. Diego Mauricio Barragán Díaz
Universidad Externado de Colombia
diebarragan@gmail.com

Resumen: Se analiza la participación de atletas aficionados en maratones resultado de su vinculación a comunidades, durante varios años, donde tejen relaciones que inciden en su comportamiento y desempeño. La práctica deportiva se observó en una sociedad donde imperan conflictos, desigualdades y la mayoría de la población tiene escasas alternativas de bienestar. Las personas que eligen participar en maratones tienen un alejamiento de las cadenas de interdependencias y las dinámicas imperantes en su sociedad; es decir, no se plantea una relación directa entre transformaciones sociales y cambios en la persona, se evidencia que el individuo toma una práctica social desarrollada por grupos pequeños para sortear los problemas de su sociedad.

Palabras clave: Figuración. Problemas Sociales. Maratón.

Una perspectiva

La ponencia parte de la perspectiva que tiene los corredores aficionados cuando toma la decisión de participar en maratones¹⁸. Son carreras desarrolladas en diferentes lugares del mundo en correspondencia a las condiciones climáticas, geográficas u otros motivos; un deportista puede tardar de 3 a 6 horas en terminarla (SMITH, 2000, p.188), pero la preparación puede durar varios años, debe someterse a régimen¹⁹, tomando para su vida los aspectos que beneficien su preparación o participación (ELÍAS; DUNNING, 2014); además, el régimen puede llegar a un nivel de exigencia que jamás imaginó. Se evidencia cómo las actividades humanas tienen interdependencia, "... no se puede, por ejemplo, proponer ninguna teoría de la actividad humana si no se sabe cómo está constituido el organismo y cómo actúa" (ELÍAS, 1995, p. 40-41). La participación no puede observarse desde una dimensión, esta actividad humana involucra variados aspectos, de mayor o menor intensidad, que sortea el individuo con el desarrollo de su

¹⁸ Eren sostiene que desde los años 70 la participación de aficionados en carreras de resistencia (maratones, ultramaratones, carreras de montaña, triatlones), en varios países, ha tenido un aumento vertiginoso (2017, p. 385).

¹⁹ Régimen, en este contexto, se entiende como un conjunto de reglas que guían el desarrollo de la actividad y las personas deben asumirlas.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





deporte, de su trabajo, de su relación consigo mismo, con los otros o con la sociedad en su conjunto. Incluso, “... los estudios del deporte que no lo son de la sociedad son estudios fuera de contexto” (ELÍAS; DUNNING, 2014, p.67).

Apesar de que, en el atletismo de fondo, la mayor responsabilidad es del deportista, las interacciones que construye con miembros de comunidades pequeñas como clubes o asociaciones parten de la necesidad de participar en espacios alternativos a los problemas que aquejan a la mayoría de los ciudadanos. En los entornos de conflicto, violencia y desigualdad, las personas buscan actividades y espacios que les permitan alejarse de la maraña de problemas sociales donde se encuentran envueltos, están en un remolino (ELÍAS, 1990). Los aficionados en la práctica del deporte construyen lazos de solidaridad, de bienestar o un espacio alternativo que no encuentran en su realidad inmediata y los vincula a lógicas de participación nacionales e internacionales como miembros de comunidades donde el esfuerzo y la perseverancia se convierten las herramientas básicas para pertenecer y mantenerse (ELÍAS; DUNNING, 2014, p.84). Como lo sostiene Lucena (2007), la propuesta de Elías ofrece variedad de posibilidades de investigación, aquí sólo se va a tomar una: la persona se enfrenta a una sociedad hostil donde tiene que encontrar espacios alternativos (BARRAGÁN, 2018). Se aleja de las transformaciones en las personas y la sociedad como partes de un proceso de largo aliento e interdependientes; por un lado, van las dinámicas sociales y por el otro van las condiciones de vida que las personas encuentran o deben sortear.

La ponencia vincula el razonamiento teórico y observación empírica (ELÍAS, 2011), el razonamiento se apoyó en la literatura, cercana a la sociología, que trata el tema del deporte enfatizando en carreras de resistencia. Para la observación se realizaron 4 entrevistas a atletas aficionados, dos mujeres y dos hombres²⁰, quienes han practicado el atletismo de fondo por mas de 10 años y han participado en maratones internacionales: Boston, Chicago, New York, Londres y Berlín. Se toman atletas aficionados para evidenciar cómo una persona común elige una opción de vida en el correr, para lo cual

²⁰ Mauricio fue atleta élite, ahora es entrenador y corredor aficionado, tienen 41 años, su entrevista se realizó en junio 13 de 2018. Selene atleta aficionada de 32 años, su entrevista fue en junio 28. Gladys atleta aficionada de 65 años, su entrevista fue en junio 30. Jorge atleta aficionado de 61 años, su entrevista fue en Julio 1.



debe someterse a una exigencia alta (SMITH, 2000; COLLINSON, 2008). Además, se realizó observación participante en un club de atletismo en Bogotá, destacando conversaciones informales, participación en entrenamientos, en carreras formales, todo registrado en un diario de campo llevado de junio de 2017 a julio de 2018. La vinculación entre razonamiento teórico y observación empírica, parte de la perspectiva de Elías y Dunning (2014) y se utilizó el cuerpo como herramienta de investigación (WACQUANT, 2006, p.16), dando como resultado un diálogo permanente entre acumulados teóricos, observaciones y experiencias dentro del fenómeno, en un permanente ida y vuelta (ELÍAS, 2011).

Participar de actividades deportivas es estar en espacios diferentes (WACQUANT, 2006), en mundos diferentes. Pueden compartir con jóvenes de 16 o adultos de 65 años, los motivos y la intensidad son diferentes, pero la actividad es la misma. Las personas tienen experiencias que afectan la vida y el ámbito social donde habitan; las dos dimensiones implican una constante interrelación (ELÍAS; DUNNING, 2014, p. 76). Partiendo de lo anterior, se formula una pregunta, ¿cómo las personas pueden desarrollar una actividad cotidiana que involucra esfuerzo, entrega y exigencia en un ambiente social plagado de desigualdades, conflictos y limitaciones?

Una alternativa

Una alternativa se puede tomar como una actividad que difiere de los cánones comúnmente aceptados. Desde luego, la maratón es una alternativa que difiere de los modelos y las prácticas en la cotidianidad; principalmente, en los deportes socialmente aceptados y los de mayor exposición en los medios de comunicación. Cuando las personas deciden participar en una actividad con una exigencia alta deben desarrollar dos acciones: preparación y participación. En especial, la preparación según Mauricio (8:32²¹), implica como mínimo dos años para preparar el cuerpo, la mente y todas las variables que influyen en el desempeño en la carrera; no sólo el tiempo y el esfuerzo, son una variedad de

²¹ El dato corresponde a la hora, minuto y segundo de la afirmación en la entrevista.



cambios en la vida de las personas que influyen en su participación (CAUAS, 2008) y en su cotidianidad (COLLINSON, 2008).

Al analizar los cambios en la vida de los atletas es difícil establecer secciones donde se puedan segmentar o jerarquizar, donde se establezcan ¿cuáles son menos o más importantes? La única herramienta para dar el contexto es analizar los testimonios de los atletas; frente a los cambios, afirman: “Cambios en la vida en todo... tienen que ver con lo profesional, lo académico y con el deporte, con lograr una maratón; sólo el 1% de la población mundial lo ha logrado y tienen la capacidad de hacerlo (Selene, 6:20). Gladys sostiene que: “al vincularme al atletismo de fondo, mi vida cambió totalmente” (15:20). “Los cambios en la vida son terribles, cambia totalmente su estilo de vida. Desde levantarme a las 4:00 a.m... las relaciones con las personas cambian, la alimentación, los hábitos, la vestimenta, los accesorios, todo (Jorge, 10:00). Mauricio (8:01), Selene (6:01), Gladys (8:22) y un cambio significativo lo sintetiza Jorge: “el cambio más importante es la disciplina” (11:56). Estas personas entrenan 6 días a la semana durante todo el año, salvo después de la participación en maratón dejan un mes sin actividad, en su cotidianidad se organiza el día por horas, deben sacar tiempo para su trabajo, su familia, sus actividades personales, las relaciones con otras personas y entrenar. Hablando de la correspondencia entre el tiempo, el deporte y las obligaciones Gladys lo ilustra, “con un amigo mío que debía entrar a trabajar a las 7:00, nos encontrábamos en el parqueadero del Simón Bolívar (lugar de entrenamiento) a las 4:30 a.m. (1:15:01)”. Algunas personas cercanas a los corredores critican sus hábitos, “las personas no entienden... lo primero que me dicen que *mucha bola* irse a correr a la madrugada... usted está loco” (Jorge, 46:25).

Además de los hábitos como la disciplina se van fortaleciendo otras dimensiones que inciden en la vida de las personas (SMITH, 2000, p.201). “...sentirse bien, autoestima, sentir su cuerpo sano, hacer esa actividad lo aleja de muchas cosas que le hacen mal y ayudan a mejorar su salud (Jorge, 1:00:11)”, incluso; “cuando se entrena se olvida el mundo y sus problemas” (Jorge, 1:02:01). Selene sostiene que “...el atletismo ofrece bienestar a las personas, pertenecer a un grupo, ser parte de algo, mejorar los



hábitos... el atletismo organizó mi parte profesional...el desarrollo del ejercicio vincula todas las partes de la vida (53:43). La práctica "...fortalece el cuerpo, la mente y la imagen de sí misma (Gladys, 8:22). La representación de sí mismo cambia, las personas prueban que pueden desarrollar actividades que jamás imaginaron y que pueden hacer mucho más; para el corredor amateur implica cambiar su vida (CAUAS, 2008), su autoestima, su cuerpo, sus hábitos y sus relaciones con otras personas (EREN, 2017).

En la práctica intensiva del atletismo se menciona cómo se crean y se tejen lazos con las personas involucradas, incluso su vida parte de su pertenencia a la comunidad de atletas (SMITH, 2000, p.191; COLLINSON, 2008, p.45). Salvo Mauricio, quien toda su vida ha estado vinculado a la actividad, las otras tres personas llegaron hace años. Los problemas sociales se presentan de forma diferente en la comunidad de atletas, Jorge los ilustra "en Colombia por el complejo de las clases sociales se selecciona la gente... en pantaloneta todos somos iguales, no existen divisiones sociales" (28:20). Selene, sostiene que "...desarrollar la actividad fortalece la relación con las personas cercanas" (7:44), los hace ser parte de una comunidad, ser constantes (13:40). La intensidad de las relaciones entre el grupo fortalece a la persona, una clave para el desempeño es "hacer amistad fuerte con los compañeros" (Gladys, 27:33); Gladys, resalta que la decisión de participar en la carrera, "fue motivada por el grupo de amigos y la entrenadora, allí comenzó a soñar con un maratón" (6:49). Hablando de los compañeros Jorge sostiene: "normalmente, los deportistas amateurs son personas equilibradas, tienen trabajo y buena posición" (26:25). La participación en la comunidad de atletas ofrece a las personas la posibilidad de crear, tejer y fortalecer relaciones con quienes participan; aquí, la comunidad no es sólo un espacio de refugio o de cumplimiento de obligaciones, la comunidad se plantea como una creación entre las personas que les permite tener un espacio donde ellos se sienten a gusto a partir de sus acciones y sus contribuciones.

Adicional a la vinculación a la comunidad, las personas destacan cómo la práctica del atletismo se relaciona con su calidad de vida. Gladys (12:30) y Jorge (9:04) mencionaron que la decisión de vincular el atletismo a su vida se relacionó con problemas

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





de salud. “Si usted tiene buena salud, tiene una calidad de vida y ayuda a afrontar lo que se vive diariamente (Jorge, 1:04:08) y “Totalmente, el atleta tiene una vida con calidad, desde la alimentación, sueño, recuperación en adelante” (Gladys, 1:17:30). “Me siento bendecida porque este deporte llegara a mi vida, me ayudó, me ayuda y me sigue ayudando en todos los aspectos” (Gladys, 13:58). Sin embargo, existen otras visiones de la participación en carreras de resistencia,

“implica un esfuerzo y una sobrecarga en el cuerpo, pues se desarrolla una actividad invasiva en donde las articulaciones, los músculos, los órganos, los huesos, etc, reciben un esfuerzo fuera de lo normal, en ocasiones extraordinario. Hipotéticamente, los aficionados deben tener una preparación para mitigar las posibles consecuencias de participar en una actividad con un grado alto de exigencia (Ramírez & Prieto, 2016, 2) y a la vez, deben estar dispuestas para afrontar un esfuerzo que puede llegar a afectar su integridad física: desde desgarros musculares, problemas en las articulaciones, eventos cardiovasculares hasta la muerte. Para mencionar casos de atletas que fallecieron durante el 2015, en Colombia una mujer y dos hombres, a nivel internacional un atleta en Argentina y dos en España (BARRAGÁN, 2017).

Sobre la calidad de vida se presentan contrastes en la práctica de carreras de fondo. A un costado se encuentran quienes, durante varios años, con asesoría y con un plan de trabajo estructurado desarrollan la práctica; al otro, se encuentran personas que deciden participar en un maratón sin tener las condiciones básicas para afrontar un nivel de exigencia de estas características; en el segundo grupo los resultados van desde lesiones hasta la muerte.

Fuera de lo anterior, para las personas el atletismo de fondo es una alternativa. Correr se plantea como un espacio que encuentran las personas y les ayuda a reconocerse, fortalecer su cuerpo, su representación de sí y establecen alternativas para enfrentar los problemas sociales. No es un espacio para la modelación de la violencia, es un espacio para fortalecer sus relaciones, enfrentar sus problemas y su cotidianidad. Adicional a las difíciles condiciones del contexto de donde provienen, Elías menciona para su caso que resultado de su paso por el ejercito y otros problemas “...había aprendido a trabajar con independencia y duramente” (1995, p. 39). Participar en una actividad con un nivel de



exigencia tan alto, hace que las personas construyan una la coraza que les puede ayudar para enfrentar a su cotidianidad; “...en otras palabras, la supervivencia y el éxito social en estas sociedades dependen hasta cierto punto de una coraza segura, ni demasiado fuerte ni demasiado débil, de autocontrol individual” (ELÍAS; DUNNING, 2014, p.83)

Los problemas sociales

La relación de deporte y sociedad puede soportarse en “...que el conocimiento acerca del deporte lo era también de la sociedad (ELÍAS; DUNNING, 2014, p.59). La práctica del atletismo involucra las posibilidades y los problemas que se evidencian en la sociedad. Desde luego, el atletismo está inmerso de las dinámicas sociales, no es un santuario, se reproducen algunas prácticas; pero, se siguen las pautas establecidas en ámbitos deportivos (WACQUANT, 2006), como solidaridad, unión, fraternidad y elementos poco habituales en ciertos entornos sociales. Aquí, se tratan algunos problemas que involucran la práctica del deporte y, a su vez, la cotidianidad de los ciudadanos. Los problemas son difíciles, tienen intensidad variada en la sociedad o en quienes intervienen.

Para la práctica de los deportes, y casi todas las actividades, se necesita de escenarios que les permitan a las personas desarrollar la preparación en la que se encuentran inmersas. Sobre los escenarios deportivos, Selene sostiene, “...la ciudad no tiene espacios para la práctica del deporte” (39:32). “Los escenarios son escasos, el Parque Simón Bolívar o Parque Nacional, ¿cuál más? o salir de la ciudad (1:01.15) ... en las pistas el Centro de Alto Rendimiento y el Salitre se debe pagar... faltan escenarios deportivos (Gladys, 1:02:45). Jorge afirma, “desde mi punto de vista lo evalúo pésimo, aquí en Bogotá, no existen espacios para entrenar (52:00) ... El único espacio es el Simón Bolívar... para los fondos se deben buscar espacios fuera de la ciudad (53:14)”. La infraestructura básica que necesitan los ciudadanos que, pagan con sus impuestos, aquí no se tienen unas condiciones mínimas. Sólo con un cálculo simple, según el DANE (2018) la población en Bogotá es 8,181,200, en la Media Maratón de Bogotá de 2018 participaron cerca de 43.000 personas; con cuatro escenarios deportivos y la cantidad

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





significativa de ciudadanos, no se tiene un respaldo de los administradores del Estado, no se brindan las condiciones básicas a los habitantes.

Según los atletas no tienen apoyo de ninguna organización. “En Bogotá, las personas para sobrevivir es difícil, no existen organizaciones, no existe apoyo..., si usted tiene plata puede correr, si usted no tiene nada sufre demasiado, uno debe tener plata para todo” (Jorge, 29:40). Selene sostiene que “En Colombia no hay cultura del deporte (1:03:55) ... las entidades públicas y privadas no fomentan, no participan (42:00); incluso, fomentan muchas carreras, pero no el entrenamiento detrás de las carreras, no tienen planes de entrenamiento... no tienen la preparación” (1:00:53). “El incentivo para la práctica del atletismo de fondo a través de empresas privadas o públicas es nula, ninguna” (Gladys, 1:06:03). Incluso, “no existen programas públicos o privados para incentivar la práctica del atletismo, la motivación es personal, si usted tiene plata puede participar” (Jorge, 54:35). La responsabilidad por la práctica, el apoyo y el seguimiento recae en el individuo; la poca atención a la participación en atletismo, y en la mayoría de los deportes, para aficionados ocupa lugares poco importantes en las representaciones sociales y los medios de comunicación, para ellos, desarrollar actividades que representen esfuerzo no es importante. Jorge hace la contrastación con su participación en la maratón de Berlín, “...el orgullo que le da a la gente al terminar su carrera, van y se cambian y se colocan su medalla, incluso 8 días después... es el reconocimiento social a quienes participaron” (38:54). Es un contraste permanente entre el esfuerzo de las personas y el escaso reconocimiento social de los atletas; aquí es casi nulo. A pesar de ello, continúan con la práctica y se sienten reconfortados cuando salen del país, cuando compiten en carreras reconocidas como las más importantes del mundo.

El desarrollo del atletismo, en especial para la preparación para maratón, durante los seis días de la semana que entrena pueden correr una cifra cercana, en el caso de aficionados, a 100 kilómetros y para hacer las distancias de fondo un día necesita espacios para correr de 20 a 36 kilómetros, la mayoría de los atletas hacen su preparación antes de amanecer o al anochecer, en estas horas tienen problemas de seguridad, igual que la ciudad. “Un atleta puede estar expuesto a que lo roben en distintos lugares de la ciudad”

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





(Selene 43:50). “En el Parque Simón Bolívar entrenando fuera de la malla, a un vecino un tipo lo atraco, le sacó un cuchillo y le robo su reloj a las 7:30 de la mañana” (Gladys, 1:09:32). Sobre la seguridad de los atletas Jorge da una alternativa, “debe encomendarse a Dios, es el único protector, de resto expuestos a todos los peligros, riesgos terribles y todo el tiempo” (55:52). Los atletas, igual que los ciudadanos, están expuestos a peligros derivados de la inseguridad que impera en la ciudad, la única alternativa es tratar de ser cautelosos y tomar las medidas necesaria para que su integridad física no se exponga y completen su entrenamiento²².

La actividad física implica un esfuerzo prolongado y a veces con consecuencias para el cuerpo de los atletas; la atención médica requiere un tratamiento aparte. En general, “la salud atención de la EPS (Entidades Prestadoras de Salud), da miedo y el sistema en general (Selene 46:30). “La salud es pésima, terrible... en las EPS no se pueden pedir las citas (57:48), no se encuentran especialistas, lo atiende un médico general. En todos estos años, he conocido un médico deportólogo (58:15) ... pedir cita es un problema, no atiende a las personas. No tiene derecho a enfermarse o si tiene plata pague un médico particular” (Jorge, 42:35). Los problemas de salud, “depende de cada individuo de su buena o mala EPS” (Gladys, 1:11:10). Igual que lo anterior, la salud de los atletas es responsabilidad de ellos, si cuentan con los recursos suficientes pueden pagar un médico deportólogo, por lo general no tienen el cubrimiento y respaldo del sistema de salud. Entonces, la única alternativa es, además de pagar su contribución al sistema de salud, pagar por la atención con un médico deportólogo que es caro. La salud es para las personas que pueden pagar.

Los problemas que aquejan a la sociedad en su conjunto se evidencian en los aficionados al atletismo. La escasez de escenarios, el poco apoyo de entidades privadas y en especial públicas o del Estado en su conjunto, la inseguridad a la que están expuestos al desarrollar su deporte y el deficiente funcionamiento del sistema de salud, hacen que los atletas estén expuestos a los problemas que aquejan su sociedad. Aquí, se genera un

²² Aquí se aparta del autocontrol del individuo, la violencia se hace presente en su cotidianidad, en su entorno, distando de las ilustraciones hechas por Smith (2000, p.191). No son ideas es la realidad.



interrogante, no solo tomado de la obra de Elías (2011; 2014, p.85): ¿es una tendencia representativa establecer los niveles de importancia, donde actividades como la práctica del deporte ocupaba lugares secundarios frente al trabajo, la religión o la política? Hoy, estas actividades catalogadas como importantes en la vida social, abruman a los ciudadanos, cada vez los problemas son mayores, lejanas las soluciones y las distancias entre Estado y ciudadanos crece; en especial, donde la responsabilidad de todo, cotidianamente, se le asigna a la persona, se le responsabiliza de lo que pasa, es una carga pesada para sus hombros; el Estado, las organizaciones y los responsables de la calidad de vida cada vez le asignan la responsabilidad al individuo. Ante los problemas sociales que abruman a las personas, el desarrollar alternativas como correr les sirve para alejarse de la cotidianidad y tomar fuerzas para enfrentar su realidad a pesar de lo placentera, hostil o desafortunada que pueda ser.

Conclusiones

La participación de atletas en carreras de resistencia implica un esfuerzo, una sobrecarga en el cuerpo y representa una actividad invasiva físicamente, no es parte de un proceso social aceptado por todos, quienes lo practican buscan espacios, desarrollar hábitos de vida diferentes y actividades que les permitan encontrar alternativas frente a los problemas sociales como conflictos, violencia, desigualdad o limitaciones que encuentran en su realidad social. La participación en carreras de fondo muestra el aumento de la conciencia reguladora de la conducta y la capacidad del individuo para reconocer su lugar, encontrar alternativas, establecer relaciones con personas, todo tendiendo a obtener unas condiciones y una calidad de vida distintas a las que imperan en su sociedad.

Hablando de las personas que participan en carreras de fondo, en especial la maratón, no es resultado de un proceso para dominar sus impulsos dentro de un proceso social que se vive y tienen unas condiciones. El vincularse con este tipo de prácticas sociales e incorporarlas a su vida, se hace como medio para alejarse de las condiciones y

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



Fábrika
Ideias criativas



las prácticas sociales en que vive su grupo, su país o él mismo. La experiencia de participar en un maratón lo que hace es fortalecer la disciplina en el individuo, participar en grupos sociales pequeños, en comunidades y establecer un alejamiento de las condiciones, las prácticas y los problemas que imperan en su sociedad.

Las personas que eligen la práctica de deportes individuales tienen un alejamiento de las cadenas de interdependencias y las dinámicas imperantes en su sociedad específica; es decir, no se plantea una relación directa entre las transformaciones sociales y los cambios en el individuo, lo que se observa es que el individuo toma una práctica social específica para enfrentar las prácticas sociales imperantes en su sociedad. No es alejarse del mundo, el deporte establece caminos diferentes para enfrentar los problemas cotidianos.

Bibliografía

BARRAGÁN, D. El tsunami de las carreras atléticas en las calles y las montañas de Colombia. Palabras al Margen. n. 110, 2017.

BARRAGÁN, D. La experiencia estudiantil en una sociedad hostil. Una aproximación a los estudiantes universitarios de Ibagué (2012). Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2018.

CAUAS, R. (2008). El boom del running en Chile, desde una perspectiva psicológica. Revista Digital, 13(121) (Consultado: Junio 15 de 2018) Retrieved from <http://www.efdeportes.com/efd121/el-boom-del-running-en-chile-desde-una-perspectiva-psicologica.htm>. Consultado: 30 jun 2018.

COLLINSON, A. Running the routes together. Corunning and knowledge in action. Journal of Contemporary Ethnography. v. 37, n. 1, p. 38-61, 2008.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA – DANE. Informe población proyectada para Bogotá. Julio, 2018. (Consultado: 31 Jul 2018). Disponible en: <http://www.dane.gov.co/reloj/>

ELÍAS, N AND DUNNING, E. Deporte y ocio en el proceso de la civilización. México: FCE, 2014.

ELÍAS, N. Compromiso y distanciamiento. Barcelona: Península, 1990.

ELÍAS, N. Mi trayectoria intelectual. Barcelona: Península, 1995.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná

LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

ELÍAS, N. Sociología Fundamental. Madrid: Gedisa, 2011

EREN, C. Estranged, labor, habitus and vertehen in the rise of extreme endurance sports. Journal of Sport and Social Issues. v. 41, n. 5, p. 384-401, 2017.

LUCENA, R. Norbert elias: corpo, educação e processos civilizadores. In: X SIMPOSIO INTERNACIONAL PROCESO CIVILIZADOR. Campinas; Universidad Estatal de Campiñas, 2007.

SMITH, S. British nonelite road running and masculinity. A case of “running repairs”. Men and Masculinities. v. 3, n. 2, p.187-208, 2000.

WACQUANT, L. Entre las cuerdas. Cuadernos de aprendiz de boxeador. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





DENDÊ, PALMA, LICURI...

SOBRE PROCESSOS FIGURACIONAIS DA BAIANIDADE

Dina Maria Rosário dos Santos
Universidade do Estado da Bahia
Doutora em Ciências Sociais e Jurídicas
dmrsantos@uneb.br

Resumo: Os povos (os sujeitos e as sujeições) são criações ontológicas e sócio culturais atravessadas por disputas pela hegemonia no discurso da identidade nacional e ou regional. A noção de baianidade vem sendo forjada desde o século XVI com o advento da invasão do Brasil. A ideia da baianidade, como conhecida hodiernamente, faz referência a uma imagem de uma Bahia circunscrita a Salvador e ao recôncavo e datada da segunda metade do século XX. No seio das hegemonias inventadas, a diversidade resiste. Não há consensos. Tampouco há coesão sustentada por tal noção. A Bahia possui vinte e sete territórios de identidade sócio-político-cultural. O Brasil possui 27 estados. A brasilidade está atravessada pela diversidade tanto quanto a Baianidade. Por meio das diferenças forjam-se subjetividades nascidas da assunção da miríade de relações e cenários que produzem a figuração Bahia. Os discursos de baianidade propostos para o diálogo ganham a dimensão de personagens para compor cenas discursivas que revelam relações de poder que produzem as singularidades do que pode ser denominado como subjetividades regionais. O presente ensaio se propõe a refletir - por meio da arte, da religiosidade e da educação - sobre as tensões individuais /sociais produtoras de subjetividades baianas, ou não.

Palavras-chave: Baianiades. Subjetividades. Processos Figuracionais.

Toda sexta-feira
Toda roupa é branca
Toda pele é preta
Todo mundo canta
Todo o céu magenta
Toda sexta-feira
Todo canto é santo
E toda conta
Toda gota
Toda onda
Toda moça
Toda renda
Toda sexta-feira
Todo o mundo é baiano junto. (CALCANHOTO, 1996)

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





A Bahia é um estado dentre os 27 do Brasil... O Brasil é um dos 20 países da América Latina. A América Latina é uma das três regiões do Continente Americano... O Continente Americano é dos seis continente do planeta Terra. ‘Todo o mundo é baiano’?

O sociólogo judeu-alemão Norbert Elias (1980) demonstra que os processos humanos e sociais são representados por mulheres e homens sujeitos às forças exercidas uns sobre os outros e sobre eles próprios. As baianidades são processos humanos e sociais representados por mulheres e homens sujeitos às forças exercidas uns sobre os outros (baianos e não baianos) e sobre eles próprios.

Tomando como referência o *constructo* teórico figuração, cunhado por Norbert Elias (1980), é possível afirmar que as baianidades são produzidas e produzem cadeias de interconexões nas quais as pessoas, reciprocamente, dependem umas das outras constituindo vínculos tanto de alianças quanto de enfrentamentos. Neste sentido as baianidades, enquanto figuração, são fluxos em equilíbrio flutuante da balança de poderes.

A relevância de refletir acerca das baianidades à luz dos processos figuracionais se justifica pela importância de [...] tornar mais acessíveis à compreensão humana estes processos cegos e não controlados, explicando-os e permitindo às pessoas uma orientação dentro da teia social - a qual, embora criada pelas suas próprias necessidades e ações, ainda lhes é opaca (ELIAS, 1980, p. 168-169).

Esse ensaio se propõe a refletir sobre os jogos de forças e poderes políticos, religiosos, educacionais e familiares presentes nas baianidades e suas performances.

E toda conta... Toda gota... Toda onda... Toda moça... Toda renda...

Dizer que os indivíduos existem em configurações significa que o ponto de partida de toda investigação sociológica é uma pluralidade de indivíduos, os quais, de um modo ou de outro, são interdependentes. Dizer que as configurações são irredutíveis significa que nem se pode explicá-las em termos que impliquem que elas têm algum tipo de existência independente dos indivíduos, nem em termos que impliquem que os indivíduos, de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





algum modo, existem independentemente delas. (ELIAS;
SCOTSON, 2000, p. 184)

Uma das oximoronias da hodiernidade está na percepção/experiência da ode a individualização e a da ode às identidades coletivas, simultaneamente. Vivenciamos a valorização do convívio e das lutas sociais ao mesmo tempo em que reivindicamos subjetividades únicas. O que, em princípio, pode parecer contraditório, em verdade, revela o jogo de poder das figurações contemporâneas. Porque moventes, as configurações compõem-se de conflitos e confrontos que expressam a democratização funcional (ELIAS; DUNNING, 1985) da balança de poder.

Elias (1980) afirma que as pessoas constituem inúmeras e variadas teias de interdependência ou configurações. Tais configurações ocorrem em nível das famílias, das instituições, das cidades, das classes sociais, das regiões, dos Estados. Todos esses níveis ou planos de relações estão intrinsecamente conectados de forma dependente. Na obra *O processo civilizador*, Elias (1994b) toma a dança como ilustração das configurações explicitando a relação indivíduo/sociedade no âmbito da sociologia processual.

Pensem na mazurca, no minueto, na *polonaise*, no tango, ou no rock'n'roll. A imagem de configurações móveis de pessoas interdependentes na pista de dança talvez torne mais fácil imaginar Estados, cidades, famílias, e também sistemas capitalistas, comunistas e feudais como configurações. Usando este conceito, podemos eliminar as antíteses, chegando finalmente a valores e ideais diferentes, implicados hoje no uso das palavras 'indivíduo' e 'sociedade'. Certamente podemos falar na dança em termos gerais, mas ninguém a imaginará como uma estrutura fora do indivíduo ou como uma mera abstração. As mesmas configurações podem certamente ser dançadas por diferentes pessoas, mas, sem uma pluralidade de indivíduos reciprocamente orientados e dependentes, não há dança. (p. 249-250)

Nesse sentido, a noção de configuração expressa a indissociabilidade sujeito/grupo. A figuração, assim, permite tratar da construção de 'identidades nacionais', posto que [...] os pressupostos teóricos que implicam a existência de indivíduos ou atos

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





individuais sem a sociedade são tão fictícios quanto outros que implicam a existência das sociedades sem os indivíduos (ELIAS, 2001, p. 182). Abordada pela via da figuração, as identidades reivindicadas pelos sujeitos, e assumida quase como posse originária do gentílico oriundo da naturalidade, podem ser pensadas por meio das tensões individuais/sociais produtoras de subjetividades. A baianidade - assim como a ‘cariocidade’, a paulistinidade ou a ‘gauchidade’ não são ‘de nascença’.

A estreia na baianidade requer uma rede de relações tecidas sob a égide da interdependência que sustentem a interiorização das normas comportamentais convencionadas em nível individual, sociocultural e da história local. Em outras palavras, “[...] a existência da pessoa como ser individual é indissociável de sua existência como ser social. [...] Não há identidade-eu sem identidade-nós. Tudo o que varia é a ponderação dos termos na balança eu-nós, o padrão da relação eu-nós”. (ELIAS, 1994a, p. 151-152)

Nessa direção, as reflexões eliasianas (1994a) em torno do *constructo habitus*, apoiam as lucubrações a respeito de como homens e mulheres na relação de uns com os outros com/na sociedade, modelam-se a si próprios performando identidades de grupo. As construções individuais e suas performances sociais auto e hetero constroem-se atravessadas e atravessando convenções sócio-culturais. O indivíduo (o baiano) porta em si o *habitus* de um grupo (baianidade) por meio do qual representa a si, em maior ou menor grau. Na construção do *habitus*, a balança de poder na dimensão da relação nós-eu/eu-nós flutua na tensão do contexto histórico das lutas sociais, políticas, culturais e econômicas do contexto glocal.

A baianidade, portanto, pode ser entendida como “[...] uma pluralidade de indivíduos, os quais, de um modo ou de outro, são interdependentes” (ELIAS, 2001, p. 184). Nesse sentido, os que se autodenominam e ou denominam o outro como baianos são seres eminentemente sociais, históricos e encharcado de cultura cujas forma de pensar e agir, perceber e performar, conscientemente ou não, fazem parte de um tecido de relações interdependentes. Ser baiano, ou não, resulta das diferentes configurações nas quais os homens e as mulheres estão imersos.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná





Na perspectiva de Elias (1980), as pessoas criam/interiorizam/redimensionam suas ideias e percepções de mundo por meio do conjunto das experiências vivenciadas no interior do próprio grupo ou grupos. Nesse contexto, as figurações elaboradas e experienciadas por elas são constituídas por/em grupos interdependentes de pessoas organizadas, conscientes ou não, coletivamente. Todos os sujeito, os baianos, compõe-se de singularidades enraizadas em figurações sociais. Os grupos sociais e identidades coletivas, as baianidades, são figurações enraizadas em singularidades.

A baianidade é uma figuração e como tal pode ser definida como “[...] teia de relações de indivíduos interdependentes que se encontram ligados entre si a vários níveis e de diversas maneiras” (ELIAS; DUNNING, 1985, p. 25). Porque fazem parte dessa teia, os baianos podem ser descritos como *hominis aperti* (ELIAS; DUNNING, 1985, p. 25) orientados aos outros e abertos aos participantes da teia.

Toda conta, toda gota, toda onda, toda moça, toda renda de baianos e não baianos compõem a baianidade. Todo o mundo, baiano ou não, produz as baianidades.

Dendê²³, Palma²⁴, Licuri²⁵... Das baianidades

Tratando da cultura baiana, o mais importante é salientar o fato que ela não é homogênea. A cultura do litoral extremo-sul da Bahia, da região cacauzeira, é muito diferente do interior, por exemplo, da região do rio São Francisco. Até para um estrangeiro que visita esta zona, as diferenças entre as regiões visitadas na Bahia são nítidas. A culinária de cada lugar na Bahia tem seu sabor próprio, o sotaque dos baianos difere de um lugar para outro, assim como a música tocada nas ruas tem seus ritmos variáveis. (Zrníková, 2007, p.08).

²³ O dendê é o fruto do dendezeiro. O dendezeiro (*Elaeis guineensis*) é uma palmeira originária da costa ocidental da África (região do Golfo da Guiné) de cujo fruto se extrai o azeite de Dendê ou óleo de Palma. O azeite de dendê é comumente utilizado na culinária do recôncavo da Bahia.

²⁴ A palma (*Opuntia ficus-indica*) é uma espécie da família das cactáceas, natural do México, cultivada na América tropical e subtropical e nos países mediterrâneos. É largamente utilizada no semiárido baiano para a alimentação do gado e na culinária.

²⁵ Licuri ou oricuri é o fruto do Licurizeiro. O Licurizeiro (*Syagrus coronata*) é uma palmeira nativa do bioma Caatinga e de toda a costa leste do Brasil. O fruto, o tronco, a garra e as raízes da palmeira são fartamente utilizadas na cultura nordestina. O licuri possui uso culinária, medicinal e estético. O fruto da palmeira é recurso indispensável para a sobrevivência da arara-azul-de-lear, considerada criticamente ameaçada nas listas vermelhas nacional (Ibama) e internacional (IUCN).



Os povos (os sujeitos e as sujeições) são criações ontológicas e sócio culturais atravessadas por disputas pela hegemonia no discurso da identidade nacional e ou regional. No seio das hegemonias inventadas, a diversidade resiste. Não há consensos. Tampouco há coesão sustentada por tal noção.

A ideia da baianidade, a mais difundida, faz referência a uma imagem de uma Bahia circunscrita a Salvador e ao recôncavo e datada da segunda metade do século XX. A brasilidade está atravessada pela diversidade tanto quanto a Baianidade. Por meio das diferenças forjam-se subjetividades nascidas da assunção da miríade de relações e cenários que produzem a figuração Bahia.

A Bahia, de acordo com a estimativa do IBGE²⁶ para o ano de 2017, possui uma população de 15.344.447 pessoas distribuídas em 27 Territórios de Identidade que ocupam 564.732,450 km². Ainda segundo o IBGE, a Bahia contemporânea é urbana, feminina, jovem, negra, pobre e com baixa escolarização.

De acordo com Pinho (2012) e Mariano (2009) o que costuma ser denominado como identidade cultural dos baianos é, em verdade, um conjunto de regras, práticas, rituais, associados aos moradores de Salvador, região metropolitana e recôncavo imposta, enquanto prática discursiva homogeneizante, aos demais territórios da Bahia. Pensar a baianidade enquanto figuração é analisar a cadeia de interdependência que se gera entre indivíduos e das quais fazem parte os conflitos e as tensões. Ao tratar da criação mítica da baianidade, Pinho sintetiza:

[...] por Idéia [*Sic*] de Bahia entendo: (a) o "sentimento" de diferença que baianos têm em relação ao resto do país e do mundo; (b) que este "sentimento" é constituído a partir de narrativas específicas; (c) que estas narrativas condensam conteúdos particulares; (d) que estes conteúdos são ideológicos, no sentido interpretativista apresentado acima; (e) que esta ideologia é tanto a base para a construção de um consenso político com vistas à dominação, como a base para a reprodução de uma multiplicidade

²⁶ Para mais informações sobre os dados demográficos e geográficos da Bahia consulte o @Cidades. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama>>. Acesso em: 22 ago. 2018



de bens simbólicos, negociados no mercado internacional de cultura (PINHO, 2012²⁷)

A alusão às ideias de nacionalismo ou regionalismo trazem à tona a sua ambivalência intrínseca. A baianidade - e por consequência a brasilidade, a latinidade e o ocidentalismo – são espaços físicos e simbólicos nos quais se entrelaçam de forma indissociável jogos de poder privados e públicos, individuais e coletivos, subjetivos e sociais. Tais discursos, ademais, produzem o outro como condição *sine qua non* da produção das suas narrativas.

A figuração tecida pelos povos na sua história são criações humanas. As identidades nacionais/regionais/locais produzida por meio de figurações são parte integrante do processo civilizador e compõe a sua tríade de controle básicos (ELIAS; DUNNING, 1985), a saber: controle da natureza, controle das relações sociais, autocontrole.

A baianidade, enquanto figuração eliaseana, produz e é produzida por relações de interdependência cujo objetivo civilizador é o controle social por meio da interiorização das normas comportamentais (papeis, funções e sanções) garantindo o autocontrole dos sujeitos e o arrefecimentos das disputas e conflitos entre as classes e grupos sociais na forja do equilíbrio de poderes da democracia funcional. A esse respeito Figueiredo e Santos (2015) ratificam que

[...] o termo baianidade, foi proposto e definido ao longo do século XX, e pode ser conceituado em linhas gerais, como uma expressão frequentemente usada para definir características do “modus vivendi” dos baianos, mais especificamente, dos que nascem em Salvador e no Recôncavo da Bahia. Inserido no contexto da construção de tradições e de discursos identitários, como forma de produzir coesão e consenso sociais. (p. 2)

Na obra ‘A busca da excitação’ (1985), Elias e Dunning tipificam as propriedades das figurações apresentando-as como emergente e distribuídas numa estrutura em cujo centro está o poder. Além do poder, central, as propriedades das figurações são as “[...]”

²⁷ Original não paginado.



relações de força, eixos de tensão, sistemas de classes e estratificação, desporto, guerras e crises econômicas”(ELIAS; DUNNING, 1985, p. 6). As propriedades estão, obviamente, presente na figuração baianidade e sua identificação auxilia a compreensão da rede de interdependências.No artigo ‘Quem precisa de baianidades?’ Figueiredo e Santos (2015) cunham e tipificam quatro discursos sobre as baianidades apresentados como “[...] cartografia de identidades para a ideia de Bahia” (p. 4). Os autores alertam para o fato de que tal cartografia apresenta a Bahia de forma macro e dali dialoga com a suas singularidades. São quatro os discursos: a) Baianidade Histórica; b) Baianidade Cosmopolita; c) Baianidade Sertaneja; d) Blacktude.

As categorias de Figueiredo e Santos são tomadas, neste ensaio, como metáforas para pensar as figuração baianidade lucubrando a respeito das suas propriedades. Na condição de fluxo, as baianidades não se extinguem, coexistem, se sobrepõem e se atualizam, A baianidade hodierna é histórica e cosmopolita e sertaneja e blacktude.

A baianidade histórica é apresentada pelos autores como um “[...] discurso edênico e telúrico, do inventário à invenção da identidade nacional” (FIGUEIREDO; SANTOS, 2015, p. 3). A baianidade histórica é basilar na construção da noção de pátria brasileira e a representação histórico cultural que lhe corresponde. Alude a uma Bahia mítica circunscrita a Salvador como primeira capital do Brasil e representante do Novo Mundo. O Brasão municipal metaforiza o mito cristão do retorno da pomba a arca de Noé após encontrar terra firme e fértil: *Sic illa ad arcam reversa est* (Assim ela voltou à arca) .



Brasão do Município de Salvador/Bahia/Brasil

Presente na produção literária de Padre Vieira, de Gregório de Matos e de Manuel Botelho de Oliveira, o olhar eurocêntrico e cristão orienta a construção das relações definido as hierarquias e estratificações sociais, as relações de força e os eixos de tensão na narrativa e na produção da realidade da invasão, do extermínio, da escravização, da subalternização de pessoas, povos, saberes e territórios. Ainda que os conflitos e as crises se façam presentes nas teias da baianidade histórica, a eloquência da narrativa apaga, suaviza e recria versões das relações de interdependência colonial de forma tal que a baianidade e suas subjetividades, produzidas como parte do espólio português, parece grandiosas.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





VERGER, Mercado de Água de Meninos/Salvador, 1946.

Para Figueiredo e Santos (2015) a baianidade cosmopolita representa a “[...] invenção discursiva da baianidade *standard*. Uma representação fechada ao discurso da capital e recôncavo como única via da baianidade” (p.7). A baianidade cosmopolita, presente desde o século XIX, expressa as tensões oriundas das revoltas e lutas pela independência do Brasil travadas na Bahia. O processo de independência promoveu mudanças na balança de poder trazendo outros eixos de tensão e relações de força para a centralidade do poder euro-cristão.

O (re)equilíbrio da balança de poder ocorreu pela via da apropriação, folclorização e estandardização das manifestações culturais de Salvador e do recôncavo eclipsando às tensões sociais e políticas com tintas de convivência pacífica e idílica. Os conflitos foram, e continuam sendo, minimizados em nome de um discurso de baianidade centrada no ‘deboísmo²⁸’. As obras de Caymmi, Verger e Jorge Amada serviram de esteio para essa narrativa de bucolismo sensual em um paraíso tropical. O racismo, o classismo, a misoginia, o escravismo permaneceram na teia da figuração e o poder continuou pendendo para o mesmo lado, o euro-cristão.

O processo de industrialização brasileiro promoveu outras mudanças nos eixos de tensão. A ideia de nação se volta para a modernidade industrial e, sob a égide dos valores judaico-cristão do ocidentalismo, ao norte e o nordeste do país coube o papel de judas da modernidade. O sudeste e o sul encarnaram o messias nacional, rumo ao progresso. O mito da identidade originária, aliada a produção literária, musical, cinematográfica e turística impôs à baianidade o lugar de refúgio paradisíaco para o prazer e gozo dos que levam o país à civilização. Na esteira da indústria turística a baianidade forja a si como povo alegre, hospitaleiro e sensual. A mídia hiperboliza o carnaval e o vende como expressão máxima da identidade baiana. Nem tudo são flores na figuração cosmopolita. As tensões estão aumentadas, a cisão social é crescente, as diversidades apagadas na

²⁸ O deboísmo é um neologismo para expressar um prática de vida cuja principal regra é ‘viver de boa com a vida’.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





identidade regional acirram as relações forçando a balança a pender para outros lados. A esse respeito Albergaria reflete:

Existem duas teorias de construção da baianidade. Uma diz que existe uma Bahia “endógena” e a baianidade emerge de baixo para cima. Existe o *ethos* baiano, uma alma da cidade que se constituiu depois de 400 anos de sincretismo, da mistura afro-luso-tupi. Nos últimos 20 anos vêm se constituindo outra teoria, dizendo que isso é um mito constitutivo da identidade, mas não passa de um mito. Segundo essa teoria, a Bahia foi construída de fora para dentro porque, em primeiro lugar, ela é uma imagem opositiva daquilo que foi o Rio de Janeiro no século antepassado. O Rio tornou-se a metrópole, capital do Brasil, e a Bahia tentou se construir por oposição. Portanto, diferentemente do Rio de Janeiro, vai representar a tradição, o passado, as raízes e também a negritude. Na primeira metade do século XX a metrópole cultural e industrial brasileira desloca-se para São Paulo e nesse momento também São Paulo vai produzir uma forte imagem da baianidade, colocando em oposição a crescente megalópole, que representa a civilização, o trabalho, a modernidade, a civilidade e a razão, e a Bahia com seu anacronismo, preguiça, passado, exuberância e mística (ALBERGARIA, s/d, p.03).

Por volta dos anos 40 as sertanidades esquecidas e apagadas na narrativa da ideia de Bahia reivindicam espaço. O sertão surge em oposição ao litoral reeditando a relação sudesteXnordeste das representações do progresso e do atraso. A baianidade sertaneja estende a teia para o interior do estado trazendo para a alegoria da baianidade não as subjetividades sertanejas mas a metáfora da resistência como recurso de apagamento das ausências e invisibilidades. A baianidade sertaneja soma à ‘brejeirice do recôncavo’ a ‘força do sertão’. A indústria turística colabora para o (re)equilíbrio das forças na produção da democracia funcional mercantilizando as manifestações culturais e estendendo a imagem idílica ao agreste e às chapadas.

A hierarquia litoral/sertão, a desigualdade social, os conflitos agrários, a descaso do Estado ora entram na produção dos romances da geração de 30, ora nas narrativas das ausências do sertão nas obras do Cinema Novo, ora se fazem presentes na poesia e na musicalidade do Tropicalismo, ora são escamoteados no discurso governamental. O fluxo

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNADOR DO ESTADO





figuração Bahia segue. A baianidade sertaneja reivindica e conquista o plural nas baianidades que agora “[...] aproximam e aglutinam todos os discursos (o popular e o erudito o litoral e o sertão o novo e o tradicional, o afro), a deixar em como o símbolo da baianidade do século XXI a desconstrução subjetiva ou icônica” (FIGUEIREDO; SANTOS, 2015, p. 8).

O século XXI inaugura a presença dos subalternizados urbanos no desmantelamento dos discursos homogeneizantes da figuração baianidade. Se estabelece o que Figueiredo e Santos (2015) denominam discurso blacktude. - “vozes periféricas que buscam de maneira coletiva uma desconstrução da cena cultural baiana, marcada por exclusões e silenciamentos” (p. 9). O plural, sob o signo da diversidade, se estabelece na relação de forças e aponta para outros eixos de tensão. A balança de poder pende para os subalternizados e os conflitos se acirram. A democracia funcional ainda não encontrou as estratégias para equilibrar as forças e atenuar as tensões.

Em consonância com o fluxo histórico a figuração baianidades blacktude começa a dar sinais de mudanças nos valores e na produção de outras vias de interdependência. Os apagamentos de sujeitos, regiões, saberes e culturas das baianidades histórica e cosmopolita são diuturnamente questionados.

Figuração Baianidades

A figuração é um constructo teórico que permite refletir sobre os vínculos entre pessoas e, por assumir a interdependência indivíduo/sociedade, espelha a realidade social. De maneira análoga à metáfora de Elias no apêndice da obra *O processo civilizador* (1994d), é possível pensar na ideia da baianidade como figuração na qual os baianos, suas famílias, os municípios da Bahia, o Estado da Bahia, o Nordeste, o Brasil, a América Latina dançando - reciprocamente orientados e dependentes - os valores, as normas e as sanções comportamentais que animam as relações que culminam no que chamamos baianidades.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

A baianidade, enquanto processo de diferenciação e alteridade da sociedade baiana, vem se construindo ao longo da história do Brasil como fruto das disputas pelo protagonismo na identidade nacional. Em especial, na Bahia, as marcas do lugar político que ocupou na produção do Brasil e os papéis sócio-econômico-cultural desempenhados ao longo dos anos são relevantes para a compreensão do seu fluxo.

A figuração baianidades tensiona a diversidade da Bahia e a validade das demais identidades brasileiras hierarquizando os pertencimentos na medida em que toma para si o mito fundante da brasilidade. As baianidades apagam os conflitos internos (guerras e crises político-econômicas, desigualdade social, relações de exploração ainda hoje escravistas) por meio de versões midiáticas das suas tradições e criação simulacros de pacificação. Ainda que as mudanças ocorridas no seio da figuração possam ser lidas como ajustes na balança do poder a democratização funcional produz, na verdade, uma circulação dos grupos que protagonizam a identidade sem alterar a sua estrutura. O poder no centro da figuração não se altera.

As baianidades são tessituras dos povos, tradições, culturas, conflitos, sujeições, apagamentos, subalternizações do que há e do que não há na Bahia e no Brasil. Em se tratando de baianidades é essencial assumir-la Dendê e Palma e Licuri.

Referências bibliográficas

ALBERGARIA, Roberto, Tema: o que é identidade cultural, Entrevista no site da SBPC CULTURAL Disponível em: <<http://www.sbpcultural.ufba.br/identid/index.html>>. Acesso em: 22 ago. 2018

ELIAS, Norbert. Introdução à sociologia. Lisboa: Edições 70, 1980.

_____. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

_____. O processo civilizador: uma história dos costumes. V. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b.

_____. A sociedade da corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. A busca da Excitação. Lisboa: Difusão Editoria, 1985.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

- FIGUEIREDO, Joabson Lima; SANTOS, Alvanita Almeida. Quem precisa de baianidades? Reflexões sobre as construções identitárias da Bahia. In XIV CONGRESSO INTERNACIONAL ABRALIC, 2015, Belém, PA. Anais (on-line). Belém: ABRALIC, 2015. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/anais/arquivos/2015_1456100972.pdf>. Acesso: 22 ago. 2018.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopez Louro. 10. ed.: Rio de Janeiro: DP&a, 2005.
- LEÃO, Andréa Borges. Norbert Elias & e a educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- MARIANO, agnes. A invenção da baianidade. São Paulo: Annablume, 2009.
- MATOS, Gregório de. Poemas escolhidos de Gregório de Matos. Seleção e organização de José Miguel Wisnik. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- MURAL da Casa de Edwirges. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra10735/mural-da-casa-de-edwirges>>. Acesso em: 25 de Ago. 2018.
- PINHO, Osmundo s. de Araújo. A Bahia no fundamental: uma interpretação do discurso ideológico da baianidade. Revista Brasileira de Ciência Sociais, São Paulo, v. 13, n. 36, fev. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000100007>. Acesso em: 22 ago. 2018.
- ZRNÍKOVÁ, Jana. A baianidade nas letras de Caetano Veloso e Gilberto Gil [Dissertação do mestrado], 2007. Disponível em: <https://is.muni.cz/th/qy2ke/Baianidade_nas_letras_de_Caetano_Veloso_e_Gilberto_Gil.pdf>. Acesso em 22 ago. 2018.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

PENSAR LOS CUERPOS DESDE EL PROCESO DE CIVILIZACIÓN.

APORTES DE LA OBRA DE NORBERT ELIAS

Lic. Ezequiel Szapu²⁹

IICE-FFyL-UBA, ARGENTINA

soysapu@gmail.com

Resumen: El siguiente trabajo tiene por objetivo reflexionar acerca de los aportes de Norbert Elias a través de su obra *El proceso de la civilización. Investigaciones sociogenéticas y psicogenéticas* para pensar el cuerpo y sus transformaciones a lo largo del tiempo. En dicha obra realiza un recorrido por las mutaciones en los comportamientos y usos sociales del cuerpo y las transformaciones de las relaciones humanas entendiéndolas como dos caras simultáneas del mismo *proceso de civilización*.

Se abordará en este trabajo el lugar que le otorga al cuerpo en su propuesta epistemológica en torno a la relación individuo-sociedad.

Palabras clave: Norbert Elias. Proceso de la civilización. Cuerpo.

Introducción

A pesar del reconocimiento tardío de la obra del sociólogo alemán, Norbert Elias aporta una mirada relacional de la sociedad que supera los dualismos (individuo-sociedad, cuerpo-mente) que dominaron la escena científica a la hora de interpretar los procesos sociales. El interés por su obra y su enfoque teórico-epistemológico se enmarca en las investigaciones sobre violencias en las escuelas que dirige la Dra. Carina V. Kaplan desde hace más de diez años. El presente trabajo se desprende particularmente de una investigación cuyo propósito consiste en caracterizar la socio-dinámica de la estigmatización en la interacción escolar que produce en las y los estudiantes sentimientos de exclusión y auto-humillación. Dichos modos de interacción se ven atravesados por los cuerpos tratados socialmente.

²⁹ Licenciado y Profesor en Ciencias de la Educación por la Universidad de Buenos Aires; Profesor en Enseñanza primaria por la Escuela Normal Superior n°1 en Lenguas Vivas “Presidente Roque Sáenz Peña”; Becario de doctorado UBACyT, Universidad de Buenos Aires; Colaborador en tareas docentes en la cátedra de Teorías Sociológicas y Adscripto en la cátedra de Sociología de la Educación en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires; Integrante del Programa de Investigación sobre “Transformaciones Sociales, Subjetividad y Procesos Educativos” del Instituto de Investigaciones en Ciencias de la Educación de la UBA.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná





La teoría de la civilización de Elias, basada en una investigación empírica, busca comprender

(...) las relaciones posibles entre el cambio a largo plazo de las estructuras individuales de los hombres (en la dirección de la consolidación y diferenciación de los controles emotivos) y el cambio a largo plazo de las composiciones que construyen los hombres en la dirección de un grado superior de diferenciación e integración; esto es, por ejemplo, en el sentido de una diferenciación y prolongación de las líneas de interdependencia y de una consolidación de los «controles estatales» (ELIAS, 1987, p. 31).

Dentro de este proceso, el cuerpo y las emociones juegan un papel fundamental, y ello es lo que se pretende abordar en esta ponencia. Al respecto, Vergara Mattar (2010) sostiene que “(...) *la obra de Elias le da a la Sociología de principios del siglo XXI un cúmulo de desafíos epistemológicos, teóricos y metodológicos a partir del continuo sociedad-cuerpo-emociones enlazados en una lógica de proceso (...)*” (p. 33).

A pesar de haber sido históricamente relegada como objeto de estudio en el campo de las ciencias sociales (KAPLAN; KROTSCH, 2014), la corporeidad ha sabido ocupar un lugar central como sostén de la teoría social. Los análisis de Elias, más allá de no centrarse en el cuerpo, no escapan a esta idea. La importancia de su obra y su enfoque teórico-epistemológico radica en que a partir de una lectura procesual como la que propone, pueden encontrarse varias claves para analizar el papel del cuerpo en las sociedades occidentales contemporáneas.

Individuo-cuerpo-sociedad. El cuerpo como mediador

En su escrito *El proceso de la civilización. Investigaciones sociogenéticas y psicogenéticas*, Elias (1987) realiza un recorrido por las pautas de comportamiento y el modo en que sus modificaciones a lo largo del tiempo fueron produciéndose en estrecha relación a cambios en las funciones psicológicas y sociales de los grupos humanos desde la Edad Media. A partir de ello, desarrolla un análisis socio-histórico de la sociedad occidental (entre los siglos XIV y XVIII) en lo que dio a llamar proceso de civilización:

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Aquí se trata, como ya he dicho, de elaborar el núcleo objetivo al que se refiere la noción precientífica vulgar del proceso civilizatorio, esto es, sobre todo, al cambio estructural de los seres humanos en la dirección de una mayor consolidación y diferenciación de sus controles emotivos y, con ello, también, de sus experiencias (por ejemplo, en el retroceso de los límites de la vergüenza o del pudor) y de su comportamiento (por ejemplo, en las comidas o en los modos de diferenciar la cubertería) (p.11).

En su ferviente rechazo hacia los dualismos critica la tradicional escisión entre lo psicológico (individual) y lo social, muchas veces entendidos éstos como compartimentos estancos e independientes el uno del otro. Al respecto argumenta que conceptos como el de “individuo” y “sociedad” no remiten a objetos con existencia separada, sino a aspectos distintos pero inseparables de los mismos seres humanos (ELIAS, 1987, 2008).

El carácter procesual del trabajo de Elias permite comprender relaciones sociales donde lo subjetivo se imbrica con lo objetivo.

El enfoque es más realista por cuanto que se considera al individuo siempre en su imbricación social, como un ser humano en sus relaciones con los demás, como un individuo en una situación social (ELIAS, 1987, p. 486).

Su tesis central sostiene que, a partir del aumento de las cadenas de interdependencia y progresiva centralización de las formas de organización social durante la conformación de los Estados modernos, se produce un monopolio del uso de la violencia física que deviene en una paulatina pacificación de las relaciones humanas al interior de las sociedades. Ya no será el sujeto librado a su propio deseo quien ejerza violencia corporal hacia otros, sino que ésta pasa a constituir una facultad del Estado. Esta modificación en la aplicación de la violencia transformará indefectiblemente la configuración emotiva del individuo. La sociogénesis del Estado será entonces uno de los motores de la civilización de los afectos.

El comportamiento estará sometido a cadenas de pensamiento (estrategias-cálculos) antes de externalizarse por medio de acciones impulsivas. El proceso de civilización consiste, justamente, en el progresivo pasaje hacia un mayor refinamiento de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





las emociones, una mayor racionalización del pensamiento y la postergación de la satisfacción inmediata de los impulsos; lo cual trae aparejado un mayor autocontrol por parte de los individuos.

A partir de la modificación de ciertas costumbres, en esta imbricación entre lo individual y lo social, se va realizando un proceso de interiorización de ciertas emociones que anteriormente estaban más expuestas. En la medida en que la sociedad se va adentrando a la lógica cortesana, determinados sentimientos (de enojo, de alegría, de tristeza) se van internalizando en función de mantener las formas y sostener las relaciones con los otros. Los vínculos comienzan a ocupar un lugar importante en las relaciones para promover el sostenimiento y el ascenso de las posiciones sociales y, es en gran parte por ello que se torna necesario evitar algunas reacciones en público, controlando de esta manera los comportamientos, las reacciones individuales.

Es preciso dosificar con exactitud las actitudes de acercamiento y distanciamiento en relación con los demás; todo saludo, toda conversación tiene consecuencias que trascienden lo que se ha dicho y lo que se ha hecho; y que revelan la cotización de cada ser humano (ELIAS, 1987, p. 483).

Estos aportes abren paso a una indagación sobre el papel del cuerpo en la relación individuo-sociedad. Según Elias, cada individuo se presenta separado de los otros y su esencia, su auténtico yo, se manifiesta como si estuviera aislado del mundo exterior, encerrado en su interior. Así, esta esencia se encuentra apartada de los demás por un muro invisible.

Sin embargo, casi nunca se menciona el carácter de este muro y, desde luego, jamás se da una explicación de él. ¿Es el cuerpo un recipiente en cuyo interior se encuentra encerrado el auténtico yo? ¿Es la piel la línea fronteriza entre el «interior» y el «exterior»? ¿Qué es la cápsula en el ser humano y qué lo encapsulado? (ELIAS, 1987, p.34).

Estos interrogantes permiten dar cuenta que el cuerpo es el lugar en donde el individuo y la sociedad se encuentran. Es a través de la expresión corporal de las

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





emociones, o de la contención de estas últimas, que el individuo manifiesta lo interior atravesado por lo social. Esta vinculación entre cuerpo y experiencia, entre corporalidad y emociones es la encargada de exteriorizar determinadas costumbres en el transcurso de lo que Elias denomina el *proceso civilizatorio*. Al interiorizarse progresivamente ciertos sentimientos, es imperioso que el cuerpo, que es nuestra ventana hacia los demás, sea también moldeado. Debe aprender a controlar los impulsos, a sonreír al sentir enojo, a disimular, a avergonzarse, a sentir humillación, etc.

En cierto modo, el ser humano parece enfrentarse a sí mismo. «Oculta sus pasiones», «desmiente a su corazón» y «actúa contra sus sentimientos». Se reprimen la alegría o la inclinación momentáneas en consideración del perjuicio que se puede sufrir si se cede a aquéllas (ELIAS, 1987, 484).

Es a partir de la experiencia, de las modificaciones psicológicas y sociales que va sufriendo el ser humano a través de la historia, que su cuerpo va también modificándose para acompañar estos procesos. A lo largo de la obra de Elias (1987) pueden encontrarse algunos ejemplos relativos al moldeado del cuerpo y la modificación de ciertas costumbres vinculadas al sentimiento de vergüenza o repulsión.

A lo largo de la historia, y consecuentemente con el entramado de dependencias en que transcurre toda una vida humana, también se moldea de modo distinto la «physis» del individuo en conexión inseparable con lo que llamamos su «psique». Piénsese, por ejemplo, en la modelación de los músculos faciales y, por lo tanto, de la expresión del rostro a lo largo de la vida de un ser humano... (ELIAS, 1987, p. 488).

La emoción cobra su sentido profundo como experiencia cultural y social, individual y colectiva manifestándose o escondiéndose a través del cuerpo.

Los usos del cuerpo en el trato cotidiano

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Para analizar los cambios en las costumbres y su relación con la emotividad de los individuos y sociedades, Elias aborda cuestiones como: la compostura en la mesa, las actitudes frente a las necesidades naturales, el modo de sonarse la nariz o de escupir, el comportamiento en el dormitorio, y los cambios de actitud frente a las relaciones entre hombres y mujeres. Todos ellos, aspectos relacionados con la corporalidad. ¿Cómo hablar de la utilización de nuevos instrumentos como el tenedor en la mesa sin hacer referencia a la adquisición de la habilidad manual para hacerlo? ¿Cómo pensar en aspectos como la vergüenza a la desnudez o el modo de retener o no las flatulencias sin hacer referencia a las implicancias de estos comportamientos en los cuerpos?

A continuación, la intención será ilustrar estas relaciones poniendo a la luz tanto sus significados y alcances así como la importancia de entender los cambios corporales en estrecha relación con las modificaciones en los comportamientos de los individuos.

Elias realiza este trabajo a partir de la lectura de diversas fuentes como poemas o manuales de comportamiento, entre otros escritos, que prescriben las “buenas” conductas de los individuos entre los siglos XIII y XIX (JURADO, 2004).

Una de las fuentes de análisis que consulta es la obra de Erasmo de Rotterdam, *De civilitate morum puerilium* (1530). Esta obra constituye un síntoma de las transformaciones sociales que atravesaban las sociedades europeas y constituye un reflejo interpretativo de las mismas.

Pero, ¿cómo se establece esta relación? Puede encontrarse explicación a partir de la concepción de cuerpo que se infiere de la obra de Elias, en la que no remite exclusivamente a cuestiones físicas, sino que se lo entiende en relación con las transformaciones sociales que acontecen, es decir, como un cuerpo tratado socialmente. Y es en esta clave que lee el manual de Erasmo:

La actitud corporal, los ademanes, la vestimenta, la expresión del gesto, todo ello es el comportamiento «externo» del que habla el escrito, expresión de la interioridad o de la totalidad del ser humano. (ELIAS, 1987, p 101)

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





El ser humano es entendido como una totalidad que se expresa a través de lo corporal. El cuerpo es la fachada, la presentación hacia los demás, al mismo tiempo que es portador de significados sociales que son acordados tácita o explícitamente.

A lo largo del proceso civilizatorio se va edificando un muro emotivo o emocional que se eleva entre los seres humanos. Como venimos afirmando, se trata de un límite emotivo (encarnado en los sentimientos de escrúpulos, desagrado, miedo y vergüenza), una línea afectiva que distancia los cuerpos condicionando sus comportamientos a través de la modelación de nuevos hábitos y costumbres (ELIAS, 1987).

Así, tanto el propio cuerpo como el del otro comienzan a experimentar nuevas sensaciones en torno al rechazo o desagrado. Un ejemplo de ello son las normas de comportamiento que aconsejan no ofrecer un alimento que se ha llevado a la boca o no dejar los restos de alimento en la bandeja compartida. A su vez, se reservan para la intimidad ciertos comportamientos o hábitos corporales como mostrarse desnudo frente a los pares, aunque todavía no es un símbolo de vergüenza hacerlo frente a la servidumbre.

La mirada del otro como control social

Tal como ha sido expuesto a lo largo del trabajo, es posible reconocer como usos y costumbres que en la actualidad se viven con naturalidad, son producto de un desarrollo histórico-cultural a través del cual las diferentes sociedades fueron integrando nuevas pautas y normas de comportamiento que han afectado a lo corporal.

Lo que a nosotros se nos antoja la cosa más natural del mundo, porque desde pequeños nos hemos integrado en este tipo de sociedad que, a su vez, nos ha condicionado, es algo que tuvo que aprender toda la sociedad en su día, lenta y penosamente (ELIAS 1987, p. 114).

En este sentido Elias describe una transición entre un tiempo en que las costumbres y los buenos modales eran regulados por coacciones externas y poseen rasgos más simples (la contraposición entre “bueno” y “malo”) hacia otro momento en el que

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





estos comportamientos están matizados por una reserva mayor de las emociones y por la influencia de la mirada de los demás.

La mayor tendencia de los seres humanos a observarse a sí mismos y a los demás es uno de los signos de cómo toda la cuestión del comportamiento adquiere un cariz muy distinto: los seres humanos se configuran a sí mismos y a los demás con una conciencia más clara que en la Edad Media. En la Edad Media se decía: haz esto y no hagas lo otro, pero, en líneas generales, había bastante flexibilidad. [...] Posteriormente cambian las circunstancias. La presión que unos hombres ejercen sobre otros se hace más intensa y la exigencia de «buen comportamiento» también se hace más apremiante; todo el problema relativo al comportamiento aumenta en importancia (ELIAS 1987, p. 124).

La corporalidad y los comportamientos que se expresan a través de ella cobran mayor relevancia y significación. El cuerpo deja de ser exclusivo de quien lo porta para comenzar a tener significado también para quien lo observa.

Este lugar que comienza a ocupar la apariencia física en sentido amplio (incluyendo aspectos que exceden lo biológico) se sustenta en un nuevo poder de observación.

Ocasionalmente se afirma que la vestimenta es el cuerpo del cuerpo y, a la vista de ella, puede deducirse la situación de ánimo de quien la lleva. A continuación, Erasmo ofrece algunos ejemplos de qué forma de vestirse tienen unas y otras situaciones de ánimo. Se trata aquí de los comienzos de ese método de observación que, posteriormente, habría de conocerse con el nombre de «psicológico». La nueva etapa de la cortesía y su representación, condensada en el concepto de civilidad, está muy unida a este psicologismo y cada vez va estándolo más (ELIAS, 1987, p. 123).

Una integración que se basa en las apariencias y que está regida por la mirada del otro que se hace propia y se internaliza dando paso a autoacciones que regulan los propios comportamientos, incluso sin estar en presencia de otros individuos. Al producirse cambios en la estructura social, se produce una mayor presión ejercida por los

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





otros que lleva a un tipo de control social que no operaba en los períodos anteriores. Tanto el código de reglas como la consideración que se espera de los demás, van ganando terreno. Los usos del cuerpo funcionan entonces como metáforas sociales que mediatizan los procesos de inclusión y exclusión (KAPLAN, 2009, 2013) a partir de la legitimación o no de los mismos:

Cada vez se hace más matizada la sensibilidad respecto a lo que está y no está permitido para no molestar y no sobresaltar a los otros: cada vez es más rígido el mandato social de no herir a los demás en el contexto del nuevo marco de dominación (Elias, 1987, p. 124).

Elias (1987) ejemplifica este asunto, al describir cómo el uso del cuchillo en la mesa, que constituía un símbolo de peligro y despertaba diversos tipos de emociones, comienza a ser circunscripto a toda una serie de prohibiciones y normas. Así se va edificando una sensibilidad, fundamentalmente de desagrado, que busca restringir lo más posible el uso del cuchillo como un símbolo amenazador.

Podría retomarse la siguiente reflexión a modo de resumen:

Es este un proceso en el que las sociedades van pacificándose y en que el antiguo código de comportamiento va cambiando lentamente. Pero el control social, en cambio, se va haciendo más estricto. En especial va cambiando lentamente el tipo y el mecanismo de la configuración de las emociones por medio de la sociedad. [...] con la transformación de la sociedad y con una nueva estructura de las relaciones humanas, va imponiéndose un cambio paulatino: crece la presión para conseguir el autocontrol y, en consecuencia, comienza a modificarse la pauta de comportamiento (ELIAS, 1987, p. 126).

Y, para alcanzar estas modificaciones en el comportamiento, el cuerpo debe operar interiorizando nuevas costumbres y manifestando o escondiendo sentimientos frente a los demás, lo que lo posiciona en un lugar central dentro de este proceso.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Palabras finales

A lo largo de esta ponencia se ha intentado echar luz respecto al proceso de consolidación de las experiencias emocionales y corporales de una u otra sociedad a partir de los aportes de Norbert Elias.

En las sociedades contemporáneas reinan emociones como el miedo que ciertos sectores expresan frente al que consideran inferior ya sea por los espacios en que habitan, la etnia o nacionalidad, el color de piel, ser jóvenes, la vestimenta, u otras razones:

...les tenemos miedo precisamente, a ellos que se perciben y sienten minimizados. Transformamos en amenaza a quienes se sienten despreciados en su valía social. Tal vez, ese sentimiento de inferioridad esté en la génesis de comportamientos sociales que condenamos luego, responsabilizando a los mismos jóvenes que hemos negado y excluido (KAPLAN, 2013, p. 59).

Emociones y discursos que operan en la doxa y que lo único que hacen es profundizar los procesos de exclusión y el sufrimiento de aquellos que son depositarios de los mismos.

Defendemos la idea de que una comprensión de las emociones y los cuerpos como construcciones sociales abrirán el camino hacia la deconstrucción de aquello que hoy es percibido como natural y, por ende, incuestionable. Sostenemos para que:

... el cuerpo no puede ser otra cosa que un medio de análisis privilegiado para poner en evidencia rasgos sociales cuya elucidación es de gran relevancia para el sociólogo como, por ejemplo, cuando quiere comprender fenómenos sociales contemporáneos (Le Breton, 2002, p. 81).

Para una comprensión integral de las prácticas sociales, resulta imprescindible el abordaje de la experiencia emotiva y corporal en el análisis de la interacción que mantienen los actores en las instituciones y fuera de ellas.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Bibliografia

- ELIAS, N. El proceso de la civilización. Investigaciones sociogenéticas y psicogenéticas. España: Fondo de Cultura Económica, 1987.
- ELIAS, N. Sociología fundamental. Barcelona: Gedisa, 2008.
- JURADO, J. C. Sobre el proceso de la civilización de Norbert Elias. *Nómadas*, Madrid, n. 10, 2004. Recuperado de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18101012>
- KAPLAN, C. V. (dir.) Violencia escolar bajo sospecha. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2009.
- KAPLAN, C.V. (dir.) Culturas estudiantiles. Sociología de los vínculos en la escuela. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2013.
- KAPLAN, C. V. y KROTSCH, L. F. A educação das emoções na perspectiva de Norbert Elias. En A. GEBARA, C. J. COSTA, y M. SARAT (Eds.) *Leituras de Norbert Elias: Processo Civilizador, Educação y Fronteiras*. Maringá: Eduem, 2014. p. 125–136.
- LE BRETON, D. La sociología del cuerpo. Buenos Aires: Nueva Visión, 2002.
- VERGARA MATTAR, G. Norbert Elías: El cuerpo en los entramados a la lógica de lo procesual. *Revista Argentina de Sociología*, v. 8, n. 14, p. 15-34, 2010. Recuperado de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26922202002>

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

TESTIMONIOS DE VIOLENCIA Y TRAUMA: UNA PROPUESTA DE ANÁLISIS A PARTIR DE LAS TESIS DE NORBERT ELIAS

Gina Zabludovsky Kuper
UNAM
ginaza@unam.mx

El trabajo se inscribe en las investigaciones que la autora ha realizado sobre las concepciones de Elias en torno al diagnóstico del uso de los pronombres personales para el análisis de situaciones traumáticas producidas por episodios de extrema violencia. Con esta finalidad se abordarán los antecedentes freudianos sobre la importancia del lenguaje en la expresión de sentimientos que no siempre son reconocidos, y el valor testimonial del relato y las fuentes literarias para dar cuenta de los procesos a nivel micro y macro-social así como las relaciones peculiares en las cuales la memoria entrelaza el pasado y el futuro.

Palabras clave: Pronombres personales Violencia Memoria. Testimonios. Literatura. Trauma

El estudio presenta una propuesta para el análisis de los testimonios de experiencias de violencia. A partir de una diversidad de fuentes de carácter académico, periodístico y literario, el texto inicia abordando la importancia del lenguaje en la génesis de la teoría psicoanalítica, para después concentrarse en las aportaciones de Norbert Elias, en cuanto al valor de los pronombres personales como expresión de las emociones, y su potencial para analizar los relatos de experiencias traumáticas.

Pronombres personales, lenguaje y emociones:

En la medida en que los procesos anímicos contienen al lenguaje, el significado de las palabras trasciende el nivel de la consciencia para expresar sentimientos no siempre reconocidos, por lo cual las proposiciones lingüísticas adquieren un papel fundamental en el análisis de las emociones. La expresión verbal del individuo en discursos, testimonios y relatos revela importantes elementos de su origen social y la dinámica de sus interrelaciones. (Becerra- Fuquen, 2009; Ceniceros, 2004; ;Kaufman, 2014, pp. 104-105; Lacan, 1985; Montalban,, 2011, p. 272).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





En el marco teórico conceptual de la sociología figuracional de Norbert Elias, lo anterior se hace evidente en sus consideraciones en torno al uso y análisis de los pronombres personales donde se muestra cómo nuestro autor se nutre de los hallazgos y perspectivas teóricas de la psicología, la sociología y la historia para desarrollar una síntesis sumamente original basada en la sociología histórica y el psicoanálisis la cual se aplica tanto para el análisis macro históricos-como a los micro procesos (Elias, 1991; Zabludovsky, 1999 y 2016)

Elias explica cómo, desde el punto de vista sociológico, los pronombres permiten acercarse a las coordenadas y entramados de una figuración particular, y alejarse así de los manuales de sociología que se yerguen sobre “imágenes aparentemente impersonales” de los seres humanos. La incorporación de los pronombres en el lenguaje da cuenta de cómo resulta imposible concebir a los seres humanos de forma aislada, y permite comprender el carácter de perspectiva de los entramados sociales de interdependencia que arrancan desde la niñez temprana y constituyen una manifestación del grado de diferenciación de una sociedad. Los pronombres personales constituyen la expresión más elemental de la vinculación fundamental de todo ser humano con los demás, y el análisis sobre estas formas de expresión hace posible que la sociología no se concentre únicamente en los roles y las posiciones jerárquicas, sino que tome en cuenta el conjunto de las relaciones sociales (Agoff y Castro, 2009, p. 470; Elias, 1995, p.149-154).). Como lo señala Elias:

El conjunto de los pronombres personales representa la serie más elemental de coordenadas que pueden aplicarse a todos los grupos humanos, a todas las sociedades. Los hombres se agrupan entre sí en su comunicaciones directas e indirectas como hombres con relación a lo que dicen sobre sí mismos aquellos con los que se comunican. De allí la importancia del uso del “yo” o “nosotros”, “tú” o “vosotros” como coordenadas de las sociedades que permiten visualizar la singularidad y peculiaridad de las formas de conexión vigentes en el plano de integración humana (Elias, 1995, 148-149).

Desde esta perspectiva, el empleo del término “yo” o “nosotros” da cuenta de cuándo las fantasías emotivas representan experiencias puramente personales o son parte

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





de un proceso grupal que remite a las afiliaciones con referencia a la familia, la localidad, las ciudades o las naciones. (Elias y Scottson, 1965; Jauregui, 2013).

Como lo observan los teóricos de lingüística, puesto que se trata de “signos vacíos” que se llenan cuando el locutor los asume en las diferentes instancias de su discurso; la atención en los pronombres nos permite observar la actitud del locutor frente al enunciado que profiere, y abre pautas para adentrarse en la comunicación intersubjetiva y en el análisis de las emociones a través de los discursos, los testimonios y los relatos. En la medida en que “la conciencia de sí no es posible más que si se experimenta por contraste” (Benveniste 1971, p.181) la persona se constituye por medio del diálogo que permite un ejercicio de reciprocidad, donde cada locutor se ubica como sujeto, empleando el *yo* para dirigirse a alguien, quien en su alocución corresponde a un *tú*. La complementariedad entre el *yo* y el *tú* constituye así una realidad dialéctica, que define los términos de las relaciones mutuas, y se yergue como uno de los fundamentos lingüísticos de la subjetividad. Así, la lengua suministra el instrumento de un discurso en el cual la personalidad del sujeto se libera, se crea, alcanza al otro, se hace reconocer por él y logra individualizarse y levantar una visión personal del mundo a partir de la cual se construye la propia identidad (Benveniste, 1971)

El valor testimonial del relato

El análisis del uso de los pronombres resulta especialmente revelador en los trabajos sobre historia y memoria a partir de los testimonios expresados en relatos orales o escritos. De hecho, una de las características de éstos es la fluidez en el uso de los pronombres. Puesto que la facultad de recordar de los adultos opera con un material psíquico muy variado, la memoria siempre realiza una selección de las impresiones que a ella se ofrecen. El testimonio constituye una expresión de la recreación que se hace de un campo de experiencia, en un juego de tiempos y recuerdos donde el pasado es reinterpretado desde el presente articulándolo con una nueva narrativa (Benjamin, 2010, p.61; Kaufman, 2014, p.105 y 206; Graham, 2003)

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





Como lo señala Tilly, las narrativas personales sobre eventos excepcionales o transiciones de la propia vida, adquieren un gran valor para el análisis de los entramados sociales. Los relatos permiten tener acceso a fuentes muy ricas ya que los testimonios suelen tener las siguientes peculiaridades. 1) Se presentan como reinterpretaciones de los procesos sociales. 2) Contienen fuertes imputaciones sobre las responsabilidades de los involucrados que, remiten a cuestiones morales asignando lugares específicos a los “héroes,” las víctimas y los culpables de los hechos que se expresan en diversas expresiones “ Yo tengo el crédito o los merecimientos; “él tiene la culpa”, “ellos nos hicieron ...” 3) Las historias permiten observar el entramado de las relaciones en que se encuentra el (la) relator(a) (no es lo mismo la historia contada por un futbolista que por el periodista de televisión que da la noticia) (Tilly, 2017, p. 377).

Testimonios sobre traumas

Los relatos personales son especialmente reveladores, como manifestación de los afectos y la forma de procesar una situación de trauma, concepto que tienen sus orígenes³⁰ en el saber médico contingente y de las circunstancias que vivía Europa en las primeras décadas el Siglo XX. El trauma constituyó uno de los aportes del psicoanálisis a la investigación sobre las formas del sufrimiento que permitió establecer relaciones entre el pasado, la historia y los síntomas (Becerra–Fuquen, 2009; Freud, 1948, Kaufman,2014).

En la actualidad, las proyecciones sobre la noción de trauma se han extendido a la comprensión de los fenómenos sociales, lo que ha llevado a hablar de “traumas colectivos” que suelen ser resultado de las persecuciones de regímenes autoritarios y de otras situaciones desencadenadas en tiempos de extrema violencia donde la experiencia humana alcanza una situación límite, como las guerras, los campos de exterminio y/o los exilios forzados. En estos escenarios, el relato de lo ocurrido toma sus propios relieves, y “las coherencias narrativas se desordenan para entrar en zonas brumosas en que hechos, recuerdos, olvidos y huecos aparecen, o sólo muestran sus grietas y los silencios que

³⁰ Para un análisis de la importancia de entender la génesis, trayectoria y pertinencia de los conceptos, en las ciencias sociales, consúltese el libro coordinado por Gina Zabudovsky, con el título de *Sociología y cambio conceptual* (2007).



impulsó la vivencia de lo intolerable” (Kaufman, 2014, p.104). De allí que, en los testimonios de las víctimas de la violencia, la verosimilitud de lo vivido se torne débil y dudosa en tanto que el trauma produce una disociación, una sensación de ajenidad vivencial (Kaufman, 2014, pp. 104- . 108).

En estas condiciones, en la búsqueda de sentido es lo que caracteriza al narrador, las palabras (que en otras condiciones suelen organizar el sentido de la experiencia), se desdibujan, en un quiebre que, suele mantener latente las heridas. Estas fisuras narrativas y semánticas son síntomas del sujeto y hacen de la violencia el testimonio brutal de un período donde la historia cobra importancia y la narrativa da materialidad al acontecimiento y a su posible transmisión. En momentos en que la violencia interrumpe el curso de una vida y hace que los límites humanos estallen en el espacio de lo siniestro y lo inenarrable. La memoria volcada como relato constituye un intento de recuperación identitaria frente a lo que la violencia expropió o cambió radicalmente al dar un giro en el que el individuo perdió sus referentes habituales.

Como lo apunta Dori Laub, “Hay en cada sobreviviente una necesidad imperativa de contar y así llegar a conocer su historia, no obstruida por los fantasmas del pasado [...] conocer su propia verdad enterrada para poder vivir su vida” (Laub, 1995, p. 63, citado por Kaufman, 2014, p. 105). Aunque, por otro lado, también puede darse la destitución de la palabra como consecuencia de lo vivido en un trauma o en una guerra (Benjamin, 2012, Kaufman, 2014).

Así en un estudio sobre las víctimas del régimen racista en Sudáfrica, Graham (2003) observa cómo en uno de los testimonios de las personas de raza negra en prisión, se empieza por la primera persona del singular “me detuvieron y me pusieron en una celda oscura”, pero después hace uso de la segunda persona, “cuando pasas más de veintitrés horas a solas en un cuarto, empiezas a cuestionar “tu salud mental”. Así, el “yo” que cuenta la historia, nunca equivale al “yo” al que le pasaron las cosas más terribles. Esto se debe a que el uso del “yo” remite a una capacidad de agencia (*agency*), y que la persona que vivió esta experiencia nunca la tuvo . Así, quien da el testimonio debe permanecer fuera de sí mismo, como si los eventos le hubieran pasado a otra persona (Graham, 2003)



La literatura como fuente

Como lo he señalado con anterioridad, este trabajo ³¹ ha recurrido a una diversidad de fuentes en la que también se encuentran las de carácter literario que tienen una importancia fundamental en la obra de Elias. Como lo observa José M. González (1994), de forma recurrente, Elias se apoya en textos literarios, “como forma de aclarar conceptos sociológicos, como modelo explicativo de formas de conducta o de relaciones y entrelazamientos constantes de los individuos”. En su texto *Compromiso y distanciamiento, Ensayos de sociología del conocimiento*, el artículo sobre los pescadores de Maelström, es un homenaje directo a un cuento de Edgar Allan Poe. A partir de éste se ejemplifica la dialéctica entre compromiso y distanciamiento, así como el concepto de “doble vínculo” o “enlace doble” que traduce la expresión inglesa *dobulebind*. (Elias, 1992)

De igual forma, en *La sociedad de los individuos*, Elias recurre a citas de Goethe y Rilke para exponer sus puntos de vista y, para la descripción de la “buena sociedad” propia de la “sociedad cortesana en Francia”, se nutre de las obras de autores como Balzac, Flaubert, y Maupasant (Elias, 1982, 1986, 1990 González Garcia, 1994). En *El proceso de civilización*, los cambios en los códigos de comportamiento, el control social cada vez más estricto, y los mecanismos sociales de configuración de las emociones y la afectividad se analizan con base a un material inmenso proporcionado por poesías populares y anónimas de los trovadores y los libros de cortesía (González, 1994). Igualmente en los ensayos compilados *Los Alemanes*, Elias analiza el carácter aristocrático de la lengua francesa destacando las similitudes entre las memorias de Saint Simon y las novelas de Proust. En este mismo texto, el autor analiza las expresiones de violencia a partir de la obra de Walter Bloem, un escritor de novelas populares entre la clase media y autor del libro *Nación contra Nación* que da luz sobre la experiencia que

³¹ El trabajo forma parte de un estudio en proceso cuyos primeros avances fueron presentados en el Congreso de Procesos Civilizatorios realizado en Brasil en 2016. (Zabludovsky 20016-2)



vivieron las tropas alemanas por su victoria frente a los partisanos franceses en la guerra de 1870- (Elias, 1999, p. 181).

De hecho, los méritos testimoniales adquieren otro valor cuando también son literarios. A su vez, en la medida en que los testimonios siempre parten de la distorsión de la realidad propia de una dimensión subjetiva, de alguna forma la narrativa siempre está cercana a la ficción. Como se sabe, una gran parte de las ideas de Freud parten de obras de gran valor literario como las tragedias griegas, la Biblia y la dramaturgia de William Shakespeare. (Graham, 2003; Kaufman, 2014; Lacapra, 2001, p.13).

Los grandes escritores de la literatura, cuentistas y novelistas muestran la importancia del uso de los pronombres para la manifestación de los sentimientos y las situaciones de cercanía y distanciamiento social. Mientras la primera persona manifiesta un mayor involucramiento emocional y el de la tercera corresponde al del narrador omnisciente, que es capaz de dar cuenta de un ámbito más amplio de la realidad con un tono más objetivo³²

Entre los textos que analizan el uso de los pronombres a partir de una obra literaria se encuentra el estudio de Francisco Martínez (1999) con base en *El Proceso* de Franz Kafka. A juicio de este autor, el uso del pronombre “ellos” en las expresiones verbales del protagonista Joseph K, se puede vincular con las situaciones y la forma de hablar de los pacientes paranoicos que se relacionan con el mundo exterior con la idea de que existe un “otro” amenazante: el “tú” tiende a desaparecer, en la medida en que no es considerado como digno de interlocución. En ese contexto, Martins afirma que:

La calumnia, rápidamente, muy rápidamente, comienza a efectivarse como una persecución con vicios de legalidad. La visita sorpresa sufrida por Josef K. desencadena una experiencia de terror. La vivencia construida a partir del susto, de la falta de preparación y de la violenta intrusión, colocan a Josef K. frente a una instancia desconocida. Más allá de la calumnia, de la violencia, de la agresión gratuita, la ausencia de precisión de ese alguien, ese él incógnito resulta una experiencia aterrorizante (Martins, 1999, p. 202).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Con base en análisis de *El Proceso*, el autor muestra cómo, en contextos de violencia, los individuos tienden a construir un mundo nuevo, en el que utilizan el pronombre colectivo “ellos” para referirse de forma indeterminada a sus adversarios. y crear una atmósfera paranoica. En el singular, el uso del pronombre “él” permanece igualmente indefinido y también se utiliza en un tono amenazador ya que puede referirse a la empresa, el Estado, o cualquier persona. Josef K. concentra su angustia en la búsqueda de ese “él” indeterminado, impersonal, frente a la instancia desconocida en la interrogación fundamental: “¿Quiénes son ellos?” (Martins, 1999).

Consideraciones finales

A partir de lo aquí señalado, el trabajo apunta algunas de rutas para analizar los testimonios de violencia apoyándose en el uso de los pronombres personales como forma de mostrar situaciones anímicas diversas (como el miedo, la venganza, la culpa, la humillación y el desapego) y vislumbrar los conflictos internos que los (las) involucrados(as) experimentan, como la impotencia, la rabia, el abandono, auto-reproche, y la hermandad entre las víctimas.

Así, el énfasis en la utilización de los pronombres personales en el discurso tiene un importante potencial analítico. Los términos “yo”, “ellos” o “nosotros” expresan diferentes grados de responsabilidad, afectividad, disociación o distanciamiento. Los cuales permiten hacer una reinterpretación de los procesos individuales y sociales y distinguir diferentes interpretaciones de sentido y *habitus* particulares.

Bibliografía

- AGOFF, C. Y CASTRO, R. “El trabajo de distanciamiento de las entrevistadoras de la ENDIREH: patrones de interpretación de la violencia doméstica”. *Revista Estudios Sociológicos*, v.27 n.80, 2009, pp. 451-476.
- ALVARÉZ, M., “La voz del auxilio en Amuleto de Roberto Bolaño”. *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*, año XXXVIII, n.75, 2012, pp. 419- 440.



ARIZA, Marina (Coord.) Emociones, afectos y sociología, diálogos desde la investigación social y la interdisciplina. UNAM-IIS, México, 2016.

BAUMAN, Z. Pensando sociológicamente. Buenos Aires, Nueva Visión editor, 1999.

BAJTÍN, Mijaíl. Problemas en la poética de Dostoievsky. FCE, México, 2003.

BECERRA-FURQUEN, FABIAN, “Algunas consideraciones acerca del lenguaje en el psicoanálisis”, Psikeba: Revista de Psicoanálisis y Estudios Culturales, N°. 10, 2009.

BENJAMIN, WALTER, “Tesis de filosofía de la historia” en Ensayos escogidos. Buenos Aires. El cuenco d Plat, 2010.

BENRAMIN WALTER “Experiencia y Pobreza” en Escritos Políticos, Madrid, Abada, 2012, pp. 216- 222.

BENVENISTE, Émile. Problemas de lingüística general. Siglo XXI, México, 2015.

CENICEROS ESTEVEZ, J. C., Cura de la palabra, aparato del lenguaje y el origen de la metapsicología en dos textos tempranos de Freud: 1891 y 1893, 2014. En línea:https://www.academia.edu/11331030/Cura_por_la_palabra_aparato_del_lenguaje_y_el_origen_de_la_metapsicolog%C3%ADa_en_dos_textos_tempranos_de_Freud_1891_y_1893

ELIAS, N. La sociedad cortesana, México, FCE, 1982.

ELIAS, N. El proceso de civilización, México, FCE, 1986.

ELIAS, N. Mozart Sociología de un genio, Ediciones Península, Ideas, Barcelona, 1991.

ELIAS, N. Compromiso y distanciamiento, Ediciones Península, Barcelona, 1992.

ELIAS, N. Sociología Fundamental, Barcelona, Gedisa editor, 1995.

ELIAS, Norbert; VAN VOSS, AJ Heerma; VAN STOLK, A. Mi trayectoria intelectual: precedido por Entrevista biográfica con Norbert Elias. Península, 1995.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. The established and the outsiders. Sage, 1994.

ELIAS N, La sociedad de los individuos, Trad. Antonio Alemany, Península, Barcelona, 1990.

ELIAS, N, The Germans, Columbia University Press, 1996

ELIAS, N y SCOTSON, JOHN, The Established and the Outsiders: A Sociological Inquiry into Community Problems, Franck Cass, Londres, 1965.

FREUD, Sigmund. “La histeria” y “Psicopatología de la vida cotidiana” en Obra completas, Tomo 1, Editorial Biblioteca Nueva, Madrid, 1948

GRAHAM, Shane. “The Truth Commission and Post- Apartheid Literature in South Africa”, Research in African Literatures, Vol. 34. No 1. (Spring, 2003) pp. 11- 30.

KAUFMAN, S. G. "Violencia y testimonio. Notas sobre la subjetividad y los relatos posibles".



Clepsidra, n. 1, pp.100-113, 2014.

LACAN, Jaques. La instancia de la letra en el inconsciente o la razón desde Freud, Escritos, México, S XXI, 1984.

LACAPRA, DOMINICK, Writing History, Writing Trauma, Baltimore, John Hopkins, UP. 2001.

LAUB, Dori & PODELL, Daniel. "Art and trauma." The International journal of psycho-analysis, 1995, vol. 76, no. 5, p. 991.

MARTINS, Francisco, ¿Quiénes son ellos?: un estudio psicoanalítico sobre El Proceso de Kafka, Brasil, Brasilia: Instituto de Psicología, Universidad de Brasilia, Persona 2, 1999, pp. 201-212.

MONTALBÁN, F. M. (2011). Diálogo entre marxismo y psicoanálisis: vigencia del legado de V. N. Voloshinov. Universitas Psychologica, 10(1), 263-277.

SIMMEL, G. Sociología: estudios sobre las formas de socialización. FCE, México, 2015. Original de 1908.

TILLY, CHARLES. Collective Violence, Contentious Politics, and Social Change. Edited by Ernesto Castañeda and Cathy Lisa Schneider, Routledge, New York, 2017.

ZABLUDOVSKY, G. "Por una psicología sociohistórica: Norbert Elias y las críticas y las críticas a las teorías de la racionalidad y de la acción social" en Sociológica, 14 No. 40. UAM Azcapotzalco, México, 1999.

ZABLUDOVSKY, G (Coord.) Sociología y cambio conceptual. S. XXI, UAM-A, UNAM, México, 2007.

ZABLUDOVSKY, G coordinadora,. Sociología y cambio conceptual: de la burocracia y las normas al cuerpo y la intimidad. Siglo XXI, México, 2007

ZABLUDOVSKY, G. "Norbert Elias y la teoría sociológica clásica y contemporánea" en Norbert Elias y el problema del desarrollo humano, Ediciones Aura, Universidad de Colombia, Bogotá, 2011. pp. 19 -53.

ZABLUDOVSKY, G. "El concepto de individualización en la sociología clásica y contemporánea "Política y cultura, numero 39. México, 2013.

ZABLUDOVSKY, G. & SABIDO, O. "Estudio introductorio" en G Simmel, Sociología: estudio sobre las formas de socialización ", FCE, México, 2014.

ZABLUDOVSKY, G. Norbert Elias y los problemas actuales de la sociología, Nueva Edición, FCE., México, 2016.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
 SIMPÓSIO INTERNACIONAL
 PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
 HISTÓRICOS, POLÍTICOS
 SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

Zabludovsky .G, 2016-2 “El uso de los pronombres personales en los testimonios de violencia”
 ponencia presentada en el XVI Simposio Internacional Procesoso Civilizadores (SIPCs)
 Universidad Federal de Espírito Santo (UFES) Brasil.
 ZURITA, Raúl. Inri. Visor, La Habana, 2004.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
 PESQUISA
 PROCESSOS
 CIVILIZADORES



APOIO



Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

O PROCESSO DE CIVILIZAÇÃO DO JOGO

Dra Gisele Franco L Santos
Universidade Estadual de Londrina
giselesantos@uel.br

Dr Carlos da Fonseca Brandão
Universidade Estadual Paulista de Assis (UNESP)
cbrandao@assis.unesp.br

Resumo: Partindo dos pressupostos de Elias apresentamos como o jogo pode refletir o processo de civilização em determinadas sociedades. Sociedades antigas entendiam o jogo como sagrado; enquanto que na Idade Média, a ideia de prazer e diversão, levaram o jogo a ser considerado pecaminoso. Na modernidade alguns jogos começaram a ser fabricados em grande escala, tornando-se acessível às diferentes classes sociais. A partir do século XX, o jogo foi sendo mais valorizado enquanto recurso pedagógico na educação formalizada. O jogo expressa a realidade social que está inserido e representa uma configuração mutável e dinâmica a partir das relações que o orientam.
Palavras-chave: Jogo; Norbert Elias; Processos de civilização.

Abstract: Starting from the assumptions of Elias we present how the game can reflect the process of civilization in certain societies. Ancient societies understood the game as sacred; while in the Middle Ages, the idea of pleasure and fun, led the game to be considered sinful. In modernity some games began to be manufactured on a large scale, making it accessible to different social classes. From the twentieth century, the game was more valued as a pedagogical resource in formalized education. The game expresses the social reality that is inserted and represents a changing and dynamic configuration from the relationships that guide it.

Key words: Game; Norbert Elias; Processes of civilization.

Introdução

Para entender como se deu a relação entre a mudança na estrutura da personalidade dos indivíduos e a mudança na forma de se conceber a sociedade, inclusive o jogo, percorremos a obra de Elias. A partir de suas obras, podemos nos deparar com uma análise que não separa o indivíduo (seu pensamento, sua ação, seu comportamento) que produz conhecimento, da realidade pela qual esse conhecimento é construído. Dessa forma, a formação do sujeito tem ligação direta com as interações sociais. Estas mudanças

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





ocorridas na estrutura da personalidade e na própria sociedade podem ser observadas em períodos de longa duração da história. Enquanto Elias fez a opção por observar o processo de civilização na mudança do comportamento humano, procuramos analisar este processo na transformação do jogo.

O jogo no qual destacamos aqui, não se refere culturalmente ao esporte ou a um jogo de palavras metafóricas, mas sim, aos jogos de tabuleiros, jogos com brinquedos, jogos tradicionais, dentre outros. Para compreendermos as relações estabelecidas no jogo, precisamos considerar aspectos como “natureza” e “cultura”, “indivíduo” e “sociedade”, “matéria e espírito”, destacando que não podem ser concebidos como estáticos e independentes, mas como elementos que compõem uma “teia” de interdependência.

O padrão comportamental, os pensamentos e as relações com outras pessoas mostram-se como reflexos da realidade de certo contexto histórico. Observar as transformações ocorridas no jogo, simultaneamente com as mudanças na estrutura da personalidade dos indivíduos e na estrutura da sociedade, nos revela que no jogo são inculcados os valores morais e o código de conduta necessários ao sujeito para inserir-se em dada realidade e estabelecer um bom nível de convivência em sociedade.

A sociedade e a teoria dos processos de civilização

Expressões como sociedade, cultura e civilização têm sido utilizadas com uma frequência cada vez maior no âmbito da ciência. Contudo, muitas vezes estes termos são verbalizados sem que se tenha compreensão das relações sociais e históricas que os envolvem.

Todos sabem o que se pretende dizer quando se usa a palavra "sociedade", ou pelo menos todos pensam saber. A palavra é passada de uma geração a outra como uma moeda cujo valor fosse conhecido e cujo conteúdo já não precisasse ser testado. Quando uma pessoa diz "sociedade" e outra a escuta, elas se entendem sem dificuldade. Mas será que realmente nos entendemos? (ELIAS, 1994b, p.63).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





O que o autor nos chama a atenção é para o fato de que apesar de o termo sociedade representar um grande número de pessoas reunidas e organizadas em uma dada realidade, não podemos pensar que as sociedades são as mesmas em diferentes tempos e espaços. As sociedades estabelecidas nos diferentes séculos foram se transformando e a forma do ser humano pensar, agir e se relacionar com os outros também mudou. Essa mudança, segundo o autor não foi planejada, deliberadamente, para resultar nas sociedades que foram sendo construídas.

Pelo menos, é impossível constatar que qualquer pessoa dos séculos XII ou mesmo XVI tenha trabalhado deliberadamente pelas sociedades de nossos dias, que assumem a forma de Estados nacionais altamente industrializados. Que tipo de formação é essa, esta “sociedade” que compomos juntamente, mas que não foi pretendida ou planejada, tal como agora se apresenta, por nenhum de nós, nem tampouco por todos nós juntos, que só existe quando existe um grande número de pessoas, só continua a funcionar quando muitas pessoas, tomadas isoladamente, querem e fazem certas coisas, mas cuja estrutura e grandes transformações históricas claramente independem das intenções de qualquer pessoa em particular? (ELIAS, 1994b, p.63).

Essa condição pode levar a uma banalização do fato de que diferentes sociedades e épocas possuem uma lógica que determina conceitos, significados e a própria forma de conceber a vida. De forma análoga, pode levar os indivíduos a viver em sociedade e manter suas relações sociais como se tudo fosse natural, ou seja, pode-se imaginar que a forma de pensar e de agir é resultado da natureza humana e não produto de um processo de ensino e de aprendizagem social. Dessa forma, a estrutura da personalidade dos indivíduos é influenciada pela estrutura social, ao mesmo tempo em que esse indivíduo influencia o processo social ao qual pertence.

Significado de cultura e civilização

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Formação de Pessoal



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





É preciso cautela ao abordar a cultura e a civilização, pois estes estão permeados tanto por elementos biológicos, quanto por elementos sociais, que dependem da estrutura e do aspecto temporal e geográfico. O que podemos fazer é refletir sobre alguns apontamentos que nos auxiliam a compreender as possibilidades de como a cultura e a civilização influenciam o processo de formar o ser humano. Apesar de caracterizarmos os termos cultura e civilização didaticamente separados, entendemos que o processo deve ser considerado em sua totalidade. Este fato se dá porque estes fenômenos estão imbricados em uma rede de interdependência, ao qual acontece uma troca de influência e de dependência para manutenção ou transformação de uma determinada forma de “conceber” o ser humano e o mundo que o rodeia.

A palavra cultura pode significar desde cultivar até habitar e proteger. Com o decorrer do tempo, o termo cultura adquiriu novos sentidos, além de se remeter ao cuidado dispensado ao campo ou ao gado, passa a significar por um lado “habitar”, no que se refere ao tratamento a terra onde estabelece sua moradia e por outro torna-se a veneração e honra aos deuses, no qual são dispensados cuidados e atenção especiais. (EAGLETON, 2005). A partir de um processo não linear, que apesar de lento é extremamente dinâmico, a cultura passou de um significado puramente material, vinculado a vida agrícola, para um significado intelectual e moral, representando aos poucos, os valores e as ideias de uma determinada realidade. Segundo Elias (1994c), os indivíduos são predestinados pela sua natureza a viver em sociedade, inseridos em uma determinada cultura.

Vários enfoques podem caracterizar a cultura em sua totalidade: as ideias, as crenças e os valores e o estabelecimento e concretização de padrões de conduta (utilizados como mecanismo de controle); as técnicas, os artefatos e a arte; dentre vários outros aspectos. Estes elementos reforçam a concepção de que a cultura é resultado de uma construção social e torna-se uma expressão importante do contexto que surgiu.

Se por um lado temos um padrão cultural, quando um determinado comportamento acontece de forma regular e generalizado, por outro, nos deparamos com a mudança cultural quando novos elementos são incorporados. Alguns elementos são

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





abandonados e substituídos ou são perdidos pela falta de propagação destes elementos entre as gerações. A cultura é difundida quando os novos elementos são apresentados, aceitos e apropriados pelos indivíduos. Quando estes elementos são integrados a realidade à cultura ou parte dela, são difundidos de uma sociedade à outra. Contudo, a difusão cultural não é uniforme e nem contínua, pois os traços ou padrões sofrem diversas alterações. Mesmo diante dessas mudanças, o padrão cultural estabelecido nos leva a “julgar” a conduta alheia a partir da lógica estabelecida (LARAIA, 2001).

Assim, a cultura nos permite manter uma tensão entre o ser e o fazer, entre o que é racional e o que é espontâneo, enfim, a cultura agrega certa censura ao comportamento humano, a partir das normas e valores estabelecidos em determinada realidade.

No século XVIII, por exemplo, o termo cultura passou a ter o mesmo significado de civilização. “Como sinônimo de “civilização”, “cultura” pertencia ao espírito geral do iluminismo, com o seu culto do autodesenvolvimento secular e progressivo.” (EAGLETON, 2005, p.20).

Ao se desvincular cultura de civilização, a ideia de convívio e de aproximação das relações humanas vai se difundindo cada vez mais. Civilização e cultura vão deixando de ser vistas como possibilidade de distinção social, para serem entendidas como “comportamento controlado”, apropriação de valores, difusão de ideais e costumes. Assim, o entendimento de que cultura é a união de esforços para um bem duradouro e comum, se consolida na sociedade ocidental. Torna-se assim, uma força que mantém a unidade orientada e em movimento. Portanto, civilização:

[...] refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos (ELIAS, 1994a, p.23).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS CIVILIZADORES

APOIO





Por esses fatos é que não podemos conceituar civilização em poucas palavras. É comum, em um primeiro momento, as pessoas pensarem em civilização como sinônimo de status, ou seja, como superioridade social e cultural. Essa foi a perspectiva difundida por muitos anos no mundo ocidental. Sua lógica era de controle do comportamento, no qual ser civilizado estava ligado à obediência às normas de conduta. Assim, civilização se revela como o conjunto de lentas transformações dos padrões sociais que regulam a vida em sociedade, que podem representar avanços ou retrocessos.

Inicialmente, o termo civilizado se apresenta como um fator de distinção social. Para Elias (1994a), os processos sociais e históricos que envolvem a civilização, nem sempre caminham “para frente”, mas muitas vezes, projetam-se em recuos, como as crises políticas, as desintegrações sociais, o aumento da violência, dentre outros. Civilização, independente dos resultados, é fruto da relação de interdependência entre as pessoas.

Característica do jogo no processo civilizatório

O termo jogo atende a expectativa da sociedade em dado contexto cultural e histórico. Sendo assim, buscar os entendimentos que os estudiosos apresentam sobre jogo, é adentrar em uma “viagem” que nos leva a diferentes caminhos, a diferentes possibilidades de ir e vir. Sem cairmos em aspectos que evidenciam certo relativismo, o que queremos dizer com esta afirmação, é que ao se buscar o entendimento sobre o termo jogo é preciso ter consciência de que pode ser compreendido a partir de diferentes áreas de conhecimento ou ser norteador por bases conceituais distintas.

A noção de jogo nas línguas antigas (que conotavam um mesmo sentido para ação de jogar) foi se transformando gradativamente. De uma conotação religiosa e ritualística, passa a designar ações pouco sérias e de caráter de mera diversão. A dificuldade em caracterizar o jogo, vem das relações estabelecidas entre a ciência e o senso comum, representado na linguagem e na prática cultural da população em geral. Em nossa língua temos uma diversidade muito grande na presença de vocábulos relativos

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





ao jogo, contudo em outras línguas (como alemão, inglês ou francês) encontramos uma única palavra para expressar uma série de ações. “Assim, o mesmo termo pode se revestir de um sentido diferente conforme o uso que dele é feito, pois a linguagem é dependente do contexto de utilização”.

A nosso ver, as características do jogo, na perspectiva do processo civilizatório, devem ser relacionadas à condição humana e sua vida em sociedade. Assim, nos aspectos relativos à condição social em que o jogo se encontra, optamos em apresentar as características a partir de três dimensões, sendo elas: características relacionadas à cultura (tradição, valores morais e flexibilização das regras); características relacionadas à interdependência entre os indivíduos (auto-organização, relações de poder e caráter educativo; características relacionadas à estrutura do próprio indivíduo (comportamento e desafio constante).

Nosso intuito é esclarecer as características do jogo de acordo com as funções que são designadas a ele, seja pela concepção social, seja pela utilização individual do mesmo. Na maioria das vezes, quando o jogo é realizado, as características do mesmo não estão no plano da consciência do jogador.

Além da compreensão das categorias que destacamos, é necessário considerar o processo civilizatório do jogo em diferentes tempos e espaços. Cada tempo histórico possui uma concepção de jogo que está subjacente aos valores, costumes e comportamento dos indivíduos, ao mesmo tempo em que é submetida à estrutura social que a representa. É corriqueiro pensarmos em um cotidiano infantil quando falamos em jogo, contudo não podemos limitar as relações estabelecidas com o jogo, restringindo-o à fase da infância ou simplificando-o como uma atividade fútil e inexpressiva, como se esta condição não revelasse a seriedade do jogo. Em diferentes realidades históricas encontramos a presença do jogo, e visto nos possibilita compreender as relações estabelecidas no processo social.

Não seria absurdo esboçar o diagnóstico de uma civilização a partir dos jogos que nela prosperam de uma forma especial. De facto, sendo os jogos factores e imagens de cultura, daí decorre

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





que, em certa medida, uma civilização e, no seio de uma civilização, uma época, pode ser caracterizada pelos seus jogos. Traduzem forçosamente a sua fisionomia geral e fornecem indicações úteis acerca das preferências, das fraquezas e das linhas de força de uma dada sociedade, num determinado momento de sua evolução (CALLOIS, 1990, p.102).

Ao pensar no papel do jogo na formação e na trajetória histórica da civilização podemos observar a gênese de nosso pensamento sobre a função educativa do jogo. As várias concepções de jogo que se destacam na sociedade atual são frutos de anos de história e de transformação social que acarretaram o aparecimento e as mudanças no processo de civilização da sociedade. Não queremos com isso, afrontar as concepções de jogo presentes nos dias de hoje, mas o que desejamos é salientar que nossas perspectivas atuais são frutos de transformações, tanto nos indivíduos, quanto na própria sociedade, em um processo de longa duração.

Ao pensar sobre o jogo na história da humanidade vemos que aspectos como o sagrado, a mitologia, os valores morais, a motivação, o descanso, a busca pela santificação, a civilidade, a reflexão, dentre outros, fizeram ou ainda fazem parte do cotidiano das pessoas em diferentes tempos e espaços.

Dessa forma, para entendermos como as transformações do jogo se relacionam com o processo de civilização, precisamos entender como o processo social e cada indivíduo influencia um ao outro constantemente, em uma rede de interdependências. Imbricada em cada contexto está a forma de conceber o jogo que revela a forma de pensar e de agir dos indivíduos, da sociedade e da própria civilização.

Considerações finais

É muito comum que as pessoas, de uma forma geral, acreditem que o jogo da maneira que é concebido hoje, seja fruto das relações produzidas em um curto espaço de tempo ou um privilégio das gerações mais recentes cujos conhecimentos científicos e tecnológicos são considerados, pela falta de conhecimento sobre o processo histórico ao

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





qual pertencemos, como originais e inovadores. Contudo, a presença do jogo na vida social e cultural das pessoas em diferentes tempos e espaços geográficos sempre foi uma constante. As sociedades e os tempos históricos sempre tiveram o jogo presente em seu cotidiano, tanto de crianças, quanto de adultos.

Contudo, a partir da modernidade ocorre uma depreciação do jogo na vida do adulto, que é gerada pela não produção ou conquista de bens materiais, portanto considerado inútil à vida das pessoas e sendo realizado nos momentos de descontração e relaxamento. Contudo, esta conotação não foi a que regeu grande parte da história da civilização ocidental. Para o espanto de muitos, o jogo teve um lugar privilegiado e de honra em várias civilizações, sendo considerado como sagrado, pois representava aquilo que era mais importante para os povos, no qual deveria ser respeitado e venerado: suas crenças e seus valores morais.

O caráter sacro do jogo esteve presente desde o antigo Egito, até a antiguidade grega e romana. As ações de jogar estavam vinculadas a dogmas inquestionáveis e imutáveis, nos quais delineavam o padrão de conduta daqueles povos. Os jogos tinham relação direta com a mitologia e a propagação da crença e do temor nos deuses. Em alguns momentos, os jogos eram instrumentos de ensino sobre a concepção mitológica e em outras situações poderiam ser utilizados pelas pessoas na vida pós-morte, para completar seu caminho rumo a felicidade com os deuses.

A estrutura social daquelas sociedades fazia com que o jogo fosse um instrumento de diferenciação entre as pessoas. Havia aqueles que detinham o conhecimento sobre o jogo; aqueles que deveriam e poderiam aprender sobre o jogo; outros que construía os jogos; e pessoas que deveriam desprender certos cuidados com ele. De acordo com a função social, havia um tipo de contato com o jogo.

Os indivíduos acompanhavam o processo de desenvolvimento da sociedade reproduzindo os valores e tornando o jogo um hábito e tradição cultural em dado contexto. Ao mesmo tempo em que o padrão de comportamento era reproduzido em cada pessoa e na coletividade, o próprio indivíduo tornava-se sujeito de sua transformação. Nesse sentido, o jogo contribuía, e ainda contribui na reprodução de valores de determinada

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





estrutura social, da mesma forma que auxiliava na mudança da estrutura da personalidade do indivíduo. Conforme os valores e os costumes foram se transformando, em decorrência de tomadas de territórios, guerras ou trocas culturais, o pensamento e a conduta dos indivíduos foram se alterando e, conseqüentemente, os jogos e/ou a forma de jogar foram sendo modificadas.

Observamos que os jogos foram mudando conforme a estrutura social foi sendo alterada e as pessoas como seres únicos, foram se adequando e incorporando tal mudança. Algumas mudanças foram aceitas, transmitidas e reproduzidas pelos indivíduos, enquanto outras não. Neste caso, as mudanças no jogo ou o próprio jogo são esquecidos e se perdem com o tempo.

O comportamento das pessoas mantido durante o jogo mudou, principalmente porque a postura sacra e formal ao jogar foi substituída por um agir descontraído, debochado e informal. Certos aspectos essenciais ao jogo permaneceram durante todo o processo de civilização em longo prazo, tais como: a obediência a regras; o indivíduo se sentir parte do grupo que joga; a busca pelos mesmos objetivos e o estabelecimento coletivo de estratégias; o caráter lúdico; a utilização como meio de ensino no âmbito formal ou informal; dentre outros.

A configuração social influencia o jogador, ao mesmo tempo em que o jogador influencia esta estrutura, por isso o padrão comportamental, os pensamentos e as relações com as outras pessoas, seja em situação de jogo ou não, são reflexos da realidade de dado contexto histórico. Desta forma, o jogo passou pelo aspecto que o caracterizava como sagrado e começou a ser concebido como um instrumento importante no ensino, devido ao prazer e à diversão que promovia e a possibilidade de incutir em quem joga os valores e comportamentos esperados por aquela estrutura social.

Referências Bibliográficas

CALLOIS, Roger. Os jogos e os Homens: a máscara e a vertigem. Lisboa: Cotovia, 1990.

ELIAS, Norbert. A Sociedade de Corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador: uma História dos costumes. Volume I. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a.

ELIAS, Norbert. A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994b.

ELIAS, Norbert. Teoría Del Símbolo: um ensayo de antropologia cultural. Barcelona: Península, 1994c

ELIAS, Norbert. A Condição Humana. Lisboa: Difel, 1991.

ELIAS, Norbert. Introdução à Sociologia. Lisboa: Edições 70, 1970.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. A Busca da Excitação. Lisboa: Difel, 1985.

EAGLETON, Terry. *A idéia de cultura*. São Paulo: UNESP, 2005.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um Conceito Antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

AS CONTRIBUIÇÕES DE ERIC DUNNING PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIOLOGIA DO ESPORTE NO BRASIL E PARA A DIFUSÃO DA SOCIOLOGIA FIGURACIONAL NA AMÉRICA LATINA

Profa. Titular Heloisa Helena Baldy dos Reis
Unicamp
heloreis14@gmail.com

Profa. Dra. Mariana Zuaneti Martins
Departamento de Desportos da Ufes

Prof. Dr. Felipe Tavares Paes Lopes
Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Uniso

Resumo: Este texto tem como objetivo apresentar as contribuições de Eric Dunning, considerado o pai da Sociologia do Esporte, para o desenvolvimento deste subcampo de pesquisa no Brasil. Assim como, apresentar a hipótese da difusão da teoria dos processos civilizatórios, a qual fundamenta e caracteriza a Sociologia Figuracional, na América Latina a partir da internacionalização do Simpósio Internacional dos Processos Civilizatórios (SICP), em 2008 na UBA-Argentina. Sendo que a primeira edição do SICP ocorreu em 1996 com a denominação de Simpósio Internacional Norbert Elias, na Faculdade de Educação Física da Unicamp.

Palavras-chave: Dunning; Sociologia Figuracional; Processos Civilizatórios.

Abstract: This text aims to present the contributions of Eric Dunning, considered the ‘foundation father’ of Sociology of Sport, for the development of this subfield of research in Brazil. As well as, to present the hypothesis of the diffusion of civilising processes theory, which underlies and characterizes Figurational Sociology, in Latin America from the internationalization of International Symposium on Civilising Processes (SIPC), in 2008 at UBA-Argentin. The first edition of the SIPC took place in 1996 under the name of International Symposium Norbert Elias, at the Faculty of Physical Education/Unicamp. Keywords: Dunning; Figurational Sociology; Civilising Processes.

A obra fundamental da Teoria Sociológica de Norbert Elias, a qual inaugurou a Sociologia Figuracional foi publicada originariamente em alemão em 1939, a qual teve sua primeira publicação no Brasil pela Jorge Zahar Editor (atual Zahar), em dois volumes, intitulos: O³³ Processo Civilizador volume I (Uma história dos Costumes), publicado

³³ Título original em inglês ‘*On the Porcess of Civilization*’. As traduções para o português dos títulos dos livros de Elias foi uma das preocupações apontadas por Eric Dunning nas discussões que travamos durante

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





em inglês pela primeira vez em 1978, e O Processo Civilizador volume II (Formação do Estado e Civilização), publicado em inglês pela primeira vez em 1982. Segundo Norbert Elias a tradução para o inglês do volume II não seria possível sem a ajuda de Johan Goldsblom que comparou os textos inglês e alemão, sendo que Eric Dunning colaborou com várias sugestões muito úteis. As edições brasileiras foram publicadas pela primeira vez em 1990 com tradução de Ruy Jungmann e revisão e apresentação do professor titular da Universidade de São Paulo (USP) Renato Janine Ribeiro (ELIAS, 1994a/b).

Abordaremos neste texto como se deram as contribuições de Eric Geoffrey Dunning, nascido em 27 de dezembro de 1936, na Inglaterra, para o desenvolvimento da Sociologia do Esporte no Brasil e provavelmente para a difusão da Sociologia Figuracional na América Latina. Eric Dunning deve ser referenciado como o “pai”³⁴ da Sociologia do Esporte, pois desde muito cedo, “como estudante de Economia em Leicester [na então University College Leicester] encontrou em Norbert Elias seu grande professor e futuro parceiro, isso em pleno pós-guerra, em 1956, antes da constituição do campo da Sociologia do Esporte, [...] o qual começou a emergir como uma especialidade sociológica nos anos de 1960” (FUNARI, 2014, p. 10). Eric Dunning por sugestão de seu mestre realizou entre 1959 e 1961 um mestrado com tema em Esporte, quando iniciaram uma longa trajetória de colaboração em ensaios apresentados em simpósios, congressos e publicados em revistas científicas, livros e capítulos de livros. O mais famoso entre eles é o livro clássico ‘*Quest for Excitement*’ publicado em 1986 pela Blackwell. Nas palavras de Waddington e Malcolm (2008, p. 3): “Dunning tem um forte crédito para ser considerado como o genuíno ‘pai fundador’ da sociologia do esporte”.

sua última visita ao Brasil, em maio de 2011 na Unicamp. Ele dizia que em parte as críticas feitas a obra do Elias se deve a traduções imprecisas do autor.

³⁴ A intenção ao referenciá-lo não é criar um mito de origem, mas sim fazer jus ao sociólogo que dedicou toda a sua carreira para os estudos sociológicos do esporte e que tem publicações constantes neste campo desde 1963, tendo influenciado a Sociologia do Esporte em diversos continentes.

Apenas em 1964 a ‘*International Sociological Association*’ estabeleceu um Comitê Internacional de Sociologia do Esporte (*International Sociology of Sport association*’, a qual mais tarde tornou a ‘*International Sociology of Sport Association*’. O primeiro simpósio de Sociologia do Esporte foi realizado em Colônia, Alemanha, em 1966, mesmo ano da publicação da primeira revista científica especializada, ‘*International Review of Sport Sociology*’, relançada em 1984 como *International Review for the Sport Sociology*’, tendo Eric Dunning como editor associado (WADDINGTON; MALCOLM, 2008).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO



LAI





A primeira publicação em Sociologia do Esporte³⁵ de Eric Dunning foi um artigo intitulado “*Football in its Early Stages*”, o qual foi baseado na sua dissertação de mestrado e publicado no *History Today* in 1963. Este foi seguido um ano mais tarde pelo artigo “*The Evolution of Football*”, publicado na *New Society* (WADDINGTON; MALCOLM, 2008, p. 1).

Dunning foi homenageado em diversos países do mundo, sendo pela última vez em sua própria cidade em 4 de março de 2017. Em 2011, foi homenageado pela *International Association Sociology of Sport* (ISSA), além de ter seu livro ‘*Sport Matters*’, premiado em 1999, pela North American Society for the Sociology of Sport. Embora Dunning tenha contribuído para diversos temas de pesquisa em sociologia do esporte como: raça/etnias com Malcolm; esporte, saúde e drogas com Waddington; dor e ferimentos em esporte com Waddington, Roderick, Malcom, Sheard e Smith; globalização com Maguire e van Bottenburg; identidade nacional com Tuck, Malcolm e Parry; Educação Física com Green; esporte e gênero com Maguire, Mansfield, Colwell e Smith, no Brasil suas maiores contribuições foram na divulgação e nos ensinamentos sobre a teoria dos processos civilizatórios. Com estes ele despretensiosamente deu suporte com sua produção e as de Norbert Elias aos estudos da violência relacionada ao futebol. Esta última pode ser acessada, compreendida e criticada a partir do artigo publicado na Revista Movimento em 2015, intitulado ‘As explicações de Eric Dunning sobre o hooliganismo à luz do contexto brasileiro: uma reflexão crítica’.

Em 1996, minha então orientadora professora Dra. Maria Beatriz Rocha Ferreira (Beatriz) conheceu o inglês Eric Dunning (professor emérito da University of Leicester), no VII Congress of ICHPER-SD Europe (International Council for Health Physical Education, Recreation, Sport & Dance), entre 10 e 14 de abril em Coimbra, Portugal. No retorno deste congresso ela me contou muito entusiasmada do interesse do Dunning ir para a Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e colaborar na orientação da minha pesquisa de doutorado sobre futebol e violência. Nessa

³⁵ Época em que já havia sido publicado o clássico de Gregory P. Stone ‘*American Sports: Play and Display*’ de 1955, o ‘*Homo Ludens*’ de J. Huizinga de 1955, assim como ‘*Physical Education in England since 1800*’ de Peter McIntosh, de 1968 (WADDINGTON; MALCOLM, 2008).



ocasião a Beatriz me presenteou com um volume da obra “A Busca da Excitação³⁶”, traduzida em Lisboa do original *Quest for Excitement*. Nessa época não encontramos na Unicamp colegas que pesquisassem ou lecionassem a teoria dos processos civilizatórios – considerada como de criação do alemão de origem judaica, nascido em Breslau, Norbert Elias (1897-1990). No entanto, apesar do pioneirismo, tínhamos a certeza da importância que seria a vinda do mestre para a Unicamp. Em algumas semanas eu havia devorado o livro que ganhei e a pedido da Beatriz fiz fichamento do mesmo que serviu de base para o projeto que elaboramos para solicitar o financiamento para a Fundação de Apoio à pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) para trazer o Dunning com a “desculpa” de organizar o I Simpósio Internacional Norbert Elias, na Unicamp, em 1996. Juntaram-se a nós também como organizadores do simpósio os professores doutores Ademir Gebara e Edison Duarte, este o então diretor da FEF. Dunning esteve por oito vezes no Brasil, a Fapesp tornou-se grande parceira e financiadora das quatro vindas do Dunning para a Unicamp, sendo a última e mais longa permanência dele no Brasil, em maio de 2011), ocasião em que proferiu sete palestras em quatro centros, institutos e faculdades da Unicamp, entre outras atividades acadêmicas.

O livro ‘Sociologia do esporte e os processos civilizatórios’ é fruto das palestras proferidas por ele durante esta estada. Todos os textos que compõe o livro são inéditos em língua portuguesa, tendo sido em sua maioria revisado e ampliado pelo autor especialmente para a publicação brasileira.

O livro possui dez capítulos³⁷ de autoria única de Eric Dunning, e são produções da Sociologia e da Sociologia do Esporte. O livro foi organizado em dois blocos, sendo o primeiro composto pelos capítulos de três ao sete. Nestes Eric Dunning, aborda de modo bastante claro e elucidativo a teoria do processo civilizatório³⁸ de

³⁶ Que na tradução brasileira é a busca das emoções (DUNNING, 2014).

³⁷ Selecionados entre mais de 15 ensaios sugeridos pelo autor. O critério de escolha foi basicamente o ineditismo do texto na língua portuguesa e sua relevância para os estudos de Sociologia do Esporte no Brasil. Trabalho criterioso, delicado e de extrema responsabilidade, pois, como sua discípula, me senti honrada com a oportunidade e temerária com a responsabilidade.

³⁸ Em uma das reuniões que tive com Dunning durante sua estadia em maio de 2011, ele alertou-me para o equívoco da tradução brasileira da palavra *civilising* como civilizador e *civilising process* como processo civilizador. Disse ainda que essa tradução contribuía para a má compreensão da teoria de Elias, e que seu



Norbert Elias, abrangendo a sustentação teórica para a compreensão de suas produções sobre Sociologia do Esporte que aparecem no segundo bloco do livro, o qual traz textos de extrema relevância para o campo dos estudos sociológicos do esporte no Brasil com atenção especial ao futebol.

Esta obra contém ensaios de extrema relevância para o campo dos estudos sociais do esporte no Brasil com atenção especial ao futebol, ao holiganismo no futebol e às questões de gênero masculino e feminino envolvida no campo esportivo, particularmente no futebol e no rúgbi (REIS, 2014, p. 14).

Em 1996, houve uma iniciativa de suma importância para a disseminação da teoria dos processos civilizatórios no Brasil, além da promoção do I Simpósio, que foi a iniciativa do prof. Dr. Ademir Gebara de criar o Grupo de Pesquisa Processos Civilizadores. Inicialmente composto por seu grupo de orientandos de pós-graduação e outros colegas convidados. Antes mesmo da vinda do nosso convidado o professor organizou o grupo e iniciou os estudos da teoria. Neste grupo estavam presentes colegas que fazem parte do corpo docente das universidades do Paraná e da Paraíba, anos depois o grupo foi ampliado com os pós-graduandos da UNIMEP. O que justifica em certa medida uma concentração de produções referenciadas nessa teoria e da Sociologia do Esporte na Unicamp, na UFPR, UEL, UFPB, UTFPR e UFPE, assim como a organização dos SIPC na UNICAMP, UNIMEP, UFPR, UNESP, UFPB, UFPE, UTFPR, UFGD, UFES. Dunning em várias ocasiões mencionou para mim que o Brasil era uma exceção, por ter desenvolvido os estudos de Sociologia do Esporte na Educação Física e não na Sociologia. Fato apenas compreensível revisitando a história.

Indubitavelmente o professor Ademir Gebara tem todos os méritos por estarmos na XVII edição do nosso simpósio, ele é e foi um entusiasta, um organizador incansável e persistente. Certamente a sua experiência precoce experiência internacional, como doutorando em Londres, o ajudou a vislumbrar a ampliação do número de pesquisadores europeus participantes dos seminários, já a partir das primeiras edições. Assim como, a sua sugestão de promover o simpósio em outros países da América Latina, como de fato

“velho mestre” sempre usava o termo civilizador entre aspas. Para ele a tradução correta de *civilising process* para o português é processo civilizatório.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





ocorreu na UBA-Argentina em 2008, UNC-Colômbia e na UNAM-México, em 2014, me parece fundamental para a divulgação da teoria dos processos civilizatórios na América Latina.

Na última homenagem até o momento, a Eric Dunning, em março de 2017, foi lembrado o grupo brasileiro dos processos civilizatórios como um celeiro de novos pesquisadores da Sociologia Figuracional.

Sobre Eric Dunning o excerto do texto Pedro Paulo Funari no livro brasileiro de Eric Dunning, o qual eu tive a honra de organizar, dada a generosidade do meu “velho” mestre, pra imitá-lo na maneira em que ele gosta de chamar o Norbert Elias.

Eric Dunning mostrou-se uma personalidade única, forte, marcante, sempre generoso e propenso a dialogar com os mais jovens, sem deixar nunca sua erudição e convicção. Ele confidenciou-nos, mais de uma vez, como os episódios de sua longa vida foram, na alegria e na tristeza, constitutivos de uma experiência de vida excepcional e que contribuíram para que pudesse colocar à prova, por assim dizer, as premissas teóricas da sua maneira de interpretar o ser humano em sociedade. Mais do que isso, sua dedicação às práticas desportivas também o colocaram em um contato mais imediato com a materialidade e a vida cotidiana e lhe deram condições muito realistas de confrontar a sociedade contemporânea. Como transparece nas suas obras e, mais ainda, nas suas conversas, sua paixão pelos esportes populares e por sua prática deram-lhe *insights* na mentalidade popular nem sempre presente em outros estudiosos menos afeitos à vida diária das pessoas comuns (FUNARI, 2014, 9-10).

Referências Bibliográficas

DUNNING, E. Sociologia do esporte e os processos civilizatórios. São Paulo: Annablume, 2014.

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador: formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b.

FUNARI, P. P. Eric Dunning no CEAv/Unicamp, uma experiência única. In:

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

REIS, H. H. B.; LOPES, F. T. P.; MARTINS, M. Z. As explicações de Eric Dunning sobre o hooliganismo à luz do contexto brasileiro: uma reflexão crítica. Revista Movimento, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 617-632, 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/issue/view/2539>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

REIS, H. H. B. As contribuições de Eric Dunning para o desenvolvimento da Sociologia do Esporte no Brasil: uma introdução à Sociologia Figuracional. In: DUNNING, E. Sociologia do esporte e os processos civilizatórios. São Paulo: Annablume, 2014.

WADDINGTON, I.; MALCOLM, D. Matters of Sports: Essays in Honour of Eric Dunning. London and New York: Routledge, 2008.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

SOCIABILIDADE E FORMAÇÃO NO CINEMA BAIANO (1968-1978)

Dr^a Izabel de Fátima Cruz Melo
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
izabelc.melo@gmail.com

Resumo: Considerando que a centralidade do dito eixo RJ-SP na narrativa da história do cinema brasileiro acaba por relegar a uma posição liminar ou marginal os processos históricos ocorridos em outros estados/regiões, nos interessa acompanhar os caminhos de sociabilidade e formação ocorridos no campo cinematográfico baiano entre os anos 1960-70, observando as disputas em torno do estabelecimento de uma certa elite cinematográfica, que propõe e ativa e modos de aprender e fazer cinema na Bahia. Palavras chave: Sociabilidade. Formação. Cinema.

Abstract: Considering that the centrality of the said RJ-SP axis in the narrative of the history of Brazilian cinema ends up relegating to a liminal or marginal position the historical processes that occurred in other states / regions, we are interested in following the paths of sociability and formation that took place in the Bahian cinematographic field between the years 1960-70, observing the disputes around the establishment of a certain cinematographic elite, which proposes and activates and ways of learning and making cinema in Bahia.

Keywords: Sociability. Formation. Cinema

O texto deriva de algumas inquietações reveladas durante o processo de pesquisa que culminou na tese “Cinema, circuitos culturais e espaços formativos: novas sociabilidades e ambiência na Bahia (1968-1978)”. Nela, o principal interesse foi explicitar a relação existente entre o Clube de Cinema da Bahia (CCB), o Grupo Experimental de Cinema (GEC) e as Jornadas de Cinema da Bahia como um espaço formativo de uma cultura cinematográfica em Salvador entre os anos 60 e 70, possibilitando a emergência de críticos, cineclubistas, diretores, entre outras modalidades de participação no universo cinematográfico. Compreendendo assim, o cinema como uma prática cultural que se estabelece através de redes de sociabilidade, formação e aprendizagem, e reconhecendo estes locais como elementos principais na organização do campo cinematográfico em Salvador no período.

Este processo de formação e aprendizagem que se desdobrou durante os dez anos do recorte da pesquisa se instituíram inicialmente, a partir da atuação de duas figuras que

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





consideramos basilares no campo da cultura cinematográfica baiana – Walter da Silveira, um dos fundadores e o principal programador do CCB, desde a sua fundação em 1950 até o seu falecimento em 1970 e Guido Araújo, cineasta e professor universitário, frequentador do CCB e que a partir de 1968 junto com Silveira, organizou o GEC, e posteriormente a Jornada de Cinema da Bahia, já em 1972.

O seu empenho conjunto dialogava fortemente com um contexto de interesse pelo cinema, tanto no que tange aos espaços de exibição, quanto a própria produção cinematográfica, que durante os anos 1950-1960 se estabeleceu também como um espaço de elaboração propício, como aponta Milene Gusmão (2007,154) a “uma ampliação da estruturação dos ambientes de formação do gosto para o consumo cinematográfico, bem como dos processos de circulação de saberes e fazeres a estes relacionados”.

O alargamento desta ambiência, a partir da triangulação no transcurso do tempo pelo CCB, GEC e Jornada, nos salientaram momentos de tensão e acomodação tanto a respeito de questões que podemos considerar internas ao campo cinematográfico baiano,³⁹ tais como as relações entre os superoitistas e os cineastas das bitolas⁴⁰ de 35 e especialmente 16 mm, quanto de forma mais geral, no que tange ao registro da existência dessas ações e sujeitos na historiografia do cinema brasileiro, haja vista terem sua ocorrência fora do dito eixo Rio – São Paulo.

Estes dois pontos nos levam além de uma aproximação já sentida com Pierre Bourdieu, pela menção a categoria “campo”, também a Norbert Elias, utilizando as categorias de “estabelecidos e *outsiders*”, para entender as relações de poder presentes tanto no percurso formativo dos realizadores baianos, quanto na escrita da história do cinema.

Como já apontado anteriormente, entendemos que o campo cinematográfico baiano se consolida, a partir das existências entremeadas do CCB, GEC e Jornadas de

³⁹ Assim, a constituição destes espaços que criaram e consolidaram uma cultura cinematográfica na Bahia em constante relação com outros locais no Brasil e fora dele, foi observada a partir da ideia de campo cinematográfico. Tributária da teoria dos campos de Pierre Bourdieu, essa noção ressalta o campo como um espaço de disputa que se estabelece a partir da performance dos agentes ali presentes, que manejando técnicas, referências e valores, buscaram constituir o seu lugar de atuação e influência.

⁴⁰ Chama-se de bitola a largura da tira da película.



Cinema, que organizando diversas atividades próprias e em colaboração, conseguem através do empenho curatorial de Walter da Silveira e Guido Araújo, somados ao apoio fundamental da Universidade Federal da Bahia, e, sobretudo do Instituto Goethe, além das parcerias das Cinematecas do MAM/RJ e Brasileira, fomentar uma cena potente de formação de quadros interessados em cinema. O CCB, fundado em junho de 1950 é o ponto inicial desta trama que

Colocou em funcionamento uma vivência moderna da sétima arte no mesmo movimento em que se integrava à modernidade almejada em sua volta ou, pelo menos, às iniciativas que pretendiam fazer o progresso urbano-industrial chegar à cidade. Foi a adesão do clube às demandas da época e a ambiência favorável à formação de uma sensibilidade para a reflexão e/ou para a participação das mudanças implementadas ou desejadas que tornaram esta experiência singular e marcante para tantas pessoas. Foi, ainda, no Clube de Cinema, que a possibilidade de tornar o cinema um meio de pensamento, expressão, criatividade e trabalho se transformou em uma opção real para muitos agentes da cidade de Salvador (SILVA, 2010, p. 48)

Entre estes agentes seria possível destacar, por exemplo, Glauber Rocha, Orlando Senna e Guido Araújo. Seja por meio da realização, exercício da crítica e/ou historiografia, ocupação de cargos estratégicos no campo da política cinematográfica ou continuidade das ações de formação, eles ressaltaram a importância do legado desta fase do Clube, nos seus percursos formativos, nos quais as exposições, antecedidas pelas preleções de Walter da Silveira e seguidas dos debates que se espalhavam pelos cafés e bares do centro, figuraram como momentos fundamentais. Faz parte deste período também uma frutuosa produção cinematográfica de curtas e longas metragens, conhecida como Ciclo Baiano e/ou Escola Baiana de Cinema.⁴¹

⁴¹. Para André Setaro (2014, p.57), a divisão fundamental entre o Ciclo e a Escola está no que ele denomina como “fator gerador de produção”. Ou seja, os filmes pertencentes ao Ciclo seriam os filmes realizados na Bahia, influenciados por sua cultura e rodados entre 1959 e 1964, independentemente da origem de sua produção. Por sua vez, os filmes da Escola seriam aqueles cuja produção fosse realizada por “empresas ou pessoas genuinamente baianas”. Além disso, deveriam “conter fortes elementos de ‘baianidade’ e pertencer a um esquema ideário na sua proposta ideológica. Filmes preocupados na apreensão da problemática nacional, filmes de denúncia, que seguem uma, pode-se dizer ‘escola.’” Contudo observamos que os

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Como uma espécie de mescla entre as atividades do CCB e o desejo até então frustrado de uma graduação em Cinema, foi criado em 1968, o Grupo Experimental de Cinema (GEC) como uma atividade vinculada ao Departamento Cultural da UFBA. O GEC funcionou como uma espécie de “guarda-chuva” onde se abrigavam as diversas atividades vinculadas ao cinema na universidade, e do qual surgiram o Curso Livre de Cinema (1968), a Mostra do Filme Etnográfico (1973) e a Jornada de Cinema da Bahia (1972).

Ocorre que este conjunto de atividades criado pela junção do empenho de Silveira e Araújo com o apoio da UFBA e do Instituto Goethe como principais parceiros, estabeleceu uma forma de pensar, produzir e se posicionar em relação ao cinema, que foi no transcurso dos anos 1970 simultaneamente tornando-se muito próxima de uma perspectiva do cinema militante de esquerda, que se estabelece como a perspectiva dominante e organizadora do campo cinematográfico da Bahia deste momento. Ela era representada especialmente (mas não exclusivamente) pelos documentaristas que trabalhavam com o 16 mm, relacionada com o contexto de extrema politização do campo cultural, visto que era o período, por exemplo, da emergência das ditaduras na América Latina e seus aparatos repressivos e das lutas de descolonização dos países africanos.

Contudo, além do abrigo e estímulo a produção engajada havia também em paralelo neste mesma ambiência formativa baiana, uma participação fundamentalmente, mas também não exclusivamente jovem, a partir da bitola super-8, que se apropriou, subvertendo e questionando os temas do engajamento, dentro do próprio espectro das esquerdas, a partir da ideia do desbunde. É justamente neste momento que as categorias de estabelecidos e *outsiders* nos auxiliam a compreender os processos aqui ocorridos, pois percebemos aqui um jogo identitário que demarca lugares de acesso e enunciação no embate de ideias, de ocupação do campo e de modos de realização cinematográfica.

critérios estabelecidos por Setaro tanto para definir o que seriam as já citadas “empresas ou pessoas genuinamente baianas” quanto para diferenciar o “Ciclo” da “Escola” parecem atender mais a uma necessidade política de demarcação da singularidade da produção baiana do período, do que propriamente a uma diferença teórica, interpretativa ou política dos filmes.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO



Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná



LAI



GOVERNO DO ESTADO





Embora o campo cinematográfico baiano não fosse exatamente Winston Parva (ELIAS, 2000) havia um sentimento de superioridade, antiguidade e seriedade dos estabelecidos realizadores profissionais em 16 mm baianos, como já dito anteriormente, envolvidos com o cinema militante, em relação aos amadores e tidos como irresponsáveis, desbundados e *outsiders* do super-8, ainda que no âmbito mais geral tanto os “sérios” quanto os “irresponsáveis” compartilhassem de um cenário com muitas dificuldades e percalços comum ao cinema de curta metragem.

O palco principal destas disputas eram as edições das Jornadas de Cinema, evento de cinema criado em 1972 e que tinha como objetivo principal estimular a produção de curta metragens, bem como criar um espaço de reflexão e propostas de intervenção no campo cinematográfico brasileiro. Já em 1973, encontramos na programação a “Mostra Informativa Nacional Super-8”, que fez um panorama da produção em super-8 brasileira, e que foi organizada de modo a fazer interface com o “Seminário Super-8”, ministrado pelo cineasta Jorge Bodansky, que objetivava proporcionar qualidade de estética e de linguagem aos filmes.

Todavia, ao somarmos a citada busca por “qualidade técnica”, em 1973 com a recusa da organização do evento em pagar o aluguel-prêmio apenas dos filmes em super-8, em 1974, e o pagamento de metade do valor relativo aos filmes em 35 e 16 mm, em 1976, encontramos aqui uma tentativa de controle e hierarquização da participação dos superoitistas nas Jornadas, pois ainda que nos regulamentos de todas as edições os filmes Super-8 fossem aceitos, sempre havia entraves implícitos a respeito dos próprios filmes e dos realizadores. Entretanto, escapando da ideia de anomia (ELIAS, 2000, p. 27), eles atuavam muitas vezes de forma colaborativa entre si, participando dos filmes uns dos outros, como personagem, função técnica ou mesmo emprestando câmera, coladeira e outros materiais. (MELO, 2016, p. 112)

Além disso, havia também um tipo de participação bastante irreverente e provocativa nos debates que faziam parte da programação, através de performances, perguntas deslocadas, *happenings*, entre outras intervenções, o que acabava por sublinhar os limites entre um campo e outro, reforçando o sentido de interdependência. Assim,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





questionando a capacidade dos superoitistas de realizar cinema de fato, os realizadores do 16 mm assumiam o papel do compromisso e seriedade, enquanto os superoitistas confirmavam a sua insensatez e falta descompromisso com as pautas consideradas pelos primeiros como essenciais, que por sua vez eram vistas como ultrapassadas e “caretas”.

Entretanto, ao alargarmos nosso olhar de forma a tentar observar a inscrição dessas experiências cinematográficas numa narrativa nacional, evidencia-se como as posições de estabelecidos e *outsiders* sempre operam de forma relacional. Ou seja, ao tratarmos da história do cinema brasileiro, os nossos até então estabelecidos, são também achatados a condição de *outsiders*, visto que as suas experiências são novamente hierarquizadas e recolocadas em uma posição menos favorável, por terem as suas vivências ancoradas em uma espacialidade ainda marginal na história do cinema brasileiro.

Referências Bibliográficas

AUTRAN, A. A noção de “ciclo regional” na historiografia do cinema brasileiro. Revista Alceu, Rio de Janeiro. v.7 - n.14 - p. 17 a 30. jan./jun. 2007 Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=254&sid=26>. Acesso 31 jul 2018.

BERNARDET, J. Historiografia clássica do cinema brasileiro: metodologia e pedagogia. 3ª Ed. São Paulo: Annablume, 2004.

ELIAS, N. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. 1ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, N. A peregrinação de Watteau à Ilha do Amor. Tradução de Antonio Carlos Santos. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GUSMÃO, Milene de Cássia Silveira. Dinâmicas do cinema no Brasil e na Bahia: trajetórias e práticas do século XX ao XXI. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007

MELO, I. “Cinema é mais que filme”: uma história das Jornadas de Cinema da Bahia (1972-1978). Salvador: EDUNEB, 2016.

MELO, I. Cinema, circuitos culturais e espaços formativos: novas sociabilidades e ambiência no cinema da Bahia (1968-1978). Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2018.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27161/tde-17072018-154239/pt-br.php>. Acesso 03 de ago. 2018

NEPOMUCENO M. Longe do paraíso: poder e deslocamento entre estabelecidos e outsiders. CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais, João Pessoa, n 09.p. 16-37,2005. Disponível em: www.cchla.ufpb.br/caos/margaretealmeida.pdf. Acesso em 01 ago 2018.

SETARO, A. Panorama do Cinema Baiano. 2º ed. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 2014.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

A EDUCAÇÃO E AS CONFIGURAÇÕES DA INFÂNCIA

Dr. Joao Paulo Pool
UFPR
jpooli@uol.com.br

Dra. Valéria Milena Ferreira
UFPR
valeriarohrich@gmail.com

Resumo: O objetivo desse trabalho é o de analisar a produtividade metodológica dos conceitos de redes de interdependência e configuração social, formulados por Norbert Elias, em pesquisas sobre as relações entre educação, infância e suas vidas nas cidades. Esse estudo, analisa três dissertações de mestrado, defendidas no Programa da Pós-Graduação em Educação da UFPR, que utilizaram esses conceitos como argumento metodológico, em pesquisas com crianças que frequentam escolas públicas, e vivem em bairros da periferia urbana da cidade de Curitiba. Destacam-se os problemas de pesquisa, os caminhos metodológicos utilizados, os avanços e problemas com o uso dos conceitos. Palavras-chave: educação. redes de interdependência. configurações sociais.

Abstract: The objective of this paper is to analyze the methodological productivity of the concepts of networks of interdependence and social configuration, formulated by Norbert Elias, through research on the relations between education, childhood and their lives in the city. This study analyzes three master's dissertations defended in the Graduate Program in Education of UFPR that used these concepts as a methodological argument in research with children attending public schools and living in the periphery of the city of Curitiba. We highlight the research problems, the methodological paths used, the advances and problems with the use of these concepts.

Keywords: education. networks of interdependence. social configuration.

A educação, como agencia civilizadora, constitui-se como um *locus* privilegiado de construção do mundo simbólico, mediante um processo contínuo de integração a determinadas configurações. A questão inicial que pode ser proposta argumenta que a infância não pode ser analisada nem pela mais pura introspecção - que procura conhecer a infância a partir das lembranças que os adultos têm de quando eram crianças - nem por meio de registros acumulados sobre o que as crianças individualmente fazem no seu cotidiano, e o sentido que elas conferem a esse fazer. Por esse ponto de vista, temos que considerar seriamente o que nos fala Norbert Elias na sua análise sobre a natureza dos objetos sociais. Elias alerta para o fato de que os processos sociais não poderiam ser

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





explicados somente pela atuação de pessoas singulares isoladas. O modo como elas agem, sentem, pensam e percebem a realidade são o resultado de processos sociais de longo prazo, e que as regularidades tendenciais que observamos equivocadamente como “leis” que regem o comportamento humano são partes interdependentes das manifestações culturais expressas nas configurações sociais. Nessas circunstâncias, a infância como categoria sociológica não pode ser analisada de outra forma senão dentro de uma perspectiva sócio-histórica, processualmente construída e reconstruída pelas mediações culturais.

Compreender as configurações da infância nos ajuda a compreender a vida das crianças em sociedades específicas. As condições em que as crianças vivem suas infâncias são resultados de complexos fenômenos civilizatórios que não se localizam e nem se manifestam exclusivamente na concretude dos indivíduos, ou nas abstrações da sociedade. Essas condições são configurações sociais que se movimentam através de processos contíguos dos atores em direção a uma crescente diferenciação e individualização no desenvolvimento das estruturas sociais. É nesse turbilhão social que as crianças vivem, constroem e significam suas infâncias, que podemos encontrar terreno fértil para produzir investigações sociais, que nos auxiliem a compreender melhor as culturas engendradas pelos acontecimentos de suas vidas cotidianas.

Cada vez mais a sociologia assume como objetivo principal, *alargar a nossa compreensão do processos humanos e sociais, e adquirir uma base crescente de conhecimentos mais sólidos acerca desses processos.* (Elias, 1980, p.17). Nesse sentido, as contribuições de Norbert Elias para a sociologia são fundamentais para o desenvolvimento dessa ciência no contexto contemporâneo. A partir da teoria processual é possível tentar superar as visões dicotômicas clássicas – indivíduo/sociedade; interior/exterior; sincronia/diacronia; significado/significante - para assumir uma posição relacional; não é isso ou aquilo, mas sim isso e aquilo sendo configurado a partir de circunstâncias sociais específicas. Essa ruptura epistêmica define uma maneira de compreender os processos sociais tentando desvincula-los de explicações mágico-míticas deterministas, que constroem significados a partir de uma lógica alienante e estéril para

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





as ciências sociais. O objetivo desse texto é o de analisar três dissertações de mestrado, que utilizam o referencial teórico-metodológico acima descrito. Essas investigações procuraram compreender as relações de crianças em seus bairros e cidades.

Configurando configurações

Para pensarmos o conceito de configuração, é necessário considerar a importância para Norbert Elias de alguns pressupostos fundamentais para os pesquisadores sociais. Em primeiro lugar, podemos compreender as configurações humanas, se alcançarmos um distanciamento intelectual considerável relativamente à configuração em que participamos. Mais do que isso, Elias afirma uma necessidade do investigador, ao fazer pesquisa sociológica, de não se enganar projetando aquilo que deseja, o que acredita que deva ser, do que é e foi. Liberar o estudo da sociedade das ideologias sociais não que dizer que se excluam ideias políticas e filosóficas, mas se opor a uma mistura do que é com o que deveria ser. (Elias, 1990, p.234). A produtividade ao estudarmos configurações sociais e as redes de interdependência, depende dessa posição epistêmica do pesquisador não para construir uma sociologia neutra, mas sim para que sirva como instrumento de prática social com todas as suas contradições e regularidades.

Para Elias é necessário abandonar as especulações estereis e o neo- dedutivismo. Norbert Elias critica duramente o conhecimento revelado e o dedutivo, que deveriam oferecer vez ou outra alguma comprovação empírica de seus resultados. Para ele (1984, p.77), há uma forte tendência de produção de um saber acadêmico que não pode ser comprovado pela experimentação, através de estudos de caso, técnicas estatísticas ou qualquer outra forma de verificação de congruência entre teorização e realidade. Há um excesso de construções intelectuais abstratas que se apresentam como teorias embora resistam a qualquer intenção de comprovação empírica, onde a maioria de seus representantes não preferem ser demasiados explícitos, no que se refere aos seus axiomas. Em geral, por meio de uma cortina de palavras se escondem crenças ou ideologias políticas, que visam muito mais propósitos individualizados. Esse comportamento

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





dogmático de muitos cientistas sociais dificulta o avanço da própria ciência, uma vez que são com frequência muito tolerantes uns com os outros, através de um sistema mutuo de proteção, que evita ou rechaça qualquer crítica de suas deduções e justificando sua lógica interna e escondendo seus defeitos e contradições.

La norma es simple: invente conjuntos de conceptos y un vocabulário propio acorde con su preconcebida creencia; use dicho vocabulário convenientemente con el objeto de definir o disfrazar sus axiomas. El punto principal estriba en que los axiomas de los que se derivan los conceptos básicos y las conclusiones deben ser consistentes y contruir un sistema coherente de argumentos. Procura además manipular los conceptos de tal forma que, de vez en quando, puedan ser ligados a la evidencia empírica – no importa que ésta sea periférica y opaca – y a experiencias factuales que sean de fácil coprensión. [...] Es así como se puede hacer del conocimiento un misterio. Cuando se argumenta de forma elevada y sofisticada el pensamiento adopta una idiosincrática manera pudiendo obtenerse de sus producciones poder y autoridade.(ELIAS, 1984, p. 75-76)

A exigência de investigações empíricas e teóricas nas ciências humanas é um fundamento essencial para a teoria configuracional. Construções teóricas não comprováveis empiricamente não podem, para Elias (1984, p.80-81), cumprir uma função cognitiva de orientação e podem induzir a graves equívocos interpretativos principalmente se ancoradas por ideologias e axiomas.

Norbert Elias (2000, p.54-58), considera relevante que não se observe somente análise estatística como dado empírico, que auxilia na análise das configurações, mas que isolada empobrecem e confundem uma compreensão mais aprofundada dos problemas. Um estudo sociológico, para ser fidedigno e legítimo, não basta utilizar somente medidas de propriedades quantificáveis, eles devem ser combinadas com sinopses e análises precisas sobre as configurações.

O conceito de configuração foi introduzido porque expressa mais clara e inequivocamente o que chamamos de “sociedade”. Os atuais instrumentos conceituais da sociologia não são nem uma abstração de atributos de indivíduos que existem sem uma sociedade, nem um *sistema* ou *totalidade* para além dos indivíduos. A sociedade pode

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





mais adequadamente ser compreendida através das redes de interdependências formada pelos indivíduos. (Elias, 1990. p, 249).

Em grupos grandes ou pequenos, os seres humanos se inter-relacionam uns com ou outros em configurações, criando redes de conhecimentos que são construídos, reconstruídos, organizados, transformados e simbolizados para serem comunicados entre si e para as gerações precedentes principalmente pelos sistemas educacionais. A apropriação desses símbolos é fundamentam para criar sistemas de orientação e auto regulação, que organizam a denominada vida social e individual.

Elias é bastante explicito em relação a vida social e individual na sua análise sobre Mozart.

Para se compreender alguém, é preciso conhecer os anseios primordiais que este deseja satisfazer. A vida faz sentido ou não para as pessoas, dependendo da medida em que elas conseguem realizar tais aspirações. Mas os anseios não estão definidos antes de todas as experiências. Desde os primeiros anos de vida, os desejos vão evoluindo, através do convívio com outras pessoas, e vão sendo definidos, gradualmente, ao longo dos anos, na forma determinada pelo curso da vida; algumas vezes, porém, isto ocorre de repente, associado a uma experiência especialmente grave. Sem dúvida alguma, é comum não se ter consciência do papel dominante e determinante destes desejos. E nem sempre cabe à pessoa decidir se seus desejos serão satisfeitos, ou até que ponto o serão, já que eles sempre estão dirigidos para outros, para o meio social.. (ELIAS, 1995,p. 13)

Indivíduo e sociedade não formam entidades separadas onde cada uma possua “vontade própria”, independente das redes de relacionamentos ao qual todos estão submetidos desde o nascimento. As crianças se constituem, como indivíduos numa extensa rede configuracional que passa pela família, pela escola, pelos grupos de amigos, pelas tecnologias de comunicação e informação, pela utilização de brinquedos e brincadeiras e também pela circulação e uso da cidade, do bairro e dos espaços públicos e privados.

O problema que se impõe quando queremos fazer uma sociologia processual, utilizando as ferramentas configuracionais, é como operacionalizar um campo repleto de informações, relações, contradições, ideologias e culturas. Todos esses elementos em

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





diálogos contínuos, constituem um conjunto estruturado que serve de orientação e auto-regulação nas relações dos seres humanos consigo mesmo e entre si. Como explica Elias, essas configurações, muitas vezes tão diversas e diferentes, são estruturais e representam uma certa *ordem de tipo particular*, possíveis de serem compreendidas auxiliando para uma orientação das práticas sociais.

A fórmula que Elias sugere é ter em mente o conceito de configuração, associado com a organização das mais diversas danças de salão:

A imagem de configurações moveis de pessoas interdependentes na pista de dança talvez tome mais fácil imaginar Estados, cidades, famílias, e também sistemas capitalistas, comunistas e feudais como configurações. Usando este conceito, podemos eliminar as antíteses, chegando finalmente a valores e ideais diferentes, implicados hoje no uso das palavras "indivíduo" e "sociedade". Certamente podemos falar na dança em termos gerais, mas ninguém a imaginara como uma estrutura fora do indivíduo ou como uma mera abstração. As mesmas configurações podem certamente ser dançadas por diferentes pessoas, mas, sem uma pluralidade de indivíduos reciprocamente orientados e dependentes, não há dança. Tal como todas as demais configurações sociais, a da dança é relativamente independente dos indivíduos específicos que a formam aqui e agora, mas não de indivíduos como tais. Seria absurdo dizer que as danças são construções mentais abstraídas de observações de indivíduos considerados separadamente. O mesmo se aplica a todas as demais configurações. (ELIAS, 1990, p. 249-250)

As configurações têm tanto um grau de permanência, como de mudanças. São nas redes de interdependência que podemos encontrar uma certa lógica, que explicam as estruturas da personalidade dos sujeitos e a disposição das estruturas sociais. No seu estudo configuracional da comunidade de Winston Parva, Elias & Scotson (2000, p. 166) ressaltam que o importante é reconhecer as interdependências, estrutura e funções nos grupos residentes remetem a problemas específicos daquele grupo. A compreensão do seu caráter particular é central para configurar um problema sociológico.

As redes de interdependência são didaticamente posicionadas por Elias no seu estudo sobre a sociedade de corte. Para ele as redes de interdependência tem um significado preciso, pois todas as reuniões de seres humanos necessitam de algum tipo de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





organização ampla ou particular. Embora esteja se referindo a uma organização espacial específica, uma habitação como o Palácio de Versalhes, ela não pode ser compreendida senão em correlação às teias de relações que se configuram naquela organização social. O que pode explicar as ações dos indivíduos, não é fruto nem de uma vontade subjetiva isolada, nem pela força e imposição de uma vontade coletiva, mas sim da relação entre elas.

Na verdade estamos na presença de um sistema social de ordens e valores a cujas exigências ninguém pode fugir, sob pena de renunciar ao convívio com os seus semelhantes, de deixar de pertencer ao grupo enquanto tal. Tais normas não nascem de um segredo oculto no coração de um grande número de indivíduos, explicam-se pelos agrupamentos específicos que estes formam e pelas relações que mantêm entre si. (ELIAS, 1987, p. 41)

Para os seres humanos é muito difícil escapar de todo um conjunto de ordens e valores que buscam nos integrar a um grupo, através de processos que proporcionam acolhimento, reconhecimento, prestígio, gratidão, retribuição e status. Há uma necessidade de que os outros também validem as nossos julgamentos, ações e opções, para nos sentirmos integrados a uma determinada configuração. Isso não exclui divergências, desacertos e crises, porque a convivência de valores, significados e sentido serve na realidade como meio de orientação social e individual, que não são fixos e invariáveis, e sim mudam segundo a dinâmica das teias de relações.

Para Elias as configurações são redes de tensões e não uma entidade completamente fechada sobre si própria, ou dotada de uma harmonia imanente. Mas o que mantem as configurações mais ou menos estáveis, apesar dos conflitos que ocorrem continuamente? A razoabilidade e a racionalidade dos sujeitos dependem da estrutura social, e por esse motivo há um intenso esforço de adaptação pelo controle das reações afetivas imediatas (Elias, 1987, p. 85) para nos mantermos em uma configuração.

Pesquisas configuracionais que relacionam crianças e espaço

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Tendo em vista o referencial teórico-metodológico acima exposto, um grupo de pesquisadores tem se reunido em torno de um projeto de pesquisa intitulado: “*Vivendo a infância na cidade: redes de interdependência de crianças e processos de socialização em configurações urbanas*”. As pesquisas do grupo têm procurado compreender a relação entre criança e cidade por meio dos referenciais eliseanos. Embora aqui não se possa dar detalhes de cada pesquisa, é possível trazer como exemplo, alguns aspectos de três pesquisas de mestrado, na tentativa de demonstrar a fertilidade de se pensar na relação entre criança e as questões sócio-espaciais inspirados pelos estudos de Norbert Elias.

A primeira pesquisa é a de Santos (2018) que procurou compreender como crianças negras e brancas produzem suas identidades a partir das redes de interdependência que integram, em bairros com uma porcentagem maior ou menor de negros, na cidade de Curitiba. Embora aqui não se possa expor dados das diversas crianças de sua pesquisa, talvez alguns dados possam ser explorados. No bairro com o maior número de moradores brancos, por exemplo, e em uma escola também com o maior número de alunos brancos, a pesquisadora encontra a única criança preta da escola, e a mais articulada das 24 crianças de sua pesquisa (cabelos cacheados cheios de acessórios, camiseta da Frida Calo, fazia teatro, natação e inglês, era a referência cultural para várias amigas). Mas, o preço que a criança pagava para todo este *reconhecimento* social, só se consegue compreender, analisando as redes de interdependências das quais fazia parte. Filha de professora e policial aposentado, tendo irmãos bem mais velhos que ela, podendo frequentar vários espaços do bairro e da cidade e diferentes instituições com o pai, tudo isso fazia com que a menina fosse uma singularidade na escola, e entre sua rede de amizades. Ao falar da paixão por Frida Calo (sobre a qual descreveu vida e obra para a pesquisadora), explica:

É porque, como eu sou mais nova, eu tenho que conviver com coisa de mais velho, a minha irmã, ela está sempre fazendo um monte de coisa, assim... diferente, não tipo aquelas músicas de hoje em dia, ela houve música velha assim, então eu tenho que ouvir também e ela também gosta de Frida Kahlo, aí eu também gostei dela. (Santos, 2018, p. 112)

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Sobre essa criança, Santos (2018, p. 113) comenta:

A postura de Alika serve como escudo para os preconceitos comuns no espaço escolar, mesmo estando num contexto de maioria branca, com uma supervalorização da etnicidade italiana e sendo a criança de pele mais escura da escola, ao menos no período da manhã, ela se posiciona de maneira segura e acaba influenciando outras crianças que estão inseridas no mesmo espaço.

Os dados demonstram que, em um país como o Brasil e em uma cidade como Curitiba, com um racismo estrutural tão evidente, lutar e fazer pender a balança de poder a seu favor, é um enorme esforço que Alika faz, que só pode ser compreendido quando se analisa a tessitura de suas redes de interdependência que são fortes e elásticas.

Já Fiorese (2018), procurou compreender se em um bairro com vulnerabilidade social, os equipamentos culturais e de lazer e também as oportunidades de realização de atividades institucionais, auxiliariam as crianças na ampliação de suas experiências espaciais e culturais. Quis compreender ainda quais os significados atribuídos a esses lugares pelas próprias crianças. Fiorese partiu da ideia de que as redes de interdependência -pensando com Elias- são móveis, elásticas, variáveis e mutáveis (Elias, 1994, p.21) logo, um indivíduo movimenta-se constantemente nelas. Elas não são “grilhões de ferro” (1994), porém, nem tampouco os sujeitos vivem independentes nas cadeias que ligam uma pessoa a outra. Assim, um primeiro impasse foi o de entender esse “deslocar-se nas redes”. A proposta era a de analisar não só a mobilidade espacial, mas também se as instituições frequentadas pelas crianças propunham atividades de ampliação de experiências culturais.

Fiorese analisou 24 crianças e suas redes de interdependência no que diz respeito a sua relação com o bairro. Dentre as inúmeras descobertas e conclusões da pesquisa, que aqui não se conseguiria destacar, pode-se analisar um elemento que apareceu em várias redes das crianças de sua pesquisa: a relação delas com o corpo. Ao visitarem dois diferentes museus da cidade, as crianças tiveram reações bem diferentes quanto a essa

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





questão. Bianca, por exemplo, não quis ver uma tela que apresentava *corpus nus*, no museu Oscar Niemayer, pois lá tinha “besteira” (in Fiorese, 2018, p. 107). Também se mostrou incomodada por “colocar um sutiã para amamentar uma criança” em uma experiência proporcionada pelo Museu da Vida. Quando se conheceu alguns aspectos de suas redes de interdependência, compreendeu-se que em termos de mobilidade espacial, sua rede era bastante restrita. Não saía com amigos para brincar pois o bairro era considerado perigoso e em termos de relações sociais, morava só com adultos (mãe e padrasto), passava bastante tempo na casa da avó e sua frequência a uma igreja evangélica era intensa.

As visitas aos museus, de qualquer forma, ampliaram suas experiências relacionadas ao corpo, demonstrando a importância da variedade de vivências proporcionadas pela escola, por outras instituições, ou ainda pelas políticas de cidade. Experiências como estas, trazem pistas para que se compreenda se a balança de poder entre moradores da periferia e de locais centrais e privilegiados, pode pender um pouco mais a favor das crianças da periferia da cidade, tão desigualmente situadas na configuração da cidade.

Já a pesquisa de Cardoso (2018) procurou compreender os sentidos que crianças moradoras de bairros tanto com maior quanto com menor poder aquisitivo, e tanto de escolas públicas quanto privadas, dão as suas vivências nos bairros de moradia e na cidade. Pode-se destacar aqui, um dos inúmeros aspectos trazidos pela pesquisadora, por exemplo, as indagações que ela fez às crianças sobre quais aspectos negativos percebiam no bairro onde moravam. Observou-se que, enquanto as crianças de escola particular do bairro com maior poder aquisitivo, mencionaram o barulho das grandes avenidas, as da escola pública deste mesmo bairro, se tranquilizavam com relação a essa questão, por existir equipamentos de segurança na rua (filmadoras, alarmes). Já no bairro de menor poder aquisitivo, enquanto as crianças de escola privada do bairro temiam por assaltos, as da escola pública, relatam situações como essa: “*Esses dias entraram na casa do meu vizinho e esfaquearam ele, aí fugiram, acho que até pulou no terreno da minha casa para fugir. Ele foi no 24 horas, mas não aguentou e morreu*”. (in Cardoso, 2018, p. 157). Mas,



foi compreendendo de forma mais aprofundada as redes de interdependência de cada criança, que ficou evidente o quanto as crianças do bairro com maior poder aquisitivo (e tanto as da escola pública quanto privada) tem redes, em termos de mobilidade espacial, mais variadas, móveis e elásticas e o quanto as do bairro com menor poder aquisitivo, apresentaram redes menos móveis e variadas. Assim, enquanto Paulo, por exemplo, vai sistematicamente a um shopping de elite do bairro, próximo à sua casa e até já foi a um leilão com a mãe, neste mesmo shopping, outra criança como Rafael, conheceu uma vez um dos shoppings relativamente próximos de seu bairro de moradia, ficou encantado com a escada rolante e brincou nela por um bom momento.

Considerações finais

Em primeiro lugar é preciso sublinhar que realizar pesquisas com crianças a partir do referencial teórico-metodológico desenvolvido por Elias, exige dos pesquisadores uma atenção redobrada, uma vez que não foi especificamente este um campo de pesquisa desenvolvido pelo autor. Mas, o próprio autor convida pesquisadores a se aventurarem por este caminho, testando a amplitude e as diferentes possibilidades de utilização de seus referenciais.

Sobre as pesquisas aqui analisadas, pode-se destacar que estudar as redes de interdependência das crianças, é uma importante chave explicativa para se compreender as autorias delas nas escolhas de utilização dos espaços, nos significados que atribuem aos lugares que mais gostam, nas críticas que fazem aos locais de moradia.

Observou-se também que, com relação à mobilidade espacial, as redes de interdependência das crianças constituídas na interseção com bairros mais afastados e de menor poder aquisitivo, são menos elásticas, mais fixas. Pertenceriam a crianças “sobrantes”, “da última fila” no sentido dado por Bauman (2009), aqueles circunscritos territorialmente, condenados a viver no local de moradia e fora das redes comunicativas. Já as crianças com redes de interdependência mais alargadas, apresentaram maior mobilidade espacial e utilização de variadas instituições no bairro e fora dele.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Por último, a utilização do referencial teórico-metodológico eliasiano para o estudo da Infância, parece superar a dicotomia entre possíveis estudos que isolam a criança de seu contexto sócio-econômico e cultural, como também de estudos que invisibilizam a criança a partir de generalizações abstratas em que ela aparece sem cor, gênero, território, escolhas e voz.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e Medo na Cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CARDOSO, Julia do Carmo P. S. *Curitiba e desigualdade: sentidos de bairro e de cidade tecidos por crianças de regiões e contextos socioeconômicos diferentes*. UFPR, Mestrado em Educação, 2018.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

_____. *Introdução à sociologia*. Braga: Edições 70, 1980.

_____. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

_____. *A sociedade dos indivíduos*. Lisboa: Don Quixote, 1993.

_____. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FIORESE, Sabrina. *Infância e cidade: uma análise das redes de interdependência de crianças nos espaços institucionais e do bairro Tatuquara na cidade de Curitiba*. Dissertação de mestrado. UFPR, Mestrado em Educação, 2018.

SANTOS, Márcia Cristina dos. *Curitiba em preto e branco: infância, espaço e relações étnico-raciais na cidade modelo*. UFPR, Mestrado em Educação, 2018.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

LA VISIÓN SORPRENDENTEMENTE MODERNA QUE CIRCULABA EN LOS CURRÍCULOS DE FORMACIÓN DE MAESTROS EN LOS AÑOS TREINTA EN COLOMBIA, ¿POR QUÉ SE PERDIÓ?

Mg. José Jaramillo
Universidad Nacional
Universidad Central, Bogotá
jjaramillo@unal.edu.co

Abstract: With this article I will try to demonstrate that inspite there were propitious scientific conditions for the formation of teachers, intolerance in the process of understanding the developement of the child's mind prevealed, blocking the possibility of a more modern vision of the world and progressive public institutions.

Keywords. Child's mind. Intolerance. Development.

A principios de los años treinta del siglo XX se registra un marcado interés en Colombia por el estudio de la mente infantil, principalmente en el marco del desarrollo de nuevas instituciones de formación pública de maestros: la Facultad de Educación de la Universidad Nacional de Colombia, creada en 1932; y la Escuela Normal Superior de Colombia (ENS), que se formó en 1936, y cuyo cierre se produjo en 1951. Una particular disposición de factores que propiciaron la producción de conocimiento acerca del desarrollo del niño, incluyendo entrenamiento profesional para incorporar ese saber al ejercicio docente en el marco de una reforma educativa hace parte de tales registros. La reforma que en este período se emprendió en el país tuvo como referente tal perspectiva; de hecho, se establecieron contactos y con organizaciones como el Instituto de Ciencias de la Educación J. J. Rousseau, de Suiza, pionero en el desarrollo de metodologías y promotor del intercambio científico orientado al establecimiento de una nueva pedagogía basada en el conocimiento del niño. Se establecieron relaciones de cooperación con profesores e investigadores de universidades de Francia, Bélgica, Suecia y Chile, resultado de los cuales se diseñaron programas que orientaban este interés.

Bajo la influencia directa del Instituto Rousseau, del cual surgió posteriormente la Oficina Internacional de Educación –dirigida por Jean Piaget desde 1929–, se diseñaron y ofrecieron, con profesores provenientes de allí, las primeras cátedras de pedagogía

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





clínica y psicología experimental del país. Convenios de cooperación, publicaciones en los medios impresos de la Facultad y contratos laborales soportan documentalmente este vínculo. La presencia del grupo de científicos provenientes de estas instituciones incluyó neurólogos, psicólogos y médicos dedicados al estudio de la mente infantil; fomentó el acceso a publicaciones y métodos de experimentación, algunos de los cuales se integraban a los avances teóricos de la escuela pedagógica suiza, de la psicología genética y de la psicología evolutiva. Autores como Ovide Decroly, Alfred Binet, Pierre Janet, Theodule Ribot, Henri Piéron, Jean Piaget, Henri Wallon, William Stern, William Preyer, entre otros, hacen parte de los listados bibliográficos que desde 1932 llegaron al país, promovidos por el vínculo con el Instituto Rousseau. Algunos de estos reconocidos autores estuvieron en el país ofreciendo conferencias entre 1932 y 1934, sus libros circulaban en los programas de las asignaturas de la Facultad y publicaron en los órganos de divulgación de estas instituciones.

La influencia de esta constelación de autores, que se inscribe en la perspectiva de construir conocimiento de la evolución de la mente en relación con el proceso educativo, marcó un aspecto importante del diseño de los programas, la realización de prácticas y la adquisición de libros y materiales de laboratorio durante los primeros años de la década de los años treinta del siglo XX en el país. Los estudios sobre la psicología infantil tuvieron un lugar destacado en la composición de los problemas de interés, tanto acerca de las lecturas y temas de conferencias y publicaciones, como en cuanto a la producción de tesis de los estudiantes y de investigaciones y cursos de los profesores.

La idea general que soportaba el nuevo modelo pedagógico era que la mente cambia conforme la realización de experiencias, en forma de una sucesión inteligible. El vínculo entre los procesos fisiológicos y emocionales y su relación con el aprendizaje consistía, además, uno de los registros clave, del cual el modelo educativo podría obtener resultados apropiados a la expectativa de ajustar las etapas de la educación a las posibilidades de los niños. Por estas razones, se consideraba necesario que los aspirantes a maestros profesionales estudiaran las etapas, forma, contenido y secuencia específica de cambios en la mente infantil, no solamente alrededor de sus propios estudiantes sino también en

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



Fábrika
Ideias criativas



relación con la idea de que el desarrollo de la mente de cada quien puede corresponder con el de las estructuras psíquicas observables a lo largo de la historia de toda la humanidad.

Si se analizan los documentos de archivo y las publicaciones producidas por estos dos centros de formación profesional de profesores, se hará evidente la influencia de instituciones europeas y de científicos dedicados al problema del aprendizaje durante los primeros años de la década de 1930.

Además de la participación directa, desde principios de los años treinta, de pedagogos, médicos, neurólogos y científicos dedicados al problema científico del aprendizaje en el entorno educativo, la vinculación a fines de los años treinta de un grupo de profesores y científicos, de distintas áreas de las ciencias sociales y exactas, provenientes de países europeos en guerra o bajo la amenaza del nazismo, a la ENS, señalan una influencia importante de autores y teorías que se ubicaban en la vanguardia de las investigaciones en esta perspectiva. Este grupo, si bien no muy numeroso, participó activamente en el diseño de institutos de investigación concebidos en la Escuela, en la formación profesional de los primeros pedagogos e investigadores especializados en ciencias sociales y naturales en el país y en la realización y divulgación de trabajos que demuestran que en Colombia se llevaron a cabo investigaciones que integraban los avances científicos universales a la comprensión de los problemas del entorno nacional.

Los debates, la oferta de conferencias a cargo de reconocidos neurólogos y psicólogos de universidades europeas ubicadas en la punta de los avances investigativos sobre el tema en la época, así como el acceso y divulgación de materiales sobre el aprendizaje y su relación con aspectos fisiológicos, son particularmente interesantes bajo la perspectiva de registrar que el estudio del cerebro hacía parte de los temas de estudio. Los trabajos de Ramón y Cajal (1906) respecto a los hallazgos sobre las redes neuronales, que luego fueron continuados por los fisiólogos Charles Sherrington y Karl Lashley, unos años después, son ejemplo de las bases sobre las cuales los autores que publicaban y hacían presencia en la Facultad desarrollaban sus investigaciones acerca del aprendizaje. La integración de los estudios sobre la forma, estructura y función del sistema nervioso

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





con los problemas del aprendizaje en el ámbito escolar es uno de los aspectos que enmarcan la noción que en aquel entonces preponderaba acerca de la mente infantil. La lógica que despoja las razones de origen sobrenatural, dando un lugar central a la explicación de hechos observables en relación con el desarrollo de la mente infantil y que obedecen a dinámicas sistémicas haría parte de la nueva visión.

Es de notar que así como se publicaron manuales y conferencias de psicología para maestros del país, promovidos por las instituciones reguladoras de la función educativa estatal⁴², en los que se divulgaban los avances en torno al desarrollo cerebral, su relación con el aprendizaje y su evidente pertinencia para la formación de maestros, también se publicaron de forma simultánea conferencias de psicólogos muy influyentes que minimizaban la validez e importancia del vínculo entre la psicología y la pedagogía. Y entre la pedagogía y los avances cognitivos en materia de fisiología. El debate que se produjo en el período de surgimiento de la psicología científica a principios del siglo XX de acuerdo con Mueller (2007) oponía dos vertientes que se advierten, con variaciones, en el campo del debate sobre la formación en psicología experimental de los maestros. Por un lado, la vertiente que se desliga de las explicaciones metafísicas sobre la mente, que refutan de un alma-sustancia y que sientan, hasta cierto punto, las bases de la fisiología integrada al funcionamiento de la mente. La emergencia de métodos para la medición de la experiencia de los niños, huelga decir, en desarrollo, proliferaron con el surgimiento de la psicología científica. Algunos de estos se establecieron y fueron centrales en el giro que tomó la formación de los maestros en el contexto de la reforma educativa iniciada en el mismo período. Pero, ver la mente como un elemento cognoscible generó resistencia de diversa índole. La relación entre la psicología y la pedagogía, siguiendo a Abbagnano y Visalberghi (1996), se formó como un vínculo estrecho ante el desarrollo de la primera. Una consecuencia, para los autores, de la expansión del clima cultural que la teoría de la evolución generó en Europa. Mueller se refiere al efecto de este clima en la vida cultural, como el período de florecimiento de

⁴² Conviene señalar aquí que el Ministerio de Educación Nacional se formó en 1927, desligándose de las funciones de sanidad, configurando un nuevo cuerpo burocrático especializado y a cargo de la dirección de la educación.



nuevas ciencias, que en el caso de la psicología tuvo un desarrollo, pero *con escollos*. En este florecimiento se produjeron también los primeros tratados de ciencias de la educación.

Théodule Ribot (1839-1916), es a juicio de Mueller (2007:372) un caso representativo de la tensión que experimenta la psicología científica a principios del siglo y lo que esta tensión afecta el desarrollo y las resistencias frente a la idea de una pedagogía soportada, en sus bases, en la psicología experimental. Ribot, cuyas obras circulaban en Colombia en el período que nos interesa abordar, pensaba que la anatomía y el desarrollo de la fisiología eran, según su discurso sobre los avances de la psicología en la última década del siglo XIX, pronunciado en 1901 en el Congreso Internacional de Psicología, necesarias para la psicología. Los psicólogos, afirma, habían llegado al momento de interpretar los resultados de las investigaciones en este campo ante los recientes descubrimientos acerca de las neuronas. Sus aportes al estudio sobre la memoria desde la perspectiva del análisis de los procesos orgánicos que la fundamentan demuestran su interés. En el mismo evento mencionado, el autor registra cómo la psicología del niño, “que en sus comienzos había sido fragmentaria y un tanto anecdótica, había adquirido una forma más sistemática y ya no se proponía tanto la descripción de los estados como el descubrimiento de una evolución, y que tendía a convertirse en un estudio embriológico y genético del espíritu humano, proponiéndose a la vez prestar sus servicios a los intereses de la pedagogía.” (Mueller, 2007: 373)

La evolución de Ribot, siguiendo a Mueller, demuestra la tensión del desarrollo de la psicología por la ambivalencia entre su tendencia a aproximarse a la fisiología, pero a la vez, el reconocimiento del mismo respecto a que, distanciarse del método subjetivo era más o menos imposible, y que esta imposición condicionaba todo lo demás. El tema de la importancia de formar a los pedagogos profesionales sobre las bases de la psicología científica se inscribe en un problema más amplio que hasta cierto punto se refiere a las resistencias frente a lo que implicaba el cambio de visión sobre la mente infantil. Mueller registra, como si se tratara de un recurso de Ribot para salirle al paso a la idea del reduccionismo fisiológico de la mente, que el psicólogo francés admitió la necesidad de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





la psicología científica de usar el método comparativo para integrar los conocimientos de la antropología, la etnografía, la lingüística y la historia a la comprensión de los problemas del desarrollo de la mente y como condición para no reducir su estudio al campo experimental.

En la otra orilla mencionada arriba, se ubican quienes cuestionan la fisiología integrada al aprendizaje por considerarlo una manifestación del reduccionismo del fenómeno de la mente. Según William James, por ejemplo, en un texto originalmente publicado 1899, y editado en Colombia en 1941, y que demuestra por un lado el interés oficial en divulgar obras importantes, y por otro, las dudas que producía la orientación moderna de la pedagogía ante la influencia de la psicología científica. De acuerdo con James, la pedagogía es un arte que no necesita de la psicología para su ejercicio. Para este importante autor el pedagogo no requiere de los avances de la denominada nueva psicología y en este sentido incluso considera que no es posible adaptar el conocimiento de la fisiología del cerebro, de los sentidos y la teoría de la evolución, a las necesidades del educador. Más importante que la formación experimental, por lo tanto, afirma James, es la adquisición de una especie de intuición, que responde a cierta conjugación de elementos en los que el psicólogo identifica la verdadera vocación, la adivinación pedagógica y el tacto. Si bien el propósito del texto de James es estimular al maestro a no sentirse dependiente de los avances de una ciencia que no le es imprescindible, llama la atención lo insondable de los rasgos que describen al educador. Al respecto concluye:

Mucho nos engañaríamos si pensamos que se puede deducir de la psicología, ciencia de las leyes que rigen el espíritu, teorías y métodos directamente aplicables en la sala de estudio. La psicología es una ciencia, la pedagogía un arte, y las ciencias no hacen nacer nunca directamente las artes de sí mismas. [...] El arte de la educación se adquiere en clase por una especie de intuición. [...] La actitud el educador debe ser ante todo concreta y viva. Esa actitud es positivamente opuesta a la actitud abstracta y analítica del psicólogo. Y si bien en muchos maestros esas dos actitudes hayan de coexistir felizmente, lo más probable es que en la mayoría se presente un conflicto que, lo repito, no debe desalentar al que se sienta con la verdadera vocación pedagógica, pues estas facultades verdaderamente admirables, suplen con ventaja todos los tratados de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

psicología, como la inspiración y el sentido del ritmo suplen, en un poeta de verdad, toda la métrica y las reglas de la retórica (James, 1941, p. 11-14).

El debate sobre los estatutos científicos de la psicología y su pertinencia para la formación de los educadores hizo parte de la transición de prioridades que se dio en la instituciones mencionadas al principio de este texto, bajo el formato de una confrontación entre sus directivos.

La perspectiva que Norbert Elias ofrece sobre las condiciones del establecimiento de institutos científicos, incluida en el ensayo *Scientific Stablishments* (1982), incluye un modelo de análisis cuya pertinencia es útil para nuestro propósito. Integrar una teoría de los establecimientos científicos al problema concreto del marginamiento que sufrió el cuerpo de profesores y estudiantes adscritos a la ENS por su orientación científica en el período previo a su cierre se relaciona con ciertas condiciones estructurales que no parecen haberse cumplido en el caso de las instituciones que nos ocupan. Una señal del poco grado de autonomía de la nueva visión de la mente infantil en Colombia y de la debilidad de su capacidad de establecimiento en nuevas instituciones podría mejorar las explicaciones acerca de su desintegración.

Por comprobarse tenemos la idea de que las resistencias, que se evidencian frente al proyecto iniciado a principios de los años treinta y que crecieron a mediados de la década de los años cuarenta hasta el cierre final de la institución en 1951, demuestran cómo la presión sobre la formación moderna de los maestros chocó con estructuras preconcebidas sobre el rol de instituciones tradicionalmente responsables del asunto. Para Norbert Elias, la presión del desarrollo choca contra la resistencia de la identidad del nosotros en el plano nacional estatal (1990:257) Elias analiza el cambio de equilibrio entre la idea del yo y el nosotros en este cambio y advierte que alcanzar un nivel de integración social más complejo y más elevado, que se relaciona con la transición hacia estadios de mayor diferenciación, corresponde al cambio que se da hacia sociedades más complejas que comportan múltiples planos de integración. El autor nota un aumento en el número de capas del concepto de nosotros que corresponde a un creciente distanciamiento del sujeto frente al grupo de pertenencia tradicional. Pero a la vez, advierte la lentitud de los cambios

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





en la estructura de la personalidad respecto a los cambios producidos por el movimiento integrador de un nivel de desarrollo social, a otro de mayor complejidad. Se produce en este cambio un choque procedente de la ruptura de vínculos emocionales que proceden de la identidad grupal.

Ataques de sectores del clero y de grupos sociales conservadores en contra de estudiantes y docentes contenían reclamos de pérdida de valores en la formación de la vocación magisterial. Se reclamaba también que se promovía una mentalidad materialista, negadora del alma, atea y anarquista. Se juzgaba que la inclinación al estudio de teorías científicas en el campo de la formación de maestros respondía a intereses veleidosos y a una imitación sin fundamentos, que, en palabras de algunos dirigentes, conducían a una pérdida de los valores de la identidad cultural nacional propia. De cualquier manera, lo que se señala acerca de estas circunstancias no solamente está relacionado con que los bloqueos o rechazos de tipo moral o cultural que se basan en fundamentaciones religiosas, patrióticas o xenóforas puedan ser más explicativos que los que únicamente se explican recurriendo a diferencias bipartidistas. El problema que se nos plantea aquí es mucho mayor.

Bibliografía

- Abbagnano, N, Visalberghi, A. (1996) Historia de la Pedagogía. Fondo de Cultura Económica. México.
- Elias, Norbert (1990) La Sociedad de los individuos. Península. España.
- Elias Norbert (1982) "Scientific establishments". En: Norbet Elias, Heminio Martins y Richard Whitley (eds) Scientific stablishments and hierarchies. D. Reidel Publishing Company. Holland, U.S.A, England. 3-69.
- James, William (1941) Charlas Pedagógicas. Ministerio de Educación Nacional. División de Extensión Cultural y Bellas Artes, Imprenta Nacional. Colombia.
- Mueller, Fernand-Lucien (2007) Historia de la Psicología. Fondo de Cultura Económica. México.



17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

UNA LECTURA DE LA COYUNTURA POLÍTICA ARGENTINA DESDE LOS APORTES TEÓRICOS DE NORBERT ELIAS

Dr. Lucas Krotsch
Universidad Nacional de Lanús (UNLa)
lkrotsch@gmail.com

Hernán Brienza
Universidad de Buenos Aires (UBA)
hbrienza@hotmail.com

Resumen: Norbert Elias ha sido un autor muy sugestivo en varias disciplinas de las ciencias sociales. En este artículo, proponemos hacer lo que creemos que es un uso inusual de él. El objetivo es analizar la realidad política de la Argentina, contextualizándola en la región y en el mundo, a partir de sus contribuciones teóricas como desencadenantes. De Elías nos preguntaremos y hasta cuestionaremos el concepto de "coyuntura". Es posible, vamos a sostener, abordar la realidad política Argentina, la región y el mundo, por las continuidades. De esta manera reflexionaremos sobre la construcción del momento "coyuntural". En pocas palabras, el texto propondrá un diálogo, tensiones, entre coyunturas y líneas de continuidad a largo plazo, a partir de lo que consideramos aportes elisianos.

Palabras claves: Coyuntura política – Procesos de largo plazo – Establecidos/Forasteros

Resumo: Norbert Elias tem sido um autor muito sugestivo em várias disciplinas das ciências sociais. Neste artigo, propomos fazer o que acreditamos ser um uso incomum dele. O objetivo é analisar a realidade política da Argentina, contextualizando-a na região e no mundo, a partir de suas contribuições teóricas como gatilhos. De Elias nos perguntaremos e até questionaremos o conceito de "conjuntura". É possível, vamos sustentar, abordar a corrente política Argentina, a região e o mundo, pelas continuidades. É destes que, então, tentaremos refletir sobre a construção do momento "conjuntural". Em poucas palavras, o texto proporá um diálogo, tensões, entre conjunturas e linhas de continuidade a longo prazo, a partir do que consideramos contribuições Eliasianas.

Palavras-chave: Conjuntura política - Processos de longo prazo - Estabelecidos / Outsiders

Abstrac: Norbert Elias has been a very suggestive author in various disciplines of the social sciences. In this paper we propose to do what we believe is an unusual use of it. The aim is to analyze the political reality of Argentina, while contextualizing it in the region and the world, based on its theoretical contributions as triggers. From Elias we will ask ourselves and we will even question the concept of "conjuncture". It is possible, we will sustain, to address the political current Argentina, the region and the world, by the continuities. It is from these that, then, we will try to reflect on the construction of the

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná





"conjunctural" moment. In a few words the paper will propose a dialogue, tensions, between conjunctures and lines of long-term continuity, from what we consider elisian contributions.

Keywords: Political conjuncture - Long-term processes - Established / Outsiders

Esta ponencia, y la mesa en la que la misma se presenta, están motivadas por el momento que atraviesa la región respecto a lo que en apariencia se presentan como cambios políticos profundos. Esta profundidad se define a partir de la diferenciación de los gobiernos actualmente en ejercicio en relación a sus predecesores de los que buscan diferenciarse como antitéticos. De esta manera los gobiernos actuales definen a los anteriores como “populistas” y “corruptos”. La tensión de la región a partir de lo señalado puede llevar a situaciones impensadas poco tiempo atrás. Puntualmente, en Argentina, hubiese parecido una extravagancia imaginarse poco tiempo atrás lo que hoy se está viviendo. Los autores de la presente ponencia acompañaron directa e indirectamente las políticas respecto a las cuales, los actuales gobiernos, buscan diferenciarse. Por lo tanto, lo que aquí se presenta intenta ser un ejercicio de reflexión superadora de lo que podría sugerirnos lo que meramente se denomina “coyuntura” haciendo el esfuerzo de comprender a esta como parte de procesos más extensos que las últimas dos décadas.

Norbert Elias ha sido un autor muy sugerente en diversas disciplinas de las ciencias sociales. En esta ponencia nos proponemos hacer lo que creemos un uso poco habitual del mismo en base a lo planteado en el párrafo precedente. Es importante señalar que ésta ponencia no se plantea como un ejercicio de adaptación entre la problemática planteada y las propuestas conceptuales y teóricas de Norbert Elias. Fundamentalmente se trata de un ensayo para pensar nuestra actualidad desde lo que nos sugiere la potencia teórica del mismo.

Desde Elias nos preguntaremos, y pondremos inclusive en cuestión, el concepto de “coyuntura”. Es posible, sostendremos, abordar la actualidad política Argentina, de la región y del mundo, por las continuidades. Es desde estas que, entonces, trataremos reflexionar sobre la construcción del momento “coyuntural”. En pocas palabras la ponencia propondrá un dialogo entre tensiones, coyunturas y líneas de continuidad de largo plazo.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Pareciera asociarse “coyuntura” con interrupción o cambio significativo de un proceso que se venía llevando adelante; como una anormalidad en relación a la “naturaleza” de dicho proceso. ¿Pero qué pasa si tomamos o consideramos a esta “coyuntura” como parte de esas regularidades que definen dicho proceso?

De reflexiones propuestas aquí llegamos a la elaboración de una meta - hipótesis que interpelaría al sistema político democrático como proceso de largo plazo.

Sostenemos que dichas tensiones que identificamos van en dos direcciones aparentemente antitéticas, una aristocracia democratizante y una democracia aristocratizante en el ejercicio efectivo de la forma de gobierno. Estas tensiones históricas se dan básicamente a través de la inclusión política “popular” y su “criminalización” en el proceso aristocratizante del sistema político. En una idea substancialista de la democracia se sube el umbral del miedo a la pérdida de derechos resignando derechos adquiridos. Por otra parte la tensión genera ampliación de derechos que son percibidos como riesgosos por el establishment generando violencia política en pos de su control o directamente revocamiento. De esta manera, llegamos puntualmente a la hipótesis que señala que la democracia se ha ido consolidando como forma de gobierno disciplinadora de las clases populares. Por un lado, esos sectores ven expandirse sus derechos, mientras que por el otro, los “establecidos” o poderes fácticos perciben la amenaza de dicha expansión y son quienes tienen el poder, real y simbólico, para salvaguardar la democracia, para retraer o contraer o directamente no respetar esas expansiones de derecho. Podemos hablar entonces de una inclusión política tutelada por los poderes fácticos. Estos poderes se ven amenazados, a su vez, por el crecimiento popular de las expectativas respecto a la plausibilidad de la extensión de los mismos. Así, en términos elisianos, tenemos democracias donde el pueblo es forastero respecto al poder que detenta como efectivo gobernante, respecto al poder establecido que arroja simbólica y efectivamente a lo popular a esa subalternidad (de forastero). En resumen podríamos decir que la construcción de la identidad nacional ha implicado para las clases populares oportunidades limitadas (material y simbólicamente) por un modelo de desarrollo (como único posible) a la vez que para las elites dicho proyecto se tensiona cuando emerge un

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





subgrupo como posible competidor. Es decir que todos los grupos, y de acuerdo a su diferencial de poder, pierden el control respecto de sus intereses concretos. Si bien trabajaremos estas tensiones (solamente bosquejadas en ésta ponencia) recortando la realidad dentro de una figuración local está claro que la misma no agota las explicaciones posibles si no la consideramos como parte de una más compleja inserta en el plano internacional. Estamos convencidos, por ejemplo, que no sería posible explicar el embate contra la cartelización de la obra pública tanto en Brasil como la Argentina solo por factores internos. En este sentido las fronteras estatales nacionales serían una limitante para un entendimiento más complejo de nuestras realidades locales.

En esta dirección, este trabajo tiene por objeto indagar, como ya hemos señalado, continuidades históricas al interior de lo que periódicamente en nuestra historia denominamos “coyuntura política” o “rupturas”. De esta manera hablamos de quiebre del sistema democrático, crisis cíclicas del capitalismo, cambio de régimen, ruptura de los lineamientos de las políticas públicas de un gobierno respecto a otro, etc. Nos proponemos aquí un ejercicio bien puntual: dar vuelta esas lógicas considerando sus “continuidades” más allá de sus “rupturas”.

Coyuntura: un dialogo entre rupturas y continuidades que nutran nuestra comprensión de la realidad

Ha sido una constante racionalizar tanto nuestro presente como nuestra historia. Racionalizar en el sentido de considerar que tanto nuestras acciones individuales como colectivas pueden controlar el resultado de las mismas, sus fines. Pero como sostiene Norbert Elias,

(...) el desarrollo social real casi siempre diverge del desarrollo planeado e intencionado por los hombres para el corto plazo (...) el cómo y el porqué de dicha divergencia, es decir su estructura, aún permanecen en la oscuridad. El conocimiento teórico-empírico de que toda planeación de corto plazo emprendida por los hombres sufre la influencia de procesos no planeados de largo plazo despeja la oscuridad. Se revela que el desarrollo no planeado que conduce las

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

acciones humanas planeadas siempre de nuevo a cauces no intencionados, es estructurado y por tanto explicable” (ELIAS, 1998, p196).

Este es el argumento central que retomaremos en este trabajo a partir de considerar a estas coyunturas que señalábamos más arriba como inmersas en estructuras que las convierten en acontecimientos regulares susceptibles de ser entendidos más allá de la intencionalidad de los actores del presente y del pasado. En este sentido, coyunturas que pueden parecer accidentes respecto a la racionalidad de los actores lo son, solo en tanto y en cuanto se las desconoce cómo procesos regulares de largo plazo. En el plano más general, por ejemplo, podemos comprender estas coyunturas como procesos de cambio puntuales comprendidos desde perspectivas situadas temporalmente. Así como no es posible comprender procesos sin una profunda contextualización de los mismos en el tiempo y en el espacio que se dan, tampoco lo es desconociendo que se dan en un marco figuracional o de interrelaciones que tienen una historia que escapa al recorte temporal de los hechos. Exagerando el ejemplo podemos decir, sin miedo a equivocarnos (y que se nos disculpe la ironía) que el General Don José de San Martín no fue siempre un prócer ni tampoco, posiblemente, uno de los liberadores de los pueblos suramericanos. Todo estos atributos de San Martín no lo son en tanto él como individuo sino como personaje inmerso en un complejo juego de interdependencias complejas que relega su autonomía (en tanto la consideración de él como individuo y/o personaje histórico) a construcciones sociales que van más allá o escapan del plano de la racionalidad individual y colectiva pasada y presente.

Como sostiene Elias,

La insuficiencia de explicaciones voluntaristas sobre los mecanismos sociales, en cambio, se basa en el hecho de que del entramado de actos de voluntad y planes de muchos hombres resultan estructuras y procesos que ninguno de los seres humanos involucrados en ellos ha querido o planeado. La investigación y la explicación de tales estructuras de entramados y procesos son una de las tareas principales de las ciencias sociales y particularmente de la sociología. El proceso de civilización es uno de estos procesos; el de la conformación estatal es otro. Difícilmente se les puede percibir ni mucho menos investigar, si a sus manifestaciones particulares se las mira únicamente desde la perspectiva de los

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





hombres involucrados en ellos. No es posible explicarlos de forma voluntarista – es decir, exclusivamente a partir de actos de voluntad – ni siguiendo el modelo de las ciencias físicas, es decir, por medio de la medición o a partir de la relación causa-efecto. En este plano científico se está ante otras clases de relaciones para cuya exploración es preciso desarrollar tipos de teorías, conceptos y de investigación distintos” (ELIAS, 1998, p. 151)

En esta dirección planteada por Elias y volviendo no solo a la figura de San Martín sino a todo nuestro proceso independentista podemos decir que dicho proceso marca, también, la victoria de la dependencia o la consolidación de patrones culturales de los cuales intencionalmente buscábamos independizarnos. Nuestra independencia se consume a partir del triunfo de las formas de organización y control social de la modernidad y básicamente del modelo de organización burocrático-estatal. Este hecho marca una dirección en nuestro proceso civilizatorio, con sus particularidades pero en el marco de otro proceso que se venía desarrollando en los países denominados centrales y en el marco de los patrones culturales de la modernidad concebida por estos. La independencia funciona así como un refuerzo no planeado de una penetración cultural que se materializa, se profundiza y se legitima en nuestra región en tanto se reconoce como liberación.

Podemos decir de esta manera que desde el llamado descubrimiento de América, donde más que descubrimiento lo que comienza es un proceso de redescubrimiento de la capacidad colonizadora del mundo occidental sobre el mundo desconocido para este, lo que comienza a desarrollarse es un proceso de redefinición de los patrones culturales de los colonizadores en un nuevo contexto. Para algunos esto se llamó mestizaje, para otros la imposición de una cultura sobre otra. Lo cierto es que la cultura del recién llegado se encontró con la figura de los establecidos en el territorio y esto comenzó a generar tensiones al interior de este encuentro generando asimilaciones de ambos lados y en diversas direcciones.

Sobre esa base de organización política y social que nuestra región retoma en sus principios independentistas, como gran paradoja, se comienzan a delinear particularidades y generalidades que no pueden explicarse solo desde las bases liberales,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





iluministas y eurocéntricas. Lo autóctono, entonces, implicará una mixtura particular que intentaremos rastrear (no en esta exposición evidentemente).

Argentina tiene en su proceso de organización política, materializada en su Estado, una suerte de construcción esquizofrénica de su sentir “nacional”. En principio, Unitarios y Federales pugnaban por formas distintas de institucionalizar la distribución territorial del poder. Unos impulsaban la centralidad del puerto y la consecuente subordinación del resto de los territorios a los designios de lo que el puerto y los intereses agroexportadores reclamaban como salida al mundo. Por otra parte, buena parte de los caudillos mediterráneos y mesopotámicos reclamaban más participación de acuerdo al poder de los mismos en sus respectivas regiones. Básicamente y dicho de forma bien esquemática, es esa la tensión básica que recorre nuestra historia desde la Revolución de Mayo hasta el Gobierno del actual presidente en ejercicio Mauricio Macri.

Hemos decidido tomar una serie de hitos de nuestra historia a interpelar según el ejercicio aquí propuesto. Estos son:

- Revolución de Mayo de 1810
¿Cuánto hay de desmonopolización real en este proceso respecto a la relación con España?
- Constitución “Nacional” de 1853
Como la organización formal no finaliza con tensiones entre grupos que continúan vigentes al día de hoy.
- Congreso Pedagógico Internacional y la Ley 1420 de Educación común de 1884
El sistema público de educación como factor de dependencia, independencia y emancipación. Ampliación y al mismo tiempo sujeción de derechos. Emancipación tutelada. Este es un tema fundamental: lo es en el sentido que los mismos sectores que podemos denominar como “establecidos” hoy combaten duramente contra la educación pública porque la inclusión se les ha ido de las

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





manos y se les ha vuelto en contra. Lo público mismo, en este sentido, se retira o queda de forma residual como mero asistencialismo.

- Ley Sáenz Peña

Ampliación de derechos formales y comienzo de tensiones insalvables. Puertas que se abren y serán difíciles de intentar salvar. La democracia como valor. La democracia como resguardo y límite.

- 1945 – 1948: El trabajador como sujeto político y económico. Cuánto influye esta inclusión en el sostenimiento del sistema económico y político. Hoy las elites ven este momento como ruptura pero sin la cual el mismo sistema peligra. Incorporación como forma de descomprimir la presión sobre el sistema

- 1955 y la Revolución Libertadora y 1976 – 1983: ¿Cuan eficiente fue el intento de extirpar al peronismo del sistema político (proscripción)? ¿Cómo desactivar lo que ha sido activado? La eficiencia y eficacia limitada en el ocaso de la violencia política y la posterior transición (democrática) hacia formas más sublimes de dominación.

En una suerte de idas y vueltas, avances, retrocesos o “coyunturas” lo que se ha invisibilizado es la dirección que podemos encontrar como denominador común. No se trata de una tarea sencilla pero si un potente aporte que surge de la obra de Norbert Elias.

Respecto a los esbozos expuestos aquí podemos sacar las siguientes conclusiones:

La meta-hipótesis planteada en este trabajo implica momentos en que los diferenciales de poder entre grupos disminuyen. En este sentido es interesante analizar la tesis de Elias en la que señala que la disminución de los diferenciales de poder entre grupos aumenta las tensiones entre estos (ELIAS, 1998, p.148). Los establecidos se ven amenazados cuando en términos de la Teoría de Juegos se da un juego en el que todos ganan. En este marco los establecidos llaman a los 12 años del kirchnerismo, la “década

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





perdida” (el kirchnerismo la denomina en cambio “la década ganada”). Y así la perciben porque la ampliación de derechos y la redistribución del ingreso los pone en una situación de desventaja en referencia a lo que históricamente han considerado ganancia. Sumado a esto tenemos el miedo y odio visceral al “populismo” (como llaman a los gobiernos y movimientos populares) surgido durante los gobiernos de Hipólito Yrigoyen y acrecentado durante los gobiernos de Juan Domingo Perón. Los 12 años de kirchnerismo reavivaron reacciones tan argentinas como “negros de mierda, que se creen”, “viva el cáncer”, “son unos vagos que viven de los planes”, “van a las marchas en vez de trabajar y van por el choripán y la coca”; del otro lado: “viven en un country”, “se manifiestan con cacerolas de teflón”, “son unos oligarcas”, etc.

Efectivamente los procesos de democratización de las sociedades occidentales tuvieron que afrontar estas nuevas tensiones. En este sentido, podemos señalar que si Argentina fue vista en el siglo XX como una sociedad más igualitaria que el resto de los países de la región, también es cierto que se trata de una sociedad con un alto grado de conflicto que algunos explican por un “empate hegemónico” (es decir, que ningún grupo ha sido capaz de someter al otro por largo tiempo sino que se alternan). Particularmente creemos que no se trata tanto de un empate hegemónico como la capacidad de acceder de forma alternada y reactiva al control de la burocracia estatal y el gobierno de unos y otros aunque el verdadero poder de Estado, en términos althusserianos, se ha mantenido simbólicamente en manos del mismo grupo. Como nunca antes el gobierno actual en Argentina tiene entre sus filas “funcionarios” de las familias “patricias” o mejor dicho de quienes se han arrogado históricamente ser los verdaderos dueños de nuestro país.

Hoy vivimos una crisis profunda del sistema público de educación en todos sus niveles. Esta crisis se entiende solo si tenemos en cuenta cómo se desarrolla este sistema respecto a la inclusión simbólica y material de sectores antes excluidos del mismo. El efecto de dicho proceso es poner en tensión los diferenciales de poder materiales y simbólicos disponibles. El embate contra un sistema (el educativo) que nace de las elites para consolidar un sentido de nación para la consolidación del Estado argentino hoy se les vuelve en contra a los mismos sectores que lo impulsaron. Por otra parte, este sistema,



es el que ha permitido que los forasteros se establezcan simbólicamente en un sistema para el cual son funcionales o, al menos, lo eran. Desactivar el proceso de movilidad social es una forma de salvaguardar el monopolio material y simbólico de estas elites. Resta por ver si ya no es demasiado tarde. Lo que queda claro es que el sistema simbólico mismo que resguardaba la eficacia y la eficiencia de la dominación de unos grupos sobre otros a través de formas de gobierno como la democracia hoy está en entredicho. Lo que denominamos “coyuntura” puede ser entendida hoy, entonces, en su forma reduccionista como retrocesos para unos y avances para otros. Lo cierto es que lo que venga no nacerá de la nada sino de largos procesos y tensiones que escapan a las voluntades racionales y manifiestas de estos y aquellos.

A modo de cierre y para seguir pensando: Como señala Elias, “El torrente ininterrumpido de innovaciones genera inseguridad en los afectados; la creciente velocidad del cambio acentúa su ansiedad de disponer de enclaves de quietud y de símbolos de inmutabilidad” (ELIAS, 1998, p.147) Se verifica que en momentos de profundos cambios en una u en otra dirección (o en la misma?) se generan movimientos conservadores que frenan o retardan esos procesos ¿De qué manera procesos que podemos entender como descivilizadores no son más que retardos o efectos no visibles de un proceso de civilización más complejo de visibilizar y no previsto por los actores del momento?

Bibliografía

ELIAS, N. La civilización de los padres y otros ensayos. 1. Ed. Santa Fe de Bogotá: Editorial Norma S.A., 1998.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

FIGURAÇÕES, PROCESSOS SOCIAIS E ALTERAÇÕES NA BALANÇA DE RELAÇÕES DE PODER: O SINUOSO CAMINHO PERCORRIDO PELA EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA

Dra. Luci Silva Ribeiro
LENPES/UEL
luciriberio09@gmail.com

Resumo: Este trabalho apresenta, sob a perspectiva da sociologia processual e figuracional, a análise de um antagonismo atual e circunscrito ao campo da educação no Brasil, especialmente no ensino fundamental e médio. Ela diz respeito às disputas erigidas no campo do debate público e legislativo sobre o controle dos conteúdos curriculares sobre as temáticas de política, de gênero e de sexualidade, e definem uma balança de poder. A defesa da abordagem desses temas é empreendida por grupos favoráveis à universalidade dos Direitos Humanos, já a contestação dessas abordagens, em sala de aula, é exercida por grupos conservadores cristãos.

Palavras-Chave: Balança de Poder. Sociologia Processual. Educação. Direitos Humanos.

Abstract: This paper presents, from the perspective of processual and figurational sociology, the analysis of a current and limited antagonism in the field of education in Brazil, especially in primary and secondary education. It concerns disputes in the field of public and legislative debate on curriculum contents control on policy, gender and sexuality issues and defines a balance of power. The defense of the approach to these themes is undertaken by groups fighting for universality of human rights, and the objection of these approaches in the classroom is exercised by conservative Christian groups.

Keywords: Power Imbalance. Processual Sociology. Education. Human Rights.

A sociologia processual e figuracional, desenvolvida por Norbert Elias, oferece contribuições significativas para a compreensão dos processos sociais contemporâneos. A variedade de modelos de análise que se pode depreender da abordagem eliasiana denota um padrão de análise sociológica que não é rígido, tampouco estanque. Em linhas gerais, um objeto de análise não está desconectado do processo que o gerou. É preciso, portanto, tratar da sua historicidade (processos) e dos vários elementos que concorrem para sua existência (figurações). Nesse sentido, cada processo é único e cada figuração é específica e dinâmica.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Com base nesses princípios basilares da sociologia eliasiana, este trabalho apresenta uma análise sobre um aspecto da configuração contemporânea vivida pela sociedade brasileira, a saber: um debate polarizado no campo da educação caracterizado pelo embate entre dois grupos, não necessariamente homogêneos. De um lado temos um grupo conservador, de orientação cristã, que deseja restringir o debate sobre questões de gênero e política, empenhando-se no campo jurídico legal para fazer valer projetos de lei intitulados Escola Sem Partido (ESP) e contra ‘ideologia de gênero’ (sic); e, de outro lado, grupos em defesa dos direitos humanos, que entendem esses projetos de lei como inconstitucionais e contrários às diretrizes internacionais, das quais o Brasil é signatário. Estas diretrizes procuram normatizar o direito e o respeito à diferença de grupos historicamente estigmatizados e subalternizados; como os homossexuais, mulheres, negros e indígenas. Ressaltamos que tanto o direito à igualdade, como à não discriminação são princípios fundamentais dos direitos humanos, presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948.

Essa dicotomia não está isolada de uma configuração social mais ampla, ela faz parte de um processo social mais amplo, que podemos tomar como marco o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016. As políticas sociais e econômicas que seguiram após impedimento da presidenta são consideradas por muitos como um retrocesso civilizacional. Dentre elas, destacamos o Projeto de Emenda Constitucional do teto dos gastos públicos, conhecida como a PEC do fim do mundo. O adjetivo empregado espelha a preocupação de vários segmentos da sociedade civil com as consequências sociais a médio e longo prazo em decorrência de uma política de austeridade que congela por 20 anos os investimentos em saúde, educação e moradia. Atualmente, o Brasil corre o risco de voltar a fazer parte do mapa da fome elaborado pela ONU, segundo matérias especializadas veiculadas na grande mídia⁴³. Além da PEC do teto dos gastos públicos,

⁴³ Dentre essas mídias destacamos: <http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/186> e <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/brasil-corre-o-risco-voltar-ao-mapa-da-fome-da-onu-diz-economista/>

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





existem várias medidas que fazem cair por terra ganhos sociais duramente conquistados, como por exemplo, direitos trabalhistas, cortes nos programas de bolsa família.⁴⁴

Essa breve contextualização nos serve de parâmetro para a identificação de um problema, uma questão social pertinente à sociologia processual. Estamos realmente vivendo um retrocesso em termos civilizacionais? Temos internalizado de forma duradoura uma mentalidade que respeite a alteridade e que compreenda as desigualdades de gênero socialmente construídas? Havia um relativo equilíbrio na balança de relações de poder entre elites e diversos setores sociais? Na impossibilidade de tratarmos essas questões devido à complexidade do quadro atual; elegemos um aspecto, uma pequena configuração inerente à configuração nacional mais ampla. Essa escolha se deve às características dessa configuração, que são análogas, representativas, portanto, das dicotomias vividas no quadro mais geral.

Segundo a ótica eliaseana, esse não seria um tema se ficasse preso ao presente, tampouco se desconsiderasse as relações de poder a ele inerentes. (Elias, 1986). Dessa forma, essa análise nos auxilia a compreender o momento não apenas em termos de avanços ou retrocessos, mas em termos de um desenvolvimento não linear que vai explicitando mudanças de mentalidade e comportamento, como também a reprodução de padrões arraigados de hábitos e costumes. As leis e normas sociais podem ser compreendidas como uma estrutura de modelagem social, mas para que certos preceitos e regras cheguem a adquirir força de coerção e coesão social, necessitam passar por um processo de constituição social. Em outras palavras, as leis não surgem por uma determinação de autoridades legislativas, mas elas são o resultado de processos de mudança de mentalidades e comportamentos contínuos, vividos pelos indivíduos em sociedade.

O modelo de abordagem processual

⁴⁴ É necessário frisar que não apenas o Brasil passa por uma crise econômica e social, cujos impactos são sentidos nas esferas dos direitos humanos. Tanto Estados Europeus como os EUA, por exemplo, vivem crises migratórias, e empreendem soluções contrárias aos direitos humanos.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO





Ao nos valermos da abordagem de processos e figuração, necessitamos eleger um marco temporal, dado pela sua significância, que caracteriza uma etapa ou fase da vida social e assim, procedermos a uma comparação entre fases atuais e predecessoras. Com isso, evidenciam-se transformações e cristalizações de difíceis superações no desenvolvimento social. Foi dessa forma que Elias produziu as obras O processo civilizador, Os estabelecidos e os outsiders e Os alemães. Nessas três obras de referência temos a abordagem de um tema; a análise da longa duração e média, no caso de Os estabelecidos e os outsiders e a análise das relações de poder.

No que diz respeito à análise da balança de relação de poder, apreendida dessas obras, temos como contribuição para a análise do nosso contexto brasileiro, que modos de pensar e agir estruturam relações de poder, que podem ser extremamente desiguais. A cosmovisão de uma elite – seja política, econômica, religiosa ou de uma comunidade de costumes arraigados – pode gerar uma identidade de grupo fixa, não permeável ou passível de ser questionada, alijando das fontes de distribuição de recursos outros grupos menos coesos ou historicamente inferiorizados. A manutenção do status de poder confere ao grupo sua coesão, seus privilégios e, sobretudo, um sentimento prazeroso decorrente da crença em sua superioridade. Em Os estabelecidos e os outsiders, Elias afirma que “... a antiguidade da associação, com tudo que ela implicava, conseguia, por si só, criar o grau de coesão grupal, a identificação coletiva e as normas comuns capazes de induzir à euforia gratificantes que acompanha a consciência de pertencer a um grupo de valor superior, com o desprezo complementar por outros grupos. (Elias, 2000, p.21).

A análise das relações de poder é uma ferramenta importante para a compreensão de processos de exclusão e estigmatização social. É através da construção na longa duração que nos é possível observar a formação de uma figuração desse tipo, bem como as regras de convivência e sociabilidade erigidas em seu interior. A esse respeito, é possível retomarmos uma importante contribuição de Elias no que se refere aos padrões de sociabilidade. A obra O processo civilizador evidencia que as maneiras, o controle da conduta humana sofrem mudanças e alteram os padrões de sensibilidade, que são, por sua vez, internalizados pelos indivíduos. Uma conduta civilizada nunca é estática, e tem por

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





característica um alto padrão de controle das emoções, o que garante maior pacificação social. Essa pacificação está relacionada com “... a crescente estabilidade dos órgãos centrais da sociedade” (Elias, 1993, p. 197).

A estabilidade das instituições, o monopólio da violência pelo Estado, a legitimidade das leis, são elementos necessários para a coesão social e, conseqüentemente, para um equilíbrio na balança de relações de poder. Quando os laços coercitivos reguladores do convívio social enfraquecem, pode-se chegar ao que Elias denominou de processo de descivilização, um retrocesso que leva a desumanização, como foi o Holocausto na Segunda Guerra Mundial.

Devemos pontuar que para a sociologia eliasiana, tanto os processos civilizadores como os descivilizadores são aspectos do desenvolvimento social. As sociedades não alcançam de uma vez por todas um estado civilizado, por essa razão, os indivíduos devem estar atentos às tendências descivilizadoras. Os retrocessos sociais, que podem também ser considerados indícios dessas tendências, nem sempre o são. Eles fazem parte da disputa de poder em sociedades cujas normas de controle de convivência social ainda não estão internalizadas, são como uma fina casca de porcelana que até então não se transformaram em uma segunda natureza.

Ao observarmos a formação de uma polarização em torno das questões sociais, no que diz respeito à educação, no caso brasileiro, constatamos o arranjo de grupos que disputam espaços de poder, manutenção de status, de um lado, e grupos que lutam para sair da posição outsider. Historicamente, a questão da educação no Brasil esteve relacionada à formação da identidade nacional, constituiu-se como campo de disputa entre laicos e religiosos logo após a proclamação da República em 1889.

O marco temporal adotado é o início da década de 1930, o início da Era Vargas, que contou com a criação do Ministério da Educação e Saúde, dando assim, status de política de Estado para a questão da educação brasileira, e se estende até a atualidade. Sublinhamos que a história da educação no Brasil data do período colonial, portanto, as características do sistema de ensino foram se constituindo ao longo do nosso desenvolvimento social. Serão analisados dentro do contexto temporal e institucional

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





discursos e marcos legais que expressam os dois campos em disputa. Para tanto, o trabalho vale-se da legislação educacional, seu debate na arena pública e de bibliografia produzida sobre a institucionalização da educação no Brasil.

A configuração do campo de disputa na educação: Conservadorismo e Alteridade

O programa Escola Sem Partido refere-se a um projeto de lei que tramita na câmara dos deputados, nas assembleias legislativas de vários estados e várias câmaras municipais, desde 2014. Sua finalidade, segundo seus idealizadores, é garantir a liberdade de aprender dos alunos sem que estes sejam obrigados a concordar com posições político-ideológicas dos professores. O projeto parte do princípio que a autoridade conferida aos professores serviria de instrumento de coação sobre os alunos, como se estes últimos fossem altamente persuadíveis. A fim de garantir a ‘isenção’ na educação o programa estipula um conjunto de seis proibições aos professores, com isso estaria assegurada a liberdade de aprendizagem⁴⁵. De modo geral, o ESP procura conformar a ação do professor a um ensino técnico, portanto, sem que esse seja o portador e mediador de questões polêmicas que dizem respeito à política, à sociabilidade, à sexualidade, etc. No que diz respeito ao principal argumento defendido pelo ESP – que o professor devido ao seu lugar de conhecimento poderia influenciar ou prejudicar alunos que compartilhem da mesma visão de mundo – lembramos que existem uma série de dispositivos legais que permitem aos alunos e seus responsáveis a defesa contra arbitrariedades cometidas por parte dos docentes.

Um dos argumentos usados nos debates públicos em relação ao projeto do ESP, principalmente por parte dos parlamentares de base cristã, afirma que o projeto protegeria as crianças da ideologia comunista, disseminada nas escolas por políticas de Estado e por adesão de professores ‘esquerdistas’. Podemos ter um exemplo desse argumento na fala

⁴⁵ No sítio do Projeto Escola Sem Partido podem ser acessadas as informações referentes ao conteúdo do projeto e sobre os processos de tramitação: <https://www.programaescolasempartido.org/projeto>



do deputado federal Marco Feliciano em manifestação na Audiência Pública na Câmara dos Deputados para tratar do Projeto Escola Sem Partido, ocorrida em 15/02/2017.

O nosso País há 30 anos foi entregue às mãos de comunistas, e os comunistas fazem exatamente isto: riem, deboçam, dizem que isso é uma grande mentira (...) O Escola sem Partido vem para salvar uma geração, porque a geração que passou está condenada. (...) Estão aí as salas de aula e os centros acadêmicos completamente destruídos. E isso acontece porque na mente de um esquerdoide, de um esquerdopata, de um esquerdista, qualquer bandido é um revolucionário em forma embrionária: ele está roubando, ele está matando porque está revoltado com a sociedade, com a elite branca, com aqueles que carregam a Bíblia e que, por centenas de anos, oprimiram o mundo. É isso. A mente de um esquerdopata tinha que ser tratada dentro de um manicômio. Eles são loucos!⁴⁶

O argumento utilizado pelo parlamentar traduz o senso comum compartilhado pelos adeptos e defensores do ESP, segundo o qual, na realidade os estudantes estariam à mercê de uma ideologia comunista disseminada nas escolas da rede pública, principalmente. Esquerdoide, esquerdopada, loucos, são termos usados para estigmatizar professores, generalizando posturas e abusos de casos isolados para a maioria dos docentes, o que justifica um projeto de lei dessa natureza.

Ao contextualizarmos o referido projeto, veremos que este se dissemina, toma o debate público em uma conjuntura de ocupações estudantis, greves de professores, contestações contra a reforma do ensino médio, repúdio ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff e às medidas de austeridade fiscal tomadas pelo governo que a sucedeu. Podemos, a partir dessa ligeira contextualização, identificar dois grupos⁴⁷. De um lado, configura-se um grupo daqueles que defendem um ensino laico, que compreendem o ensino como dinâmico e dialógico, e que necessariamente reflete o contexto social em sala de aula. De outro lado, organiza-se um grupo de pessoas que comungam do ideário

⁴⁶<http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/textoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0024/17&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:30&sgFaseSessao=&Data=15/2/2017&txApelido=PL%207180/14%20%20ESCOLA%20SEM%20PARTIDO&txFaseSessao=Audi%C3%Aancia%20P%C3%BAblica%20Ordin%C3%A1ria&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=14:30&txEtapa=>

⁴⁷ A título de informação, no ano de 2016 o Ministério Público do Paraná recebeu 12 mil denúncias contra professores no período das ocupações. <https://www.revistaforum.com.br/parana-teve-12-mil-denuncias-contra-professores-apos-ocupacoes-de-escolas/>



neoliberal político e econômico, cristão conservador que compreendem a educação como um processo técnico positivista de transmissão de conteúdos, o que é também ideológico.

Na mesma esteira e intrinsecamente ligados ao ESP surgem projetos de lei, também em todos os níveis de organização política, que desejam impedir a discussão sobre gênero e sexualidade nas escolas. Os proponentes desse projeto, grupos religiosos conservadores em sua maioria, alegam que as escolas estariam promovendo a ‘ideologia de gênero’, colocando em risco as crianças e a constituição das famílias. Sob o termo “ideologia de gênero” esses grupos entendem que as crianças, desde a mais precoce idade, estariam aprendendo – em termos impróprios para sua idade – sobre sexualidade e sobre a diversidade de identidade de gênero, o que é considerado inviável para esse grupo, uma vez sua identificação religiosa dirige-se para a heteronormatividade. O termo ‘ideologia de gênero’ foi criado com vistas a deslegitimar a produção científica produzida no campo dos estudos de gênero, que comporta várias linhas de orientação teórica.

Do outro lado dessa discussão identificam-se grupos feministas; LGBTs; matrizes religiosas não cristãs e cristãs progressistas; defensores dos direitos humanos, que consideram essencial o ensino sobre as relações de gênero e sexualidade para que as futuras gerações aprendam a respeitar as diferenças e outras formas de família que não estão em conformidade com a heteronormatividade.

A Pesquisa Nacional sobre Estudantes LGBT e o Ambiente Escolar realizada no Brasil pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, mostrou que 73% dos jovens LGBT, entre 13 e 21 anos foram agredidos física ou verbalmente no espaço escolar. Segundo relatório de 2017 da mesma associação, a cada 19 horas uma pessoa LGBT é assassinada ou comete suicídio, o que torna o Brasil o país onde mais se cometem crimes contra população LGBT⁴⁸. Esses dados revelam uma realidade brutal vivida por mulheres e por LGBTs; vítimas de comportamentos sociais violentos, que expressam a aversão contra um padrão de sexualidade e de igualdade em termos de alteridade que divergem de um modelo historicamente dominante calcado na

⁴⁸ <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>



dominação do masculino e na formação heterossexual da família. Esses padrões de violência socialmente construídos podem dar lugar a padrões de respeito e inclusão social, à internalização de padrões de conduta que respeitem a alteridade. Porém, a disseminação de comportamentos baseados na compreensão e aceitação do outro se dá, de forma efetiva, a partir de políticas públicas, especialmente na área da educação. A projeção e efetivação dessas políticas públicas sofrem, por sua vez, rejeição de vários grupos sociais que sentem seu status ameaçado. Temos assim, uma reconfiguração constante no equilíbrio da balança de poder.

No ano de 2016, a ação política de parlamentares cristãos conservadores conseguiu retirar das diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNAE) a referência à discriminação específica de gênero e sexualidade. Substituiu-se a especificidade por uma redação genérica sobre o combate à toda forma de discriminação; com isso, as consequências do preconceito e discriminação sofridas pelos alunos LBGTs ficam diluídas, e torna-se mais difícil elaborar ações pedagógicas exclusivas para lidar com sofrimento social desses grupos. Segundo Reis, Eggert (2017), a tramitação de vários projetos de lei na Câmara dos Deputados, bem como requerimentos que pedem explicações sobre a manutenção dos termos gênero e sexualidade em documentos produzidos pelo Conselho Nacional de Educação, apresentam como justificativa o argumento de que o emprego dos termos gênero e sexualidade têm caráter ideológico e visa desestabilizar a família. Como, exemplo temos o caso do RIC 565 de 2015 de coautoria do deputado federal Izalci Lucas Ferreira (PSDB/DF) com outros 13 deputados. “Em sua longa argumentação teórica, o requerimento afirma que “o conceito de ‘gênero’ está sendo utilizado para promover uma revolução cultural sexual de orientação neomarxista com o objetivo de extinguir da textura social a instituição familiar” (Luna, 2017, p.28).

Atualmente o acesso universal à educação é um direito social garantido pela Constituição e normatizado pela Declaração de Direitos Humanos da ONU de 1948 - Todo ser humano tem direito “à instrução [...] orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





humanos e pelas liberdades fundamentais” – deve-se ter em conta que esse processo transcorre ao longo de décadas e é fruto de reivindicações históricas de grupos subalternizados e defensores dos Direitos Humanos.

Como já mencionado, a educação passa a ser preocupação de política de Estado no Brasil apenas em 1930, o que não significou de imediato a sua universalização. Recordamos que o empenho por uma política educacional nacional toma força no início da década de 1920 com a chegada ao Brasil do movimento Escola Nova. Segundo Carvalho (2005), esse movimento não era homogêneo, trazia em sua constituição dois grupos antagônicos que comungavam o ideal de uma educação nova que coadunasse com os anseios de um Estado em vias de construção de sua identidade nacional. De um lado, havia o grupo laico, representado por Anísio Teixeira; do outro lado, havia um grupo de orientação religiosa cristã, católicos, em sua maioria.

O grupo laico, também denominado de pioneiros, propunha uma democratização do próprio conceito de escola nova e propôs “... um programa de reorganização da cultura e da sociedade que exigia iniciativas de reforma estrutural da escola e do sistema escolar”. (Carvalho, 2005, p.92). O grupo católico atuou no sentido de restringir a compreensão do conceito escola nova apenas aos círculos acadêmicos. Segundo Carvalho (2005, p. 92) essa forma de agir tinha por objetivo “... construir um lugar de poder, de autoridade, para ajuizar, de modo a garantir que a introdução do escolanovismo nas escolas não tivesse o impacto transformador esperado pelos seus adversários”. Temos dois grupos que rivalizam sobre os conteúdos dos currículos escolares; sobre a universalização da educação e, principalmente, sobre a extensão da laicidade. O direito que se pretendia universalizar a partir da década de 1930 era a obrigatoriedade de uma educação laica para todos os cidadãos. Esse direito colidiu frontalmente com os princípios católicos de uma educação voltada para a moralidade cristã, pela qual os conhecimentos científicos deveriam se orientar.

Soma-se à dicotomia entre laicidade e princípios cristãos, o papel atribuído à professora, a internalização de uma visão social que compreendia a professora como a que teria as atribuições da mãe. Segundo SCHAFFRATH (2000), em finais do século

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





XIX, algumas correntes de pensamento, afirmavam que havia diferenças naturais entre homens e mulheres, e que devido à sua propensão natural para a maternidade, as mulheres estariam aptas para a socialização das crianças no ambiente escolar. “Como o ensino primário era entendido como extensão da formação moral e intelectual recebida em casa, foi fácil admitir que a educação das crianças estaria melhor cuidada nas mãos de uma mulher, a professora.” (SCHAFFRATH, 2000, p.5). A crença em uma natureza feminina, cujas características inatas são a fragilidade, a doçura e o afeto maternal, fez com que conteúdos curriculares distintos entre meninas fossem elaborados no final de século XIX e início do século XX. O intuito dos educadores da época era resguardar essas características. SCHAFFRATH, (2000) ao mencionar as disciplinas curriculares de 1854, das escolas de primeiras letras da antiga província de Santa Catarina, informar que as meninas aprendiam atividades de prendas domésticas, e estavam excluídas a geometria e frações de aritméticas.

Percebe-se atualmente um movimento em direção à desnaturalização do estereótipo sobre o feminino, que confere à mulher fragilidade e doçura, como também em relação à formação e construção da sexualidade. Esse fato incide diretamente sobre o modelo cristão de família que secularmente caracteriza boa parte da sociedade ocidental, e que confere status a grupos pautados na heteronormatividade. No caso brasileiro, à educação tem sido atribuído um papel de manutenção e perpetuação desse modelo de família, tido, pelos cristãos conservadores, como uma criação divina, e, portanto, imutável.

Considerações Finais

A guisa de conclusões, a abordagem sociológica de processos e figuração nos auxilia a compreender que os fenômenos aqui tratados não são novos, mas sim decorrem de uma mentalidade que ainda não internalizou o que poderíamos chamar de elementos civilizadores essenciais. Essa mentalidade tampouco pertence a uma classe social específica, mas é um elo entre indivíduos de vários estratos sociais. Quando pensamos

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





em retrocessos, temos em mente que algo foi realmente alcançado e internalizado. Mas em termos da sociologia eliasiana, percebemos que não vivemos retrocessos, mas sim a continuidade e permanência dessa mentalidade. O antagonismo entre os grupos, laicos e religiosos na década de 1939; como entre os conservadores religiosos e os defensores dos direitos humanos na contemporaneidade, sugere, antes, que esse caminho ainda necessita ser percorrido. As disputas nas relações de balança de poder ainda seguem a lógica que observamos na década de 1930, porém, as figurações vão se alterando e, provocando mais tensões, à medida que padrões de comportamento vão assumindo a normalidade e a existência de seres humanos diferentes, cujas sexualidades eram outrora desviantes; à medida que novas configurações familiares vão surgindo alcançam status legal.

Referências Bibliográficas

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988
http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_12.07.2016/art_214_.asp. Acesso em 01 set. 2018.

BRASIL. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996 .
http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 01 set. 2018.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Pedagogia da Escola Nova e usos do impresso: itinerário de uma investigação. *Educação*. Revista do Centro de Educação/UFSM. Santa Maria, v. 30, n.2, 2005, p. 87-104.

ELIAS, Norbert. *Conditio humana: Beobachtungen über die Entwicklung der Menschheit*. In: *Bielefelder Universitätsgespräche 2*, Bielefeld, 1986

_____. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. (vol. II)

_____. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994 (vol. I).

_____. *Os alemães: a luta pelo poder e evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

ELIAS, Norbert. SCOTSON, John. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FRIGOTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola Sem Partido. In: FRIGOTO, G. (Org). Escola “Sem” Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira, Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2017, p. 17-34.

LUNA, Naara. A Criminalização da ideologia de gênero: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. Cadernos Pagu, Campinas, n.50, 2017, p. e175018, 2017.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello; NEVES, Carla Villanova Neves. Valores católicos e profissão docente: um estudo sobre representações em torno do magistério e do “ser professora” (1930-1950). Revista Brasileira de História da Educação, Maringá, v.7, n. 3(15), 2007, p. 110-115.

MONTES, Maria Lúcia; QUIRINO, Célia Galvão. Constituições Brasileiras e Cidadania. São Paulo: Editora Ática, 1987.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Educação e Política nos Anos 30: a Presença de Francisco Campos. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 73, n.174, 1992, p. 291-321.

NETO, Alvaro Sobralino de Albuquerque. Legislação e Política Educacional Brasileira. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 76, n.184, 1995, p. 699-734.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. Educação & Sociedade, vol. 38, n. 138, 2017, pp.9-26.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. Profissionalização do magistério feminino: uma história de emancipação e preconceitos, s. 23ª Reunião Anual da Anped, 2000. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt_02_19.pdf.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

REFORMA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA E A PROPAGAÇÃO DA FÉ PELO IMPÉRIO: A FORMAÇÃO DA NOBREZA LETRADA NO SÉCULO XVI EM PORTUGAL

Dra. Nascimento-Guaraldo, Luciana de Araújo
Universidade Estadual de Maringá
CAPES
lunascimentoguaraldo@gmail.com

Dr. Costa, Célio Juvenal
Universidade Estadual de Maringá
celiocosta@terra.com.br

Resumo: O objetivo do trabalho é tratar sobre a reforma da Universidade de Coimbra, ocorrida no reinado de D. João III (1521-1557), atrelada a preparação da elite letrada como meio de expandir o Império pela propagação da fé defendida pela Coroa lusitana. Com Elias (1993 e 1994), interpretamos que a reforma da Universidade e a preparação da elite letrada portuguesa como um dos mecanismos para a centralização do poder do rei e a construção, de forma mais nítida, em Portugal do século XVI, da Sociedade de Corte. Palavras-chave: Reforma Universidade de Coimbra. Sociedade de Corte. Formação do letrado.

Abstract: The objective of this work is to treat on the reform of the University of Coimbra, which occurred in the reign of João III (1521-1557), linked to the preparation of the literate elite as a means of expanding the Empire through the propagation of the faith held by the Portuguese Crown. With Elias (1993 and 1994), interpret the University reform and the preparation of the literate elite of Portuguese as one of the mechanisms for the centralization of the power of the King and the construction, so sharper, in 16th century Portugal, cutting society.

Keywords: Coimbra University reform. Cutting society. Formation of the scholar.

A proposta do texto é apresentar um recorte sobre a tese de doutorado que foi defendida em 2018, em que procuramos destacar os vínculos entre a reforma da Universidade de Coimbra, com as intenções da Coroa lusitana na preparação da elite letrada para atuação nas extensões do Império português do século XVI, regido pelo sistema de Padroado Régio.

Para este momento, mediante os aportes de Elias (1993 e 1994), queremos chamar a atenção para a relação entre a reforma institucional e a propagação da fé católica pelo

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Império português. Entendemos que a formação de uma elite letrada, com a efetivação da dita reforma, foi um dos mecanismos reais para a centralização do poder do rei e a construção da Sociedade de Corte em Portugal na décima sexta centúria.

Na pesquisa empreendida percebemos que não poderíamos entender a reforma e a formação dos letrados sem nos atentarmos para o vínculo entre a Universidade, enquanto conjunto de indivíduos, e a cultura religiosa da sociedade lusitana. Compreendemos que foi essa estrutura cultural que esteve presente nas ações de reforma, a fim de tornar a instituição em um centro de referência na formação daqueles que desempenhariam a conservação e expansão de um modelo específico de sociedade, sociedade que era gerida pelo Padroado Régio.

Com Elias (1994) podemos pensar na relação entre indivíduo e sociedade no contexto de Portugal do século XVI. O autor pondera sobre a necessidade de entender as relações entre os indivíduos e não somente do indivíduo de forma isolada. No que tange ao contexto da reforma da Universidade, quando nos defrontamos com as relações entre os indivíduos, não podemos deixar de referenciar o papel que a religiosidade cristã desempenhou nessas relações (PAIVA, 2012). Diante disso, podemos indagar: Objetivou-se a formação de um novo letrado, mas qual?

Com a pesquisa percebemos que era o letrado que pudesse dar conta das questões que se impunham naquele momento: expansão da fé, defesa do Império, manutenção da ordem vigente que, unia em uma mesma instância o poder régio e o religioso por meio do sistema de Padroado.

Como exemplo destacamos o papel que foi atribuído a Universidade na ocasião do Concílio de Trento (1545-1563)⁴⁹ em que o monarca solicita da instituição os apontamentos que os representantes do reino de Portugal deveriam levar ao concílio.

Padre Reitor lente e deputados e conselheiros da vniuersidade da cydade de coim^{bra}, Eu elRei vos enuio muito Saudar. **O Santo**

⁴⁹ Considerado o décimo nono concílio ecumênico da Igreja. Foi convocado pelo Papa Paulo III (1534-1549) em 1542. Ocorreu entre os anos de 1545 a 1563. É considerado o mais longo da história dos concílios da Igreja. Foi desenvolvido em três períodos: 1545 a 1548; 1551 a 1552; 1562 a 1563, e passou por seis papas.



padre tem conuocado conçilio geral na çidade De trento & Segundo parece & os auissos que há, as cousas estam em termos que nam podera atardar muyto. [...] Asy queria que apontase por esta parte todas as neçeSarias Pelo que vos emcomendo muito que em tamanha coussa & em tpo tam neçessario queiraes cuidar & ver bem cõ as pessoas leteradas e vertuosas desa huniuersidade o que vos parecee que em tal lugar & pera Remedio de tamanhos males como aguora ha na xpindade se deue lembrar no cõcillyo [...] *principalmente* parecee que se *deve* tractar nelle E asy o que Se deue lembrar de minha parte & de meus Regnõs e Juntamente todas as outras que em particular possam toquar ao bõ governo da egreja destes Regnos & a meu Seruiço e ao bem desta terra e pouos [...]. (DOCUMENTOS DE D. JOÃO III, 1938, vol. II, p. 257)

O trecho exposto acima se refere à carta de 13 de julho de 1545 e trata da comunicação da Coroa com a Universidade sobre o início do Concílio de Trento. No documento fica claro o que o rei objetivava dos seus letrados: apontamentos sobre as coisas da fé que deveriam ser levadas à reunião conciliar como a contribuição de Portugal nas decisões que afetariam toda a cristandade.

Verificamos, pela solicitação do monarca, como as propostas da Coroa não destoavam daquilo que era defendido pelo Estudo em termos da cultura religiosa cristã, pois o rei fez uso da instituição, dos seus letrados, para expressar aquilo que representa as propostas ou diretrizes do seu Império no concílio (NASCIMENTO-GUARALDO, 2018)

Conjecturamos que para entender o papel que a Universidade de Coimbra exerceu na formação dos quadros letrados do Império é preciso levar em conta às peculiaridades do reino português no que se refere ao seu processo de expansão ultramarina fundada na expansão do cristianismo, pois em última instância, expandir o cristianismo era difundir o poder/domínio da Coroa portuguesa.

Verificamos que os cursos superiores de Artes, Teologia, Direito (Civil e Canônico) e Medicina atuaram como as escolas responsáveis pela preparação dos quadros letrados que o Império precisava. As faculdades assumiram, no contexto do Império, papel

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





fundamental na modelação mental, seja mediante o ensino prestado, seja pela afirmação dos valores do Império no reino e nas regiões de ultramar.

Quando pensamos na constituição dos quadros letrados que o Império demandava constatamos o peso que esses formados possuíram no funcionamento da máquina régia, no entrelaçamento entre o poder temporal e espiritual, para a consolidação do sistema de Padroado. Sobre as intenções do rei referente à Universidade como formadora dos letrados podemos constatar duas questões articuladas entre si: a formação dos quadros letrados pode ser relacionada à expansão da fé nos territórios ultramarinos e o enfrentamento das controvérsias religiosas que assolaram a Europa no período.

Para Subtil (1997, p. 943) o Estudo pode ser compreendido como a instituição responsável pela formação do pessoal letrado que o Império precisava em que “[...] cotar-se-ia como instituição nuclear para a produção da elite dirigente [...] participando efetivamente na seleção e distribuição dos cargos políticos/administrativos da administração central do Império”. Também foi atribuída à Universidade a formação daqueles que ocupariam os cargos periféricos: como juízes de fora, corregedores, provedores, advogados, tabeliães “[...] letrados dos juízes ordinários, proprietários de escrivatinhas públicas e municipais ou escrivães letrados das auditorias das vilas e concelhos” (SUBTIL, 1997, p. 943).

Referente à população que frequentava Coimbra, Fonseca (1997) pontua a origem familiar dos alunos. Argumenta que estes eram os filhos segundos e terceiros da nobreza, filhos de homens ricos, e por religiosos inseridos das ordens religiosas. Oliveira (1997), na mesma linha de Fonseca (1997), esclarece que:

Para a Universidade, sem dúvida caminhava, na expressão de Francisco Lobo, “a gente mais bem criada do Reino”, a qual era constituída, de acordo com sua explicitação, pelos “filhos segundos e terceiros da nobreza”, dos homens ricos, que os podem sustentar com comodidade nos estudos” e pelos “religiosos escolhidos em suas províncias”. Para além desses honrados, no entanto, que genericamente podemos designar como ricos, havia muitos outros considerados pobres, termo de significado lato, abrangendo a incapacidade de sustentar o estado

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





e a dignidade pessoais com rendas próprias [...]. (OLIVEIRA, 1997, p. 620)

Para o autor a Universidade foi uma poderosa forma de mobilidade social. Com os graus acadêmicos era possível obter os privilégios da nobreza: “[...] A frequência universitária constituía, assim, uma poderosa forma de mobilidade social, obtendo-se com ela os privilégios de nobreza ou da própria qualidade de nobre” (OLIVEIRA, 1997, p. 668).

Concordamos com Elias que a procura dos graus acadêmicos esteve relacionada ao desenvolvimento da burocracia do Estado Monárquico (ELIAS, 1993). No caso português esse Estado era organizado pelo sistema de administração do Padroado Régio. Entendemos que a reforma e a formação que passou a ser propiciada pela a Universidade, esteve vinculada às intenções de atender as demandas de centralização do poder do rei em Portugal por meio da expansão da fé católica. Expandir a fé católica significou propagar os valores morais, religiosos e políticos da Coroa lusitana. Em síntese significou dilatar a cultura religiosa que fundamentava o poder do rei no reino e nas possessões do Império.

Além disso, consideramos que só podemos compreender a formação do letrado da Universidade reformada, mediante o contexto cultural da religiosidade cristã do período. O letrado foi o ser social chamado a defender e expandir os princípios da cultura cristã portuguesa, fundamentada pelo sistema do Padroado Régio.

No contato com as fontes analisadas: documentos da Igreja, da Universidade, da Coroa, ou as diversas manifestações literárias verificamos constantemente a referência à cultura religiosa cristã presente nas relações que os homens estabeleciam. Paiva (2012), quando pontua o vínculo entre a religião e a linguagem no século XVI, dispõe uma forma de interpretação: a religiosidade cristã.

Trata-se, primeiramente, de observar que essa é a linguagem de toda a sociedade, traduzindo, pois, sua forma de compreender a realidade. Os documentos atestam: rei, nobres, clero e povo falam a mesma linguagem religiosa e se comunicam mutuamente sem se estranharem. Trata-se, com efeito, de um entendimento que todos tem da própria realidade, fundado na explicitação teológica

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





do mundo cristão: um mundo religioso, em que todos os aspectos ganham significados por sua referência a Deus, Deus ocupando todo o espaço da realidade; o rei O representando. Para além dos interesses imediatos do documento, que definem mesmo o gênero literário e circunscrevem destarte o argumento, esta subjacente, como fundamento, a crença na Presença divina, presença que preenche de significado o universo e a realidade social. (PAIVA, 2012, p. 53)

As palavras do autor nos permitem entender um pouco mais a relação entre indivíduo e sociedade presente no cenário de reforma da Universidade. Nesse sentido, concordamos com Costa (2014), quando assinala como as relações estabelecidas entre os indivíduos foram fundamentadas na lógica teológica em que a religiosidade cristã fez parte da própria constituição da identidade lusitana.

Dessa forma, na sociedade em que ocorreu a reforma da Universidade, é preciso considerar que as relações humanas foram estabelecidas com peculiaridades próprias das questões culturais do reino português. Os apontamentos de Elias (1994) nos ajudam a perceber as distinções que o tempo e espaço possui na construção dos indivíduos e sociedade, ele considera que “[...] uma porção de pessoas na Índia e na China formam um tipo de sociedade diferente da encontrada na América ou na Grã-Bretanha; a sociedade composta de muitas pessoas individuais na Europa do século XII era diferente da encontrada nos séculos XVI ou XX [...]” (ELIAS, 1994, p. 13).

Costa (2014), ao tratar sobre o reinado de D. João III, apresenta como hipótese que foi com esse monarca que se tem a construção da Sociedade de Corte em Portugal. A hipótese do autor se relaciona à interpretação que é dada a uma série de fatos ocorridos nesse reinado que expressam, em última instância, a necessidade do rei em centralizar mais o poder da Coroa regida pelo Padroado Régio. Como exemplo dessa situação podemos citar: a reforma da Universidade de Coimbra, fundação do Colégio das Artes, instituição da Inquisição e presença da Companhia de Jesus

Para Costa (2014) o rei não conseguiria realizar esse processo de centralização sozinho, pois ele precisava, de acordo com a teoria das relações de interdependências humanas proposta por Elias (1993), do apoio das duas classes:

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





[...] Mas, para conseguir isso não poderia agir sozinho, teria que ter o apoio de suas principais classes ou estamentos sociais, teria que ter o apoio das nobrezas para não criar hostilidades que não pudesse conter e nem correr o risco de ficar refém de algum grupo de sua corte. (COSTA, 2014, p. 09)

Conjecturamos que a reforma do Estudo, bem como as intenções demonstradas pela Coroa em formar os letrados que o Estado Monárquico precisava para a administração do Império, pode ser compreendida como um mecanismo de controle que D. João III utilizou para continuar a exercer e legitimar ainda mais seu poder como monarca absoluto cristão dentro do contexto imperial do século XVI (NASCIMENTO-GUARALDO, 2018). Podemos entender esse momento e as ações desse monarca como uma colaboração fundamental na constituição de uma nobreza letrada, produzindo uma renovação cultural sem precedentes, na história portuguesa, da classe dirigente do Império lusitano.

Por fim, vinculamos a reforma da Universidade e a formação dos letrados as necessidades da Coroa portuguesa em qualificar um grupo de indivíduos para atender as exigências que a administração imperial do Padroado. Essa administração do demandou tanto a manutenção dos mecanismos de controle do absolutismo régio, em que a Coroa exerce o monopólio da força e do tributo, como também, como exigia a conformação/conservação dos ideais culturais cristãos (NASCIMENTO-GUARALDO, 2018). A conformação/conservação dos ideais culturais defendidos pela Coroa portuguesa, presumimos, foi desempenhada pelos letrados da Universidade reformada mediante ao discurso de propagação da fé pelo Império lusitano do século XVI.

Referências bibliográficas

- COSTA, Célio Juvenal. O rei D. João III (1521-1557) e a construção da Sociedade de Corte em Portugal (2014). Disponível em: www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/.../Celio_Juvenal_Costa.pdf Acesso em: 15. abr. 2015.
- DOCUMENTOS DE D. JOÃO III. Volume II. Publicado por Mário Brandão. Coimbra, 1938.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





ELIAS, Norbert. O processo civilizador: formação do Estado e civilização. Vol. 2. Tradução: Ruy Jungmann; revisão, apresentação e notas, Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Organizado por Michel Schroter. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FONSECA, Fernando Taveira. Universidade de Coimbra. IN: HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE EM PORTUGAL (1537-1771). Vol. I, Tomo II. Coimbra: Universidade de Coimbra e Fundação Calouste Gulbenkian, (1997).

NASCIMENTO-GUARALDO, Luciana de Araújo. A REFORMA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA NO REINADO DE D. JOÃO III NA SUA RELAÇÃO COM A EXPANSÃO DA FÉ CATÓLICA. 264 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. Célio Juvenal Costa. Maringá, 2018.

OLIVEIRA, Antonio. O cotidiano da academia. IN: HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE EM PORTUGAL (1537-1771). Vol. I, Tomo II. Coimbra: Universidade de Coimbra e Fundação Calouste Gulbenkian, (1997).

AIVA, José Maria. Religiosidade e cultura brasileira séculos XVI-XVII. Prefácio Célio Juvenal Costa. Maringá: Eduem, 2012.

SUBTIL, José. Legistas e canonistas. IN: HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE EM PORTUGAL (1537-1771). Vol. I, Tomo II. Coimbra: Universidade de Coimbra e Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

CONTROLE DO CORPO E DAS EMOÇÕES NA PROPOSTA EDUCACIONAL DE RIBEIRO SANCHES

Dr. Luiz Francisco Albuquerque de Miranda
Universidade Federal de São João del Rei – UFSJ
FAPEMIG
lfamiranda@ufs.ju.edu.br

Resumo: Artigo analisa a dimensão disciplinar das propostas de Antônio Nunes Ribeiro Sanches para a reforma da educação em Portugal durante o período pombalino. Além de propor mudanças institucionais e curriculares com o objetivo de organizar o sistema educacional, ele realizou uma significativa reflexão a respeito da disciplina escolar e, em seus comentários, é possível identificar uma preocupação com o controle do corpo e das emoções. A educação, na perspectiva do autor, teria papel decisivo na assimilação das “virtudes” essenciais para a vida civil. Ribeiro Sanches delineia um conjunto de estratégias de autocontrole pensadas como imprescindíveis para a ordem social.
Palavras-chave: Ribeiro Sanches. Educação ilustrada. Autocontrole.

Abstract: Paper analyzes the disciplinary dimension inside the proposals of Antônio Nunes Ribeiro Sanches for the Educational Reformation in Portugal during Pombaline Era. In addition to proposing institutional and curricular changes in order to organize the educational system, he fulfilled a meaningful reflection about the scholar discipline and, within his commentaries, it is possible to identify a concern with the control of the body and emotions. Education, in the author's perspective, plays a crucial role in absorbing the essential "virtues" of life within a society. Ribeiro Sanches outlines a set of self-controlled strategies thought as vital to the social order.
Keywords: Ribeiro Sanches. Enlightenment Education. Self-control.

Em uma de suas obras mais famosas, *O processo civilizador*, Elias analisa como, a partir do fim da Idade Média, as pessoas “tornaram-se mais sensíveis às pressões das outras” e o “código de comportamento” ganhou rigor (ELIAS, 1990, t. I, p. 90-91), em especial no seio das elites europeias. Cresceu a preocupação em não ofender o outro, em evitar grosserias e ataques violentos, em ser gentil e agradável, ou seja, aumentou “a compulsão de policiar o próprio comportamento” (ELIAS, 1990, t. I, p. 93).

A partir dos séculos XV e XVI, os Estados ampliaram suas funções, a economia de mercado se desenvolveu e novas camadas de plebeus ascenderam continuamente. A constituição de um mundo público complexo e diversificado intensificou a necessidade de observação mútua e as pressões interpessoais. Inibiu-se a livre manifestação dos

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





impulsos passionais e das pulsões orgânicas em favor do respeito à dignidade do outro, o que favoreceu uma vida coletiva mais pacífica, regular e previsível.

O processo não foi produto de um planejamento calculado e cuidadosamente concebido em vista de interesses específicos. Segundo o autor:

À medida que mais pessoas sintonizavam sua conduta com a de outras, a teia de ações teria que se organizar de forma mais rigorosa e precisa, a fim de que cada ação individual desempenhasse uma função social. O indivíduo era compelido a regular a conduta de maneira mais diferenciada, uniforme e estável. (...) A teia de ações tornou-se tão complexa e extensa, o esforço necessário para comportar-se “corretamente” dentro dela tão grande que além do autocontrole consciente do indivíduo, um cego aparelho automático de autocontrole foi firmemente estabelecido. (ELIAS, 1993. t.II, p. 196)

Cortes, grandes cidades, economias de mercado necessitavam de ordem regular e previsibilidade, pois o ato de um indivíduo afetava mediata ou imediatamente muitos outros. No curso desse processo civilizador, intensificava-se a correspondência entre estrutura social e da personalidade:

Juntamente com essa crescente divisão do comportamento no que é e não é publicamente permitido, a estrutura da personalidade também se transforma. As proibições apoiadas em sanções sociais reproduzem-se no indivíduo como formas de autocontrole. A pressão para restringir seus impulsos e a vergonha sociogenética que os cerca – estes são transformados tão complementemente em hábitos que não podemos resistir a eles mesmo quando estamos sozinhos na esfera privada. (ELIAS, 1990, t. I, p. 189)

Os programas educacionais, em especial no século XVIII, buscaram orientar essa dupla dimensão do controle das emoções: a social e a individual. Não pretenderam afetar apenas o comportamento público dos homens, pois objetivavam controlar a maneira como vivenciavam seus sentimentos. Assim, por meio da introdução de hábitos e experiências

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





intensas, programas e instituições educacionais alimentaram desejos, ambições, temores, vergonhas, alegrias e tristezas.

Para pensar as características desses programas, proponho um estudo de caso: a análise dos textos do ilustrado português Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783). Médico e cristão-novo, ele viveu fora de Portugal a maior parte da vida (cf. LEMOS, 1911; RAMOS JR., 2013, p. 46-75). Todavia, a partir dos anos 1750, interessou-se pelos problemas educacionais de seu país e, em vários textos, esboçou um amplo programa de reforma das escolas portuguesas. Entre estes trabalhos analisarei aqui as *Cartas sobre a educação da mocidade* (1760), o *Plano para a educação de um jovem senhor russo* (1766) (o autor trabalhou vários anos na Rússia) e os *Apontamentos para fundar-se uma universidade real* (1763).

Carlota Boto (1998, p. 111) salienta que essa produção relativa à educação apresentava três objetivos:

... configuração de súditos preparados e disciplinados em função das novas necessidades do reino; criação de um universo de poder simbólico sob controle centralizado pelos poderes da monarquia; preparação de uma estratégia direcionada para altear Portugal em direção da modernidade, mediante a superação de estruturas de pensar e sentir em completo desacordo com o que se pensava ser a infalibilidade dos progressos da razão.

Me parece correto afirmar que Ribeiro Sanches buscava preparar as elites portuguesa ou russa para os desafios econômicos e políticos do século XVIII. Ele acreditava no progresso da ciência e propunha um “Estado educador” que formasse homens “conscientes dos seus deveres para com a Humanidade e para com a pátria” (ARAÚJO, 2003, p. 54). Todavia, gostaria de enfatizar aqui um outro aspecto de seu trabalho: a preocupação com o controle do corpo e das emoções no contexto do processo civilizador indicado por Elias.

*

Ribeiro Sanches, nas *Cartas sobre a educação*, critica as escolas nas quais “se enchem os juízos da mocidade de muita instrução, que nenhum caso fazem os mestres de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





formar os costumes, nem de fazer o menino bom”, orientando-o “sobre as obrigações com que nasceu” (SANCHES, 1922, p. 119-120). Para tal, recomenda a adoção de uma espécie de “catecismo da vida civil” que enfatize o respeito aos mais velhos, estimule o amor à pátria e, sobretudo, ensine que “na adversidade ninguém deve se abater” e, na prosperidade e na alegria, ninguém “deve desvanecer nem ensoberbecer, porque todos somos nascidos para viver uma vida cercada sempre pela alegria e pela tristeza”, afinal, “nenhum bem é sem mistura do mal” (SANCHES, 1992, p. 122). Vemos que os preceitos educacionais de Ribeiro Sanches não se limitam a orientar o comportamento dos indivíduos em relação aos outros indivíduos, também se referem às reações emocionais diante das frustrações e dos sucessos. Não basta formar homens que amem a pátria e sejam bons súditos, é imprescindível que estejam em condições para enfrentar com firmeza situações felizes e infelizes, sem se deixar levar por seus impulsos imediatos. Desenha-se aqui a temática do autocontrole.

Para compreender melhor as proposições de Ribeiro Sanches quanto ao autocontrole, vejamos algumas passagens do seu *Plano para a educação de um jovem senhor russo*. Atendendo à solicitação de algumas autoridades russas, o médico português, já residindo em Paris, oferece uma série de conselhos para os educadores. Enfatiza a necessidade de disciplinar os nobres, que precisam ter “corpo vigoroso, ativo, endurecido, e o espírito instruído e ornado por conhecimentos úteis” (SANCHES, 2016, p. 91). Para o autor, “entra muito de maquinal” na maneira como aprendemos a pensar. Assim, a “base da instrução” do jovem consiste em mantê-lo “no gabinete destinado a estudar” sem distraí-lo com “mensagens e visitas supérfluas e inúteis” (SANCHES, 2016, p. 93). A vida aristocrática estava sujeita a uma série de prazeres e encontros sociais pouco salutares para a constituição do caráter de alguém imaturo. Então, era preciso habituar o moço nobre a estudar em ambientes silenciosos, tranquilos e fechados. O ideal é “ocupar continuamente um jovem senhor”, evitando que se entregue às intrigas amorosas, ao jogo e à dissipação (SANCHES, 2016, p. 95). Por vezes o cotidiano dos nobres inclina-se para o “deboche” ou para a “dissipação de mil objetos, algumas vezes frívolos”. “Para evitar esses perigos, é preciso se esforçar mais e mais para que a educação da jovem nobreza



seja a mais virtuosa e a mais ativa” (SANCHES, 2016, p. 73). O autor pensa aqui na formação de uma elite que, além de suas óbvias funções militares, estará envolvida com a gestão do Estado, cumprindo as mais diferentes tarefas administrativas.

A constituição de grandes impérios, como o russo e o português, criara o dilema da preparação de seu grupo dirigente. Como lembrou Elias, no centro dessa preparação estava o autocontrole. A boa educação dos membros da elite não poderia se resumir à capacitação científica, era imprescindível acostumar o grupo dirigente a lidar com relações interpessoais complexas e competitivas. Explosões emocionais ou vícios dispersivos impediriam o desempenho de múltiplas funções de comando e administração, colocando em risco a manutenção dos Impérios. O autocontrole das camadas sociais superiores era, portanto, um problema de Estado.

Para Ribeiro Sanches, quais eram os procedimentos educacionais adequados para formar essa elite dirigente?

Em primeiro lugar, escolher e preparar bem os docentes. As *Cartas sobre a educação* propõem que o cargo de professor, em todos os níveis escolares, seja público. Para os primeiros níveis escolares, recomenda que o recrutamento do professor público ocorra por “exames” que atestem seus conhecimentos. Ele não pode ter defeitos físicos e precisa ser casado, pois não convém entregar a inocência juvenil a um celibatário. Aliás, todos os cargos públicos – incluindo o posto de médico – devem ser ocupados por homens casados (SANCHES, 1992, p. 115-118). A preocupação do autor com a ausência de “defeito visível no corpo” está diretamente relacionada com a constituição física dos alunos: como “imitamos o que vemos”, o que define hábitos e comportamentos, um professor “vesgo, torto, corcovado” etc., acaba induzindo os estudantes aos mesmos problemas corporais (SANCHES, 1922, p. 116).

Quanto à educação superior, Ribeiro Sanches projeta duas instituições fundamentais: escolas militares destinadas especialmente para os filhos de fidalgos; universidades nas quais se formariam médicos, juristas, professores etc.

As primeiras, deveriam seguir o modelo educacional desenhado para a nobreza russa. Em Portugal, a educação doméstica dos fidalgos produzia costumes “estragados”,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





pois o jovem, vivendo apenas em companhia de serviçais inferiores, não experimentava a “emulação” que “eleva o juízo”, a “imitação” que forma “ideias complexas”, tornando-se “acanhado” e sem “conhecimento da vida civil” (SANCHES, 1922, p. 177-179). Para reverter a situação, em vez de educar os nobres em casa, seria melhor interna-los em “colégios”, evitando uma vida de jogos e divertimentos (SANCHES, 1922, p.181-2). Nessas instituições, o objetivo seria formar “homens obedientes às leis” e “virtuosos para serem úteis a si” e aos outros. Vale salientar o rigor da organização proposta para os “colégios”: mestres casados; estudantes sem criados pessoais; quartos iguais para todos; vestimenta e alimentação padronizadas com refeições em comunidade; proibição de entrar nos quartos de colegas e mestres; substituição dos castigos corporais por prisões ou repreensões públicas (SANCHES, 1922, p. 185-188). Cumprindo um programa tão rigoroso, o “colégio” forçaria a mocidade fidalga a sair de seu mundo tacanho e corrupto, evitando a soberba e a livre manifestação dos desejos.

Mas Ribeiro Sanches não pensava a educação superior com um privilégio da nobreza. No seu programa educacional, a burguesia mercantil e letrada deveria frequentar a universidade. Esta, como o “colégio” para nobres, teria o compromisso de formar homens “virtuosos”. Assim, quais as medidas sugeridas para atingir esse objetivo?

Primeiro e acima de tudo, controlar a violência no campus universitário. Ribeiro Sanches recomenda que o espaço universitário precisaria ser cercado ou murado, com a vigilância de um forte batalhão de infantaria nas suas saídas e mais um corpo de guarda sob comando do reitor para o policiamento interno.

Quem souber de que modo os estudantes vão estudar a Coimbra, armados como que se fossem para a campanha, ou para a montaria, com armas ofensivas, e defensivas, com pólvora, e bala, e cães de fila, com criados e cozinheiros: quem se lembrar ainda das atroz *investidas* de Coimbra; dos bárbaros excessos que cometeu o *rancho da carqueja* nos anos 1719 e 1720, achará necessárias as precauções referidas; e que só um batalhão de infantaria armado de espingardas com baionetas, e cartuxeiros (*sic*) carregadas poderão domar aquele fogo da mocidade portuguesa... (SANCHES, 2003, p. 5-6)

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





O referido “racho da carqueja” foi um agrupamento de turbulentos alunos da universidade que perturbaram Coimbra entre 1719 e 1721. Seus membros costumavam andar fortemente armados durante a noite, promovendo brigas, espancamentos, invasões de domicílios e humilhações de todo gênero. Saliente-se que o “rancho da carqueja” não foi um caso esporádico: em 1648, 1656 e 1671, provisões da corte foram enviadas à Coimbra contra a turbulência estudantil e, 1737, um novo “racho” de estudantes aterrorizou a cidade (LEMOS, 1911, p. 24-25; BRAGA, 1898, t. III, p. 159-169). A população da cidade temia muito os estudantes.

Ribeiro Sanches propunha ainda a instituição de um “juiz fiscal” que, por sua vez, escolhesse “inspetores” responsáveis pelo controle de estudantes e professores em todo perímetro universitário. Convém lembrar que o autor pensava na definição de um espaço cercado no qual se estabelecesse a estrutura da universidade (salas de aula, bibliotecas, laboratórios, prédios administrativos etc.), mas também as residências de todos os professores, alunos e funcionários – uma cidade universitária segregada do restante da vida urbana. Todo local estaria sob a vigilância do “juiz fiscal” e seus “inspetores”. Ribeiro Sanches sugeriu uma série de regulamentos que ordenariam esse aparato de vigilância: seus agentes comporiam listas de todos os estudantes com seu respectivo endereço; recolheriam informações sobre o modo de vida dos alunos; periodicamente prestariam contas por escrito ao conselho diretivo da universidade. Caso notassem algum problema grave que exigisse ação imediata, o “juiz” e seus “inspetores” solicitariam a intervenção dos “copos de guarda” (SANCHES, 2003, p. 6-7). Como é possível notar, o autor projetou um verdadeiro aparelho de vigilância e repressão.

O ambiente belicoso e feroz da universidade portuguesa do início do século XVIII provavelmente levou Ribeiro Sanches a pensar mecanismos para reduzir a violência na vida acadêmica. Ele estava tentando oferecer soluções concretas para a recorrente violência estudantil. Na sua perspectiva, a constituição de um sistema universitário eficiente exigia, como primeira tarefa, pacificar os estudantes e coagi-los à observância de rigorosas regras de comportamento. Para controlar um ambiente social no qual a autolimitação da agressividade era precária, ele projetou mecanismos que possibilitassem



às autoridades públicas “monopolizar a violência” e, a partir disto, produzir uma coação externa que paulatinamente promovesse a interiorização das regras disciplinares (cf. ELIAS, 1990, t. I, p. 189-202).

Além dos instrumentos repressivos acima referidos, outras iniciativas podem introduzir a civilidade entre os jovens e evitar a barbárie coimbreense. Ribeiro Sanches recomenda que “não deve haver distinção alguma” entre os estudantes e, para tal, convém que todos andem “vestidos igualmente” e se juntem “todos os dias em lugares públicos”. Assim, dentro do perímetro da universidade, o autor recomenda definir “passeios públicos”, com entradas com sentinelas. E completa: “nestes lugares adquirem os homens aquele trato civil que tanto a se estima na sociedade”, podendo-se “gozar a liberdade contida no decorrer”. Nos “passeios” da universidade, ele propõe a instalação de cafés, nos quais as pessoas se encontrem e leiam gazetas noticiosas e literárias, o que contribuirá muito “para promover as ciências, e se civilizarem os estudantes pela companhia e pelo trato da conversação erudita”. O médico português projeta uma verdadeira convivência civilizadora dentro do reduzido espaço acadêmico. Ela civilizaria pelo prazer da boa companhia e pelo “inestimável bem da união e cortesia recíproca de todos os homens” (SANCHES, 2003, p. 8). O autocontrole não se formaria apenas pela contenção das paixões, mas também pela convivência prazerosa e fraterna entre os indivíduos.

Para produzir essa doce sociabilidade, é necessário orientar os hábitos cotidianos dos estudantes. Para torná-los úteis e industriosos (elementos decisivos da almejada “virtude”), é conveniente impedi-los de dormir até muito tarde e de passarem seus dias “a tocar instrumentos musicais, a jogar cartas e fazer versos”. De resto, é necessário vigiar e repreender os que costumam faltar às aulas (SANCHES, 2003, p. 17-18). A elite dirigente, para ser virtuosa, deve aprender a ser útil, portanto, é pernicioso o costume de perder tempo em divertimentos estéreis. Ora, na Coimbra do século XVIII, a ausência nas aulas e a vida dissoluta dos estudantes foram amplamente documentadas por sátiras e textos oficiais. Boa parte dos alunos passava a o período letivo fora da cidade e, quando ali estava, promovia encontros festivos com dança, músicas e bebedeiras (BRAGA, 1898,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





t. III, p. 169-175). Ribeiro Sanches mostra-se um crítico severo dessa sociabilidade dispersiva.

Ao propor métodos para avaliar o desempenho dos alunos, o médico português mais uma vez manifesta a mesma preocupação em combater a ociosidade. Segundo os *Apontamentos*, “o trabalho, a aplicação e o emprego do tempo” são os principais fundamentos da “virtude” e, para melhor fixa-los, ele sugere exames anuais que obriguem os estudantes a frequentar regularmente as aulas, pois “quando o estudante souber que no fim do curso há de ser examinado, e que ficará escrito o juízo que fizeram dele nos livros da Universidade, (...) é certo que empregará muitas horas, daquelas que se consomem no ócio e na dissipação, no estudo”. Na verdade, o que os tornaria diligentes, fossem fidalgos ou plebeus, seria a “ideia do castigo e ignomínia”. A pretendida interiorização do trabalho como um valor comporta um fator coercitivo, pois recorre à punição e à ameaça de desonra. Como “amedronta os ânimos perversos”, o temor da infame reprovação coage o aluno a estudar. Por outro lado, a aprovação com louvor representaria um “prémio” para “animar a glória das almas generosas” (SANCHES, 2003, p. 19-20). Assim, além de amedrontar os “perversos”, a avaliação estimula os diligentes.

O controle das emoções evidencia-se também na padronização das vestes dentro do perímetro universitário. Todos (alunos, professores, funcionários) devem usar as mesmas roupas com pequenas insígnias indicando sua posição dentro do mundo acadêmico. Qual o principal objetivo da medida?

A uniformidade do vestido, das alfaias, do trato em criados, induz em todos um ânimo composto e firme; cada qual adquire o intento daquela sociedade e do magistrado: adquire-se uma vontade constante de executar os intentos da Universidade tantas vezes ditos, e que não cessarei de repeti-los, aprender ali as ciências úteis a si e ao Estado, a virtude moral e civil, sobretudo aquele tão raro, e tão estimável amor do bem comum, que é a sua pátria. (SANCHES, 2033a, p. 22)

A “universidade do vestido”, portanto, tem um efeito anímico: modela os sentimentos dos indivíduos. A padronização neutraliza as inclinações egoístas. O hábito

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





de vestir-se de maneira padronizada e simples interioriza os preceitos que orientam a vida universitária. Esses preceitos, graças ao hábito, tornam-se parte constitutiva do conjunto de desejos e temores íntimos dos universitários.

Recorrendo às formulações de Elias (1990, t. I, p. 189), podemos dizer que Ribeiro Sanches buscou, com sua proposta educacional, transformar um "código social de conduta" em "elemento constituinte do indivíduo", pois aqui motivações e sanções da comunidade cívica “reproduzem-se no indivíduo como forma de autocontrole”. Sendo assim, sua proposta parece combinar a reconfiguração da “estrutura social” com a modelagem da nova “estrutura da personalidade”.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Ana Cristina. A cultura das Luzes em Portugal. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

BRAGA, Theophilo. História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa. Lisboa: Tipographia da Academia Real das Sciencias, 1898, tomo III.

BOTO, Carlota. O enciclopedismo de Ribeiro Sanches: pedagogia e medicina na confecção do Estado. História da Educação. ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, n° 4, p. 107-117, set. 1998. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br/asphe/article/download/30692/pdf> . Acesso em: 18 de jul. 2017

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, tomo I, 1990.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, tomo II, 1993.

LEMONS, Maximiano. Ribeiro Sanches: sua vida e sua obra. Porto: Eduardo Tavares Martins editor, 1911.

RAMOS JR., Nelson de Campos. Mediador das Luzes: concepções de progresso e ciência em António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783). Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25042013-124043/es.php> . Acesso em: 05 de ago. de 2016

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná

LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

SANCHES, António N, Ribeiro. Cartas sobre a educação da mocidade. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922.

SANCHES, António N, Ribeiro. Apontamentos para fundar-se uma Universidade Real na cidade do Reino que se achasse mais conveniente. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003. Disponível em: <www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches.../aponts_universidade_reino_conveniente.pdf>. Acesso em: 27 jan, de 2018.

SANCHES, António N, Ribeiro. Plan pour l'éducation d'un jeune seigneur russe. Manuscrito de Ribeiro Sanches (1766). Org.: Brian F. Head. Coimbra; imprensa da Universidade, 2016.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO



Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

SE EU FOSSE EU - PRODUÇÃO DE SI NAS SERTANIDADES

Márcia Maria Gonçalves Oliveira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
Mestre em Educação e Contemporaneidade
marcia.goncalves@ifba.edu.br

Resumo: O presente trabalho apresenta reflexões acerca da construção/desconstrução das subjetividades de uma baiana, natural da zona rural do município de Wagner/BA, com ascendência Maracás e educada em uma escola presbiteriana oriunda da Missão Brasil Central. A crônica de Clarice Lispector, “se eu fosse eu” e o filme Geração Roubada, de Phillip Noyce servem de esteio para as lucubrações da escrita de si. Num exercício autobiográfico dos processos figuracionais, analiso as experiências produzidas ao longo de minha trajetória formativa atravessando-as com as noções de estabelecidos e outsiders de Norbert Elias. Me pergunto, para não responder, sobre a(s) baianidade(s) forjadas em mim/por mim no entrelaçamento dos encontros socioculturais do sertão.

Palavras-chave: Baianidades. estabelecidos/outsideers. (Auto)Biografia.

Abstract: The present work presents reflections on the construction / deconstruction of the subjectivities of a native of Bahia, Wagner / BA, with Maracás ancestry and educated in a Presbyterian school from the Central Brazil Mission. Clarice Lispector chronicle "If I were me" and Phillip Noyce's film Generation Stolen serve as a mainstay for the lucubrations of self-writing. In an autobiographical exercise of the figurative processes, I analyze the experiences produced throughout my formative trajectory, crossing them with the established notions and outsiders of Norbert Elias. I ask myself, not to answer, about the baianity (s) forged in me / by me in the intertwining of the socio-cultural encounters of the sertão.

Keywords: Baianidades. established / outsideers. (Autobiography).

O eu que se esvai

Não é tarefa fácil fazer uma incursão sobre nós mesmas. Principalmente quando trata-se de mergulhar naquilo que nos tornamos, ou que poderíamos ser, se não fosse nosso processo histórico.

O ingresso no universo acadêmico foi um marco. Por um lado, a primeira de oito irmãs que consegue ter acesso ao ensino superior. Por outro, a importância deste para a construção e ampliação de minha compreensão acerca de minha condição: mulher, indígena, “da roça”, latina, entre tantas outros elementos. A partir dessa recente

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





experiência, “a mentira em que nos acomodamos acabou de ser movida do lugar onde se acomodara”. Certamente, a convivência no universo acadêmico, somado as escolhas de referenciais bibliográficos que permite possibilidade de releituras acerca da história, bem como dos processos de civilização e suas consequências foram significativos para que pensasse e repensasse em possibilidades de poder viver com o direito de ser eu mesma. Talvez não fosse pertinente falar de comodidade, mas do lugar de submissão ao qual fomos impostos. Do lugar também de produção e reprodução de mão de obra qualificada num modelo de educação colonial como é o nosso caso. Contudo, também é possível acreditar em outras possibilidades. Sobretudo, o da resistência, da luta diária e histórica em que, nós que passamos por esse processo de tentativa de reconstrução étnica e cultural, realiza.

Precisamos desvelar, compreender as subjetividades que cada um de nós experimentamos. Quem sabe, deverá ser de uma beleza estonteante. Aqui, tomando consciência de meu processo formativo, observo como a história oficial utiliza de mecanismos sutis, ideológicos para tentar negar os percursos de resistência, sobretudo da história dos povos originários.

De origem rural, convivi com meus familiares paternos até os 11 anos na fazenda, ou melhor, na “roça” de meu avô, alimentando-me das práticas culturais próprias daquele ambiente. As brincadeiras, as cantigas de roda, as rezas, as ladainhas, os leilões durante as rezas, as plantações, entre outras atividades típicas do convívio rural; enfim, as configurações até então estruturadas naquele espaço imprimiram em mim a certeza de que tudo transcorreu e transcorria na sua “normalidade”. Possivelmente, as novas configurações a mim impostas quando tivemos que morar na cidade para que pudéssemos continuar os estudos, foram cruciais para que, em contato com o universo acadêmico, renascesse a necessidade impulsionadora de emancipação, ao esclarecimento, num sentido adoniano.

E nesse contexto, o filme *Geração Roubada*, dirigido por Phillip Noyce, baseado em uma história real, retrata o drama de três crianças aborígenes que são retiradas de sua tribo, de sua família, mas que conseguem resistir à prática de barbaridade. Molly Craig

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

(Everlyn Sampi) é uma jovem aborígene de 14 anos que, em 1931, ao lado de sua irmã Daisy (Tianna Sansbury), de 10 anos, e sua prima Gracie (Laura Monaghan), de 8 anos, após captura dos “caçadores de aborígenes”, foge de um campo (“civilizador”) do governo britânico na Austrália; criado para treinar mulheres aborígenes para serem, principalmente empregadas domésticas e objeto sexual de seus patrões. Molly traça sua fuga e guia as meninas por quase três mil quilômetros através do interior do país, em busca da cerca que o divide e que a permitiria voltar para sua aldeia de origem, de onde foram tiradas dos braços de suas mães. Na jornada elas são perseguidas pelos homens do terrível governador A. O. Neville (Kenneth Branagh), o qual não admite que as meninas não estejam de acordo com o ditado pela sabedoria branca e cristã. Numa outra direção, os estudiosos do pós colonialismo destacaram a necessidade de países tradicionalmente colonizadores, utilizarem mecanismos sutis, o uso de mecanismos ideológicos nos processos coloniais modernos e porque não dizer, neo coloniais. Estudos desenvolvidos nessa direção põem em questão estratégias comumente utilizadas por tais países tradicionalmente colonizadores. Estes perceberam que não era tão rentável utilização da força, ocupar o território, invadir, matar. Daí a justificativa da criação de instituições sociais, dentre elas, as educacionais. A educação, portanto, a escola, torna-se espaço imprescindíveis.

Contudo, não quero aqui insinuar que meu processo de desconstrução cultural, étnico-racial e religiosa ocorre somente com minha inserção na escola pública confessional. Ao contrário, esta se dá a partir de meu nascimento, consequência de um projeto que se inicia no século XVI através da presença portuguesa e de cristãos católicos. Como diz Clarice Lispector, “se eu fosse eu” parece apresentar o nosso maior perigo de viver, parece a entrada nova no desconhecido”. Seguramente, os questionamentos que se têm em torno dos processos de colonização são pertinentes, pois até o presente nos indagamos acerca dos motivos que, historicamente, justifica a colonização ou neocolonização. Nessa direção, perguntamos: que Deus é esse que produziu genocídio e etnocídio. Por que a igreja esteve e está ao lado do Estado (colonizador/neocolonizador)?

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Qual ou quais interesses entre essa aliança? Estas são algumas de tantas outras questões que continuamos fazendo.

Ao deparar com um roteiro, infelizmente baseado em histórias reais, com cenas tão próximas de nós; somado a reflexão teórica desenvolvida ao longo desses anos, desperta a necessidade de retomar a minha história. Eu que, possivelmente, numa quarta geração e que, diretamente não fui “roubada” do convívio com os meus, que não resistir ao ingresso na instituição escolar; ao contrário, fui incentivada pela família e pelos professores. Por outro lado, sabemos, fomos “roubados” do direito de sermos nós mesmos. É comum ouvirmos as memórias de nossas famílias sobre sua ancestralidade. Nesses momentos, é comum ouvirmos lendas do tipo: minha vó ou bisavó, dizem, foi capturada no mato ou outras histórias nessa direção. Contudo, certamente, o fato de termos dificuldade de nos debruçarmos sobre a nossa real história, não damos conta de afirmações dessa natureza; da história por trás de tais capturas.

Geração Roubada, retrata a história de três garotas aborígenes que em pleno século XX, no ano de 1931 são tomadas de suas respectivas famílias para serem treinadas em uma instituição organizada para esse fim, seguindo a política oficial do governo inglês. Entretanto, conseguem fugir e viajam quase 2.500 quilômetros para o convívio com o seu povo, para a sua comunidade. Como destaquei anteriormente, assistir ao filme provocou inúmeros sentimentos: repulsa, raiva, indignação, revolta ... Mas, também despertou em mim algumas indagações, quem sabe, talvez consciência da trajetória ancestral em nosso país e, conseqüentemente, a necessidade de repensar minha trajetória escolar, aliada a compreensão histórica de nosso país.

Contudo, como acredito ser o tempo, “compositor de destinos”, senti necessidade de registrar os sentimentos e reflexões aflorados ao longo desse meu processo identitário. Assim, possivelmente estarei registrando também uma história de resistência e de reconhecimento das configurações vivenciadas nesse processo. Não nos moldes da história de Everlyn Sampi, Tianna Sansbury e Laura Monaghan.

Sobre isso, N. Elias (1993) é certamente esclarecedor. Ao tratar dos processos de civilização, especialmente das alterações sofridas nas estruturas sociais, denominada de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



PPEdu UEL





sociogênese e as mudanças ocorridas na estrutura psicológica dos indivíduos em processos de longa duração, consequência de um *autocontrole*, denominado por ele de *psicogênese*, destaca que este é fruto de um processo social operante, desde a mais tenra infância, em maior ou menor grau e com maior ou menor sucesso (Elias, 1993). Ambos os conceitos, para o autor, não podem ser compreendidos separadamente. Contudo, acredito que, ao falar das mudanças ocorridas nas minhas estruturas psicológicas a partir de minha tomada de consciência sobre meu processo de escolarização, certamente, estarei indicando as mudanças sociais por mim vivenciadas até aqui. Mesmo não sendo objetivo nesse momento.

Desde a infância, fui submetida, especialmente pela via educacional, a incluir outros valores, costumes religiosos, culturais, de forma autorizada, legalizada. Inicialmente, aprendi a falar e escrever tal qual a escola determina. Continuei a praticar uma cultura religiosa iniciada pela família e que continuou no espaço escolar. Afinal, todos nós aprendemos a acreditar que a escola é o nosso maior bem. Como duvidar dessa instituição. Dessa forma, “a nossa dor, aquela que aprendemos a não sentir” fica adormecida. Para muitos, até o fim. Como pensar e até repensar que, de uma condição de *estabelecidos*, passaríamos à condição de *outsiders*? Meu processo de escolarização dificulta tal compreensão.

Pensar sobre nosso processo colonial nas suas origens não é tarefa fácil, visto que, nossa história possui escassos registros. Certamente, Isto se coaduna com as reflexões de Vieira; Peixoto e Khoury (1995, p. 27) quando analisam as relações de poder existentes entre os que produzem a história e os que participam como meros espectadores, ou, no máximo, meros figurantes. Para tais autores, faz parte do exercício do poder ocultar a diferença, a contradição, decidindo o que deve ser lembrado e, em contrapartida, o que deve ser esquecido.

Difícil pensar, principalmente que nossa escola colonial/neocolonial, pra mim e milhões de brasileiros que nela adentra na infância, mesmo após a segunda metade do século XX continua executando o projeto iniciado no século XVI por religiosos portugueses, cristãos, católicos e, posteriormente, protestantes. A escola cumpre o mais

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



PPEdu UEL





poderoso papel de tirar de nós a possibilidade de compreensão histórica de nossa condição ancestral.

Quando chego a escola a partir dos anos 80 do século passado, passo a vivenciar uma rotina escolar, formal diária de atividades que, como diz Peter McLaren (1991), ao tratar do cotidiano de escolas católicas no Candá, descreve como os rituais praticados ensinam a ser um cristão católico. Desde o ritual de entrada, com reza e cânticos, típicos de escolas confessionais; até os conteúdos apreendidos. Diariamente, aprendíamos a rezar o “pai nosso” e cânticos. Somente depois passávamos a desenvolver atividades de leitura e escrita. Lembro-me que fui alfabetizada num modelo silábico-alfabético em que aprendia primeiro as letras, em seguida as sílabas e posteriormente, as palavras e textos. Lembro também que os textos não mantinham conexão com as vivências no seio familiar, típicos de um ambiente sertanejo ou rural. Recordo-me que os textos traziam situações estranhas ao meu convívio. Exemplo disso era a *Cartilha de Alice*. Representada em sua capa e demais imagens através de uma menina branca que tinha um traje sempre invejável, vários brinquedos e hábito alimentar diferenciado do que, comumente temos; com frutas diferentes daquelas que eram cultivadas. Mas, toda aquela representação, recordo-me, em dignas de imitação. Sonhava em ser aquela menina, Alice!

Possivelmente, em minha trajetória escolar, vivenciei rotinas que, seguramente me fizeram tornar-me isso. Nesse contexto, C. Lispector, passa a ter um significado existencial. Se não fosse esse processo fundante de colonização, se não fosse a perpetuação desse projeto pela via escolar, especialmente, como eu seria, pensando em minha ancestralidade negada e silenciada. Como admitir as contradições dessa instituição, repensada na modernidade para ser um espaço de libertação das obscuridades do século, batizado de trevas? Pois bem, continuando com esse exercício de relembrar minha trajetória escolar. Lembro-me ainda que como toda criança, há um sentimento de que esta seja exatamente aquilo que propaga, sem as ideologias que, somente através do *esclarecimento*, identificamos.

Todos os rituais vividos diariamente eram para mim, mágicos. Adorava a escola e as professoras. Porém, não pensamos como, apesar de esta ser um espaço mágico, torna-

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





se contraditório. Com o tempo, passamos a rejeitá-la, odiá-la. Muitos não conseguem desvendar esse conflito, as contradições que muitos não percebem à primeira vista. Aí, a pergunta ronda: se eu fosse eu nesse lugar, como seria? Pergunta difícil de resposta, pois não temos, comumente, outras figurações como referência. Nossas histórias de resistência são negadas, são também silenciadas. Convivemos com a obviedade das relações de submissão históricas e de acomodação. Mas, por outro lado, acredito também na capacidade humana da resistência, dos efeitos do processo educativo de possibilidades de autonomia, especialmente por parte de nós educadores. Isso porque somos intitulados de “intelectuais”.

Então, essa escola, tornou-me uma criança, menina, mulher, profissional que também não pensava sobre minha real história. Comumente, fazemos meia culpa. Haja vista nossas representações negadas. No entanto, essa história tornou-se pra mim muito instigante. Considero intrigante também a minha inserção no universo acadêmico. Esse novo espaço tornou-se primordial para refletir acerca de todas as experiências vivenciadas. Os últimos três ou quatro anos, vivendo e observando a produção midiática sobre os fatos políticos, compreendo o porquê o projeto de ampliação de acesso ao ensino superior é interrompido. Os resultados nessa direção são perigosos! Ameaçam o projeto iniciado em 1500. Daí tirarmos conclusões, mesmo que precipitadas, baseadas em uma história recente, de apenas 500 anos. É perigoso garantir o acesso a universidade e, conseqüentemente, a permanência nela.

O ingresso no mundo acadêmico tornou-se para mim, promissor. Tal fato, pra mim, naquele momento não seria tão marcado por inúmeras barreiras, não fosse o meu desejo ávido de adentrar os muros da universidade, como muitos jovens almejam. Após um ano de conclusão da graduação, continuo os estudos em nível de pós graduação, iniciando um percurso que me daria instrumentos mais palpáveis para pensar/re pensar minha própria história, entender como ocorre os processos etnocidas contemporâneos.

Pois bem, logo após a conclusão do primeiro curso de especialização a chance de continuidade de outro curso nesse mesmo nível, passei a acreditar na possibilidade de alcance dessa continuidade, agora em nível de mestrado. Foi quando conquistei a vaga no

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





mestrado em Educação, para pensar sobre a Educação na Contemporaneidade, sobre os Processos Civilizatórios na mesma universidade responsável por toda minha formação até aqui. Ressalto que, apesar das forças históricas que lutam diariamente contra sua existência, esta, como eu e milhões de indiosdescendentes, resistem bravamente!

Essa experiência aumentou em mim o desejo de busca por uma outra história. Aliado a isso, destaco ainda a minha experiência docente no Componente Curricular de História da Educação e Educação Brasileira. Certamente, essa história contada até então não me servia e serve mais. Aqui, percebo e encontro-me nessa busca e luta diária de indiadescendente e professora por desconstrução da história. Aqui, cabe ilustrar mais uma vez um dos trechos da crônica de Clarice Lispector (1999, p. 156-157),.

No entanto tenho a intuição de que, passadas as primeiras chamadas loucuras da festa que seria, teríamos enfim a experiência do mundo. Bem sei, experimentaríamos enfim em pleno a dor do mundo. E a nossa dor, aquela que aprendemos a não sentir. Mas também seríamos por vezes tomados de uma êxtase de alegria pura e legítima que mal posso adivinhar. Não, acho que já estou de algum modo adivinhando porque me senti sorrindo e também senti uma espécie de pudor que se tem diante do que é grande demais.

Essa experiência é certamente a descrição acima, a nossa dor, que historicamente aprendemos a não compreender, a não sentir, permeada por sentimentos contraditórios e que aprendemos a negar ou silenciar: especialmente os nossos sentimentos. Mesmo diante do improvável, encontramos luz no fim do túnel. É certo que, para muitos somos loucos, pensar e evidenciar coisas que, comumente, as pessoas, ao longo de sua trajetória escolar, acadêmica não percebem, pois como bem discutir no início desse trabalho, o processo de colonização, possivelmente foi e continua sendo eficiente. Produzir sujeitos alheios à sua história, às suas origens. Certamente, devemos estar diante de algo grandioso. Algo que ninguém e nenhuma nação civilizatória irá conseguir: manter a negação do Outro, portanto, o encontro conosco. Isso deve ser o movimento que, o tempo nos dá respostas nessa direção. Nessa direção, T. W. Adorno, em sua obra, Educação e Emancipação

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná





(1995), ao tratar dos Tabus acerca do Magistério, aponta questões cruciais encontradas nos fatores objetivos e, principalmente, subjetivos envolvidos na profissão do magisterio, nas relações entre professores e alunos e na estrutura escolar de ensino, perpassando por temas tabus relacionados à profissão docente, ainda bastante vigentes, tendo em vista os preconceitos referentes ao magistério. O referido autor destaca que o termo tabu é utilizado no sentido de sedimentação coletiva de representações (p.97) diversas. Desde o tipo que castiga, que pune, que reproduz, ao da autoridade legitimada, aos racionais. Por isso, ressalta que “o processo civilizatório de que os professores são agentes orienta-se para um nivelamento” (p. 109).

Para não concluir, mas, continuar ...

Nesses últimos anos ao analisar ao filme “Geração Roubada” e pensar partes da crônica de Clarice Lispector, “Se eu fosse eu”, faço exercício de rememorar os processos vividos, em grande parte na escola e como tais vivências contribuíram para alterar minha estrutura psicológica, denominado por Elias (1994), de psicogênese. Certamente, foi na escola que aprendi, principalmente, a controlar minhas pulsões, minhas paixões, ou seja, me autocontrolar, pois já vinham sendo internalizados desde a minha infância. Esse processo, certamente acontece de forma mais intensa na adolescência. Isso leva-me a pensar que encontro-me em processo de saída da *menoridade intelectual*, pois, segundo Adorno (1995, p. 168), esta se caracteriza pela falta de decisão e de coragem de servir-se do entendimento sem a orientação de outrem. Por outro lado, é possível pensar que encontro-me em um processo de “esclarecimento”, descrito pelo mesmo autor como a “saída dos homens da *auto inculpável menoridade*” intelectual. Portanto, uma tentativa de *desbarbarização* da educação quando venho experimentando tentativas de “transformação da situação escolar numa tematização da relação com as coisas”, ou seja com a nossa ancestralidade, a nossa história a ser contada.

Carlos da F. Brandão, ao sistematizar a teoria do Processo de Civilização e o controle das emoções (2007), destaca que para Elias, isso ocorre através do que ele

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





classificou como *visão retroativa e prospectiva*. É nesse período, possivelmente, que somos conduzidos a contorlar de forma incessante nossos impulsos emocionais. Sobre a visão retroativa, este ressalta que ocorre quando o indivíduo já visualizou no comportamento social de outros indivíduos. Recordo-me de diversas situações em que o não exemplo era exaltado em situações pontuais. Especialmente quando tratavam de temas polêmicos (namoro, conduta, opção sexual, desempenho escolar, entre outros). Por outro lado, sobre a *visão prospectiva*, Brandão (id) ressalta o que Elias considera o que acontece quando o indivíduo consegue avaliar as possíveis consequências que seus atos podem causar dentro de um conjunto de sua vida social e, sempre tendo como referencia a *visão retroativa*. Para tanto, ele evidencia os estudos psicanalíticos de S. Freud, o conceito de *superego*, em particular. Para Elias, esse projeto não teve exito no Ocidente, após um grau elevado de *interdependência*, governar as pessoas exclusivamente pela força e ameaças físicas. Para ele,

tornou-se necessário, para manter um império que ultrapassou o estágio da mera plantação, governar as pessoas, em parte, através de si mesmas, através da modelação de seu superego (1993,p. 259).

Recordo-me de situações em que eramos, cotidianamente postas a incorporar esses sentimentos de uma necessidade constante de controle de nossos atos, mesmo que não fossem exteriorizados. Para tanto, a *modelação da economia de nossas pulsões*, ou seja, a *vergonha*, o *embaraço*, eram sempre evidenciados. Falar usando uma linguagem rural, práticas culturais típicas de nossas ancestralidades, eram e foram a todo momento colocadas como indignas. Daí que foi possível absorver os “códigos dos grupos superiores”, diuturnamente assimilados. Contudo, nesse processo Elias admite que essa assimilação ocorre de forma parcial. Mas, mesmo tomando consciência dessa ambivalência, continuamos “a instância do superego, segue mais ou menos o modelo dos grupos superiores” (idem, p.259).

Assim, numa condição *estabelecida*, passamos a ser tratada como uma *outsider*. Mesmo sem me dar conta, inicialmente, também passei a me perceber e a perceber esse

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





processo; posto que eu não era eu. Assim como Clarice Lispector (1999), “no entanto já li biografias de pessoas que de repente passavam a ser elas mesmas, e mudavam inteiramente de vida”. Refletir sobre tais processos, nos permite dar conta das configurações, as quais passamos em nossa estrutura psicológica e social. Sobre as marcas que certamente são indelévels e difíceis de serem desconstruídas. Portanto, ser nós mesmos não é/será tarefa fácil. Exige tempo. Venho também tomando consciência disso.

Referências bibliográficas

Adorno, T. Educação e Emancipação. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. Os Processo de Civilização e o Controle das Emoções. São Paulo: EDUSC, 2007.

ELIAS, Norbert, O processo civilizador: uma história dos costumes. Tradução, Ruy Jungmann; Revisão e apresentação, Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. Vol. 1.

_____. O processo civilizador: formação do Estado e civilização. Tradução, Ruy Jungmann; Revisão e apresentação, Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. Vol. 2.

_____. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Trad. Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã: Pedro Sússekind. Apresentação e revisão técnica, Frederico Neiburg; Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

LISPECTOR, Clarice. A Descoberta do Mundo. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

McLAREN, Peter. Rituais na Escola: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação. Tradução de Juracy C. Marques e Ângela M. B. Biaggio; apresentação à edição brasileira Tomaz Tadeu da Silva; Prefácio Henry Giroux. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, M^a d Rosário da Cunha; KHOURY, Yara M^a AUN, A Pesquisa em história. 3. ed., São Paulo: Ática, 1995.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

VÃO-SE OS TEMPOS, FICAM OS RITUAIS: O PROCESSO CIVILIZADOR E O LUGAR DAS MULHERES NA SOCIEDADE⁵⁰

Ms. Márcia Regina dos Santos
Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC
Programa de Bolsas de Monitoria de Pós-Graduação-PROMOP
marcia0705@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem o intuito de evidenciar elementos que permitam pensar a existência de estruturas de repetição no processo civilizador, no que tange aos lugares e modos idealizados para mulheres, veiculados em manuais de etiqueta e boas maneiras. Na condição de debater a atuação do passado na constituição do presente – compreendidos aqui como estruturas temporais que se interpenetram e alternam – foram selecionados como documentos de pesquisa dois manuais intitulados *Boas maneiras* (1958), de Carmen D'Ávila e *Sempre, às vezes, nunca* (2003), de Fabio Arruda. Ambos os materiais circularam na sociedade brasileira, portanto, fizeram parte do repertório de leituras que inspiraram formas de ser e estar das mulheres em sociedade. O tom prescritivo, que caracteriza a produção desse tipo de leitura, permitiu elucidar estratégias mobilizadas para atuar na constituição de determinados grupos sociais – especialmente os que tinham acesso a esse tipo de leitura – e, principalmente, nas práticas e comportamentos entendidos como adequados as mulheres.

Palavras-chave: Mulheres. Manuais de etiqueta. Processo civilizador.

Abstract: The present work has the intention to evidence elements that allow to think the existence of structures of repetition in the civilizing process, with respect to the places and modes idealized for women, transmitted in manuals of etiquette and manners. In order to discuss the performance of the past in the constitution of the present - understood here as temporal structures that interpenetrate and alternate - two manuals named *Boas maneiras* (1958) by Carmen D'Ávila and *Sempre, às vezes, nunca* (2003), by Fabio Arruda. Both materials circulated in brazilian society, so they were part of the repertoire of readings that inspired the ways of being of women in society. The imperative that characterizes the production of this type of reading has allowed us to investigate the strategies mobilized to act in the constitution of certain social groups - especially those who had access to this type of reading - and, especially, in the practices and behaviors understood as adequate for women.

Keywords: Women. Manuals of etiquette. Civilizing process.

⁵⁰ O presente artigo é um recorte da minha pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História, na linha de pesquisa Políticas de memória e narrativas históricas, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), sob a orientação da Profa. Dra. Maria Teresa Santos Cunha, com bolsa do Programa de Bolsas de Monitoria de Pós-Graduação (PROMOP.).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





A organização dos relacionamentos humanos está em constante movimento de transformação. A partir de meados do século XX, as transformações foram, de certa forma, aceleradas em função da produção de tecnologias que ampliaram a comunicação e circulação da informação. A vida em sociedade intensificou-se como um campo em movimento e passou a exigir dos indivíduos uma maior conexão com o fluxo das mudanças. No entanto, essa aparente aceleração do tempo (KOSELLECK, 2104) e das transformações, permanece assentada sobre certezas que foram construídas no passado e, que dão uma impressão de se estar no rumo certo. A referência, aqui, é ao caráter “tradicional” da etiqueta e das boas maneiras. Sobre essa questão das bases, a escrita e a leitura são meios de educação presentes nos processos ditos formais ou não formais. Os livros que circulam fora do ambiente formal de educação são, igualmente formadores, ainda que possam ser considerados como leitura menos densa ou, de fruição. O presente trabalho tem o intuito de evidenciar elementos que permitam pensar a existência de estruturas de repetição no processo civilizador, no que tange aos lugares e modos idealizados para mulheres, veiculados em manuais de etiqueta e boas maneiras. Na condição de debater a atuação do passado na constituição do presente – compreendidos aqui como estruturas temporais que se interpenetram e alternam – foram selecionados como documentos de pesquisa dois manuais intitulados *Boas maneiras* (1958), de Carmen D’Ávila e *Sempre, às vezes, nunca* (2003), de Fabio Arruda. Ambos os materiais circularam na sociedade brasileira, portanto, fizeram parte do repertório de leituras que inspiraram formas de ser e estar das mulheres em sociedade.

A normatização dos modos nos grupos sociais se dá por diversos meios. O sociólogo Norbert Elias (1993), em sua obra *O Processo Civilizador* (vol. I/1995; vol. II/1993), infere que na formação dos Estados, as normas foram circunscritas pelo monopólio de impostos e pelo uso da força física. A transição de um sistema de controle para o de autocontrole sinaliza para uma rede complexa de elementos que atuam e interferem nesse processo de normatização. Segundo Elias,

Só se percebermos a força irresistível com a qual uma estrutura social determinada, uma forma particular de entrelaçamento

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





social, orienta-se, impelido, por suas tensões, para uma mudança específica e, assim, para outras formas de entrelaçamento, é que poderemos compreender como essas mudanças surgem na mentalidade humana, na modelação do maleável aparato psicológico, como se pode observar repetidas vezes na história humana, desde os tempos mais remotos até o presente (ELIAS, 1993, p. 195).

O corpo social e o indivíduo se entrecruzam na formação de sensibilidades que são internalizadas de forma a compor um repertório de ações/reações que podem ser recrutadas frente às diversas circunstâncias vividas. As transformações percebidas nas ações dos indivíduos mantêm um diálogo próximo do contexto social que o circunscreve, e este, por sua vez, é o espaço de uma cultura de convivência específica, construída em diversas vias. Esse empreendimento é possível por meio da presença de elementos que contribuam no processo e sejam reconhecidos como balizadores das práticas. É dessa forma que os manuais de etiqueta e boas maneiras se inscrevem na formação do *habitus* (BOURDIEU, 2007), de uma sociedade, como prescrições convergentes a um determinado tipo de comportamento esperado e aceito e, no caso desse estudo, comportamento de mulheres. A elaboração de prescrições sociais para mulheres se vincula aos diversos projetos de mulher pensados em cada tempo e espaço. Os dois manuais que embasam esse estudo foram destinados à leitoras e leitores brasileiros, nas décadas de 1950 e 2000 e, portanto, referem-se às concepções sobre as mulheres desses períodos. Os autores produziram suas prescrições em conjunturas diferentes, com perspectivas diferenciadas sobre as mulheres, entretanto, o interesse aqui recai sobre as perspectivas que permaneceram, inscritas em um processo civilizador, resistindo ao intervalo de tempo entre os dois manuais de cerca de meio século.

Os manuais selecionados para essa pesquisa situam-se no repertório de leituras que foram produzidas no intuito de elaborar sensibilidades, multiplicar comportamentos e instituir práticas. A vulgarização de práticas entendidas como adequadas e de bom tom se inscreve na tessitura social que estimula os indivíduos a fazerem parte de uma cadeia entrelaçada de interdependência (ELIAS, 1993) a qual possibilita a convivência pacífica e ordenada entre grupos de diferentes procedências. Do mesmo modo que há uma

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





necessidade de convivência, gera-se um desejo de diferenciação, de se manter distinto no ser e privilegiado no ter (BOURDIEU, 2007). Alguns manuais anunciados como populares⁵¹, em seu interior apresentavam capítulos inteiros dedicados aos modos de receber e de servir, práticas pouco comuns no cotidiano de classes populares. A considerar que as formas de constituir relações ocorriam com maior descontração em tais grupos, possibilitando receber um vizinho ou conhecido em casa de forma desavisada, sem muitos aparatos ou protocolos. Comumente, servir e receber são prescrições direcionadas às mulheres e isso se deve ao fato da naturalização do doméstico como o espaço da mulher (BASSANEZI, 2007), entretanto, o item que será privilegiado na análise desse estudo será um espaço relativamente público: o casamento.

O manual de Carmen D'Ávila foi generoso quanto ao espaço dispensado para tratar sobre casamentos. Das 385 páginas totais do manual, da 304 à 367 (63 páginas) foram dedicadas ao casamento. Não se pode desconsiderar que a década de 1950 era um período em que “o grande medo da maioria das moças era ficar solteira [...]. Uma mulher com mais de 20 anos de idade sem a perspectiva de um casamento corria o risco de ser vista como *encalhada*, candidata a *ficar pra titia*” (BASSANEZI, 2007, p 619). Dessa forma, idealizar a cerimônia do casamento como o grande acontecimento da vida de uma mulher, além de valorizar o momento, demonstrava uma situação de êxito na vida social. No capítulo no qual trata do assunto, a autora contemplou desde o pedido de casamento até uma possível separação, ou seja, todos os momentos considerados relevantes foram matéria das boas maneiras. Foram prescritos protocolos para a grande parte das situações, inclusive algumas peculiaridades, como, “a moça resolve casar-se sem o consentimento paterno” (D'ÁVILA, 1958, p. 308) ou “viúva ou noiva depois dos quarenta anos” (D'ÁVILA, 1958, p. 351), situações ambas, que não constavam entre o repertório do que era considerado ideal. Os assuntos relacionados ao evento do casamento compreenderam

⁵¹ O manual *Aprenda as boas maneiras* (1979), da autora Dora Maria, é um exemplo de tal proposta. Anunciando em sua apresentação que “este livro não se destina à alta sociedade. É um livrinho genuinamente popular” e, oferecendo em seus capítulos prescrições de maneiras com base nos hábitos de classes abastadas.



diversas situações antes, durante e depois, em uma tentativa de abarcar as mais inusitadas situações⁵².

A narrativa de D'Ávila apresenta um perfil de mulheres condizente com as ideias apontadas por Bassanezi (2007) em sua pesquisa sobre a condição das mulheres nos Anos Dourados, a partir da revista feminina *Jornal da Moças*. Cuidados extremos foram prescritos para a fase inicial do relacionamento, como, o tempo das visitas, os locais ou ainda, a forma como os noivos devem dirigir-se um ao outro. A autora enfatiza a naturalização da dependência das mulheres, legitimando-a por meio de passados curiosos.

O fato é que a mulher sentiu sempre a necessidade de exibir os seus direitos de esposa; tanto que na Inglaterra, houve um tempo em que algumas damas, a fim de protestar contra a união livre e outras decadências, fizeram tatuar na base do dedo anular a aliança de casamento, com a data do noivado e as iniciais do esposo (D'ÁVILA, 1958, p. 323).

O passado emerge na narrativa de D'Ávila como uma forma de exemplaridade de práticas corretas e como um argumento que dá significado às prescrições, em um movimento que dá a ver os planos temporais em que as pessoas e acontecimentos se movimentam (KOSELLECK, 2104), estabelecendo relações multitemporais. Ações de mulheres do passado são mobilizadas como justificativa para uma prática que se quer perpetuar no presente. Referir-se às sociedades da Europa Ocidental reafirma um estereótipo de que são “mais civilizadas”, pelo fato de serem mais antigas que a sociedade brasileira. Elias (1993, p. 207) explicou que “tendo a sociedade ocidental como ponto de partida, desenvolveu-se uma teia de interdependência que não só abrange os oceanos em

⁵² O capítulo nomeado *O casamento* foi escrito a partir dos seguintes itens: O pedido – Como se faz um pedido – Noivado – Primeira visita – Jantar – Noivos órfãos - Participações – Pais separados – Participação de casamento de um filho ou filha – Presentes oferecidos pelo noivo – Anel de noivado – As alianças – Flores – Fotografia – Presentes oferecidos pela noiva – Presentes oferecidos aos noivos – Exposição dos presentes – Ruptura de noivado – O enxoval – Como se marca um enxoval – Testemunhas – Papéis de casamento – Casamento civil – Casamento religioso – As “demoiselles d’honneur” e os “garçons d’honneur” – Ornamentação da igreja – O vestuário da noiva – Viúva ou noiva depois dos quarenta – O noivo – Cavalheiros – Senhoras – O cortejo – Entrada na igreja – Diante do altar – Bênção das alianças – Na sacristia – Cumprimentos – Recepção – Chegada dos convivas – Resumo – Separações e anulações (D'ÁVILA, 1958, p. 15).



maior extensão do que em qualquer tempo no passado”. Nesse sentido, os ecos da disseminação das maneiras, iniciada na sociedade de corte europeia, continuaram, pelo menos, até meados do século XX referenciando comportamentos, inclusive, no além-mar.

A preponderância do corpo social sobre o indivíduo é evidenciada por D’Ávila quando trata da questão de desfazer um noivado. A autora chama a atenção para a contenção das pulsões (Elias, 1993) durante a comunicação do rompimento: “a parte que recebe esta comunicação adivinha o que não lhe foi dito, mas aceita o pretexto que se lhe apresenta, como uma perfeita correção das maneiras” (D’ÁVILA, 1958, p. 333). Era importante que o acontecimento não gerasse desentendimentos verbais e muito menos agressões, o comunicado deveria ser acatado sem discussão ou revolta. Se o término ocorresse por desejo do noivo, a autora prescreve: “quando essa iniciativa vem por parte do noivo, o caso torna-se ainda mais penoso. Compete, pois, ao rapaz e à sua família atribuírem-se todas as culpas, para que a mais leve suspeita não venha ferir a reputação da moça” (D’ÁVILA, 1958, p. 333). A sacralidade que envolvia a prática do casamento permitia que a linha de desenvolvimento das boas maneiras acerca do assunto priorizasse a imagem social em detrimento das percepções individuais. Era mais relevante que, socialmente, os noivos saíssem da experiência imaculados, do que estimular uma valorização da experiência individual permeada por decepção e sofrimento. Os noivos e as famílias deveriam atender à reação que a sociedade esperava de ambos diante de tal problemática.

O manual de Fabio Arruda dedicou da página 38 a 59 (21 páginas) para o assunto, dentre um total de 171 páginas. O autor abarcou desde a preparação do evento que antecede o casamento – chá-de-panela, para as mulheres e chá-bar, para os homens – até as cerimônias comemorativas de tempo de casamento – as bodas⁵³. Todos os itens abordados contêm caixas de textos sob o título *Curiosidades* e hipertextos, nos quais o autor dá legitimidade à suas prescrições, remontando a história da prática destacada.

⁵³ Menos detalhista do que o manual de D’Ávila, o de Arruda inseriu no capítulo nomeado *Celebrações e cerimônias* os seguintes itens sobre o casamento: Casamentos – Chá-de-cozinha ou chá-de-panela ou chá-bar – A festa de casamento – Lista de presentes – Noiva – Noivo – A cerimônia – Conheça a nova legislação – Casamento civil – Sugestão de um cronograma – Aniversários de casamento/bodas – Lista de nomes de aniversários de casamento – Visitas – Convites – Convites impressos para casamento.



Sobre o casamento, o autor explicou, “essa comemoração nasceu na Roma Antiga. Todo o ritual da noiva em vestir-se especialmente para a cerimônia vem de lá e virou tradição. É de lá também a liberdade da mulher casar por livre e espontânea vontade” (ARRUDA, 2003, p. 38). As prescrições direcionadas à preparação da cerimônia destacam o protagonismo da noiva e a preocupação com os detalhes do ritual para manter o que o autor chama de “tradição”. As noivas pensadas por Arruda atendem a um perfil entendido como homogêneo e majoritário. As práticas prescritas pelo autor tomam determinados gostos como genéricos e constroem um padrão de noiva. Ao tratar do noivado, o autor destaca no hipertexto: “Se for possível, dê um anel de brilhantes, não importa o tamanho das ‘pedrinhas’, pois garanto que não há mulher que não goste disso” (ARRUDA, 2003, p. 39). No mesmo item – o do noivado –, na caixa *Curiosidades*, o autor explica que a prática de presentear noivas com anéis de brilhantes vem da nobreza inglesa do século XVI, portanto, um costume “tradicional”.

Quanto a vestimenta da noiva, o autor alerta: “Evite um modelo de vestido sexy. Sem dúvida o dia é seu, mas o resultado não combina com o momento” (ARRUDA, 2003, p. 44). Para justificar a prescrição, em uma caixa *Curiosidades*, o autor explica que a rainha Vitória, da Inglaterra, foi quem inaugurou o novo estilo de casar-se de branco e com um véu encobrendo o rosto. Essa “raiz nobre” do estilo da vestimenta embasa a narrativa direcionada à noivas do século XXI. A pretensa preservação de alguns modos, nesse caso, remonta a uma ancestralidade artificial e sinaliza distinção e respeito pelas tradições, fator que, assim como na sociedade de corte estudada por Norbert Elias, confere aos indivíduos um patamar de igualdade perante outros grupos sociais, nos quais o “refinamento especificamente civilizado que distinguiu os membros dessa classe superior das outras e, finalmente para eles se tornou como que uma segunda natureza” (ELIAS, 1993, p. 251). Aproximar-se pelas maneiras seria uma justificativa plausível para aprender e praticar os modos de tais grupos, distanciados temporal, espacial e culturalmente.

O exercício formativo proposto nas prescrições de etiqueta constantes nos manuais contribui com a construção de estruturas simbólicas que perpetuaram ideias e

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





atitudes. A referência ao passado, em geral nobre e civilizado, além de dar legitimidade às narrativas que se pretendia perenizar, infere sobre os diversos ritmos que se impõem ao desenvolvimento dos grupos sociais. Ao mesmo passo que, a partir da metade do século XX, as mulheres adentravam, de forma irreversível, no mercado de trabalho, oportunizado pelas demandas de um país imerso em um contexto de desejado desenvolvimento econômico, os autores e autoras dedicados ao tema da etiqueta e das boas maneiras dispensavam seus esforços para idealizar um espaço feminino doméstico e de passividade diante das normas de conduta para elas dirigidas. A problemática se constitui em não considerar as prescrições apenas como sugestões de compartilhamento, mas, como escritas que apresentam tensões conjunturais, sob as quais há disputas entre o que é considerado moderno ou novo e a permanência de um determinado modelo já configurado. Não se trata somente de averiguar as idealizações, mas, de perceber indícios estruturais que são constitutivos daquele presente e de um possível futuro.

O tom prescritivo, que caracteriza a produção desse tipo de leitura, permitiu elucidar estratégias mobilizadas para atuar na constituição de determinados grupos sociais – especialmente os que tinham acesso a esse tipo de leitura – e, principalmente, nas práticas e comportamentos entendidos como adequados as mulheres. A delimitação de espaços, por meio da informalização (WOUTERS, 2007) de maneiras e a continuidade de práticas, por meio da ritualização da convivência social das mulheres, são indiciários da manutenção de determinadas premissas que instituem comportamentos sociais e, possivelmente, funcionam como reguladores tácitos da convivência de mulheres em sociedade. Cultivar a continuidade dos rituais, buscar uma reprodução aproximada a cada execução, perenizar as prescrições por meio da escrita são indícios de que o processo civilizador foi continuado pela repetição, no entanto, pensar que foi uniforme e homogeneizante se distancia sobremaneira da perspectiva problematizante da escrita historiográfica.

Referências bibliográficas

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

- ARRUDA, F.. Sempre, às vezes, nunca. São Paulo: Arx, 2003.
- BASSANEZI, C.. Mulheres dos Anos Dourados. In: PRIORE, M. D. (Org.). História da mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2007.
- BOURDIEU, P.. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- CHARTIER, R.. A História Cultural: entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- _____. Defesa e ilustração da noção de representação. Fronteiras, Dourados, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.
- CUNHA, M. T. S. C.. História, Educação e Civilidades: a correspondência como um saber escolar na Escola Normal entre as décadas de 1930 e 1960. Educação, Santa Maria/RS, v. 30, n. 2, p. 121-138, 2005.
- D'ÁVILA, C. Boas maneiras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958.
- ELIAS, N.. O Processo Civilizador. Volume 2: Formação d Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- HALLEWEL, L.. O livro no Brasil. Sua história. São Paulo: EDUSP, 2005.
- KOSELLECK, R.. Estratos do tempo. Estudos sobre a história. Tradução de Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto-PUC/Rio, 2014.
- PILLA, M. C. B. A.. A Arte de Receber: distinção e poder à boa mesa. Curitiba: Instituto Memória, 2011.
- SCHWARCZ, L. M. (Org.). Código do bom-tom. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- WOUTERS, C. A. P. M. C.. Informalização: Maneiras e Emoções desde 1890 . Londres: Sage, 2007.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS E PROTAGONISMO ÉTNICO

Maria Beatriz Rocha Ferreira
LABJOR/UNICAMP
Marina Vinha
UFGD

Introdução

A teoria de Norbert Elias nos instiga a realizar pesquisas que reconheçam os processos de longa duração, as interdependências, o *habitus* social e o poder. Nesse sentido, o presente texto trata de um registro acerca das figurações que alicerçaram o protagonismo indígena na organização do evento brasileiro ‘Jogos dos Povos Indígenas’ (JPIs). O objetivo do estudo é analisar os ‘Jogos dos Povos Indígenas’ numa dimensão de protagonismo indígena. Os objetivos específicos são: (i) relatar as redes de interdependência que caracterizam os Jogos dos Povos Indígenas; e (ii) apresentar uma contribuição desse protagonismo nas relações de poder entre sociedades indígenas e o estado.

Ao buscarmos dados para explicitar os objetivos e relatar os fatores que caracterizam o evento Jogos dos Povos Indígenas, como protagonismo indígena, recuperamos a indissociabilidade indivíduo-sociedade; as relações de poder entre indígenas e estado são assimétricas, os significados dos JPIs para os participantes dos eventos e para os líderes organizadores Carlos e Marcos Terena não se dissociam de suas vidas.

A metodologia utilizada neste trabalho foi fundamentada em a) publicações sobre o tema; b) pesquisas publicadas e *in lócus*, por meio de observação, entrevistas informais e acompanhamentos em 7 eventos dos Jogos dos Povos Indígenas [Campo Grande/MS (2001), Porto Seguro/BA (2004), Fortaleza/CE (2005), Paragominas PA (2009), Porto Nacional TO (2011) e Cuiabá MT (2013) e os I Jogos Mundiais – JMPIs em Palmas TO (2015)] e a participação da Kari Oca Rio + 20⁵⁴; c) entrevistas publicadas com Carlos e

⁵⁴ Rio + 20 foi a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada de 13 a 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro. Este evento celebrou os vinte anos de realização da Conferência das

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Marcos Terena, organizadores dos eventos e d) participação de reuniões das temáticas indígenas, na ONU em Nova York (2012) relativas a agenda preliminar indígena na organização da Rio + 20 [Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável], na 12ª sessão do Fórum Permanente de Assuntos Indígenas (2013) e na organização do evento paralelo indígena na Rio+20 na cidade do Rio de Janeiro (2012).

A relevância deste trabalho consiste na reflexão acerca do processo figuracional que contribuiu para o protagonismo indígena na concretização dos eventos nacionais de caráter político e lúdico.

Características do protagonismo indígena nos Jogos dos Povos Indígenas

Elias (1999, p. 15) rompe com a ideia dicotômica e o abismo entre as compreensões de sociedade e indivíduo entendidas em outras teorias como antagônicas. Na visão eliasiana, o que ocorre é que as pessoas “através das suas disposições e inclinações básicas, são orientadas umas para as outras e unidas umas às outras nas mais diversas maneiras. Elas constituem teias de interdependência ou figurações de muitos tipos, tais como famílias, escolas, cidades, estratos sociais ou estados”. Assim, podemos dizer que as sociedades são teias, ou figurações formadas por humanos em interdependência. E essas pessoas podem ser protagonistas de ações, de mudanças, de rupturas, de alinhamentos com inúmeras formas e com interesses diversificados.

Ferreira alerta sobre o desgaste de termos como protagonismo e empoderamento ao se tratar de grupos sócio-acêntrico (2012)⁵⁵. Na interpretação da teoria eliasiana, o protagonismo está inserido numa rede de interdependência, no processo de mudanças sociais, aqueles que se consideravam protagonistas por longo período de tempo, em outro

Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e contribuiu para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas.

⁵⁵ Grupos sócio-acêntricos representam aqueles segmentos com pouca representação social e política. (Ferreira, 2012, p. 2).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





podem deixar de ser. O protagonismo⁵⁶ que tratamos neste trabalho representa uma luta indígena que perdura por séculos, retrata os feitos mais recentes como os Jogos dos Povos Indígenas e o esforço de seus organizadores, Carlos Justino Terena e Mariano Marcos Terena. Não trataremos com maior especificidade da presença do estado na organização dos JPIs, uma vez que o Ministério do Esporte, através de seus representantes, muitas vezes se identificou como os organizadores principais do evento.

O protagonismo indígena foi pouco presente na historiografia até o século passado. A aproximação da Antropologia e História foi um avanço nos estudos dos povos indígenas e na compreensão de que a história está onipresente nas relações humanas. Embora muitas vezes não se consiga ter uma visão global da situação, por se ter somente informações dos estudos de casos, os fragmentos de conhecimento permitem imaginar, mas não preencher as lacunas de um quadro global (Cunha, 2008, p. 11)

De acordo com a autora, a noção de que os índios foram vítimas de um sistema mundial de políticas de estado imperou durante muito tempo, estudos de casos mais recentes apontam os índios como importantes atores políticos de suas próprias histórias na relação com os colonizadores. Nos interstícios da política indigenista se vislumbra algo do que foi essa política, por exemplo, as potências metropolitanas perceberam as potencialidades estratégicas das inimizades entre grupos indígenas e se beneficiaram disso nas alianças. (Cunha, 2008, p. 18).

O historiador John Monteiro (2001) registra nas suas pesquisas o protagonismo indígena através das iniciativas de estabelecer relações com o ‘outro’ [quer entre as etnias indígenas ou mesmo os colonizadores], se pensarmos que sempre houve iniciativas de guerras, de acordos, de paz e de negociações, embora seja muitas vezes imperceptível na história brasileira.

A supremacia, os interesses e a língua dos colonizadores dificultaram as relações e a compreensão da singularidade do ‘modo de ser’ de cada etnia. Os modos de ser eram

⁵⁶ Protagonismo é o processo de protagonizar, de ser o protagonista. Protagonista – deriva do grego *protagonistes*, onde “protos” significa principal ou primeiro e “agonistes” significa lutador ou competidor. Dicionário Aurélio – protagonista principal ator, pessoa que ocupa o primeiro lugar em qualquer acontecimento, promotor, interveniente em episódios da vida cotidiana.



e são fundantes na mitologia, na cosmovisão, no ambiente natural, de forma que o conhecimento ancestral era transmitido oralmente de geração para geração, através dos pais, familiares, adultos e especialmente das pessoas idosas⁵⁷. Os idosos tinham o poder político e espiritual e guardavam a memória do grupo, podendo tanto ser pessoas individuais ou um grupo formado por conselheiros.

A estratégia dos colonizadores de dizimarem os membros que detinham o poder, tais como os caciques e pajés, acarretava a perda dos registros das narrativas orais, pois, a transmissão dos feitos, ou o poder de cada povo, estava centrado na oralidade (MONTEIRO, 2001).

Segundo Elias (1999, p. 80) “o poder não é nada mais do que uma expressão um tanto rígida e indiferenciada para designar a extensão especial da margem individual de ação associada a certas posições sociais, expressão designativa de uma oportunidade social particularmente ampla de influenciar a autorregulação e o destino de outras pessoas”. Diante das relações de poder assimétricas com os colonizadores, o destino de cada grupo étnico tornou-se demasiado incerto, uns sobreviveram, à custa de muitas perdas linguísticas e culturais⁵⁸, e outros grupos foram dizimados.

Por força do período colonial, no cotidiano os indígenas se organizaram em aldeias, as quais, de forma geral, foram se consubstanciando em ‘núcleos de pertencas’, ou novas figurações diante de um “mundo colonial que se construía de forma cada vez mais hostil em relação aos indígenas que não eram aliados dos portugueses”. As figurações em aldeias contribuíram para que os indígenas livrassem da condição de escravidão e posteriormente “garantiam acesso a alguns direitos, como o da terra coletiva”, conforme Almeida (apud Corrêa, 2017).

O contexto da recuperação de um tempo tão longínquo contribuiu para mostrar a forma societária de vida humana, e essa forma de vida dos indígenas, nos últimos 4 séculos, nos leva a inferir que o lema que rege o evento Jogos dos Povos Indígenas, qual

⁵⁷ Contemporaneamente muitas aldeias dispõem de tecnologias tanto para acessar quanto para registrar os saberes de cada povo. O idoso passa por uma ressignificação do seu papel, não abordado neste estudo.

⁵⁸ Há hipótese de mais de 2.000 línguas eram praticadas no período colonial, sendo que hoje, segundo dados do IBGE (2010) são 247 línguas faladas no Brasil étnico.



seja – ‘o importante é celebrar e não competir’ – recupera um modo de vida de interdependências. ‘Celebrar’ significa exaltar algo ou alguém, receber de modo festivo, festejar, ser solidário, dentre outros. Um evento nacional voltado aos jogos e danças indígenas com o objetivo de celebrar entre pares e simultaneamente trazer ao público urbano o cotidiano das aldeias, cujas práticas corporais eram e são praticadas por todas as gerações, personaliza uma riqueza lúdica vinda desses povos. Outro aspecto do evento é a alegria que permeia o encontro de diferentes etnias, antes quase que incomunicáveis. Este aspecto fomenta as interdependências em busca da oscilação na balança de poder entre indígenas e o estado.

As pesquisas realizadas nas diferentes versões dos JPIs, inclusive do I Jogos Mundiais dos JMPIs, nos permitiu observar a magnitude das práticas que compõem os eventos (vide Quadro 1). Os rituais e as reuniões políticas internas acontecem longe do olhar do público, num lugar reservado que poucos têm acesso. O que se vê explicitamente durante os 10 dias de evento são as etnias ‘demonstrando’ suas práticas corporais e celebrando. E a partir delas é possível fazer uma leitura dos significados e das variadas formas de viver, das indumentárias, das pinturas corporais, dos materiais extraídos da natureza, das discussões nos fóruns e todos celebrando uma forma de vida única e diferenciada (quadro 1).

Quadro 1. Práticas corporais e atividades realizadas nos Jogos dos Povos Indígenas

Jogos de integração com atividades de características ancestrais praticadas pelos diversos povos indígenas presentes	Arco e flecha, arremesso de lanças, lutas corporais e outros jogos. Local – arena
Jogos de demonstração aqueles específicos de determinada etnia	Corrida com Tora ⁵⁹ , jogo de bola com a cabeça, peteca, Jikunahati; Jawari, Akô; Kagót, Kaipy; Ronkrän, Peikrän; Arremesso de Lança; Arco e Flecha. Local – arena

⁵⁹ Atualmente outras etnias estão desenvolvendo esse tipo de jogo, muito aceito entre grupos do mesmo tronco linguístico.



<p>Jogos ocidentais com esportes incorporados pela cultura indígena.</p>	<p>Futebol, corrida, canoagem e o cabo de força. Local - futebol, canoagem e natação são realizadas em locais apropriados.</p>
<p>Rituais, danças e música para</p> <ul style="list-style-type: none"> • afastar doenças, epidemias e outros flagelos, • celebrar colheitas, amadurecimento de frutos, boa pesca e caça, • curar, • honrar os mortos em rituais fúnebres ou a vida de recém-nascidos, • marcar a puberdade • preparar-se para a guerra e voltar da guerra. 	<p><i>Em geral representam animais</i></p> <p>Dança das Ema– Terena – MS Dança da Onça – Bororo – MT Dança do Jaguar – Índios Coroado - RS Dança Kahê-Tuagê – Canela – MA Dança do Toré - <i>Kariri-xocó, Xukuru-kariri, Pankararú, Tuxá, (índios de Pernambuco) Pankararé, Geripancó, Kantaruré, Kiriri, Pataxó, Tupinambá, Tumbalalá, Pataxó Hã-hã-hãe, Wassu Cocal</i> entre outros - Nordeste Dança do kuarup - povos indígenas do Alto Xingu - MT Acyigua - Guarani – SP, MS Atiaru - Pankararú, município de Tacaratu, - PE Dança do Jaguar – Coroado - RS Uariuaiú - dedicada ao macaco guariba Local – arena</p>
<p>Produtos: Pinturas, Alimentos.</p>	<p>Cerâmicas, colares, brincos, pinturas em jenipapo, castanhas, outras produções agrícolas. Local – feira de artesanato</p>
<p>Eventos - Fóruns de diferentes temas, Reuniões técnicas; Lançamento de livros</p>	<p>Temas – Saúde, Educação, Meio ambiente, Esportes entre outros. Local – Tenda dos saberes</p>

Enfatizando os jogos das tradições indígenas, Rocha Ferreira et al. (2005, p. 33) os conceituam como [...] atividades corporais, com características lúdicas, por onde permeiam os mitos, os valores culturais e que, portanto, congregam em si o mundo material e imaterial, de cada etnia. Os jogos requerem um aprendizado específico de habilidades



motoras, estratégias e/ou sorte. Geralmente, são jogados cerimonialmente, em rituais, para agradar a um ser sobrenatural e/ou para obter fertilidade, chuva, alimentos, saúde, condicionamento físico, sucesso na guerra, entre outros. Visam, também, a preparação do jovem para a vida adulta, a socialização, a cooperação e/ou a formação de guerreiros. Os jogos ocorrem em períodos e locais determinados, as regras são dinamicamente estabelecidas, não há geralmente limite de idade para os jogadores, não existem necessariamente ganhadores/perdedores e nem requerem premiação, exceto prestígio; a participação em si está carregada de significados e promove experiências que são incorporadas pelo grupo e pelo indivíduo.

As práticas corporais estão inseridas em rituais sagrados e alguns requerem provas de caráter físico. Estas práticas corporais não foram aceitas pelos colonizadores e, portanto, desestimuladas ou mesmo proibidas por serem consideradas demoníacas. Mesmo por tanto tempo em desuso, muitas delas foram recontadas pelos ‘velhos’ e ressignificadas na atualidade. As tradições não significam algo do passado, mas algo cujo caráter se revigora e atualiza com as mudanças na sociedade, explica Gallois (2006). A autora ainda enfatiza que o que caracteriza o ‘saber tradicional’ não é sua antiguidade, mas a maneira como ele é adquirido e usado, ou melhor, as formas particulares continuamente colocadas em prática na produção dos conhecimentos de cada povo.

Contribuição do protagonismo indígena na busca do equilíbrio com o estado

Como exposto no item acima, a ideia do indivíduo independente de um ‘eu’, sem ‘você’ e sem ‘nós’ é refutada por Elias. A posição que uma pessoa ocupa nas redes sociais depende “da natureza e a extensão da margem de decisão que lhe é acessível e depende da estrutura e da constelação histórica da sociedade em que ela vive e age”. O poder se desloca à medida em que ocorrem novas informações, pressões externas e internas, enfim no próprio processo de mudanças sociais na história. Na visão eliasiana, esse contexto é denominado ‘poder’ e está imbricado nas relações de menor ou de maior complexidade; não está centrado e congelado nas mesmas pessoas e/ou grupos/instituições ao longo da

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





vida e da história da humanidade. Ele se desloca à medida que ocorrem novas informações, pressões externas e internas, enfim no próprio processo de mudanças sociais na história (ELIAS, 1994, p. 49).

A ausência do Estado na regulação de políticas voltadas à auto sustentação, à insegurança alimentar, às perdas linguísticas, às deficiências no atendimento à saúde, à reorganização da família extensa, às dificuldades de aprendizagens em escolas pouco adequadas para o ensino indígena, são fatores que se interligaram e influenciaram na figuração atual das sociedades indígenas (LIMA, 1992; AZEVEDO, 2008).

Dessa forma, o processo do desequilíbrio de poder nas diferentes estâncias favoreceu a sociedade não indígena [estabelecida], de forma a contribuir para o sentimento de superioridade e autoestima desta população simultaneamente ao sentimento de inferioridade dos indígenas [grupo estabelecido na fase pré-colonial], que estão considerados *outsiders* na fase subsequente. Assim, a história brasileira foi registrada em um processo inverso, de forma a neutralizar o protagonismo indígena em muitas decisões e enfrentamentos tomados em longo prazo⁶⁰.

No conjunto, o patrimônio cultural dos povos – modos de ser, língua, jogos, danças – foi pouco compreendido e, muitas vezes, relegado ao esquecimento. O etnocentrismo europeu colonizador forçou, em muitos aspectos, o desuso dos rituais e de práticas corporais, por serem considerados demoníacos ou incivilizados, pois, muitos dos jogos e danças autóctones⁶¹ e tradicionais tinham origens mitológicas e estavam inseridos em processos ritualísticos.

Foi nesse quadro da sociedade brasileira, na figuração etnia/estado, que em uma das aldeias do povo Terena, no Mato Grosso do Sul, os irmãos Marcos e Carlos Terena vislumbraram a criação do evento Jogos dos Povos Indígenas. Ambos eram envolvidos com entidades não governamentais, as quais deram suporte para a realização do primeiro evento, em parceria com o Ministério do Esporte e outras organizações [a ser descrito no

⁶⁰ Para aprofundamento do tema protagonismos indígenas indicamos o estudo de Izabel Missagia Mattos, **Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

⁶¹ Jogos e danças ‘autóctones’ significam as práticas dos povos originários e, ‘tradicionais’ são algumas práticas que podem ter vindo de diferentes tradições, inclusive dos europeus, asiáticos etc.



texto].

Alguns dados da biografia de Marcos e Carlos Terena mostram o empreendedorismo como uma de suas características, principalmente por sua origem indígena da etnia Terena⁶², tronco linguístico Aruak. Um fato relevante da vida desses irmãos é que a Funai concedeu bolsas de estudos para indígenas estudarem em Brasília na década de 80, do século XX. Marcos e Carlos Terena fizeram parte dessa caravana e, na ocasião, formaram o time de futebol chamado União das Nações Unidas UNIND (SANT'ANA, 2010, p. 101). A convivência entre eles propiciou reuniões e momentos de reflexão sobre as condições dos 'parentes' indígenas, as políticas indigenistas, a estrutura da FUNAI e os movimentos indígenas que existiam no país. Nesse processo, os grupos se fortaleceram politicamente e iniciaram reivindicações políticas. A perspectiva governamental era assimilacionista, ou seja, a perspectiva era a de prepararem os jovens a se integrarem na sociedade mais ampla. Entretanto, as reivindicações daquele grupo incomodaram o governo e os jovens foram 'estimulados' a voltarem para as aldeias. Ocorreu que alguns deles decidiram ficar no distrito federal, como Marcos e Carlos Terena. A narrativa de Carlos mostra a influência que aquele período exerceu sobre ele.

Bom, só que naquela época não conhecia assim a cultura de outros povos e quando fomos a Brasília, eu fui à Brasília estudar, comecei a conhecer outras etnias como principalmente xavante, juruna, carajá [...] que não estão no meio da gente. Comecei a conhecer outros povos e a partir dessa leitura eu comecei a conhecer também a cultura desses povos e eu sempre imaginei que um dia a gente pudesse juntar essas atitudes, digamos positiva, em torno de alguma coisa que pudesse ser em comum então sabemos que há divergências políticas, digamos assim, há divergências religiosas [...] (Entrevista Carlos Terena, in: GRUPPI, 2013, p. 65)

Uma outra característica singular é que o Marcos serviu o Exército brasileiro e aprendeu a pilotar. Com essa facilidade de locomoção, em muitos eventos em aldeias e

⁶² Os Terena eram conhecidos pelos portugueses como os "índios civilizados" – hábeis falantes do português, bons agricultores, "mansos", comerciantes... – sendo-lhes concedidos, portanto, um tratamento diferenciado e "especial" frente a outras etnias: eram-lhes concedidas "patentes" de capitão (aos líderes e/ou indígenas estimados pela Coroa) (Sant'Ana, 2010, p. 37).



locais inóspitos, era comum o comentário que o Marcos chegou de ‘avião’.

Carlos, além de participar de torneios de futebol fez parte de comissões para levar “atletas” nos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs), em meados de 1980 e 1990. Em 1985, em São Paulo, a primeira delegação indígena a participar dos JEBs foi composta por representantes do Xingu, com as etnias: Kamayurá, Yawalapiti, Waura, Kalapalo e Meinako para fazerem demonstração da luta Huka Huka, e também com a presença de uma equipe de futebol, de atletismo e de natação, nessas modalidades compareceram representantes das etnias: Terena, Xavante, Karajá e os povos do Alto Xingu, onde Carlos Terena foi designado dos Coordenadores da Delegação (BOLETIM, 1985, p. 406, in: GRUPPI, 2013, p. 66). Essa experiência foi fundamental na organização posterior dos Jogos Indígenas, até para contrapor regras do esporte e da filosofia, fortalecendo e reconhecendo o modo de ser das etnias indígenas.

Tais fatos ilustram a visão mais ampla que Marcos e seu irmão tiveram, ao protagonizarem a realização de um evento com 12 edições.

Em termos constitucionais, em decorrência das articulações, dos movimentos, das associações, entre outros fatores, a partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998), os indígenas passaram a ser reconhecidos como cidadãos, como pessoa jurídica, conforme reza o Capítulo VIII, em seus artigos 215 e 231, respectivamente, o qual responsabiliza o Estado pela proteção e incentivo de todas as manifestações culturais, e assegura “[...] aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições; admite, portanto, a pluralidade cultural característica da nação brasileira, atribuindo à União a tarefa de proteger e assegurar a existência dessas etnias e culturas diferentes”.

Neste sentido, as culturas, línguas e tradições passaram a ser valorizadas e protegidas como patrimônio imaterial, alguns líderes indígenas começam a se organizar em diferentes associações, com diversos objetivos. No Brasil, as figurações em torno da questão indígena se inter-relacionaram junto ao processo internacional e mais especificamente no latino-americano. As políticas da Ditadura Militar contra os povos indígenas e o abandono em que viviam mobilizaram diversos setores da sociedade civil, dentre eles, o setor progressista da Igreja Católica, que criou o Conselho Indigenista

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Missionário (CIMI), em 1972, para um trabalho específico de apoio aos índios. De acordo com D'Angelis (2011), esta instituição favoreceu a articulação entre aldeias e povos, promovendo figurações assertivas por meio de grandes assembleias indígenas, quando se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural e os primeiros indícios da sistematização de um forte movimento político. Contou também com apoio da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), essas assembleias indígenas eram realizadas, tendo como pauta principal a luta pela terra, como condição para combater a violência e assegurar o futuro (LOEBENS, 2008).

O desfecho desses movimentos pode ser observado nas organizações indígenas que foram surgindo, seja por povos, por atividade, por gênero, por função social, por faixa etária, com diferentes objetivos, com representação das lideranças nos mais diversos segmentos, tanto em nível internacional quanto nacional, a elaboração de projetos para atender as demandas das comunidades e a intervenção para elaboração de políticas públicas.

De acordo com (SANT'ANA, 2010, p. 20), o movimento indígena é “um fenômeno que abarca uma multiplicidade de ações, envolvimento, articulações, objetivos e direcionamentos, locais, nacionais e internacionais, dados, também, pelas especificidades de cada etnia, pelas relações particulares destas com o Estado, com as agências de apoio, pela inserção maior ou menor no contexto da sociedade nacional, entre tantas outras particularidades. Não deve ser pensado como algo uníssono ou linear, mas sim como movimentos repletos de fluxos e refluxos, cujos contextos vivenciados influenciam nos impactos e resultados diferenciados”.

Nesse contexto, retomando o protagonismo de Marcos e Carlos Terena, em abril de 1980, a UNIND lançou oficialmente a associação, ainda sem uma diretoria definida ou estatuto, mas tendo na figura de Marcos Terena um dos representantes dessa mobilização e organização do grupo, que contava, na época, com um grupo de estudantes das etnias Karajá, Bakairi, Xavante, Urubu-Kaapor, Bororo, Terena, Canela e Pataxó.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Entretanto, em agosto de 1980 surge uma nova associação denominada União das Nações Indígenas, mas com a sigla UNI, liderada pelo Sr. Domingos Veríssimo Marcos, o tio de Marcos Terena (SANT'ANA, 2010, p. 103). Houve embates e acordos políticos entre os líderes e as associações. Embora Marcos Terena tenha participado também da UNI, decidiu ficar na UNIND. De 1982 a 1985 deu continuidade a suas ações como 'movimento' e não como associação, especialmente pelo fato de sofrer pressão dos militares e não entrar em competição com a UNI (SANT'ANA, 2010, p. 104). Com a nova Constituição, em 1988, (BRASIL, 1988) as associações indígenas puderem ter o status jurídico de serem representantes legais de seus grupos, e não precisarem depender exclusivamente da FUNAI para dar continuidade às muitas de suas atividades e projetos (convênios, financiamentos, contratos).

Na 2ª Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - ECO-92 - houve uma maior participação política dos Povos Indígenas. E foi com os preparativos da ECO92 que Marcos Terena, juntamente com outras lideranças nacionais, tais como Eliane Potiguara, o Itiarrori Karajá, o Aritana, e outros criaram a associação multiétnica Comitê Intertribal (ITC), da qual Marcos foi presidente por muitos anos. (SANT'ANA, 2010, p. 112).

A finalidade do Comitê Intertribal era a de organizar a participação indígena na ECO-92 na questão político-ambiental, sendo que mais tarde o ITC se focou na organização do evento nacional 'Jogos dos Povos Indígenas'. Para a realização desse evento nacional, os líderes indígenas Marcos Mariano Terena e Carlos Justino Terena foram em busca de parcerias, primeiramente com o ME, as Secretarias de Esporte e Lazer dos Estados e Municípios, Universidades, Organizações não governamentais (ONGs), entre outras (ROCHA FERREIRA et al., 2010).

No correr do texto apresentamos diferentes momentos dessas iniciativas que refletem acordos e tensões políticas que envolveram líderes indígenas e representantes dos diferentes setores do governo. A palestra de Marcos Terena proferida no I Simpósio Cultura Corporal e Povos Indígenas do Paraná (2001) e depois republicada em (2003) esclarece o início dos JPIs.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





[...] fomos (Carlos e Marcos Terena) falar com o Ministro da Educação e perguntamos ‘será que dá para a gente trazer um índio aqui (nos Jogos Escolares Brasileiros – JEBS) para mostrar que ele é um bom arqueiro? Trazer um índio no meio dos estudantes? – perguntou o Ministro. ‘Sim, só para mostrar como atira uma flecha sem “doping”, sem anabolizante, deixa a gente atirar uma flecha’ [no evento, o índio flecheiro desceu na linha para fazer a demonstração, eu mesmo (Marcos Terena) não conhecia esse índio flecheiro. O índio disse ‘não, pode por aqui mais de 50 metros’- porque é importante escolher e poder ver onde vai acertar? Então, ele não mirou como todo arqueiro faz, ele olhou assim e atirou. Ele acertou uma melancia (alvo). Está muito grande, traga outra!’. Trouxeram uma fruta menor até chegar na maçã. Para aquela gurizada, estudantes, jovens, era uma maneira dele quebrar um pouquinho o conceito de esporte. O que é esporte? Porque ele estava usando um arco tradicional, estava utilizando uma metodologia tradicional, mas com o objetivo que não era o tradicional, porque lá na aldeia aquele índio não faz aquilo como esporte. Ele faz para acertar uma ave, uma anta, um peixe no meio do rio, que é mais difícil de acertar porque tem aquela coisa de ótica. Então, nós, a partir daquele momento começamos a trabalhar esse conceito de Jogos dos Povos Indígenas (TERENA, 2001 p. 37; 2003, p. 19-20).

A partir deste momento, eles se reuniram com o Pelé, quando era Ministro dos Esportes, e realizaram a primeira Olimpíada congregando 30 povos do Brasil, em Anhanguera, Goiânia (1996). E desde então deram continuidade ao movimento, e organizaram em Guairá/PR (1999), Marabá/PA (2000), Campo Grande/MS (2001), Marapani/PA (2002), Palmas/TO (2003), Porto Seguro/BA (2004), Fortaleza/CE (2005) e Recife/PE (2007), Paragominas PA (2009), Porto Nacional TO (2011) e Cuiabá MT (2013) e os I Jogos Mundiais – JMPIs em Palmas TO (2015). Os níveis estaduais e regionais são realizados com outras denominações, tais como: Festa Nacional do Índio e a partir de 2009 Festa Nacional da Cultura Indígena (Bertioga), Jogos Indígenas (Pará), Jogos Interculturais Indígenas (Campo Novo do Parecis) entre outros. Estes seguem uma mesma linha de pensamento, com maior ou menor enfoque em atividades esportivas ou culturais, dependendo se a Secretaria promotora se for do Esporte e/ou Cultura.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





A política pública dos Ministério do Esporte e os Jogos dos Povos Indígenas foi desenvolvida de forma processual. E no ano 2008 a Secretaria Nacional do Desenvolvimento do Esporte e Lazer – SNDEL do Ministério do Esporte iniciou a implantação de uma Política Nacional de Esporte para os Povos Indígenas (RODRIGUES, 2015). A implementação recebeu várias interferências decorrentes das mudanças ministeriais e a última versão nacional ocorreu em 2013 e a primeira versão mundial em 2015. A cada nova gestão ministerial, os organizadores Carlos e Marco precisavam retomar as discussões e organização dos eventos.

Diante do exposto, podemos notar as ações do estado-nação em resposta às demandas dos povos indígenas, através de lutas, tensões e negociações junto aos diferentes setores da sociedade brasileira. Além do mais, a reconfiguração da noção dos direitos indígenas como direitos históricos, sobretudo territoriais, estimulou importantes estudos e políticas que buscaram nos documentos coloniais os fundamentos históricos e jurídicos das demandas atuais dos índios ou, pelo menos, dos seus defensores (ROCHA FERREIRA et al., 2012).

É importante frisar que, como todo evento esportivo, os Jogos não conseguem contemplar todas as etnias nacionais e nem todos os jogos e práticas corporais. A seleção nem sempre agrada a todos, pois muitos querem participar e não há espaço para todos. Este desagrado tem um viés cultural e de difícil compreensão, visto que existe uma noção que parentesco entre os indígenas, mesmo pertencentes as diferentes etnias, apesar das rivalidades histórica entre elas. A entrevista abaixo mostra a forma como uma das etnias foi selecionada (GUIMARÃES; GUIMARÃES, 2015).

[...] todos os pataxó têm interesse de participar, mas como as vagas são bem limitadas, então vem definido, cada aldeia tem um certo tipo de vaga, tem uma quantidade de vagas, e eu fui selecionado pela minha aldeia, vim também com o intuito de aprender um pouquinho mais, é a segunda vez que participo, participei na edição que teve em Recife e Olinda, e também adquirir um pouco mais de conhecimento, não só sobre os povos que estão aqui, tem vários povos também que gostariam de estar aqui mas não estão presentes, também adquirir um pouco mais de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





conhecimento sobre eles, como que é a cultura deles, apesar de ser cultura indígena, mas a cultura indígena varia de uma pra outra, de uma etnia pra outra, então, são várias culturas diferentes, isso aí é muito importante pra gente, estar mostrando que cada região tem uma cultura ... tem uma etnia que tem uma cultura diferenciada. (Pataxó)

As entrevistas mais recentes realizadas com Marcos Terena (GOMES, 2015) retratam as redes de interdependência e a dimensão social e política dos JPIs.

Em relação aos direitos humanos – “No caso dos Indígenas, do nosso ponto de vista, todo evento que organizamos tem que ter um vínculo com os Direitos Humanos, não só pelas denúncias de violações, mas como forma de garantir o bem viver. E isso temos usados dentro dos Jogos Indígenas, inserido em um debate natural de etnias, biomas e formas de viver.” Além disso Marcos informa que “nada do que fazemos nos Jogos se reduz a um tipo de campeonato de Índios. Muita gente pensava que era isso, mas com a inspiração das anciãs e dos grandes chefes das aldeias, fomos vendo que, além do esporte e sua prática, tínhamos que trocar ideias, intercambiar valores e presentes, e com isso atingir as políticas públicas governamentais, assim como debater temas específicos focados na juventude e sua visão de futuro e, ao mesmo tempo, os valores ancestrais, como o sagrado e a oralidade. Assim nasceu o Fórum Social Indígena, que neste ano de 2015 vai debater com irmãos de outros países a criação de uma Comissão Internacional Indígena e o II Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, ou seja, estamos dando exemplos.

A participação de Marcos Terena em diferentes Fóruns na Organização das Nações Unidas ampliou as relações internacionais e em consequência relata “o impacto internacional que o Comitê Intertribal mostrou, como parte do Brasil, que somos capazes de promover o inédito, o holístico, o físico e o sustentável”. E na Declaração da ONU para os Direitos Indígenas há inclusive uma recomendação específica que afirma a importância dos Jogos Indígenas. (Gomes, 2015). As tensões entre os gestores sempre existem, entretanto se consegue superá-las apesar das dificuldades, como relata Marcos Terena – “As dificuldades sempre são parecidas. Nós conseguimos os recursos, mas por

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





recomendação governamental federal, não podemos acessar como gestores esses recursos, e sim um ente público como a Prefeitura ou Governo do Estado. Isso sempre gera problemas, pois esse sistema de gerenciar o recurso público, que consideramos caduco, é feito da mesma forma para qualquer evento, menos para os Jogos e os Povos Indígenas. O sistema, então, precisa ser educado e adequado para nossas realidades.”

Em suma os jogos representam momentos de aprendizagens numa dimensão individual e coletiva, desde o momento que os grupos saem das aldeias em direção aos eventos. Para os participantes, os jogos passam a ter dimensões mais amplas do que simplesmente participarem dos eventos e provas esportivas, pois evocam questões profundas do ‘ser índio contemporâneo no Brasil’.

Aportes finais

O objetivo desse estudo foi o de refletir acerca do evento ‘Jogos dos Povos Indígenas’ voltado ao protagonismo indígena, na sua criação e organização. Para tanto, foram relatados os fatores que caracterizam o evento como protagonismo indígena; e apresentamos argumentos sobre a contribuição desse protagonismo nas relações de poder entre sociedades indígenas e o estado.

Os Jogos dos Povos Indígenas são, portanto, eventos organizados nas cidades, através de uma rede de instituições e atores que se inter-relacionam na concretização de um objetivo comum. Os principais organizadores são: Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena [idealizadores dos Jogos] e o Ministério do Esporte. Outras instituições e atores têm papéis significativos também, tais como o Ministério da Educação, Ministério da Justiça, FUNAI, Governos Estaduais e Municipais, Universidades, ONGs, meios de comunicação, participantes indígenas e o público em geral.

Estes jogos contribuem para a história e o cenário das cidades sedes. O lema ‘celebrar e não competir’ reflete um sentimento de não valorizar a competição acirrada, de respeitar as diferenças, trazendo a mensagem de apresentar práticas corporais culturais e de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





enfrentar desafios coletivos sem competir a qualquer preço (TERENA, M. 2003; 2011; TERENA, C. 2007; 2011).

Esse lema e seus compromissos representam novas formas das populações se encontrarem e exercerem a alteridade, assim como perceberem suas diferenças e transporem obstáculos. Os entraves políticos entre os setores organizacionais advêm, especialmente, das diferenças de mundos representadas pelas instituições do estado nacional e as dos povos indígenas, que por si já apresentam uma grande diversidade sócio-político-cultural (ROCHA FERREIRA, 2011; ROCHA FERREIRA et al., 2012).

A figuração JPIs desencadeou, em um período curto de tempo, iniciativas de outros projetos governamentais com o ressurgimento de festivais e eventos visando revitalizar os jogos das culturas indígenas. No mundo acadêmico, desencadeou o desenvolvimento de pesquisas históricas e etnológicas registradas em teses, dissertações e artigos sobre a temática lúdica cultural dos povos⁶³. O protagonismo indígena no evento em nível nacional, que já está em sua 12ª edição, repercutiu no país e internacionalmente, nos diferentes âmbitos das sociedades.

Nas falas dos atletas entrevistados durante os JPIs, os eventos oportunizam momentos profundos de conhecer/aprender, encontrar, apresentar/divulgar, revitalizar a cultura, trocar experiências, evitar perdas culturais, ressignificar, conhecer o outro, integrar, vender artesanato. Estes significados se apresentam em um espaço de múltiplos sentidos para a reconstrução étnica, do ser índio. Representam momentos de visibilidade e de reconhecimento da diversidade cultural, de fortalecimento do parentesco, e da unidade na diversidade. O sentimento de ser reconhecido, valorizado pelos não indígenas é fundamental para a melhoria da autoestima e contribui para um maior equilíbrio da balança do poder, na visão eliasiana (ROCHA FERREIRA, 2011)

Diante do exposto, podemos notar as ações do estado-nação em resposta às demandas dos povos indígenas, através de lutas, tensões e negociações junto aos diferentes setores da sociedade brasileira. Além do mais, a reconfiguração da noção dos direitos indígenas

⁶³ Acervos disponíveis no Repositório Victor Marinho de Oliveira/ME; no Laboratório de Jornalismo Científico (LABJOR)/UNICAMP; no Centro Esportivo Virtual *online* (CEV), dentre outros.



como direitos históricos, sobretudo territoriais, estimulou importantes estudos e políticas que buscaram nos documentos coloniais os fundamentos históricos e jurídicos das demandas atuais dos índios ou, pelo menos, dos seus defensores (FERREIRA, et al 2012, 2014).

Como mencionado acima, o associativismo étnico é um dos fenômenos recentes na história das mobilizações e inserções políticas indígenas. Nesse sentido, o ITC mantém o objetivo de organizar os ‘Jogos dos Povos Indígenas’. Estes eventos nacionais e com perspectivas de internacionalização, representam uma cadeia de interdependência, formada pelo Estado (instituições governamentais), associações indígenas, ONGs, universidades, mídia e público de maneira geral. Vale repetir a fala de Marcos Terena, no sentido de que todos os eventos mantêm vínculo com os preceitos dos Direitos Humanos com o objetivo de garantir a qualidade de vida assim como as possibilidades de violações às diferentes formas de viver.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, M.M. Diagnóstico da População Indígena no Brasil. Revista Ciência e Cultura. Ano 60, n. 4, out./dez., 2008, p. 19-22.

BRASIL 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 10/10/2016

CORRÊA, L.R.A. Nova História Indígena: o protagonismo dos índios. Bibliografia Comentada. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/nova-historia-indigena-recuperando-o-protagonismo-dos-indios/> Acesso em 2 jul 2018.

CUNHA, M.C.. Introdução a uma história indígena. In: Cunha, Manuela Carneiro (org). História dos índios no Brasil. SP, Companhia das Letras, 2008.

D'ANGELIS, W. Prefácio. In: Jogo, celebração, memória e identidade. Reconstrução da trajetória de criação, implementação e difusão dos jogos indígenas no Brasil (1996-2009). Editora Curt Nimuendajú, Campinas, 2011.

ELIAS, N.. Introdução à sociologia. Nova Biblioteca 70. Edições 70 Ltda. 1999.

ELIAS, N.. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

- FERREIRA, R.A. Etnomidialogia e a interface com o politicamente correto. In: Comentários teóricos. Extraprensa (USP), Ao VI, n.10, junho/2012
- GALLOIS, D.T.. Patrimônio Cultural Imaterial e Povos Indígenas. São Paulo, IEPÉ, 2006.
- GOMES, M.. Entrevista Marcos Terena. A Trajetória de um projeto de vida. In: In: Celebrando os jogos, a memória e a identidade: XI Jogos dos Povos Indígenas. Porto Nacional – Tocantins, 2015
- GRUPPI, D.R.. Jogos dos povos indígenas: trajetória e interlocuções. Tese Doutorado. FEF – UNICAMP, 2013.
- GUIMARÃES, MCF & GUIMARÃES, MH. A comunidade indígena e suas percepções dos XI Jogos dos Povos Indígenas – JPIs. In: Celebrando os jogos, a memória e a identidade: XI Jogos dos Povos Indígenas. Porto Nacional – Tocantins, 2015
- LIMA, A.C.S. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: História dos índios no Brasil. Companhia das Letras, 1992, p. 155-172.
- LOEBENS, G.F.. Movimento e organizações indígenas no Brasil, 2008. Disponível em: <https://cimi.org.br/2008/07/27614/> Acesso em: 1 ago 2018.
- MONTEIRO, J.M. Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese de Livre-Docência, IFCH-Unicamp, 2001.
- ROCHA FERREIRA, M.B.. Jogos dos Povos Indígenas: identidade e figurações. In: Jogo, celebração, memória e identidade. Reconstrução da trajetória de criação, implementação e difusão dos jogos indígenas no Brasil (1996-2009). Editora Curt Nimuendajú, Campinas, 2011, p. 29-40.
- ROCHA FERREIRA, M.B., VINHA, M., TAGLIARI, I.A., FASSHEBER, J.R., UGARTE, M.C.D. Cultura corporal indígena. In: COSTA, L. P. (Org.). Atlas do Esporte no Brasil. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p. 35-36.
- ROCHA FERREIRA, M.B.; VINHA, M. & CAMARGO, V.R.T. Associativismo étnico e os jogos dos povos indígenas. Anais Simpósio Processos Civilizadores, Colômbia, 2010
- ROCHA FERREIRA, M.B., FASSHEBER, J.R., VINHA, M.. Jogos indígenas: um olhar acadêmico. In: Pedagogia do esporte e competição: aspectos conceituais e procedimentais. Orgs. Riller Silva Reverdito; Alcides José Scaglia; PAULO César Montagner. Editora Phorte. 2012, p. 71-99.
- ROCHA FERREIRA, M.B. & CAMARGO, V.R.T. Figurações, celebração e divulgação: Jogos dos Povos Indígenas. In: ZIMMERMANN, A.C., SAURA, S. C.. (Org.). Figurações, celebração e divulgação: Jogos dos Povos Indígenas. 1ed.SÃO PAULO: Laços, 2014, v. 1, p. 55-68.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

RODRIGUES, R.P.. A política pública do Ministério do Esporte e os Jogos dos Povos Indígenas. In: Rocha Ferreira, M.B. & Vinha, M. (org) Celebrando os Jogos, a Memória e a Identidade: XI Jogos dos Povos Indígenas. Porto Nacional – Tocantins, 2011. Dourados: UFGD, 2015.

SANT'ANA, G.R.. História, espaços, ações e símbolos das associações indígenas Terena. Tese de doutorado. IFCH. Unicamp, 2010.

TERENA C.J.. O importante não é ganhar, mas celebrar. Revista de História da Biblioteca Nacional, julho 2007, p. 31.

TERENA, C.J.. Entrevista – Jogos dos Povos Indígenas. In: ROCHA FERREIRA, Maria Beatriz & VINHA, Marina. Celebrando os jogos, a memória e a identidade: XI Jogos dos Povos Indígenas. Porto Nacional - Tocantins, 2011. 1. ed. Maringá - Paraná: Carlos Antonio Venâncio, 2015ª p. 17-22.

TERENA, C.. Entrevista. In: CAMARGO, V.R.T., ROCHA FERREIRA, M.B., VON SIMSON, O.R.M. Jogo, celebração, memória e identidade. Reconstrução da Trajetória da Criação, Implementação e Divulgação dos Jogos Indígenas no Brasil (1996 – 2009). Editora Curt Nimuendajú, Campinas, 2011, 15-19.

TERENA, M.M.. O Esporte como resgate de Identidade e Cultura. I Simpósio Cultura Corporal e Povos Indígenas do Paraná. Anais, 2001, p.34-40.

TERENA, M.M.. O Esporte como resgate de Identidade e Cultura. In: Rocha Ferreira, M. B. et al. (org). Cultura Corporal Indígena. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2003, p 15-24.

TERENA, M.M.. Entrevista In: CAMARGO, Vera Regina Toledo, ROCHA FERREIRA, Maria Beatriz., VON SIMSON, Olga Rodrigues. Jogo, celebração, memória e identidade. Reconstrução da Trajetória da Criação, Implementação e Divulgação dos Jogos Indígenas no Brasil (1996 – 2009). Editora Curt Nimuendajú, Campinas, 2011, p. 21-23.

Curt Nimuendajú, Campinas, 2011, p. 21-23.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

O PNUD/ONU, OS GASTOS PÚBLICOS E OS GASTOS MILITARES NO MUNDO HOJE: UMA LEITURA A PARTIR DA OBRA *A CONDIÇÃO* *HUMANA* DE NORBERT ELIAS

Dra. Maria José de Rezende
Universidade Estadual de Londrina
E-mail: mjderezende@gmail.com

Resumo: Por meio de uma pesquisa documental em materiais divulgados, anualmente, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), desde 1990, buscar-se-á o significado social e político dos diagnósticos, postos nos Relatórios Globais do Desenvolvimento Humano (RDHs), acerca da impossibilidade de alcançar melhorias (na renda, escolaridade, saúde, moradia adequada, nutrição e participação política), em favor das pessoas mais pobres, sem que sejam diminuídos os gastos militares e desarmados, mais e mais, os conflitos violentos oriundos tanto dos vários tipos de guerras quanto das crises sociais e ambientais. A leitura destes documentos está sendo feita à luz da obra *Condição Humana* de Norbert Elias.

Palavras Chaves: Guerras, conflitos, desenvolvimento Humano, violência.

Abstract: Through a documentary survey of materials published annually by the United Nations Development Program (UNDP), since 1990, it will be sought the social and political significance of the diagnoses set out in the Global Human Development Reports (GHDRs) about the impossibility of achieving improvements (in terms of income, schooling, health, adequate housing, nutrition and political participation), in favor of the poorest people, without reducing military and unarmed expenditures, more and more violent conflicts arising both of the various types of wars as well as social and environmental crises. The reading of these documents is being done in the light of Norbert Elias's *The Human Condition*.

Keywords: Wars, conflicts, Human development, violence.

Em *A condição humana*, Norbert Elias (1991) expõe, por ocasião do 40º aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial, os muitos motivos e razões que sustentam as tradições bélicas e militares bem como os jogos de poder que tornam provável a ocorrência de novas tragédias, potencialmente ainda mais violentas, em virtude das lutas armamentistas, que a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais. Ele alertava que a tarefa de dissuadir a belicosidade pelo bem da humanidade era uma das tarefas mais difíceis e inglórias de que se tinha conhecimento ao longo da história. Por esse caminho é possível

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





entender os muitos percalços que se colocam às prescrições dos Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs) para a diminuição das despesas militares, das guerras e dos conflitos bélicos como condição essencial para a expansão do desenvolvimento humano (PNUD/RDH, 2014; 2010; 2005; 2002; 1997; 1991).

A grande dificuldade, segundo Elias (1991) se devia ao fato de que a dissuasão tinha de lidar com elementos racionais (cálculos sobre o quanto se poderia economizar com guerras e armamentos para que esse montante fosse aplicado no bem-estar social da população mais pobre⁶⁴, cálculos dos benefícios, para todos, econômicos e contábeis da paz social, entre outros) e irracionais (medos, temores infundados, desejos de provar condições de superioridade de grupos e povos, discriminações e preconceitos contra segmentos sociais e étnico-raciais diversos, sentimentos de ódios e vinganças, etc.).

Os Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs), publicados, anualmente, desde 1990 pelo Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD), chamam a atenção para a necessidade de dissuadir os governantes, os segmentos que detêm o poder econômico e político e todos os demais grupos defensores da belicosidade de seguirem o caminho da guerra e da luta armamentista. Fazem isso através de muitos argumentos, a maioria deles de caráter racional, baseados no que se ganha com a dissuasão das guerras e dos conflitos bélicos, e o que se perde com a ampliação da corrida armamentista e das despesas militares no mundo⁶⁵.

As guerras e os conflitos bélicos, de modo geral, constituem-se, segundo formuladores dos RDHs, em obstáculos expressivos para as propostas de melhorias nos índices do desenvolvimento humano⁶⁶, que condicionam a expansão das melhorias sociais à diminuição significativa das guerras, das perseguições, das violências e das violações de direitos que atingem populações diversas ao redor do planeta.

⁶⁴ Há uma ampla discussão nas Ciências Sociais e Econômicas sobre isso, a qual ficou conhecida como “*guns-and-butter trade-off*” (Dikici, 2015; Hartley e Sendler, 1995; 2007; Ram, 1995; Braddon, 1995; Deger e Sen, 1995, Almeida, 2013).

⁶⁵ O Instituto Sueco chamado SIPRI tem produzido muitos dados sobre as despesas militares no mundo atual. Ver: (SIPRI/Yearbook, 2015).

⁶⁶ “Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Um índice composto que mede as realizações em três dimensões básicas do desenvolvimento humano – uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno” (PNUD/RDH, 2010, p.232).



Ensina Norbert Elias (1991) que diminuir, ainda que pouco, as hostilidades, os ódios, os sentimentos de superioridade, a corrida armamentista, as guerras e as violências tem sido um dos maiores desafios ao longo da história da humanidade. Assinale-se, então, que não há novidade alguma no fato de o planeta estar, ainda no século XXI, acometido por guerras e violências de grandes, médias e pequenas extensões. O que se observa é que, após a Segunda Guerra Mundial, surgem algumas organizações e vozes que se esforçam com muito empenho por dissuadir tais formas de conflitos. E, no caso dos RDHs, ganha relevo um conjunto de diagnósticos, que associam as dificuldades de desenvolvimento humano, entre outros motivos, também ao aumento das guerras, das despesas militares, dos aparatos bélicos, da criminalidade, das disputas territoriais, das crises sociais e ambientais.

Os elaboradores e encampadores desses documentos chamam a atenção para a necessidade de controlar a violência como fator fundamental da expansão do desenvolvimento humano, entendido a partir da perspectiva de Amartya Sen (2006; 2008; 2010; 2011) e de Mahbub Ul Haq (1963; 1978; 1995), como a inserção dos indivíduos em condições adequadas de alimentação, de moradia, de saúde, de escolarização, de participação política e de respeito aos seus direitos humanos e fundamentais. Da dissuasão das violências e das guerras devem participar os Estados nacionais, os organismos internacionais e as organizações da sociedade civil. Ganham relevos, nos RDHs, aqueles primeiros como configurações⁶⁷ que deveriam estar voltadas para o combate à belicosidade e a todas as formas de violência.

O objeto de estudo deste artigo são as correlações feitas, na forma de diagnósticos e prescrições, pelos elaboradores dos RDHs, entre ampliação das guerras e conflitos armados de modo geral e as indicações das dificuldades de se desenvolverem, em várias partes do mundo, políticas garantidoras da expansão do desenvolvimento humano, da segurança humana e dos direitos humanos para os segmentos mais pobres, os quais são os mais atingidos por conflitos violentos e belicosos. Levantam-se, assim, os seguintes

⁶⁷ Os Estados, as instituições de maneira geral, os organismos internacionais e as organizações da sociedade civil formam configurações, as quais podem ser simples ou complexas em vários níveis. As relações de interdependências estão na base das configurações. Sobre a abordagem configuracional, ver: (Elias, 2006).



problemas sociológicos: De que argumentos os produtores dos RDHs lançam mão para atestar que há uma forte correlação entre a ampliação da violência bélica e a diminuição das possibilidades de efetivar o desenvolvimento humano? Sob que estratégias político-sociológicas são formulados os diagnósticos assentados nessas correlações? Por que, ao chamar a atenção para o fato de que as guerras e os conflitos bélicos anulam quaisquer possibilidades de desenvolvimento humano, os elaboradores dos RDHs creem que estão formulando uma narrativa pacificadora que abriria caminho para as políticas de melhoria da vida das pessoas mais pobres?

No que diz respeito aos procedimentos de pesquisa

“Acredita-se que a compreensão histórico-hermenêutica possibilita decifrar o que as propostas, as análises, as sugestões, as leituras do mundo dos RDHs revelam e o que dissimulam. (...) O que deve ser feito sem esquecer que os documentos das Nações Unidas são um entrançado de muitas vozes e de muitos interesses formadores de um conjunto de diagnósticos e prescrições. Todavia, esclarece-se que (...) ganham primazia, nesta investigação, as condições sociais e históricas nas quais os textos são produzidos, lidos, divulgados, aceitos, recusados, criticados e interpretados” (Rezende, 2017, p.222-3).

Deve-se esclarecer ainda, no que se refere aos procedimentos empregados nesta pesquisa documental, que a análise das narrativas não estará buscando somente o que está, supostamente, oculto nos textos que formam as construções dos diagnósticos acerca dos emperramentos das políticas de desenvolvimento humano e das prescrições (Rezende, 2015) que visam dissuadir, governantes e lideranças políticas, de ações voltadas para guerras e conflitos bélicos. Parte-se da “necessidade de levar em conta (...) as condições internas de produção dos relatórios (...) e as condições externas, [ou seja], o contexto histórico, os jogos configuracionais⁶⁸ e as relações de poder” (Rezende, 2017, p. 224) que são demarcadores do modo como os elaboradores dos RDHs selecionam alguns aspectos da organização internacional atual para enfatizar que é possível agir, com

⁶⁸ Os Estados nacionais, os organismos internacionais, as organizações da sociedade civil organizada,



urgência, para mudar o rumo belicoso do mundo e também o quadro de penúria no qual muitos indivíduos estão inseridos.

Sem desconsiderar os muitos problemas que obstam ao desenvolvimento humano, os relacionados à pobreza extrema, às guerras, aos conflitos armados e às violências belicosas são os que mais ganham, nos RDHs de 2014; 2010; 2005; 2002; 1997 e 1991, um “forte sentido de urgência. (...), [ou seja], é preciso agir já. (...) Propõem-se, assim, várias formas de atuação sobre tais problemas: é preciso agir já e aqui e é possível fazê-lo” (Carvalho, 2000, p.151). Não há dúvida de que se constrói, neste caso, uma forma de persuasão, que se configura como uma estratégia política bem como uma ideologia, e acaba confundindo a realidade (na qual prevalecem as guerras e conflitos bélicos) com idealizações de que seria possível dissuadir os governantes, das várias partes do mundo, de suas práticas belicosas para que, assim, haja maiores investimentos em políticas de desenvolvimento humano. Confunde-se, como assinala Elias (1994; 1994^a; 2001), um ideal com o supostamente realizável.

Conforme ensina Raymond Williams (2015, p.286), é necessário realizar uma análise das propostas, dos RDHs, de ação política em alguns movimentos, ou seja, “ao mesmo tempo [como] uma estratégia e uma ideologia” e de modo separado, prevalentemente como uma estratégia política ou prioritariamente como um conjunto de valores ideológicos. Os elaboradores e encampadores dos RDHs, ao denunciarem os desastres provocados pelas guerras e conflitos belicosos, estão compondo um feixe de estratégias políticas que têm de ser analisadas em razão, não só de uma investigação interna das narrativas (ou seja, em torno do que é dito e do modo como é dito, numa abordagem da sintaxe e da semântica) do texto (Bauer, 2002), mas, principalmente, das razões externas⁶⁹ formadas pelos jogos configuracionais (entre Estados, governantes, organizações da sociedade civil, organismos internacionais, entre outros), jogos de poder (Elias, 1994) e as condições sociais, culturais, políticas e econômicas (Williams, 2015). Portanto, eles estão compondo também valores ideológicos que confundem a realidade

⁶⁹ Sobre os focos analíticos internalistas e externalistas, ver: Heloísa Pontes (1996).



com ideais inalcançáveis. A inatingibilidade do desenvolvimento humano aparece de modo embaralhado.

Como uma configuração complexa em múltiplos níveis, conforme ensina Norbert Elias (2006; 2006^a; 2006b; 2006c), as Nações Unidas, como órgão prescritivo, podem, evidentemente, desencadear patamares cada vez mais complexos de luta política. Ao indicar a necessidade de que todos os povos e países, inclusive os mais pobres, se insiram na efetivação do direito ao desenvolvimento, temos aí o desencadear de um longo processo de disputas diversas, entre países que compõem o sistema das Nações Unidas, acerca das desigualdades econômicas e políticas e dos desequilíbrios de poder entre nações e grupos sociais. Como o direito ao desenvolvimento vai se materializando em pactos, acordos, tratados, convenções e protocolos diversos, vão ficando mais e mais evidentes os muitos conflitos de interesses que obstam, até mesmo, a dissuasão das muitas formas de guerras e de violências bélicas.

Norbert Elias (1991) afirma que tentar indicar posições contrárias à tradição belicosa, a qual tem permanecido constante ao longo da história da humanidade, é uma tarefa difícilíssima. Essa é uma das empreitadas mais complexas que já se conheceu. Por isso, não se deve supor que os RDHs, em poucos anos e sozinhos, seriam capazes de grandes avanços rumo a uma tomada de posição, de fato, contrária a tradição bélica.

As estratégias políticas anunciadas nos RDHs vão ficando mais e mais tortuosas, já que os autores dos documentos em análise, não vêm como exequíveis, no mundo atual, mudanças políticas substantivas, no que tange aos conflitos bélicos, que sejam capazes de quebrar, nas relações internacionais, as convicções de que a possibilidade do enfrentamento e da guerra devem ordenar a vida social e política. Norbert Elias (1991), em *A condição humana*, afirma que quebrar essa tradição tem sido o maior desafio das Nações Unidas. Isso fica evidenciado em muitos trechos dos relatórios. Vide, por exemplo, este: “O *deficit* de governação (...) limita a capacidade de governação internacional, com vista à solução dos problemas de segurança urgentes, passando o ônus para as populações em zonas de conflito” (RDH, 2014, p.118).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Situar os argumentos no pressuposto de que a segurança humana depende das Forças Armadas e de seu poderia bélico é contraditório, pois não se chegará a qualquer segurança por esse meio (Elias, 1991, p.100). Em *A condição humana*, Norbert Elias faz uma ampla reflexão, por ocasião do aniversário de 50 anos do final da Segunda Guerra Mundial, sobre o quanto tem sido difícil desmontar a ideia de que os aparatos bélicos são as formas possíveis de garantir a paz. Embora critiquem a expansão das despesas militares, o aumento dos conflitos bélicos e o potencial destrutivo das guerras no concernente aos avanços do desenvolvimento humano, os formuladores dos RDHs têm dificuldade de advogar contra a ideia de que não é possível a segurança sem que haja um poder armamentista e bélico em pleno funcionamento. Ou seja, a segurança e a paz, dizem eles, não podem ser mantidas somente pelas Forças Armadas, mas elas continuam, segundo os produtores do RDH de 2005 e 2014, essenciais. Tem-se a impressão de que eles desejam assinalar que a paz e a segurança são garantidas por dois processos simultâneos: 1) o combate à pobreza extrema e a expansão do desenvolvimento humano e 2) a atuação das Forças Armadas dentro dos parâmetros acordados pelos Atos Internacionais. Já, as guerras contra o terrorismo, por exemplo, poderiam camuflar violações dos direitos humanos (RDH, 2005).

Não há dúvida de que a associação entre a diminuição das possibilidades do desenvolvimento humano e o aumento dos enfrentamentos e conflitos bélicos revela algo de grande monta: a aposta numa “restrição bélica voluntária” (Elias, 1991, p.100). É claro que se isso ocorresse, como afirma Elias (1991), seria um salto civilizacional, uma vez que se estaria testando a capacidade de autorregulação, autocontenção e autocontrole dos países, governos e dirigentes. As narrativas postas nos relatórios tentam construir estratégias indicadoras de uma pacificação em meio a disputas que negam, inteiramente, esse direcionamento. No entanto, a pacificação só seria alcançada se fossem estabelecidas políticas permanentes de melhorias sociais.

“Conflito, nomeadamente as guerras civis, parece estar associado ao mau desempenho em termos do Índice de Desenvolvimento Humano (progresso significativamente abaixo do que se poderia esperar dadas

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNADOR DO ESTADO





as condições iniciais), visto que 60 por cento dos países que vivem este tipo de conflito (28 de 46 países incluídos na amostragem) apresentaram resultados insuficientes neste domínio” (PNUD/ RDH 2014, p. 140).

De um modo ou de outro, os argumentos postos nos relatórios podem ser tomados como tentativas de indicar que haveria avanços nas políticas de desenvolvimento humano se as guerras fossem evitadas mediante acordos arbitrados por órgãos como as Nações Unidas. Norbert Elias (1991) afirmava que, para alcançar isso, a humanidade teria de passar, ainda, por processos pacificadores muito árduos.

“A diminuição da desconfiança entre os Estados não é realizável de hoje para amanhã. Ela exige o esforço conjunto e paciente de muitos homens, que lutem nos seus países para que cresça a disponibilidade para resolver os conflitos entre os Estados, seja por meio de compromissos não violentos, seja por via da arbitragem exercida por órgãos supra-estatais” (Elias, 1991, p.101).

Os elaboradores do RDH de 2010 demonstram o quanto são difíceis frutificarem ações pacificadoras naqueles países e regiões tomados pela pobreza multidimensional, pelas doenças como HIV e Malária, pelas desigualdades abissais e pelas guerras civis ainda que de baixa intensidade. Esses fatores juntos têm-se revelado bastante explosivos. Veja-se o que consta no RDH de 2010:

“A Zâmbia registrou declínios na esperança de vida, taxas brutas de matrícula e rendimento por diversos motivos. O colapso dos preços do cobre em 1980 despoletou uma longa depressão que contraiu a economia em um terço. O país também se ressentiu das vagas de refugiados em fuga das respectivas guerras civis em Angola e Moçambique, seus vizinhos, e da epidemia de VIH, que fez com que o país apresentasse a quinta taxa mais elevada de prevalência de VIH no mundo” (PNUD/RDH, 2010, p.32).

Fica evidenciado, no relatório de 2010, que a explicação para as dificuldades de expansão das políticas de desenvolvimento humano não está relacionada somente à

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





vigência das guerras civis ou entre países. Estas têm um peso enorme, que muitas vezes se somam a outros fatores. A junção das guerras (de diversas intensidades) com epidemias, fomes e desastres ambientes compõe um cenário capaz de minar toda e qualquer possibilidade de combate à pobreza multidimensional. Todos esses fatores impactam negativamente o desenvolvimento humano, conforme consta no RDH de 2010.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, C. W. L de. Evolução do orçamento de Defesa no Brasil. In: ALVES DO CARMO, C. [et al] (Orgs.). Relações internacionais: olhares cruzados. Brasília: FUNAG, 2013. p.415- 451
- BAUER, M. Análise de conteúdo clássica in. Gaskell, G e Bauer, M. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 189-217.
- BRADDON, D. The regional impacto of defense expenditure. In HARTLEY, K.; SANDLER, T. (edts). Handbook of Defense Economics. Amsterdam: Elsevier Science, 1995. p.491-521.
- CARVALHO, A. Opções metodológicas em análise de discurso: instrumentos, pressupostos e implicações. Comunicação e Sociedade: Cadernos do Noroeste, Portugal, Vol. 14 (1-2), p.143-156, 2000.
- DEGER, S.; SEN, S. Military expenditure and developing countries. In: HARTLEY, K.; SANDLER, T. (edts). Handbook of Defense Economics. Amsterdam: Elsevier Science, 1995. P.275-307
- DIKICI, E. Guns versus Butter Tradeoff: the theory of defense – Quality factor. Journal of Economics, Business and Management. Singapore, v.3. n.7, p.1-6, jul. 2015.
- ELIAS, N. A condição humana. Lisboa: DIFEL, 1991.
- ELIAS, N. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ELIAS, N. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994ª.
- ELIAS, N. Conceitos sociológicos fundamentais: civilização, figuração, processos sociais. In NEIBURG, F. e WAISBORT, L. (orgs.) Escritos & Ensaios. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p.21-33.
- ELIAS, N. Tecnização e civilização. In NEIBURG, F. e WAISBORT, L. (orgs.) Escritos & Ensaios. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006a. p.35-67.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





- ELIAS, N. Processos de formação de Estados e construção de nações. In NEIBURG, F. e WAISBORT, L. (orgs.) *Escritos & Ensaio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006b. P.153-165.
- ELIAS, N. Para a fundamentação de uma teoria dos processos sociais. In NEIBURG, F. e WAISBORT, L. (orgs.) *Escritos & Ensaio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006c. P.197-231.
- HARTLEY, K.; SANDLER, T. (edts.). *Handbook of defense Economics*. Amsterdam: Elsevier Science, 1995. V.1
- HARTLEY, K.; SANDLER, T. (edts.). *Handbook of defense Economics*. Amsterdam: Elsevier Science, 2007. V.2.
- PONTES, H. Círculos de intelectuais e experiência social. 1996. Disponível em: [HTTP://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_34/rbcs34](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_34/rbcs34) Acesso 06 jun 2018
- PNUD/RDH (1991). Relatório do Desenvolvimento Humano: Financiamento do Desenvolvimento Humano. PNUD/ONU, 1991. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1991> Acesso 02 maio 2018
- PNUD/RDH (1997): Relatório do Desenvolvimento Humano: desenvolvimento humano para erradicar a pobreza. PNUD/ONU. 1997. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1997> Acesso 02 abr 2018
- PNUD/RDH (2002). Relatório de Desenvolvimento Humano: Aprofundar a democracia num mundo fragmentado. PNUD/ONU, 2002. Disponível em: <http://www.pnud.org/en/reports/global/hdr2002/download/pt>. Acesso 02 maio 2018
- PNUD/RDH (2005). Relatório de Desenvolvimento Humano: Cooperação internacional numa encruzilhada. PNUD/ONU, 2005. Disponível em: <http://www.pnud.org/en/reports/global/hdr2005/download/pt>> Acesso 08 abr 2018
- PNUD/RDH (2010): Relatório de Desenvolvimento Humano: A verdadeira riqueza das nações: caminhos para o desenvolvimento humano. PNUD/ONU. 2010. Disponível em: <http://www.pnud.org/en/reports/global/hdr2010/download/pt>.> Acesso 11 jun 2018
- PNUD/RDH (2014): Relatório de Desenvolvimento Humano: Sustentar o progresso humano – reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência. PNUD/ONU. 2014. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/rdh>.> Acesso 24 jun 2018.
- RAM, R. Defense expenditure and economic growth. In: HARTLEY, K.; SANDLER, T. (edts). *Handbook of Defense Economics*. Amsterdam: Elsevier Science, 1995. p.251-274.
- REZENDE, M. J. de. Uma abordagem histórico-hermenêutica dos Relatórios do Desenvolvimento Humano. *E@Latina*, Buenos Aires, v.13, n.51, p.31-51, abr-jun.2015.



17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

REZENDE, M. J. de. As análises dos Relatórios do Desenvolvimento Humano e as aproximações com a perspectiva histórico-hermenêutica. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v.48, n.2, p.220-255, 2017.

SEN, A. *El valor de la democracia*. Madrid: El Viejo Topo, 2006.

SEN, A. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

SEN, A. *A ideia de justiça*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

SIPRI.YEARBOOK: Military Expenditure. 2015. Disponível em:
<https://www.sipri.org/yearbook/2015/09> Acesso 01 jul. 2018.

UL HAQ, M. *The strategy of Economic Planning*. Nova York: Oxford University Press, 1963.

UL HAQ, M. *A Cortina da pobreza: opções para o terceiro mundo*. São Paulo: Nacional, 1978.

UL HAQ, M. *Reflections on Human Development*. Nova York: Oxford University Press, 1995. 288p.

WILLIAMS, R. *A política do desarmamento nuclear*. In: *Recursos da esperança*. São Paulo: Unesp, 2015, p.275-305.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPOSIÓ INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

BOLIVIA HACIA SU BICENTENARIO: TENSIÓN SOCIAL, VIOLENCIA Y PROCESO (DES)CIVILIZADOR

Mauricio Sánchez Patzy
Universidad Mayor de San Simón
jamasapa@hotmail.com

Resumen: Ante la proximidad de las elecciones generales de 2019, y del bicentenario de la república en 2025, la coyuntura política boliviana se debate en torno a la repostulación de Evo Morales a la presidencia. En 2016 los resultados de un referéndum negaron la posibilidad de que Morales pueda volver a postularse como candidato, dado que ya habría cumplido tres gestiones de gobierno continuas. Sin embargo, los partidarios de Morales desconocieron esos resultados, y a fines de 2017, el Tribunal Constitucional Plurinacional, afín al partido de Morales, resolvió que él puede volver a postularse porque “es su derecho humano”, en apego a la Convención Interamericana de Derechos Humanos, y no de la propia Constitución. Esto ha desatado un clima de creciente conflictividad y violencia social, aquí analizada a la luz de la noción de proceso civilizador/descivilizador de Norbert Elias.

Abstract: Given the proximity of the general elections of 2019, and the bicentennial of the republic in 2025, the Bolivian political situation is debated around the repostulation of Evo Morales to the presidency. In 2016, the results of a referendum denied the possibility that Morales could re-run as a candidate, given that he had already carried out three continuous government periods. However, Morales supporters ignored these results, and at the end of 2017, the Plurinational Constitutional Court, related to Morales' party, decided that he could run again because "it is his human right", in accordance with the Inter-American Convention on Human Rights, and not with the Constitution itself. This has unleashed a climate of increasing conflict and social violence, analyzed here in light of the notion of the civilizing / decivilizing process of Norbert Elias.

Palabras clave: Coyuntura. Proceso civilizador/descivilizador. Violencia

Introducción

En 2025, el Estado Plurinacional de Bolivia cumplirá 200 años de su fundación. Desde el 22 de enero de 2006 es regido por un solo partido político (el Movimiento Al Socialismo, MAS) y por un solo presidente, Evo Morales. Los seguidores de Morales, que en muchos casos llegan a calificarlo de “enviado de Dios”⁷⁰, esperan que sea

⁷⁰ Por ejemplo, Astenio Romero, alcalde de Villa Tunari (un municipio del Chapare, la zona tropical donde Morales tiene hegemonía casi absoluta), dijo en junio de 2018: “De repente, esta mañana escuchaba una

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





reelegido en 2019 para continuar al mando del país hasta el año del bicentenario, si no más. Si bien Bolivia experimenta varias transformaciones importantes (reconocimiento de nuevos derechos, políticas de inclusión social, empoderamiento de ciertos grupos indígenas, un Estado fuerte y acaudalado gracias a la nacionalización de los hidrocarburos, los buenos precios internacionales para la exportación de gas y minerales, alta inversión en obras públicas, inflación baja y un relativo crecimiento económico, entre otros), esto no quita que una serie de estrategias y sucesos adversos afecten la imagen de Morales de manera cada vez más pronunciada (violaciones de derechos humanos, corrupción, escándalos políticos, mayor burocratización, aumento de la represión y la persecución política a opositores, creciente autoritarismo, incremento de las plantaciones ilegales de coca, depredación de la naturaleza, baja calidad de la atención en salud y de la formación educativa, etc.). Varios sucesos políticos de alta resonancia (un frustrado “gasolinazo” en 2010, la represión contra indígenas del Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécore TIPNIS en 2011, elecciones judiciales en las que ganó el voto nulo en 2011 y 2017, el intento de promulgación de un cuestionado nuevo código penal a fines de 2017, etc.), pero también un día a día lleno de escándalos de funcionarios del gobierno, y de denuncias contra muchas acciones autoritarias por parte del gobierno o sus

palabra donde resaltaban que... los gobiernos, o las autoridades, también son electos de Dios, designados de Dios. Entonces hemos esperado, son casi 180 años para buscar uno, y hemos tenido un tiempo. Y ese tiempo ha llegado justamente en este proceso de cambio”. Romero ya había realizado declaraciones similares en 2016: “El presidente Evo es mandado por Dios y, como Dios [lo] mandó a esta tierra para gobernar, para cambiar, para fortalecer esencialmente en temas políticos o políticas de Estado, yo entiendo [que] se va a quedar con nosotros definitivamente”. Uno de los músicos más afamados de Bolivia, Gonzalo Hermosa, líder del grupo Los Kjarkas, declaró en un concierto pagado por el gobierno, para festejar el “récord” de Morales en su permanencia en el poder: “Cada presidente que se cambiaba pensábamos que se iba a cambiar, pensábamos que ese era el tiempo en que surgía Bolivia, pero **nunca pudo pasar eso hasta el tiempo en que Dios nos regaló** y nos mandó un dirigente, nos mandó un presidente y él se llamaba Evo Morales”. Por otra parte, es célebre el discurso del vicepresidente Álvaro García Linera del 25 de noviembre de 2015, en su campaña por el “sí” antes del referendo del 21F, cuando en una unidad educativa rural, advirtió a los niños allí reunidos: “El presidente Evo, si tiene apoyo, construye colegios; si no tiene apoyo, regresarán los gringos, regresarán los vendepatrias, regresarán los asesinos y a las wawas les van a quitar todo y no habrá destino, y va a haber llanto, y el sol se va a esconder y la luna se va a escapar, y todo va a ser tristeza para nosotros, no se olviden”. Si bien García Linera explicó luego que quiso darle un toque poético a sus palabras, no por eso dejó de comparar a Morales con una especie de dios o ser supremo, no sólo el gran hacedor de obras públicas, sino un demiurgo que puede manejar a su antojo al sol y la luna. Así, la divinización de Morales en vida, suma y sigue, y parece no tener fin.



partidarios, llevaron a que la población boliviana polarice sus preferencias políticas entre acérrimos seguidores y detractores del gobierno. Morales ha visto bajar sus niveles de popularidad, y el gobierno enfrenta constantes denuncias y escándalos de corrupción y de abusos de poder de todo tipo. A pesar de que su imagen pública se haya debilitado, el caudal de poder de Morales se ha acrecentado, en torno a lo que los militantes del MAS llaman la “revolución democrática y cultural” o el “proceso de cambio”, proceso político que buscaría un nuevo “paradigma civilizatorio” otorgando más derechos a una parte de los indígenas⁷¹ y sectores populares bolivianos. Sin embargo, las tensiones sociales entre seguidores y opositores al gobierno del MAS se acrecientan, y, a pesar de que un referéndum en 2016 estableció que el 51 % de los electores no aprueba la reelección indefinida del presidente y el vicepresidente, a fines de 2017 una sentencia del Tribunal Constitucional Plurinacional determinó que varios artículos de la Constitución son inconstitucionales y, considerando que debe aplicarse de manera preferente la Convención Americana sobre Derechos Humanos, dio por válida la reelección indefinida de las autoridades bolivianas, porque al no permitírseles ser reelegidos, se estaría violando “sus derechos humanos”. Esta inusual interpretación del orden normativo internacional ha generado una ola de indignación pública, y ha llevado a que varias personalidades declaren su disconformidad con dicho veredicto, como el expresidente Carlos D. Mesa, quien expresó que el fallo “convierte a Bolivia en un país sometido al arbitrio del presidente Morales y burla la majestad de la Ley”. En 2018 el descontento con el

⁷¹ Digo “una parte de los indígenas”, por cuanto la realidad dista mucho de aquello que, ante la opinión pública internacional, suele ser la característica más celebrada de Evo Morales: su apoyo a los pueblos indígenas. En realidad, son especialmente las poblaciones de origen aimara, en primer lugar, y de origen quechua, en segundo lugar, las que más se han beneficiado de las políticas del MAS, habida cuenta de que son los grupos étnicos más numerosos del país, pero también los que más tempranamente se han acomodado a las lógicas de la competencia capitalista del mercado, la producción agrícola de monocultivos según el cálculo de la máxima rentabilidad (como ocurre con los cultivos de coca), el comercio informal, el contrabando, todos rasgos de poca o ninguna “indigenidad”, y que además tienen mayor capacidad de organización corporativa/política. Por el contrario, los pueblos indígenas minoritarios que mantienen sus pautas organizativas y culturales tradicionales, han visto empeorar su situación, y hasta han sido disciplinados y reprimidos por parte de, justamente, del gobierno de Morales y los grupos indígenas que gozan de su protección. Esto es especialmente dramático en el conflicto del TIPNIS, donde los cocaleros, bajo la protección del Estado, intentan ganar todos los derechos sobre el territorio y sus recursos, pasando por encima de los pueblos indígenas de ese emporio natural y cultural, que se encuentran en una situación de franca desprotección de sus derechos humanos fundamentales, así como sus derechos a su territorio y su autodeterminación como pueblos originarios del lugar.



presidente Morales va en aumento, y las posiciones extremas a favor o en contra de su gobierno se han incrementado. Si bien la violencia física directa en Bolivia no necesariamente se ha incrementado, las relaciones sociales entre grupos a favor o en contra de Evo Morales se vuelven cada vez más conflictivas, y esto puede llevar a un incremento de la violencia real sobre las personas. Las redes sociales, en este sentido, está potenciando una alta conflictividad social y política, pero también lo hacen las declaraciones de personeros del gobierno, y muchas de sus medidas políticas.

Por todas estas circunstancias, analizaré el aumento de la conflictividad social y la violencia en la actual coyuntura política a la luz de la teoría de Norbert Elias, especialmente en relación a la disyuntiva de proceso civilizador/descivilizador, y sobre las características específicas de la violencia, la conflictividad y el miedo social en el proceso político y social boliviano, tanto como sus posibles derivaciones con miras a 2025, un año cargado de simbolismo para los bolivianos.

La coyuntura boliviana del 2018: aumentan las tensiones

La actual coyuntura política y social boliviana se puede concebir como originada en dos fechas claves recientes: el 21 de febrero de 2016 (en adelante, el “21F”), y el 28 de noviembre de 2017 (en adelante, el “28N”). La siguiente fecha clave será, a no dudarlo, algún domingo de 2019, cuando se lleven adelante las elecciones generales para elegir presidente y vicepresidente, así como representantes a la Asamblea Legislativa Plurinacional. Veamos brevemente una sinopsis de los hechos y el significado de las dos fechas pasadas.

La primera fecha es el 21 de febrero de 2016 (designado popularmente como el “21F” y como lo llamaré aquí), cuando los bolivianos acudieron a las urnas para votar a favor o en contra de una posible reforma del artículo 168⁷² de la Constitución Política del

⁷² Dicho artículo reza: “El periodo de mandato de la Presidenta o del Presidente y de la Vicepresidenta o del Vicepresidente del Estado es de cinco años, y pueden ser reelectas o reelectos por una sola vez de manera continua” (Nueva Constitución Política del Estado promulgada el 7 de febrero de 2009). Al haber ganado el “no” a la modificación de este artículo, y al estar cursando el tercer/segundo (tercero para los opositores, segundo para los seguidores de Evo Morales) periodo de gobierno entre 2014-2019, entonces



Estado, y que permitiría la reelección de presidente y vicepresidente del Estado por dos veces continuas. Aunque los voceros del gobierno y el mismo Evo Morales se mostraban confiados de que ganarían el referendo para así habilitar a Morales y García Linera como candidatos para una nueva reelección, aquel día ganó el “no” con un 51,3% contra el 48,7% por el “sí” del total de la votación. Esto significaba que, de forma taxativa y vinculante, ni Evo Morales, ni Álvaro García Linera podrían volver a postularse como candidatos a la presidencia o la vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia en las próximas elecciones de 2019. El MAS liderado por Evo Morales, no había conocido derrotas electorales a nivel nacional desde 2005⁷³. Aunque Morales declaró ante la prensa española un día antes del referendo que estaba “preparado” para perder, y que de ser así se iría “feliz y contento” a su chaco⁷⁴ en el Chapare, y que le encantaría ser “dirigente deportivo”⁷⁵, sin embargo, a los pocos días del referendo, empezó a dar pruebas de todo lo contrario, y ya para diciembre de 2016 cambió de discurso, asegurando que “el pueblo” quiere que él sea presidente hasta 2025. En efecto, los seguidores de Morales nunca aceptaron la derrota en el referendo, y para ellos, la pequeña diferencia con la que perdieron se debió a “la mentira” que la “derecha” llevó adelante, al estallar, pocos días antes del referendo, un escándalo mediático que revelaba que Evo Morales había favorecido a una expareja suya (completamente desconocida hasta entonces) con muchos privilegios ante el Estado boliviano, que la llevó a enriquecerse de manera vertiginosa. Para los voceros del gobierno, esto no fue más que una mentira, y decidieron llamar, desde entonces, al día del referendo como “el día de la mentira”, crispando aún más los ánimos de aquellos que consideran que un resultado electoral debe respetarse, como principio fundamental de la democracia. Los partidarios de Morales no tardaron en

Morales y García Linera, por mandato vinculante del referendo popular, no pueden ser candidatos para la presidencia y la vicepresidencia en 2019, porque ya fueron reelegidos, como autoriza la Constitución.

⁷³ Con la posible excepción de la elección de magistrados del poder judicial, tanto en 2011 como en 2017, cuando los votos nulos y blancos obtuvieron más del 60 % del total, en contra de los candidatos que eran a todas luces, afines al MAS

⁷⁴ O parcela de cultivo de plantas de coca.

⁷⁵ Tomado de la entrevista que el periodista Javier Lafuente realizó a Evo Morales el 20 de febrero de 2016, para el diario español *El País*, y titulada “Evo Morales Presidente de Bolivia: ‘Tal vez el apoyo no sea como antes’”. Incluso Morales había declarado públicamente unas seis veces, desde septiembre de 2015, que estaba preparado para dejar el poder en caso de perder el referéndum.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





declarar que buscarían los “camino” para lograr la habilitación como candidato de Morales en 2019, y llegaron a sostener que tenían “cuatro vías constitucionales” para sortear los resultados negativos del referendo. Entonces, el 21F terminó convirtiéndose en un emblema de la defensa de la democracia para los que se oponen a la continuidad indefinida del gobierno de Morales, y en un emblema de “la mentira” para sus admiradores incondicionales, contra el que se dispusieron a pelear.

La segunda fecha es el 28 de noviembre de 2017, cuando la Sala Plena del Tribunal Constitucional Plurinacional resolvió, a través la Sentencia Constitucional Plurinacional 0084/2017, que debería aplicarse de manera preferente el Art.º 23 de la Convención Interamericana de Derechos Humanos por sobre la Constitución Política del Estado, y declaró la “inconstitucionalidad” de varios artículos de esta misma Constitución, a efectos de autorizar la reelección indefinida de Evo Morales y A. García Linera, aduciendo que la reelección indefinida es un “derecho humano”. Dicha sentencia en ningún momento hace referencia al carácter vinculante (es decir, de cumplimiento obligatorio) del referendo del 21F, pero sí considera vinculantes los tratados y convenios internacionales, tanto como algunas sentencias de la Corte Interamericana de Derechos Humanos, interpretadas como antecedentes y garantías del derecho a ser reelegido interminablemente. Si el desconocimiento gubernamental de los resultados del 21F había generado malestar entre muchos bolivianos que sentían que su voto era despreciado, la sentencia 0084/2017 terminó por instalar un estado de cosas cada vez más conflictivo y beligerante en Bolivia. Del lado de los seguidores del gobierno, la sentencia constitucional fue recibida con plácemes, y desde entonces la población boliviana se debate en una creciente espiral de animadversión que está dando lugar a una polarización de posturas políticas que, poco a poco, conducen a una mayor violencia social.

A partir de aquel 21 de febrero comenzó una etapa en la vida política boliviana que en el momento en que escribo esto (agosto de 2018) sigue en curso, y que puedo caracterizar a grandes rasgos, como sigue: 1) un desgaste de la popularidad del gobierno de Evo Morales, que para enero de 2018 cumplió 12 años ininterrumpidos en el poder; 2)

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO



LAI





una estrategia política de Morales y sus seguidores para desconocer, con cualquier tipo de justificación (legal o no legal, según se interprete el orden jurídico) los resultados del 21F, insistiendo en la repostulación de Morales y de García Linera como candidatos habilitados para las elecciones del 2019; 3) la aparición y crecimiento de organizaciones civiles, sin pertenencia a los partidos políticos, conocidas como “plataformas ciudadanas”, que tomaron como bandera de lucha el “respeto a los resultados del 21F”; 4) una difícil situación para los partidos políticos de oposición, rebasados por las organizaciones ciudadanas más o menos espontáneas y 5) un progresivo e imparable proceso de aumento de las tensiones sociales y aún más, de la intolerancia política y la violencia, entre aquellos que apoyan a Morales, y aquellos que están en contra de su nueva reelección. Es esta coyuntura de una creciente hostilidad política entre unos y otros, la que analizaré a la luz de las nociones de proceso de civilización y de descivilización de Norbert Elias, entre otros aspectos claves de su teoría.

A lo largo de 2018, los bolivianos experimentan un creciente aumento de la tensión social entre los partidarios de Evo Morales y su reelección indefinida, y los que defienden el resultado del 21F, lo que implicaría la no repostulación de Morales ni García Linera en 2019. Esta progresiva conflictividad, además, está poniendo al descubierto ciertas fisuras de la democracia boliviana —correspondiente a la llamada *tercera ola de la democratización*—, dado que desde octubre de 1982, fecha que se recuerda como el momento del “retorno de la democracia” con la posesión como presidente constitucional de la república de Hernán Siles Suazo, nunca se habían desconocido los resultados electorales, por muy ajustados que estos fueran. De hecho, el simple reconocimiento por parte de un gobierno de los resultados finales de una elección o un referendo, es un indicador de la *calidad de la democracia* de un país, entendiendo esta noción como “el proceso de participación e influencia política de la ciudadanía” (Levine y Molina 2007:17), lo que implica la existencia (garantizada) de procesos mediante los cuales la población pueda seleccionar y controlar a sus gobernantes, y no tanto de la eficacia del gobierno en la solución de los problemas de ese país, el *buen gobierno* que también es importante (*ibid.*:19). Entonces, desde el momento en que el gobierno decidió desconocer



el resultado del referendo del 21F, aduciendo que aquellos que votaron por el “no” lo hicieron porque creyeron en “una mentira”, o que Morales y García Linera tienen “el derecho humano” a la reelección indefinida, entre otras actitudes gubernamentales un tanto abusivas, la calidad de la democracia se ve seriamente dañada. Considero así que es posible pensar que este daño a la calidad de la participación ciudadana y el respeto a sus decisiones expresadas a través del voto, puede implicar un proceso de descivilización, siempre y cuando entendamos que este proceso no se signa únicamente, ni necesariamente, en el aumento de la represión violenta sobre la población, los encarcelamientos, la tortura, la desaparición o el genocidio, ya que en estos tiempos, también puede causar un efecto descivilizador el no respeto a las reglas del juego democrático en sí mismo, y una paulatina intolerancia contra todos aquellos que no piensan igual que el partido en gobierno.

Desde la ciencia política, Levine y Molina –si bien no se refieren específicamente al caso del no acatamiento de los resultados de referendos—sostienen que el vínculo entre derechos y calidad de la democracia es de *importancia crítica*: “[l]a vigencia y el ejercicio libre de los derechos relevantes dentro del marco legal son centrales para la calidad de la democracia” (:41). Los derechos más críticos, así, son aquellos que “hacen posible o facilitan el acceso a los procesos políticos y sus instituciones” (id.), como los derechos vinculados a las decisiones electorales, entre otros de igual importancia. Si existen cinco dimensiones que sirven para medir la calidad de la democracia⁷⁶, es la “responsividad” (del inglés *responsiveness*), o “respuesta a la voluntad popular”, la que está siendo puesta en cuestión. Levine y Molina definen esta responsividad como “el grado en que los gobernantes, los políticos y los líderes actúan de acuerdo con las preferencias de los ciudadanos” (:27), y sería justamente esta dimensión la que diferencia a los líderes democráticos de aquellos “que actúan como caciques, caudillos o gamonales” (id.). Siguiendo a Powell, quien definió *responsiveness* como el resultado de un proceso democrático que induce a un gobierno a aplicar políticas que los ciudadanos desean (id.),

⁷⁶ Estas dimensiones, según Levine y Molina, son: 1) decisión electoral; 2) participación; 3) respuesta a la voluntad popular; 4) responsabilidad, y 5) soberanía (2007:24).



Levine y Molina sostienen que un gobierno debería aplicar políticas decididas por la mayoría, aunque esto no necesariamente produzca resultados satisfactorios (se entiende que para esta misma mayoría, y no para el gobierno). Aún más, puedo señalar que con el no acatamiento de los resultados del 21F y con la Sentencia 0084/2017 del 28N, se contraviene, entre otros, el tercer artículo⁷⁷ de la Carta Democrática Interamericana aprobada en San José el 11/IX/2001, Carta de la que Bolivia es un Estado plenamente signatario. En fin: en la coyuntura boliviana iniciada el 21F (pero también antes) lo que tenemos es un gobierno con un tipo especial de responsividad, en la medida en que privilegia aquellas políticas que favorecen a ciertos sectores corporativos de la sociedad (los que son, justamente, su base de apoyo), pero que no está dispuesto a “escuchar la voluntad popular” que ha negado, mediante su voto, la posibilidad de la reelección continuada de las principales autoridades del Estado.

Evo Morales gobierna como si no hubiera habido nunca un referendo y unos resultados contrarios a su reelección, en cumplimiento de los cuales su gestión de gobierno concluiría en enero de 2020, cuando deba entregar el mando a un nuevo presidente elegido en urnas, sea éste del partido político que sea. La justificación de este no acatamiento de los resultados del 21F es simple: para él, como para sus numerosos seguidores, el 21F triunfó “la mentira” y por lo tanto, asume que no tiene ninguna obligación de hacer cumplir los resultados del referéndum. Por otra parte, desde las fiestas patrias de agosto de 2012, Morales empezó a declarar públicamente que su gobierno planea llevar adelante una “agenda del bicentenario”, en relación a la

⁷⁷ Dicho artículo reza: “Son elementos esenciales de la democracia representativa, entre otros, el respeto a los derechos humanos y las libertades fundamentales; el acceso al poder y su ejercicio con sujeción al estado de derecho; la celebración de elecciones periódicas, libres, justas y basadas en el sufragio universal y secreto como expresión de la soberanía del pueblo; el régimen plural de partidos y organizaciones políticas; y la separación e independencia de los poderes públicos” (CDI, Art.º 3, 21/XI/2001, San José). Si bien no lo desarrollo aquí, no sólo que no se reconoce el voto como expresión de soberanía popular, sino que también se atenta contra la pluralidad de partidos a través de una ley que se debate en la Asamblea Plurinacional a fines de agosto de 2018, que, de aplicarse, exigiría la realización de elecciones primarias en enero de 2019, de tal manera que prácticamente ningún partido opositor pueda alcanzar a elegir candidatos a tiempo. Tampoco la independencia de poderes existe en Bolivia, ya que el gobierno del MAS, a través de maniobras políticas en el marco de formalismos legales, ha logrado cooptar casi todos los poderes del Estado, con excepciones como el Tribunal Supremo Electoral, que, justamente en 2016, dio por válido el resultado a favor del “no”.



celebración de los 200 años de la fundación de Bolivia a cumplirse en 2025, y que luego sería nombrada “la agenda patriótica 2025”, convertida en un documento y un plan oficial. Desde entonces, el gobierno y los partidarios del MAS no dudan en ningún momento de que para ese año, Morales seguiría de presidente; por eso, el referendo del 21F era considerado con triunfalismo, como una ratificación del apoyo que las mayorías expresarían hacia Morales, y el gobierno casi no dudaba de que ganaría el “sí” a la reelección indefinida. Pero al ganar el “no”, las cosas no salieron como esperaban, y ante la decisión política de que Evo es el único candidato posible del MAS, y de que el MAS es el único partido “con un proyecto político” y por lo tanto el único proyecto posible para gobernar Bolivia en las próximas décadas —o siglos—, entonces, por fuerza, el resultado del 21F no puede ser tomado en cuenta. Por lo tanto, aquellos que se opongan a este designio de la providencia, sólo pueden ser “vendepatrias”, enemigos del pueblo, lacayos del imperio, operadores de la derecha, y una larga lista de calificativos de desprecio, cada vez más cargados de odio. El 21F así, sólo podría ser considerado como una mentira, en oposición a la “verdad” que encarna Evo, su gobierno y sus políticas de Estado. Veamos una declaración de Morales al respecto:

No solamente termina ahí nuestra responsabilidad tenemos mucho que hacer todavía...tenemos la agenda 20-25... Y también no tengo ningún miedo en decirles: esa derecha vendepatria ¿qué es su agenda? Es 21 de febrero, mentira tras mentira, que lo diga... ¿qué propone para Bolivia? ¿qué propone para las nuevas generaciones? Solamente quiero decirles el producto interno bruto para el 2025, mínimo, mínimo, tenemos 50 mil millones de dólares... [...] Estamos con la verdad, estamos con la razón, y solo buscamos la justicia... (Evo Morales, discurso en el Día de las Fuerzas Armadas, Cochabamba, 8/VIII/2018).

Por otra parte, y desde el momento mismo en que Morales perdió el referéndum del 21F, se volvió común que tanto él como los principales representantes de su gobierno y de las corporaciones que los apoyan, insistan en que ellos están dispuestos a luchar sea como sea:

Sólo quiero decirles que las oligarquías latinoamericanas respeten nuestra revolución democrática y pacífica, si no respetan la revolución con justicia social,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





si no respetan quiero que sepan que hay también otras formas de luchas, hay otras formas de liberación, vamos a ver quién pierde, si la oligarquía o los pueblos (Evo Morales, discurso a los tres años de la muerte de Hugo Chávez, Caracas, 5/III/2016).

La retórica guerrerista, si bien ya estaba presente desde los primeros años de su administración, experimenta una profundización después del 21F. Términos como ‘guerra’, ‘lucha’, ‘batalla’, pero también ‘derrota’, ‘victoria’, ‘muerte’, o ‘soldados del proceso de cambio’ o ‘guerreros digitales’, es de uso común en las declaraciones encendidas de los partidarios de Morales, con lo que se crea un estado permanente de exaltación pública. El vicepresidente suele ser uno de los que utiliza una retórica más agresiva, incitando a derrotar, a pelear, a dar la vida, a dinamitar, a patear a los “gringos” o “q’arisos”⁷⁸ que él considera que son de la derecha, además de racistas⁷⁹. Si bien del lado de la oposición a Evo Morales abundan también insultos, estos ocurren más bien en las redes sociales, mientras que los personeros de gobierno tienen a su disposición los medios estatales de prensa escrita, televisión y radio. En todo caso, este tipo de declaraciones, que son cotidianas y están ampliamente difundidas por la prensa, caldean aún más los ánimos de uno y de otro lado, y el gobierno no intenta crear un ambiente de mayor pacificación en la sociedad boliviana.

Las batallas discursivas en las redes sociales de Internet y en las calles

⁷⁸ Término de origen aimara, pelado en sentido despectivo, por blanco, algo así como *blancón* o *blancoide*.

⁷⁹ Por ejemplo, declaró en un congreso de mujeres campesinas en La Paz, en tiempos del paro en contra del nuevo código penal: “A estos racistas, colonialistas no les tenemos miedo. Que nos insulten, que nos escupan. Los vamos a derrotar organizados, los vamos a derrotar movilizados, porque de ahí venimos, venimos de la pelea [...] Somos gente de pelea, solo pido a mis hermanos a mis hermanas, mantenerse unidas, mantenerse alertas, mantenerse en emergencia, porque solamente derrotándolos a esos racistas, vamos a poder darnos estabilidad, y que esos racistas que nos odian, no vuelvan, porque si ellos vuelven, ¡pobre del campesino! Si ellos vuelven, ¡pobre del obrero! ¡Pobre del joven! Lo van a volver a esclavizar, como en tiempos de la Colonia. [...] ¡Unos cuantos q’arisos los vamos a derrotar, ellos no son mayoría!... ¡Aquí está la mayoría, aquí está el pueblo! Hermanos y hermanas, la rabia, el dolor que nos provoca esto, no es para ir atrás, es para ir adelante, con fuerza, con coraje, con qamasa [honra, en aimara], para ir adelante” (Álvaro García Linera, El Alto, 17/I/2018). En otras declaraciones, dijo que él y Morales se sienten cómodos con el conflicto: “no hemos venido a caminar en las flores, hemos venido a la guerra” (García Linera en El Deber, 1/I/2018).



A través de múltiples declaraciones y publicaciones difundidas por varios medios de comunicación del Estado, pero que en realidad se utilizan para amplificar la imagen glorificada de Morales y los logros de su gobierno, se insiste en algunos tópicos discursivos fundamentales, basados todos en una oposición maniquea entre el lado bueno de la política, Morales, el MAS y su proyecto, y el lado malo, la oposición, los neoliberales, el pasado, los “vendepatrias”, los traidores, la derecha, etc. Uno de los tópicos más recurrentes es la insistencia de que el Evo y su gobierno están siempre, sin lugar a discusiones, del lado de la verdad, y los opositores entonces, están del lado de la mentira. Por otra parte, ante cualquier acusación de antiguos políticos, se suele responder con que ellos “no tienen moral” para criticar al gobierno, y esto puede aplicarse para cualquier persona que opine diferente; por lo tanto, también el discurso del gobierno se basa en otra dicotomía clave: ellos tienen moral, los opositores no tienen ninguna. Asimismo, la razón, la justicia, la bondad o lo que fuera, están del lado de Morales, y sus detractores son, por fuerza, irracionales, injustos, racistas, malvados, etc. También se impone una visión maniquea de la historia nacional, donde todo aquello que se relata como contrario a los pueblos indígenas, la patria, los recursos naturales, etc., es considerado un pasado que el gobierno de Morales se encarga de suprimir día a día. En cambio, se construye una visión de hitos del pasado válido, en el que descolla Tupac Katari como el verdadero líder indígena, que luego de 100 años se reencarnó en Pablo *el Willka* Zárate, y otros 100 años después, en Evo Morales⁸⁰. La historia a medida es típica de los regímenes políticos que buscan una legitimidad prácticamente absoluta, pero no solo en el pasado, sino también en el futuro: muchas declaraciones de militantes del MAS

⁸⁰ Así lo sostuvo el vicepresidente García Linera en 2009: “El Presidente Morales es el tercer descendiente de una pléyade histórica de bolivianos que lucharon, luchan y lucharán por su patria, de esos que ‘nacen una vez cada cien años’, dijo García Linera, durante una alocución enmarcada en un mitin en la población Fernández Alonzo, en Santa Cruz, según la gubernamental ABI. // ‘Primero fue Tupac Katari y lo mataron (en 1781), luego Zárate Willca y lo mataron (en 1904), ahora es Evo Morales, la tercera es la vencida’, para consolidar la victoria del pueblo en las urnas, refirió durante el discurso pronunciado ante un millar de pobladores de Fernández Alonzo” (*La Patria* 22/XI/2009:1).



insisten en que vinieron para quedarse, que no son “inquilinos” en el poder, y expresiones así; a los que se opongan, los pisará “el carro de la historia”, y expresiones así. Como puede verse, la coyuntura es de extrema tensión, por cuanto la proximidad de las elecciones generales de 2019 profundiza aún más el fanatismo de los militantes del MAS, contra la creciente indignación de aquellos que esperan que se cumplan las reglas del juego democrático, y se actúe conforma a ley y al respeto a los derechos humanos. Para el vicepresidente, aceptar los resultados del 21F no es más que un “apego muerto a la palabra institucional de la democracia representativa” (García Linera entrevistado por Molina en *El País*, 7/I/2018), y perder a Evo Morales sería “un suicidio político”, ya que él unifica a los subalternos del país, y no puede dejar el poder por un “simple formalismo de una democracia mal entendida”, como ha declarado.

Al ponerse del lado del bien, sólo Evo Morales encarna lo que es bueno para Bolivia, y nada más que él es lo bueno, lo justo, lo adecuado: todo el que se oponga es un enemigo de la patria o expresiones así. No deja de ser llamativo que esto recuerde en mucho no sólo a los caudillos y dictadores del siglo XX (sean del signo político que sean), sino fundamentalmente a los reyes y emperadores autocráticos de la temprana modernidad, y esto plantea otro problema al análisis de la coyuntura boliviana reciente: ¿puede hablarse de una sociedad y un Estado moderno, fruto del proceso de civilización, si es que su proyecto de futuro –por muy progresista que se autodefina—se basa en estructuras relacionales y de las personalidades que son, a todas luces, más próximas a aquellas estructuras jerárquicas de los regímenes absolutistas del *Ancien régime*? Si bien García Linera sostiene que se debe “resignificar el concepto de democracia, no solo como el cumplimiento de normas, que la lógica liberal, sino la democracia como norma, pero también como participación y con igualdad” (en *El Deber*, 25/II/2018:A6). La “participación” y la “igualdad” de la que habla es la de las “clases subalternas”, que 500 años se habrían mantenido “dominadas y dirigidas”, pero al llegar al poder y volverse clase dirigente, no lo dejarán más, ya que no lo van a rifar “por un apego abstracto a la norma” (*ibid.*:A7). Por lo tanto, al ser Evo el pueblo, y al haber conquistado el poder, la democracia no es más que una fantochada, una apariencia, que puede ser no obedecida si



así se lo cree necesario. Este razonamiento puede ser, sin duda, muy atrayente, y muchos lo creen a pie juntillas; sin embargo, hay muchos otros que no sucumben a su fácil atractivo.

Desde el lado de la oposición, cada vez es mayor la capacidad autoconvocada de una ciudadanía que no necesariamente (y muchas veces, de manera abiertamente contraria) milita en algún partido político. Desde tiempos previos al 21F, se vive una verdadera marea de memes, mensajes, publicaciones, convocatorias y muchas otras formas de comunicación que, aprovechando la capacidad de difusión rápida y de amplificación que otorgan los servicios de red social o SNS (*Social Networking Services*). Desde principios de 2018 las plataformas ciudadanas autoorganizadas⁸¹ han incrementado su presencia a nivel nacional, inquietando al gobierno, tanto en las calles y en los actos públicos donde se presenta Morales, o a través de las redes sociales virtuales que en esta coyuntura están jugando un papel crucial, como ya se había vislumbrado en el periodo inmediatamente anterior al referéndum del 21F. Especialmente a través de Facebook, Twitter y WhatsApp, muchos grupos de vecinos, de jóvenes o de allegados en general, se autoconvocan para constituirse en colectivos ciudadanos, con el único fin de contrarrestar la decisión del gobierno de Morales de llevar su candidatura a las elecciones generales de 2019. Infinidad de reuniones, manifestaciones, conferencias, publicaciones, actos de protesta en los que se puede notar una alta creatividad, se llevan adelante a lo largo de 2018, aunque nada de esto guste a los seguidores de Morales, y en muchos casos la policía ha llevado adelante actos represivos que enardecen aún más los ánimos de las poblaciones urbanas. En el campo y en los municipios pequeños, sigue habiendo un alto grado de apoyo a Morales, pero con esto se profundiza aún más la división tradicional en Bolivia, entre campo y ciudad, campesinos y ciudadanos, población criolla-mestiza y

⁸¹ Entre diciembre de 2017 y enero de 2018, un largo paro del personal de salud de Bolivia, al que se sumaron muchos sectores sociales, logró que un nuevo código penal aprobado por el gobierno fuese dejado sin efecto, y para esto se realizaron varios paros de distintos tipos, especialmente en las principales ciudades bolivianas. Además de lograr que el gobierno diera marcha atrás, en ese momento se constituyeron muchas agrupaciones ciudadanas, todas bajo las consignas de “Defensa del 21F” y “Bolivia dijo no”, que se han convertido en slogans poderosos que persiguen a Evo Morales allí a donde va, y que provoca un inocultable enojo a los personeros del gobierno y los seguidores de Morales.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná





población indígena-mestiza⁸². Las redes sociales, con todo, han dado una ventaja comparativa a las plataformas ciudadanas, justamente porque su manejo competente es común entre los jóvenes de clase media y alta, y no tanto entre los sectores campesinos, comerciantes o transportistas que apoyan a Morales. Sin embargo, estos sectores tienen a su favor el aparato comunicacional del gobierno, y luego de que Morales atribuyera el triunfo del “no” a las redes sociales, se creó la Dirección General de Redes Sociales en abril de 2016, mediante Decreto Supremo 2731, con los fines de “desarrollar estrategias de difusión, consulta e interacción del gobierno [...] con las cibercomunidades”, “mejorar las plataformas de información y comunicación de la gestión del Estado mediante la utilización de redes sociales” y de “promover el uso de las redes sociales con la sociedad civil”. A principios de febrero de 2018, Morales llamaba a sus bases a prepararse para la “guerra digital”, ya que es la manera de combatir las mentiras de la oposición, y *también* tiene que librarse este tipo de guerra⁸³, por lo que poco tiempo después, y con la asignación de más de 700 mil dólares, a fines de mayo ya habían 80 primeros “guerreros digitales” capacitados por el gobierno, quienes operarían desde sus celulares para “combatir las mentiras” de la oposición y “difundir la verdad”. A pesar del fuerte impulso otorgado a la intervención estatal sobre las redes sociales, las plataformas ciudadanas

⁸² Añado el adjetivo “mestizo” a ambas categorías, por cuanto en realidad la población indígena “pura” en Bolivia, en base a los resultados censales, habría disminuido del 62% en 2001, al 41 % en 2012, años en que se realizaron los últimos censos. Si bien existen muchos argumentos en contra de estos resultados, especialmente en torno a los errores de cobertura y de concepto de los censos, sigue latente el problema de cuán “indígenas” o “no indígenas” son los bolivianos (en el censo de 2012 no figuraba la posibilidad de autodefinirse como “mestizo”, es decir, algún punto intermedio), buscando, quizá, un mundo de purezas extremas, cuando en realidad, los mecanismos del mestizaje biológico y cultural están ampliamente extendidos desde el siglo XVI, y merecen ser estudiados en toda su complejidad.

⁸³ “Hermanas y hermanos, lo que hicimos hasta ahora es impresionante, a mí mismo me sorprende los datos que tenemos en la parte económica, en la parte social, en la política, democrática. Hermano ministro decía que ahora nos quieren confundir, todo con mentira y mentira, mentira, mentira; como la derecha no tiene programa, si algo tiene de programa es la mentira, lamento mucho. Ahora ya estamos en otros tiempos de lucha, una guerra digital; y, hermanas y hermanos, tenemos que prepararnos también para una guerra digital en las redes sociales [...] me informaron que los próximos días va a haber un gran taller solamente para prepararnos y entrar en esta guerra digital, tema de guerra en redes sociales. Y esperamos que estos nos puedan refrescar; claro, en nuestra generación no conocemos mucho, más tenemos control del territorio nacional mediante nuestros movimientos sociales, pero control vía Internet no es nuestra práctica. Pero obligados a aprender y entender todos para defender nuestra revolución democrática y cultural” (discurso de Evo Morales, Núcleo Tecnológico Productivo Villa Tunari, Eterazama, 4/II/2018).



continúan dominando ese entorno, con la capacidad de difundir noticias (no siempre corroboradas con pruebas) pero también todo tipo de expresiones personales que van desde los insultos más fanáticos e intolerantes, hasta los textos más reflexivos y documentados. Sin embargo, es en el mundo de los memes y el humor, donde el gobierno y sus “guerreros” tienen poca o ninguna capacidad de respuesta, y esto aumenta aún más su intolerancia con cualquier manifestación humorística en su contra.

La coyuntura boliviana y su entronque con su proceso civilizador y la violência

Cuando escribo esto (25/VIII/2018), se discute la aprobación de una ley de partidos políticos que, así como plantean los assembleístas del MAS, daría obvias ventajas a la candidatura de Morales y de su partido, ya que estipula que en enero de 2019 se deben llevar adelante elecciones primarias para los partidos que quieran competir en las elecciones generales de dicho año, y esto dejaría casi sin posibilidades de participación ni a los partidos políticos de oposición, ni a las plataformas ciudadanas; este ventajismo político se suma, así, a la conflictividad creciente de una coyuntura donde parecería que sólo se puede aumentar la violencia social y política. Todo parece indicar que, de aquí a 2019 la situación política, lejos de pacificarse, podría entrar en una espiral de confrontación y de violencia desatada de desconocidas consecuencias.

Una posible confrontación social –de la que ya hay muchas señales y han ocurrido múltiples escaramuzas— tendría dos polos. Por un lado, el gobierno cuenta con los llamados “movimientos sociales”, grandes corporaciones que lo llevaron al poder, y que se aglutinan en la llamada Coordinadora Nacional por el Cambio (Conalcam), además de contar con la policía y el ejército, en caso de necesitarse reprimir las manifestaciones en su contra, como ya ha ocurrido en varias ocasiones en su dilatada gestión, desde 2006. El otro polo está conformado por las plataformas ciudadanas, además de algunas corporaciones opuestas al gobierno (federaciones de vecinos, de universitarios, de maestros, de médicos, de coccaleros de los Yungas, entre otras), con menor aparato

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





estructural, pero dotadas sí de mayor flexibilidad organizativa, como ha tipificado el antropólogo Carwil Bjork-James (2016), según lo cual los movimientos sociales del CONALCAM serían organizaciones políticas “densas”, y las plataformas ciudadanas serían, en cambio, organizaciones políticas “ágiles”, como analizo y complemento en un ensayo de reciente publicación (cf. Sánchez Patzy 2018:14-143). Lo cierto es que esta posible conflagración se llevará a cabo en las calles, pero también en las redes sociales, y la relativa calma que ha experimentado la sociedad boliviana en los 12 años de gobierno de Evo Morales (interrumpida en puntuales ocasiones, no obstante de alta significancia), podría verse seriamente amenazada. Por cierto, el gobierno boliviano tiene la capacidad de garantizar la paz, pero, dadas las señales beligerantes que reseñé más arriba, es muy probable que no haya una pacificación mayor, sino un proceso de violencia creciente.

Desde una lectura relativamente simplificadora, podría preguntarse si en Bolivia aumenta o decrece la violencia, y relacionar este aumento o declive con un mayor grado de descivilización o civilización. Para Elias (1994, 1997 [1939], 2009), la civilización es un proceso que corre paralelo a la pacificación de la sociedad. No existe una sociedad completamente civilizada, no sólo porque es una utopía, sino porque la civilización “nunca está del todo finalizada y siempre corre peligro”, y porque, para mantenerse, “requiere un grado de autodisciplina relativamente alto, y requiere también algo más: es necesario un alto grado de pacificación en la sociedad” (Elías 1994: 141). La pregunta principal de Elías no es tanto el interrogarse por qué, en las sociedades contemporáneas, existen irrupciones agudas o crónicas de violencia, sino todo lo contrario: hay que preguntarse más bien, por qué las sociedades contemporáneas han llegado a ser pacíficas. Hay que preguntarse por qué tantas personas pueden convivir de maneras relativamente pacíficas, porque lo típico de los seres humanos es que “arremetan los unos contra los otros, el odio, el enfrentamiento, la rivalidad” (:142) Con esto, Elias no quiere decir que exista un estado primigenio, hobbesiano, de “guerra permanente de todos contra todos”, sino más bien, una tendencia a la conflictividad, a la tensión psicológica por el solo hecho de tener que convivir con otras personas. El problema entonces, es saber por qué los hombres “no se doblegan al canon de la pacificación, por qué los hombres no se doblegan

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
 PROCESSOS
 CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
 ARAUCÁRIA
 Apoio ao Desenvolvimento Científico
 e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
 GOVERNO DO ESTADO



LAI





al canon civilizatorio” (idem). Una primera respuesta, adelantada por Max Weber, es que vivimos en sociedades donde el Estado tiene el control y el derecho al uso legal de la violencia, contra aquellos que la usan de manera “ilegal”. Sin embargo, Elias apunta que la monopolización de la violencia es nada más que “una invención técnica de los hombres”, un invento humano (la policía y los ejércitos), que pueden convertirse en “un arma de dos filos” (id.). Por esto es que el monopolio de la violencia puede ser usado, como en las dictaduras, “para beneficio de determinadas minorías, de grupos muy concretos” (id.). El control legítimo de la violencia por parte del Estado implica un equilibrio entre el papel de sus regentes o inspectores, y la población en general. Esto significa que el monopolio de la violencia no puede estar al servicio de quienes lo detentan, como podía ocurrir con los reyes absolutistas, como Luis XIV, o claro está, con los dictadores del siglo XX. Elias apunta que en las “etapas más avanzadas”, los que regentan el monopolio de la violencia están, a su vez, controlados por otros representantes de la sociedad, quienes “vigilan que los medios a disposición de aquéllos, no sean solo utilizados en su beneficio particular o en favor de los intereses de ciertas capas de la población organizada estatalmente” (Elias 2009: 188). Continúa apostando a que en esas circunstancias, las personalidades pacificadas no pensarán en atacarse unas a otras, aunque estén muy furiosos, dado que

“[e]l hecho de que se haya impreso tan profundamente el tabú de los actos violentos en quienes han crecido en las sociedades más desarrolladas es algo relacionado, en buena medida, con la efectividad creciente del monopolio estatal de la violencia. Con el tiempo, las estructuras de personalidad de los individuos se van ajustando a ello” (id.).

Elias pone, como ejemplo de esto, que en las sociedades europeas de su época, la violencia física contra las mujeres, para someterlas a la voluntad de los varones, ya no era algo común, como sí lo fue en el siglo XIX o antes. La nueva sensibilidad individual prohíbe que los hombres conviertan a mujeres o a niños en objeto de su maltrato: lo que ha ocurrido, entonces, es que la restricción externa ejercida por el monopolio de la violencia del Estado, ha dado paso a autorrestricciones en el comportamiento violento.



Aun así, Elias reconoce que dentro de un mismo Estado “existen grupos, legales e ilegales, que ejercen la violencia” (:189). Ahora bien, atendiendo a estas ideas, el proceso civilizador boliviano, si bien existe el monopolio de la violencia por parte del Estado, y si bien existen personalidades bastante autocontenidas, al estilo occidental, es también cierto que conviven con personalidades que requieren más de los controles externos para contener sus impulsos agresivos. Esto, en Bolivia, puede ir más allá de un plano personal, y hasta tiene un componente “étnico”, por así decirlo: en muchos ambientes sociales donde los patrones tradicionales de conducta coexisten con pautas más modernas, es probable que ocurran más actos agresivos y de alta tensión social, como ocurre, por ejemplo, en las ciudades, en los barrios de inmigrantes de regiones rurales o indígenas andinas. No se trata de asumir, de manera maniquea, que entre los indígenas bolivianos hay más violencia, y entre los criollos, no, porque esto no es cierto: de hecho, la forma específica de la violencia a la boliviana es la tensión, el desasosiego en las relaciones interpersonales, públicas y con relación a los organismos del Estado. Pero sí es cierto que, ciertas formas de violencia son más frecuentes entre sectores con menor educación, o menor implantación de autocontroles, que suelen ser, justamente, de origen indígena-mestizo. Hago este rodeo para explicar que, el problema de pensar en un proceso descivilizador en Bolivia es complejo, por cuanto el proceso civilizador en sí mismo, no es, digamos, “paradigmático”, y si bien los bolivianos viven en mucho en paz, al mismo tiempo, viven también en mucho, en constante tensión y conflictividad social.

Por otra parte, coincido con Malešević (2013) sobre el hecho de que no puede considerarse la violencia como un hecho general de iguales proporciones a cualquier nivel de las relaciones sociales. Todos los indicadores de la violencia –sean estadísticos o no—, tomados en bruto, pueden llevarnos a confusiones sobre lo que se considera aumento o disminución de la violencia. Así, podemos distinguir distintos tipos de violencia: el nivel micro (la violencia en las relaciones interpersonales, o al interior de un grupo), el nivel mezzo (llamaré mezzo bajo, a la violencia entre grupos, y mezzo alto, a la ejercida desde el Estado contra su propia población) y el nivel macro (la violencia entre Estados). Esto lleva a Malešević a apuntar que, a despecho de Elias, no hay una real disminución de la

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





violencia a lo largo de la historia, ya que los niveles de violencia interpersonal se mantendrían más o menos constantes, y lo que habría es, más bien, un incremento de posibilidades de ejercer violencia desde el Estado dada su alta capacidad de organización y de control, además de disponer de nuevas tecnologías para ejercer “mayor brutalidad”. Si bien esta distinción ayuda a precisar más aún la noción de procesos de civilización/descivilización, considero que no implica un descrédito de la teoría eliasiana, sino más bien una ampliación. De hecho, no necesariamente es cierto que la violencia interpersonal se mantenga baja en todas las sociedades; Malešević parte de la suposición de que, en el entorno familiar, de amigos o vecinos, ha habido siempre una condena al asesinato o a la infracción de sufrimiento a las personas queridas, cosa que no sería igual cuando se trata de desconocidos. Es muy difícil de probar esta aseveración, habida cuenta de que, en países como Bolivia, por ejemplo, los casos de maltrato físico y psicológico, que incluso llegan a la violación y el asesinato, se dan mayormente en el ámbito familiar, en el vecindario o de conocidos próximos. A pesar de esto, considero que es valioso diferenciar los niveles de violencia, y no tomarlos como un todo, cosa que, además, tampoco hace Elias, si se lee bien su obra.

Uno de los problemas surge de la definición misma de lo que consideramos violencia. Si pensamos que ésta es “la acción corporal de cualquier tipo que busca ocasionar daño físico con el fin de resolver un conflicto” (Arteaga Botello 2003:120), entonces hay que definir estos tipos de acciones. Muchas acciones no intencionales pueden ocasionar daño, y actos violentos intencionales pueden no ser dañinos (por ejemplo, el golpe de un niño o de una mujer a un hombre adulto y más grande que ellos), pero no sólo por su potencial real de causar daño, sino también cuando el entorno social así lo supone. Un precepto etnológico básico, en este sentido, nos permitiría asumir que es violenta una conducta que un grupo juzga violenta, y no lo es cuando así no lo juzga; pero entonces habrían tantas violencias como grupos humanos hay, y la búsqueda de patrones universales sería imposible: sin embargo, la perspectiva “desde adentro” no puede ser desechada sin más. Del otro lado, una perspectiva “desde fuera”, la que hacen los investigadores al observar, registrar, clasificar e interpretar formas de violencia, nos

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





permite incidir, justamente, en las regularidades de la violencia humana, pero esto tendería a olvidar las diferencias sutiles, que son las que, en última instancia, ayudan a agudizar nuestra mirada sobre cuánta violencia hay en una sociedad, y cuáles son sus cualidades, sus causas y sus efectos. Por otra parte, la violencia tiene múltiples niveles de expresión, y no necesariamente es más violento un país en el que hay más asesinatos; también puede serlo aquél que, si bien registra bajos niveles de homicidios intencionales, al mismo tiempo revela altos niveles de “tensión psicológica”, si se me permite la expresión, o formas de violencia que, siendo físicas o psicológicas, generan también un alto grado de malestar en las relaciones interpersonales y en el sufrimiento individual. Asimismo, es fundamental ver la violencia como parte de un proceso social y humano más global de muy largo aliento, como ha insistido Eliás: y entonces, la violencia de la coyuntura boliviana a la que aquí me refiero, puede aparecer como un momento en un largo proceso, en los que ambos, coyuntura y proceso, se imbrican e influyen mutuamente.

De manera breve, quiero plantear algunos elementos claves para entender el proceso de civilización/descivilización en Bolivia. En primer lugar, y si consideramos la cantidad de actos violentos extremos en Bolivia en los niveles micro y mezzo bajo (relaciones interpersonales y también públicas), los indicadores históricos —aunque en realidad, estos sean escasos y lagunares— no revelan una alta incidencia de, por ejemplo, los asesinatos, los que justamente son considerados como el indicador “clave” del grado de violencia de una sociedad. De hecho, si uno recorre las calles de una amplia mayoría de ciudades y poblados bolivianos, la sensación que tiene es que se trata de una sociedad bastante pacífica, dado que las posibilidades de ser asaltado de forma violenta son pocas, y a nivel latinoamericano, probablemente de las más bajas. Si uno revisa los testimonios de viajeros desde el siglo XIX, esta misma sensación de un entorno pacífico está presente, especialmente en las ciudades del área del altiplano, las montañas y los valles andinos, y no tanto en ciudades como Santa Cruz de la Sierra, en las llanuras tropicales del país: pero el resultado global es el de que Bolivia es un país pacífico, y que esto no ha cambiado mayormente. A esto se le suma la mirada estereotipada (sea idealizadora o prejuiciosa)

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





sobre Bolivia, inventada por los que allí no viven, según la cual los bolivianos somos una suerte de indios sabios llenos de tradiciones, que se comportan de manera pacífica, aletargada y parsimoniosa⁸⁴, lo que no se corresponde con ninguna realidad.

Podemos constatar que las tasas de asesinatos por cada 100000 habitantes en Bolivia no son necesariamente las más bajas del mundo, ni siquiera de América Latina. El problema aquí es la poca fiabilidad de los datos, sea tanto en el registro como en la interpretación, puesto que los gobiernos no están interesados en la verdad de las cosas, sino en “maquillar” las cifras para presentar una imagen positiva sobre su propia gestión pública⁸⁵. Si nos atenemos a otro tipo de datos, se revela una realidad distinta al que se encuentra el ocasional paseante por las calles bolivianas. Por ejemplo, Bolivia ocupa uno de los primeros lugares en América Latina en cuanto a violencia contra las mujeres; y si se revisan informes sobre la violencia contra los niños en Bolivia, se constata que la mayoría de los niños bolivianos sufren altos niveles de violencia física y psicológica, ejercida por personas mayores en su entorno inmediato, y probablemente la incidencia de estos tipos de violencia no haya disminuido a través del tiempo, dado que no contamos con datos fiables del siglo XIX, e incluso del siglo XX. Algo parecido puede decirse en relación a la violencia ejercida contra las personas ancianas o los animales: en Bolivia,

⁸⁴ Por ejemplo, véase lo que escribe Eduardo Galeano sobre las costumbres alimentarias de los bolivianos, en relación al retiro del país de McDonald's: “El amor al atraso impidió que Bolivia se pusiera al día con la comida chatarra y los vertiginosos ritmos de la vida moderna. Las empanadas caseras derrotaron al progreso. Los bolivianos siguen comiendo sin apuro, en lentas ceremonias, tozudamente apegados a los antiguos sabores nacidos en el fogón familiar” (Galeano 2012:308). Nada de eso es cierto.

⁸⁵ Según datos de UNUDD, la tasa de homicidios intencionales por cada 100000 habitantes era de 6,5 para 2005, en 2016 había aumentado a 10,8, y decreció a 8,5 en 2017. En abril de 2016, una nota de prensa alertaba que “el índice de criminalidad en Bolivia creció un 70 % en la última década” y que al momento de llegar Evo Morales a la presidencia, la tasa era de 6,21, pero que creció a 10,8. De hecho, el ministro de la Presidencia, Carlos Romero, así lo había informado, pero según el periodista “el ministro [...] [prefería] ver la parte positiva de este dato” porque en 2012 la tasa había llegado a 12,1 por cada 100000 habitantes (cf. Ortiz en El Deber, 17/IV/2016). Indignado, el ministro respondió a los pocos días argumentando que los datos de El Deber eran falsos: “En definitiva queremos desestimar esa impresión en el manejo de la información irresponsable, no puede haber subido 70% el índice de criminalidad en Bolivia, con base en fuente tomada de un portal, que no sé qué significación científica podría tener” (Carlos Romero, conferencia de prensa, 21/IV/2016). Haciendo otro tipo de contabilidad, según él, en realidad la criminalidad había bajado un 50%. Como puede verse, los datos en Bolivia no son, necesariamente, lo más relevante, sino la interpretación política que se haga de ellos.



las agresiones cotidianas, que no necesariamente llegan al asesinato, las heridas graves o la violación –aunque sí existen en cifras que parecerían crecer— son pan de cada día. Se vive en un estado de continua alerta y agresión, en el tránsito vehicular, en los mercados, en las fuentes de trabajo, en fin, incluso en las relaciones familiares. Los bolivianos se insultan con palabras, y se lastiman de muchas formas, dada la intensa vida cara a cara y el incesante juego de intereses y estrategias que se desarrolla en la mayoría de los ámbitos de sociabilidad. Si a esto se suma la presión de los intereses corporativos o faccionales, llamados eufemísticamente como “políticos”, entonces el panorama de la supuesta “vida pacífica” de los bolivianos cambia: se vive en una suerte de guerra sorda y solapada, que muchas veces, varias veces al día, estalla. Así mismo, en la esfera de la violencia entre el Estado y la población civil, y si bien se vive al borde del conflicto violento –la cantidad de “conflictos sociales” es históricamente muy alta en relación a otros países vecinos—, cuando este detona, tampoco implica una subversión total de un orden de vida aparentemente tolerable, ya que más bien la violencia tiene ciertas normas y pautas rituales, como sostiene agudamente la antropóloga Alisson Spedding:

No quiero negar que hay muertes en el curso de los ‘conflictos sociales’ ocasionados por la política oficial frente a la producción de coca y otros temas [...] pero los enfrentamientos entre el pueblo y el Estado en Bolivia generalmente se desarrollan dentro de las ‘reglas del juego’, es decir, guiados por una ritualización que es tácitamente reconocida por ambas partes y cuando hay heridos o muertos en curso de estos enfrentamientos, su impacto es enorme en relación con la incidencia estadística de tales acontecimientos, si se los compara con lo que ocurre en los países vecinos (cf. Spedding 2002:86).

Podríamos decir que en Bolivia se vive en un régimen de “paz violenta” (para llamarlo de alguna manera) en el que a nivel de las relaciones interpersonales cercanas y públicas, se suelen tolerar agresiones con bastante estoicismo, como si así fuera la naturaleza misma de las cosas, y en relación a los problemas con el Estado, se suele esperar justamente, una “resolución ritual” de los conflictos. Esta pauta no ha cambiado mayormente desde el retorno de la democracia, en 1982, y en tiempos de Evo Morales, tampoco: aunque he narrado algunos elementos de la creciente tensión social en la actual



coyuntura, tanto su gobierno como los grupos que se manifiestan en su contra, no suelen pasar ciertos límites tácitamente aceptados en ambos lados: el hacerlo, como sostiene Spedding, podría tener altos costos en cuanto a la imagen política y pública de cualquiera de los sectores enfrentados. Es, también por ese motivo, que mucho del esfuerzo se invierte en deslegitimar al adversario, sea el gobierno incriminando a los manifestantes, sean éstos denunciando al gobierno.

A lo largo de su historia, Bolivia ha experimentado periodos más violentos que otros, pero que muy pocas veces se han convertido en guerras civiles duraderas. Lo típico suele ser la insurrección popular, muchas veces claro, auspiciada por sectores de interés, elites o grupos de poder, que o bien quieren mantenerlo, o bien quieren conquistarlo. Probablemente, esta coyuntura tienda a ser una de las más conflictivas después de muchos años, y por ese motivo, la sensación de ingresar a un periodo de violencia, o a un “proceso descivilizador”, puede estarse incubando: los bolivianos son, al mismo tiempo que dados a las bravatas insurreccionales, también muy temerosos ante la violencia desatada. En ese tira y afloja, tanto la población civil como el gobierno aprenden a jugar con astucia, sus fichas.

Sea como sea, y de darse en 2019 la imposición de una parte de la población de un proyecto político como el de la reelección indefinida de Evo Morales, esto podría generar mucho resentimiento en otra parte de la población, no siempre por una cuestión de conciencia ciudadana o democrática, sino también por una serie de imaginarios colectivos desatados, más bien prejuiciosos en contra de los indígenas o de la gente que Morales representa. No obstante, parecería que el gobierno no intenta morigerar la tensión social, no asume su papel como un garante del equilibrio y la pacificación entre los distintos sectores que viven en Bolivia, y por otra parte, realiza declaraciones que llaman a la pelea, además de pretender aumentar, a través de un autoritarismo popular, el grado de controles externos y de disciplinamientos. Evo quiere una jornada laboral de 9 horas, quiere leyes contra la mentira y contra la flojera, piensa que todo el que se le opone es “mentiroso confeso”, “corrupto confeso”, quiere que no hayan derechos humanos en el cuartel, y por si fuera poco, fomenta un culto a su personalidad a niveles insospechados

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





en toda la historia de Bolivia: nada de esto ayuda a crear un futuro de mayor pacificación social, sino que, por el contrario, produce efectos “anticivilizatorios”, para usar la expresión de Norbert Elias.

Cuando escribo esto, a fines de agosto de 2018, la sensación de descomposición del entramado social y la convivencia pacífica es palmaria, y así como los seguidores de Morales lo apoyan de manera fanática, un amplio sector de la población siente que no hay salida, que no hay futuro. Suman y crecen las voces críticas a las jugadas políticas del gobierno, especialmente en torno al no acatamiento de los resultados del 21F y la imposición de la resolución del 28N, pero el apasionamiento y la intransigencia de los que apoyan a Evo también aumenta. No se ve una salida pacífica, *civilizada* en el horizonte, en el sentido de que ‘civilizado’ aquí significa el respeto a los derechos humanos, al contrato social de convivencia en paz. Si bien el proceso civilizador Boliviano es ambivalente, y en él conviven cotas de alta civilización (personalidades autocontroladas, respeto al sistema democrático, acatamiento de las leyes, etc.), con cotas más bajas de civilización (autoritarismo, culto a la disciplina desde arriba, corrupción, no acatamiento de leyes y no respeto al sistema democrático, etc.), lo que tenemos en esta coyuntura específica es, sino un retroceso de lo conseguido –por supuesto, los seguidores de Morales piensan que jamás Bolivia fue un país tan avanzado y prometedor, casi una utopía hecha realidad— por lo menos un periodo cada vez más violento, cargado de factores anticivilizatorios, de consecuencias aún imprevisibles hacia el bicentenario de la fundación de la república, hoy “Estado plurinacional”, en el próximo año de 2025: ¿Bolivia será, realmente, una sociedad mejor, más pacífica, más integradora, más auspiciosa con las oportunidades para su gente, o por el contrario, será una sociedad más polarizada, menos integradora, menos auspiciosa? Sólo escribí algunos apuntes para enfrentar esta coyuntura, a la luz de la idea de que el proceso civilizador es, debe de ser, o por lo menos, debemos de aspirar a que así sea, un rumbo que traiga mejores días a los seres humanos, en Bolivia, o en cualquier lugar.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Bibliografia

ARTEAGA BOTELLO, N. El espacio de la violencia: un modelo de interpretación social. *Revista Sociológica* vol. 18 N° 52, mayo-agosto, 2003, pp. 119-145.

BJORK-JAMES, C. Activismos densos y ágiles: organización y ética en los movimientos bolivianos de base. Documento de trabajo inédito. Cochabamba: Centro de Documentación e Información Bolivia (CEDIB) 2016.

ELIAS, N. Civilización y violencia en *Reis* N° 65, enero-marzo 1994, pp.141-151.

ELIAS, N. El proceso de la civilización. Investigaciones sociogenéticas y psicogenéticas. Reimpresión colombiana. Santa Fe de Bogotá: Fondo de Cultura Económica, 1997.

ELIAS, N. Los alemanes. Prólogo de Carlos Belvedere. Buenos Aires: Nueva Trilce, 2009.

GALEANO, E. Los hijos de los días. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

LA PATRIA. Vicepresidente García compara a Morales con líderes históricos. Domingo 22 de noviembre de 2009, p.1.

LEVINE, D. H.; MOLINA, J. E. La calidad de la democracia en América Latina: una visión comparada. *Revista América Latina hoy* N° 45, 2007, pp. 17-46.

MOLINA, F. García Linera: “Perder a Evo Morales sería un suicidio político”: el vicepresidente de Bolivia asegura que el mandatario es “la personificación de la unificación de lo popular”. *El País*, 7 de enero de 2008. Disponible en: <https://elpais.com/internacional/2018/01/07/america/1515290890_923167.html> Acceso en: 24 agosto 2018.

SÁNCHEZ PATZY, M. Corporativismo, disciplina y violencias corporativas en Bolivia. En SUÁREZ, H.J. (Coord.) *¿Todo cambia? Reflexiones sobre el “proceso de cambio” en Bolivia*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Sociales, 2018, pp. 135-178.

SPEDDING, A. Batallas rituales y marchas de protesta: modos de apropiarse del espacio en el departamento de La Paz. *Revista Temas Sociales* N° 23, 2002, pp. 85-124.

MALEŠEVIĆ, S. Forms of brutality: Towards a historical sociology of violence. *European Journal of Social Theory* Vol 16, Issue 3, published online 5 March 2013, pp.1-19. Disponible en <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1368431013476524>> Acceso en: 10 de agosto de 2018.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



PPEdu UEL





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

ORTIZ, P. El índice de criminalidad en Bolivia creció un 70% en la última década. *El Deber*, 17/IV/2016.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

HOMENS NA PEDAGOGIA? DISCUTINDO RELAÇÕES DE GÊNERO E PODER A PARTIR DE MEMORIAIS DE INFÂNCIA - DOURADOS/MS

Míria Izabel Campos

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Doutora em Educação

miriacampos@ufgd.edu.br

Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador (GPEPC)

Resumo: Na história do magistério evidencia-se presença quase unânime das mulheres no trabalho com infância. E os homens que cursam Pedagogia? Assim, o objetivo foi questionar relações de gênero e poder que permeiam essa formação. Como pressuposto teórico-metodológico utilizou-se a teoria do processo civilizador e a (auto)biográfica em interfaces com educação. O *corpus* foi formado por documentos de arquivo pessoal escritos entre 2009 e 2014. Os resultados apontam histórias permeadas por discursos antagônicos em relação à formação e classificação de homens e mulheres, que até os dias atuais se encontram arraigados nas relações humanas.

Palavras-chave: Norbert Elias. Abordagem (Auto)biográfica. Figurações.

MEN IN PEDAGOGY? DISCUSSING GENDER RELATIONSHIP AND POWER FROM CHILDHOOD MEMORIES- DOURADOS / MS

Abstract: In the history of teaching, one can see the almost unanimous presence of women in the early childhood education. But what about men who study Pedagogy? The purpose of this research was to question the gender relationships and power that permeate this process. The theoretical -methodological framework used was the civilizing process theory and (auto) biographical in interface with education. The *corpus* was composed by documents from personal archives written between 2009 and 2014. The results show histories permeated by antagonistic discourses related to the development and classification of men and women, that even nowadays are entrenched in human relationships.

Key words: Norbert Elias. (Auto) biographical approach. Figurations.

Introdução

É predominante e significativo o número de mulheres que adentra ao curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação (FAED), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Tal conjuntura verificada em Dourados/MS, cidade na qual se

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





desenvolve o referido curso, não é diferente da constituição histórica do magistério que remete a um quadro de predominância quase unânime das mulheres, principalmente quando se direciona o olhar para o trabalho com as crianças pequenas, indivíduos na/da infância.

Sendo assim, o meu objetivo neste trabalho foi questionar relações de gênero e poder que permeiam essa formação, pois estudos realizados em Badinter, 1985; Louro, 2011b; Rosemberg, 2012, dentre outras, me ajudaram a entender que tal realidade se construiu a partir de um pensamento que ligou a mulher à maternidade e, como caminho natural, ao posto de professora de crianças pequenas. E os homens que cursam a Pedagogia? Como constroem suas trajetórias nessa profissão dita feminina?

Nesse contexto, tendo como pressuposto teórico-metodológico a teoria do processo civilizador de Norbert Elias, bem como a abordagem (auto)biográfica em suas interfaces com o campo educativo, eu vislumbrei que por meio das análises de memoriais de infância (auto)biográficos fosse possível compreender quais histórias, vivências e relações marcaram as escolhas de homens por uma profissão que vem sendo construída majoritariamente por mulheres.

O *corpus* documental do estudo se constituiu de memoriais de infância pertencentes a arquivo pessoal de uma professora, docente do curso de Pedagogia na FAED/UFGD. Os documentos foram escritos entre os anos 2009 e 2014, quando os acadêmicos matriculados na Pedagogia cursaram as disciplinas Fundamentos da Educação Infantil e História da Infância⁸⁶.

Gênero e docência: interdependência e poder ao longo da história

⁸⁶ Este artigo amplia e aprofunda a pesquisa realizada sob minha orientação, pela acadêmica de graduação em Pedagogia, bolsista de Iniciação Científica, Adaiane Enequio Palhano, intitulada “Memoriais de infância do homem pedagogo: trajetórias em uma profissão feminina” (PALHANO; CAMPOS, 2018).



A história da humanidade sempre esteve permeada por discursos antagônicos em relação à formação e classificação de homens e mulheres, a luz de muitos fatores que até hoje se encontram arraigados nas relações humanas. Os lugares sociais dos indivíduos se delimitaram no decorrer da história, a educação quase sempre se deu de forma excludente e discriminadora, caracterizando diferenças entre os gêneros, externando o poder inerente às relações constituídas, quase sempre, em dois polos (ELIAS, 1999; SCOTT, 1995).

Nesse contexto, o curso de Pedagogia se encontra em um território de conflitos, por lidar com as questões humanas em seu pleno desenvolvimento. Em se tratando da primeira Etapa da Educação Básica, no trabalho de educar e cuidar as crianças pequenas de 0 a 5 anos (BRASIL, 1996), os profissionais [homens] têm se deparado com inúmeras problemáticas associadas ao contato direto com as crianças, em decorrência do estranhamento e alegações de desconfianças e, em alguns casos extremos, até em suposição a práticas de abusos, violência e pedofilia na educação infantil.

A partir dessas alegações alarmantes quanto à atuação docente desses indivíduos, muitos pedagogos preferem o distanciamento do trabalho que envolve crianças pequenas e, dessa maneira, acabam por determinar ainda mais o cuidar e educar como atributos exclusivamente femininos.

Posto isto, julgo conveniente registrar um pequeno percurso histórico, o qual me ajudou a entender essa construção. Início evidenciando que a formação e o exercício do magistério, em seus primórdios, eram destinados aos homens, pois, categoricamente, o intelecto, o senso de autoridade e certas aptidões eram características atribuídas a eles, as quais lhes davam poder e desígnio para o ofício docente.

Nesse contexto, para Louro (2011b, p. 448-449):

[...] a atividade docente no Brasil, como em muitas outras sociedades, havia sido iniciada por homens - aqui, por religiosos, especialmente jesuítas, no período compreendido entre 1549 e 1579. Posteriormente, foram os homens que se ocuparam com mais frequência, tanto como responsáveis pelas 'aulas regias' - oficiais - quanto como professores que se estabeleciam por conta própria.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Com a ampliação de leituras, foi possível compreender que o século XIX implicou mudanças substanciais para/na educação, quando aconteceu a passagem e o deslocamento dos professores (primários) homens, para outras áreas profissionais e, posteriormente, acabaram por ceder o espaço para as mulheres.

Acerca desses movimentos corrobora Vianna (2002, p. 85), afirmando que:

Desde o século XIX, pouco a pouco os homens vão abandonando as salas de aula nos cursos primários, e as escolas normais vão formando mais e mais mulheres. Essa característica mantém-se por todo o século XX, estimulada, sobretudo, pelas intensas transformações econômicas, demográficas, sociais, culturais e políticas por que passa o país e que acabam por determinar uma grande participação feminina no mercado de trabalho em geral.

A partir dessa análise histórica da autora, fica compreensível um processo de feminização docente caracterizada pela predominância feminina na composição de gênero da categoria docente.

Por conseguinte, ressaltando os espaços formais de educar e cuidar a infância, eles foram se instituindo na medida em as mulheres passaram a almejar as novas possibilidades na docência. Como destacado por Badinter (1985), ao ocupar o magistério, a mulher ainda tinha tempo para cuidar da casa e da família. Assim, “o magistério era próprio para mulheres porque era um trabalho de ‘um só turno’, o que permitia que elas atendessem suas ‘obrigações domésticas’ no outro período” (BADINTER, 1985, p. 453).

Tal tendência implicou de forma expressiva para a constituição profissional majoritária das mulheres no contexto da educação infantil, conforme evidenciado em diferentes autoras/es, que podem ser traduzidas por ideias oriundas das construções sociais essencialmente naturalizadas no seio das relações sociais, ao se conceber o trabalho docente como função materna.

Concomitantemente, tais justificativas contribuíram para o investimento da educação das mulheres e, conseqüentemente, para a sua entrada no magistério. Por esse viés, importante ressaltar os estudos de Rosemberg (2012, p. 338), os quais demonstraram que “[...] mulheres educadas são melhores mães”. Nessa égide, destaco o despertar da

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





formação docente, na constituição da educação infantil, como espaço eminentemente feminino.

Importante aludir, quando se trata das questões gêneros e docência, eu estou me referindo às masculinidades e feminilidades docentes e suas implicações no poder que permeia todas as relações estabelecidas entre os indivíduos. Nesse mote, para Louro (2003, p. 24):

Papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar [...] através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas.

Deste modo, é possível perceber que a atividade docente com as infâncias tem privilegiado notoriamente o público feminino, estabelecido uma gama de poder que, conseqüentemente, tem suscitado numa barreira quase que intransponível a atuação do educador/pedagogo.

Ou seja, em vista de a educação infantil ser constituída massivamente por mulheres, compreendo que nas perspectivas dos homens a atuação com crianças menores se torna um grande desafio, por precisar partilhar as mesmas funções. Assim, torna-se significativo conhecer histórias sobre homens na Pedagogia.

Memoriais de infância: homens na Pedagogia?

O arquivo pessoal foi por mim apreendido, neste estudo, no “[...] âmbito dos documentos efetivamente acumulados por indivíduos [...]” (CAMARGO, 2009, p. 28). Por esse enquadramento, o *corpus* documental relacionado alcança importância primordial como fonte em pesquisa histórica e científica. No entendimento de Cunha (2017, p. 195), “[...] a essência da existência dos arquivos torna-se necessária no intuito

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





de não apenas preservar memórias, mas também de servir de documentos à produção historiográfica”.

Para uma demonstração do *corpus* documental, segue a Tabela 1, a qual foi produzida no contexto da tese de doutoramento intitulada “Tempos de escritas: memoriais de infância, docência e gênero” (CAMPOS, 2018).

Tabela 1 - Memoriais de infância da graduação em Pedagogia - UFGD

Anos da produção	Quantidade	Gênero	
		Feminino	Masculino
2009	50	49	1
2010	34	33	1
2011	40	40	0
2013	78	76	2
2014	28	28	0
TOTAIS	230	226	04

Fonte: Elaboração a partir de Campos, 2017.

Em vista dos dados, imprescindível acentuar as disparidades entre homens e mulheres que entraram no curso de Pedagogia anualmente, revelando o caráter desigual entre os gêneros na docência e, conseqüentemente, contribuindo para naturalizar a educação infantil como espaço/reduto de mulheres.

Mas, para além dos dados quantitativos, neste estudo se entendeu que os memoriais de infância se constituem como fontes importantes na construção de saberes, concernentes as trajetórias de vidas e o processo de formação docente. Nessa perspectiva, compreender o processo de formação de professoras/es significa valorizar as experiências e histórias de vida desses indivíduos em suas singularidades e particularidades (SOUZA, 2011).

Assim, ao optar pelos memoriais de infância para o trabalho na pesquisa, parti da ideia de que estes documentos (auto)biográficos podiam dar sentido às trajetórias dos



indivíduos, fornecendo dados importantes concernentes as retrospectivas das infâncias em seus diferentes momentos históricos e sociais.

No tocante às investigações, importante marcar que busquei, particularmente, evidenciar nas entrelinhas as lembranças e experiências marcantes nas histórias relatadas, sem nenhuma pretensão de contestar as veracidades dos fatos. Em sendo assim, foi possível evidenciar nas descrições, lembranças marcantes nas relações familiares, com os/as amigos, as primeiras experiências na escola, a figura da professora, quase sempre recordada de maneira especial.

Dessa forma, vale sobrelevar, acredito que os estudos das infâncias, são essenciais para as reflexões acerca do processo de formação pessoal e formação da identidade docente. E para melhor exemplificar tal reflexão, destaco Souza (2007, p. 63), quando o autor explicita que:

Quando invocamos a memória, sabemos que ela é algo que não se fixa apenas no campo subjetivo, já que toda vivência, ainda que singular e auto-referente, situa-se também num contexto histórico e cultural. A memória é uma experiência histórica indissociável das experiências peculiares de cada indivíduo e de cada cultura.

Assim, conhecer as pretensões que levaram estes homens a optarem pela formação em Pedagogia, constituiu-se como “[...] uma chave para a compreensão da realidade” (ALBERTI, 2004, p. 79). Nesse contexto, elenco a seguir alguns fragmentos dos memoriais.

Embora tenha momentos de lembranças anteriores aos meus cinco anos, prefiro escrever a partir do momento que fui para a escola aos cinco anos de idade, uma vez que as lembranças são mais claras, para mim chegam a ser até ‘palpáveis’ e nostálgicas. Então convido você que agora lê essas breves páginas da minha vida, a tentar imaginar tudo aquilo que vivi, no melhor momento de toda a minha vida. (Memorial de infância, 2009/01, p. 4)

Desde muito cedo eu já me interessava pela leitura, não apenas de livros infantis da minha faixa etária, mas literatura mais pesada,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





aos 11, 12 anos já havia lido autores como Eric Hobsbaw, Richard Dawkins [...]. (Memorial de infância, 2010/01, p. 3-4)

[...] adorávamos brincar de professor de escola, minha prima tinha um quadro enorme e a gente passava o tarde brincado no fundo da casa da minha vó, um dia eu era o professor, quando tinha mais criança aí que ficava bom que tinha mais alunos. (Memorial de infância, 2013/02, p. 2)

Compreendo que as inclinações docentes puderam ser evidenciadas em alguns momentos das escritas. Nesse sentido, considero os relatos e as experiências com as infâncias construções históricas intrínsecas nas relações sociais dos indivíduos, que perpassaram por diferentes e múltiplas relações, em diferentes momentos históricos, produzindo sentidos.

Assim, importante refletir com Elias (1999), para quem as percepções que temos da sociedade quase sempre se encontram distorcidas por conceitos equivocados, os quais levam a pensar em uma realidade exterior aos indivíduos. Para ele é imprescindível uma visão mais realista das pessoas, pois elas,

[...] através das suas disposições e inclinações básicas são orientadas umas para as outras e unidas umas as outras das mais diversas maneiras. Estas pessoas constituem teias de interdependência ou configurações de muitos tipos, tais como famílias, escolas, cidades, estratos sociais ou estados. (ELIAS, 1999, p. 15)

Por esse viés, a leitura dos documentos escritos, memoriais de infância (auto)biográficos, me oportunizou conhecer e compreender, um pouco, as escolhas destes homens pela Pedagogia, entendendo que eles também são uns entre os/as outros/as.

Considerações para concluir

Mesmo diante de transformações correntes e importantes movimentos que podem indicar “[...] alteração no modo de comportamento [...] dizendo [...] respeito a mudanças

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





nas relações de interdependências entre gerações, bem como nas relações de gênero, etnia e classe social [...]”, (VEIGA, 2014, p. 141), no contexto da docência na/da educação infantil ainda estão presentes os resquícios deixados em diferentes indivíduos, os quais insistem a enquadrar e delimitar as relações e as funções do homem e da mulher na sociedade.

Com Elias (1999) entendo existir uma imbricação mútua entre indivíduos e sociedade. Ou seja, sociedade e indivíduos vivem processos sociais, mas ao mesmo tempo, são produtores desses processos.

Sendo assim, imprescindível refletir sobre o gênero na docência, pois acredito na relevância da atuação dos profissionais homens nas instituições de educação infantil, uma vez que é preciso oportunizar uma educação sem distinção de corpo e gênero, pois educar não significa ter atributos masculinos ou femininos.

Nessa tônica, defendo que tanto professores como professoras podem contribuir e promover uma educação igualitária, sem distinções de gêneros, desmitificando as construções históricas sociais vigentes na sociedade, com efeitos importantes e significativos para as futuras gerações.

Referências bibliográficas

- ALBERTI, VERENA. Ouvir contar: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BADINTER, Elizabeth. Um Amor Conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Dossiê Arquivos pessoais são arquivos. Revista do Arquivo Público Mineiro. 2009. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf. Acesso em: 24 mar. 2017.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





CAMPOS, Míria Izabel. Tempos de escritas: memoriais de infância, docência e gênero. 2018. 188f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD, Dourados, 2018.

CARVALHO, Marília Pinto. Vozes Masculinas numa Profissão Feminina: O que tem a dizer os professores. LASA. 1998. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/PintodeCarvalho.pdf>> Acesso: 28 mar. 2017.

CUNHA, Maria Tereza Santos. Essa coisa de guardar...homens de letras e acervos pessoais. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, v. 12, n. 25, p. 109-130, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://fae.ufpel.edu.br/asphe>>. Acesso em: 31 maio 2017.

ELIAS, Norbert. Introdução à Sociologia. Lisboa: Edições 70, 1999.

LOURO, Guacira. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (Org.) História das mulheres no Brasil. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011b. p. 443-481.

Memorial de infância, 2009/01.

Memorial de infância, 2010/01.

Memorial de infância, 2013/02.

PALHANO, Adaiane Enequio; CAMPOS, Míria Izabel. Memoriais de infância do homem pedagogo: trajetórias em uma profissão feminina. 2018. 23 f. Relatório Final de IC. FAED/UFGD. Dourados/MS, 2018.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012. p. 333-359.

SOUZA, Elizeu Clementino de. (Auto) biografia, histórias de vida e prática de formação. In: NASCIMENTO, A. D; HETKOWSKI, T. M. (Orgs.). Memória e formação de professores. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 59-74. <http://books.scielo.org/id/f5jk5/pdf/nascimento-9788523209186-04.pdf>

SOUZA, Elizeu Clementino. Territórios das escritas do eu: pensar a profissão – narrar a vida. Educação, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 213-220, maio/ago. 2011.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, v. 2 n. 16, p. 5-22, julho/dezembro, 1995.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

VEIGA, Cynthia Greive. Emoções e poder no processo de institucionalização da profissão docente: a civilização dos professores. In: GEBARA, Ademir; COSTA, Célio Juvenal; SARAT, Magda. Leituras de Norbert Elias: processo civilizador, educação e fronteiras. Maringá/PR: Eduem, 2014. p. 137-156.

VIANNA, Claudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. cadernos pagu (17/18) 2001/02: pp.81-103.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

DIVERSIDAD Y DESIGUALDAD EN CONTEXTOS EDUCATIVOS

Paula Martínez Cano
CC. 21424347 de Bello
Magister en Educación de la Universidad de Antioquia
Línea de Formación de Maestros
Estudiante de Doctorado, línea de Historia, pedagogía y didáctica
Docente Universidad de Antioquia
e-mail: laprofepau@gmail.com; paula.martinez@udea.edu.co

Yolida Ramírez Osorio
C.C. 21833297 de Jericó (Ant)
Magister en Educación de la Universidad de Antioquia
Línea Pedagogía y Diversidad Cultural
Estudiante de Doctorado, línea de Historia, pedagogía y didáctica
Docente Universidad de Antioquia
e-mail: yajasiel@hotmail.com; yolida.ramirez@udea.edu.co

Resumen: En los últimos años y en la mayoría de los países latinoamericanos se han creado, desarrollado e implementado políticas educativas que justifican la obligatoriedad escolar, esto si se entiende la educación como aquella que significa, que *toda práctica educativa es una práctica colectiva* en tanto derecho individual y social. Esta propuesta, además de pensar alrededor de la *diversidad* tiene por objeto deliberar en torno a la teoría de Norbert Elias y sus aportes a la educación bajo lógicas escolares en los avances generados por el sistema educativo en clave de proporcionar una educación en igualdad de condiciones con base en currículos para la atención, permanencia y promoción para todos, en este caso, con relación a la *desigualdad educativa*

Resumo: Nos últimos anos e na maioria dos países latino-americanos foram criados, desenvolvidos e implementados políticas educacionais que justificam a escola obrigatória, isto se a educação é entendida como significando que toda prática educacional é uma prática coletiva como um direito individual e social. Essa proposta, além de pensar sobre a diversidade, visa deliberar em torno da teoria de Norbert Elias e suas contribuições para a educação sob a lógica escolar nos avanços gerados pelo sistema de ensino na chave de proporcionar uma educação em condições de igualdade com com base nos currículos de atenção, permanência e promoção para todos, neste caso, em relação à desigualdade educacional

Palabra clave: diversidad, dimensiones relacionales, desigualdad

Explorar algunos postulados de la obra de Norbert Elias en educación significa reconocer que su investigación no está centrada en ella pero si, algunos de sus postulados epistemológicos en relación a problemáticas sociales y estructurales que aportan a la

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





comprensión de la realidad social. Sus señalamientos se hacen en relación a conceptos como –individuo- y –sociedad- que remiten al mundo social y sus relaciones no como objetos independientes o distintos sino como inseparables (Elias, 2009). Desde esta perspectiva comprender que los seres humanos están inmersos en la estructura social es ya adentrarse en la teoría elisiana, puesto que decir –entre- para él significa relacionarse, lo que incluye un entramado complejo entre prácticas educativas y las condiciones individuales de cada sujeto.

Bajo esta lógica, se señala en el artículo 67 de la Constitución Política de Colombia a la educación como un servicio público y un derecho para todas las personas. Una educación con funciones sociales que como práctica educativa y colectiva es compartida con el Estado, la familia y la sociedad como organizaciones corresponsables de la misma, aunque aquí el Estado ocupa el lugar de *inspector* y *vigilante* pues garantiza y promueve la *calidad educativa*. Por esto, los resultados alcanzados en las últimas décadas en términos de cobertura, pruebas estandarizadas locales, nacionales e internacionales y, condiciones específicas de la educación entre muchas otras situaciones, son la marca de las investigaciones tanto académicas como de debates públicos y reflexiones en torno a la calidad educativa.

Para afirmar lo anterior, Barrera (2012) plantea no solo que Colombia *no* ha tenido los resultados esperados, sino que además las condiciones de inequidad y desigualdad en el sistema educativo persisten, esto si se tiene en cuenta que la población que ingresa al sector oficial, en su mayoría cumplen con algunos criterios e índices de vulnerabilidad y/o tienen condiciones socioeconómicas desfavorables. Apreciaciones compartidas por el Banco Mundial (2009) y Valencia (2008) en investigaciones que tienen como sustento datos estadísticos del ICFES, el DANE y/o las secretarías de educación, y que en los últimos años, le han apostado al análisis de los determinantes en relación a la calidad educativa, dentro de los cuales se señalan las distancias que existen *entre los resultados, las características sociodemográficas de las instituciones y las marcadas diferencias entre lo público y lo privado* (ICFES, 2012)

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





Por esto, en los últimos años y en la mayoría de los países latinoamericanos se han creado, desarrollado e implementado políticas educativas que justifican la obligatoriedad escolar, esto si se entiende la educación como aquella que significa que *toda práctica educativa es una práctica colectiva* en tanto derecho individual y social. Esta propuesta se piensa alrededor de la ***diversidad y la desigualdad en contextos educativos*** tiene por objeto deliberar en torno a la teoría de Norbert Elias y sus aportes a la educación bajo lógicas escolares sobre todo en los avances generados por el sistema educativo en clave de proporcionar una educación en igualdad de condiciones y para todos con base en currículos para la atención, permanencia y promoción, en este caso, en relación a la ***desigualdad educativa*** lo que ahonda en *la visión sobre la equidad y la inclusión asociada al cumplimiento del derecho a la educación.*

Lo anterior pregunta por aquello que sucede al interior de las escuelas en términos relacionales en congruencia con identidades socio-económicas, migratorias, culturales, residenciales, de género, étnicas, religiosas, políticas, entre otras que se construyen y constituyen al lado de otros, puesto que solo podemos ser pensados en plural, según Elias una realidad construida por seres humanos (Krotsch, 2013) en la dicotomía: *sistema social vs acción social* (Elias, 2009) y en los señalamientos que el autor hace en sus postulados sobre el proceso de civilización donde se piensa la escuela en medio de un sinnúmero de poderes dispuestos por el Estado y que la referencian como dispositivo esencial en la construcción de lo simbólico.

Lo anterior se reafirma a partir de uno de los pilares de Elias con postulados que indican que -la comprensión se da en la relación-, es decir “entre” dimensiones “relacionales” a través de conceptos como el de la sociedad en figuraciones, creado por él, y que significa procesos sociales que implican complejos y diversos vínculos de interdependencia entre las personas, lo que permitirá identificar y describir características individuales y colectivas bajo lógicas relacionales puesto que los sujetos conviven de múltiples maneras, construyen y configuran infinidad de relaciones condicionadas a dinámicas de poder e influenciadas por emociones, pensamientos y acciones lo que

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





expondrá comportamientos no desde “tendencias” independientes, sino desde tendencias de relaciones en términos de dependencia e interdependencia “de una persona con otras, con objetos no humanos y consigo mismo” (Elias, N, 1990, pág. 112)

En este sentido cabe señalar que la desigualdad en Colombia ha sido constante, histórica y real, en relación a esto los altos indicadores y reformas estructurales sustentadas en la racionalidad del mercado e implementadas en el sistema educativo. Para tal caso, desde los años 90’s se concibe la educación como una de las principales estrategias para construir un país más igualitario, equitativo y justo; sin embargo, en la actualidad y 20 años después de la implementación de las tantas reformas, gran parte de las desigualdades persisten, una de ellas tienen que ver con la *discriminación*, realidad de muchos países de América Latina. Colombia por ejemplo, cuenta con indicadores que configuran marcadas diferencias regionales en el ámbito educativo demarcado a su vez por elementos políticos, económicos, sociales y culturales que impiden una expansión homogénea de la escolarización en el país lo que se ve reflejado en las precarias realidades socioeducativas para la mayor parte de la población.

Por esto es necesario hacer una reflexión donde se expongan algunos elementos estructurales de las lógicas y dinámicas que desde finales del siglo XIX y a lo largo del siglo XX han orientado y establecido las particularidades del sistema educativo colombiano. A modo de antecedentes históricos, se presentan factores políticos, socio-culturales y económicos que impiden la expansión homogénea de la escolarización en el país y que estructuran marcadas diferencias educativas constituyendo *legados* que terminan por configurar la realidad educativa del país.

— Elementos políticos

La revisión de la historia de la educación en Colombia presenta como uno de los rasgos más importantes el protagonismo y legitimidad que ha tenido la Iglesia en la instrucción pública. Desde el período colonial hasta avanzado el siglo XX, es un actor con el que el Estado tendrá permanente confrontación por establecer el monopolio de la educación, así como también un referente para definir su participación en ella, es decir, que en

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



Fábrika
Ideias criativas



períodos de gobiernos conservadores será la institución encargada de la transmisión cultural y en los casos de gobiernos liberales, la situación será de confrontación y delimitación. En ese sentido, la relación Iglesia-Estado terminó por constituirse en un factor determinante para la definición de la educación en el marco de un proyecto público y nacional.

En relación con lo anterior, se encuentra que a finales del siglo XIX en el marco del proyecto de modernización, desarrollo y progreso material que asume el Estado, tanto la cobertura como la calidad de la educación registraban acentuados rezagos. Se atribuía como una de sus causas la constitución del cuerpo docente, el cual en su mayor parte estaba conformado por monjas y curas con instrucción muy elemental, que implementaban metodologías memorísticas de enseñanza, al punto en que se afirmaba que *“los niños aprendían a rezar en la escuela pero no a leer”* (AvivaKids, 2017)

En ese sentido, los procesos de reforma se enfrentaron constantemente con estructuras arraigadas en la lógica colonial y en el dominio de la religión católica; inscribiendo así una importante dinámica de oposición a los proyectos de cambio educativo y a su materialización. Estas condiciones contribuyeron a la reducción de la acción del Estado caracterizada por limitarse *“a nivel de las reglamentaciones y de las materializaciones parciales”* (Herrera, 2002) Si bien, se registran intentos de reconstruir y reestructurar el sistema educativo desde principios de siglo XX, estos cambios se confrontaban a una *“iniciativa privada religiosa que continuó teniendo gran peso en su definición, al igual que los intereses regionales y burocráticos”* (Herrera, 2002)

La tensión entre gobiernos locales con respecto a las administraciones nacionales, han sido otro de los factores que han participado negativamente en la unificación de la educación. En particular porque la labor del Estado se ha restringido a acciones de vigilancia, inspección y supervisión, mientras que las funciones de las administraciones locales se han encargado de la administración y financiación de la educación. Estas condiciones han conformado una situación con efectos importantes por

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





lo menos en dos factores estructurales: por un lado, en que la educación se configure por engranajes de partidos e intereses políticos y no como un organismo de orientación pedagógica (Herrera M. C., 1993, pág. 26) y por otro, en la desarticulación entre las competencias de los niveles municipal, departamental y nacional, que si bien se resuelven, en muchos casos esta resolución se hace por medio de entidades intermedias más que organismos de integración territorial, terminaron por vincular las funciones de vigilancia, supervisión y clientelismo político al manejo de los recursos y de la planta docente.

— Elementos socio-culturales

Dentro de los aspectos socio-culturales, la finalidad de la educación en Colombia ha estado atravesada por una marcada distinción racial y social, constituyéndose como práctica altamente implementada, ejemplo de esto es la diferenciación establecida durante la época de la hegemonía conservadora (1886-1930); en la que si bien, todas las modalidades educativas tenían en común estar sujetas a una conformidad con la doctrina católica de la fe y la moral, se plantea una diferenciación entre la educación dirigida a las denominadas clases sociales desfavorecidas y la dirigida a las élites. Para las primeras, la educación se entiende como

(...) un mínimo de educación escolar sobre la base ideológica del conocimiento del catecismo y con el método pedagógico del aprendizaje de la memoria”, para un pequeño grupo de élites “estaban abiertas instituciones educativas equipadas y diferenciadas (Pöppel H. 2000. Pág. 47).

Así mismo, en el marco del proyecto político industrial y empresarial de principios de siglo XX, en Colombia se apunta a la consolidación de “una clase obrera educada y eficaz” (Millán, 2005) lo cual se tradujo en alfabetización elemental y necesaria para garantizar el funcionamiento del aparato económico que requería la creciente industria, pues esta “no podía funcionar con analfabetos; en el peor de los casos, era necesario leer instrucciones escritas y hacer cálculos elementales” (Millán, 2005)

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





De esta manera, el vínculo entre la educación y el ascenso social termina por configurar un sistema educativo basado en procesos cultural y socialmente diferenciados con lo que se forma una franja poblacional que se ubicara, como plantea (Herrera M. , 2002, págs. 18-19): “entre la ignorancia y el doctorazgo”.

Para el caso de las clases obreras y desfavorecidas, la instrucción se impartía en escuelas complementarias, escuelas nocturnas, escuelas de artes y oficios y escuelas industriales, en instituciones de enseñanza comercial y agrícola, que a veces proporcionaban titulación de bachiller, o en otras, representaban alternativas entre la educación primaria y la secundaria; y a escuela rural constaba de tres años de instrucción primaria, alternada según género.

— Elementos económicos

Durante la primera mitad del s. XX en Colombia se experimenta un importante crecimiento económico, así como avances en el sector educativo, es un periodo que se caracteriza por haber superado el rezago de capital humano que tenía el país al iniciar el siglo XX; este crecimiento se caracteriza por ser desigual y desordenado (Cajiao, 2004). Debido a la “alta descentralización en el sector educativo, en donde los departamentos y municipios financiaban aproximadamente el 64% del total de gasto del sector” (Bonett, 2005, pág. 5) las regiones que se favorecieron de la bonanza económica lograron mayores avances educativos, tal fue el caso de las regiones cafeteras y aquellas que siguieron un modelo de industrialización por sustitución de importaciones.

En este orden de ideas, los departamentos que hicieron altas inversiones en educación “eran aquellos en los que el desarrollo e industrialización estaba más avanzada, tal es el caso de departamentos de la región Andina y Cafetera como Antioquia, Cundinamarca y Valle, en los que generalmente entre 1925-1929, aproximadamente el 20% de los gastos totales de estos departamentos se destinaron a la educación” (Teresa & Patricia, 2006, pág. 64) Una de las inversiones estructurales que llevaron a cabo las regiones mencionadas, estuvo destinada al gasto público en personal docente, la cual se tradujo

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





en personal educativo calificado, y con ello a docentes mejor preparados.” (Teresa & Patricia, 2006, pág. 29)

En consecuencia y para el caso particular de la educación, la modernización de las instituciones se convirtió en un tema central de discusión que tuvo como sustento principal dar bases operativas a políticas como la descentralización. De esta forma las instituciones según la racionalidad neoliberal debían propender por una especialización que les permitiera concentrarse eficientemente en actividades determinadas. Por ejemplo, el caso más importante de modernización institucional que se comenzó a trabajar a principio de los noventa en el sector educativo, fue la reestructuración del Ministerio de Educación Nacional (MEN). Esta reestructuración se centró en establecer cuál era el papel del MEN dentro del sistema escolar, ya que, en medio de una política extremadamente centralista, dicho ministerio al ser la institución principal del sector educativo, había reclamado y asumido funciones que le aseguraban el control total del aparato educativo, pero no aseguraban ni garantizaban la eficiencia, eficacia y calidad del prestación del “servicio”, en materia de educación. Como resultado de ello, a través de la reforma impulsada a partir de la década de los noventa, el MEN se especializó en temas de planeación, programación, desarrollo, seguimiento y evaluación del sistema educativo, dejando en manos de otras instituciones tareas de ejecución y gestión de los recursos, lo cual, en medio de una política de descentralización -que apenas se estaba impulsando- implicó la creación, transformación y fusión de muchas entidades especialmente en el plano regional.

De ahí que la reforma vía modernización de las instituciones, se limitó a la promoción y ejecución de cambios en los ministerios e institutos, olvidando que las instituciones en primer lugar deben ser entendidas “como normas que regulan el comportamiento de los agentes económicos y sociales individuales, como hábitos de conducta de los mismos y finalmente, como entidades u organismos tanto públicos como privados que intervienen en la vida cotidiana de la comunidad” (Katz, 2003, pág. 79)

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná





Así, dentro de los procesos de cambio se ignoró, que la importancia de las instituciones radica en su capacidad de regular la vida en común, y consecuentemente en los niveles de legitimidad que se desprenden de ellas.

Desde este enfoque, la eficiencia y la eficacia se convirtieron en temas de fondo al tratar asuntos educativos -al menos en la teoría-. Por una parte, a través del discurso de la eficacia se buscó lograr y medir el impacto esperado en la consecución de objetivos y metas, estableciendo de forma concreta el beneficio real para personas, grupos, instituciones y comunidades. Por su parte, la política de eficiencia, se concentró en generar capacidades que permitieran utilizar de la mejor forma los recursos con los cuales se disponía. En medio de estos dos temas, comienzan a surgir una serie de asuntos claves como: la cobertura, la deserción y retención escolar, y el financiamiento del sistema. Aunque dichos asuntos eran vitales en la conformación de un proyecto educativo nacional sólido, el manejo que se les dio a lo largo de la década del noventa, transfiguró sus alcances y potencialidades limitándolos.

Se muestra y señala entonces como en las escuelas confluye multiplicidad de poblaciones que hacen señalamientos identitarios de diferente índole: étnicos, de clase, género, de territorio, lenguas, estéticos que supondrían para la convivencia y el aprendizaje una riqueza invaluable como aquella que solo podría darnos el hecho de *ser distintos* pero que en la realidad se materializa en un cumulo de conflictos escolares que enlistan las estadísticas de la desigualdad y la discriminación disfrazadas de violencia, agresión, indiferencia, inequidad, maltrato y con todo ello la imposibilidad de habitar el mismo espacio. Situaciones estas que han llevado, en el caso de Colombia, a instaurar e instalar la ley 1620 de 2013 "*Por la cual se crea el sistema nacional de convivencia escolar y formación para el ejercicio de los derechos humanos, la educación para la sexualidad y la prevención y mitigación de la violencia escolar*" gracias al caso específico del estudiante Sergio Urrego como uno de ellos, que muestran como los miembros de las comunidades educativas viven a diario las dinámicas escolares.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Lo que podría obviarse si se llevaran a cabo los postulados construidos por la (UNESCO-BIE, 2008) quien en sus convenciones plantea la inclusión como eje transversal de los procesos educativos al dar por sentado que es necesaria una “Educación para Todos” como:

“El proceso de responder a la diversidad de necesidades de los educandos a través de la participación creciente en el aprendizaje, las culturas y las comunidades, y reducir la exclusión dentro de la educación y desde ella. Implica cambios y modificaciones en los contenidos, los enfoques, las estructuras y las estrategias, con una visión común que abarca a todos los niños según su rango de edad y una convicción según la cual es responsabilidad del sistema regular educar a todos los niños”

Retomando a Dussel, 2008 (pág. 2) podría aseverarse que la escuela se enfrenta a diario a experiencias de discriminación, desigualdad e inequidad, en tanto plantea que aparecen condiciones estructurales que determinan las relaciones y los modos de participación de los y las estudiantes que ingresan al sistema educativo, tal y como lo referencia Elias (2009). Entre las variables se encuentran: *culturales, de género, organizativas, comunicacionales, regionales* que acentúan la desigualdad no solo social, sino educativa y aquellas que se corresponden con las señaladas con *las redes y el capital social de los que disponen los individuos a la hora de superar sus condiciones de vulnerabilidad*, las que en conjunto y con el pasar del tiempo terminan en exclusión, deserción y por ende, discriminación, tal y como concluye Dussel, 2008:

“Lidiamos cotidianamente con este dolor de la exclusión y allí uno va desarrollando una suerte de „anestesia“... la cuestión es cómo podemos hacer para protegernos como educadores, protegerlos a los niños, ofrecerles otra educación y al mismo tiempo poder proponerles algunas estrategias de superación, de salida, de reparación de las situaciones en las que estamos.” Pág 2)

Para ejemplo de lo que se viene planteando se retoman algunos titulares de noticias que hacen referencia a la discriminación que se vive en las escuelas, en este caso para Colombia:

REALIZAÇÃO



Universidade
Estadual de Londrina

GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



Fábrika
Ideias criativas



17º SIPC
SIMPOSIÓ INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

- Integración o discriminación en la escuela
<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-830637>
- Cartilla sobre discriminación sexual en colegios dividió al país
<http://www.eltiempo.com/estilo-de-vida/educacion/cartillas-sobre-diversidad-sexual-en-colegios-genera-debate-en-colombia/166729>
- ¿Racismo en los colegios de Bogotá?
<http://www.hchr.org.co/afrodescendientes/index.php/portada/iracismo-en-los-colegios-de-bogota/todas-las-paginas.html30>
- Estudiante denuncia discriminación en colegio de Barranquilla
<http://www.elheraldo.co/local/estudiante-denuncia-discriminacion-de-genero-en-colegio-de-barranquilla-276343>

Lo que indica que las escuelas se convierten en receptoras de desigualdad, discriminación e inequidad al ser las emisoras de la mayoría de las problemáticas que se viven en la sociedad, a lo que refuerzan Gentili y Poggi cuando señalan e indican en sus estudios que las escuelas se enfrentan diariamente a altos niveles de discriminación, segregación y exclusión *no soportamos vivir con la diferencia, quizá es porque esta se presenta como una amenaza y no como una posibilidad* ante lo que es preferible acabar con el otro, borrarlo, aislarlo y no dejarlo ser.

Desde esta lógica, la *escuela* como institución se enmarca en un sinnúmero de espacios cerrados, protegidos, con normas establecidas donde se concentran actividades destinadas para el aprendizaje y el conocimiento, en la actualidad debe Ahora proponer que estos lugares sean diferentes, abiertos al mundo, a la -vida real- bajo perspectiva que pongan de manifiesto y visibilicen el descontento, causado probablemente, por el distanciamiento que se observa de la realidad social y en general de la vida en relación a lo ocurrido en su interior y a la vez con la comunidad y su cultura. Al respecto Duschatzky S, en el texto *La escuela como frontera. Reflexiones sobre la experiencia escolar de jóvenes de sectores populares* afirma que:

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





La escuela tendrá mayor o menor capacidad de interpelación, en la medida en que logre responder al horizonte de expectativas de los sujetos. Dado que las relaciones sociales de satisfacción no son las mismas en cada lugar, los códigos con que se invita a la escuela serán diferentes según los contextos de que se trate y las oportunidades sociales y culturales que rodeen a cada grupo social

De ahí que la escuela se piense como parte esencial de la vida cotidiana, en tanto espacio de aproximación, acercamiento y relación, relación con otros y con el saber académico, afectivo, social y cultural donde como maestros, observamos y encontramos lo que relata Heller:

La diversidad y complejidad de acciones cotidianas representadas algunas de ellas en la llegada y salida de los y las estudiantes al espacio escolar, los descansos, la asistencia al restaurante, la participación en las clases, los actos culturales y deportivos, entre muchos otros, además de las jerarquías de poder y relación que se conciben en la distribución de los grupos, cargos y asignaciones administrativas

En este orden de ideas podría decirse que la escuela, más allá de ser una institución que asegura el logro de ciertas metas de aprendizaje estabilizadoras (Nyssen, s/f citado por Klaus, 2012), es un entorno complejo en el que bajo un apariencia serena, se producen diversos acontecimientos que plantean retos cada vez mayores a la comunidad educativa, pues la confluencia de asuntos académicos sobre los que se tienen posiciones contrarias, y las problemáticas propias del entorno intra y extra escolar, generan la posibilidad de choques, cuyos resultados, según Puerta y Billes (2009) pueden traducirse en conflictos y violencias de cualquier índole o transformación de las relaciones, dependiendo de la manera como sean asumidos, la gestión con la que se supervisan y los criterios de convivencia escolar que se tengan establecidos (Pág. 129)

Para concluir cabe señalar los planteamientos de Norbet Elias cuando hace referencia a los procesos de civilización en tanto los cambios requeridos en las estructuras sociales y políticas (sociogénesis), pero también en las imágenes de la estructura psíquica y del comportamiento de los individuos (psicogénesis) lo que

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
 PROCESSOS
 CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
 ARAUCÁRIA
 Apoio ao Desenvolvimento Científico
 e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
 GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

refuerza la teoría de las relaciones individuo-sociedad y la necesidad de atenderlas, reconfigurarlas y transformarlas.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO



Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

SOCIODINÂMICA CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO NA MATERIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO: UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA FIGURACIONAL

Dr. Reginaldo Celio Sobrinho (PPGE - UFES)
reginaldo.celio@ufes.br

Dr. Edson Pantaleão (PPGE-UFES)
edpantaleao@hotmail.com

Resumo: O trabalho emerge dos debates e das reflexões que vimos desenvolvendo no âmbito do grupo de pesquisa “Políticas, Gestão e Inclusão Escolar: contextos e processos sociais” no sentido de problematizar questões relativas à materialização das políticas educacionais em realidades latino-americanas. Mais recentemente temos nos ocupado do estudo sobre a interdependência política orçamentária e trabalho docente na garantia dos direitos sociais de crianças e adolescentes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com indícios de altas habilidades e/ou superdotação. Elegemos como base teórica a perspectiva sociológica Figuracional, elaborada por Norbert Elias. De acordo com esse autor, todas as relações humanas são delineadas por fenômenos sociais e individuais que se inter cruzam por “[...] laços invisíveis, sejam esses laços de trabalho e propriedade, sejam de instintos ou afetos” (ELIAS, 1994, p.22). Esses laços constituem elos que ligam as pessoas e formam uma longa cadeia de atos, que se materializa em ações, que não se constituem como obra de planejamento de uma única pessoa ou grupo, mas de suas interdependências. Assim, no trabalho investigativo que vimos realizando, esforçamo-nos em atribuir pertinência absoluta à adoção de uma abordagem teórico-metodológica que considera os rostos e as vozes humanas que delineiam as relações sociais reais, sem perder de vista a dinâmica histórica constitutiva das emoções individuais e coletivas. No escopo do estudo que estamos desenvolvendo, por meio dessa breve exposição buscamos elucidar algumas contribuições que a *indissociabilidade Psicogênese e Sociogênese*, podem trazer no estudo sobre a relação centralização e descentralização na materialização das políticas educacionais em realidades latino-americanas.

Palavras-chave: Relação Centralização e descentralização. Psicogênese e Sociogênese. Inclusão escolar.

• Introdução

No âmbito do grupo de pesquisa “Políticas, Gestão e Inclusão Escolar: contextos e processos sociais” vimos desenvolvendo estudos relativos à materialização das políticas

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná





educacionais em realidades latino-americanas, especialmente no Brasil e no México. Partindo dos estudos realizados por Elias (1993), nossa exposição objetiva estimular o debate relativo às contribuições teórico-metodológicas que a *indissociabilidade Psicogênese e Sociogênese* podem trazer no estudo sobre a sociodinâmica centralização e descentralização vivenciada no processo de organização política em realidades brasileiras e mexicanas.

- **Imbricação psicogênese e sociogênese como perspectiva teórico-metodológica**

Por meio de um minucioso e instigante trabalho investigativo, Elias (1993) evidencia a imbricação dos aspectos psicogênico e sociogênico que subjazem o processo de desenvolvimento da sociedade humana (KORTE, 2001). Ele estuda, por um lado, os aspectos mais elementares e rotineiros que, marcados por uma forte carga emocional, constituem as inter-relações humanas e os próprios indivíduos nelas envolvidos. Em associação, Elias considera em sua investigação a trajetória de desenvolvimento da regulação econômica e política no fluxo histórico que narra a constituição dos estados-nações. Nesse sentido, Elias empreende suas análises, articulando os fenômenos sociais vividos num momento histórico específico (sincronia) à sua processualidade constitutiva no curso do tempo (diacronia). Essa abordagem teórico-metodológica subsidia a tese eliasiana de que, em longo prazo, as formas de organização social seguem uma dinâmica imanente permeada por tensões, ambiguidades, congruências, continuidade e discontinuidades. Em outros termos, os constructos eliasianos fundamentam a perspectiva de que as formas de organização social não são estáticas e/ou conclusivas já que elas mudam, ao mesmo tempo em que também mudam as pessoas envolvidas nessa organização (KORTE, 2001).

Articulando a psicogênese e a sociogênese, os estudos de Elias evidenciam que, por exemplo, a urbanização, a monetarização, a comercialização e a curialização da nobreza se constituíram como fenômenos histórico-sociais cujo entrelaçamento promoveram mudanças na organização política da sociedade e, sem dúvida nenhuma,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





também tiveram fortes implicações no delineamento das emoções humanas (HEINICH, 2001). Em outros termos, podemos dizer que o lento e prolongado processo de constituição e de consolidação dos estados modernos se baseia em indivíduos que se emocionam. Mais exatamente, as compulsões sociais que, gradativamente, configuraram as formas de governo específicas do Estado moderno, encontraram nas emoções individuais a base de sua constituição. Atentemo-nos, todavia, para o fato de que, em Elias, as emoções humanas se delineiam num processo contínuo e interdependente de coerção social e de auto-coerção. Assim, o caráter interdependente dessa dinâmica (coerção social e auto-coerção) evidencia, imediatamente, que a natureza psíquica do indivíduo se constitui nas inter-relações em que ele/ela é participante (LOYAL; QUILLEY, 2004). Nesse sentido, em Elias, a auto coerção não se dá de forma linear, como resultado das coerções sociais numa lógica *causa e efeito*. É que as singularidades vividas nas teias de relações abrem fissuras, estabelecem caos, significando e legitimando provisoriamente um modo individual de ver, de sentir e de agir em sociedade.

Esse delineamento teórico-metodológico permitiu que Elias chegasse a uma síntese extremamente original entre a sociologia histórica e a psicanálise (ZABLUDOVSKY, 2007). Compartilhando essa compreensão, Krieken (1998), acrescentam ainda que essa síntese eliasiana inaugura uma “[...] historicização da psicologia humana [...]” que subsidia empiricamente a compreensão de que, efetivamente, “[...] as mudanças nas relações sociais se entrelaçam com mudanças na estrutura psíquica (KRIEKEN, 1998, p. 84).

Apoiado nessa elaboração, Elias estudou as mudanças na 'teia das relações humanas' vividas nas sociedades europeias no curso dos séculos XVII e XVIII. Por esse período, entre as diferentes mudanças sociais ocorridas, Elias focalizou, especialmente, a) o processo de formação dos estados-nação e b) as implicações da crescente diferenciação e especialização do trabalho e do conhecimento nas interdependências de posições e de funções sociais (KRIENKEN, 1998).

Diante dos nossos propósitos investigativos, cumpre destacar que essas duas mudanças sociais colaboraram para uma profunda alteração na balança de poder entre

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





governantes e governados que, pouco a pouco, deixava de garantir o aumento e a permanência das chances de poder somente para aqueles indivíduos que se encontravam em posições mais centrais de autoridade e/ou de influência, em relação aos demais indivíduos e grupos.

Destaca-nos Elias (1993) que, institucionalmente e funcionalmente, a dependência do governante em relação a outros estratos e a toda à rede de funções sociais diferenciadas, aumentava com o avanço da integração comercial e monetária vivida na ‘modernidade’ (ELIAS, 1993). Nesse processo, a burguesia via a si mesma em ascensão enquanto percebia a aristocracia em decadência. Assim, na medida em que a balança de poder se inclinava radicalmente para a burguesia, “[...] um novo equilíbrio social, com novos eixos de tensão, se estabeleceu. Só nessa ocasião os monopólios pessoais passaram a tornar-se monopólio público no sentido institucional [...]” (ELIAS, 1993, p.197). Nesse processo, o Estado Moderno vai se emancipando como “[...] esfera política específica e autônoma do resto do sistema social, com o qual, na sociedade pré-moderna, praticamente coincidia [...]” (BOBBIO, 1998, p. 1006). Por esse período vimos ocorrer uma evidente separação entre o Estado e a propriedade que colaborou para a crescente dependência fiscal do Estado em relação à sociedade (BOBBIO, 1998).

Entre outras questões, a dinâmica de diferenciação das interdependências de posições e de funções sociais em marcha, impulsionou a necessidade de especialização/profissionalização mais acentuada dos funcionários públicos. Mais exatamente, pouco a pouco, a consolidação de um aparato governamental mais estruturado foi demandando maior especialização de tarefas e um estabelecimento de hierarquia nas responsabilidades governamentais. E, então, progressivamente, no lugar dos colaboradores que atuavam junto aos príncipes – entre eles, o clero, os humanistas, a nobreza feudal expropriada e empobrecida, a baixa nobreza, os juristas de origem acadêmica e os advogados –, os dirigentes políticos, agora especializados/profissionalizados e na condição de autênticos funcionários do estado, ganham a cena social (BOBBIO, 1998). Comparados aos demais funcionários públicos, esses especialistas políticos se viam, cada vez mais, em vantagem no exercício da

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





administração pública. Em toda essa dinâmica, “[...] A burguesia consegue, quase por toda a parte, penetrar no sistema político e as características do executivo dependerão do grau de tal penetração (BOBBIO, 1998, p. 1007).

Elias (1993, p. 197), adverte-nos ainda que, de fundo, o processo de diferenciação das interdependências de posições e funções sociais vivido no curso dos séculos XVII e XVIII, se constituiu como uma “[...] primeira e mais geral dentre as transformações que observamos ao estudar a mudança na constituição psicológica conhecida como ‘civilização’. Lado a lado com a divisão de funções em andamento, ocorre a total reorganização do tecido social”.

Na composição desse tecido social que se estabelecia, uma sociedade politicamente organizada foi ganhando contornos mais nítidos, assumindo-se como “boa sociedade”. Assumindo como meta a busca pela crescente pacificação das/nas relações sociais, nessa ‘sociedade moderna’ – caracterizada, especialmente, pelo nível de monopolização da violência física e da tributação –, o uso de armas militares, bem como a tributação da propriedade ou da renda das pessoas fora concentrando-se, crescentemente, nas mãos de uma autoridade central. Assim, constituindo aspectos importantes do mesmo processo social, os recursos financeiros arrecadados por essa autoridade central, asseguravam a essa autoridade o monopólio da força militar, e esse monopólio sustentava o monopólio da tributação. Desse modo, a extinção de um monopólio representaria o desaparecimento do outro monopólio, “[...] embora o governo monopolista possa ser, às vezes, abalado mais fortemente num lado do que no outro” (ELIAS, 1993, p. 98).

Ocorre que, na perspectiva de Elias (1993), a sustentação desse monopólio depende da existência de uma máquina duradoura, especializada, para sua administração. Em outros termos, o controle sobre o exército e sobre a tributação somente assumem seu pleno caráter monopolista, na medida da existência de uma divisão/especialização muito avançada de funções sociais e nesse processo, a partir do pleno funcionamento de um complexo aparelho que administre esse monopólio.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Compreendemos, assim, que a consolidação desse monopólio conduzido por uma administração especializada (com evidente atribuição política) delineou a instauração do “Estado Moderno”. Nos termos de Neiburg (1999, p.49-50), por esse período, gradativamente,

[...] o mundo se politiza, a parlamentarização garante a pacificação das relações intra-estatais e a “diplomação”, a pacificação das relações interestatais [...] o Estado moderno bem constituído monopoliza o uso legítimo da força, a diplomacia garante a paz, o sistema representativo de partidos é o mecanismo pelo qual os cidadãos resolvem suas diferenças, escolhendo racionalmente, por meio do voto, os profissionais da política que estarão encarregados de tratar dos assuntos definidos como de interesse público.

Apoiados em Elias, portanto sem nos descuidar de outras mudanças sociais também em curso por esse período, vale destacar a emergência e a gradual consolidação do ‘conhecimento moderno’. Amparado epistemologicamente na imagem do *homo clausus* e subsidiado pelas/nas Ciências físicas e naturais, tal conhecimento pretendia fornecer a explicação válida e universal para os diferentes questões, fatos e fenômenos sociais, físicos e naturais.

Ora, na medida em que os “[...] diferentes tipos de conhecimento estão correlacionados às diferenças específicas na situação das sociedades em que são produzidos e usados [...]” (ELIAS, 1998, p. 33), é fundamental não perder de vista a dinâmica peculiar de constituição de cada indivíduo no inter cruzamento de preocupações e de tensões (individuais e coletivas) que narravam o contexto político, econômico e social desse momento histórico.

Fundamentados na imbricação psicogênese e sociogênese, conforme apresentada por Elias, no comentário sobre questão, vale considerar que, permeada por tensões, ambiguidades e congruências, a crescente divisão e especialização do trabalho, a consolidação de monopólios fiscais e o controle da violência pelo Estado não se realizou fora dos desejos e das expectativas dos próprios indivíduos e grupos, tampouco, e

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



Fábrika
Ideias criativas



concomitantemente, deixou de provocar uma mudança emocional – expressa na ampliação do controle e do autocontrole – que, no curso do tempo, delineou a monetarização das relações sociais. Tão necessária à vida nas sociedades burguesas, consolidadas ao final do século XIX, cujas inter-relações entre indivíduos e grupos seguiram orientadas, crescentemente, pela aquisição de capital predominantemente econômico.

Essa questão traz implicações bastante evidentes nas políticas governamentais assumidas pelos estados-nação em nossa era moderna. Por essa via é que o Estado moderno se configura como uma arena de disputas e de negociação permanente entre indivíduos e grupos, independentemente das posições sociais ocupadas por eles, fosse na condição de governantes, fosse na condição de governados. Depreende-se desse aspecto, a importância (e necessidade) de uma atividade governamental orientada, administrativamente, pela/na coexistência de políticas de centralização e de descentralização.

Correspondendo a uma construção/definição coletiva, histórica e social bastante específica, nas sociedades burguesas as políticas de centralização e as políticas de descentralização não se apresentam de forma “pura” e precisa. Vale destacar que, em termos de governo, elas nem sempre podem ser consideradas antagônicas. Em muitas situações, as políticas de centralização e as políticas de descentralização se apresentam como dimensões ou aspectos de um mesmo processo social.

Consideremos nessa questão a percepção de Estado Moderno comumente compartilhada que o toma como um agente limitador das liberdades individuais, mas também ordenador de sua própria atuação. E em associação, observemos que, do ponto de vista de sua forma, ordenação e relações, ao Estado reservamos a possibilidade (e a necessidade) legítima de impor normas coercitivas – expressas por ordenação jurídica –, objetivando regular os órgãos, as instituições, bem como as relações dos cidadãos entre si e as relações dos cidadãos com o próprio Estado. Articulado a essa noção multifacetada de Estado, tomemos a noção weberiana de política, entendida pelo autor como o conjunto de ações diretivas organizadas e exercitadas por um grupo de poder institucionalizado.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
 PROCESSOS
 CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
 GOVERNO DO ESTADO



LAI





Depreende-se, então, para as nossas sociedades industrializadas, a noção de Estado como arena de disputa que, mergulhada em ambiguidades, se constitui na correlação de forças entre indivíduos e grupos que buscam se estabelecer e, então, no mais das vezes, ampliar sua margem de poder no equilíbrio das tensões sociais vividas (SOUZA, 2016). Essa perceptiva de Estado agrega uma particularidade à noção de política que pode ser traduzida como *luta por poder*. E essa luta tem lugar muito específico na relação entre as demandas sociais e o posicionamento do Estado diante destas demandas” (SOUZA, 2016). Afinal, no contexto desses conflitos e tensões “[...] o Estado, via de regra, reage às pressões sociais, seja atendendo-as, negociando-as, repelindo-as, absorvendo-as mesmo que parcialmente, etc., mas (re) age em acordo com tais pressões, e isto lhe dá sentido (SOUZA, 2016, p.77). As formas e modos de o Estado responder às demandas sociais nessa correlação de forças são expressas, via de regra, por políticas de centralização e/ou de políticas de descentralização.

No fluxo desse debate, consideramos importante tomar como ponto de partida o fato de que a aquisição de capital econômico (que também constitui emocionalmente os indivíduos) se apresenta como um importante dispositivo que justifica a sobreposição das forças econômicas às demais forças (grupos sociais, militâncias partidárias, grupos religiosos, interesses classistas, interesses de camadas populares) nas decisões governamentais no Estado moderno.

Assim, na nossa compreensão, os sentidos atribuídos às políticas governamentais de centralização e de descentralização dizem respeito ao sentido/significado que esses dois termos assumem no contexto social, histórico e econômico em que são materializados. Tendo em vista a organização política que se estabeleceu historicamente em nossas sociedades ocidentais, observamos que as políticas de centralização e de descentralização tem seus contornos mais nitidamente estabelecidos na relação Estado e mercado.

Compreendemos, assim, que quando o Estado se coloca como responsável mais evidente pelo atendimento às demandas dos cidadãos, lhes favorecendo acesso aos bens produzidos socialmente, a descentralização se apoia na participação popular como forma

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





de avaliar e de melhorar a materialização das políticas públicas planejadas para esse fim. Aqui, a participação é, também divisão de responsabilidades pelo acesso da população aos serviços e atividades públicas estatais. Nessas circunstâncias, a centralização da ação governamental é consentida, porque é participada. Nesses termos, as políticas que emanam buscam responder ao coletivo atuante da/na sociedade. As equipes de governo atuam numa condição de *conhecedores mais profundos* das políticas sociais, sem perder de vista os custos bem como a necessária articulação entre essas mesmas políticas. O mercado se apresenta como elemento importante, mas tem papel secundário, já que ele se materializa no atendimento às necessidades estatais, expressão última das necessidades dos cidadãos. As políticas sociais se convertem em direitos que devem ser assegurados como atividade governamental primeira.

Por outro lado, na medida em que a política governamental reserva ao mercado a atribuição primeira de regular do acesso dos cidadãos aos bens produzidos socialmente, a descentralização segue fundamentada na monetarização das relações sociais. Por essa via, os cidadãos buscam atender suas demandas no escopo da livre concorrência sob o espírito meritocrático. É assim que a participação cidadã é, sobretudo, acumulação de capital econômico. E é essa acumulação que possibilita ao cidadão (convertido em cliente) o acesso aos serviços (e não direitos) mais ou menos qualificados de saúde, de educação, de moradia, de transporte, de segurança, etc. Por meio de suas políticas, o Estado centraliza decisões específicas, tomando para si, principalmente, a responsabilidade pelo estímulo à ampliação da atuação do mercado na arena social. Complementarmente, implementa políticas descentralizadoras pautadas, especialmente, na privatização *da e na* atividade estatal. Nessa dinâmica, a sociedade civil é convidada à participação, à colaboração e ao engajamento político. Contudo, essa participação civil segue pautada na perspectiva de que o usuário/cliente/contribuinte deva colaborar, exclusivamente, na fiscalização sobre os usos racionais e apropriados das finanças públicas, reconhecidas como base primeira da/na relação governantes e governados (Estado e sociedade civil). Aqui, as políticas públicas são pensadas, essencialmente, como gastos de recursos, de modo que a relação custo-benefício é a mola propulsora dos

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





investimentos estatais. As políticas sociais podem, então, ser substituídas por políticas assistencialistas baseadas, fundamentalmente, na benevolência da sociedade civil (indivíduos, grupos, associações, empresas). Os direitos são convertidos em serviços que, no mercado, podem ser comprados/contratados. O mercado se apresenta, assim, como expressão última das necessidades dos cidadãos.

Diante dessa breve exposição, cumpre destacar nossa perspectiva de que a sociodinâmica centralização e descentralização vivida nos diferentes contextos políticos latino americanos movimenta um sentido, significando crenças, expectativas e emoções nos indivíduos e impulsionando o entrelaçamento de ações numa ou noutra direção. Mas, é, também, ela mesma, constituída mediante ao conjunto de combinações desses diversos relacionamentos humanos (ELIAS, 1993).

- **Apontamentos finais**

Provocados e instigados pelos apontamentos eliasianos temos nos ocupado do estudo sobre a interdependência política orçamentária e trabalho docente na garantia dos direitos sociais de crianças e adolescentes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com indícios de altas habilidades e/ou superdotação. Nesse trabalho investigativo, esforçamo-nos em atribuir pertinência absoluta à adoção de uma abordagem teórico-metodológica que considera os rostos e as vozes humanas que delineiam as relações sociais reais, sem perder de vista a dinâmica histórica constitutiva das emoções individuais e coletivas. Complementarmente, compreendendo que o trabalho investigativo é também compromisso epistemológico e político, vimos assumindo uma perspectiva interdisciplinar com marcas da Política, da História, da Economia.

Assim, olhar os processos políticos desse ponto de vista, nos impulsiona considerar que a complexidade que narra os entrelaçamentos humanos em nossas sociedades ocidentais comporta expectativas e atos de mudanças, de rupturas, de continuidades e de resistências, todos em dimensões mutáveis e incertas. A última palavra

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





ou o fim da história não estão dados. Estão em via de construção, numa sociodinâmica que amplia e aprofunda as interdependências sociais. Nesse sentido, supõe o nosso engajamento, sempre delineado na e pela indissociabilidade psicogênese e sociogênese que narra a organização política e as eventuais mudanças que podem ser vividas em nossas sociedades recentes.

Referências bibliográficas

- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO Gianfranco. (trad. Carmen C, Varriale et al). Dicionário de política I e II. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. 1.330 p.)
- ELIAS, Norbert. Envolvimento e alienação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- _____. O processo civilizador: Formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v. 2.
- HEINICH, Nathalie. A sociologia de Norbert Elias. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- KRIEKEN, Robert Van. Norbert Elias. New York, USA: Routledge, 1998.
- KORTE, Hermann. Perspectives on a long life: Norbert Elias and the process of civilization. In: SALUMETS, Thomas. Norbert Elias and human interdependencies. McGill-Queen's University Press: London, 2001.
- LOYAL, Steven; QUILLEY, Stephen. Towards a 'central theory': the scope and relevance of the sociology of Norbert Elias. In: LOYAL, Steven; QUILLEY Stephen. The sociology of Norbert Elias. Cambridge University Press: Cambridge, 2004. 292p.
- NEIBURG, Frederico. O naciocentrismo das ciências sociais e as formas de conceituar a violência política e os processos de politização da vida social. In: WAIZBORT, Leopoldo (Org.). Dossiê Norbert Elias. São Paulo: Edusp, 1999. 157 p.
- SOUZA, Ângelo Ricardo de. A política educacional e seus objetos de estudo. Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa, v. 1, n. 1, 2016, pp. 75-89.
- ZABLUDOVSKY, Gina. Norbert Elias y los problemas actuales de la sociología. México: FCE, 2007.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

MEIO AMBIENTE, CIVILIZAÇÃO E INTERDEPENDÊNCIA

Prof. Dr. Ricardo de F. Lucena
DFE/CE/UFPB
cacolucena@gmail.com

Resumo: O presente trabalho trata da nossa inquietação sobre as possíveis contribuições que a sociologia figuracional pode nos dá, como forma de orientação, para tratarmos as tensões vividas no contexto da sociedade brasileira quanto aos desafios postos pela interpenetração das formas de convivência dos diferentes grupos humanos; o exercício e a questão do equilíbrio de poder entre esses grupos, no que tange ao processo de controle das oportunidades no tratamento com a natureza não-humana no Brasil. Assim, considerando que o “controle da natureza” é também um componente do processo civilizador, podemos buscar apontar elementos desse processo que marcaram, e ainda marcam, a forma de lidar com o meio ambiente e os outros dois aspectos da tríade de controles básicos apontados por Norbert Elias, a saber: o controle social e o autocontrole. Como e onde podemos identificar a emergência das questões ambientais no Brasil e quais as relações de poder aí estabelecidas no palco de disputas? Entender a dinâmica desse processo a luz da sociologia figuracional, é ponto de crucial importância para pensarmos a crescente interdependência dos sujeitos e grupos aí envolvidos.

Palavras-chave: Meio ambiente. Interdependência. Sociologia Figuracional

Abstract: The present work treat of our restlessness about the possible contributions which figurational sociology can give us, for orientation, to deal the lived tensions in the context of the Brazilian society regarding the challenges (showed) by interpretation of forms of coexistence of different human groups; the exercise and the balance of power among these groups, in relation to the process controlling opportunities in the treatment with the nonhuman nature in Brazil. Thus, whereas the “nature control” is also a component of civilizer process, we can point elements of this process that marked, and still marking, the way of dealing with the environment and the others two aspects of the triad of basic control showed by Norbert Elias, namely: the social control and the self-control. How and where we can identify the emergence of environmental in Brazil, and which are the power relations established on the scene of disputes? Understand the dynamic of these process in the light of figurational sociology is the point of crucial importance to think about the growing interdependence of individuals and groups involved.

Keywords: Environment. Interdependence. Figurational Sociology.

Nos últimos anos, a vida acadêmica e a profissional têm sido intercortadas por uma crescente preocupação com a questão ambiental e, particularmente, com os problemas da disponibilidade de água doce no planeta terra, em especial, na região do

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ



LAI





chamado Semiárido brasileiro⁸⁷. Quando falo dessa interpenetração da questão ambiental com outros temas de meu interesse acadêmico, quero dizer que, embora não seja o tema central de meus estudos, dele não tenho me furtado ao debate como “ativista” e, cada vez mais, como um docente preocupado com os temas relativos ao seu tempo e a sua gente.

Desde a grande estiagem, que se prolongou de 2011 até 2017 no semiárido brasileiro, venho participando, cada vez mais ativamente, das discussões ambientais que estão por trás das grandes questões relativas ao problema da acessibilidade à água no mundo e no Nordeste do Brasil. A meu ver, a discussão acerca da questão ambiental vem merecendo muita atenção nas mais diferentes áreas do conhecimento, devido à progressiva transformação que os humanos têm feito em seu habitat não humano. Essa ação tem acarretado consequências não previsíveis em longo prazo e, atualmente, manifesta-se desfavoravelmente aos próprios seres humanos. O certo é que os seres humanos ameaçam destruir a habitabilidade do planeta, o que poderá afetar a si mesmos, e isso, já algum tempo, tem merecido o empenho dos ditos “ativistas ambientais” e, mais recentemente, vem merecendo a atenção dos cientistas, estejam radicados nas ditas ciências biológicas ou nas ciências humanas. É nesse ponto em que a questão hídrica vem se tornando um dos elementos importantes para o debate atual.

Devido a questões fisiológicas ou de sobrevivência, a humanidade sempre teve que seguir os cursos d’água. A existência humana só pode ser pensada em seu surgimento, sua evolução e sua continuidade considerando sua relação umbilical com a água. Toda ocupação territorial humana se deu seguindo, cruzando e ou se fixando perto de ambientes aquáticos. Por isso, a questão da acessibilidade à água, em diferentes regiões do planeta e em diferentes condições sociais, diria Norbert Elias, carece de um olhar da sociologia figuracional como um meio de orientação. Nesse particular, é que este trabalho trata de provocar as contribuições que a Sociologia figuracional e processual possa nos dar, para

⁸⁷ O Semiárido brasileiro é uma região que ocupa cerca de um quinto do território nacional e abrange 1.262 municípios brasileiros, considerando a delimitação atual divulgada em 2017. Cerca de 26,62 milhões de brasileiros/as vivem na região, segundo informação divulgada pelo Ministério da Integração Nacional por meio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, aproximadamente, 61,97%, na área urbana, e 38,03%, no espaço rural (IBGE, 2010). <http://www.asabrasil.org.br/semiarioASA> (Articulação Semiárido Brasileiro.)



que possamos tratar das tensões vividas no contexto social brasileiro quanto aos desafios postos pela interpenetração das formas como os diferentes grupos humanos convivem; e o exercício e a questão do equilíbrio de poder entre esses grupos, no que tange ao controle das oportunidades no tratamento e na convivência com a natureza não humana no Brasil. Considerando que “o controle da natureza” é, também, um componente do processo civilizador, podemos apontar elementos desse processo que marcaram - e ainda marcam - a forma de lidar com o meio ambiente e os outros dois aspectos da tríade de controles básicos apontados por Elias: o controle social e o autocontrole.

Outrossim serão consideradas, em nossa análise, mesmo que de forma preliminar, algumas questões apresentadas por Saramago⁸⁸ no último Simpósio Processo Civilizador, em Vitória-ES(2016), e que nos possibilitarão fazer essa relação da sociologia figuracional como uma forma de orientação, como assim pretendeu Norbert Elias e que Saramago reafirma ao dizer que ela nos “oferece um conjunto de ferramentas conceptuais que são essenciais na compreensão da emergência histórica da crise ecológica global e na forma como está intimamente ligada a todas as dimensões do processo de desenvolvimento humano.” (Saramago, p. 551), para que possamos fazer uma boa incursão no que isso tem de relação com a realidade brasileira. Também nos é importante ressaltar o que, naquela oportunidade, Saramago fazia questão de sublinhar ao dizer:

A Sociologia figuracional necessita de combinar a sua tradicional posição ‘científico-analítica’, caracterizada pelo distanciamento emocional e político, com uma posição ‘crítica’ caracterizada pela identificação das formas de ‘envolvimento’ político afetivo que são inerentes ao conhecimento científico-analítico por si gerado. Assim, por um lado, a posição ‘científico-analítica’ será responsável por trazer à consciência as relações de interdependência que unem os grupos humanos entre si e que os interligam à natureza não-humana, e por demonstrar as conseqüências de modelos de controle social e das ‘naturezas interna e externa’ que se demonstrem pouco reflexivos e predominantemente instrumentais e dominadores. Por outro lado, a posição ‘crítica’ partirá das análises da posição ‘científico-analítica’ para ativamente desconstruir,

⁸⁸ André SARAMAGO. Natureza e civilização: uma reflexão sobre o papel da sociologia figuracional enquanto ‘meio de orientação’ no Antropoceno. Essa discussão nos interessa de perto porque permite uma discussão sobre o papel da sociologia figuracional num ambiente de países colonizados.



criticar e demonstrar a falta de validade científica de ‘mitos’ sociais cujo principal propósito são a manutenção, ou o aprofundamento, de determinadas assimetrias de poder e formas de controle herdadas de fases anteriores do processo civilizador. (p. 552)

E é esse o desafio a que nos propusemos e que nos cabe abraçar.

Civilização e interdependência

Em 2009, no IX Simpósio Internacional Processos Civilizadores, provoquei uma discussão sobre a questão ambiental quando da proposição e da realização da mesa redonda ‘Civilização e Meio Ambiente’⁸⁹. Na oportunidade, apresentei, em parceria com Souza, o trabalho ‘Civilização e Meio Ambiente: notas iniciais’. Já naquele momento, tentávamos levar para o meio dos pesquisadores envolvidos com a sociologia figuracional e processual, no Brasil, a temática ambiental e a necessidade de descortinar o tema à luz dos conceitos eliasianos. Nas notas iniciais relativas à ideia de civilização e de meio ambiente⁹⁰, tratávamos da relação entre a civilização, a educação e o corpo e afirmávamos que o nível de degradação ambiental causado pela ação humana, pelas mudanças climáticas e pela previsão da inviabilidade da vida humana tem merecido cada vez mais a preocupação do cidadão comum, de educadores e de uma parcela de políticos, convencidos da urgência de uma mudança de comportamento, pois o meio ambiente é o conjunto de todos os fatores que afetam diretamente o comportamento dos seres vivos que habitam o mesmo espaço. O acordo firmado em 1972, em Estocolmo, para manter 10% dos ecossistemas do planeta preservados para as futuras gerações, ainda não foi atingido e parece ser cada vez mais difícil de atingir. A proposta conservacionista, de que, para serem conservadas, as áreas de relevante importância biológica do planeta devem continuar ‘intocáveis’, como os aquários, não garante sua preservação. Assim, continua

⁸⁹Mesa redonda ‘Civilização e Meio Ambiente’

Coordenador: Dr. Ricardo Lucena (UFPB)

Dr. Ricardo Lucena (UFPB/Brasil): ‘Civilização e meio ambiente: notas iniciais’

Dr. Gláucio Campos Gomes de Matos (UFAM/Brasil): ‘Amazonas: a marca da água, uso dos rios’

Ms. Roberto Marin Viestel (NEAD/UFSJ/Brasil): ‘Educação ambiental e processo civilizador’

⁹⁰ Algumas dessas passagens foram retiradas do referido texto de minha autoria e de Elimar SOUZA.



a ideia de que a preservação deve ser delegada a outrem, em um espaço que fica ‘lá’, distante de um ‘cá’, onde estou e que só ele parece me dizer respeito.

A ideia é de estabelecer uma discussão que possibilite tratar o meio ambiente como uma continuidade relacional, que pode ser materializada por meio de uma ação educativa abrangente, e que nossas atitudes individuais e coletivas contribuam para internalizar, coerente e efetivamente, a problemática socioambiental, pois, na maioria das vezes, vimos, de forma dissociada, o ambiente como um espaço de interação dos processos naturais e socioculturais. Estes processos como elementos de uma dinâmica civilizacional que vem propiciando a internalização dos aspectos da natureza não humana e assim, buscar construir uma discussão que considere uma interação possível entre o indivíduo e o meio e entender as relações simbólicas aí implicadas. Para tanto, em seu estudo sobre o tempo, Elias (1989, p. 18) assevera:

Uma idéia básica é necessária para entender o tempo: não se trata do homem e da natureza, como gatos separados, senão do homem na natureza. Com isso, fica facilitado o empenho de investigar o que significa o tempo e por entender a dicotomia do mundo em natureza (área de estudo das ciências naturais) e sociedades humanas (área de estudo das ciências humanas e sociais) conduzem a uma cisão de mundo, que é produto artificial de um desenvolvimento científico errôneo.

Assim, concordando com Saramago, “podemos compreender como o controle da ‘natureza’ é um componente essencial do processo civilizador” (p. 551). Nesse sentido, a perspectiva ambiental é um modo de ver o mundo em que se evidenciam as inter-relações e a interdependência dos diversos elementos na constituição e na manutenção da vida. Novamente a cobrança de Saramago é relevante, pois

o desenvolvimento de uma estrutura de personalidade ‘civilizada’ é compreendido como um processo de controle da ‘natureza interna’ dos seres humanos, nomeadamente através da sublimação de impulsos agressivos. Tal controle, ao permitir a auto regulação de impulsos, permite uma relação mais emocionalmente distanciada com a ‘natureza externa’ não-humana que é conducente ao aumento do controle humano sobre a mesma. (p. 551)

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Esse processo de percepção da natureza não humana com consequente distanciamento e a re apropriação pela humanidade, por suposto, não foi alcançado de uma hora para outra. Isso requereu muito esforço, envolvimento, assimilação e distanciamento.

Água e interdependência: uma experiência no Semiárido brasileiro.

Como já dissemos, neste trabalho, apresentamos nossa inquietação sobre as possíveis contribuições que a Sociologia figuracional pode nos dar, como forma de orientação, para que possamos tratar das tensões vividas no contexto da sociedade brasileira, os desafios postos pela interpenetração das formas de convivência dos diferentes grupos humanos e o exercício e o equilíbrio de poder entre esses grupos, no que tange ao processo de controle das oportunidades no tratamento com a natureza não humana no Brasil. Assim, considerando que o “controle da natureza” também é um componente do processo civilizador, podemos apontar elementos desse processo que marcaram, e ainda marcam, a forma de lidar com o meio ambiente e os outros dois aspectos da tríade de controles básicos apontados por Norbert Elias. A nosso ver, a questão da produção, do uso e da acessibilidade à água, de um lado, e a preservação dos ditos “ambientes naturais” ou ecossistemas, de outro, têm sido o ápice de uma disputa de poder que vem marcando a condução da vida no campo político, no econômico e no social no Brasil. Por isso, entender a dinâmica desse processo à luz da Sociologia figuracional é um ponto de crucial importância para pensarmos na crescente interdependência dos sujeitos e dos grupos aí envolvidos.

Por essa razão, é preciso enfrentar as questões relativas à disponibilidade de água no Brasil. Esse problema passou a ser mais evidente ao longo da última década, com a crescente demanda industrial e do campo, e os longos períodos de estiagem que passaram a atingir não só o Nordeste do Brasil, mas também das regiões que antes não sofriam com os efeitos da irregularidade de chuvas e as estiagens prolongadas. Os efeitos desses

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





fenômenos passaram a ser observados em grandes centros urbanos como São Paulo e outras regiões. Aliado a esses fatores, necessário se faz considerarmos que ainda é muito recente entre nós a atenção para com a preservação das nascentes e a regulamentação do uso da água. Fatores que por si só não garantem a oferta de água necessária para a maior parte da população brasileira.

Considerando que, no Brasil, de toda a água doce tratada, mais de 70% são gastos pela indústria, cerca de 20%, pelo agronegócio, e menos de 10% é a cota gasta pela população em geral, podemos aferir um primeiro ponto de reflexão necessária sobre o problema da água entre nós e a interdependência de diferentes figurações que só podem ser tratadas de forma indireta. Mas, no escopo deste trabalho, vamos dedicar algumas reflexões sobre as lutas por água no Semiárido brasileiro e algumas questões de interdependência e de poder, nas visitas e nas discussões ocorridas em cidades do sertão e do cariri paraibanos.⁹¹

O Semiárido brasileiro é uma construção simbólica que agrega cerca de 22 milhões de pessoas e um bioma exclusivamente brasileiro, a caatinga. De acordo como relatório da Articulação do Semiárido (ASA),

O Semiárido brasileiro é o mais chuvoso do mundo, não sendo uniforme, existem diferenças de uma região para outra, em alguns locais, o índice das chuvas pode chegar a mais de 800 milímetros por ano, já em outros, a média passa pouco dos 300 milímetros. As chuvas são concentradas em poucos meses e mais de 80% não são aproveitadas em virtude da evaporação e do escoamento superficial. (p. 115, Relatório Caravana Aguaceira, 2013.)

Convém ressaltar o fato de que, nessa região, habitam, aproximadamente, 22 milhões de indivíduos, e esse deve ser um fator de observação da crescente interdependência homem/natureza e de grupos humanos diversos, numa região de baixa oferta hídrica e que vem se caracterizando pela cultura de estocagem de água, sementes e

⁹¹Trato aqui de elementos que emergiram com o trabalho do Coletivo Aguaceira, que realizou encontros em seis cidades da Paraíba, para discutir com a comunidade, com as universidades e com as Câmaras Municipais sobre o problema da oferta e do acesso à água em diferentes contextos. Os encontros aconteceram nas cidades de Cajazeiras, Patos, Sumé, Campina Grande, Areias e João Pessoa.



forragens. Nesse contexto, água é sinônimo de tensão, de coesão e de poder. Nesse sensível ambiente, a capacidade de controlar e de estocar água está diretamente relacionada ao coeficiente de poder de cada indivíduo ou grupos.

Nesse sentido, só agora, no Século XXI, foi que o país passou a adotar uma ação efetiva de atenção do Estado, dos ambientes e das populações menos favorecidas, em relação aos direitos ao acesso e ao uso da água. Um cipoal de leis e de decretos surgiu, visando estabelecer compromissos do poder público e dos indivíduos com esse problema. Decreto como o de nº. 7.217, de junho de 2010, que trata do acesso difuso à água, é um dos exemplos que podemos anotar.

As relações de poder e de interdependência, com o uso da água, foram observadas em vários momentos da ação realizada pelo Coletivo Aguaceira. Estados como os de Pernambuco, da Paraíba e do Rio Grande do Norte estão entre os que apresentam o mais elevado risco hídrico, e as relações estabelecidas geralmente não consideram as tensões daí decorrentes. No município de Sumé, no Cariri paraibano, por exemplo, constatou-se que o açude que abastece a cidade manteve as comportas abertas, apesar de a região estar passando por muitos meses de estiagem e com a previsão de mais meses secos pela frente, num claro propósito de atender à demanda de proprietários do alto do rio, em cujas terras represavam a água (pública?) em proveito particular. Ações como essa denotam que a questão do uso e da disponibilidade da água também é uma questão de relação de poder.

Como nosso propósito é de chamar os pesquisadores brasileiros envolvidos com os estudos figuracionais propostos por Elias para uma discussão, não vamos nos estender nesse tipo de problema, mas fazer essa chamada e, por meio da Sociologia figuracional, responder a questões do tipo: Como e onde podemos identificar a emergência de questões ambientais no Brasil e quais as relações de poder e de interdependência estabelecidas no palco de disputas? Nesse contexto, convém considerar este pensamento de Elias:

Num processo civilizador, ocorrem mudanças no autocontrole de cada um que não são necessariamente unilineares. O aumento do controle sobre a natureza é diretamente interdependente das mudanças tanto de autocontrole como de controle sobre relações interpessoais, fato que as viagens espaciais evidenciam espetacularmente. Mesmo assim, será útil

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

estarmos de sobreaviso contra a concepção mecanicista de que a interdependência dos três tipos de controle se deve entender em termos de aumentos paralelos nos três. (Elias, Introdução à Sociologia, p. 172)

Referências bibliográficas

ELIAS, N. Introdução à Sociologia. Braga (Portugal): Edições 70; 1980.

_____. Sobre o Tempo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

LUCENA, Ricardo de F. & SOUSA, Elimar M. N. de. Civilização e meio ambiente: notas iniciais.

In: Anais do XII Simpósio Internacional Processo Civilizador. Recife/PE. Nov. de 2009.

Relatório Caravana Aguaceira. Coletivo em defesa de políticas efetivas para a população do Semiárido da Paraíba. João Pessoa, 2013.

SARAMAGO, André. Natureza e civilização: uma reflexão sobre o papel da Sociologia figuracional enquanto ‘meio de orientação’ no Antropoceno. In: Anais do XVI Simpósio Processo Civilizador. Vitória-ES, 2016.

Semiárido: É no semiárido que a vida pulsa. ASA - Articulação Semiárido Brasileiro. <http://www.asabrasil.org.br/semiario>. Pesquisa realizada em 16 de agosto de 2018.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

O MANUAL DE CIVILIDADE DE SOPHIE CHRIST E OS CÓDIGOS DE SOCIABILIDADES

Dra. Rita de Cássia Luiz da Rocha
Faculdade Guairacá
rilrocha@yahoo.com.br

Dr. Cesar Romero Amaral Vieira
UNIMEP
crvieira@unimep.br

Resumo: O trabalho aqui apresentado tem por objetivo evidenciar algumas percepções da composição do feminino produzidas pela circulação do manual de boas maneiras para a juventude feminina - *Taschenbüchlein des Guten Tones: Praktische Anleitung über die Formen des Anstandes für die Jugend weibliche* – de Sophie Christ (1889). Para tanto, utiliza-se a trajetória de análise processual proposta por Norbert Elias. Pode-se afirmar que a utilização desse impresso, serviu para apreensão de códigos de comportamentos, em seus preceitos e regras sociais, sendo efetivo para práticas femininas tanto na Alemanha quanto no Brasil.

Palavras-Chave: Manuais. Educação Feminina. Civilidade

Abstract: The work presented here aims to show some perceptions of the composition of the feminine produced by the circulation of the manual of good manners for female youth - *Taschenbüchlein des Guten Tones: Praktische Anleitung über die Formen des Anstandes für die Jugend weibliche* - by Sophie Christ (1889) . To do so, we use the procedural analysis trajectory proposed by Norbert Elias. It can be said that the use of this form was used to apprehend codes of behavior, in its precepts and social rules, being effective for feminine practices in both Germany and Brazil.

Keywords: Manuals. Women's Education, Civility.

Introdução

Esta comunicação é parte do resultado de uma pesquisa de doutorado⁹², cujo objetivo principal foi investigar o manual de boas maneiras da escritora alemã Sophie Christ, intitulado *Taschenbüchlein des Guten Tones: Praktische Anleitung über die*

⁹² Rocha (2018) Manuais de Civilidade e Educação: “A Conduta Da Juventude Feminina” de Sophie Christ”.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





*Formen des Anstandes für die Jugend weibliche*⁹³, e analisar como a educação proposta ao sexo feminino normatizava as práticas dentro do espaço público e privado. Nos limites do presente trabalho analisaremos alguns exemplos de percepções e composições do feminino produzidas por este impresso escrito em 1889. O *Taschenbüchlein* de Christ chegou ao Brasil por intermédio do Pe. Arnaldo Janssen, fundador da congregação do Verbo Divino. Uma missão religiosa composta por mulheres alemães, denominadas Servas do Espírito Santo, que se instalaram no Brasil em meados de 1902 com a tarefa de fundar escolas femininas e solidificar os ideais católicos junto aos imigrantes alemães na região sul do Brasil.

A partir da noção de civilidade proposto por Norbert Elias, pretendemos dialogar com um de seus principais conceitos, o de “configuração”, no intuito de verificar como que a partir da circulação do manual de Christ foram compondo-se e decompondo-se estruturas do universo social feminino, a partir das novas redes, ou teias, de interdependências construídas nos diferentes campos de relação, permitindo assim observar o modo como essas novas configurações do campo social proporcionam, em certa medida, a desorganização das fronteiras existentes entre o público e o privado, entre o indivíduo e a sociedade.

De acordo com as pesquisas de Rainho (1995; 2002); Zchwarcz (1998); Cunha (2006) e Leão (2007), os manuais de boas maneiras e etiquetas estudados, e aqui incluímos o de Sophie Christ, foram difundidos por diversos grupos sociais em diferentes períodos históricos, com o objetivo de conformar comportamentos, suavizar os modos e civilizar. Esses manuais de autocontrole são produtos de inúmeras experiências que foram criadas e compartilhadas socialmente dentro de um tempo e de um espaço definido. Um processo que podemos chamar aqui, parafraseando Elias, de abrandamento das pulsões (Cf. 1993, p. 225-241). Entretanto, antes de procedermos a análise, é importante tecer algumas rápidas considerações sobre a vida e obra da escritora Sophie Christ.

⁹³ *Livrinho de Bolso de Boas Maneiras sobre Orientações Práticas Sobre a Conduta da Juventude Feminina.*



O mundo de Sophie Christ

Pouco se escreveu sobre a vida de Sophie Christ. Os indícios que nos conduziram ao estudo sobre esta autora e seu manual, baseiam-se principalmente nos apontamentos de escassas obras publicadas que registraram aspectos selecionados de parte de sua trajetória de vida. Soma-se a isto o fato de que a maioria das fontes consultadas está escrita em língua alemã. Mesmo assim, recorrendo, sempre que necessário a traduções encomendadas, procuramos aqui evidenciar alguns traços de sua personalidade que julgamos importantes para a construção de uma narrativa biográfica como uma forma de conhecimento histórico. Para tal, lançamos mão de dois pequenos registros que foram escritos por Marlene Hübel - *Die heitere würde der persönlichkeit* (A alegre dignidade da personalidade), e *Blick auf Mainzer Frauengeschichte Mainzer Frauenkalender 1991 bis 2012 - Ein Lesebuch* (Um olhar sobre as histórias das mulheres de Mainz 1991 a 2012 – um livro de leitura). Reconstruiremos sua biografia e a rede de relações estabelecidas por esta autora, sem desconsiderar suas ações individuais e as estruturas normativas sócio-político e cultural de seu tempo.

Sophie Christ nasceu no dia 9 de setembro de 1836, em Mainz, na Alemanha, e faleceu em 23 de abril de 1931, com 95 anos de idade. De acordo com Hubel, ela não só foi considerada a mais velha moradora da cidade, como também a mais velha escritora da Alemanha. Atuou e foi diretora, por um longo período, na Associação de Jornalistas e Escritores (*Mainzer*). Não se casou, exerceu duas incomuns profissões para a época, atriz e escritora, que lhe proporcionaram independência e amplitude cultural, revelando no curso de sua vida uma grande capacidade de adaptação à novos desafios postos pela vida moderna, fugindo assim das normativas tradicionais que estruturavam a vida social de sua época.

Seu maior desejo era tornar-se atriz. Inspirando-se na performance de renomadas atrizes alemãs, Christ deixou sua cidade natal em 1855, para dar início à carreira profissional. Em Weimar, entrou em contato com o diretor teatral, poeta e dramaturgo Franz von Dingelstedt (1814-1881). Como fruto desta convivência profissional, Christ

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





representou diversos papéis que a levaram se apresentar em inúmeros palcos dos teatros alemães. Não obstante a todo este percurso profissional, em 1877 desistiu de sua carreira teatral e retornou para a cidade de Mainz. Neste período conheceu e trabalhou como secretária da poetisa e romancista alemã Ida Gräfin Hahn (1805-1880), mais conhecida como condessa Von Hahn. Escritora bem-sucedida, mas muito criticada pela aristocracia por seus escritos polêmicos e temerosa por constantes perseguições, encontrou refúgio na vida monástica. Viveu o restante de sua vida dedicada à manutenção de um convento que ela mesma fundou para meninas “caídas”. Lá repensou a sua vida e mudou o curso de seus escritos dividindo-os em antes e após a sua conversão ao catolicismo.

Ao iluminar a personagem Ida von Hahn, percebe-se a teia de interdependência da qual Christ fizera parte. O gosto pela arte, religião, viagens e especialmente o mesmo gosto pela literatura que ambas compartilhavam deram origem a novas configurações em suas trajetórias. Na relação com a condessa, Christ não só segurava a pena para transcrever o que era ditado, mas com a mesma destreza escreveu suas próprias histórias, e com elas mais uma vez ganhou destaque na esfera pública. Seu primeiro livro, *Rejeitado e escolhido*, foi publicada em 1878, a partir de então surgiram várias outras obras. Seguiram a esta, *Os miradores das estrelas* (Die Sterngucker) e *Gundel*. Em 1888 escreveu em *Orientalischen Tageblättern - Diários Orientais observados pela natureza e a realidade*. Em 1892 escreveu, *Uma viagem nas montanhas: Oberammergau e os castelos reais*. Em 1900 publica *Casa Hasmonai* – livro em que descreve a infância e a juventude de Jesus.

Repetidamente Christ realizou longas viagens, seguindo os mesmos passos de sua mestra literária. Ambas eram destemidas, aventureiras e corajosas qualidades que as diferiam da maioria das mulheres de Mainz daquele período, fugindo assim da trajetória de vida que até certo ponto era determinada por uma sociedade extremamente reguladora, como a sociedade alemã (CF. KRÜGER & BALDUS, 1999 Apud BORN, 2001, p. 244).

Na literatura, Sophie Christ ficou mais conhecida por seu *Diário de bolso do bom tom*, publicado em 1889 e que foi reeditado por treze vezes até o ano de 1922. O livro foi resultado das palestras proferidas à jovens alemãs sobre orientações práticas de etiqueta



e de bons modos na convivência em sociedade. O livro inclui ainda, os deveres para com os professores e superiores, a conduta na igreja, no lar e deveres do amor ao próximo. Na 3ª edição, o manual foi revisado e ampliado, e a autora acrescentou um capítulo separado sobre as escolhas de carreira de jovens meninas, quebrando um paradigma estruturante do universo feminino de até então: a liberdade das mulheres seguirem uma carreira profissionais, para além de cuidado de si mesmas.

Sophie Christ faleceu em 1931. De acordo com Hübel, as pessoas que a conheceram, diziam ser ela uma mulher encantadora, mesmo com idade já bem avançada. Contudo nenhuma foto amarelada representa a figura dessa “Senhorita de Mainz”. De acordo com Hübel, “suas pequenas obras cochilam nas bibliotecas, e sua herança pessoal desapareceu, ou, provavelmente, nos conflitos da guerra, fora destruída. Os últimos anos de vida Sophie Christ passou na ‘Casa dos Professores’ na rua ‘Betzelsstraße’ em Mainz” (HÜBEL, s/d p.84).

A moça da igreja, da casa e da rua: as prescrições de Sophie Christ

Sophie Christ ao longo de seu livreto discorre sobre os alicerces da vida, filosofia, história, sociologia, religião e artes. Seu manual está povoado de personagens bíblicos, santos e santas da igreja católica, rabinos, reis, rainhas, imperadores, poetas gregos e romanos, e pensadores como Aristóteles, Goethe, Leinniz, Lavater, Herder, Wilhelm von Humboldt. Seus escritos partem de uma visão essencialista do universo feminino, com profundas raízes na cultura alemã. Nesse período do século XIX, as noções tradicionais de feminilidade essencial estavam sob o constante desafio tanto dos discursos da nova mulher como da mulher *fatale* e foram os perigos da emancipação a principal ameaça à feminilidade. Nesse contexto, para uma classe diferente, Sophie Christ sugeriu seu livro, enfatizando que a naturalidade era destino especial da mulher. Dizia ela que “uma jovem moça, ao almejar tudo o que é nobre em seus estudos e esforços, não deve permitir a perda da naturalidade, tornando-se um ser artificial e afetado”(CHRIST, 1889, p. 85).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





O manual nos dá a possibilidade de fazer um exercício de análise das relações de poder e as figurações sociais que se interpunham para delimitar e/ou validar a função do feminino. Para tentar compreender este movimento extraímos alguns excertos de seu manual com recomendações sobre ações no espaço privado da igreja e da casa, para observarmos de modo figurativo os desdobramentos dos aspectos da vida interior/privada, em relação ao mundo exterior/público. Como é possível perceber na seguinte sentença: “a primeira tarefa é aprender a dominar-se a si mesma. Cada auto superação resulta em renovação espiritual. A partir da unidade interior organizada, desenvolve-se então o caráter forte que não teme nada e que não se fragiliza” (CHRIST, 1889, p. 86). O domínio da consciência do “eu” interior em sua relação com o mundo exterior que se revela nas relações com a natureza e com o outros não são vistas por Christ como estruturas independentes, mas complementares. Esta questão é problematizada por Elias quando diz que a percepção que separa o eu “interior” do mundo “exterior”, é na verdade, “apenas uma reificação da mesma coisa numa base mais ampla: a ‘vida inteira’, a ‘existência’ do ser humano” (ELIAS, 1994b, p. 107). Percepção que de certa forma parece estar projetada nos escritos de Christ ao perceber à justaposição que se estabelece entre aquilo que era próprio da dinâmica da vida interior com a dinâmica da vida social em constante processo de transformação, vista a partir de uma certa confiança em si mesma. Esta postura, um tanto afirmativa, proposta por Christ, ao nosso entender leva ao rompimento do “muro invisível” de que nos fala Elias, superando o “espírito da época”, ou seja, “à configuração básica das pessoas que vivem em certos grupos sociais” (ELIAS, 1994b, p. 108).

As cenas que partilha, no interior da igreja e da família, desvelam os costumes sigilosos, obscuros, silenciosos, criteriosos que em outros momentos se expressam fora desses espaços e tomam a rua, a cidade como uma simbiose entre aquilo que é visto como individualidade e aquilo que é percebido como sociedade do qual o indivíduo é parte constituinte. É na rua que os indivíduos se exibem, subjetivam seus valores uma vez que precisam mostrar-se bem. Nas ruas o corpo é visado, vira espetáculo, e sobre ele, forças de controle atuarão, ora por meio dos olhares dos “outros”, ora quando os olhares se

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





voltam para comandar o próprio “eu”. A rua-corpo define o que é permitido e o que não é permitido fazer nesse espaço. Novas configurações do campo social se estruturam num processo de constante transformação que por sua vez modificam também as estruturas de personalidade dos seres humanos (Cf. ELIAS, 1994a, p. 250).

Somente quando o indivíduo pára de tomar a si mesmo como ponto de partida de seu pensamento, pára de fitar o mundo como alguém que olha de “dentro” de sua casa para a rua “lá fora”, para as casas “do outro lado”, e quando é capaz — por uma nova revolução copernicana em seus pensamentos e sentimentos — de ver a si e a sua concha como parte da rua, de vê-los em relação a toda a rede humana móvel, só então se desfaz, pouco a pouco, seu sentimento de ser uma coisa isolada e contida “do lado de dentro”, enquanto os outros são algo separado dele por um abismo, são uma “paisagem”, um “ambiente”, uma “sociedade”. (ELIAS, 1994b, p. 53).

É nessa perspectiva que para Christ a mulher deveria ter uma educação especializada e orientada para um futuro promissor. Essa boa educação, daria às mulheres condições para enfrentar os mais diversos obstáculos em suas vidas e saírem de si mesmas com autonomia e segurança. A nova possibilidade de se instruir, segundo os padrões modernos de educação marcou um movimento forte em que as mulheres puderam criar outras perspectivas para suas vidas próprias. Nesse movimento, ampliam-se as redes de interdependências entre os indivíduos e estes com outros tipos de sentimentos e impulsos fazendo com que a estrutura social permaneça em constante processo de transformação. Nesse período, as relações entre filhas solteiras e pais e membros das gerações mais velhas, em geral, configuram mudanças nos padrões de formalização ou informalização, e no equilíbrio de poder entre as gerações que ocorreram no final do século XIX. Elias afirma que “uma das mais perceptíveis e significativas é o recrudescimento de poder das mulheres jovens e solteiras” (ELIAS, 1997, p.51). Devido às pressões sociais que vinham se configurando em séculos anteriores, durante o século XX há uma mudança radical no código social, uma vez que a tomada de decisão e a regulação são transferidas às próprias jovens.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Em uma passagem de seu manual, Christ explana sobre importância de sair um pouco de si, ou seja, desprender-se de alguns hábitos arraigados pela tradição e que deveriam ser deixados de lado e pensar mais em si próprio. Essa questão fica clara quando a escritora prescreve às jovens usufruírem da possibilidade de empreender seu tempo em viagens que lhes oportunizem possibilidade de tecerem novos fios nesta complexa teia de interdependência que é a trama social.

É necessário enrijecer a sua vontade, superar a si mesmo para habilitar-se e poder usufruir essa alegria. Viajar renova e amplia a visão e abre a mente a novas ideias. Mas quem não ousa sair de si mesmo, separar-se de seus hábitos indolentes e de suas muitas necessidades, ocupa-se somente consigo mesmo e passará pelas paisagens maravilhosas intocado e insensível e retornará sempre decepcionado em suas expectativas (CHRIST, 1889, p.184).

Ao partir da construção de uma mulher ideal, Sophie Christ evidencia como os níveis mais elevados de regulação dos indivíduos e de conhecimento social se estabeleceram. Ao verificarmos estes processos, refletimos como os comportamentos controlados e autocontrolados, instituídos nas fronteiras do espaço público e privado influenciaram na composição do feminino, permeados pelas redes de relacionamentos, seja pela figuração da família, da igreja, da escola, e de outros contextos dentro dos grupos sociais, seja pelas suas relações de poder, contidas na civilidade de emoções e sentimentos.

Neste sentido, cada figuração, família, igreja, rua exerce uma relação de poder, e a todo momento tensões e equilíbrios emergem dentro dessa rede que nos levam a novas e dinâmicas configurações. Cada indivíduo indistintamente pertence ao mesmo tempo a um grupo familiar, a uma profissão, a uma corporação religiosa e a uma sociedade, com elos cada vez maiores e mais complexos. Para Elias, dificilmente os indivíduos conseguem romper esses elos, pois há entre as pessoas uma “ligação funcional”, ou seja, os indivíduos estão, “numa rede de dependências que não lhe é possível modificar ou romper pelo simples giro de um anel mágico, mas somente até onde a própria estrutura dessas dependências o permita” (ELIAS, 1994b, p.22).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

O *Taschenbüchlein* de Christ traz ainda muitas outras prescrições para analisarmos a relação entre o indivíduo e a sociedade, o privado e o público, tais como a questão da ordem como mecanismo de convivência no espaço familiar, na igreja e na vida social e que podemos interpretar como aquilo que Elias chama no “processo civilizador individual” de incorporação de regras de convívio social formador da estrutura da personalidade. Para o sociólogo, indivíduos e grupos se quiserem viver sem medo ou retaliação, “só podem consegui-lo impondo certas regras comuns de condutas e as correspondentes restrições sobre si mesmas (ELIAS, 1997, p.131); fala também sobre o trabalho, sempre numa perspectiva que engloba aspectos da vida privada e da vida pública, como uma forma das mulheres buscarem sua autonomia dentre outras questões próprias para pensarmos a teia de interdependência que dá origem a configurações múltiplas que transpassam as rígidas fronteiras erguidas entre o público e o privado como é proposto por Elias.

Fonte

CHRIST, S. Orientação prática sobre a conduta da juventude feminina. 3ª ed. Editora: Verlag von Franz Kirchheim: Mainz, 1889.

Referências bibliográficas

BORN, Claudia. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 3, n. 9, jan/jun, 2001, p. 240-265.

CUNHA, M. T. Tenha modos! Manuais de civilidade e etiqueta na Escola Normal (1920- 1960). Disponível em: <[www.MTS-Cunha – faced.ufu.br](http://www.MTS-Cunha-faced.ufu.br)>.

ELIAS, N. O processo civilizador: formação do Estado e civilização. v 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, N. O processo civilizador: uma história dos costumes. v 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a.

ELIAS, N. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: 1994b.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





ELIAS, N. Os alemães. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Tradução de A. Cabral. Rio de Janeiro, Zahar, 1997.

HÜBEL, M. A alegre dignidade da personalidade: Sophie Christ (1836-1931) Mainz.

LEÃO, A. B. Norbert Elias & a Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

RAINHO, M. do C. T. A distinção e suas normas: leituras e leitores dos manuais de etiqueta e civilidade –Rio de Janeiro, século XIX. In: ACERVO: Revista do Arquivo Nacional. Vol.8.n.01/02.RJ: Ministério da Justiça. 1995.

RAINHO, M. do C. T. A cidade e a moda. Brasília: UNB, 2002.

ROCHA, R. L. Manuais de Civilidade e Educação: “A Conduta Da Juventude Feminina” de Sophie Christ. Tese de Doutorado. 2018. Universidade Metodista de Piracicaba. https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/docs/04072018_130746_ritadecassialuizdarocha_ok.pdf

SCHWARCZ, L. M. & COSTA, Â. M. da. Como ser nobre no Brasil. Manuais de bons costumes: ou a arte de bem civilizar-se. In: Lilia Moritz Schwarcz. As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

IMAGEN DEL HOMBRE E HISTORIZACIÓN LIMITADA

Dra. Vera Weiler
Universidad Nacional de Colombia
vweiler@unal.edu.co

IIa exposición que presento persigue el propósito de ilustrar que la imagen del hombre a la base de la teoría económica dominante es un indicador de que quedó trunco el proceso de historización de la existencia humana desde finales del siglo XIX y que este es un rasgo que comparte el pensamiento económico con las disciplinas sociales. Por debajo de los desarrollos que tuvieron lugar en cada una de las disciplinas, en todas ellas se preserva como una característica del *mainstream* una imagen del hombre de estructura similar, aunque solo los economistas le han dado un nombre propio, el de *hombre económico*. Norbert Elias recogió la característica compartida en la noción de *homo clausus*.

II

Esta imagen que es también autoimagen del hombre como especie sobrevivió intacta la gran disputa sobre el método en las ciencias económicas en las últimas décadas del siglo XIX como también las que le siguieron en el siglo XX. El resultado se plasmó en el abandono por el pensamiento económico de la tradición de la economía política con su perfil de ciencia amplia del hombre (MILONAKIS y FINE). Las disciplinas sociales se consolidaron aparte, inicialmente con un notorio interés histórico. Pero la orientación histórica las enfrentó al reto de pensar al hombre en términos procesuales. Y para esto no estuvieron preparadas. Lo demostró otra gran disputa sobre el método, que es la que se desplegó entorno a la obra del historiador Karl Lamprecht. Si en la disputa sobre la economía resultó marginada la vertiente histórica de la ciencia económica que se había desarrollado especialmente en Alemania, y que había alentado en medida significativa la perspectiva psicogenética de este historiador, cuya primera tesis doctoral se había desarrollado bajo la tutoría de Wilhelm Roscher quien encabezaba la escuela histórica de economía en Alemania, la disputa de los historiadores es un indicador de hasta dónde

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





podía llegar la historización de los hombres mismos en el campo propio de la historia. Pero los resultados implicaron por igual a la sociología y las otras ciencias del hombre.

III

Los avances de Lamprecht en la dirección que retomaría Norbert Elias los he presentado en otras ocasiones. Esta vez quiero mostrar que justo en el tiempo en que Lamprecht desarrolla como historiador profesional una perspectiva psicogenética de la historia, se va imponiendo en economía un tipo de teoría que elimina el devenir histórico de los elementos relevantes para su construcción. En esta modalidad apartada de la historia la económica también se aparta de la posibilidad de encontrarse con la específica perspectiva psicogenética de la historia. Pero esta quedó descartada también fuera de ella, en cierto modo más explícitamente. Esta es una razón por la cual el imperialismo económico desplegado desde los años cincuenta del siglo pasado y que vivió un primer pico en los años 1970, para pasar a la ofensiva abierta en los noventa, no ha encontrado resistencia intelectual eficaz en las demás disciplinas.

IV

La separación entre la teoría económica y la historia, así como de las demás disciplinas sociales ha sido objeto de estudio de algunas obras importantes (HODGSON 2001, MILONAKIS y FINE 2009). Son estudios muy centrados en la historia del pensamiento económico y el desarrollo metodológico en este campo. Para la economía ofrecen una corrección supremamente valiosa de la historia de la disciplina escrita hasta ahora por los vencedores. Pero no obstante sus grandes méritos estas obras cargan todavía con un lastre de la tradición de la historia (y filosofía) de las ciencias: sus consideraciones comienzan con la ciencia como algo dado. El historiador Lamprecht inició su historia mucho antes, con las tribus germánicas en condición previa al establecimiento de la agricultura permanente y que no conocían la escritura. Elias por su parte, cuando habló en París en la casa de la cultura, en 1985 ya en edad propecta, inició su intervención diciendo que para comprender el conocimiento habría que comenzar por la condición de ausencia de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





conocimiento, en lugar de tomar el conocimiento por dado. Indicó así la posibilidad de superar el *homo clausus* en cualquiera de sus versiones.

Bibliografía

HODGSON, G. M. How economics forgot History. The problem of historical specificity in social science. Londres y Nueva York, Routledge: 2001.

MILONAKIS, D. y FINE, B. From Political Economy to Economics. Method- the political and the historical in the evolution of economic theory. Londres y Nueva York, Routledge: 2009

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO



LAI





17º SIPC
SIMPOSIÓ INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

LOS PROCESOS DE TECNIFICACIÓN Y LOS ESPACIOS ESCOLARES. UNA MIRADA DESDE LA SOCIOLOGÍA FIGURACIONAL

Virginia Saez

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas / Instituto de
Investigaciones en Ciencias de la Educación. Universidad de Buenos Aires.

Doctora en Educación

saezvirginia@hotmail.com / virginiasaez27@gmail.com

Las tecnologías de la información y la comunicación inciden en las lógicas de producción y transmisión del conocimiento en las escuelas secundarias públicas de gestión estatal de gestión estatal de la provincia de Buenos Aires. El uso y estudio de los medios de comunicación en el espacio escolar produce nuevas formas de significación rearticulando identidades y discursos. El objetivo de este trabajo es estudiar la Educación Mediática en los diseños curriculares del nivel secundario de la provincia de Buenos Aires. La utilización de los medios de comunicación en los procesos de enseñanza y de aprendizaje tensiona los modos en que el tiempo y el espacio se reorganizan en las aulas. Entendiendo el papel de los medios y de la información en la democracia se propone una formación que incluya pensar la preparación para la ciudadanía, la relevancia de la libertad de expresión e información, el acceso a la información para la conformación de un discurso democrático. Comprendiendo los órganos de información pública y la Ética en la Información. Derechos fundamentales establecidos en el Artículo 19 de la Declaración Universal de los Derechos Humanos (DUDH).

Palabras Claves: escuelas, medios de educación, curriculum

Introducción

Durante casi dos siglos (XVIII y XX) las aulas escolares han presentado la misma configuración: espacios cerrados, disposición misal de estudiantes y maestros, criterio etario de distribución, instrucción simultánea, monopolio profesoral de la transmisión del saber escolar, método de enseñanza único, evaluación individual de los estudiantes (VARELA & ÁLVAREZ URÍA, 1991; PINEAU, 2001). Vivimos una época de rupturas y transformación de las instituciones educativas, de las lógicas bajo las cuales se entendía el vínculo entre los sujetos, la información y el

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCARIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





conocimiento. Nos hallamos en una metamorfosis que altera los modos de producción y circulación del saber y los actores implicados.

Las Tecnologías de la Información (TIC) impactan en la construcción de subjetividades y en los modos de interacción social. En las instituciones educativas estos procesos adquieren particular relevancia, dado que hacen visibles las transformaciones socioculturales que experimentan tanto estudiantes como educadores, marcando profundas brechas generacionales y nuevos modos de creación y circulación del saber. La velocidad en la transmisión de información quebró la lógica del espacio, acercó lugares distantes geográficamente y generó la necesidad de conocer anticipadamente. Durante siglos el conocimiento se había centralizado territorialmente, controlado a partir de dispositivos técnico-políticos y vinculado a determinados actores sociales. Actualmente, los saberes se han descentrado y deslocalizado, circulan por fuera de los espacios tradicionalmente legitimados, adquiriendo la forma de información fragmentaria, dispersa, desarticulada y desdibujando su carácter científico.

En virtud del contexto descrito, asumimos que, para comprender las prácticas sociales ligadas a al uso de los medios de comunicación en la escuela, es preciso realizar una indagación socioeducativa, como vía de entrada productiva y original para analizar cómo se construye la mirada sobre la Educación Mediática (EM), y los efectos simbólicos ligados a las formas en que esos lenguajes permean la vida escolar. En este escrito presentamos la primera etapa de la investigación que analiza la presencia de la Educación Mediática en los diseños curriculares del nivel secundario en el contexto argentino.

Desandando los procesos de tecnificación

“La reconstrucción de lo desconocido es un prerrequisito esencial para el entendimiento y la comprensión de lo conocido.” (ELIAS, 1998, p.454).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



Fábrika
Ideias criativas



El proceso de tecnificación y la tecnología son categorías que no pueden ser limitadas a épocas recientes, remiten por ejemplo desde que los hombres aprendieron a producir el fuego para disfrutar del calor. Desde la sociología figuracional se observa una continuidad en el proceso de tecnificación.

Pero ¿por qué el género humano avanza en este proceso? La innovación en el proceso de tecnificación está vinculada a una búsqueda hacia una vida mejor y a ofrecer la oportunidad de mejores condiciones de vida.

Se advierte un criterio impersonal de perfeccionamiento: se compara una fase posterior con una anterior. Se habla de mejores condiciones de vida en tanto se refiere a un proceso social en cuyo desarrollo las condiciones de vida no llegan a ser buenas en un sentido absoluto sino que llegan a ser mejores en referencia a una fase anterior. El proceso de tecnificación representa un perfeccionamiento en dichas condiciones de vida.

Un segundo rasgo significativo es que existe una vinculación entre los procesos de construcción de conocimientos y los procesos de tecnificación. En tanto a medida que se avanza en el conocimiento del mundo se acelera el proceso de tecnificación, en palabras de Norbert Elias (1998):

“La tecnificación es un proceso que envuelve al género humano. En un principio se desarrolló lentamente, puesto que las personas conocían muy poco el mundo en que vivían, y se aceleró conjuntamente, con el aumento del conocimiento sobre la naturaleza inerte.” (p. 454)

Y un último aspecto es que el desarrollo tecnológico es considerado una instancia en el proceso de tecnificación. Las transformaciones en las tecnologías de la información y la comunicación desde el siglo XX, es uno de los ejemplos de los sorprendentes y veloces desarrollos del género humano que abrió una nueva dimensión, nuevos modos de vida social y nuevos niveles de civilización. Sin embargo, no debe confundirse con un estado definitivo, aún estamos en un proceso de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





aprendizaje. Uno de los propósitos en esta investigación es contribuir a hacer frente a varios problemas que plantean estos avances.

La transformación que se logró en las tecnologías de la información y la comunicación fue un proceso social no planeado que surge de los efectos de la interdependencia de muchas actividades individuales que se fortalecen o se oponen unas a otras.

El proceso social de revolución de las TIC estuvo muy conectado con el desarrollo, no menos revolucionario, del conocimiento. Los seres humanos tuvieron éxito al romper los lazos que restringían sus medios para comunicarse.

A partir de estas bases se propone pensar cómo los procesos de tecnificación en la comunicación impactan en la vida escolar y qué respuesta se dan ellos. Por la extensión de este trabajo, solo se abordará la presencia de la Educación Mediática en los diseños curriculares del nivel secundario en el contexto argentino

La inclusión de los medios en los diseños curriculares

El desarrollo de los nuevos medios de comunicación debe ser comprendido como un proceso no planeado derivado del desarrollo de las sociedades en los siglos XIX y XX. La transformación revolucionaria de las comunicaciones suscita reacciones en la sociedad que produce, el uso de las TIC demanda una alta disciplina y autorregulación entre los participantes. En este marco la Educación Mediática cobra relevancia.

En el caso argentino, tras el análisis de los diseños curriculares se observa que no se presenta ninguna materia que aborde la EM como contenido central. Desde el Marco General se propone la EM como formación interdisciplinaria. El estudio de los medios de comunicación es propuesto como un contenido transversal que puede abordarse desde distintas materias en los diferentes años. Solamente en el orientado de Educación Física no aparece ningún contenido de la EM.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Se enuncian cuatro razones para incluir los medios de comunicación en las prácticas de enseñanza en el nivel secundario: para motivar los aprendizajes, para adiestrar a los ciudadanos en estas formas comunicacionales, para entenderlos en tanto requisito para una ciudadanía democrática y para aprender a producir contenidos mediáticos.

En el currículum hay presencia de varios medios de comunicación, pero se pone el acento en la radio, la televisión y los diarios. Solo se enuncian orientaciones aisladas que intentan abordar estos medios sin una profundidad específica de conocimiento desde sus complejidades y aristas posibles.

Esta propuesta formativa toma sentido una sociedad que no está exclusivamente determinada por los medios masivos. El advenimiento de la multimedia equivale a poner fin a la separación, e incluso a la distinción, entre medios audiovisuales e impresos, cultura popular y erudita, entretenimiento e información, educación y persuasión (ALBA, 2009). Los medios tradicionales no son la única fuente de información, como lo eran en la cultura de masas. Actualmente, la información circula por muchos otros lugares (Facebook, Twitter, blogs, entre otros) y la forma en que lo hace puede también contribuir a despolitizar lo social y des-socializar lo político (LANDI, 1994). Es en el compromiso con la democracia y en la ampliación del espacio público, que la EM encuentra su justificación. En las instituciones educativas, la EM tienen un relevante papel: habilitar espacios para comprender este marasmo de información que recibimos.

Los sentidos subjetivos que circulan en los medios de comunicación se vinculan a las transformaciones en la sensibilidad de la época en que vivimos y a las condiciones específicas de constitución de identidad y de producción de la sociabilidad. Los procesos sociales vinculados con las tecnologías de la comunicación y la información están provocando transformaciones sociales vertiginosas que dinamizan los flujos espaciales y temporales. Las TIC han transformado la cultura, en tanto producción de significado, y esto afecta las dinámicas escolares.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





El vertiginoso desarrollo tecnológico ha cambiado la forma en que nos relacionamos con los medios dentro y fuera de las instituciones educativas. Las escuelas hoy se encuentran interpeladas por los modos en que se adquieren los procesos de producción, distribución y acceso a la cultura (FERRÉS, & PISCITELLI, 2012).

Referencias bibliográficas

ALBA GUTIÉRREZ, G. Los medios de comunicación en Colombia frente a las demandas de los ciudadanos. *Actualidades Pedagógicas*, vol. 54, 2009, p. 137-145. <https://doi.org/10.19052/ap.957>

ELIAS, N. *Tecnificación y civilización. In: En La civilización de los padres y otros ensayos. Bogotá: Norma, 1998. p. 451-508*

FERRÉS, J. & PISCITELLI, A. Media Competence. Articulated Proposal of Dimensions and Indicators. [La competencia mediática: propuesta articulada de dimensiones e indicadores]. *Comunicar*, vol. 38, 2012, p. 75-82. <https://doi.org/10.3916/C38-2012-02-08>

LANDI, O. *Cultura y política en la transición a la democracia*. Caracas: Sociedad, 1984.

PINEAU, P. ¿Por qué triunfó la escuela?, o la modernidad dijo: Esto es educación, y la escuela dijo: Yo me ocupo. In: Pineau, P., Dussel, I., Carusso, M. *La escuela como máquina de educar. Tres escritos sobre un proyecto de la modernidad*. Buenos Aires: Paidós, 2001.

VARELA, J. Y ÁLVAREZ URÍA, F. *Arqueología de la escuela*. Madrid: Piqueta, 1991.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

A SOCIOLOGIA CONFIGURACIONAL DE NORBERT ELIAS E O FUTURO DO ESPORTE: POSSÍVEIS LEITURAS CORRELACIONAIS

Dr. Wanderley Marchi Júnior
Universidade Federal do Paraná
CNPq/Brasil
marchijr@ufpr.br

Resumo: o esporte tornou-se um objeto de estudo sociológico academicamente relevante e reconhecido a partir do final do século XX. Diante desse fato, várias frentes teóricas posicionaram-se na análise da complexidade relacional desse fenômeno, problematizando-o em torno de suas características na modernidade. O presente trabalho tem por objetivo repensar as possibilidades de leituras do esporte pautadas nos principais constructos teóricos da Sociologia Configuracional de Norbert Elias associando seus pressupostos às dimensões do esporte na contemporaneidade. Para tanto, identificamos o estudo da organização internacional *The Future of Sports/TFS* referente ao futuro dos esportes e também apresentamos um modelo de análise que permite estabelecer relações entre essas duas concepções.

Palavras-chave: sociologia configuracional; esportes-futuro, modelo de análise.

NORBERT ELIAS'S CONFIGURATIONAL SOCIOLOGY AND THE FUTURE OF SPORT: POSSIBLE CORRELATION READINGS

Abstract: the sport became an object of sociological study academically relevant and recognized from the end of the twentieth century. With this fact, several theoretical references were positioned in the analysis of the relational complexity of this phenomenon, problematizing it around its characteristics in modernity. The present work aims at rethinking the possibilities of sports readings based on the main theoretical constructs of Norbert Elias's Configurational Sociology, associating their assumptions with the dimensions of contemporary sport. For this, we identified the study of the international organization *The Future of Sports/TFS* about the future of sports and also we presented a model of analysis that allows establishing relations between these two conceptions.

Keywords: configurational sociology; sports-future; model of analysis.

Introdução

Não transparece ser uma grande novidade afirmar que o esporte, principalmente a partir de meados do século XX e início do XXI, tem se configurado como um objeto de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





estudo que deixou de ser periférico na hierarquia acadêmica e científica, assumindo certa centralidade em determinados campos do conhecimento. Basta observarmos com um pouco mais de cuidado a agenda de estudos das ciências humanas e sociais das últimas décadas.

Com base nesse pressuposto, é possível evidenciarmos, inclusive, um grande esforço teórico-analítico no sentido de dar respostas a contextos que envolvem a complexidade do esporte na esfera histórica, política, social, cultural e econômica. Toda essa produção, de grande relevância para o próprio desenvolvimento do esporte, diga-se de passagem, invariavelmente tomou como referência as características advindas do que foi determinado como modernidade, ou seja, os estudos, em sua quase totalidade, pautaram-se por estudar o “esporte moderno”.

A priori, não são identificados grandes problemas ou deslizos interpretativos nessa lógica de análise, pelo contrário, há sim toda uma construção científica e acadêmica que respaldou o desenvolvimento de um *modus operandi* para o entendimento do esporte. Entretanto, notamos que muito provavelmente esse modelo de análise apresenta certo esgotamento, ou mesmo limitações, diante das características que o esporte tem assumido na contemporaneidade, e esse contexto histórico-social, a nosso juízo, não tem sido devidamente contemplado com propostas analíticas que minimamente observem e respeitem essas variáveis constitutivas no e do fenômeno esportivo.

Evidencia-se um certo anacronismo, ou até mesmo uma desatenção, ao analisar-se, por exemplo, as possíveis diferenciações existentes entre uma atividade física e um passatempo ou jogo que se esportivizou, ou ainda, uma prática inventada que se consolidou numa tradição ou, até mesmo, uma ação competitiva institucionalizada legitimada por um conjunto de regras e marcos regulatórios internacionais.

Assim sendo, objetivamos nesse trabalho iniciar um debate acerca de uma revisão teórico-analítica; dos pressupostos empíricos de uma visão futurista do esporte e; também, apresentar sumariamente um modelo de análise que tomou como ponto de partida as características atuais da sociedade para buscar uma compreensão do esporte na contemporaneidade. Objetivamente, buscamos a identificação das contribuições teórico-

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS CIVILIZADORES

APOIO





analíticas da sociologia configuracional de Norbert Elias; o estudo desenvolvido pela organização internacional TFS (*The Future of Sports*) – e sua equipe de colaboradores – acerca do futuro dos esportes e; numa perspectiva propositiva, a apresentação introdutória do modelo analítico dos 5 E's. Diante desses propósitos, uma leitura correlacional se fez presente para, no limite, evidenciarmos possíveis avanços e contribuições para esse debate.

A Sociologia Configuracional de Norbert Elias: constructos teórico-analíticos para o esporte moderno

Considerando as possíveis leituras referentes ao esporte moderno, encontramos a de Norbert Elias – inspirada na análise do processo civilizacional da sociedade europeia ocidental; no estudo sobre o controle das emoções e sobre a constituição dos monopólios do Estado – na qual:

O desporto, tal como outras actividades de lazer, no seu quadro específico pode evocar através dos seus desígnios, um tipo especial de tensão, um excitação agradável e, assim, autorizar os sentimentos a fluírem mais livremente. Pode contribuir para perder, talvez para libertar, tensões provenientes do *stress*. O quadro do desporto, como o de muitas outras actividades de lazer, destina-se a movimentar, a estimular as emoções, a evocar tensões sobre a forma de uma excitação controlada e bem equilibrada, sem riscos e tensões habitualmente relacionadas com o excitação de outras situações da vida, uma excitação mimética que pode ser apreciada e que pode ter um efeito libertador, catártico, mesmo se a ressonância emocional ligada ao desígnio imaginário contiver, como habitualmente acontece, elementos de ansiedade, medo – ou desespero. (ELIAS, 1992, p. 79).

Ainda buscando o entendimento do conceito de esporte para Norbert Elias, encontramos nos escritos de Alain Garrigou algumas indicações nas quais o referido objeto tem assumido a seguinte condição:

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





o esporte oferecia um terreno para aprofundar a teoria da civilização ao propor um complemento e, eventualmente, uma correção, quando os limites cronológicos podiam sugerir a conclusão do processo observado e descrito na Idade Média e sobretudo na era moderna. Se a gênese do esporte era concebida como uma modalidade do processo de civilização, Norbert Elias analisava também como a civilização estava e continua em ação na própria evolução dos esportes. (GARRIGOU, 2001, p. 67).

Baseados nos excertos apresentados, nos parece evidente o posicionamento do esporte nas análises eliasianas, a saber, um fenômeno social emergente no qual os processos civilizadores manifestam-se fundamentalmente em evidências miméticas da sociedade moderna. Para além desse argumento, temos que Norbert Elias, na composição da sua obra, e especificamente acompanhado de Eric Dunning, refere-se ao esporte e ao lazer como objeto de estudo passível de análise sociológica.⁹⁴

Obviamente, não é exclusividade sociológica de Norbert Elias empreender esforços intelectuais no estudo do esporte e do lazer. Entretanto, encontramos na sua sociologia configuracional elementos conceituais que refletem extrema pertinência teórico-metodológica para a análise de ambos.

Em sua estruturação analítica, Elias determina objetivos que devem ser explorados.⁹⁵ Para ilustrar, temos que na composição do seu modelo de análise da sociedade a partir do jogo competitivo, o autor vislumbra a possibilidade de dar visibilidade aos processos constitutivos das teias de interdependências em determinadas configurações sociais. Dessas teias, conceito estruturante para definir e entender a sociedade, decorre a explicitação, ou melhor, a identificação das relações de poder existentes entre os indivíduos.

Na sociologia configuracional de Elias, identificamos o direcionamento para o estudo do processo civilizacional da sociedade e, para o êxito dos seus propósitos, análise

⁹⁴ Cf. ELIAS, N. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992; ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1970; GARRIGOU, A.; LACROIX, B. (orgs.). **Norbert Elias: a política e a história**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

⁹⁵ Cf. ELIAS, id. *ibid.*



de grupos de observação empírica foi seminal no estudo das relações humanas, na definição dos graus de interdependência e na avaliação dos chamados “estádios” de desenvolvimento da humanidade.

Paralelamente a esse processo constitutivo, conceitos foram estruturados com a perspectiva de fundamentar a análise. Especificamente para esse trabalho, destacamos os conceitos de auto-controle e longa duração, sem perder de vista *habitus* e *mimesis*. O conceito de auto-controle emerge, em grande medida, das dimensões e manifestações de controle das emoções. Para Elias a sociedade passa a civilizar-se no momento em que ocorre um determinado domínio sobre suas expressões emocionais.⁹⁶ Trata-se de um processo de civilização das emoções e controle da violência. Nessa esteira, o conceito de longa duração apresenta-se coerentemente articulado dado à premência de uma análise dos processos civilizacionais de forma mais contínua no que se refere aos percursos histórico-sociais.⁹⁷

Respeitando essa sumária apresentação da sociologia configuracional de Norbert Elias, recuperamos algumas notas nas quais Johan Goudsblom deu destaque ao identificar o exercício de utilizar o modelo analítico do sociólogo alemão em outros campos sociais. Para Goudsblom, os conceitos estruturados a partir do estudo do processo civilizacional de Elias são definitivamente aplicáveis em vários campos do conhecimento, contudo, deve-se estabelecer procedimentos cuidadosos para tanto. Nas palavras do próprio autor, devem ser trabalhados “cautelosamente”.⁹⁸ Esta advertência fundamenta-se na identificação de que determinados pressupostos teóricos e conceitos não tem sido trabalhados ou articulados satisfatoriamente nos estudos sociológicos.

Segundo Goudsblom, no estudo das interdependências e das configurações sociais as relações não se definem em parâmetros normativos, auto-evidentes ou auto-explicativos, diferentemente disso, se estabelecem teias e interconexões sociais, nem

⁹⁶ Sobre essa relação, ver BRANDÃO, C. F. **Norbert Elias**: formação, educação e emoções no processo de civilização. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

⁹⁷ Stephen Mennell e Johan Goudsblom alertaram sobre esta definição em várias oportunidades, especialmente em suas conferências no VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR: história, educação e cultura. Assis: Unesp, 12-14 nov. 2001.

⁹⁸ GOUDSBLOM, J. **Conferência**. VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR: história, educação e cultura. Assis: Unesp, 12 nov. 2001.



sempre inteligíveis, as quais carecem de ser analisadas em seus respectivos tempo e espaço histórico. Para tanto, o autor conclama a elaboração das questões de campo, ou, o que ele denominou “espectro das questões sociológicas”. Com isso, Goudsblom procura sistematizar estágios do pensamento sociológico, considerando que mudanças num determinado contexto social são mudanças que acarretam transformações do *habitus* e das manifestações de comportamento social.⁹⁹

Portanto, grosso modo, podemos afirmar que os constructos teóricos da sociologia configuracional de Norbert Elias apresenta compatibilidade e relevância ao se estudar o que foi identificado e circunscrito nas dimensões históricas do esporte e do lazer moderno. Passemos agora à interpretação de um conjunto de referências e/ou indícios para o futuro do esporte.

O “futuro do esporte”

Ao tratarmos do esporte na perspectiva da modernidade, temos a sua clássica interpretação a partir das práticas aristocráticas, fundamentalmente nas *publics schools*, da Inglaterra do século XIX. (BOURDIEU, 1983; 1990). Na tradição da caça à raposa, nas competições de remo ou mesmo na prática do futebol, os ingleses apresentaram novos elementos em dimensões culturais e de distinção social que foram sendo incorporados em novas disposições comportamentais, leia-se *habitus* sociais.

Historicamente essa prática foi se ressignificando e adquirindo novos contornos num contínuo processo de expansão e internacionalização. Novas modalidades esportivas foram surgindo e, em determinados casos, derivando-se das práticas originais; cresce o número de praticantes criando-se grupos de amadores e profissionais. Organizam-se competições nacionais e internacionais, as quais em torno de suas edições potencializam um crescente contingente de aficionados pelo espetáculo esportivo que, por sua vez, acaba exigindo de específicas áreas do conhecimento sofisticadas metodologias de treinamento,

⁹⁹ Cf. GOUDSBLOM, J. **Pensar com Elias**. In: GARRIGOU, A.; LACROIX, B. (orgs.); op. cit., p. 241-247; e, GOUDSBLOM, J. The Civilizing Process and the Domestication of Fire. **Journal of World History**, vol. 3, nº 1, 1992, p. 1-12.



de avaliação da *performance* esportiva, entre outras dimensões. Conjuntamente, observa-se a inserção política e econômica na organização, gestão e promoção do esporte. Essa poderia ser, se não o é, a definição ou compreensão universalizada e mais aceita do esporte na modernidade. Entretanto, existem outras variáveis existentes no conjunto dessa análise que devem ser consideradas para uma interpretação mais ampliada desse fenômeno social.

Encaminhando nossas reflexões, sem desconsiderar as já reconhecidas análises desenvolvidas até o presente momento, e sim tentando acrescentar mais subsídios no entendimento sobre o esporte, passamos a estabelecer algumas leituras e projeções mais recentes no intuito de uma possível contextualização do mesmo na contemporaneidade.

Para tanto, trazemos os principais aspectos relacionados ao “futuro do esporte” num estudo realizado pela organização *The Future of Sports* (TFS), a qual foi fundada no ano de 2015 com o objetivo de fomentar e auxiliar o desenvolvimento da indústria global considerando o esporte, a medicina e a sociedade. A TFS está subdividida em três instituições que possuem suas especificidades. São elas: a *Delaware North*, responsável pelo gerenciamento alimentício em eventos esportivos, complexos, parques e cassinos; a *Jacobs Institute* cuidando do aprimoramento no tratamento de doenças vasculares, principalmente em Nova York; e finalmente a *Attention Span Media* que possui uma equipe de profissionais de tecnologia, designers e futuristas os quais tem por meta uma melhor compreensão dos implementos tecnológicos e suas influências no cotidiano da sociedade.

A versão final do documento – editado em 2015 e disponível no site futureof.org – contou com a participação de oito profissionais¹⁰⁰ os quais organizaram uma “linha do tempo” para expor suas análises. Essa subdivisão temporal seguiu as características estabelecidas em três etapas, a saber, de 1-5 anos, dos próximos 5-10 anos e, finalmente, de 10-25 anos. No conjunto do estudo foram abordados os seguintes tópicos: 1) o estádio; 2) a radiodifusão; 3) o atleta; 4) o terceiro local (espaços públicos); 5) o patrocínio e a

¹⁰⁰ São eles: Po Bronson (jornalista científico); Ethan Watters (jornalista); Josh McHugh (diretor executivo); Chris Cowart (designer, professor e colunista da ESPN Magazine); Kevin Roberson (designer); Lei de Tyson (diretor executivo); Joseph Reilly (fotógrafo); Michael J. Coren (jornalista científico).



publicidade; 6) as equipes e as ligas; 7) e-esportes e os esportes inovadores (fantasia); 8) os torcedores; 9) esportes extremos e/ou de aventura; 10) os pagamentos e a emissão dos bilhetes; e por fim, 11) a economia baseada nos torcedores.

Importante ressaltar que os editores do TFS, todos com formações específicas e de nível superior atuando nos EUA, não colocaram suas análises e interpretações em tons proféticos a partir dos processos de globalização cultural, mas sim indícios e possíveis futuros cenários diante das evidências demonstradas no contexto de tecnologização da sociedade contemporânea. As análises tiveram como ponto de partida as modificações ocorridas nos últimos 50 anos, as quais vão desde as transmissões televisivas via satélite e à cabo; a intensificação do uso de cartões de créditos e dos *smartsphones*; dos avanços da medicina na modificação corporal; das receitas financeiras dos grandes eventos esportivos e de seus respectivos atores; e ainda, do interesse crescente e contínuo do consumo esportivo pelos seus expectadores movimentando uma potencial “indústria do esporte”.

Por conta da própria limitação imposta a esse manuscrito não iremos expor em detalhes cada item mencionado no estudo, entretanto, sumariamente destacaremos alguns tópicos que subsidiarão nosso argumento final e o objetivo deste trabalho. Assim sendo, destacamos, por exemplo, a ampliação das experiências vividas pelos espectadores nos estádios a partir de uma infraestrutura que permeia a tecnologia portátil para recebimento de dados e informações instantâneas no evento, identificação dos expectadores ou ainda controle de ações violentas entre torcedores.

Cabe ainda mencionar o rompimento de um paradigma conservador dos direitos de transmissão dos monopólios estabelecidos institucionalmente por conta da gratuidade de acessos digitais; as supostas normalizações diante das possíveis alterações genéticas e funcionais dos atletas; as transformações das competições em ligas franquizadas pelo mundo e seu respectivo consumo tecnológico; a popularização dos jogos eletrônicos trazendo experiências de estádios no ambiente privado; a interatividade do torcedor numa suposta participação em eventos esportivos *on line* ou através de aplicativos; os desafios e riscos impostos cada vez maiores nas práticas de esportes extremos ou de aventura e a

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





tentativa de controle dessas variáveis, inclusive, com a utilização de exoesqueletos robóticos; a chegada da moeda virtual, as compras digitalizadas e os *smartwatches*; e a própria reorganização dessa indústria cultural do esporte considerando a virtualidade, a tecnologia e a emoção.

Com base nesse estudo, além de uma série de constatações empíricas e históricas, chegamos ao ponto de visualizar possibilidades, e porque não dizer necessidades, de construir uma proposta de análise que considere essas perspectivas, sem perder de vista as devidas contextualizações, e que nos remeta a um olhar que interconecte essas dimensões do que estamos entendendo por contemporaneidade ou, até mesmo, seguindo a lógica de estudo apresentado, as perspectivas do esporte no futuro. Para tanto, passamos ao seguinte tópico.

Notas sobre um modelo analítico do esporte na contemporaneidade

O mimetismo social, como uma referência sociológica, é um elemento chave para melhor compreendermos a estruturação de um modelo analítico. Com ele, estabelecemos o diálogo entre as estruturas macro e microsociais, dito de outra forma, a partir do mimetismo social podemos melhor delimitar e compreender as relações de interdependências que se estabelecem entre agentes e estruturas em determinadas configurações sociais.

Partindo dessa referência, visualizamos a possibilidade de entender o esporte na contemporaneidade como uma atividade física polissêmica, institucionalizada, regada e competitiva, um fenômeno histórico da humanidade construído e determinado a partir de contextos socioculturais diversificados, em constante desenvolvimento, e em franco processo de profissionalização, mercantilização e espetacularização. (MARCHI JR., 2015). Nesse sentido temos que:

o **esporte** é compreendido como um fenômeno processual físico, social, econômico e cultural, construído dinamicamente e historicamente, presente na maioria dos povos e culturas

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





intercontinentais, independentemente da nacionalidade, língua, cor, credo, posição social, gênero ou idade, e que na contemporaneidade tem se popularizado globalmente e redimensionado seu sentido pelas lógicas contextuais dos processos de mercantilização, profissionalização e espetacularização. (MARCHI JR., 2015, p. 59).

Tendo esses argumentos como elementos estruturantes, apresentamos resumidamente nossa proposta de modelo de análise do esporte na contemporaneidade, a qual denominamos “**Modelo Analítico dos 5 E’s**”.¹⁰¹ O modelo tem por objetivo constituir uma referência de análise do esporte a partir de cinco dimensões localizadas no contexto macrossocial contemporâneo que permitem melhor situar, compreender e discutir o fenômeno esportivo em sua complexidade de relações.

A primeira dimensão, ou o “primeiro E”, refere-se à **Emoção**. Essa dimensão está associada às possibilidades do esporte remeter seus praticantes a, por exemplo, situações inusitadas de desafios e riscos (controlados) impostos de forma primária na natureza, ou mesmo construídos tecnologicamente. De forma constante, essas práticas induzem o ser humano a um intenso nível de excitabilidade o qual tem por propósito, no limite, uma contraposição aos processos de rotinização.

Relevante observar que a preparação para uma exposição ao risco, aos desafios e aos graus de excitabilidade, manifesta a estruturação de um descontrole controlado das emoções. Em outras palavras, a excitação, os desafios e os riscos passam ao praticante uma sensação de perda de controle na ação, fato que em verdade não ocorre, pois essa exposição é controlada por aparatos tecnológicos de segurança ou mesmo por quem detém um monopólio específico de controle das emoções.

O “segundo E” trata da dimensão da **Estética**. Nela, a centralidade está direcionada para a recorrente associação entre o esporte e o conceito de saúde. Essa associação, invariavelmente, vem condicionada a um substancialismo interpretativo no qual toda forma de prática, exposição ou manifestação do esporte está voltada ou determina um estado de bem estar ou de desenvolvimento biopsicofisiológico. Tal relação

¹⁰¹ Para maior aprofundamento sobre o Modelo dos 5 E’s, consultar Marchi Jr. (2015).



determinista pode ser, no limite, questionada se levarmos em consideração as diversas expressões do esporte diante de sua compreensão polissêmica.

Ainda na dimensão Estética, podemos adicionar a presença dos estereótipos e/ou dos padrões corporais de beleza impostos pela sociedade (de consumo) e perseguidos, em grande número de casos, de maneira patológica. Essa obsessão, ou até mesmo compulsão, pelo corpo perfeito tem levado homens e mulheres a processos de vigorexia e anorexia, ou o que denominamos de “demanda social da corporeidade contemporânea”.

A terceira dimensão aponta para a **Ética**. Pautando-se por interpretações tradicionais, iremos encontrar a ideia de critérios, valores, princípios e construções sociais que nos levam a determinados padrões e regras comportamentais. No presente modelo de análise, podemos discutir a Ética, ou pelo menos seus pressupostos, a partir de um conjunto de regras, valores e condutas existentes e construídas no esporte.

Especificamente pensando em condutas, é recorrente no esporte o discurso – muitas vezes apelativos – do *fair play*. Interessante notar, que essa perspectiva não se limita ao esporte profissional, pelo contrário, perpassa e reverbera nas diversas manifestações e dimensões do mesmo. A priori, esse “jogar limpo” de origem aristocrática remete os participantes a um incondicional respeito às regras do jogo e, sobretudo, a um código de honra estabelecido entre os mais diferentes níveis de participantes. Contudo, a estruturação desse *ethos* esportivo primário é constituída na superficialidade, ou ainda, na gênese de uma “pseudo-ética” esportiva.

Na quarta dimensão, ou quarto “E”, encontramos o **Espetáculo**. Nessa análise temos que levar em consideração que esporte-espetáculo não é sinônimo de esporte-rendimento. No esporte-espetáculo, determinadas variáveis são notabilizadas como estruturantes, por exemplo: a mobilização de contextos econômicos e mercadológicos; a geração e constituição de ofertas e demandas; o apelo motivacional e emocional; a plasticidade e viabilidade midiática; a capacidade de comunicação e interferência global; e uma mobilização populacional, entre outros.

Nessa dimensão, observamos que o esporte na contemporaneidade tem assumido as características de um produto globalizado e mercantilizado nas suas mais diversas

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





possibilidades de manifestações e apelos comerciais. O *show-time* e o *business* tem condicionado e limitado a compreensão do esporte a essa dimensão, ou seja, a do espetáculo. E esse suposto condicionamento tem estruturado uma determinada disposição geracional, a qual entendemos ser um “*habitus* social de consumo”.

Em adição à dimensão do **Espetáculo** tem sido solicitada a presença de um outro possível “E”, o **Econômico**. Entretanto, na nossa linha teórica de análise temos como pressuposto básico a superação de leituras economicistas que comumente são dadas ao esporte, ou a sociedade, em um sentido mais amplo. Consideramos o aspecto econômico como um dos principais elementos constituintes do espetáculo, contudo, não de maneira exclusiva.

Finalmente, o quinto “E”, o **Educacional**. Os mais críticos, ou estudiosos da pedagogia e/ou das políticas públicas do esporte, poderiam se contrapor relatando que essa perspectiva já está garantida no texto da Constituição de 1988, entretanto, não é exatamente na prescrição legislativa-normativa que valemos nossa dimensão analítica. É no princípio formativo.

Dessa forma, defendemos a ideia de que o **Educacional** deve ser a dimensão que interconecta todos os demais “E’s”, ou seja, dialoga com a **Emoção**, com a **Estética**, com a **Ética** e com o **Espetáculo** sempre numa intencionalidade formativa. Dito de outra forma, compreendemos que esse processo correlacional, institucional ou informal, subsidia a formação reflexiva e crítica do ser humano na sociedade contemporânea.

Considerações Finais

Em síntese, gostaria de reforçar que o propósito desse nosso exercício intelectual foi o de resgatar elementos analíticos em autores e estudos que subsidiassem um entendimento mais adequado, refinado e compatível do esporte com o contexto das características da sociedade contemporânea.

Assim sendo, entendemos que falar de esporte na contemporaneidade, é falar de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





práticas e consumos sociais, ofertas e demandas de produtos, considerar atores com perfis éticos e estéticos de amadores, torcedores, espectadores e profissionais, identificar a constituição dos espetáculos, é falar em apropriações e representações sociais advindas dessa dimensão, é considerar toda potencialidade tecnológica e futurista apresentada pela TFS; é falar em emoções e mimetismo social, falar em bens culturais e poder simbólico, em suma, é falar sobre um conjunto de valores e comportamentos que regem campos e configurações nas quais se estabelecem interdependências e inter-relações pela disputa de um maior capital econômico, social e cultural.

Nesse sentido, quando pensamos nos pressupostos da Sociologia Configuracional, encontramos grandes contribuições para o desenvolvimento de nossas análises, contudo, circunstanciada a apenas uma das possíveis dimensões visualizadas na contemporaneidade. Em Elias (1995), a análise do esporte tem como pressuposto que as sociedades revelam meios compensatórios para aliviar as tensões derivadas do autocontrole das emoções. O esporte responderia de maneira catártica e controlada à emoção mimética das relações, riscos e tensões do cotidiano. Em síntese, o que caracterizaria o esporte moderno seria o seu impulso civilizador das emoções no processo de esportivização dos passatempos lúdicos.

Destaca-se dessa compreensão eliasiana – que tem obviamente na sua teoria civilizacional o fio condutor da análise – a intensidade com a qual as emoções, e seus respectivos estágios de manifestação e mecanismos de controle, tomam espaço teórico na sua obra e evidenciam o conjunto das relações e interdependências que configuram o esporte e a sociedade.

Com a sistematização do modelo dos “5 E’s”, propomos um outro estágio para a leitura, análise, interpretação e correlações do esporte. Pretendemos estudá-lo respeitando suas características e inserções na contemporaneidade que prescrevem minimamente uma **Dialética do Esporte de Consumo Social**, ou seja, um movimento social no qual o “esporte consome a sociedade assim como a sociedade consome o esporte”. (MARCHI JR, 2015, p. 64). Não há nessa relação um direcionamento unilateral como alguns pesquisadores do esporte tem defendido em suas análises. Pelo contrário, o que ocorre é

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





um sentido [sociológico] de mão-dupla, e se há alguma distorção ou possíveis dominações simbólicas [ocultas] nessa relação, essas decorrem da ausência ou limitação da apropriação da dimensão educacional na compreensão dos demais “E’s”, conforme explicitamos precedentemente.

Na tradição analítica *bourdieusiana*, estamos falando de um “**Sentido da Prática**”. E para entendermos esse sentido da prática no esporte, torna-se indispensável estudá-lo a partir da análise correlacional do modelo proposto, dito de outra forma, para compreendermos as relações estabelecidas no esporte contemporâneo não podemos deixar de considerar, relacionar e analisar as dimensões dos “**5 E’s**”: emoção, estética, ética, espetáculo e educacional.

Pela apropriação desse “**Sentido da Prática Esportiva**”, obteremos condições para melhor contextualizar e correlacionar valores, manifestações e dimensões, dado esse que qualificará nossas leituras e interpretações do esporte na contemporaneidade. Obviamente, esse processo não deixa de ser um desafio a longo prazo no contexto da formação teórico-analítica do esporte e, porque não dizer, da sociedade. Não obstante, e em adição, serão necessárias novas incursões em teorias multiculturais e também num qualificado e efetivo trânsito interdisciplinar.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, P. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, P. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BRANDÃO, C. F. Norbert Elias: formação, educação e emoções no processo de civilização. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- BRONSON, P. et al. The Future of Sports. Delaware, 2015. Disponível em <<http://futureof.org>>. Acesso em: 10 mar. 2017.
- ELIAS, N.; DUNNING, E. Deporte y ocio en el proceso de la civilización. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.
- ELIAS, N. A busca da excitação. Lisboa: Difel, 1992.
- ELIAS, N. Introdução à Sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 1970.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

GARRIGOU, A.; LACROIX, B. (orgs.). Norbert Elias: a política e a história. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GOUDSBLOM, J. Conferência. VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR: história, educação e cultura. Assis: Unesp, 12 nov. 2001.

GOUDSBLOM, J. The Civilizing Process and the Domestication of Fire. Journal of World History, vol. 3, nº 1, 1992, p. 1-12.

MARCHI JR., W. O esporte “em cena”: perspectivas históricas e interpretações conceituais para a construção de um modelo analítico. The Journal of the American Socio-cultural Studies of Sport, Curitiba, v. 5, n. 1, 2015, p. 46-67.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

NOTAS DA TEORIA DOS PROCESSOS CIVILIZADORES: POR UMA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM ANGOLA

Msd. Abenício de Jesus Salvador
PPedu - UEL
abenicio.salvador@gmail.com

Dr. Tony Honorato
Universidade Estadual de Londrina - UEL
tony@uel.br

Resumo: A proposta consiste em apresentar alguns conceitos da teoria dos processos civilizadores de Norbert Elias, que têm possibilitado elaborarmos questões sobre a história da educação em Angola, África. Os conceitos apresentados nesta comunicação são: processo, configuração, interdependência, sociogênese e psicogênese.
Palavras-chave: Educação. História. Processos Civilizadores. Norbert Elias.

Abstract: The proposal consists of presenting some concepts of Norbert Elias' theory of civilizing processes, that have made it possible to elaborate questions about the history of education in Angola, Africa. The concepts presented in this communication are: process, configuration, interdependence, sociogenesis and psychogenesis.
Keywords: Education. History. Civilizing Processes. Norbert Elias.

Introdução

A fim de entender o processo de como se formaram os Estados modernos, o sociólogo Norbert Elias (1897 – 1990) se propõe em responder a pergunta “como os homens se tornaram educados, e começaram a tratar-se com boas maneiras” (ELIAS, 1994, p.9). Ele percebe que “a relação entre indivíduo e as estruturas sociais só pode ser esclarecida se ambos forem investigados como entidades em mutação e evolução”, visto que “a mudança é uma característica normal da sociedade” (ELIAS, 1994, p. 220-222).

Elias decide-se por um recorte temporal mais longo associado de maneira inovadora a uma abordagem interdisciplinar para perceber com maior clareza o processo das mudanças que foram ocorrendo e que ele chamou de Processo Civilizador de alguns países europeus. Assim, partindo das abordagens analíticas de Norbert Elias, nos lançaremos na tentativa da proposição de uma escrita de história da educação em Angola,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





elegendo alguns conceitos elementares da teoria eliasiana que nos possibilitem uma proposta de interpretação da história dos povos angolanos. Povos que num momento particular da sua história entrou em contato com uma nova e diferente cultura e que por causa desse “encontro” tomou rumos totalmente diferentes em sua configuração e dinâmicas internas e externas.

O que buscamos entender é o que ocorreu desde o primeiro contato entre portugueses e os povos do Reino do Congo. Um encontro de povos com culturas, nuances e visões de mundo distintas (e ou similares nalguns aspectos), o que deve ter resultado em novas formas de relacionamentos e estruturas sociais, tal como Norbert Elias repetidas e elucidativamente tenta demonstrar com sua teoria do Processo Civilizador (ainda que seu enfoque sejam povos europeus). Por isso o interesse nessa pesquisa empírica sobre os resultados e contribuições de Elias a respeito desse longo processo de transformações psicológicas e sociológicas que ocorrem nos indivíduos e na sociedade de um modo mais amplo quanto ao controle das pulsões e sentimentos humanos em interdependências com as estruturas sociais.

Para o texto, ora apresentado, lançamos ao debate as nossas primeiras leituras, apropriações e reflexões de conceitos fundamentais da teoria de Norbert Elias, identificados e sistematizados a partir de uma das principais obras do autor, *O processo civilizador*. A leitura recaiu sobre os dois volumes da obra em edição brasileira, o primeiro publicado em 1994 aborda uma história dos costumes e o segundo publicado em 1993 é sobre a formação do Estado e a Civilização. A seguir apresentamos o desenho inicial dos conceitos: processo, configuração, interdependência, sociogênese e psicogênese.

1 – Processo de longo prazo

Norbert Elias entende que os hábitos dos povos ocidentais não são meros comportamentos ou reações naturais, mas produto de uma construção, visto que “o homem ocidental nem sempre se comportou da maneira que estamos acostumados a considerar como típica ou como sinal característico do homem ‘civilizado’” (ELIAS,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





1994). Ele se pergunta: “como os homens se tornaram educados, e começaram a tratar-se com boas maneiras?” (Id.: p. 9). Elias acredita e vai adotar como metodologia de pesquisa um recorte temporal de longos períodos da história dos homens e suas sociedades, considerando ser essa, a abordagem que mais aproxima o pesquisador dos processos que levaram à civilização moderna.

1.1 - Processo mutável ao invés de estado de equilíbrio imutável

Ao dedicar-se ao estudo do “desenvolvimento social abrangente” (ELIAS, 1994. p.217), Elias adota uma postura crítica da metodologia e consequentemente das conclusões, que outros proeminentes sociólogos de seus dias, tal como o norte-americano Talcott Parsons, ofereceram a respeito das mudanças dos comportamentos e das estruturas (ou formas) que as sociedades européias tomaram ao longo dos anos. Parsons é representativo de uma “tendência a reduzir processos a estados, mesmo quando esses autores se ocupam explicitamente do problema da mudança social” (ELIAS, 1994. p. 221). Para Parsons a hipótese era a de que “todas as sociedades existem normalmente em um estado de equilíbrio imutável, que é homeostaticamente preservado” (ELIAS, 1994. p. 221).

Diferindo de Parsons, Elias sustenta que ao invés de realidades de “estados de equilíbrio imutável”, é elemento constituinte da realidade social a mudança no percurso histórico dos indivíduos e das sociedades. Elias diz que seu trabalho “sustenta a idéia [...] de que a mudança é uma característica normal da sociedade” (ELIAS, 1993, p.222). Por isso, para uma análise mais elucidativa de tais transformações é necessário um recorte temporal mais abrangente, de longo prazo, para se compreender com mais clareza como tais posturas sociais foram mudando em certa direção dinâmica.

O que, neste livro, com ajuda de extensa documentação empírica se mostra que é um processo, Parsons, pela natureza estática de seus conceitos, reduz retrospectivamente, e em minha opinião sem nenhuma necessidade, a estados. Em vez de um processo relativamente complexo, mediante o qual a vida afetiva das

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





pessoas é gradualmente levada a um maior e mais uniforme controle de emoções – mas certamente não a um estado de total neutralidade afetiva –, Parsons sugere uma simples oposição entre dois estados (...) priva-se da possibilidade de descobrir como as peculiaridades das sociedades a que se refere devem ser realmente explicadas. (ELIAS, 1994, p. 219)

Para Parsons a “mudança social” nada mais seria do que um incidente temporário que será regulado de maneira automática pelo sistema social. Diferente da idéia de uma mudança social, esporádica, como ponto intermédio entre dois estados estacionários da realidade das sociedades como defendiam os sociólogos “funcionalistas estruturais”, a teoria eliasiana afirma que “a mudança é uma característica normal da sociedade. Uma seqüência estrutural de mudança contínua” (ELIAS, 1994, 222). Elias se propõe a demonstrar a necessidade de uma abordagem de caráter processual que contemple a mudança como elemento decisivo e parte integrante dessas transformações individuais e sociais. Por essa razão, a fim de entender com mais detalhes uma história da educação em Angola, decidimos por um olhar do que vem a ser esse processo de que Norbert Elias fala, ainda que se refira inicialmente e objetivamente à sociedades européias.

1.2 - Processos não planejados, mas com uma direção

Esses processos de longo prazo que resultam no que é chamado de civilização, não são, segundo Elias, propositalmente guiados ou pensados por alguma pessoa ou grupo de indivíduos. Antes se trata do resultado das relações de interdependência que se vão estabelecendo de maneira proposital ou casual, mas sem uma intencionalidade ou premeditando um determinado fim em longo prazo. Todavia Elias afirma que “o processo civilizador constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica” (ELIAS, 1993, p. 193), e tal direção e o entrelaçamento dos interesses vai apontar a direção que esse processo de civilização toma. É importante, para Elias explicar que sem um plano não deve ser confundido com uma ausência de ordem ou sentido. Ele diz:

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Podemos realmente imaginar que o processo civilizador tenha sido posto em movimento por pessoas dotadas de uma tal perspectiva a longo prazo, de um tal controle específico de todos os afetos de curto prazo e esse autodomínio pressupõem um longo processo civilizador? Na verdade, nada na história indica que essa mudança tenha sido realizada “racionalmente”, através de qualquer educação intencional de pessoas isoladas ou de grupos. A coisa aconteceu, de maneira geral, sem planejamento algum, mas nem por isso sem um tipo específico de ordem. (ELIAS, 1993, p.193)

Entre as continuidades e descontinuidades que se podem observar nos processos sociais, em longo prazo, a direção que esse entrelaçamento de pessoas, necessidades e sentidos toma é, progressivamente, para um maior controle dos instintos dos indivíduos, um aumento da vergonha e repugnância de certas práticas da vida, relegando-as para o ambiente privado (dos cômodos da casa ou para os porões da mente). Acontece também uma maior diferenciação nos papéis sociais dos indivíduos ao mesmo tempo em que mostra uma maior e melhor integração destes, nas esferas da sociedade. A direção de um processo civilizador aponta para uma continuidade na economia das emoções e reações, continuidade visto que “a história possui sua própria continuidade, consciente ou não, os que chegam mais tarde, começam com o que já existe e o desenvolvem mais” (ELIAS, 1993, p.80).

Ao olharmos para os registros históricos que retratam a história milenar dos povos que habitavam as terras pertencentes ao Reino do Congo (da atual Angola), somos informados que esses povos tinham um nível de organização administrativa, política e econômica que foi tomando forma, ao longo de muitos anos, isso bem antes da presença dos povos Bantos que vão unificar alguns reinos distantes e inimigos sob uma mesma estrutura de monarquia - O Reino do Congo com seus sub-reinos. Ao tempo que os portugueses chegaram as terras do Rei N’zinga-a-N’kuwu, centenas de anos haviam se passado que povos como os Pigmeus, os Khoisan, Watuas, Hereros e outros mais que se dedicavam a caça e colheita brigavam e faziam pazes nessas terras, depois se juntando a

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





eles os Bantos do qual N'zinga-a-N'kwu era descendente (PINTO, 2017).

2 – Configuração e interdependência

O conceito de configuração não pode ser entendido se ignorarmos o contra ponto que ele quer apresentar à idéia de que o indivíduo é um ser completo em si mesmo e por isso, independente das flutuações da sociedade em que vive. Elias defende que tal indivíduo vive e precisa acontecer numa situação de inter-relação com a sociedade, e do aprofundar dessa interação a interdependência vai acontecendo. Por isso Elias considera fundamental partir do “estudo das relações entre diferentes estratos funcionais que convivem juntos no campo social” (ELIAS, 1993, p.239) para assim, dessa convivência inseparável entre indivíduo e sociedade.

2.1 - Indivíduo e Sociedade.

Enquanto que os sociólogos funcionalistas consideram que indivíduo e sociedade “seriam duas entidades existindo independentemente uma da outra, sendo o indivíduo considerado como a realidade concreta, e a sociedade tratada como epifenômeno” (ELIAS, 1994, p. 220), Elias considera que estas duas entidades não são realidades distintas nem distantes dos seres humanos e dos processos mutacionais que estes experimentam. Por isso, a fim de entender os processos de mudanças que homens e sociedades experimentam ao longo do tempo “a relação entre o indivíduo e as estruturas sociais só pode ser esclarecida se ambos forem investigados como entendidas em mutação e evolução” (ELIAS, 1994, p.220).

Uma das proposições de Elias fora perceber qual a influência da formação do Estado (sociedade) sobre os sentimentos e emoções dos indivíduos e assim reciprocamente. Partindo da assertiva que para tal compreensão é necessário uma abordagem de longo tempo, vale citar o caso dos Colóquios de Erasmo que servem como representativos da diferença de tratamento que gerações distintas dão para a mesma realidade, e apontam as configurações estabelecidas entre indivíduo e sociedade numa direção civilizatória.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





O sentimento de vergonha que cerca as relações sexuais humanas tem aumentado e mudado muito no processo de civilização. Isto se manifesta com especial clareza na dificuldade experimentada por adultos, nos estágios mais recentes de civilização, em falar com crianças sobre essas relações. Hoje, porém, esta dificuldade parece mais natural. Afigura-se que, por razões quase biológicas, a criança nada sabe sobre as relações entre os sexos e que é tarefa extremamente delicada e difícil esclarecer a meninas e meninos em crescimento o que está acontecendo com eles e o que acontece em volta. A extensão em que esta situação, muito longe de ser evidente por si mesma, constitui mais um resultado do processo civilizatório, só é entendida se observamos o comportamento de pessoas em um estágio diferente de desenvolvimento (ELIAS, 1994, p.169-170).

Outra realidade que exerce grande influência de mudança interdependente entre indivíduo e sociedade diz respeito às estruturas de controle e monopolização da violência física que vão gerando, quer nos membros das sociedades como na própria maneira de organização da sociedade. Trata-se de maneiras mais econômicas e restritivas de expressar suas emoções e vontades, pois as estruturas cognitivas (expectativa morais do grupo) e repressivas (forças militares e/ou policiais) socialmente estabelecidas e aceitas vão gerando nos membros de uma sociedade novas realidades que por sua vez vão moldando um tecido social - como um movimento de retroalimentação.

Uma realidade de configuração apresentada no livro *O Processo civilizador* é a sociedade de corte. Tratava-se de uma estrutura social composta por indivíduos que disputam entre si, coletiva e eventualmente, por funções sociais de acordo com as expectativas que nutrem quanto aos favores que emanam da coroa do príncipe ou do rei, havendo uma legitimação de poderes tanto no sentido do monarca como da corte que o cerca. Na idéia de configuração de Elias, existe uma transversalidade de lugares e espaços, pois os limites entre o público e o privado, o social e o psíquico são desfeitos. Indivíduo e Sociedade têm a mesma estrutura de seres humanos.

2.2 - Diferenciação e Integração.

Tendo a civilização como um processo de longo prazo, no qual ocorrem

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





constantes mudanças nas realidades individuais e coletivas, seja dos indivíduos e da própria organização social, as modificações sociais que acontecem pelas relações interdependentes são explicadas na teoria eliasiana pelos conceitos de diferenciação e integração. Isto é, um entrelaçamento humano (individual e social) em lugares de atuação que vão evoluindo e trocando de formas, de estruturas mais simples para outras cada vez mais complexas e diferenciadas. Isso, segundo a pesquisa de Elias, desde a idade média até chegar na sociedade burguesa industrial.

Nas sociedades menos complexas a diferenciação era menor visto que a divisão das funções sociais se limitava. Por exemplo, No feudalismo, a figura do senhor feudal que demanda de seus vassallos o pagamento pela terra (seu maior patrimônio) e este por sua vez se encarregava de prover segurança para todos os que vivam em suas terras. Do outro lado, tinha o camponês que deveria pagar impostos ao senhor feudal e em caso de um conflito com outro grupo, deveria assumir a função de soldado daquele feudo e defender a terra. Essa mesma direção de diferenciação e integração era perceptível no refinamento dos comportamentos entre os membros das cortes (francesas e inglesas) que liam os mesmos livros de etiqueta e eram, como que instruídos, pelos mesmos mestres que ditavam alguns modos como peculiares dos membros daqueles grupos e por isso, ao tempo que tais modos, definiam distinções também serviam para gerar integrações entre os membros desse mesmo círculo social.

Tal refinamento era um instrumento de diferenciação social, uma vez que os modos cultivados nas cortes, eram marcos que distinguiam, dentro dos próprios membros da corte, uns dos outros e muito mais estes dos grupos da plebe e demais camponeses. Mas tal diferenciação era ao mesmo tempo também um elemento de integração, haja visto que aqueles cujas similaridades eram maiores tendiam a se aproximar mais e por outro lado o sentido inverso também se verificava. Enquanto alguns membros da corte, por causa de sua herança sanguínea se afastam daqueles que são os nobres de toga, estes por sua vez se aproximam mais dos similares enquanto buscam maneiras de superar as diferenças que os afastam do rei ou do príncipe. (ELIAS, 1994).

Com o diminuir das guerras, o melhoramento das vias terrestres e as imigrações,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





mais e mais pessoas foram se concentrando num mesmo espaço e com isso mais relações de interdependência foram se firmando o que resultava numa maior diferenciação das funções sociais e com isso mais integração, pois esses povos tinham de conviver com outros tantos de outras regiões e estruturas sociais. Tendo percebido então que forças (im)pessoais geravam no tecido social uma configuração social de diferenciação e integração nas relações interdependentes que os homens de determinada sociedade precisam lidar, consideremos olhar para a realidade angolana e tentar identificar: como um processo configuracional marcado pelas integrações e diferenciações foi acontecendo em Angola? Uma realidade cultural e social diferente daquelas que Elias observou em sua pesquisa. Sendo assim, quais as forças e como essas forças chamadas na teoria eliasiana de centrífugas e centrípetas se manifestaram na realidade angolana a fim de conduzir aqueles povos congolezes para uma realidade denominada de civilizada?

O que da teoria dos processos civilizadores de Norbert Elias podemos nos apropriar para identificar os modos de vida dos membros das famílias reais do Reino do Congo e as mudanças na organização da sociedade? É possível dizer que houve um aumento da complexidade e por isso também da integração na atitude do Manicongo que decidiu enviar vários embaixadores seus à Portugal para aprender a língua e os costumes de Portugal? O desejo claro e repetidamente referenciado dos navegadores/exploradores portugueses em civilizar aqueles africanos que lidavam com eles tem algum ponto de intercessão com os sentidos de civilidade que os países observados por Elias tratam? Enfim, o que mudou no encontro e relacionamento de mais de quatro séculos na mente e na sociedade dos povos angolanos desde as primeiras interações com os portugueses?

3 – *Psicogênese e sociogênese*

A Psicogênese e a Sociogênese acontecem de modo conjunto e recíproco ao longo de um processo civilizador. Elias afirma que “a psicogênese do que constitui o adulto na sociedade civilizada não pode, por isso mesmo, ser compreendida se estudada independentemente da sociogênese de nossa ‘civilização’” (ELIAS, 1994, p.15), isso porque a justificativa para alguns padrões comportamentais psíquicos que certo indivíduo

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





apresenta são resultados de uma série de condicionantes sociais que operam nele (a partir da sociedade) desde sua mais tenra idade.

Por Psicogênese Elias se refere às modificações que ocorrem na estrutura da personalidade do indivíduo acarretando transformações na estrutura social. Por sua vez a Sociogênese diz respeito às alterações na estrutura social germinada no seio das relações sociais, gerando remodelações na estrutura da personalidade dos indivíduos que fazem parte de tais tecidos sociais. “As estruturas psicológicas individuais e as estruturas sociais dialogam e têm ligação, pois ambos não são fixas, antes são mutáveis e interdependentes no mesmo processo de longo prazo” (ELIAS, 1993, p. 217). Enquanto que nas mudanças psicológicas a uma maior consolidação e diferenciação para um maior controle emocional, nas mudanças sociais a diferenciação e a integração são maiores através de um maior controle estatal.

3.1 Controle e Autocontrole

Recorrendo a uma abordagem interdisciplinar entre a História, a Psicologia e a Sociologia, o autor vai apresentar seus apontamentos para uma teoria de processos civilizadores que se estabelece, nesse ponto, a partir da realidade de interligações e “interdependência mútua entre pessoas” e assim acontece o processo que ele identifica como mudança de comportamento de controle para um autocontrole que o indivíduo impõe a si mesmo. Para demonstrar seu ponto de vista Elias apresenta o que considera ser a justificativa coerente das nuances da interdependência e como ela afeta essa passagem do controle que o tecido social exerce sobre o indivíduo para aquele em que de forma que pareça inata o indivíduo exerça sobre si mesmo um autocontrole.

Então, transitando de um período no qual as oscilações da personalidade entre extremos eram maiores para uma realidade de abrandamento dessas oscilações, são motivadas por mudanças na estrutura das relações humanas, pelo desenvolvimento das organizações de monopólio da força e pela contenção dos impulsos violentos à impulsos desejados. Tudo isso tem a ver com a economia das emoções e pulsões que o próprio indivíduo aplica em si mesmo em tensão com mundo social. Surge então aquilo que Elias

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





chama de “visão retrospectiva e prospectiva” que vão gerar no indivíduo uma autolimitação, quer interna como externa. Isso porque “através da interdependência de grupos maiores de pessoas e da exclusão da violência física em seus contatos é estabelecido um mecanismo social, no qual as limitações entre elas são transformadas duradouramente em autolimitações” (ELIAS, 1993, p, 200) e o que “determina a natureza e grau desses surtos civilizadores é sempre a extensão das interdependências, o nível da divisão de funções e as estrutura interna das próprias funções” (ELIAS, 1993, p. 207).

A diferenciação em marcha das funções sociais, porém, é apenas a primeira e mais geral dentre as transformações que observamos ao estudar a mudança na constituição psicologia conhecida como 'civilização'. Lado a lado com a divisão de funções em andamento, ocorre a total reorganização do tecido social (ELIAS, 1993, p.197). Esse processo que Elias designa de Psicogênese e Sociogênese são conceitos mais gerais que abarcam os outros tratados anteriormente. As mudanças significativas da psique e das estruturas sociais, uma guinada na direção dos sentidos e pulsões e dos modos de vida social, podem levar às reflexões sobre os processos de longo prazo que exigem que nos reportemos as interdependências que estão na formação das configurações que vão implicar em estruturas de controle por parte daqueles que detêm o monopólio da força e emoções sobre indivíduos auto-controlados que vivem em sociedades.

As mudanças no psiquismo dos indivíduos são compreendidas se relacionarmos com a idéia da sociogênese, visto que estruturas exteriores exercerão controles sociais que vão sendo interiorizadas desde a tenra infância. Assim, questionamos: o que da história da educação em Angola é possível saber que nos permita escrever uma história das mudanças psicológicas e sociais que ocorreram ao longo dos anos na relação entre africanos e europeus? Como as estruturas psíquicas e sociais do angolanos foram sendo modificadas até a formação do Estado-Nação Angola? Ao olharmos para a história dos países africanos que foram invadidos, saqueados, explorados e colonizados por europeus, devemos garantir que o nosso olhar esteja voltado para as realidades sociodinâmicas, marcadas pelas disputas de poder identificáveis nas interações humanas. Isso tentando

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

escapar de análises polarizadores que de um lado valorizam os colonizadores e de outro valorizam os colonizados.

Referências bibliográficas

ELIAS, Norbert, O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes, tradução brasileira de Ruy Jungmann, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, vol. 1, 1994.

_____ O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização, tradução brasileira de Ruy Jungmann, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, vol. 2, 1993.

KANDA, Almeida. Repensar a História de Angola, Uige, Sedipu, 2005.

OGOT, Bethwell Allan (Org.), História geral da África V: África do século XVI ao XVIII – O reino do Congo e seus vizinhos, J. Vansina, 1963, Brasília: UNESCO, 2010.

PONTE, Helder, Introdução ao estudo da história de Angola. Disponível em: [HYPERLINK http://introestudohistangola.blogspot.com/2006/05/34-os-grandes-perodos-da-histria-de.html](http://introestudohistangola.blogspot.com/2006/05/34-os-grandes-perodos-da-histria-de.html)

Acesso em: 03 de Julho de 2018.

Portal Oficial do Governo da República de Angola, A história. Disponível em: [HYPERLINK http://www.governo.gov.ao/historia.aspx](http://www.governo.gov.ao/historia.aspx) Acessado em: 02 de Julho de 2018.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

A NOVÍSSIMA ENCICLOPÉDIA MUNDIAL DE ARTE CULINÁRIA, A FABRICAÇÃO DO LAR E O UNIVERSO FEMININO BURGUES NO BRASIL DA DÉCADA DE 1970

DENGO, Adelaide Araçai de Araujo Marques
UNESPAR, Paranaçuá/BR
adelaidearacai@gmail.com

FREITAG, Liliane da Costa
UNESPAR, Paranaçuá /BR
Doutora/História
lilianefreitag@uol.com.br

Resumo: O presente trabalho analisa o discurso normatizador feminino difundido pela Coleção Novíssima Enciclopédia Mundial de Arte Culinária publicada no Brasil, entre os anos de 1975-1976. Esse documento destaca um modelo de civilização ocidental, já difundido a seu modo e jeito a partir do século XVI, e que ainda encontra terreno fértil no país, na época. A difusão cultural desse discurso normativo reforçava normas civilidade vigente. Nessa pesquisa, esse material será analisado como sendo um manual de procedimentos para o “bom funcionamento do lar”, lugar de difusão de códigos de comportamentos visando a incorporação de um *habitus* burguês.

código de conduta feminina. *habitus*. representação.

Comportamentos tidos como ‘boas maneiras’ estão relacionados as normatizações estabelecidas por determinados grupos ao longo de sua história. Trata-se de preceitos que dirigem relações sociais, que impõem regras que, se não seguidas, correm riscos de desaprovação por parte dos pares. Tais regulamentos, envolvem não só preceitos morais mas também diferentes práticas tais como a etiqueta, por exemplo. A normatização das práticas femininas tal como sugere a Coleção Novíssima Enciclopédia de Arte culinária, se estabelece como um mecanismo gerador de princípios individuais, mas que são incorporados socialmente através de disposições estruturadas no aspecto social, e disposições estruturantes, constituídas nas representações sociais dos indivíduos.¹⁰² Os

¹⁰² O rol documental consta de uma coleção de livros de arte culinária publicados entre os anos de 1975/1976. São cinco livros, cada volume tem uma cor, em encadernação brochura 15 cm por 22 cm, com capa dura, as folhas estão amareladas pelo tempo, mas encontram-se em bom estado de conservação. O texto impresso em tinta azul, as margens são decoradas em vermelho, e contém algumas fotos coloridas. A

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





códigos, os comportamentos, as atitudes diante das situações refletem suas experiências passadas e adquirem caráter simbólico.¹⁰³ Assim, sugerimos que a apropriação de um gênero literário dedicado a instrução feminina acerca de sua função no lar pode ser construída a partir da reflexão que Pierre Bourdieu fez acerca do *habitus*.

Destarte, os preceitos os quais se destina a Coleção, tem como destino o bom andamento da família, cuja mulher cumpre um papel fundamental: era o porto seguro, a fortaleza, a fortificação. A ela cabia aprender servir a mesa, organizar, gerenciar a casa e a educação dos filhos. Quanto ao homem, a fim de cumprir seu destino, caberia polidez em seus atos e em seus movimentos. Ser dócil sem perder a masculinidade. Postura ereta, tom de voz adequado, tossir sem causar constrangimento, não barulhos estranhos e nem rir exageradamente alto, eram importantes propriedades masculinas destacadas também pela documentação.

Fato é que figura-se aqui um discurso estruturante que daqui para frente chamaremos somente de Enciclopédia, impunha ainda que caberia a mulher aprender ótimas receitas, receber convidados e preparar jantares íntimos para o marido e filhos. A Enciclopédia instrui ainda como relacionar-se com a criadagem, indício da representação idealizada do lar tipicamente burguês. Contudo, esse receituário de um lar feliz burguês era consumido por diferentes frações da classe trabalhadora. Não era raro encontrar coleções ou livros semelhantes a essa enciclopédia no interior das frações de classe trabalhadora.

coleção é oriunda de acervo particular. Conforme MELO, Marita, **Novíssima Enciclopédia Mundial de arte Culinária**. Volumes 1- 5. São Paulo. Editora AGE. 1976.

¹⁰³ Permitimos-nos dizer que a Coleção “Novíssima Enciclopédia Mundial de Arte Culinária” assemelha-se a um manual prescritivo de um modelo de sociedade que se aplica sobretudo na modernidade. Norbert Elias (1990) estabelece uma trajetória até chegar à gênese do conceito de civilização, onde uma sociedade em constante transição estabelece, em cada época, instrumentos de condicionamento impostos aos indivíduos capazes de criar modelos que refletem suas próprias ideias de moralidade, de delicadeza e de polidez, ou seja, de cortesia. Cortesia refere-se às formas de comportamento das cortes no período feudal. Contudo, durante a Idade Média o conceito vai perdendo sua limitação e passa também a se referir aos comportamentos dos círculos burgueses. Com o lento desaparecimento da nobreza guerreira e a formação de uma nova aristocracia entre os séculos XVI e XVII, “o conceito de civilidade elevou-se lentamente à categoria de comportamento social aceitável”. Porém, com a consolidação da monarquia absolutista na França, o conceito de cortesia cai em desuso e no século XVIII, o conceito de civilidade, perde espaço para civilização. Esse conceito afirma-se na França, na segunda metade do século XVIII. ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. v.1.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Com isso, podemos inferir que as camadas sociais não são diferenciadas ou buscam se diferenciar entre si apenas a partir de condições objetivas, mas também subjetivas. Tais condições subjetivas estão refletidas em seus estilos de vida. Conforme Bourdieu; “[...] às diferentes posições que os grupos ocupam no espaço social correspondem estilos de vida, sistemas de diferenciação que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência” (BOURDIEU, 1983, p. 82).

Assim sendo, entendemos que ao comprar a Enciclopédia, o consumidor pretendia incorporar um estilo de vida: comprava-se a receita de um padrão, de uma atitude de vida. Questão que nos leva a crer que o consumo desse modelo ou código de comportamento visa um capital social relacionado à autoimagem que a burguesia faz de si mesma e que se torna padrão de conduta para estratos inferiores da sociedade.

Isso decorre, pois os cinco volumes da Enciclopédia, as representações sociais quer seja da boa esposa ou do espaço do lar manifestam esquemas geradores, (inseparavelmente éticos ou estéticos), dessa identidade que finca seus atributos nos sistemas de preferências burguês. A reprodução de tais práticas cria a sensação de desaparecimento das oposições entre as classes.

Portanto, adquirir a Enciclopédia é adquirir capital simbólico. Da mesma forma é comprar um desejo (dirigir a criadagem, organizar a mesa, combinar vinhos e carnes, receber convidados). Incorporar esse conhecimento tem um significado simbólico muito potente que sugere abolir, ou ao menos dirimir no as diferenças ligadas à posição de classe na estrutura da sociedade.

Mas, voltemos ao discurso ao qual se destina a Enciclopédia. Apesar de possuir um destino certo, - que são as mulheres, - o discurso estende aos maridos e a família. São prescrições para uma boa gestão do lar e, cuja mulher é, segundo a fonte, seu baluarte. Nessa direção, dialogamos com Norbert Elias através de seu conceito de configuração social. Ou seja, o fim que se destina o discurso prescritivo da Enciclopédia é a família como uma coletividade formada a partir das relações sociais formadas entre o “eu”, “tu”, “nós”, “eles”, pois é composta por indivíduos interdependentes, indivíduos diferentes,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





mas que se tornam iguais a medida dessa dependência mútua. A fala normativa contida na Enciclopédia.

A historiografia brasileira, recentemente vem se dedicando ao tema da análise de códigos de comportamento quer seja através da análise de formas como a ‘boa sociedade’ do Império buscou, pela leitura destes manuais, difundir o modelo europeu de civilização. Rainho (2002) e Schwarcz (1999), são somente dois exemplos dentre um rol de pesquisadores que contribuíram para a emergência de linhas de investigação em história, história da educação e dos costumes, cujo objeto visam a compreensão e o debate acerca da(s) “arte de civilizar-se”, para utilizarmos uma expressão de Lilia Schwarcz. Desses exemplos, estendem-se aos trabalhos de Campos (2007, 2016) e Carvalho (1981).

O presente trabalho parte dessas questões gerais para relacionar a Enciclopédia aos primeiros manuais de civilidade inscritos aos modelos de civilização buscados pelo Ocidente a partir do século XVI e que chegam ao século XIX (quando no mundo ocidental, o gênero literário dedicado à compilação das boas maneiras ganha força). Partimos do entendimento que a Coleção Novíssima Enciclopédia Mundial de Arte culinária publicada no Brasil, entre os anos de 1975-1976, a seu modo e jeito, orienta para certa civilidade concorrendo para a incorporação de um *habitus*, feminino burguês. Encontramos esse enredo normativo nos 5 volumes dedicados às práticas do fazer bolos, sorvetes, salgados, carnes, coquetéis, decorar e arrumar a casa, educar filhos e cuidar do marido.

Como compreender a particularidade do processo de construção de um *habitus*, - fincado nas identidades de gênero, - a partir desse receituário para o bom andamento do lar? Propomos responder a essas questões pela análise da criação de uma configuração cultural burguesa, em que o processo de construção dos *habitus* individuais passa a ser mediado pela coexistência de distintas instâncias produtoras de valores culturais e referências identitárias, e, cuja Enciclopédia se apresenta como um espaço legítimo de difusão.

Olhando por dentro: falas prescritivas e papéis sociais no universo da casa.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





A mãe de família, a boa dona de casa, cuidando da economia do lar, acalentando o filhinho, alimentando-o, ensinando-lhe as primeiras palavras, incutindo-lhe na alma os bons sentimentos, defendendo-o contra os perigos materiais e morais, está realizando uma obra admirável de criação a formação da criança útil à sua Pátria e humanidade (MELO, 1976, p 74).

A naturalização das praticas femininas, conforme apresentada na citação, faz uma associação direta entre uma suposta natureza que reúne docilidade, tarefas domésticas e educação dos filhos. Além disso, o conceito de sexo afetivo, conforme postulado por August Comte em seu Catecismo Positivista , agregado aos valores da pátria e da humanidade, também caros ao ideário Comteano, ficam evidenciados na narrativa. Além desses predicados, a dona de casa deveria ter destreza na organização de jantares íntimos em família. Para se atingir a alegria de um jantar em família, apostava-se na simplicidade com elegância:

A toalha pode ser em tecido prático como tergal estampado, mas muito bem limpa e passada. Não se esquecer de antes da toalha colocar uma cobertura de lã fina, por baixo da toalha, para evitar manchas na mesa. A louça de cerâmica rosa adornada com flores, talheres de aço inoxidável e copos esverdeados de cristal para água. Um arranjo de flores completa a mesa dando-lhe um toque de alegria (MELO, 1976, p. 72).

O discurso prescritivo da fonte dá a diretividade a esse ato da esposa da seguinte forma: “Sirva os vinhos brancos e *Rosés* frios. Entre 6º a 12º se forem secos; a 5º, mas não gelados se forem licorosos”. No tocante ao uso do vinho para “realçar as refeições”, com o título de “(A arte de harmonizar o vinho com as iguarias)”, Melo (1976, p. 60) aponta alguns alimentos e bebidas de origem francesa como destacamos a seguir:

Com o <<foie grass>>: os grandes vinhos tintos, os grandes Sauternes. Com os doces: o Champagne, doce ou meio-seco, os vinhos espumantes franceses, os vinhos <<doces naturais>>.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS CIVILIZADORES

APOIO





Com frutas: o champagne seco, os Sauternes, os grandes vinhos licorosos

Em meio a coquetéis e refrescos o discurso da fonte recomenda que a dona de casa devesse lançar mão de;

Uma sineta para chamar a criada com os pratos a serem servidos, e também para retirar os já usados. A sineta evita a presença constrangedora da criada em um jantar íntimo e para fim da refeição, aí está a *bonbonnière* repleta de bombons apetitosos (MELO, 1976, p. 102).

É certo, que a falta de espaço exige maior habilidade por parte da dona de casa; será obrigada a suprir a deficiência de móveis apropriados ao meio de seu talento inútil que aproveitará pequenos meios, se antes de armários, espaços vários etc. Mesmo que a empregada já tenha arrumado os aposentos, a dona de casa ainda tem muito que aperfeiçoar nas arrumações. Seus olhos devem enxergar muito mais que uma simples empregada. (MELO, 1976, p. 84).

Por outro lado, um jantar em família, digno de sucesso, resultaria também dos bons ensinamentos da mãe em relação aos filhos. Assim, Melo (1976, p. 72) prescreve que;

A mãe deve desde cedo ensinar aos filhos como comporta-se à mesa para que mais tarde não tenha aborrecimentos. Deve ensinar etiquetas à mesa tais como: Mastigar sem ruído. Não falar com a boca cheia. O guardanapo deve ser colocado no colo. O alimento deve ser levado à boca e não a boca ao alimento. Os alimentos devem ser deixados no centro do prato e não espalhados. O alimento deve ser cortado à medida que se vai comendo e não todo de uma vez. O pão deve ser partido com a mão. A verdura não deve ser cortada com a faca, se for preciso cortá-la, faça com o garfo. Não se deve pegar com o pão o molho que ficou no prato. Antes de beber qualquer líquido, limpe os lábios com guardanapo para evitar mancha no copo. Os cotovelos devem permanecer junto ao corpo e não apoiado à mesa. Quando terminar a refeição o garfo e a faca, levemente cruzados, irão para o centro do prato.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Ademais, paciência, perseverança, organização e polidez constituíam também adjetivos importantes dessa ‘administradora dos bens do lar’, ‘enfermeira’, ‘amiga’, ‘anjo cuidador’ e ‘mestra’, dentre outras representações destinadas a mulher. Acrescenta-se a essas atribuições de sentido, uma boa dose de companheirismo por parte da ‘verdadeira rainha do lar’:

Companheira e amiga do homem, esposa e mãe, é a mulher o anjo tutelar da família. Mesmo quando ainda vivendo no lar paterno, já a ação da mulher como filha e como irmã, pode ser freqüentemente e de grande importância para a sociedade doméstica. Filha, esposa, mãe, primeira mestra, administradora dos bens familiares, enfermeira, amiga de todas as horas, fiel e dedicada companheira de alegrias e tristezas, é realmente a mulher, a verdadeira rainha do lar (MELO, 1976, p. 75).

A outra instancia de saber, consistia na capacidade de a mulher fazer as compras necessárias e gerenciar as finanças familiares. Tais conhecimentos eram conhecidos como Economia Doméstica. De acordo com a Enciclopédia, a referida área consiste em um amplo conhecimento que compreendia diversas áreas como: organização e manutenção do lar, vestuário e alimentação da família, gerenciamento das finanças e patrimônio familiar, cuidados fisiológicos, higiênicos e sociológicos das crianças, bem como domínio de enfermagem e serviço social.

A primeira noção de economia doméstica consistia, no entanto no “[...] estudo do arranjo e higiene da habitação. A escolha da mobília, a cor das paredes, a arrumação da casa, exigiriam por sua vez, “noções de estética”. Havia, no entanto, outras áreas a serem dominadas pela mulher-esposa: moda, cuidado e conservação de tecidos, nutrição, e manuseio correto de alimentos. Na sequencia desse texto prescritivo e, seguindo a lógica das noções necessárias para o bom andamento do grupo familiar, a Coleção afirma ainda que a mulher deveria dominar conhecimentos de puericultura. Área essa, que lhe asseguraria o cuidado para com as crianças. E, a fim de complementar essas noções caberia à mulher conhecer noções de enfermagem e serviço social.

Na relação entre os papéis de gênero masculino e feminino, temos uma identidade feminina fincada no universo da casa. Coubera ao homem nesse contexto, o

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





papel de gênero público. Trabalhador e provedor do lar, seu afazer consistia em garantir economicamente as condições necessárias para a gestão das coisas da casa por parte da mulher. A representação que opera o significado do lar se dá, portanto nessa relação entre eu e o outro: o homem é alicerce, já a mulher a viga que sustenta a casa:

O homem, que tem por obrigação prover sustento da esposa e da prole, proporcionando-lhes os meios materiais necessários e suficientes ao seu desenvolvimento, e ao seu aperfeiçoamento físico, intelectual e moral, não dispõe de tempo bastante para cuidar de minúcias relativas ao governo da casa (MELO, 1976, p. 74).

Segundo a Enciclopédia, esse sujeito, personagem soberano, não se envolve, portanto, na execução das tarefas domésticas e educativas. Destarte, o sucesso do chefe de família estava intimamente relacionado a competência da companheira para tratar dos assuntos apresentados anteriormente. Nesse caso vale destacar a curiosa representação militarizada dessa relação, segundo Melo (1976, p. 74): o homem, “[...] um general, traça planos, e deixa a execução à esposa.”

Essas questões nos colocam diante de um conjunto de normas de bem viver em sociedade que se manifesta no ambiente doméstico e na vida privada, disseminado ao seu grupo de leitoras e talvez alguns leitores, regras de poder que validava na sociedade da época. Tratava-se de um código a ser seguido como indício de civilidade, e também como um discurso que exerce controle e valida as regras de poder da sociedade patriarcal. Assim, nos deparamos com a condução de atitudes domésticas, a despeito dos avanços, dos direitos e da liberdade feminina alcançada, sobretudo pós década de 1960. Convém destacar ainda que o discurso pedagógico de gênero da referida coleção, lança mão da ideia de que há uma natureza feminina, ou seja, contrariando o princípio de gênero apontado por Simone de Beauvoir, destaca que mulheres nascem mulheres e que, portanto, cabe a elas portarem-se segundo a essa condição.

Enfim, a Enciclopédia Novíssima Coleção de Arte Culinária é um material importante que nos revela a forma como a sociedade cria os desiguais papéis sociais e

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





condutas relacionadas aos homens e às mulheres, criando padrões do que é adequado para o feminino e para o masculino e a partir destas convenções estabelecem relações diversas e/perversas nas várias dimensões da vida social.

Proponho considerar que aqueles cinco volumes, da enciclopédia comercializados de porta em porta (prática comum na época) carregam em seu conjunto uma pedagogia de civilidade, cujas falas prescritivas apresentamos anteriormente. Ampliando mais ainda nossa compreensão, nos permitimos dizer que a Enciclopédia que analisamos revela um esforço de codificação e controle das atitudes de gênero feminino e masculino que em certa medida, ainda hoje permanecem firmes no imaginário social e que reproduzem formas de dominação. Neste sentido, concordamos com Chartier (2011) ao destacar que:

Todos estes discursos reproduzem a forma de dominação. Se no século XX é questionada a forma de dominação masculina e se buscam precursores e precursoras de uma outra representação do mundo social - mas sempre marginal e minoritária nas sociedades antigas - isto é claramente a indicação de que durante muito tempo se reproduziu esta dominação. (CHARTIER, 2011 p. 128)

Para finalizar queremos destacar, em muitas vezes, reproduzimos papéis de gênero tal como apregoados pelo material analisado. Mas, sem entrar nesse mérito, é ainda, a mulher que gerencia a organização da casa, acorda nas madrugadas para cuidar de um filho que chora, leva a prole à escola e participa das reuniões escolares. As Escolas endereçam bilhetes às mães. A sociedade cobra das mães a boa educação dos filhos. E, independente do empoderamento, a despeito da formação acadêmica que conquistaram ainda se veem enredadas nessa trama cultural que a sociedade criou. Exemplo disso é o número médio de horas semanais que as mulheres se dedicam aos afazeres domésticos e cuidados infantis. Conforme dados apontados pelo IBGE sobre o tempo dedicado aos afazeres da casa e ao cuidado de crianças, adolescentes e demais familiares no ambiente doméstico, às mulheres trabalhadoras dedicam para isso 73% mais horas do que os homens. Seja no conjunto da população, seja no universo do trabalho, as mulheres são mais escolarizadas do que os homens, mas o rendimento médio delas equivale a cerca de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





¾ dos homens. Essas são só algumas das informações das Estatísticas de gênero no Brasil, que analisa as condições de vida das brasileiras a partir de um conjunto de indicadores proposto pelas Nações Unidas.

Portanto se faz urgente que se opere uma mudança na visão e na divisão entre os gêneros e que a sociedade olhe para si e assuma de fato a existência das desigualdades entre os gêneros como produto de nossas próprias práticas e cuja documentação analisada tratou de difundir essas representações culturais.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (org.). Bourdieu – Sociologia. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39, 1983, p.82-121.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=downloads>> Acesso em 20 de agosto de 2018.

CAMPOS, Daniela Queiroz. A Civilidade em traços e letras: Preceitos de civilidade na coluna Garotas, de O Cruzeiro, nos anos dourados (1950-1964). Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História, do Centro de Ciências da Educação CCE/FAED, como requisito para a obtenção de título de Bacharel em História. Florianópolis, 2007. Disponível em <https://alceupenna.yolasite.com/resources/TCC.pdf>> Acesso em: 10/12/2016

CAMPOS, Daniela Queiroz. “Garotas modos e modas: a civilidade e a estética feminina na coluna garotas nos anos dourados”. In. X SIMPOSIO INTERNACIONAL PROCESO CIVILIZADOR, Sociabilidades e Emoções. 2007, Campinas v.1. ANAIS... Brasil, 2007. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais10/Artigos_PDF/Daniela_Queroz.pdf> Acesso em: 16/12/2016.

CHARTIER, Roger. O sociólogo e o historiador. São Paulo. Autêntica Editora. 2011.

CARVALHO, Marcelino. Guia de Boas Maneiras. Companhia Editora Nacional. 1981. 15ª edição.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

DENDASCK, Carla Viana Dendasck; LOPES, Gileade Ferreira. Conceito de Habitus em Pierre Bourdieu e Norbert Elias. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do conhecimento. Vol.3, Ano 1. Maio de 2016. p. 1-10.

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. v.1.

MELO, Marita, Novíssima Enciclopédia Mundial de arte Culinária. Volume 05. São Paulo. Editora AGE. 1975.

ROQUETTE, J.I. Código do Bom - Tom ou regras de civilidade e de bem viver do século XIX. Org.: Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo, Companhia das Letras, 1997

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. A Cidade e a Moda: novas pretensões, novas distinções – Rio de Janeiro, século XIX. Brasília: Editora UNB, 2002

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As Barbas do Imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

DOCÊNCIA E MEMÓRIAS DE FORMAÇÃO NA FRONTEIRA: AS INTERDEPENDÊNCIAS NA EDUCAÇÃO

Doutoranda Adriana Horta de Faria
Universidade Federal da Grande Dourados
adrianahortadefariafaria@yahoo.com.br

Resumo: No presente trabalho apresento a proposta inicial de pesquisa para doutoramento em educação. O objetivo central é compreender por meio do estudo das trajetórias, as práticas pedagógicas de professores homens que atuaram com crianças. O recorte temporal parte do período de colonização da região de Iguatemi (1963) no atual estado de Mato Grosso do Sul. Buscarei por meio da história oral, verificar a hipótese de que no local estudado, os indivíduos do sexo masculino compunham a maioria na configuração docente, entretanto não permaneceram por toda a carreira ministrando aulas para os infantes.

Palavras-Chave: Trajetórias docentes. Professores homens. Crianças.

Abstract: In the present work I present the initial research proposal for doctoral studies in education. The central objective is to understand through the study of trajectories, the pedagogical practices of male teachers who have worked with children. The temporal cut starts from the period of colonization of the region of Iguatemi (1963) in the present state of Mato Grosso do Sul. I will seek through oral history to verify the hypothesis that in the place studied, the male individuals made up the majority in the teaching configuration, however they did not remain throughout their careers teaching classes for the infants.

Keywords: Teaching trajectories. Male teachers. Children.

Os estudos referentes a vida do professor podem ajudar-nos a ver o indivíduo em relação com a história do seu tempo, permitindo-nos encarar a intersecção da história de vida com a história da sociedade, esclarecendo, assim, as escolhas, contingências e opções que se deparam ao indivíduo (GOODSON, 1992, p. 75).

Partindo das palavras de Goodson (1992), a tese central na pesquisa, colocada em linhas gerais, busca compreender a atuação professores homens na educação de crianças. Entendo que, estudar a história de profissionais docentes é analisar um processo relacional, ou seja, está atrelado por todo o contexto social, político, cultural e histórico, além das relações interpessoais com os indivíduos. No caso de professores homens que atuaram com crianças somente por um período da trajetória profissional, soma-se ainda os aspectos gênero e os movimentos da balança de poder. Nessa perspectiva a

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





contribuição social da pesquisa está na possibilidade da escrita da história local e o reconhecimento social dos indivíduos da região estudada.

Pesquisarei, portanto trajetórias de vida de homens que em algum momento atuaram na educação de crianças e seguiram suas carreiras para outras etapas da educação ou ainda outras frentes de atuação profissional. Esses indivíduos exerceram a docência, durante os primeiros anos de emancipação política dos municípios de Iguatemi (1963) e Mundo Novo (1965), no atual Mato Grosso do Sul.

O interesse pela problemática, apresentada de modo comedido, teve sua origem nas atividades de Iniciação Científica, em que participei por três anos (2013-2015). A fonte e o objetos principais da investigação eram as Representações Sociais de professores homens que lidavam com crianças, nesse período pesquisava pelo viés teórico da psicologia social, verificando como esses indivíduos percebiam a sua participação na educação. Entre os resultados apresentados notamos que as representações da sociedade, sobre homens lidando com crianças, influenciavam as atitudes do professor em sala de aula, constatei como a profissão docente está intimamente ligada ao contexto social em que o indivíduo atua (FARIA, GONÇALVES, 2016).

Posteriormente, durante o mestrado em educação, tive a oportunidade de aprofundar a reflexão inicialmente esboçada, a pesquisa seguiu um sentido histórico e mais amplo, investiguei trajetórias de vida de professores do sexo masculino, com foco na formação, que atuaram por toda a sua carreira nos primeiros anos da educação sistematizada, nos municípios de Naviraí, Itaquiraí e Mundo Novo no estado de Mato Grosso uno¹⁰⁴, expondo e esclarecendo as relações de gênero na trajetória docente masculina.

¹⁰⁴ A colonização desses locais ocorreu ainda quando o estado de Mato Grosso (MT) era unificado, pois o estado de Mato Grosso do Sul (MS) só foi criado posteriormente, com a divisão ocorrida por meio da Lei Federal Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, que desmembrou o antigo Mato Grosso (BRASIL, 1977). Optamos, neste trabalho, por usar a denominação de “Mato Grosso uno”, tendo em vista que a história dos professores começa antes da divisão do estado. Entendemos, contudo, que, ao recuperar essas fontes e documentos, a presente pesquisa também contribuirá com a história da educação do Mato Grosso do Sul.



Não encontramos dificuldades para localizar professores do sexo masculino aposentados que, em algum momento da carreira. Ao contrário, quase todas as pessoas com quem conversávamos tinham alguém para indicar, entre eles os próprios professores recomendavam seus antigos companheiros de profissão. No total, localizamos onze indivíduos, na ocasião decidimos analisar as trajetórias de três deles, por terem atuado por toda a carreira docente com crianças.

Somando a isso, tivemos os relatos dos professores entrevistados para a pesquisa de mestrado mostrando um aspecto relevante na história da figuração docente em Mato Grosso uno, a expressiva quantidade de homens que atuaram com crianças nos municípios pesquisados. Desses, alguns seguiram como professores de adolescentes e de adultos ou como gestores escolares. Outros optaram por atuar em outras atividades, como comerciantes ou políticos.

Cabe adicionar a essa particularidade, conforme relataram os professores que compuseram a pesquisa de mestrado, o fato de que, no período da colonização da região dos municípios da microrregião de Iguatemi, por volta da década de 1970, que inclui os municípios de Mundo Novo, Japorã e Iguatemi, a maioria dos docentes era do sexo masculino. Relataram que a causa disso era a necessidade de viajar para se capacitar, o que não era permitido às mulheres. Os pais ou os maridos não permitiam que as mulheres se ausentassem do lar e viajar às cidades maiores para os cursos oferecidos. (FARIA, 2018).

Nessa perspectiva, justifica-se o estudo sobre as memórias de professores do sexo, já que esses tiveram função fundamental na constituição da história local. Pois, trata-se de elemento essencial na articulação da história da educação e contribui no sentido de “alicerçar-se numa reflexão na prática e sobre a prática, através das dinâmicas de investigação-ação e de investigação-formação, valorizando os saberes de que os professores são portadores e intimamente ligados com as práticas educativas”. Tais ações levam a investigar e propor dinâmicas que podem levar a “construir novos quadros teóricos de referência articulando harmoniosamente saberes acadêmicos com as epistemologias das práticas docentes”. (NÓVOA, 1992, p. 64).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Assim, ao final da pesquisa, em um processo dialógico, com um saber consistente, crítico e reflexivo, viso construir arcabouços e teorias. Lembrando sempre de que estudar a história nos remete a compreensão da nossa própria realidade social, uma vez que a história não se refere somente a acontecimentos passados, pois, toda ação humana tem um valor histórico que pode e deve ser conhecido, valorizado e transmitido as futuras gerações, levando em consideração os valores sociais, étnicos, políticos e culturais.

Explicitação do problema e delimitação do objeto estudo

A questão central da pesquisa é: Como as trajetórias de vida e profissional de professores homens que atuaram com crianças contribuem para a escrita da história da educação na região? Entretanto, algumas problemáticas complementares atravessam a análise das histórias de trajetórias docentes, no período e *locus* proposto, entre elas estão: Qual era a configuração do corpo docente? Qual a constituição escolar em que esses professores trabalhavam? Qual foi o processo de formação dos professores? Como se dava as relações de interdependência entre os professores e os demais indivíduos da configuração escolar? E em especial com as crianças? Por que esses homens não continuaram a atuar com crianças? À frente desses tópicos levantamos algumas hipóteses que buscaremos elucidar:

- No período da colonização desses municípios a configuração docente era majoritariamente masculina.
- As escolas eram rurais, multiseriadas e unidocentes.
- Os primeiros professores, no período da colonização, não tinham formação adequada para ministrar aulas, eram, portanto, leigos e oriundos de outros lugares.
- Características socialmente atribuídas ao gênero podem interferir na escolha e na prática profissional, onde estão presentes relações de poder entre os indivíduos nesses espaços de atuação.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





- Homens atuando com crianças enfrentam conflitos ao longo do exercício de sua atuação docente, conflitos provenientes de variadas pré-concepções estabelecidas socialmente, como desconfiança, preconceitos e discriminação.

Todas estas temáticas estão relacionadas entre si e serão examinadas a luz das contribuições teóricas. Cada uma das hipóteses possibilita um processo de investigação específico, diante disso, o interesse é pesquisar o máximo possível sobre o tema proposto.

Com esse propósito em vista e para balizar a reflexão, revisito os fundamentos explicitados por Nóvoa (1992), de que a trajetória profissional docente não é um processo linear, mas envolvido em avanços, retrocessos e rupturas que marcam sua trajetória. Portanto, ao falar de trajetórias docentes, estamos evocando um indivíduo que vivencia estes processos e procura encaminhá-lo fazendo a história possível.

Desta forma, a figura do professor enfatiza um indivíduo que tem origens, formação familiar, valores, crenças e princípios que determinam suas trajetórias tanto de vida como de formação profissional. Portanto, nesse espaço estão inscritos sua formação inicial, seus antigos mestres, as condições geográficas e econômicas do seu contexto social, que formam referências significativas para o processo de constituição de sua profissionalidade docente. O profissional docente traz na trajetória de vida e de formação todas as marcas das relações sociais estabelecidas no grupo social que o constitui como um processo interdependência com os outros indivíduos deste grupo. Tomamos aqui o conceito elisiano de interdependência para compreender como as relações se estabelecem.

[...] planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil. Esse tecido básico, resultante de muitos planos e ações isolados, podem dar origem a mudanças e modelos que nenhuma pessoa isolada planejou ou criou. Dessa interdependência de pessoas surge uma ordem *sui-generis*, uma ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem. É essa ordem de impulsos e anelos humanos entrelaçados, essa ordem social, que determina o curso da mudança histórica (ELIAS, 1993, p. 194).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO





Para Norbert Elias, estamos envoltos em uma rede de ações que nos ligam mutuamente um ao outro, pelas próprias relações de dependência entre nós, formando uma complexa trama de relações, permitindo um processo de interdependência entre os indivíduos que vai além da nossa simples vontade ou desejo de mudança ou manutenção dos processos vivenciados. Portanto, relações de interdependências geram figurações, para Elias tomadas como grupos de pessoas com vínculos específicos e móveis. Esse padrão pode ser aplicado a pequenos ou grandes grupos como os professores de uma região ou os indivíduos que compõe um país (ELIAS, 2005).

Tal discussão é importante pois desejamos apontar o lugar do docente, do professor dentro das figurações que ele faz parte. Destacamos que, para Elias, dentro dessas figurações existem “o modelo de jogos”, ou seja, regras, padrões e normas que constituem os indivíduos enquanto grupo e determinam a distribuição do poder entre eles. Nesse contexto, todos os indivíduos, componentes de uma figuração, se movimentam de acordo com necessidades e interesses, provocando tensões que são parte de uma organização social dos grupos. Assim, o poder inscrito no interior do grupo circula e se movimenta como uma ‘balança’, definida pela posição do jogo, em movimentos independentes da vontade do jogador. No entanto, se equilibrar à medida que o pêndulo da balança vai definindo gradientes de poder. Para Norbert Elias (2005, p. 81):

Nas relações entre pais e filhos e entre senhor e escravo, as oportunidades de poder são distribuídas muito desigualmente. Porém sejam grandes ou pequenas as diferenças de poder, o equilíbrio de poder está sempre presente onde quer que haja uma interdependência funcional entre pessoas. Sob esse ponto de vista, a utilização simples do termo “poder” pode induzir em erro. Dizemos que uma pessoa detém grande poder, como se o poder fosse uma coisa que se metesse na algibeira. Esta utilização da palavra é uma relíquia de ideias mágico-míticas. O poder não é um amuleto que um indivíduo possua e outro não; é uma característica estrutural das relações humanas — de todas as relações.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





A literatura relata que configuração do magistério brasileiro nem sempre foi de predominância feminina. Algumas circunstâncias contribuíram para a entrada das mulheres no magistério e, temos como perceber ao longo de um processo histórico como ocorreu tal mudança pois as relações de gênero no sistema educacional brasileiro passaram por diferentes figurações desde a sua colonização. Inicialmente, os homens foram os primeiros a atuar como professores, as mulheres não tinham direito à educação, no entanto aos poucos elas ocuparam espaços antes destinados ao sexo masculino nas esferas públicas (LOURO, 2012).

Nesse sentido, podemos dizer que o processo civilizador, como algo em continuidade, esteve (está) permeado por aspectos de gênero quando localiza lugares e espaços para homens e para mulheres, mesmo na determinação da profissão. Nesse aspecto, Elias, com seu conceito de figuração, colabora para melhor se compreender o espaço ocupado por mulheres e por homens, apontando que as inclinações pessoais levam os indivíduos a se unirem e, a longo prazo, transformarem as estruturas sociais.

Dessa forma, durante o processo de feminilização do magistério, as mulheres, que não podiam anteriormente estudar, passam para uma figuração de maioria na docência e a apropriar-se de aspectos característicos da profissionalização como uma atividade reconhecida. Assim, percebemos uma constante busca de equilíbrio no sistema educacional, configurado pela balança de poder entre os pares, e apontando lugares de homens e de mulheres na constituição de uma profissão – profissão essa que mudou ao longo da história e, atualmente, se constitui como espaço feminino, embora tenha surgido como profissão de homens e, na origem, a educação fosse vetada às mulheres.

Avaliando a problemática proposta sob essa ótica, terei a lembrança dos professores como a fonte empírica, ou seja, o objeto de estudo, e de onde partirei para a análise documental e teórica. Buscarei reconstruir o passado como um exercício de manter-se vivo e existir socialmente no presente. Trabalharei com a memória, entendida para além da capacidade humana de conservar e transmitir as produções materiais e intelectuais produzidas em diferentes tempos e espaços, mas percebendo a memória como

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





possibilidade de colocar em evidência indivíduos, vivências e trajetórias que podem contribuir com seu grupo.

A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” [...]. Pela memória, o passado vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (MEIHY, 1994, p. 46-47).

Refiro-me à memória como parte de um entrelaçamento relacional refere-se as redes que estabelecemos ao longo da vida que nos permite vivenciar coletivamente experiências que nos individualizam e nos tornam um grupo. Sob essa ótica, Elias (1994) afirma que as relações sociais são um agrupamento que envolve a todos, é um todo relacional. A sociedade é constituída por meio das relações estabelecidas entre os indivíduos que a compõe.

Trata-se, portanto, de relações de dependência, em que sociedade não se funda sem os indivíduos e esses não se estabelecem sem a sociedade. Para ambos os que realizam a sociedade são as relações que se estabelecem entre os singulares, infindáveis e em eterno processo. Nesse sentido, a compreensão desses aspectos pode contribuir para melhorar a educação, equacionando os pontos fortes de uma e de outra proposta e adequando a construção da educação um espaço geográfico que tem características próprias.

Objetivo Geral:

- Compreender a participação docente masculina na educação de crianças nos primeiros anos de emancipação política dos municípios de Mundo Novo, Japorã e Iguatemi, no então estado de Mato Grosso.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Objetivos específicos:

- Caracterizar os espaços escolares em que os professores atuaram;
- Revelar as memórias de itinerâncias de escolarização, buscando compreender como estes indivíduos ingressaram na profissão.
- Examinar os saberes específicos mobilizados para atender as crianças, identificando as estratégias usadas no seu fazer pedagógico.
- Analisar os motivos que levaram esses professores a deixarem a atuação com crianças.
- Investigar as influências da balança de poder na docência masculina em suas redes de interdependência na educação regional e seus efeitos.

Metodologia

O projeto que recomendo respeita à reconceptualização da investigação educacional, de modo a assegurar que a voz do professor seja ouvida, ouvida em voz alta e ouvida articuladamente (GOODSON, 1992, p. 67).

À vista disso, o trabalho de investigação que proponho utilizará a História Oral como procedimento científico metodológico. Essa técnica, além de permitir aos indivíduos da pesquisa se expressarem, considera o cotidiano e o corriqueiro da vida, permitindo delinear uma perspectiva mais elaborada e completa do passado, explorando aspectos da realidade histórica que normalmente não são documentadas. Para Alberti (2005, p. 169), “A entrevista de História oral deve ser compreendida também como documento de cunho biográfico, do mesmo gênero de memórias, autobiografias, diários e outros documentos pessoais”.

Assim, percebo a história oral como “possibilidade de [...] valorizar todos aqueles que sejam representados nas pesquisas e investigações, valorizando vozes de pessoas, trajetórias de vidas, memórias, biografias, histórias que possam dar respostas aos nossos questionamentos” (SARAT e SANTOS, 2010, p. 50-51).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





Pretendo entrevistar em média 8 indivíduos que atuaram na profissão docente com crianças, na região de Iguatemi, Mundo Novo e Japorã. Trabalharei com entrevistas semiestruturadas, tendo em mente que “o historiador oral, segundo ensinam, é aquele que se dispõe a ouvir, ouvir e ouvir” (SARAT, 2004, p. 117). As questões serão elaboradas pensando sempre nas perspectivas das especificidades da prática docente com crianças. As entrevistas geraram a documentação tratada com todos os procedimentos metodológicos exigidos pela história oral. Após a realização das entrevistas que serão gravadas em áudio ou vídeo, irei transcrevê-las, textualizá-las e analisá-las a luz do referencial teórico.

A respeito da viabilidade da execução teórica do projeto, destaco que conheço a literatura sobre trajetórias docentes, estudos de fronteira e a perspectiva sociológica de Norbert Elias¹⁰⁵. Contudo, nunca esquecendo, da necessidade de conhecer e aprofundar nas referências teóricas, para isso contarei com a minha iniciativa em buscar conhecimento, reflexões com os pares, as aulas disciplinares, discussões dos grupos de pesquisa e a orientação acadêmica.

Para a exequibilidade empírica, sublinho que resido em um município da região de fronteira, desta forma geograficamente a minha localização permite e facilita o estudo. Ainda friso que durante a realização da pesquisa de mestrado, visitei as cidades que estou propondo estudar e conheci professores que atualmente estão aposentados e atuaram na região fronteira desde a colonização, esses professores fazem parte de uma teia de relacionamento que os possibilita, ainda, indicar outros indivíduos, em ambos os países, para participação.

Referências bibliográficas

¹⁰⁵ Entre alguns autores cito: Abizano (2004a, 2004b); Albuquerque (2003); Becker (1994); Bracagioli Neto (1991); Bueno (2002; 1998); Bueno, Catani e Souza (1998); Catani (1998, 2006); Catani e Vicentini (2006); Dubar (1991); Elias (2000, 1994, 1993); Josso (2010, 2007, 2004); Nora (1993); Nóvoa (1992, 1995, 1999, 2009); Tardif (2002); Tardif e Lessard (2008, 2005).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

ALBERTI, V. 2005 - "Histórias dentro da história." In: Pinsky, Carla (org.) Fontes históricas. São Paulo, Contexto, 2005, p.155-202.

ELIAS, N. Introdução à sociologia. Lisboa: Edições 70, 2005

ELIAS, N. O processo civilizador: uma história dos costumes. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, vol 1.

ELIAS, N. O processo civilizador: formação do Estado e civilização. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, vol 2.

FARIA, A. H. Trajetórias Docentes: Memórias de professores homens que atuaram com crianças no interior de Mato Grosso do Sul (1962-2007). 2018. 112f. Dissertação (Mestrado em educação). Universidade Federal da Grande Dourados.

FARIA, A. H.; GONÇALVES, J. P. Educação Escolar e Relações de Gênero Segundo a Perspectiva de Homens Professores. Hispanista (Edição em Português), v. XVII, p. 1-11, 2016.

GOODSON, I. F. Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e o seu desenvolvimento profissional. In: NÓVOA, A. (Org.). Vidas de professores, 2. ed. Porto: Porto Editora, 1992, p. 63-78.

LOURO, G. L. Mulheres na Sala de Aula. In: PRIORE, M. D.; PINSKY, B. C. (Orgs.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012, p.441-481.

MEIHY, J. C. S. B. Definindo história oral e memória. Cadernos CERU, v.5 s.2, p.52-60, 1994.

NÓVOA, A. (org.). Vida de professores. Portugal: Porto Editora, 1992.

SARAT, M. Histórias de estrangeiros no Brasil: infância, memória e educação. Tese (Doutorado em Educação) - Unimep, Piracicaba, 2004.

SARAT, M.; SANTOS, R. História Oral como fonte: Apontamentos metodológicos e técnicos da pesquisa. In: COSTA, J. C.; MELO, J. J. P.; FABIANO, L. H.; (Orgs.). Fontes e Métodos em História da Educação. Dourados: UFGD, 2010, p. 49-78.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

PROCESSO CIVILIZATÓRIO DAS EMOÇÕES E O ESPORTE EDUCACIONAL: DIALOGANDO ELIAS E GOLEMAN

Alessandra Weiss Ferraz de Oliveira
Mestranda em Educação Física pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
Professora de Educação Física da Prefeitura Municipal de Curitiba
E-mail: alewfo@hotmail.com

Marcio José Kerkoski
Professor Doutor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
E-mail: marciok@utfpr.edu.br

Gilmar Francisco Afonso
Professor Doutor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná
E-mail: gildoxyz@hotmail.com

Resumo: O esporte tem sido um meio para o equilíbrio emocional e social dos indivíduos, capaz de proporcionar a liberação de tensões e emoções em um ambiente de descontrole controlado regido por normas e regras. O objetivo do estudo foi identificar as aproximações teóricas entre Elias e Goleman sobre o processo civilizador e a relevância para o esporte educacional. Nessa perspectiva, utilizamos a pesquisa bibliográfica. Em suma, o uso de estratégias adequadas pelo docente pode proporcionar ao aprendiz a utilização de mecanismos de autocontrole emocional para o alcance do desempenho desejado no esporte educacional e para o convívio social diário.

Palavras-chave: Processo Civilizatório. Controle emocional. Esporte educacional.

Abstract: Sport has been a means for the emotional and social balance of individuals, capable of releasing tensions and emotions in an uncontrolled environment controlled by rules and regulations. The objective of the study was to identify the theoretical approaches between Elias and Goleman on the civilizing process and the relevance for the educational sport. From this perspective, we used bibliographic research. In short, the use of appropriate strategies by the teacher can provide the learner with the use of mechanisms of emotional self-control to achieve the desired performance in the educational sport and daily social life.

Keywords: Civilization Process. Emotional control. Educational sport.

Introdução

As relações sociais, ao longo dos anos, exigiram dos sujeitos o ajuste dos gestos e condutas. Em tempos remotos, a vida era menos complexa, os grupos sociais viviam

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





isolados e independentes (ELIAS, 1993). Durante décadas, esse cenário tem sofrido alterações e, conseqüentemente, as relações entre os sujeitos adquiriram alto grau de complexidade.

Os padrões de controle social, a prática social e a consciência social mudaram consideravelmente durante o século XX (ELIAS, 2001). As regras sociais e as novas relações de poder desencadearam alterações contínuas no aparato psíquico dos sujeitos, tornando-se necessário o aprendizado do controle emocional. Nos dias atuais, é possível notar uma inconstância desse processo evolutivo emocional partilhada pelos indivíduos. São eventos vivenciados diariamente, seja na escola, no trabalho ou até mesmo na mídia que evidenciam um processo de desintegração da civilidade e da segurança. Resultando em relações frágeis, seja pelo aumento da violência, egoísmo ou intolerância nos ambientes sociais como um todo. Este cenário encontra-se em constante mudança e estudar o processo civilizador pode ser um meio para explicar e compreender as transformações sociais (GOLEMAN, 2007).

Com base no exposto acima, entendemos que Elias e Dunning (1992), Elias (2011, 1998, 1994, 1993, 1992) e Goleman (2015, 2014, 2012, 2007) trazem aproximações teóricas ao abordarem o desenvolvimento emocional dos indivíduos ao longo dos anos, constituído como força evolutiva lenta e cautelosa, pelo qual as emoções foram moldadas, na soma da história pessoal ao passado ancestral, aprendido e aperfeiçoado de geração para geração. Diante dos autores mencionados, pretendemos estabelecer o diálogo, considerando o movimento histórico que culminou para a criação de instituições específicas, a escola e o esporte, que serviram de instrumentos para educar o sujeito à vida social complexa.

Apesar da relevância desta temática para a compreensão da sociedade e para a formação plena dos alunos, encontramos poucos estudos que abordam, simultaneamente, o processo civilizatório, a teoria do controle das emoções e o esporte educacional. Diante das demandas sociais atuais, torna-se necessário instrumentalizar o professor sobre o conhecimento do controle das emoções no esporte educacional. Assim propomos o

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





seguinte questionamento, quais são as aproximações teóricas entre os autores Elias e Goleman sobre o processo civilizatório e a relevância para o esporte educacional?

Metodologia

O presente estudo teve cunho teórico, de natureza qualitativa, sendo caracterizado segundo a natureza dos dados, como pesquisa bibliográfica. De acordo com Prodanov e Freitas (2013) é a pesquisa que depende de material já publicado.

Neste caso, utilizamos as principais obras dos autores Elias e Goleman com o intuito de buscar aprofundamento nos estudos sobre o processo evolutivo das emoções, ao longo do tempo, partindo da sociedade Moderna à sociedade Contemporânea e sua influência no esporte educacional. Para isso, foi realizada a análise das obras mencionados, considerando as semelhanças no seguinte aspecto: “processo civilizador” “teoria do controle das emoções” e “educação e esporte”, como veremos na fundamentação teórica, a seguir.

O processo civilizador e a teoria das emoções segundo Norbert Elias

Na obra “O processo Civilizador, volumes 1 e 2”, Elias (1993; 2011) retrata a análise histórica dos processos de longo prazo na sociedade Europeia, desde a configuração da sociedade guerreira até a sociedade burguesa, especificamente, na Alemanha e na França. Nesse cenário, promove o diálogo entre as transformações sociais e o desenvolvimento emocional do indivíduo, exposto a diferentes restrições, proibições e condicionamentos.

Seguindo o raciocínio, observamos que a sociedade dos séculos XVI, XVII e XVIII, viveu momentos de mudanças contínuas impulsionadas por alterações na estrutura social. Dos acontecimentos, podemos citar: a extinção da nobreza guerreira para uma nova aristocracia de monarcas; o surgimento de uma nova classe social; a necessidade de centralização e descentralização do poder; o monopólio da violência; divisão do trabalho;

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





aumento da população; entre outras. Como resultado desse processo, houve o refinamento da conduta tanto à mesa como na esportivização dos passatempos, servindo de diferenciação e status social. Desde o mais simples sujeito ao mais nobre, vivenciaram diferentes sentimentos, como a vergonha, em intensidades e frequências distintas. Em princípio, as classes mantinham sua posição e distanciamento social pela estrutura do comportamento, vida emocional, aspirações e moralidade (ELIAS, 2011).

Em decorrência do destino social, como pontua Elias (2011), os comportamentos e controle das emoções eram distintos entre as classes. No entanto, a existência de regras sociais comuns a todos, limitavam a vazão das emoções e mantinham a harmonia entre as pessoas. As diferenças eram nítidas, mas os indivíduos dependiam da convivência para sobreviverem em sociedade. A partir dessas relações de dependência mútua entre indivíduos de classes sociais diferentes, é perceptível o aumento nas tensões, em manter seu status, somada as alterações contínuas na estrutura social e mantidas pelas regras e costumes da época. Percebemos que essa modelagem de comportamento causava tensões e ao mesmo tempo alimentava a teia de relações. Essa sociedade complexa mantinha a dependência recíproca e equilibrada de todos os sujeitos, que precisariam frequentemente encontrar maneiras de condicionar seus comportamentos as novas exigências. Com o aumento da população, divisão do trabalho e dependência entre as classes, as funções tornaram-se substituíveis e dessa forma os afetos, impulsos, consciência e atitudes sociais das pessoas sofreram mudanças. Esta dinâmica mantida cegamente, como afirma o autor, se fez acompanhar por mudanças nas maneiras, estrutura de personalidade, conduta e, por fim, em sentimentos “civilizados” (ELIAS, 1993).

Essa fase de desenvolvimento social distingue os sujeitos “civilizado” do “incivil”. Primeiramente, com a influência dos religiosos, que detinham o conhecimento necessário para impor normas de comportamento. E, posteriormente, com as escolas e até mesmo com “tratados” de acesso ao público nobre. Este estágio exigiu dos sujeitos uma nova maneira de ver, observar e se portar em sociedade. Em seguida, o próximo tópico revela a continuidade desse processo nessas instituições específicas.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Família, escola e o esporte segundo Norbert Elias

Apesar de Elias, dificilmente, abordar o aspecto educacional em suas obras, entendemos que o processo civilizatório dependeu dos esforços de instituições específicas durante a formação integral dos indivíduos ao longo da vida em sociedade. Em princípio, a religião tinha responsabilidade de direcionar o “bom comportamento” dos sujeitos. Com o passar do tempo, essa função tornou-se responsabilidade da família e da escola, demandando mudanças nos hábitos sociais da criança e do adulto.

Como podemos perceber, esse processo esteve longe de ser natural, com o aumento da população e da divisão do trabalho, os relacionamentos tornaram-se mais complexos e a vida social restrita de emoções instintivas. Nesse cenário, o comportamento da criança em formação também foi influenciado pelo meio. Anteriormente, a criança poderia agir naturalmente em qualquer ambiente e em qualquer hora. Com o aumento das restrições auto impostas e das coerções externas, o sujeito precisou aprender modelos de autodisciplina, adaptando a maneira de se portar e disciplinando o relógio biológico ao relógio social. Diante das novas demandas, a tarefa de condicionar o comportamento infantil tornou-se responsabilidade dos pais e, posteriormente, de instituições específicas, como por exemplo a escola (ELIAS, 2011).

Segundo Elias (1994), a criança ao nascer possui funções mentais maleáveis e indiferenciadas, a partir da interação social, principalmente, do diálogo aprende a se expressar na rede humana e se torna um ser mais complexo. Em princípio, no início da sociedade moderna, foram produzidos poemas e tratados que continham instruções e normas, apoiadas em sanções sociais que provocavam no indivíduo sentimentos de vergonha e medo, intrinsecamente reproduziam formas de autocontrole emocional. Dessa maneira, a tarefa de condicionar e “ensinar” também refletiu no comportamento do adulto, que precisou silenciar alguns impulsos e falas para construir uma parede de isolamento em volta do adolescente (ELIAS, 2011).

Ao longo dos anos, essa estrutura mental tem sofrido mudanças e entendemos que o aparato psicológico de uma criança do século XII é distinto de uma criança do século

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ





XXI. Conforme salienta Elias (1994), a partir dos estudos sobre o processo civilizador ficou evidente que a modelagem geral e a formação individual dos sujeitos dependem da evolução histórica do padrão social e da estrutura das relações humanas. Igualmente, torna-se possível perceber, quanto mais complexa é a relação entre os sujeitos adultos, maior é o tempo de formação da criança para a vida adulta. Nos dias atuais, podemos notar esse distanciamento na longa preparação do jovem para a vida. Culminando na possibilidade de fracasso ao aproximar os objetivos pessoais e as tarefas sociais.

Em relação a prática esportiva, Elias e Dunning (1992) foram pontuais ao declararem que o esporte foi um meio para a transformação da personalidade dos seres humanos. Durante o século XVIII, algumas atividades de lazer, como, por exemplo, a caça, o boxe e a corrida, assumiram características de desporto no mesmo momento em que as assembleias de estado escolhiam o próximo governante. Neste cenário, a representatividade do esporte na sociedade contribuiu para o surgimento de “regras” no Parlamento, diminuindo o uso da violência ainda frequente na época. Ao mesmo tempo, o esporte adquiriu determinada característica afim de equilibrar as emoções provenientes das mudanças na estrutura da sociedade. Com a implementação de momentos de lazer individual e coletivo para os sujeitos dispostos a “liberar as emoções controladas” em ambientes propícios para este fim.

O processo civilizador e o controle das emoções segundo Daniel Goleman

Goleman (2007) faz um alerta sobre a desintegração da civilidade e segurança impulsionado por eventos de descontrole emocional partilhada pelos indivíduos. São ações egoístas, violentas e mesquinhas que assolam as relações humanas, influenciando na formação do caráter e nos instintos morais, que resultam em frequentes sentimentos de medo, insegurança e ansiedade, diante das novas demandas sociais.

Nesta perspectiva, de acordo com o autor, o conhecimento das emoções pode ser uma solução para a atual crise emocional coletiva. Desde que a civilidade contemporânea crie, com urgência, mecanismo de controle dos impulsos para o bem estar social. Para

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





entendermos o estágio que se encontra a sociedade atual, buscamos referências ancestrais do processo civilizador. Com base em Goleman (2007), a inserção das primeiras leis e proclamações éticas, como o Código Hamurabi, os Dez Mandamentos dos Hebreus e os Éditos do Imperador Ashoka, causaram lentas e cautelosas forças evolutivas com o intuito de conter, subjugar e domesticar as emoções.

Historicamente, com o advento da agricultura e de formas organizacionais sociais mais complexas os sujeitos precisaram se adaptar as novas formas de vida, com isso, experimentaram diferentes pressões emocionais diárias que se tornaram parte do repertório emocional humano.

Nesse sentido, o sujeito precisou desenvolver um repertório de ações conscientes com o intuito de controlar as emoções e assim viver em sociedade. É um processo que depende de novas formas organizacionais e relações sociais mais complexas, exigindo do sujeito diferentes demandas. No quesito emocional, atualmente os sujeitos enfrentam dificuldades para administrar as diferentes emoções experienciadas cotidianamente. Diante desse cenário, a família e a escola podem fornecer o aprendizado emocional necessário para a vida do sujeito em sociedade, como veremos no tópico a seguir.

Família e escola segundo Daniel Goleman

Segundo Goleman (2007), preparar o sujeito para a vida social atual demanda esforços da família e da escola. Considerando o contexto educacional, as emoções podem ser aprendidas como qualquer outra disciplina, desde que sejam desenvolvidas o conjunto especial de aptidões para a vida. Essas aptidões dependem do olhar do docente para os dons naturais de seus alunos, buscando motivá-los para seguirem com entusiasmo e persistência suas rotinas (GOLEMAN, 2012).

Nesse sentido, concordamos com a seguinte citação “aprendemos mais quando temos alguma coisa que nos interessa e nos dá prazer quando nos empenhamos nela” (GOLEMAN, 2007, p. 116). Essa frase nos faz refletir sobre a importância da prática docente intencional, que vai além do conteúdo programático. O professor a partir do perfil

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



CA P E S



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO



PPEdu UEL



Fábrika

Idéias criativas



da criança pode aprimorar suas aulas e a maneira como trabalha o conteúdo, proporcionando o desafio ideal para cada idade. Assim, superando as emoções negativas que possam surgir durante a aprendizagem. Afinal, as emoções negativas geram no aprendiz uma preocupação exacerbada capaz de provocar distração e diminuição na concentração, prejudicando a aprendizagem significativa.

Dentro dessa perspectiva e considerando o contexto atual, é possível notar que as crianças e adolescentes vivem uma realidade propícia para a menor concentração em aula e menor contato social (GOLEMAN, 2014). Simultaneamente, a escola tem sido um local que pouco atende as necessidades reais de seus alunos, deixando de promover a sintonia necessária para o interesse e atenção na aprendizagem (GOLEMAN, 2015). No que diz respeito ao aspecto emocional, entendemos que a criança se envolve naquilo que lhe cativa e motiva intrinsecamente.

Nesse sentido, torna-se necessário preparar, desde cedo, as crianças e adolescentes para a vida em sociedade, com atividades que proporcionem a capacidade de controle cognitivo e aprendizagem emocional. Com propostas pedagógicas intencionais que permitam a mediação do professor durante o processo de aprendizagem emocional, contribuindo para o melhor desempenho e para formação integral dos alunos.

Resultados e discussões

Para responder a problemática deste estudo, quer seja “quais são as aproximações teóricas entre os autores Elias e Goleman sobre o processo civilizador e a relevância para o esporte educacional?”. Tivemos a intenção de caracterizar os trabalhos dos autores quanto ao “processo civilizador”, “controle das emoções” e “educação e esporte”, buscando referenciais que pudessem servir de meios para traçar as principais articulações teóricas.

No que refere-se ao “processo civilizador”, ambos os autores concordam que a evolução da sociedade esteve atrelada ao aprendizado do controle emocional. É um processo lento e de cautelosas mudanças, influenciado, principalmente, pelas alterações

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





na estrutura social. Elias esclarece que as novas relações de poder, o aumento populacional, o surgimento de instituições específicas e o distanciamento entre as classes, foram situações que conduziram importantes mudanças no comportamento do sujeito. Essas mudanças desencadearam sentimentos de medo e repugnância, que restringiu alguns impulsos emocionais, até então, permitidos no convívio social. Goleman também traz referências históricas para que possamos compreender a realidade atual, como a inserção das primeiras leis e proclamações éticas que surgiram com o intuito de conter, subjugar e domesticar as emoções. Afirmando que as emoções humanas são decorrentes de um longo processo civilizador e encontram-se no legado da evolução humana.

Em relação a “educação e esporte”, os autores identificam essas instituições sociais como direcionadoras do comportamento adequado ao meio, a partir do aprendizado de valores, condutas e controle emocional. Elias conduz a temática ilustrando historicamente, como e por que o esporte, e até mesmo a escola, tornaram-se responsáveis pelo condicionamento infantil e a importante função destas instituições para a formação dos sujeitos. Já Goleman, argumenta o trabalho com as emoções nos dias atuais, conduzindo o leitor a perceber como estamos deixando de considerar as emoções durante o processo de ensino-aprendizagem e as consequências futuras para a formação integral do ser humano e a importância de propostas pedagógicas intencionais para o aprendizado emocional de alunos em plena formação.

Conclusão

Em síntese, podemos perceber que os autores Elias e Goleman abordaram o processo civilizador e a teoria do controle das emoções. As semelhanças encontradas em suas obras referem-se, principalmente, as transformações fisiológicas e sociais que conduziram o comportamento do indivíduo ao longo dos tempos. Vislumbrando a complexidade dos dias atuais, que demanda esforços da família e de instituições para atingir a formação integral dos sujeitos. A partir das semelhanças, compreendemos que a prática esportiva educacional pode ser um instrumento de aprendizagem capaz de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





despertar no aluno a identificação das situações ambientais que geram sentimentos e impulsionam comportamentos. Para isso, é necessário que o professor desenvolva estratégias adequadas e condizentes com a aprendizagem do autocontrole emocional, proporcionando ao aprendiz o uso de mecanismos emocionais eficientes para o alcance do desempenho desejado e para convívio social.

Referências bibliográficas

- ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes. v. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- ELIAS, Norbert. Sobre o tempo. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- ELIAS, Norbert. O processo civilizador: formação do Estado e Civilização. v. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. A busca da excitação. Lisboa: Difel, 1992.
- GOLEMAN, Daniel; SENGE, Peter. O foco triplo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- GOLEMAN, Daniel. Foco: a atenção e seu papel fundamental para o sucesso. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- GOLEMAN, Daniel. O cérebro e a inteligência emocional: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- GOLEMAN, Daniel. Inteligência Emocional: a teoria revolucionária que define o que é ser inteligente. 45. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- PRODANOV, Cleber. C.; FREITAS, Ernani. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

O PROCESSO CIVILIZATÓRIO NO CONTEXTO DE OCUPAÇÃO DO IRAQUE

Alex Freire de Araujo¹⁰⁶

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

araujo.afreire@gmail.com

Resumo: Em 2003, acusado de participação terrorista e possuir armas químicas, iniciou-se, a ocupação no Iraque contra o regime de Saddam Hussein com os EUA liderando a operação respaldada pela ONU. Um dos objetivos da ocupação era supostamente democratizar a sociedade iraquiana impondo valores ocidentais. Erros políticos e sociais na imposição democrática geraram consequências violentas presentes até a atualidade. O atual ensaio buscou analisar o contexto da Ocupação do Iraque, pela Autoridade Provisória da Coalização (CPA) e Empresas Militares de Segurança Privada (EMSP) no processo de *statebuilding*, sob à luz da teoria do Processo Civilizatório de Norbert Elias. Palavras chave: Norbert Elias. Ocupação do Iraque. Autoridade Provisória da Coalização (CPA) e Empresas Militares de Segurança Privada (EMSP).

Abstract: In 2003, accused of terrorist involvement and possessing chemical weapons, began the occupation in Iraq against the regime of Saddam Hussein with the US leading the operation supported by the UN. One of the aims of the occupation was supposed to democratize Iraqi society by imposing Western values. Nowadays, the political and social problems in that democratic imposition have had violent consequences. The current essay sought to analyze the context of the Occupation of Iraq, the Coalition Provisional Authority (CPA) and Private Security Military Enterprises (PMSCs) in the statebuilding process, under the light of Norbert Elias' theory of Civilization Process.

Keywords: Norbert Elias. Occupation of Iraq. Coalition Provisional Authority (CPA) and Private Military and Security Companies (PMSC).

O atual ensaio tem como objetivo traçar o levantamento teórico e literário a respeito dos acontecimentos durante a ocupação, reconstrução e transição do Iraque entre 2003 e 2007. Para isso o ensaio sustenta-se na atuação dos Estados Unidos, da Autoridade Provisória da Coalizão (CPA) e das Empresas Militares de Segurança Privada durante os acontecimentos. O ensaio divide-se em três sessões: a primeira sessão é um levantamento

¹⁰⁶ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina.

A produção deste trabalho contou com a orientação do Prof. Dr. Cléber da Silva Lopes, da Universidade Estadual de Londrina, e com a colaboração da Profa. Dra. Maria José de Rezende, da Universidade Estadual de Londrina.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



GOVERNO DO ESTADO





histórico a respeito dos fatos ocorridos que resultaram na invasão e ocupação do Iraque em 2003. A segunda sessão analisa a participação da CPA e das Empresas Militares de Segurança Privada (EMSP) no processo de reconstrução do Iraque; e a terceira sessão busca dialogar com a teoria do Processo Civilizador de Norbert Elias.

A história entre Iraque e Estados Unidos antecede décadas de acontecimentos remotos. Durante a década de 80, estes estabeleceram alianças devido ao conflito entre Iraque e Irã ocorrido em 1980 – na qual Saddam Hussein decidira atacar o Irã por disputas fronteiriças, religiosas e econômicas – até 1988.

O conflito na região iniciou devido a uma intensa crise militar no Irã em 1979, que culminou na revolução islâmica mudando todo o cenário político dos países próximos. A revolução no Irã foi comandada majoritariamente pelos xiitas e ameaçavam espalhar sua influência pelos países vizinhos. O Iraque baathista autodeclarava-se laico, apesar de serem governados por Saddam Hussein, um sunita (opositor aos xiitas). Uma das preocupações tanto dos EUA quanto de Hussein era que movimentos revolucionários xiitas (apoiados pela URSS) se expandissem para os países vizinhos. Estados Unidos e Iraque, então, não desejando a expansão militar do Irã naquela região fizeram alianças diplomáticas e militares, afim de barrar o avanço revolucionário na região. Até então “o Iraque, era a única potência militar de médio porte, naquela região estratégica, capaz de contrapor-se ao Irã” (BANDEIRA, 2005, p. 414).

Hussein, junto do apoio e proteção dos Estados Unidos, Kuwait e Arábia Saudita, iniciou o primeiro passo da Guerra Irã-Iraque. Segundo Bandeira (idem, p. 441), os EUA, além de fornecer armamentos, tecnologias, toneladas de produtos químicos letais, tanques de guerra e aeronaves, forneceu (entre 1983-1990) U\$ 1,5 bilhões de dólares, toneladas de suprimentos, inteligência e apoio militar para dar continuidade à guerra, cuja a intenção era defender as instalações de petróleo, afim de se ter relações econômicas na região e conter o avanço militar iraniano. Após 8 anos de guerra, com mais de um milhão de baixas e sem nenhum país vencedor, o Irã acata o cessar fogo proposto pela ONU através da resolução 598 – todavia, Irã afirmara que o Iraque fora beneficiado por tal resolução.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





O marco separatório entre Estados Unidos e Iraque aconteceu em razão da invasão do Kuwait em agosto de 1990. Bandeira (2005), explica que Hussein acusara o Kuwait de manipular os preços dos barris de petróleo afim de desestabilizar a economia iraquiana, e também a intensificação de uma disputa territorial, assim resultando na (primeira) Guerra do Golfo em 1991. Segundo Lupi (2005), nessa ocasião a ONU manifestou seu descontentamento com o Iraque e além, através da resolução 660/90, afirmava que a invasão do Kuwait era ilegal, ilegítima e feria os princípios da Carta da ONU (UN, 1990). Essa Carta impusera ao Iraque diversas restrições e obrigações, “dentre as obrigações estão o desarmamento, a permissão de inspeções e não adquirir, nem desenvolver armas de destruição em massa e armas nucleares.” (LUPI, 2005, p. 518). Conforme a Carta das Nações Unidas de 1990, nos artigos 39, 42 e 51, tornou possível que as forças da Coalização Internacional (EUA e países aliados) pudessem defender e expulsar as forças iraquianas do Kuwait e, com isso, impondo diversas sanções contra o Iraque.

Pressões contra o Iraque voltaram a se intensificar após o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001. Bush e a mídia estadunidense acusavam o regime de Hussein de ter ligações com o grupo terrorista “AlQaeda”, esconder armas de destruição em massa e não colaborar com as sanções impostas. Isso corroborou posteriormente com um consentimento da ONU, em 2002, pela invasão do Iraque. O regime de Saddam Hussein, assim, prosseguiu no poder até 2003, quando países integrantes da Coalização Internacional – munidos pela legalidade e legitimidade perante a ONU – agiram em nome do combate ao terrorismo, na procura por armas de destruição em massa, na destituição do governo baathista e pela instauração de um “experimental governo democrático” (BANDEIRA, 2005, p.696-697). A Coalização Internacional, iniciou as operações de invasão no Iraque em 19 de março de 2003 levando, sem muita resistência, menos de um mês para vencer as tropas iraquianas.

O argumento internacional, sustentado principalmente por George W. Bush, que acusava o Iraque de esconder armas de destruição em massa comprovou ser um jogo político para derrubar o regime de Hussein (LUPI, 2005; BANDEIRA, 2005; HOFF, 2017; NASSER; PAOLIELLO, 2014). Outro fator que, internamente, corroborou para

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





que o argumento de armas de destruição em massa deixasse de ser verdadeiro foi que “após 15 meses de exaustiva investigação, desde a derrubada de Saddam Hussein.” (BANDEIRA, 2005, p. 708).

De acordo com Dodge (2006, p. 188 apud HOFF; 2017, p. 4), o planejamento estadunidense era de se reconstruir o Estado Iraquiano (*state-building*) e a organização das instituições sociais iraquianas a partir das estruturas institucionais já existentes. Para realizar essa transição de governamental, conter violência civis e militares, e instaurar a segurança no Iraque foi criado a *Autoridade Provisória da Coalizão* (CPA). De acordo com Nasser e Paoliello (2014, p. 28) “A autoridade da CPA advinha, formalmente, do status dos EUA e da Grã-Bretanha qualificados como “poderes ocupantes”.

Dentre as atuações da CPA estavam “a ajuda humanitária, assistência e fornecimento de alimentos, estabelecer meios de pacificação, estabelecer uma autoridade que fosse provisória e transitória para a democratização” tendo como objetivo a reconstrução de instituições sociais e infraestruturas iraquianas (HOFF, 2017, p. 5). Entretanto, a obrigação da pacificação e reconstrução do Iraque passou a ser uma tarefa difícil de lidar, especialmente para a inteligência estadunidense, dado que as insurgências civis se tornaram prevaescentes após o conflito de invasão e ocupação.

De acordo com a análise de Hoff (2017, p. 6), a CPA passou a reconstruir toda a estrutura burocrática do zero, não aproveitando sequer a organização anterior. Isso significava que tanto o alto escalão de líderes e chefes burocráticos foram destituídos para haver um novo arranjo, planejado e criado conforme à CPA.

A respeito das políticas da CPA para essa reordenação burocrática, criara uma política de *De-baathification*¹⁰⁷ que consistia na deposição e impedimento de que pessoas ligadas ao Partido Baath iraquiano, ou a Saddam Hussein, permanecessem em cargos burocráticos e/ou tivessem acesso ao poder. Pfiffner (2010) argumenta que essa política levou a mais de 85 mil pessoas que eram adeptas ao regime de Hussein ficarem desempregadas, pessoas capacitadas que antes ocupavam cargos essenciais no funcionamento da sociedade iraquiana. Outra política que fora extremamente

¹⁰⁷ Ver Order nº1, 16.03.2003.



problemática para a consolidação do processo de securitização, reconstrução e transição administrativa, em reflexo das insurgências foi a dissolução das forças armadas iraquianas, através da Ordem nº 2 (PFIFFNER, 2010, p. 80 *apud* HOFF, 2017, p. 11). Com essas tomadas de decisão, insurgências e insurreições cresceram por todo o Iraque, evidenciando os erros estratégicos da CPA.

Hoff (2017), afirma que a falta de entendimento, diálogo e privilégios concedidos à grupos minoritários pela CPA intensificaram conflitos entre grupos étnico-religiosas – deixando curdos e xiitas à margem de processos decisórios. Aliado à isso, houve um crescimento da insurgência que “se fortaleceu, se aproveitando da instabilidade securitária e social no Iraque e absorvendo milhares de iraquianos insatisfeitos com a ocupação e suas medidas arbitrarias.” (PFIFFNER, 2010, p.76 *apud* HOFF, 2017, p.12).

Segundo Hashim (2003), grande parte da insurgência, que de sua maioria sunita, era composta pelos militares e policiais desempregados. Estes constituíram a principal fonte de insurgência às forças externas estabelecidas na ocupação. Os objetivos dos insurgentes não eram motivados por conta de Saddam Hussein, ou de seu partido, mas sim pela oposição às tropas e corporações estrangeiras. Isso fez com que a violência aumentasse muito em 2003-2004. De acordo com a BBC Brasil, em 2006, a proporção de assassinatos chegou a 53,5 por cem mil habitantes (BBC, 2007).

O número de civis iraquianos mortos no Iraque superou 100.000 no ano que precedeu a invasão e ocupação¹⁰⁸. Assim, baixas iraquianas contrastaram enormemente para as baixas americanas, o qual Nasser e Paoliello (2014, p.41) explicam, “a distinção entre combatentes e civis é difícil de determinar”.

Aplicar medidas de segurança em um país em que as estruturas político-sociais foram dissolvidas, tornou-se difícil. Alguns autores como Pfiffner (2010), Hoff (2017) e Dodge (2005) explicitam casos em que a CPA criava meios de se alcançar a segurança sem obter resultados duradouros ou permanentes. Algumas das medidas como: desarmar a população afim de se alcançar a segurança e suscitar ao Ministério da Defesa do Iraque

¹⁰⁸ Ver Iraq Body Count. Disponível em: <<https://www.iraqbodycount.org/database/>>



a manutenção das forças de defesa (HOFF, 2017, p.13), dar poder às milícias para que elas pudessem fazer o exercício da ordem e do policiamento¹⁰⁹.

A participação de empresas privadas marcou a lógica de reconstrução e consolidação securitária no país, na qual diante da Order 39/03 da CPA, permitia a “privatização, duzentas companhias estatais do Iraque, e estabeleceu que as empresas estrangeiras poderiam reter 100% da propriedade dos bancos, minas e fábricas e transferir 100% dos seus lucros para o exterior”. (BANDEIRA, 2005, p. 721)

Diante disso, Singer (2008), Uessler (2008) e Paoliello (2016) afirmam que a participação de Empresas Militares de Segurança Privada em conflitos internacionais tinha como pretensão a diminuição do custo efetivo dos Estados e a diminuição da sensibilidade da opinião pública acerca do envolvimento de soldados do exército em guerras. A CPA, especialmente, contou com a participação Empresas Militares de Segurança Privada (NASSER; PAOLIELLO, 2014, p. 30), somando assim, cada vez mais o contingente de empresas estadunidenses no Iraque. Contudo, diversas empresas foram denunciadas por abusos de poder, violência, assassinatos, torturas de iraquianos em prisões controladas por EMSPs junto da CPA (BANDEIRA, 2005, p. 725).

A princípio, como evidenciaram Lupi (2005), Bandeira (2005) e Hoff (2017), o governo Bush, junto da Coalização Internacional, criaram uma política externa de contenção a respeito do Iraque. Após o aval da ONU, a ocupação e a tentativa de uma construção conjunta da democracia iraquiana constituíam uma possível estratégia para estabelecer mecanismos de paz e ocidentalização daquela região. Essa construção, tinha como intuito estreitar as relações do entre Ocidente e Oriente Médio. Isso se deu, principalmente, por motivos econômicos e não por ameaças militares, como alegava Bush. Nesse sentido era muito vantajoso para os EUA construir uma sociedade com princípios ocidentais – os quais podem ser considerados como “civilizados”.

Como foi introduzido, a sociedade iraquiana, passou por décadas regime autoritário, e anterior a isso, passou por um vagaroso processo de construção de sua

¹⁰⁹ Ver CPA Documents, Order nº 91/04.



identidade nacional. Marcado por conflitos e sectarismos de grupos religiosos, a sociedade iraquiana teve suas estruturas marcadas historicamente pela violência, conflitos sociais, culturais e religiosos. Norbert Elias, em *O Processo Civilizador*, explica que

Toda essa reorganização dos relacionamentos humanos se fez acompanhar de correspondentes mudanças nas maneiras, na estrutura da personalidade do homem, cujo resultado provisório é nossa forma de conduta e de sentimentos "civilizados". Uma mudança específica na conduta e nos sentimentos das relações humanas. [...] A civilização [...] é posta em movimento pela dinâmica autônoma de uma rede de relacionamentos, por mudanças específicas na maneira como as pessoas se veem obrigadas a conviver. (ELIAS, 1993, p. 195)

Nessa interdependência, Elias analisa fatores ocidentais, nos quais ajudaram na construção da concepção ocidental de "civilidade". Entretanto, há fatores que, retardam essa concepção e até mesmo nos relacionamentos interdependentes. No caso do Iraque, grupos étnico-religiosos não se enquadram exatamente em redes de interdependência. Conforme explica Bandeira (2005), o regime de Hussein tinha como característica o estado laico. Isso acabou por não deixar que uma organização étnico-religiosa tomasse conta do poder, ao contrário do que aconteceu no Irã com a revolução xiita.

Segundo Elias (1993, p. 196), é com base em mudanças psicológicas que o autocontrole nas relações entre indivíduos é transformado, alterando as concepções civilizatórias presentes em várias sociedades humanas. Esse mecanismo de autocontrole – seja individual ou coletivo – nas relações prevenia transgressões de comportamento socialmente aceitável. No processo de securitização do Iraque, fora a CPA – munida das EMSPs – que deteve o controle dos meios de coerção e o monopólio coercitivo.

Partindo do pressuposto de Norbert Elias (1993, p. 197)

A diferenciação em marcha das funções sociais, é apenas a primeira e mais geral dentre as transformações ao estudar a mudança na noção psicológica chamada de "civilização". Lado a lado com a divisão de funções, ocorre a total reorganização do tecido social. Quando a divisão de funções é baixa, os órgãos

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





centrais de sociedades são relativamente instáveis e propensos à desintegração. [...] A estabilidade do aparato de autocontrole mental que emerge como traço decisivo, embutido nos hábitos de todo ser humano “civilizado”, mantém uma possível relação estreita com a monopolização da força física e a crescente estabilidade dos órgãos centrais da sociedade. Só com a formação desse tipo relativamente estável de monopólios é que as sociedades adquirem realmente essas, em decorrência das quais os indivíduos que as compõem sintonizam-se, desde a infância, com um padrão altamente regulado e diferenciado de autocontrole; só em combinação com tais monopólios é que esse tipo de autolimitação requer um grau mais elevado de automatismo, e se torna, por assim dizer, uma “segunda natureza”

Portanto, para Elias, a respeito do mecanismo monopolista, é preciso uma divisão social muito avançada de funções para que surja uma máquina duradoura e especializada para a administração monopolista. E só depois que ela surge é que possibilita o controle sobre o exército e a tributação fiscal.

Com isso, a divisão social das funções sociais e das relações, segundo Elias, é um mecanismo fundamental para se alcançar métodos de (re)organizar a sociedade e torná-la mais estável e interdependente em seu interior. É importante entender que a heterogeneidade da sociedade iraquiana não a faz necessariamente interdependente, tendo em vista que o sectarismo de grupos étnico-raciais é amplamente citado pela literatura.

De acordo com Elias (1993, p. 198), “ao se formar um monopólio de força, criam-se espaços sociais pacificados, que normalmente estão livres de atos de violência”. No momento em que o regime de Saddam Hussein é deposto, o vácuo de poder se esvai por todas as camadas sociais e sectárias existentes no Iraque criando uma onda grotesca de violência pelas disputas por poder – além do ponto em que Hoff (2017) explicita a respeito da deposição de grupos militares e burocráticos. Nesse sentido, houve um rompimento brusco com o monopólio que havia na sociedade iraquiana que estava centrado na figura de Hussein e de seu regime baathista.

A mobilização entre CPA e as EMSPs, não consolidaram um monopólio conciso e estável, tendo em vista o enorme crescimento nas taxas de homicídio e violência nos

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO



PPEdu UEL





anos que precederam a ocupação do Iraque – ainda mais pelo fato de países como EUA serem socialmente rejeitados por diversos grupos fundamentalistas no Iraque. Com isso,

A organização monopolista da violência física geralmente não controla o indivíduo por ameaça direta. Uma compulsão ou pressão altamente previsíveis, exercidas de grande variedade de maneiras, são constantemente aplicadas sobre o indivíduo. Em grau considerável, elas operam tendo por meio as reflexões dele próprio. Essa compulsão, em geral, está presente apenas potencialmente na sociedade, como uma agência de controle. A compulsão real é a que o indivíduo exerce sobre si mesmo, seja como resultado do conhecimento das possíveis consequências de seus atos no jogo de atividades entrelaçadas, seja como resultado de gestos correspondentes de adultos que contribuíram para lhe modelar o comportamento em crianças. A monopolização da violência física, a concentração e armas e homens armados sob uma única autoridade, torna mais ou menos calculável o seu emprego e força os homens desarmados, nos espaços sociais pacificados, a controlarem sua própria violência mediante precaução ou reflexão. Em outras palavras, isso impõe às pessoas um maior ou menor grau de autocontrole. (ELIAS, 1993, p. 200-2001)

O controle por parte da CPA e dos agentes de ordenamento social foi insuficiente para resultar no monopólio da força e fazer com que iraquianos contivessem suas manifestações violentas. A imposição de padrões ocidentais, como a democracia e ordenamentos sociais, ia contra a cultura e os costumes que os iraquianos estavam habituados a vivenciar: o modelo autoritário. Estes não os viam como libertadores ou instauradores de princípios democráticos, o que consistia em não os enxergá-los como agentes legítimos do monopólio da força.

Bandeira (2005, p. 730) traz um aspecto importante, uma “pesquisa conduzida pela Autoridade Provisória da Coalizão, em maio de 2004, demonstrou que 92% dos iraquianos percebiam os Estados Unidos, como ocupantes, enquanto apenas 3% os viam como “*peacekeepers*” e apenas 2% como libertadores.” Sendo assim,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





É muito difícil a modelação social de indivíduos de acordo com a estrutura do processo civilizador que hoje chamamos de Ocidente. [...] A resistência à adaptação aos padrões que prevalecem na civilização, o esforço que essa adaptação, essa transformação profunda de toda a personalidade custa ao indivíduo, é sempre considerável. [...] O que determina a natureza e grau desses surtos civilizadores é sempre a extensão das interdependências, o nível da divisão de funções e a estrutura interna das próprias funções. (ELIAS, 1993, p. 206-207)

Com isso o buraco deixado pelo regime governamental-ditatorial de Saddam Hussein fez com que a violência aumentasse demasiadamente e que os meios de coerção se disseminassem em nichos étnico-raciais de insurgências contra a CPA, os EUA e as EMSPs. A intensificação desse processo e o não reconhecimento prévio dos agentes de ordenamento no Iraque, somados com a tentativa forçada, e rápida, de se instaurar condições sólidas para um regime democrático, fizeram com que a fosse impossível a realização bem-sucedida das políticas pretendidas – que se caracterizavam como uma espécie de Processo Civilizador.

A teoria de Elias apesar de ter sido construída para pensar macro e micro transformações que se inscrevem na longa história, as transformações do Iraque que se inscrevem no horizonte da história não são autoexplicativas com a teoria elisiana. Entretanto, as ferramentas teóricas disponibilizadas por Elias explicitam grande aproximação explicativa. Assim, o atual ensaio pretendeu contribuir para uma nova interpretação dos acontecimentos sob a ótica do Processo Civilizador.

Referências bibliográficas

BANDEIRA, L. A. M. Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005.

BBC, Brasil. Taxas de homicídios no Iraque é o dobro da do Brasil. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/01/070102_iraquebrasilmortesrw.shtm> Acesso em: 30/01/2018.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

CPA. Order nº1, 16.03.2003. Disponível em: <<http://govinfo.library.unt.edu/cpa-iraq/regulations/>> Acesso em: 30/01/2018. Acesso em 29.01.2018.

CPA. Order nº1, 16.03.2003. Disponível em: <<http://govinfo.library.unt.edu/cpa-iraq/regulations/>> Acesso em: 30/01/2018. Acesso em 29.01.2018.

DODGE, T. Iraq: the Contradictions of Exogenous State-building in Historical Perspective. *Third World Quarterly*, vol. 27, nº.1, p.187-200. 2006.

DODGE, T. *Iraq's Future: The aftermath of regime change*. Routledge. London. 2005.

ELIAS, N. Sobre o Mecanismo Monopolista. In *ibib. O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização (vol II)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1993.

HASHIM, A. S. *Insurgency and Counter-Insurgency in Iraq*. Cornell University Press. Ithaca, New York. 2006.

HASHIM, A. S. *The Insurgency in Iraq*. *Small Wars & Insurgencies*, vol.14: n.3, p.1-22. 2003.

HOFF, N. L. Z. A Reconstrução Pós-Bélica Do Iraque Como Um Fator Determinante Para O Fortalecimento Da Insurgência No País: Uma Leitura Crítica Do Processo. 6º Encontro ABRI, Belo Horizonte. 2017.

IRAQ BODY COUNT. Documented civilian deaths from violence. Disponível em: <<https://www.iraqbodycount.org/database/>> Acesso em: 30/01/2018.

IRAQ BODY COUNT. Monthly civilian deaths from violence, 2003 onwards. Disponível em: <<https://www.iraqbodycount.org/database/>> Acesso em: 30/01/2018.

KARSH, Efraim. *The Iran Iraq War 1980-1988*. Osprey Publishing. 2002.

LUPI, A. L. P. B. A Guerra do Golfo: Legalidade e Legitimidade. *Novos Estudos Jurídicos* - v. 10 - n. 2 - p.513- 536 jul/dez. 2005.

NASSER, R. M.; PAOLIELLO, T. Uma nova forma de se fazer a guerra? Atuação das Empresas Militares e de Segurança Privada contra o terrorismo no Iraque. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 23, n. 53, p. 27-46. 2015.

PAOLIELLO, T. O. O estudo das Empresas Militares e de Segurança Privada. Tese de Doutorado: Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais. 2016.

PFIFFNER, J. P. US Blunders in Iraq: De-Baathification and Disbanding the Army. *Intelligence & National Security*, v. 24, n. 1, p.76-85. 2009. Disponível em: <<http://pfiFFner.gmu.edu/files/pdfs/Articles/CPA Orders, Iraq PDF.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

SINGER, P.W. *Corporate Warriors: The rise of the Privatized Military Industry.* Ithaca: Cornell University Press. 2008.

UNITED NATIONS, Security Council. Resolution 660. 02.08.1990. Disponível em: <<http://www.un.org/Docs/scres/1990/scres90.htm>> Acesso em 29.01.2018.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

SURDEZ E EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: UMA ANÁLISE SUSTENTADA NA PERSPECTIVA ELIASIANA

Me. Alexandre Bazilatto¹¹⁰

Universidade Federal do Espírito Santo
alexandrebazt@gmail.com

Ma. Helen Malta Valladão¹¹¹

Universidade Federal do Espírito Santo
helen.valladao@yahoo.com.br

Resumo: Objetivamos analisar noções de surdez, linguagem e conhecimento que delineiam os processos formativos-educativos de estudantes surdos na Educação Superior brasileira. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa ancorado no campo do estudo de caso (ANDRÉ, 2005). Sustentados nos pressupostos da Sociologia Figuracional, elaborada por Norbert Elias, particularmente os conceitos de linguagem e conhecimento (ELIAS, 1994b), figuração e interdependência (ELIAS, 1994a; 2001; 2014) em diálogo com outras literaturas. Nossas reflexões assumem uma abordagem histórico-sociológica do fenômeno educativo. Observamos que as noções de surdez, linguagem e conhecimento estão delineadas sob a lógica audista, acarretando implicações educacionais, especialmente em relação às inter-relações estabelecidas.

Palavras-Chave: Surdez. Educação Superior. Norbert Elias.

Abstract: We aim to analyze notions of deafness, language and knowledge that delineate the formative-educational processes of deaf students in Higher Education in a Brazilian. It is a qualitative research anchored in the field of case study (ANDRÉ, 2005). Based on the assumptions of Figurative Sociology, elaborated by Norbert Elias, particularly the concepts of language and knowledge (ELIAS, 1994b), figuration and interdependence (ELIAS, 1994a, 2001, 2014) in dialogue with other literatures. Our reflections assume a historical-sociological approach to the educational phenomenon. We observe that the notions of deafness, language and knowledge are delineated under the audiological logic, implying educational implications, especially in relation to established interrelationships.

Keywords: Deafness. Higher Educations. Norbert Elias.

¹¹⁰ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça – UFES. Jornalista, Licenciado em Pedagogia e em Letras Português. Membro do Grupo de Pesquisa Políticas, Gestão e Inclusão Escolar: contextos e processos sociais (CNPq). E-mail: alexandrebazt@gmail.com.

¹¹¹ Mestra em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Especialista em Formação Continuada de Professores para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) – UFC. Graduada em Artes Plásticas. Membro do Grupo de Pesquisa Políticas, Gestão e Inclusão Escolar: contextos e processos sociais (CNPq). E-mail: helen.valladao@yahoo.com.br.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Consideramos o século XXI para a nossa abordagem. Nesse sentido, tomamos a narrativa de uma estudante surda, para **analisar noções de surdez, linguagem e conhecimento que delineiam os processos formativos-educativos de estudantes surdos na Educação Superior brasileira**, buscando: a) conhecer os processos formativos de uma estudante surda matriculada no curso de licenciatura em Pedagogia; b) compreender as concepções e as expectativas dessa estudante surda sobre sua trajetória formativa na Educação Superior; c) conhecer aspectos das experiências formativas vividas por essa estudante surda na Educação Superior.

Paola¹¹² cursa o 6º período¹¹³ da graduação em Pedagogia, da Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes, em Vitória/ES, e vem apresentando bom desempenho durante o período acadêmico. Mediado pela experiência de Paola, consideramos que as interações estabelecidas com outros indivíduos constituiu um processo figuracional, frequentemente, alicerçado numa perspectiva audista das noções de surdez, linguagem e conhecimento. Isto é, centralizada no ouvinte. Assim, percebemos que o processo formativo dessa estudante foi desenvolvido, por vezes, nos moldes ouvintes de linguagem e conhecimento, fazendo com que Paola utilizasse as formas oral e escrita da língua portuguesa (língua oral-auditiva).

Paola inicia seu percurso acadêmico na Educação Superior em 2014. Mas, por que o curso de Pedagogia?

Eu fiz uma pesquisa das disciplinas que eu sabia mais, tipo: história, **português, redação**... Eu fiz uma pesquisa para saber o que eu ia saber fazer mais: história, **português, redação**. Também teve a indicação da intérprete. Ela falou que seria bom eu **fazer pedagogia porque no futuro eu poderia trabalhar com surdos**. Ela me orientou um pouco. Aí por isso que eu escolhi pedagogia (PAOLA. ENTREVISTA, 2016).

¹¹² Nome fictício escolhido pela própria estudante durante a realização da entrevista para coletar as narrativas que configuram o contexto sociológico da universitária.

¹¹³ No primeiro semestre de 2017 (2017/1), a estudante encontra-se matriculada e frequentando o 6º período do curso de graduação em Pedagogia.



Diante disso, consideramos que muitas pessoas surdas acabam optando pelo curso de Pedagogia por estarem motivadas pelo panorama figurado por meio do Decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005), visto que:

[...] A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue. [...] § 2º As pessoas surdas terão **prioridade** nos cursos de formação previstos no caput (BRASIL, 2005, Art. 5º, **grifo nosso**).

Sendo assim, a indicação e orientação da intérprete de Libras sobre essa possibilidade profissional e o fato de o surdo ter prioridade para atuar como professor de Libras, provavelmente tenham influenciado a escolha de Paola.

Além disso, em 2014, ano que Paola iniciou o curso de graduação em Pedagogia, outros 7.828.013 estudantes matricularam-se em cursos de Educação Superior presenciais e a distância no país. Desse total, 1.046.467 (13,37%) matrículas foram realizadas nas universidades públicas federais do Brasil (INEP, 2015).

Se fizermos um recorte das pessoas “público-alvo da Educação Especial”¹¹⁴, percebemos que das 1.046.467 matrículas realizadas em universidades públicas federais brasileiras, apenas 10.602 (1,01%) matrículas foram realizadas por pessoas com algum tipo de “necessidade especial”¹¹⁵. Assim, dessas 10.062 estudantes com algum tipo de “necessidade especial” que ingressaram em universidades federais no país, 335 (3,34%) são surdos (INEP, 2015), onde Paola se inclui na estatística.

Essa realização pessoal, encerra um ciclo (Educação Básica) na vida da estudante surda pesquisada, resultando no acesso de Paola à Educação Superior, mas também

¹¹⁴ Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008).

¹¹⁵ Terminologia utilizada pelo INEP (2015) para se referir às pessoas com cegueira, baixa visão, surdez, deficiência auditiva, deficiência física, surdocegueira, deficiência múltipla, deficiência intelectual, autismo infantil, síndrome de asperger, síndrome de rett, transtorno desintegrativo da infância, altas habilidades e superdotação.



configurara o início de outro ciclo. Mas, então, como a Educação Superior brasileira está estruturada e organizada?

Na Constituição Federal de 1988, os artigos 206 a 214 (BRASIL, 1988) referem-se à educação. Determinam que é dever do Estado garantir “[...] acesso aos níveis mais elevados de ensino e pesquisa” e estabelecem que “[...] as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, devendo, ainda, obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, Art. 207).

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, trata sobre a educação superior no capítulo IV, artigos 43 a 57.

Assim, cabe ao MEC formular e avaliar a política nacional, bem como zelar pelo cumprimento da lei e pela garantia da qualidade da Educação Superior.

Analisando essas leis (BRASIL, 1988; 1996), notamos que a política nacional brasileira estabelece a equidade em relação ao acesso e à permanência dos estudantes na Educação Superior, independentemente da condição e/ou situação do indivíduo.

Dessa forma, iniciaremos nossa análise, trazendo o relato de Paola sobre sua experiência e suas percepções em relação ao primeiro dia de aula:

No dia antes, eu me arrumei toda, passei maquiagem à noite, me arrumei, aí eu acordei quatro horas da manhã, não consegui dormir direito à noite toda. Acordei quatro horas da manhã e me arrumei, minha irmã se arrumava junto comigo [...] (PAOLA. ENTREVISTA, 2016).

Esses sentimentos são naturais em qualquer pessoa sempre que algo inesperado e inédito acontece, principalmente, se considerarmos que há três anos essa pessoa estava “[...] juntando dinheiro para fazer um curso de manicure, porque achava que ia passar a vida fazendo unhas (risos)” (PAOLA. ENTREVISTA, 2016).

A partir dessa abordagem, entendemos como a estrutura social delinea a vidas dos indivíduos. Não queremos aqui insinuar que ser manicure seja melhor ou pior se comparada à vida acadêmica e às outras profissões. Mas evidenciar a mudança de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





perspectiva da estudante surda. Paola continua o relato sobre o primeiro dia de aula, dizendo que:

Cheguei na sala, sentei. Aí quando o intérprete começou a interpretar em Libras, todo mundo ficou olhando pra mim. O povo não tirava o olho da gente. Aí quando o professor perguntou pra mim, eu falei que sou surda. Aí todo mundo ficou assim, oh! [expressão de espanto, surpresa]. Depois, com o tempo, eles foram se acostumando mais. Quando eles ficaram olhando pra mim, eu fiquei com vergonha, mas eu já estava acostumada. Às vezes, as pessoas ficam curiosas porque é diferente. Chega um surdo na sala, às vezes, eles nunca viram. Eles ficam curiosos: um surdo aqui na Ufes e vai estudar junto comigo, acho que eles ficam pensando isso. (PAOLA. ENTREVISTA, 2016, grifos nossos).

Por meio desse relato, percebemos que o direito expresso na legislação (BRASIL, 2002; 2005) sobre atendimento de tradutor/intérprete de Libras foi garantido. Durante a entrevista, Paola informou que, com o passar do tempo, os colegas de turmas acostumaram-se com a rotina e com figuração de uma sala de aula em que uma estudante surda está inserida. Entretanto, em relação ao corpo docente do curso de Pedagogia, Paola destaca que encontra algumas barreiras relacionadas ao acesso ao conhecimento nessa trajetória:

Com os professores, a minha relação **falta um pouco de comunicação**. [...] Nesse semestre¹¹⁶ mesmo, teve uma professora que chegou na sala e o intérprete começou a interpretar, e ela tomou um susto. Mas **ela já tinha preparado tudo e o planejamento dela, tudo tinha música, vídeo sem legenda. Aí ela chegou na sala e não sabia o que fazer, mas continuou com a música, com os vídeos sem legenda. Os professores não preparam a aula pensando no surdo. [...] Não sentam para conversar com o intérprete** (PAOLA. ENTREVISTA, 2016, grifo nosso).

¹¹⁶ De acordo com a data da entrevista, Paola estava referindo-se ao segundo semestre de 2016, quando ela estava cursando o 5º (quinto) período do curso de Pedagogia.



A partir desse relato, entendemos que nossa análise precisa considerar a formação docente dos profissionais que atuam no curso de Pedagogia da Ufes, uma vez que a maioria dos professores atuante nesse curso concluiu sua graduação antes do Decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005) que determina a inclusão da Libras como disciplina curricular obrigatória.

Entretanto, essa falta de (in)formação não exime o professor de sua responsabilidade docente. Afinal, esse profissional da educação precisa estar preparado para oferecer uma educação de qualidade a todos os seus alunos.

Claro que essa preparação não depende apenas dos profissionais da educação, há a necessidade de políticas públicas e mais investimentos para garantir a formação desses professores já atuantes. Dessa forma, mesmo que o professor não tenha (in)formação sobre a educação de surdos, ele pode recorrer e planejar sua prática, de forma colaborativa, com o intérprete de Libras. Infelizmente, como Paola relatou, isso não é uma prática realizada pela maioria dos professores.

Por vezes, atitudes como essa pode reproduzir a ideia de que o processo formativo da estudante surda é de responsabilidade somente do tradutor/intérprete de Libras. Ressaltamos que esse processo é delineado pelo trabalho colaborativo entre professor e intérprete. Sendo assim, o docente não deve transferir a responsabilidade do processo educativo para o intérprete, pois esse profissional habilitado em Libras tem a função de mediar as relações, traduzir e interpretar, promovendo um processo de ensino e aprendizagem que ofereçam recursos pensados conjuntamente com o professor da disciplina.

A inserção de um único aluno surdo em uma sala de aula, usando uma língua diferente (Libras), o torna marginal aos processos de socialização da aprendizagem, já que na melhor das hipóteses ele poderá interagir apenas com seu intérprete (se ele estiver presente), mas praticamente não abre espaço para trocas efetivas com seus pares e professores (LACERDA, 2006, p. 176).

No contexto de Paola, a maioria dos professores não é usuário da Libras. Mesmo assim, é possível tornar as aulas mais acessíveis por meio de estratégias colaborativas

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





entre professor e intérprete. Nesse sentido, a estudante reconhece a flexibilidade dos professores que planejam suas aulas, levando em consideração uma turma constituída com a matrícula de uma estudante surda. Sobre isso, Paola compartilha uma situação de aprendizagem bem-sucedida na Educação Superior, experienciada na disciplina de “Política e Organização da Educação Básica (POEB)”.

Sobre a experiência nessa disciplina, Costa Júnior (2015) relata que a ação professor de POEB:

[...] em solicitar a participação de estudantes e pessoas fluentes em Libras em seu planejamento provocou o estabelecimento de outros hábitos nos comportamentos dos estudantes dessa turma, por exemplo, de estudar os conteúdos previamente para discutir nos planejamentos e, também, de observar o andamento das aulas para auxiliar e poder opinar na organização das aulas seguintes (COSTA JÚNIOR, 2015, p. 87).

Esse autor, em sua dissertação de mestrado, dedicou-se em pesquisar a Paola¹¹⁷ no mesmo contexto da Educação Superior. Nesse acompanhamento, percebeu que nas outras disciplinas:

[...] as aulas seguiam as características de uma aula forma-tipo, por exemplo, o professor ministrava sua aula normalmente e o intérprete traduzia, sem conhecimento do material que seria utilizado na aula; a estudante surda pouco participava das aulas; e, as dúvidas da estudante surda eram sanadas diretamente com o intérprete (COSTA JÚNIOR, 2015, p. 88).

Práticas como essas, narradas por Paola e também por Costa Júnior (2015), apresentam possibilidades e desafios para uma educação mais acessível, que leve em consideração as peculiaridades relacionadas ao processo formativo de estudantes surdos.

¹¹⁷ Costa Júnior (2015) não utiliza esse nome fictício para referir-se à estudante surda. Mas como conheço esse autor e compartilho com ele o mesmo orientador no mestrado em educação na Ufes, sei que pesquisamos a mesma estudante.



Além dessas situações ocasionadas em sala de aula, Paola ainda comenta sobre um projeto realizado no segundo semestre de 2015, intitulado “Ensino de língua portuguesa para surdos: gêneros acadêmicos”, que teve como objetivo principal “aprimorar os conhecimentos dos surdos referentes à compreensão, leitura e escrita dos gêneros acadêmicos em língua portuguesa.

Ressaltamos que o autor deste artigo esteve diretamente envolvido com o projeto de ensino, atuando como instrutor voluntário, devido a sua experiência com língua portuguesa e Libras. Mas o projeto contou com o apoio de dois estudantes do curso de graduação em Letras – Libras da Ufes que atuaram como monitores bolsistas.

Por meio desse projeto¹¹⁸, percebemos que Paola não encontrou tantas dificuldades no desenvolvimento das atividades propostas. Em suas produções, ela apresentou repertório linguístico e vocabulário de língua portuguesa ampliado.

Por meio das experiências de Paola e mediados por Elias (1994a; 1994b), compreendemos que os desejos têm um caráter processual e figuracional, assim, por meio das redes de interdependência com outros indivíduos e em outras configurações, os desejos evoluem nesse processo. Isso nos ajuda a afirmar que os desejos e expectativas de Paola foram se moldando nas e pelas inter-relações estabelecidas que transformaram a sua expectativa de “passar a vida fazendo unhas” para o desejo de concluir a faculdade, de cursar um mestrado e de atuar como professora de Libras.

A partir dos relatos dessa estudante e inspirados em Elias (1994a; 1994b), consideramos que as noções de surdez, linguagem e conhecimento delinearam o processo formativo-educativo dessa estudante, por vezes, numa base audista. Em Elias (1994b), defendemos que linguagem e conhecimento “regula” os comportamentos humanos e moldam as relações interdependentes dos indivíduos. Desse modo, compreendemos que Paola teve de “regular-se” às figurações majoritariamente constituídas por ouvintes, tendo a língua portuguesa (língua oral-auditiva), como forma predominante de aquisição e assimilação de conhecimento.

¹¹⁸ Esse projeto de ensino teve início no mês de agosto de 2015 e estava programado para terminar no mês de dezembro de 2015. Entretanto, infelizmente, tivemos que finalizar antes devido à desistência da aluna por questões financeiras (BAZILATTO. DIÁRIO DE CAMPO, 2015).



Apoiados em Elias (1994a), percebemos o ser humano como um ser sociocultural, assim, entendemos que a inter-relação e redes de interdependência com outros indivíduos são determinantes nas figurações estabelecidas socialmente. Argumentando em torno dessa perspectiva, Elias acrescenta uma importante questão:

Dizer que os indivíduos existem em configurações significa que o ponto de partida de toda investigação sociológica é uma pluralidade de indivíduos, os quais, de um modo ou de outro, são interdependentes. Dizer que as configurações são irredutíveis significa que nem se pode explicá-las em termos que impliquem que elas têm algum tipo de existência independente dos indivíduos, nem em termos que impliquem que os indivíduos, de algum modo, existem independentemente delas. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 184).

Dessa maneira, consideramos que a língua de instrução (língua oral-auditiva), estabelecida em alguns períodos da educação de Paola, contribuiu para que ela, muitas vezes, fosse conduzida a ocupar o lugar de *outsider* na sala de aula devido a fatores sociais e linguísticos, visto que ela era a única surda de suas turmas e as aulas eram conduzidas e mediadas por uma língua oral-auditiva

Assim, compreendemos que a trajetória escolar de Paola, por vezes, foi marcada por situações educativas que evidenciaram essa “relação estabelecido e *outsider*” (ELIAS; SCOTSON, 2000) na qual, a perspectiva audista se constituía como gradiente de poder, conduzindo o surdo a ocupar a posição de *outsider* no processo formativo desenvolvido na escola.

Os dados que sistematizamos nos permitem ressaltar que precisamos olhar a educação de surdos para além dos instrumentos legais e pensar a Educação Superior a partir do contexto e peculiaridades de cada indivíduo, reconhecendo as responsabilidades de cada interlocutor (estudante, professor, intérprete, colegas de turma, família etc.) participante do processo formativo.

Diante do exposto e a partir das indicações eliasianas (ELIAS, 1994a; 1994b; 2001; 2011) de que uma figuração será definida a partir das redes de interdependências ou das inter-relações recíprocas dos indivíduos, consideramos que as redes de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





interdependências configuram uma multiplicidade de ligações entre as pessoas. Assim, seja a pessoa surda ou ouvinte, todas estão interligadas, constituindo figurações sociais interdependentes. Dessas interdependências “[...] surge uma ordem *sui generis*, uma ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõe” (ELIAS, 2011, p. 194). Essas redes de interdependência, possibilita-nos compreender que o indivíduo constitui e é constituído nas e pelas inter-relações sociais, em um processo histórico e sociocultural.

Entretanto, enfrentar esse desafio é necessário para provocar mudanças atitudinais e sociais que contribuam para a educação de surdos no país. Pois, essas mudanças favorecem a promoção de uma Educação Superior que respeita as diferenças e as especificidades relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem de estudantes surdos. Além disso, ter referências de surdos e representatividade surda bem-sucedidas é fundamental no contexto educacional, pois contribui para que outros estudantes surdos objetivem e acreditem nas possibilidades acadêmicas, bem como favorece o reconhecimento de que: o lugar do surdo é onde ele quiser estar.

Referências bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 ago. 2018.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Lei de Libras. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/legis/pdf/lei10436.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

COSTA JÚNIOR, Euluze. Rodrigues da. A modelação de uma política cooperativa na formação de estudantes surdos no Ensino Superior. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2015.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





ELIAS, Norbert. A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. v1. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELIAS, Norbert. Teoria simbólica. 1.ed. portuguesa. Oeiras: Celta Editora, 1994b.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os *outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

INEP. Sinopse Estatística da Educação Superior 2015. 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

LACERDA, C. B. F. de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem os alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. In: Caderno Cedes, Campinas, v.26, p.163-184, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a04v2669.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2018.

PAOLA. Entrevista: processos formativos na educação superior brasileira. Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes, Vitória – ES (Brasil), 02 set. 2016. Entrevista concedida a Alexandre Bazilatto.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

O LUGAR DE SUJEITO E O INDIVÍDUO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

MSc. Amanda Marques de Carvalho Gondim¹¹⁹
Universidade Federal de Pernambuco
amcgondim@gmail.com

Dr. José Luís Simões¹²⁰
jose Luis2711@yahoo.com.br

MSc. Izabel Adriana Gomes de Sena¹²¹
sena.belag@gmail.com
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Resumo: Este ensaio visa realizar uma aproximação entre as seguintes categorias: lugar de sujeito e indivíduo; a primeira foi desenvolvida por Foucault e a segunda, por Norbert Elias. Um dos objetivos é o de que o pensamento de Norbert Elias e o de Michel Foucault são possíveis de se aproximarem, de acordo com a perspectiva apresentada. Por fim, pretende-se perceber como o pensamento de Foucault sobre o lugar de sujeito e o indivíduo, presente na obra de Elias, aproximam-se ao tratar de sujeitos individuais como seres relacionais, influenciadores e influenciados pelas figurações nas quais estão inseridos.

Palavras-chave: Michel Foucault. Norbert Elias. Lugar de sujeito e indivíduo.

Abstract: This essay aims to achieve an approximation between following categories: Place of subject and individual; the first was developed by Foucault and the second, for Norbert Elias. One of the goals is that the thought of Norbert Elias and Michel Foucault are possible to approach, according to the perspective presented. Finally, it is intended to perceive how Foucault's thinking about the place of subject and the individual, present in the work of Elias, approach when dealing with individual subjects as relational beings, influencers and influenced by the figurations in which they are inserted.

Key-words: Michel Foucault. Norbert Elias. Place of subject and individual.

Introdução

Em uma busca rápida pelo *Google Acadêmico* foi possível identificar alguns ensaios que procuraram aproximar as ideias teóricas desenvolvidas por Elias e Foucault (DOLAN, 2010; HUGHES, 2010; SMITH, 1999; SPIERENBURG, 2004; VEIGA,

¹¹⁹ Doutoranda em Educação pela UFPE.

¹²⁰ Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE.

¹²¹ Doutoranda em Educação pela UFPE.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





2002). Aponta-se, portanto, que existem mais aproximações teóricas entre os dois autores e esse movimento tem sido realizado há algum tempo e por meio da análise dos mais diversos materiais produzidos por ambos. O artigo ora apresentado irá fazer mais uma dessas inflexões no sentido de contribuir e engrossar o grupo de pesquisadores e pesquisadoras que buscamos encontrar nas perspectivas teóricas dos dois autores sentido para nossas investigações empíricas. Apesar disso, será aqui feita uma análise puramente teórica, com base em dois textos produzidos por Elias (2001) e Foucault (2015). Trata-se dos títulos: *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte* e *O pensamento do exterior*. O primeiro foi escrito por Elias no ano de 1969 e o segundo, por Foucault, no ano de 1966; encontra-se aí uma temporalidade que não se limita, há o aspecto de ambos estarem na Europa onde, nesse período, vários questionamentos sociológicos e filosóficos começam a se aproximar cada vez mais.

O primeiro livro identifica-se, ainda no seu prefácio, escrito por Roger Chartier, a atenção do autor para o conceito de “liberdade” do indivíduo nas tomadas de decisão e nas ações. A escrita aponta para a observação de que em uma realidade social que tem o rei na posição de indivíduo cujos poderes aparentam ser absolutos, ainda assim, há regulações visíveis e invisíveis nas relações estabelecidas entre os membros da corte.

O segundo faz parte de uma coleção de textos proferidos ou publicados por Foucault em vários momentos de sua vida. Esse volume tem por título *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Embora tenha utilizado para sua análise objetos empíricos da modernidade, um tempo posterior à sociedade de corte analisado por Elias em sua obra, as categorias estão no campo da linguagem e do simulacro. Foucault (2015) concorda que escrever é um ato de comunicar aquilo de que não se sabe. Portanto, procurar colocar no papel algo sobre o qual não se tem o domínio é uma experimentação eminentemente foucaultiana.

Elias (2001), por seu turno, também realiza em sua obra questionamentos passíveis de serem experimentados. A percepção relacional na constituição das figurações sociais suscitam perguntas cujas respostas carecem de análises em mais de um campo de observação. O escolhido por Elias foi a corte, mas ainda nela ele realiza experimentações

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





que levantam várias outras possibilidades de composição de análise. Perceber a presença da linguagem e do simulacro nesse jogo de interdependências será o caminho tomado por este ensaio para realizar as aproximações teóricas e metodológicas desses intelectuais que contribuíram não apenas em suas áreas de atuação, mas numa ampliação visual acerca do pensamento histórico da humanidade.

Aspectos foucaultianos

Foucault (2015) inicia seu texto com duas afirmações aparentemente antagônicas: “eu falo” e “eu minto”. Quando sujeito afirma que fala, ao mesmo tempo afirma algo indiscutível. Ao dizer, “eu minto”, suscita a possibilidade de falar algo cuja verdade pode ser questionada. Inegavelmente, o sujeito que fala não tem como negar sua ação; a exterioridade está posta e sua refutação não existe. Contrariamente, há a outra afirmação, que levanta uma série de situações anteriormente impossíveis.

O sujeito que mente está a falar e vice versa. Mas, como perceber isso? De que maneira é possível identificar a mentira no sujeito que fala? A exteriorização do pensamento no sujeito que fala é mensurável em sua veracidade? Durante muito tempo a fala, e o sujeito dela, não era alvo de indagações. Foucault (2015) traz que Nietzsche relaciona a metafísica do Ocidente à gramática e àqueles que detêm o direito de fala. Antes, na época de “Kant” e “Hegel”, o que se via era o imperativo de uma “interiorização da lei da história e do mundo” (FOUCAULT, 2015, p. 226). Portanto, o lugar de sujeito e sua fala não tinham espaço para diligências; ao ser apresentado um indivíduo com o poder considerado supremo, isso poderia ser reduzido a algo próximo de nada. Nesse sentido, a dialética do “eu falo”, “eu minto”, não aparecerá na própria reflexão do sujeito.

O fictício não está nunca nas coisas nem nos homens, mas na impossível verossimilhança do que está entre eles: encontros, proximidade do mais longínquo, absoluta dissimulação lá onde nós estamos. A ficção consiste, portanto, não em mostrar o invisível, mas em mostrar o quanto é invisível a invisibilidade do visível. (FOUCAULT, 2015, p. 229).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





Promovendo uma aproximação com o objeto empírico investigado por Elias (2001), a corte francesa exibía aspectos de uma ficção. O poder absoluto do rei chegava até onde ele conseguia exercer o jogo, principalmente pelo uso de elementos ficcionais. Até onde ia o invisível na invisibilidade do visível de uma sociedade de corte?

A partir do momento, efetivamente, em que o discurso para de seguir a tendência de um pensamento que se interioriza e, dirigindo-se ao próprio ser da linguagem, devolve o pensamento para o exterior, ele é também e de uma só vez: narrativa meticulosa de experiências, de encontros, de signos improváveis – linguagem sobre o exterior de qualquer linguagem, falas na vertente invisível das palavras; e atenção para o que da linguagem já existe, já foi dito, impresso, manifesto – escuta não tanto do que se pronunciou nele, mas do vazio que circula entre suas palavras, do murmúrio que não cessa de desfazê-lo, discurso sobre o não discurso de qualquer linguagem, ficção do espaço invisível em que ele aparece. (FOUCAULT, 2015, p. 230).

Estabelece-se neste ensaio as palavras que Foucault utilizou para designar a escrita ficcional com o sentido de aproximar da sociedade de corte em seu aspecto teórico. No momento em que Foucault (2015, p. 231) cita Sade, Blanchot, Nietzsche, Artaud e Bataille como exemplos para a realização da “pura e a mais desnudada experiência do exterior”, Elias (2001) demonstra como isso foi perceptível na sociedade de corte. A experiência do exterior na corte será dada principalmente nas relações estabelecidas, antes de qualquer outra, pelo rei e os demais indivíduos presentes na corte.

Foucault (2015) traz, em sua definição de atração e negligência, textos que descrevem acontecimentos não reais mas, ao mesmo tempo, refletindo acerca do real. Ao afirmar, por exemplo, que a dissimulação está em todos os lugares e cita uma obra de ficção para fazê-lo, não descarta a assertiva dessa situação encontrar-se na realidade. É desse modo que ele coloca a presença da lei e da transgressão como manifestações de dissimulação. A lei é uma demonstração clara do pensamento do exterior; bem como a transgressão, o seu aparecimento; “a lei é essa sombra em direção à qual necessariamente

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





se adianta cada gesto na medida em que ela é a própria sombra do gesto que prossegue” (FOUCAULT, 2015, p. 235).

O “falar”, “mentir”, a “lei” e a “transgressão” são, portanto, resultados visíveis e verificáveis do pensamento do exterior. O primeiro e o terceiro indiscutivelmente necessários para a apresentação do segundo e do último. Serão esses resultados, todos possuindo o sentido de linguagem para Foucault, ao mesmo tempo que demonstram sua exterioridade e dissimulação, que se aproximam do que verificou Elias (2001).

Aspectos eliasianos

A sociedade de corte, objeto empírico apresentado por Elias (2001) em sua investigação, demonstra uma série de nuances e mecanismos elaborados pelos indivíduos da corte com vistas à sua distinção do conjunto da sociedade francesa. Elaborar uma etiqueta, para o rei, significava não apenas estabelecer uma distância, mas também uma dominação. “Quanto mais um soberano se mantém distante, maior é o respeito que o povo lhe confere” (ELIAS, 2001, p. 133).

Alguns aspectos merecem ser considerados, também observados por Elias: o campo de atuação do rei e as relações estabelecidas como meio de dominação. Disso não estão isentas as interdependências na corte e a dominação por meio da fala, a partir da situação privilegiada do rei frente aos demais indivíduos da corte. O poder de fala e, por conseguinte, de mentir, encontrava no rei a personificação para o exercício de manutenção do seu *status quo*.

Elias (2001, p. 136) aponta que, ao contrário do sentido weberiano de “líder carismático”, o rei Luís XIV não estava exercendo sua dominação em tempos de crise. Se assim o fosse, o nível de previsibilidade seria menor; no entanto, as forças estariam voltadas em uma única direção. Ou seja, na corte governada por Luís XIV o que havia era a ausência de unidade de interesses, que deveria ser habilmente administrado pelo soberano no sentido de se manter rei. O soberano absolutista deve guiar o grupo central,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





a corte, no interesse de formar uma elite e colocando-se acima dessa elite pelo uso das rivalidades internas.

Aquilo a que nos referimos como “grandes homens” diz respeito, em poucas palavras, a indivíduos que, sendo bem-sucedidos na resolução de determinados problemas que a situação social de sua época impunha, tiveram uma notoriedade extraordinariamente ampla, seja num período curto com maior intensidade, seja num período mais longo de suas vidas, seja durante a vida toda, ou só depois da morte. (ELIAS, 2001, 140, grifos do autor).

A corte e o rei investigados por Elias não reproduziram nada de excepcional na história da França. Seu principal feito esteve em manter a sociedade francesa sob a autoridade de um governo central, personificado em Luís XIV; isso só foi possível, segundo Elias (2001, p. 141), pelo fato de a marca característica dele ter sido “uma calma e regular mediocridade”. O controle conseguido pelo rei sobre sua corte pautava-se na elevação de uma elite sobre os demais membros da sociedade francesa e da sobreposição do rei sobre todos.

A manutenção da autoridade de Luís XIV reside, pois, na manutenção das tensões entre os membros da corte. Assim, o seu falar ou calar influenciaria diretamente nas relações entre os diversos grupos que compunham a sociedade cortesã em Versailles. “Guiar as pessoas aparece como uma função central de dominação tanto no caso da dominação carismática ou conquistadora quanto no da dominação defensiva e conservadora de Luís XIV” (ELIAS, 2001, p. 142).

Portanto, o rei era senhor e súdito da sociedade de corte. O que o colocava acima dos demais era a representação simbólica do seu poder, o simulacro. Falar, calar, mentir, as leis e suas transgressões estavam personificadas em Luís XIV. Ao mesmo tempo, ele próprio estaria preso ao seu falar, calar, mentir, a suas leis e transgressões. Toda concentração em uma só pessoa, por tanto tempo (Luís XIV governou a França por 72 anos) demandaria dele um esforço institucional imensurável. Ainda assim, o período exercido por ele foi marcado por uma estabilidade política interna, marcada principalmente pelo controle na balança de poder, capitaneada pelo próprio rei.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





É por meio da relação e do controle que se exerce o poder na corte, definido por Elias (2001) como figuração de indivíduos. Na corte, assim como na literatura, “os indivíduos realmente mudam, mas as relações entre eles não” (ELIAS, 2001, p. 156); o lugar de sujeito, bem como a autoridade do indivíduo, encontra-se naquele que fala e pelo qual se é falado. A liberdade do rei possui limites impostos por ele mesmo ao falar e legislar; “nada é mais significativo para o problema da interdependência humana do que o fato de que toda ação de um soberano [...] ao mesmo tempo torna o soberano dependente dos súditos” (ELIAS, 2001, p. 157-158). O poder absoluto do rei está aqui demarcado.

Considerações finais

Os autores apresentados encontraram na transitoriedade de certezas como “eu minto” ou “poder absoluto” uma maneira para explicar suas ideias acerca do falar como resultado do pensar, e da liberdade, como resultado da efetiva distribuição do poder. Foucault (2015) tratou suas ideias por meio do uso de autores ficcionais e da literatura como mecanismo de desnudar a própria literatura. Elias (2001) investigou a sociedade de corte e as suas relações, principalmente ao redor do soberano, para apresentar uma possibilidade não apenas de manutenção de poder, mas das interdependências necessárias a ela.

Objetivamente este ensaio procurou apresentar aproximações sobre o modo de entender a sociedade não como algo dado e acabado mas, principalmente, como algo que merece o olhar de vários ângulos para uma melhor compreensão dos mecanismos sociais. Nenhum dos dois pensadores procurou promover ideias acerca de estruturas imutáveis e indelévels. Essa pode ser exatamente uma primeira aproximação.

Quando passamos a focar, em nossa observação, em vez de dois conceitos absolutos diametralmente opostos entre si, como liberdade e determinismo, os problemas de grau e de equilíbrio, constatamos então que o problema da liberdade e o problema da efetiva distribuição do poder entre os homens estão em conexão bem mais estreita do que pode parecer. (ELIAS, 2001, p. 159).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Do mesmo modo Elias trata, pode-se dizer do pensamento “eu falo”, “eu minto”, de Foucault (2015). O rei, assim como o autor, procura na dissimulação apresentar o seu pensamento do exterior. É pela experiência do exterior, no caso da corte, que as relações de poder são apresentadas e aparecem. O soberano, como indivíduo de maior poder na corte, utiliza a fala visando sua manutenção no jogo. Não apenas a fala, mas também o calar, a lei e a dissimulação.

Esses mecanismos, apresentados por Foucault (2015), podem encontrar realidade nas ações de Luís XIV, apresentado por Elias (2001). O rei era o soberano; criava, aproximava ou menosprezava membros da corte francesa com a intenção de dissimular um poder absoluto. Sua fala e o seu silêncio eram amplamente observados e cada um desses gestos direcionados a um cortesão possuía grande valor simbólico por explicitar as tensões.

Vê-se aí, também, uma segunda aproximação entre os teóricos. A lei e quem a elabora são instâncias de uma mesma experiência. Assim como a presença da lei é a sua própria dissimulação e a transgressão dela faz com que surja, o soberano, autor da lei, é a personificação e a possibilidade de sua transgressão. O rei Luís XIV e sua corte, objetos de investigação de Norbert Elias na obra *A sociedade de corte*, demonstram com houve a manutenção dessa figuração social, mesmo após a morte do “Rei Sol”.

A palavra é para Foucault (2015) um objeto de importante questionamento; ele promove sua emergência para questionar o sentido absoluto de poder a ela dado por muito tempo, inclusive nos meios acadêmicos. Não se questionava a fala por vir de quem vinha; não se questionava a palavra porque “ela tinha o poder de fazer aparecer o corpo visível e eterno da verdade” (FOUCAULT, 2015, p. 245). Ao perceber a possibilidade de sua dissimulação, principalmente pela presença do “eu minto”, Foucault (2015) posiciona a palavra, a fala e a lei em um campo de investigação e transitoriedade.

Elias (2001), por sua vez, questiona a afirmação do absolutismo do rei. Fá-lo investigando a rede de interdependências existentes na corte e a necessidade de certificar e manter uma elite da qual estaria acima mas, ao mesmo tempo, dependia dela para

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





corroborar seu poder. Apresentar o “Rei Sol” como alguém dependente é questionar verdades ditas anteriormente e também suscitar caminhos metodológicos possíveis.

Por fim, Foucault (2001) e Elias (2015) ampliaram horizontes metodológicos ao demonstrar objetos empíricos a partir de compreensões teóricas distintas. Apesar disso, os textos analisados neste ensaio levam à conclusão de que, trazendo à tona situações concretas, desencadearam o pensamento da dissimulação como ferramenta de poder e sua manutenção. Suas contribuições vão no sentido de embasar estudos sobre instituições e relações sociais viáveis de investigação, levando em conta não apenas os sujeitos e suas relações, mas também os ditos e não ditos presentes nelas.

Referências bibliográficas

DOLAN, Paddy. Space, Time and the Constitution of Subjectivity: Comparing Elias and Foucault. *Foucault Studies*, n. 8, p. 8-27, feb. 2010. doi: 10.22439/fs.v0i8.2938. Disponível em: <<https://arrow.dit.ie/cgi/viewcontent.cgi?article=1002&context=clsart>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 17.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. *O pensamento do exterior*. In: MOTTA, Manoel Barros da. (Org.) *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. p. 223-246. (Coleção Ditos e Escritos III).

HUGHES, Jason. Emotional Intelligence: Elias, Foucault, and the Reflexive Emotional Self. *Foucault Studies*, n. 8, p. 28-52, feb. 2010. Disponível em: <<https://rauli.cbs.dk/index.php/foucault-studies/article/view/2942/3013> >. Acesso em: 10 abr. 2018.

SMITH, D. The Civilizing Process and the History of Sexuality: Comparing Norbert Elias and Michel Foucault. *Theory and Society*, vol. 28, issue 1, p. 79-100, Feb. 1999. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1023%2FA%3A1006938626238#citeas>>. Acesso em: 06 jul. 2018.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

SPIERENBURG, Pieter. Punishment, Power, and History: Foucault and Elias. *Social Science History*, vol. 28, issue 4, p. 607-636, Winter 2004. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/social-science-history/article/punishment-power-and-history/59039933DDDE887EF5931D2AC6862067>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. *Revista Brasileira de educação*, n. 21, p. 90-103, set/out/nov/dez, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a07>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA, AGENDAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS E A RECONDUÇÃO COMPORTAMENTAL CONSEQUENTE DESSAS DEMANDAS

Ma. Ana Cláudia Vieira Silva
Centro Universitário Christus
posmetodologiaana@gmail.com

Resumo: Trata-se de discutir, como proposição teórico-metodológica, a ideia de que há uma necessidade de recondução comportamental quanto às práticas interventivas de responsabilidade social universitária, no âmbito das políticas sociais compensatórias. A ênfase teórico-metodológica é no imperativo da recondução comportamental, e, nesse caso, regulamentar, dos modos de conduta e das mudanças de comportamento discutidos por Elias. Aspectos subjacentes às mudanças históricas e à dificuldade de se imprimir uma nova lógica comportamental, em que responsabilidade social universitária, como tentativa de política social compensatória, tem uma lógica que lhe é própria, uma prática de desvio, uma subversão de pressupostos.
Palavras-chave: Modos de conduta. Educação superior. Responsabilidade social.

UNIVERSITY SOCIAL RESPONSIBILITY, CONTEMPORARY SOCIAL AGENDAS AND THE BEHAVIORAL RECONDITION CONSEQUENT OF THESE DEMANDS

Abstract: This article is a discussion, as a theoretical-methodological proposition, of the idea that there is a need for behavioral renewal of interventional practices of social university social responsibility in the context of compensatory social policies. The theoretical-methodological emphasis is on the imperative of behavioral renewal, and in this case, regulation, of the modes of behavior and behavior changes discussed by Elias. Aspects underlying the historical changes and the difficulty of printing a new behavioral logic, in which university social responsibility, as an attempt of compensatory social policy, has its own logic, a practice of deviation, a subversion of presuppositions.

Keywords: Conduct modes. College education. Social responsibility.

De maneira simples e objetiva, responsabilidade social pode ser entendida como uma estratégia empresarial, que consiste na obrigação de maximizar os impactos positivos sobre os *stakeholders* e minimizar os negativos (FERREL, 2006). De maneira mais

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





abrangente, tem-se a da ISO 26000¹²², expondo que, ao abordar e praticar a responsabilidade social, o objetivo mais amplo da organização é maximizar sua contribuição para o desenvolvimento sustentável, definindo-se pelos seguintes princípios: (1) Governança organizacional, (2) Direitos humanos, (3) Práticas de trabalho; (4) Meio ambiente; (4) Práticas legais de operação; (5) Questões relativas ao consumidor; (6) Envolvimento e desenvolvimento da comunidade (ISO 26 000, 2010). Como se vê, o conceito envolve diversas relações possíveis entre empresa, trabalho/trabalhadores e sociedade.

As diretrizes para responsabilidade social, de acordo com o Ministério da Educação- MEC, são as agendas sociais contemporâneas mais demandadas na ordem do dia nas últimas décadas, que envolvem causas sociais transfiguradas como regulamentações e diretrizes: (1) *sua contribuição em relação à inclusão social*; (2) *Contribuição em relação ao desenvolvimento econômico e social*; (3) *Defesa do meio ambiente*; (4) *Defesa da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural*. Relacionando esses aspectos ao compromisso social da instituição como: (5) *Expressão da sociedade democrática e pluricultural*; (6) *de respeito pela diferença e de solidariedade*. Sendo estas causas passíveis de múltiplos entendimentos e contradições, as instituições de ensino superior tendem a apropriar-se das regulamentações do SINAES/MEC(2003) de forma distinta e em um nível de profundidade diverso, por vezes de acordo com sua capacidade orçamentária e estrutural e, por outras vezes, por conta da ideia constituída acerca dos temas ou das referidas agendas sociais.

A lacuna existente entre as agendas sociais contemporâneas e as apropriações dos temas como projetos sociais possibilita entender que a responsabilidade social universitária requer um novo olhar, uma nova conduta. Essas diretrizes, num contexto mais amplo de mudanças sociais, de redimensionamento de parâmetros, é, no dizer de Elias (1994)¹²³, o desenvolvimento da gentileza, uma gentileza contemporânea que

¹²² International Organization for Standardization 26000 (ISO 26000). Não certifica, apenas orienta.

¹²³ Norbert Elias, na obra *A Sociedade de Indivíduos*, define e situa suas pretensões epistemológicas no que se refere ao entendimento conceitual de *indivíduo* e de *sociedade*, como consequência de um processo reflexivo de suas pesquisas ao longo de 50 anos de estudo, que foi se corporificando como problema sociológico no decorrer da concepção do livro *O Processo Civilizador, vol. I e II*, sua preocupação em



prevê o respeito à diversidade, uma relação menos devastadora com natureza, um novo processo civilizador condizente com as urgências do nosso tempo.

Se percebidos como desenvolvimento de modos de conduta (ELIAS, 1994), esses direcionamentos do MEC, que não são discutidos como questões valorativas e/ou comportamentais, porque sua percepção mais urgente se dá por conta de sua condição regulamentar, trataria, de fato, de um *modus vivendi* que não admite, por exemplo, a intolerância racial e de gênero. Desse modo, é possível perceber a ordem subjacente às mudanças históricas com ênfase nessas políticas? Entende-se que sim, mesmo que os direcionamentos sejam pontuais, regulamentares, administrativos, há implicações ou reverberações quanto às mudanças na estrutura da sociedade, que foram/vão, porque são constantemente redesenhadas, a partir de um imperativo corporativo/educacional que não se lê como tal, mas reflete essa necessidade de mudança de comportamento na tentativa de redimensionamento dos valores instituídos e na tentativa de instituir esses projetos atendendo as suas diretrizes, para não incorrer no vazio.

O MEC tem utilizado, nos últimos anos, uma espécie de instrução normativa que qualifica e explica a condição dessas regras e dessas exigências. Nessas instruções ele apresenta uma memória histórica que situa a participação de movimentos sociais organizados quanto aquele direcionamento (agenda social) que se tornou exigência educacional, como, por exemplo, a RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004, que as Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana do CNE/MEC. Isso denota a participação da sociedade civil vanguardista nessas conformações regulamentares.

Assim, responsabilidade social universitária, definitivamente não está ligada a um único condicionante, trata-se, a um só tempo, de mercado (expansão e qualificação de mão de obra), de política educacional (democratização do ensino), de gestão do setor privado (utilização de *conceitos-ferramentas*, tais como

formular uma teoria para o que ele chama de “um dos problemas cardeais da Sociologia”, qual seja, a relação da pluralidade de pessoas – sociedade, com a pessoa singular – indivíduo.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

responsabilidade social), de agendas sociais (pressão dos movimentos sociais organizados).

Embora a definição do MEC aponte uma conceituação para responsabilidade social com referência e com objetivações, por meio de um *script* através do qual elas serão quantificadas, as características e atribuições, como agendas sociais, continuarão a apontar para um horizonte amplo e indefinido, isto porque os pontos de caracterização representam praticamente todos os projetos de transformação social que envolvem a interação entre os sujeitos na sociedade contemporânea: respeito às alteridades, desenvolvimento sustentável, democracia. Por conta disso é que se referem aos valores socialmente estabelecidos ou às mudanças de valores socialmente estabelecidos, que, segundo Elias (1994), em cada década assumem sua bandeira e sua causa contemporânea, relacionando práticas e percepções de mundo, “tudo o que se pode dizer hoje é que, com a civilização gradual, surge certo número de dificuldades específicas civilizacionais”. (ELIAS, 1994, p. 19),

Diante desse contexto, entende-se que o panorama teórico sobre responsabilidade social deverá contribuir para o entendimento das possibilidades de mudança de referência e de comportamento em que os sujeitos, por sua condição plural, não serão meros objetos de controle social. Essa noção de apropriação diversa, oferecida pelo próprio objeto de pesquisa, em que é a significação dada aos projetos pelos sujeitos envolvidos nas suas práticas e na criação dos seus discursos extrapola e torna inexata diversas pretensões previstas nas regulamentações e nos projetos.

Suponha-se que percepções e ações quanto à promoção da equidade social sejam equivocadas, dando como exemplo um projeto voltado para comunidades indígenas que esperava encontrar canibais e, por conta disso, recusou, a princípio, o desenvolvimento deste; só a discussão da iniciativa, incontestavelmente, coloca essas questões em pauta em ambientes nos quais essas questões vinham ficando à margem, embora se tenha toda uma quimera sobre a função social da educação. Para Elias (2000), nós ainda estamos por elaborar um arcabouço teórico passível de verificação

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





“sobre as fantasias coletivas relacionadas com o desenvolvimento dos grupos” e de suas práticas, quanto às questões comportamentais coletivas.

As escolhas dos projetos e das ações são, até certo ponto, estagnadas pelas visões de mundo e de prática educacional, podem até ser representações de manobras de homogeneização do pensamento quanto aos desejos da classe dominante, existem os determinantes econômicos sim, foram estes que deram origem a este conceito-ferramenta - responsabilidade social - mas esta homogeneização do pensamento já está a tal ponto entranhada, que se tornou estrutural. Por conta disso, deve-se levar em consideração que existem implicações culturais aí. Entendam-se estes determinantes regulamentares supracitados, de características com tamanha amplitude, *como sugestivos quanto à imperativos das transformações sociais em curso, aos novos modos de conduta*, a que Elias (1994) se refere.

Segundo Elias (1994), o processo civilizador estende-se por inúmeras gerações, significando que algo que não causava vergonha ou constrangimento em séculos passados poderá causar agora, e que o “eu” não pode ser destituído do “nós”. Força-se, neste sentido, ao coletivo institucional, que é impelido nas práticas de responsabilidade social, a assumi-las como práticas cotidianas de trabalho, se esta é direcionada à promoção da equidade social, por exemplo, refere-se também à equiparação de salários para homens e mulheres, vide o *glossário* elucidativo da ISO 26000 e, nessa perspectiva de sentido, como prática e relação social que se refere à recondução comportamental.

As corporações ou instituições são compostas de sujeitos historicamente datados, que tendem a olhar para as diretrizes institucionais como metas, mas que não conseguem perceber, grosso modo, o peso valorativo que essas ações socialmente responsáveis carregam em suas essências textualizadas na forma de lei e regulamentações. Assumi-las, portanto, significa transcender a um *modus vivendi*. Para Elias (1994), não existe um abismo entre indivíduo e sociedade, já que um é reflexo do outro, assim como não é possível pensar as políticas ou ações sociais privadas somente por seu espectro econômico, esquecendo que essas instâncias são compostas por indivíduos de comportamentos heterogêneos.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





Os projetos apresentam aspectos igualmente conflitantes, porque envolvem percepções do mundo, entendimento de pobreza e de equidade social, dentre outras questões, necessariamente controversas de conduções regulamentares e institucionais. Os objetos das agendas sociais contemporâneas, no âmbito acadêmico, estão sendo impressos como projetos sociais privados (com um caráter mais elaborado) ou como ações sociais privadas (com um caráter mais pontual).

Estas questões não seriam apontadas como diretrizes se estivéssemos tratando de algo efetivamente alcançado e consensual. É fato que sua efetivação está impregnada de construções em que o estigma se manifesta na “situação do indivíduo que está inabilitado para aceitação social plena” (GOFFMAN, 1982). Entendemos que o “inabilitado”, nesse caso, é o “sujeito carente”, público-alvo, de um modo geral, nas políticas de responsabilidade social universitária. É justamente por conta de sua condição de inabilitado é que ele é público-alvo desses projetos sociais.

Para Goffman (1982), o estigma é um atributo que serve de referência para alguém, a ponto de diferenciá-lo, de maneira comumente depreciativa, dos demais sujeitos: “presidiário, é muito difícil da direção aceitar¹²⁴”, pronunciou-se certa coordenação. Por suposto, a carência financeira e a opulência representam, na sociedade brasileira, também uma condição de *status* de aceitação ou de estigmatização. Deste modo, “um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso” (GOFFMAN, 1982, p-13).

Dito isto, pode-se entender que os *sujeitos institucionais*, os tais envolvidos com os projetos de responsabilidade social universitária, leia-se diretores, professores, funcionários e alunos, possuem, necessariamente, percepções de mundo que envolvem o seu modo de agir e de participar, tanto dessas agendas sociais contemporâneas caracterizadas conceitualmente como diretrizes quanto dos imperativos da sociedade contemporânea, que fazem destas uma possibilidade de recondução comportamental.

¹²⁴ Relato transcrito da pesquisa dissertativa e/ou dos dados empíricos de Ana Cláudia Vieira Silva, intitulada OS DISCURSOS CONSTRUÍDOS EM TORNO DAS PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO.



Segundo Elias (2000), na atualidade, é muito comum não se distinguir a estigmatização grupal dos preconceitos individuais, não os relacionando entre si. Quando se fala em responsabilidade social universitária, é possível dizer que não é uma prática que se lê, que se autoavalia quanto a maneira como percebe o outro favorecido com as políticas e/ou projetos institucionais, talvez nem haja tempo para isso. Há também um despreparo para lidar com segmentos sociais até então estigmatizados.

Então, de um lado, uma pressão social para comportamentos politicamente corretos e de outro, as determinações institucionais ligadas à uma função gestora e aos estigmas e preconceitos fatigantes de uma outra época. Observe-se: “Essa ação levou atendimento de qualidade para um segmento carente da população cearense, que de outra forma não teria como ter acesso a informações e orientações tão importantes para a sua saúde¹²⁵”, é a relação dos *arrogantes letrados* com os *carentes ignorantes*, como *estabelecidos e outsiders*. (ELIAS, 2000). Os grupos estabelecidos atribuem, ao seu grupo, características humanas superiores (ELIAS, 2000), que podem assumir um papel discriminatório ou superior, no caso de partícipes de projetos de responsabilidade social universitária, caracterizam-se estes como redentores, quanto aos membros dos grupos excluídos/assistidos.

Isto se dá porque os imaginários sociais estão repletos de construções preconcebidas sobre as comunidades que pretendem atender com suas propostas¹²⁶. Assim, na gama de projetos sociais postos em prática por instituições de ensino superior privadas, nas agendas sociais que são assumidas por essas instituições, podem ser percebidos indícios de muitos discursos e de muitas práticas que levam a perceber quão inacabados são esses projetos no que se refere à aceitação do outro, ao desejo de interagir, à possibilidade de um compartilhamento mais cotidiano. Nesse sentido, a ideia de *aceitação condicional* (GOFFMAN, 19982) pode ser presumida, quanto às propostas

¹²⁵ Idem nota 3.

¹²⁶ As instituições escolhem, muitas vezes, desenvolver trabalhos juntos a ONGS e movimento sociais organizados. Já que o acesso direto às comunidades ou favelas é vista como atividade de grande risco para integridade física dos alunos.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



PPEdu UEL





sociais interventivas das IES. O encontro se dá a partir de uma situação regulamentar, institucional e discordante entre os sujeitos assistidos e os benfeitores sociais temporários.

De acordo com Goffman (1982), aceitação condicional se refere à situação em que os “normais” e os “estigmatizados” são confrontados e sua interação e convivência são representadas nas fronteiras que os separam nessas mesmas condições, a de normais e a de estigmatizados. Essas fronteiras não poderão ser extrapoladas. Por vezes, poderão ser flexibilizadas, desde que não pressione os “normais” na sua possibilidade de aceitação, configurando, assim, o *bom ajustamento*. Como *bom ajustamento* entenda-se que os normais não admitiram para si mesmos que possuem uma tolerância limitada “e significa que os normais podem continuar relativamente não contaminados pelo contato último com os estigmatizados, relativamente não ameaçado em suas crenças referente a sua identidade”. (GOFFMAN, 1982, p-132).

O *desenvolvimento de modos de conduta* (ELIAS, 1994) se dá, por exemplo, quando uma IES coloca que “o projeto se propõe a promover e facilitar conhecimentos e práticas educativas despertando a consciência ecológica através de atividades didáticas de cunho interativo, que buscam a valorização do ambiente local e global, numa perspectiva de envolver a comunidade acadêmica à necessidade de atuar de forma ativa neste processo, integrando-se com a comunidade local, regional e ou nacional”. Os códigos de conduta da sociedade contemporânea, que estão inscritos nas exigências para as práticas socialmente responsáveis, envolvem uma nova relação com a natureza, uma mudança ou ideia de mudança na relação com a natureza.

As empresas ou instituições “precisam contribuir para o desenvolvimento social”, seja lá a quem se dirijam seus projetos, eles serão contabilizados através de seus registros iconográficos e relatórios. Segundo Elias (2000), quando os grupos de *outsiders* (comunidade ditas carentes) são necessários, de alguma forma, ao grupo de estabelecidos (IES em condições de oferecer serviços), o vínculo duplo começa a funcionar mais abertamente, sem fazer desaparecer a desigualdade da dependência, embora a diminua.

Mas é também necessário e possível dizer que, quando o MEC (2010) determina que a *inclusão social* seja revertida em práticas institucionais, essas práticas

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





necessariamente envolverão adequações e percepções de mundo. Goffman (1982) afirma que as condições de “normais” e estigmatizados são constantemente reconduzidas, recontextualizadas e ressignificadas, ao longo do tempo e do processo civilizatório, quanto aos *modos de condutas* aceitos ou não.

Pode-se relacionar, por exemplo, a postura redentora que muitos projetos de responsabilidade social assumem diante dos beneficiados: “oferecer-lhes o acesso a um conhecimento que de outra forma eles não teriam” ou “não é perigoso trabalhar com índios? ”, quando Elias (2000, p-23) diz que “perde-se a chave do problema que costuma ser discutido em categorias como a de ‘preconceito social’ quando ela é exclusivamente buscada na estrutura de personalidade dos indivíduos”.

Não se está questionando as benesses que, de certa forma, serão suscitadas com os projetos e com as ações de caráter social. Refere-se à condição de estabelecido e, como tal, à situação em que “superioridade de poder confere vantagens aos grupos que a possuem”. É perfeitamente possível fazer essa relação quando se detecta que não necessariamente há um reconhecimento quanto às necessidades e potencialidades do outro a quem se quer assistir, quando se propõe a prestação de um serviço comunitário. Mas “a peça central dessa figuração é um equilíbrio instável de poder, com as tensões que lhe são inerentes” (ELIAS, 2000, p. 23), essa condição é decisiva para a estigmatização que contrapõe estabelecidos e *outsider*, sujeitos das ações institucionais e beneficiários, “um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído. (ELIAS, 2000, p. 23).

Pode-se dizer que há uma característica que é rara nos projetos: um levantamento prévio sobre os anseios e as necessidades das comunidades atendidas. Os benefícios levados a elas são planejados de acordo com a referência institucional e a percepção de mundo de seus gestores daquilo que ele sugere que é importante e bom para uma “comunidade carente”. Nesse sentido, a ausência de conhecimento sobre a realidade em que há a pretensa inserção é uma regularidade nestes projetos.

Tenha-se como exemplo, na sociedade contemporânea, sob a ótica da aceitação praticada institucionalmente, o negro e o homossexual, quando confrontados nos seus

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





espaços de convívio com essa questão, “os normais” sentem o *bom ajustamento* ameaçado, é então que o racismo se desmascara, com as polêmicas em torno das políticas de cotas (vide os diversos protestos e a opressão que os alunos cotistas vêm sofrendo nos espaços das universidades), e a homofobia se revela, na rejeição de demonstrações de afeto público entre pessoas do sexo.

O fato é que a condição de estabelecido, esclarecido e dominante, não se dilui nesse processo, “o estigma social que seus membros atribuem ao grupo dos *outsiders* transforma-se em sua imaginação, num estigma material – é coisificado”. Elias (2000, p-35). Não se dilui, mas também, sozinha, não é capaz de dar conta da apreensão dessas configurações que engendram a elaboração e implementação dos projetos de responsabilidade social das IES, em relação à aceitação paulatina das cotas e de campanhas que as IES muitas vezes encampam, tais como: “respeite as diferenças”, “Campanha Afro-Humanidade”.

Trata-se, portanto, de um *vínculo duplo, um laço tenso e desigual de interdependência em que claramente um grupo se percebe como superior ao outro, não só em condições financeiras, porque isso é somente o que define a ação* (ELIAS, 2000). Os critérios de escolha relevantes para a implementação da ação em questão são “os alunos atuarem em questões reais”, são medidas que os favorecem profissionalmente e supostamente despertam “a preocupação com os que precisam de justiça”, numa relação em que as comunidades são percebidas como “carentes de virtudes” (expressão utilizada por Elias), necessitados de tudo, inclusive de justiça; na sociodinâmica da estigmatização, os estabelecidos se completam.

Vale ressaltar que, de um modo geral, as IES procuram atender público que causam mais comoção à população do que rejeição, embora estejam todos estes em condições de vulnerabilidade social, em cada época existem as “alterações nos tipos de desgraça” para o aparecimento de novos estigmas (GOFFMAN, 1982), significando que as escolhas se dão por uma solidariedade de distanciamento, de ordem vertical. Por exemplo, o mais comum é atender crianças vítimas de câncer, idosos em situação de abandono. Dentre as instituições pesquisadas, apenas uma atende presidiários, este não é

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





o tipo de vulnerabilidade assistida, embora, dentre as 12 instituições pesquisadas, oito tenham o curso de Direito. Responsabilidade social universitária como prática e como discurso requer mudança de comportamento e recondução comportamental? Sim, embora não se leia e nem se perceba diante dessa necessidade, sua definição é interventiva e, como tal, requer, no mínimo, um olhar para questões sociais que são inerentes ao discurso.

Referências bibliográficas

ELIAS, N. O processo civilizador: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I.

ELIAS, N. A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000.

GOFFMAN, E. Estigma - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1982.

MEC. Instrumento de Avaliação para Credenciamento de Instituição de Educação Superior (Faculdade) Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. . BRASÍLIA: MEC, 2010.

Disponível em: <http://www.abmes.org.br/abmes/public/arquivos/legislacoes/instrumento_avaliacao_para_credenciamento_IES_2010_09.pdf> . Acesso em: 17 nov. 2012.

MEC. SINAES.2003. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 20 maio 2013.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

A ACELERAÇÃO DO PROCESSO CIVILIZADOR E A POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DO RECORTE TEMPORAL DE ANÁLISE

Ma. Ana Flávia Braun Vieira
Universidade Estadual de Ponta Grossa
ana.braun@yahoo.com.br

Resumo: Este ensaio discute os *elementos aceleradores* do processo civilizador e a redução do recorte temporal de análise. Para tanto, tais elementos foram historicizados e problematizados teoricamente, o que permitiu observar que questões apontadas por Elias como propulsoras da civilização desenvolveram-se ao longo do próprio processo civilizador, possibilitando sua investigação em recortes inferiores à proposta original do autor.

Palavras-chave: processo civilizador; *aceleração do processo civilizador*; recorte temporal.

Abstract: This essay discuss the *accelerator elements* of the civilizing process and the reduction of temporal cut of analysis. Therefore, these elements were historicized and theoretically problematized, which made possible to observe that questions pointed by Elias as propellants of civilization developed throughout the civilizing process itself, enabling its investigation in temporal cuts inferior than the author's original proposal.

Keywords: civilizing process; *acceleration of the civilizing process*; temporal cut.

Considerações iniciais

As novas formas de ser, pensar e se comportar decorrentes de mutações nas estruturas sociais, possibilitadas por inventos que colaboram para o estreitamento das relações entre os indivíduos, contribuem para alterações nessas mesmas estruturas, que, ao se modificarem, demandam outros padrões à constituição psicológica dos indivíduos em dada formação social. Esse contínuo de transformações configura o processo civilizador, que na tendência atual tem caminhado para a regulação constante e altamente diferenciada do comportamento¹²⁷.

A noção de processo civilizador foi desenvolvida por Norbert Elias, sociólogo que publicou suas formulações iniciais em 1939. Em uma abordagem de longa duração

¹²⁷ Os escritos que balizam essa afirmação datam do final da década de 1980.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





(aproximadamente 700 anos), o autor estudou as mudanças e processos sociais que colaboraram à transformação dos costumes europeus, da Idade Média ao Renascimento, o que lhe permitiu observar que, de maneira interdependente, os padrões de conduta socialmente aceitáveis se transformam ao longo do tempo em conformidade com as modificações das estruturas sociais. Tais transformações direcionam-se ao estabelecimento de uma conduta “mais diferenciada, uniforme e estável” (ELIAS, 1993, p. 196) – possível por meio da monopolização da força física e da tributação, da crescente estabilidade dos órgãos centrais da sociedade, da progressiva divisão de funções e do incremento das cadeias de interdependência –, que paulatinamente fez necessária uma nova forma de regulação dos impulsos.

No período analisado por Elias, dadas as determinações desse tempo, o processo de aprendizagem de sínteses¹²⁸, mediado pelo conhecimento e recursos disponíveis, bem como a disseminação e internalização das regras sociais, ocorria mais lentamente: “Inicialmente, desenvolveu-se num ritmo mais lento, uma vez que os seres humanos pouco sabiam do mundo ao seu redor. Contudo, acelerou-se, à medida que se foi conhecendo a natureza inanimada” (ELIAS, 2006, p. 36). Nesse sentido, acredita-se que a internalização de uma conduta “civilizada” tem acelerado no decorrer do próprio processo civilizador, por meio de sucessivas sínteses que permitem que a aprendizagem dos comportamentos socialmente aceitáveis ocorra com maior agilidade¹²⁹.

Tal premissa está pautada nas transformações tecnológicas. A partir do século XIX e do XX em diante¹³⁰, a tecnologia passou a mediar as transformações históricas,

¹²⁸ O desenvolvimento humano tem sido possível mediante a aprendizagem de experiências anteriores. Esse repertório de saber, que percorreu um longo caminho entre as gerações até alcançar seu estágio atual, foi construído a partir de tentativas de acertos e erros. Não obstante, as gerações seguintes não, necessariamente, precisam aprender todos os processos de todos os saberes já formulados pela humanidade, apenas suas sínteses, a partir das quais produzirão novos conhecimentos a serem ensinados de forma concisa aos seus descendentes (ELIAS, 1994).

¹²⁹ O potencial de aceleração não pressupõe efetivamente a celeridade. A velocidade de internalização de determinado comportamento dependerá da esfera da vida a ser regulada e das características da figuração em questão.

¹³⁰ Elias, no livro *Teoría del Símbolo*, afirmou: “Muitas sociedades humanas têm experimentado enormes mudanças dentro de um breve período de tempo do século XX” (ELIAS, 1994, p. 165, tradução nossa). O ritmo de mudanças sociais e de ampliação do conhecimento foi muito lento ao longo de milhares de anos, mas, na opinião do autor, tem aumentando consideravelmente nas últimas décadas.



que desde então são potencialmente mais velozes. Essa “aceleração extrema”¹³¹ – possibilitada pelas mudanças nos mecanismos e processos técnicos que aumentaram a capacidade produtiva e econômica, pelo surgimento de complexos industriais, pela urbanização e pelo desenvolvimento de toda estrutura necessária para seu incremento, com destaque para os meios de transporte e comunicação – vem transformando as estruturas sociais e psicológicas em intervalos de tempo cada vez menores. Essas transformações contribuem para a emergência de novas formas de sensibilidade, que, por sua vez, requisitam uma correspondente moderação das emoções espontâneas.

A capacidade de controlar o comportamento é relativa ao estágio de desenvolvimento de uma sociedade e tende a aumentar em consonância à amplitude das redes de interdependência nela estabelecidas. Para Norbert Elias, a aprendizagem de um controle “mais complexo e estável da conduta passou a ser cada vez mais instilado no indivíduo desde seus primeiros anos, como uma espécie de automatismo, uma auto compulsão à qual não se poderia resistir, mesmo que desejasse” (ELIAS, 1993, p. 196)¹³². Assim, os indivíduos nascidos em um mundo mediado pela tecnologia adequam suas manifestações emocionais às demandas de seu tempo, incluindo a plasticidade dos comportamentos ao ritmo das transformações estruturais.

Diante do exposto, este ensaio discute os *elementos aceleradores* que potencializam o desenvolvimento dos processos civilizadores, sendo eles: o crescimento do repertório de saber; a legislação decorrente da centralização do poder, em âmbito nacional, estadual e municipal; o incremento na divisão de funções, aumentando cada vez mais a interdependência entre os indivíduos e, por conseguinte, a interiorização de um tempo de maior sincronização; a ampliação da capacidade de prospecção; e o avanço tecnológico, com destaque para o desenvolvimento de formas eficazes para o ensino e a

¹³¹ Expressão adotada por Sevcenko em referência às rápidas transformações estruturais ocorridas a partir do século XIX. Segundo o autor, “cada nova tecnologia incorpora potenciais cumulativos, dando lugar a um novo paradigma em intervalos de tempo cada vez menores” (SEVCENKO, 2001, p. 39)

¹³² Nesse ponto, faz-se oportuno evidenciar certo grau de autonomia do indivíduo, que pode não agir de acordo com as expectativas comportamentais da formação social que faz parte. Caso os indivíduos fossem impedidos à total internalização das regras a ele impostas, não haveria práticas desviantes ou de resistência.



aprendizagem de sínteses¹³³. Tais elementos possibilitam a redução de escala analítica dos processos civilizadores. Sendo assim, *longa duração*, adotada nos trabalhos iniciais de Elias, se ressignifica. Dada a velocidade das transformações sociais pós-Revolução Industrial, o processo civilizador pode se desenvolver mais rapidamente, permitindo, então, a análise em menor escala de tempo¹³⁴.

*Elementos aceleradores*¹³⁵

No período que vai da Idade Média ao Renascimento, dadas as estruturas sociais e psicológicas da época, tudo se modificava mais lentamente. Cada geração ia, também com seu pequeno repertório, contribuindo para o incremento dos saberes. A forma como o tempo era internalizado não demandava tanta sincronização e o conhecimento disponível era ainda bastante restrito. Portanto, as alterações sociogenéticas e psicogenéticas eram mais vagarosas. A partir do século XIX, as relações se intensificaram. A industrialização e a concomitante divisão de funções, bem como a urbanização, alteraram a estrutura de personalidade das pessoas, que passaram a realizar um número cada vez maior de atividades em sincronia com outros indivíduos – dos quais sua subsistência depende diretamente. Todavia, apesar de cada vez existirem mais descobertas que demandam modificações nas estruturas sociais e de personalidade, o

¹³³ Acerca dos *elementos aceleradores*, é importante ressaltar que não é possível estabelecer uma relação de causa e efeito, ou seja, dizer que o desenvolvimento da tecnologia seria a causa da civilização ou a civilização consequência do incremento no repertório de saber, para citar alguns exemplos. Trata-se de fatores que aceleram um processo em movimento. Em discussão análoga, ao trabalhar o processo de tecnização, Elias (2006, p. 40) ponderou: “Tecnização e a civilização são apenas dois dos muitos fios emaranhados no desenvolvimento da humanidade. (...) não os considero como se um deles fosse a base e o outro a superestrutura”. Para o autor, no desenvolvimento da humanidade, não existe um aspecto fundamental que seja preponderante em relação aos demais. Trata-se de seres humanos civilizando seres humanos.

¹³⁴ É importante evidenciar que este ensaio não pretende determinar *a priori* o recorte temporal a ser adotado, apenas indicar a possibilidade de redução – em comparação aos trabalhos iniciais de Norbert Elias. O delineamento temporal deve ser orientado pela especificidade de cada objeto e problema de pesquisa.

¹³⁵ Em maior ou menor medida, esses elementos interdependentes vêm se desenvolvendo ao longo de muitas gerações. Alguns deles, inclusive, foram apontados por Elias, a exemplo da capacidade de prospecção. Entretanto, acredita-se que a partir do final do século XIX e início do XX, dadas as transformações nas estruturas sociais e psicológicas, eles se expressam de maneira mais contundente, contribuindo para a aceleração dos processos civilizadores.



aprendizado de condutas correspondentes ocorre mais rapidamente em razão dos *elementos aceleradores*.

Segundo Hobsbawn, o que definiu a passagem do século XIX ao XX foram as mudanças em termos materiais, em termos de conhecimento e no potencial de transformação da natureza. Para o historiador britânico, “todos os países, mesmo os até então mais isolados, estavam, ao menos perifericamente, presos pelos tentáculos dessa transformação mundial” (HOBSBAWN, 1988, s/p). Os avanços tecnológicos contribuíram para a integração, especialmente cultural, de diferentes unidades territoriais, além de estimularem o crescimento da produção material, mediante o aumento o consumo, e o desenvolvimento de formas mais rápidas de comunicação – fatores que concorreram para o crescimento do comércio internacional. A redução das distâncias possibilitada pela tecnologia foi responsável pelo transporte de mercadorias e informações para lugares até então inacessíveis, estendendo a um número cada vez maior de pessoas as relações de interdependências.

Essa configuração da sociedade industrial, pautada em sistemas de produção em massa – no qual a máxima produtividade foi alcançada pelo incremento da divisão de funções, tornando cada trabalhador responsável pela produção de uma única parte da mercadoria –, foi causadora de um vertiginoso aumento da dependência mútua, que demandou a sincronização cada vez mais precisa entre as pessoas. Segundo Hobsbawn (1988, s/p), “a oferta de trabalho não especializado, ou de aprendizado rápido, para homens e mulheres que afluíam à cidade e à indústria parecia quase ilimitada”. Assim, o número de assalariados crescia continuamente.

Como as massas trabalhadoras se beneficiaram com essa expansão, data desse período a criação de uma miríade de produtos e serviços destinados ao mercado de massa, de fogões a gás a bicicletas, o que implicou em transformações na forma de distribuição, já que muitas vendas passaram a ser feitas a prazo, estendendo os vínculos entre compradores e comerciantes. Cresceu também o setor terciário da economia. Isso significa dizer que aumentou o número de trabalhos em escritórios, lojas e outros serviços. Como é possível perceber, a partir da Revolução Industrial, os indivíduos passaram a

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





especializar-se em suas atividades, dependendo cada vez mais de outras pessoas para o provimento de suas necessidades.

O desenvolvimento supracitado foi possível a partir do aprimoramento repertório de saber pretérito incrementado pelas gerações posteriores. As necessidades humanas, especialmente aquelas relacionadas à expectativa de uma *vida melhor*, foram propulsoras dessa expansão. Segundo Sevenko (2001, p 59), se fossem somadas “todas as descobertas científicas, invenções e inovações técnicas realizadas pelos seres humanos desde as origens de nossa espécie até hoje, chegaríamos à espantosa conclusão de que mais de oitenta por cento de todas elas se deram nos últimos cem anos” (SEVCENKO, 2001, p. 24). Como o excerto indica, o processo de inovação é contínuo e corresponde ao constante crescimento do repertório de saber, possível por meio de incontáveis sínteses ocorridas ao longo de muitas gerações.

Elias (1998, p. 108) exemplificou essa questão:

Li, certa vez, a história de um grupo de pessoas que subia cada vez mais alto pelo interior de uma torre desconhecida e muito elevada. Os da primeira geração chegaram até o quinto andar, os da segunda, até o sétimo, os da terceira até o décimo. No correr do tempo, seus descendentes atingiram até o centésimo andar.

Segundo o autor, o “crescimento constante de saber” (ELIAS, 1998, p.139) ocorre mais facilmente nas sociedades atuais, porque os homens e mulheres apreendem o mundo a partir de conceitos derivados de um alto nível de síntese – não porque seriam mais inteligentes, mas pela fase de sucessão de saberes na qual tais indivíduos se situam. Por meio desse conhecimento, aqueles indivíduos que mais rapidamente incorporam o *habitus* da sociedade e da figuração da qual fazem parte, possuem maiores chances de sucesso social, uma vez que “A reflexão contínua, a capacidade de previsão, o cálculo, o autocontrole, a regulação precisa e organizada das próprias emoções, o conhecimento do terreno, humano e não humano (...) [são] precondições cada vez mais indispensáveis para o sucesso social” (ELIAS, 1993, p. 226).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná





Elias (1998, p. 116) definiu a prospecção como a “capacidade de subordinar a satisfação das necessidades presentes às satisfações esperadas no futuro”, possibilitando o exame de determinadas ações antecipadamente. A habilidade de antecipar-se à ação, prevendo as possíveis consequências, contribui para a *aceleração do processo civilizador*, posto que pode significar uma célere interiorização das coerções externas, a fim de adequar o comportamento às expectativas sociais¹³⁶.

A previsão de resultados a curto prazo pode parecer incoerente aos demais apontamentos de Elias sobre a imprevisibilidade dos processos civilizadores. Mas, nesse ponto, faz-se necessária um esclarecimento: de fato, em uma perspectiva de longa duração, as ações dos homens e mulheres do presente jamais poderiam determinar questões futuras. Entretanto, pensando em uma escala temporal menor, da vida dos indivíduos, estes, por meio da capacidade de prospecção, podem antecipar-se às demandas visando seus anseios pessoais ou coletivos. Assim, quando mais “habitado” um indivíduo estiver a dada figuração, maior será a capacidade de modular suas palavras e movimentos visando vantagens a longo prazo.

Sobre isso, entende-se que, a partir da Revolução Industrial, as figurações foram se tornando cada vez mais complexas, exigindo de seus membros planejamento prévio, visando ganhos futuros. De acordo com Elias (1993a, p. 202), “Desde o começo da mocidade, o indivíduo é treinado no autocontrole e no espírito de previsão dos resultados de seus atos”. A consciência de futuro é consonante ao estágio de desenvolvimento atingido e demonstra a relação entre civilização e a experiência no tempo (ELIAS, 1998, p. 115).

Em relação à capacidade de prospecção, a própria bagagem histórica – na qual o indivíduo é iniciado desde seu primeiro contato com o mundo, primeiramente por meio da família, depois na escola e em meios mais amplos, como livros, jornais, revistas e atualmente sites na internet – estimula a celeridade do processo civilizador, uma vez que o conhecimento histórico contribui para uma compreensão mais ampla das circunstâncias

¹³⁶ A esse respeito Elias (1998, p. 115) escreveu: “A necessidade e a capacidade de imaginar de antemão – e portanto, de levar em conta – um futuro relativamente distante exerce uma influência cada vez maior no conjunto das atividades realizadas aqui e agora”.



17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

por meio das quais se chegou ao patamar civilizacional atual, possibilitando uma ampliação da perspectiva temporal.

Por fim, como produto e produtora dos *elementos aceleradores* é possível citar a centralização do poder. Tal qual nos achados de Elias, esta segue contribuindo para o avanço do processo civilizador, a exemplo da regulação da vida pública, e também privada, dos indivíduos – possível por meio da legislação decorrente da estabilização dos órgãos centrais da sociedade. A partir da monopolização da força e da tributação nas mãos do Estado, coube também a essa instância determinar as diretrizes legais de um país, estado ou município, sendo tais determinações balizadoras dos comportamentos nas diferentes figurações que compõem dada sociedade. Essa rede de legislações tem contribuído para o desenvolvimento social relativamente ordenado, ao expressar um patamar de civilização já alcançado e que se pretende disseminar ou, por meio dela, determinar o estágio a alcançar. Independente do intento civilizador, a organização institucional e social de diferentes figurações atende, em maior ou menor medida, às leis estabelecidas em plano federal, estadual e municipal.

Considerações finais

A complexidade das sociedades pós-Revolução Industrial se deve à legislação decorrente da centralização do poder, em âmbito nacional, estadual e municipal, ao aumento da interdependência, à divisão de funções e à interiorização de um tempo de extrema sincronização; à realização de um maior número de atividades em menor espaço de tempo e, portanto, à internalização de um controle cada vez mais rigoroso das emoções; ao aumento do repertório de saber e ao desenvolvimento de tecnologias que aceleram os processos de síntese. A aprendizagem acelerada de sínteses, possível através de meios cada vez mais eficazes de ensino, contribui para a internalização de um *habitus* de forma cada vez mais veloz. A naturalização da realização de múltiplas tarefas nas sociedades urbano-industriais de cultura ocidental contribui para que novos saberes e novas sínteses sejam produzidas com maior velocidade, aumentando o potencial de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





transformação. É importante lembrar que isso, a longo prazo, ocorre de modo não planejado e não possui uma linearidade ou uma hierarquia na ordem de tais acontecimentos. Tratam-se de *elementos aceleradores* interdependentes, com potencial de agilizar as mudanças sócio e psicogenéticas.

A apresentação elementar de tais elementos permite compreender que a direção do processo civilizador ocidental nos últimos séculos tem levado à aceleração das mudanças nas estruturas sociais, que, por sua vez, requisitam transformações de personalidade igualmente velozes. E vice-versa¹³⁷. Por certo que as diversas figurações que compõem as sociedades de cultura ocidental possuem muitos contrastes adquiridos no decorrer de seus processos de desenvolvimento. Todavia, quanto mais os *elementos aceleradores* do processo civilizador se desenvolvem, mais abrangente é sua potencial influência no espaço e sua eficácia em menor intervalo de tempo.

Nesse sentido, acredita-se que, especialmente a partir do século XX – onde tais elementos aceleradores se mostram cada vez mais evidentes nas sociedades de cultura ocidental –, é possível realizar análises empíricas dos processos civilizadores em menos de três gerações. O próprio Elias abriu prerrogativa para pensar nessa redução de recorte quando trabalhou a autorregulação necessária aos motoristas. Segundo o autor,

Enxergamos esse processo com certa clareza quando não nos contentamos com uma perspectiva de curto prazo, ou seja, com coeficientes para um ou dois anos. Ao montarmos uma curva correspondente a um período de 27 anos, as comparações entre diferentes países nos fornecem um quadro mais informativo. As diferentes características estruturais dos lugares que compõem nossa amostra emergem de maneira mais evidente se consideradas a longo prazo (ELIAS, 2006, p. 55).

Este excerto permite observar que, ao final de sua trajetória intelectual¹³⁸, Elias correspondia à longa duração um recorte de tempo bastante reduzido em comparação às

¹³⁷ O que não impede contraprocessos. É importante ressaltar que o ritmo dos processos, civilizadores ou não, é determinado pela estrutura social e psicológica das figurações nas quais se desenrola.

¹³⁸ De acordo com Neiburg e Wazibort (2006, p. 10), o texto “Tecnização e Civilização”, publicado no livro *Escritos & Ensaio I*, “foi originalmente uma conferência pronunciada no encontro anual da Sociedade Alemã de Sociologia, em Hamburgo, em 30 de setembro de 1986”.



suas primeiras publicações. O tempo adotado pelo autor em *Civilização e Tecnização* compreendeu menos de três décadas. Assim, mesmo Elias não tendo trabalhado sistematicamente essa questão, é possível inferir que o desenvolvimento social, científico e tecnológico ao longo do século XX – e agora, no século XXI – tem contribuído para a redução da escala de análise quando da investigação dos processos civilizadores. Isso se deve à continuidade do processo civilizador ocidental e sua potencial celeridade, que passa a requisitar um tempo menor para a observação de mudanças estruturais – o que em séculos passados eram quase imperceptíveis se não fossem observadas em longa duração.

Referências bibliográficas

- ELIAS, N. O processo civilizador: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- _____. Teoría del Símbolo. Barcelona: Ediciones 62, 1994.
- _____. Sobre o Tempo. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- _____. Escritos & ensaios. Vol. 1: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- HOBBSBORN, E. A era dos impérios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Disponível em: <http://asdfs.com/46q?pt=RbcjMAQDeYJ1HirdQHziJVva1JdND%2BxH6kLO3j%2FbzKBE%3D>. Acesso em: 06 ago. 2018.
- NEIBURG, F.; WAIZBORT, L. Apresentação. In: Escritos & ensaios. Vol. 1: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- SEVCENKO, N. A Corrida para o Século XXI. No loop da montanha-russa. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

MEMÓRIAS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS LEIGOS/AS: PODER E CONFLITO NA CONSTITUIÇÃO DA PROFISSÃO

Ana Paula Fernandes da Silva Piacentine
Mestre em Educação/FAED/UFMG
GPEPC/Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador
E-mail: anapaulapiacentine@hotmail.com

Magda Sarat
Doutora em Educação FAED/UFMG
GPEPC/Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador
Email: magdaoliveira@ufgd.edu.br

Resumo: Este trabalho parte de uma pesquisa de mestrado concluída que tratou da história do ensino rural primário na década de 1960, no município de Dourados, à época, situado no (antigo) sul de Mato Grosso. Para o presente momento apresentamos um recorte, propondo sua continuidade no doutorado com o aprofundando da temática, a partir de uma documentação construída com memórias de formação de professoras leigas, que atuaram com crianças em classes multisseriadas na rede pública do mesmo município. Neste contexto, apontamos que as memórias destas docentes serão analisadas sob a perspectiva da história oral e seus procedimentos específicos. Pois a memória evoca um tempo social, envolvendo histórias individuais e coletivas. O recorte temporal situa-se na década de 1960, por sinalizar o período no qual as professoras atuaram na educação na condição de leigas, sem formação para o magistério. Nesse aspecto, a pesquisa orienta-se na perspectiva de discutir com Norbert Elias o texto *Estudos sobre a gênese da profissão naval (2006)*, e com outros autores da nova história cultural, analisaremos a formação da profissão docente, especialmente, na perspectiva da história da educação. A obra de Elias (2006) nos instiga a refletir sobre a gênese de uma profissão, apontando características centrais na sua constituição, e expressando os modos como os espaços de conflito e poder estão presentes desde o início. No caso das nossas professoras leigas, atualmente aposentadas, à época atuavam em áreas rurais com crianças de ensino primário, vivenciando dificuldades de toda sorte, pessoais, geográficas, econômicas, culturais, entre outras. Além disso, precisavam buscar o reconhecimento do seu trabalho a partir da profissionalização, que embora já estivesse reconhecida, a partir dos cursos de magistérios nas escolas normais, nessa região ainda era muito incipiente. Portanto, acreditamos que estas professoras vivenciavam muitos conflitos gerados nas complexas relações de poder, ao buscar o reconhecimento profissional e o exercício da profissão como ‘professoras leigas de carreira’. Esperamos que as teorias eliasianas nos permitam responder como se constituiu a profissão, ainda que de modo informal, e a formação destas professoras no estado do Mato Grosso na década de 1960 e para tanto, consideraremos além das fontes já pesquisadas na dissertação de mestrado, uma documentação a ser produzida a partir dos relatos destas mulheres. Nesse aspecto,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





certamente estarão presentes as tensões, os conflitos, os sentimentos e relações sociais que envolveram e constituíram os espaços docentes. Nos perguntamos ainda, como estas professoras tratavam a organização escolar, de que modo se constituía a cultura escolar destes espaços rurais, como elas percebiam os modos de ser para seus aluno/as e professor/as nos contextos rurais do período. Ou seja, buscaremos os vestígios da escola rural primária, contada na memória, trajetória e histórias de vida destas professoras, que embora não se formando no magistério, foram ‘professoras leigas de carreira’, dedicando toda a sua vida à educação de crianças nessa região.

Palavras-chave: História da Educação. Magistério Rural. Professores/as Leigos/as.

Desenvolvimento e justificativa

Este trabalho parte de uma pesquisa de mestrado concluída que tratou da história do ensino rural primário na década de 1960, no município de Dourados, à época, situado no (antigo) sul de Mato Grosso. Para o presente momento apresentamos um recorte, propondo sua continuidade no doutorado com o aprofundando da temática, a partir de uma documentação construída com memórias de formação de professoras leigas, que atuaram com crianças em classes multisseriadas na rede pública do mesmo município. Sendo que neste momento temos o propósito de analisar como se constituiu a profissão docente no ensino rural, ainda que de modo informal, e a formação destas professoras, a partir da memória delas.

Nesse aspecto, certamente estarão presentes as tensões, os conflitos, os sentimentos e relações sociais que envolveram e constituíram os espaços docentes. Fazendo-nos refletir e questionar ainda, como estas professoras tratavam a organização escolar, de que modo se constituía a cultura escolar destes espaços rurais, como elas percebiam os modos de ser para seus aluno/as e professor/as nos contextos rurais do período. Ou seja, buscaremos os vestígios da escola rural primária, contada na memória, trajetória e histórias de vida destas professoras, que embora não se formando no magistério, foram ‘professoras leigas de carreira’ dedicando toda a sua vida à educação de crianças nessa região.

Esta delimitação justifica-se pelo fato dos anos de 1960 sinaliza o período no qual as professoras atuaram na educação na condição de leigas, sem formação para o

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





magistério. No que concerne à delimitação espacial, alguns aspectos influenciaram na escolha do Antigo Sul de Mato Grosso como ponto de referência desta pesquisa, mas o principal foi à carência de uma produção historiográfica ligada ao campo da educação referente a esse contexto geográfico. Além disso, esse contexto no campo educacional é bastante significativo, uma vez que se constituiu em um cenário marcante da cultura escolar, com instituições de diferentes níveis, entre elas de ensino primário, secundário, formação de professores, ensino técnico e ensino superior.

Outro aspecto importante que influenciou a escolha de uma região situada no Antigo Sul de Mato Grosso foi o fato desta localidade, no passado, ter a sua economia baseada na agricultura ervateira, o que fez desse espaço geográfico uma grande zona de migração e mistura de culturas, recebendo pessoas de diversos estados brasileiros. Nesse sentido, pesquisar a história da educação nesse contexto também significa desvelar aspectos culturais, políticos, econômicos e sociais que marcaram a sua história.

É oportuno registrar aqui que quando citamos Dourados situado no “antigo sul de Mato Grosso” é decorrente pelo fato de que nessa época dos anos 60, ainda não havia o desmembramento entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Somente na década de 70 do século XX, é que ocorreram transformações de grande importância no âmbito de geopolítica nesta localidade, referimo-nos em especial a criação do estado de Mato Grosso do Sul, desmembrado de Mato Grosso, por meio da Lei Complementar n. 31, sancionada pelo Presidente Ernesto Geisel, em 11 de Outubro de 1977.

O interesse em desenvolver uma pesquisa relacionada à História da Formação de Professores no antigo Sul de Mato Grosso: um estudo sobre as memórias da formação de professores/as leigos/as: poder e conflito na constituição da profissão. Surge no final do ano de 2011 em que concluí o mestrado no Programa de pós- graduação da Universidade Federal da Grande Dourados, com a apresentação da dissertação intitulada: “História da formação para professores leigos rurais: O curso de magistério rural em Dourados, na década de 1970”.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico de Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Na busca de documentação para construção desta pesquisa me deparei com o arquivo do Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados, que possui uma vasta documentação das instituições escolares tanto do município, quanto da região. A partir desta pesquisa de mestrado pude ter acesso aos primeiros documentos, que eram fontes ainda não exploradas e que me permitiram a concluir meu trabalho de mestrado e me fez querer dar continuidade ao estudo da formação docente do município, pois, me deparei com fontes que abordavam sobre formação de professores leigos de áreas rurais, uma experiência ocorrida entre os anos de 1970 a 1980, no município de Dourados. Foi a partir daí e dos resultados alcançados com nesta pesquisa, que tive acesso a uma relação de nomes de professores que lecionaram no período que antecederam a minha pesquisa de dissertação, exatamente nos anos de 1960 e me deparei com a opção por dar continuidade aos estudos sobre formação docente, mas sobre um novo olhar, sobre suas memórias.

A escolha pela área rural surge com o interesse de desvendar suas características dotadas de diferenças, pois, são características singulares e pertencentes a uma realidade próxima da área urbana do município e, por esse motivo, muitas vezes menos valorizadas. Estes espaços escolares representam todo um contexto diferenciado e pouquíssimo estudado ainda pela historiografia educação em âmbito regional e nacional.

O interesse de investigar um tema da história regional, também veio a partir de leituras de textos que mostra que no Brasil, a valorização de temas de história local e regional, anteriormente desprestigiados, diante de uma perspectiva globalizante, foi invertida somente a partir do século XX, com a realização de pesquisas amplamente amparadas em farta documentação local e regional.

Na História da Educação, a referida proposta se insere no campo de estudo da história da formação docente, mais especificamente no âmbito da pesquisa sobre a história da formação docente em áreas rurais. A escolha por esta temática se deu devido à relevância que a temática tem ocupado na historiografia educacional brasileira, devido ao número escasso de trabalhos acerca desse assunto. Desse modo, pretende-se que este

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





estudo contribua para um maior aprofundamento sobre a educação rural, de maneira mais específica, para a história da formação de professores em áreas rurais no Brasil.

Esta pesquisa pretende reunir as memórias de sujeitos que se construíram docentes no espaço rural, em outros tempos e no tempo presente, histórias que traduzem um conhecimento quanto à cultura local, quanto ao ser professor, sobre as classes multisseriadas e principalmente compreender as vivências desses professores em meio de possíveis conflitos gerados nas complexas relações de poder, ao buscar o reconhecimento profissional e o exercício da profissão como ‘professoras leigas de carreira.

Atualmente, os estudos ligados à cultura escolar representam temáticas de pesquisa significativa entre historiadores, pedagogos, sociólogos, entre outros profissionais, principalmente no âmbito da história da educação. Trata-se de uma área de pesquisa em expansão, pois os estudos das temáticas ligadas à cultura escolar estão contribuindo efetivamente para uma melhor compreensão da educação brasileira.

É bem verdade que, a partir dos anos de 1990, houve uma reconfiguração na historiografia educacional, em que novos interesses do campo da pesquisa em História da educação. E foi neste contexto de reconfiguração da historiografia, que a nova história, a história cultural, a nova sociologia e a sociologia francesa passaram a constitui nas matrizes teóricas das pesquisas realizadas no campo da história da educação dos anos de 90, do século XX até os dias atuais (BUFFA e NOSELLA, 2009, p.17). Tal reconfiguração na historiografia educacional fez com que:

[...] temas como cultura escolar, formação de professores, livros didáticos, disciplinas escolares, currículo, práticas educativas, questões de gênero, infância e, obviamente, as instituições escolares vem sendo estudadas atualmente. (BUFFA; NOSELLA, 2009, p.17).

Um bom exemplo disso são os estudos sobre a história das instituições escolares, que vem possibilitando discussões aprofundadas sobre o papel social destas instituições, como elas foram e são representadas no imaginário social. E, ainda, é possível reconstruir

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





o ciclo de vida destas instituições, sua criação, desenvolvimento, crises, expansão, elementos de arquitetura, perfil de seus agentes (corpo docente, alunos, funcionários, projetos e propostas pedagógicas, entre outros). Dessa forma, o estudo da Formação Docente, que conforme Carmem Sylvia Vidigal Moraes (2002), esse tipo de pesquisa, entre outros:

Promovem a expansão do conhecimento das fontes de história da educação e o crescimento das fontes de história da educação e o crescimento da historiografia, favorecendo, dessa forma, a revitalização do campo da produção da pesquisa histórica. (p.19).

Esse crescente interesse pela investigação histórica da cultura escolar no Brasil, deve-se a influencia pela novas correntes historiográficas, especialmente a Escola dos Annales na qual segundo Lynn Hunt (1992), os historiadores das décadas de 1960 e 1970:

Abandonaram os mais tradicionais relatos históricos de líderes políticos e instituições políticas e direcionaram seus interesses para as investigações da composição social e da vida cotidiana de operários, criados, mulheres, grupos étnicos e congêneres. (p.2).

Essa influência da escola dos Annales fez com que a escola frequentemente fosse utilizada como objeto de estudo nas pesquisas sob diferentes enfoques de análise.

Optou-se assim por circunscrever a pesquisa na cidade de Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul, antigo Sul de Mato Grosso, tanto por sua história recente quanto pela exiguidade de estudos historiográficos na área de formação de professores rurais no município. Outro motivo que nos levou a esse recorte espacial foi em relação à disponibilidade de acesso aos documentos históricos, bem como aos depoimentos orais dessas ex-professoras que fizeram parte da trajetória do ensino rural do município.

Objetivo Geral:

- Pretende analisar como se constituiu a profissão docente no ensino rural, ainda que de modo informal, e a formação destas professoras, a partir da memória delas.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Objetivos Específicos: Examinar o perfil do quadro docente e discente do ensino rural; analisar e compreender as tensões; os conflitos, os sentimentos e relações sociais que envolveram e constituíram os espaços docentes; perceber como estas professoras tratava a organização escolar, como se constituía a cultura escolar dentro desses espaços rurais e por fim, entender os modos de ser para seus aluno/as e professor/as nos contextos rurais do período.

Metodologia

Pretendemos realizar uma pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de estudos bibliográficos e histórico-documental. Sendo assim, nos deteremos ao conceito de pesquisa qualitativa fundamentada por Bogdan e Biklen (1982 apud Lüdke & André 1986, p.13). A pesquisa qualitativa “envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes”.

Para este estudo, também se fará necessário constituir de uma aproximação com as ex-professoras do ensino rural e convidá-las a redescobrir as passagens que marcaram suas histórias de vida quanto às lembranças de escola e de sua trajetória docente.

Acreditamos que a memória desses autores está repleta de (re) significações e experiência sociais atravessados por suas histórias de vida. Sendo assim,

O que permite usar as memórias como fonte é a possibilidade de poder articulá-las. A capacidade que temos de comunicar e articular por palavras as memórias do que sentimos e experimentamos ao vivermos, isto é, ganhamos disso mais facilmente a um aspecto das nossas memórias que é, sobretudo, social – embora seja muito relativa à separação que fazemos entre o pessoal e o social.
(NUNES, 2003, p.135).

Para este estudo, em específico, as memórias, as entrevistas, articuladas entre si com a história documental, irá propiciar a reconstituição de histórias e fontes de pesquisas

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



PPEdu UEL





decisivas para a coleta de informações sobre as lembranças de escola, os processos formativos do ensino rural. Pois as vozes do passado e as vozes do presente, irão possibilitar constituir uma relação intrínseca entre a pesquisa histórica documental e as memórias desses autores. Dessa forma,

(...) podemos perceber que as memórias são singulares e também são coletivas, sociais, na medida em que explicitam afirmando ou até negando, a história, o modo de viver, as regras e os valores de determinadas comunidades em uma determinada época histórica. Ou seja, as memórias de cada um são constituídas no encontro com seus vários outros, são constituídas socialmente. (GUEDES-PINTO; GOMES; SILVA, 2008, p.34).

Sendo assim, as fontes orais são importantes para recuperar informações sobre a trajetória de formação dessas docentes rurais, principalmente em busca de informações que as fontes escritas não contêm.

Pode-se dizer que o conjunto de todos os procedimentos metodológicos, irão possibilitar inúmeros caminhos de interpretação e análise, que nos levaram através de uma pequena amostragem percorrer os caminhos da pesquisa documental e da memória permeadas pelas histórias orais.

Serão utilizados como fontes primárias os documentos dos arquivos do Centro de Documentação da Universidade Federal da Grande Dourados (CDR/UFGD), arquivos particulares e os relatos das ex-professoras que lecionaram neste período.

E como fontes secundárias estudos que retratem o período educacional em questão 1960 e outros trabalhos que estejam relacionados à temática em discussão. Deste modo, para a compreensão e análise das questões Históricas, a referida pesquisa caminha inicialmente com teóricos como: Le Febvre (1989), Le Goff (1998, 2004); Hunt (1992); Certeau (2002, 2005), Chartier (1988); Burke (1995). Para retratar-se-á da trajetória do ensino rural no Brasil, no estado do Antigo Sul de Mato Grosso e, especificamente em Dourados e região, tomamos como referências os estudos Villela (2000), Tanuri (2000), Saviani (2004; 2007; 2008), Viñao Frago (1995, Werle (2007; 2010) e Silva (2006). E buscar fazer um diálogo com o texto Estudos sobre a gênese da profissão naval (2006),

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





para oriente-se para discutir com Norbet Elias a formação da profissão docente, especialmente, na perspectiva da história da educação. A obra de Elias (2006) nos instiga a refletir sobre a gênese de uma profissão, apontando características centrais na sua constituição, e expressando os modos como os espaços de conflito e poder estão presentes desde o início. No caso das nossas professoras leigas, atualmente aposentadas, à época atuavam em áreas rurais com crianças de ensino primário, vivenciando dificuldades de toda sorte, pessoais, geográficas, econômicas, culturais, entre outras. Além disso, precisavam buscar o reconhecimento do seu trabalho a partir da profissionalização, que embora já estivesse reconhecida, a partir dos cursos de magistérios nas escolas normais, nessa região ainda era muito incipiente. Portanto, acreditamos que estas professoras vivenciavam muitos conflitos gerados nas complexas relações de poder, ao buscar o reconhecimento profissional e o exercício da profissão como ‘professoras leigas de carreira’. Esperamos que as teorias eliasianas nos permitam responder como se constituiu a profissão, ainda que de modo informal, e a formação destas professoras no estado do Mato Grosso na década de 1960 e para tanto, consideraremos além das fontes já pesquisadas na dissertação de mestrado, uma documentação a ser produzida a partir dos relatos destas mulheres. Nesse aspecto, certamente estarão presentes as tensões, os conflitos, os sentimentos e relações sociais que envolveram e constituíram os espaços docentes. Vistos que, nos primeiros levantamentos percebemos que muitas dessas mulheres assumiram o papel de professora por meio de questões políticas (indicações), ou pelo simples fato de serem as mais preparadas para assumir esse papel, mesmo não tendo formação ou por serem as únicas que aceitaram por já estarem presentes nestes espaços rurais. Sendo assim, Elias, vai nos ajudar a discutir o poder das profissões na sociedade, pois, nesta obra o autor ao analisar as profissões navais na Inglaterra, mostra que nas brigas entre os dois profissionais da Marinha havia mais do que desavenças pessoais, estavam envolvidas muitas vezes, lutas entre grupos sociais distintos daquela sociedade. Assim, este autor vai propor muito mais do que mostrar o surgimento de uma profissão do século XVI, ele proporcionará uma teoria geral para estudar uma gênese de uma profissão ou instituição. Para Elias (2006, p.110) “O conflito é uma das

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





características básicas de uma instituição nascente”. Percebemos que numa tentativa de firmar posições de poder é natural que aja conflitos no interior da configuração do surgimento de novas profissões ou entre profissões. Assim Santos (2011), afirma que Elias compreende os conflitos como condição *sine qua non* da vida em sociedade, e que é nas profissões e/ou instituições tendo como exemplo que eles se materializam em que o estudo das profissões, para ele, é a análise, principalmente, de conflitos profissionais. Desta forma, pretendemos usar as contribuições de Elias para compreender o cenário da profissão docente neste espaço.

Assim, buscaremos os vestígios da escola rural primária, contada na memória, trajetória e histórias de vida destas professoras, que embora não se formando no magistério, foram ‘professoras leigas de carreira’, dedicando toda a sua vida à educação de crianças nessa região.

Referências bibliográficas

- BUFFA, Ester. NOSELLA; Paolo. Instituições escolares: por que e como pesquisar Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.
- ELIAS, Norbet (2006). Escritos & Ensaio. RIO DE JANEIRO: ZAHAR.
- GUEDES-PINTO, Ana Lúcia; GOMES, Geisa Gencro; SILVA, Leila Cristina Borges da. Memória de leituras e formação de professores. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2008. (Coleção gêneros e Formação).
- HUNT, Lynn. A Nova História Cultural. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (O Homem e a História).
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. Significado e relevância do Inventário de Fontes para o estudo do Ensino Técnico no Estado de São Paulo. In: MORAES, Carmem Sylvia Vidigal e ALVES, Júlia Falivene (orgs.). Inventário de Fontes Documentais: contribuição á pesquisa do Ensino Técnico no Estado de São Paulo. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002.



17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

NUNES, Clarice. Memória e história da educação: entre práticas e representações. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org.). Formação de Educadores: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Formação de Pessoal



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

A VIOLÊNCIA COMO ELEMENTO CIVILIZACIONAL DA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI

Me. André Soares Ferreira (PPGEdu/UFGD/Capes-DS)
soaresandre83@gmail.com

P.h.D. Ademir Gebara (UNICAMP/UFGD/DCR Fundect)
ademirgebara@ufgd.edu.br

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de refletir sobre a violência como elemento integrante do processo civilizador da fronteira Brasil-Paraguai. A violência adquire importância na figuração regional frequentemente associada a representação da fronteira como lugar violento. Observa-se que em análises historiográficas a fronteira é representada, desde o início do século XX, como lugar violento, carente da força militar do Estado e distante dos centros de decisões políticas. Concluímos que grupos atuaram de forma violenta na região tendo por finalidade o poder.

Palavras-chave: Habitus. Figuração. Representação.

Abstract: This work aims to purpose violence as part of the civilizing process of the Brazilian and Paraguayan frontier. Violence has a meaning in the regional figuration frequently associate with its representation as a violent place. Historiography, since the beginning of the XX Century argue that frontier is a violent place, without military presence doing the distance from the centers of political decision. The conclusion argues that in this case violence was a way of compensating State distance and, was a component of the civilizing process in this region.

Keywords: Habitus. Figuration. Representation.

Introdução

A fronteira Brasil-Paraguai, situada ao sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul (MS), é o objeto de investigação desse ensaio. Embora essa região seja marcada pelos limites geográficos entre duas nações, é preciso pensá-la a partir da presença humana, na qual constituíram-se, pois, o processo histórico de ocupação e desenvolvimento envolveu diversas figurações interdependentes entre indivíduos e grupos com distintos interesses no mesmo meio ambiente.

No Brasil a área de 150 Km de largura que antecede a linha divisória com outro país é considerada faixa de fronteira e no Paraguai a faixa de fronteira corresponde a área

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





de 50 Km de extensão a partir da linha limítrofe. A fronteira entre Brasil-Paraguai, localizada a sudoeste de MS, possui aproximadamente 1.1128 Km de extensão, desta, 432 Km são de fronteira seca. Se considerarmos apenas o lado brasileiro, temos uma faixa de fronteira de mais de 64.000 Km², ou seja, a região fronteiriça sul-mato-grossense possui área superior à de cinco estados brasileiros¹³⁹.

Outro aspecto relevante é que dos 79 municípios sul-mato-grossenses 42 estão faixa de fronteira com o Paraguai e, destes, cinco são cidades conurbadas a cidades paraguaias (Ponta Porã-BR e Pedro Juan Caballero-PY; Coronel Sapucaia- BR e Captán Bado-PY; Paranhos-BR e Ypehùn-PY; Sete Quedas-BR e Pindoty Porã¹⁴⁰-PY). Essas cidades fazem da fronteira uma área permeável e de contatos constantes, que podem envolver conflitos dado os múltiplos interesses de indivíduos ou grupos.

A fronteira Brasil-Paraguai se constituiu como uma região de interação social. O limite natural ou imaginário referente à linha divisória entre os dois países é uma convenção sócio-política, mas os habitantes dessa região desenvolveram dinâmicas próprias e uma rede de interdependências que permite mobilidade, trocas culturais e comerciais que escapam ao controle do Estado e/ou dos aparatos governamentais.

É comum os meios de comunicação regional e nacional a veicularem notícias, reportagens e documentários sobre fronteira relacionando-a a violência. Todavia o fenômeno violência figura em diversas análises historiográficas como elemento intrínseco a constituição da sociedade nessa região desde a chegada do não índio. O livro “Coronéis e Bandidos em Mato Grosso” (1995) de Valmir Batista Corrêa, tem o fenômeno violência, exercida por coronéis e bandidos na fronteira, como fio condutor de suas análises. Para o autor a violência está presente nessa região “desde o período colonial quando se deram as primeiras incursões pela região [...] criaram-se certas circunstâncias que propiciaram uma vida instável, sofrida e violenta à sociedade que se foi constituindo na fronteira” (CORRÊA, 1995, p. 15-16).

¹³⁹ Paraíba 56.400 Km²; Rio Grande do Norte 52.800 Km²; Espírito Santo 46.000 Km²; Rio de Janeiro 43.600 Km²; Alagoas 27.700 Km² e Sergipe 21.900 Km².

¹⁴⁰ Pindoty Porã é distrito da cidade Paraguaia Corpus Christi.



Dado isso, nos propomos refletir sobre violência na fronteira a partir de duas reportagens de jornais sul-mato-grossenses e do livro de Corrêa (1995), pois a historiografia revela indícios para compreender a violência como uma característica fundamental no processo civilizacional da região fronteiriça, dado as representações socio-historicamente construídas sobre a região. Embora não seja possível aprofundar aqui a discussão, temos a pretensão de iniciarmos a problematização a respeito da violência na fronteira como fenômeno presente no processo civilizatório da região, a fim de compreendermos se ela pode ser entendida como um *habitus* fronteiriço.

Nossa análise da violência presente na fronteira será balizada pela teoria figuracional de Norbert Elias e pelo conceito de representação desenvolvido por Roger Chartier. Adotamos esses conceitos como ferramentas teóricas capazes de possibilitarem a compreensão do fenômeno violência historicamente presente na região a partir da análise do livro “Coronéis e Bandidos em Mato Grosso” e duas reportagens jornalística recentes sobre a fronteira.

Segundo Chartier (2001, p. 15) a análise figuracional desenvolvida por Elias em toda a sua obra sempre levou em consideração três aspectos interdependentes do desenvolvimento social, a saber: “a evolução biológica (*biologische Evolution*), a evolução social (*gesellschaftliche Evolution*) e a evolução vivida na escala da história individual (*Geschichte*, para Elias)”. Figuração só pode ser entendida quando se considera a interdependência dos indivíduos no campo social (ELIAS, 1990, p. 144). Na interpretação de Chartier (2001), o conceito de figuração proposto por Elias (1990) deve ser apreendido como “uma formação social, cujas dimensões podem ser muito variáveis [...] em que os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas e cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões” (CHARTIER, 2001, p. 13). As figurações sociais são muitas e podem ser entendidas como os jogadores de um carteadado ou de uma partida de futebol, uma classe escolar, uma aldeia, uma cidade, uma nação (Elias, 1990) e, por que não dizer, grupos que disputam poder em uma região em determinado período histórico.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO



LAI





A figuração proposta por Elias exige estratégias individuais ou de grupos. É sob esse aspecto que Chartier (1990) entende que o conceito de figuração está estritamente ligado ao conceito de representação. Ao analisar a “Sociedade de corte” de Elias (2001) Chartier compreende que “o ser social do indivíduo é totalmente identificado com a representação que lhe é dada por ele próprio ou pelos outros” (CHARTIER, 2001, p. 20-21). Assim é preciso considerar a posição social que determinado indivíduo ou grupo ocupa, pois ela se torna factível apenas por meio do julgamento e reconhecimento dos outros.

Essa ‘representação da posição pela forma’ tem diversas implicações importantes: funda uma economia aristocrática da ostentação que regula as despesas segundo as exigências da posição que se pretende manter; constitui as hierarquias da etiqueta como o modelo das diferenças sociais; faz dos diferentes papéis e lugares no cerimonial de corte a condição essencial da competição social. *Em uma tal formação, a construção da identidade de cada indivíduo está sempre no cruzamento da representação que faz de si mesmo e da credibilidade concedida ou recusada pelos outros a essa representação.* CHARTIER, 2001, p. 21 grifo nosso)

Chartier (1990) na introdução de seu livro “A história cultural: entre práticas e representações” deixa claro que no campo da história a “representação transforma-se em máquina de fabrico de respeito e de submissão, num instrumento que produz constrangimento interiorizado, que é necessário onde quer que falte o possível recurso à uma violência imediata” (CHARTIER, 2001, p. 22).

Dado as figurações e representações que envolveram a fronteira seria possível pensar a violência nessa região como constituinte ou parte de um *habitus* social. As figurações sociais moldam os indivíduos, pois as mesmas provocam a internalização de valores e comportamentos. O *habitus*, numa perspectiva eliasiana, deve ser compreendido como “a autoimagem e a composição social dos indivíduos” (ELIAS, 1994a, p. 9), embora se manifeste no processo de individualização, também representa a síntese complexa das figurações e do contexto sócio histórico de longa duração ao qual o

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO



Fábrica
Ideias criativas



indivíduo está inserido. Por conseguinte, o fenômeno violência, historicamente presente na região fronteiriça, é um componente das figurações sociais da região.

A fronteira Brasil-Paraguai: sociedade violenta

O jornal *Campo Grande News* publicou no mês de março de 2018 uma reportagem com o título “Morador da fronteira ignora violência local, mas fuzil em favela assusta”. Essa notícia despertou-nos o interesse por destacar a violência como componente característico da fronteira Brasil-Paraguai e por indicar a naturalização da violência por parte de seus moradores:

A imagem de traficantes com fuzis nas costas andando entre os barracos nos morros [do Rio de Janeiro] impressiona, mesmo a 1.600 km de distância, ao ponto de muitos defenderem o direito do Exército atirar para matar qualquer um com arma em punho. Como se a fronteira também não vivesse a sua guerra particular, em que facções criminosas desafiam os governos brasileiro e paraguaio em uma disputa sangrenta pelo controle do tráfico de drogas e de armas e muitos andam com fuzis no banco do carro. Só que a guerra entre os traficantes e contrabandistas, por mais próxima que esteja, é ignorada pela população local. Semelhante ao que fazem os moradores dos morros cariocas. Lá nos morros os traficantes nasceram na comunidade que atualmente dominam. Aqui na fronteira, os bandidos são vizinhos, parentes distantes, clientes da padaria, do mercado e da oficina. (FREITAS, 2018)

De acordo com a notícia, o repórter visitou os municípios fronteiriços de Amambai, Coronel Sapucaia e Sete Quedas onde entrevistou cidadãos questionando-os a respeito da violência local. Segundo a reportagem os fronteiriços (sul-mato-grossenses e paraguaios) consideram suas cidades pacatas e acreditam que a violência só atinge quem está vinculado ao tráfico. Embora duas das cidades visitadas figurem em estatísticas entre as mais violentas do Brasil¹⁴¹, seus cidadãos as consideram tranquilas e se preocupam mais com a violência em grandes centros urbanos:

¹⁴¹ Coronel Sapucaia (14 mil habitantes) em 2010 foi classificada como a 3ª cidade brasileira no ranking de homicídios e Sete Quedas (11 mil habitantes) ficou entre as cem cidades com maiores taxas de homicídio, além de ser uma das principais rotas do contrabando de cigarro fabricado no Paraguai. Ponta Porã (100 mil



Aqui é um bom local para viver, a cidade é tranquila, quase não tem roubo. Só quem se mete com coisa errada que corre mais risco [...] Aqui todo mundo é vizinho, amigo, é um local calmo. Se existe crime organizado aqui eu nunca vi. (FREITAS, 2018)

No dia 21 do mesmo mês, o Jornal *MS Notícias* publicou outra matéria relacionando fronteira e violência: “Pesquisa reforça tese de Reinaldo Azambuja de fechamento da fronteira para conter violência” (CONCEIÇÃO, 2018). Essa notícia reafirmou o caráter violento da fronteira presente na matéria do outro jornal. Contudo, sinalizou que a violência na região é fruto da proximidade com o Paraguai e assinalou como solução o “fechamento” das vias de comunicação com o país vizinho.

As reportagens recentes apresentam perspectivas que historicamente fazem parte da representação da fronteira: lugar violento e problemático dado a proximidade com o país vizinho. Aspectos destacados na reportagem como conflito entre bandidos e povo armado são elementos que estiveram presentes desde constituição da sociedade não indígena na região.

As representações de Mato Grosso e da região de fronteira como lugar violento e palco da contravenção se fazem presente desde o início do século XX. O livro de Corrêa (1995) apresenta a violência como característica maior da “sociedade que se constituiu na região e no seu *modus vivendi*” (CORRÊA, 1995, p. 18). Tal perspectiva se ancora no argumento de que a violência, generalizada e “institucionalizada na região resultou, portanto, de uma relação de causa e efeito com a existência do coronelismo guerreiro, de banditismo e de um povo armado” (CORRÊA, 1995, p. 18-19 grifos do autor). A organização social da fronteira no início do século XX, marcada por conflitos em torno da posse da terra, provocou o aparecimento de grupos favoráveis e contrários aos grandes proprietários chamados de “coronéis”. Esses, utilizaram da violência como estratégia para acessar, manter ou ampliar o poder que possuíam. Suas ações provocaram o surgimento

habitantes), desde 2016 tem sido palco de intensas lutas de narcotraficantes pelo controle da produção e do tráfico de entorpecentes. De acordo com as polícias paraguaia e brasileira, o Primeiro Comando da Capital (PCC), vê as cidades fronteiriças Pedro Juan Caballero (115 mil habitantes) e Capitán Bado (17 mil habitantes) como pontos estratégicos para o envio de drogas e armas para cidades brasileiras, consequentemente, vários bandidos procurados no Brasil moram nessas cidades.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





de “bandos”, grupos armados que embora ligados aos “coronéis” também agiam por conta própria e muitas vezes contra o interesse dos seus protetores.

Para Corrêa (1995) a violência presente na região no início do século XX é consequência da organização social fronteira. O livro de Corrêa (1995) revela-nos o indício de que a violência é um estágio do processo civilizatório, pois esse processo é marcado pela internalização de valores capazes de proporcionar mudanças de comportamentos e, conseqüentemente, a diminuição da violência física entre os indivíduos à medida que a presença do Estado se torna efetiva e moduladora dos conflitos individuais.

Corrêa (1995) põe em evidência que a violência presente na região foi fruto da parca presença do Estado:

Já a partir do novo regime republicano, aflorou no Estado de Mato Grosso a violência explícita e escancarada, favorecida por uma estrutura de poder local excessivamente fortalecida em detrimento ao Estado débil e a serviço das oligarquias estaduais. O domínio esteve, então, nas mãos dos grandes senhores de *baraço*¹⁴² e *cutelo*¹⁴³, que impuseram à sociedade mato-grossense a condição de *povo armado* pela sua convivência diária com a violência política. (CORRÊA, 1995, p. 16 grifos do autor)

A violência presente na região é fruto do fenômeno interdependente “coronelismo-banditismo”. Esse binômio “coronéis-bandidos” revela-nos uma das figurações presentes da região e sua interdependência se evidencia em torno das disputas pelo poder regional. O “coronelismo guerreiro” estabeleceu-se na interdependência com o “banditismo”, pois a relação de filiação ou de disputa sempre fora mantida (CORRÊA, 1995).

Nas primeiras décadas da República “[...] bandidos e bandos foram arregimentados e protegidos pelos coronéis, que graças à sua capacidade de mobilizar

¹⁴² Corda ou laço usado para enforcar réus e/ou corda com que se açoitavam réus sob a leitura do pregão de culpa e pena.

¹⁴³ Instrumento composto de uma lâmina cortante e semicircular, presa a um cabo de madeira, empregado outrora em execuções por decapitação.



homens armados, vincularam o banditismo à política local e às disputas pelo poder” (CORRÊA, 1995, p. 17). Todavia, a partir da década de 1920, dado o aumento do número e da força dos bandos, os coronéis passaram a utilizar o fenômeno banditismo para exigirem a presença efetiva da força aparato militar estatal. Por conseguinte, quando Corrêa (1995) apresenta o fenômeno social “coronéis-bandidos”, presente na região de fronteira e sua manifestação matizada pela “violência” física (armas, roubos, assassinatos, etc.) e simbólica (poder de mando político), nos revela uma das figurações sociais e interdependentes da região.

[...] arcabouço básico de funções interdependentes, cuja estrutura e padrão conferem a uma sociedade seu caráter específico, não é criação de indivíduos particulares, pois cada indivíduo, mesmo o mais poderoso, mesmo o chefe tribal, o monarca absolutista ou o ditador, faz parte dele, é representante de uma função que só é formada e mantida em relação a outras funções, as quais só podem ser entendidas em termos da estrutura específica e das tensões específicas desse contexto total. (ELIAS, 1994a, p. 22)

A violência, elemento-chave no discurso de Corrêa para compreender e representar a fronteira, é também um acontecimento revelador da interdependência e dos interesses dos indivíduos no processo de constituição social.

O fenômeno “coronéis-bandidos” presente na região de fronteira revela, em nossa perspectiva, uma figuração social perpassada pela violência, pois a fronteira em questão, teve presente em seu processo de constituição social a relação “coronéis-bandidos” e essa relação se manifestou em ações violentas. O acontecimento “coronéis-bandidos” – para pensarmos com Elias (2008, p. 62) – resultou em “interconexões funcionais” sem manifesta consciência de seus fins. As ações humanas, que extrapolaram a intenção de seus agentes, constituíram-se em teias de relações entrecruzadas. A formação “coronéis-bandidos” revela elementos de “processos cegos e não controlados” por seus agentes “embora criada pelas suas próprias necessidades e ações, ainda lhes é opaca [...]” (ELIAS, 2008, p. 168-169).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





Diante dos argumentos de Corrêa (1995) e na esteira de Elias (1994b) parece-nos razoável que identificar a violência como inerente à região e aos seus habitantes, é equivalente a dizer que a região se encontrava, no início do século XX, num estágio civilizatório aquém da ascensão do Estado de direito.

Elias (1994b, p. 142), em sua conferência “Civilização e violência”, ao indagar “¿Como se puede entender que podamos convivir tan pacíficamente?”, responde de forma clara e concisa que a principal criação humana, para deter a violência e tornar efetiva a possibilidade do convívio social pacífico, foi a de outorgar ao Estado o monopólio da violência física:

Esto significa, pues, que vivimos en una organización en la que los gobernantes tienen el control sobre un grupo detentador de una violencia organizada, legal, que está determinado a evitar la violencia ilegal en el resto de la sociedad. Quisiera añadir ahora que esta monopolización de la violencia, cuyo desarrollo intentaba seguir en la segunda parte de mi libro sobre el proceso de la civilización, es – si ustedes lo quieren entender de esta manera – una invención técnica de los hombres. (ELIAS, 1994b, p. 142)

Não obstante a essa constatação, Elias inova ao afirmar que a pacificação internalizada pelos indivíduos está diretamente relacionada com a estrutura social e estatal que inventamos no decorrer da história:

La pacificación interior de la persona, el hecho de que a la mayoría de nosotros no se le ocurra iniciar una pelea, aunque estemos muy enfadados, de que toda la estructura de nuestra personalidad esté orientada hacia la pacificación, tiene que ver en gran parte con los efectos de la estructura estatal de la sociedad. Toda la estructura de nuestra personalidad está vertebrada por ésta, y experimentamos cierto reparo o repugnancia, o cuando menos aversión, ante el uso de la violencia, y este proceso se ha ido desarrollando a lo largo de los años. (ELIAS, 1994b, p. 143)

Por conseguinte, quando Corrêa (1995) afirma que a violência era “um componente inerente às bases dessa sociedade” e se manifestava em todas as suas esferas sociais, ele apenas evidenciou um aspecto do processo civilizacional que envolve a

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





constituição efetiva da presença do Estado numa região como elemento modulador de conflitos.

Considerações finais

A fronteira fora representada como lugar distante e violento desde o início do século XX. A violência no início do século XX era caracterizada pela carente força militar do Estado e dado a distância dos centros de decisões políticas. A condição de isolamento e a ausência do aparato militar Estatal proporcionou a organização de grupos que atuaram de forma violenta, a fim de ascenderem ou de se manterem no poder. Tal organização social constituiu uma figuração interdependente e singular, pois os “coronéis”, visando ao poder (político) regional, se articularam com “bandos” (bandidos) para alcançarem seus interesses: “As disputas coronelistas na região só vieram reforçar ainda mais as condições favoráveis ao desenvolvimento do banditismo, envolvendo bandidos, não raras vezes, em lutas político-partidárias locais” (CORRÊA, 1995, p. 32).

Embora a violência seja uma característica humana, na fronteira, à medida que o processo civilizacional avançou, os indivíduos naturalizaram a violência localizando-a em grupos sociais não considerados como integrantes plenos da sociedade: “Aqui [na fronteira] todo mundo é vizinho, amigo, é um local calmo. Se existe crime organizado aqui eu nunca vi”. (FREITAS, 2018).

Portanto, a figuração social do início do século XX proporcionou a representação da fronteira como lugar violento. Essa representação e a própria violência, oriunda do *modus operandi* de uma parcela da sociedade local, foi utilizada para cobrar maior presença do Estado na região de fronteira. Todavia, a violência na atualidade continua a ser exercida por bandidos armados, contudo a violência atual é considerada como um problema dado a proximidade com o Paraguai. Apesar da violência se fazer presente na fronteira desde sua constituição, os indivíduos que a habitam não a percebem violenta, e quando identificam essa violência, a situam como um problema do outro, no caso o paraguaio. Assim, entendemos que é preciso aprofundar discussão sobre a violência na

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





fronteira, a fim de compreendê-la ou não como constituinte de um *habitus* social fronteiriço.

Referências bibliográficas

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertand, 1990.

CHARTIER, Roger. Prefácio. In: ELIAS, Norbert. A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001. p. 7-25

CONCEIÇÃO, Edmir. Pesquisa reforça tese de Reinaldo Azambuja de fechamento da fronteira para conter violência. MS Notícias, Campo Grande, 21 mar. 2018. Política. Disponível em: <<http://www.msnoticias.com.br/editorias/politica-mato-grosso-sul/pesquisa-reforca-tese-de-reinaldo-azambuja-de-fechamento-da-fronteira/78483/>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

CORRÊA, Valmir B. Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943. Campo Grande: UFMS, 1995.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a.

ELIAS, Norbert. Civilización y violencia. Revista Española de Investigaciones Sociológicas. Madrid. n. 65, p. 141-151, 1994b. Disponível em: <<http://www.reis.cis.es>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

ELIAS, Norbert. A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001. p. 7-25

ELIAS, Norbert. Introdução à sociologia. Lisboa: Edições 70, 2008.

FREITAS, Hélio de. Morador da fronteira ignora violência local, mas fuzil em favela assusta. Campo Grande News, Campo Grande, 06 mar. 2018. Cidades. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/morador-da-fronteira-ignora-violencia-local-mas-fuzil-em-favela-assusta>>. Acesso em 08 mar. 2018

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

INDIVÍDUO E SOCIEDADE NA VILA DE SÃO PAULO NO SÉCULO XVI: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Andreza da Silva Vieira¹⁴⁴

Gislaine Aparecida Valadares de Godoy¹⁴⁵

Sezinando Luiz Menezes¹⁴⁶
(UEM)

Resumo. Utilizando como fonte as Atas da Câmara, este trabalho analisa a vida cotidiana da Vila de São Paulo de Piratininga no século XVI. A ação colonizadora dos portugueses na América faz parte de um amplo processo de transformações chamado por Norbert Elias de “processo civilizador”. No entanto, o contato com um mundo completamente estranho, especialmente com os nativos, o isolamento, a ausência das instituições tais como as cortes europeias, faz com que, na América, o processo civilizador tenha um ritmo temporal próprio, distinto do europeu, pois a “civildade” dos portugueses na América foi sendo afetada pelo contato com a cultura dos nativos, transformando os lusitanos que ousaram atravessar o oceano.

Palavras-chave: América Portuguesa. Processo Civilizador. Indivíduo. Sociedade.

Abstract. This work analyzes the day-to-day on expansionist activities in the 16th century in São Paulo de Piratininga village. The Portuguese colonizing action in America it is part of one transformation process considered “the civilizing process” by Norbert Elias. However, the Portuguese contact with different world and to natives specially, the isolation, the institution’s lack similar to European courts, make America have this distinct and own rhythm, different from European because the Portuguese “civilizing” in America had been affected by native culture, making intense changes on Lusitanian who dared cross the sea.

Keywords: Portuguese America. Civilizing Process. Individual. Society.

Introdução

¹⁴⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História (PPH) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e membro do Laboratório de Estudos do Império Português (LEIP), vinculado à mesma instituição. Email: deza.vieira@live.com

¹⁴⁵ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM) e membro do Laboratório de Estudos do Império Português (LEIP), vinculado à mesma instituição. Email: gi.valadares@hotmail.com

¹⁴⁶ Professor associado do Departamento de História (DHI) e do programa de pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (PPH/UEM). É um dos coordenadores do Laboratório de Estudos do Império Português (LEIP). Email: sl.menezes@uol.com.br

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





A expansão marítima iniciada no século XV descortinou novas realidades que, exatamente por serem novas, não haviam sido previstas pela Coroa e pelos navegadores portugueses. Os objetivos da colonização eram variados, mas pode-se afirmar que os lusitanos buscavam respostas imediatas às necessidades econômicas, comerciais e religiosas; entre os territórios que pelo Tratado de Tordesilhas Portugal teria direito, estavam os que ficou conhecida como América Portuguesa. A Coroa lusitana repartiu a região em capitanias cuja administração foi entregue a homens de confiança do Rei. Com o desenvolvimento da colonização surgem nas capitanias os povoados. Esses pequenos núcleos urbanos poderiam eventualmente ser alçados a categoria de vila. Ao tornar-se vila, os núcleos populacionais contavam com a administração de uma Câmara, composta por “homens bons”, eleitos por seus pares. As câmaras detinham o poder local das regiões e entre seus objetivos estavam as ideias de “controlar os gastos da administração pública do local, regulamentar as atividades comerciais desenvolvidas nos arredores da cidade, cuidar da preservação e limpeza de todo o patrimônio público e empreender a realização de obras públicas” (SILVA, 2010, p. 156). A câmara de São Paulo foi importante no processo de consolidação da ideia de permanência – ou tentativa – da estrutura portuguesa no local. A cada reunião que acontecesse era dever do escrivão transcrever os principais tópicos discutidos pelos camaristas e foi por meio desses documentos que observamos o dia a dia de uma vila deslocada em relação as demais da capitania e visualizamos o poder de controle que ela possuía naquele momento na vida dos indivíduos.

As possibilidades econômicas para alguns, e a busca da expansão da fé para outros, tornaram a América um poderoso atrativo para os portugueses. Os colonizadores vieram para a América, em um primeiro momento, determinados a reproduzir no Novo Mundo a sua existência em terras europeias e no entanto, a América no século XVI acabou por provocar mudanças na forma de existência e de existir dos indivíduos.

Conforme Serafim Leite (2006), os primeiros contatos com os indígenas da região localizada atrás da Serra do Mar foram feitos por jesuítas, que logo trataram de realizar alianças com os nativos para tornar possível a fixação de moradias. Após a chegada dos

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





primeiros habitantes, o povoado foi elevado à categoria de vila. São Paulo de Piratininga, localizada no interior da capitania de São Vicente, passou, a partir de então, a ter uma administração local: a criação da Câmara Municipal, com oficiais que moravam no perímetro e que tinham como função auxiliar no controle; a construção da Igreja da vila, símbolo do poder de Deus e de toda a vida cotidiana portuguesa; e por fim o pelourinho, proposição de segurança, justiça e paz para aqueles que ousaram sair de suas zonas de conforto marcaram o nascimento da mesma (SILVA, 2010).

Apesar de terem como objetivos a expansão territorial, a produção agrícola e a difusão da religião no novo continente – típicos da moral portuguesa –, não há como afirmar que o indivíduo lusitano que se instalou na América permaneceu vivendo, agindo e pensando da mesma maneira daquele que vivia no velho mundo. Esta mudança se relaciona ao fato de que os moradores tiveram que lidar com novas realidades que não haviam tido contato até então. O processo de afirmação territorial proposto entre Portugal e Espanha foi visto como relativamente fácil, mas a realidade demonstrou que se levou mais de séculos para que a forma de vida portuguesa predominasse no Novo Mundo.

O papel da Igreja no processo civilizador da América Portuguesa

Ao se buscar conhecer o pensamento social de determinados contextos históricos é necessário não esquecer de relacioná-los com a forma de organização social do período pesquisado. Isso significa que o pesquisador deve tomar extremo cuidado para não impor juízo de valor do seu presente numa cultura que não possuía determinadas visões de mundo. Além disso os indivíduos estão e sempre estiveram em constante mudança, se tornando impossível considerar as sociedades como se fossem iguais aquelas que visualizamos atualmente. Tendo claro esse tipo de análise é possível afirmar que a vida, sendo ela na Europa ocidental como na América tinha outros preceitos e definições considerados válidos e aceitos socialmente. A Igreja, então, era prioridade no cotidiano das pessoas, pois a religião não se desfazia da razão como atualmente se faz; a religiosidade era integrante do cotidiano como um todo. Nessa perspectiva os dogmas

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





religiosos eram estruturas estruturantes da forma de vida quinhentista europeia. “A participação da religião na época não era algo adjacente à vida social do indivíduo como o é nos dias de hoje. Ela era a vida social dos moradores, tanto que o cotidiano era articulado com base nas imposições clericais” (PAIVA, 2012, p. 24).

A Igreja tinha um lugar de grande destaque na sociedade, e fazia uso de seu poder para a propagação da fé cristã e sua adoção por parte dos novos fiéis. Nos séculos XV e XVI as críticas à Igreja e ao comportamento do clero, que já vinham ocorrendo nos séculos anteriores, tornaram-se mais incisivas, pois as pessoas passaram a viver um novo momento social. Essa mudança se caracterizou principalmente pela expansão marítima já que por ela que se revelou culturas e organizações sociais distintas do que a Igreja relatava como correto. As dúvidas em relação a outras possibilidades de crença e de conhecimento científico também surgiram nesse período. Sentindo-se ameaçada, a Igreja reafirmou seus dogmas e buscou instrumentos para mantê-los, tais como a Companhia de Jesus e a Inquisição Moderna. A insistência em legitimar o direito divino dos reis, os métodos inquisitórios e a própria criação da Companhia de Jesus foram meios que permitiram à Igreja se manter no poder ao lado do Estado (MAINKA, 2012).

Para Elias (1994) a sociedade é uma união de indivíduos. No entanto, os indivíduos formam tipos de sociedades distintas, dependendo da época e da região em que vivem. Essa mudança na forma de vida não é planejada, e decorre das reais condições de existência. Na vila de São Paulo podem ser visualizadas as transformações que ocorrem tanto nos nativos, quando nos colonizadores.

Na Europa, o controle do cotidiano dos indivíduos era feito praticamente por todos, obrigando a cada um ter domínio dos impulsos e reproduzir fidedignamente o modo de vida imposto. Segundo Norbert Elias (2011), nessa sociedade as pessoas se tornavam mais sensíveis as pressões das outras, e o senso do que fazer ou não para não ofender os outros acontecia, mesmo que sutilmente. Na medida que os costumes eram incorporados pelas pessoas eles se tornaram naturais, ou seja, passam a ser realizados inconscientemente.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Ainda pensando no continente europeu, a sociedade portuguesa propôs meios de controle para aqueles que não se ligavam aos costumes e para tanto a Igreja e a polícia foram fonte desse controle, como já ditos anteriormente. Porém em razão da existência de diversas culturas e somadas a necessidade de adaptação desses novos moradores a América Portuguesa, a coerção que existia do outro lado do Atlântico passa a ser menor, e ações consideradas inaceitáveis nesse mesmo período começam a acontecer. Um ponto importante de nossa análise é que não se pode ignorar o grande número de degredados que chegaram a região, parte dos tidos “portugueses” no Novo Mundo; por isso não se pode esperar fidelidade as normativas já que não respeitaram nem mesmo em Portugal.

A partir da vivência, do dia a dia, os moradores tiveram que lidar com a falta de produtos tipicamente europeus, especialmente nas vilas localizadas no interior. As trocas mercantis eram poucas, o excedente comercializável era escasso na vila e sem ter muito o que vender, também não era possível comprar. Aliado as dificuldades de acesso à vila, a situação de relativa pobreza promoveu um certo isolamento econômico já que quando os produtos do comércio chegavam à São Paulo os preços eram bastante elevados. Assim, os paulistas foram obrigados a se adaptar ao meio em que viviam. Foi necessário realizar substituições nos alimentos, vestuários e até na própria forma de administrar a vida. No entanto, viver no novo mundo, não significava apenas deixar de ter acesso a bens que faziam parte da vida no velho mundo. Mais que isso, os colonos acabaram por adotar novos hábitos, e novas formas de relações sociais, de moralidade, de ética se impuseram. Holanda (1995) talvez tenha sido pioneiro em mostrar as mudanças na vida e na cultura. Segundo ele, na falta de pão, o português passou a se alimentar com o “pão-da-terra”; na falta de camas e colchões, passou a dormir em redes. O mesmo autor mostra ainda que os paulistas aprenderam com os nativos a extrair da natureza os alimentos, e a sobreviver nos matos. Neste sentido, podemos afirmar que aqueles que vieram para a América para impor a cultura cristã ocidental foram transformados, tendo características mais dos nativos do que de europeu. O clero, responsável formal por zelar pela manutenção da ética e da moralidade cristã ocidental, ao perceber que os moradores estavam vivendo tais mudanças, mostra-se bastante preocupado. O jesuíta Leonardo Nunes quando transpôs a

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





serra e foi visitar os portugueses em meados de 1530, achou-os entre índios, passando anos sem ouvir missa, sem se confessarem, andando numa vida que desaprovava os costumes lusitanos (LEITE, 2006). Da mesma forma, Manoel da Nobrega ao visitar pela primeira vez a capitania de Pernambuco, mostra-se preocupado, pois, segundo o jesuíta, ao invés dos portugueses estarem civilizando os índios, eram os índios que estavam tornando os lusitanos selvagens (LEITE, 2006).

Esse tipo de informação nos possibilita a compreensão daquele momento. A Igreja mesmo sendo símbolo da permanência dos costumes na América, não tinha o mesmo peso do que toda uma sociedade compromissada com o controle moral. Além disso, os próprios padres tiveram de se habituar também, tomando para si formas de vida do nativo, apesar das constantes tentativas de adaptação. Por exemplo: os jesuítas viram na cera da abelha, utilizada pelos indígenas para outro propósito, uma ideia interessante para a fabricação de velas, substituindo a falta das usuais (HOLANDA, 1994). É importante observar as nuances dessa relação, pois é assim que podemos concluir a constância entre a necessidade de imposição do processo civilizador, mas ao mesmo tempo como os portugueses foram atingidos constantemente por situações que dificultavam sua fixação na América e sua permanência sendo exatamente o mesmo indivíduo europeu.

A administração portuguesa e a realidade na América

A Coroa portuguesa procurou reproduzir na América as instituições e formas de administração que existiam na Europa. Não obstante, a região da América Latina que mais tarde começaria a ter a forma do Brasil de hoje, não vivia sob as mesmas condições. A vila de São Paulo aqui estudada foi fruto do embate entre as determinações regias e o meio; por se encontrar distante do litoral e possuir amplo acesso ao chamado sertão, teve características diferenciadas das vilas próximas ao mar que mantinham, em comparação com a mesma, contato frequente com o reino e as instituições coloniais. Assim não foi somente os moradores da vila que tiveram de se adaptar ao meio, mas as leis e a Coroa também. Aos poucos, o colono foi abandonando seus costumes e se tornando um

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





indivíduo distinto. Estando em contato frequente com os nativos, adquiriu hábitos semelhantes aos deles, o que incomodou os padres jesuítas que aqui estavam. O português que veio ao Novo Mundo para reproduzir a sua forma de vida, seus costumes, seus hábitos, enfim, sua cultura e transformar o território americano que lhe cabia pelo Tratado de Tordesilhas em um “imenso Portugal” acabou também sendo transformado pela América.

A “intenção civilizadora” se encontrava presente, sendo importante na elaboração de conceitos e práticas que foram aplicadas em diversas regiões da África e América. Os termos “civilizado” e “incivil” que possam aqui aparecer não constituem antítese, e sim fases em desenvolvimento que ainda orienta a sociedade ocidental (ELIAS, 2011). Isso significa que a cultura lusitana tinha esse pensamento como base principal e que a mesma deveria ser seguida, nos costumes, formas de vida, religião e moral. Essa ideologia veio com os portugueses à América e sendo considerada predominantemente lógica ignoraram os costumes existentes nas demais culturas que depararam no Novo Mundo. Já se referindo a tal realidade, isso retrata também a situação da vila de São Paulo, pois a partir dos documentos percebemos a pouca relevância dada as ações dos indígenas, considerada algo inexpressivo aos colonos (ATAS, 1967). “Esses costumes devem ser compreendidos não apenas como algo “negativo”, mas como algo que atendia às necessidades dessas pessoas e que lhes parecia importante e necessário exatamente dessa forma” (ELIAS, 2011, p. 78).

Considerações finais

Para Elias (2011) o modo como uma pessoa decide e age se desenvolve nas relações com as outras numa modificação de sua natureza pela sociedade. Nesta perspectiva, os portugueses ao se fixarem na região da vila de São Paulo entraram em contato com um ambiente completamente distinto de onde vieram. A percepção de realidade dos mesmos era de uma cultura onde a economia, a política e a religião centravam-se nas mãos de um único rei, regido por um único deus. As construções eram feitas com materiais distintos

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná





dos que haviam na América Portuguesa, a alimentação e a forma de vida também. Em contato com um novo meio ambiente, os portugueses da vila acabaram por adotar hábitos e costumes dos moradores nativos do local. Esta relação fez com que tanto nativos quanto estrangeiros criassem uma nova percepção de realidade que se sobrepôs à anterior. O português que passou a viver na escassez de produtos europeus na vila, deixou de sentir necessidade no uso de calçados, do sapato; na verdade andar com os pés na terra era muito mais vantajoso, pois lhes forneciam informações como aproximação de animais e pessoas a longas distâncias (HOLANDA, 1994). Por sua vez os indígenas perceberam a utilidade do anzol em suas pescarias, já que aumentou consideravelmente o resultado da caça; é nítido a formulação de novas percepções e elas foram cruciais para a formação do novo indivíduo na vila do planalto.

Mais transigentes do que o gentio da terra mostraram-se muitos colonos brancos, adotando em larga escala os recursos e táticas indígenas de aproveitamento do mundo animal e vegetal para a aquisição ao seu clima e às suas condições materiais, terá favorecido para a aquisição de meios de subsistência. Os índios tinham tido tempo e oportunidade para arrancar à natureza o máximo de recursos que, com sua existência andeja, lhes era lícito esperar dela (HOLANDA, 1994, p. 56).

O etnocentrismo é traço comum do ser humano, e tendemos a considerar tudo que se afasta de nós como estranho, e quanto mais longe, mais diferente. Porém o pensamento de autossuficiência cultural em relação a sociedade nativa foi aos poucos se alterando: os moradores da vila tiveram que abrir mão, conscientemente ou não, das suas certezas etnocêntricas para aprender técnicas que os levariam a sobrevivência (TUAN, 1980). De nenhuma maneira os administradores da vila e os jesuítas admitiram em documentos a submissão ao meio e a cultura indígena, pois muito provavelmente não tinham consciência do processo que eles próprios viveram. Mesmo convictos de sua superioridade, o cotidiano exigiu dessas pessoas mais que o ego e a legislação: exigiu também aprendizagem e adaptação com a cultura vista como inferior. Ou seja, convictos

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





de sua superioridade, não perceberam a importância da cultura nativa em suas próprias vidas.

Por fim acreditamos que o processo civilizador visualizado por Norbert Elias (2011) em seu formato clássico, considerando a sociedade de corte como meio de propagação dos costumes não ocorreu na América Portuguesa. Entretanto foram indivíduos dessa realidade que vieram para a região; o colono, jesuíta ou degredado imbuído desse processo social acabou por demarcar seu posicionamento cultural no Novo Mundo. É claro que esta demarcação não é o suficiente para transformação cultural local já que os indígenas, moradores há mais tempo do que os lusitanos, não foram complacentes a essas imposições. E embora todos esses motivos são fatores importantes a construção de nosso pensamento, percebemos um processo civilizador, - mais frágil e muitas vezes tendendo ao modo de vida do nativo – apesar da adoção de *habitus* dos nativos pelos estrangeiros durante anos. Esse emaranhado de construções sociais acabou por se impor na região, mas a muito custo, já no início do século XIX.

A partir da inexistência de uma sociedade de corte na região tanto os colonos quanto os nativos acabaram por formular suas próprias formas de vida cotidiana por meio da vivência e não de normativas já pré-estabelecidas. Neste sentido é importante ressaltar que tanto os indivíduos quanto a sociedade são desprovidos de objetivos, e que essa linearidade que buscamos ao narrar os acontecimentos não aconteceu intencionalmente pelos indivíduos.

Nenhum dos dois existe sem o outro. Antes de mais nada, na verdade, eles simplesmente existem – o indivíduo na companhia de outros, a sociedade como uma sociedade de indivíduos – de um modo tão desprovido de objetivo quanto as estrelas que, juntas, formam um sistema solar, ou os sistemas solares que formam a via láctea (ELIAS, 1994, p. 18).

A mudança na forma de vida não foi planejada pelos sujeitos. O processo de transformação vivido por cada um e por todos na vila aconteceu de forma sutil. Concluimos que a sociedade e indivíduo acabam se relacionando o tempo todo, e que as

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





mudanças sociais foram fruto das ações de diversos indivíduos a partir do meio que estavam inseridos. Seria inútil da parte historiográfica e de qualquer pesquisador tentar qualificar as ações dos agentes, como se os mesmos soubessem que seus atos acarretariam em certos desenlaces, dando uma possível lógica histórica aos fatos para a então sociedade. Norbert Elias (1994) ressalta que nada dentro desta perspectiva é harmoniosa, por isso a definição de sociedade se encaixa exatamente nesses aspectos. Para o autor, não há um único objetivo que una todos os indivíduos e, portanto, tanto a sociedade quanto os indivíduos são desprovidos de finalidades absolutizantes. Portanto podemos entender que a vila de São Paulo conduziu as transformações nos homens como um todo, não sendo resultado de um ato isolado, mas sim de uma mudança social. Com o passar do tempo as novas condições de vida foram criando raízes e, ainda no século XVI foram originando uma identidade específica daqueles moradores, caracterizados posteriormente como paulistas.

Referências bibliográficas

- Actas da Câmara da cidade de São Paulo. 2ª ed. São Paulo: Div. Arquivo Histórico do Dep. Cultura, 1967, 1 v. e 2 v.
- ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes. Vol. 1, 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e Fronteiras. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEITE, S. I. História da Companhia de Jesus no Brasil. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2006.
- MAINKA, Peter Johann. O início da colonização do Brasil no contexto da Expansão marítima portuguesa (1415-1549). In: TOLEDO, Cezar de Alencar Arnaut, RIBAS, Maria Aparecida de Araújo Barreto, SKALINSKI Jr, Oriomar (organizadores). Origens da educação escolar no Brasil Colonial. Vol I Maringá: Eduem, 2012.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

PAIVA, José Maria de. Religiosidade e cultura brasileira: séculos XVI-XVII. Maringá: Eduem, 2012.

SILVA, Karla Maria da. Administração pública da América Portuguesa. In: PEREIRA, Lupercio Antonio. MENEZES, Sezinando, Luiz (orgs). A expansão ultramarina e a colonização da América Portuguesa. Maringá: Eduem, 2010.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

**ESTADO, CIVILIDADE E VIOLÊNCIA:
REFLEXÕES SOBRE A SOCIOLOGIA DO ESTADO EM NORBERT ELIAS E
PIERRE BOURDIEU**

Anna Kristyna Araújo da Silva Barbosa
Universidade Federal de Pernambuco
CAPES
annakristyna07@gmail.com

Ms. Gabriel Maia de Oliveira
Universidade Federal da Paraíba
CAPES
gabriel-m8@hotmail.com

Resumo: Tem-se por objetivo debater sobre os processos sociais de internalização da violência e a relação destes com a concepção de Estado para Norbert Elias e Pierre Bourdieu. A partir das reflexões feitas do Estado por Elias e Bourdieu nas obras do segundo volume do *Processo Civilizador* e das aulas que compõem o livro *Sobre o Estado* respectivamente, o trabalho buscará traçar pontos de similitudes e distanciamentos das contribuições dos autores para uma concepção sociológica do Estado.
Palavras-chave: Estado; Norbert Elias; Pierre Bourdieu.

Abstract: The present paper aims to debate about the social processes of violence internalization and the relation of those to the conceptions of State for Norbert Elias and Pierre Bourdieu. From the perspectives of State present in the works of the mentioned authors (*The Civilizing Processes II* and *About the State*, respectively), we trace the likeness and differences between both contributions to the theories of state and the political sociology.
Key-words: State; Norbert Elias; Pierre Bourdieu.

O texto que segue origina-se de inquietações sobre possíveis conexões entre o conceito de *habitus* em Bourdieu e a característica do Processo Civilizador de Elias da internalização da violência – duas formas de descrever processos sociais que afetam o comportamento e os valores de indivíduos - e a relação destes dois pontos na teoria sociológica de ambos com formas sociais mais amplas, em especial com o Estado. Para tal, buscamos nas obras do *Processo Civilizador* e no livro *Sobre o Estado* as bases para tentar realizar de forma breve um debate sobre a questão do Estado nos dois autores.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

A sociogênese do Estado em Norbert Elias

A abordagem eliasiana da sociedade moderna estabelece o diálogo entre as influências sociais e individuais nos processos de mudança social. Para explicar o conceito de *sociogênese*, Elias relaciona as formas de interação com possibilidades socialmente limitadas do cabedal interacional dos indivíduos e dos grupos. Diante disso é que ele recorre às análises figuracionais, ou seja, à identificação da forma da relação entre os indivíduos e os grupos intrasociais. Na sua concepção de figuração, a questão do poder emerge como aspecto fundamental para explicar a dinâmica da vida social e as mudanças de posição dos grupos. Para o autor os processos de mudança internas aos grupos são derivados do acesso aos mecanismos de poder e seus benefícios sociais, assim como também estão diretamente vinculados com a configuração das interdependências grupo-grupo e indivíduo-indivíduo.

O emergir historicamente observado da sociedade moderna é analisado sob essa complexa ótica que busca dirimir a dicotomia indivíduo-estrutura nas explicações sociológicas. O seu programa de pesquisa considera que a modernidade se caracteriza por uma formação estrutural onde as relações de interdependência entre os indivíduos assumiu maior intensidade, se comparada com os modelos de sociedade precedentes. A seu ver, Elias (2011) considera que a inteireza da sociedade é marcada por esse aprofundamento das interdependências, todos os campos da vida social são afetados e se caracterizam pelo nível que a sociedade atingiu dessa integração. Esferas como a ciência, a vida familiar e o Estado, não estão fora dessa influência na sua estruturação (ELIAS, 2006).

As relações entre os grupos de interesse da sociedade foram tomando formas outras daquelas que são identificadas em estágios anteriores. Especialmente nas suas descrições sobre as dinâmicas entre as classes, Elias (1993) pôde apreender a conexão existente entre relações intergrupais e a formatação do Estado. Nesse contexto, com especial observação sobre a mudança ocorrida do período feudal para a experiência absolutista, é possível identificar que a disputa por poder empreendida pela nobreza

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





fragmentada, tomaria a forma de um processo que descamba na centralização característica do que viria a ser o Estado absolutista moderno. A diminuição do número daqueles que detém o poder militar, a construção de uma organização política legitimadora e fundada na monopolização dos meios de coerção física, assim como os meios de arrecadação tributária, caracteriza a direção centralizadora desse processo.

Em associação com as fundamentações sociais, essa dinâmica de centralização reorganiza a própria interação entre os grupos, reconfigurando-os. A nobreza que se espalhava por feudos distantes e ligados pelas disputas bélicas, passam a se reorganizar em torno de um monarca mais poderoso e detentor do direito de governo das suas terras – derivado do resultado desses conflitos e dos acordos de submissão. Com o passar do tempo, essa relação entre os nobres e o monarca passa a condicionar uma convivência mais próxima, ao mesmo tempo que o poder das armas passa a ser direito apenas do monarca central. Graças a esse processo, os modos de disputa pelo poder e os privilégios dele derivados assumem outra fisionomia. Sem o recurso da força física, dada a monopolização por parte do rei, os nobres passam a recorrer a outros mecanismos de alcançar benefícios e posição privilegiada. Quanto a isso, *A sociedade de corte* (ELIAS, 2001) demonstra como as formas de disputas violentas são substituídas por jogos e meios mais polidas de conflito, considerando que eles não desaparecem absolutamente da vida social.

Segundo Elias, a concentração de poder no Estado absolutista tende ao equilíbrio de forças entre o rei e os súditos: quanto mais se estende o poder do monarca, tanto maior a dependência em relação àqueles submetidos ao seu poder. A interdependência envolve todos os grupos, todas as ordens e classes, todos os indivíduos, uns em relação aos outros – ora amigos, aliados e parceiros, ora rivais e inimigos. Ao dessa refrega, os recursos centralizados passam às mãos de um número cada vez mais numeroso de agentes interdependentes e detentores de princípios distintos e concorrentes de potência – religioso, burocrático, jurídico, econômico, cultural, militar -, na transição do controle privado de uma família, de uma linhagem, ao monopólio público. Ressalva-se que a interdependência entre os desiguais, sucede

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





sempre ao abrigo dos interesses dominantes. (MICELI, 2014, p. 21-22).

O modelo da lógica da gênese do Estado em Pierre Bourdieu

A obra *Sobre o Estado* (2014) de Pierre Bourdieu que contém vinte e quatro aulas em que este discute sobre o Estado ministradas pelo sociólogo em um curso de três anos, entre dezembro de 1989 e dezembro de 1991 no Collège de France traz reflexões que pretende desconstruir a concepção marxista de que o Estado estaria sempre e necessariamente submetido aos interesses da burguesia e percebe o Estado como um campo de lutas e de concentração de violência simbólica. Bourdieu traça suas reflexões influenciados por autores como Perry Anderson e Barrington Moore, Charles Tilly e o próprio Norbert Elias. Assim como os clássicos da sociologia, Bourdieu analisa a transição do Estado Dinástico-Absolutista para o Estado Moderno. Para Bourdieu o uso do termo “Estado” empregado antes do século XVII é um anacronismo. E ao abordar o tema do Estado, o autor está não em seu nascimento, mas sim no modelo da lógica de sua gênese. Bourdieu enfatiza que para compreender esse modelo, é preciso compreender o que se entende sobre capital simbólico. Por capital simbólico, Bourdieu entende como “forma de capital que nasce da relação entre uma espécie qualquer de capital e agentes socializados de maneira a conhecer e reconhecer essa espécie de capital.” (BOURDIEU, 2014, p. 259). O capital social complementa os demais capitais e seu conhecimento e reconhecimento pelos agentes da sociedade é fundamental para a manutenção da lógica nos campos.

O capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio. (BOURDIEU, 2003, p. 143).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





O modelo da gênese do Estado em Bourdieu deriva do processo de acumulação de capital. Pois nesse processo de acumulação de capital de diferentes tipos (econômico, social, cultural, simbólico e etc.) o Estado teria a posse de um metacapital, tornando o Estado um poder mais elevado que outros poderes, um enorme campo de lutas dos agentes para adquirir capital que os concede poder em outros campos.

Segundo Bourdieu [os campos], têm suas próprias regras, princípios e hierarquias. São definidos a partir dos conflitos e das tensões no que diz respeito à sua própria delimitação e construídos por redes de relações ou de oposições entre os atores sociais que são seus membros. (CHARTIER, 2002, p. 140).

O Estado tem sua gênese num processo ambíguo. Onde o monopólio da força pública é constituído a partir de um desapossamento das forças privadas, ou seja, a força é retirada dos indivíduos e concentrado no Estado, com isso a violência legítima torna-se de posse do Estado, consoante a perspectiva weberiana herdada também por Norbert Elias.

O processo de concentração de força física pública se acompanha de uma desmobilização da violência ordinária. Elias escreveu textos muito bonitos sobre o nascimento do esporte moderno em ligação com esse processo pelo qual o Estado retira dos agentes individuais o direito de exercer a violência física. Toda uma parte de Elias está contida na frase de Weber: o Estado tem o monopólio da violência legítima. [...] A violência física só pode ser aplicada por um agrupamento especializado, especialmente mandatado para esse fim, claramente identificado no seio da sociedade pelo uniforme, portanto um agrupamento simbólico, centralizado e disciplinado. (BOURDIEU, 2014, p.268).

Para Bourdieu o processo de concentração é uma soma do processo de universalização e de monopolização. Há por parte do Estado a monopolização fiscal, militar, mas também simbólica, por isso o conceito de capital simbólico se torna essencial para compreender o objetivo de Bourdieu. O Estado se constitui como um metacampo e

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





detentor de um metacapital regendo e contribuindo para constituição de outros campos. É nele que lutas se desenvolvem em busca do poder sobre os outros campos, principalmente naqueles em que há a regulamentação de concepções de legitimidade universais e no processo de hierarquização dentro do próprio campo devido acumulação do capital.

O Estado [...] se constitui como uma espécie de metacampo de um campo que se produz, se conserva, se reproduz um capital que dá poder sobre as outras espécies de capital. Estabeleço aqui o laço, a relação, entre o campo do poder e o Estado: um dos princípios unificadores do campo do poder é que as pessoas que dele fazem parte lutam pelo poder sobre o Estado, por esse capital que dá poder sobre a conservação e a reprodução das diferentes espécies de capital. (BOURDIEU, 2014, p. 267).

Estado, civilidade e violência: Estado e o debate sobre monopólio

A discussão sobre a definição de Estado, para ambos os autores, pode ser lida através do debate sobre a definição de monopólio. A crítica central de Bourdieu é a questão do monopólio como ponto central para a concepção do Estado em Elias - tanto teoricamente quanto do ponto de vista de sua sociogênese. Para aquele autor a virtude de sua concepção deste fenômeno enquanto um metacampo onde se dão as disputas por capital sobre os outros campos está no lugar que este abre para questões de conflito e dominação, pontos primordiais para o pensamento político e para a sociologia política (e o que se costuma criticar enquanto faltantes na obra de Elias).

Contudo, uma vez que o olhar se volta para a mesma questão do monopólio presente no *Processo Civilizador* (ELIAS 1993), a afirmação de Bourdieu parece perder um pouco de força crítica. O monopólio da violência é ponto central sim da formação dos Estados modernos, porém este é o resultado de disputas contínuas por poder. Desde disputas por terra e território até aquelas internas à administração do Estado moderno, em Elias não se encontra uma visão estrutural de monopólio ou de Estado: estes são sempre resultado das figurações sociais em um dado momento histórico. Portanto, ainda que haja

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





monopólio, este não exclui a disputa, mas a inclui dentro de si, e sob outras formas que não a daquela baseada apenas na força. A conquista de um monopólio da força e dos meios econômicos implica segundo Elias (1993) que:

É preciso haver uma divisão social muito avançada de funções antes que possa surgir uma máquina duradoura, especializada, para administração do monopólio. [...] A partir desse momento os conflitos sociais não dizem mais respeito à eliminação do governo monopolista, mas apenas à questão e quem deve controlá-lo. [...] Apenas quando surge esse monopólio permanente da autoridade central, e o aparelho especializado para a administração, é que esses domínios [feudos e etc.] assumem o caráter de “Estados”. [ELIAS, Norbert, 1993b, pp 98]

Talvez nisso que possa-se afirmar que Elias e Bourdieu se aproximam mais do que as críticas deste último afirma. O foco de uma definição de Estado parece estar, em Bourdieu, num debate que consiga localizar campo, capital habitus e dominação – que consiga mostrar na estrutura social a dinâmica do conflito interno (numa releitura do materialismo histórico de Marx), e da disputa por capital nos diversos campos. Se lembrarmos de que cada campo é relativamente autônomo em suas disputas, podemos supor que estas nem sempre – ou quase nunca – se deem nos termos da violência física, e, portanto, supor uma primazia da violência simbólica na sociedade ocidental contemporânea como forma de conquistar capitais específicos é uma suposição razoável. Mas sendo assim, *O Processo Civilizador* se aproxima ainda mais deste debate.

Pensemos o caso de *Os Alemães*, em que a própria ideia de Nação ganha ares de “violência simbólica”, uma vez que indica uma forma de código “quase moral” que permite a ligação de uma grande quantidade de indivíduos a certos valores em comum e num mesmo Estado. A tese de Elias sobre processos em que a violência é internalizada nas culturas Ocidentais, e de que é esta internalização – profundamente conectada pelas conquistas monopólios (de sucesso) da violência física – é base das sociabilidades e sensibilidades contemporâneas. A questão da civilidade, então, pode ser lida como o mesmo processo que indicaria um sucesso das formas simbólicas de violência. E, ainda

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





que não seja o foco de Elias, pode-se localizar com algum esforço um espaço para o conflito mesmo nas formações monopolistas - e o autor os indica expressivamente.

Quando, ao abordar as formas sociais presentes nas ações mais comuns dos indivíduos, Bourdieu compreendeu o *habitus* como encarnação do social, ou o social tornado carne, de alguma forma nos remetemos à teoria dos processos civilizadores. Embora a violência internalizada, em Elias, seja referente à violência física que volta-se para o interior do indivíduo e não simplesmente uma violência da sociedade contra cada sujeito no processo de socialização, há uma temática em comum entre as duas. Não apenas porque a questão da civilidade faz referência a processos sociais que moldaram drasticamente as sociedades ocidentais ao nível de comportamento, de sujeito, mas porque estão profundamente (e profundamente aqui pode ser lido como metáfora para as “profundezas da mente”) com a formação do Estado.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. O Poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz (português de Portugal). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. 9ª ed. Campinas – SP: Papyrus Editora, 1996.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CHARTIER, Roger. Pierre Bourdieu e a história – debate com José Sérgio Leite Lopes. Palestra proferida na UFRJ, Rio de Janeiro, 30 abr. 2002. p. 140.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador, volume 2: Formação do estado e civilização. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, N. Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do *habitus* no século XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ELIAS, Norbert. A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

ELIAS, Norbert. O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELIAS, Norbert. Escritos & ensaios: Estado, processo e opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MICELI, SÉRGIO. Materialismo do simbólico. In: ____ BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

A REPRESENTAÇÃO DOS ERVAIS NA LITERATURA DE FRONTEIRA DE HÉLIO SEREJO

Mestranda Ariane Morales Moreti
Universidade Federal da Grande Dourados
arianemoreti@ufgd.edu.br

Prof. Dr. Paulo Sérgio Nolasco dos Santos
Universidade Federal da Grande Dourados
psergionolasco@gmail.com

Resumo: Considerando o *locus* específico, a fronteira Brasil-Paraguai, este trabalho tem por objetivo analisar a figura do ervateiro, protagonista, em narrativas ambientadas no cenário fronteiriço ilustrado pelo escritor sul-mato-grossense Hélio Serejo no período de 1883-1947. Propõe-se, portanto, abordar a temática acerca da presença do homem dos ervais em seus textos, procurando extrair as histórias de vida observadas mediante a cultura regional. Assim, destaca-se um processo de formação cultural particular relevante para os estudos sobre os processos figuracionais histórico-sociais, representativos de uma época, de um espaço, caracterizada pela bravura do ervateiro/do homem forte dos ervais. Palavras-chave: fronteira. erval. regional.

Abstract: Considering the specific locus, the borderland Brazil-Paraguay, this work has the objective of analyzing the figure of the herbalist, protagonist, in narratives set in the border scenario illustrated by the South-Mato Grosso writer Hélio Serejo in the period of 1883-1947. It is proposed, therefore, to approach the theme about the presence of the herbal man in his texts, seeking to extract the life stories observed through the regional culture. Thus, a particular cultural formation process is relevant for the studies on the historical-social figurative processes, representative of a period, space, characterized by the bravery and strong man of the herbs. Keywords: borderland. herbalist. regional.

Considerando o *locus* específico deste estudo, a fronteira Brasil-Paraguai, é de imensurável importância a literatura do escritor sul-mato-grossense Hélio Serejo, que produziu mais de 60 volumes sobre folclore, história, biografia, sociologia, crioulisto, crenças e outros assuntos que envolvem o ciclo ervateiro na região de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul. Hélio Serejo trata da gente fronteiriça. Dedicou inúmeras páginas a sua cidade de Ponta Porã/MS, fronteira seca com Pedro Juan Caballero/PY.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

Nascido em 1º. de junho de 1912, na Fazenda São João, no Município de Nioaque/MS, faleceu no dia 8 de outubro de 2007, em Campo Grande, aos 95 anos de idade.

Conhecido como prosador de vivência fronteiriça, escreve sobre a região Brasil/Paraguai. Sua literatura é fruto de anotações das experiências vividas nas extensas matas dos ervais entre os homens bravos e rudes, cheios de modismos e de histórias ouvidas e relatadas por companheiros ao longo das estradas percorridas. Registrou o quadro sociológico de uma região e de uma época, visto que uma das temáticas de sua obra é a luta do homem da fronteira nos ervais, durante o Ciclo da Erva-Mate, no período de 1883-1947. Assim, identifica-se o seu convívio com os ervais em “Tinha eu treze anos de idade quando, pela primeira vez, pernoitei em uma ranchada ervateira, conhecida por todos como trabalhado da Empresa Mate” (PELLEGRINI; SENA, 2014, p. 30).

Hélio Serejo é um escritor que busca retratar a identidade cultural da região sul-mato-grossense na medida em que apresenta uma literatura das margens pelo viés regionalista ao proporcionar pistas significativas do universo ervateiro na fronteira Brasil-Paraguai. A fronteira é entendida aqui como um lugar de interação e de hibridização cultural, ou seja, a aproximação dos espaços que faz revelar o processo de formação da identidade cultural.

Convém destacar sobre as diversas fronteiras que predominaram e ainda predominam nessa região sul de Mato Grosso do Sul, principalmente, no caso das fronteiras econômicas e sociais, pois uma está diretamente associada à outra e pode-se dizer que são fruto desse contexto histórico de fronteira. Até porque, com o fim da Guerra do Paraguai, uma comissão percorre a região ocupada pelos índios Kaiowá e Guarani, entre o rio Apa, atual Mato Grosso do Sul, e o Salto de Sete Quedas, em Guáira, Paraná. Terminados os trabalhos de demarcação de fronteira entre Brasil e Paraguai, em 1874, Thomas Larangeira, percebendo a grande quantidade de ervais nativos existentes na região e, também, a abundante mão-de-obra pós-guerra disponível, consegue, através de decreto em 1882, o arrendamento das terras para a exploração da erva mate nativa, porém, sem o direito de impedir a colheita da mesma erva por parte dos moradores locais.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





A região dos Ervais Mato-Grossenses localiza-se genericamente no sul do atual Estado do Mato Grosso do Sul, próximo à fronteira com o Paraguai. Apesar disso, o caráter eminentemente fronteiriço da região autoriza a representação de uma zona tême de transição em suas extensões meridionais, abarcando territórios paraguaios contíguos à fronteira brasileira, bem como a inserção de uma pequena área do extremo oeste paranaense, próxima à Cidade de Guaíra – uma das bases de operações da Companhia Matte Laranjeira. Essa grande área abrange hoje importantes cidades do Mato Grosso do Sul, como Dourados – um povoado ainda pequeno à época aqui tratada para essa região – e diversos núcleos urbanos fronteiriços como Porto Murtinho, Bela Vista e Ponta Porã. (IBGE, 2016, p. 76)

No ano de 1892, funda a Companhia Mate Laranjeira instalada no sul do atual Estado do Mato Grosso do Sul, entre fins do século XIX e inícios do XX, sendo responsável pela atividade extrativa da erva-mate na região. Segundo Serejo (2004), que afirma:

A formação da Mate Laranjeira teve início no período após a Guerra do Paraguai (1864-1870) quando o governo imperial resolveu demarcar definitivamente as fronteiras com a república paraguaia. Assim, em 1872 forma-se uma comissão encarregada de demarcar os limites entre Brasil e Paraguai. Nessa comissão, destacou-se Thomaz Laranjeira, natural de Santa Catarina, porém oriundo de Santa Maria, Rio Grande do Sul, onde atuava como comerciante. Ao andar pela fronteira junto com a Comissão, fornecendo-lhe víveres, Laranjeira observou, nas bacias hidrográficas dos rios Iguatemi e Amambai, grandes ervais nativos. Os trabalhos demarcatórios terminaram em 1874. Assim, a partir de 1877, Laranjeira passou a explorar a erva-mate do Sul do Mato Grosso, na clandestinidade, porém, seu negócio tornou-se um empreendimento rendoso a partir de 1878, em Concepción, no Paraguai, quando deu início oficialmente aos trabalhos ervateiros, inclusive com contratos assinados para esse fim. (SEREJO, 1986, p. 90-91; 107-109 *apud* JESUS, 2004, p. 29)

A mão-de-obra paraguaia foi valiosa para o desenvolvimento da extração do mate no sul de Mato Grosso, pois nos períodos de colheita atravessavam a fronteira para

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





executar essa tarefa, porém, neste espaço, surgiam migrantes de outros estados brasileiros em busca de terra e trabalho, visto que reconheciam ser uma região

em processo de reconstrução econômica e social após os impactos da Guerra do Paraguai. [...] As relações entre esses grupos não era harmônica, mas deixou marcas culturais importantes como traços linguísticos comuns (uso de castelhanismos e de expressões guaranis na linguagem) e certos traços comportamentais, por exemplo, o hábito de tomar o tereré – infusão da erva-mate em água fria. (IBGE, 2016, p. 80)

Considerando os relatos de Valmir Batista Correa e Gilberto Luis Alves, “os viajantes-historiadores”, assim retratado por Gilmar Arruda, estes observaram um caráter exploratório dos trabalhadores da Companhia Matte Laranjeira:

Não viram naqueles trabalhadores nada além de “homens escravizados” pela Matte Laranjeira e os “migrantes gaúchos”, servindo de massa de manobra para os grandes comerciantes do Estado de Mato Grosso. Constataram e denunciaram um mundo de violência e exploração entretanto, os trabalhadores continuaram mudos. Não foram capazes de ouvir e entender o significado cultural do “mburear” dos “mineiros” nos ervais”. (ARRUDA, 1997, p. 11)

Os temas recorrentes na obra de Hélio Serejo são representativos de uma época, de um espaço, de uma parte da história nacional, caracterizada pelas lutas, pela bravura, pelos conflitos de toda ordem.

Serejo retrata o povoamento de ranchada ervateira, em especial do peão paraguaio e da mulher guarani que enfrentaram toda sorte de martírios, na grande e vigorosa arrancada da época da penetração ervateira. Foi o peão paraguaio e a corajosa a mulher guarani dos ervais que trilharam, inquebrantavelmente, o caminho de todos os desalentos e amarguras. Assim, o autor caracteriza que “ambos fizeram morada na selva quase impenetrável, numa provação grandiloquente, para que das erveiras, que representavam o sangue e as lágrimas de cada um, saísse a *plata* para enriquecimento de muitos”. (SEREJO, 1998, p. 43).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Por tratar da literatura híbrida do escritor Hélio Serejo, convém conceituar os termos “regional” e “regionalismo”. Segundo Mendonça, observa-se que o primeiro “mantém relação a uma região, ou próprio de uma região; o segundo é o caráter da literatura que se baseia em costumes e tradições regionais” (2003, p. 75). Sendo assim, regionalismo tem como pano de fundo o termo “regional”, não apenas no sentido etimológico da palavra, mas no discurso multifacetado que dá autenticidade à identidade cultural de uma determinada região.

Rildo Cosson (1998, p. 87) conceitua regionalismo como a busca da identidade brasileira através do específico regional e como a representação literária de uma determinada região do país. Deste modo, define como “o que lhe é próprio”, o regionalismo mitifica um tempo, um espaço e um elemento humano determinado que passam a ser marcos referencializadores do que é legitimamente regional. Pela perspectiva regionalista, observa-se, na obra de Serejo, a formação heterogênea, autêntica de um Mato Grosso crioulo.

Tradicionalmente, a relação entre brasileiros e os vizinhos paraguaios foi marcada pelos conflitos, especialmente pela definição de territórios entre os colonizadores como afirma Ibanhes:

A fronteira Brasil-Paraguai era muito movimentada, particularmente nas Cidades de Bela Vista e Ponta Porã, ambas do Estado do Mato Grosso do Sul. A existência de uma economia pastoril tornava ainda mais intenso o trânsito entre os países nesta região. Da mesma forma, destaca-se na época analisada a presença de uma cultura belicosa, tanto a partir da ação de coronéis latifundiários e da Companhia Matte Laranjeira, como de pistoleiros, militares e organizações revolucionárias, haja vista a significativa adesão do sul-matogrossense a movimentos como a Revolução Constitucionalista (1932) e a Intentona Comunista (1935). (IBANHES, 2012 *apud* IBGE, 2016, p. 80)

Contudo, as fronteiras que separavam os países também aproximavam os povos e aumentavam o contato, combinando aspectos culturais de um e de outro, especialmente do paraguaio. Embora haja a distinção de identidades, também há a apropriação de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





elementos da cultura do outro no cotidiano e o compartilhamento de outras práticas, como expressões de linguagem regional, músicas, vestimentas e hábitos como o *tereré*.

Ressalta-se a mistura dos povos pertencentes a essa fronteira: o *bugre*, identificado como o ícone na obra de Hélio Serejo, representando a força de trabalho dessa região, juntamente com os paraguaios e os guaranis no ciclo da erva-mate, em que muitos embates e entraves ocorreram entre brasileiros e paraguaios. Assim, o escritor destaca a participação indígena na extração da erva mate ao referir-se aos Teis:

Foi com estes índios errantes e paraguaios idosos [...] que o ervateiro Tomaz Laranjeira [...] levantou os seus primeiros ranchos e deu início à elaboração da erva [...] contando com a valiosa ajuda dos índios – inclusive as crianças que recebiam pequenas tarefas e os desempenhavam a pleno contento [...] quando chegava o momento da mudança da ranchada, tudo era feito com a maior facilidade, em virtude da tão decantada resistência física do Teis. (SEREJO, 1986, p. 71).

O trabalho nos ervais não era fácil, ao contrário, era árduo e exigia um grande número de trabalhadores com tino para a lida; a maioria era constituída por paraguaios. Tornam-se desbravadores e criadores dos “Ranchos”, espécie de parada, morada que abrigava o ervateiro, frequentemente assentados em lugares tão ermos que eram batizados de “divisas com o inferno” (LINS, 2002, p. 45), pois situados em região de difícil acesso, onde a maleita não perdoava nenhum vivente. Atravessando as lonjuras da linha fronteira e só conhecendo uma estrada boiadeira, por ali chegavam levas guaranis, paraguaios que sofriam, derramando o seu suor no mundo bruto e selvagem da erva-mate, trazendo para os ervais da região sulina mato-grossense muitas criaturas excêntricas, algumas de hábitos verdadeiramente anormais, e até denotadoras de demência. Muitos de seus textos trazem a representação da vida nas ranchadas ervateiras, como em *Contos Crioulos* (1998) em que o autor apresenta:

[...] O erval para a produção de dois anos, ficava nas divisas do inferno, como diziam os conhecedores da detestada região, onde a maleita, dava até em pau. Paulo Vera – um cristão dominado

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS CIVILIZADORES

APOIO





por felicidade incomum, em um vapor argentino, desceu o Rio Paraná, com destino a Vila Encarnación, no Paraguai (SEREJO, 1998, p. 75)

Na obra *Pialo Bagual..* (1971), encontra-se “O Xucro”,

alma feita de veneno. Mistura de raça. Lama das fronteiras!...
Um eterno revoltado. Vivente que o destino marcou com o ferro da brutalidade. Vagueador, cruza-campo, mau, perverso, turbulento, repudiado e vingativo. [...] O Xucro é inadaptável. Não possui amigos. É como sapo-gia, que é repelido pela saparia!...(SEREJO, 1971, p. 27-28)

Em *Caraí Ervateiro* (1990), o autor retrata a vida do homem do erval:

Caraí ervateiro, conhece tudo dos ervais e da peonada que, neles, labuta, incansável, estoicamente, no cumprimento de uma predestinação...

Ele, o caraí, veio ao mundo para enfrentar o martírio dos ervais. [...] Foi por isso que ao chegar no cargadeiro, ele parou e respirou profundamente e olhou para o alto numa indagação aflita e dolorosa. Falou sem querer: - É uma crueldade...três mil passos, até o barbacua, carregando um raído pesando invariavelmente mais de 150 quilos! Era cruel e desumano... (SEREJO, 1990, p. 41)

A referência à vida do homem do erval também é encontrada em *Homens de Aço* (1946), chamando-o de “herói anônimo” pelo fruto de seu trabalho que traz desenvolvimento econômico para o Brasil. A mulher que acompanhava o erval é caracterizada como as “Heroínas dos Ervais” (SEREJO, 1946, p. 44). Em *Homens de Aço* (1946), encontramos o registro de Serejo sobre a força da mulher:

sente bem latente o valor da mulher do homem do erval. E essa mulher, símbolo da resignação e da força de vontade, veio às vezes dos ínvios sertões do Paraguai, cheia de esperança, fazendo a pé martiriosa caminhada, empós do eldorado: os opulentos ervais de Mato Grosso. (SEREJO, 1946, p. 44)

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





A obra de Serejo é objeto que proporciona discutir criticamente as produções culturais periféricas, tendo por fundamentação uma visada epistemológica específica dos locais. Na obra *Carai ervateiro* (2008), encontra-se uma representação literária do “homem do erval” diante do mundo bruto da erva-mate:

Erval é assim mesmo: pode o fantasma do fracasso estar rondando a ranchada ervateira, trazendo aflições a todos, entretanto, a produção acelerada de quatro ou cinco mineiros, ou a descoberta, por acaso, de um eito povoado de erveiras, tudo pode mudar como que por encanto. [...] Carai ervateiro é a própria história da erva. Ele escolheu o mundo bruto da caá para a sua vivência porque era um enfeitado das arboleras, barbaquás e tapês. Quando adentrou a jungle, sabia que iniciava uma vida de sofrimentos inenarráveis. Estava preparado. Não cairia vencido, assim, tão facilmente. Era uma predestinação, só lhe restava cumpri-la. E foi o que fez. [...] Carai ervateiro ficou na história. Na história das ranchadas ervateiras. Na brutal e comovente história da erva-mate. A civilização nunca terá meios para destruir seu feito grandioso. (SEREJO, 2008, v. 8, p. 9-10)

Em sua vivência nos ervais, Serejo cita muitos nomes de ervateiros, entre eles: Otaviano dos Santos, incansável na lida da erva, e destaca também o peão paraguaio, sempre muito obediente, comprometido com o trabalho tanto que “nos ervais ou em outra qualquer atividade, sempre se apresenta como um companheiro ideal, que transmite força e gera confiança”. (SEREJO, 2008, v. 9, p. 178).

A reflexão, a partir deste *locus* específico, justifica-se por um processo de formação cultural particular que, temperado por outros processos culturais diversificados, oferece um produtivo universo cultural, constitutivo de um receptáculo para os estudos que a literatura comparada apresenta.

O autor traz um legado para a literatura sul-mato-grossense, sua sensível percepção da história de uma região de etnias diferentes, com a alma de uma época e de um povo numa região distante, registrando os modismos, regionalismos, credices e expressões típicas da fronteira. Com efeito, a intermediação entre o global e o local permanece uma

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNADOR DO ESTADO





matriz característica que representa o Estado de Mato Grosso do Sul, o que evidencia o aspecto híbrido formador da identidade e da cultura sul-mato-grossense.

Referências bibliográficas

ARRUDA, Gilmar. Frutos da Terra. Os Trabalhadores da Matte Larangeira. Londrina: Editora UEL, 1997.

COSSON, Rildo. “Notas à margem de uma fronteira móvel”. In: CONTINENTE Sul/Sur, Porto Alegre: Instituto Nacional do Livro, 1998. V. 7, p. 85-94.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Atlas das representações literárias de regiões brasileiras. Sertão Brasileiros II, v. 3, Rio de Janeiro, 2016.

JESUS, Laércio Cardoso de. Erva-mate: o outro lado: a presença dos produtores independentes no antigo Sul de Mato Grosso 1870-1970. 190 p. Dourados – MS: UFMS, CPDO, 2004.

LINS, José Pereira. O Sol dos Ervais – Exaltação à Obra Literária de Hélio Serejo. Dourados: Editora Dinâmica, 2002.

MENDONÇA, Sueli A. S. Eulina de Souza Ribeiro: um nome para a historiografia sul-mato-grossense. 2003. 158 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2003.

PELLEGRINI, Fábio; SENA, Melly F.G (Orgs.). Vozes da Literatura. Campo Grande: FCMS, 2014.

SEREJO, Hélio. Homens de Aço: a luta nos ervais de Mato Grosso. São Paulo: Organização e Revisão de Vasco José Taborda, 1946.

SEREJO, Hélio. Píalo Bagual.... Coleção Mato Grosso Crioulo. Organização e Revisão de Vasco José Taborda. Presidente Venceslau - SP, 1971.

SEREJO, Hélio. Carafá. In: Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul - 1883 –1947. Instituto Euvaldo Lodi, 1986, p. 71.

SEREJO, Hélio. Carafá Ervateiro. 1ª edição. Tupi Paulista: Editora Versiprosa, 1990.

SEREJO, Hélio. Contos Crioulos. PIRES, Enilda Mougén (Org.). Campo Grande: Editora UFMS, 1998.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

SEREJO, Hélio. Caraiá Ervateiro. In: Obras completas de Hélio Serejo. Sistematização, revisão e projeto final de H. Campestrini. Campo Grande, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul/Gibim, 2008, 8º volume, p. 9-67.

SEREJO, Hélio. Obras completas de Hélio Serejo. Sistematização, revisão e projeto final de H. Campestrini. Campo Grande, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul/Gibim, 2008, 9º volume, p. 178.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

O ENSINO DE HISTÓRIA ATRAVÉS DE UMA PERSPECTIVA MAIS HUMANA

Graduada Camila Quadros
Universidade Federal do Paraná
camrfr@gmail.com

Resumo: Este artigo refere-se à experiência obtida na disciplina “Prática da Docência”, cursada no último ano da graduação em História - licenciatura e bacharelado -, da Universidade Federal do Paraná, em 2017. A fim de contribuir ao ensino da História, apresentaremos as aulas desenvolvidas no 3º ano do Ensino Médio, da rede estadual, em Curitiba, as quais abordaram a Ditadura Militar brasileira. Discutimos determinados aspectos que caracterizaram aquele momento político como uma ditadura de fato, para refletirmos sobre alguns conceitos remanescentes daquele contexto histórico, problematizando e ampliando o conhecimento dos estudantes, levando em consideração a relação que tinham com esse tema.

Palavras-chave: Ensino. História. Ditadura Militar brasileira.

Abstract: This article refers to the experience obtained in the course "Teaching Profession Practice", taken during the last year of History Bachelor's Program at the Federal University of Paraná in 2017. In order to contribute to the teaching of History, this exposes the lessons developed for the 3º year (senior year) of high school, in the public state schools of the city of Curitiba, which approach the thematic of the Brazilian Military Dictatorship. We discussed the aspects that characterize this political period as dictatorship with the intent to reflect upon remaining concepts of the historic context, problematizing and enlarging the student's knowledge, considering the relation that they had with the theme.

Keywords: Teaching. History. Brazilian Military Dictatorship.

A sala de aula como um campo para a construção da História.

Esse artigo tem por objetivo apresentar e discutir a experiência advinda do estágio, realizado no Colégio Estadual Senador Manoel Alencar Guimarães (CESMAG), o qual fez parte da disciplina “Prática da Docência”, do curso de História (licenciatura/bacharelado), da Universidade Federal do Paraná. Ao longo de 2017, acompanhamos o trabalho da professora de História, nas duas turmas do 3º ano do Ensino Médio, participando das aulas, o que permitiu, no final do ano, desenvolver quatro aulas, com cada uma delas. Nessa primeira parte, apresentaremos como essas aulas foram

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná





planejadas e encaminhadas e quais foram os resultados obtidos. No segundo momento, discutiremos a abordagem escolhida, baseada em referenciais teóricos, a fim de sustentar o propósito desse trabalho: pensar o ensino da História, através de uma perspectiva mais humana, que leve em consideração a relação e o sentimento dos estudantes com os temas desenvolvidos em sala de aula.

Depois de um ano de observação no estágio, pude notar a dinâmica das turmas, identificando as carências, vontades e opiniões dos estudantes. Eles tinham em média 17 anos, eram turmas engajadas politicamente, gostavam de debater e se posicionar. Enquanto estagiária, havia estabelecido uma boa relação com os estudantes, conversando sobre diversos temas e estimulando suas reflexões. Esses aspectos foram considerados no meu planejamento das regências, as quais deveriam estar inseridas no cronograma da professora, o qual encerrava o ano letivo abordando o tema da Ditadura Militar brasileira. Além disso, entendia que era necessário pensar nesse conteúdo a partir do presente, explicitando a relação que aquele contexto histórico tinha com a atualidade. O que significava tomar como ponto de partida algumas concepções, que a sociedade brasileira mantém em relação à Ditadura, as quais faziam parte da realidade dos estudantes.

A professora se encarregou de introduzir o conteúdo da Ditadura Militar e assim fiquei responsável por desenvolvê-lo e encerrá-lo. Na primeira aula, tratamos sobre o ano de 1968, na qual ressaltamos diversos fatos internacionais e nacionais, como o assassinato do Martin Luther King, passeatas feministas, movimento hippie, movimento Tropicália, movimentos estudantis (na França, no México e no Brasil), com o intuito de contextualizar os estudantes, para que eles pudessem mensurar o fervor daquele ano. Isso serviu como base, para explicar o endurecimento do governo militar, particularmente com a publicação do Ato Institucional n.º 5, em dezembro de 1968. Apresentei o Conselho de Segurança Nacional¹⁴⁷, os “considerandos” do AI-5 e seu texto final¹⁴⁸.

Com esse processo, pretendia esclarecer, para os estudantes, porque aquele governo foi reconhecido como uma Ditadura Militar de fato, um período de autoritarismo

¹⁴⁷ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11135.htm, acesso em 02 ago. 2018.

¹⁴⁸ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm, acesso em 02 ago. 2018.



por parte do Estado. O objetivo era deslegitimar um senso comum, que tem sido reproduzido, o qual defende que não houve ditadura no país e que, se houve, ela foi branda. O intuito era mostrar aos estudantes, baseado nos documentos históricos, que o governo militar assumiu determinados aspectos, os quais o caracterizam como uma Ditadura, o que fica explícito no AI-5. Na aula, uma estudante perguntou se, naquela época, a população já tinha consciência de que o país vivia uma Ditadura. Respondi que sim, bastava lembrarmos das imagens das manifestações do ano de 1968 (as quais tínhamos visto anteriormente), que continham cartazes com, por exemplo, “Abaixo a Ditadura/Povo no Poder”¹⁴⁹. Dessa maneira, ao longo da aula, os estudantes entenderam porque é errôneo acreditar que o Brasil não viveu uma Ditadura Militar.

Para a segunda aula, havia preparado uma atividade que aprofundaria as discussões sobre a Ditadura, partindo de uma metodologia muito mais “sensível” aos estudantes. O objetivo era debater um outro senso comum da atualidade, o qual mantém a lógica de que a Ditadura Militar brasileira foi branda, pois só prendeu, torturou e matou bandidos, subversivos, terroristas e comunistas. Em relação a isso, duas questões eram principais: primeiro, mostrar aos estudantes que nem todos os presos políticos se enquadravam naquelas “categorias”. E, segundo, que essas “categorias” (subversivos, comunistas) não podem servir como justificativa para a violação dos direitos humanos (como o direito à vida), os quais devem ser garantidos pelo Estado.

Sendo assim, 80 fichas distintas foram selecionadas (retiradas do volume III, do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, publicado em dezembro de 2014), de pessoas que foram presas entre os anos 1969 e 1974 (há um exemplo, nos anexos, no final desse artigo). A ficha foi organizada da seguinte maneira, a primeira parte continha o nome da pessoa, foto, local de nascimento, família, profissão, grau de escolaridade e uma breve biografia. A segunda parte informava o que havia acontecido com aquela pessoa, se ela foi presa, torturada, desapareceu, seu laudo de morte, entre outras informações

¹⁴⁹ Como a foto tirada pelo fotógrafo Evandro Teixeira, da Passeata dos Cem mil, ocorrida na Cinelândia, no Rio de Janeiro, no dia 26 de junho de 1968 (acesso à fotografia pelo site: http://www.anistiapolitica.org.br/abap/index.php?option=com_content&view=article&id=3802:infiltrado-fotografo-registrou-o-comeco-do-regime-militar, acessado no dia 02 ago. 2018).



sobre o seu “fim”. Essas duas partes foram entregues separadas, ou seja, um aluno ficou com a primeira parte e um outro aluno ficou com a segunda parte. A intenção era que os estudantes procurassem na sala o complemento da sua ficha, que estava com algum colega, dinâmica que chamamos por “encontrar sua cara metade”. Assim, os estudantes se reuniram em dupla, para que pudessem conhecer toda a história daquela pessoa que eles haviam pego. Além disso, elas foram distribuídas de forma que os alunos pegaram a ficha de um homem, enquanto as alunas pegaram a ficha de uma mulher, possibilitando uma identificação ainda maior com aquela história.

Após essa dinâmica, com os estudantes ainda em duplas, várias questões foram feitas, a respeito daquelas pessoas, para as quais eles deveriam erguer o braço, caso a resposta fosse positiva: 1. Quem era casado; viúvo; com filhos; ou estava grávida. 2. Quem trabalhava e quais profissões. 3. Quem estudava e quais cursos. 4. Quem era estrangeiro. 5. Quem era do Exército e quais cargos. 6. Quem era jovem; Quem era mais velho. 7. Quem era do Paraná. 8. Quem era de outras regiões do país, que não fosse São Paulo ou Rio de Janeiro. 9. Quem não tinha qualquer ligação com movimento político. 10. Quem desapareceu. 11. Quem foi sequestrado. 12. Quem teve o laudo de morte fraudado. 13. Quem foi internado por problemas psicológicos. 14. Quem sobreviveu.

A finalidade dessa atividade era demonstrar que as vítimas da Ditadura Militar brasileira, para além de presos políticos, eram pessoas. Tinham família, profissão, sonhos, uma vida, assim como os estudantes. Mostrar que a Ditadura Militar brasileira não foi branda, pois tivemos centenas de presos políticos, pessoas que foram torturadas (Relatório final da CNV. Vol. 3, 2014, p. 26), pessoas que foram presas injustamente, pois nem sequer faziam parte da militância, conforme algumas fichas informavam – é o caso do Ary Abreu Lima da Rosa (Relatório final da CNV. Vol. 3, 2014, p. 486), entre outros. Com esse trabalho, eles compreenderam que quando falamos sobre os presos políticos, da Ditadura Militar, não podemos enquadrá-los em simples “categorias”, como se isso fosse suficiente para justificar o modo como perderam suas vidas. Foi visível o impacto nas turmas, pois uma aula que havia começado agitada, com os estudantes



andando e conversando pela sala, terminava em silêncio, com adolescentes comovidos por aquelas histórias reais.

Na terceira aula, foi explicado o processo do fim da Ditadura Militar, destacando as manifestações populares pela Lei da Anistia e sua consequente aprovação, debatendo seus impactos positivos e negativos. Foi enfatizado que essa Lei recebeu várias críticas, já naquela época, pois anistiou todos os crimes políticos, inclusive aqueles cometidos pelos militares, conforme discute a autora Janaína de A. Teles (2010).

Também foi ressaltada a grande campanha nacional pelas Diretas-Já, que não veio naquele momento, e a entrada do primeiro presidente civil, depois de 21 anos sob o governo militar. Explicar esse processo, pautado nesses dois assuntos específicos (a Lei da Anistia e as Diretas-Já), tinha como objetivo principal mostrar aos estudantes que a população não é, necessariamente, inerte em relação ao contexto político nacional, como muitas vezes somos levados a acreditar. Serviu para esclarecer que uma parte significativa dos brasileiros era contra à Ditadura Militar e se envolveu em diversos movimentos políticos, a fim de que ela acabasse.

A última aula foi destinada à avaliação, que consistiu na escrita de uma carta, feita em dupla. Essa carta, supostamente, seria destinada à pessoa, cuja ficha a dupla havia pego. Os estudantes deveriam responder aos seguintes critérios: 1. Como eles tiveram acesso à história dessa pessoa (da onde são essas fichas?); 2. Quem eles (os alunos) são e porque receberam essas fichas; 3. O que eles sentiram ao ler a história da pessoa; 4. Contar para essa pessoa o que aconteceu no Brasil depois da data da sua morte (os fatos que determinaram o fim da Ditadura, e como o Brasil é atualmente, pensando o que mudou e o que se manteve); 5. O que eles fariam para essa pessoa, caso ela realmente pudesse ler a carta.

Essa avaliação foi planejada com a mesma intenção da atividade desenvolvida na segunda aula, trazer à tona o envolvimento dos alunos com a matéria estudada, a fim de que eles compreendessem melhor. Usar esse lado mais real da história, permitiu que os estudantes se aproximassem do conteúdo, instigando reflexões e questionando suas opiniões. Isso ficou visível com as cartas que foram escritas. Os alunos “conversaram”



com aquelas vítimas, compartilharam seus sentimentos, ficaram curiosos sobre os motivos que levaram aquelas pessoas a agir daquele modo, contaram o que aconteceu com o Brasil, desde então, mencionando vários fatos da atualidade, a fim de justificar suas opiniões. Muitas cartas foram encerradas com os seguintes comentários: “Descanse em paz”; “saiba que sua luta não foi em vão”; “sua história sempre será lembrada”. Assim, ficou claro como aquelas aulas de História, para além de explicar um contexto histórico, permitiu que os estudantes se envolvessem e dessem um significado maior àquele conteúdo.

Os referenciais teóricos como suporte dessa abordagem no Ensino da História.

Essas quatro aulas foram pensadas a partir da experiência adquirida, ao longo de um ano como estagiária. No entanto, alguns referenciais teóricos servem como embasamento dessa proposta metodológica, a qual preza por uma perspectiva mais humana e sensível da História. A autora Maria Auxiliadora M. dos Santos Schmidt é uma das principais referências, pois discute diversos autores que colaboram no ensino de História. Schmidt (2011) apresenta alguns conceitos do filósofo e educador americano John Dewey, o qual, segundo ela, foi importante na elaboração de um método de ensino da História, pautado em partir do presente para entender o passado. A autora afirma que, “mantendo a tradição inaugurada por J. Dewey, pode-se afirmar que a preocupação em tomar o presente do aluno como referência para a aprendizagem das relações com o passado passou a ser uma adoção incontestante entre os especialistas do ensino de História.” (SCHMIDT, 2011, p. 83).

Em outro trabalho, Schmidt (2009) discute as ideias do autor Rüsen, acerca do “método cognição histórica situada”, pelo qual o aprendizado histórico se faz a partir da compreensão subjetiva dos sujeitos. Conforme Schmidt,

No aprendizado histórico, a "história" é obtida porque fatos objetivos, coisas que aconteceram no tempo, tornam-se uma questão de conhecimento consciente, ou seja, eles tornam-se

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





subjetivos. Eles começam a ter um papel na mente de uma pessoa, porque a aprendizagem de História é um processo de, conscientemente, localizar fatos entre dois polos, caracterizado como um movimento duplo, ou seja, primeiramente é a aquisição de experiência no decorrer do tempo (formulado de maneira abstrata: é o subjetivismo do objeto) e, em segundo lugar, é a possibilidade do sujeito para analisar (ou seja, o objetivismo do sujeito). (SCHMIDT, 2009, p. 33)

Ou seja, enquanto muitos autores consideram a aprendizagem tradicional como exaustiva, em que os alunos decoravam nomes e datas, destacando uma memorização incoerente e sem nenhuma ligação com o presente; a aprendizagem “renovada” vem com o objetivo de humanizar a formação do educando. Assim, o ensino da História permite a possibilidade de despertar atitudes éticas e a própria consciência social do educando; fazendo com que se situe no tempo, explicando e dando significado ao presente.

Outro texto da autora Schmidt (2015) contribui em nossas análises, à medida em que aborda o ensino da História, a partir de temáticas mais complexas e difíceis. Entre outras questões, ela trata sobre o conceito “burdening history”, do historiador alemão Bodo von Borries, que se refere ao ensino de conteúdos considerados mais “pesados”. Para ele, tais conhecimentos históricos exigem alguns pressupostos importantes, por exemplo, “um deles diz respeito às condições necessárias para uma aprendizagem efetiva da história, tais como o fato de que os novos insights precisam ser relacionados com os velhos, precisam conectar, positivamente, emoções e serem relevantes para a vida.” (SCHMIDT, 2015, p. 15). Por isso, Schmidt afirma que,

Segundo Borries, aprender história não é um processo cognitivo solitário, mas também envolve emoções e julgamentos morais. Assim, interligar e conectar certas peças do passado pode ser importante, mas não é suficiente. A questão é como construir uma narrativa convincente e válida e como manusear seus efeitos para o presente e, neste caso, o ato mental de assimilar, digerir e superar histórias pesadas é decisivo. (SCHMIDT, 2015, p. 16).

Através de uma pesquisa que realizou, a autora percebeu que os estudantes não reconheciam a importância dos sujeitos como agentes históricos (SCHMIDT, 2015). Por

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





isso, ela indica uma “desumanização” da história, sem que os alunos compreendam que a história se faz através das ações humanas e que os fatos históricos não existem por si só. Schmidt considera necessário construir o conhecimento histórico de forma que os jovens consigam entender a história como resultado das ações humanas, reconhecendo, assim, que eles também são sujeitos históricos.

Além disso, o trabalho da autora Nádia G. Gonçalves (2012) também serve como uma referência, pois ela discute argumentos importantes do teórico Pierre Bourdieu, especialmente em relação ao conceito de “*habitus*”, o que contribui na formação dos professores. Ela avalia que o professor tem um conjunto de conhecimentos (o qual constitui seu *habitus*), formado ao longo de sua trajetória, com base nas suas leituras, pesquisas, etc. Portanto, é necessário refletir e racionalizar o porquê das suas escolhas teóricas e sua prática, pois, muitas vezes, esse trabalho docente é feito de maneira inconsciente, levando a uma mera reprodução de conceitos e ideias anteriormente adquiridas (GONÇALVES, 2012, p. 165).

Ela afirma que, assim como o professor, os alunos também têm seu *habitus*, o qual deve ser considerado no relacionamento do professor e aluno, pois quando ignorado, segundo Gonçalves, “os alunos poderão oferecer grande resistência (nem sempre explícita) ou pequeno envolvimento, por não compartilharem o sentido da relevância daquela aprendizagem.” (GONÇALVES, 2012, p. 165). Sendo assim, é necessário pensar que as pessoas que frequentam o ambiente escolar, muitas vezes, mantêm aquilo que absorveram de suas experiências de vida, e assim acabam reproduzindo certos comportamentos. Por isso é necessário esse cuidado e percepção, para que a escola não se limite a um lugar de reprodução, seja do que for.

No caso da formação de professores para o ensino de História, há um outro elemento que deve ser observado em sua relevância: o conhecimento histórico significativo, ou seja, o próprio conteúdo a ser ensinado na escola já pressupõe uma consciência de que práticas, instituições, valores, enfim, a realidade que cerca cada um – isto é, a constituição dos campos e *habitus* – são também historicamente construídos, constituídos e condicionados. (...) Ao problematizar a História de forma significativa para os alunos, o

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





docente poderá auxiliá-los, com subsídios metodológicos inclusive, a perceber que muito do que assumem como natural, no sentido de ‘é assim que eu sempre vi ser’, é social e historicamente construído. (GONÇALVES, 2012, pp. 167 e 168)

Ou seja, a autora ressalta que o professor deve pensar o ensino de História a partir desses vários aspectos, já que determinam o aprendizado. Assim, destaca-se a importância do professor de “superar” esse *habitus*, no sentido de propor uma discussão que vá além, mostre aos estudantes novos olhares, interpretações e argumentos, baseados no conhecimento histórico, para que esse conhecimento histórico seja um instrumento transformador.

Portanto, todos esses referenciais contribuem para analisarmos a abordagem escolhida pela estagiária, nas regências aplicadas. Procuramos desenvolver as aulas de maneira que os estudantes compreendessem a História como uma construção humana. Isso foi possível, pois tentamos aproximá-los do conteúdo estudado, trazendo histórias reais, possibilitando a identificação com elas, o que permitiu que eles se relacionassem com aquele contexto, para além de um conteúdo disciplinar, mas sim como um momento da nossa história, que está diretamente ligado ao nosso presente. Através desse processo, os estudantes puderam desconstruir algumas opiniões infundadas, mas que permeiam o senso comum (por exemplo, que não houve Ditadura Militar brasileira). Assim, tentamos ensinar a História de modo a superar concepções, que não encontram respaldo histórico, evidenciando que a História se escreve por meio de um método científico (embasada por fontes históricas), mas também através das memórias, e que o passado tem seu lugar no presente, por isso precisa ser compreendido.

Referências bibliográficas

CASTEX, Lilian Costa. O conceito substantivo ditadura militar brasileira (1964 - 1984) na perspectiva de jovens brasileiros: um estudo de caso em escolas de Curitiba – PR. Dissertação de Mestrado (Setor de Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008, disponível em: http://www.pppe.ufpr.br/teses/M08_castex.pdf, acesso 03 ago. 2018.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Para além da reprodução: contribuições de Pierre Bourdieu para uma reflexão sobre formação de professores para o ensino de História. Revista EntreVer, Florianópolis, v. 2, n. 2, jan./jun. 2012. p. 153-171.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Cognição histórica situada: que aprendizagem é esta? In: SCHMIDT, M.A. e BARCA, I (orgs.). Aprender História: perspectivas da Educação Histórica. Editora UNIJUÍ, Ijuí, 2009. p. 21-51.

SCHMIDT, M. A. O significado do passado na aprendizagem e na formação da consciência histórica de jovens alunos. In: CAINELLI, M.; SCHMIDT, M. A. (orgs.). Educação histórica: teoria e pesquisa. Ed. Unijuí: Ijuí, 2011. P. 81 – 91.

SCHMIDT, M. A. Aprendizagem da “burdening history”: desafios para a educação histórica. Caicó, v. 16, n. 36, jan./jul. 2015. Dossiê Ensino de História. P. 10-26

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014

PERES, Marcus V.M. Por que ensinar a ditadura civil-militar? A formação de um sujeito por meio da democracia. In. Revista Encontros – Ano 12 – Número 22 – 2014. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/encontros/article/download/308/248>, acesso em 03 ago. 2018.

TELES. Janaína de Almeida. As disputas pela interpretação da Lei de Anistia de 1979. Revista Idéias. n. 1. Campinas. 1º semestre (2010). P. 71 – 93.

DIAS, José Carlos; CAVALCANTI F., José Paulo; KEHL, Maria Rita; PINHEIRO, Paulo Sérgio; DALLARI, Pedro Bohomoletz de Abreu; CUNHA, Rosa Maria Cardoso da. Mortos e desaparecidos políticos. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 3). Brasília: CNV, 2014. 1996 p.

CRUZ, Sebastião C. Velasco & MARTINS, Carlos Estevam. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da "abertura". In: ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de & SORJ, Bernardo. (orgs.) Sociedade e Política no Brasil pós-64. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. P. 8-90.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Anexos

- Exemplo das fichas entregues aos estudantes:

Aurora Maria Nascimento Furtado

Filiação: Maria Lady Nascimento Furtado e

Mauro Albuquerque Furtado

Data e local de nascimento: 17/6/1946, São Paulo (SP)



BIOGRAFIA

Estudante de Psicologia na Universidade de São Paulo, Aurora havia sido responsável pelo setor de imprensa da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, em 1968. Nesse período, era conhecida como Lola e namorava José Roberto Arantes de Almeida, dirigente da União Nacional dos Estudantes (UNE), que seria morto em São Paulo, em 1971, quando militava no Movimento de Libertação Popular (Molipo). Foi também funcionária do Banco do Brasil, na agência Brás, capital paulista.

Aqui a ficha deve ser cortada, para que cada estudante fique com uma parte: --->
“Biografia”; “o que aconteceu”

Aurora Maria Nascimento Furtado foi presa em 9 de novembro de 1972, em Parada de Lucas, depois de ser detida numa blitz policial realizada pelo 2o Setor de Vigilância Norte. Nessa época, era uma das pessoas mais procuradas da ALN no Rio de Janeiro. Ao ser apreendida por uma viatura dos agentes da Invernada de Olaria, Aurora teria reagido à prisão, matando um agente e ferindo outro. Após correr alguns metros, foi aprisionada viva, dentro de um ônibus onde havia se refugiado, e conduzida imediatamente para a delegacia de Invernada de Olaria.

Aurora foi submetida a pau de arara, sessões de choques elétricos, espancamentos, afogamentos e queimaduras. Aplicaram-lhe também a “coroa de cristo”, fita de aço que vai sendo apertada gradativamente e aos poucos esmaga o crânio. Morreu no dia seguinte.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

DOCES BÁRBAROS E "BAIANIDADE": FENÔMENOS RETICULARES NA CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES DA FIGURAÇÃO 'BAHIA' NA OBRA DE MARIA BETHÂNIA, GILBERTO GIL, GAL COSTA E CAETANO VELOSO

Professor Carlos Barros
Universidade Federal da Bahia
barroscarl@gmail.com

A força da música nas representações da sociedade brasileira e baiana aponta elementos interessantes para estudos sociológicos. A identidade cultural como um *texto* composto de variados feixes representacionais tem na produção musical uma grande expressão, sobretudo se considerarmos alguns artistas especificamente. Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal Costa e Maria Bethânia vêm trabalhando elementos de identidade cultural em suas práticas artísticas há quase quatro décadas.

Performatizando temas que vão da ancestralidade mítica ao som do Carnaval trieletrizado e passando por identidades negras em construção, Caetano, Gil, Gal e Bethânia trouxeram para o âmbito da música uma *Bahia* que se reposicionava, polarizada entre o *tradicional* e o *moderno* nas representações correntes. Os repertórios, imagens e depoimentos diversos à imprensa são fontes acessíveis para a compreensão da dinâmica identitária que se percebe nesta obra.

Considera-se que o imaginário sobre a sociedade baiana no cenário das representações da brasilidade foi transfigurado com esta presença e que uma rede de representações articuladora de textos identitários se re/trans/configura a partir da prática e das *singularidades* aqui analisadas. A ideia de "singularidade" tratada como espécie de categoria nesse trabalho dialoga diretamente com a noção de fenômeno reticular trazida por Norbert Elias. Assim, esse artigo busca promover uma de elementos das trajetórias artísticas de Caetano Veloso, Gal Costa, Maria Bethânia e Gilberto Gil utilizando o arcabouço teórico do autor Norbert Elias, para uma possibilidade explicativa do que se convencionou chamar "baianidade", ou identidade cultural baiana.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





O que se chama de *sociedade baiana* neste estudo está delimitado a esta formação social geograficamente situada em Salvador e no Recôncavo e que adquiriu, num feixe de representações em configuração nos contornos da identidade nacional, a denominação *Bahia*. Tal feixe de representações, sendo amplamente divulgado através da mídia, acabou por estabelecer um *lugar* da Bahia na configuração que vem a ser, afinal, o Brasil.

Tratar da arte como vetor social traz consigo uma necessidade de entendimento desta prática nas suas dimensões internas ao campo da arte e nas suas relações com outros campos, no sentido de apreender as tensões entre os campos que constituem as formações sociais. Neste sentido, cabe lembrar uma observação de Elias sobre a arte e sua posição no mundo social:

Entre as mais interessantes perguntas não respondidas de nosso tempo está a que indaga quais características estruturais fazem as criações de uma determinada pessoa sobreviverem ao processo de seleção de uma série de gerações, sendo gradualmente absorvidas no padrão das obras de arte socialmente aceitas, enquanto as de outras pessoas caem no mundo sombrio das obras esquecidas (Elias, 1994b, p.52).

Dito isto, proponho como objeto da pesquisa as formulações identitárias constituídas nas práticas artísticas de Caetano Veloso, Gilberto Gil, Maria Bethânia e Gal Costa, tomando como referência o conjunto formado por estes músicos em 1976, *Os Doces Bárbaros*, o que envolve necessariamente uma discussão sobre os eixos sócio-temáticos que orientam essas representações. Trata-se de compreender como obras que permanecem significativas realizam/atualizam feixes de representações, redefinindo significados de textos e/ou narrativas identitárias sobre uma formação social – no caso, a Bahia.

O termo texto, que será melhor explicitado adiante, é utilizado de acordo com a formulação de Moura, ao tratar de temática próxima, qual seja, a baianidade, no quadro da formação das identidades culturais baianas no Carnaval:

Trato *baianidade* como um *texto*, na acepção mesma de *tecimento* (no gerúndio), *tecido* (no particípio) e *contextura*, *tessitura* (no infinitivo) de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná

LAI





significações e orientações, o nome de uma doutrina ou de uma cartilha de convivência, de um arranjo civilizatório. Que este seja o nome de um engodo, uma ideologia, uma estratégia de dominação, segundo tantos de nós, não arranha a validade de constituí-lo como objeto de uma pesquisa. (Moura, 2001, p. 13).

Por sua vez, o texto identitário é aquele que, especificamente, realiza a asserção direta da identidade, o anúncio explícito do perfil de um sujeito, seja um modesto indivíduo, seja uma sociedade de milhões deles (idem, ibidem, p. 12) Numa obra artística como a de Caetano, Gil, Gal e Bethânia, cabe interrogar como estes artistas se posicionam e assumem traços identitários nos encontros face-a-face com seus interlocutores, desde a produção até os públicos finais. A negociação de *self* estabelecida por Maria Bethânia com suas gravadoras, empresários e produtores, por exemplo, acaba se estendendo à forma como conduz sua relação com os públicos. Bethânia é reconhecida de maneira muito geral e ampla como uma cantora de forte apelo dramático que impõe suas vontades e caprichos para assegurar seus lugares no campo da música. Desta forma, desvencilhou-se de uma imagem de cantora de protesto para assumir sua posição de intérprete do cancionário mais tradicional brasileiro entre os anos 20 e 50, assim como também pôde construir uma carreira em que a Bahia – do candomblé às canções sobre Nossa Senhora – é matéria de seu canto. Cabe observar que essa marca de identidade que se plasma a partir de uma pretensão – que se mostrou exequível em virtude da peculiar situação de quem inaugura novas formas de se perceberem as cantoras no Brasil – esteve em discordância com princípios empresariais que orientavam sua carreira, como se verificou, por exemplo, quando de seus desentendimentos com Guilherme Araújo, que a considerava a mais internacional das cantoras brasileiras na década de sessenta.

Deste modo, uma construção identitária em que aquilo que figura como emblema maior é um temperamento marcante pode conduzir a perceber um estabelecimento de ação performativa por Bethânia, que define com notável agudeza norteamentos da sua interação e figuração como artista. No seu caso, a singularidade artística viabilizou o trânsito identitário pela via de uma auto-imagem (Elias, 1994a) tomada/percebida como própria de seu “temperamento forte”.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Na obra artística de Caetano, Gil, Gal e Bethânia, temos a predominância de narrativas *baianas* singularizadas e que se impuseram como referências plasmadas no ícone *Bahia*. A análise das carreiras de Caetano, Gil, Gal e Bethânia permitiu acessar variadas personificações (*auto-imagens*, para Elias), em momentos nos quais elementos de identificação se apresentam com maior ou menor força. Vejamos a declaração de Maria Bethânia:

A Bahia é muito sensual e não estou falando de mim só, não. O povo baiano tem languidez, um jeito ali, uma gingada aqui...
In: Revista *Playboy*, novembro de 1996.

O que temos aí é a reiteração e reconfiguração de narrativas identitárias que se tornam hegemônicas, principalmente no campo da música, e são elaboradas no trabalho destes quatro músicos. Pode-se afirmar, inclusive, que diversos vetores identitários são constituídos nessas trajetórias, ora confluindo, ora discorrendo, ora ressignificando posições do que se poderia pensar *ser baiano* nas narrativas que referenciam a nacionalidade brasileira. As representações que se tornam hegemônicas sobre a Bahia no conjunto de referências da brasilidade dão conta, por um lado, de uma forma como os baianos se posicionam sobre seu próprio ethos e, ao mesmo tempo, estão ora em conformidade, ora em contradição com as representações que os brasileiros em geral costumam construir acerca da Bahia.

Colocadas estas premissas, pode-se afirmar então que o estudo de uma prática artística remete à singularidade do(s) artista(s), que vai se constituindo num processo envolvendo a própria formação dos indivíduos nos meios por onde transita(ra)m. Deste modo, a formação da individualidade numa figura como Maria Bethânia, por exemplo, não deveria ser construída sociologicamente apenas a partir de sua posição de classe, gênero ou nacionalidade. Sua singularidade resulta de – e recapitula – uma série de relações estabelecidas na sua trajetória e interações de que foi/é co-participante.

Continuemos com o caso de Maria Bethânia. A artista pode ser compreendida como uma singularidade conformada a partir de interações mediadas pela noção de habitus – como objetividades internalizadas – constitutivo de sua posição como baiana,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





mulher, nascida em família do interior, no Recôncavo Baiano, imersa em teias simbólicas em cujo ambiente se forma seu perfil. Esta sistêmica relacional sociedade/indivíduo é da tradição estrutural-constructivista de Bourdieu (2001; 2003) e encontra em Elias (1994) uma abordagem que dá uma ênfase maior na historicidade, no processo de longa duração; pelas referências trocadas com outras singularidades ao longo de sua história pessoal. Na gramática de Elias (1994), são as imagens reticulares que estão relacionadas ao poder de modificação da maneira de pensar e agir de um indivíduo em relação ao outro. É também o que este autor chama de balança Nós-Eu, para tratar de como um indivíduo pode conter, no que auto-imagina como eu, muitos nós, ou resultados de reticularidades historicamente conformadas nas configurações sociais.

São essas mediações que vão confluir no arranjo teórico-metodológico a que chamo singularidade, um conjunto de características e subjetividades articuladoras das ações dos indivíduos, que, no âmbito da arte, se apresenta de forma muito peculiar e vigorosa, como elemento e parâmetro de análises de narrativas e discursos. Desta forma, analisar uma peça que se remete à Bahia, no caso do trabalho de Bethânia, pressupõe uma observação da singularidade desta artista, que atua na veiculação de feixes de representações.

O habitus, principalmente na sua acepção de saber incorporado, é vetor presente na construção da singularidade e estruturante das próprias ações destes agentes. A articulação que se pode fazer neste caso está na observância da capacidade que os agentes têm de continuar com suas ações portanto, particularizar suas posições no campo, o que importa sobremaneira neste estudo. Enquanto a noção de habitus dota os indivíduos de haveres, capitais sociais que os posicionam e conduzem a disposições, a reflexividade dos agentes – e também as reticularidades e interdependências em Elias (1994) – permitem que as posições possam ser, em muitos momentos, complexificadas, principalmente no âmbito da arte, de que é característica a ânsia pelas individualidades célebres, pelo menos nas sociedades modernizadas.

A singularidade aponta, então, para uma interface de disposições internalizadas historicamente e no processo civilizador (Elias, 1904) e reflexivamente monitoradas no espaço de possíveis permitido no campo artístico. A perspectiva de Elias sobre os

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





fenômenos reticulares é fundamental para o entendimento das práticas dos artistas aqui em questão. Considerando que os agentes se estabelecem como tais em interações com outros agentes, podemos, então, nos perguntar como Elias (1994) permite propor a construção da singularidade, a partir das noções de reticularidade e interdependências. Sua sociologia parte de um modelo configurativo-processual, em que se expressam interdependências. Também a relacionalidade é aí primordial e o conceito de sociedade se dilui e recupera naquele de configuração (Elias, 1994a). O autor se posiciona contra a apreensão substancialista do social e trata do que chama de interdependências socio-funcionais, que se evidenciam nas cadeias de dependências mútuas entre os indivíduos.

O que importa na análise social de Elias é entender as relações nas configurações sociais estabelecidas nas interdependências em longa duração. Podemos, então, chamar os indivíduos de “sínteses psíquico-histórico-sociais”, numa remissão ao caráter biológico, e de uma “psique” que se efetivam na vida social, ou seja, nas interdependências. Deste modo, a disjunção entre indivíduo/sociedade não faria sentido, pois qualquer criança nasce no meio de um encadeamento de interdependências intergeracionais³⁶ que funcionam como ajustes de atos deste indivíduo em formação. À medida que as interdependências se estabelecem, há uma pressão estruturante dos atos daqueles nelas inscritos.

O conceito de configuração alcança em Elias uma conotação eminentemente dinâmica. O autor está tratando de processos configuracionais, figurações móveis e históricas. As configurações dão conta de padrões de ação e intercruzamento de ações, que expressam teias diferenciadas e funcionais complexas. Os agentes não conseguiriam estabelecer onde começam e terminam as teias de que são partes, de modo que se pode inferir que as interdependências se tornam invisíveis para o próprio agente. A individualização crescente dos agentes nas sociedades modernizadas se dá na mesma medida em que essa rede se estende, sendo que o agente é um elemento (poder-se-ia dizer um fio) desta e participa do jogo social sem decisões individuais isoladas.

Neste sentido, Caetano, Gil, Gal e Bethânia têm suas individualidades em constituição nas relações de interdependência e formulam auto-imagens que os situam no

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





mundo. Ao cantar/performatizar canções em discos e shows, apresentam o resultado de estetizações plasmadas segundo “sua” noção de individualidade. Assim, cada obra pode ser lida tanto como a interpretação do mundo por estes artistas quanto a atuação destes artistas no mundo, que se configuram como tais seja no campo artístico em que se colocam, em suas posições, seja nas relações com outros agentes, numa teia crescente, em função da variação de escala da rede de interações em questão.

Elias cunha a expressão *balança Nós-Eu* como uma forma de explicar que cada indivíduo é formado numa teia de relações que o constitui de tal forma que sua individualidade (auto-imagem) é resultado de uma cadeia de dependências que, quanto mais extensa, mais produz a sensação de individualidade e isolamento, o que seria uma característica crescente nas sociedades modernas. Uma criança, ao nascer, está imersa em interações sociais e biopsíquicas, sendo pressionada ao ajuste que a configurará como indivíduo. A criança (como “eu”) vai se reconhecendo em relação a um “nós” que a cerca e faz parte de seu “eu”. O “nós” vai sempre se configurando como uma imagem grupal, a partir da família, bairro, cidade, nação, ou seja, os variados meios em que as interdependências vão se afirmando como motrizes da vida social. Deste modo, o humano somente o é na condição de existência no social.

Por outro lado, o apelo à noção de reticularidade³⁸ também possibilita entender a importância dos outros (nós) na relação com o eu (auto-imagem dos agentes) na formação social. As individualidades, assim, se revelam coletivamente construídas, ou seja, em rede. A singularidade dos agentes possibilita a visualização destas reticularidades como estruturantes das ações destes indivíduos, pois cada artista, ao se reconhecer como tal, traz consigo a inscrição das interações de que é co-participante, ou seja, a troca de experiências e de sensações de auto-imagens que se encontram também condicionadas às apreensões reflexivas e habitus dos agentes.

A influência de Gilberto Gil em Caetano Veloso e vice-versa pode ser tratada como um exemplo nítido das reticularidades em corte sincrônico. Gil é considerado o músico por excelência do grupo baiano – por sua intimidade com o universo musical tecnicamente falando – e foi quem não permitiu que Caetano Veloso desistisse da música

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





como profissão. Caetano se mostra o incentivador de posturas políticas mais nítidas em Gil, como no caso da aparição no programa tropicalista em 1968, que coincidiu com a morte de Vicente Celestino (Calado, 1997). Seguindo Elias, podemos dizer que, em Caetano, há uma presença forte de traços caracterizadores de posturas de Gil, e reciprocamente, em relação a Caetano. Em longa duração, como propõe Elias, os diversos “nós” que circundaram estes indivíduos possibilitaram sua afirmação existencial enquanto únicos, ao mesmo tempo que situados numa rede relacional – portanto, singulares.

Além da reticularidade, em Elias, o conceito de *habitus* aparece como a experiência proporcionada nas interdependências, a partir de símbolos do discurso público (fala em *habitus* social e na própria categoria nacional) e nas narrativas. Podemos notar, nas experiências brevemente comentadas acima, diversas categorias de conhecimento que se evidenciam em lutas sociais. Percebe-se em Elias uma atenção maior às incorporações de objetividades centradas nas auto-imagens dos agentes, e sua argumentação sobre o *habitus* é esclarecedora disto. Assim:

Esse *habitus*, a composição social dos indivíduos, como que constitui o solo de que brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros de sua sociedade. Dessa maneira, alguma coisa brota da linguagem comum que o indivíduo compartilha com os outros e que é, certamente, um componente do *habitus* social – um estilo mais ou menos individual, algo que poderia ser chamado de grafia individual que brota da escrita social (...) A identidade nós-eu anteriormente discutida é parte integrante do *habitus* social de uma pessoa, e como tal, está aberta à individualização. Essa identidade representa a resposta à pergunta “Quem sou eu” como ser social e individual (Elias, 1994a, p. 151).

Assim, a perspectiva de Elias tanto conflui com a de Bourdieu, ao considerar a categoria *habitus*, como aponta para a singularização de feixes identitários – ao se reportar ao nacional –, pois os agentes, respondendo à questão “quem sou eu?”, direcionam, em sua escrita social, como as identidades são personificadas relacionalmente nos agentes.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

Na obra de Caetano, Gil, Gal e Bethânia, essa singularização é um elemento central para as trans-significações identitárias no âmbito de sua música.

Deste modo, a singularidade pode ser apontada como uma característica relacional observável nos agentes aqui considerados e que confere a estes indivíduos a capacidade de transfigurar e reconfigurar narrativas e interpretações nas intersecções dos campos no espaço social, sobretudo se se considerar a arquitetura teórico-metodológica proposta por Norbert Elias em seu profundo trabalho sobre o social e sua relação com as noções de auto-imagem relacionadas ao coletivo.

Referências bibliográficas

- BARROS E SILVA, Fernando de. Folha explica Chico Buarque. São Paulo: Publifolha, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001.
- BOURDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus Editora, 2004.
- CALADO, Carlos: Tropicália: a história de uma revolução musical. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- CARDEL, Lídia Maria Pires Soares. Migração, Liminaridade e Memória: Um estudo sobre o choque entre imaginários e (Re)Construção de Identidades. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da FFLCH/USP. 2003.
- ELIAS, Norbert. A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar. 1994a.
- ELIAS, Norbert. Mozart. Sociologia de um gênio. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar. 1994b.
- ELIAS, Norbert. Os estabelecidos e os outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar. 2000.
- GIDDENS, Anthony. As Conseqüências da Modernidade. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.
- GIDDENS, Anthony. A Constituição da Sociedade. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1989.
- GIDDENS, Anthony. Modernidade e Identidade. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 2002
- MOURA, Milton. Produtora, Mercadora, Mercadoria: uma Cidade para o Carnaval?. In: FISCHER, Tânia (org.): Carnaval Baiano: Negócios e Oportunidades. Salvador / Brasília: NPGA/UFBA / SEBRAE, 59-71, 1996.
- Carnaval e Baianidade. Arestas e Curvas na Coreografia de Identidades do Carnaval de Salvador. Tese de Doutorado, Salvador: FACOM/UFBA, 2001.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

**O PARADOXO DA SENSIBILIDADE MODERNA:
NORBERT ELIAS, ESTADO E A MORAL PUNITIVA**

Ms^a. Carolina Batista de Souza
Universidade Federal da Paraíba
CAPES
linabatista@hotmail.com

Esdras Bezerra Fernandes de Araújo
Universidade Federal de Pernambuco
CAPES
esdrasbfa@gmail.com

Resumo: Alinhado a uma análise eliasiana, propõem-se uma leitura que relaciona a experiência social e a constituição do Estado moderno, na tentativa de demonstrar como o processo de mudança social e de construção do modelo do Estado – especialmente no âmbito do controle dos afetos e de assimilação estatal da legitimidade punitiva – estão em direta relação e não podem ser entendidos separadamente. Nesse sentido, pretende-se propor, por meio do argumento de Norbert Elias, uma Sociologia do Estado capaz de conectar a punição violenta aos processos civilizadores próprios do projeto da modernidade ocidental.

Palavras-chave: Punição. Moralidade. Processo Civilizador.

Abstract: Aligned with an eliasian analysis, a reading is proposed that relates social experience and the constitution of the modern State, in an attempt to demonstrate how the process of social change and construction of the state model – especially in the scope of the control of affections and state assimilation of punitive legitimacy – are in direct relation and cannot be understood separately. In this sense, we intend to propose, through the argument of Norbert Elias, a Sociology of the State capable of connecting the violent punishment to the civilizing processes proper to the project of western modernity.

Introdução

O estudo sociológico do Estado moderno durante muito tempo esteve em diálogo direto com as leituras em relação às formas desse Estado se manifestar por meio das suas instituições e políticas, perspectiva própria da Ciência Política. Por outro lado, quando se pretendia pensar os fundamentos da formação estatal, se recorria à filosofia política e até mesmo à filosofia moral para se pensar sobre os fundamentos da razão do Estado. Diante disso, recorre-se à teoria eliasiana do processo civilizador por esta

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





compreender, devido à sua noção própria de processos de longa duração, as nuances relativas às questões de punitividade e aos aspectos morais a elas adjacentes. O que se considera no escopo teórico eliasiano é, sobretudo, a relevância em buscar nas mudanças sociais que levaram a construção do Estado Moderno, a base das ideias implicadas nas produções de sentidos morais que legitimam essa instituição como moralmente apta a aplicar as sanções punitivas. Sendo, portanto, a Sociologia Processual e Figuracional, aquela capaz de evidenciar as mudanças presentes no que se pode entender como um processo de modernização das penas e dos “acordos morais” que dão base para essas mudanças, possibilitando a ascensão formal de concepções de justiça mais alinhadas com uma economia das emoções que se poderia perceber presente no projeto da modernidade e na constituição de um tipo de indivíduo que reage, considerando as suas respostas emocionais, de uma forma específica às ideias de “humanização” das penas, considerando um alinhamento com o próprio “paradigma moral” da modernidade num projeto que incorpora indivíduos, grupos, disputas de poder, figuração das relações de interdependência e a própria forma do Estado.

Mudança a longo prazo: sociogênese e psicogênese do Estado moderno

Nas considerações sobre mudanças das formas de punição nas sociedades ocidentais, levando em conta o “lugar” da punição e da transição que o desloca da responsabilidade privada, passando – formalmente – ao Estado e às instituições legalmente estabelecidas para a resolução dos conflitos, Norbert Elias (1994a; 1994b) consegue rastrear tanto o processo que redundava na formalização contemporânea do direito de punir, quanto indicar os elementos sociogênicos desse processo. A modernização das formas de punir pode ser também entendida como um efeito do processo civilizador ocidental que, de maneira geral, se caracteriza pela relocação da violência em instâncias legítimas de caráter não personalista (privado), mas coletivo (estatal) (ELIAS, 1994b, p. 131-132), além de empreender uma remodelação constrangedora das possibilidades de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





personalidade¹⁵⁰. Ao mesmo tempo em que é efeito, esse deslocamento para o Estado corrobora com a manutenção da direção dessa construção da civilização aos moldes ocidentais. O esforço eliasiano, em especial nos dois volumes de *O processo civilizador*, é demonstrar a dialética entre Estado e sociedade, que tem na construção gradativa da civilização como que o fio de Ariadne da história ocidental: o progresso da civilidade é o recurso teórico-metodológico para apreender a “natureza” desse processo de forma retrospectiva e prospectiva, considerando as relações de poder intrasociais – a nível grupal e individual – e interestatais.

Esse fluxo apercebido nas mudanças das formas de punir em direção a graus mais intensos de um tipo de civilidade, só pode ser compreendida na consideração dos elementos intrínsecos entre o desenvolvimento social e individual¹⁵¹ na mesma direção, mesmo que em velocidades diferentes. A crítica eliasiana dos estruturais-funcionalistas de influência parsoniana elucida a correlação entre indivíduo e estrutura que ele explora ao longo da sua obra (ELIAS, 2000, p. 190-193), assim como a sua defesa em torno da teoria dos processos de longa duração como ferramentário adequado a estudos mais completos da constituição social (ELIAS, 2006, p. 216-219). O que Elias tenta apontar na sua crítica ao modelo hegemônico da Sociologia – especialmente norte-americana – em meados do século XX, é que as análises voltadas para descrições contemporâneas dos fenômenos sociais, algumas de caráter propositivo em relação a modos de administrar direcionalmente a mudança social, podem incorrer em falhas contundentes justamente por não considerarem o seu objeto de análise enquanto “uma fase específica de um desenvolvimento mais abrangente *não-planejado*”, nem de se incluírem nesse panorama

¹⁵⁰ A ideia de constrangimento aqui considerada é uma apreciação sobre o aspecto do processo civilizador em imbuir ao indivíduo, pelo autocontrole, a responsabilidade de deliberar os atos por ele realizados, ao mesmo tempo em que traz à reflexão o processo histórico-social estabelecendo as possibilidades objetivamente e moralmente viáveis de *estruturas de personalidade* (ELIAS, 1994a, p. 49).

¹⁵¹ A conceito de desenvolvimento aqui é entendido como na perspectiva eliasiana, menos como um julgamento de valor em torno da natureza do processo civilizador e mais considerando o aprofundamento da condição dessa civilidade como um dado empírico (ELIAS, 2006, p. 33; *ibidem*, p. 221).



mais geral que “entrelaça-se continuamente com esse desenvolvimento não-planejado das sociedades humanas” (ELIAS, 2006, p. 216, grifo do autor).

As considerações eliasianas sobre o movimento ocidental de construção do Estado moderno, incluem, em sua base de análise, as disputas internas pela centralização do poder. Para Elias (1994b; 2006), em estágios progressivos do processo social, as sociedades localizadas em um mesmo território – pensando comparativamente com a geografia dos Estados nacionais modernos – se caracterizam por uma específica ordenação do equilíbrio do poder. O próprio processo de monopolização e centralização estatal, característico do processo europeu, se deu através das disputas intergrupais pelo poder, que indicam, dadas as mudanças, quais grupos conseguiram oscilar esse equilíbrio para si. Nesse contexto, torna-se evidente, principalmente nas descrições sobre as mudanças nos comportamentos de uma sociedade de cavaleiros em uma sociedade de cortesãos (ELIAS, 1994b), as considerações sobre o lugar do Estado numa produção social de um indivíduo equivalente. As relações de interdependência entre os grupos, especialmente pelo aumento dessa interdependência entre as aristocracias feudais, sobretudo pela assimilação de um número maior de territórios por um número cada vez menor de senhores, derivou em um processo de mudança das formas de relação entre esses grupos. O processo de centralização do poder, visto emblematicamente na forma da sociedade de corte (ELIAS, 2001), deriva da mudança das relações entre esses grupos e na dinâmica das disputas entre eles. Considerando sempre as disputas por poder como questões objetivas, é possível considerar nesse panorama geral a inexorabilidade da construção de um monopólio – em seu aspecto militar e tributário.

O Estado vai tomando a forma necessária para a administração das disputas internas do seu território. Por esboçar em si uma legitimidade, dada a institucionalização do seu monopólio, cabe a ele gerir e constringer as alterações territorialmente restritas. Nesse processo, considerando ainda a permanência de uma cultura fundada na violência cotidiana¹⁵², a concepção de uma responsabilidade privada sobre a pacificação interna vai

¹⁵² As descrições de Elias (1994a, p. 189-201) evidenciam o lugar da violência – na forma da guerra e de festivais como a queima de gatos no dia de São João – na sociedade medieval.



esvanecendo em detrimento às limitações formais e a força de polícia do Estado. Pensando ainda nessa centralização e na mudança da lida entre os grupos, evidenciando o aumento de uma proximidade, Elias acentua a mudança gradual de sensibilidades na interpretação interindividual de equivalência valorativa entre as partes (ELIAS, 1994a) – contemplando uma ampliação do reconhecimento vinculado com uma percepção moral, ainda que incipiente em comparação com a experiência contemporânea. Importante salientar que essa equivalência se origina numa observação entre os aristocratas, e em permanência relativa do critério já presente no medievo cristão do caráter distintivo entre estes em relação aos seus servos¹⁵³, na verdade ocorrendo em relação a todos em posição inferiores sob critérios pertinentes para se considerar, por exemplo, a possibilidade de aplicação de métodos de tortura e mesmo da morte¹⁵⁴.

Para a mudança dessas sensibilidades na direção de um aumento dos grupos contidos em um horizonte moral, é necessário entender a centralidade do lugar que o Estado assume como instância legítima do uso da coerção física em seu perfil punitivo. A pacificação interna da sociedade, gradativamente saindo da responsabilidade privada e passando a uma instância abstrata, em seu caráter geral, mas de efeito objetivo, tem papel central para possibilitar a mudança das formas de disputas por poder. Com a centralização do Estado na figura do rei, a necessidade derivada da organização social, explicada nas relações de proximidade necessárias entre os integrantes da corte nas suas disputas por prestígio, remodela as disputas pelo poder, assumindo uma forma mais pacificada em relação a modelos anteriores da experiência nobre. A organização social da corte, menos como um retrato auto-explicativo e mais como uma manifestação da mudança do

¹⁵³ O central é levar ao primeiro plano a correlação entre o nível da interdependência, juntamente com o deslocamento de poder advindo dessa relação, com o aspecto de valor moral do indivíduo. Para isso, as considerações sobre a nudez e a irrelevância dos servos como consideráveis para o constrangimento moral dos senhores e senhoras, evidenciando a relação da interdependência evidente entre esses grupos, além das próprias relações com a nudez sem consideração do pudor característico na sociedade burguesa, são fundamentais. (ELIAS, 1994a, p. 209-211).

¹⁵⁴ “Mesmo na era da cavalaria o dinheiro já tinha, em certas ocasiões, algum poder para subjugar e transformar emoções. Geralmente só os pobres e humildes, pelos quais não se podia esperar resgate considerável, eram mutilados, e eram poupados os cavaleiros que tinham quem pagasse por eles. As crônicas que documentaram diretamente a vida social do período contêm amplo testemunho dessas atitudes.” (ELIAS, 1994b, p. 192)



equilíbrio de poder em relação a situações passadas, possibilita a comparação com as dinâmicas de disputas próprias do período medieval em que, pensando na perspectiva nobre, baseava-se numa lógica mais belicosa. Os conflitos não desaparecem absolutamente, essa pacificação explica-se “não como supressão do conflito, mas a transformação deste em luta não-violenta” (WERMELINGER, 2009, p. 222). Nesse contexto do absolutismo, entendendo-o como um momento do processo civilizador em que mecanismos logísticos do poder se intensificaram, a violência não deixa de ser um aspecto fulcral para a análise das relações humanas, interessa perceber que, na perspectiva eliasiana, “[...] mesmo que os duelos estivessem proibidos, as pessoas, sob uma grande variedade de maneiras, exerciam pressão umas sobre as outras, A vida nesse círculo não era, de maneira alguma, pacífica” (ELIAS, 1994, p. 225). A violência deixa de ser uma disponibilidade e passa a ser uma ameaça geral, uma impossibilidade generalizada que só se manifesta sob a ordem do rei, sendo assim, restando aos outros indivíduos em capacidade material e interesse objetivo de disputar o poder, recursos outros que não as práticas de violência física a olhos vistos.

Sensibilidade punitiva e moralidade

A constituição de um tipo social é muito variada, pertence ao espaço da própria formação histórica, política e social de cada sociedade, mas o que é pertinente não é, nesse momento, a especificidade de cada tipo e as suas particularidades e aspectos próprios, mas como um ideal social se relaciona com a construção de uma identidade coletiva que, ao mesmo tempo, dialoga com a formação de um ideal pessoal de indivíduo, de identidade ideal (ELIAS, 1997). Nos estudos de Norbert Elias sobre a construção de um tipo de povo e indivíduo em países como Alemanha, França e Inglaterra é possível ver como as particularidades dessas sociedades se destacam como relativamente específicas a essas respectivas sociedades. Nesse contexto, é possível compreender a importância da análise processual eliasiana sobre a sociedade alemã para entender a eclosão de um regime autoritário marcado pela exacerbação da violência monopolizada pelo Estado, após um período de declínio desse monopólio, o que proporcionou a possibilidade de ação violenta

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





por parte de estratos da sociedade que, anteriormente, compreendiam o uso da violência de forma privada como problemática mas que passou a ser forma constante do agir das classes não dirigentes do regime (ELIAS, 1997). Na verdade, o que Elias demonstra é como a constituição histórica do povo alemão em nação não ocorreu de forma pacífica e linear, possibilitando assim, devido ao modelo de instituições e suas ações no mundo social, formas de ação violenta e a defesa dessas formas por parte da população média alemã, permitindo a consolidação do Terceiro Reich (DUNNING & MENNELL, 1997, p. 12-13).

O que Elias também busca demonstrar é como essa noção de um ideal coletivo de sociedade, menos como um simples imaginário e mais como um referencial a ser alcançado, tinha relação direta com a forma como os indivíduos se organizavam na formação da sua identidade e na relação de enquadramento do outro como igual, ou diferente. As questões relativas a essa distinção entre os iguais e os "outros" tem ligação direta com a possibilidade de controle das formas de poder e a questão do status inerente à posição de superioridade. Para Elias, essa questão é fundamental para se buscar compreender as disputas internas de sentido da vida e dos valores relativos a esse tipo de vida específico, pois, de acordo com ele, a organização hierárquica dentro de uma sociedade se dá através de uma relação tanto intra-individual, interindividual e com as instituições (ELIAS, 1997). Nessa perspectiva, uma "reconciliação" entre a centralidade referencial do indivíduo e das instituições para a análise social é demonstrada. Como dito no primeiro capítulo, e justamente por isso sem entrar muito na descrição minuciosa do método e dos resultados alcançados, essa relação entre as possibilidades disponíveis através da formalização proveniente das instituições e da possibilidade de modificação e criação da ação social são fundamentais na sociologia eliasiana (DUNNING & MENNELL, 1997, p. 13).

Diante dessa conjuntura é que a questão dos ideais, tanto o individual como o coletivo, se articula para a explicação da experiência social e da produção de sentido para a vida social e as ações. Ao considerar a importância das instituições como possibilitadoras de sociabilidades, através dos mecanismos de monopolização

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





característicos do caso moderno (ELIAS, 1994b), existem casos em que mesmo com mudanças institucionais numa direção específica, certas estruturas coletivas não seguem a mesma direção. No caso descrito no trabalho sobre a sociedade alemã do século XX, Norbert Elias aponta para uma permanência do referencial ideal de um tipo de povo e formas de sociabilidade que não correspondiam ao esperado de instituições que passaram por um processo de ampliação democrática, as instituições e a forma do Estado mudaram, mas as relações internas entre grupos e indivíduos ainda se manteve e, com isso, as bases dessas relações permaneceu mesmo com um processo de modernização (ELIAS, 1997, p. 300). Nesse contexto, com uma história de uma ideia de povo presente na cultura e imaginário dos povos germânicos, além de experiências de grandeza e vitórias sobre outros países vinculadas a um Estado centralizador e não democrático, Elias aponta justamente para essa manutenção de uma ideia de nação muito estrita e que não coaduna com o que havia sido experimentado em outros países europeus quando de uma virada democrática do perfil das instituições estatais. É nessa perspectiva que Elias vai analisar como a constituição histórica de um modelo social específico, de um tipo de identidade coletiva de uma sociedade, juntamente com a construção de uma identidade pessoal que dialoga com essa imagem virtual de povo, mesmo sem alcançá-la, perpetua formas que não são convergentes com a própria ideia de uma experiência social democrática, de um tipo ideal de sociabilidade em ambiente democrático ou, ampliando sem perder necessariamente o horizonte, momento histórico moderno.

A constituição desse *habitus* mais alinhado com uma ideia de democracia e modernização, onde estão imersas questões como o autocontrole e a pacificação intra-estatal da vida social, só poderia ser alcançada mediante um processo de aprofundamento desses valores entre os indivíduos. Contudo, considerando a experiência e o não alinhamento das classes da sociedade alemã, tanto a alta quanto a baixa, esse não alinhamento funciona como um solo infértil para que esse tipo de mudança modernizadora não possa acontecer. A experiência alemã é marcada por uma centralização estatal e um comportamento autocrático desse mesmo Estado, afastando as noções de independência reflexiva por parte da população que, dentre seus valores mais

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



PPEdu UEL





caros, estava a esperança constante de um líder que fosse capaz de unificar a Alemanha e trazer-lhe de volta a glória de um passado distante e que apenas dessa maneira, com a administração do Estado por um líder ou uma classe específica e capaz, seria possível parar o processo de declínio que se acreditava a Alemanha estar imersa (ELIAS, 1997, p. 342-343).

Partindo de uma ideia mais objetiva da relação entre o "nós-ideal" e o "eu-ideal", um dos recursos utilizados por Elias é a questão da liderança nacional e sua ocupação de um papel muito restrito que existe sob expectativas muito bem estabelecidas nesse imaginário coletivo. Nessa dinâmica constante de se manter legítimo, pois corrobora com esse ideal, o indivíduo em posição de liderança pode promover mudanças pontuais sobre o desempenho desse cargo, mas até mesmo essas mudanças estão dentro de uma limitação possível dentro da estrutura de sua posição. Essa relação entre a ideia de nação que se tinha na Alemanha, como demonstrado mais detalhadamente na pesquisa de Elias (1997), relaciona uma questão fundamental para a relação entre o "nós-ideal" e o "eu-ideal", como duas pontas de um mesmo processo. A construção de uma identidade pessoal, uma ideia de indivíduo que deve ser alcançado por parte desse mesmo indivíduo, é uma clara referência, por mais que ainda relacionada com as possibilidades materiais da vida social para alcançar essa meta, ao tipo que se tem como referência mais ampla do ponto de vista da sociedade. Contudo, diferente desse tipo social mais abrangente, a identidade individual é a forma com que esse indivíduo atua no mundo social, por meio do qual ele é interpretado como conciliado, ou afastado, da forma esperada de um indivíduo ou cidadão, como no caso de um Estado-nação. Pela importância que a identidade possui para o relacionamento com outros indivíduos, essa adequação, essa conformação, por parte dessa identidade com o que se tem convencionalmente socialmente se relaciona com a própria qualificação da experiência social do indivíduo. A atribuição de sentido da vida social transita nessa questão da relação entre a identidade coletiva e a individual, atribuindo uma questão de satisfação e insatisfação.

A construção de um "nós-ideal" tem reverberações diretas tanto na constituição de um "eu-ideal", quanto no tipo de relação do indivíduo consigo mesmo e com a

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





estrutura. A preservação de si, enquanto aspecto de identidade pessoal e sentido da vida social, tem ligação direta com a preservação da sociedade como um aspecto direto do proporcionamento das possibilidades de viabilidade de si, possibilidade de sua constituição como indivíduo de um tipo específico. Diante disso é que a noção de uma relação interdependente indivíduo-sociedade possibilita a percepção da construção de valores relativos à própria vida, a questão de uma funcionalidade para a vida social. A sociedade enquanto fator necessário para a constituição do indivíduo abre espaço para a interdependência demonstrada através da significação da vida e do valor do indivíduo para a composição social.

Só numa hora de crise, ou que assim pareça, as pessoas são verdadeiramente alçadas acima de si mesmas e capazes de realizar atos desinteressados e altruístas. [...]

Pois, quanto menos as autocações individuais são sustentadas na vida cotidiana por normas e metas comuns, menos as pessoas estão aptas a viver de acordo com seus ideais em sua existência cotidiana. Assim, é mais provável que recorram a ocasiões extraordinárias como meio de satisfação que lhes pareça capaz, por um lado, de libertá-las da isoladora escravidão de seu egoísmo e, por outro, de prometer-lhes uma comunidade de sentimento em sua devoção a ideias comuns. (ELIAS, 1997, p. 290 e 291)

O referencial, enquanto aspecto de significação individual e coletiva, é mais abrangente e possibilitador de uma coesão do que uma autorrealização de caráter exclusivamente individualista. O sucesso de uma coletividade a qual a sua própria identidade está vinculada proporciona a sensação de satisfação, assim como uma ameaça a essa coletividade representa ameaça a si mesmo. Para a significação da vida social e uma delimitação moral entre os indivíduos, a conceituação de um tipo ideal de indivíduo e de sociedade em associação direta colabora, através da percepção da não satisfação desses preceitos, à disposição de oportunidade de produção social de uma diferenciação entre os indivíduos. Uma diferenciação que estabelece superiores e inferiores, sendo que essa distinção entre os indivíduos integra os mais variados campos da vida social. Nessa

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





hierarquização é que alguns indivíduos são privados até mesmo do acesso a direitos, e os meios formais de justiça.

Referências bibliográficas

DUNNING, Eric; MENNELL, Stephen. Prefácio à edição inglesa. 1997. In: ELIAS, N. Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus no século XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ELIAS, N. O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

ELIAS, N. O processo civilizador: formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b.

ELIAS, N. Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus no século XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ELIAS, N. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, N. A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELIAS, N. Escritos & ensaios I: Estado, processo e opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

HEINICH, Nathalie. A sociologia de Norbert Elias. Bauru: EDUSC, 2001.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Emoções e sociedade: um passeio na obra de Norbert Elias. História: Questões & Debates, v. 59, n. 2. 2013.

WERMELINGER, Cláudia Serra. Formação do Estado e pacificação da vida: a abordagem da violência contemporânea à partir da obra de Norbert Elias. Teoria e Sociedade, n. 17, 2009.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

DINÂMICAS DE PODER NO ÂMBITO LOCAL

Ms. Carolina Martin

Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP
caromartin@uol.com.br

Dr. Cesar Romero Amaral Vieira

Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP
cesar.vieira@unimep.br

Resumo: Esta comunicação busca compreender as dinâmicas de poder no âmbito local, tendo como foco de análise a ação do município de Piracicaba em prol da expansão da escolarização, no final do Império e início da República, ao salientar tanto o desempenho de agentes individuais, quanto de grupos ou instituições como a Câmara Municipal. Empreende-se aqui, o esforço de estabelecer um diálogo entre Norbert Elias e teóricos como Milton Santos e Henri Lefebvre que também discorrem sobre poder, mais especificamente em relação à dinâmica deste com o espaço onde se desenvolve, como na área circunscrita de uma cidade ou município.

Palavras-chave: Indivíduo e Sociedade. Relações de Poder. Educação.

Abstract: This communication seeks to understand the dynamics of power at the local level, focusing on the action of the municipality of Piracicaba in favor of the expansion of schooling, at the end of the Empire and beginning of the Republic, emphasizing both the performance of individual agents and groups or institutions such as the City Hall. The effort to establish a dialogue between Norbert Elias and theoreticians like Milton Santos and Henri Lefebvre, who also discusses power, more specifically about the dynamics of this with the space where it develops, as in the circumscribed area of a city or County.

Key words: Individual and Society. Power Relations. Education.

Diferentes dimensões de poder estabelecidas entre indivíduos e sociedades perpassam os diversos tipos de interações sociais, tanto no âmbito da esfera pública como na privada. Dentro dos limites de uma pesquisa em História da Educação, que se propõe a investigar como as relações de poder intrínsecas a um município contribuíram para o processo de expansão da educação escolar, a partir do uso do conceito de Município Pedagógico, conforme cunhada por Gonçalves Neto e Magalhães (2009), busca-se analisar até que ponto a extensão do conceito de poder, pode servir como ferramenta

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





analítica na compreensão da expansão da educação no município de Piracicaba, situado no estado de São Paulo, no decorrer das últimas duas décadas do século XIX¹⁵⁵.

A pertinência de investigar como a categoria historiográfica Município Pedagógico se aplica no Brasil, nesse período, está em compreender como se dá a formação do sistema de instrução pública para além do nível estadual, foco das principais pesquisas da área de História da Educação brasileira. O que prevalecia no final do Império e início da República eram as determinações legislativas em âmbito estadual, contudo não se pode deixar de considerar que parte do perfil educacional dos estados vai além das leis, ao tomar também os contornos adotados em cada município. É neste período de organização que cada município, de certo modo, forja para si uma identidade própria, de acordo com suas singularidades e dentro dessa perspectiva alguns adquirem certas características e grau de autonomia que permitem serem denominados de Município Pedagógico (GONÇALVES NETO, 2015).

Em seus escritos Norbert Elias (1993; 1994a; 1994b; 2008) analisa o conceito de poder em suas diferentes dinâmicas sociais e individuais, ao examinar as relações dentro das sociedades e estados e as interdependências inerentes à vida em coletividade. Investiga aspectos como as tensões interiores de um grupo, o papel do (auto)controle e das funções sociais na compreensão do que é poder, além de perscrutar como se dá os processos de transformações sociais no decorrer do tempo, que permitem mudanças de mentalidade e comportamento, as quais conseqüentemente, afetam as cadeias de poder. Empreende-se aqui, o esforço de aproximar o pensamento de Elias com alguns escritos de Milton Santos (1988; 1993; 2006) e Henri Lefebvre (2000), que também discorrem sobre a ideia de poder, mais especificamente em sua relação à dinâmica com o espaço onde se desenvolve, ou seja, em suas tensões nas esferas político-administrativas. Atentar para essa dinâmica na transição da forma de governo no Brasil, permite compreender que

¹⁵⁵ O recorte temporal da pesquisa em desenvolvimento abarca os anos de 1882-1910. Aqui serão abordadas as duas décadas de transição entre o regime imperial e o republicano 1882-1899. Esta comunicação apoia-se em grande parte no projeto de pesquisa “Educação Escolar no Município de Piracicaba no início da Primeira República (1890-1910)”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba, UNIMEP, em parceria com pesquisadores vinculados a Universidade Estadual Paulista, UNESP, e a Universidade Estadual de Londrina, UEL.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





a proclamação da República estava fortemente imbuída por um conjunto de ideais democráticos e civilizatórios, que iam de encontro aos padrões monarquistas até então em vigor, o que gerou mudança estrutural gradativa na sociedade e conseqüentemente deslocamento do poder.

Piracicaba, localizada no interior paulista, foi um dos importantes berços do republicanismo no país e palco de profundas transformações sociais, políticas, econômicas e educacionais. Compunha seu quadro sócio político personagens de projeção local a nacional, que como agentes individuais ligados a projetos coletivos de modernização da sociedade, almejavam pelas vias das transformações das instituições e mentes, elevar Piracicaba e o país a outro patamar de configuração social. Observar a atuação deste município na esfera educacional, a partir desta perspectiva, é questionar sobre o papel desempenhado pelos representantes das elites locais, organizações sociais e religiosas e indivíduos no processo de expansão escolar.

Esta perspectiva quando considerada em relação às concepções formuladas por Elias (2008) mostra que o poder não ocorre somente no âmbito político, mas “constitui um elemento integral de todas as relações humanas” (p.81), e dessa forma o seu equilíbrio varia em diferentes direções, com normas e regras que nem sempre são claras. O processo é específico em cada sociedade e retrata padrões de auto regulação, funções, escolhas e comportamentos, nessa dinâmica há instituições permanentes de controle social, como por exemplo, as entidades políticas e escolares (ELIAS, 1994a). Depreende-se daí que estas situações estão diretamente interligadas a um espaço específico, como por exemplo, a um município. Milton Santos (2006), ao explicitar sobre as dinâmicas internas de um município, defende que este é um conjunto indissociável de sistemas, objetos e ações, que envolvem intencionalidade na configuração territorial e nas relações sociais. Estas dinâmicas variam conforme a correlação entre o espaço e tempo dentro da realidade histórica própria de cada sociedade. É possível ainda perceber que em Lefebvre (2000) esta ideia tanto complementa, como de certa maneira não se afasta das formuladas por Elias, ao enunciar que para se compreender o poder local é preciso entender que este se

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





dá em um espaço de relações sociais específicas, onde uma série de elementos se enlaça e se implica, gerando conflitos e contradições.

Considera-se que, dentro das proporções cabíveis, para compreender o que se passava no município de Piracicaba nesse período histórico, com crescentes mudanças na economia, urbanização e industrialização, acompanhadas de transformações políticas e sociais e consequentemente, das relações de poder, é preciso observar que estas não estavam ocorrendo somente no Brasil. Segundo Elias, no Ocidente os relacionamentos humanos e a estrutura da sociedade a partir do século XIX, passam a conviver com novos padrões de auto regulação social e formação de consciências das novas gerações, num processo de relação “repleta de contradições, tensões e explosões” (1993, p.20), sendo a educação parte do projeto geral de desenvolvimento. Mas ao mesmo tempo, no ocidente, as relações de poder no decorrer dos séculos XIX e XX passaram do monopólio das elites dinásticas e aristocráticas, para um modelo onde novos canais institucionais permitiram à população exercer pressão, tanto direta, quanto indireta sobre os governos. Esse fato gerou diferenças entre as formas de se exercer o poder (ELIAS, 2008). É possível observar que, nas características históricas do Brasil, houve no país mudanças, de certa forma análogas, que se configuraram no final do século XIX e início do XX num novo retrato territorial, a partir da urbanização, novas formas produtivas, econômicas e políticas que também resultaram em preocupação com aspectos sociais e novas perspectivas de civilização e esperança. É preciso considerar que a urbanização além de territorial é também social, refletindo na distribuição dos diferentes estratos sociais e econômicos no espaço. Isso gerou uma nova concepção do exercício das ações do governo local, ao alterar as formas de regulação e controle, com relações e motivações mais complexas (SANTOS, 1993).

No caso do município de Piracicaba, no recorte temporal proposto, os dados demográficos revelam que antes da proclamação da República em 1885, a população era de 22.150 habitantes, a economia estava baseada na agricultura, assim como num crescente setor de comércio e indústria (Almanak de Piracicaba, 1899). Como já dito em trabalhos anteriores, Piracicaba neste período apresentava um quadro sociopolítico

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO



Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



Fábrika
Ideias criativas



complexo, resultado do crescente processo de urbanização iniciado em fins do XIX e que se fortaleceu principalmente com a supressão do sistema escravista, a intensificação da imigração europeia e norte-americana na região, a expansão da indústria agrícola e com o recrudescimento do movimento republicano no interior paulista, motor das principais propostas de mudanças (VIEIRA; NERY; MARTIN, 2016).

Para compreender como o processo de expansão escolar em Piracicaba ocorreu nesse período é necessário considerar não só as ações dos grupos organizados e constituídos, mas também as iniciativas particulares. De acordo com Elias (1994b) as decisões individuais tendem a atender às demandas específicas de uma dada sociedade, ao estarem ligadas diretamente às posições sociais que os indivíduos ocupam e também podem influenciar o destino de outros indivíduos e de grupos específicos, inclusive das gerações seguintes. De certa forma, para Elias, os atos individuais se entremeiam dentro da sociedade desencadeando “outras seqüências de ações, cuja direção e resultado provisório não dependerão desse indivíduo, mas da distribuição do poder e da estrutura das tensões em toda essa rede humana móvel” (1994b, p.48). Dentro desse contexto, indivíduos que ocupam funções de liderança têm uma margem mais ampla nas decisões que impactam a sociedade, em uma trama que o afasta ou aproxima de outros indivíduos, influenciando no interior de grupos a distribuição de poder.

Ao se observar num primeiro momento as características das relações de poder internas do município de Piracicaba no tocante à educação, Honorato e Monarcha destacam que na segunda metade do século XIX houve transformações e tensões que culminaram, nos anos anteriores à República, no poder público local contar com o apoio financeiro “de lideranças liberais e ilustradas que acreditavam na responsabilidade social, dentre elas camaristas, padres, vigários, ex-prefeitos, militares e bacharéis” (2016, p.178). Era um grupo pequeno, contudo sua fonte de poder estava em ser formado por pessoas letradas numa comunidade com alta taxa de analfabetismo, enquanto a riqueza ainda se concentrava nas mãos de poucos, denominados de conservadores, ligados a agricultura, ao comércio e a política. Assim, a institucionalização da educação pública estava indelevelmente marcada pelas tensões de poder entre estas diferentes correntes. A

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





transformação paulatina da sociedade local é corroborada pelas colocações de Santos (1993), o qual destaca que no decorrer das duas primeiras décadas republicanas no Brasil as cidades sofreram alteração em sua dinâmica interna de poder, pois a cidade dos notáveis onde as principais personalidades eram “o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista” (p.51), dá lugar à cidade econômica onde são imprescindíveis os comerciantes e profissionais liberais.

Dentro deste panorama, havia em Piracicaba uma série de iniciativas que partiam tanto de grupos organizados (Câmara Municipal, grupos religiosos e societários) como de indivíduos particulares, numa complexa relação de interesses e conflitos. Esse fato fica evidente na análise dos dados obtidos no Jornal *Gazeta de Piracicaba* (1882-1899), os quais apontam para uma diversidade de instituições escolares e outras formas de educação no município, como por exemplo, a existência de um grande contingente de professores particulares de diversas origens, instituições privadas laicas e religiosas e a partir dos primeiros anos da República uma crescente implantação de escolas públicas. Havia escolas para a elite, de iniciativa protestante, católica e maçônica, noturnas para crianças e adultos trabalhadores, para negros, em uma fábrica de tecido, para os colonos italianos e outras representativas de diversos seguimentos. Observa-se que nas iniciativas particulares havia a participação de políticos locais tais como vereadores, deputados provinciais/estaduais e representantes da família Moraes de Barros, principalmente do senador Manoel Moraes de Barros que financiou doações a diversas instituições públicas e privadas, além de se envolver diretamente em órgãos públicos voltados à educação e usar sua projeção nacional em prol da educação local.¹⁵⁶

É possível observar no exame do Jornal *Gazeta de Piracicaba* neste período que haviam na cidade disputas pelo poder ligadas ao desenvolvimento da educação local. Citamos aqui alguns exemplos, apenas como ilustração: os republicanos apoiavam a escola protestante de origem metodista, enquanto que os monarquistas as escolas católicas; a Loja Maçônica foi duramente criticada pelos frades capuchinhos que

¹⁵⁶ Pelos limites impostos pela presente comunicação, narramos apenas de forma qualitativa. Os dados e os números serão analisados ao final do projeto de pesquisa e da Tese a que esta comunicação está inserida.



mantinham uma escola gratuita para meninos quando resolveu abrir a sua própria escola; por sua vez a Sociedade Propagadora da Instrução, mantida por políticos e personagens das elites locais, abrigou em seu edifício desde um colégio para a elite, uma escola pública e uma aula noturna; enquanto que a Sociedade Igualitária Instrutiva, que oferecia aulas noturnas gratuitas para libertos e trabalhadores, passava por constante dificuldade financeira e contava apenas com o auxílio de alguns beneméritos republicanos; ou em casos em que a câmara municipal financiava terrenos, construções ou subsidiava as escolas privadas, dentre outros exemplos.

Ao observar essa confluência de iniciativas, públicas, privadas e particulares na área da educação, justifica-se a necessidade do estudo do que vinha ocorrendo na sociedade piracicabana como um todo. Para Elias (1993,1994b), estabelecer o panorama histórico de uma sociedade é pertinente, pois pode auxiliar na revisão, no aprofundamento e na ampliação da análise das estruturas sociais. Para o autor “a história é sempre história de uma sociedade, mas, sem a menor dúvida, de uma sociedade de indivíduos” (1994b, p.45). Sendo assim, as relações de poder devem ser entendidas a partir das decisões individuais dentro da teia social, que variam em tipo e tamanho. Considera-se, pois, que dentro dessa percepção, seja pertinente compreender e analisar a dinâmica da política local.

Quanto o papel da Câmara Municipal, instituição que reflete o conflito entre interesses dos grupos e dos indivíduos, a partir da leitura das atas e ofícios dessa corporação (1882-1899), constata-se que até a proclamação da República, como a maioria dos vereadores de Piracicaba era de monarquistas e liberais, a educação, de um modo geral, praticamente não fazia parte das pautas, a não ser quando o governo provincial determinava alguma ação pontual e mesmo assim, nem todas eram cumpridas. Nessa época, quando haviam pedidos e demandas de particulares e estes estavam de alguma forma ligados aos camaristas, seus pedidos eram atendidos, caso contrário eram indeferidos. Não obstante, após o pleno funcionamento do aparato administrativo republicano, principalmente a partir de 1892, junto ao impulso engendrado pela reforma da instrução pública, geradora do modelo escolar paulista, o governo local passa a se

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





dedicar à questão da educação escolar, com ações para a expansão do processo de escolarização e pedidos insistentes ao governo do estado para a instalação de Grupos Escolares, Ginásio e Escola Complementar, inclusive oferecendo terrenos e verbas para tal, contando muitas vezes, com auxílio de particulares locais.

Ao longo deste período, diferentes setores da sociedade piracicabana se envolveram no processo de escolarização do município, entretanto, a questão que se deve atentar aqui é a mesma levantada por Gonçalves Neto sobre a “apropriação que as elites fazem dessa responsabilização, tirando proveito para a concretização de objetivos particulares, relacionados à manutenção da ordem, disseminação de ideologia própria e delimitação de uma identidade municipal” (2015, p. 33). De acordo com Lefebvre (2000) o poder é exercido tanto pelas instituições, quanto pelas representações e um dos fatores que garante a hegemonia é o saber, este em geral, restrito a uma prática social. Assim, os detentores do poder também exercem controle e dominação por meio de forças culturais. Contudo, sempre há resistências e coesões em um dado espaço, próprios de uma formação social específica e de sua realidade histórica. Em Piracicaba isso fica evidente ao se observar como, no geral, ao final do Império, apenas os grupos mais abastados tinham acesso à educação formal, fato que fez com que surgissem aos poucos escolas que representavam os interesses pertencentes a diferentes grupos e indivíduos, transformando a malha educativa local, em uma tentativa de modificar a hegemonia vigente.

Dessa forma, constata-se que ao analisar um espaço, como de um município, é preciso considerá-lo um conjunto indissociável de objetos geográficos, naturais, e sociais que formam as frações da sociedade em movimento. Todavia, há mudanças irregulares ao longo do tempo nos sistemas sociais, é necessário ter consciência de que as transformações não são feitas de forma bruscas, e sim, com elementos de um período se sobrepondo aos elementos do período subsequente, até que se gere uma inovação que é o resultado de adições e subtrações sucessivas (SANTOS, 1988). Como que reforçando esta ideia, Elias (2008) já advogava que algumas transformações sociais só são consumadas após várias gerações passarem por um processo de reorientação do discurso e do pensamento. Quando a maioria da sociedade está envolvida nesse movimento tendo “que

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





se acostumar a todo um complexo de conceitos novos — ou conceitos velhos com um novo significado — então torna-se necessário um período de duas ou três gerações, por vezes mesmo de muitas mais” (ELIAS, 2008, p.71). Nota-se isso claramente no caso de Piracicaba, por exemplo, nas eleições para vereadores após dez anos da proclamação da República, alguns monarquistas declarados ainda eram eleitos, ou no comportamento de indivíduos ou grupos liberais e republicanos, que muitas vezes ainda agiam com resquícios da herança oligárquica monarquista.

Esse panorama político e cultural de Piracicaba, que influenciava diretamente o desenvolvimento da educação local, pode ser analisado dentro do que Elias (1994a) identifica como movimentos de democracia e liberdade que despontavam em algumas sociedades da época, os quais eram resultantes de uma disputa de força entre diferentes grupos funcionais, que têm como base instituições permanentes de controle social, aliadas a específicas funções sociais. As tensões específicas entre grupos diversos geram um impulso em direção a mudanças estruturais e conseqüentemente, transformam a continuidade histórica. No Brasil ocorreram transformações substanciais no final do Império e início da República, com o encetar gradual de ideais voltados à democracia que, por sua vez, viam a educação como uma forma elevada para se alcançar um novo arquétipo de civilidade.

Esta comunicação visa colaborar com o alargamento da compreensão sobre a ação dos municípios na educação, em particular do município de Piracicaba, a partir da análise das relações de poder existentes entre a ação de indivíduos particulares e a ação da coletividade levando-se em conta o campo de pertença de seus agentes, suas margens e seus limites.

Referências bibliográficas

Almanak de Piracicaba para 1900. São Paulo: Tipografia Hennies Irmãos, 1899.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. 2.Vol. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. 1. Vol. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994a.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994b.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

- ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Repensando a História da Educação Brasileira na Primeira República: o município pedagógico como categoria de análise*. In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de (Orgs.). *Ação Municipal e Educação na Primeira República no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015. p.19-36.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau; MAGALHÃES, Justino. *O local na história da educação: o município pedagógico em Portugal e Brasil*. In: ARAÚJO, Marta Maria de (Org). *História(s) comparada(s) da educação*. Brasília: Liber Livro Editora, 2009. p. 161-198.
- HONORATO, Tony; MONARCHA, Carlos. *De Boca de Sertão à Cidade da Instrução: institucionalização do ensino em Piracicaba no século XIX*. *Revista da Educação Pública*, Cuiabá, v.25, n.58, p.175-198, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/1908>>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- Jornal Gazeta de Piracicaba (1882-1899)*.
- LEFEBVRE, Henri. *A Produção do Espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.
- PIRACICABA. *Atas e Ofícios da Câmara Municipal de Piracicaba (1882-1899)*.
- SANTOS, Milton. *A urbanização Brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado - fundamentos teórico e metodológico da geografia*. São Paulo Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).
- VIEIRA, Cesar Romero Amaral; NERY, Ana Clara Bortoleto; MARTIN, Carolina. *O Município e a Expansão Escolar em Piracicaba no início da Primeira República*. In: XI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2016, Porto, ANAIS... Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016. p. 743-755.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

SOCIOLOGIA FIGURACIONAL: OS PROCESSOS DE INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

Caroline de Andrade Souza¹⁵⁷

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

caroline.andrade.s@hotmail.com

Larissa Littig Francisco¹⁵⁸

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

larissalittig15@hotmail.com

Resumo: Nesse estudo investigamos como se constitui o processo social de inclusão na Instituição de Ensino Superior (IES), mais especificamente no campus da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) localizada no município de Vitória/ES. Ao analisar os dados produzidos nos apoiaremos na Sociologia Figuracional elaborada pelo teórico Norbert Elias, para ampliar nossas discussões sobre o tema, com os conceitos de processos sociais, figuração e interdependência. Relacionado a esses dois conceitos supracitados, faremos uso do conceito de processo social, que, para Elias (2006) trata-se de transformações amplas, contínuas e com longa duração.

Palavras-chave: Processo Social. Figuração. Interdependência.

Abstract: In this study we intend to investigate how the social process of inclusion in the Institution of Higher Education (IES) is constituted, more specifically in the campus of the Federal University of Espírito Santo (UFES) located in the city of Vitória / ES. In analyzing the data produced, we will support the Figurative Sociology elaborated by theorist Norbert Elias, to broaden our discussions on the theme, with the concepts of social processes, figuration and interdependence. Related to these two concepts, we will make use of the concept of social process, which, for Elias (2006), deals with broad, continuous and long-lasting transformations.

Keywords: Social Process. Figuration. Interdependence.

No Brasil, a Constituição da República Federativa aborda, no art. 5, que “[...] todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos

¹⁵⁷ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista CAPES/DS. E-mail: caroline.andrade.s@hotmail.com

¹⁵⁸ Graduada do curso de Pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: larissalittig15@hotmail.com.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988).

No Brasil, a primeira articulação mais específica voltada para inclusão de pessoas com deficiência nas Instituições de Ensino Superior (IES) ocorreu por meio do Programa Incluir (2013), que recomenda ações que garantam o acesso pleno de pessoas com deficiência às IES, no intuito de criar, nas universidades, núcleos de acessibilidades. Então, desde 2005, os diálogos a respeito da inclusão no ensino superior ficaram mais evidentes.

No documento orientador do Incluir (2013), abordam-se o contexto histórico de inclusão, os marcos legais para todos os níveis de ensino, o direito das pessoas com deficiência à educação superior. Sugere ações para assegurar esses direitos, apresenta a criação do Programa Incluir e seus objetivos para as IES, acessibilidade na educação superior, conceitos e definições a respeito da acessibilidade, orientações orçamentárias. Os entrevistados indicaram que, a partir do Incluir (2013), foi criado na Ufes o Núcleo de acessibilidade (Naufes) para atender à proposta do governo federal, em apoio à inclusão de pessoas com deficiência.

O Núcleo de Acessibilidade foi concebido com o objetivo inicial de pesquisa a respeito da pessoa com deficiência, depois com outra Resolução ampliou os serviços do Naufes, o atendimento aos alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento ou com outras especificidades na área da aprendizagem (EX-DIRETOR DO NÚCLEO, 2017).

O Naufes tem como base o atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial¹⁵⁹, que buscam ajuda. De acordo com o entrevistado no primeiro semestre de 2017 a Ufes contava com a matrícula de 190 estudantes com deficiência em toda a universidade, em todos os campos, entretanto, 36 desses estudantes é que estão no momento requerendo algum tipo de atendimento.

¹⁵⁹ Os alunos com altas habilidades e superdotação fazem parte do público-alvo da Educação Especial, porém para esta pesquisa não foram abordados, visto que o Naufes não possui nenhuma demanda de alunos com altas habilidades e superdotação.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO



Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná

LAI



CA P E S



PARANÁ



GOVERNO DO ESTADO



PPEdu UEL



Idéias criativas



No segundo semestre de 2017, o Naufes foi reestruturado vinculando-se à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (Proaeci) e passou a ser chamado de “Divisão de Acessibilidade”.

Basicamente o que a gente está fazendo é estruturar uma política de acessibilidade escrita, a universidade ainda não tem e precisa de uma política, estou tentando uma pessoa para ser o gestor, estamos criando uma Divisão de Acessibilidade, que venha para construir uma política de acessibilidade dentro da universidade, estamos tentando um especialista aqui na Ufes para se responsável por essa área. Ainda tem muito a fazer (PRÓ-REITOR DA PROAECI, 2017).

A Divisão de Acessibilidade elaborou a Resolução n.º 28/2015, atendendo às legislações de inclusão, como deveriam ser sua estrutura, ações, objetivos e finalidades. Segundo o entrevistado, essa resolução possui vários equívocos e, até 2017, não foi cumprida.

Hoje temos Resolução n.º 28/2015, foi criada pela comissão universitária é uma legislação válida, só que está toda errada e equivocada. Ela nunca foi cumprida. O que aconteceu, entraram os tradutores intérpretes no Naufes, na coordenação, não é. O tradutor de LIBRAS é um braço da acessibilidade, eles não sabem do resto, lidar com outros tipos de deficiência. Outra coisa é ser gestor, uma diferença grande em você conhecer a realidade e gerir (PRÓ-REITOR DA PROAECI, 2017).

Segundo o art. 4.º da Resolução n.º 28/2015, o Naufes seria estruturado da seguinte forma: a coordenação constituída por 1 Coordenador-Geral e por 1 Subcoordenador, ambos indicados pelo Proaeci; com o conselho de representantes, composto por 4 estudantes, sendo 1 por campi, indicado pela entidade de representação estudantil; 1 servidor representante da Prefeitura Universitária, indicado pelo Prefeito Universitário; 1 servidor representante da Proaeci; 2 docentes da área de abrangências dos Cursos da Universidade, indicados pela Proaeci e equipe técnica, indicada pelo

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Reitor, composta por servidores em número suficiente para executar as tarefas a cargo do Naufes, sujeitos ao regime de 08 (oito) horas diárias.

De acordo com ex-diretor, o Naufes, em 2017, contava com quatro intérpretes e cinco bolsistas que auxiliavam os alunos com deficiência, mas tentavam fazer um trabalho para atender às especificidades dos alunos que os procuravam; então, se o aluno com deficiência tivesse alguma demanda, ele deveria procurar o Núcleo para que obtivesse ajuda.

[...] o que acontece hoje, o núcleo de acessibilidade está restrito apenas a 4 técnicos que são tradutores intérpretes de língua brasileiras de sinais, eles têm um no hall para o atendimento ao aluno com surdez, que é usuário da LIBRAS. Então, o que acontece, os demais serviços são feitos através de alunos bolsistas que se interessam pelo assunto e são treinados pelo núcleo, por um desses técnicos-administrativos e outros que têm conhecimento na área, um desses técnicos tem formação em Educação Especial, mestrado na linha de diversidade, então consegue trazer para os bolsistas um treinamento para que eles saibam como atender os alunos que requeiram alguma demanda. Então, é feito um planejamento nesse sentido: quem são os alunos que estão requerendo atendimento? Quais são as especificidades dele? O que ele realmente precisa? Então é feito um treinamento com os bolsistas que vai atender esse aluno específico dentro de cada situação (EX-DIRETOR DO NAUFES, 2017).

Para o pró-reitor da Proaeci, a prioridade é a elaboração de uma política de acessibilidade. Segundo ele, esse ainda é um desafio grande, pois não possui pessoal qualificado para realizar essa tarefa de elaboração da política. Estão à busca dessa pessoa e o esperado é iniciar 2018 com uma pessoa qualificada e responsável para essa elaboração e coordenação na Divisão de Acessibilidade.

No intuito de corroborar as pesquisas sobre inclusão no ensino superior, vale destacar que se evidenciam as dificuldades das universidades brasileiras em planejamentos e ações na inclusão e para a permanência de pessoas com deficiência nas IES (SILVA, 2010; TARTUCI, 2014).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





A superação desses desafios se dá nas ações das figurações de indivíduos interdependentes, em ações planejadas e não planejadas. Segundo Elias (1994, p. 57), “[...] a interação dos atos, propósito e projetos de muitas pessoas não é, ela mesma, algo pretendido ou planejado; em última instância, é imune ao planejamento”. Historicamente não se planejou que as pessoas com deficiência ingressariam no ensino superior, e, pela perspectiva eliasiana, essa ação se constituiu depois de várias figurações ao longo das gerações passadas.

Após o Programa Incluir (2005), o processo social de inclusão no ensino superior avança significativamente nas políticas, com a criação da Lei n.º 13.146/2015, chamada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a qual se destina a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Essa lei (BRASIL, 2015) assegura os direitos de acesso e permanência das pessoas com deficiência às IES, bem como exige um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades. O art. 30 dessa lei ressalta algumas medidas para os processos seletivos de ingresso e permanência nas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas:

- I - atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços;
- II - disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação;
- III - disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;
- IV - disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;
- V - dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





VI - adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;

VII - tradução completa do edital e de suas retificações em Libras (BRASIL, 2015, p. 8).

Observamos que a realidade brasileira de inclusão nas IES caminha para uma educação inclusiva, os diálogos estão sendo feitos e a ponte na prática está sendo construída. Sabemos que o Brasil busca a igualdade de direito para todos, assegurando políticas (BRASIL, 2015; PROGRAMA INCLUIR, 2013).

Para Ferreira (2007, p. 56), devemos considerar muitas questões para que a inclusão no ensino superior se efetive, “[...] embora as leis não bastem para oportunizar ao universitário formar-se um profissional competente e apto a desempenhar suas funções na sociedade, elas são indispensáveis para nortear e respaldar as ações que devem ser empreendidas”.

Ao considerar a universidade na perspectiva inclusiva e ressaltar seu papel social, a comunidade acadêmica, professores, coordenadores, alunos, todos os sujeitos envolvidos nessa figuração, devem tornar possível aquilo que as políticas públicas apresentam como um direito a ser efetivado.

Rocha e Miranda (2009) salientam que, para que se garantam o acesso e a permanência desses estudantes na universidade, é fundamental ações e mudanças, apenas as leis não conseguirão suprir todas as necessidades para a inclusão. É necessário implementar políticas pensadas para todo o contexto, e devem-se considerar tanto o foco nos estudantes com deficiência quanto a formação de professores, investimentos, recursos tecnológicos e assistência estudantil.

Segundo a abordagem eliasiana, processo social é aquele que ultrapassa três gerações por uma perspectiva histórica. Esse processo social de inclusão se iniciou com gerações passadas, as quais não imaginavam que suas lutas proporcionariam às pessoas com deficiência o acesso ao ensino superior. O processo emergiu de outras pautas, lutas

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





de outros movimentos, que só podem ser explicados ou estudados com uma perspectiva de longo prazo.

Para Elias (1994, p. 47), só teremos condições clara de compreensão da mudança histórica “[...] quando temos à nossa frente não apenas o presente imediato, mas a longa história da qual nossa época emergiu”.

Pensar para além de políticas públicas de inclusão é um caminho de que várias gerações fizeram e farão parte, as figurações serão das mais variadas durante o processo social e os caminhos não serão os mesmos. As figurações que agora fazem parte desse processo iniciaram caminhos para que futuras gerações contribuam para esse processo, os impulsos das mudanças, a todo momento, aconteçam de forma planejada, ou não.

As figurações da Ufes iniciaram caminhos para se tornar instituição inclusiva, e, durante a pesquisa, identificamos mudanças e ações nessa universidade.

Constamos que muitas ações realizadas pela Ufes caminham conforme o surgimento de demandas, como a estrutura física da universidade. Com a entrevista realizada na prefeitura universitária, conhecemos como ocorre esse processo. De acordo com a entrevistada, a prefeitura da Ufes busca elaborar os projetos dos edifícios de forma acessível. No que concerne às construções antigas, busca fazer melhorias.

A gente tem tanto tentado projetar de forma acessível às edificações acessíveis, quanto adaptar as edificações existentes que normalmente é mais complicado. As normas atuais de acessibilidade, as normas preveem essas duas coisas, normalmente tem alguma flexibilidade a mais para as edificações existentes, reformas, por exemplo. E aí, desde então, a gente tem trabalhado para entregar as edificações novas com todos os recursos de acessibilidade incluídos, por exemplo, com plataforma ou elevador instalado, esse tipo de coisa, e tem trabalhado na adaptação das edificações existentes também (**ENTREVISTA PREFEITURA UFES: GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO FÍSICO, 2017**).

Algumas obras para melhorar o campo e para atender à demanda de alunos com deficiência que ingressaram na Ufes foram realizadas com o recurso da Divisão de Acessibilidade, repassado pelo Programa Incluir.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Vale ressaltar um ponto importante diante do processo social de inclusão: evidencia a relevância das parcerias para que os desafios sejam superados. As pessoas estão sempre ligadas umas às outras por meio das interdependências das figurações, e os impulsos para mudanças só ocorrerão por meio dessas relações recíprocas.

Apenas um indivíduo não possui poder suficiente para impulsionar grandes mudanças. Indivíduos ligados uns aos outros iniciam os processos a que outras figurações darão continuidade por meio das entrevistas realizadas na universidade pesquisada, e a importância da interdependência entre as figurações da universidade se evidencia como fundamental. Segundo Elias (1994, p. 27), “[...] uma das condições fundamentais da existência humana é presença simultânea de diversas pessoas inter-relacionadas”.

Nessa inter-relação que Elias (1994) destaca, as tensões nas figurações transformam as ações e atitudes na Ufes, e a presença das pessoas com deficiência/*discapacidad* proporciona, diante de professores e/ou coordenadores, entre outros que fazem parte dessas figurações, outro olhar para a inclusão.

Percebe-se também que, para muitos envolvidos nesse processo de inclusão, o discurso sobre inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior ainda precisa ser ampliado, pois muitos não possuem formação suficiente para saber como lidar com algumas especificidades. Essas são questões que ainda precisam ser pensadas e debatidas nos dois contextos, visto que as políticas de inclusão existem e oferecem suporte, mas não são suficientes ante alguns desafios.

Vale destacar que os alunos com deficiência são parte dessa figuração e, para que algumas mudanças aconteçam, é necessário ouvi-los, pois, depois das suas demandas, as ações desenvolvidas contribuem para a sua permanência.

Referências bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). Brasília. Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>.

Acesso em: 12 de fev. de 2018.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, 2015. Disponível em: <http://www.punf.uff.br/inclusao/images/leis/lei_13146.pdf>. Acesso em: 12 de fev. de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Documento Orientador do Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior – SECADI/SESu 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=495>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

ELIAS, N. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, N. A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, N. Escritos & ensaios: Estado, processo, opinião pública. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FERREIRA, S. L. Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. Rev. bras. educ. espec. [online], n. 1, v. 13, 2007. p. 43-60.

ROCHA, T. B.; MIRANDA, T. G. Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior. Revista Educação Especial, n. 34, v. 22, maio/ago. 2009. p. 197-212.

SILVA, A. C. B. Políticas públicas para inclusão e permanência de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior: a experiência da Universidade do Estado do Pará. Fortaleza: [s.n.], 2010.

TARTUCI, T. M. Ingresso e permanência de alunos com deficiência na UFG/campus catalão [MANUSCRITO] – Tânia Maria Tartuci. Catalão, 2014.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

NORBERT ELIAS E A UNIVERSIDADE DE ÉVORA: BREVES CONSIDERAÇÕES E RELAÇÕES

Doutoranda Cíntia Mara Bogo Bortolossi (UEM)
cintia_bortolossi@hotmail.com

Doutor Célio Juvenal Costa (UEM)
celio_costa@terra.com.br

Resumo: A disciplina sobre a teoria de Norbert Elias, ofertada no ano de 2017 no Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM (PPE/UEM), nos possibilitou fazer aproximações com o nosso objeto de pesquisa, qual seja, a Universidade de Évora em seu primeiro século de existência. Edificada no ano de 1559, a Universidade foi a primeira instituição superior administrada pela Companhia de Jesus em território português. Tal disciplina nos agraciou com a teoria de Elias e seu conhecimento sobre os processos civilizadores. Este artigo é fruto destas relações realizadas, das quais, pretendemos aprofundar na elaboração de nossa tese de doutorado.

Palavras – chave: Portugal. Companhia de Jesus. Universidade de Évora.

Abstract: The discipline on Norbert Elias's theory, offered in 2017 in the Graduate Program in Education of the UEM (PPE / UEM), allowed us to make approximations with our research object, namely, the University of Évora in its first century of existence. Built in 1559, the University was the first higher institution administered by the Company of Jesus, in Portuguese territory. Such discipline has graced us with Elijah's theory and his knowledge of civilizing processes. This article is the fruit of these relationships, which we intend to deepen in the elaboration of our doctoral thesis.

Key words: Portugal. Company of Jesus. University of Évora.

O PENSAMENTO SOCIAL DE NOBERT ELIAS

O sociólogo alemão Norbert Elias, fez seus estudos na área de Medicina, Filosofia e Psicologia. Posteriormente, Elias rompe com a filosofia “por acreditar que ela não se constituiria como uma verdadeira ciência social [...]” (COSTA; MENEZES, 2013, p. 240). Passa, então, a se dedicar cada vez mais aos estudos sociológicos, tendo contato com importantes sociólogos alemães.

Este rompimento com a filosofia, estaria relacionado ao fato de que a mesma trabalha com uma essência humana, porém, para Elias, não existe um conceito único, ou seja, uma natureza humana, pois os seres humanos são instáveis e não estáticos. E, sendo

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





um ser social, irá representar comportamentos, esperados pela sociedade em que está inserido.

Em um primeiro momento, especialmente ao saber que Norbert Elias escreveu duas importantes obras intituladas *O Processo Civilizador*, podemos ter a impressão, de que o autor elaborou seus escritos sobre o processo civilizador. Porém, é incorreto este pensamento, pois seu trabalho não se reduz a esta temática, a mesma é apenas um aspecto introdutório de sua teoria.

Para Norbert Elias (1994a, p. 23), não podemos resumir civilização a um conceito único, pois seu significado não é igual entre as nações, podendo ser atribuído a uma variedade de fatos. “Daí ser sempre difícil sumariar em algumas palavras tudo o que se pode descrever como civilização.”

Porém, o que pode ser comum, é o fato de que estes conceitos adquirem raízes, pois, foram sendo estabelecidos, mantendo-se na transmissão de uma geração para a outra, podendo ser até mesmo um ato inconsciente. Assim, o indivíduo aplica este conceito na prática, “porque lhe parece uma coisa natural, porque desde a infância aprende a ver o mundo através da lente desses conceitos.” (ELIAS, 1994a, p. 26). Isto porque, conforme a autor, “a civilização não é apenas um estado, mas um processo que deve prosseguir.” (ELIAS, 1994a, p. 62).

Considerando este conceito de Norbert Elias, podemos estabelecer uma primeira relação com o nosso objeto de pesquisa: a Universidade de Évora.

A UNIVERSIDADE DE ÉVORA E O PROCESSO CIVILIZADOR EM PORTUGAL

Conforme Dias (1960) no século XV, já adentrando ao século XVI, tem-se uma crise moral na Igreja. As regras eram desprezadas, tanto nas instituições religiosas como na sociedade leiga. Segundo o autor, eram frequentes os casos de bigamias, uniões ilícitas e casamentos nulos, existindo um crescente desprezo pelos sacramentos e atos cultos da Igreja.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Boxer (2002) nos fornece um exemplo dessa crise moral. Para o autor, em toda a Europa os valores eclesiásticos deixavam a desejar. Eram comuns os casos de concubinato, a ponto de “entre 1389 e 1438, dois arcebispos, cinco bispos, onze arquidiáconos, nove deões, quatro chantres, 72 cônegos e cerca de seiscentos padres terem recebido permissão oficial para legitimar seus filhos bastardos.” (BOXER, 2002, p. 20).

Segundo Delumeau (1923), no século XVI, o clero passou a ter um insistência sobre as questões morais, preocupando-se com a renovação da cristandade, e restaurando a Teologia, a qual passou a assumir um papel de doutrina moral e cristã. Aí entra a importância da Universidade de Évora, pois “a disciplina dos colégios permitiu que a civilização ocidental se educasse e se moralizasse.” (DELUMEAU, 1923, p. 348).

Os integrantes da Companhia de Jesus passaram a defender a educação como um meio de restaurar a alma da Igreja, como, também, afiançavam que ter uma boa formação ajudaria na conquista de novas almas cristãs. Assim, a ordem inaciana, por meio de seus colégios e, especialmente, pela própria Universidade de Évora, passou a apostar na educação como um meio de transformar tanto a Igreja como a sociedade, ao constatar a falta de homens qualificados frente aos novos desafios.

Assim, os que estavam desprezando essas regras morais da Igreja, eram considerados incivilizados, e a Igreja, por meio da Companhia de Jesus e da Universidade de Évora, estava preocupada com um tipo mais elevado de sociedade – a cristã. Por conseguinte, em nome da religião, Portugal empenhou-se no processo de colonização e expansão, em busca de uma formatação do que seria uma nova civilização.

Voltando aos conceitos de Norbert Elias, passaremos agora a trabalhar sobre a relação sociedade e indivíduo.

A sociedade, para Elias, seria semelhante a uma rede, que se entrecruza, sendo cada indivíduo parte desta rede. Nós, seres humanos, fazemos parte de vários destes grupos, e nos comportamos de maneira diferente, conforme os mesmos. “A rede de interdependências entre os seres humanos é o que os liga. Elas formam o nexos do que é aqui chamado configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





dependentes.” (ELIAS, 1994a, p. 249). Assim, este é o conceito de sua teoria, denominado de Sociologia Configuracional.

Para Elias, é apenas no contato com a sociedade, na relação com os grupos, que o homem torna-se indivíduo. O homem é, portanto, um ser social. Até mesmo os aspectos biológicos demonstram isto, pois o homem é um animal que expressa os seus sentimentos – bons ou ruins – pela face. Assim, se ele não conviver com outros indivíduos, não conseguirá desenvolver o que tem em potência, como por exemplo, andar.

Ainda sobre a concepção de Elias sobre a não separação entre indivíduo e sociedade, o sociólogo trabalha sobre a importância de se conhecer o processo histórico de duas formas: o psicogenético e sociogenético. Conforme Costa e Menezes (2013, p. 254),

com a sociogênese se investiga os aspectos sociais do surgimento e da construção de uma dada instituição, as relações de força, os determinantes econômicos, políticos e culturais que, numa visão de processo, contribuíram para a formatação final daquela configuração.

Na medida que tem-se as mudanças na estrutura social, tem-se, também, as alterações na psique humana. Ou seja, o controle passa a ser assumido pelo próprio indivíduo, levando ao que Elias chama de racionalização.

Ai está, portanto, a razão de se estudar o movimento histórico em face destes dois pontos, pois “a estrutura das funções psicológicas, o modelo específico de controle do comportamento num período dado, vincula-se à estrutura das funções sociais e à mudança nos relacionamentos entre as pessoas.” (ELIAS, 1994b, p. 266).

Elias também defende a ideia de que as ciências humanas devem ser empíricas, ou seja, é preciso provar que se defende. Por isto a importância da fonte que é o dado empírico de nossa pesquisa. A fonte é o critério de cientificidade de nosso trabalho.

Assim, ao realizarmos uma pesquisa científica, não devemos separar o indivíduo da sociedade. Pois, “a relação entre o indivíduo e as estruturas sociais só pode ser

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





esclarecida se ambos forem investigados como entidades em mutação e evolução.” (ELIAS, 1994a, p. 220).

Ou seja, para entendermos a Universidade de Évora – nosso objeto de pesquisa – é preciso um olhar não de forma isolada, mas sim, levando em consideração que ela é formada por indivíduos - sociais, ou seja, homens que pertenciam a determinados grupos e seguiam os comportamentos do mesmos. Lembrando que para Elias, em cada grupo temos também as relações de poder.

Outro ponto relevante na leitura de Norbert Elias, foi no que diz respeito a observação dos comportamentos. Quando uma sociedade passa a assimilar certo comportamento como correto e outro como incorreto, os próprios indivíduos passam a cobrar isto dos demais, existindo um certo processo de vigilância de comportamento. “Aumenta a coação exercida por uma pessoa sobre a outra e a exigência de “bom comportamento” é colocada mais enfaticamente.” (ELIAS, 1994a, p. 91). As pessoas, também, passam a ficar mais sensíveis em relação a esta cobrança de comportamento.

Por conseguinte, conforme o autor, com esta mudança nos padrões sociais, tais quais alteram as relações humanas, “aumenta a compulsão de policiar o próprio comportamento.” (ELIAS, 1994a, p. 93).

Na Universidade de Évora, o controle exercido não era apenas na vida pública dos alunos, mas também, na vida particular. Não podiam ter ligações ilegítimas e nem receber mulheres suspeitas em suas casas. Precisavam, portanto ter uma vida simples e com limites. Estudantes eram visualizados como clérigos e, assim sendo, precisavam manter uma vida correta.

Toda a orgânica da Universidade eborense visava um controle excessivo sobre os alunos. Para esse controle, um dos recursos utilizados no século XVI foi a delação, que visava vigiar e controlar a população de estudantes.

As práticas deveriam ser a de um bom cristão, tanto que os estudantes precisavam participar de missas, se confessarem. O comportamento também era cobrado fora da Universidade, pois os mesmos eram proibidos de morar em casas localizadas em locais imorais, como também, não podiam andar nas ruas em altas horas, usar máscaras e andar

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





armado. A função do Meirinho, dentro da Universidade, tinha dentre suas funções, a de percorrer as ruas da cidade juntamente com um escrivão, para o registro, se necessário, de infrações que porventura ocorressem no cotidiano dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Mesmo não sendo um teórico da educação, os escritos de Norbert Elias contribuem, e muito, na análise do processo educativo. Brandão (2003), em seu trabalho “Formação, educação e emoções no processo de civilização”, teve como objetivo o de tentar mostrar o quanto a teoria de Elias pode contribuir e ser um importante instrumento para a análise da educação, especialmente quando nos remetemos as questões de disciplina e controle das emoções.

Assim, relacionando os conceitos de Norbert Elias com o objeto de pesquisa do doutorado, pude elaborar a seguinte reflexão: em nome da religião, Portugal empenhou-se no processo de colonização e expansão, em busca de uma formatação do que seria uma nova civilização. Nesse processo, com a ajuda da educação dos jesuítas, tentou-se resgatar o moral que estava perdida, desejando construir uma nova civilização com base cristã.

Neste sentido, os colégios e a própria Universidade de Évora, foram meios para se aplicar a mudança pretendida, em busca de um tipo mais elevado de sociedade, onde as virtudes não eram apenas humanas, mas relacionadas a Deus. Assim, a Universidade de Évora seria, um local de formação para a conquista nesta nova sociedade – a cristã.

Na Universidade de Évora, existia muita preocupação em manter o controle da disciplina e das emoções. Na Instituição, tanto os alunos quanto os professores eram vigiados, não apenas nas instalações da Universidade, mas também, fora dela, ou seja, na vida pública e particular dos mesmos. Os que fugiam das regras impostas, eram penalizados. A existência de uma prisão na Universidade de Évora era uma das opções de penalidades.

Assim, ao nosso ver, tudo o que foi feito buscava esta nova formação, esta nova civilização. Pois, conforme Elias (1994b, p. 54), “a mudança no controle das paixões é

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





conduta que denominamos “civilização” guarda estreita relação com o entrelaçamento e interdependência crescentes de pessoas”. Assim, “o processo civilizador constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica.” (ELIAS, 1994b, p. 193).

Por fim, verifica-se que a Igreja, por meio da Companhia de Jesus e da Universidade de Évora, representou uma importante instituição na imposição de padrões de comportamento.

Referências bibliográficas

BOXER, Charles R. O império marítimo português. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRANDÃO, C. da F. Norbert Elias: formação, educação e emoções no processo de civilização. Petrópolis: Vozes, 2003.

COSTA, C. J.; MENEZES, S. L. Norbert Elias e a teoria dos processos civilizadores. In: Revista Histedbr on line, vol. 13, n. 53, Out. 2013, Campinas-SP, p. 238-262.

DELUMEAU, Jean. A civilização do Renascimento. Estampa: Lisboa, 1923.

DIAS, José Sebastião da Silva. Corrente de sentimento religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII). Tomo I, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960.

ELIAS, N. O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

ELIAS, N. O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

VIMOS PARA SERVIR E CIVILIZAR”: OS MISSIONÁRIOS CATÓLICOS DE NICOLET E OS PROCESSOS CIVILIZACIONAIS NO LITORAL OCIDENTAL MARANHENSE (1955-1965)

Claudeilson Pinheiro Pessoa
(UFGD /IFMA)
FAPEMA
claudefilsonpessoa@ifma.edu.br

Wilker Pereira Luz
(IFMA)
wilkerluz@ifma.edu.br

Resumo: O objetivo deste texto é situar as contribuições deste autor e dos conceitos trabalhados por ele no processo de análise da História da Educação a partir da ação dos Nicollet em Guimaraes-MA com base nas formulações de Norbert Elias. A pesquisa se deu com base em análise bibliográfica e subsídios de pesquisa anteriormente realizada desde o meu mestrado em Educação em 2013 por meio de análise documental e memória oral. Sem negligenciar o controle no aprendizado vivido e transmitido. Assim, evidenciamos que este pensador contribui ao desvelar o processo de formação das sociedades e analisa a educação enquanto processo que possui a função de civilizar corpos e mentes.

Palavras-chave: Norbert Elias; Educação e Civilização; Educação Maranhense; Guimarães- MA;

Abstract: The purpose of this text is to situate the contributions of this author and the concepts he has worked on in the process of analyzing the History of Education from the Nicollet action in Guimaraes-MA based on the formulations of Norbert Elias. The research was based on bibliographic analysis and research grants previously held since my Masters in Education in 2013 through documentary analysis and oral memory. Without neglecting control in the lived and transmitted learning. Thus, we show that this thinker contributes to unveiling the process of formation of societies and analyzes education as a process that has the function of civilizing bodies and minds.

Keywords: Norbert Elias; Education and Civilization; Education Maranhense; Guimarães- MA

Elias, nosso objeto e as nossas aproximações

Elias constrói amplas contribuições para as Ciências Sociais com base em Sociedade de Corte. Inicialmente destaca os aspectos a saber: “[...] a) a identificação de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





comportamentos marcados por uma racionalidade cortesã precedendo a construção de um sistema de instrumentos racionalizadores decorrentes destas práticas sociais. Além disso, nos possibilita a identificação, nas relações sociais, de mecanismos simbólicos de poder e também de diferenciação social atuantes naquela configuração social e que continuam atuantes até hoje. Destaca também a sugestão de um modelo de circulação cultural que sobreleva a natureza processual de longa duração reforçando os aspectos de continuidade dos comportamentos e habitus (nossa segunda natureza) que, no caso da Europa Ocidental, tornaram-se amplamente democratizados. Dessa maneira, a realeza e a aristocracia desempenharam quer como modelo de comportamento, quer como modelo simbólico, um papel central na formação da burguesia, de seus valores e da sociedade capitalista”. E ainda destaca “[...] a transição do feudalismo para o capitalismo é marcada, então muito mais por continuidades do que por rupturas”. (GEBARA, 2005, p. 16)

No que tange a teoria dos processos civilizacionais o autor diz que seria uma maneira mais técnica de pensarmos a categoria Cultura. Desconstruindo assim, a perspectiva eurocêntrica de cultura e civilização, formulando assim, uma teoria mais ampla dos processos sociais; GEBARA (2005) “[...] Europeus identificavam-se como cultos e civilizados em relação após europeus bárbaros” (p.16)

O conceito de Processo Civilizador vem dar ênfase as possíveis limitações nas interpretações etnocêntricas presentes nos conceitos de Cultura e Civilização dada a sua natureza eurocêntrica, isto porque tais conceitos identificam comportamentos europeus tais como eles próprios se viam, e tais conceitos referiam-se a uma identidade nós, construídas pelos europeus e marcada por um momento em que os contatos entre diferentes processos civilizadores colocava-se em pauta (GERBARA, 2005)

O Estágio de desenvolvimento de uma Civilização com base no paradigma Elisiano: Inicialmente, o papel da ciência e no desenvolvimento científico no controle dos fenômenos naturais; O autor também destaca o controle das relações sociais com foco no desenvolvimento do Estado Moderno e o seu papel neste processo; Sem negligenciar o controle no aprendizado vivido e transmitido.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

A teoria de Elias torna-se importante ao destacarmos os subsídios de interpretação presentes no processo pelo qual se verificou a sistematização dos controles sociais, indicadores dos estágios de desenvolvimento da sociedade.

Assim, o interesse em estudar as configurações passadas e relacioná-las ao presente nos levou a escolher o objeto de pesquisa denominado “VIMOS PARA SERVIR E CIVILIZAR”: INTELLECTUAIS CATÓLICOS CANADENSES DE NICOLLET, CULTURA ESCOLAR E OS PROCESSOS CIVILIZACIONAIS NO LITORAL OCIDENTAL MARANHENSE (1955-1965), pois este fenômeno até então havia sido explorado pelas investigações em História da Educação no Maranhão somente por meio de nossa dissertação de Mestrado em Educação apresentada junto ao programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão (defendida em 2013) intitulada “*A Obra Educacional dos Irmãos de Niccollet em Guimarães-MA (1955-1965)*” e por meio da dissertação de Mestrado defendida em 2015 também no programa citado de autoria de Alda Margareth Silva Farias Santiago que tinha como título “*Vozes e saudades: as narrativas das ex-alunas sobre a Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção - Guimarães/MA (1957-1961)*”. No entanto tais estudos apenas traçavam um panorama do cenário educacional sem aprofundarem-se nas questões concernentes a ação civilizacional e o papel desses intelectuais neste processo.

Assim, temos a pretensão de expandir nossa pesquisa discutindo as categorias Intelectuais, Processo Civilizacional e Educação ainda então não desenvolvida nos estudos referenciados no parágrafo anterior, além de contribuir com o processo de interiorização das pesquisas em educação ainda centralizadas na capital do Estado,

O interesse pelo assunto começou quando ministrei a disciplina Pesquisa e Prática Curricular do Programa Darcy Ribeiro da UEMA - Universidade Estadual do Maranhão, polo de Mirinzal, nos anos de 2009 e 2010. Interessado em História da Educação, elaborei um projeto de pesquisa junto a essa instituição sobre o resgate da memória dos primórdios da escolarização na cidade de Guimarães, o que nos levou a conhecer as ações educacionais desenvolvidas pela Congregação Católica Canadense Irmãos de Nicollet. Também contribuiu para esse intento a participação no Núcleo de Estudos e

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras – NEDHEL, vinculado à linha de pesquisa: Instituições Escolares, Saberes e Práticas Educativas do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação, da Universidade Federal do Maranhão, no qual integramos a pesquisa sobre a Educação na Baixada Maranhense.

Este estudo se limitará às décadas de 1950 e 1960 do século XX, período que compreende o momento da chegada da Missão Canadense de Nicollet em Guimarães (1955) – quando esta assume a administração de algumas instituições já dirigidas pelos agentes do catolicismo local – até a passagem da administração das instituições para a comunidade local (1965), pois com esse fato acreditavam que seus objetivos de fortalecimento do catolicismo na região haviam sido atingidos.

Os primeiros religiosos pertencentes a missão que chegam a Guimaraes eram os padres João Baptista Caya, Jorge Picard e Homero Proulx, que implantam as primeiras ações higienistas e de catequização na citada localidade.

A primeira escola administrada pelos missionários canadenses em Guimaraes era a Escola Paroquial São José que atendia ao ensino pré-primário e primário com a finalidade de oferecer uma educação integral que mesclasse saberes de cunho religioso e o ensino de primeiras letras, compreendendo o jardim de infância, o curso elementar, o complementar e a Escola de Fé – que era uma espécie de curso de catecismo oferecido aos domingos, obrigatório para todos os alunos da Escola Paroquial, a partir dos sete anos de idade. Os funcionários deste estabelecimento de ensino eram ligados à Igreja Católica. Eram fiéis que assumiam a docência e funções burocráticas por possuírem alguma “vocação” para as atividades escolares. No entanto, foram contratados outros professores advindos de algumas cidades da diocese e possuidores do curso normal com a finalidade de melhorar a qualidade do ensino oferecido.

Logo ao chegarem a Guimarães, os referidos padres iniciam um processo de pesquisa com o propósito de descobrir as potencialidades e fraquezas do lugar, onde detectaram a situação de analfabetismo, indigência e pobreza de grande parte da população. Para auxiliá-los, chegam em março de 1957, trazidas também de Nicollet, no Canadá, as primeiras freiras da Congregação, denominadas de Irmãs de Assunção ou

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Irmãs de Nicollet. Eram as seguintes: Irmã Madalena Brochu, Irmã Georgette Desrochers, Irmã Maria Adélia e Irmã Maria Assunta. As irmãs vieram com o objetivo de lidar tanto com a dimensão pedagógica quanto com as questões administrativas da Escola Paroquial São José, juntamente com as ações de catequização desenvolvidas na Escola da Fé, além de dar continuidade ao plano de criação de uma Escola Normal, do Ensino Ginásial e ações educacionais de cunho profissionalizante implantadas no município.

As religiosas canadenses também desenvolveram um projeto social com vistas à divulgação do movimento de popularização do catolicismo em comunidades rurais, fortalecendo, assim, a ação catequética através de visitas às comunidades para orientações sobre questões domésticas e espirituais. Tal prática ensejava a melhoria das condições de vida da população, e, ao mesmo tempo, as religiosas utilizavam saberes e fazeres para impor seu discurso de negação das demais práticas de orientação não católica.

A dificuldade de docentes formados e habilitados em estabelecimentos de ensino da região incentivou os religiosos de Nicollet a implantarem no dia 27 de janeiro de 1958 a Escola Normal Nossa Senhora de Assunção. Esta ficou sob a responsabilidade das citadas irmãs canadenses, que assumiram tanto a administração do estabelecimento de ensino quanto a regência de algumas disciplinas do currículo.

Também compôs o quadro docente desta Escola Normal um grupo de normalistas advindas da Escola Rosa Castro, considerada uma das mais importantes escolas de formação de professores da capital São Luís.

A Escola Normal Nossa Senhora da Assunção formou a primeira turma em 14 de fevereiro de 1961, transformando-se em referência na região da Baixada Maranhense pela qualidade do docente formado por ela e pela ênfase na formação técnico-científica e humanista oferecida.

Com a finalidade de atender uma das últimas metas educacionais estabelecidas pela Missão Canadense, foi fundada, em 20 de fevereiro de 1961, uma escola privada de ensino secundário, denominada Ginásio Vimarense, funcionando no centro da cidade, à Rua Dias Vieira.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Esta instituição atendia às necessidades de escolarização dos filhos da sociedade vimarense que, ao terminarem o ensino primário na Escola Paroquial ou no Grupo Escolar Dr. Urbano Santos, partiam de Guimarães para outras cidades para prosseguir os estudos. A ausência do curso secundário levou muitos alunos a desistirem de seus projetos de continuidade, tendo a única opção de trabalhar na lavoura ou no pescador da baía de Cumã.

Foi desenvolvido também um conjunto de ações educacionais voltadas à formação profissional através da criação da Vila Gem, no ano de 1963. Esta oferecia no contra-turno cursos técnicos a jovens e adolescentes alunos dos estabelecimentos de ensino confessionais da congregação.

Assim, com base nos pressupostos teóricos e metodológicos da História Cultural em suas perspectivas epistemológicas e suas concepções sobre fontes edificaremos uma análise pautada no paradigma elisiano, principalmente tendo como instrumento de pesquisa documental manuais de civilidade desenvolvidos por sujeitos ligados à igreja católica e que dispõe sobre o *habitus* civilizado necessário a edificação de uma sociedade modernizada nos moldes do paradigma católico.

O ginásio vimarense como espaço de civilização da mocidade

O curso Ginásial correspondia ao primeiro ciclo do ensino secundário, destinado, principalmente, a suprir os anseios de uma classe média urbana em ascensão social, que almejava os estudos superiores. Este sofreu com a insuficiência de um planejamento e uma Política de Estado de ampliação das ofertas educacionais, cabendo em plena década de 1960 a participação da iniciativa privada. Com essa abertura, a Igreja Católica recebeu grande apoio do poder público, que via na referida instituição uma parceria no projeto desenvolvimentista em voga. (NUNES, 1979).

A partir disso, surgem no cenário educacional novos sujeitos representados por setores progressistas católicos, intelectuais, estudantes e artistas envolvidos em diversos movimentos de educação, como melhoria da vida da população sofrida do país. (PAIVA e RATTNER, 1985). Enfatizamos que nesse itinerário os Estados Unidos encontravam-

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





se na liderança e o mundo ocidental situava-se no auge da Guerra Fria, com o comunismo assustando os países, principalmente os subdesenvolvidos, pois tinham medo que os pobres aderissem às ideias comunistas.

Em busca de alternativa para tal problemática, várias iniciativas voltadas ao campo social foram postas em prática e a Igreja utilizou padres, freiras e leigos para tais ações. Estes religiosos participavam ativamente e incentivavam a criação de instituições fi lantrópicas, como também a inclusão da comunidade em campanhas assistenciais e educacionais, principalmente através da criação de ginásios. (SAVIANI, 2004)

O ingresso da Igreja Católica na educação da juventude antecede a segunda metade do século XX, visto as representações (CHARTIER, 1996) da instituição perante a sociedade devessem ser ressignificadas e a escola secundarista ser o espaço escolhido para o fortalecimento da sua doutrina. Este processo de fortalecimento da Igreja foi promovido também pelo apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e pela emergência da nova configuração teológico-social do catolicismo que, em consonância com o discurso desenvolvimentista e as leis educacionais em vigor, adentra ao Ensino Secundário através da criação de Ginásios em todo o território nacional. Tudo isso ocorre através das ações de congregações religiosas que difundiam a necessidade de ação missionária frente a seus fi eis juvenis, mantendo muitos desses estabelecimentos de ensino.

Estes educandários de ensino da juventude promoveram a expansão das escolas ginásiais confessionais católicas. Vale lembrar que desde o advento da Primeira República começou o crescimento paulatino do número dessas escolas, constituindo-se como estratégia do episcopado para acelerar o processo de romanização da Igreja no Brasil. Nesse momento histórico, o esforço da Igreja no campo educacional obteve êxito, sendo que cerca de 80% dos estudantes secundários do país encontravam-se matriculados em escolas pertencentes a esta instituição. De acordo com Moura (2000, p. 9), neste período “[...] havia poucas escolas primárias particulares em relação ao expressivo quantitativo de 700 escolas secundárias, sendo a maioria constituída de confessionais católicas”. No estado do Maranhão, o Ensino Secundário foi implantado a partir do Liceu

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Maranhense no período imperial. Este estabelecimento tinha como objetivo intervir na organização social, efetivando uma educação escolar desvinculada do processo produtivo.

Segundo Ribeiro (2006, p. 76): O Liceu Maranhense, no tempo de sua implantação, conseguiu educar poucos afortunados, ficando dessa forma o Ensino Secundário público quase inacessível à grande parte da população, por ser analfabeta ou não permitir condições ao ingresso que se fazia pelo pagamento de taxas, determinadas para cada aluno. Essa desigualdade adentra a primeira metade do século XX, em que existia uma distribuição desigual pelo Estado de estabelecimentos de ensino secundário. Os existentes estavam centralizados na capital, São Luís: Liceu Maranhense, Escola Normal do Estado, Ginásio São Francisco de Paulo, Colégio Santa Tereza, Colégio São Luís, Ginásio Rosa Castro e o Ginásio Ateneu Teixeira Mendes. Na Baixada Maranhense o ensino secundário surge inicialmente na cidade de Pinheiro na segunda metade do século XX, especificamente no ano de 1953. O Ginásio Pinheirense era administrado pelos Missionários do Sagrado Coração de Jesus. A implantação deste deu à Pinheiro o reconhecimento no cenário educacional do status de referência no Ensino Secundário na Baixada Maranhense. (COSTA, 2012).

Já em Guimarães, a criação da Escola Secundária data de 1962 e deve-se à iniciativa da Congregação Católica Canadense Irmãos de Nicollet, que planejou estrategicamente a criação do Ginásio Vimarense após a reorganização da Escola Paroquial e da implantação da Escola Normal. Neste momento histórico, o cenário educacional do município de Guimarães era de 10 escolas primárias, um Grupo Escolar, uma Escola Paroquial e uma Escola Normal. No entanto, os alunos que saíam do curso primário e que possuíam condições deslocavam-se para São Luís, e aqueles que não possuíam, paravam no primário ou iam para o campo para trabalhar ou transformarem-se em pescadores.

A ausência de estabelecimentos de ensino secundário na cidade e a vontade popular de instalação de tal escola uniram-se ao projeto social e educacional dos Nicollet. Tal projeto visava ao atendimento não somente aos filhos de Guimarães mas a todos os

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





municípios circunvizinhos e a todo o Estado. Assim, o Ginásio continuava com o regime de internato destinado àqueles que vinham de lugarejos distantes e de outras paróquias. A iniciativa trouxe novos ares à dinâmica educacional do município, introduzindo certa estabilidade às famílias vimarenses que não precisavam mais enviar seus filhos para a capital do Estado, ou mesmo para Pinheiro, que era o município mais desenvolvido da região. Toda a sociedade de Guimarães se empenhou para que o sonho de ter um ginásio fosse realizado, incluindo as autoridades locais, pais, religiosos e pessoas de influência econômica e política que já conheciam o trabalho da congregação.

O prédio onde funcionava a Escola Primária e a Escola Normal teve suas instalações aumentadas para a implantação do curso Ginásial e conseqüentemente transformou-se em Instituto Nossa Senhora da Assunção. O local ganhou novas salas de aula e foram reformados e adaptados alguns espaços para melhoria da convivência e acolhimento dos alunos. Estes, em sua maioria, já eram oriundos da Escola Paroquial. Além de suas salas de aula (oito no total), possuía “[...] área para as aulas de ginástica e Educação Física, cantina, copa e refeitório, sala de direção, biblioteca, sala de professores, oratório e sala de reuniões. Estes espaços foram [...]” direcionados ao desenvolvimento das metas e estratégias “[...] planejadas pela instituição que tinha o objetivo de propalar uma educação integral unindo valores e conhecimentos historicamente construídos e que para isso deveria ter um espaço condizente”. (PESSOA, 2013, p. 121).

O modelo arquitetônico era pautado no estilo dos estabelecimentos vistos como modernos e com isso o Instituto onde o Ginásio estava instalado atendia ao padrão mínimo de funcionamento estipulado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), que impunha “[...] a padronização dos espaços que possuíssem Ensino Secundário, sendo um dos pré-requisitos para sua autorização de funcionamento”. (TOBIAS, 1996, p. 210).

Dessa forma, o Regimento trouxe novas orientações para a ação, constituindo-se enquanto “[...] instrumento de intervenção, produzindo agentes organizados, mesclando ordem social e moral pública”. (BURITY, 2001). O mesmo caracterizava-se por trazer um arsenal de normas, sanções e modelos ideais de conduta na perspectiva de produzir sujeitos de acordo com a moral exigida na época, demarcando e estabelecendo

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO



Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



Fábrika
Ideias criativas



hierarquias, legitimando preceitos e conservando elementos necessários à ordem e ao bom funcionamento do estabelecimento. O aludido documento era constituído das seguintes seções: 1. Identificação; 2. Missão e finalidades; 3. Organização e regras de funcionamento; 4. Direção; 5. Secretaria; 6. Aspectos financeiros; 7. Alunos; 8. Professores; 9. Funcionários e colaboradores; 10. Sanções, regras e penalidades; 11. Rotina escolar; 12. Arquivo; 13. Filantropia. Além de tudo isso, o documento fornecia informações sobre o acesso e permanência dos alunos, que envolvia fardamento e alimentação. O exame de admissão e os valores da mensalidade estavam explicitados no anexo denominado Informações Complementares. Tais exames de admissão, ou provas de acesso ao Ginásio, ocorriam no mês de janeiro antes do início das aulas e obedeciam aos editais que eram lançados no mês de dezembro do ano anterior. No Regimento e no edital havia as regras de realização do exame de admissão, a data das provas e os conteúdos

. Segundo o Regimento Interno (1962), além das provas de múltipla escolha, era realizada uma sabatina de perguntas orais sobre questões de conduta, na perspectiva de admitir alunos que não desabonassem e desrespeitassem a imagem positiva que o estabelecimento já possuía.

As irmãs passavam dias formulando as questões de marcar e às vezes pegavam pesado com o nível das perguntas, mas insistiam mesmo era na entrevista. Diferentemente de outros estabelecimentos que promoviam apenas o exame de admissão seguindo o padrão do governo federal no que tange à legislação dos estabelecimentos de ensino secundário, o Ginásio Vimarense voltava-se, além das questões conteudistas, para as questões atitudinais dos futuros egressos, sobretudo aqueles que pleiteavam as bolsas de estudo. Este aspecto era de grande importância, pois se fazia necessário visualizar nos futuros alunos a questão do alinhamento dos sujeitos com os princípios doutrinários e para isso deveriam ser seguidores de princípios cristãos”. Na visão de Bourdieu (1996, p. 311), os exames de admissão e seleção por provas e entrevistas refletem as hierarquias sociais, pois: [...] ao fazer tudo isso, o sistema de ensino dissimula melhor e de maneira mais global do que qualquer outro mecanismo de legitimação [...] o aspecto arbitrário da

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



PPEdu UEL





delimitação efetiva de seu público podendo assim impor de modo mais sutil a legitimação de seus produtos e de suas hierarquias. Na mesma perspectiva Elias (2000) nos chama atenção que instrumentos são criados para que os sujeitos incorporem normas e regras fruto de um processo civilizacional padronizado.

Tais exames serviam também para a autoeliminação, a depreciação de si mesmo, a resignação ao fracasso e a exclusão, compreendidas na estimativa inconsciente das probabilidades objetivas de êxito viáveis para o conjunto das categorias sociais e condutas cobradas, sendo que a referida entrevista de admissão era o produto do sistema de disposições que ganharam destaque no mercado escolar (BOURDIEU, 2001). Tal sistema de disposições obedece a subjetivação da objetivação incorporada no habitus enquanto segunda natureza (ELIAS, 2009)

Esta conferia os produtos da educação familiar das diversas classes sociais das quais provinham os candidatos a vagas para o ginásio. Seguindo os mesmos critérios, encontrava-se a concessão do diploma que também exigia a aprovação do aluno nos exames de sufi ciência de cada disciplina, tanto para efeito de promoção quanto para habilitação. O mesmo era constituído por provas parciais e finais, que ocorriam em sala de aula ao longo de todo o ano letivo, sendo que as provas eram aplicadas pelo regente de cada disciplina.

Assim, o currículo do Ginásio era um “[...] espaço de aprendizagem daquilo que é necessário à propagação da obra de Deus e crescimento profissional e pessoal do alunado”. (REGIMENTO INTERNO DO INESA, 1962, p. 30). Dessa forma, com base nas formulações de Foucault (2005), e deslocando sua perspectiva de análise para o contexto do currículo, entendemos que este, assim como os demais dispositivos disciplinares, transforma-se em um instrumento de administração e uma política do saber, seleções de poder que passam pelo saber e que naturalmente quando se quer descrevê-las, remetem àquelas formas de dominação. Pelo fato de ser uma instituição privada de ordem religiosa, a prioridade do ensino era direcionada aos valores morais, religiosos e cívicos. Dessa forma, a estrutura curricular desenvolvida obedece à articulação de saberes, objetivando a formação do caráter, o temor a Deus e à Pátria.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná





Considerações finais

Dessa forma, analisar o currículo do Ginásio Vimarense permitirá compreender as relações, os interesses e os objetivos nele inseridos, bem como a proposição dos fundamentos e princípios da Missão Católica de Nicollet no contexto desse currículo. O currículo dessa instituição foi elaborado com base nas ideias presentes na legislação educacional brasileira, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961, e seu dualismo estrutural que buscou articular o ensino propedêutico ao ensino profissional, estabelecendo a equivalência entre ambos, pois a lógica seletiva e classista da escola permanece a mesma.

Este estabelecimento confirma através de seus conteúdos ministrados a natureza e os fins da educação secundária. As suas práticas curriculares eram fiéis às propostas legislativas oficiais vigentes na época, garantindo, do ponto de vista legal, a distinção entre quem se preparava para o ensino superior e as outras modalidades de ensino (Industrial, Comercial, Normal, Agrícola), que preparavam para o mercado de trabalho. Assim o capital cultural disseminado no Ginásio está circunscrito em um território cultural, sujeito a disputa e interpretação (MOREIRA e SILVA, 2003) e, enquanto discurso, [...] remete uns aos outros, se organizam em uma fígura única, entram em convergência com instituições e práticas e carregam significados que podem ser comuns a toda uma época (FOUCAULT, 2010, p. 68). Significados que reproduzem um processo de normas vigentes e quem não se adapta a tais normas sofre um processo de exclusão e torna-se um outsider (ELIAS, 1996)

Referências bibliográficas

- BACELLAR, Carlos. Fontes e apontamentos à pesquisa histórica. São Paulo: Papirus, 2005.
- BASTOS, Maria Helena Camara. Espelho de papel: a imprensa e a história da educação. In: ARAÚJO, José Carlos; GATTI JÚNIOR, Décio (orgs.). Novos temas em história da educação.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

Instituições escolares e educação na imprensa. Uberlândia: EDUFU; Campinas: Autores Associados, 2002.

CASTRO, Cesar Augusto. Fontes e percursos para uma História da Educação Maranhense. In: CAVALCANTI, M. J. M; et. al. (Orgs.). Escolas e Culturas: políticas, tempos e territórios de ações educacionais. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

CERTEAU, M. de. A escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. História Cultural: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1996.

ELIAS, N. A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2007.

_____ O Processo civilizador I. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2009.

_____ O Processo civilizador II. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2010.

GERBARA, Ademir. Conversas sobre Norbert Elias: depoimentos para uma história do pensamento sociológico. Piracicaba-SP: Biscalchin Editora, 2005.

FARIA FILHO, L.; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 14, p.19-34, 2000.

FARIAS, Alda M. Silva. Vozes e saudades: as narrativas das ex-alunas sobre a Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção - Guimarães/MA (1957-1961). Dissertação de Mestrado em Educação, UFMA: São Luis-MA, 2015.

FERREIRA, M. AMADO, J. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FORQUIN, J. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. Teoria & Educação, Porto Alegre, n. 5, p. 28-49, 1992.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Centauro, 2004.

PESSOA, Claudeilson Pinheiro. A Obra Educacional dos Irmãos de Niccolet em Guimarães- MA (1955-1965). Dissertação de Mestrado em Educação, UFMA: São Luis- MA, 2013.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). Histórias e memórias da Educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2004.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

DESACATO E ALGO MAIS: UMA ANÁLISE SOBRE A NECESSIDADE DO TIPO PENAL FACE AO PROCESSO CIVILIZATÓRIO NO BRASIL

Cláudia Martins Mota de Carvalho
Centro Universitário Unieuro-Brasília/DF
claudiammota@gmail.com

Manoel Santana Cardoso
Centro Universitário Unieuro-Brasília/DF
manoel_msc@yahoo.com.br

Resumo: Entre os fundamentos do Estado Democrático de Direito temos, entre muitos outros, a manutenção da ordem pública e o bem-estar coletivo. Neste intento, cabe à esfera da Segurança Pública, por intermédio de seus agentes, manter a ordem, competindo-lhe inclusive a repressão aos crimes. Os agentes de Segurança Pública detêm a prerrogativa de abordar os cidadãos nas ruas, implicando, em alguns momentos, restringir-lhes o uso e o gozo de bens e direitos, em prol do bem maior da sociedade. Assim a abordagem policial deve ser algo corriqueiro, ou, ao menos, deveria ser. Todavia, escapa ao nosso imaginário social o fato de que a abordagem policial é um ato administrativo preventivo de ordem estatal e, diante disso, o cidadão rebelar-se por meio do desacato, injuriando o agente público no exercício da função. Tal comportamento resulta de uma cultura que faz com que o cidadão abordado se sinta aviltado, por achar-se sob suspeita, o que na maioria dos casos não vem a ser fato. Por outro lado, há casos em que a polícia age de forma truculenta, ultrapassando os limites da abordagem legal, praticando crime de abuso de autoridade. O estudo dos fenômenos políticos interessa às Ciências Sociais quando se trata das relações de poder envolvendo o Estado e o cidadão. A acepção social de poder estatal consiste em um governo de “dar ordens” aos cidadãos, uma vez que há uma relação de Poder e sujeição entre o Estado (agente público) e a sociedade (cidadão). O “Poder do homem sobre o homem”, isto é, o “Poder de um homem sobre um outro homem” evidencia-se a partir de posições e/ou conhecimentos determinados de forma precedente. Há uma relação entre homens que se dá em razão de dependência, subordinação ou hierarquia, caracterizando-se, particularmente, pela existência de uma autoridade, que tem “Poder” prévio e pode exigir obediência, sujeição e submissão. Demonstra-se, desta forma, a relação entre policial e cidadão em momento de abordagem. O estudo ora proposto parte de algumas indagações. Que razões determinam a manutenção do crime de desacato na legislação brasileira, tendo em vista entendimento diverso da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e, neste caso, como se preservar a autoridade do policial e coibir as injúrias em abordagens? A partir de um conceito prático de desacato no contexto da Segurança Pública, face à realidade das abordagens, em que desacato se confunde com abuso de autoridade, seria possível a sua manutenção? Como evitar a prática arbitrária do abuso de autoridade? Destaca-se, sob a ótica comportamental, que uma parte dos brasileiros não utiliza a liberdade de expressão de forma ponderada, isto é,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

sem ultrapassar os limites hierárquicos exigidos na norma. Seria possível e desejável estabelecer padrões às ações policiais que não ferissem a liberdade de expressão? Diante destes questionamentos, pretende-se debater se o Brasil, considerando sua identidade cultural, está preparado para abolir o crime de desacato como proposto.

Palavras-chave: Identidade Cultural. Abolição. Desacato no Brasil.

Abstract: Among the basis of the Democratic State of Law, there is, among many others, the maintenance of public order and collective welfare. Thus, it is up to the Public Security, by their officials, to keep the order, as well as the crime repression. The Public Security officials have the prerogative to approach citizens on the streets, leading to, in such moments, to restrict the use and disposition of their properties and rights, in the benefit of the welfare of the society. This way, the police approach must be usual or, at least, should it be. Nevertheless, it is out of our social consciousness the fact that the police approach is a preventive administrative act from the state order, and, therefore, the citizen rebels himself through the act of contempt of authority, insulting the public official in the exercise of his duty. This behavior is the consequence of a culture that comprehend the approached citizen as a guilty person, for supposed being under suspicious, which is not every time a true sentence. On the other hand, there are situations that police react in truculent manners, passing through the limits of legal approach, resulting on the crime of abuse of power. The survey of political events interests to the Social Sciences when the topic is about the relations of power between the State and the citizen. The social meaning of state power consists in a government giving orders to the citizens, once there is a relation of power and submission between the State (public official) and the society (citizen). The “power of man over the man”, in other words, the “Power of a man over another man” become it clear from the positions and/or previous specifics knowledge. There is a relationship among men resulting of dependency, subordination or hierarchy, being marked, particularly, by the existence of an authority which has the previous “Power” and can demand obedience, subjection and submission. It shows, this way, the relation of police and citizen in the moment of the approach. The survey proposed starts from some questions. What reasons define the maintenance of the crime of contempt of authority in the Brazilian law, considering different understanding of the Inter-American Commission on Human Rights and, in that case, how to preserve the authority’s official and to prevent the insulting on the approaches? Starting of a practical concept of contempt of authority in the context of Public Security, against the reality of the approaches, which contempt can be mistaken as abuse of power, it would be possible its maintenance? How to avoid the arbitral practice of abuse of power? It is important to note that under a behavior point of view, some part of the Brazilians don’t use the freedom of speech in properly ways, in other words, without cross the hierarchical limits demanded in the law. Would it be possible and desired to stablish patterns to the police actions which don’t break the freedom of speech? From these questions, it is aim to discuss if Brazil, considering its cultural identity, is prepared to abolish the crime of contempt of authority as proposed.

Keywords: Cultural Identity. Abolishment. Contempt of authority in Brazil.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





Considerações iniciais

A República Federativa do Brasil se constitui em um Estado Democrático de Direito e, em que pese existirem discussões sobre a efetividade da democracia brasileira diante da “autoridade incômoda, confirmando nosso instinto horror às hierarquias” (HOLANDA, 1995, p. 171), um dos objetivos fundamentais estabelecidos na Constituição Federal é a promoção do bem-estar de todos. Nesse estreito, destaca-se a preservação da ordem pública nas ruas, uma vez que faz parte da vida social brasileira a circulação de pessoas entre casa-rua-casa. (DAMATTA, 1986, p. 15.)

Também estabelece a Constituição Federal que é dever do Estado organizar a Segurança Pública a fim de reprimir o crime nas ruas, por intermédio de seus agentes, os quais atuam em prol da sociedade no exercício do poder de polícia.

Nessa perspectiva, a abordagem policial se destaca como uma prática inerente à rotina da Segurança Pública e tem por desígnio prevenir a ocorrência de delitos e, sobretudo, proteger a sociedade brasileira dos perigos que as ruas podem oferecer.

Ressalte-se que o policiamento ostensivo é exercido pelos policiais militares e estes detêm a prerrogativa de abordar, quando necessário, os cidadãos nas ruas, implicando, em alguns momentos, restringir-lhes o uso e o gozo de bens e direitos, em prol do bem maior da sociedade, qual seja: a preservação da ordem pública.

Entretanto, escapa ao nosso imaginário social o fato de que a abordagem policial é tão somente um ato administrativo preventivo. E, nesse contexto, surge a curiosa discussão que motiva o presente trabalho: nem sempre o cidadão brasileiro aceita ser abordado.

Diante disso, discute-se neste trabalho, a relação entre policiais e cidadãos no ambiente das ruas, destacando na perspectiva de Norbert Elias a relação de pluralidade de pessoas na sociedade (ELIAS, 1994, p. 8.), bem como a estrutura emocional do homem em relação aos seus instintos (ELIAS, 1994, p. 189.) para então, atingirmos o ponto principal de debate que é: o crime de desacato deve ser mantido na legislação brasileira? Como se preservar a autoridade do policial e coibir as injúrias em abordagens? Como

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





evitar a prática arbitrária do abuso de autoridade? Destaca-se, sob a ótica comportamental, que uma parte dos brasileiros não utiliza a liberdade de expressão de forma ponderada, isto é, sem ultrapassar os limites hierárquicos exigidos na norma. Seria possível e desejável estabelecer padrões às ações policiais que não ferissem a liberdade de expressão? Diante destes questionamentos, pretende-se debater se o Brasil, considerando sua identidade social e cultural – processo civilizatório, está preparado para abolir o crime de desacato.

Rua: um lugar de movimento e pluralidade de pessoas, propício ao desacato

A rua é um ambiente de movimento, como um rio que se move a partir de grupos desarticulados, em que o tempo, corre, voa e passa (DAMATTA, 1986, p. 20.).

Com efeito, no âmbito da abordagem preventiva das ruas, os policiais militares quando abordam os cidadãos não os conhecem e, de fato, não sabem qual a sua procedência/origem, afinal, a rua é um espaço geográfico de desconhecimento peculiar em que as massas circulam e como bem compreende Elias tratar-se de local de “mera acumulação, coletânea somatória e desestruturada de muitas pessoas individuais” (ELIAS, 1994, p. 8.).

Sendo assim, “o policial imbuído de sua autoridade legal, que nos trata como coisas e como indivíduos sem nome nem face” (DAMATTA, *Op. cit.*, p. 20.), muitas vezes gera no cidadão a sensação de destrato, de abuso de autoridade, quando nem sempre o é.

Isso ocorre porque, no Brasil, vivencia-se cotidianamente a cultura do desconforto em abordagens policiais. É uma questão de identidade cultural em que o cidadão se sente ofendido – mesmo sem ter sido –, por achar-se sob suspeita.

Validamente, a polícia é uma instituição social específica (ELIAS, *Op. cit.*, p. 12.) que tem por finalidade a preservação da ordem. Diante disso, a formação policial para abordagem é severa e o procedimento dos agentes não são cordiais, afinal, como

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





mencionado acima, nas ruas as pessoas são desconhecidas e o perigo é comum e iminente. De fato, não se sabe quais as intenções de quem está sendo abordado.

Sendo assim, muitas vezes irresignado com a forma indiferente do policial, o cidadão falta com o respeito e pratica a injúria contra o agente de segurança pública, resultando deste modo, na ocorrência do desacato.

Vale mencionar que o desacato é um tipo de crime enumerado no Código Penal Brasileiro no capítulo específico dos Crimes contra a Administração Pública, disposto no artigo 331, descrito nos seguintes termos: “desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa”.

Destaca-se que o ato de desacatar significa faltar com o devido respeito a alguém; tratar com desconsideração; desrespeitar; opor-se abertamente a alguém ou algo; ter em pouca conta; desprezar.

Diante da literalidade do termo, compreende-se que a Administração Pública é o bem jurídico a ser protegido em primeiro lugar e o agente público ofendido é a vítima secundária. Depreende-se, portanto, que a intenção do legislador foi proteger, sobretudo, o Estado e o exercício da função pública.

E por que a rua é um lugar propício à ocorrência do desacato contra policiais? Porque as abordagens são feitas em policiamento ostensivo e porque a pluralidade de pessoas desconhecidas circula nas ruas (DAMATTA, 1986, p. 20.).

Nesse ponto, sobre o indivíduo devemos destacar a perspectiva de Norbert Elias sobre a forma que lhe é socialmente impressa, afinal, essa cultura impulsiva e de manifestações emocionais (desacato) influencia decisivamente no “funcionamento tanto da sociedade como dos indivíduos que a compõem” (ELIAS, 1994, p. 189.).

Desacato e a relação de poder entre policial e cidadão

O estudo sobre os fenômenos políticos interessa às ciências sociais quando se trata das relações de poder envolvendo o Estado e o cidadão.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





No Brasil, essas relações são ainda mais discutíveis quando se analisa o que as cercam, ou seja, o conjunto de valores, escolhas, ideais e classes sociais. De fato, a sociedade brasileira é diferenciada quando analisada sob a ótica estrutural das classes sociais, mas esse não é o foco deste trabalho.

A definição social de poder estatal consiste em um comando de dar ordens aos cidadãos, onde há uma relação de poder e sujeição entre Estado e a pluralidade de pessoas, ou seja, a sociedade. Desta forma, se o agente de polícia tem o poder de mando, então o cidadão tem o dever de obediência, uma vez que no Brasil, autoridade com poder estabelecido legitimamente pode exigir obediência, sujeição e submissão do seu subordinado.

Isto é o que chamamos de poder do homem sobre o homem, ou ainda, o poder de um homem sobre um outro homem que se evidencia a partir de posições ou de conhecimentos determinados de forma precedente.

Bobbio pondera que o poder sobre o homem não é o mesmo daquele sobre as coisas, sendo este importante para a análise do poder social, uma vez que pode se transformar em recurso capaz de exercer o poder sobre o homem:

Se o entendermos em sentido especificamente social, ou seja, na sua relação com a vida do homem em sociedade, o Poder torna-se mais preciso, e seu espaço conceptual pode ir desde a capacidade geral de agir, até à capacidade do homem em determinar o comportamento do homem: Poder do homem sobre o homem. O homem é não só o sujeito mas também o objeto do Poder social. E Poder social a capacidade que um pai tem para dar ordens a seus filhos ou a capacidade de um Governo de dar ordens aos cidadãos. [...]. (BOBBIO, 1998, p. 933.)

Assim, fica clara a relação entre homens que se dá por dependência, subordinação e/ou hierarquia, que aqui pode ser particularmente exemplificada pela relação entre policial e cidadão no momento da abordagem.

O que o Judiciário entende sobre o crime de desacato hoje?

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





O crime de desacato é tema da pauta de discussões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) há alguns anos. Compreende a Comissão que a criminalização do desacato viola os princípios democráticos e igualitários, pois protege demasiadamente os funcionários do Estado, desprestigiando o direito fundamental de liberdade de expressão, previsto no artigo 13 da Convenção Americana de Direitos Humanos – Pacto de São José da Costa Rica, o qual o Brasil é signatário.

Nesse contexto, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) recomenda a invalidação do desacato sob o argumento que sua criminalização viola a liberdade de expressão e, por isso, é contrária ao Estado Democrático de Direito. O Superior Tribunal de Justiça – STJ, inicialmente, decidiu conforme entendimento da CIDH, depois a Terceira Seção do mencionado Tribunal decidiu, por meio do Controle de Convencionalidade, que a manutenção do crime de desacato não prejudica a liberdade de expressão exercida sem exageros. Por fim, o Supremo Tribunal Federal – STF concordou que o desacato é compatível com a Constituição Federal de 1988 – CF e com a Convenção Americana de Direitos Humanos – CADH, mantendo-o aplicável e incidente no sistema penal brasileiro.

A partir desses recortes jurídicos, averiguamos que atualmente os Tribunais Superiores brasileiros são favoráveis a manutenção do desacato.

Contudo, apesar das respostas jurídicas, os problemas sociais levantados no início deste trabalho continuam sem respostas, uma vez que diversos aspectos continuam sem solução prática.

Quando o Poder Judiciário decide uma questão desta espécie não significa que as questões práticas estão resolvidas. De fato, o agente policial deve ter sua autoridade preservada, mas o desconforto do cidadão quando abordado não deve permanecer, sob pena de sempre surgirem iminentes conflitos dessa relação de poder que se perfaz nas ruas, entre o policial e o cidadão.

Ademais, a prática do abuso de autoridade deve ser vigiada e a violência policial punida. O respeito é para todos e, portanto, da mesma forma que o policial deve abordar

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná





com temperança, o cidadão deve aceitar a abordagem com resignação, haja vista que honestidade é espécie de qualidade que não está estampada na face.

Além disso, não é desconhecido que no Brasil a violência nas ruas tem índices significativos e, também por isso, a Segurança Pública tem por objetivo investir na fiscalização por meio do policiamento ostensivo.

Considerações Finais

Observa-se do presente estudo que o desacato ainda não pode ser descriminalizado por lei ou invalidado por meio de Controle de Convencionalidade, uma vez que a sociedade brasileira ainda não se encontra preparada para compreender que nas ruas o desconhecido é para todos, inclusive para o cidadão honesto, que não pretende praticar violência ou qualquer tipo outro de maldade.

Assim, compreendemos em Elias que o “processo civilizador” capaz de amadurecer a sociedade brasileira a ponto de permitir a convivência sem desacatar o policial, ainda demora a acontecer.

Ao considerar a identidade cultural brasileira, bem como as atuais questões sociais envolvendo violência entre policiais e populares, e ainda olhando para a história do Brasil, observamos que a análise que Elias fez sobre a pluralidade de indivíduos.

Portanto, com base nisto, podemos concluir que o crime de desacato deve ser mantido, pois não somente colabora para o bom funcionamento do Estado, mas também se constitui como importante instrumento de preservação da lisura da função da Segurança Pública de reprimir o crime nas ruas. Além disso, a aludida figura penal não tolhe o direito de liberdade de expressão, bem como não retira da cidadania o direito à livre manifestação, desde que exercida nos limites bem definidos, punindo-se os excessos. Quanto à prática arbitrária do abuso de autoridade, esse é tema que merece maiores delongas. Todavia, cumpre sublinhar que deve-se fiscalizar rigorosamente a ação da polícia nas ruas, bem como deve-se punir àqueles que praticarem o referido crime. De

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





fato, a própria sociedade tem se manifestado contrária à prática deste tipo e não aceita mais em silêncio determinadas ações policiais.

Diante da nossa identidade social e cultural, o Brasil não está preparado para a invalidade do crime de desacato, tampouco para sua descriminalização.

Referências bibliográficas

BITTENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal. 6ª ed. rev. e amp. v. 5. São Paulo: Saraiva, 2012.

BOBBIO, Norberto. Dicionário de política. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. Trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

BRASIL. STJ. Disponível em: <
http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Jurisprud%C3%A2ncia/Ac%C3%B3rd%C3%A3os-e-Decis%C3%B5es>. Acesso em: 03 mar 2017.

DAMATTA, Roberto Augusto. O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. O processo civilizador. Norbert Elias; tradução Ruy Jungman; revisão e apresentação, Renato Janine Ribeiro. 2. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 2v.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. O controle jurisdicional da convencionalidade das leis. 3ª ed. rev., atual. e amp. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

POCOCK, J. G. A. Linguagens do ideário político. Organização de Sergio Miceli; Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

RUSSOWSKY, Iris Saraiva. O controle de convencionalidade das leis: uma análise na esfera internacional e interna. Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena. Belo Horizonte: n. 2, v. XVIII, p. 61-98, 2012.

SIMON, Henrique Smidt. Sociedade e democracia: a solidariedade como característica do Estado Democrático. In Sociedade e diferença. Brasília: Casa das Musas, 2. ed. 2006.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

‘A CIVILIZAÇÃO DOS PAIS’: DIALOGANDO COM ELIAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE ADULTOS E CRIANÇAS

Claudemir Dantes

Doutorando em Educação FAED/UFGD.

Membro do GPEPC/Grupo de Pesquisa ‘Educação e Processo Civilizador’

E-mail: claudantes@gmail.com

Resumo: Este trabalho apresenta aspectos teóricos da pesquisa de doutorado em andamento, que investiga o lugar da criança como indivíduo e poder expresso nas relações que estabelece entre os seus pares e os adultos. Especificamente para este trabalho, nos propusemos a refletir sobre a infância, a criança e o processo civilizador, fundamentados na teoria elisiana, que por sua vez, apresenta uma profunda análise das relações sociais, nas quais também se inserem as crianças. As teorias permitem apresentar elementos que dão indícios de como as crianças foram ampliando seus espaços sociais de existência ao longo do tempo passando de “uma criatura impulsiva e desamparada” (ELIAS, 1994, p. 27), para um indivíduo competente que aprende rapidamente seu lugar no seu grupo social, tais espaços estão em constante ascensão e, por vezes, a criança está em lugares privilegiados de poder nas relações com os adultos. Fundamentado prioritariamente no texto *Civilização dos pais* (ELIAS, 2012), que aprofunda a discussão acerca das relações entre pais e filhos, esta pesquisa nos possibilita perceber que o processo civilizador inexoravelmente abrangeu as crianças e os modos como os adultos interagiam e interagem com as mesmas. No entanto e apesar disso, na relação entre pais e filhos, ainda permanece uma desigual distribuição dos gradientes de poder, especialmente no sentido de que os adultos dispõem de condições físicas e cognitivas, que as crianças em sua pouca idade, ainda não têm desenvolvidas. Portanto, o fato de perceber a criança como um ser frágil, indefeso e sempre numa posição desfavorável, na ‘*balança de poder*’, necessita ser discutida e ampliada. Elias admite ao longo deste texto o lugar da criança, apontando o forte gradiente de poder que ela exerce sobre seus pais desde o nascimento, assim se trata de um poder relacional e não se resume ao poder dos pais sobre filhos, mas majoritariamente entre adultos e crianças. Nas palavras de Elias (2012) os filhos, mesmo os recém-nascidos, exercem poder sobre os pais e a família, pois a partir de gritos, choros, balbucios são capazes de se comunicar e pedir auxílio. Especialmente em tempos mais atuais, o nascimento de um filho, muda toda a vida familiar e as dinâmicas dos adultos, pois estes têm que adaptar-se e reorganizar toda a vida e o cotidiano para cuidar e criar o rebento. Acreditamos que a teoria de Elias aponta elementos fundamentais para as reflexões sobre a infância, as crianças e as relações que elas constroem nas diferentes *figurações* das quais participam, além de ampliar os nossos conhecimentos sobre/para/com as crianças.

Palavras chave: Criança e Adulto. Infâncias. Processos civilizadores.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Abstract: This essay shows theoretical aspects of current doctoral research, which investigates the place of the child as an individual and expressed power in the relationships established between their peers and adults. Specifically for this work, we set out to reflect on childhood, the child and the civilizing process, based on the Elisian theory, which in turn presents a deep analysis of the social relations in which children also are involved. Theories allow us to present elements that give evidence of how children have been expanding their social spaces of existence over time from "an impulsive and helpless creature" (ELIAS 1994: 27) to a competent individual who quickly learns his place in their social group, such spaces are constantly rising and sometimes the child is in privileged places of power in relations with adults. As presented in the text Civilization of Parents (ELIAS, 2012), which deepens the discussion about parent-child relations, this research enables us to perceive that the civilizing process inexorably encompassed children and the ways adults interacted and interacted with them. Nevertheless, in the relationship between parents and children, there is still an uneven distribution of power gradients, especially in the sense that adults have the physical and cognitive conditions that children in their young age have not yet developed. Therefore, the fact of perceiving the child as a fragile, helpless and always unfavorable position, in the 'balance of power', needs to be discussed and broadened. Elias admits throughout the text the place of the child, pointing out the strong gradient of power that it exerts on its parents from the birth, so it is a relational power and it is not reduced to the power of the parents on children, but mainly between adults and children. In the words of Elijah (2012) children, even newborns, exert power over parents and family, for from cries, cries, babblings are able to communicate and ask for help. Especially in more modern times, the birth of a child changes the entire family life and the dynamics of adults, who have to adapt and reorganize all life and daily life to care for and create the child. We believe that Elias' theory points out fundamental elements for reflections on childhood, children and the relationships they construct in the different figurations in which they participate, in addition to expanding our knowledge about / towards / with the children.

Keywords: Child and Adult. Childhood. Civilizing processes.

A Infância é entendida como um período da vida da criança, que por séculos não foi evidenciado. Desde muito pequenas, em tempos anteriores não eram consideradas e, as maiores, assim que deixavam de “depende” de suas mães ou avós, eram inseridas nas relações sociais dos adultos, terminando por serem tratadas como “adultos” de pouca estatura e já se envolviam, ou eram envolvidas, em todas as atividades daquele grupo.

Um dos pesquisadores que se dedicou a estudar a história da criança foi Ariès (1981), destacando em sua tese que desde o século XIII já começaram a ocorrer mudanças nas formas de perceber as crianças, contudo apenas no século XVII que ocorreu o chamado “sentimento de infância”, que não significa, nas palavras do autor, “afeição

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





pelas crianças, mas corresponde à consciência da particularidade infantil. Essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem” (ARIÈS, 1981, p. 145)

Considerarei importante citar Ariès, uma vez que este historiador foi precursor, nos estudos sobre criança e infância, mas não poderia deixar destacar, que outros pesquisadores, em diferentes lugares e momentos históricos teceram diversas críticas a tese de Ariès (1981), dentre eles Khulmman Jr (2010), que apoiado em Riché e Bidon, afirma que o sentimento de infância não era inexistente em tempos mais antigos e apresenta evidências que comprovam tal fato.

Em decorrência das mudanças sociais na percepção sobre as crianças e o lugar socialmente ocupado por estas, de acordo com Borba (2005)

Os sociólogos voltaram sua atenção para as instâncias encarregadas do processo de socialização, concebido a partir de uma perspectiva estrutural-funcionalista que, seguindo a definição durkheimiana, encarava a criança como um objeto passivo de uma socialização regida por dispositivos institucionais como a escola, a família, a justiça. (p.27)

A pesquisadora explica que esse modo de tratar a infância e a criança, desencadeou um enorme e duradouro silenciamento, pois as crianças não estavam sendo protagonizadas, uma vez que outras instituições sociais se encarregavam do processo de socialização. Nesse caso, os pequenos aparecem de forma passiva, contrariando os princípios da sociologia da infância que hoje concebe a criança como um ser ativo e produtor de cultura.

A sociologia está preocupada com o indivíduo e seus processos de interação, de socialização, Borba (2005), dessa forma, além de Ariès (1981), que apresentou em sua tese, a infância como uma construção social, também outros trabalhos na França¹⁶⁰, tem contribuído para a percepção da importância da infância, como período da vida com

¹⁶⁰ Consultar Borba, Angela Meyer. Culturas da infância nos espaços-tempos do brincar: um estudo com crianças de 4-6 anos em instituição pública de educação infantil. 2005. Tese de doutorado



17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

características singulares e das crianças como indivíduos, não apenas produzidos pela cultura, mas também produtores desta, conforme Borba (2005)

Os sociólogos dedicados ao estudo da família organizaram um encontro em 1995, em Montreal, intitulado “Infância”, apontando que a leitura social da infância poderia propiciar a partir, de uma perspectiva comparativa internacional, um conhecimento aprofundado dos modos contrastantes de construção social da infância contemporânea. Surge a criança, como parceiro e ator na estrutura familiar. (p.28)

Partindo disso e, para não nos delongarmos, a literatura produzida nas últimas décadas, apresenta evidências da infância e das crianças como objeto de investigação e da sociologia da infância como campo do conhecimento, que não apenas se insere nos espaços da sociologia geral, como também se apresenta como campo profícuo, às pesquisas que considerem o protagonismo infantil.

No mais, de acordo com Nunes (2002)

Estudar a sociedade sem estudar as crianças dessa sociedade, resulta um estudo incompleto. As crianças vivem e se expressam dentro dos limites e até amplitudes que lhes são próprias e que em zonas de intersecção com os limites amplitudes de adulto, como qual convive. A criança não é uma versão reduzida do adulto, nem mesmo este é uma versão ampliada da criança. (p.275-276)

A citação reforça que a infância e as crianças são parte integrante e importante da sociedade. Caracterizando-se como grupo geracional, já que suas características são distintas das dos adultos. Na sequência de nosso texto, vamos pensar a criança a partir das contribuições de Norbert Elias (2012), mas fazendo um esforço na direção de perceber o lugar que essa criança ocupa como ator ativo no processo de interação social e, no caso, com os pais e outros adultos, e de como essa interação foi mudando ao longo da história.

Norbert Elias (2012), embora tenha atribuído o merecido valor à tese de Ariès (1981), observou que o sentimento de infância é construído de forma processual ao logo da história e que, portanto não pode ter ocorrido de forma pontual no século XVII. De

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





acordo com o sociólogo, o sentimento de infância está relacionado a um processo longo, que ainda hoje continua. Assim sendo, nos encontramos ainda em meio a esse processo que agora apresenta as crianças como um grande desafio para os pais, que estão constantemente tentando entendê-las e inseri-las socialmente, mas de modo que as mesmas tenham suas características infantis respeitadas.

É possível verificar que o movimento do processo civilizador inexoravelmente abrangeu as crianças e os modos como os adultos interagiam com as mesmas. De acordo com Elias (2012), as crianças desempenham funções para os pais e, para exemplificar, isso podemos verificar que muitas das famílias da antiguidade tinham muitos filhos, principalmente as camponesas; as crianças representavam mão de obra barata, por outro lado, era muito comum o infanticídio, que nada mais era que um controle de natalidade, já que não sabiam o que fazer com tantas crianças que nasciam demandando trabalho e atenção. Era comum naquele contexto, que as crianças fossem abandonadas nas ruas, montanha, prostíbulos, ou mesmo assassinada ao nascer, principalmente se fossem meninas. Não havia leis para punir tais práticas que acabavam culturalmente comumente sendo assimiladas e aceitas.

Outro aspecto interessante da relação doméstica entre adultos e crianças em séculos passados, refere-se a sexualidade, conforme Elias (2012) circulava (e ainda hoje também), socialmente uma idéia de que as crianças são seres angelicais, desprovidas de pecados e comportamentos, relacionados às temáticas sexuais, consideradas inadequadas socialmente. No entanto, tal fato era (e é) inverídico, pois as crianças não correspondem a essas características e, esse fato, talvez explique

Os castigos e as medidas tomadas para disciplinar as crianças eram particularmente severas deva-se a essas discrepâncias entre um ideal de criança socialmente aprovado – mas totalmente fantasioso, por um lado – e sua verdadeira natureza nada angelical, quase animal, do outro lado, mas em todo caso apaixonado e selvagem (ELIAS, 2012 p. 6)

Os castigos físicos eram muito comuns, como já apresentamos e um dos meios que poderiam estar sendo usados para coibir nas crianças e controlá-las relegando à

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





intimidade da vida privada qualquer comportamento que socialmente não fosse aceito. A propósito, do mesmo modo, houve mudanças processuais, no que tange ao espaço doméstico, no pelo fato das crianças fazerem suas necessidades fisiológicas na frente de outros adultos e crianças, mesmo fora de casa, tal comportamento fora afetado pelos sentimentos de pudor e vergonha e a expressão de tamanha intimidade, fora também relegado a espaços bem mais privados e individuais.

As mudanças na maneira de perceber e interagir com as crianças foram evoluindo processualmente ao longo dos séculos e, nesse sentido, trabalhos científicos como os de Freud, por exemplo, contribuíram para o entendimento do comportamento, das peculiaridades e capacidades infantis, no entanto apesar disso, no que se refere a relação entre pais e crianças, ainda há uma desigual distribuição de gradientes de poder, uma vez que

a relação entre pais e filhos é uma relação de dominação com uma balança de poder extremamente desigual. As crianças, no início, encontram-se completamente sob o julgo do poder dos pais. Mais especificamente, as oportunidades de poder dos pais são muito grandes se comparadas às oportunidades das crianças (ELIAS, 2012 p.3)

As relações entre adultos e crianças fora construída histórica e culturalmente, a partir da ordem de uns e da obediência de outros. De acordo como o sociólogo as crianças, ao nascerem necessitam dos adultos para sobreviver, portanto é possível perceber que a relação existente é desigual, uma vez que, indiscutivelmente, os adultos dispõem de condições físicas e cognitivas, que as crianças, em sua pouca idade, ainda não têm desenvolvidas.

O fato de perceber a criança como um ser frágil, indefeso e sempre numa posição desfavorável, no que se refere à balança de poder, merece ser discutida e o próprio Elias admitiu, que também a criança exerce forte poder sobre os pais (ELIAS, 2012), já que se trata de um poder relacional e que, portanto, não se resume ao poder dos pais para com os filhos. Nas palavras de autor, “normalmente os filhos, inclusive os recém-nascidos, também exercem um poder sobre os pais. Através de seus gritos podem pedir auxílio. Em muitos casos o nascimento de um filho obriga os pais a reorganizarem sua vida” (p.12).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Ainda sobre esse aspecto, as crianças embora possam despertar em algumas pessoas, carinho e afeição, numa relação de reciprocidade; noutras situações podem se comportar de modo instável, fazendo birras, gritando, brigando, mordendo e revelando um comportamento que, em certa medida, denota que não são tão frágeis, quanto se possa pensar.

Elias (2012) trata de deixar claro, no texto, que as relações entre adultos e crianças vêm se modificando e um dos elementos apontados está presente na vida cotidiana, no final do século XVI e século XVII. Ao perceber que as crianças diferenciavam-se dos adultos, perceberam também a necessidade de criar espaços na casa para atendê-las. As camadas mais abastadas da sociedade se mostraram preocupadas em construir quartos para os pequenos, enquanto que as famílias mais pobres não dispunham desse privilégio, pelo menos naquele momento histórico. “Como sempre, as transformações nos hábitos de moradia simbolizam, de maneira extraordinariamente plástica, as mudanças nas relações humanas, nesse caso, nas relações de pais e filhos”, conforme Elias (2012, p.18)

O autor trata essa mudança no comportamento dos grupos familiares, como um modo de afastar as crianças dos adultos e na modernidade, tal afastamento se torna bem mais visível, principalmente pela ampliação de instituições de atendimento, onde as crianças passavam (e passam) grande parte de seu dia, ampliando também sua teia de interdependências. A esse respeito e de acordo com Silva (2015), é possível, que ao começar a exercer influência sobre os pais, as crianças sejam um dos elementos que contribuiu (e contribui), para a descentralização do poder familiar.

Desse modo nos aponta Elias

O declínio paulatino das posturas de ostentação e os símbolos de respeito no trato das crianças com seus pais, certamente, é sintomático de uma redução da dominação paternal, ou seja, uma diminuição da desigualdade na relação entre pais e filhos. (ELIAS, 2012 p,38)

Detendo-nos um pouco mais, ao distanciamento das crianças para com os seus pais, a escola exerceu (e exerce) forte influência nesse processo, principalmente se

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





pensarmos que, em sociedades como a nossa, a escola ainda é considerada pela maioria das famílias como um meio de promoção da criança, ou seja, como uma forma de que a mesma tenha êxito na vida, o que obviamente merece ser questionado. Outro aspecto pode estar vinculado à necessidade dos pais, ou responsáveis terem que trabalhar, já que

Não somente os homens, mas também, em crescente medida, as mulheres se veem condenadas ao trabalho profissional fora de casa. Mais do que nunca, todos os membros da família tendem a ter uma vida individual que diz respeito somente a si mesmo, ou seja, tendem a assumir tarefas e estabelecer relações humanas independentemente dos demais membros da família (ELIAS, 2012 p.44)

O excerto nos mostra que também as relações entre os membros da família mudaram (e estão mudando), já que há um processo de individualização, que está muito presente, especialmente nos dias atuais.

O fato é que ao sair do ambiente familiar já pressupõe que as crianças deverão interagir tanto com outras crianças (no que se refere a escola), quanto com outros adultos (professoras/es e demais funcionários), desse modo e conforme Silva (2015), a relação entre adultos e crianças pode ser constituída de diversas formas, quase sempre tensas, dada a espontaneidade inerente às crianças, contudo dificilmente deixam de despertar nos adultos, afeições que desencadeiam relações de carinho e de afeto, que evidentemente aparecem também nas relações entre professores e crianças, no cotidiano das instituições de educação.

O fato de as crianças freqüentarem instituições de educação e, nesse texto, destaco as instituições de educação infantil, cada vez mais cedo, demonstra a importância da qualidade das relações entre adultos e crianças nesses ambientes. O que se agrava se refletirmos, sobre o fato de que em todos os espaços sociais as crianças estão aprendendo, socializando conhecimentos, como nos apresenta Sarat (2013 p. 2)

Os espaços de aprendizagem estão presentes nas relações estabelecidas entre adultos e crianças em todas as esferas da vida,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





seja na convivência cotidiana com familiares, amigos, parentela, nas instituições de formação para os pequenos, a chamada Educação Infantil, bem como em grupos comunitários, mídias e outros.

A pesquisadora fala da enorme teia de interdependência em que as crianças se inserem, e onde também aparece a educação infantil, que contribui inevitavelmente na formação da identidade das mesmas, considerando, de acordo com a DCNEI (2009), documento norteador de propostas pedagógicas para esse nível da educação no Brasil, as crianças são sujeitos históricos e que, com as mudanças sociais e culturais no modo de interação com as mesmas, passaram a ser também hoje, sujeitos com direitos assegurados por meio da legislação.

Sobre o aprendizado das crianças o documento citado aponta que aprendem basicamente, quando as brincadeiras e interações (Art. 9º) são colocadas como eixos norteadores de práticas pedagógicas. Desse modo, elas brincam, fantasiam, narram, contam recontam, levantam hipóteses, resolvem problemas, ampliando conhecimentos e construindo identidade pessoal e coletiva.

As brincadeiras também se constituem em atividades educacionais e de cuidado e devem estar na base do trabalho da Educação Infantil. De acordo com Kishimoto (2010, p. 1) “O brincar é uma ação livre, que surge a qualquer hora, iniciada e conduzida pelas crianças. Dá prazer, não exige como condição um produto final, relaxa, envolve, ensina regras, linguagens, desenvolve habilidades e introduz no mundo imaginário”. A pesquisadora atribui ao brincar uma importância significativa, haja vista as várias possibilidades de conhecimentos que podem ser problematizados pelo professor a partir das brincadeiras.

Apesar das orientações de clareza solar expressas nas DCNEI/2009, muitas/os professoras/o ocupam o tempo das crianças nos CEIMs, com atividades desprovidas de significado e que, além disso, podem ter um efeito ‘nocivo’, para a formação inicial das mesmas. Diante da pluralidade dessas ações, cito como exemplo atividades de cunho escolarizante, como as “pontilhadas e xerocopiadas”, que nada agregam ao conhecimento das crianças e quando oferecidas pela/o professora/o, ocupante de um lugar de sujeito, e

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





portanto de poder na vida dessas crianças, terminam sendo internalizadas pelas mesmas, que apenas as reproduzem, sem a possibilidade plena de desenvolvimento de autonomia e de aspectos de criticidade.

Sobre as relações de poder e, no que se refere a relação entre professora/o criança, é fato, que tal relação fora construída histórica e culturalmente, a partir da ordem de um e da obediência de outros e, pensando nas crianças pequenas da educação infantil, refletindo com Elias, elas necessitam dos adultos para sobreviver, já que algumas vêm para as instituições com 4 meses de vida, portanto é possível perceber que a relação de poder existente é bastante desigual, uma vez que, indiscutivelmente, os adultos dispõem de condições físicas e cognitivas, que as crianças, em sua pouca idade, ainda não têm desenvolvidas.

É necessário o exercício da reflexão sobre em que medida aquilo que é proposto pela professora/o, e tratado pela mesma com atividade pedagógica, pode estar impulsionando a formação de crianças sem autonomia, acríticas e passivas. Nesse caso, para tratar dessa temática terei também que pensar sobre a escola (no caso, o CEIM), e como essa instituição exerce forte relação de poder na vida de seus alunos, ou de suas crianças.

O currículo escolar apresentado às crianças expressa aspectos culturais acumulados pela humanidade, desse modo, a escola produz cultura a partir de aspectos pré-existentes, sendo então inegável que, ao pensar a figuração brasileira e o modo como esta se organiza, a escola, assim como as instituições de educação infantil, estão produzindo por meio de seus currículos e conteúdos, um comportamento, típico da educação brasileira, desde os jesuítas, ou seja, pensado e executado por um determinado grupo, e que processualmente vai “capturando almas” Boto (2010), civilizando indivíduos e modelando comportamentos.

Pensando no currículo interdisciplinar proposto pela DCNEI/2009, para a educação infantil, caso seja praticado, pode formar de maneira integral os indivíduos para as relações sociais e não unicamente para o capital, porém, o que se vê, na atualidade é que há um “aligeiramento” do processo de escolarização, mais especificamente de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





alfabetização das crianças na educação infantil, que objetiva a “preparação” para o ensino fundamental, que por sua vez, faz o mesmo em relação ao ensino médio e sucessivamente.

Esse apressado e precoce processo de alfabetização despreocupa-se com a formação do indivíduo para a vida, e com uma visão ampliada sobre esta e sobre o mundo, mas com “preparação” para o mercado de trabalho e a produção de bens e produtos, por meio de mão de obra barata e pouco questionadora.

Se considerado o momento em que a criança vive, a idade em que está há necessidade urgente de propostas curriculares que a aproximem de vivências e experiências prazerosas, dinâmicas, brincantes e lúdicas, porque desse modo, ela vai alargando sua capacidade crítica, o seu repertório cultural, artístico, estético, e a instituição de educação vai cumprindo com sua função social e de formação cidadã.

Ao pensarmos na relação adulto/criança e, no caso, professora criança, a partir das contribuições de Norbert Elias, constataremos que os gradientes de poder favorecem a professora de diversas formas em diversas circunstâncias, mesmo diante da instabilidade da balança de poder, que em alguns momentos pende favorecendo a criança.

Apesar da ampliação dos espaços sociais que vêm se maximizando desde o final século XVI, em pleno século XXI, passados centenas de anos, o poder de decisão ainda centra-se em grande medida nos adultos. O que é perfeitamente inteligível se considerado a responsabilidade legal, existente nessa relação. Contudo, as crianças podem ser ouvidas e sua opinião consideradas nas decisões, especialmente, quando tais decisões incidem na vida das mesmas.

Nas instituições de atendimento a criança pequena, o poder de decisão ainda centra-se exclusivamente no adulto professor/a, desse modo é ele/a quem determina quais e de que forma as crianças terão contato com conhecimentos definidos no currículo escolar, que por sua vez, desconsidera as práticas sociais das crianças e que, portanto, serão pouco significativos e vazios.

É possível pensar que o lugar de poder que a professora/o ocupa na vida escolar das crianças pode reverberar por toda a vida das mesmas, positiva ou negativamente. Ao ouvir os pequenos, possibilitar espaços de interação, fomentar atividades que estimulem

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





o pensamento, a criatividade, a autoria, as professoras estão incentivando a formação indivíduos com essas características e que, de certo modo, provavelmente construirão comportamentos similares durante suas vidas adultas.

Por outro lado, existe a possibilidade real de estigmatizar as crianças de tal forma, que a ruptura com o comportamento passivo e submisso, se torna um processo difícil e longo, onde nem todas conseguem sucesso. É perfeitamente perceptível, num contexto atual, onde os indivíduos assistem inertes a problemas sociais e principalmente políticos de toda ordem onde também se inserem sem reflexão crítica dessa realidade e na ausência total de atitudes de transformação.

Para finalizar esse texto, que apenas abre uma discussão um pouco maior. Ao pensarmos nas interações entre crianças/crianças e crianças/adultos, no cotidiano das instituições de educação infantil, podemos identificar, nas minúcias dessas relações tão específicas e particulares, aspectos de relações de poder e, muito embora, Norbert Elias não tenha se dedicado a estudar as crianças, nós hoje, as percebemos e as tratamos como indivíduos, que mesmo estando num processo inicial de construção de sua identidade, ocupam um lugar importante, no complexo mosaico das relações sociais, mas que ainda precisam ser mais protagonizadas nas relações, tendo a possibilidade de uma formação mais autônoma e crítica.

(...)

Referências bibliográficas

ARIÉS, Phelippe (1914-1984). História Social da Criança e da Família. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2011;

BORBA, A. M. Culturas da infância nos espaços-tempos do brincar: um estudo com crianças de 4-6 anos em instituição pública de educação infantil / Angela Meyer Borba. – 2005. Tese de doutorado;

BORBA, A. M. As culturas da infância nos espaços-tempos do brincar: estratégias de participação e construção da ordem social em um grupo de crianças de 4-6 anos. Disponível em:

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

<http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT07-2229--Int.pdf> acessado em 05/03/2018, as 00:54;

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: 2009.

ELIAS, Norbert. A civilização dos pais. Revista sociedade e Estado, Volume 27 número 3-setembro/dezembro, 2012;

KUHLMANN JR. Moysés. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação. 2010;

NUNES, Ângela. O lugar da criança nos estudos sobre sociedades indígenas. In: SILVA, Aracy Lopes da et al. (Orgs.). Crianças indígenas: ensaios antropológicos. São Paulo: Global, 2002.

SARAT, Magda. A Infância e a Formação Civilizada do Indivíduo em Norbert Elias. disponível em [http://www.uel.br/grupo estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais14/arquivos/textos/Mesa_Coordenada/Trabalhos_Completos/Magda_Sarat.pdf](http://www.uel.br/grupo_estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais14/arquivos/textos/Mesa_Coordenada/Trabalhos_Completos/Magda_Sarat.pdf) acessado em 23/02/108;

SILVA, Claudemir Dantes. Família e Educação Infantil: relações interdependentes. Dissertação de mestrado. Dourados: UFGD, 2015.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

COMPORTAMENTOS, VALORES E DEVERES DO HOMEM CIVILIZADO BRASILEIRO: UM ESTUDO A PARTIR DE LIVROS DIDÁTICOS DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA (1969-1985)

Daniele Cristina Frediani
Mestre em Educação - Universidade Estadual de Londrina (UEL)
frediani.daniele@yahoo.com.br

Fernanda Silva Camargo
Mestre em Educação - Universidade Estadual de Londrina (UEL)
fernandasilvacamargo24@gmail.com

Tony Honorato
Professor Dr. da Universidade Estadual de Londrina (UEL)
tonyhonoratu@gmail.com

Resumo: Nos anos que marcaram a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), o Brasil vivenciou um período de forte controle e coerção social. Esse momento de repressão e arbitrariedade foi incisivo no campo educacional, por meio da educação escolarizada pretendia-se fazer encucar comportamentos, deveres e costumes condizentes ao que se almejava por *modus vivendi* de uma sociedade civilizada. Sob os slogans de *País do Progresso* e *Pra Frente Brasil*, tencionava-se formar a personalidade do povo brasileiro em compatibilidade ao que grupos fortalecidos consideravam aprazível a um povo desenvolvido e ordeiro. Por meio do Decreto Lei nº 869/1969, foi incluída na grade curricular obrigatória do Sistema Educacional Brasileiro a disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC) em todos os níveis de ensino, essa teve o intuito de disseminar controles a serem interiorizados pela nova geração visando a formação de um padrão de conduta desejável ao Bom Cidadão Brasileiro. Ainda que tivesse assumido grande notoriedade nesse contexto, a Educação Moral e Cívica não se limitou unicamente ao contexto dos anos 1960-1980, enquanto prática educativa esteve presente ao longo de toda trajetória histórica da Educação Brasileira, conquanto foram nos anos endurecidos da Ditadura Civil-Militar que essa disciplina recebeu maiores holofotes representando um estratégia de controle psicossocial dos indivíduos através da circulação de um compilado de normas comportamentais explicitadas no formato de conteúdos didáticos. Tendo por fonte de pesquisa seis livros didáticos de EMC que estiveram em circulação no contexto da Ditadura Civil-Militar, sendo eles: Princípios de Educação Moral e Cívica, de Amaral Fontoura (1970); Educação Moral Cívica e Política, de Douglas Michalany (1970); Educação Moral e Cívica, de Felipe N. Moschini, Otto Costa e Victor Mussumeci; Educação Moral e Cívica, de Benedicto de Andrade (1971); Educação Moral e Cívica, de Theobaldo Miranda dos Santos (1974); e Atividades de Educação Moral e Cívica, de Siqueira Bertolin (1981); visamos na presente comunicação, analisar os códigos comportamentais presentes nesses manuais escolares que condiziam aos ideais de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Homem Civilizado Brasileiro. Para a realização dessa análise nos embasamos em concepções exponenciais de Norbert Elias, tais como: *habitus*, *configuração*, *estado*, *poder e processo civilizador* que nos auxiliaram na compreensão das tensões vivenciadas pela sociedade brasileira que legitimaram a exigência de um arcabouço de regras comportamentais impreteríveis a convivência humana nos anos de 1960-1980.

Palavras-chave: Educação Moral e Cívica; Homem Civilizado; Livro Didático; Ditadura Civil-Militar.

**BEHAVIOR, VALUES AND DUTIES OF THE BRAZILIAN CIVILIZED MAN:
A STUDY OF DIDACTIC BOOKS OF MORAL AND CIVIC EDUCATION
(1969-1985)**

Abstract: In the years that marked the Civil-Military Dictatorship (1964-1985), Brazil experienced a period of strong social control and coercion. This moment of repression and arbitrariness was incisive in the educational field, by means of the school education it was intended to instigate behaviors, duties and customs consistent with what was sought by *modus vivendi* of a civilized society. Under the slogans of Country of Progress and Towards Brazil, it was intended to form the personality of the Brazilian people in compatibility with what strengthened groups considered pleasant to a developed and orderly people. Through Decree Law n. 869/1969, the discipline of Moral and Civic Education (EMC) was included in the compulsory curriculum of the Brazilian Educational System at all levels of education, with the purpose of disseminating controls to be internalized by the new generation aiming at the formation of a pattern of conduct desirable to the Brazilian Good Citizen. Although Moral and Civic Education was not only limited to the context of the 1960s and 1980s, it was an educational practice that was present throughout the historical trajectory of Brazilian Education, although it was during the hardened years of the Civil-Military that this discipline received greater spotlight representing a strategy of psychosocial control of individuals through the circulation of a compilation of behavioral norms explicit in the format of didactic contents. As a research source, six EMC textbooks were circulated in the context of the Civil-Military Dictatorship, including: *Princípios de Educação Moral e Cívica*, de Amaral Fontoura (1970); *Educação Moral Cívica e Política*, de Douglas Michalany (1970); *Educação Moral e Cívica*, de Felipe N. Moschini, Otto Costa e Victor Mussumeci; *Educação Moral e Cívica*, de Benedicto de Andrade (1971); *Educação Moral e Cívica*, de Theobaldo Miranda dos Santos (1974); e *Atividades de Educação Moral e Cívica*, de Siqueira Bertolin (1981). We aim to analyze the behavioral codes present in these textbooks that corresponded to the ideals of Brazilian Civilized Man. In order to carry out this analysis, we rely on Norbert Elias' exponential conceptions, such as: *habitus*, *figuration*, *state*, *power* and *civilization process* that helped us to understand the tensions experienced by Brazilian society that legitimized the demand for a framework of human coexistence in the years 1960-1980.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Palavras-chave: Moral and Civic Education; Civilized Man; Textbook; Civil-Military Dictatorship.

Introdução

A Educação Moral e Cívica enquanto prática educativa esteve presente ao longo de toda trajetória da educação escolarizada brasileira, princípios de moralidade e civismo estiveram no topo das finalidades educativas e das aspirações governamentais inerentes ao papel da escola na formação do Homem Brasileiro. Enquanto disciplina escolar específica, a Educação Moral e Cívica (EMC) assumiu maior notoriedade nos anos endurecidos da Ditadura Civil-Militar, representando um importante veículo de difusão de padrões comportamentais e sentimentais considerados civilizados.

Por meio do Decreto Lei 869/69 a disciplina de Educação Moral e Cívica tornou-se obrigatória em todos os níveis de ensino das instituições públicas e privadas. No primeiro grau a disciplina assumiu a alcunha de Educação Moral e Cívica (EMC), no segundo grau por Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e no Ensino Superior por Estudos dos Problemas Brasileiros. O objetivo da disciplina era fortalecer o patriotismo e a preservação das tradições, despertar o sentimento de respeito às instituições e aos grandes vultos nacionais, fortalecer os valores com base na moral e no espírito religioso, aprimorar o caráter, valorizar a família e cumprir a lei.

Sabendo que as disciplinas escolares são construções sociais e políticas que carregam os anseios e propensões da sociedade vigente em que estão situadas (CHERVEL, 1990; JULIA, 2002; GOODSON, 2007; VIÑAO FRAGO, 2008), aventamos sinalizar que a disciplina de EMC pode ser considerada uma lente para se entender os ideais de homem brasileiro que estiveram em voga no contexto da ditadura civil-militar.

No presente trabalho delimitamos nosso olhar para seis livros didáticos da disciplina que nos serviram como fonte empírica de pesquisa, sendo eles: Princípios de Educação Moral e Cívica, de Amaral Fontoura (1970); Educação Moral Cívica e Política, de Douglas Michalany (1970); Educação Moral e Cívica, de Felipe N. Moschini, Otto

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Costa e Victor Mussumeci; Educação Moral e Cívica, de Benedicto de Andrade (1971); Educação Moral e Cívica, de Theobaldo Miranda dos Santos (1974); e Atividades de Educação Moral e Cívica, de Siqueira Bertolin (1981). Apoiando-nos em conceituações teóricas de Norbert Elias visamos por meio dos livros didáticos analisar quais eram os ideais de Homem Civilizados circulados por meio dos manuais da disciplina de EMC no contexto arbitrário da Ditadura Civil-Militar.

Ideais de Homem Civilizado veiculado nos livros didáticos de EMC analisados sob a lente eliasiana

A estrutura dos livros didáticos, seu corpo de conteúdos e suas finalidades de ensino estão intimamente ligados à auto-imagem idealizada que a sociedade tem de si, que são formadas conforme os tempos e os espaços em que estão situados. Ele apresenta uma sociedade idealizada, não como um mero espelho, mas com um ferramenta que modifica a “realidade para educar as novas gerações, fornecendo uma imagem deformada, esquematizada, modelada, freqüentemente de forma favorável” (CHOPPIN, 2004, p.557).

Os livros didáticos de EMC difundiam os valores, os comportamentos e os hábitos considerados imprescindíveis para a convivência social no contexto da Ditadura Civil-Militar, eles assumiram a função de serem propagadores dos códigos de condutas almejados pela elite dirigente. Esses manuais tinham a finalidade de adestrar os alunos dentro de um perfil psicossocial de Homem Civilizado Brasileiro. Pelo enfoque eliasiano podemos pensar que esses códigos comportamentais difundidos pelos livros didáticos de EMC estariam atrelados aos dispositivos para a convivência humana na sociedade brasileira. Esse “padrão de comportamento socialmente aceitável” (ELIAS, 1994, p. 76) estava disposto nos manuais por meio de conteúdos de ensino que previam a encucação de comportamentos e valores considerados pertinentes ao perfil de Bom Cidadão Brasileiro.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Os guias curriculares da disciplina expedidos pela Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) e pelo Conselho Federal de Educação (CFE)¹⁶¹, traziam em sua estruturação saberes/deveres para o bom *savoir vivre* da convivência humana brasileira. Assim, os brasileiros eram levados a incorporarem desde a mais tenra idade ao perfil ideal de Homem Civilizado Brasileiro transmitido pela sociedade através de dispositivos como a disciplina de EMC. Pelo ângulo eliasiano podemos pensar que a disciplina de EMC serviu para auxiliar na instilação do controle dos impulsos, pretendia-se por meio dela que a nova geração ao deter o autocontrole desenvolvesse uma “auto-supervisão automática das paixões” (ELIAS, 1993, p. 202).

Sabendo que os livros didáticos são objetos culturais que difundem às novas gerações “os saberes, as destrezas, indispensáveis para a perpetuação da sociedade” (CHOPPIN, 2000, p. 16), conjecturamos que os livros didáticos da EMC podem ser pensados como objetos culturais que propagaram em larga escala padrões comportamentais e sentimentais considerados legítimos ao Homem Civilizado Brasileiro e por esse motivo estiveram sob o olhar atento, vigilante e opressivo da elite dirigente brasileira. Para que circulassem nas escolas brasileiras, os livros didáticos de EMC precisariam ser aprovados da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC). Esse órgão além de fiscalizar e aprovar os livros didáticos de EMC, era responsável pela vigilância da moral e dos bons costumes nas múltiplas esferas nacionais, cabia a ela

- a) Articular-se com as autoridades civis e militares, de todos os níveis de governo, para implantação e manutenção da doutrina de Educação Moral e Cívica de acordo com os princípios estabelecidos no artigo 2º;
- b) Colaborar com o Conselho Federal de Educação, na elaboração de currículos e Programas de Educação Moral e Cívica;
- c) Colaborar com as organizações sindicais de todos os graus, para o desenvolvimento e intensificação de suas atividades relacionadas à Educação Moral e Cívica.

¹⁶¹ Os livros didáticos de EMC seguiam as prescrições dos “Subsídios para Currículos e Programas Básicos de Educação Moral e Cívica” criado pela CNMC, ou o “Programa Curricular da Disciplina de Educação Moral e Cívica” do CFE. Os dois programas tinham por finalidade a formação do cidadão apto ao desenvolvimento do país. Essa dualidade curricular em torno dos livros didáticos de EMC vigorou até a obliteração da disciplina (FILGUEIRAS, 2007).



- d) Influenciar e convocar à cooperação, para servir aos objetivos da Educação Moral e Cívica, as Instituições e órgãos formadores da opinião pública e de difusão cultural, inclusive jornais, revistas, teatros, cinemas, estações de rádio e de televisão, das entidades esportivas e de recreação, das entidades de classes e dos órgãos profissionais; e das empresas gráficas e de publicidade;
- e) Assessorar o Ministro de Estado na aprovação dos livros didáticos, sob o ponto de vista da moral e civismo, e colaborar com os demais órgãos do Ministério da Educação e Cultura, na execução das providencias e iniciativas que se fizerem necessárias, dentro do espírito deste Decreto-lei. (BRASIL, DECRETO-LEI nº 869/1969. Grifos nossos)

No corpo de conteúdos inscritos nos livros didáticos de EMC estavam presentes eixo de saberes que sustentavam a formação da personalidade do Homem Brasileiro, nessa direção analisamos como os manuais por meio de arcabouço de deveres, valores e bons comportamentos visavam homogeneizar os alunos dentro de um perfil comportamental legitimado. Para tanto valemo-nos dos conceitos basilares de psicogênese e sociogênese implantados por Norbert Elias, entendendo que as transformações que estiveram presentes nas estruturas sociais da sociedade brasileira no contexto da Ditadura Civil-Militar incorreram em mudanças na estrutura da personalidade dos indivíduos e vice-versa. Dessa forma analisar os valores, virtudes, bons hábitos e deveres presentes nos livros de EMC pode ser uma possibilidade para se verificar os padrões comportamentais e os códigos sentimentais tidos como civilizados naquele contexto.

Para que de fato o novo integrante da sociedade brasileira fosse incluído e aceito ao convívio social, inevitavelmente este precisaria se enquadrar e se adequar as exigências sociais desse grupo. Por meio do conceito de caráter nacional evidenciado por Norbert Elias (1997), podemos entender essa propensão que os membros de um determinado grupo em se adequar ao modo de vida coletivo e específica da sociedade na qual estão incluídos. Sendo herdeiros de um modo coletivo de auto-regulação os indivíduos são condicionados a se enquadrarem aos códigos e comportamentais e sentimentais da sociedade da qual fazem parte. Os livros didáticos de EMC transmitiam esse arcabouço

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





de preceitos para que a nova geração deveria seguir para se enquadrar ao modelo de Homem Civilizado preconizado.

Os valores, as virtudes e os bons costumes foram veiculados nos livros didáticos de EMC sob o formato de conteúdos disciplinares, esses saberes eram disseminados para os alunos no intuito de que estes pudessem incorporá-los e vivenciá-los em seu dia-a-dia, na ótica eliasiana podemos pensar que esses códigos de condutas que pretendia-se fazer internalizar pelos livros didáticos da disciplina de EMC tinham por finalidade fazer com que os novos membros da sociedade brasileira tivessem sua personalidade moldada em um processo quase involuntário de corporificação, interiorização de habitus.

Para Felipe N. Moschini, Otto Costa e Victor Mussumeci (1970), autores da obra *Moral e Civismo*, os deveres, os valores e os comportamentos polidos seriam requisitos indispensáveis a um membro de uma sociedade civilizada. Segundo os autores, o indivíduo cortês e civilizado seria inclinado pelo respeito a Deus e amor à Pátria, devoção aos grandes vultos nacionais, difundiria seus valores às novas gerações, seria grato pelo seu trabalho e respeitaria a hierarquia de seus superiores, preservaria sua saúde através de uma boa alimentação, higiene e prática de esportes físicos, seria hospitaleiro e receptivo, ufanaria as conquistas econômicas e belezas naturais da nação, seria consciente de seu passado histórico e valorizaria os “heróis” nacionais e teria por missão de vida auxiliar no desenvolvimento do país.

Pelo ângulo eliasiano, podemos pensar que por meio do Processo Civilizador, “percurso de aprendizagem involuntária pelo qual passa a humanidade” (ELIAS, 2002, p.36). Os membros de uma determinada sociedade disseminam sua herança comportamental e sentimental considerada civilizada para sua nova geração. Por meio dos saberes escolares presentes nos livros didáticos de EMC pretendia-se fazer controlar os afetos e pulsões dos alunos conforme “um modelo de civilização específico da sociedade, a fim de que pudessem conviver consigo mesmos e com os outros seres humanos” (ELIAS, 2002, p.36).

A disciplina de Educação Moral e Cívica tinha em suas bases filosóficas a prerrogativa de respeito e apreço às instituições. No contexto da Ditadura Civil-Militar as

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ





instituições sociais consideradas pela elite dirigente como responsáveis pela formação da personalidade do homem civilizado brasileiro eram: Escola, Família, Estado, Igreja e Forças Armadas. Essas instituições foram entendidas naquele momento como configurações sociais responsáveis pela disseminação de regras de civilidades com vistas a coagir os alunos conforme uma auto-imagem idealizada de Homem Brasileiro.

No período marcado pelo regime civil-militar essas instituições supracitadas se encontravam em posição de superioridade na balança de poder, de modo que, seus valores, preceitos, tradições e coações foram incluídos nos corpos de conteúdos da disciplina de EMC que correspondiam aos requisitos do ideal de Homem Civilizado Brasileiro. Sabendo que para Elias (1994), o poder é algo relacional que se encontra atrelado às dependências que os indivíduos possuem entre os outros indivíduos e seus grupos “podem reter ou monopolizar aquilo que outros necessitam, como por exemplo, comida, amor, segurança, conhecimento, etc.. Portanto, quanto maior as necessidades desses últimos, maior é a proporção de poder que detêm os primeiros” (p. 53). Assim os códigos comportamentais outorgadas por essas instituições com maior representatividade no contexto da Ditadura Civil-Militar estiveram marcados nas páginas dos livros de EMC por representarem as principais prescrições para o convívio humano na sociedade brasileira.

Aqui sinalizamos um exemplo extraído dos livros didáticos de EMC que demonstram como essas instituições sociais foram preconizadas no âmbito da formação do ideal de homem brasileiro:

[...] as instituições, isto é, os conjuntos de idéias, crenças e ações impostos pela sociedade a seus membros. As instituições são normas e diretrizes que orientam o comportamento dos indivíduos por meio de deveres e direitos [...] Em suma, podemos dizer que de um modo geral as instituições representam “tudo o que na sociedade, sobreviveu a toda espécie de mudança [...] Como toda sociedade civilizada, a sociedade brasileira possui como instituições mais importantes: a Família, o Estado, a Igreja, as Forças Armadas e as Instituições Culturais, da qual a Escola é a principal agência de transmissão (SANTOS, 1974, p. 44-45)

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





As instituições sociais, entendidas em nosso trabalho pelo ângulo eliasiano como configurações formadas por grupos de indivíduos que se encontram atrelados por teias de interdependência, tinham por finalidade enquadrar seus membros conforme um *modus vivendi* considerado civilizado, nos livros didáticos de EMC, essas instituições, tidas como instituições civilizadoras, veiculavam os dispositivos sociais para o enquadramento social da juventude.

Com a formação dos Estados, os indivíduos passaram a se enquadrar em um modo específico de comportamento humano, segundo Elias (1993) ao deterem a centralização de múltiplos monopólios como o controle da força física, o controle de impostos e o controle dos sentimentos, passaram a condicionar os indivíduos que se encontravam sob sua tutela em uma maneira semelhante de pensar e agir. Desse modo, podemos conjecturar que a disciplina de EMC, enquanto estratégia do Estado Brasileiro com vistas ao disciplinamento social da nova geração, pode ser considerada uma lente observável das tensões vivenciadas pela sociedade brasileira que culminaram na formação de um padrão legitimado de comportamento ideal do Homem Civilizado Brasileiro.

Considerações Finais

Os livros didáticos de Educação Moral e Cívica (EMC), no contexto da Ditadura Civil-Militar, tinham por finalidade disseminar padrões de civilidades à nova geração. Pretendia-se fazer encucar nos novos cidadãos brasileiros controles e comportamentos considerados típicos de uma sociedade civilizada. Sistematizados em conteúdos de ensino, os códigos comportamentais e sentimentais legitimados por setores fortalecidos da sociedade brasileira estiveram evidenciados nos livros didáticos de EMC.

Por meio de conceitos exponenciais propostos por Norbert Elias, buscamos identificar os preceitos de civilidade que foram disseminados nos livros didáticos de Educação Moral e Cívica sinalizando quais eram os ideais de Homem Civilizado que pretendiam-se disseminar através dos conteúdos de ensino presentes nos livros didáticos

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





de EMC. Tendo em vista que nossa delimitação temporal se concentrou do contexto da Ditadura Civil-Militar, período de forte controle e coerção por parte do governo no projeto editorial que engendrava os manuais, atentamos que os ideais de homem brasileiro apreendidos nos livros estava em consonância aos moldes estabelecidos pelos grupos com maiores gradientes de poder.

Por meio de nossas análises sobre os seis livros didáticos selecionados, apreendemos que os ideais de homem civilizado que estiveram em circulação condiziam ao arquétipo de cidadão resignado, trabalhador ordeiro, patriota, hospitaleiro, obediente às exigências governamentais, possuidor de bons hábitos, otimista com os progressos das nações, possuidor de valores e virtudes legitimadas pela sociedade, religioso, controlador de pulsões e instintos, membro de uma família unida pelo matrimônio, cumpridor de deveres e pagador de impostos.

Referências bibliográficas

CHERVEL, A. História das Disciplinas Escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Revista Teoria e Educação, Porto Alegre, v.2, 1990.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Educação e Pesquisa, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.

ELIAS, N. O processo civilizador: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. O processo civilizador: formação do Estado e civilização. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. Introdução à sociologia. Lisboa: Edições 70, 1980

_____. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

_____. A sociedade da corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. Escritos & ensaios. Vol. 1: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006. 238 p.

_____, Norbert; DUNNING, Eric. A busca da excitação. Lisboa: Memória e Sociedade, 1992.

GOODSON, I. F. Currículo: Teoria e História. Petrópolis: Vozes, 1995.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





_____. A Construção Social do Currículo. Lisboa: Educa, 1997.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. A Educação Moral e Cívica e sua produção didática. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

_____. Juliana Miranda. O livro didático de Educação Moral e Cívica na Ditadura de 1964: a Construção de uma Disciplina. Anais COLUBHE, UFU, 2007.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. Trad. de Gizele de Souza. Revista Brasileira de História da Educação. n.1, p. 09-43, Jan./jun., 2001.

VIÑAO FRAGO, A. A história das disciplinas escolares. Trad. Marina Fernandes Braga. Revista Brasileira de história da educação. n.18, p.173-205, Set./dez., 2008.

Fontes

Legislações

BRASIL. Decreto-Lei nº. 869, 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências.

Livros Didáticos de EMC

ANDRADE, Benedito de. 1971. Educação Moral e Cívica. São Paulo, Editora Atlas. Curso médio. 4ª edição Revista e aumentada.1971

FONTOURA, Amaral. Princípios de Educação Moral e Cívica. Editora Aurora, 1970.

MICHALANY, Douglas. Educação Moral e Cívica. Editora Michalany. 1970

MOSCHINI, Felipe N; COSTA, Otto; MUSSUMECI, Victor. Moral e Civismo. Editora Brasil EBSA, 1970.

SANTOS, Theobaldo Miranda dos. Educação Moral e Cívica. Companhia Editora Nacionais .1974

BERTOLIN, Rafael; SIQUEIRA, Antônio de. Atividades de Educação Moral e Cívica. IBEP, 1981.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

A TEORIA CONFIGURACIONAL DE NORBERT ELIAS COMO POSSIBILIDADE DE INVESTIGAÇÃO COM CRIANÇAS

Danielle Yates de Almeida Schulchaski
UFPR
schulchaskidanielle@gmail.com

Milena Liz de Oliveira
UFPR
milenaliz@gmail.com

Patricia Celli da Silva Ribeiro
UFPR
patycellipeda@hotmail.com

Resumo: O texto analisa a metodologia de pesquisa proposta por Norbert Elias a partir do tencionamento entre o campo de investigação com crianças e o modelo metodológico configuracional. Determina que o problema a ser abordado está presente nas análises sociológicas clássicas, ressaltando a necessidade de uma investigação baseada nas interdependências. Conclui que, no campo de pesquisa sobre a infância deve-se considerar a criança como parte das teias sociais e não como um vir a ser, como objeto deslocado de seu contexto, reconhecendo a interdependência como fator influenciador das representações das crianças.

Palavras-chaves: Interdependência. Infância. Metodologia

Abstract: This paper touches upon the role of schoolchildren in the family structure, based on the concepts of Norbert Elias's configuration theory and discussions in *The Civilization of Parents*. In this work, the author points out the complexity of the childhood constitution, discussing the power relations between parents and children as a field of exercise of power. The aspects discussed here are preliminary empirical data, with the aim of producing a discussion on the aspects that influence the production of meanings of childhoods, and how this has influence over the culture production and childhoods configurations.

Keywords: Childhood. Education. Networks of interdependence

Introdução

O presente artigo tem como objetivos realizar reflexões quanto a abordagem sociológica e a metodologia de pesquisa configuracional de Norbert Elias e tencionar o campo da investigação com crianças, a partir de suas vozes, apontando possíveis

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





aproximações com o modelo metodológico configuracional. Destacando elementos e caminhos possíveis na aproximação entre a metodologia configuracional e a pesquisa com crianças na contemporaneidade.

O posicionamento de Elias quanto à abordagem sociológica nega os modos reificantes de abordar e nomear as relações indivíduos e sociedade, classicamente baseada na dicotomia entre esses sujeitos. O autor propõe uma abordagem sociológica que supere esta estrutura de pensamento e significação e indica uma reorientação do conceito de sociedade numa abordagem mais realista, na qual, “as pessoas, através das suas disposições pessoais e inclinações básicas são orientadas umas para as outras e unidas umas às outras das mais diversas maneiras” (ELIAS, 2015, p.15). Essas diferentes relações estabelecidas constituem teias de interdependência ou configurações de muitos tipos.

Conceitos como indivíduo e sociedade não dizem respeito a dois objetos que existiriam separadamente, mas a aspectos diferentes, embora inseparáveis, dos mesmos seres humanos, e que ambos os aspectos (e os seres humanos em geral) habitualmente participam de uma transformação estrutural. (Elias, 1994, p. 220)

A teoria de Elias tem como foco as análises sociológicas na relação indivíduo e sociedade, negando tanto o estruturalismo quanto o individualismo, e compreendendo os indivíduos como plurais, que produzem e são produzidos nas mais variadas relações sociais. O conceito de configuração está relacionado às disposições culturais individuais e de grupos ligados a estruturas históricas, psicológicas e sociológicas anteriores. O que confere aos seres humanos um papel ativo em sua formação, destacando que o modo de vida, seja em grupos grandes ou pequenos, será também singular e co estabelecido pela transmissão histórica de conhecimentos de uma geração a outra. Ao passo que, ao se relacionar com o mundo simbólico de determinada configuração insere o singular nesta rede de interdependência, as forças até então conceitualizadas como forças sociais, “são de fato forças exercidas pelas pessoas, sobre outras pessoas e sobre elas próprias” (ELIAS, 2015, p.17).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Pode-se dizer que Norbert Elias utiliza o conceito de configuração como visão de mundo e coloca um desafio à sociologia: o de procurar compreender as configurações humanas, considerando as relações entre indivíduo e as redes de relações que ele estabelece, as singularidades individuais e as relações que estas estabelecem entre si em um contexto plural considerando a centralidade nas relações.

O estudo de uma configuração social não pode ser reduzido ao estudo de um elemento isoladamente: não basta a compreensão de aspectos do comportamento ou das ações das pessoas, individualmente consideradas, é preciso acenar para a interdependência, para as configurações que as pessoas estabelecem umas com as outras. Pensar as configurações implica na consideração da significatividade do reconhecimento das Interdependências, para identificar e compreender a complexidade das articulações humanas e da constituição das realidades sociais.

A interdependência é condição prévia para que se forme uma configuração, porém a relação interdependente pode ser entre aliados ou adversários, numa relação dinâmica, de equilíbrio flutuante característica de cada configuração. As configurações são notadamente complexas e chamam atenção para a interdependência das pessoas, e o que na realidade as une em configurações. As interdependências mudam à medida que as sociedades se tornam mais estratificadas e diferenciadas. A sociologia Elisiana é vinculada a conceitos dinâmicos. Esse posicionamento torna muito difícil qualquer tipo de vinculação metodológica e teórica direta entre as ciências naturais e as ciências sociais, assim, a busca por uma episteme de uma sociologia configuracional é fator essencial frente ao desafio de pensarmos as configurações.

Considerações sobre o método

Na obra *Os Estabelecidos e os Outsiders*, Elias tece considerações sobre o método e defende que métodos estatísticos sejam enriquecidos pela análise qualitativa quanto às certezas das configurações. Em seu modelo, observações preliminares, entrevistas, observações sistemáticas focadas em análise e sinopse das configurações são essenciais,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





ou seja, o seu método se refere: (a) observar e conceituar sistematicamente o modo como os indivíduos se agregam; (b) como e por que eles formam entre si uma dada configuração; (c) como e por que as configurações assim formadas se modificam e, em alguns casos, se desenvolvem.

O autor afirma que, “os modelos das configurações, dos padrões ou estruturas sociais podem ser tão precisos e fidedignos quanto, o resultado da mensuração quantitativa de fatores ou variáveis isolados” (ELIAS, 2000, p. 57), criticando o caráter de exatidão, atribuído às análises estatísticas. Apresenta além da sua perspectiva sobre a vida social e a própria sociologia, ferramentas para a abordagem sociológica, lançando mão de instrumentos como métodos estatísticos, entrevistas, imersão no campo através da observação participante e o refinamento ao observar e conceituar sistematicamente o modo como os indivíduos se agregam, “considerando olhar para além dos dados, os símbolos verbais, as palavras, pois, sem elas os dados emudecem” (ELIAS, 2000, p. 59).

A proximidade, ou imersão no campo das relações micro-cotidianas são pontos essenciais para busca da compreensão das redes interdependentes e configurações. A partir das relações baseadas no princípio da reciprocidade entre as dimensões simbólicas e materiais, que se dão também de forma processual, plural e lenta, possibilita a construção de análises empiricamente fundamentadas, que explicitam tanto as mudanças nas estruturas sociais quanto a direção de seu curso. Nessa perspectiva permite-se buscar a compreensão das dinâmicas e das disposições individuais que levam as pessoas a se unirem para formar uma sociedade.

Para Elias esse tipo de análise permite de forma estruturada descobrir os caminhos que levaram uma determinada figuração ao seu lugar atual, sendo possível nessa abordagem, compreender as verdadeiras origens de determinados problemas sociais e com tal consciência atuar positivamente nas suas soluções. A abordagem processual não se aplica apenas à sociedades situadas no passado, ela é igualmente válida para o estudo de processos contemporâneos.

O argumento teórico de Elias se relaciona aos fatos concretos que observa e neste sentido, POOLI (1998) a partir de Elias, argumenta que (a) a investigação social deve

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





considerar a autonomia relativa da sociedade, (b) através do estudo das interdependências, (c) manter contato estreito com resultados práticos.

O trabalho de campo realizado na cidade de Winston Parva, nome fictício atribuído a uma pequena cidade inglesa, embora apresentassem indicadores que caracterizariam-nas como homogênea quanto à renda, educação ou tipo de moradia, nas zonas 1, 2 e 3. Se considerados os dados quantitativos, porém, esta não era a percepção dos moradores que ali conviviam: eles apontavam para uma divisão de um grupo que tanto se percebia quanto era reconhecido como Estabelecido, e outro grupo como Outsider, “no caso das minorias de Winston Parva, como em muitos outros, a significação sociológica de modo algum era idêntica à significação estatística” (ELIAS, 2000, p.59) o que não permitia compreender as diferenças percebidas pelos moradores das três zonas.

As estatísticas, embora apontassem semelhanças, não permitiam o entendimento de como aquelas configurações funcionavam e afetavam as famílias. O mesmo ocorria em relação às diferenças apontadas estatisticamente entre as zonas, que indicava o par antiguidade e novidade, como elementos diferenciados nas entrevistas, porém foram nos discursos que o elemento status tornou-se aparente. No estudo citado, ao olhar para as configurações, indicadores novidade e antiguidade e na relação entre as diferentes realidades, fatores como coesão, anomia e status, foram identificados como elementos das relações. Assim como outro problema típico dos deslocamentos e mobilidade social, como o preconceito, que é comumente considerado isoladamente das configurações, como indica Elias:

Hoje em dia, é mais comum estudar o preconceito isoladamente. A configuração em que ele ocorre é comumente percebida apenas como pano de fundo. Em Winston Parva, ele foi encontrado como elemento integrante de uma determinada configuração. Essa diferença talvez ajude a ilustrar o que se pretende dizer com ‘abordagem configuracional’. Ela esclarece o caráter não examinado da seletividade e dos juízos de valor da maioria das atuais abordagens do preconceito que limita, seu interesse – sem dizer por quê- às crenças deturpadoras, aos esquemas de intriga e

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





às percepções das formações sociais mais poderosas, ambos de cunho profundamente afetivo, que são usadas para manter subjugadas ou afastadas as formações menos poderosas, com as quais as primeiras convivem em alguma forma de interdependência. Raramente se discutem ou chegam a ser concebidas como ‘preconceito’ as distorções e percepções não realistas correspondentes, encarnadas nas imagens que, por sua vez, os grupos relativamente menos poderosos fazem dos grupos estabelecidos. (ELIAS, 2000, p. 177)

Elias ressalta que na abordagem configuracional um dos desafios e caminhos metodológicos é a estreita ligação entre estudar os seres humanos em suas configurações, mantendo fora da pesquisa os juízos de valor, externos ao objeto de investigação. Trata-se de um desafio relevante, considerando que o investigador é parte das teias de interdependência, o autor então sugere que se partirmos do estudo da anomia o par inverso desta também seja foco de investigação. A meta de um estudo configuracional é explicar seres humanos em configurações, independente de sua bondade ou maldade, função ou disfunção, nomia ou anomia. Essa análise só faz sentido empírico se observada “em relação a”, um não existe sem o outro e para reconhecer isto há a necessidade de um exercício de distanciamento por parte do investigador.

O estudo em Winston Parva mostrou a teoria das configurações em ação, teve comprovação empírica o fato de que comunidades ou bairros são interdependentes, que não se pode deduzir o indivíduo de sua realidade, que é plural, e de um modo ou de outro são interdependentes. “O estudo mostrou o alcance e as limitações das opções que elas davam aos indivíduos que as compunham” (ELIAS, 2000, p.184), revelando que o argumento de que o indivíduo é livre não é factível, visto que as configurações limitam o âmbito de decisões do indivíduo em suas teias, ainda que o poder seja parte dos indivíduos e circulem nas teias por ser resultado das interdependências entre eles.

Pensar as relações de poder implica em abrir mão de valores preconcebidos sobre o exercício deste, e questionar numa perspectiva relacional processual sua prática e efeitos. Quando a característica processual da abordagem sociológica das configurações é salientada no campo da pesquisa, cabe ressaltar que não se trata de compreender apenas

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





do ponto de vista histórico os fatos que precederam o momento em que nos encontramos, mas sim tratar este numa perspectiva genealógica. Nessa perspectiva, Elias questiona as concepções que tentam compreender uma determinada configuração, observando a sociedade a partir de um conjunto de ideias, e não como a soma delas produzidas em determinado contexto histórico e social, passíveis de serem transformados e ressignificados.

Em Winston Parva, observou-se que alguns grupos monopolizaram formas de socialização, marginalizando e estigmatizando outros grupos tidos como inferiores por serem moradores mais recentes daquele contexto. Há assim, uma classificação das famílias que desempenhavam uma posição central nos setores da vida comunitária e influenciavam os membros das associações religiosas e políticas, desempenhando/determinando um papel no agrupamento das pessoas, seja em bares ou clubes, bem como no agrupamento dos adolescentes e nas escolas.

O poder é fruto das ligações entre os indivíduos e das suas ações a todo tempo, mantendo um equilíbrio instável de forças interdependentes, que se dá não apenas entre dominados e dominadores, mas também, entre familiares, vizinhos, e expresso nos agrupamentos, nas atividades de lazer, costumes, que se manifestam cotidianamente nas relações. As relações de poder assumem papel central na obra de Elias, e consequentemente em sua análise sociológica, referindo-se a diferentes fontes e manifestações de poder seja ele político, do conhecimento, econômico, simbólico que estão presentes e manifestos nas relações sociais.

Pesquisa com crianças

Pensar a pesquisa sociológica do ponto de vista das configurações é entender como uma estrutura de relações de poder entre indivíduos e seus grupos, influenciam as ideias de si e do outro, sendo estas introjetadas na psicogênese do indivíduo, posicionando-o nas teias. Analogamente podemos afirmar que as famílias de Winston Parva não se encontravam num vazio social, o que para a discussão aqui pretendida é de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





grande relevância, pois nas investigações com crianças precisamos considerá-las como parte de suas teias de interdependência.

Ao pesquisarmos crianças precisamos ir além das constatações e interpretações ditas autênticas por “dar voz às crianças”; é necessário explicarmos a complexidade e o caráter não normativo de suas vozes, visando compreender as redes de interdependência recíprocas em que vivem concretamente. Por meio desse modelo investigativo, há a possibilidade de evidenciar os processos e redes em que as crianças são sujeitos integrantes e se configuram. É de nosso interesse nesta discussão defender que as redes interdependentes nas quais as crianças tanto sofrem, como assumem ações que demonstram equilíbrios instáveis de poder, depende da cultura da qual fazem parte. Destaca-se assim, a importância de buscarmos uma metodologia baseada na empiria e na configuração como uma visão de mundo para compreendermos as configurações das infâncias.

Para COSTA (2008) com base em Elias, criança é sujeito social, inserida nas teias configuracionais e com participação no jogo de construção dos acontecimentos sociais, o que justifica considerar as produções do seu universo de representações e analisar suas formas de participação social. É essencial observar como as crianças atuam nas teias configuracionais, considerando a infância como uma categoria de pesquisa e por ser uma construção social constituída a partir das representações coletivas das crianças e suas interações nos diferentes contextos dos quais fazem parte.

O conceito de configurações da infância tem o objetivo de expressar que as crianças estão nas teias configuracionais da sociedade e que, a partir desta concepção, não é possível falar em inserção da criança na sociedade, mas sim das relações e ações estabelecidas com as crianças, para as crianças e entre as crianças, na rede de relações formadas pelos poderes e tensões, que constituem seus elos de interdependências. (COSTA, 2008, p.121)

ALANEN (1988) na pesquisa centrada na criança considera essencial estudar as estruturas de gerações que tratam de categorias da infância e da vida adulta, ligadas

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





numa interdependência nas relações de poder e nos processos sociais, políticos, culturais, econômicos.

Para COSTA (2008) o indivíduo tem sua existência marcada na relação com os outros, trazendo marcas da sociedade e constitui sua marca individual a partir das relações e dependências, e permite afirmar que é importante considerar, no estudo sobre as configurações das infâncias, além das interpretações, as formas pelas quais as crianças agem nas teias configuracionais da sociedade, sendo que,

Os processos que compõem as culturas nas infâncias, são circunscritos a uma dada época e local, desenvolvendo-se, também a longo prazo e relacionando-se diretamente aos processos civilizadores. (COSTA, 2008, p.72)

A forma como a infância se configurou na modernidade está relacionada com os preceitos e normas sociais que também configuraram a sociedade. As concepções de sociedade, indivíduo e relações sociais são preponderantes para a compreensão das configurações que se estabelecem na infância e de seus processos culturais, dos quais as crianças participam ativamente.

Considerações finais

Com base nos pressupostos sociológicos de Elias, observamos que para pesquisar as infâncias a partir das vozes das crianças devemos ir além das narrativas sobre seus cotidianos, ou da mera descrição destes, mas sim considerá-los a partir dos sentidos atribuídos às experiências das crianças, considerando as estruturas de poder que estão presentes nas relações que estabelecem.

A metodologia configuracional, por sua característica dinâmica e processual, permite a investigação sociológica das configurações em dado contexto que reconheça a interdependência como fator influenciador das representações das crianças nas suas relações inter e intrageracionais, sociais, econômicas, culturais, que influenciam nas ações cotidianas.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Acreditamos que a pesquisa pautada na metodologia processual figuracional de Elias, permita considerar a infância na contemporaneidade, à luz do significado de sociedade e indivíduos interdependentes, admitindo visualizá-las as infâncias e crianças a partir de interdependências, configuradas através de inúmeras cadeias invisíveis de relacionamentos.

Referências bibliográficas

ALANEN, Leena. Rethinking Childhood. *Acta Sociologica* 1988; 31; 53-67. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177%2F000169938803100105>. Acesso em: 18 jul. 2018

COSTA, M. R. da. As configurações das infâncias na periferia urbana: crianças, educação e processos culturais. 2008. 221 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/2/> Acesso em: 21 ago.2017.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. (vol. I)

ELIAS, Norbert. Os Estabelecidos e os Outsiders. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. Introdução à sociologia. Lisboa: Edições 70, 2015.

POOLI, João Paulo. Decifra-me ou te devoro: a excelência do objeto pela construção do argumento. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 23, n. 2, jul-dez/1998.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

A EDUCAÇÃO SANITÁRIA ESCOLAR NO ESPÍRITO SANTO EM MEADOS DA DÉCADA DE 1930: UMA EXTENSÃO DAS CADEIAS DE DEPENDÊNCIA RECÍPROCA PELA AMEAÇA DA DOENÇA

Deane Monteiro Vieira Costa
Instituto Federal do Espírito Santo – IFES/Campus Vila Velha
deane.costa@ifes.edu.br

Rafaelle Flaiman Lauff
Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação – Nucaphe
rafalauff@hotmail.com

Resumo: Analisa as prescrições do médico pediatra Mário Bossois Ribeiro, chefe do Serviço de Inspeção Médica e Educação Sanitária Escolar, no Estado do Espírito Santo, veiculados na *Revista de Educação*, impresso produzido e difundido entre 1934 a 1937. Nesse período, João Punaro Bley chefiava o Espírito Santo e, como militar, assumiu a política do Exército de controlar o sistema educacional e a imprensa, de modo a difundir uma mentalidade do ideal nacional. Tais recomendações podem ser vistas como uma política social em virtude do processo histórico da generalização da interdependência humana (ELIAS, 1993, 1994, 1997).

Palavras-Chave: Educação Sanitária. Cadeias de interdependência. Projeto civilizador.

Abstract: Analyzes the prescriptions of the pediatric doctor Mário Bossois Ribeiro, head of the Medical Inspection Service and School Sanitary Education, in the State of Espírito Santo, published in the *Revista de Educação*, produced between 1934 and 1937. During that period, João Punaro Bley headed the Holy Spirit and, as a military man, assumed the Army's policy of controlling the educational system and the press in order to spread a national ideal. Such recommendations can be seen as a social policy by virtue of the historical process of the generalization of human interdependence (ELIAS, 1993, 1994, 1997).

Keywords: Health Education. Chains of interdependence. Civilizing project.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





A imprensa capixaba como propagadora de ideais nacionais

No Espírito Santo, após a Revolução de 1930, João Punaro Bley, militar, assumiu a liderança no Estado como interventor federal e, junto com uma nova gestão administrativa, assumiu a política do Exército de controlar o sistema educacional e a imprensa, de modo a difundir uma mentalidade do ideal nacional.

A gestão chefiada por Bley procurou reduzir os gastos públicos tendo em vista a condição de endividamento que o Estado se encontrava. A área da educação foi afetada e buscou-se uma formação de professores com custos mais baixos. Para atender os ideais educacionais que circulavam no país naquele momento, optou-se por criar uma publicação periódica profissionalizante para os professores: a *Revista de Educação*. O impresso abarcava artigos cuja autoria pertencia, principalmente, dirigentes educacionais, inspetores de ensino e professores capixabas.

No pacote de iniciativas políticas para reformar a educação espírito-santense e propagar ideais, contava-se ainda com o Serviço de Educação pelo Rádio e Cinema Escolares (Serce), bandeirantismo e escotismo, a educação sanitária e a educação física.

A *Revista de Educação* foi produzida entre 1934 a 1937 pelo Serviço de Cooperação e Extensão Cultural (SCEC), instância do Departamento de Educação, o qual, por sua vez, pertencia à Secretaria de Educação e Saúde Pública espírito-santense (Sesp-ES). A secretaria também possuía o Departamento de Saúde, entretanto, a pasta da educação cuidou do Serviço de Inspeção Médica e Educação Sanitária Escolar (Simese). Faz-se necessário a compreensão dessas áreas que formavam essa secretaria regional, pois por elas podemos visualizar as prioridades para a educação naquele período. Nota-se que a educação sanitária fazia parte da pasta do ensino.

O SCEC foi criado antes do Governo Bley e sua função era promover as relações culturais entre a Sesp-ES e seus departamentos com as agremiações sociais e científicas e de propiciar mais condições de formação cultural entre os professores. Foi responsável pelas publicações impressas que difundiam as discussões teórico-pedagógicas: além da *Revista de Educação*, a seção de recortes de jornais e revistas sobre assuntos de cultura

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





geral; as *Bibliotecas Circulantes* e a *Biblioteca Irradiante*, com leituras voltadas para o magistério. Segundo João Punaro Bley (1935):

A formação profissional do professor tem sido objecto de serias cogitações por parte do Governo. Impossibilitado, por motivos superiores de criar um curso especial, nesse sentido, vem o Governo como medida inicial, mantendo, no Departamento de Ensino Público, uma biblioteca pedagógica e a “Revista de Educação”, ambas sob direção do Serviço de Cooperação e Extensão Cultural do citado Departamento. (BLEY, 1935, p. 10).

Uma rede de circulação de impressos foi instaurada para que pudesse trazer as discussões sobre métodos e processos contemporâneos de ensino aos docentes e, deste modo, também cumprir o papel de um curso especial para os professores. Além disso, ressaltaram-se princípios sobre a formação do “novo homem” para a edificar a Pátria brasileira.

No campo da história da educação, destaca-se o estudo da imprensa periódica especializada para a compreensão do percurso de constituição dos saberes pedagógicos. A análise dos textos publicados em um impresso possibilita conhecer concepções e aspectos das prescrições educativas, sejam elas políticas, sociais ou culturais, que naquele momento buscavam a edificação do sistema educacional. Segundo Carvalho (1998, p. 35) “[...] Essa modalidade de história cultural toma o impresso como objeto de investigação, em duplo sentido: como dispositivo de normatização pedagógica, mas também como suporte material das práticas escolares”.

Assim é nosso objetivo compreender: *De que forma essas prescrições de Educação Sanitária participavam de um projeto mais amplo pela ameaça da doença – que almejava a regeneração do povo capixaba e o desenvolvimento da Pátria – no qual a escola era almejada como importante mola propulsora de civilidade?*

A educação sanitária com programa de eugenia no Espírito Santo

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





No início do século XX, o campo educacional encontrou-se cercado de um grande entusiasmo, que pautava na escola o meio pelo qual se resolveriam os problemas sociais. Consolidava-se a crença de que a educação no Brasil deveria ser eficiente tanto no desenvolvimento intelectual como no desenvolvimento físico, a fim de atender às demandas do mundo do trabalho. Um forte discurso de eugenia tornava-se corrente, o qual almejava a regeneração da "raça brasileira" e que tinha a escola como importante propulsora.

A Plataforma da Aliança Liberal, de acordo com Horta (1994), colocava o problema da educação ao lado do problema da saúde, exigindo medidas de saneamento imediatas. Na posse do Governo Provisório, em 1930, Getúlio Vargas anunciou um programa de reconstrução nacional que incluía:

[...] a criação de um Ministério da Instrução e Saúde pública cujas tarefas seriam o saneamento moral e físico, através de uma “campanha sistemática de defesa social e educação sanitária” e a difusão intensiva do ensino público, através de um “sistema de estímulo e colaboração direta dos Estados” (Horta, 1994, p. 1).

Em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública (Mesp) no Brasil, formado por uma repartição central de estatística, por mais duas diretorias técnicas: de educação e outra de saúde e assistência médica e, além disso, por um órgão auxiliar, a Secretaria de Transportes e Obras.

As políticas para a educação capixaba na Gestão Bley priorizavam educação física, educação sanitária e escotismo escolar como elementos imprescindíveis para atingir o objetivo de regeneração da raça¹⁶². O objetivo da educação sanitária era conscientizar a população a respeito de noções básicas de higiene e prevenir doenças e epidemias, abordando a higiene corporal e advertência sobre vícios como conteúdos

¹⁶² Publicação dos seguintes decretos: Decreto n. 1366, de 26 de junho de 1930, criou a Inspetoria de Educação Física; Decreto n. 4.012, de 21 de agosto de 1933, criou o Serviço de Inspeção Médica e Educação Sanitária Escolar, Decreto n. 4259, de 19 de novembro de 1933, instituiu o Bandeirantismo Escolar.



essenciais no currículo escolar. Considerando-se o processo de industrialização brasileiro, a ideia de que um indivíduo saudável seria mais produtivo ganhou força.

Além do mais, inúmeras doenças afligiam a população brasileira. Nas estatísticas, a grande incidência de lepra e os altos índices de mortalidade infantil preocupavam. Os gestores públicos argumentavam falta de recursos para amparar toda a população em dispensários, hospitais, leitos, etc. As condições precárias da maioria da população no país demandavam a necessidade de conscientização a respeito de higiene, prevenção e cuidados de doenças.

A obra da educação sanitária, incentivada pela Associação Brasileira de Educação (ABE), apoiava-se em justificativas do ideal eugênico de formar uma “raça brasileira” forte. A ABE recomendava ainda a preparação dos professores para esse fim. A doutrina médico-higienista, segundo Gondra (2000), “[...] queria pôr fim aos semblantes plácidos, descarnados, contristados e sem expressão [...]” (GONDRA, 2000, p. 535-536).

A instituição da educação sanitária nas escolas atendia a um projeto de modernização da cultura e do ensino capixaba, de maneira a acompanhar o movimento educacional brasileiro. Porém não se deve ignorar que a Educação Sanitária estava dentro das pastas do Governo Bley e que participava de um projeto ideológico nacional de eugenia da raça brasileira.

A atuação do serviço de inspeção médica e educação sanitária escolar segundo Mário Bossois Ribeiro

Mário Bossois Ribeiro (1934), pediatra espírito-santense, foi ao Rio de Janeiro e à Belo Horizonte estudar as organizações do serviço de inspeção médica escolar daquelas regiões a fim de que pudesse orientar essa atividade no Espírito Santo. O Simese, liderado por Ribeiro, instituiu a formação de educadoras sanitárias escolares para atuarem nas escolas capixabas, mas com base no curso de educação sanitária escolar paulista, o primeiro criado no País. Ribeiro (1934) vangloriava-se que o Espírito Santo foi o segundo no Brasil a criar esse tipo de curso.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





A formação de educadores sanitários escolares foi inaugurada no dia 2 de janeiro de 1934, na Escola Normal Pedro II em Vitória, com a presença do interventor federal Punaro Bley e outras autoridades espírito-santenses (CURSO DE EDUCAÇÃO..., 1933, p. 1).

A instrução voltava-se para o magistério do curso normal da capital, mas também abria inscrição para professores que tivessem feito o ensino normal em outras instituições. Para se inscrever as candidatas que não fossem normalistas da EN Pedro II necessitavam preencher os seguintes requisitos:

- a) Ser diplomado por Escola Normal do Estado ou outra instituição congênere;
- b) Estar o candidato imunizado contra a variola e a febre tiphoyde, segundo atestado fornecido pelo Departamento de Saude Publica;
- c) Ter excelente e optima robustez physica comprovada em rigorosa inspecção de saúde feita nos termos do decreto n. 4.012 de 23 de agosto de 1933;
- d) Ter idade inferior a 35 e superior a 18 anos (DEPARTAMENTO DE ENSINO PÚBLICO, p. 1, 1935).

Ao observar as exigências para se tornar uma educadora sanitária escolar, porque seria exigido de ter excelente e ótima robustez física? Poderia ser um tipo de formadora que representaria a raça forte, a qual se desejava formar naquele momento? Outra questão seria a imposição da idade entre 18 e 35 anos: lembram premissas militares, que costumeiramente fazem esse tipo de condição para que algum candidato adentre a carreira.

O curso de educação sanitária escolar aconteceu em um período de 6 meses e formou 21 professoras, das quais apenas doze começaram a atuar logo após a formatura

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





no Estado: cinco na Capital, três em Cachoeiro de Itapemirim, duas em Alegre e duas em Colatina (RIBEIRO, 1934).

Combater as doenças oferecia um campo enorme para a atuação dos médicos junto ao professorado local que, no contexto do curso de educação sanitária, propuseram medidas de ordenamento do espaço e “purificação” do meio que conduziram a sociedade local, tanto na orientação da vida privada dos indivíduos quanto na vida pública das coletividades, afinados com a missão educativa do Estado.

Com esse currículo “praticado”, acreditava-se que, progressivamente, a as novas formas de relações humanas acarretariam uma mudança mais importante, a valorização da “compulsão de policiar o próprio comportamento”, ou seja, o aumento da importância do controle do indivíduo sobre os seus próprios atos sociais, o autocontrole, em detrimento de outras formas de controle social (COSTA, 2016). De acordo com Elias (1994, p. 198)

A moderação das emoções espontâneas, o controle dos sentimentos, a ampliação do espaço mental além do momento presente, levando em conta o passado e o futuro, o hábito de ligar os fatos em cadeias de causa e efeito – todos estes são distintos aspectos da mesma transformação da conduta, que necessariamente ocorre com a monopolização da violência física e a extensão das cadeias da ação e interdependência social. Ocorre uma mudança ‘civilizadora’ do comportamento.

Essa mudança “civilizadora” do comportamento se deu com o crescimento da interdependência humana, a partir dos processos de industrialização, urbanização e crescimento populacional com seus elos de intensificação da dependência mútua. Para Hochman (1998), essa dependência coletiva promoveu o abandono gradual das soluções individuais e potencializou as decisões de “custos de interdependência”. Uma dessas decisões foi o combate “[...] das doenças, em especial quando se apresentava à sociedade sob a forma epidêmica” (1998, p. 51). Assim, a doença acabara “[...] por igualar e conectar todos os seres humanos e suas comunidades, em uma ampla cadeia de mútua dependência” (HOCHMAN, 1998, p. 50).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





Desse modo, a própria formação de uma comunidade nacional “[...] está associada à extensão das cadeias de dependência recíproca”. Assim, os elos de interdependência que fundariam a necessidade da coletivização do cuidado:

[...] com os pobres, destituídos, desnutridos, doentes, iletrados ou quaisquer outros indivíduos que sofram adversidades temporárias ou permanentes, são os efeitos externos ou externalidades. Ou seja, as consequências indiretas das deficiências e adversidades de uns indivíduos sobre outros, que são imediatamente atingidos, apesar de não sofrerem dos mesmos problemas. Por exemplo, a ameaça da doença, do crime, da improdutividade e da rebelião causada pela pobreza e pela destituição de alguns, sobre os membros da sociedade (HOCHMAN, 1998, p. 25).

Nesse sentido, a preocupação dos ricos e sadios

[...] para com os menos afortunados e doentes e a decisão de agir para combater esse estado de coisas não derivariam apenas de uma concepção ética e moral, **mas principalmente, da percepção de que a ameaça da doença os tornara solidários e reorganizava a sociedade, certamente, a contragosto, para muitos.** Definitivamente, as elites percebiam que tinham perdido a sua imunidade social, diante de um problema do qual dificilmente alguém poderia se eximir. Nesse sentido, a consciência social das elites corresponderia à percepção de que não estavam mais isentas dos efeitos negativos produzidos pelos membros menos afortunados da sociedade (HOCHMAN, 1998, p. 51, grifo nosso).

As educadoras sanitárias ensinavam noções de puericultura aos alunos do quarto ano primário. Ribeiro (1934) exemplifica alguns dos saberes ministrados por essas professoras: como evitar a oftalmia nos recém-nascidos; alimentação para bebês; como dar banho; o surgimento dos primeiros dentes.

O Simese organizou ainda o Serviço de Assistência Dentária Escolar, com a instalação de gabinetes para atuação de dentistas nas escolas espírito-santenses. Naquele

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





ano haviam dois gabinetes na Capital, um no Grupo Escolar Padre Anchieta e um no Grupo Escolar Vasco Coutinho. Para cada um, dois dentistas faziam o atendimento aos estudantes. No interior do Estado foram instalados gabinetes nos grupos escolares de Castelo e de Cachoeiro de Itapemirim e haviam planos para inaugurar o serviço dentário escolar nas cidades de Alegre, Colatina, Muqui, João Pessoa, São Mateus, Calçado e Siqueira Campos (RIBEIRO, 1934).

Desse modo, a escola foi o meio pelo qual buscou-se alcançar os menos afortunados e doentes e a formação de professores para esse fim indica a incumbência atribuída a esse profissional: aquele que promoveria a “mudança civilizadora no comportamento” da sociedade brasileira.

Considerações Finais

Tais recomendações e prescrições podem ser vistas como uma política social em virtude do processo histórico da generalização da interdependência humana, resultantes do fortalecimento dos Estados nacionais e pelo avanço da urbanização e do capitalismo (ELIAS, 1993, 1994, 1997). Sendo assim, a formação e o fortalecimento de uma comunidade nacional estão associados à extensão das cadeias de dependências recíprocas.

O surgimento da consciência social por meio da ameaça das doenças, deficiências e adversidades que podiam acometer tanto à elite quanto os mais pobres, produziu a necessidade de ações de sociabilidade baseadas nas noções básicas de higiene, saúde e bem-estar de sua população. Assim, a incorporação dessa disciplina no meio escolar capixaba, contribuiu para atender a “necessidade urgente” de se conscientizar a população ignorante, pobre, desnutrida, iletrada a respeito de noções de saúde. Contudo, a *Educação Sanitária* participava de um projeto mais amplo o de uma educação integral – desenvolvimento físico, moral e intelectual do ser humano – que almejava a regeneração da raça brasileira e o desenvolvimento da Pátria, no qual a escola era almejada como importante mola propulsora de civilidade. Em suma, civilização significa, entre outras coisas, uma mudança no patamar de controle das condutas e emoções, no sentido de que

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





o homem, e as sociedades por ele formadas, presos por cadeias de interdependência, produzem múltiplas figurações e contextos funcionais e que, no jogo das figurações, sofrem coerções impostas por suas estratégias (ELIAS, 1993).

Referências bibliográficas

- CARVALHO, M. M. C. de. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, 2., 1998, São Paulo. Anais... São Paulo, 1998. p. 31-40.
- COSTA, D. M. V. A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos no Brasil e no Estado do Espírito Santo (1947-1963): um projeto civilizador. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016.
- ELIAS, N. O processo civilizador: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- ELIAS, N. O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- ELIAS, N. Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- FARIA FILHO, L. M.; V., C. G. (org.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 519-550.
- GONDRA, J.G. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira;
- HOCHMAN, G. A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: Hucitec / Anpocs, 1998.
- HORTA, J. S. B. 1994. O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Fontes

- BLEY, João Punaro. 1935. Ensino publico. Revista de Educação, Vitória, anno 2, n. 14, p. 5-10, maio.
- CURSO DE EDUCAÇÃO sanitária escolar. Diário da Manhã, Vitória, ano XXVII, n. 2598, p. 1, 31 dez.1933.
- DEPARTAMENTO DE ENSINO PÚBLICO. Diário da Manhã, Vitória, ano XXVIII, n. 2920, p. 1, 7 fev.1935.
- RIBEIRO, M. B. A inspecção medica e a educação sanitaria escolar do Espírito Santo. Revista de Educação, Vitória, anno 1, n. 7-8, p. 35-40, out.-nov. 1934.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

A VIOLÊNCIA NAS COMEMORAÇÕES NO FUTEBOL BRASILEIRO DA FESTIVIDADE À PAIXÃO PERIGOSA

Dtda. Deyliane Aparecida de Almeida Pereira

Dra. Marizabel Kowalski

Grdo. Pedro Milagres

Resumo: O estudo objetiva refletir o futebol como fenômeno esportivo de emoções perigosas que induzem indivíduos e grupos a arriscarem suas vidas no mascaramento da festividade. Metodologicamente nos organizamos em dois momentos: primeiro a fundamentação da teoria da emoção e da paixão aborda as ações violentas dos torcedores em função de sentimentos decorridos pelo time de futebol. Segundo, estabelecemos as relações entre paixão e ódio - poder e violência e a repercussão no comportamento violento dos torcedores. Concluimos que o futebol é capaz de provocar mudanças de comportamento nos indivíduos envolvidos pela excitação e a emoção proveniente da derrota e da vitória de seus times.

Palavras-Chave: futebol; fãs; violência.

THE VIOLENCE OF THE FANS OF BRAZILIANS SOCCER FROM FESTIVITY TO THE DANGEROUS PASSION

The study aims to reflect the soccer as sporting phenomenon of dangerous emotions that induce individuals and groups to risking their lives in the masking of festivity.. Methodologically we organized the study in two times: first from the rationale of the theory of emotion and passion we discuss the violent actions of fans in function of feelings within the soccer team. Second, we have established relationships between passion and hatred-power and violence and the impact on violent behavior of the fans. We concludes that soccer is able to induce behavior change in individuals involved by the excitement and the thrill of defeat and victory understanding complex and variable mixture of rational and irrational behaviors.

Keywords: Soccer. Fans. Violence.

INTRODUÇÃO

O centro deste ensaio é o poder que a celebração possui quando instaura a festividade. Para a teoria crítica da festividade temos como referencia Manuel Delgado

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





(1994, p. 28) onde cita que “(...) é no provável fato da celebração que mais cedo ou mais tarde sempre aparece a vítima” - a análise contradiz a festa quando na dispersão da alegria submete a celebração à violência. Arriscamos aqui a cruzar a fronteira entre a tragédia festiva para a imersão do funeral – a paixão. A celebração esportiva – na vitória e na derrota do time – se afirma na paixão e no perigo quando acaba em violência.

O objeto de estudo é o fenômeno esportivo como uma emoção perigosa que induz indivíduos e grupos a arriscarem suas vidas, ou seja, a emoção levada ao extremo pode ser violenta na movimentação da massa humana na busca da excitação no lazer esportivo investigando a relação da festividade com a violência. A insurreição da festividade no ímpeto do acontecimento do fato violento e sem controle na comemoração esportiva emerge o fio ontológico do poder na relação com a celebração na alegria e a usurpação do direito à violência quando Ortega (1997, p. 69) afirma que “a violência não poderia nunca parar de ser festiva”. Para além de tentar atribuir à violência uma protagonização causal do festual, a celebração adquire sentido como produto da ordem circular constante da sociedade. “A violência vê a celebração como mercadoria e festiva o pudor residente na violentação hipotética da própria festividade” (ORTEGA, 1997, p. 71).

Metodologicamente, o estudo está organizado em dois momentos: partimos das teorias da emoção para compreendermos a paixão nas ações violentas dos torcedores em função de sentimentos decorridos do jogo de futebol. Em seguida, buscamos estabelecer relações entre paixão e ira - poder e violência e sua repercussão no comportamento violento de torcedores que frequentam os estádios ancorados em Arendt (1994) e, Elias e Dunning (1992).

A VIOLÊNCIA FESTIVA

Na análise sacramental da violência como prática da celebração social no acontecimento em Vitoria de Zaragoza/Tárrega, Delgado é enfático quando afirma que “a violência não poderia parar de ser festiva” (ORTEGA, 1997, p. 69). Essa afirmação vai além de tentar atribuir à violência um valor puramente anedótico dentro da coisa festiva. O ato em si

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





suporia o protagonismo causal dentro do universo festual que a celebração adquire na produtividade da violência grupal. A violência seria a mercadoria da celebração festiva, a violação do silêncio que explora a averbação da força moral e física se colocando a frente da violentação hipotética da festividade.

A partir da investigação instigante e demolidora Jean Baudrillard (1992, p. 130) afirma que não há poder, não há saber que sobreviva ao efeito corrosivo dessa atuação espetacular das massas. A maioria silenciosa e as massas, são resistentes a qualquer forma de organização social total e planejada, “(...) não hesitam em trocar uma manifestação política importante por um jogo de futebol na televisão; matam-se como moscas em guerras cujos objetivos simplesmente não lhes interessam e acompanham emocionados os deslocamentos de uma família da realeza” (BAUDRILLARD, 1992, p. 133).

Por esta razão, falar da violência festiva é falar do efeito que produz as práticas esportivas como o futebol, a modificação absoluta das condições contundentes do espaço social. A operação da subversão do absoluto, não somente dos comportamentos dos indivíduos exercitantes de suas práticas, mas também do arranjo físico do espaço festivo. A conceitualização fenomenológica apropriada de aceitabilidade extremamente frágil é o nível do desregramento latente que pode explodir em qualquer instante do evento festivo na agressividade da emergência dissidente.

Em *O Discurso do Ódio* com lucidez e capacidade de previsão que chegam a incomodar, o polêmico pensador francês Glucksmann (2007) inaugura a questão filosófica primordial do nosso século: ‘viver é sobreviver ao ódio’. Não há mais um equilíbrio do terror que, no passado, era mantido pelas grandes potências. O desequilíbrio dos terrorismos dissemina um poder de destruição universal ao alcance da grande maioria. Não existem explicações para o terrorismo que vão além do puro ódio. O ódio penetra nossa intimidade, questiona em cada um de nós a nossa razão de viver e de amar. O ódio acusa sem saber. O ódio julga sem ouvir. O ódio condena a seu bel-prazer. Nada respeita e acredita encontrar-se diante de algum complô universal. Esgotado, recoberto de ressentimento, dilacera tudo com seu golpe arbitrário e poderoso (GLUCKSMANN, 2007, p. 287).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO





O ódio fragmentado é estruturado como um discurso que responde a tudo e a todos, quando algo vai mal, não busque mais a razão disso! A explicação já foi formulada anteriormente - a culpa é do sexo, do dinheiro, dos imperialistas, dos safados, dos outros e, isto compõe a guerra sem “armas” da sociedade moderna. Ao declarar guerra contra a mulher, que perturba o ego, contra os judeus que corrompem a humanidade e contra os Estados Unidos que fomentam um caos generalizado. O ódio se reveste das melhores intenções. Que paradoxo! Seu clamor pretende ser guardião de nossa paz (ARENDDT, 2006, p. 291).

DA FESTIVIDADE À PAIXÃO PERIGOSA

Esporte, fãs e violência provavelmente recebem mais atenção da mídia do que da investigação científica. Os fãs que freqüentam eventos atléticos hoje aparecem violentos e animados, mas raramente se envolvem no confronto físico com outras pessoas. Os países com história notável da violência de fãs são a Grã-Bretanha, a Itália, a Alemanha, a Holanda e a Bélgica caracterizadas como um ventilador de irradiação da violência, onde em cerca de 10% dos jogos de futebol precede ou procedem à violência (DUNNING; MALCOLM, 2003, p. 398).

Coakley (1987, p. 64) cita que os fãs é a multidão de aficcionados e ativistas e não assistindo esportes. A questão de como esses indivíduos afetam os esportes, fisicamente presentes no evento, pode ser um intrigante argumento e, a conduta e comportamento podem ser explorados, cientificamente, devido o ambiente de ação ao vivo. O grupo de fãs não deve ser confundido com os grupos de atletas, funcionários, patrocinadores ou comentaristas que também participam do evento. As razões para participar em eventos esportivos não são sempre consistentes em vários indivíduos e grupos. Entre os fãs pode haver diferenças individuais e subgrupos que fazem terror e podem vir a praticar atos de violência em uma perseguição desafiadora. Assim, a violência deve ser diferenciada da agressão. Violência é o uso da força física excessiva, que faz com que o potencial de causar danos ou destruição seja efetivado. Agressão é o comportamento verbal ou físico

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





fundamentada em uma tentativa de dominar, controlar ou prejudicar a outra pessoa. A violência envolve um componente comportamental, mas agressão implica motivação.

A intenção moral induz a agressividade que pode ou não culminar em violência. Entretanto, os termos *violência* e *agressão* são frequentemente usados alternadamente nos estudos do esporte o que tem impedido esforços científicos para realização de pontes entre as várias teorias. A maioria (mas não todos) os episódios de levantes de fãs envolvem elementos de violência e agressão. Como teorias específicas da violência são discutidas, será feita uma tentativa para enquadrá-las em termos de violência, agressão ou ambos.

A VIOLÊNCIA DE FÃS

Explicações da mídia para a violência de fãs podem servir de funções úteis para o local e os governos nacionais. Em particular, histórias de mídia normalmente vão desviar a atenção dos mais prementes e dissuadir especulações sobre o papel que grupos estabelecidos e confiáveis podem desempenhar na criação e manutenção de violência de torcedores. Note-se que alguns grupos ligados ao esporte identificaram fatores além de fãs que podem estar relacionados à violência revela como os administradores, a mídia, e interesseiros no comércio da cultura da concorrência, estão implicados na violência dos fãs. A justiça esportiva precisa ser mais ativa na remoção de jogadores, treinadores e torcedores ofensivos.

O processo de explicar a violência não pressupõe uma conspiração entre esporte e a mídia. Em outras palavras, não é sugerido que grupos poderosos do esporte usem ativamente a mídia para ocultar as causas potenciais de violência de fãs que pode implicar as instituições que governam o esporte. É mais provável que as organizações e associações esportivas e sociais, os meios de comunicação compartilhem a ideologia do indivíduo que agrada a civilização ocidental. Pois, se as instituições sociais se distanciarem dos potenciais problemas sociais, o menos prováveis que a eficácia dos sistemas públicos de controle fique isolados no capitalismo e valores americanos

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





dominantes do individualismo, concorrência, realização e sucesso, tudo isso, será posto em causa.

Os grupos de pessoas ligadas à violência dos fãs recebem rótulos. Na Inglaterra, eles são chamados "*hooligans*" e em Itália "*ultras*" (ou seja, extremistas). Quando a violência dos fãs irrompe em países fora da Inglaterra, o comportamento tem sido rotulado como "propagação da doença inglesa". Os adeptos de futebol são ainda mais demonizados pela atribuição dos rótulos oficiais. Por exemplo, 'Nacional Criminal Intelligence Service' (NCIS da Grã-Bretanha), que é responsável pela coleta de informações sobre *hooligans*, atribui os fãs em três categorias: i) para mais respeitadores da lei, ii) para aqueles que irão lutar se provocados ou apresentados como violentos e, iii) para os infratores graves, comprometidos com os abusos.

Se perguntarmos por que identidades negativas, ao contrário de identidades positivas, iria ser desejadas entre os fãs? Uma resposta pode ser que os fãs que causam problemas para os holofotes mediáticos com níveis significativos de violência, os grupos rivais de *hooligans* competem ativamente para a coluna esportiva e procuram ativamente serem mencionados em manchetes sensacionais (PIMENTA, 2000, p. 122).

Assim, a amplificação de violência dos fãs pelos meios de comunicação pode ser uma causa principal do problema, pelo menos por duas razões. Em primeiro lugar, a mídia constrói um sentido de identidade, chamando atenção para desvios de fãs, que leva a mais violência para manter em evidência a identificação grupal. Em segundo, pode argumentar que as identidades negativas significam rebelião contra um sistema que oferece recompensas injustas ou desiguais. Alguns teóricos sociais alegam que a violência continuará a ser um problema, desde que não altere as condições sociais dos jovens. Diabolizar os fãs de esportes pode levar a mais violência porque os rótulos como *hooligan* ou *thug* preenche o vazio de alguns fãs. Muitos fãs de esportes são jovens e representam um grupo marginal na sociedade. Na Grã-Bretanha, eles são marginais por causa de seu *status* de juventude e da classe trabalhadora. Fãs norte-americanos podem ser demograficamente diferentes do que seus colegas britânicos, mas os fãs norte-americanos também enfrentam uma privação relativa. Na verdade, parece que os fãs em todos os

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná





países experimentam uma crescente distância social e econômica entre si e os jogadores. Ou seja, os jogadores de todos os níveis de esporte, bem sucedidos ou não, atingem um grau de *status* de celebridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aclamação do futebol pela massa como paixão nacional parece se justificar na efusão de sentimentos dos torcedores como pertencimento, reputação, emoção, afirmação da masculinidade e prazer provocados pela excitação e devoção ao time. Parece não haver espaço para o sentimento de culpa e/ou arrependimento dos desfechos de ações, sejam elas de pura explosão de emoção e alegria decorrentes da comemoração de um gol e vitória ou a tristeza e a ira da derrota por esses apaixonados antes durante ou após o jogo.

Analisando os aspectos da violência física e simbólica evidenciamos as interfaces com o esporte partindo da perspectiva histórica do desenvolvimento da sociedade. Observa-se que o controle das emoções e da violência dentro e fora da situação de jogo é intenso. Entretanto, as expressões repugnantes da violência simbólica se tornaram comuns envolvendo situações de discussões, ameaças verbais e até mesmo agressões morais. A violência no, em torno do e através do esporte é um objeto de estudo permeado de obscuridades, embora muitos autores o apresentem com explicação histórica correlacionada com fatos que levam à ação violenta.

A rápida inserção dos impulsos *agonais* no esporte e a necessidade de autoafirmação por via competitiva, continua sendo a dominante rotina da cultura ocidental (HUIZINGA, 2004, p. 83). O indivíduo está cada vez mais impregnado disso, quase sempre sem saber, mesmo no momento em que os meios para satisfazer-se tornam mais escasso. Quando é demasiado intenso o desequilíbrio entre o fim e os meios para a vitória, a violência surge como último recurso.

A realidade mostra que a dinâmica do jogo de futebol favorece uma espécie de oposição binária em que cada jogador encontra-se comprometido com uma batalha pessoal com o seu número oposto, com o seu marcador. Logo o seu desempenho num

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





jogo e sucesso na equipe dependerá de sua capacidade de superar seu rival emergindo desse conflito velhas questões de etnia, classe e animosidade entre a classe dominante (GIULIANOTTI, 2002, p. 211).

Nesse contexto, tomados pela paixão e emoção, as torcidas organizadas ultrapassam os limites possíveis de condutas permitidas pelas normas vigentes pela sociedade. Emergem de forma arrebatadora a violência e a brutalidade como estratégias inconseqüentes buscando a intimidação dos seus pares que naquele momento configuram-se como rivais. Podemos afirmar que esta alienação faz com que espectadores comuns ao assumirem o lugar de torcedores, principalmente quando estão no estádio, abandonam sua identidade e transformam-se em máquinas “urrantes” em sentido único – não se comportando como esportistas, mas, no presente momento, aficionados. Nesses momentos ocorre o fato da efetivação da violência no qual o torcedor se sente justificado de que trava um combate em defesa de seu time, pelas cores da bandeira que carrega, exacerbando um tipo de fundamentalismo e fanatismo que caracterizaremos aqui como – emoção perigosa.

A violência pode se manifestar ainda como fator de unicidade, força de ligação de uma sociedade ou grupo. “O encantamento inebriante da prática da violência que amarra os homens em um todo coeso, pois cada indivíduo forma um elo violento na grande cadeia, torna-se uma parte do grande organismo da violência em expansão” (ARENDDT, 1994, p. 50).

Analisando os aspectos da violência física e simbólica evidenciamos as interfaces com o esporte partindo da perspectiva histórica do desenvolvimento da sociedade. A violência encontra-se inserida no jogo de futebol. É nesse lugar e momento que as expressões repugnantes da violência simbólica se tornaram comum envolvendo situações de discussões, ameaças verbais e até mesmo agressões morais entre os próprios jogadores.

Nos estudos sobre as transformações no futebol dos Estados Unidos e Inglaterra, Elias e Dunning (1995, p. 243) notaram originalmente que os americanos temiam estas brutalidades excessivas, mas ao mesmo tempo encontravam prazer nelas, e que por consequência sentiam uma grande dificuldade em reconhecer o sentido das violências

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





exteriores aos campos esportivos. Após a intervenção do presidente americano, Roosevelt em 1905, a tática e a técnica desenvolveram e aperfeiçoaram o passe e a velocidade do jogo, conseqüentemente diminuindo os acidentes graves e muitos deles mortais, cuja necessidade foi definir; limitar e submeter para convenções o simbolismo da violência nos esportes (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 247).

Os fatos históricos do esporte na antiguidade relatam a atividade física onde a violência era a consumação da vitória e do poder do vencedor sobre o perdedor, ou seja, na desintegração do poder ensejava a violência. Segundo Arendt (1994) a violência ao longo dos tempos é explicada como um meio de ampliar e multiplicar o vigor humano. A autora interpõe poder e violência como termos opostos, ou seja, a violência destrói o poder, não o cria. Entretanto a afirmação absoluta de um, não significa a ausência do outro. A apologia à violência repete-se singularmente no livro “Sobre a Violência” o que nos incitou a fazer uma investigação acerca da natureza e causas da violência. (ARENDR, 1994, p. 53).

Os fatos históricos, ações políticas, depauperações econômicas e atrocidades ocorridas não justificam a glorificação da violência. A ira, diferentemente da paixão é um conjunto de emoções virtuosas de predominância agressiva e que pouco se tem controle quando transformada ação agressiva em violenta. Destrói o bom senso, leva a movimentação das massas pelo calor das discussões e ânimos exaltados e pode explodir a qualquer momento. A violência é perigosa, pois pode nos levar a acreditar que é controlável, mas na verdade não temos controle sobre seu fluxo. As várias descobertas recentes do instinto de dominação e da agressividade inata ao humano estão precedidas de afirmações filosóficas que partem do pressuposto da paixão perigosa oriunda da ira. Observa-se que além do jogo em si, há o jogo da tensão em cada partida.

A emoção e excitação criadas através do futebol e no futebol envolvem formas de conflitos que se encontram entrelaçadas em formas de prazer e de sofrimento e compreende uma mistura complexa e variável de comportamento racional e irracional. Enfim, a crescente necessidade de arrefecimento das pulsões de violência e agressividade, equacionada pelo processo de pacificação social, a que Elias (1987, 1992, 2011)

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





denominou “processo civilizador”, vem sendo imposta pela complexificação e interdependência da vida coletiva por meio de sanções e procedimentos proibitivos dessa conduta pelo homem na sociedade contemporânea.

Assim, quanto mais civilizada uma sociedade maior é a exigência de espaços destinados à vivência de emoções. Os estádios de futebol são espaços destinados a excessos e euforias coletivas. É o espaço ‘literalmente’ a serviço de realizações subjetivas e coletivas conclamado a inverter e alterar os comportamentos do mundo cotidiano, rotina de trabalho, trânsito e afazeres domésticos. São lugares de “descontrole-controlado”, ainda que tais elementos tenham sido relegados a um segundo plano da cena social por conta da própria modernização da sociedade, o futebol não um evento de descontrole das paixões e emoções pelos torcedores, ocasionando festivais de violência generalizada. O que estamos tentando evidenciar é que estamos diante de uma situação extrema que precisa ser revista por toda a sociedade brasileira - a violência festiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDT, H. Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- ARENDT, H. Sobre a Violência. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- BAUDRILLARD, J. A transparência do mal: ensaio sobre fenômenos extremos. Campinas: Papyrus, 1992.
- COAKLEY, Jay. Sociology of Sport in the United States. International Review For The Sociology Of Sport, Los Angeles, v. 22, mar. 1987, p.63-79.
- DELGADO, Manoel. O Poder da Festa. Madrid: CND, 1994.
- DUNNING, E.; MALCOLM, D. (Ed.). Sport: critical concepts in sociology. London: Routledge, 2003. 4 v.
- ELIAS, N.; DUNNING, E. A Busca da Excitação. Lisboa: Difel, 1992.
- ELIAS, N. On Human Beings and Their Emotions: a process-sociological essay. Theory, Culture & Society, London, v. 4, jun. 1987, p.339-361.
- ELIAS, N. O Processo Civilizador I: Uma História dos Costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

GIULIANOTTI, R. Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

GLUCKSMANN, A. O Discurso do Ódio. Lisboa: DIFEL, 2007.

HUIZINGA, J. Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2004.

ORTEGA, F. C. Entre el poder y la fiesta: Hacia una teoría crítica de la violencia festiva en Manuel Delgado. Antropologies, n. 6, jun. 1997.

PIMENTA, C. A. M. Violências entre torcidas organizadas de futebol. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 2, abr/jun. 2000, p.122-128.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

CONHECIMENTO NOS SERMÕES DE ANTÔNIO VIEIRA NA CORTE SOB A LUZ DE NORBERT ELIAS

Dr. Edson Barbosa da Silva
Unicesumar – Maringá-Pr.
edsonbarbosa2010@hotmail.com

Introdução

Padre Antônio Vieira Ravasco (1608-1697) viveu na corte portuguesa durante anos 1641 a 1652, desempenhando as funções de diplomata, conselheiro do rei e pregador régio, com objetivo de legitimar a Restauração do Império Português perante as cortes europeias, a Santa Sé e os próprios portugueses contrários ao governo de d. João IV. Nesse período na corte, as intervenções políticas e sociais de Vieira aconteciam de várias maneiras, dentre elas estão os sermões, que era a expressão máxima da nova forma de educação estabelecida pela Igreja Católica nesse período, não só na tarefa de educar, mas também de regular os comportamentos considerados aceitáveis.

Os sermões de Vieira é uma peça literária organizada em pequenos capítulos de mais ou menos 10 subdivisões, organizada para convencimento dos interlocutores. Analisaremos o Sermão de Bons Anos (1642) sobre a resistência à restauração de Portugal; o Sermão de Santo Antônio (1642) sobre a sua tese de tributação para todos, inclusive para nobres. As reflexões de Norbert Elias (1897-1991) na sua obra **A Sociedade de corte** nos ajudam a elucidar as dificuldades de mudanças ou reformas nessa figuração na corte. As tensões sociais e diversos interesses revelam os limites a serem rompidos pelos seus integrantes, alguns só podem por uma revolução e não por reformas.

O objeto desse texto é demonstrar como Vieira se fez presente no processo de legitimação da Restauração de Portugal perante as cortes europeias e na Corte portuguesa (1640). Além disso, apresentaremos alguns usos das *representações* educativas a partir dos sermões pregados na Capela Real em Lisboa e algumas dificuldades de Vieira em ver implantadas as suas propostas tanto na política, quanto na economia do Império Português.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Uso das representações educativas nos Sermões

Vieira chegou à corte portuguesa, como visto na seção anterior, logo no ano seguinte ao golpe da nobreza na União Ibérica (1560-1640), encabeçada pelo duque de Bragança, futuro D. João IV, em dezembro de 1640. No ano seguinte ao primeiro encontro com o rei, em 1642, por sua fama de pregador no Brasil, Vieira foi convidado a pregar na Capela Real e enfrentou pela primeira vez os opositores da Restauração: alguns membros da nobreza, uma parte do clero, dentre estes, os representantes do Santo Ofício, e parte do povo, que ainda não estava convencido da Restauração e tinha alguns laços de fidelidade aos Habsburgos. Ao entrar em relação, e às vezes relação de confronto com esses grupos de forma direta e indireta, de forma explícita e sutil, mas principalmente de forma discreta¹⁶³, Vieira também se tornou um participante de algumas atividades da corte, pois “[...] os seres humanos individuais ligam-se uns aos outros numa pluralidade, isto é, numa sociedade” (ELIAS, 1994, p. 8).

Essa ligação entre indivíduo e sociedade, no caso da sociedade de corte, merece ser observada com cuidado, visto que relações estabelecidas no primeiro momento são simplesmente de inserção e, depois, de interação, interferência e interdependência. A interdependência gera conflitos de amor e ódio, visíveis e invisíveis, e muitos desses conflitos ficam latentes, mas em determinado momento afloram de forma visível. De pronto, Vieira apresenta seu cabedal intelectual, político e retórico, manifestado por meio dos sermões, pela sua clareza e postura em defesa explícita da restauração que aparece logo na primeira pregação na Capela Real. “[...] Principais obrigações, que tem um o verdadeiro pregador Evangélico, é ensinar a seu, digo, pregar a seus ouvintes” (VIEIRA, 2015, t. III, v. IV, p. 401). Esse fragmento, revela o entendimento de Vieira da função e

¹⁶³ Ser discreto na cultura portuguesa na América é um dos comportamentos em fazer-se de pessoa simples sem conhecimento e riquezas ou desprovido de cabedais, para não ser percebido pelo mundo dos olhares pouco refinados, mas no momento oportuno, se houver necessidade, apresenta as suas credenciais de muitos conhecimentos para ser respeitado. Muito saber pode levar à morte. Isso possibilita fugir das invejas e despertar nos outros as compaixões. “Por isso Sêneca conclui que arrependido do primeiro instituto da sua vida, e de se ter mostrado ao mundo” (VIEIRA, 2015, t. II, v. III, p. 295).



da responsabilidade pedagógica dos sermões. A pregação, ou atividade pedagógica, é a forma mais utilizada por Vieira para instruir os seus ouvintes na corte.

Antes de ser convidado para ser pregador régio de dom João IV, na Capela Real em Lisboa, em janeiro de 1642, no **Sermão dos Bons Anos**, Vieira manifesta a sua posição explícita em defesa da restauração encabeçada pelo rei. “[...] Que o bem da Fé Católica deseja, que a Monarquia de Portugal há mister, e que eu hoje quisera prometer, e ainda assegurar” (VIEIRA, 2015, t. II, v. XVIII, p. 96). Aqui ele começa a fazer o primeiro uso das *representações* de forma educativa, esclarecendo o sentido dos termos utilizados. O termo assegurar aqui tem como sentido ter como certo, diferentemente do desejar um bom ano, ou seja, Vieira está absolutamente convencido da luta pela legitimação e sucesso da restauração portuguesa. A essa luta do rei dom João IV e outros na corte Vieira se incorporava com todas as suas forças e inteligência. Esse sermão foi o primeiro sinal de clareza da *presença* da restauração no entendimento de Vieira. No decorrer dos enfrentamentos essa clareza foi se ampliando e tornando-se necessária para o reino e para Portugal.

Nesse sermão na Capela Real, Vieira teve como público os integrantes da corte a favor e contra o novo monarca, membros do Santo Ofício a favor e contra, parte do povo a favor e contra e, especialmente, com *presença* de D. João IV, conforme relata o próprio Vieira: “E, por grandes ocupações que tivesse, nunca perdeu sermão na capela, nem deixou de ouvir missa, e Vésperas cantadas em todos os dias santos. [...] E não se assentava senão no chão” (VIEIRA, 1957, v. XXIV, p. 224). Fica claro que Vieira tinha ciência do jogo de poder na corte. Todos que tinham alguma dúvida sobre a postura de Vieira em relação ao novo governo do império português então já não tinham mais, e os adversários já podiam identificá-lo com clareza. Além do mais, Vieira respondia às primeiras calúnias enfrentadas, vindas dos seus inimigos, das suas posições passadas em defesa do governo anterior. “Mas vejo que estão caluniando, e arguindo, porque não provei o que prometi. Prometi fazer neste Sermão um juízo dos anos que vêm, e eu não fiz mais que referir os sucessos dos anos passados” (VIEIRA, 2015, t. II, v. XIII, p.113).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





A partir disso, os sermões seriam sempre instrumento de convencimento e orientação a favor da Restauração e da educação para a evangelização.

No entendimento de Vieira, a diferença entre desejar bons anos e assegurar os bons anos demonstra claramente as posições políticas dele e dos adversários ali sentados e em pé. E, também mostra a importância do mediador para os ouvintes. “Em todo tempo é dificultosa coisa assegurar anos felizes; mas muito mais em tempo de guerras, e em tempo de felicidades. Se o dia dos bens é véspera dos males [...]. Se a campanha é uma mesa de jogo onde se ganha, e se perde” (VIEIRA, 2015, t. II, v. XIII, p. 96). Desejar bons anos uns aos outros e, de modo especial, ao rei, claramente se fazia por uma questão de etiqueta, não por convicção. Na realidade, muitos estavam ali acompanhando o rei a contragosto.

[...] Os parâmetros da etiqueta, esta passou a ser mantida apenas pela competição dos indivíduos envolvidos em tal dinâmica, privilegiados por ela e compreensivelmente preocupados em preservar cada um dos seus pequenos privilégios e o poder que eles conferiam. Era algo que se reproduzia como um espectro sem conteúdo, autônomo, assim como se reproduziria uma economia completamente desprovida de propósito (ELIAS, 2001, p. 103).

Em outro aspecto, esse mesmo sermão merece a nossa atenção, pois Vieira toca nas crenças das pessoas na nova monarquia. “Por duas razões se persuadem mal os homens a crer algumas coisas, ou por muito dificultosas, ou por muito desejadas: o desejo e a dificuldade fazem as coisas pouco críveis” (VIEIRA, 2015, t. II, v. XIII, p. 100). No caso de Portugal, a Restauração foi muito mais dificultosa do que desejada, tanto que demorou 60 anos e os portugueses souberam esperar, segundo Vieira. A busca pelo convencimento dos que não acreditavam no sucesso da mesma e, ao mesmo tempo, o fortalecimento da crença daqueles que acreditavam, como Vieira, na Bíblia e nas profecias dos portugueses, neste caso, específico frei Gil de Santarém (1190?-1265). Quanto maior a dificuldade, maior a crença. As dificuldades apareceram nas diversas revoltas contra as altas taxas os tributos do governo filipino espanhol, por exemplo: o manifesto dos vereadores de Évora em 1637 e outros princípios de rebelião popular, que

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





no caso foi violentamente reprimida pelo Conde-duque de Olivares. Os fundamentos religiosos e bíblicos constituíam os mais fortes argumentos possíveis para aquela sociedade de corte e extremamente religiosa, demonstrando que a Restauração ocorreu no seu tempo. A conjuntura de guerra em que a Espanha estava envolvida em 1640 fez com que aquele momento fosse favorável, ou seja, a Espanha estava de mãos atadas, como reafirmava Vieira.

Evidentemente, apesar de todos os argumentos favoráveis, permaneciam as desconfianças no novo reinado português, ainda não era possível mudar o comportamento dos contrários, visto que cada um ali presente estava defendendo os seus interesses.

A igualdade nos tributos na Restauração portuguesa

Ainda nesse mesmo ano, Vieira tenta interferir no governo de dom João IV, de modo mais específico nas finanças do reino português. Isso aconteceu por meio do **Sermão de Santo Antônio**, no dia 14 de setembro 1642, na véspera da reunião das cortes, com a presença do rei e das cortes convocadas para serem ouvidas por ele. Conforme bem destacou Menezes (2000, p. 13): “Perante a escassez de recursos, a monarquia portuguesa convoca as cortes a se reunirem e coloca em pauta a necessidade do aumento da tributação”. A reunião das cortes era uma forma de governo utilizada por dom João IV e, diferente do governo anterior, eram os procuradores das cidades do reino: “[...] São Cidades pelo poder, são Cidades pela representação; e assim dizemos que vêm as Cortes às Cidades do Reino, e não vêm elas senão seus Procuradores. E como os Procuradores de Cortes são Cidades por essa maneira” (VIEIRA, 2015, t. II, v. X, p. 98).

Essa foi a segunda vez em que Vieira fez uso das *representações*, de forma bem didática para mudar o comportamento de parte dos seus ouvintes, revelando claramente o seu entendimento sobre as mesmas, ou seja, substituir ou colocar um conceito no lugar de algo que está *ausente* e torná-lo claramente *presente* aos olhos e entendimento de todos aqueles que estavam ali naquele momento.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Nesse sermão o tema central era a conservação do reino, tendo por base os tributos. Os tributos, fixados anteriormente, não eram suficientes para a manutenção do reino e, por isso, Vieira propõe uma revisão da tributação e não um aumento. Para fazer a revisão tributária, precisava convencer os procuradores, e os argumentos eram utilizados da seguinte forma:

As qualidades, que constituem um perfeito Procurador de Cortes, são duas: ser fiel, e ser estadista. [...] O sal é remédio da corrupção, mas remédio preservativo: não remedeia o que se perdeu, mas conserva o que se pudera perder; que é o que temos necessidade (VIEIRA, 2015, t. II, v. X, p. 100).

Vieira convocava os procuradores a decidirem, no dia seguinte, com qualidade, para serem sal, no sentido de conservar o reino, assim como o sal conserva os alimentos quando eles estão bons, ou seja, os procuradores deveriam fazer a diferença dando qualidade como o sal que conserva e dá sabor aos alimentos. Isso aconteceria se todos estivessem pensando no bem do reino, sendo fiéis aos interesses de todos os portugueses.

A tese tributária, defendida por Vieira, depois de uma longa introdução, fundamentada nos princípios bíblicos, é a seguinte: “Se queremos que sejam leves, se queremos que sejam suaves, repartam por todos. Não tributo há mais pesado que a morte, contudo todos pagam, e ninguém se queixa; porque é tributo de todos” (VIEIRA, 2015, t. II, v. X, p. 106). Ele ainda cita o pensamento de um político, Cassiodoro: “Porque ninguém toma pesadamente o peso, que se lhe distribuiu com igualdade” (VIEIRA, 2015, t. II, v. X, p. 106). Isso porque naquela época só o povo pagava impostos, como bem lembra o próprio Vieira: “Quem compõe os três estados do Reino é a desigualdade das pessoas. Pois como se não de igualar os três estados, se são estados porque são desiguais?” (VIEIRA, 2015, t. II, v. X, p. 107). Nesse texto, aparece uma visão moderna sobre a justificativa do pagamento dos tributos, algo que só seria fortalecido nas teorias políticas econômicas burguesas, consolidadas nos séculos seguintes ao de Vieira. Além disso, segundo Menezes (2000, p. 14), Vieira propõe subversão jurídica da sociedade: “Convém ressaltar ainda que a desigualdade entre os homens não é para Vieira natural, é ‘social’”.



O estado Eclesiástico deixe de ser o que é por imunidade, e anime-se a assistir com o que não deve. O estado da Nobreza deixe de ser o que é por privilégios, e alente-se a concorrer com o que não usa. O estado do Povo deixe de ser o que é por possibilidade, e esforce-se a contribuir com o que poder: desta maneira deixando cada um de ser o que foi, alcançarão todos juntos a ser o que devem; sendo esta concorde união dos três elementos eficaz conservadora do quarto. *Vos estis sal terrae* [Vós sois o sal da terra] (VIEIRA, 2015, t. II, v. X, p. 109).

Esse quarto elemento é o sal, produto transformado da união do ar, água e fogo. Ao comparar os três estados ao sal, Vieira classifica cada um dos três estados *representando* os seguintes elementos: o ar, a nobreza; a água, o povo; e o fogo, o eclesiástico. Para que haja igualdade nos pagamentos dos tributos, cada estado deve deixar de ser aquilo que em essência lhe é próprio. Ele justifica a existência de cada um e dos seus direitos sociais adquiridos: no estado eclesiástico as pessoas são isentas pelo direito divino e porque receberam do reino os bens e recursos nos anos anteriores. Agora é hora de disponibilizar temporariamente ao reino pelo fato de estar em tempos de guerra. Os templos religiosos são armazéns para serem socorridos em tempos de socorros. “Deixe Pedro, por representação de ser o que é, e torne por representação a ser o que foi; deixe de ser Eclesiástico, e torne a ser Pescador; e então pague por obrigação do ofício o que não deve pagar por privilégio da dignidade” (VIEIRA, 2015, t. II, v. X, p. 110).

No estado de nobreza as pessoas também são isentas de pagar tributos, Vieira utiliza como argumentação a fundamentação bíblica para demonstrar o direito divino: “[...] porque as comendas, e rendas da Coroa, os fidalgos deste Reino são o que as logram, e lograram sempre; e é justo que os que se sustentam dos bens da Coroa não faltem à mesma Coroa com seus próprios bens” (VIEIRA, 2015, t. II, v. X, p. 114).

Outro argumento, agora de ordem lógica política, utilizado por Vieira, foi o fato de que a nobreza foi quem deu o golpe, colocando d. João IV no poder: “[...] a Nobreza de Portugal deve servir com sua fazenda a El-Rei nosso Senhor, que Deus guarde, mais

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





que nenhuma outra Nobreza a outro Rei, é porque ela o fez” (VIEIRA, 2015, t. II, v. X, p.115).

Por fim, o terceiro estado que sempre pagou os tributos, o povo, tem a obrigação absoluta de continuar pagando. E, para tal, Vieira novamente recorre a argumentos bíblicos para legitimar os tributos, mas estabelecendo uma relação direta entre o rei e o povo. Nessa relação não seriam três estados, mas apenas dois, a nobreza e o eclesiástico. O povo é visto por ele como o Príncipe, um e o outro se confundem, tornando uma só nessa configuração social.

Não há dúvida que no corpo político de qualquer Monarquia, os pés, como parte inferior, significam o Povo. Pois se o Esposo louva o Povo da Monarquia da Igreja, com que pensamento, ou com que energia lhe chama neste louvor ‘filha de Príncipe’ [...]. E Povo que oferece com vontade, e liberalidade, não é Povo, é Príncipe (VIEIRA, 2015, t. II, v. X, p.116).

A sua tese para a reorganização dos tributos, tirando os privilégios dos eclesiásticos e da nobreza, é porque, a seus olhos, seria uma injustiça se eles não pagassem os tributos naquele momento, visto que o povo era o que menos tinha condições e o único a pagar. “Sobre os oficiais, sobre os que menos podem, caem de ordinário os tributos; não sei se por lei, se por infelicidade; e melhor é não saber porque” (VIEIRA, 2015, t. II, v. X, p.116). Essa coragem de propor a reforma tributária faz com que Vieira toque em um ponto fundamental na possibilidade de uma nova organização da sociedade portuguesa. Mesmo com uma argumentação fundamentada na religião e na lógica da razoabilidade da vida social, a aceitação da tese de Vieira era muito difícil. “Assim sendo, as propostas de Viera extrapolam os limites da forma como estava organizada a sociedade portuguesa naquele momento histórico, pois são possíveis somente em uma nova forma de sociedade” (MENEZES, 2000, p.15).

Essa nova organização da sociedade portuguesa dificilmente acontece somente a partir de um golpe de Estado, como foi o novo governo de dom João IV.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





As preocupações de Vieira não eram com uma nova organização social ou com a exploração do povo, o terceiro estado, mas em conservar o reino naquele momento histórico. Por isso, a sua tese de reorganização tributária era temporária, para aquele momento somente, depois tudo voltaria a ser como era antes. “Deixem todos de ser o que eram, para se fazerem o que devem; desfaçam-se todos como devem, tornarão a ser o que eram” (VIEIRA, 2015, t. II, v. X, p.117). Para Menezes essa visão social mostra o comprometimento de Vieira com a organização de sociedade antiga, a sociedade medieval. “Vieira parece pregar o conformismo como norma de conduta social; assim como os animais, os homens devem se contentar em ser aquilo que são. Nada impede que se transformem. O limite desta transformação, todavia, é o ‘estado’ em que nasceram”(MENEZES, 2000, p. 18),.

A tese de Vieira, por mais que seja de manutenção da ordem social como estava, apresenta a possibilidade de diminuição da carga tributária do terceiro estado. “Para ele, diminuir a carga de tributos deste segmento social significaria manter nas mãos de setores deste ‘estado’ uma quantidade maior de riquezas que poderia ser transformada em capital” (MENEZES, 2000, p. 16). Com isso, ele toca num ponto gerador de muitos conflitos sociais, modificar direitos e interesses de grupos que se opõem. Era a tese da igualdade na cobrança de tributos para os estados jurídica e politicamente desiguais, para que se tornem iguais. Por mais que os argumentos estivessem fundamentados no divino, em passagens bíblicas, com uma explicação lógica e pedagogicamente convincente, era esperar demais a adesão desses estados com fortes amarras medievais.

As reflexões de Elias ajudam a elucidar as dificuldades de mudanças ou reformas nessa figuração na corte. As tensões sociais e diversos interesses revelam os limites a serem rompidos pelos seus integrantes, alguns só podem por uma revolução e não por reformas. Portanto, Vieira deseja mudanças que estavam aparentemente além das condições sociais objetivas.

A consciência da necessidade de uma reforma tornava-se mais urgente quanto mais forte era a pressão de grupos não-privilegiados contra as elites privilegiadas. Assim, para

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





compreender a situação corretamente, não podemos esquecer o quanto era grande, em uma figuração como a do Ancien Regime, a distância social entre os grupos de elite privilegiados e aqueles que eles mesmos designavam como o ‘povo’, a massa dos não-privilegiados [...]. A grande maioria dos privilegiados ainda vivia em um mundo relativamente exclusivo — tanto mais hermético quanto mais elevado o seu nível. A noção de que seria possível desenvolver o país e elevar os padrões de vida do povo era estranha à maior parte desses homens. Ela não correspondia a seus valores. A conservação de sua própria existência social privilegiada continuava sendo um valor autossuficiente. O que acontecia com o grosso da população se passava bem além de seu horizonte e não interessava à maioria dos privilegiados [...]. Essa imobilização das elites privilegiadas do Ancien Regime em um *clinch*, um equilíbrio travado das tensões do qual ninguém podia se desvencilhar de maneira pacífica apesar de todas as injustiças evidentes, certamente foi uma das causas do movimento revolucionário que subverteu brutalmente o quadro legal e institucional, instalando, depois de muitas hesitações, uma estrutura de dominação com outra distribuição de poder e outro equilíbrio das tensões sociais (ELIAS, 2001, p. 213).

No ano seguinte, em 1643, Vieira é nomeado o pregador principal do reino e tenta interferir para resolver o problema econômico com outra proposta, já que a reforma tributária não foi possível. Apresenta uma nova proposta intitulada *Proposta feita a el-Rei dom João IV em que representava o miserável estado do Reino e a necessidade que tinha de admitir os homens de nação mercadores*. Essa nova proposta terá um desfecho diferente da tese tributária, algo comum para quem se propõe a enfrentar os conflitos numa configuração bem determinada e com características próprias.

Considerações finais

Chegando ao final dessa reflexão percebemos que o objetivo proposto não foi em sua plenitude atingida, mas de alguma maneira esclareceu parte dos conflitos vividos por Vieira durante a Restauração portuguesa no século XVII. Além disso, alguns usos das

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





representações educativas utilizadas por Vieira nos sermões foram parcialmente descritas, mas muito ainda pode ser feita neste campo do conhecimento.

Outro aspecto que merece destaque, foi a tese tributária defendida por Vieira que constituiu uma novidade diante da estruturação social daquela sociedade e naquele período. Ao propor que todos os três estados deveriam pagar os impostos, além de ser algo inédito para os portugueses gerou conflitos e foram enfrentados de forma brilhante. Apesar de não ter conseguido implantar a sua proposta, Vieira pelo menos marcou posição política diante de todos em defesa da Restauração e ficou evidenciada a desigualdade dos tributos e uma forma de resolver os problemas econômicos.

Por fim, aparece com clareza que as preocupações de Vieira não eram com uma nova com a organização social ou com a exploração do povo, o terceiro estado, mas em conservar o reino naquele momento histórico e enfrentar o elemento gerador dos conflitos sociais. Por isso, a sua tese de reorganização tributária era temporária e não uma revolução social, nesse sentido as contribuições de Elias nessa configuração foram fundamentais para a compreensão dos conflitos na Corte portuguesa, que de uma forma e de outra acabavam influenciando as relações sociais na América portuguesa.

Referências bibliográficas

- COSTA, Célio; MENEZES, Sezinando L. Norbert Elias e a teoria dos processos civilizadores. Revista HISTEDBR online, Campinas, SP, n. 53, p. 238-262, out. 2013.
- ELIAS, Norbert. Introdução à sociologia. Lisboa: Edições 70, 1980.
- ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. v. 1.
- ELIAS, Norbert. A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.
- ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos, Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.
- LEFEBVRE, Henri. La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- MENEZES, Sezinando Luiz. Antônio Vieira: o império do outro mundo e o império deste mundo. Maringá: Eduem, 2015.



17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

MENEZES, Sezinando Luiz. Padre Antônio Vieira, a cruz e a espada. Maringá: Eduem, 2000.

VIEIRA, Padre Antônio. Obra completa: tomos - I epistolografia, II parenética, III profética, IV várias. Direção de José Eduardo Franco; Pedro Calafate. São Paulo: Loyola, 2015. 30 v.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

“INDIVÍDUO E SOCIEDADE”: INTERDEPENDÊNCIA E PODER ENTRE ADULTOS E CRIANÇAS

Eliana Maria Ferreira

Doutorado em Educação FAED/UFGD.

Membro do GPEPC/Grupo de Pesquisa ‘Educação e Processo Civilizador’

E-mail: eliana.anaeli@gmail.com

Resumo: Este estudo tem como objetivo problematizar as relações de *interdependência e poder* entre adultos e crianças, observando o fato de que atualmente as crianças são consideradas legalmente, o centro do planejamento pedagógico na educação infantil (BRASIL, 2010). A reflexão faz parte da pesquisa de doutorado em andamento na Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. A realização desta pesquisa se ancora nas teorias de Elias, (1994) Sarmiento (2005) e Corsaro (2009) entre outros. Metodologicamente trabalhamos com indivíduos que estão no campo empírico de uma instituição educativa sendo sujeitos desta pesquisa, duas professoras e doze crianças com idade de três a quatro anos. Os dados parciais nos mostram que compreender as *figurações* compostas por adultos e crianças pode ser um modo de entender os grupos humanos, suas relações geracionais e intergeracionais.

Palavras-chave: Educação Infantil. Crianças. Interdependência e Poder.

“INDIVIDUAL AND SOCIETY:” INTERDEPENDENCE AND POWER RELATIONSHIP BETWEEN ADULTS AND CHILDREN

Abstract: This study aims to problematize the relationships of interdependence and power between adults and children, noting the fact that, currently, children are legally founded (BRAZIL, 2010). The reflection is part of the doctoral research in progress at the Federal University of Grande Dourados – UFGD. This research is based on the theories of Elias, (1994) Sarmiento (2005) and Corsaro (2009) and others. Methodologically, we work with individuals who are in the empirical field of the educational institution. Being the subject of this research two teachers and twelve children aged three to four years. Partial data show us that understanding the figurations composed by adults and children can be a way of understanding human groups, their generational and intergenerational relations.

Keywords: Early Childhood Education. Children. Interdependence and Power

Introdução

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Este estudo tem como objetivo problematizar as relações de *interdependência e poder* entre adultos e crianças, observando o fato de que atualmente as crianças são consideradas legalmente, o centro do planejamento pedagógico na educação infantil (BRASIL, 2010). A reflexão faz parte da pesquisa de doutorado em andamento na Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, que busca compreender o contexto do trabalho pedagógico e as formas como o conhecimento é construído com e para as crianças. Ou seja, de que modo à professora na interlocução com os pequenos, e com outros adultos potencializa qualitativamente as experiências pedagógicas na instituição de educação infantil. Consideramos que as crianças fazem parte da sociedade, estão imersas historicamente em um lugar social, com enredos culturais próprios, no entanto, estão marcadas por questões relativas à classe social, geração, gênero, etnia, que balizam múltiplas infâncias em diversos contextos de atendimento nas instituições educativas. Assim, partimos da premissa de que as necessidades das crianças estão assentadas no reconhecimento do seu direito, em serem compreendidas e apreciadas em seu caráter próprio, pois este também é um direito humano (ELIAS, 2012). Ou seja, as crianças necessitam viver sua própria vida de modo distinto dos adultos, apesar das relações de interdependência entre estes. Esta afirmação indica a preocupação com uma educação que priorize a concepção da criança como ator social, expressa por meio de um conjunto de pesquisas e discussões na área da sociologia da infância (Sarmiento, 2005; Wiliam Corsaro 2005, 2009, entre outros).

Dito isso, na primeira sessão, a autora traz uma reflexão sobre os conceitos de figuração, poder e interdependência pautada nas discussões Elisianas. No segundo tópico, acendem reflexões sobre a sociologia da infância pautada no sociólogo Manuel Sarmiento. E, por fim, apresenta o viés da pesquisa com criança e adultos numa instituição, levando em consideração que o estudo ainda encontra-se em andamento.

A educação infantil constitui-se como um lugar e espaço de grupos sociais específicos, composto por adultos e crianças menores de 05 anos, que garantiram social, jurídica e legalmente tais espaços de existência. No entanto, mais que um espaço legal o

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





grupo da educação infantil se constitui de pessoas imbuídas de interesses individuais e coletivos que se juntam em projetos convergentes.

Nessa direção, dizemos que a creche ou o centro de educação infantil, é composto por uma figuração interdependente que se constitui em uma rede, na qual se relacionam indivíduos em sociedade. A partir das teorias do sociólogo Norbert Elias (1994), problematiza-se como os conceitos de *figuração*, *poder e interdependência* estão presentes na relação de adultos e crianças na instituição de educação infantil. Para tanto, nos fundamentamos especificamente na obra ‘a sociedade dos indivíduos’ (1994).

Figuração, poder e interdependência

O conceito de *figuração* segundo a teoria de Norbert Elias pode ser compreendido como uma rede de relações entre as pessoas, ponto de partida das análises e reflexões na investigação sociológica. O autor recorre, analogicamente, a uma rede de tecido para explicar as relações entre as pessoas:

[...] Nessa rede, muitos fios isolados ligam-se uns aos outros. No entanto, nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca. Essa ligação origina um sistema de tensões para o qual cada fio isolado concorre, cada um de maneira um pouco diferente, conforme seu lugar e função na totalidade da rede. A forma do fio individual se modifica quando se alteram a tensão e a estrutura da rede inteira. No entanto essa rede nada é além de uma ligação de fios individuais; e, no interior do todo, cada fio continua a constituir uma unidade em si; tem uma posição e uma forma singulares dentro dele. (ELIAS, 1994, p. 30)

De acordo com Elias (1980), as relações humanas são constituídas por meio de teias de interdependências ou figurações de muitas espécies, tais como a família, escolas, cidades, estratos sociais ou Estados.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Nesse contexto, evidencia-se o interesse nos indivíduos, crianças e adultos e suas relações de interdependências, resultado das distintas figurações das quais estão imersos. Isso não quer dizer, que as figurações, uma vez formada nas inter-relações não sejam transformadas continuamente. “Os seres humanos singulares se transformam. As figurações que eles formam uns com os outros também se transformam” (ELIAS, 1990, p. 26). Entretanto, o indivíduo adquire liberdade de ação para trocar ou desligar-se de uma determinada figuração, mas essa troca dependerá das peculiaridades da figuração em questão, ou seja, “[...] é impossível compreender e/ou explicar as atitudes e as ações de um grupo a partir de si mesmo, desconsiderando os planos e os objetivos do outro grupo” (CÉLIO SOBRINHO et. al, 2017, p. 1305).

Conforme o pensamento de Elias (1990), os grupos humanos, em virtude de sua interdependência fundamental uns dos outros, mesmo na desordem, juntam-se sempre na forma de figurações específicas, que por sua vez, não são dadas *à priori*. Portanto, adultos e crianças, pertencem a uma rede básica de funções, pelas quais as pessoas estão ligadas entre si, presas por viverem em permanente dependência funcional de outras. Nesses espaços o poder é relacional e variável dependente das ações, circunstâncias, condições, crenças, convicções, de todos os indivíduos do grupo social. “Pessoas ou grupos que desempenham funções recíprocas exercem uma coerção mútua. O seu potencial é geralmente desigual, o que significa que o poder coercitivo é maior de um lado do que do outro” (ELIAS, 1980, p.85). Ele problematiza da seguinte forma:

[...] quem tem maior potencial de reter aquilo de que o outro necessita? Quem, por consequência, está mais ou menos dependente do outro? Quem, portanto, tem que se submeter ou adaptar mais às exigências do outro? [...] quem tem uma proporção de poder mais elevado e pode, por conseguinte, orientar mais as atividades do outro grupo do que propriamente as suas, pode exercer mais pressão sobre eles do que ser pressionado? (ELIAS, 1980, p. 85-86).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Esse fragmento apresenta proposições que podem contribuir significativamente quando olhamos para as relações de poder entre adulto e crianças, principalmente se observarmos que ao longo da história humana a proporção de poder pendia para o indivíduo adulto. Isso não significa dizer, que atualmente essa proporção, inverteu e pende mais para a criança, mas que o grau de interdependência entre as partes – adultos e crianças, movimenta de modo alternado, de um lado para outro, ou seja, “o curso dessas mudanças [...] aumentou a atenção social para as crianças e, também, a compreensão de suas necessidades específicas” (Elias, 2012, p. 490).

Diante dessa discussão, e na tentativa de responder as questões problematizadas por Elias na citação recuada acima, é evidente que as crianças estão no lado da balança que representa a parte menor do poder, mas de acordo com o sociólogo, as diferenças grandes ou pequenas e o equilíbrio de poder, estão presentes onde quer que haja uma dependência funcional entre pessoas (1980).

Sendo assim, o poder, para Elias, é fruto das relações sociais e não pode ser tomado como algo que se ‘põe na bolsa’, muito menos, inerente a uma determinada instituição. Ele existe, na medida em que grupos ou indivíduos, “podem reter ou monopolizar aquilo que outros necessitam, como por exemplo, comida, amor, segurança, conhecimento, etc. Portanto, quanto maior as necessidades desses últimos, maior é a proporção de poder que detêm os primeiros” (ELIAS, 1994, p. 53), *apud* por Gebara e Lucena (2005, p.1). Portanto, “o poder é resultado dos processos de interdependências, ele não pode ser compreendido como algo em si mesmo, que existe antes e independente das inter-relações” (CÉLIO SOBRINHO, 2009, p. 14).

Neste contexto, compreender as configurações compostas por adultos e crianças é entender que estes grupos humanos, nas relações geracionais e intergeracionais, fazem “parte de um processo de constituição de modos e comportamentos individuais e coletivos que podem ser aprendidos” (SARAT, 2014) dentro de suas relativas posições e manifestações de poder. Sob este aspecto, podemos afirmar que as configurações apontadas por Sarat (2014) e Freitas (2007), são [...] estruturas sociais que têm poder de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





organizar e desorganizar a vida da criança quando ela é mobilizada e imobilizada nas circunstâncias que lhe escapam do controle e da compreensão (FREITAS, 2007).

As crianças fazem parte da formação da sociedade e não podemos abstraí-las de seus enredos históricos, sociais, econômicas e culturais, principalmente em sociedades com extremas desigualdades, com realidades diferentes e formas complexas e plurais em viver suas infâncias. No entanto, essa formação não foi pretendida e nem planejada por nenhuma pessoa, nem tão pouco por todas as pessoas juntas. A impressão que temos quando afirmamos o conjunto dessa expressão, é que no curso social da história da vida humana os indivíduos não apresentam objetivos claros e estão postos, analogamente, como ‘peças’ num tabuleiro e jogam de acordo com os interesses da maioria. Para o sociólogo, a sociedade,

[...] só existe porque existe um grande número de pessoas, só continua a funcionar porque muitas pessoas, isoladamente, querem e fazem certas coisas, e no entanto, sua estrutura e suas grandes transformações históricas independem, claramente, das intenções de qualquer pessoa em particular (ELIAS, 1994, p. 12).

A inteireza da relação indivíduo e sociedade só poderão ser entendidas quando a sociedade prezar que em qualquer tempo e lugar todos nascem como crianças, que continuamente e incessantemente crescem em meio aos modelos sociais previamente estabelecidos (ELIAS, 1994). Para o sociólogo, a sociedade

[...] só existe porque existe um grande número de pessoas, só continua a funcionar porque muitas pessoas, isoladamente, querem e fazem certas coisas, e no entanto, sua estrutura e suas grandes transformações históricas independem, claramente, das intenções de qualquer pessoa em particular (1994, p. 12).

Contudo, Elias nos diz que, ao longo das transformações históricas, as estruturas não seguem os interesses ou as intenções de qualquer indivíduo em particular, pelo contrário, muitas pessoas, de forma isolada, inclinam-se numa mesma direção, materializam seus desejos, atitudes e seus modos de viver.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná





Neste sentido, as crianças e suas infâncias são atingidas pelos processos sociais, o que implica na “estruturação dos seus quotidianos e mundos de vida e, especialmente, de constituição de organizações sociais [...] (SARMENTO, 2004, p. 3)”. No entanto, na demanda dos seus interesses criam estratégias que possibilitam sua atuação no coletivo.

A sociologia da Infância

Manuel Sarmiento, sociólogo português não é o único a falar sobre o progresso na constituição desse campo de estudo, definido segundo ele, a partir de três vertentes ligadas entre si: conjunto de objetos sociológicos específicos (a infância e criança como atores plenos), conjunto de constructos teóricos de referência, no caso, geração e alteridade e, ainda, um conjunto de investigadores envolvidos na construção empírica e teórica do conhecimento.

Para Sarmiento, esse movimento se consolida e convergem as ações dentro do campo, pois mostra a criança para além das perspectivas biologistas e psicologizantes, que no passado as caracterizaram como ser imaturo, imperfeito, incompleto, dependente e transitório. Ao interrogar e validar o ponto de vista das crianças, não apenas sobre a infância, mas sobre o seu grupo social, amplia-se o conhecimento sobre estes.

Neste contexto, concebendo a infância como categoria social do tipo geracional, o autor português, apresenta um diálogo sobre a “reentrada” do conceito de “geração” e a sua “reconceitualização” apontando as considerações deste conceito pelo sociólogo em Karl Mannheim (1993) e destacando que “a ação de cada geração, em interação com as imediatamente precedentes, origina tensões potenciadoras de mudança social” (SARMENTO, 2005, p. 364).

O conceito de “geração” é amplamente discutido no texto, e Sarmiento, destaca o posicionamento de Jens Qvortrup a respeito dos aspectos predominantemente estruturais, que procura recuperar o conceito de “geração”. Conceito esse percebido “simultaneamente como variável dependente de elementos estruturais mais vastos e como variável independente, pelos efeitos estruturantes da ação das crianças como atores

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





sociais [...]” (SARMENTO, 2005, p. 365). Nestes termos, Sarmiento, julga ser possível a reconstrução da concepção de geração pautada na historicidade:

A infância é historicamente construída, a partir de um processo de longa duração que lhe atribuiu um estatuto social e que elaborou as bases ideológicas, normativas e referenciais do seu lugar na sociedade. Esse processo, para além de tenso e internamente contraditório, não se esgotou. É continuamente actualizado na prática social, nas interações entre crianças e nas interações entre crianças e adultos (SARMENTO, 2005, p. 365-366).

Ao delinear a formulação de processo, Sarmiento (2005) ressalta que este se refere intrinsecamente às variações demográficas, bem como as relações económicas e os seus impactos diferenciados nos diferentes grupos etários e nas políticas públicas, implicando em estratégias simbólicas, nas práticas sociais e nos estilos de vida de crianças e adultos.

Além destas discussões, o conceito de diversidade, destacado por Sarmiento (2005) aparece como indispensável ao se considerar as condições sociais em que vivem as crianças, tais condições seriam os principais fatores da diversidade dentro do grupo geracional. As crianças são indivíduos com especificidades biopsicológica – passam ao longo dos diversos subgrupos etários e são seres sociais que se distribuem pelos diversos modos de estratificação social: “a classe social, a etnia a que pertencem, a raça, o gênero, a região do globo onde vivem. Os diferentes espaços estruturais diferenciam profundamente as crianças” (SARMENTO, 2005, p. 370).

A pesquisa com crianças e adultos

A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de maio a julho de 2017, e teve como lócus, um Centro de educação infantil público conveniado¹⁶⁴ da cidade de

¹⁶⁴ Trata-se de uma instituição estabelecida por meio de um acordo em que existe uma contrapartida entre ambas as partes, e que será esclarecida no capítulo II.



Dourados/MS. Os sujeitos principais da pesquisa foram duas professoras¹⁶⁵ e as crianças. Optamos pela metodologia investigativa com as crianças considerando o nosso posicionamento em reconhecer “as crianças como *agentes sociais*, de sua competência para a ação, para a comunicação e troca cultural”. (ROCHA, 2008, p. 46). Estive como pesquisadora na instituição por um período de três meses, entre duas a três vezes na semana. Dada à necessidade do cruzamento de fontes na escuta utilizamos diferentes suportes em momentos diferentes coletando os dados a partir de filmagens, fotografias, gravações em áudio e registro no diário de campo.

A observação a que me propus fazer, parte das discussões voltadas ao estudo e pesquisa com crianças, na qual destaca “a tentativa de enxergar e entender o que esta acontecendo no trabalho pedagógico e o que a criança é capaz de fazer sem qualquer estrutura predeterminada de expectativas e normas” (DAHLBERG; MOSS; PENCE, 2003, p. 192). Em outros termos, a observação proposta destaca o interesse e a curiosidade para conhecer mais sobre os sujeitos da pesquisa - criança e professora, a dinâmica do trabalho pedagógico, os modos sobre como é construído qualitativamente as experiências, tanto para as crianças como para o/a professor/a. Para Ostetto, “os professores precisam ser apoiados e reconhecidos em suas práticas, valorizados em suas tentativas e criações para que cresçam o sentido e os significados da prática” (2015, p. 211).

Portanto, buscando esses espaços e lugares de crianças e adultos docentes fomos à campo em uma pesquisa que incluía a observação participante. Nesse tipo de investigação, o pesquisador é um instrumento de coleta de dados devido à sua participação ativa no mundo social. O objetivo em entender esses lugares e espaços é reforçado concretamente pela consideração de como todos são afetados pela cena social, o que acontece nela e como as pessoas, incluindo o pesquisador, atua e interpreta situações sociais (MAY, 2004).

Os dados da pesquisa ainda encontram-se em construção, mas temos indícios de que as experiências das práticas pedagógicas construídas em parceria com os interesses

¹⁶⁵ Não poderia deixar de mencionar que esta turma de crianças, além das duas professoras, é acompanhada por duas estagiárias, professoras em formação.



das crianças são pensados sob a ótica delas. A participação e a parceria das crianças apontam para reflexões evidenciadas como as principais características da atuação das professoras e suas concepções sobre a infância, e as crianças na educação infantil.

As experiências compartilhadas entre as professoras e as crianças nos espaços externos transformam os ambientes em possibilidades de descobertas e múltiplas aprendizagens a partir das interações e brincadeiras das crianças, daquilo que elas falam e brincam, dos aspectos relacionados ao mundo da fantasia e da imaginação e como elas constroem suas culturas infantis a partir desse viés. Para tanto, procurarei identificar as questões mais significativas do ponto de vista da experiência das crianças (CAMPOS, 2008). Neste sentido, será preciso considerar a transcrição total dos dados levantados para se ter uma compreensão das interlocuções entre os adultos, professoras e das crianças nas suas culturas infantis.

Referências bibliográficas

BRASIL Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. MEC, 2010.

CAMPOS, M. M. Por que é importante ouvir a criança? A participação das crianças pequenas na pesquisa científica. In: CRUZ, Silvia Helena Vieira (Orgs.). A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas. São Paulo: Cortez, 2008, p.43-51.

CÉLIO SOBRINHO, R; SÁ, M. das G. S. C. de; PANTALEÃO, E. O jogo das garantias dos direitos sociais das pessoas com deficiências. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 1303-1317, out./dez. 2017.

DAHLBERG, G.; MOSS, P.; PENCE, A. Qualidade na educação da primeira infância. Trad. Magda França Lopes – Porto Alegre: Artmed, 2003.

ELIAS, N. Introdução à sociologia. Tradução Maria Luisa Ribeiro Ferreira. São Paulo: Edições 70. 1980.

ELIAS, N. A sociedade dos indivíduos. Org. por Michael Schöter. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

ELIAS, N. A civilização dos pais. Revista Sociedade e Estado - Volume 27 Número 3 - Setembro/Dezembro 2012. Tradução a partir do espanhol para o português feita por Bruno Gontyjo do Couto. Supervisão de Edson Farias.

FREITAS, M. C. de. A criança pobre e suas desvantagens: o pensamento social no mundo dos apetrechos. In: SOUZA, G. de. A criança em perspectiva: olhares do mundo sobre o tempo infância. São Paulo: Cortez, 2007.

GEBARA, A.; LUCENA, R. de F. O poder e cotidiano: breve discussão sobre o poder para Norbert Elias. In: IX Simpósio Internacional Processo Civilizador - Tecnologia e Civilização, nov. 2005, Ponta Grossa, PR, Brasil. Disponível em: http://www.pg.cefetpr.br/ppgep/Ebook/cd_Simpósio/artigos.html. Acesso em: 15 mar. 2018.

MAY, T. Observação participante: perspectivas e prática. In: _____. Pesquisa social: questões, métodos e processos. 3. ed. Tradução: Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Porto Alegre: Artmed, 2004.

OSTETTO, L. E. A prática do registro na Educação Infantil: narrativa, memória, autoria Revista @mbienteeducação - Universidade Cidade de São Paulo Vol. 9 - nº 2 jul/dez, 2015 - 202-13.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. Por que ouvir as crianças? Algumas questões para o debate científico multidisciplinar. In: CRUZ, Silvia Helena Vieira (Orgs.). A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas. São Paulo: Cortez, 2008, p.43-51.

SARAT, M. Infância e a formação civilizada do indivíduo em Norbert Elias. Disponível em: [http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais14/arquivos/textos/Mesa_Coordenada/Tabalhos_Completos/Magda_Sarat.pdf](http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais14/arquivos/textos/Mesa_Coordenada/Trabalhos_Completos/Magda_Sarat.pdf) (2014). Acesso em 15 de março de 2018.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

GESTÃO EDUCACIONAL E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA: CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA FIGURACIONAL DE NORBERT ELIAS

Ellis Regina dos Santos Godoy
Mestre em Educação – UFES
ellisregina.santos@hotmail.com

Adriana da Costa Barbosa
Graduanda em Pedagogia – UFES
adrianadacostabarbosa@gmail.com

Cybele Barbosa Brahim
Mestre em Educação – UFES
cybelebb@gmail.com

Resumo: Este trabalho decorre de parte de uma pesquisa realizada em duas escolas da rede municipal de Vitória-ES, que teve por objetivo geral identificar e analisar aspectos das práticas dos diretores escolares no apoio ao processo de inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial no ensino regular. Para a coleta de dados utilizou-se entrevistas semiestruturadas e a observação. O aporte teórico tomou como base a Sociologia Figuracional de Norbert Elias, que considera indivíduo e sociedade como interdependentes entre si. Desse modo, consideramos o diretor escolar como um indivíduo aberto e que se constitui nas relações no contexto escolar.

Palavras-chave: Gestão Escolar. Educação Especial. Sociologia Figuracional.

Abstract: This work is based on a research carried out in two schools of the municipal network of Vitória-ES, whose general objective was to identify and analyze aspects of the practices of school principals in supporting the process of inclusion of the target public students of Special Education in teaching regular. For data collection, we used semi-structured interviews and observation. The theoretical contribution was based on the Norbert Elias Figurative Sociology, which considers the individual and society as interdependent with each other. In this way, we consider the school director as an open individual and that is constituted in the relationships in the school context.

Keywords: School Management. Special education. Figurative Sociology.

Introdução

Analisando o processo educativo das últimas décadas, temos observado uma crescente preocupação em atender as necessidades educativas das pessoas com

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





deficiência, tendo em vista o crescimento do número de matrícula desses estudantes no ensino comum. Essa disseminação de pensamentos e práticas inclusivas tem avançado de maneira considerável em razão do crescente reconhecimento dos direitos sociais desses estudantes nos últimos anos, em grande parte, por meio das políticas vigentes no campo da Educação Especial. Tomando a inclusão escolar como um processo em constante transformação, consideramos que a figura do diretor, nesse contexto, se configura como um aspecto importante no processo de consolidação das políticas voltadas para esse público.

As reflexões sistematizadas neste artigo sustentam nossa perspectiva de que o diretor escolar não se constitui sozinho no contexto escolar, pois sua prática depende, em grande medida, das muitas ações dos diferentes indivíduos que compõem esse espaço. Esses indivíduos, por sua vez, não são sujeitos vazios e isolados, mas carregam consigo conceitos e noções desenvolvidas em sociedade, fruto das múltiplas relações que estabeleceram e continuam estabelecendo. Assim, ao percorrer o caminho desta pesquisa, foi necessário compreender que, nessa figuração “escola”, se constituem múltiplos sujeitos com diversas experiências, que afetam necessariamente suas práticas cotidianas. A junção dessas práticas diárias constitui, no contexto escolar, os modos de ser diretor.

Este trabalho decorre de um estudo maior intitulado: “Gestão escolar e os processos de inclusão na escola comum: um estudo comparado internacional” que objetivou analisar aspectos do trabalho do diretor escolar que considere a perspectiva inclusiva de alunos público-alvo da Educação Especial matriculados em escolas de ensino comum localizadas nos municípios de Vitória-BR e Xalapa-MEX.

Desse modo, nesse artigo utilizamos os dados da realidade do município de Vitória-BR para discussão e análise de acordo com os pressupostos da Sociologia Figuracional de Norbert Elias.

A pesquisa foi realizada em 2 escolas¹⁶⁶ da rede municipal de Vitória/ES, sendo uma EMEF (Escola Municipal de Ensino Fundamental) e um CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil).

¹⁶⁶ Os nomes que utilizaremos para nos referirmos as escolas pesquisadas são fictícios.



A EMEF “Flamingos” conta com 867 alunos matriculados nos turnos matutino (do 2.º ao 5.º ano), vespertino (do 6.º ao 9.º ano) e noturno (EJA). Desse total, 12 alunos têm diagnóstico de deficiência.

O CMEI “Garças” conta com 437 alunos matriculados, funcionando nos turnos matutino e vespertino. Desse quantitativo, seis alunos são considerados com deficiência.

Para cumprimento de nossos objetivos, ao adentrarmos o campo educacional, utilizamo-nos de entrevistas, observações em contexto para balizar nossas análises sobre os processos de gestão escolar desenvolvidos.

O contexto escolar e os processos de inclusão

A seguir trazemos os relatos dos diretores sobre o processo de inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial. A diretora do CMEI “Garças” comenta que a inclusão se configura como um dos maiores desafios em sua prática como gestora. Ela assim relata:

O número de alunos especiais tem crescido bastante nas escolas, uma das ações que a gente faz muito todo ano é identificar essas crianças que têm um laudo que marca a sua especificidade a nível de Educação Especial. A partir disso, enquanto gestora, a gente vive o processo de matrícula. (...) Eu estou desafiada ao processo de Educação Especial, a pensar, repensar e reorganizar pra fazer um atendimento melhor, eu me coloco nesse desafio como gestora (Diretora do CMEI Garças, novembro 2017).

O diretor da EMEF “Flamingos”, ao ser entrevistado, menciona como uma de suas funções em relação à Educação Especial a sensibilização do corpo docente:

[...] um dos meus primeiros trabalhos que eu fiz foi sensibilizar os professores, não só os professores da Educação Especial e os estagiários, mas todos os professores, da importância do trabalho com os alunos com necessidades especiais, não invisibilizá-los. O problema é que, numa escola, se a gente não tomar cuidado, a gente invisibiliza essas crianças e a gente não

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





faz um trabalho efetivo com elas (Diretor da EMEF Flamingos, Setembro 2017).

Ele conta que essa não é uma tarefa fácil, visto que enfrenta, muitas vezes, algumas barreiras pelos professores regentes. Ele aponta a necessidade de uma formação voltada para a área da Educação Especial, a fim de que todos os professores se conscientizem como responsáveis pelo trabalho com os alunos público-alvo da Educação Especial:

A gente precisa que as academias façam esse trabalho de conscientização, de qualificação... que esteja no currículo de formação dos professores as diversas necessidades que as crianças têm, porque é muito difícil, né... é muito difícil você sensibilizar um professor do ensino regular de uma disciplina que ele tem que trabalhar com a criança com necessidades especiais, muito difícil. É um desafio muito grande, mas é um desafio que precisa ser vencido (Diretor da EMEF Flamingos, Setembro 2017).

O diretor da EMEF “Flamingos” ainda acrescenta: “[...] *nem todo professor está qualificado pra trabalhar com esse público*”. A formação de docentes para atuar com alunos público-alvo da Educação Especial vem sendo muito debatida nos últimos anos e continua sendo um dos desafios que se colocam quando se fala em educação inclusiva. Essa questão, segundo Cury (2016, p. 21), mostra que

[...] a presença de alunos com necessidades particulares nas salas de aula das escolas comuns põe em questão o caráter conservador da instituição e revela, ao mesmo tempo, os limites de uma formação de docentes pouco atenta a tais demandas, para as quais o professor é um sujeito essencial.

A diretora do CMEI “Garças” também declara que enfrenta algumas dificuldades e conflitos no processo de inclusão desses alunos nas salas de aula comuns, principalmente em relação ao papel de cada um dos profissionais que atuam em sala. Para

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





ela, “[...] *hoje sim, todos os profissionais têm que estar um pouquinho preparados pra receber essas crianças especiais (Diretora do CMEI Garças, Novembro 2017).*”

Martins (2016, p. 209), no texto em que analisa os desafios relativos à formação de professores em uma perspectiva inclusiva, aponta que, nas questões concernentes à formação inicial para atuar no espaço escolar “[...], realça-se a necessidade de superar a histórica dicotomia entre teoria e prática e a distância entre a formação pedagógica e a formação no campo dos conhecimentos específicos que serão trabalhados na sala de aula”.

A dicotomia sob esses conceitos é também baseada, segundo nossas análises, na noção de indivíduo e sociedade, sobretudo quando o indivíduo é pensado como se existisse antes e independente das relações, conforme apresenta Norbert Elias (1994).

Neste contexto, ao descrever essa noção, Elias (1994, p. 16) expressa que, embora se reconheça o fato de que os indivíduos formam a sociedade e que a sociedade é também composta necessariamente por indivíduos, “[...] quando tentamos reconstruir no pensamento aquilo que vivenciamos cotidianamente na realidade, verificamos, como naquele quebra-cabeça cujas peças não compõem uma imagem íntegra, que há lacunas e falhas”, ou seja, o conceito de indivíduo e sociedade como seres dissociados está tão enraizado e consolidado, que não conseguimos “montar esse quebra-cabeça”.

Arelado a esse pensamento, Luck (2012) nos traz importantes contribuições, ao abordar a necessidade de superação do “modelo estático e segmentado de escola e de direção escolar”. Esse modelo, proveniente da lógica positivista, segundo afirma, desconsidera os processos sociais existentes na escola e assume a fragmentação e individualização das ações e responsabilidades. Entendemos que, mediante o conceito de indivíduo e sociedade de forma dissociada, podemos elencar uma série de outras dicotomias que estão relacionadas a essa lógica, entre as quais a de ensino e aprendizagem, produto e processo e teoria e prática.

Baseado nessas dicotomias firmadas na lógica da segmentação das tarefas no cotidiano escolar, reside o desafio presente na prática do diretor escolar de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





envolver toda a equipe escolar como sujeitos responsáveis pelas questões que se referem ao trabalho com os alunos público-alvo da Educação Especial.

Ao atentar para esse desafio, uma das questões apresentadas pela diretora do CMEI “Garças” é que os professores regentes tendem a primar pelo profissional de apoio, que cuida da locomoção, alimentação e higiene da criança, em vez do professor especialista em sala de aula. A diretora, no entanto, discorda desse pensamento e acredita que a busca do professor especialista para atuar em sala de aula é de suma importância para o desenvolvimento cognitivo desses estudantes:

Eu preciso pensar a criança no desenvolvimento cognitivo dela, a higienização ela vai viver a vida inteira, e vai ser sempre a mesma coisa. Eu acredito muito na busca do profissional e eu defendo muito esse profissional professor pra qualificar o cognitivo dessas crianças (Diretora do CMEI Garças, novembro 2017).

Esses conflitos, exemplificados nos relatos de entrevista, são comuns no espaço escolar, trazendo à tona conceitos que estão cristalizados em nossa sociedade. Esses conceitos narram a concretização do processo de construção e implementação dos espaços inclusivos. Cury (2016) nos mostra que ainda existem pensamentos em torno da pessoa com deficiência, ou com “necessidades manifestas”, como ele chama, que precisam ser desconstruídos. Um deles é a marca do assistencialismo ainda presente no contexto atual. Sobre isso, a diretora do CMEI “Garças” destaca que acredita no trabalho do professor especializado em sala de aula como um modo de qualificar o trabalho com esses alunos:

Eu sou uma gestora que sai um pouco do assistencialismo, porque essas coisas de cuidado elas são realmente pontuais, mas cognitivamente, o avanço com estímulos cognitivos pedagógicos pra essas crianças tem um diferencial muito grande nesse processo (Diretora do CMEI Garças, Novembro 2017).

Desse modo, escapando à noção de indivíduo e sociedade como entes separados e fragmentados, concordamos com Libâneo (2013, p. 90), quando trata da participação e

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





autonomia dos sujeitos envolvidos no contexto escolar como um dos mais importantes princípios, ao afirmar que,

[...] na conquista da autonomia da escola, está presente a exigência da participação de professores, pais, alunos, funcionários e outros representantes da comunidade, bem como as formas dessa participação: a interação comunicativa, a discussão pública dos problemas e soluções, a busca do consenso em pautas básicas, o diálogo intersubjetivo.

Ao considerarmos essas noções e dialogarmos com os dados, temos indícios de que a preocupação dos diretores escolares em relação à formação docente mais adequada para atender esses estudantes, a sensibilização dos professores no que refere ao acolhimento, bem como a busca de meios para que a permanência desses estudantes ocorra de forma adequada, nos apontam uma prática de gestão escolar que não se volta apenas para as atividades burocráticas, mas que entende a dimensão pedagógica como inerente à gestão educacional. Essa forma de gestão foca o processo educativo e é descrita por Paro (2016) como uma prática administrativa que enriquece a prática pedagógica e vice-versa. Desse modo, administrativo e pedagógico se constituem e se articulam mutuamente.

O pensamento em torno da inclusão, apresentado nas falas dos diretores destacadas adiante, também evidencia para uma prática que leva em conta a importância do acesso dos estudantes público-alvo da Educação Especial ao ensino público comum:

Eu acho fundamental a inclusão, a gente não pode segregar esse aluno num espaço só de pessoas com deficiência. Nós precisamos inserir ele no contexto da Educação Regular, porque... como que eu segrego ele aqui, só no trabalho com educação especial? Mas e lá na sociedade? Como ele vai ser inserido? Então, é preciso que ele esteja inserido na educação regular e junto com os alunos (Diretor da EMEF Flamingos, Outubro 2017).

A gente vê crianças especiais que socialmente não convivem com ninguém; elas convivem com pai e mãe e só. Então, se você não

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





trazer esse público, ela não vai se socializar, porque ela também não é inserida nesse processo. (Diretora do CMEI Garças, Novembro 2017).

Ao nos valermos dessas falas dos diretores escolares, observamos que, ainda que contribuam para o processo de inclusão, os discursos se voltam para a socialização e o contato com o outro. Apesar de reconhecer a importância dessa socialização para a formação desses estudantes, é preciso também reconhecer que a escola comum é o local de direito à educação desses sujeitos. Esse pensamento em torno do reconhecimento desse direito, assegurado pelos documentos legais (BRASIL, 1996), deve constituir-se como um passo importante no processo de construção de uma escola inclusiva, aquela em que reconhece que todos os alunos possuem os mesmos direitos, sem nenhum tipo de discriminação (CURY, 2016).

E ainda, para além do reconhecimento desse direito, faz-se necessário haver ações concretas que impulsionem essas práticas no cotidiano escolar. Sobre a busca de recursos para a Educação Especial, a diretora do CMEI “Garças” destaca que, para além das características físicas impostas pela deficiência de cada aluno, é preciso pensar na contribuição do trabalho educativo para esses sujeitos:

Eu tenho Bruno que vai ser autista a vida toda, eu tenho uma Larissa que vai ter paralisia pra vida toda. Então, o que eu posso qualificar com o trabalho com eles? Então, é fundamental o papel do gestor na busca do profissional que vai atuar com esses alunos especiais” (Diretora do CMEI Garças, Novembro 2017).

Todavia, ainda que se considere a potencialidade do trabalho com os alunos público-alvo da Educação Especial, observamos que a palavra “limitação” ainda tem aparecido nas falas dos sujeitos no cotidiano escolar, como mostram os relatos de entrevistas:

*A criança com deficiência aprende, mas vai ser um trabalho diferenciado das outras crianças, num tempo mais lento... Aí dentro da capacidade, do **limite** delas, do limite que a deficiência impõe, a gente precisa fazer um trabalho com essas crianças, de*

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná





socialização, de aprendizagem (Diretor da EMEF Flamingos, Outubro 2017).

*Eu acho que a criança com deficiência tem o mesmo direito que a outra criança tem. Ela tem uma marca de **limitação**, sei que as vezes a gente não consegue dar o mesmo pras outras, mas a gente tenta adequar ao máximo essa questão (Diretora do CMEI Garças, Novembro 2017).*

Sobre esse aspecto, Carvalho (2009) destaca que a marca da deficiência em torno desses sujeitos se constitui de maneira histórica, fazendo com que essas pessoas fossem identificadas e representadas por essas “marcas”. Nessa perspectiva, criaram-se estereótipos que desencadearam, no imaginário social, uma baixa expectativa em relação às potencialidades do aprender desses sujeitos. Mas, apesar disso, observamos que os diretores tem buscado ações que visem a aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial, bem como o desenvolvimento de suas capacidades cognitivas.

Para Libâneo (2013, p. 33), “[...] a escola pode ser organizada para funcionar “cada um por si”, estimulando o isolamento, a solidão e a falta de comunicação ou pode estimular o trabalho coletivo, solidário, negociado, compartilhado”. Assim, observamos a importância dessas relações de diálogo presentes no cotidiano escolar como parte do processo que visa garantir o acesso e permanência desses estudantes no ensino regular. Essas relações entre os profissionais afetam diretamente no trabalho pedagógico, como destaca o autor:

As formas de funcionamento, as características de relacionamento entre as pessoas, as decisões tomadas em reuniões, a cultura, os modos de pensar e agir que se desenvolvem no cotidiano da escola entre professores, alunos e funcionários, expressam práticas grupais que afetam o trabalho na sala de aula (LIBÂNEO, 2013, p. 33).

Finalizamos nossos apontamentos, acreditando que, ainda que existam questões de ambivalência referentes às ações dos diretores, compreendemos que as relações no contexto escolar na realidade das duas instituições brasileiras têm se dado de maneira a

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





iniciar a construção de processos inclusivos. Essa observação nos leva a entender que, apesar dos desafios que se colocam na gestão educacional, é possível propor formas de gestão que busquem avançar no processo educativo desses sujeitos. Todavia, segundo nossas interpretações dos conceitos de Norbert Elias, não existe um estágio final “ideal” na construção de uma escola inclusiva, pois “[...] não há fim à vista. Só a direção é clara” (ELIAS, 2006, p. 37).

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei n.º 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

CARVALHO, R. E. La clasificación de la funcionalidade y su influencia em el imaginário social sobre las discapacidades. In: BROGNA, P. (Comp.). Visiones y revisiones de la discapacidad. México: FCE, 2009. p. 137-154.

CURY, C. R. J. Educação Inclusiva como Direito. In: Educação Especial: Políticas e Formação de Professores. VICTOR S. L., MARTINS, I. O. (orgs). Marília: ABPEE, 2016.

ELIAS, N.. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. Escritos & Ensaio: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática; 6ª edição, São Paulo, Heccus Editora (2013).

LUCK, H.. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. 8. ed.-Petrópolis, RJ : Vozes, 2012. Série: Cadernos de Gestão.

MARTINS, L. A. R. Analisando alguns desafios relativos à formação de professores na perspectiva da Educação Inclusiva. In: Educação Especial: Políticas e Formação de Professores. VICTOR S. L., MARTINS, I. O. (orgs). Marília: ABPEE, 2016.

PARO, V. H.. Gestão democrática da escola pública. 4 Ed. São Pa. Educação & Sociedade. Campinas, v. 30, n. 107, p. 453-467, maio/ago. São Paulo: Cortez, 2016.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

CHANCES DE PODER E AGENCIAMENTO MONOPOLIZADOR FORMATIVO: INCLUSÃO DE SURDOS NO ENSINO SUPERIOR (MÉXICO E BRASIL)

Euluze Rodrigues da Costa Junior
eulzejunior@gmail.com (Doutorando em Educação UFES)

Gildásio Macedo de Oliveira
gildasio@bol.com.br (Doutorando em Educação UFES)

Claudiana Raymundo dos Anjos
nanars_19@hotmail.com (Mestranda em Educação UFES)

Resumo: Neste artigo temos por objetivo analisar as chances de poder atribuídas aos surdos brasileiros e mexicanos nos aspectos formativos e de suas funções sociais. Em termos teórico-metodológicos, adotamos os pressupostos da Sociologia Figuracional, especificamente das noções dos mecanismos monopolistas. Como procedimentos metodológicos elegemos a análise documental e a entrevista semi-estruturada com dois surdos mexicanos da cidade de Xalapa do Estado de Veracruz/MEX. Consideramos que se por um lado os surdos convivem com baixas expectativas sociais e não acessam a Universidade Veracruzana - MEX, por exemplo, no Brasil, apesar de acessarem o Ensino Superior, nos deparamos com um agenciamento monopolizador formativo.

Palavras-chave: Norbert Elias. Ensino Superior. Surdos.

Resumen: En este artículo tenemos por objetivo analizar las posibilidades de poder atribuidas a los sordos brasileños y mexicanos en los aspectos formativos y de sus funciones sociales. En términos teórico-metodológicos, adoptamos los presupuestos de la Sociología Figuracional, específicamente de las nociones de los mecanismos monopolísticos. Como procedimientos metodológicos elegimos el análisis documental y la entrevista semiestructurada con dos sordos mexicanos de la ciudad de Xalapa del Estado de Veracruz / MEX. Consideramos que si por un lado los sordos conviven con bajas expectativas sociales y no accede a la Universidad Veracruzana - MEX, por ejemplo, en Brasil, a pesar de acceder a la Enseñanza Superior, nos encontramos con un agenciamento monopolizador formativo.

Palabras clave: Norbert Elias. Enseñanza Superior. Sordos.

Introdução

Neste ensaio temos o objetivo de analisar as chances de poder atribuídas aos surdos brasileiros e mexicanos nos aspectos formativos e de suas funções sociais. Na

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





tentativa de balizar nossa proposta, recorreremos aos estudos de Costa Junior (2015) para compreender a dinâmica da ampliação do acesso e permanência de estudantes surdos no Ensino Superior brasileiro. Paralelamente, buscamos identificar nas políticas que regulam a escolarização em nível superior, garantias de formação de estudantes surdos brasileiros nesse nível de ensino. Por fim, trouxemos diferentes trajetórias formativas de estudantes surdos mexicanos nesse nível de ensino (FERNANDEZ, 2015; CALVA, 2015).

Nesse contexto, é possível notar que ao participarem desses compromissos internacionais, tanto o Brasil quanto o México, vinculados aos diferentes órgãos reguladores (leiam-se: OCDE, ONU, UNESCO e BANCO MUNDIAL) assumem o compromisso de cumprir as metas e objetivos “acordados” nesses encontros. Em contrapartida, recebem financiamento dessas organizações que objetivam “reformular” as políticas e diretrizes educacionais desses países e conduzi-los “às novas realidades econômicas-financeiras mundiais”.

No delineamento de nossa proposição, em termos teórico-metodológicos, nos debruçamos em aspectos dos pressupostos da Sociologia Figuracional elaborada por Norbert Elias, especificamente nas noções dos mecanismos monopolistas. Nessa direção, entendemos a partir do autor que nas sociedades os indivíduos têm procurado diferentes maneiras de se legitimarem e redimensionarem suas funções sociais. Além disso, a partir dos monopólios os indivíduos são confrontados uns aos outros em busca de posições sociais mais elevadas.

Como procedimentos metodológicos, primeiramente elegemos a análise documental de políticas e diretrizes brasileiras e mexicanas que trazem aspectos sobre o acesso de surdos ao Ensino Superior e de dados relacionados ao fluxo de matrículas de surdos nesse nível de ensino. No segundo momento, em uma missão de trabalho internacional, realizamos entrevistas semi-estruturadas com três surdos mexicanos na cidade de Xalapa do Estado de Veracruz/MEX.

Assim, pretendemos a partir desse estudo problematizar as chances de poder atribuídas aos surdos nos contextos dos países investigados. É que, de maneira processual os surdos passam a compor e tensionar diversas redes de interdependência e, ocorre um

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





redimensionamento em suas funções sociais em diferentes contextos. Para tanto, em um primeiro momento faremos uma aproximação sobre os aspectos monopolizadores na trajetória desses indivíduos, em seguida abordaremos o caso brasileiro e, antes das considerações finais, o caso mexicano.

Aspectos monopolizadores na formação e/ou trajetória de indivíduos surdos

“[...] o estudo do antigo, em conjunto com o novo, ajuda-nos a observar o desenvolvimento social como um todo. A parte posterior do movimento pressupõe a anterior e o centro de ambas é a acumulação dos principais meios de produção da época, ou, pelo menos, o controle dos mesmos num número cada vez menor de mãos – antes a acumulação de terras e, mais tarde, de moeda, dinheiro” (ELIAS, 1993, p.98-99).

A partir das noções eliasianas à respeito dos *mecanismos monopolistas* encontramos aspectos que contribuem para nossas análises sobre a formação de indivíduos surdos em diferentes contextos latino-americanos, mais especificamente, nos contextos brasileiro e mexicano. Para tanto, entendemos que os movimentos monopolizadores na formação e/ou trajetória de indivíduos surdos do século XXI não estão descolados das tensões vivenciadas pelos surdos em séculos passados.

Nessa direção, compreendendo que os indivíduos possuem diversas funções sociais e que essas contribuirão para a manutenção de uma máquina monopolista duradoura esbarramos na questão de quem deve controlá-la e pensar “[...] em que meio seus quadros devem ser recrutados e como devem ser distribuídos os ônus e os benefícios do monopólio” (ELIAS, 1993, p.98).

É a partir do século XI que encontramos aspectos da sociogênese dessa estrutura monopolista. É que, naquele tempo encontramos fragmentos a respeito das práticas dos guerreiros – que exerciam todas as funções de governança necessárias – em seus respectivos territórios. Não muito diferente, com o passar do tempo esses territórios passam a ser administrados e monopolizados pelos suseranos. Em épocas de crises causadas pela fome ou pela seca, por exemplo, e com aparatos e recursos ostensivos e

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





financeiros, esses monopólios iniciavam guerrilhas em busca de novos territórios ou na defesa dos próprios.

Quando analisamos dado território, observamos que sua constituição é de diversas unidades menores (indivíduos) interdependentes. Logo, as chances de poder são distribuídas praticamente de forma igualitária e, assim, essas unidades menores possuem a capacidade de exercer a livre competição por meio do poder social. Ocorre que, mesmo sem a pré-existência de um mecanismo monopolizador, algumas unidades menores (indivíduos) sairão vitoriosas e outras não conseguirão êxito e, se continuarmos esse exercício de pensamento, encontraremos um número cada vez mais reduzido de unidades menores (indivíduos) que exercerão o controle de mais chances ou oportunidades de poder. Por outro lado, nos depararemos com um número cada vez maior de unidades menores (indivíduos) que terão suas chances ou oportunidades de poder reduzidas que diretamente ou indiretamente estarão interdependentes de um número ainda menor.

Entretanto, Elias (1993, p.99), chama-nos atenção para o seguinte aspecto:

A configuração humana capturada nesse movimento, por conseguinte, aproximar-se-á, a menos que medidas compensatórias sejam tomadas, de um Estado em que todas as oportunidades são controladas por uma única autoridade: um sistema de oportunidades abertas transforma-se num de oportunidades fechadas.

De modo análogo, vamos considerar que no Brasil ou no México existem determinado número de indivíduos surdos, e uma quantidade de oportunidades que não comporta o mesmo número. Para começarmos nossa análise, consideraremos que cada surdo dispute de igualdade de condições com outro surdo pelas oportunidades disponíveis, é quase nula as chances de mantermos o equilíbrio e de que nenhum indivíduo surdo triunfe outro – no caso de uma competição livre sem monopólio. Entretanto, a probabilidade é muito alta que em algum momento dessa disputa alguns surdos vencerão outros. Nessa direção, as chances de poder dos surdos que triunfaram serão multiplicadas em relação aos que não conseguiram êxito. Sendo assim, um pequeno

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





grupo de surdos acumula maiores margens de poder.

Análise das políticas de acesso e permanência no Ensino Superior brasileiro: do direito ao acesso de estudantes surdos

A partir de Costa Junior (2015), toda a dinâmica de formação de surdos no Ensino Superior no Brasil partiu de um desdobramento do que foi regulamentado no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. A Língua Brasileira de Sinais – Libras passou a ser inserida como disciplina obrigatória nas grades curriculares dos cursos de formação de professores e nos cursos de Fonoaudiologia e como optativa para os demais cursos. Além disso, emerge desse dispositivo a previsibilidade dos cursos de Letras-Libras nas modalidades bacharelado e licenciatura em todo território nacional.

Nessa direção, destacamos que as ações afirmativas do Ministério da Educação e Cultura – MEC, da Universidade Aberta do Brasil – UAB e da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, no período de 2006 a 2008 resultaram com a oferta e a operacionalização dos cursos de Letras-Libras, que foi ministrado diretamente na Libras, em 18 universidades públicas em todo território nacional. Essas ações, também, contribuíram para a expansão do número de matrículas de surdos no Ensino Superior do Brasil.

Em paralelo, destacamos que o aumento do fluxo de matrículas não está diretamente associado somente ao número de surdos que acessaram as universidades públicas. Um intenso movimento por formações iniciou-se a partir da regulamentação do Decreto 5.626/05. De modo análogo, entendemos que a partir da legitimação da Libras e da priorização dada aos surdos tanto nos cursos de formação de professores de Libras, quanto no ensino dessa língua na Educação Básica e no Ensino Superior ocorreu uma intensa procura dos surdos por cursos de Licenciatura e/ou Pedagogia em diversas IES privadas.

Percebemos que quanto mais os surdos brasileiros se tornam dependentes do órgão monopolizador, maior é o seu poder, não apenas individualmente e, sim, de maneira

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



Fábrika
Ideias criativas



coletiva. Isso ocorre, não somente pelo pequeno número de surdos aptos a acessarem o Ensino Superior e as funções sociais que lhe são ofertadas, mas, também, pela sua interdependência com os demais surdos, que juntos, paulatinamente, sob processos controlados ou não, criam expectativas de preservarem essas chances de poder e explorarem esse potencial que, no nosso caso analisado se refere às expectativas formativas e suas diferentes aspirações sociais, “[...] em suma, quanto maior o número de pessoas de cujo trabalho ou função o monopólio depende de qualquer maneira, mais fortemente esse campo controlado pelo monopolista faz valer seu próprio peso e suas regularidades internas (ELIAS, 1993, p.100-101).

Dessa maneira, entendemos que o fluxo de matrículas em instituições públicas ou privadas indicam mais chances de poder para os surdos brasileiros, entretanto são números que necessitam de problematizações, pois talvez não demonstrem a processualidade da transformação da cultura universitária e escondam as diferentes possibilidades da participação de estudantes surdos ou com deficiência auditiva nos processos de ensino, pesquisa e extensão das IES de todo o Brasil e em diferentes cursos.

As chances de poder de surdos no contexto do Ensino Superior mexicano

Não diferente do que fizemos na seção anterior, avançaremos em questões que identificamos nos processos de análise de documentos e das entrevistas realizadas com surdos mexicanos, mais especificamente, três surdos residentes em Xalapa/ Veracruz/ México com o objetivo de *analisar as chances de poder atribuídas aos surdos mexicanos nos aspectos formativos e de suas funções sociais.*

Antes de avançarmos para os aspectos do Ensino Superior e da formação de surdos mexicanos nesse nível de ensino, parece-nos importante fazer o seguinte destaque:

Si observamos las estadísticas, es reducido el número de personas que cuentan con alguna discapacidad, ya sea intelectual, visual o motriz, y cursan una licenciatura o han egresado de la

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





universidad; pero en el caso de las personas sordas el número se reduce aún más. Estos datos me producen mucha tristeza, porque estar en una universidad y cursar una licenciatura es una oportunidad inmensa y valiosa (FERNANDEZ, 2015, p.141).

Ao estabelecermos diálogos com surdos mexicanos da associação Difusión, Inclusión y Educación del Sordo – DIES, a partir de uma missão de trabalho internacional que realizamos em 2017, identificamos vários surdos que, por diferentes razões e trajetórias, buscaram ou já possuem uma formação técnica e ainda almejam uma formação de nível superior. Em um primeiro contato, perguntamos a dois surdos sobre quais foram suas expectativas iniciais e se essas foram incentivadas por algum amigo ou familiar. Nessa direção, responderam nos seguintes termos:

[...] Meus pais. Na escola primária .. comecei a trabalhar... e na secundária e então minha perguntou se poderia estudar em um horário e trabalhar à tarde. Então fiz as duas coisas ao mesmo tempo. Essa foi minha trajetória e por fim formei em ciências da computação e hoje trabalho nessa área (Surdo mexicano 01 – Entrevista – 18/05/2017).

[...] Quando estudava na primária minha mãe sempre dizia que eu deveria aprender mais coisas, por exemplo, a costurar e, então, todas as tardes eu costurava com ela eu gostava muito disso! Por gostar, fiz um curso de costura, demorei três anos para terminar. Trabalhei um tempo e depois entrei na secundária em escolas de ouvintes. Depois de um bom tempo trabalhando apenas com costura, mais especificamente, por sete anos, fui contactada para trabalhar como auxiliar de uma dentista. E assim, segui nos dois trabalhos, costurando e como auxiliar de dentista. Em um momento tive que decidir entre as duas profissões e, por razões econômicas, escolhi o consultório odontológico, o qual me dedico atualmente (Surdo mexicano 02 – Entrevista – 18/05/2017).

Nessa direção, ao observamos os estudos de Fernández¹⁶⁷ (2015) e Calva¹⁶⁸ (2015), identificamos diferentes trajetórias formativas de nível superior de estudantes

¹⁶⁷ Jovem surdo de 21 anos.

¹⁶⁸ Jovem surda de 24 anos.



surdos mexicanos. A partir desses autores compreendemos que existe um fluxo de matrículas em diversos cursos de nível superior, por exemplo, Psicologia, Design, Gastronomia, Comunicação Social e, outros.

Em diálogo com Elias (1993), compreendemos que as tensões vividas pelos indivíduos delineiam suas trajetórias de vida, assim, de modo análogo, podemos considerar que não diferente desse movimento, os surdos mexicanos foram conduzidos em suas formações a partir das suas inter-relações. Fernandez (2015), considera que:

Estudiar en una universidad te permite tener un panorama amplio del mundo, una manera propia de pensar, y te da las herramientas necesarias para tu vida adulta. Además te brinda las pautas para *trabajar en la profesión que elegiste*, pues eres capaz de construir el camino que te llevará al éxito personal y profesional y a ser alguien en el mundo. Por eso las oportunidades universitarias se traducen en oportunidades de vida (FERNANDEZ, 2015, p. 141 – grifo nosso).

Consideramos importante chamar atenção para o termo “*trabajar na profissão que elegemos*” e, assim, de maneira breve, analisar a trajetória de escolarização da autora Calva (2015). Trata-se de uma surda que prestou um exame de na Universidade Nacional Autônoma do México – UNAM para o curso de Contabilidade (não era sua escolha, entretanto, seguiu uma instrução vocacional ainda na escola comum) e não conseguiu êxito em sua avaliação de acesso. Procurou outras possibilidades, por exemplo, um curso que havia gostado no Instituto Mexicano de Audición y Lenguaje – IMAL, entretanto com os altos custos, não pôde acessar. Tempos depois, encontrou na Universidad Insurgentes uma possibilidade de acesso ao Ensino Superior. Entretanto, as únicas áreas que considerou ter compreensão eram: Matemática, Probabilidade, Estatística e Informática. As demais disciplinas a autora tinha muita dificuldade de entender e cada semestre que avançava se sentia ainda mais impotente. Assim, decidiu se afastar, contudo, encontrou com seus pais e disse:

[...] no puedo más con esta carrera, *yo quiero estudiar lo que a mí*

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





me gusta; ayudar a las personas que tienen el mismo padecimiento que yo. Esto podría servir como ejemplo para las personas que tienen una discapacidad. Quiero intentarlo una y otra vez y no rendirme por cualquier obstáculo que se me presente (CALVA, 2015, p.153 – grifo nosso)

Retomemos ao fragmento “*quero estudar aquilo que eu gosto*”. Destacamos este aspecto, para dialogar com aquilo que Fernandez (2015) chamou de “*trabalhar na profissão que elegemos*”. Percebemos no estudo de Calva (2015), que a autora “*elegeu estudar*” aquela profissão que, mais tarde, não encontrou grandes obstáculos durante a formação de nível superior.

Parece-nos que, em pleno século XXI, os surdos mexicanos convivem com uma margem de poder ainda muito restrita. Essa oportunização está atrelada à subordinação desses indivíduos aos aparatos sociais do contexto em que vivem.

Considerações Finais

Nesta seção de considerações finais, nos debruçaremos no resgate de aspectos que trabalhamos ao longo deste ensaio, pontuando o que pode contribuir para a reflexão a respeito *das chances de poder atribuídas aos surdos brasileiros nos aspectos formativos e de suas funções sociais*. É que, a partir de leituras eliasianas, especificamente, das noções de monopólio, acreditamos que as chances de poder de surdos, sejam eles brasileiros ou mexicanos sempre estiveram ou foram reduzidas ao longo da história. E, parece-nos que essa hipótese tem desdobramentos aproximados nos dois países analisados.

Desse modo, entendemos que estamos diante de uma grande tensão em nosso presente. Como vimos, na condição de sujeitos de direito, os surdos brasileiros ou mexicanos almejam diferentes perspectivas sociais em seus contextos. Entretanto, percebemos um certo redimensionamento monopolizador dessas oportunidades tanto no Brasil, quanto no México. Se no país caribenho, mais especificamente no estado de Veracruz, os surdos convivem com baixas expectativas sociais e não acessam a

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

Universidade Veracruzana, por exemplo, no Brasil, apesar de acessarem o Ensino Superior, nos deparamos com um agenciamento monopolizador formativo.

Referências bibliográficas

BRASIL. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 22 de dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em 11/07/2015.

CALVA, M.A.L. Un gran reto realizado: terminar una carrera universitaria. In: LUGO, N. R. Políticas inclusivas en la educación superior de la Ciudad de México. México, D.F, p. 152-155.

COSTA JUNIOR, E.R. A modelação de uma política cooperativa na formação de estudantes surdos no Ensino Superior. Dissertação de Mestrado. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2015.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador: formação do estado e civilização. v.2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FERNANDEZ, A. M. Compartiendo experiencias universitarias: una oportunidad para conocernos. In: LUGO, N. R. Políticas inclusivas en la educación superior de la Ciudad de México. México, D.F, p. 139-143.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

AS FIGURAÇÕES QUE COMPÕEM O FESTIVAL DE TEATRO DA AMAZÔNIA: Atividade mimética em cena

Fabiene Moraes Araújo
PPGSCA – Universidade Federal do Amazonas.
E-mail: fabienepriscila@gmail.com

Resumo: Dentre todas as espécies do reino animal, não há uma a não ser os humanos, a representarem e interpretarem o que os humanos fazem, desenvolvem, comportam-se e agem. Diante da reflexão feita por Norbert Elias, constata-se que o Festival de Teatro da Amazônia é realizado por indivíduos – (homens e mulheres) para outros indivíduos. Essa é uma função que o festival desempenha e a qual o sustenta. Objetiva-se fazer um estudo sobre suas práticas, destacando como o poder é representado dentro dessas práticas. Busca por meio de pesquisa bibliográfica e documental, relacionar as edições do Festival, nos anos 2004 a 2016.

Palavras-chave: Figuração. Festival de Teatro. Poder.

Abstract: Of all the species of the animal kingdom, there is not one other than humans, to represent and interpret what humans do, develop, behave, and act. Before the reflection made by Norbert Elias, it is verified that the Festival of Theater of the Amazon is realized by individuals - (men and women) for other individuals. This is a role that the FTA plays and sustains. It aims to make a study about their practices, highlighting how power is represented within these practices. Search through bibliographical and documentary research, to relate the editions of the Festival, from 2004 to 2016.

Keywords: Figuration. Theater Festival. Power.

Introdução

O artigo parte da dissertação de mestrado¹⁶⁹ intitulada **FESTIVAL DE TEATRO DA AMAZÔNIA: Atividade mimética em cena**. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, documental e bibliográfica. Tem como objetivo fazer um estudo sobre o Festival de Teatro da Amazônia – FTA, a partir de suas práticas, e como o poder é representado dentro dessas práticas.

As edições do FTA aconteceram no período de 2004 a 2016, num total de 12 (doze) versões. Dentre as questões levantadas, destacam-se: as relações de

¹⁶⁹ Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia/ IFCHS/UFAM

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





interdependências estabelecidas no processo de organização e produção do Festival de Teatro da Amazônia e toda a configuração que tange as relações sociais dos indivíduos envolvidos, não somente como sociedade civil organizada, mas também a participação do Estado como o provedor financeiro da realização do Festival.

Segundo DUNNING (1992, p.25) configuração “refere-se à teia de relações de indivíduos interdependentes que se encontram ligados entre si a vários níveis e de diversas maneiras”. É exatamente a partir da relação entre essas pessoas que ELIAS (1980) desenvolve o conceito de poder, o relacionando com a interdependência entre as pessoas. O poder para Elias “constitui um elemento integral de todas as relações humanas”. O fato de pensar que somos seres humanos autônomos e que a satisfação dos nossos desejos e o sucesso de nossas ações depende só de nós, de nossa vontade ou de nossas capacidades, é próprio de um olhar não ‘distanciado’ da sociedade e do contexto onde nos encontramos. Quando o olhar é distanciado, somos conscientes do escasso poder que temos como indivíduos sobre a linha dos movimentos da estrutura social e podemos discernir com mais facilidade a possibilidade de realização de um sonho ou de um desejo próprio.

O ser humano nesta perspectiva deixa de ser ele o fabricante único do mundo e o mundo deixa de ser o resultado de sua ‘ação’. O sujeito cria ‘associado’ com o objeto e o resultado pode ser incerto e até surpreendente. Os seres humanos sabem o que fazem porque acreditam ter um controle completo, porém, o resultado do que fazem os supera e por isso, os surpreende.

Ao longo do estudo percebe-se que para o FTA existir enquanto atividade de fomento do Teatro na cidade de Manaus e realizar difusão para a Região e, sobretudo ter alcance e visibilidade no cenário brasileiro, este, está diretamente ligado ao Estado numa relação de poder e interdependência funcional. Deixando muito explícito que sozinha a Federação de Teatro do Amazonas – FETAM, entidade da sociedade civil organizada e idealizadora do FTA, não possui autonomia para realizar o evento.

ELIAS (1980) observa que o conceito de configuração pode ser aplicado tanto em sociedades formadas por um número infinito de pessoas quanto para grupos relativamente pequenos. Entretanto o autor explica que quanto maior a configuração maior será os elos

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





entre os presentes. Para o autor essas pessoas estão interligadas e são dependentes, seja na família, na escola, no trabalho ou em qualquer lugar. É justamente essa ligação entre as pessoas, com um grau de dependência mútua entre os indivíduos que a forma, que Elias denomina de configuração, esta serve, portanto, de simples instrumento que tem em vista afrouxar o constrangimento social de falarmos e pensarmos como se o ‘indivíduo’ e a ‘sociedade’ fossem antagônicas e diferentes. Nesse sentido, pensar no FTA é entender a figuração que o constitui e a grande rede que pode atingir. Portanto, esse estudo busca compreender a natureza dos laços de interdependências que unem, separam e hierarquizam a dinâmica estrutural do Festival de Teatro da Amazônia.

Atividade mimética em cena.

Podemos entender a partir de Elias e Dunning (1992), que mimético vem ser uma aproximação do real e o teatro, segundo os autores enquadrando a ida ao teatro como uma atividade de lazer. Nesse sentido, no teatro, há encenações de peças que tratam do cotidiano. O espectador vai ao teatro assistir aquilo que ele vivencia, vivenciou e muitas vezes não percebe, ao estar envolvido com as atividades do cotidiano.

O Festival de Teatro da Amazônia teve a sua primeira edição em 2004, foi um marco nos eventos culturais realizados na cidade de Manaus. Foi criado para estimular o desenvolvimento artístico e cultural no Estado do Amazonas, bem como ser uma fonte de fomento e difusão da produção teatral local. O festival se caracteriza não somente pelas apresentações artísticas, mas também pelo intercâmbio cultural, pelo seu caráter pedagógico através da realização das oficinas, com debates envolvendo o público, artistas e profissionais da área e, o mais importante, o envolvimento de toda a comunidade. O FTA vem cumprindo sua função social e, para o desenvolvimento cultural, tem sido exemplo notável de incentivo às artes e à formação de novos profissionais do teatro e, outros festivais de diferentes segmentos.

A partir da terceira edição em 2006, foram incluídas na programação até então somente de peças locais e da região norte, peças nacionais de todas as regiões brasileiras

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

e de países da Amazônia Legal. O mesmo formato consolidou-se nas edições seguintes e hoje o FTA é referência no setor por conta de sua mídia, alcance, integração amazônica e parcerias público-privadas, garantindo assim uma infraestrutura para sua realização em todos os níveis, da divulgação, premiação e resultados artísticos. Essa interdependência funcional é o motor do FTA.

A estreia foi em praças e teatros alternativos da cidade de Manaus. A partir da 3ª edição passou a ser realizado no palco do Teatro Amazonas¹⁷⁰, contando com peças teatrais adultas e infantis em sua programação e inúmeros parceiros que investiram na ideia de “redes de trocas”. Busca-se uma consolidação do festival em suas várias edições, e a cada ano o fortalecimento e necessidades de realização se renovam.

Grandes nomes do teatro nacional contribuíram com o fortalecimento do festival, através das: Oficinas, palestras, workshops, curadorias, júris ou intermediando os debates acerca da construção cênica de forma profunda e coesa.

Diversos grupos, companhias e artistas independentes, já se apresentaram em outras cidades do País por conta da “vitrine” que se tornou o festival. Sem contar o prestígio que os artistas têm obtido com as premiações, além do reconhecimento do público erudito e popular.

À exceção de Tocantins, todos os Estados do Norte já marcaram presença. Em 2006, a Colômbia enviou um representante, o grupo Locombia de Teatro, reafirmando a ideia central do evento. A realização do FTA alcançou maturidade ao longo das suas edições pelo empenho profissional dos artistas da Amazônia, que se sentem estimulados pela rede de troca de ideias, experiências e informações que o festival oportuniza.

Segundo Nonato Tavares, ator e diretor que idealizou o FTA, o evento foi pensado como “Um encontro para mapear e discutir os afazeres teatrais no Amazonas”. Onde a intenção era simplesmente reunir as pessoas que faziam teatro na cidade de Manaus e no interior. Uma ação política para estreitar relações com os fazedores de teatro no norte do Brasil”.

¹⁷⁰ O Teatro Amazonas é uma obra arquitetônica de estilo Barroco e foi construído no período áureo da borracha.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Elias contribui para entender pois, claramente, o desequilíbrio de poder existente entre entes seja esse na esfera do simbólico ou não, agentes públicos de Estado para com os agentes produtores da sociedade civil que são representados pela Federação de Teatro do Amazonas - FETAM em relação a interdependência no processo de organização e realização do festival, mesmo com todos os contributos positivos que este evento traz para a sociedade.

A partir da análise, surge a seguinte indagação: Diante das relações de poder, qual é o sentido de produzir Teatro na Amazônia? Tem-se uma identidade no Teatro? O sentido maior é de resistência e mostrar que não somos só consumidores, mas sim produtores também. Todas essas inquietações motivaram os produtores culturais que presidiram a Federação de Teatro do Amazonas a acreditarem na realização do Festival como uma vitrine para a produção local, uma oportunidade de mostrar o Teatro produzido na Amazônia, almejando conseguir alçar voos mais altos com suas produções, com possíveis circulações nacionais.

As redes de interdependência no Festival de Teatro da Amazônia.

O Festival é uma ‘figuração’, uma rede que contém tensões e conflitos. Sua realização nos permitir entender as relações de interdependências dos indivíduos na composição da sua formação, facilitando assim a sua compreensão, a partir das estratégias de promoção, divulgação, difusão e o direcionamento adotados no processo de produção do evento, para a sua valorização numa visão coerente com a realidade e necessidade local. DUNNING (1992) revela que configuração “refere-se à teia de relações de indivíduos interdependentes que se encontram ligados entre si a vários níveis e de diversas maneiras”.

Um dos elos dessa teia que forma o FTA é o processo de curadoria. A equipe responsável pela organização de cada edição do festival, escolhe curadores, estes podem ser atores, diretores, professores, especialistas na área das artes cênicas para comporem a curadoria que irá escolher os grupos que farão parte da programação do FTA. Os grupos

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





são outro elo da figuração que é o festival, estes para serem escolhidos precisam ter uma boa estrutura de atores, diretores, figurinistas, iluminadores, sonoplastas trabalhando de forma interdependente em equipe para conseguirem produzir uma montagem teatral de boa qualidade técnica e artística que se sobressaia entre os demais, para ser escolhida como o que há de melhor entre todos os outros grupos inscritos no edital para o FTA.

Teatro é uma construção coletiva em que vários profissionais de áreas distintas do conhecimento se reúnem para realizar uma montagem cênica. Na encenação teatral os elementos visuais, estéticos e que formam o espetáculo são tão importantes quanto os autores, diretores e atores. Juntos, eles podem criar esta "delicada e ilusória realidade chamada teatro"

(PAIVA, 2011, p.11)

O processo de curadoria especializada, identifica entre todos os grupos de teatros inscritos no certame que determina as regras do festival, aqueles grupos com boa qualidade técnica e artística, assim, acredita-se que são escolhidos os melhores nas mais variadas linguagens cênicas, dirigidas para público adulto e infantil. Está aí uma rede invisível de interdependência, e o diferencial social.

Relação de poder entre FETAM e o Estado

O conceito de configuração (ELIAS, 1980) vem amenizar o abismo existente entre indivíduo e sociedade, porém esse ideal não se acha presente no cotidiano, nos fazendo pensar e idealizar esse abismo como expresso no subtítulo.

As relações de poder segundo Elias (1980), está presente em todas as figurações - na política, no trabalho, na religião, na família, nos gêneros em toda relação com o outro.

Conforme o autor aquele que depende mais do outro está no lado baixo da balança. É preciso que haja um equilíbrio do poder entre as relações funcionais que os seres humanos interdependentes mantêm uns com os outros. Para Elias (1980), o equilíbrio de poder não se encontra unicamente na grande arena das relações entre os estados, mas

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





constitui-se em elemento integral de todas as relações humanas. Este equilíbrio pode ter sido extremamente desigual no processo de desenvolvimento das sociedades humanas. Ainda segundo o autor, sejam grandes ou pequenas as diferenças de poder, o equilíbrio deve estar sempre presente onde quer que haja uma interdependência funcional entre pessoas.

Na relação de poder entre o Estado e a FETAM. O estado representado pela Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas - SEC, desfuncionaliza a autonomia da FETAM sobre a organização do festival. Isto acontece porque a autonomia é relativa e quando o Estado entra no processo de organização do festival, expõe as fragilidades. Estas estão visíveis na figuração que é a FETAM, ou seja, a cadeia de agentes produtores que constituem a entidade da sociedade civil.

Elias nos diz que a vivência em sociedade não é sempre harmoniosa e que cada um está ligado a algo por laços invisíveis. De fato, a realização do festival necessita da estrutura físico/financeira da SEC. Conforme Elias (1980), quem domina o conhecimento detém o poder. O Estado pode desfuncionalizar uma certa figuração, ou seja, tira o poder. É isso, o que acontece no processo de organização do festival devido a interdependência funcional.

Durante todo o processo de desenvolvimento das sociedades humanas, o equilíbrio do poder tem sido extremamente desigual. Pessoas ou grupos de pessoas com possibilidades de acesso ao poder, o exercem tendo em vista os seus próprios fins. ELIAS (1980) desenvolve o conceito de poder, o relacionando com a interdependência entre as pessoas. O poder para Elias, então “constitui um elemento integral de todas as relações humanas”.

Mudanças na estrutura das sociedades, nas relações globais de interdependências funcionais, podem induzir um grupo a contestar o poder de coerção do outro grupo. A configuração dos jogadores interdependentes, constitui uma estrutura para cada uma das jogadas individuais. A alusão de que o jogo é essencialmente transparente nunca se justifica completamente na realidade. É uma característica estrutural de todas as relações humanas. A força do poder de um ente varia relativamente ao seu adversário.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





De um modo mais simples poderíamos dizer: quando a alguém falta algo que outro tem, este desempenha uma função relativa em relação ao primeiro. Desempenham uma função recíproca, pois, uma vez que se tornaram interdependentes têm o poder de possuir reciprocamente necessidades elementares.

Premiação e jurados

A prática de premiar sempre foi uma constante nos FTA. O sentido de prêmio ou premiação que me refiro, não é só as quantias em dinheiro ou o troféu, mas tudo que a premiação traz consigo, reconhecimento, status, oportunidades, etc. Todas essas possibilidades trazidas pela premiação, de certa forma, exercem um certo poder na vida prática e imaginária do artista. A premiação provavelmente seja uma ferramenta que ajuda a convencer o indivíduo a se submeter ao ritual do festival. Onde o processo de curadoria é a primeira fase, nessa direção, a premiação pode ter incentivado muitos artistas a participarem do FTA.

O poder da premiação não é só de “seduzir” os participantes. A premiação dá sentido às práticas de julgar, pois se julga e classifica para premiar. Essa é uma das formas mais visíveis do exercício de poder no FTA. Os jurados têm a árdua missão de decidir quais são os “melhores” destaques do festival. Importante colocar que as escolhas feitas pelos jurados não devem ser tomadas como “verdades” absolutas. São escolhas datadas, pontuais, analisadas no momento de uma avaliação de determinada edição do festival.

Considerações finais

Apesar dos poucos estudos publicados, a importância dos festivais é concreta e sentida com clareza pelos produtores, artistas e público. São importantíssimos, em diferentes abordagens:

São elos fundamentais na circulação e fruição da produção teatral. São espaços privilegiados de inovação e difusão artística. Proporcionam a formação de profissionais

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





técnicos e artísticos. Cumprem função importante na formação de público e plateias. Têm importante impacto econômico na cadeia produtiva da cultura no território onde acontecem.

É relevante destacar o papel fundamental desempenhado pelo FTA na circulação de espetáculos e, para isso, é interessante refletir como se dá, institucionalmente, a circulação teatral no Brasil. Porém, podemos afirmar de maneira assertiva que apesar da ação do festival neste sentido, o diagnóstico que se tem da circulação de produções teatrais amazônicas pelo Brasil é que ela não reflete a nossa diversidade e nem a dimensão territorial.

Sinto de veras inquietação a respeito da necessidade de aprofundarmos o debate sobre as funções do Festival de Teatro da Amazônia. Se existe toda a potencialidade e importância, também se faz presente uma crise, que acredito seja salutar, mas que precisa ser refletida, discutida e solucionada. Creio que cada vez mais um festival não pode ser somente uma coleção de bons espetáculos, mas, sim, se apresentar como construtor de um discurso, enraizado na comunidade na qual está inserido e com a consciência de seu caráter político e social.

Creio seja preciso também rever a parceria da sociedade civil com o governo estadual na gestão do FTA, as relações de interdependências são necessárias, mas tem de haver um equilíbrio na relação de poder muitas vezes, exercida de forma autoritarista pelo governo sobre os artistas. Faz se necessário e urgente que a FETAM reestabeleça sua autonomia sobre a realização do festival e que este seja de fato um espaço da classe artística, sem as mordças e os grilhões impostos pelo governo.

Referências bibliográficas

ELIAS, NORBERT. Introdução à Sociologia. Braga, Edições 70, 1980.

ELIAS, N.; DUNNING, E., A busca da excitação. Lisboa, Difel, 1992.

PAIVA, Sônia. Encenação: percurso pela criação, planejamento e produção teatral. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2011.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

O JORNAL *DEZENOVE DE DEZEMBRO* (1854-1890): REGISTROS SOBRE INSTRUÇÃO PÚBLICA NO PARANÁ

Fernanda Cristina de Souza
Mestranda em Educação - PPEdu
Universidade Estadual de Londrina
fernandamily@outlook.com

Dr. Tony Honorato
Universidade Estadual de Londrina
tony@uel.br

Resumo: A presente pesquisa, em andamento inicial, analisa a instrução pública no Jornal *Dezenove de Dezembro*, este que acompanhou todo período provincial totalizando 3.937 publicações em 36 anos de duração. A pesquisa tem por objetivo analisar as narrativas presentes no jornal relacionadas à instrução pública, selecionando, identificando e catalogando as notícias acerca da instrução. Buscando compreender a relação entre a imprensa e a instrução pública para o período. Também analisa a imprensa enquanto fonte de pesquisa para a História da Educação. Com uma problemática de como o jornal *Dezenove de Dezembro* retrata a instrução pública na província do Paraná no Império. Palavras-chave: Imprensa. Jornal *Dezenove de Dezembro*. Instrução pública.

Abstract: The present research analyzes the public education in the *Dezenove de Dezembro* Journal, which followed the entire provincial period producing 3,937 publications in 36 years. The research aims to analyze the narratives present in the newspaper related to public education, selecting, identifying and cataloging news about education. Seeking to understand the relationship between the press and public education in that period, however, we analyzes the press as a research source for History of Education. With a problematic of how the newspaper *Dezenove de Dezembro* portrays the public education in the province of Paraná in the Empire time. Keywords: Press. Journal *Dezenove de Dezembro*. Public education.

O jornal *Dezenove de Dezembro*¹⁷¹ circulou pela província do Paraná durante 36 anos, totalizando 3.937 publicações, tendo sua primeira publicação em 1º de abril de 1854 três meses após a emancipação política da província e sua última publicação ocorreu logo

¹⁷¹ No primeiro ano do Jornal ele era denominado O *Dezenove de Dezembro*, depois passou a ser chamado *Dezenove de Dezembro*, utilizaremos a denominação “*Dezenove de Dezembro*” para nos referir a nossa fonte visto que foi utilizado por maior tempo pelo mesmo. Ressaltamos que, o nome do jornal vem em referência a data de emancipação política da Província do Paraná.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





após a Proclamação da República em 1890. O jornal foi um dos principais meios de comunicação do período provincial, e traz em seus impressos registros e informações sobre diversos setores entre eles políticos, sociais, legislativos, do governo província, relatórios, publicações de leis, instrução pública¹⁷², contratação e nomeação de pessoas para diversos setores províncias, vivências cotidianas dos cidadãos publicadas a pedido dos mesmos, propagandas, contos e romances entre outros. A escolha do jornal *Dezenove de Dezembro* como fonte e objeto de pesquisa vem por ele ser o único jornal que percorreu todo o período provincial e por ser exclusivo deste período, tendo seu término logo após a Proclamação da República.

O *Dezenove de Dezembro* foi um dos principais veículos de comunicação do período provincial do Paraná. Assim ele despertou o nosso interesse para ser a fonte e objeto desta pesquisa, motivos estes parecidos levaram outros autores a escolher o jornal como fonte, como o caso de Celina Midori Murasse Mizuta. Vejamos:

A escolha do jornal, veio pela relação de ser o primeiro Jornal impresso publicado na província do Paraná e **por este ter acompanhado todo o período provincial. “[...] O Dezenove acompanhou o tempo de existência da Província do Paraná.** Assim, suas páginas podem conter registros preciosos que permitiriam ampliar e aprofundar o conhecimento sobre a história do Paraná e também sobre a história da educação paranaense” (MIZUTA, 2012, p.4718- grifo nosso).

O jornal *Dezenove de Dezembro* foi para a província do Paraná um meio de propagação de informação e em suas páginas contém dados e relatos sobre os acontecimentos do período provincial, carrega consigo informações sobre o contexto político, econômico e social da época. Estudar a história do Paraná e a história da Educação paranaense partindo do jornal como fonte e objeto de pesquisa possibilita ver

¹⁷²Até o presente momento nos encaminhamentos da pesquisa e decorrente das leituras realizadas na fonte (Jornal Dezenove de Dezembro) foram catalogados noticiais acerca de contratação de professores e nomeação dos mesmos, informes sobre vagas para professores, pagamento pela compra de matérias e objetos escolares, anúncios de venda de matérias, leis e decretos, solicitação de licença e a concessão das mesmas.



como essas notícias eram relatadas e transmitidas aos seus leitores, assim como abre a possibilidade de encontrar sujeitos que foram esquecidos pela história e estão presentes nas páginas do periódico.

Estudar a história do Paraná enquanto período provincial partindo do jornal Dezenove de Dezembro como fonte tem o objetivo de olhar para a fonte e entender como ela retrata o período, quais os dados e informações que a fonte proporciona e partindo da mesma buscar uma compreensão deste momento histórico. A problemática da pesquisa é compreender como o Dezenove de Dezembro vem trazer a instrução pública nas páginas do jornal, olhando os espaços destinados às notícias, como elas eram publicadas, o que se noticiava acerca da instrução pública na província, e analisar a instrução pública na Paraná provincial através do jornal. Para a realização da pesquisa será feito um processo de parte da fonte para o externo, com base nas informações presentes no periódico buscar entendimento sobre o Jornal Dezenove de Dezembro e como o mesmo traz notícias acerca da Instrução Pública, Paraná provincial e Brasil Império.

A província do Paraná foi aprovada em 29 de agosto de 1853, com a lei nº 704, mas, somente em 19 de dezembro de 1853 com a nomeação do primeiro presidente da província Zacarias de Goes e Vasconcelos teve sua autonomia e passou a ser denominada Província do Paraná. Antes de sua emancipação política o território que era denominado 5º Comarca de Curitiba pertencia a província de São Paulo.

Com a recente província o primeiro presidente da Província Zacarias de Goes e Vasconcelos convidou a Candido Martins Lopes¹⁷³ a instalar uma Tipografia na cidade de Curitiba para a criação de um jornal para a província do Paraná. Candido Martins instalou sua tipografia em Curitiba na rua das flores nº 13, sendo ele o primeiro e um de seus principais donos e redatores do jornal, ficando na direção do jornal até o ano de sua morte. O jornal vem com o intuito de instruir e informar sobre variados assuntos, tratando desde assuntos oficiais em uma parte específica denominada como “Parte Oficial” onde

¹⁷³ Nasceu no dia 20 de fevereiro de 1808 na capital do Império e veio a falecer em 27 de dezembro de 1871. Na edição do dia 03 de janeiro de 1872, a primeira página do jornal traz um pouco sobre a vida do editor e de sua trajetória na Tipografia na província do Paraná. Candido Martins Lopes já possuía uma tipografia em Niterói, mas depois do convite do presidente da província instalou sua tipografia em Curitiba na rua das Flores, por onde trabalhou até a sua morte.



tratava de assuntos sobre o Governo Geral (assuntos relacionados ao Brasil Imperial) e Governo Provincial, tratando assuntos específicos da província. Entre os diversos assuntos presentes no periódico em suas primeiras publicações os redatores mostram aos seus leitores a importância de um jornal que tratasse das notícias da província paranaense. Vejamos o exemplo logo na primeira edição do jornal:

A imprensa, como todas as instituições e cousas humanas, tem um lado bom e outro máo, pois se é origem fecunda de vantagens sociaes, também com razão se lhe attribuem males gravíssimos.[...]Outras vezes, porem desveladamente occupada em investigarsó a verdade útil e profícua ao paiz, a imprensa, tomando a inciativa do bem, discute as questões de mór interesse para a sociedade, orienta e dirige a opinião na sena do progresso e dos melhoramentos, e serve de phanal ao poder. (O Dezenove de Dezembro, 01/04/1854, p.1)

Os redatores do jornal buscam essa preocupação de informar os seus leitores sobre como é a imprensa e o seu papel na vida social das pessoas, na edição nº5, publica em um espaço denominado *Folhetim* uma explicação sobre como será a organização de cada espaço dentro do jornal, sobre suas repartições e o que será tratado em cada um destes espaços, assim como deixam explicito que embora seja um jornal de pequena circulação atenderá a demanda da recente província. “Dentro dos justos limites que nos prescreve o nosso pequeno jornal, falaremos em tudo o que nos parecer de alguma utilidade e recreio” (O Dezenove de Dezembro, 29/04/1854, p.1)

Entre as notícias informadas e analisadas até o momento podemos perceber que o Dezenove de Dezembro quer ajudar no processo de formação de um povo paranaense e mostrar que esta província pode ser bem-sucedida e um bom lugar para se viver quando comparada ao Rio de Janeiro. Assim como os elogios estavam presentes nas páginas do jornal as reivindicações ganhavam espaço, quando eram criticadas as ruas e iluminação da cidade. “Não temos iluminação; as calçadas são horríveis, ninguém se atreve a sahir á noite a passeio, por que tem medo de cahir em algum barranco, ou ir abraçar-se aos chavelhos de algum boi” (O Dezenove de Dezembro, 29/04/1854, p.4)

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

Embora o jornal Dezenove de Dezembro se intitulasse como neutro e que não estaria ligado a grupos ou interesses políticos, conforme publicava em suas primeiras edições, após alguns anos já trazia em suas páginas seu posicionamento como Órgão do Partido Liberal, também enfatizamos a ideia de Luca (2005) de que nenhum jornal é neutro, pois sempre tem a visão do seu redator ao analisar e escrever suas notícias e publicações. Sendo assim, o jornal embora em seu início não assumia um posicionamento, em suas publicações são possíveis perceber elogios ao presidente da província.

A imprensa vem cada vez mais ganhando espaço entre os historiados para se estudar a história por proporcionar um contato com materiais produzidos no período em que se está analisando, pensar e analisar um jornal vai muito além de olhar para o mesmo apenas como um registro ou fonte documental, é preciso um olhar atento diferente do seu leitor habitual, pois os mesmos foram produzidos para leitores de momentos anteriores, neste caso de leitores do século XIX, por este motivo ao fazer a leitura de um jornal abre a possibilidade de ver qual era a forma de transmissão de informações do período, quais as notícias eram publicadas pelo jornal, como era organizado entre diversos fatores que cada jornal traz de específico e que a leitura do mesmo proporciona este conhecimento. Assim, “[...] podemos dizer que os jornais se constituem em fontes de pesquisa extremamente ricas para a História, em relação ao objeto de análise, permitindo uma abordagem sob os mais diferentes ângulos” (CARVALHO, 2007, p. 114).

Ao analisar uma fonte documental é importante que se entenda que ela traz um ponto de vista de um determinado acontecimento, não podendo nos prender a esse fato como sendo totalmente real e a única história, como exemplo: um jornalista relata um acontecimento segundo o seu ponto de vista, logo, outros detalhes podem estar presentes em um determinado acontecimento, estes que muitas vezes podem passar despercebidos ou terem sido esquecidos.

Entretanto, um olhar de análise para a imprensa pode nos proporcionar relatos que até então estão desconhecidos. “São os pequenos detalhes, ocorridos no interior do espaço educacional e registrados nos jornais, que permitem compreender como as

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





relações foram sendo construídas dentro dos microcosmos sociais” (CARVALHO, 2007, p. 48). Deste modo, ao entender magnitude da imprensa para os estudos sobre a história da educação, buscaremos um caminho pelo qual será planejado e percorrido para execução da presente pesquisa, olhando quais as informações que a fonte nos proporciona para estudar a instrução pública na província do Paraná.

As autoras Cruz e Peixoto (2007) abordam que ao ler e analisar um jornal temos que entender que o mesmo foi escrito para atender as necessidades de um determinado momento no passado. Desta forma, transformar um jornal em uma fonte e um objeto de pesquisa precisa de um tratamento específico e que ele seja entendido em seu contexto histórico, político e social, para isto é preciso conhecer como autores que estudam sobre impressos para conhecer a história fazem o uso do mesmo. Entender a imprensa cabe em “[...] ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição social que esta relação propõe” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258). Portanto, ao utilizar a imprensa em um determinado momento é preciso conhecer as relações sociais e os movimentos políticos que estavam acontecendo, para assim compreender as influências que podem ter sofrido a imprensa do período.

A imprensa é linguagem constitutiva do social, detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento as relações imprensa/ sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p.260)

Desta maneira, conhecer quem fez a publicação dos impressos nos remete a conhecê-los, assim como entender as relações que atuam com o mesmo, as forças históricas, grupos sociais e influências políticas.

É interessante ressaltar que não vamos ter um contato direto e saber exatamente o que os redatores dos jornais pretendiam transmitir em suas publicações, pois não vivemos naquele determinado período, fazemos nossa pesquisa, com base em resquícios do

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





passado e nos dados encontrados, podendo assim chegar o mais próximo possível do que acreditamos ser a realidade daquele momento, com base nos dados e nas fontes

Ao buscar os vestígios do passado, o pesquisador não estará lidando com o(s) fato(s) passado(s), mas apenas com a reconstrução do real, haja vista que fatos nunca podem ser percebidos em sua totalidade e em sua complexidade contraditória. O conhecimento histórico é, portanto, uma reconstrução do real. (CARVALHO,2007, p.16)

Segundo Luca (2005), as notícias e publicações presentes em um jornal tem uma importância ou relevância para estarem sendo publicadas, quando as mesmas chegam a ser impressas nas páginas de um jornal tem um objetivo ou finalidade, por isso é possível ir além do que esta noticiado, compreendo que há todo um contexto envolvido nas notícias presentes no jornal, fazendo como uma leitura das entrelinhas.

Portanto, ao fazer a análise de um jornal estaremos buscando modos de ver e de analisar a imprensa como fonte, entendendo que ela não se limita a apenas noticiar informações, mas carrega consigo dados e uma história de uma sociedade que está presente nas publicações. Ainda a autora enfatiza que não podemos tratar todas as fontes de uma mesma maneira pois, “A variedade da fonte imprensa é enorme e as suas possibilidades de pesquisa são amplas e variadas. Assim não é viável sugerir procedimento metodológico ou mesmo técnicas de pesquisa que deem conta de tantas possibilidades” (LUCA, 2005, p. 141).

Embora o objetivo da presente pesquisa seja analisar a instrução pública no Paraná provincial a partir do jornal Dezenove de Dezembro, não vamos nos limitar em olhar apenas para a instrução, mas em entender o contexto histórico que o jornal traz. Fazer uma pesquisa em periódicos como fonte de pesquisa abre um leque de possibilidades que vão sendo descobertas no decorrer da pesquisa enquanto a fonte é analisada. Entretanto, gostaríamos de ressaltar a ideia de que as fontes não falam por si, apenas carregam consigo registros e informações sobre determinados períodos e

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





acontecimentos, e partindo da leitura das mesmas e com a interpretação do pesquisador que é possível fazer a análise e estudos com fontes históricas.

Conforme apresentado em alguns trechos retirados do periódico, podemos analisar que além de publicar notícias relacionadas a instrução pública na província, O Dezenove de Dezembro também buscava propagar informações, reivindicações de uma certa forma de educação aos seus leitores, trazendo informações e assuntos que buscavam instruir seus leitores de notícias do Império e acontecimentos do mundo, trazendo roteiros de viagens, contos, e relatos de acontecimentos.

Portanto, esta pesquisa se propõe em buscar olhar o jornal Dezenove de Dezembro e buscar vestígios acerca da instrução pública no periódico, assim como buscar entender o período provincial partindo de um olhar do jornal, de forma a fazer uma leitura do contexto histórico do período por meio das notícias e publicações que a fonte traz.

Portanto, a pesquisa que aqui se apresenta em andamento propõe fazer uma análise do jornal Dezenove de Dezembro de forma que possa entender o período provincial partindo dos registros presente do periódico, e por meio dele construir uma consciência de como era apresentada a sociedade paranaense como província no período imperial, com informações relacionadas as condições de vida de seus moradores, as organizações sociais, reivindicações entre outros dados que auxiliem na construção de um pensamento de sociedade paranaense provincial.

Partindo do pressuposto de entender a sociedade do período por meio do período a pesquisa se desenvolve em analisar como o jornal publicava informações a respeito da instrução pública, em quais eram as notícias públicas e como elas estavam presentes dentro do jornal, observando espaço e lugar destinado a mesma, da mesma forma que busca analisar outras formas educativas presentes no jornal de forma formal ou informal como nas aulas particulares de música e nos romances publicados nas páginas do jornal. Serão analisados os diversos fatores relacionados com a instrução e educação na Província do Paraná Imperial como a publicação de leis, decretos, contratação de professores, venda de matérias, propagandas entre outras notícias que possam a vir estar presentes no Dezenove de Dezembro.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Referências bibliográficas

CARVALHO, Carlos Henrique de. República e Imprensa: As influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães, Uberabinha, MG 1905-1922. 2.ed. Uberlândia: Edufu, 2007. 158p.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: Conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, n.35, 2007 p.253-270. Jornal O Dezenove de Dezembro.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Carla Bassanezi (Jornal Dezenove de Dezembro org). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005. P.111-153.

MIZUTA, Celina Midori Murasse. Imprensa e educação no Paraná durante o governo de Zacarias de Góes e Vasconcellos, 1853-1855. IX seminário nacional de estudos e pesquisas “história, sociedade e educação no Brasil” Universidade Federal da Paraíba–João Pessoa–31/07 a, v. 3, n. 08, 2012.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO



Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA ALFABETIZAÇÃO: INFÂNCIA E FORMAÇÃO DOCENTE EM NAVIRAÍ-MS

Geiliane Aparecida Salles Teixeira
Docente da UFMS/Campus de Naviraí (CPNV)
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação UFGD/FAED
Membro do GPEPC/Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador
E-mail: geilianesalles@hotmail.com
Workshop

Resumo: Este trabalho se apresenta como uma proposta de pesquisa sobre as trajetórias de docentes que atuaram na alfabetização da infância na região sul de Mato Grosso do Sul, no município de Naviraí, no período entre 1960 a 1980. Buscaremos durante o processo de investigação, traçar as características da história do trabalho docente ancorados nos estudos de Elias (2006) e autores das temáticas da alfabetização. A premissa basilar desta pesquisa reside na possibilidade de rememorar processos formativos destes indivíduos. Nossa opção metodológica será a da História Oral Temática procurando desvelar como os indivíduos constituíram-se professores alfabetizadores no percurso de sua vida.

Palavras-chave: Trajetória Docente. Professores/as Alfabetizadores/as. Socialização e individualização.

Abstract: This work presents as a proposal of research about the teachers trajectories who acted in the childhood literacy of the south region of Mato Grosso do Sul, in the Naviraí municipality, in the period from 1960 to 1980. We will seek during the process of search, trace the characteristics of the history of teachers work to lies in the possibility of to remember formative processes of these individuals. Our methodological option will be the oral thematic history, searching unveils as he individuals constituted literacy teachers on the curse of your life.

Keywords: Teachers trajectories. Literacy Teachers. Socialization and individualization.

Introdução/Justificativa

Partindo da perspectiva de estudar as trajetórias docentes de professoras alfabetizadoras no sul de Mato Grosso do Sul, este trabalho surge de um projeto de doutoramento apresentado no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Grande Dourados sendo que a opção metodológica será a História Oral de professoras alfabetizadoras e justifica-se por compreendermos que o professor é um indivíduo,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





pessoa, sujeito histórico importante do campo educacional e, conseqüentemente, da história da educação (NÓVOA, 2007). Com base nos estudos angariados para a estruturação do projeto, é possível afirmar que a História Oral nos possibilita compreender os modos de *ser professora* percebido historicamente, bem como, de que forma esta profissão docente se instituiu no contexto social e histórico do alfabetizador e possibilita perceber os significados construídos em suas práticas.

Comprendemos que as relações de interdependência que se estabeleceram no percurso da vida dos indivíduos determinaram a formação profissional, pessoal e social dos envolvidos. Esse processo regulatório de coerção e auto coerção acontece por ações planejadas e também não planejadas, o que Elias (2006) indica ser um processo cego, pois:

As variáveis se dão em modelos que exprimem diferentes tipos de regulação do comportamento, nos tipos de coação externa e auto coação. Tais elementos existem em todos os grupos sociais e incidem num processo de individualização permitindo que o sujeito seja educado para ser parte do grupo a partir dos comportamentos internalizados, em um processo que passa de uma geração para outra (SARAT, 2011, p. 122)

Assim, apoiamo-nos em Nóvoa (1992, p.221), que corrobora com a ideia de que é fundamental valorizar os trabalhos produzidos a partir das realidades e dos contextos educacionais, pois:

A compreensão histórica dos fenômenos educativos é uma condição essencial à definição de estratégias de inovação. Mas para que esta inovação seja possível é necessário renovar o campo da História da Educação. Ela não é importante apenas porque nos fornece a memória dos percursos educacionais, mas, sobretudo porque nos permite compreender que não há nenhum determinismo na evolução dos sistemas educativos, das ideias pedagógicas ou das práticas escolares: tudo é produto de uma construção social.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





Diante disso, compreendemos que os indivíduos em suas figurações são indivíduos interdependentes nas relações que estabelecem uns com os outros. Para tanto, os indivíduos existem em “figurações e só podem ser entendidos dessa forma por meio das relações de interdependência entre os indivíduos que se agrupam em figurações específicas” (ELIAS, 2006, p. 26). As relações de interdependência entre indivíduo e sociedade se constituem ao longo do processo social e histórico formando redes de relações.

Assim por meio do relato das professoras alfabetizadoras podemos refletir sobre suas carreiras profissionais e perceber as mudanças de ordens diversas visto que as figurações não são fixas, como afirma Landini (2005, p. 06),

Estão em continuamente em fluxo, passando por mudanças de ordens diversas, algumas rápidas e efêmeras e outras mais lentas e profundas e os processos que ocorrem nessas figurações possuem dinâmicas próprias, dinâmicas nas quais razões individuais possuem um papel, mas não podem de forma alguma ser reduzidas a essas razões [...] o termo figuração pode ser definido como redes formadas por seres humanos interdependentes, como mudanças assimétricas em uma balança de poder, enfatizando o caráter processual e dinâmico das redes criadas por indivíduos.

Significa dizer que a constituição do indivíduo profissional da educação, como o professor, resulta das diferentes figurações em que estão imersos. Nessa perspectiva, as pessoas modelam suas ideias a partir de todas as experiências que tiveram no interior de seu próprio grupo docente que está vinculado à formação sócio histórico e cultural do seu meio. Para tanto, interessa-nos entender a trajetória das professoras alfabetizadoras e verificar como percebem o processo de alfabetização ao rememorar sua vida desde a infância quando foi alfabetizada e qual a relação com sua trajetória docente na constituição social de sua prática alfabetizadora.

História da Alfabetização e Trajetórias de Professores/as Alfabetizadores/as

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





No Brasil a história da alfabetização tem maior visibilidade na história dos métodos de alfabetização em torno dos quais são geradas diversas explicações para um mesmo problema: a dificuldade de nossas crianças em aprender a ler e a escrever. (MORTATTI, 2006). Um novo questionamento a ser considerado é a relação das professoras alfabetizadoras com as práticas de alfabetização que permearam sua história de vida, considerando que durante muito tempo a prática docente e de ensino, foram pautadas puramente em um saber fazer e não na compreensão do fazer, o que pode ter gerado resquícios na constituição da prática docente, na trajetória escolar e de vida diante da formação das professoras alfabetizadoras.

A ideia de que suas trajetórias de vida podem ser entendidas como histórias de formação são compartilhadas por Tardif (2012, p. 20):

Antes mesmo de ensinarem, os futuros professores vivem em salas de aula nas escolas e, portanto, em seu futuro local de trabalho, durante aproximadamente 16 anos (ou seja, em torno de 15.000 horas). Ora, tal imersão é necessariamente formadora, pois leva os futuros professores a adquirirem crenças, representações e certezas sobre a prática do ofício de professor, bem como sobre o que é ser aluno. Em suma, antes mesmo de começarem a ensinar oficialmente, os professores já sabem, de muitas maneiras, o que é ensino por causa de toda a sua carreira escolar anterior. Além disso, muitas pesquisas mostram que esse saber herdado da experiência escolar anterior é muito forte, que ele persiste através do tempo, e que a formação universitária não consegue transformá-lo nem mesmo abalá-lo.

Nessa perspectiva, o professor alfabetizador, precisaria oportunizar momentos de interação entre a aquisição da técnica e seu uso em um contexto social que insira a cultura da escrita na sala de aula. “Podemos perfeitamente aprender para que serve cada botão de um forno de microondas, mas ficar sem saber usá-lo” (SOARES, 2003, p. 02). Entretanto, se as professoras que não participaram dessa prática, dificilmente o farão em sala, por isso reunir elementos da história da constituição de sua prática alfabetizadora pode ser um estudo importante para a história da alfabetização em Mato Grosso do Sul, mais precisamente no contexto da cidade de Naviraí /MS.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ





É relevante rememorar o processo de alfabetização, via História Oral, com as professoras na perspectiva de reunir aspectos da história da alfabetização em Naviraí/MS, o que de acordo com Nóvoa (1991) requer entender que num “processo formativo é preciso levar em consideração o saber do professor, pois a escola precisa ser *o lócus* da aprendizagem docente”, ou seja, precisamos encontrar caminhos práticos que residam em formas mais concretas do ato de alfabetizar.

Acredita-se que a trajetória formativa do indivíduo pode o aproximar e/ou distanciar do objeto de ensino, neste caso a alfabetização. Por essa razão, estudar via História Oral as marcas do processo de escolarização na infância e na vida adulta da professora podem trazer elementos que contribuam para repensar o processo de aprendizagem da leitura e da escrita na escola. Esse dado ainda pode justificar o porquê da implementação de muitas propostas para alfabetização, como o PROFA, PRÓ LETRAMENTO, PACTO e poucos avanços em termos práticos na mudança de concepção dos indivíduos. Ou seja, a professora é influenciada pelos modelos pedagógicos dos quais participou enquanto aluna da Educação Básica? Suas concepções e crenças são arraigadas por estas vivências, muitas vezes, não tão boas e que privam a criança de viver sua infância no tempo e espaço necessário para aprender a ler e escrever? Diante disso, evidencia-se como objeto de estudo as seguintes questões: *Quais são as marcas do processo de escolarização da professora, em sua trajetória docente? E quais as influências na constituição de sua prática enquanto alfabetizadora?*

Enfim, essas são inquietações que me acompanham a partir da minha história de vida como professora alfabetizadora no município pesquisado e me fizeram escrever esse projeto e apresentá-lo ao Programa de Pós-Graduação em Educação, nível doutorado, da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, com o intuito de compartilhar algumas das angústias como um “ser inconcluso”, como diria o mestre Paulo Freire, uma vez que somos homens e mulheres “incompletos” na busca incessante de libertação e, consequentemente, da autonomia profissional.

Optamos assim em trabalhar com a História Oral Temática por privilegiar e estar atrelada a um conteúdo exclusivo que “[...] por sua vez, está mais vinculada ao

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





testemunho e à abordagem sobre um assunto específico” (MEIHY, 1994, p. 57). A História Oral permite ouvir fatos ocultos e dá oportunidade para o indivíduo falar sobre a história pessoal, profissional permitindo o contato direto do pesquisador com sua fonte de estudo, e, além do diálogo e do aproximar-se com o *lócus* de investigação. Essa metodologia:

[...] é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevista com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos [...]. [...] Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc. (ALBERTI, 2013, p. 24).

A História Oral ajudará a contar essa/s história/s, bem como a rememorar o passado e refletir sobre as práticas presentes no sentido de rever o futuro com as professoras alfabetizadoras do município de Naviraí/MS. Corrobora com essa ideia Bosi (1994, p. 55), ao afirmar que “[...] lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”.

Metodologia

A presente proposta centra-se na memória de professoras alfabetizadoras que atuaram nas décadas de 1960 a 1980 no ciclo da alfabetização do município de Naviraí/MS. Para tanto, será realizado um mapeamento para identificar esses indivíduos e então estruturaremos a pesquisa de campo no sentido de organizar os dados destas histórias, muitas vezes cruzadas, mas não articuladas. Penso ser essa uma maneira de ouvir o silêncio, que em determinados momentos, se torna mais perceptível do que a palavra falada (SANTOS; SARAT, 2010).

O foco será organizar as diferentes histórias que contam uma mesma realidade: a alfabetização na infância das professoras e a alfabetização a partir de suas práticas no sentido de identificar elementos que caracterizam a estruturação da docência em um

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





processo de rememorar as experiências escolares. De acordo com Distante (1998, p. 84): “Não existirá um porvir verdadeiro para humanidade e não existirá um verdadeiro progresso, se o futuro não tiver um coração antigo, isto é, se o futuro não se basear na memória do passado.”

A opção por essa abordagem metodológica reside no fato de que diante de processos recentes de fragmentação e desenraizamento de modos culturais, a História Oral vem se constituindo como uma boa alternativa metodológica para a compreensão das problemáticas dos sujeitos, das memórias, culturas e identidades (PORTELLI, 2010).

Com isso, a importância dessa modalidade de pesquisa está situada em uma razão que considero muito relevante, sendo a aparente perda da especificidade da alfabetização, constatada por Magda Soares (2004), ao afirmar que temos atualmente muitas teorias sobre a alfabetização na perspectiva do letramento e poucas metodologias consistentes no desenvolvimento da prática pedagógica.

Tal abordagem metodológica se justifica ainda pelo fato de que:

É através do oral que se pode apreender com mais clareza as verdadeiras razões de uma decisão; que se descobre o valor de malhas tão eficientes quanto as estruturas oficialmente reconhecidas e visíveis; que se penetra no mundo do imaginário e do simbólico, que é tanto motor e criador da história quanto o universo racional (JOUTARD, 2000, p. 34).

E ainda por comungar da ideia de Cunha (1998, p. 38) que “[...] as narrativas dos sujeitos são a sua representação da realidade e, como tal, estão prenhes de significados e reinterpretções”. Sendo assim, na busca de respostas às questões intrínsecas a este trabalho, será utilizada a História Oral Temática como fonte principal de pesquisa. Pretendo assim ouvir cinco professoras e rememorar suas práticas na perspectiva de trazer à tona a sua história pessoal de alfabetização, assim como a história da alfabetização local contada pelas vozes das protagonistas desse processo. Um projeto onde o desafio é buscar respostas para os questionamentos ora apresentados e, de acordo com Santos e Sarat (2010, p. 58):

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO



PPEdu UEL

Fábrika
Ideias criativas



Embora saibamos da distância entre o pretendido, o buscado e o resultado conseguido, acreditamos na disposição em buscar o que se pretende, respeitando a pessoa que está contando. E o desafio é encontrar nas histórias algumas das respostas que procuramos; são momentos de exercício desses elementos citados pelo autor como farejar respostas, utilizar a intuição para conduzir o trabalho e conseguir avançar na pesquisa, fazendo enfim com que a pessoa que conta se sinta integrada e nas suas expressões possamos encontrar o que procuramos.

Através dos discursos das professoras buscarei identificar dados relevantes à pesquisa, embora nem sempre estejam explícitos pois:

Nesse processo de contar, recontar, rememorar, trazer à tona lembranças, quase sempre cheias de significado para a pessoa, existem elementos que se apresentam ou se omitem. A percepção de tais elementos tornar-se importante e necessária, no momento de análise, para que aquele conteúdo, tal como foi exposto, seja compreendido e tenha aceitação. Nem sempre as “verdades” buscadas, ou aquilo que é mais significativo, podem ser vistas a olho nu; às vezes, é preciso procurar os indícios, pistas e sinais que nos levem ao resultado pretendido, que pode estar escondido nas entrelinhas da oralidade (SANTOS; SARAT, 2010, p. 57).

O recorte temporal desta pesquisa se justifica por foi entre as décadas de 1960 a 1980 que foram implementadas algumas propostas para alfabetização que serviram como métodos ou “jeitos” de alfabetizar ao longo dos anos assim acreditamos que as professoras ao narrar suas experiências como indivíduos sendo alfabetizados e alfabetizadoras poderemos perceber quais propostas tiveram mais destaque durante a implementação na região.

Considerações Finais

As redes de relações que se estabelecem na nossa vida nos fazem perceber que somos interdependentes e que podem gerar mudanças na trajetória pessoal e profissional

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





de cada um, enfim nas relações sociais criadas por nós indivíduos. Esta proposta de pesquisa procura trazer à tona a história de professoras alfabetizadoras do sul do Mato Grosso do Sul, no município de Naviraí, para refletir que por meio de sua trajetória de vida pessoal e profissional podemos perceber como as propostas de alfabetização são pensadas e refletem na prática das professoras alfabetizadoras.

Assim, podemos considerar que as figurações estão constantemente e continuamente em fluxo no processo de relações sociais, as vezes são mais gritantes e avassaladoras por outras vezes mais sóbrias e demoradas, isso é o que podemos considerar ser um processo cego, pois não percebemos quando estamos vivenciando tais mudanças, acreditamos que dessa forma também as professoras que vivenciaram tais experiências possam contribuir para o entendimento do processo formativo e prático da profissão do docente alfabetizador.

Referências bibliográficas

- ABERTI, V. (Org.) Manual de História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 3. Ed. 2013.
- BOSI, E. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- CUNHA, M. I. da. O professor universitário na transição de paradigmas. Araraquara: JM Editora, 1998.
- DISTANTE, C. Memória e Identidade. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 1998.
- ELIAS, N. Escritos e ensaios. 1 Estado, processo, opinião pública. Org. por Frederico Neiburh e Leopoldo Waizbord. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- JOUTARD, P. Desafios à história oral do século XXI. Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz CPDOC – Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2000.
- LANDINI, T. S. A Sociologia processual de Norbert Elias. Anais do IX Simpósio Internacional Processo Civilizador. Ponta Grossa, Paraná, 2005. Disponível em: www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/.../art27.pdf Acesso em: maio de 2018.
- MEIHY, B. S. C. J. Definindo História Oral e memória. Comunicação apresentada no 1º Encontro Nacional de História Oral. São Paulo, 19 de abril de 1993. Cadernos CERU – nº5 série 2, 1994.
- MORTATTI, M. do R. L. Os sentidos da alfabetização. UNESP. São Paulo, 2006.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

NÓVOA, A. Concepções e práticas da formação contínua de professores: In: NÓVOA, A. (org.). Formação contínua de professores: realidade e perspectivas. Portugal: Universidade de Aveiro, 1991.

NÓVOA, A. Inovações e História da Educação. Campinas, 1992.

NÓVOA, A. Vida de Professores. Porto: Porto Editora, 2007.

PORTELLI, A. Ensaios de História Oral. Letra e Voz. São Paulo, 2010.

SANTOS, R; SARAT, M. História Oral como Fonte: Apontamentos Metodológicos e Técnicos da Pesquisa. In: Fontes e Métodos em História da Educação. Editora UFGD. Dourados, 2010.

SARAT, M. Educação, Memória e Gênero: Contribuições de Norbert Elias. *InterMeio*: Revista do Programa de Pós-graduação em Educação, Campo Grande, MS, v.17, n.33, p.118 – 139, jan./jun.2011.

SOARES, M. A Reinvenção da Alfabetização. In: Presença Pedagógica, v.9, nº52,. Belo Horizonte: Dimensão. Jul./ago. 2003.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação. Jan /Fev./Mar./Abr. 2004, nº 25.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 13ª ed. Vozes. Petrópolis, 2012.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

AFOXÉS DE PERNAMBUCO NA DÉCADA DE 1980: ASPECTOS FIGURACIONAIS, HABITUS E A CONSTRUÇÃO DA AUTOIMAGEM

Gina Guimarães
AESA/Doutoranda em Educação - PPGEd- UFPE/ginag@bol.com.br

Edílson Fernandes de Souza
UFPE/Dr. Docente do Programa de Pós-graduação em Educação/Núcleo de Teoria e História/ professor.edilson@gmail.com

Resumo: A partir dos marcos conceituais eliasianos, como figuração, *habitus* e autoimagem, esta pesquisa em andamento pretende mapear os primeiros registros iconográficos e impressos acerca dos Afoxés pernambucanos, que circularam nas ruas e ladeiras das cidades do Recife e Olinda, na década de 1980. Considera-se que esse período se revestiu de grande efervescência, com acontecimentos históricos importantes no campo da política, da educação, da arte e especialmente da cultura, desenvolvidos por negros e negras que despertavam, naquele momento, para a construção de uma identidade centrada na autoimagem do afro-brasileiro. Neste texto apresentamos nossas reflexões iniciais a partir destes marcos conceituais.

Palavras-Chave: Figuração. Autoimagem. Saberes ancestrais. Afoxé.

Introdução

Pernambuco, estado com diversas manifestações culturais, festas populares profanas e religiosas tradicionais e concorridas; produtor de intensas atividades entre elas o Carnaval, considerado, o mais diverso culturalmente do país, que tem como característica principal a democratização da brincadeira e a multiculturalidade. Os foliões participam intensamente das manifestações, sem a necessidade obrigatória de nenhum tipo de distinção, por esses motivos atrai um número cada vez maior de turistas internos e externos ao Estado.

Os primeiros sinais dos festejos carnavalescos em Pernambuco surgiram ainda no século XVII, quando trabalhadores das Companhias de Carregadores de Açúcar e das Companhias de Carregadores de Mercadorias se reuniam para a Festa de Reis, formando cortejos carregando caixões de madeira e improvisando cantigas em ritmo de marcha.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

Mas, foram dois séculos mais tarde que a festa se popularizou e tomou o formato conhecido atualmente.

No Carnaval encontramos várias modalidades artísticas como a música, as artes plásticas, danças, entre outras; a folia de momo pernambucana preserva manifestações culturais datadas do período colonial como o Maracatu Nação, e dos fins século XIX e início do século XX, como o Frevo, além do Maracatu Rural, Caboclinhos, Desfiles de Bonecos Gigantes, Desfiles de Escolas de Samba, Desfiles de Afoxés, entre outras brincadeiras. Entre os grupos que hoje tem espaço de se apresentarem nesta festa encontramos os grupos de Afoxés, como dito anteriormente, ou ‘Candomblé de Rua’ (LODY, 1976).

Na capital de Pernambuco, Recife, o Carnaval tem sua abertura, que se tornou tradicional na sexta-feira à noite, anterior ao ‘sábado de Zé Pereira’, com uma enorme batucada de Maracatus e com a saída, no sábado pela manhã, do maior bloco carnavalesco do mundo, o Galo da Madrugada.

No domingo de Carnaval realiza-se o “Encontro de Afoxés”, no qual os grupos reúnem-se e apresentam suas performances, por ordem hierárquica de fundação, do mais velho ao mais novo. Grande parcela de membros da Comunidade Negra do Recife e Região Metropolitana, dentre eles, representantes dos mais de antigos Terreiros de Candomblé, além de simpatizantes, estudantes, pesquisadores, turistas brasileiros e estrangeiros, prestigiam estes momentos.

No caso do ‘Encontro de Afoxés’ este evento assemelha-se, em parte, ao que ocorre na noite da segunda-feira, pontualmente a meia-noite, no Pátio do Terço, em que se realizada uma das manifestações mais emocionantes da cultura negra no Estado, a cerimônia de Maracatus denominada ‘Noite dos Tambores Silenciosos’. Após décadas de trabalho e resistência cultural, baseados numa cultura religiosa ancestral, atualmente os Afoxés têm no domingo de Carnaval no Recife, no Pátio do Terço, no bairro de São José, um momento de grande encontro e espetáculo artístico, com músicas, cantos e danças, que, em 2017, realizou a sua 17ª edição, com a presença confirmada de 21 grupos da Região Metropolitana do Recife.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





Diante deste breve histórico e a partir dos marcos conceituais eliasianos, tais como figuração, *habitus* e autoimagem, e desta pesquisa em andamento, pretendemos mapear os primeiros registros iconográficos e impressos acerca dos Afoxés pernambucanos, que circularam nas ruas e ladeiras das cidades do Recife e Olinda, na década de 1980.

Considera-se que esse período se revestiu de grande efervescência, com acontecimentos históricos importantes no campo da política, da educação, da arte e, especialmente da cultura, desenvolvidos por negros e negras que despertavam, naquele momento, para a construção de uma identidade centrada na autoimagem do afro-brasileiro. Nossa intenção é compreender como processos educativos contribuíram para a materialização destas figurações e construção de redes de interdependência no referido período histórico.

Manifestações populares de origem afro-brasileira – os Afoxés em Pernambuco

O fenômeno dos Afoxés (misto de dança, música e canto), também chamados de “Candomblé de rua”, tem sua origem no culto ancestral aos orixás - Candomblé, porém outros dizem não haver Candomblé de rua, assim o afoxé seria uma representatividade do ‘Candomblé na rua’, onde o candomblé seria um ritual religioso de origem afro-brasileira.

Segundo Ferreira (2004, p. 205) Candomblé quer dizer “1. Religião introduzida no Brasil por escravos, na qual crentes novos e ancestrais, reais ou míticos, eram divinizados. 2. Designação genérica de diversas seitas derivadas do candomblé (1), e que apresentam influências estranhas à sua cultura (como por ex., elementos bantos, do espiritismo, rituais e mitos indígenas, etc.). 3. Local de culto do candomblé (1 e 2).

Festas de negros escravos eram denominadas nos primórdios de *batuques* (SOUZA, 1998) – termo geral usado para traduzir som, instrumento musical, dança e música, pois tudo o que fosse e lembrasse a África era chamado de batuque.

Souza (1998) ao analisar as proibições sofridas pela população negra (escravos e pretos livres) – ou ajuntamento de negros - como era caracterizado pelos europeus ao

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





realizarem atividades lúdicas de caráter religioso em que havia comoção e transe, por ocasião do desenvolvimento de nossa sociedade, ainda no século XIX, nos diz que os batuques perturbavam a ordem pública, pois era esta uma atitude bárbara, rude, não polida ou civilizada, da etnia negra da época e que deveria ser proibida.

Neste contexto, podemos compreender os batuques como uma instituição do século XIX, onde se estabelecia a teia das relações dos negros escravos e pretos livres, como também a representação dramática das narrativas em que os deuses eram reatualizados a partir da emoção compartilhada em público, local de confluência da memória coletiva das etnias negras (SOUZA, 1998, p.30).

No Brasil, os antigos batuques eram motivados pelo sentimento de ligação com a ancestralidade, herdada de um *habitus* estruturado pelas sociedades africanas, da qual se atribui a origem ou continuidade de várias atividades sócio-corporais de origem afro-brasileira como a capoeira, o samba, o jongo, o caxambu, os afoxés e o candomblé, servindo assim como uma espécie de sedimentação das práticas religiosas da cultura afro-brasileira.

O candomblé perpetua-se e sua prática se espalha por todo o Brasil. Encontra-se também associado aos cortejos do ciclo carnavalesco, como afoxés e maracatus, enriquecendo e fortalecendo, dessa forma, as festas afro-brasileiras e o folclore nacional (CORTÊS, 2000, pág. 77).

Na cidade do Recife existem referências de filiação dos praticantes da religião tradicional africana oriundos do povo Nagô e do Xambá. Estas recriações foram à síntese de experiências de diferentes povos que pertenciam a variadas culturas e que vieram para o Brasil na condição de escravizados.

Dentre estas criações e recriações, como apresentamos antes, encontramos o Afoxé, ou Afoxê, que segundo Ferreira (2004, p. 100) é um “1. Cortejo de natureza semi-religiosa que no carnaval desfila cantando e dançando. 2. Canção nele entoada.”; são vinculados a diversos terreiros da religião dos orixás, tendo como características principais

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





As roupas (nas cores dos orixás), o canto (em língua nagô) e instrumentos de percussão próprios (atabaques, agogôs, abês e xequerês). O ritmo da dança na rua é o mesmo dos terreiros bem como a melodia entoada. Os cantos são puxados em solo e repetidos por todos, inclusive pelos instrumentistas. Antes da saída do grupo ocorre um ritual religioso (BENJAMIN, 2011, p. 73).

Segundo a pesquisadora Ester Monteiro de Souza (2008) o aparecimento de grupos de Afoxés em Pernambuco data do ano de 1981, com o primeiro desfile do grupo Ilê de África, a partir do Balé Primitivo de Arte Negra e organizado pelo mestre de capoeira Zumbi Bahia. Tratava-se de uma proposta de restauração da identidade negra, reflexão, resistência cultural e política, promovido pelo Movimento Negro Unificado (MNU) no estado.

Os grupos de Afoxés apresentam símbolos e significados próprios tais como o Babalotim – importante símbolo religioso que representa o orixá patrono do afoxé; o Xirê – cerimonia religiosa com oferenda, canto e dança para os orixás na rua;

Depois do Xirê tudo é permitido. O Afoxé pode desfilar, subir aos palcos e encantar as multidões. O ritmo é o Ijexá, envolvente, sedutor, suave, de batida e cadência marcados por uma grande beleza. A base da percussão é feita por agogôs (que introduzem o ritmo), atabaques e afoxés ou agbês, instrumentos usados nos terreiros de Candomblé (SOUZA, E. M., 2008, p. 67).

Estas tradições e folguedos populares pernambucanos tem longa data em nossa realidade social, e tem recebido olhares diversos ao serem pesquisados, assim como reivindica um *habitus* africano no Brasil, na perspectiva de uma identidade nós na diáspora.

Olhares Eliasinaos na construção histórica de manifestações populares de origem afro-brasileira – os Afoxés de Pernambuco:

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO



Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



Fábrika
Ideias criativas



Dentre as ciências sociais e seus pesquisadores os escritos e ideias do sociólogo alemão Norbert de Elias¹⁷⁴ ajudou no processo de valorização dos assuntos do cotidiano e da cultura popular, dos esportes, das formas populares de lazer, da arte da vida cotidiana, entre outros temas. Um de seus conceitos centrais tem haver com o que o autor denomina de ‘civildade’, o qual perpassa a compreensão das ligações entre as mudanças na estrutura da sociedade, nas estruturas do comportamento e da constituição psíquica dando origem a instituições e formações. Neste processo histórico as gerações promovem mudanças nas estruturas sociais através da dinamicidade de suas figurações e redes de interdependência (ELIAS, 1994).

Ao olhar os fenômenos sociais numa perspectiva histórica o autor destaca a necessidade de um longo prazo para que possamos identificar as mudanças nas figurações ou configurações sociais, pois afirma que “hombres individuales constituyen conjuntamente configuraciones de diverso tipo, o de que las sociedades no son más que configuraciones de hombres interdependientes” (ELIAS, 1996, P. 31).

Em nossa realidade, ao tentar pedagogizar estes saberes relativos à própria história das danças brasileiras, sentiamos certa dificuldade de encontrar seus registros de maneira mais sistematizada, dentro desta perspectiva histórica. Assim, pudemos constatar que dentro deste campo de conhecimento tratar da história da dança no e do Brasil é algo pouquíssimo explorado nos livros e, conseqüentemente sobre o tema das danças afro-brasileiras, seus saberes, suas histórias.

Comprendemos que a problemática central emerge do contexto da falta de educação sobre a história de base afro-brasileira quanto as nossas manifestações populares, mesmo após os esforços de mais de 10 anos de promulgada a Lei 10.639/2003 que institui a obrigatoriedade do ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira, e após esta a atualização dos debates a partir da promulgação da Lei 11.645/2008 que torna obrigatória o trato da História da África, da Cultura Afro-brasileira e Indígena, pois

¹⁷⁴ Norbert Elias tem seus escritos tidos como relevantes na área sociológica já ao fim de sua vida. Nasceu em Breslau, parte do território germânico, hoje chamada de Wroclaw (Polônia), no ano de 1897. Estudou filosofia, medicina, mas findou por dedicar-se a sociologia. Sua tese de habilitação em sociologia, orientada por Alfred Weber, deu origem ao livro A Sociedade Corte (ELIAS, 2001, p. 42-43). Atuou como professor, pesquisador, vindo a falecer em 1 de agosto de 1990, em Amsterdã, nos Países Baixos.



nos bancos escolares do ensino superior muitos apresentam ainda o desconhecimento, a visão sincrética destas produções culturais, sem sequer nos remetermos a algumas questões preconceituosas quanto à visão do negro em nossa sociedade.

Ao refletirmos sobre estas raízes culturais podemos pensar sobre como temos tido e dado acesso devidamente às manifestações populares brasileiras, e mais especificamente as da cultura afro-brasileira tendo como uma de suas expressões os Afoxés, ou seja, seus processos de origem, sua dinâmica ao longo do tempo numa perspectiva artística, educativa; sobre seus saberes e suas práticas corporais, seus instrumentos, sons, indumentárias, músicas, grafias, configurando assim uma rede de interdependência e parte da auto-imagem dos que compartilham estes saberes. Mas, tem se escrito sobre a história da cultura popular brasileira e, dentre as suas manifestações artísticas, a história da dança popular brasileira? E sobre estes aspectos, danças nos Afoxés?

Neste contexto configuracional o conceito de *habitus* eliasiano é fundante, pois este muda com o tempo, podendo evoluir e se transformar, incorporado pela participação dos indivíduos nas configurações ou figurações, conceitos este que para Norbert Elias se equipara ao de sociedade.

Com o passar do tempo, os novos padrões de comportamento deixam de ser conscientes para tornarem-se uma segunda natureza – é a essa segunda natureza que se refere quando fala em mudanças na estrutura da personalidade. (LANDINI, 2007, p. 6)

Ao organizar seu pensamento Elias tenta articular de forma lógica os conceitos de indivíduo e sociedade, fugindo dos antagonismos e dualismos históricos quanto a estes; a figuração perpassada pelo *habitus* e as redes de interdependência, numa perspectiva histórica da relação indivíduo-sociedade, poderá nos desvelar como parte da cultura afro-brasileira foi organizada e reorganizada ao longo do tempo, pois não obstante as tensões experimentadas por esses indivíduos, muitas vezes estigmatizados e discriminados pelo preconceito de cor e raça, historicamente imprimido pelos estabelecidos da elite branca, os praticantes dos Afoxés faziam circular os saberes ancestrais, por meio da dança, os

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





instrumentos de percussão e indumentárias. Como resultado dessa circulação de saberes, os Afoxés, denominados ‘Candomblé de rua’, espetacularizam os ancestrais divinizados em desfiles, cortejos, e reinauguram a apreciação estética africana entre intelectuais, foliões e artistas anônimos.

Sobre os Afoxés, a luz do Norbert Elias, e ao nos reportamos às práticas e festividades afro-brasileiras partindo dos batuques, passando pelo candomblé até chegarmos aos afoxés, visualizamos o conceito de civilidade permeando esta dinâmica social uma vez que as pulsões de origem ritual religiosa são controladas pelos seus atores, seguindo, no caso dos afoxés, na década de 1980, o caminho da arte, da espetacularização e da apreciação estética.

Partem de um olhar bárbaro, do estranhamento para o de apresentação artística e apreciação estética, institucionalizando inclusive espaços e tempos sociais, como o Encontro de Afoxés no Pátio do Terço, no bairro de São José-Recife, nos domingos de carnaval, desde 2001, configurando neste processo uma dinâmica de transformações, a partir da mudança, evolução, transformação do ritual em espetáculo artístico, permeado por uma rede interdependente, formada por diversos atores, os quais construíram e vem construindo este fenômeno cultural.

Segundo Murad (2009, p. 104)

esse processo é entendido como a transição histórica que leva os indivíduos ao necessário autocontrole, que é civilizacional, por intermédio da assimilação e da internalização de normas e regras que limitam suas ações ‘desregradadas’, as quais, antes, só eram contidas mediante o uso da força, da imposição, da coação física.

Ocorre então à transferência da coerção externa para a autocerção, para o autocontrole do indivíduo, caracterizando assim o processo de civilização do homem na sociedade civilizada, fundada na obediência às regras, no controle social das normas e da Lei, dos hábitos e das atitudes, tendo as impulsões então sido recalçadas, refreadas, partindo do controle das emoções, nosso caso, construindo outros *habitus*, artístico-religioso, a partir do controle destas emoções rituais ancestrais. Estes aspectos foram

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná

LAI





estruturantes para o convívio em sociedade, ajudando na formação de seus sujeitos e em sua cidadania.

O pensamento Elisiano também amplia a reflexão das configurações educativas para a transmissão dos saberes nos Afoxés ao usarmos por base um outro conceito do autor denominado de ‘figurações’. Nesta perspectiva teórica o estudo de Elias foi um dos precursores, buscando estudar as interações sociais de uma forma processual, assim, o sentido figuracional é usado para ilustrar as redes de interdependência entre os indivíduos e a estrutura social, seus vínculos de reciprocidade que existem entre os agentes sociais e a produção e distribuição de poder, ideias.

Tais perspectivas vêm nos servir para visualizarmos a produção de conhecimento na estruturação dos Afoxés de Pernambuco na década de 1980, sendo importante também destacar que a formação, organização e transformação dessas cadeias de relações entre indivíduos e o coletivo não são lineares e muito menos estáticas. Essa figuração brincante, artístico-religiosa impulsiona uma autoimagem afro-brasileira, que passa de um processo inicialmente de estranhamento para o de apreciação estética por parte de autoridades e agentes públicos, institucionalizando, inclusive, alguns espaços e tempos sociais, como os desfiles no domingo de carnaval, em Olinda, e o Encontro de Afoxés no Pátio do Terço, na segunda feira, no bairro de São José-Recife, configurando neste processo uma dinâmica de transformações sociais.

Considerações Finais:

Nesse contexto, há de convir que esse também é o resultado de processos sociais complexos, que envolvem alterações significativas na forma e conteúdo de enxergar o outro, especialmente práticas consideradas repugnantes em um determinado momento e institucionalizadas em períodos mais recentes de nossa história, como os batuques que sofreram alterações conceituais entre os séculos XIX e XX, já devidamente identificados e analisados em Souza (1998). Desse modo, no plano sociológico, Elias (1994) ajudou no processo de valorização dos assuntos do cotidiano e da cultura popular, entre outros

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





temas. Estes aspectos das mudanças na estrutura social chamaria de mudanças na sociogênese e psicogênese, o que por ora parecer avizinhar o nosso objeto de investigação.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Roberto. A África está em nós: história e cultura afro-brasileira: africanidades pernambucanas. – João Pessoa, PB; Editora Grafset, 2011.

CORTÊS, Gustavo Pereira. Dança, Brasil!: festas e danças populares. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2000.

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador – Formação do Estado e Civilização (vol I). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELIAS, Norbert. A Sociedade dos indivíduos. Organizado por Michael Schröter; tradução, Vera Ribeiro; revisão técnica e notas, Renato Janine Ribeiro. – Rio de Janeiro, 1994a.

ELIAS, Norbert. La Sociedad Cortesana. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa. 6ª ed. rev. atualiz.- Curitiba: Positivo, 2004.

LANDINI, Tatiana Savoia. Jogos Habituais – sobre a noção de habitus em Pierre Bourdieu e Norbert Elias. X Simpósio Internacional Processo Civilizador. Campinas, 2007. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais10/Artigos_PDF/Tatiana_Landini.pdf. Acesso em 16 jul.2017.

LODY, Raul Giovanni da Motta. Afoxé. Cadernos de Folclore; n. 7; Ministério da Educação e Cultura/Departamento de assuntos Culturais/Fundação Nacional de Arte; Rio de Janeiro, 1976.

SOUZA, Edilson Fernandes de. Entre o fogo e o vento: as práticas de batuque e o controle das emoções. 1998, 211f. Tese (Doutorado), Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

SOUZA, Ester Monteiro de. Afoxé: herança ancestral, instrumento de resistência. Recife Nação Africana - Catálogo da cultura afro-brasileira. Prefeitura do Recife/2008.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

TRAJETÓRIA DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CIVILIDADE E HISTÓRIA DA PROFISSÃO

Giseli Tavares de Souza Rodrigues
Mestrado em Educação FAED/UFGD.

Docente da GEMED/Naviraí

Membro do GPEPC/Grupo de Pesquisa 'Educação e Processo Civilizador'

E-mail: giselits2010@hotmail.com

Me. Luciene Cléa da Silva

Doutorado em Educação FAED/UFGD.

Docente da UFMS/Campus de Ponta Porã (CPPP)

Membro do GPEPC/Grupo de Pesquisa 'Educação e Processo Civilizador'

E-mail: lugiraldelli@gmail.com

Comunicação Oral

Resumo: Este texto fala sobre a constituição da profissão docente, considerando a trajetória de uma professora aposentada que atuou na Educação Infantil no decorrer de 28 anos em Naviraí, sul do Mato Grosso do Sul. Teve como objetivo entender a trajetória da docente e verificar o processo pelo qual construiu sua carreira buscando, assim compreender o lugar da profissão e da institucionalização do trabalho docente. Pautamos nas contribuições metodológicas da História Oral e dialogamos com Norbet Elias, entre outros autores. Destarte, Maria, ao falar sobre sua história, ficou muito feliz, sentiu-se importante e por algumas vezes se emocionou durante a entrevista.

Palavras-chave: História da Educação. Educação Infantil. Trajetória Docente.

Abstrat: This text talks about the constitution of the teaching profession, considering the trajectory of a retired teacher who worked in Early Childhood Education during 28 years in Naviraí, in the south of Mato Grosso do Sul. It aimed to understand the trajectory of the teacher and verify the process by the teacher. which he built his career seeking to understand the place of the profession and the institutionalization of teaching work. We take the methodological contributions of Oral History and dialogue with Norbet Elias, among other authors. Thus, Maria, when speaking about her story, was very happy, felt important and sometimes was moved during the interview.

Keywords: History of Education. Child education. Trajectory Teaching.

Introdução

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná





“Às vezes a gente se decepciona com algumas coisas. Mais tem coisas que a gente fica pensando assim: Abri uma página e eu escrevi esse livro que não vai ser fechado” (MARIA, 2018).

A epígrafe acima é uma análise da professora Maria da Cruz dos Santos, acerca de sua vida e trajetória docente, na qual ela revisitou sua história pessoal e profissional, trazendo à tona as lembranças do passado, fazendo emergir no presente uma reflexão de sentimento de mágoa e ao mesmo tempo otimista. É deste modo, que a interlocução entre trajetória pessoal e profissional se conectam por meio de memórias e narrativas de professores que auxiliam na compreensão de processos vivenciados na profissão docente. Desta forma, falar de trajetória docente implica em refletir e investigar sobre a formação, profissão docente, práticas profissionais e experiências de vida entre outras questões, pois “É impossível separar o eu profissional do eu pessoal”, Nóvoa (2000, p. 17), isso nos faz pensar que o professor é sujeito pessoal e social, produtor e personagem principal de sua história. Essa é uma perspectiva de enxergar o docente como indivíduo em suas peculiaridades pessoais e profissionais, sendo sujeito de uma história diferente de outras (NÓVOA, 2000).

O objetivo do trabalho foi descrever e entender a trajetória profissional da professora Maria e verificar o processo pelo qual ela construiu sua carreira na atuação com a infância, bem como compreender o lugar da profissão e da institucionalização do trabalho docente. O recorte temporal da pesquisa foi de 1984 a 2012, pois contempla o marco inicial e final da carreira de Maria. O estudo foi feito em Naviraí/MS e nosso referencial teórico foi mediado pela tentativa de diálogo com Norbet Elias (2006, 1993, 1994), o que nos fez buscar respaldo nos conceitos de ‘figuração’ e ‘interdependência’.

Aprendemos com Elias (2006) que existem as figurações que são compostas por grupos humanos nos espaços sociais como escola, academia, igreja, família, e entre outros que são resultantes da relação de indivíduo entre indivíduo. Cada figuração é singular a uma já existente. A definição desse conceito é diferente de outros “[...] conceitos teóricos da sociologia por incluir expressamente os seres humanos em sua formação. Há

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





figurações de estrelas, assim como de plantas e animais. Mas apenas os seres humanos formam figurações uns com os outros” (ELIAS, 2006, p. 25). Entendemos que a sociedade não é nada além de indivíduos ligados uns aos outros (ELIAS, 2006). E por meio de relações múltiplas, nas figurações que cada indivíduo se encontra, há um elo que os tornam conectados, e aí aparece a ideia de interdependência, que conforme Elias (1993, p. 194) podemos crer que tal conceito está ligado a:

[...] planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil. [...]. [...] É essa ordem de impulsos e anelos humanos entrelaçados, essa ordem social, que determina o curso da mudança histórica, e que subjaz ao processo civilizador.

Por meio das proposições do autor, entendemos que o rumo que a sociedade segue continuamente, desde o início da civilização humana, perpassando pela constituição de normas, valores, crenças, organizações, perspectivas de vida em comum, exigências sociais e finalidades de cada período, podemos chamar de processo civilizador. Isso é resultante da constante interdependência entre os indivíduos voltados para processos sociais mediados pela sociogênese (sócio-histórico/ meio coletivo) e psicogênese (psicológico/singularidade do indivíduo) (ELIAS, 1994). Assim, esta interdependência que é estabelecida por meio da singularidade dos indivíduos fundada nas relações sócio históricas da coletividade, constituída em determinado espaço e tempos específicos, levam-nos a olhar com maior atenção para a trajetória docente e de tal forma, desenvolver este trabalho. Utilizamos a metodologia de História Oral Temática que privilegia e está atrelada a um conteúdo exclusivo, proporcionando o testemunho dos indivíduos e a retomada de suas experiências de vida. A “[...] História Oral Temática aborda questões externas, objetivas, factuais, temáticas [...]” (MEIHY, 1994, p. 57, sic), objetiva ouvir fatos ocultos e dá oportunidade para o indivíduo falar sobre sua história, permitindo o contato direto do pesquisador com sua fonte de estudo.

Vemos a História Oral como “[...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevista com pessoas que

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO



LAI





participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, [...]” (ALBERTI, 2013, p. 24). Usamos a técnica de entrevista, a partir da qual tivemos contato com as experiências, memórias e lembranças da professora Maria, que foi de extrema relevância para constituir todo o arcabouço empírico desta pesquisa. Analisamos por meio da fonte oral a figuração e as interdependências pessoais, sociais e profissionais da educadora entrevistada. Acreditamos que todos os anos de atuação da professora com crianças pequenas puderam, nos trazer elementos que corroboraram com o entendimento da profissão docente, formação de seu percurso profissional e da história da educação local e regional.

Trajatória profissional de Maria: A dinâmica das figurações

Consideramos que as fontes orais nos revela o inexprimível, aquilo que não poderíamos localizar se não fosse por meio delas e dos indivíduos dispostos a contar suas histórias. Assim, “[...] toda uma série de realidades que raramente aparecem nos documentos escritos, seja porque são consideradas "muito insignificantes" - é o mundo da cotidianidade - ou inconfessáveis, ou porque são impossíveis de transmitir pela escrita” (JOUTARD, 2000, p. 33-34). E foi a partir dessa fonte que tecemos, aqui, a trajetória da professora Maria, descrita a seguir. Maria tem 58 anos, solteira e nunca teve filhos. É oriunda de família pobre, nasceu em Ingás, um Vilarejo no município de Nova Granada, São Paulo (SP) e viveu parte da infância na zona rural. Aos 06 anos seus pais migraram para o Mato Grosso Uno (MT)¹⁷⁵ junto com o grupo familiar tios e primos em 1966, onde residiram na fazenda Boa Sorte, em Naviraí (MT), depois, passaram a morar na área urbana. A professora recorda como foi a sua infância: “Eu tenho muita saudade da minha infância. Ela foi, em meio a animais, córregos, natureza, em muita mata, animal, fruta... [...] os brinquedos nossos lá mesmo eram os animais com a própria natureza em si, brincava no balanço” (MARIA, 2018).

¹⁷⁵ Denominamos de Mato Grosso Uno (MT) o período antes da criação do (MS).



Pensando com Elias vemos que não é possível um indivíduo viver isolado na sociedade, pois para sua sobrevivência precisa do meio coletivo, e a figuração familiar é a primeira instituição de socialização humana, sendo assim, “todo indivíduo nasce num grupo de pessoas que já existiam antes dele” (ELIAS, 1994, p. 23). Assimilamos que a infância da professora foi para ela uma fase marcante composta por brincadeiras, em contato com a natureza e com o grupo familiar que interagiu e tudo ficou registrado em sua memória. Diante disso, Bosi (1994, p.55) ensina que “por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor”. Podemos dizer que o que fazemos é uma reconstrução do passado com o pensamento de hoje. Os primeiros anos da escolarização de Maria foram na zona rural iniciou aos 06 anos em turmas multisseriadas até o 4º ano do Ensino Primário.

Depois continuou seus estudos na cidade, quando o transporte passou a levar os alunos da fazenda para o município. Posteriormente, fez o Ensino Médio (Ensino de Segundo Grau) sendo o curso Técnico em Contabilidade, finalizou em 1982. Relatou-nos que seu sonho era ser bancária. No entanto, essa fase da vida de Maria foi um dos pontos de partida para a escolha da profissão docente. Com os conselhos de seu mestre do curso Técnico em Contabilidade, optou entrar na carreira do Magistério, como nos conta: “Você está fazendo o curso errado! Faz o Magistério. Ele levou o que eu escrevia para a secretária de educação. Ela falou: Vamos arrumar um serviço nas fazendas, se ela tiver coragem de ir. Como eu estava desempregada só terminei o Ensino Médio e fui” (MARIA, 2018). E o desejo de ser bancária caiu por terra, primeiro por falta de condições, pois não havia curso da área administrativa em Naviraí (MT) e depois com a oportunidade de trabalho surgida no momento em que precisava, Maria então deixou seu plano inicial e ingressou na profissão docente.

Ao refletirmos sobre tal fala, averiguamos que a entrada da professora na profissão docente foi um processo não planejado/cego como assegura Elias (1993), mas algo que surgiu independente de sua vontade, visto que suas ações e necessidades

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





conduziram-na à docência. Ela relatou que no decorrer da carreira foi se encontrando e nessa profissão construiu uma trajetória brilhante. Para aprimorar sua formação, Maria fez Pedagogia, concluindo em 2001 e também cursou Normal Superior, finalizando-o em 2003. Ela conta que realizou o curso de Pedagogia no centro de Faculdades Integradas de Naviraí (FINAV), instituição privada que foi a primeira entidade a chegar ao município, fundada em 1987 e que veio para suprir a necessidade formativa de professores, pois na época havia muitos leigos atuando, segundo Maria. O prefeito da época, Simplício Vieira de Souza Nego, diante da situação da grande demanda de crianças para atender e professores sem formação superior, segundo Maria, fez um convênio com a senhora Ively de Carvalho Monteiro, dona das Faculdades Integradas de Fátima do Sul (FIFASUL), para implantar a (FINAV) em Naviraí (MS) e integrar esses professores ao meio profissional que era uma emergência.

Assim, os professores tiveram a oportunidade de se habilitarem para exercerem a função docente e foram se profissionalizando. Tal perspectiva de crescimento da profissão docente em Naviraí (MS), entendemos, pautando-nos em Elias (2006), que esses docentes passaram por um processo de civilidade da profissão, no qual foram inseridos no espaço formativo e caminharam conforme as exigências estabelecidas para a atuação profissional da época. E nesses quesitos, que a professora Maria seguiu no sentido de se constituir na profissão. Acerca disso, podemos ampliar a discussão a partir do que Elias (2006) escreve em *Estudos sobre a gênese da Profissão Naval*¹⁷⁶, entre os séculos XV e XVII, tecendo a respeito da constituição da profissão naval. Esse texto nos ajuda a pensar que a gênese e o crescimento de uma profissão perpassam conflitos pessoais e desejos profissionais, sentimentos e relações sociais que partem de grupos interdependentes de indivíduos e interesses específicos em diversos aspectos das relações de poder. Elias ensina que uma profissão surge, em virtude das necessidades da sociedade envolvendo questões políticas, econômicas, sociais, contextuais e históricas. Quando a faculdade foi implantada em Naviraí (MS) Maria tinha terminado o Magistério, e estava atuando, mas o salário era pouco e não pôde cursar o ensino superior de imediato.

¹⁷⁶ Para melhores compreensões acerca da temática, ver a obra: *Escritos e Ensaios* (ELIAS, 2006).



Somente em 1999 que conseguiu fazer Pedagogia. Um ano após ingressar na Pedagogia ela começou o Normal Superior na cidade de Mundo Novo (MS), na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), o qual finalizou em 2003. Maria nos contou que levar os dois cursos foi difícil, pois trabalhava e era muito corrido lecionar e estudar ao mesmo tempo, mas era preciso.

O início na carreira de Magistério

Maria iniciou na carreira docente em Naviraí (MS) no de 1982, aos 22 anos, com turmas multisseriadas, na zona rural. E com a (EI), na época (pré-escolar), começou em 1984 em uma favela, como nos conta: “A pré-escola eu comecei em 84 na (COOPERNAV) que abriu a usina e tinha a favela, então eu fui para lá dar aula” (MARIA, 2018). A abertura da escola Buji Tadano próximo ao município ao lado da Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar e Álcool de Naviraí Ltda (COOPERNAV) foi com o objetivo de atender os alunos de uma turma multisseriada, porém depois, a partir da demanda de crianças entre 03 e 05 anos, foi constituída uma sala para acolher os pequenos também. Maria relatou que foi difícil trabalhar com as crianças e não sabia nem como organizar sua prática e a coordenadora era psicóloga.

[...] eu falava: como que vou trabalhar com essas crianças de 4 anos? Eu não tinha formação, mas ela também não, era psicóloga. Ela falava: Você tem que encontrar um meio de brincar com essa criança, mas não é brincar por brincar. Temos que mostrar o caminho da alfabetização para as crianças, mas sem exigir muito [...] (MARIA, 2018).

E assim Maria estruturou sua proposta de trabalho e ficou nessa escola até 1987. Ela destacou que havia falta de materiais também e realizava as atividades como era possível, depois lecionou um ano para turma de 1º ano no centro catequético da cidade, posteriormente passou atuar um período em uma instituição chamada Ricieri Liutti, a partir de 1988. A mesma disse que a escola não era organizada para atender aos pequenos como comenta: “[...] não eram salas para pré-escola. Era uma sala que foi construída às

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





pressas para alunos de 1ª à 4ª, [...]. [...] E, começaram a atender de 1ª a 4ª e a pré-escola. Às carteiras, eram grandes e aí foi contratando professores” (MARIA, 2018). Maria ficou até 1992 na Ricieri e depois seguiu para a escola Odécio Nunes de Matos, nessa mesma data, quando esta última foi inaugurada e o prédio da Ricieri tornou-se exclusivamente centro de formação docente, a (FINAV). A professora recordou que a estrutura da escola Odécio era adequada ao atendimento infantil e que gostava muito de trabalhar lá. Ao falar sobre a (EI), disse que o professor precisa ser criativo, buscar conhecimento, gostar da profissão, não ter uma prática repetitiva “Para mim a base de tudo está na Educação Infantil. [...]. A Educação Infantil para mim é uma semente que você planta ali e rega. [...] Tem gente que fala: Quero que meu filho cresça para ter um trabalho. Não! Forme ele para ser um cidadão de bem” (MARIA, 2018).

O que afastou a professora da carreira em 2003 foi à depressão. Estava no último ano da faculdade uma fase bastante agitada de sua vida profissional com muitas funções para cumprir. No momento atuava em turmas de pré-escola. “Era muito difícil porque de segunda à sexta eu estava na escola, segunda quinta e sexta eu tinha que viajar, sábado eu viajava, aí domingo cuidar de casa, marido... Na época era muito puxado. Eu fui ficando doente, doente, muito doente aí eu tive que sair” (MARIA, 2018). A professora também disse sobre as atribuições do professor na escola, alegando que isso ajuda o mesmo adoecer. Como fala: “[...] a escola ela sobrecarregava os professores com atividades. E tinha que dar conta. Eu pensava: Tenho nome da escola, [...]. Eu acabava deixando de ir para casa às 17 horas, tinha dia que era onze horas, meia-noite eu ainda estava na escola” (MARIA, 2018).

Nos relatos acima, podemos observar que a professora era comprometida com seu trabalho, mas o excesso de atividades resultou mais tarde em problemas em sua saúde. Arroyo (2009, p. 129), compartilha com tal questão quando constata que “A vida toda se mistura com a condição do professor (a). É um modo de vida, de dever-ser que tenciona todas as dimensões, tempos e vivências. [...]. Quantos (a) não resistem e se esgotam, se destroem como humanos (a)”. Destarte, Maria em meados de sua carreira passou a ser concursada em 20h num período e contratada em outro. Falar do fim da carreira para a



professora Maria foi um momento de muita emoção e sentimento de angústia, pois nos revelou que não finalizou sua trajetória como gostaria, pois queria estar dentro da sala de aula e não fora dela.

Observamos sua narrativa a seguir: “Não terminei como queria, porque meu sonho era me aposentar dentro de sala de aula. Era o que eu gostava de fazer quando eu fiquei doente fiquei uns dois anos de licença aí, me colocaram na gerência fiquei um ano na gerência eu e mais três amigas” (MARIA, 2018). Assim, entendemos que “narrativa, sujeitos, memórias, histórias e identidades são a humanidade em movimento. [...]. São a História em construção. São memórias que falam” (DELGADO, p. 23, 2003). Maria rememorou que foi retirada da sala de aula para exercer algum papel na gerência de educação que pudesse recuperá-la da doença, porém lá que o problema se agravou, pois a mesma se sentiu inútil ao realizar as tarefas que lhe designaram. Ela disse: “[...] me colocaram na recepção [...] ou fechava a gente numa sala para encapar livros e colocar etiquetas. E o meu médico dizia [...]. Se tivessem nos colocado para fazer projetos, murais de escolas, bonecas de pano [...] íamos ser recuperadas em menos tempo” (MARIA, 2018). O processo de aposentadoria da professora não foi muito agradável, devido à doença adquirida no decorrer da carreira.

Como narra: “Não foi legal não porque eu estava doente né! Estava bem mal, fiquei três dias em coma, foi em 2007. Fiquei muito depressiva, a depressão foi por síndrome, tive a síndrome do pânico, síndrome da fome de tudo” (MARIA, 2018). Diante disso, ela ficou afastada, a gerência de educação mandou Maria ficar em casa porque já ia completar 25 anos de profissão, mas o médico exigiu que ela fizesse alguma atividade para auxiliar na recuperação. No entanto, não apareceu um lugar adequado para ela ser remanejada e em fevereiro de 2012 encerrou sua carreira definitivamente. Maria destacou que passou momentos amargos, mas que valeu a pena porque contribuiu com a formação de muita gente.

Apesar de ter muito sentimento [...] a gente doou sangue por uma escola e quando você adocece não tem ninguém do seu lado (se emocionou) é muito triste. Penso que abri uma página lá em 82 e

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





tem umas que se perderam pelo caminho, mas hoje, encontro meus alunos [...] fico feliz em saber que são profissionais que passaram pela minha mão [...] (MARIA, 2018).

Vemos que essa é uma das primícias das fontes orais que nos possibilitam o conhecimento de experiências que a própria pessoa viveu e que no presente nos conta como de fato aconteceu (ALBERTI, 2013). Hoje, Maria se encontra bem. Procurou interagir e realizar diferentes atividades como: pintura em tela, bordado em tecidos, produção de doces para ocupar a mente e seguir a vida, entre outras atividades. Porém, relatou a angústia de não ter se preparado melhor para viver após a aposentadoria, a mesma perdeu a casa e o carro em função do tratamento da doença e teve que voltar a morar com os pais. Ela disse: “[...] todos os dias 6 horas eu acordo. Era o horário que eu levantava correndo ia ao banheiro, colocava água do café e tinha que estar 10, 15 minutos antes na escola e até hoje eu levanto nesse horário” (MARIA, 2018).

Considerações finais

A história de Maria nos auxiliou na compreensão de que a profissão docente pode ser muitas vezes, repleta por caminhos, doces, amargos, alegres, de gratidão, realização ou com sentimento de incompletude, vivenciados durante o processo da carreira, e próprios de cada docente, os quais servirão para que este avalie depois, as suas experiências individuais e coletivas recordadas de certa forma. Verificamos que a trajetória profissional de Maria foi constituída por meio de dificuldades, tanto de recursos materiais para trabalhar, bem como a depressão que a afastou da docência.

Ressaltamos ainda que a história da carreira de Maria se configurou junto com a história da profissão docente da cidade, pois a mesma fez parte dos primeiros grupos de professores a atuar na educação de Naviraí (MS). Ela foi construindo sua carreira em um processo de civilidade da profissão docente, passando por uma fase inicial de atuação sem formação superior, mas que no decorrer do percurso profissional se constituiu como professora conforme as exigências estabelecidas da profissão.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Referências bibliográficas

- ABERTI, V. Manual de Historia Oral. In: (Org.) ABERTI, V. Rio de Janeiro: Editora FGV, 3. Ed. 2013.
- ARROYO, M. G. Ofício de mestre: imagens e autoimagens. In: ARROYO, M. G. (Org.). Petrópolis: Vozes, 11 ed. 2009.
- DELGADO, L. A. N. História Oral e Narrativa: tempo, memória e identidades. VI Encontro Nacional de História Oral (ABHO). Dossiê, Conferência de Abertura 2003, p.9-25.
- ELIAS, N. O processo civilizador: formação do Estado e civilização. Volume 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- ELIAS, N. A sociedade dos indivíduos. (Org.). Michael Schoter. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- ELIAS, N. Escritos e Ensaio. In: NEIBURG, F.; WAIZBORT, L. (Org.). Escritos e ensaios. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- JOUTARD, P. Desafios à historia oral do século XXI. In: MORAES, M. F.; FERNANDES, M. T.; ALBERTI, V. (Orgs.) História oral: desafios parao século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 31-45.
- MEIHY, B. S. C. J. Definindo História Oral e memória. Comunicação apresentada no 1º Encontro Nacional de História Oral. São Paulo, 19 de abril de 1993. Cadernos CERU – nº5 série 2, 1994.
- NÓVOA, A. I Os professores e as histórias da sua vida. In: NÓVOA, A (org.). Vidas de professores. 2º Ed. Portugal: Porto Editora, 2000.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO NA EUROPA POR NORBERT ELIAS

Gislaine Aparecida Valadares de Godoy¹⁷⁷

Andreza da Silva Vieira¹⁷⁸

Célio Juvenal Costa¹⁷⁹

Introdução

O presente texto tem como objetivo realizar uma discussão acerca da formação do Estado na Europa, buscando com isso, alcançar dois propósitos. O primeiro diz respeito ao entendimento de como se deu a constituição do Estado, bem como as consequências desse processo para a formação do sujeito. E, o segundo, é compreender como a História pode ser um instrumento para averiguação e produção de conhecimento. Toda a discussão está alicerçada nas ideias de Norbert Elias, pois estas permitem o uso da História como um recurso ou mecanismo para se compreender as transformações sociais como uma construção histórica, processual e o homem como sujeito dessas construções. Propiciando, ainda, que se identifique e compreenda a História como agente importante na produção de conhecimento, atuando na investigação científica.

Para dar conta do proposto, organizamos o texto da seguinte forma: em um primeiro momento, apresenta-se, de forma breve, como se estabeleceram as condições necessárias e as exigências para a formação do Estado Europeu. Na sequência, descreve-se sinteticamente como foram acontecendo as mudanças no comportamento dos homens

¹⁷⁷ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM) e membro do Laboratório de Estudos do Império Português (LEIP) vinculado a mesma instituição. Endereço eletrônico gi.valadares@hotmail.com.

¹⁷⁸ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (PPH/UEM) e membro do Laboratório de Estudos do Império Português (LEIP) vinculado a mesma instituição. Endereço eletrônico deza.vieira@live.com..

¹⁷⁹ Professor Doutor, do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (DFE/PPE/UEM) e um dos coordenadores do Laboratório de Estudos do Império Português (LEIP) vinculado a mesma instituição. Endereço eletrônico celio_costa@terra.com.br

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





do período que Elias denomina de “processo civilizador”, discutindo associado à isso, como a criação do Estado na Europa contribuiu e interferiu nesse processo civilizador. Por fim, em nossas considerações finais procuramos demonstrar como a História pode ser uma ferramenta para investigação científica.

A formação do Estado na Europa

Com a dissolução das relações da sociedade feudal e, com crescimento urbano, a partir dos séculos XIII e XIV, novos grupos sociais distintos dos que compunham o mundo feudal foram surgindo. Um grupo de trabalhadores livres e também um grupo de mercadores oriundos dos burgos (a futura burguesia) foi se constituindo de forma gradativa. Este último grupo instituiu aliança com a realeza, ocupando espaço expressivo neste cenário de embates contra o clero e a nobreza. De acordo com Huberman (1986), é possível entender que a aliança consistia em um “acordo”, o qual as relações se estabeleciam da seguinte forma: a burguesia nascente financiava a composição do exército real nas guerras contra os senhores feudais e, os monarcas, por sua vez, ofereciam segurança aos negócios burgueses por meio da elaboração de leis em favor do comércio emergente e a oferta de proteção militar às cidades.

Como é possível notar, as bases para a organização da nova sociedade, com características e exigências estranhas ao mundo feudal foram constituídas pelo entrelaçamento instituído entre a centralização política, monetarização da economia, trabalho livre, nascimento da burguesia e enfraquecimento da nobreza. Para promover esse cenário de modificações, ocorreu um processo de mudança no comportamento e no pensar dos homens daquele período, processo esse denominado por Norbert Elias de “processo civilizador”.

As mudanças comportamentais aconteceram paulatinamente, conforme as mutações políticas, econômicas e culturais que iam sucedendo na sociedade; estabelecendo, dessa forma, as condições para a passagem à nova fase da sociedade e, a partir delas a formação do Estado europeu.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





Em “O Processo Civilizador: uma história dos costumes”, Elias discute essa passagem de uma fase a outra da sociedade, entendendo as mudanças na vida e no cotidiano das pessoas como um processo de civilização, que promove em cada indivíduo uma transformação do comportamento de modo a alcançar uma adequação na conduta humana necessária a uma nova forma de organização social. Nessa obra, Elias (1994) considera que:

[...] a substância e, talvez também os costumes da sociedade passaram por certas mudanças nos séculos XIV e XV com a ascensão das guildas de ofícios e de elementos burgueses, da mesma forma que, em tempos modernos, modelos de comportamento originários da aristocracia de corte foram adotados por círculos burgueses. (ELIAS, 1994, P. 75).

Ou seja, as transformações sociais oriundas do renascimento do comércio estabeleceram novas exigências com relação à forma de agir dos homens. Costumes e hábitos anteriormente aceitos e tomados como adequados a situações e circunstâncias da vida e da sociedade, deixaram de ser entendidos dessa forma. Um exemplo dessa mudança é a preocupação que passou a existir entre as pessoas quanto às atitudes a mesa de refeições. Na Idade Média Central, por exemplo, os homens não se preocupavam com questões de higiene e etiqueta, ao se servirem dos alimentos faziam isso retirando das bandejas com as mãos, não se preocupavam em mastigar com a boca fechada e comiam quantias exageradas. Derrubando grãos na mesa, etc. Com o passar dos tempos e a alteração nas relações sociais, oriundas da nova organização social, surgiu uma preocupação com o comportamento das pessoas nas refeições, em função disso foi surgindo também, regras de como se portar à mesa.

De acordo com Arnaut de Toledo (2008, p.209), um exemplo dessa preocupação e uma forma de responder as novas exigências da fase em que a sociedade se encontrava é a obra *Civilidade Pueril* de Erasmo de Rotterdã que, é considerada a “inauguradora do gênero de livros de civilidade, tendo em vista sua profusão e grande influência que exerceu sobre os escritores e manuais do gênero posteriores”. *Civilidade Pueril* apresenta

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





entre outras questões sobre civilidade, indicações de como deve ser o comportamento das pessoas a mesa. Ainda sobre o comportamento, Elias (1994, p. 76) comenta:

O conceito que resumia a autoconsciência aristocrática e o comportamento socialmente aceitável apareceu em francês como *coutoise*, em inglês como *courtesy*, em italiano como *cortezia*, juntamente com outros termos correlatos, amiúde em forma divergente. Em alemão foi, de igual maneira em diferentes versões, *hovescheit* ou *hubescheit*, e também *zuht*. Todos esses conceitos se referem diferentemente (e de modo muito mais claro que outros, posteriores, com a mesma função) a um determinado lugar na sociedade. Dizem: É assim como as pessoas se comportam na corte. Com esses termos, certos grupos importantes do estrato secular superior, o que não significa a classe de cavaleiros como um todo, mas principalmente os círculos cortesãos que gravitam em torno dos grandes senhores feudais, designavam o que os distinguiu, a seus próprios olhos, isto é, o código específico de comportamento que surgiu inicialmente nas grandes cortes feudais e, em seguida, se disseminou por estratos mais amplos.

É notório que, ao se organizar uma nova sociedade, na qual o convívio mais próximo se estabelece, as relações sociais se tornam importantes para o progresso econômico dessa organização. Com isso, na medida em que os nobres tiveram que se aliar aos comerciantes para manterem seu estilo vida; seus hábitos e costumes começaram também a fazer parte da vida cotidiana dos demais homens que compunham essa sociedade, provocando dessa forma, uma alteração no comportamento desses sujeitos que compunham a classe dos comerciantes.

A adoção dos hábitos e costumes da nobreza por outras pessoas que compunham a sociedade da época, principalmente pelos comerciantes, tinha como intuito o reconhecimento dessa nova sociedade, incluindo os nobres, como pessoas importantes e pertencentes a uma classe social respeitada. Por essa razão, é que houve um esforço em ensinar boas maneiras e etiqueta aos homens por meio de manuais de bom comportamento, como cita Elias ao mencionar tal material: “Os trabalhos de humanistas

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná





sobre maneiras formam uma espécie de ponte entre as da Idade Média e os tempos modernos” (ELIAS, 1994, p. 83).

A partir desse movimento, das alterações progressivas observadas na vida e na sociedade das pessoas daquele tempo, é possível verificar a transição de um ideal para outro. Mas, de forma gradual anunciando uma modificação de conceitos. Quando o conceito de cortesia vai cedendo espaço ao conceito de civilização, ou como escreve o autor:

[...] desenvolve-se gradualmente um conceito que empurraria para o segundo plano o conceito de cortesia da cavalaria-feudalismo. No decorrer do século XVI, o uso do conceito de *coutoisie* diminui lentamente na classe enquanto o de *civilité* torna-se mais comum e, finalmente assume a preponderância, pelo menos na França do século XVIII (ELIAS, 1994, p. 83).

Portanto, é evidente que a sociedade passava por uma transição e, esse movimento, exigiu dos homens novas formas de pensar, novas atitudes diante das situações do cotidiano. E, pode-se dizer que essas mudanças na vida dos sujeitos não se restringiram apenas a conquistar boas maneiras à mesa ou em público. Foi além, exigiu deles também novos posicionamentos morais, adoção de novos princípios e valores que oportunizassem as relações entre as pessoas em outra organização social com necessidades específicas do seu momento e da nova estrutura econômica também. A vida na sociedade de corte, segundo Elias (1995), exigiu novos comportamentos, distintos dos desenvolvidos no mundo feudal. Nessa nova organização, era preciso um comportamento cortês e civilizado. Dessa forma, um tipo de comportamento cede espaço e vez a outro tipo mais adequado a convivência coletiva.

Alguns valores morais que serviam de sustentação para as relações familiares e preservavam a “honra” das donzelas, por exemplo, também foram revistos como podemos ler na obra de Geoffrey Chaucer (1991) em “Os Contos da Cantuária”. Chaucer em seus contos descritos nessa obra, expressa como os valores morais e a forma de pensar

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná





dos homens foram sofrendo modificações a fim de preservar relações comerciais importantes, como é o caso do excerto retirado do “Conto do Feitor”:

O moleiro mandou a filha a Trumpington buscar pão e cerveja, assou um ganso para os hóspedes, e amarrou o cavalo de modo que não mais pudesse fugir. No único quarto que havia na casa arrumou para eles uma cama com lençóis e cobertores bem estendidos, distante apenas dez ou doze pés do seu próprio leito. A filha iria dormir em cama separada, mas ali juntinho no mesmo aposento. Era o que se podia fazer, em vista da falta de espaço. (CHAUCER, 1991, p. 64-65).

Considerando o exposto, podemos concluir que novos hábitos, costumes e comportamentos foram sendo construídos. Essa mudança na conduta dos homens foi proveniente das necessidades e exigências da nova organização social, com uma estrutura e funcionamento diferente da organização anterior, por essa razão, ou seja, pela diferença entre as organizações, se passou a exigir outra forma de pensar dos sujeitos, bem como, novas condutas. Condutas essas, que foram se estabelecendo ao mesmo tempo em que a cortesia deixou de ser suficiente para a manutenção das relações sociais e, outro conceito surgiu associado à ideia de progresso - o conceito de *civilidade*. Assim, o processo civilizador foi, na verdade, um processo de mudança de comportamento dos homens, diante das situações postas pela nova organização social.

Os efeitos do processo civilizador na conduta dos homens: a contribuição da formação do Estado na Europa nesse processo.

A organização social que ia, progressivamente se estabelecendo, contou com a ajuda da burguesia que, também aos poucos, vinha tomando um espaço significativo na nova sociedade em formação e, com uma forma de entender as relações sociais diferente da conhecida até então contribuía para a constituição de nova sociedade. Isso ocasionou um choque cultural entre o novo e o velho, entre a classe social nascente e a velha nobreza; desencadeando a extinção processual da nobreza guerreira baseada no cavaleiro e no

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





senhor feudal e a formação de uma nova aristocracia de monarcas, no decorrer dos séculos XVI e XVII.

É possível visualizar esse quadro na obra “O Manifesto Comunista”, de Marx e Engels (1998), a qual apresenta uma descrição desse choque cultural.

Desapiedadamente, rompeu os laços feudais heterogêneos que ligavam o homem aos seus “superiores naturais” e não deixou restar vínculo algum entre um homem e outro além do interesse pessoal estéril, além do “pagamento em dinheiro” desprovido de qualquer sentimento. Afagou os êxtases mais celestiais do fervor religioso, do entusiasmo cavalheiresco do sentimentalismo filisteu, nas águas geladas do calculismo egoísta. Converteu mérito pessoal em valor de troca. E no lugar das incontáveis liberdades reconhecidas e adquiridas, implantou a liberdade única e sem caráter do mercado. Em uma palavra, substituiu a exploração velada por ilusões religiosas e políticas, pela exploração aberta, impudente, direta e brutal. (MARX; ENGELS, 1998, p. 13).

O novo cenário que se constituía recheado dos novos conceitos que começaram a serem adotados, causou efeitos diretos no processo formativo dos homens daquele período. Como resultado disso, um novo ideal de educação se desenvolveu, pois a nova sociedade que tinha o comércio como sua base de organização econômica, possuía exigências diferentes da organização anterior. Além disso, recebia uma nova camada social, necessitando de uma educação mais adequada à sua realidade atual. O processo formativo assumiu novos contornos, uma nova proposta, como é possível ver na obra “Mercadores e Banqueiros da Idade Média” (1992), a qual ao tratar das questões comerciais do período, abre um espaço para mencionar a questão educacional daquele momento, retratando a necessidade de uma educação que ofereça conhecimentos de ordem prática como o cálculo, por exemplo, necessário às atividades comerciais da nova classe que estava em formação.

Dessa forma, nota-se, as mudanças que promoveram o estabelecimento das condições para a criação de um Estado europeu, com bases em uma monarquia absoluta e com uma organização social com ideias “burguesas”, promoveram muito mais do que

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





alterações no comportamento dos homens, provocaram também, uma mudança no processo formativo desses homens. Pois, a educação até então difundida não oferecia o respaldo formativo que os indivíduos daquele momento precisavam, uma vez que era de teor contemplativo e erudito, como aponta Machado (2008, p.248):

As qualidades fundamentais do novo homem se resumiram na virtude, na educação, na prudência, na instrução, qualidades imprescindíveis a um homem que se encarregaria dos negócios individuais e do Estado na sociedade burguesa que se organizava. E para adquirí-los, não se poderia perder tempo com outros conhecimentos que lhe seriam inúteis.

Isso se dava como aponta Machado (2008, p. 237) porque a nova sociedade passou a valorizar o acúmulo de capital e, frente a isso, demonstrou ser necessário o despontar de um novo “modelo” de homem, ou seja, naquele momento a sociedade necessitava de [...] novos posicionamentos dos homens, uma vez que, nela tudo era novo: os descobrimentos geográficos, a nova cosmologia, as invenções tecnológicas [...]. Portanto, a organização social que se constituía detinha características distintas da anterior uma vez que, deveria ser empreendedora, com a necessidade de produzir continuamente, para o aumento do capital. Para alcançar seus novos objetivos, acumulava recursos via atividades mercantis, e não vendo e entendendo a terra como meio de produção principal. Posto essa nova condição, como aponta Saviani (1997, p. 111), se desloca o eixo produtivo do campo para a cidade, da agricultura para a indústria.

A nova situação criada pela mudança do eixo produtivo do campo para a cidade colaborou para a modificação de conceitos em relação ao que deve ser valorizado enquanto propriedade e enquanto meio de produção, assim como promoveu alterações quanto ao tipo de conhecimento necessário para essa nova etapa social, conforme afirma o autor acima:

[...] as relações sociais aí já não são mais naturais; são relações em que o social predomina sobre o natural, em que o contrato estabelecido entre os homens predomina sobre formas

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO



LAI





consuetudinárias que predominavam anteriormente. Portanto, ao direito natural, sucede o direito positivo. E é neste quadro que a exigência de conhecimento intelectual se torna necessidade geral. Consequentemente, a partir da época moderna, o conhecimento sistemático – a expressão letrada, a expressão escrita – se generaliza dadas as condições da vida na cidade. Eis porque é na sociedade burguesa que se vai colocar a exigência de universalização da escola básica. Há um conjunto de conhecimentos básicos que envolvem o domínio dos códigos escritos, que se tornam importantes para todos. (SAVIANI, 1997, p. 111 – 112).

Considerando as questões apresentadas aqui e os apontamentos realizados durante as discussões, é notório que a formação do Estado na Europa desencadeou como afirma Elias (1993), um processo civilizador, entendido também como uma mudança no comportamento dos homens e, conseqüentemente uma “reformulação” do processo formativo dos mesmos. Isto posto podemos compreender que, tal processo ultrapassou os limites da alteração comportamental e gerou o desenvolvimento de mudanças de paradigmas, conceitos e na forma de pensar dos homens.

Todas essas considerações realizadas acerca da formação do Estado na Europa e do processo civilizador, só foram possíveis em nosso entender, pela possibilidade de utilizar a História como uma ferramenta de investigação científica, ou seja, como um instrumento que nos permite rasgar o véu que se coloca entre um tempo histórico e outro, oportunizando uma visão mais nítida da prática social vivida pelos homens em um dado momento histórico. Possibilitando, assim, um entendimento das relações que se estabeleciam entre os homens, bem como estes se posicionavam diante das circunstâncias da vida e das temáticas sociais vivenciadas e produzidas historicamente por eles. Isso é possível quando entendemos a História na perspectiva da relação sociedade-civilização-economia e não como uma lista cronológica de acontecimentos recheada de heróis descobridores individuais de lugares, riquezas e culturas.

Castanho (2010, p. 4) apresenta uma concepção de História que vem ao encontro da ideia aqui apresentada, pois no entender desse autor, a História “é a própria vida do ser humano”, é: [...] a ciência do movimento, ou da mudança, das sociedades humanas,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





sendo ao mesmo tempo esse movimento, ou essa mudança, das humanas sociedades. O que, confirma a possibilidade da História ser uma ferramenta de investigação científica quando o objeto de estudo é o homem, suas produções e implicações para a vida em sociedade.

Vista nessa perspectiva, a História nos permite buscar as causas dos acontecimentos e, a partir delas, analisar as questões pertinentes ao estudo de um determinado objeto.

Considerações Finais

Por meio das discussões de Nobeert Elias e de sua concepção acerca da formação do Estado na Europa, nos foi possível apreender questões que explicam o surgimento de uma nova sociedade a partir das relações sociais estabelecidas pelos homens daquele período de transição - do modo de produção e da relação feudal para os primórdios da sociedade burguesa, bem como das implicações dessas mudanças para a construção de um novo modelo de homem.

Conforme a abordagem do autor, não é possível compreender esse processo apenas por meio de uma análise econômica. Essa análise, juntamente com os condicionantes políticos, sociais, culturais e, também individuais, é que nos permite compreender a totalidade dessa relação. Ideia a qual compartilhamos, pois entendemos assim como Elias que não é possível separar o homem da sociedade, pois o individual e o social são dois aspectos do mesmo ser humano e, são esses aspectos que, historicamente modificam e sofrem modificações no desenrolar da prática social.

As interpretações e o legado intelectual de Norbert Elias (1897-1990) são importantes e contribuem para aclarar os contornos assumidos pela educação dos homens ao fim da Idade Média. Todavia, não podemos negar que as ideias de Elias estão passíveis de críticas e de questionamentos por outros referenciais teóricos. As críticas atuais no campo das Ciências Humanas situam o legado elisiano num terreno marcado pela oposição, por exemplo, ao Materialismo Histórico.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Ao encerrar este texto, entendemos que não esgotamos as discussões acerca da formação do Estado na Europa, nem tão pouco a questão do processo formativo dos homens no período de transição social abordado aqui. Contudo, acreditamos ter ofertado breve contribuição acerca das reflexões do poder da História como ferramenta de investigação científica, evidenciando ser possível ultrapassar os limites de uma análise unilateral dos fatos e dos acontecimentos que envolveram e envolvem os homens em suas práticas sociais.

Referências bibliográficas

- ARNAUT DE TOLEDO, César de Alencar. Civilidade, puerilidade e educação. In: MACHADO, M. C. G.; OLIVEIRA, T. (Orgs.). Educação na história. São Luís: UEMA, 2008, p. 209-228.
- CASTANHO, Sérgio. Teoria da história e história da educação: por uma história cultural não culturalista. 1ª ed. Campinas, SP: autores Associados, 2010.
- CHAUCER, Geoffrey. Os contos da Cantuária. Apresentação e tradução de Paulo Vizioli. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.
- ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Uma história dos costumes. Apresentação: Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994. V.1
- ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. V. 2
- ELIAS, Norbert. A Sociedade de Corte. 2ªed. Lisboa: Estampa, 1995.
- HUBERMAN, Leo. História da riqueza do Homem. 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.
- LE GOFF, Jean Jacques. Mercadores e banqueiros da Idade Média. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- MACHADO, Maria Cristina Gomes. Estado e Educação na Perspectiva de John Locke. In: MACHADO, M. C. G.; OLIVEIRA, T. (Orgs.). Educação na história. São Luís: UEMA, 2008, p. 209-228.
- PEREIRA, José Flávio (org.). Tempos modernos. Vol.14 da coleção História e Conhecimento. Maringá-PR. EDUEM, 2011.
- SAVIANI, Dermerval. Pedagogia-crítica: primeiras aproximações. 6ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

ANÁLISE DE DISSERTAÇÕES E TESES DO PPGE/UFES QUE UTILIZARAM A TEORIA SOCIOLÓGICA DE NORBERT ELIAS

Ms. Helen Malta Valladão –PMV
helen.valladao@yahoo.com.br

Doutoranda Giselle Lemos Schmidel Kautsky - UFES
gisellekautsky@gmail.com

Resumo: Objetivamos apresentar a sistematização da teoria eliasiana nas pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Educação - Ufes, no período de 2009 a 2017. Após sistematização dos resumos de 17 trabalhos, verificamos que os estudos com temáticas que perpassam a modalidade de Educação Especial se destacaram no uso do aporte epistemológico eliasiano. Para o registro escrito da nossa investigação nos ancoramos nos estudos de Norbert Elias e Gamboa (1987). Concluimos que os autores foram coerentes com a articulação do objeto de pesquisa e referencial teórico, apontado a pertinência de estudos a partir da Sociologia Figuracional no campo da Educação.

Palavras-chave: Pesquisa. Epistemologia. Norbert Elias.

Abstract: We aim to present the systematization of the Eliasian theory in the researches of the Post-Graduation Program in Education - Ufes, in the period from 2009 to 2017. After systematizing the abstracts of 17 papers, we verified that the studies with themes that pass through Special Education modality stand out in the use of the eliasian epistemological contribution. The written record of our investigation was based on the studies of Norbert Elias and Gamboa (1987). We conclude that the authors were coherent with the articulation of the research object and theoretical reference, pointing out the pertinence of studies substantiated on Figurative Sociology in the Educational field.

Keywords: Research. Epistemology. Norbert Elias.

O Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/Ufes), vem disponibilizando a sociedade um variado acervo de conhecimentos produzidos ao longo dos seus 40 anos de existência, contribuindo dessa forma, para “[...] inserção científica e social de grande relevância para o desenvolvimento da educação” (SITE PPGE, Ufes) em realidades local, nacional e internacional.

Com o objetivo de “[...] contribuir para o desenvolvimento da educação brasileira, por meio do aprofundamento de estudos, da realização de pesquisas e da produção de teorias que concorram para o avanço do saber e do fazer educativos” (SITE PPGE, Ufes),

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico de Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





o Programa de Pós-Graduação em Educação adensa os processos de formação do pesquisador e, qualifica a pesquisa ao possibilitar um repositório para a análise de múltiplos aportes epistemológicos.

A análise epistemológica, razão do artigo em tela, tem como objetivo estimular na ciência um processo de autorreflexão e autocrítica sobre os resultados e sobre os processos e condições da sua produção (GAMBOA, 1987). Se fundamenta em considerar a necessidade e importância de estudos que procuram compreender a investigação científica de um determinado campo do conhecimento, em nosso caso, a articulação dos estudos a partir da Sociologia Figuracional nas pesquisas em educação do Programa de Pós-Graduação em Educação/Ufes.

Nesse interesse, o primeiro procedimento adotado foi um levantamento bibliográfico na página eletrônica do PPGE/Ufes, acerca das publicações de pesquisas com base teórico-metodológica eliasiana no período de 2009 a 2017. Nesse recorte temporal, encontramos 17 trabalhos, todos com contornos de uma investigação de natureza qualitativa, sendo três teses e quatorze dissertações, distribuídas em duas linhas de pesquisa, conforme podemos apreciar no quadro seguinte:

Quadro 1 – Linhas de pesquisa do PPGE/Ufes¹⁸⁰ com aporte teórico-metodológico eliasiano no período de 2009 a 2017.

LINHA DE PESQUISA	ANO	DISSERTAÇÃO	TESE
Diversidade e Práticas pedagógicas inclusivas	2009	--	1
	2014	--	1
	2016	6	1
	2017	2	--
História, Sociedade, Cultura e Políticas Educacionais	2016	3	--
	2017	3	--

Fonte: Elaborado pelas Pesquisadoras.

¹⁸⁰ A partir do ano de 2017, o Programa de Pós-Graduação em Educação/Ufes reorganizou as linhas de pesquisa e implementou nova proposta curricular para os cursos de Mestrado e de Doutorado. Cabe esclarecer então, que os trabalhos relacionados no artigo em tela fazem parte da organização de linhas de pesquisa anterior a atual.



Conforme nos mostra o Quadro 1, os estudos sobre a Sociologia Figuracional são potencializados a partir de 2016. Esse fato deriva da organização do grupo de pesquisa (CNPq) intitulado “Políticas, Gestão e Inclusão Escolar: contextos e processos sociais (2014/2016)”, coordenado pelos professores do PPGE/Ufes, Reginaldo Celio Sobrinho e Edson Pantaleão - pesquisadores que se dedicam aos estudos da teoria elaborada por Norbert Elias e são, respectivamente, integrantes do corpo docente das linhas de pesquisa “Diversidade e Práticas pedagógicas inclusivas” e “História, Sociedade, Cultura e Políticas Educacionais.”

Cabe salientar que os estudos de Sobrinho (2009), Silva (2014) e NUNES (2016) não são oriundas do projeto do grupo de pesquisa “Políticas, Gestão e Inclusão Escolar: contextos e processos sociais (2014/2016)”. Seguindo o propósito desse texto, após o mapeamento geral das teses e dissertações apresentado no Quadro 1, nos dedicamos aos resumos dos estudos selecionados, com o intuito de sistematizar os seguintes pontos para análise: área de estudo, temática desenvolvida e, em especial, os conceitos teórico-metodológico eliasianos aplicados à investigação empreendida pelos autores dos trabalhos.

A sistematização dos pontos iniciais, nos levou a pensar em uma elaboração mais didática dos resultados, de modo que viesse facilitar tanto a nossa análise quanto à apreciação dos leitores. Com esse encargo, a partir das ocorrências percebidas na sistematização dos trabalhos, organizamos nosso estudo em quatro categorias: gestão escolar participativa, trabalho docente, surdez e políticas públicas. Para a construção do trabalho em tela, a partir de cada categoria, relacionamos os autores e os conceitos dos constructos de Norbert Elias que referenciaram as pesquisas que utilizamos para materializar a nossa análise.

Ressaltamos que todas as pesquisas fazem referência às temáticas que perpassam a modalidade de Educação Especial, em função do vínculo com a investigação maior, desenvolvida no grupo de pesquisa “Políticas, Gestão e Inclusão Escolar: contextos e processos sociais”. Porém, cabe salientar que a abrangência das questões relativas a

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Educação Especial foge ao escopo do propósito do nosso artigo. Contudo, no processo de construção para nosso texto, além do resumo analisado, alguns trabalhos nos apontaram a necessidade de uma leitura flutuante de capítulos, como caminho para verificar e sistematizar os dados necessários à nossa organização.

Nesse cenário, passamos a apresentar as pesquisas com a disposição por categorias, conforme exposição que segue.

Quadro 2 - Categoria: Gestão Escolar Participativa.

CATEGORIA	AUTOR	ANO	CONCEITOS ELIASIANOS
Gestão escolar participativa	SOBRINHO	2009	Interdependência, Configuração, Balança de poder
	ANDRADE	2016	Figuração, Equilíbrio de poder
	FERNANDES	2016	Figuração, Interdependência, Balança de poder

Fonte: Elaborado pelas Pesquisadoras.

A seleção de trabalhos para essa categoria é formada por uma tese (SOBRINHO, 2009) da linha de pesquisa “Diversidade e Práticas pedagógicas inclusivas” e duas dissertações (ANDRADE; FERNANDES, 2016) da linha de “História, Sociedade, Cultura e Políticas Educacionais.” Em síntese, os trabalhos abordam as práticas de gestão escolar participativa, revestidas de um sentido interdependente com a matrícula, permanência e escolarização de todos os estudantes, principalmente daqueles que fazem parte do público-alvo da Educação Especial.

Desse modo, as pesquisas apontam a possibilidade de materialização da construção de processos para uma escola inclusiva. Atentos ao fato em que “[...] não há fim à vista. Só a direção é clara” (ELIAS, 2006, p. 37), entendemos que mesmo que em instâncias diferentes: fórum de famílias, conselhos dentro da escola e conselho municipal de educação, alguns caminhos apontando práticas democráticas estão delineados nos registros dos trabalhos citados no Quadro 2, que nos indicam, sobretudo que a inclusão como uma construção não está exclusivamente sob a responsabilidade dos profissionais que atuam no interior da escola.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





Nas pesquisas, vemos que a valorização do desenvolvimento de ações em inter-relação na dinâmica da figuração escolar, como uma das condições para materialização da inclusão conforme perspectiva da sociedade recente, pode ser compreendida pela escolha dos conceitos eliasianos destacados nos trabalhos, conforme Quadro 2.

Nos diz Elias que “[...] sejam grandes ou pequenas as diferenças de poder, o equilíbrio de poder está sempre presente onde quer que haja uma interdependência funcional entre pessoas” (1980, p.81). Dessa forma, não podemos prescindir, porém, o uso do conceito de “poder” presente nesse conjunto de pesquisas por ora comentado, atentos ao fato de que a compreensão da interdependência em uma figuração deve passar necessariamente pela observação de que o poder que uma pessoa exerce sobre a outra é fruto de relações e, portanto, não pode ser um indicador isolado do contexto.

Dando continuidade, na sistematização seguinte, apresentaremos os trabalhos referentes à categoria que nomeamos de trabalho docente.

Quadro 3 – Categoria: Trabalho Docente

CATEGORIA	AUTOR	ANO	CONCEITOS ELIASIANOS
Trabalho docente	KAUTSKY	2016	Figuração, Interdependência, Tecnização
	ZIVIANI	2016	Interdependência, Processo civilizador Figuração
	VALLADÃO	2017	Processos de individualização, Interdependência

Fonte: Elaborado pelas Pesquisadoras.

Esse conjunto de pesquisas é formado por três dissertações (KAUTSKY; ZIVIANI, 2016) e (VALLADÃO, 2017) relacionadas a linha de pesquisa “Diversidade e Práticas pedagógicas inclusivas”. As pesquisas aqui relacionadas, apontam primordialmente o trabalho docente do professor da sala comum e do professor especialista, como base para a dinâmica da perspectiva inclusiva de alunos público-alvo da Educação Especial. Não pode nos escapar, porém, a variedade de abordagens sobre as inter-relações que perpassam a constituição e materialidade do trabalho docente no interior da escola básica, dinâmica apontada pelas autoras nas articulações teórico-

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





metodológicas que fazem com os conceitos de interdependência e figuração, mais recorrentes nesse conjunto de pesquisas, de acordo com o Quadro 3.

Cabe salientar que apesar de não ter a pretensão de formular uma teoria que dê base aos estudos que tratam do trabalho docente, Norbert Elias contribui para entendermos tão complexa profissão, já que propicia “[...] caminhos para a compreensão da formação do indivíduo e suas implicações com as apropriações dos objetos da cultura, como os modos de ler e as relações com os livros” (LEÃO, 2007, p.10).

A partir da nossa análise dos registros das pesquisas, entendemos que (KAUTSKY; ZIVIANI, 2016) e (VALLADÃO, 2017) indicaram em seus trabalhos que no cenário das sociedades complexas, o trabalho docente, assim como as demais profissões, transforma-se ao longo do tempo e, por isso, demanda repensar as inter-relações, a formação, a identidade e o perfil profissional. Essas questões também são articuladas conceitualmente nos registros dos estudos do Quadro 3, quando associam a relação de interdependência entre indivíduos e sociedade e, ao mesmo tempo, apontam a ideia de individualização dentro de um grupo de pertencimento.

Na constituição de grupos de pertencimento, apontamos a especificidade dos estudantes que fazem parte da comunidade surda, que despertou o interesse científico dos pesquisadores, conforme visualização no Quadro 4.

Quadro 4 - Categoria: Surdez

CATEGORIA	AUTOR	ANO	CONCEITOS ELIASIANOS
Surdez	COSTA JUNIOR	2016	Figuração, Interdependência
	MILANEZI	2016	Figuração, Interdependência
	BAZILATTO	2017	Linguagem, Conhecimento

Fonte: Elaborado pelas Pesquisadoras.

As dissertações de Costa Junior (2016), Milanezi (2016) e Bazilatto (2017), compõem a linha de pesquisa “Diversidade e Práticas pedagógicas inclusivas”. Nesses estudos, os pesquisadores procuraram desvelar os delineamentos para a escolarização dos estudantes surdos, considerando diferentes etapas e espaços escolares para investigação.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná

LAI





As pesquisas selecionadas para essa categoria, nos apontam à continuidade no uso dos conceitos de figuração e interdependência como aportes teórico-metodológico de estudos.

Nos ensina Elias, porém, que o conceito de figuração comporta “[...] os seres humanos, em virtude de sua interdependência fundamental uns dos outros” (ELIAS, 2006, p.26), assim, nos apoiamos nessa inferência para apontar que, em nossa compreensão, o uso recorrente dos conceitos, pode ser justificado pelo fato de estarmos olhando produções de estudantes/pesquisadores que estão constituindo o primeiro grupo de pesquisa que se dedica aos estudos da teoria sociológica figuracional no Programa de Pós-Graduação em Educação/Ufes, que tem como intuito aplicar o referencial teórico-metodológico elaborado por Norbert Elias em investigações dos processos constituídos na ampla área da educação, principalmente, no campo da Educação Especial.

Entretanto, considerando a dinamicidade de uma figuração, percebemos que o relatório de pesquisa de Bazilatto (2017), apresentado um ano após os outros pesquisadores, indica o uso de conceitos até então, inéditos no grupo de pesquisa, assim como, a inovação do campo empírico. Bazilatto (2017), assim como Costa Junior (2016) e Milanezi (2016), também investigou aspectos relacionados a escolarização de estudantes surdos, porém, trouxe outro ineditismo ao desenvolver sua pesquisa a partir de um estudo comparado internacional, considerando realidades no Brasil e no México.

Dando continuidade à apreciação acerca das pesquisas do PPGE/Ufes, que tiveram como base teórico-metodológica a teoria de Norbert Elias no período de 2009 a 2017, finalizamos com o conjunto de estudos sistematizados e organizados na categoria de políticas públicas. Porém, devido ao número de trabalhos selecionados nessa categoria, optamos por separá-los em dois quadros, usando como critério, as linhas de pesquisa originárias dos pesquisadores: “Diversidade e Práticas pedagógicas inclusivas” e “História, Sociedade, Cultura e Políticas Educacionais.” Com essa divisão, apresentemos a seguir, a organização das pesquisas na categoria de políticas públicas.

Quadro 5 - Categoria: Políticas Públicas - Diversidade e Práticas pedagógicas inclusivas –

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





CATEGORIA	AUTOR	ANO	CONCEITOS ELIASIANOS
Políticas públicas	SILVA	2014	Interdependência, Configuração, Estabelecidos e outsiders, Processos sociais, Balança de poder
	OLIVEIRA	2016	Figuração, Jogo
	CUNHA	2016	Interdependência, Figuração
	NUNES	2016	Interdependência, Figuração, Conhecimento

Fonte: Elaborado pelas Pesquisadoras.

O conjunto de publicações organizado no Quadro 5, tem como singularidade as teses de Silva (2014) e Nunes (2016), que são pesquisadoras externas ao grupo de pesquisa “Políticas, Gestão e Inclusão Escolar: contextos e processos sociais”. Essa condição, nos ajuda a corroborar a ideia de que os conceitos usados com mais frequência, podem ser oriundos das discussões presentes nos espaços de estudo do grupo de pesquisa. Dessa forma, ao observarmos os resumos de teses, especialmente, de Silva (2014), vemos a ênfase dada a constructos eliasianos como estabelecidos e outsiders e processos sociais, que surgem como novidade aos trabalhos que compõe o Quadro 5.

As pesquisas nos indicam a preocupação com a articulação do referencial teórico-metodológico, em especial com o princípio básico dos pressupostos eliasianos, ao considerar que o indivíduo depende de dois fatores fundamentais para o seu desenvolvimento social: a figuração e a interdependência que nela se presentifica. Essa preocupação também está presente nos resumos das pesquisas relacionadas no Quadro 6, exposto a seguir.

Quadro 6 - Categoria: Políticas Públicas - História, Sociedade, Cultura e Políticas Educacionais

CATEGORIA	AUTOR	ANO	CONCEITOS ELIASIANOS
Políticas públicas	GASPAR	2016	Poder, Interdependência, Figuração
	GOMES	2017	Civilização, Interdependência, Figuração
	CONCEIÇÃO	2017	Processo civilizador, Processos sociais, Figuração
	CARVALHO	2017	Interdependência

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Fonte: Elaborado pelas Pesquisadoras.

A seleção de trabalhos para essa categoria é formada somente por dissertações e, nelas percebemos que o conceito de interdependência continua sendo a base das construções teórico-metodológica dos estudos, apesar de termos o registro de olhares específicos como o de Conceição (2017) que propõe o conceito de “processos sociais”, uso inédito para o grupo de pesquisa “Políticas, Gestão e Inclusão Escolar: contextos e processos sociais”. Na seleção de pesquisas organizadas no Quadro 6, entendemos que a diferenciação das temáticas, anunciam uma pertinência entre a teoria de Norbert Elias e as políticas públicas, nos ensinando que não dá para entender a educação, olhando apenas para os indicadores que tratam dessa área específica, é preciso entender que todos os indicadores sociais influenciam e são influenciados pela educação.

Considerações Finais

Atendendo ao propósito inicial do texto, que seria o de sistematizar as pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/Ufes), enfatizando o uso dos aportes conceituais de Norbert Elias, concluímos que no conjunto dos estudos analisados, constatamos a preferência recorrente dos pesquisadores, na articulação dos seus objetos de estudo com os conceitos de interdependência, figuração e balança de poder.

Contudo, estamos atentos ao fato de que a análise desenvolvida nesse artigo, não é o suficiente para apresentar todo referencial teórico-metodológico eliasiano que subsidiou as pesquisas selecionadas a partir do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/Ufes), pelo fato de termos analisado, principalmente, os resumos das teses e dissertações e, também, pela objetividade normativa exigida para inserção do texto nos anais do 17º Simpósio Internacional Processos Civilizadores (SIPC) - “Processos figuracionais históricos, políticos, sociais e educativos”. Ressaltamos, porém que o significado e a relevância de conhecer sobre os propósitos de nossos pares ao fazerem a escolha pelo envolvimento teórico com a

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná





Sociologia Figuracional, é reforçada pela verificação das possibilidades diversas de articulação teórica dos constructos elaborados por Norbert Elias com a ampla área da educação, afinal, formamos uma rede de estudiosos que se constitui pela teoria eliasiana, simbolizando uma rede de colaborações entre os pesquisadores.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Beatriz de Oliveira. Conselho De Escola E Os Processos De Inclusão De Alunos Público-Alvo Da Educação Especial. Dissertação de Mestrado, 142f – 2016.

BAZILATTO, Alexandre. Surdez, linguagem e conhecimento na educação superior: trajetórias formativas de surdos no Brasil e no México. Dissertação de Mestrado, PPGE/Ufes 158 f – 2017.

CARVALHO, Elaine de. O poder público estatal e políticas educacionais de correção do fluxo escolar no município da Serra-ES. Dissertação de Mestrado, PPGE/Ufes –. 184 f.: il. 2017.

CONCEIÇÃO, Junio Hora. Educação especial no ensino superior: processos sociais comparados entre México e Brasil. Dissertação de Mestrado. PPGE/Ufes 158 f.: – 2017.

COSTA JUNIOR, Euluze Rodrigues da. A modelação de uma política cooperativa na formação de estudantes surdos no Ensino Superior. Dissertação de Mestrado, PPGE/Ufes. 149f.: il. 2015.

ELIAS, Norbert. Escritos & Ensaios: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

ELIAS, Norbert. Introdução à sociologia. Braga: Edições 70, 1980.

FERNANDES, Márcia Alessandra de Souza. Conselho Municipal de Educação: figurações, interdependências e políticas de educação especial. Dissertação de Mestrado. 200 f.– 2016.

GAMBOA, Sanches. Epistemologia da pesquisa educacional: estruturas lógicas e tendências teórico-metodológicas. 1987. 229f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987.

GASPAR, Ronan Salomão. As figurações na política estadual de educação em tempo integral do Espírito Santo. Dissertação de Mestrado. PPGE/Ufes– 180 f.: il.2016.

GOMES, Núbia Rosetti do Nascimento. O Programa “Educação em Tempo Integral” em uma Escola de Educação Infantil no Município de Vitória-ES. Dissertação de Mestrado. PPGE/Ufes, 2017.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

KAUTSKY, Giselle Lemos Schmidel. A formação continuada de professores do ensino comum no campo da educação especial. Dissertação de Mestrado. 168 f. 2016.

LEÃO, Andrea. Norbert Elias & a educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MILANEZI, Tamille Correia de Miranda. Inter-relações surdos e ouvintes no processo de apropriação do conhecimento escolar por estudantes surdos. Dissertação de Mestrado. PPGE/Ufes – 164 f.: il.2016.

NUNES, Isabel Matos. Política de escolarização de sujeitos com diagnóstico de deficiência múltipla: tensões e desafios. Dissertação de Mestrado. PPGE/Ufes– 240 f.: il 2016.

OLIVEIRA, Gildásio Macedo de. Financiamento das instituições especializadas na política de educação especial no Estado do Espírito Santo. Dissertação de Mestrado. PPGE/Ufes – 144 f.: il.2016.

SANCHEZ GAMBOA, S. Epistemologia da pesquisa educacional: estruturas lógicas e tendências teórico-metodológicas. 1987. 229f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987.

SILVA, Angela Maria Caulyt Santos da. Interfaces: educação especial & seguridade social. Tese de Doutorado. PPGE/Ufes. 201 f, 2014.

SOBRINHO, Reginaldo Celio. A relação família e escola a partir da processualidade de um fórum de famílias de alunos com deficiência: contribuições de Norbert Elias. Tese de Doutorado. PPGE/Ufes. 203f, 2009.

VALLADÃO, Helen Malta. Trabalho docente na inclusão escolar de alunos com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista/deficiência intelectual e Síndrome de Edwards. Dissertação de Mestrado- PPGE/Ufes. 157 f.: il.– 2017.

ZIVIANI, Mariza Carvalho Nascimento. Interdependência e colaboração em contextos escolares inclusivos. Dissertação de Mestrado. PPGE/Ufes– 162 f.: il.2016.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

ACÇÃO COLABORATIVA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: REFLEXÕES A PARTIR DOS CONCEITOS DE FIGURAÇÃO E INTERDEPENDÊNCIA

Dr.^a Isabel Matos Nunes
UFES/CEUNES
bel_mnunes@hotmail.com

Ma. Márcia Alessandra de Souza Fernandes
marciaasf@bol.com.br

Ma. Mariza Carvalho Nascimento Ziviani
mariza.cnz@gmail.com

Resumo: O presente texto problematiza as inter-relações estabelecidas entre os profissionais que atuam com os estudantes público-alvo da educação especial, na rede municipal de São Mateus-ES, no que tange ao trabalho colaborativo. Possui como referência os conceitos de figuração e interdependência definidos por Norbert Elias. Objetivamente, analisa experiências e práticas de ensino colaborativo dos professores de educação especial, a partir dos dados elaborados no contexto da pesquisa intitulada “Interdependência e colaboração em contextos escolares inclusivos” (ZIVIANI, 2016). O caminho metodológico perpassou pelo eixo da pesquisa qualitativa, delineada sob a perspectiva teórico-metodológica da pesquisa-ação colaborativo-crítica (JESUS, 2008). Palavras-chave: Educação Especial. Figuração. Interdependência.

Abstract: The present paper problematizes the interrelationships established among the professionals who work with the public-targeted students of special education, in the municipal network of São Mateus-ES, regarding the collaborative work. It has as reference the concepts of figuration and interdependence defined by Norbert Elias. Objectively, it analyzes experiences and practices of collaborative teaching of special education teachers, based on the data elaborated in the context of the research entitled "Interdependence and collaboration in inclusive school contexts" (ZIVIANI, 2016). The methodological path covered the axis of qualitative research, outlined from the theoretical-methodological perspective of collaborative-critical research-action (JESUS, 2008).

Key words: Special Education. Figuration. Interdependence.

Pontos iniciais

*Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo*

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





*que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.
(João Cabral de Melo Neto)*

O interesse em debruçarmo-nos sobre o presente texto dá-se, como na relação dos fios e da rede – numa referência adiantada à imagem utilizada por Elias, que tentaremos explorar mais adiante – por termos vários elementos que nos aproximam: o mesmo lócus de pesquisa – a rede municipal de educação de São Mateus/ES –, o mesmo eixo norteador – educação especial na perspectiva inclusiva – e também termos assumido em nossas análises os mesmos pressupostos estabelecidos por Norbert Elias (1897-1990), o que muito nos ajuda a compreender um pouco mais sobre nossas pesquisas, tal o grito do galos cruzando os fios do sol, anunciando a manhã.

Acreditamos que reconhecer a interdependência e a necessidade de colaboração entre os grupos para o desenvolvimento de práticas para a escolarização de todos é o que deveria impulsionar a sociodinâmica na forma de vinculação dos indivíduos nos espaços escolares. Sob tal compreensão, iniciamos nossas reflexões a partir da seguinte pergunta: Como estabelecer práticas de colaboração em contextos escolares marcados por modelos fragmentados de organização, com dinâmicas pedagógicas constituídas em parcelas individuais e temporais?

Nossa indagação e as reflexões dela advindas assumem a perspectiva teórica de Norbert Elias (1994, 2001a) que sustenta que o comportamento dos indivíduos poderá ser mais satisfatoriamente entendido, quando vinculado à compreensão das configurações e teias de interdependência de variados tipos, como famílias, escolas, cidades e outros.

Ao tomarmos como base os pressupostos elisianos, assumimos a compreensão de que os indivíduos estão interligados pela própria existência humana e “[...] dizer que os indivíduos existem em configurações significa dizer que o ponto de partida de toda investigação sociológica é uma pluralidade de indivíduos, os quais, de um modo ou de outro, são interdependentes” (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 184).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Sendo assim, o presente texto problematiza as inter-relações estabelecidas numa escola de ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino de São Mateus, norte do Espírito Santo, no que tange ao trabalho colaborativo entre os profissionais que atuam com os estudantes público-alvo da educação especial.

Objetivamente, refletimos sobre as experiências e práticas de ensino colaborativo dos professores de educação especial, a partir dos dados produzidos na pesquisa intitulada “Interdependência e colaboração em contextos escolares inclusivos” (ZIVIANI, 2016), que percorreu o caminho metodológico da pesquisa de natureza qualitativa, delineada sob a perspectiva teórico-metodológica da pesquisa-ação colaborativo-crítica (JESUS, 2008), compreendendo que os participantes do processo da pesquisa, constituem o pesquisador coletivo. Este, entendido por Jesus (2008) como um grupo restrito ou mais amplo de indivíduos envolvidos com as reflexões e a compreensão das práticas e situações do cotidiano e das relações do próprio grupo. Num movimento reflexivo-crítico, esse pesquisador coletivo experimenta situações que provocam “[...] atitude de aceitação e acolhimento dos nossos saberes profissionais, mas também dos possíveis e impossíveis do outro [...]” (JESUS, 2008, p. 148).

A partir dos dados da referida pesquisa, fomos desafiadas, sob a perspectiva da inclusão, a pensar sobre a necessidade de se buscar construir outras possibilidades de organização do trabalho escolar, uma vez que, a inclusão, como proposta viável nos contextos escolares, à luz da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), demanda problematizar as relações de interdependência a fim de se constituir práticas mais coletivas e de colaboração entre todos os sujeitos envolvidos e, a nosso ver, com o protagonismo dos profissionais do ensino, sejam eles os professores da base comum ou os professores especialistas da educação especial.

Sob as lentes elisianas, os fios do tecido no trabalho colaborativo

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Deflagrada após intenso debate nacional que envolveu pesquisadores, políticos, instituições de defesa dos direitos da pessoa com deficiência, entre outros interessados, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) instalou, entre outras determinações, a sua transversalidade – que se dê da educação infantil ao ensino superior – e com o do Decreto 7.611/2011 (BRASIL, 2011) instituiu o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A partir de então, o AEE tornou-se o fazer prioritário das ações da educação especial na escola comum (NUNES e BORGES, 2017) e a parceria entre os professores do ensino regular e os da educação especial vêm se configurando com mais ênfase, como uma das estratégias que pode favorecer a aprendizagem dos estudantes com deficiência.

Parte-se da ideia de que o ensino colaborativo consiste em uma parceria entre os dois grupos de professores, os da base regular e os da modalidade de Educação Especial, que dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar os procedimentos adotados no ensino de um grupo heterogêneo de estudantes (FERREIRA; et al., 2007). Mendes (2006) observa que tal proposta surgiu como alternativa aos modelos educacionais existentes – sala de recursos, classes especiais ou escolas especiais – visando, também, responder às demandas das práticas de inclusão dos estudantes público-alvo da educação especial.

Os dados produzidos na pesquisa de Ziviani (2016) nos permitem afirmar que, na escola pesquisada, a identificação do coletivo como espaço constituído por um agrupamento de indivíduos seja conceito de fácil compreensão; entretanto, o reconhecimento de que o referido agrupamento possui capacidade de empreender outra dinâmica de constituição da coletividade como resultado da colaboração mútua, capaz de ressignificar as práticas e os objetivos do coletivo, despontou no percurso da pesquisa como algo que necessita de outras percepções e compreensões.

Sobre este aspecto, valemo-nos da ideia das redes de interdependência (ELIAS, 2001b) que compreende que os indivíduos estão ligados uns aos outros por um fenômeno de dependência recíproca. No caso da pesquisa em tela, tal compreensão nos ajuda a entender que a dinâmica da escola e do trabalho colaborativo na docência da educação

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





especial se configura a partir de uma grande rede de interdependência. Sob a compreensão dessa rede, visualizamos um intrincado jogo de relações e dependências de onde destacamos a figura do professor colaborador, como sendo constituído a partir de uma configuração articulada aos demais professores da base comum e todos os outros profissionais da escola. Sobre a configuração dos professores que direcionamos nosso olhar.

Com as lentes elisianas, é possível vislumbrar o contorno das redes de interdependência a partir da percepção da configuração, ou seja, de uma “[...] formação social, cujas dimensões podem ser muito variáveis, em que os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependência recíproca e cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões” (ELIAS, 2001a, p. 13).

As formas como os grupos humanos se organizam são singulares e, conforme Elias (1994), as configurações, grandes ou pequenas, são formadas na coexistência humana e têm a linguagem e o conhecimento como mediadores dessas relações. Podemos ainda dizer que o conceito de configuração se aplica onde quer que se forme uma “rede envolvente de interdependência” (Elias, 1994, p. 140); ela expressa a ideia de que os sujeitos possuem abertura e algum grau de autonomia (mas nunca absoluta) em relação aos outros com quem se relacionam.

Sobre esse aspecto, com relação ao trabalho colaborativo docente na escola, percebemos que os profissionais estão interligados, formando configurações específicas nas teias de suas relações diversas. Nesse sentido, percebemos que os professores regentes de sala de aula, compõem uma configuração específica; os professores especialistas compõem outra e, nos seus fazeres cotidianos, a partir das relações estabelecidas entre si e além, eles, em algum momento, se aproximam ou se distanciam.

Nessa relação, mesmo sendo todos professores, ambos possuem formações e atribuições distintas: o da sala de aula detém o conhecimento específico da disciplina com a qual atua, enquanto o professor especialista deve ter formação voltada para o atendimento educacional especializado, o qual pressupõe a organização de recursos e atividades que contribuem para a eliminação de barreiras para o aprendizado do estudante.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Tal distinção de formação e atuação torna a escola o espaço em que as interdependências se tornam cada vez mais explícitas e imperiosas. Os sujeitos, profissionais, cada um em suas diferentes funções, ou seja, em suas individualidades, ao buscarem completar ou complementar o seu serviço com o do outro, vão, ao mesmo tempo, estendendo e também tensionando os fios da rede de interdependência, tornando-a mais robusta ou mais frágil, conforme o nível de articulação estabelecido.

A política inclusiva pressupõe que quanto mais articulados pedagogicamente os dois grupos de profissionais estiverem, mais possibilidades de êxito no trabalho e maior possibilidade de aprendizagem para o estudante.

A fim de melhor apresentar o que visualizamos, trazemos a descrição feita pelo próprio Elías sobre uma rede.

Para ter uma visão mais detalhada desse tipo de inter-relação, podemos pensar no objeto de que deriva o conceito de rede: a rede de tecido. Nessa rede, muitos fios isolados ligam-se uns aos outros. No entanto, nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca. Essa ligação origina um sistema de tensões para o qual cada fio isolado concorre, cada um de maneira um pouco diferente, conforme seu lugar e função na totalidade da rede. A forma do fio individual se modifica quando se alteram a tensão e a estrutura da rede inteira. No entanto essa rede nada é além de uma ligação de fios individuais; e, no interior do todo, cada fio continua a constituir uma unidade em si; tem uma posição e uma forma singulares dentro dele (ELIAS, 1994, p. 35).

A compreensão de que [...] “essa rede de tecido não é nada além de uma ligação de fios individuais [...]” nos faz perceber que a relação entre o professor do ensino comum e o professor especialista na educação especial resulta de uma “associação” que [...] “se modifica quando se modificam a tensão e a estrutura da rede inteira [...]” (ELIAS, 1994). Nessa “associação” ou rede de interdependência, cada profissional, em sua função, se modifica, podendo, assim, modificar grande parte do fazer escolar, sem deixar de ser quem é; cada um seria como um fio que, ao entrelaçar-se aos outros, formaria uma nova estrutura – a rede – sem, contudo, deixar de ser o fio.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Escola: rede de múltiplos fios ligados entre si?

A referência linha acima à citação direta da descrição feita pelo ilustre alemão de Breslau, embora nos pareça óbvia, já que a escola é o lugar das interdependências, julgamos merecedora de algumas considerações. Sobre este aspecto Almeida (2004) reconhece que o processo de construção de um trabalho a partir da colaboração de todos não é fácil; são poucos os que se permitem a possibilidade de trabalhar em equipe. Para ela, a permissão poderia ocorrer por meio de momentos de formação dos profissionais e que implicaria na [...] “construção de espaços para reflexão crítica, flexibilização e criação de canais de informação nas escolas, alianças e apoios entre os profissionais e implementação de políticas públicas de valorização e formação docente [...]” (ALMEIDA, 2004, p. 244).

Nesta direção, a “educação para todos” (BRASIL, 2014) reforça o imperativo da formação em serviço visto ela impor à escola a necessidade de a todos receber e, mais recentemente, tem ganhado cada vez mais ênfase, a necessidade de uma escola para todos e com qualidade. Tais demandas são verdadeiras searas para o campo da reflexão, da formação e da busca de outras possibilidades de construção, uma vez que nesses momentos, os profissionais “[...] refletem sobre a sua vivência profissional e os problemas que essa mesma prática lhes coloca. (ALARCÃO, 2004, p. 19)”.

A pesquisa de Ziviani (2016) que já trazia estampado na sua identidade a necessidade de um grupo de estudo na escola pesquisada para a reflexão sobre as práticas empreendidas, relata sobre os desafios e descobertas vividos ao longo da tarefa. Conta-nos sobre as declarações queixosas de algumas professoras sobre a sensação de faltar algo, da incompletude do trabalho. Narra ainda, que uma professora comparou as funções de cada uma às peças de “[...] um quebra-cabeça onde existem as peças, mas estas ainda não se encaixam [...]” (p.122). Ao longo das discussões, o grupo reconhece que a dica para o encaixe das peças seria o trabalho colaborativo; nas palavras de Elias (1994) seria a articulação dos fios na constituição da rede.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Das análises realizadas por Ziviani (2016), tem destaque a ideia de coletividade, “[...] compreendendo-a como algo além de um agrupamento de indivíduos [...]” (p.127), como os fios no tecer da rede, que na interdependência com outros, além de fios, são a própria rede. Reconhece, entretanto, “[...] que pensar coletivamente o ‘eu’, o ‘nós’, e o ‘eles’ é um grande desafio [...]” (p.85), acrescentando sobre uma longa jornada a ser trilhada pela escola no sentido de dar fluxo aos fios que alimentam o trabalho pedagógico na perspectiva inclusiva.

Tecendo manhãs

Ainda que a pergunta inicial continue a reverberar diante do estudo – Como estabelecer práticas de colaboração em contextos escolares marcados por modelos fragmentados de organização, com dinâmicas pedagógicas constituídas em parcelas individuais e temporais? – fazendo ferver outras ideias, de uma forma ou de outra, a reflexão até aqui nos provoca a procurar sobre outras possibilidades de práticas de colaboração na configuração escolar em que professores da base comum ou especialistas e demais profissionais estejam engajados, melhor: fortalecidos nas suas teias de interdependência em uma só meta: garantir condições de aprendizagem a todos os estudantes que à escola procurar.

Nesse aspecto, vale retomar Elias (1994) quando afirma que, mesmo em grupo, onde vamos constituindo redes, o homem não perde sua singularidade e, assim, poderá, por meio desse entrelaçamento, constituir novos fazeres e caminhos no percurso civilizatório. Ainda para o autor, o indivíduo está em formação e mudança constantes, o que significa que, assim como a sociedade, ele não é estático, nem terminado; ele também é processo. E nesse longo processo, que mais breve, os professores consigam estender seus fios em rede, já que sozinhos, desarticulados não “tece[m] uma manhã”.

Referências bibliográficas

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

ALARCÃO, I. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2004.

ALMEIDA, Mariângela Lima de Almeida. Formação continuada como processo crítico reflexivo colaborativo: possibilidades de construção de uma prática inclusiva. 2004. 267 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

BRASIL. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar. Brasília: MEC. SEESP. 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 19 de julho. 2015.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 19 julho. 2018.

BRASIL; Relatório Educação para Todos – 2000, 2015; Brasília: MEC, 2014.

ELIAS, N. A Sociedade dos indivíduos. Organizado por Michael Schoter; tradução: Vera Ribeiro; revisão técnica e notas Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.

ELIAS, N. A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001a.

ELIAS, N. Norbert Elias por ele mesmo. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2001b.

ELIAS, N; SCOTSON, J. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: WVA Ed., 2000.

FERREIRA, B.C. (et al.) Parceria colaborativa: Descrição de uma experiência entre o ensino regular e especial. Revista Educação Especial (UFSM), 29, p. 9-22, 2007.

JESUS, D. M. O que impulsiona a pensar a pesquisa-ação colaborativo-crítica como possibilidade de instituição de práticas educacionais mais inclusivas? In: BATISTA. CR; CAIADO, K.R.M.; JESUS, D. M de. (org.). Educação Especial: diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Editora mediação, 2008.

MENDES, E. Colaboração entre ensino regular e especial: o caminho do desenvolvimento pessoal para a inclusão escolar. In: MANZINI, E. J. Inclusão e acessibilidade. Marília, 2006. p. 29-41.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

NUNES, I. M.; BORGES, C. S.; Atendimento Educacional Especializado: Diversos olhares. In: OLIVEIRA, I. M.; RODRIGUES, D.; JESUS, D. M. (Orgs.). Formação de Professores, Práticas Pedagógicas e Inclusão Escolar: perspectivas luso-brasileiras. Vitória: Edufes, 2017.

ZIVIANI, M. C. N.; Interdependência e colaboração em contextos escolares Inclusivos. 2016. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2016.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

OS "OUTSIDERS" NO ENSINO SUPERIOR: CONTRIBUIÇÕES ELIASIANAS NA ANÁLISE DO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Ivone das Dores de Jesus- UFGD\UEMA
ivonedasdores@hotmail.com

Morgana de Fátima Agostini Martins
UFGD (orientadora)
morganamartins@ufgd.edu.br

Resumo: Este estudo tem por objetivo analisar a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior em especial na Universidade Estadual do Maranhão com base na perspectiva das elaborações teóricas de Norbert Elias, especificamente dos livros *Sociedade dos Indivíduos* (1994) e *Estabelecidos e Outsiders* (2000). Esta pesquisa é um recorte do meu estudo de Doutorado em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados-MS, intitulado *A Inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior: uma análise na Universidade Estadual do Maranhão, ainda em desenvolvimento*. Uma das questões polêmicas em torno do movimento de inclusão é a efetivação de políticas públicas educacionais que viabilizem condições de acesso e permanência dos alunos com alguma deficiência nas universidades. A inclusão segundo Sasaki (1997) é entendida como uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos aprenderem juntos, e participarem da vida escolar. Considera as seguintes questões: Quais as contribuições da obra eliasiana no que tange as categorias exclusão e inclusão social? Que desafios a UEMA enfrenta em relação à inclusão de alunos com deficiência? Diante disso, a coleta de dados foi realizada por meio de um questionário de perfil, entrevista semiestruturada e observação in locus. A sistematização dos resultados, ainda em andamento, utilizou a técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977). A pesquisa de maneira preliminar, constata que a Universidade investigada reconhece a necessidade de discutir as causas e consequências da inclusão, além de compreender as limitações e possibilidades da mesma, dentro de uma balança de poder em que as relações de força avançam no sentido de garantir avanços inclusivistas no cotidiano dos cursos de graduação. Aponta que os sujeitos investigados (em especial os sujeitos com deficiência\outsiders) acreditam que é possível e necessário adotar medidas que possam contornar as limitações relativas aos processos de formação a que foram submetidos.

Palavras-chave: Norbert Elias; Inclusão de alunos com deficiência; Ensino Superior.

"OS DE FORA" NO ENSINO SUPERIOR: contribuições eliasianas

Estudar o pensamento de Norbert Elias é uma tarefa um tanto desafiadora,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





considerando a amplitude e coerência da trajetória intelectual e epistemológica deste que é um dos maiores sociólogos do século XX. Mais desafiador ainda é articular a sua obra no processo de discussão do lugar social do sujeito com deficiência no ensino superior público. Tal movimento impõe uma práxis acadêmica mas sobretudo um exercício que abrange tanto os fundamentos da Educação quanto a necessária erudição presente no pensamento social e nos diversos paradigmas que sustentam a formulação do fazer científico.

Norbert Elias, sociólogo alemão, nasceu em 22 de junho de 1897 — Amsterdã, e faleceu em 1 de agosto de 1990. De origem judaica após lutar pela Alemanha na Primeira Guerra Mundial o mesmo foi perseguido em virtude de seu pertencimento étnico. Nos anos de 1970, ao retornar a Alemanha, "não se adaptando a sua terra natal, partindo voluntariamente, para mais um exílio, agora na Holanda onde termina os seus dias". (BRANDÃO, 2003, p. 19)

Ainda de acordo com Brandão (2003) Elias jamais deixou de acreditar nos ideais republicanos, especialmente no princípio de democracia parlamentar e sua trajetória imbuída de processos de exclusão e inclusão podendo ser dividida em pelo menos três momentos:

"O primeiro momento vai do início de sua vida até o término de sua formação acadêmica, quase que conjuntamente com o encerrar da República de Weimar. O segundo é o período sob o domínio de Adolf Hitler e a republicação de O Processo Civilizador (1968), quando, a partir da mesma, inicia-se o reconhecimento internacional de sua contribuição acadêmica e teórica. O terceiro e último momento, o mais produtivo em termos de publicações, é iniciado com esse reconhecimento e termina com a sua morte [...]" (p. 20)

Elias era filho de judeu e viu as atrocidades da Primeira Guerra Mundial, suas tragédias, prejuízos, mortes, feridos, mentes mutiladas e posteriormente na ascensão de Hitler ao nazismo abissal, que obrigou Elias a fugir da Alemanha para a França em 1933 e em seguida para a Inglaterra em 1935 aonde naturalizou-se.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Ao chegar a Inglaterra Elias experimenta as dificuldades que um refugiado de guerra enfrenta no país na condição de exilado. As condições materiais escassas, a falta de dinheiro, e somente com a ajuda de um amigo judeu conseguiu uma pequena bolsa para que pudesse desenvolver seus estudos e pesquisas.

Em **A Sociedade dos Indivíduos** e em **Os Alemães**: em ambos há uma discussão sobre o lugar social dos indivíduos na sociedade, porém no primeiro a dualidade entre estas duas instâncias é abalada. Tal dicotomia impedia o entendimento do processo civilizador. Já em **Os Alemães** o autor discute a flexibilização dos instrumentos de auto-controle sem esquecer o balizar das instâncias de poder no que tange o transcorrer das gerações.

A teoria de Elias torna-se importante ao destacarmos os subsídios de interpretação presentes no processo pelo qual se verificou a sistematização dos controles sociais, indicadores dos estágios de desenvolvimento da sociedade.

No que tange a sua grande obra **Estabelecidos e Outsiders** (1950) e que nos dará maior contribuição no contexto da tese de doutorado que por meio de uma etnografia Elias debruça-se em aproximadamente três anos de trabalho em Winstor Parva, nome fictício para a cidadezinha do interior da Inglaterra e campo de investigação. Por meio de fontes diversas a saber: estatísticas oficiais, relatórios governamentais, documentos jurídicos e jornalístico, entrevista e observação participante (ELIAS, 1990).

Um amplo conjunto de procedimentos e fontes na perspectiva de esmiuçar e entender como os princípios de superioridade social e moral, auto percepção e reconhecimento, pertencimento e exclusão presentes na vida social, concebido como um valioso instrumento que revela as relações de poder, discriminação e exclusão social.

As palavras *establishment* e *established* são utilizadas em inglês para designar [...] grupos e indivíduos que ocupam posições de prestígio e poder. Um *establishment* é um grupo que se auto percebe e que é reconhecido como uma 'boa sociedade' [...] (ELIAS, 1990, p. 7) e ainda acrescenta que este grupo é entendido como "[...] mais poderoso e melhor, uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência [...]" (ELIAS, 1990, p.7). Em suma, os established



fundam o seu poder no fato de serem um modelo moral para os outros, superiores e promotores de um comportamento distintivo e preponderante.

Já o termo outsiders são os "*não membros da sociedade*", os que estão de fora dela. Segundo Elias (1990) trata-se de um conjunto heterogêneo e difuso, híbrido e possuidores de laços sociais menos densos e frágeis, tanto que são tratados no plural pela multiplicidade que o constituem, não podendo ter o estatuto de grupo social. Assim, o que os distingue dos estabelecidos são as relações de segregação e exclusão social e as figurações que se dão nesse processo.

As relações de poder anteriormente enfatizadas são consequências da maneira como os moradores mais antigos de Winston Parva se representavam. Para eles o princípio fundante da distinção era a vivência de antiguidade em relação aos moradores vindos "de fora", sendo estes estigmatizados e invólucros em atributos associados a delinquência, violência e desintegração (ELIAS, 1990). Assim, as categorias *estabelecidos* e *outsiders* se definem "[...] na relação que as nega e que as constitui como identidade social. Os indivíduos que fazem parte de ambas estão, ao mesmo tempo, separados e unidos por um laço tenso e desigual de interdependência." (ELIAS, 1990, p. 9). Este estudo contribui de forma preeminente no que diz respeito a relação entre dinâmica da vida social e os princípios e exigências nacionais da vida social.

Segundo Elias (1994) esta obra discute sobre a maneira como grupos estabelecidos, concebidos como hegemônico é capaz de monopolizar as oportunidades de poder e utiliza-las para marginalizar e estigmatizar membros de outro grupo e a maneira como isso é vivenciado nas "imagens de nós" de ambos os grupos, em suas autoimagens coletivas.

A discussão sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior tem centrando o foco na efetividade de políticas públicas que favoreçam o acesso e a permanência destas pessoas nos diversos cursos das universidades públicas. Enquanto docente constatei que são recorrentes as queixas entre a maioria dos profissionais desta modalidade tendo em vista, que a maioria das instituições não reúnem condições infraestruturais e pedagógicas para assegurar o atendimento educacional desses

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





segmentos sociais.

Estes alunos visto como “os de fora” adentram a modalidade representados muitas vezes de maneira deturpada como incapazes de se situar frente as exigências circunscritas pelos já estabelecidos alunos sem deficiência.

Dados estatísticos, no entanto, demonstram que a participação de estudantes com deficiência nas universidades públicas tem sido crescente. Segundo o *Censo da Educação Superior*, a inclusão de pessoas com deficiência em cursos presenciais de graduação aumentou de forma significativa. Em 2000 havia 2.173 estudantes com deficiência em universidades e faculdades brasileiras, em 2009 este número foi para 20.530 estudantes com deficiência matriculados em universidades e faculdades brasileiras; em 2010 havia 19.869, evoluindo em 2011 para 22.455; chegando em 2015 com 37.986 estudantes matriculados (INEP, 2015).

Segundo esses dados,

A política de inclusão existente em nosso país se estende às instituições de educação superior e, nesse sentido, estas instituições devem adaptar suas instalações, bem como, qualificar seu corpo docente para favorecer o acesso ao conhecimento aos alunos com deficiência e/ou com necessidades educacionais especiais, além da obtenção do aprendizado devido e a consequente profissionalização (CHAHINI, 2012, p. 158)

Esse processo de adaptação choca-se com as imposições discursivas de professores e alunos que estabelecem maneiras de ser e agir segregacionistas aos alunos com deficiência, deixando a eles o usufruto nas figurações de situações de desprestígio tão comuns aos outsiders.

Esse número crescente, acima mencionado, evidencia o aumento do acesso desse segmento de forma gradativa ao longo dos anos, tanto em universidades públicas como nas privadas. Mas ainda assim há a necessidade de ações que auxiliem a formação de docente capaz de lidar com esta realidade específica de pessoas com deficiências sensoriais, intelectuais ou físicas. A realidade do Ensino Superior assemelha-se ao da Educação Básica, no que se refere ao acesso e permanência, pois, na maioria das vezes

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





os alunos são forçados a se adaptarem com as condições ofertadas pelas instituições educacionais. Afirma ainda que as novas diretrizes e pesquisas em educação indicam claramente que a inclusão é a transformação da escola para que atenda a todos com qualidade e essa transformação mencionada afeta diretamente o Ensino Superior, porque na medida em que se ampliam os atendimentos na educação básica forçam o Ensino Superior a ampliar também seus atendimentos. O Ensino Superior não deve ser entendido como aquele que está distante da Educação Básica, bem como não deve se preocupar apenas com ações formativas descontextualizadas da realidade, sendo que as pesquisas educacionais e sociais devem contemplar essa discussão. (BRASIL, 2002)

Através da nossa trajetória de pesquisa voltada para esta problemática, observamos que se faz necessário enfatizar que as Universidades precisam cada dia mais, estarem envolvidas em pesquisas voltadas para atender as demandas educacionais, assim como prover orientações para uma realidade futura. Os estabelecimentos de Ensino Superior desempenham um papel decisivo na sociedade, por isso devem criar entre elas, um elo no sentido de estarem contribuindo com as suas pesquisas dentro e fora da academia.

Diante do exposto anteriormente, urge a necessidade de uma Universidade voltada ao processo de desenvolvimento da educação especial, particularmente para a gestão, avaliação, formação de professores, além de programas direcionados a melhoria das ações desta modalidade de ensino.

Cabe ressaltar ainda a importância da participação efetiva de pessoas com deficiência envolvidas em trabalho de pesquisa e extensão em todas as atividades, sentindo-se úteis, valorizadas, assegurando seus direitos. No entanto, a estes é imposto um lugar social que os limita a participação efetiva, pois nas interações é dado a eles na balança de poder eu-nós (ELIAS, 1994) um estatuto de incapacidade de vivência plena das ações educacionais, não os reconhecendo dentro de “uma relação de pluralidade de pessoas com a pessoa singular a que “chamamos” de indivíduos, bem como da pessoa singular com a pluralidade. (ELIAS, 1994, p. 7)

Historicamente, as universidades públicas principalmente nas últimas décadas

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





têm desenvolvido pesquisas e ações direcionadas à promoção da inclusão de alunos com deficiência nos diferentes estados brasileiros e a Universidade Estadual do Maranhão UEMA, também está preocupada em atender as normas nacionais que direcionam para a inclusão educacional de pessoas com deficiência, passando a desenvolver ações de combate à exclusão orientadas pelos dispositivos macro institucionais, entre eles a portaria nº 1.679/99 do Ministério da Educação/MEC, a portaria nº 3.284/03 do MEC e o decreto nº 5.296/04 da Casa Civil. A portaria nº 1.679/99 em seu Art.1º:

Determina que sejam incluídos nos instrumentos destinados a avaliar as condições de oferta de cursos superiores, para fins de credenciamento de instituições de ensino superior, bem como para sua renovação, conforme as normas em vigor, requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais (BRASIL, 1999).

Assim, implica dizer que as universidades devam reunir esforços para atender os requisitos de acessibilidade necessários para a garantia da permanência dos alunos com deficiência, desde os requisitos arquitetônicos de acessibilidade aos pedagógicos. Nesse sentido, a portaria nº 3.284/03 dispõe sobre a acessibilidade dos alunos com deficiência na educação superior, reiterando as orientações sobre as condições para que as IES- Instituições de Ensino Superior sejam credenciadas mediante a construção da acessibilidade. Já o decreto nº 5.296/04 que regulamenta as leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que regula prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e a lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelecem normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade. Além dos documentos citados, outros serviram de base para a fomentação das ações da Universidade.

Segundo informações fornecidas pelo Núcleo Interdisciplinar de Educação Especial/NIESP da UEMA (1998), a criação deste núcleo no ano de 1998 foi uma das ações concretas de apoio a inclusão dos alunos com deficiência no Ensino Superior no Maranhão, por ter sido o pioneiro em desenvolver ações inclusivas. Com a implantação do NIESP, várias ações já foram realizadas, tanto no campus sede como em outros campi da Universidade: formação continuada para professores, promoção de seminários,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





minicursos, cursos de extensão, e desde 2002 oferece cursos de Pós-Graduação *latu sensu*, sempre com turmas de 45 alunos. (UEMA, 1998). Estas ações institucionais obedecem a uma auto regulação e controle voltado a alteridade, o respeito ao humano que se edifica nas interações sociais promovendo um conjunto de ações direcionadas a emancipação humana (ELIAS,1994).

Nesta perspectiva, no ano de 2005 foi inserida na estrutura curricular dos cursos de formação de professores a disciplina Fundamentos da Educação Especial constituindo-se de 60 horas-aula divididas em discussões teórico-metodológicas acerca deste campo de estudos. De acordo com a Lei número 10.436/02 (Reconhece a Língua Brasileira de Sinais- Libras) dar-se ênfase a difusão de Libras no currículo dos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia. Devido a inserção da disciplina de Libras nos currículos das IES, tornou-se necessário a realização de seletivo simplificado na área atendendo as exigências legais da Política Nacional de Educação Inclusiva

Convém ressaltar que a instituição já graduou 4 alunos cegos, nos referidos cursos: Letras, Pedagogia, Ciências Sociais e Geografia. Atualmente o núcleo dispõe de um aluno cego que exerce a função de estagiário desenvolvendo suas atividades de transcrição, no turno contrário de suas aulas, do curso de Administração (UEMA, 1998)

Com relação à Política de Ações Afirmativas na UEMA, iniciou-se com o Programa de Acesso ao Ensino Superior (PAES) 2012, a qual estabeleceu reserva de vagas para estudantes negros e de comunidades indígenas, que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Essa ação foi instituída pela Lei Estadual nº 9.295 de 17 de novembro de 2010, a qual determinou a reserva de 10% (dez por cento) das vagas dos cursos de graduação da UEMA. Sobre as reservas de vagas para pessoas com deficiência foi estabelecida pelo Conselho Universitário (CONSUN) por meio da Resolução nº 820/2011- CONSUN/UEMA, de 1 de setembro de 2011, que seria destinado um percentual de 5% (cinco por cento) das vagas para este segmento (CASTRO apud UEMA, 2014). Tais exigências citadas anteriormente, vão de encontro e são vanguardistas em relação a política nacional materializada um ano após a UEMA por meio da implantação da lei 12.711/2012 que estabelece reservas para alunos com

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





deficiência nas universidades públicas.

Faz-se necessário enfatizar que tanto as ações engendradas pela União, quanto as políticas estaduais de Ensino Superior voltadas a inclusão implantadas pela UEMA foram direcionadas pelo programa INCLUIR, que se caracteriza como um programa responsável pela criação dos núcleos de acessibilidade no ano de 2005 (CIANTELLI, 2015). Embora o programa tenha sido direcionado a estabelecimentos de Ensino Superior da esfera federal, a UEMA constrói uma agenda de políticas para implantação de programa semelhante. Este programa coaduna com os movimentos de fomentação e inclusão de pessoas com deficiência excluídas socialmente por meio de acesso a espaços de socialização e aprendizagem inclusivistas. As ações inclusivistas situam-se na perspectiva de desconstrução das atitudes de constrangimento, adaptação forçada e vergonha muitas vezes estampadas por um processo civilizacional pouco adepto ao reconhecimento das especificidades. (ELIAS, 2005). Na visão eliasiana o que nos falta são modelos conceituais e uma visão global mediante as quais possamos tornar compreensível, no pensamento, aquilo que vivenciamos diariamente na realidade, mediante os quais possamos compreender como sucede as modificações (ELIAS, 1994).

Sendo assim, nos perguntamos e somos incessantemente confrontados pela questão de como é possível criar uma ordem social que permita uma melhor harmonização entre as necessidades e inclinações pessoais dos indivíduos de um lado, e, de outro as exigências feitas a cada indivíduo pelo trabalho cooperativo de muitos, pela manutenção e eficiência do todo social (ELIAS, 1994).

Essas medidas foram tomadas a partir do Termo de Compromisso e ajustamento de Conduta entre a Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a UEMA. Posteriormente, foi criada uma comissão para estudos sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência no PAES, por meio da Portaria nº 072/2012 – GR/UEMA, de 02 de março de 2012. Dessa forma, o aumento do acesso, a cada ano, de alunos com deficiência na UEMA como pode ser observado no quadro abaixo, sendo perceptível a emergência deste público-alvo nos processos seletivos desta instituição.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





Dados Estatísticos de Inscrições de Pessoas com Deficiência no PAES.

Ano	Quantidade de inscritos	Passaram para 2ª	Classificados	Excedentes	Eliminados
2013	52	08	05	01	46
2014	24	20	12	05	07
2015	22	21	12	05	05
2016	22	21	12	05	05

Em 2014, o núcleo foi reestruturado tornando-se o atual Núcleo de Acessibilidade da UEMA (NAU). Visando oportunizar a inserção e o acompanhamento educacional dos estudantes com algum tipo de deficiência, com diagnóstico de transtorno global do desenvolvimento, atualmente denominado transtorno do espectro autista-TEA e altas habilidades/superdotação, bem como os estudantes que apresentam dificuldades de mobilidade. Esses alunos devem ser assistidos pela Instituição desde a sua inscrição no vestibular até o final de sua permanência com qualidade na IES.

Os candidatos que registram necessidade de atendimento específico no ato da inscrição do Vestibular são acompanhados inicialmente pelo Núcleo. Existe uma comissão no departamento de concursos e vestibulares responsável pela análise de toda documentação, conforme legislação, para verificar a situação do candidato que se submeterá ao pleito. Essas questões se dão no contexto de tensões em uma rede de funções interdependentes. (ELIAS, 1994)

Após aprovação no vestibular e o ingresso na Universidade os alunos são acompanhados de modo específico pela Instituição. Atualmente na UEMA são assistidos alunos com deficiência auditiva, deficiência física, baixa visão, cegos, transtornos de desenvolvimento, autistas, síndrome de borderline, doença de Crohn, esquizofrenia, entre outros. Os acadêmicos são acompanhados por profissionais do Núcleo, entre eles pedagogos, tradutor/intérprete de libras, leitor, transcritor de Braille e Educador Físico com conhecimentos específicos na área. Estas ações de dependência funcional em relação aos outros demonstram que cada pessoa está realmente presa na teia de relações e não criação de indivíduos particulares, algo que existe fora dos indivíduos aonde os serviços

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





oferecidos se dão em uma dialética entre os discursos e a prática. (ELIAS, 1994)

O Núcleo de Acessibilidade da UEMA oferece diversos procedimentos educacionais especiais dependendo das características do comprometimento do aluno, como apoio pedagógico (ledor, transcritor de braile, revisor, monitor especial, etc.), atendimento educacional e metodologias especializadas.

Pesquisas realizadas com foco na inclusão no ensino superior têm revelado as relações conflituosas das políticas de ações afirmativas na sociedade brasileira. Como observa Gobara (2014, p.449). Todo conflito na perspectiva eliasiana vem dessas relações de interdependência imaginada como a que existe entre as bolas de bilhar: elas se chocam e rolam em direções diferentes.

Assim enquanto figuração a Educação Inclusiva perpassa os conflitos simbólicos e por posições de poder (ELIAS, 1994) sendo um sistema educacional no qual os alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais frequentam as mesmas aulas que os alunos sem deficiência, em escolas regulares, tanto públicas quanto privadas. Além disso, é garantido por lei que os alunos com deficiência recebam um profissional que os auxilie e materiais pedagógicos, para que possam acompanhar as aulas como os demais colegas da turma (VARGAS; GOBARA, 2014, p. 449).

Conclusão

As contribuições sociológicas de Elias nos remetem ao entendimento que os indivíduos estão inseridos em figurações sociais, dos quais, grupos acabam distinguindo-se por distinções entre aqueles que se estabelecem e, outros, que vinculam-se como *outsiders*.

Elias nos dá, a partir de uma análise micro estrutural, uma vasta compreensão da visão macro, ao que se refere ao comportamento de grupos humanos. Ao realizar um estudo metodológico, em que tem como o ponto central, o tempo e as relações de poder numa comunidade, nos faz compreender, de forma inovadora, que ao invés de interpretarmos, as relações de classe, entre as pessoas, podemos analisar as naturezas das

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO





fontes das relações de poder.

Nessa perspectiva entendemos que ocorrem as relações de poder entre estudantes com deficiência e docentes destes alunos nos cursos da UEMA, que serão lócus de investigação por terem alunos público-alvo da Educação Especial matriculados.

Referências bibliográficas

BRASIL. Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência. 1999.

_____. Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica. Brasil (2002).

BRASIL. Censo da Educação Superior. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. 2015

CHAHINI, T. H. C. Os desafios do acesso e da permanência de pessoas com necessidades educacionais especiais nas instituições de Ensino Superior em São Luís do Maranhão. São Luís-MA: UFMA, 2006 (Dissertação de Mestrado)

_____. Atitudes sociais e opiniões de professores e alunos da Universidade Federal do Maranhão em relação a inclusão de alunos com deficiência na Educação Superior. Marília: Unesp, 2010 (Tese de Doutorado)

CIANTELLI, A.P. Camilo. Estudantes com deficiência na Universidade: Contribuições da Psicologia para as ações do Núcleo de Acessibilidade. Dissertação de Mestrado: Unesp, 2015.

ELIAS, N. Sociedade dos Indivíduos. São Paulo: Editora Zahar, 1994

_____. Estabelecidos e outsiders. São Paulo: Editora Zahar, 1990.

_____. Processo Civilizador. São Paulo: Editora Zahar, 2005.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Manual do vestibular Programa de Acesso ao Ensino Superior. São Luís: UEMA, 2014.

VARGAS, Jaqueline Santos e GOBARA, Shirley Takeco. Interações entre o aluno com surdez, o professor e o intérprete em aulas de física: uma perspectiva Vygotskiana. Rev. bras. educ. espec. [online]. 2014.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

A HISTÓRIA DOS INDIVÍDUOS, FIGURAÇÃO FAMILIAR E TÁTICAS EDUCATIVAS

MSc. Izabel Adriana Gomes de Sena¹⁸¹
Universidade Federal de Pernambuco
sena.belag@gmail.com

Dr. Edilson Fernandes de Souza¹⁸²
Universidade Federal de Pernambuco
professor.edilson@gmail.com

MSc. Amanda Marques de Carvalho Gondim¹⁸³
Universidade Federal de Pernambuco
amcgondim@gmail.com

Resumo: Este artigo traz uma discussão acerca das memórias dos indivíduos que estão inseridos em configurações desprestigiadas economicamente e socialmente, mas que apesar das ausências sociais estruturantes, utilizam táticas emocionais e influenciam no sucesso educacional dos seus familiares. Essa pesquisa foi realizada com moradores da comunidade do Coque, localizada na periferia da cidade do Recife-PE, Brasil. Nesse trabalho apresentamos parte das histórias de vida de dois indivíduos cujos filhos tiveram acesso ao ensino superior público. A inexpressiva formação educacional aliada aos problemas socioeconômicos dos familiares da configuração estudada, contribuíram para que a maioria deles depositassem suas expectativas de mobilidade sociocultural na formação escolarizada dos seus filhos e/ou parentes. A teoria elisiana nos auxiliou nas discussões e análises das memórias.

Palavras-Chave: História. Família. Educação. Figurações.

Abstract: This article presents a discussion about the memories of individuals who are inserted in economically and socially discredited configurations, but despite structural social absences, use emotional tactics and influence the educational success of their relatives. This research was carried out with residents of the Coque community, located on the outskirts of the city of Recife-PE, Brazil. In this work we present part of the life stories of two individuals whose children had access to public higher education. The inexpressive educational background associated with the socioeconomic problems of the families of the studied configuration contributed to the majority of them depositing their expectations of socio-cultural mobility in the schooling of their children and / or relatives. Elisian theory aided us in the discussions and analyzes of memories.

Keywords: History. Family. Education. Figurations.

¹⁸¹ Doutoranda em Educação pela UFPE.

¹⁸² Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE.

¹⁸³ Doutoranda em Educação pela UFPE.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Introdução

Este artigo está inserido nos trabalhos realizados no Núcleo de Teoria e História da Educação da Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e teve como objetivo investigar as trajetórias de dois indivíduos que fazem parte da configuração familiar dos estudantes egressos da UFPE e são moradores da periferia urbana na comunidade do Coque em Recife-PE, Brasil.

Foram analisadas às influências familiares sobre a formação educacional dos estudantes que tiveram acesso ao ensino superior público. Nesse sentido, buscou-se compreender em que medida as trajetórias das famílias das classes populares que são desprestigiadas economicamente influenciaram os jovens a ingressar no ensino superior.

No tocante à família, foi observado que ela vem passando por diferentes processos de transformação; arranjos e desarrajos sociais.

A instituição família é a primeira mediadora entre o ser humano e a sua cultura, coparticipante da transmissão dos signos, dos valores e das crenças da sociedade em que os indivíduos estão inseridos.

Portanto, sua influência sobre o comportamento dos mesmos é intensamente complexa. Assim, observa-se que é na esfera doméstica que as crianças e os adolescentes aprendem as diferentes formas de se relacionar em sociedade.

Segundo Elias (1994, p. 21), “cada pessoa singular está realmente presa; está por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas[...]”. Assim, os indivíduos desenvolvem nas esferas domésticas as suas primeiras atividades socializadoras.

Essas configurações familiares se tornam palco para as diferentes posturas corporais, condutas morais e habilidades intelectuais. Assim, essas figurações podem ser vistas funcionalmente como subsistemas sociais e agentes da cultura, estando suas organizações vinculadas às necessidades pessoais e coletivas de adestramento das tensões e capacitação individual através da assimilação de valores e padrões de conduta exigidos pelos papéis sociais.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





É no espaço social familiar que existem as redes de parentesco nas quais são realizadas as transmissões das “disposições”, ou seja, dos diferentes componentes do *habitus*, que também pode ser compreendido como reprodução.

O *habitus*, que aqui foi apresentado está baseado na teoria de Bourdieu (2009). Desse modo, serviu como um instrumento conceitual que auxiliou o pensamento sobre a relação e a mediação entre os condicionamentos sociais exteriores e a subjetividade dos sujeitos inseridos na pesquisa em questão.

Esse *habitus* não é entendido como destino, antes disso, pode ser uma noção que auxilia a refletir acerca das características de uma identidade social, de uma experiência biográfica, de um sistema de orientação, consciente ou não. Verifica-se que esse campo conceitual contribuiu na análise da configuração familiar e na interiorização dos condicionamentos socioculturais dos indivíduos.

Os percursos na história da família

Sobre os estudos referentes à educação familiar e especificamente à história da infância, o estudioso Philippe Ariès, realizou uma profícua análise dos percursos históricos que auxiliaram na construção da noção moderna de infância.

A sua obra é intensamente influenciada pela corrente histórica das mentalidades indicando novos objetos, fontes e sujeitos historiográficos que alargam as possibilidades de investigações sobre a infância e auxiliam os estudos nas diferentes áreas como: pedagogia, história, sociologia, psicologia entre outros. Na iconografia, nos álbuns e diários familiares era possível reconstruir cenas históricas, desvelar o cotidiano da época retratada.

[...] retratos de família datados eram documentos de história familiar, como seriam três ou quatro séculos mais tarde os álbuns de fotografias. Fruto desse mesmo espírito eram os diários de família, onde eram anotados, além das contas, os acontecimentos domésticos, os nascimentos e as mortes. Nesses diários se uniam

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





a preocupação com a precisão cronológica e o sentimento familiar. (ARIÈS, 2011, p.3).

Ariès (2011) mostra que num primeiro momento não havia espaço para a escola na transmissão da aprendizagem direta de uma geração para outra. A criança desde a mais tenra infância escapava à sua própria família, mesmo que voltasse a ela mais tarde, coisa que nem sempre ocorria. “A família não podia portanto, nessa época, alimentar um sentimento existencial profundo entre pais e filhos” (ARIÈS, p. 158).

Na Idade Média, o trabalho doméstico estava imbricado às aprendizagens, ainda na infância o indivíduo era levado a aprender um ofício. Ariès (2011, p. 156) realiza a seguinte afirmativa:

[...] o serviço doméstico se confundia com a aprendizagem, como uma forma muito comum de educação. A criança aprendia pela prática, e essa prática não parava nos limites de uma profissão, ainda mais porque na época não havia (e por muito tempo ainda não haveria) limites entre a profissão e a vida particular; a participação na vida profissional – expressão bastante anacrônica, aliás – acarretava a participação na vida privada, com a qual se confundia aquela.

Na Idade Média, a família não podia tecer grande sentimento, apego às crianças, pois, desde o início da infância elas eram afastadas do seio familiar.

As famílias não tinham como costume conservá-las em casa, antes disso, enviavam-nas a outras famílias, com ou sem contrato, afim de que com elas morassem e iniciassem suas vidas, aprendendo boas maneiras, ofícios ou até mesmo para frequentar uma escola onde aprendessem as letras latinas.

Em meados do século XVII, a criança passa a ter um papel relevante no seio da família ocidental. E a educação passa a ser realizada também nas instituições chamadas de escola. O que antes acontecia em ambientes particulares, isto é, era ensinado pelo pedagogo em casas, nesse momento, passa a ocorrer num prédio centralizado para um número maior de crianças.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





A instituição escolar deixou de ser reservada aos clérigos para se tornar o instrumento de iniciação à normatização social. Isto é, a educação estando vinculada à escola, acabou por influenciar a relação das crianças com os seus familiares, os pais passaram a estar mais próximos da criança. Os pais que passaram a se preocupar com a educação escolar de seus filhos começaram a enviá-los a colégios.

Nas chamadas sociedades ocidentais, o século XVIII pode ser considerado um marco para a instituição familiar, pois a relação com os integrantes familiares passa a ser privada, o que antes se estabelecia como uma instituição pública em que todos interferiam, como a igreja, a sociedade, entre outros.

No Brasil, as produções nesse campo da infância e cultura são esparsas até a década de sessenta do século XX. Freyre (2003) delinea uma discussão acerca da compreensão das diferentes infâncias a partir dos contextos socioculturais.

Assim, é revelada a importância da escrita da história das crianças e como esta auxilia no entendimento da singularidade da infância mas, principalmente, como ela esclarece a formação do adulto brasileiro e sua identidade.

No processo histórico, o Brasil passou de sociedade rural, na qual predominava a família patriarcal e fechada em si mesma, para uma sociedade de base industrial com as suas implicações de mobilidade social, geográfica e cultural. Isso acarretou também transformações marcantes na estrutura do modelo tradicional da concepção de família.

As figurações familiares e suas táticas

Na perspectiva de que a família é uma instituição social também responsável pela reprodução cultural dos indivíduos observamos a existência do capital cultural repassado pela família com elementos permeados de signos voltados para a escolarização dos jovens. Em consonância, a escolarização é vista como um recurso importante na promoção da relativa mobilidade social familiar.

A família aqui apresentada é entendida como esfera norteadora para o desenvolvimento dos indivíduos e está diretamente ligada ao ser no mundo, ou seja, no

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





campo emocional e também profissional. Ela é uma das bases formadoras e/ou “deformadoras” do indivíduo no mundo da vida.

Sobre a diversificação do papel educativo da família e suas respectivas mudanças ao longo dos processos históricos, verificam-se significativas modificações acerca da ideia de família na sociedade brasileira.

O conceito de família nuclear e a instituição casamento intimamente ligada à família, passaram por um vasto processo de transformação. Podemos dizer que no final da década de sessenta do século XX, houve expressivo aumento no número de separações.

Assim, surgiram inúmeras organizações familiares “alternativas” como: casamentos sucessivos com parceiros distintos e filhos de diferentes uniões; casais homossexuais adotando filhos legalmente; casais com filhos ou parceiros isolados ou mesmo cada um vivendo com uma das famílias de origem; As chamadas “produções independentes” tornam-se mais frequentes, a saber, as mães solteiras ou já separadas também compartilhando a criação de seus filhos.

Desse modo, chegamos ao século XXI com a família sendo denominada por alguns estudiosos como, pós-moderna ou pluralista.

Sobre a concepção de família estruturada, entende-se como àquela constituída por pessoas capazes de ofertar um ambiente seguro, estável e emocionalmente equilibrado às suas crianças e ou jovens que não necessariamente estão ligadas às questões biológicas, antes disso, é aquela que as funções sociais do pai e da mãe são preenchidas, independentemente dos vínculos biológicos.

É inegável a importância dos vínculos afetivos para o propício desenvolvimento do indivíduo. Pesquisas da área da Educação apontam que os filhos quando em ambientes protegidos e amorosos desempenham melhor atividades coletivas e se apresentam mais confiantes em suas habilidades e competências.

Nas chamadas famílias não organizadas, encontram-se as marcas do desordenamento do Estado com as ausências governamentais que afetam a vida econômica e social das pessoas. Desse modo, alguns familiares que estão inseridos nesse contexto desestruturado não conseguem cumprir a função que lhes cabe de garantir o

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





desenvolvimento efetivo para os seus filhos e/ou parentes em ambiente com as condições estruturais básicas.

Nesse texto, utilizaram-se trechos das narrativas retiradas das histórias de vida de dois depoentes; Paulina e Gilberto, ambos são parentes de estudantes egressos da UFPE e entende-se que esses estudantes obtiveram sucesso educativo através do capital cultural.

Acerca da escolha pelo ingresso à universidade, os depoentes Paulina e Gilberto foram enfáticos na afirmação que partiu das próprias estudantes, do seu empenho e esforço pessoal como se verifica nos trechos abaixo:

Paulina: Sobre a universidade, na verdade, foi decisão dela mesmo. Não foi nem incentivo. Eu, se eu disser que foi incentivo meu, eu estaria mentindo. Foi determinação dela, o estudo, se esforçou muito, estudou muito e passava as noites estudando e daí foi dela mesmo que perseverando de passar. Eu num falei tanto dos estudos que elas estudava tudinho. Monik, passava as noites estudando... Monik entrou por motivação dela mesmo, ela se esforçou, estudou[...] Ela mesmo que se decidiu. Eu apoiava, mas ela sempre ela quando elas determinam uma coisa que elas querem ela mesmo. A decisão foi delas mesmo!

Gilberto: A faculdade foi ela! Quando ela disse assim, ô pai, eu vou fazer o Enem, vou fazer o Enem, pra entrar na faculdade, aí quando ela viu na lista aí tinha passado, foi um chororô aqui dentro! Uma bênção, graças a Deus!

Apesar dos familiares relatar que a influência para o acesso à universidade veio das próprias estudantes, observa-se que as táticas de incentivo utilizadas pelos familiares estão presentes nos relatos que identificam a importância da educação escolarizada para a mobilidade social e antes disso, serve de orgulho para seus familiares e/ou parentes.

Nas narrativas de Paulina e Gilberto são identificadas a utilização dessas táticas, mesmo que de maneira não intencional e despreziosa:

Paulina: Estudava lá em cima no quarto delas. Cada uma no seu quarto. Quando elas estavam estudando, Monik as vezes agora estuda pro Enem [...] eu dizia a elas que elas tinha que estudar pra

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





ser uma pessoa de bem, alguém na vida, que já não tinha pai, só tinha os avós que já que os avós já eram os pais e a mãe [...] ser alguém na vida pra já poder ajudar a mãe delas.

Gilberto: geralmente, o filho se espelha no seu pai, que o seu pai seja ruim, ou que seu pai seja uma pessoa boa e iluminada, mas geralmente o filho se espelha no pai e Berlane se inspirou em mim. Porque a minha história é uma história muito sofrida, desde a minha infância. Então ela deve ter se espelhado em mim, pra chegar até onde chegou.

Portanto, foi identificado que a história de vida dos depoentes deixaram marcas nos estudantes que os impulsionaram na busca do capital cultural.

A memória desses familiares, trazem suas trajetórias de vida permeadas por dificuldades econômicas e sofrimentos sociais e nessa perspectiva, seus exemplos de vida servem para os jovens como incentivo na construção de um projeto de vida os impulsionando à escolarização.

História oral de vida

A história oral de vida auxiliou no estudo das memórias, no entendimento da constituição das identidades e das representações. Assim, ressaltamos que essa metodologia consiste em um conjunto de reflexões pessoais sobre eventos múltiplos e contribui para retratar a vida de um ou mais indivíduos.

A história de experiência pessoal é um estudo narrativo que apresenta as experiências individuais vividas em um ou vários episódios, situações particulares ou em contextos coletivos. Através da oralidade podemos captar as experiências vividas pelas pessoas, analisar e entender aspectos mais íntimos das suas vidas.

Quanto mais os indivíduos se expõem a seu modo, mais rico e eficaz são os seus relatos. Alberti (2004, p. 27) observa que a história oral é bastante adequada para o estudo das memórias, das representações do passado e também é importante para a composição da identidade.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





Assim, ressaltamos que essa teoria que igualmente é uma metodologia consiste em um conjunto de reflexões pessoais sobre eventos múltiplos e contribui para retratar a vida de um ou mais indivíduos.

A história de experiência pessoal é um estudo narrativo que apresenta as experiências individuais vividas em um ou vários episódios, situações particulares ou em contextos coletivos.

Considerações finais

Na configuração social do Coque, existem inúmeras famílias inseridas num contexto complexo e submerso aos problemas estruturais. Dessa maneira, encontram-se permeadas pelas ausências, dificuldades e omissões. Contudo, é nessa figuração que os indivíduos se constroem resilientes.

Para a teoria sistêmica, a resiliência familiar é apresentada como a capacidade coletiva de organizar e/ou reorganizar-se frente às circunstâncias difíceis. Segundo Delage (2002), a família surge como meio de sustentação quando um ou mais de seus membros vivenciam situações adversas.

Uma das maneiras das famílias populares se mostrarem resilientes é através do comprometimento efetivo com a vida escolar das suas crianças e dos seus jovens. Principalmente quando esse compromisso com a educação escolarizada vai além das perspectivas de curto prazo.

Quando o estudante percebe o reconhecimento dos seus parentes sobre o seu bom desempenho escolar, ele passa a ver, mesmo que inconscientemente, os estudos como fonte alimentadora da sua autoestima. Dessa forma, os educadores familiares incentivam, impulsionam e conduzem seus filhos e/ou parentes à escolarização, através das diferentes práticas e táticas cotidianas.

Assim, identificou-se que as táticas utilizadas pelos membros das famílias estudadas foram exitosas, pois, mesmo quando os indivíduos envolvidos nessa trama configuracional não reconhecem sua influência no processo educacional dos seus

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





parentes. Dessa forma, os familiares incentivam, impulsionam e conduzem seus filhos e/ou parentes à escolarização, através das diferentes táticas cotidianas.

Referências bibliográficas

- ALBERTI, Verena. Ouvir contar textos em história Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos. 11.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. 3.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. Razões práticas- Sobre a teoria da Educação. Campinas: Papirus, 1996.
- CERTEAU, Michael de; GIARD Luce; MAYOL Pierre. A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2013.
- _____. Michael de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2014.
- ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização. vol. 2, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- _____. A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- _____. Sobre o tempo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. Os Estabelecidos e os *Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- _____. O Processo Civilizador: Uma história dos costumes. Vol. 1, 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.
- NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir. Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- PORTELLI, Alessandro. Ensaios de história oral. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

RECREIO E SUAS PARTICULARIDADES: O TEMPO DO LAZER ESCOLAR

Jéssica Taís de Oliveira Silva

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação UFGD/FAED
Membro do GPEPC/ Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador
E-mail: jessicatais223@gmail.com

Adriana Horta de Faria

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação UFGD/FAED
Membro do GPEPC/ Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador
E-mail: adrianahortadefariafaria@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho é parte da pesquisa de mestrado em andamento que busca compreender o tempo do recreio na escola, trazendo em seu bojo a relação da criança com esse momento. Elias (1998) destaca que o “tempo” remete a alguns aspectos de fluxo contínuo de acontecimentos em meio aos quais os homens vivem, e dos quais eles mesmos fazem parte. A pesquisa foi realizada por meio de observações, questionários e conversas informais. Assim vislumbramos a importância do recreio, como possibilidade de observar as crianças em seu tempo e espaço. Podemos inferir sobre o recreio como espaço de aprendizagens e de construção da cultura entendendo a aprendizagem infantil. Palavras-Chave: Tempo. Criança. Escola.

Abstract: In this master's work research, we try to understand the school's break time, bringing in it's essence the relation with the child to this moment. Elias (1998) emphasizes that "Time" refers to some aspects from the continuous flow of events in to which men live, and which they as part of. The research was carried out through observations, questionnaires and informal conversations. Than we observate the importance for recreation, as children in their time and space. We can infer about recreation as a space for learning and constructing the learning.

Keywords: Time. Children. School.

Introdução

Buscando compreender o sentido e o significado do recreio para as crianças, a presente pesquisa contou com a ampliação do olhar, das significações das falas das mesmas. Sendo assim por meio da sociologia da criança, observamos a totalização da criança como sujeito de direitos dentro da sociedade. Assim como afirmam Delgado e Müller (2008, p. 154), quando coloca que a “Sociologia da Infância tem defendido uma

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





ciência mais aberta, fomentando a criação de metodologias de investigação desenhadas com e não sobre as crianças, consideradas como atores sociais”. colocando-as como um real papel das crianças e principalmente o que elas representam dentro da sociedade e também como são percebidas dentro do meio da ciência, como observação de crianças atuais e reais.

Para Abramowicz e Oliveira (2010, p. 01), dentro da Sociologia da Infância, “a criança é compreendida como sujeito social capaz de atribuir significados, sentidos, cultura própria e inusitada”. Penso que a presente pesquisa poderá ampliar esse novo olhar, ao considerar a criança como um ator social, e ao contemplar os aspectos metodológicos relacionados à pesquisa *com* crianças.

Assim consideramos a infância e o tempo como sendo uma das problemáticas pouco exploradas nas pesquisas e por isso relacionamos o tempo do lazer e prazer que foram ignorados no meio acadêmico, sendo recusado como objeto de pesquisa na área da Sociologia. Esse desprezo é explicado pelo fato do lazer ter sido considerado como estando em uma posição inferior em relação a outras áreas consideradas sérias e racionais, como o trabalho, a economia, a política, entre outras.

Além do mais, a sociologia orientou-se para o campo restrito dos aspectos “sério” e “racional” da vida, o que teve como efeito que o divertimento, o prazer, o jogo, as emoções e as tendências “irracionais” e “inconscientes” do homem e da mulher tivessem merecido escassa atenção no âmbito da teoria e da investigação sociológicas. (ELIAS, 1985, p.16)

Elias (1985) ainda defende que o lazer era associado como uma forma complementar do trabalho, onde mostra uma maneira contrária de seu verdadeiro significado. Segundo Elias (1985, p. 106) “O trabalho, de acordo com a tradição, classifica-se a um nível superior, como um dever moral e um fim em si mesmo; o lazer classifica-se a um nível inferior, como uma forma de preguiça e indulgência”.

O grau de inferioridade imposto ao lazer nas sociedades industriais teve outro significado com os estudos sociológicos de Elias. O autor defende e afirma que o trabalho e lazer estão no mesmo patamar de importância dentro das sociedades atuais.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





Complementando que as atividades que tem por objetivo o lazer não devem ser pensadas e executadas como complementação do trabalho e nem como uma forma de relaxamento e livramento do estresse. Para Elias o que se busca no lazer é uma excitação agradável. Essa afirmação deve ser pensada tendo como pano de fundo a teoria do Processo Civilizador, que busca compreender a sociedade partindo da análise de seus diversos aspectos, inclusive o lazer.

Na educação percebemos o quanto é importante o Tempo de Lazer nas Brincadeiras que procuramos aqui significar no olhar da criança. Apropriar-se de estudos sobre o recreio como espaço de aprendizagens e de construção da cultura do recreio é entender que a aprendizagem se dá também em espaços informais e entre as próprias crianças.

Por isso ao discutir a constituição das culturas infantis trazemos para o centro da discussão as culturas da infância produzidas e vividas durante os anos iniciais, colocamos, nesse trabalho, o brincar como um dos traços fundamentais para esse entrelaçamento. Pois perto dos amigos a criança tem maior autonomia, mostram seus interesses, conflitos, descontentamentos, alegrias e também o conhecimento que é adquirido na escola como também aquele que ela trás de casa.

Sarat (2012), ao discutir infância sob a perspectiva de Elias, considera que este período é marcado por tempo de aprendizagem de características geracionais da sociedade uma vez que “[...] a geração mais antiga, para quem esse padrão de conduta é aceito como natural, insiste em as crianças, que não vem ao mundo já munidas desses sentimentos e deste padrão, para que controlem mais ou menos rigorosamente de acordo com os meninos e contenham seus impulsos e inclinações” (ELIAS, 1994, p. 134).

O brincar é considerado um dos poucos momentos de ludicidade na escola, sendo sempre delimitados por meio da rotina que é regida através do tempo. E partindo da premissa de que é no recreio que as crianças do Ensino Fundamental estão autorizadas a brincar, podemos caracterizar esse espaço como livre da observação do adulto e mesmo sendo dentro do rígido tempo escolar, não é caracterizado como hora de estudos e sim de brincar.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Nos estudos de Delalande (2009) ela aponta que para nós, que somos adultos, a recreação é forma de bagunça que as crianças se organizam para fazer. Em sua pesquisa ela mostra que as coisas são bem diferentes. Ela fala que com a aproximação do momento de brincadeira, percebe-se que as crianças enquanto brincam, fazem referencia a todos os tipos de relações, sendo essas, conflituosas, de disputas, de subalternidade, de violência. Relações de amizade, de respeito e até mesmo de acolhimento. Para a autora, o recreio é um momento indiscutível de múltiplas aprendizagens com a transmissão e transformação das brincadeiras, suas regras, do universo de ficção no qual as crianças mergulham, nas práticas de linguagem, na aquisição e elaboração da cultura daquele grupo.

Partindo do principio de que de que é no recreio que as crianças do ensino fundamental estão autorizadas a brincar, podendo ser caracterizado como um espaço livre da observação do adulto e mesmo sendo dentro do rígido tempo escolar, não se define como tempo de trabalho e sim de lazer.

O ambiente escolar vem se transformando em um ambiente plausível de direito de todas as crianças, sendo um lugar prazeroso e acolhedor, no qual se oportuniza esse tempo como não só de aprendizagens, mas também de formação de relações de tempo. Assim como menciona. É no recreio que as crianças vivenciam a experimentação da vida social e cooperação, longe de seus pais e principalmente longe de qualquer adulto.

Por isso, a intenção dessa pesquisa ganha respaldo e se valida na medida em que terá como foco analisar a relação das concepções de tempo destinado ao recreio por meio das falas e concepções oriundas do ideário das próprias crianças, uma vez que elas são as maiores afetadas pelo termo e pelo peso que a sociedade impõe.

Com isso concordamos e ressaltamos que a crianças tem também como papel social ser construtora de seu próprio conhecimento e também destacar seus interesses e aquilo que ela julga como sendo importante.

Nessa direção, a pesquisa tem por objetivos direcionar o olhar aos sobre os aspectos das práticas escolares das crianças, colocando em foco a estruturação comportamental com ênfase no momento do recreio, questionando-as sobre esse tempo, qual seu significado e como elas o vivenciam. Trata-se, mais de objetivamente contribuir

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





com os estudos e questionamentos dos fundamentos das brincadeiras, como momento de lazer na perspectiva de Norbert Elias.

O brincar, assim como a imagem acima, onde crianças conversam e correm na quadra é considerado um dos poucos momentos de ludicidade na escola, sendo sempre delimitados em meio a rotina que é regida por meio do tempo. E partindo da premissa de que é no recreio que as crianças do Ensino Fundamental estão autorizadas a brincar, podemos caracterizar esse espaço como livre da observação do adulto e mesmo sendo dentro do rígido tempo escolar, não é caracterizado como tempo de estudos e sim de brincar.

Nos estudos de Delalande (2009) ela aponta que para nós adultos, a recreação é forma de bagunça que a crianças se organizam para fazer. Em sua pesquisa ela mostra que as coisas são bem diferentes e fala da empolgação com a aproximação do momento de brincadeira, percebe-se que as crianças enquanto brincam, fazem referência a todos os tipos de relações, sendo essas, conflituosas, de disputas, de subalternidade, de violência. Relações de amizade, de respeito e até mesmo de acolhimento.

Para Delalande (2009), o recreio é um momento indiscutível de múltiplas aprendizagens com a partilha e transformação das brincadeiras, suas regras, do universo de ficção no qual as crianças mergulham, nas práticas de linguagem, na aquisição e elaboração da cultura daquele grupo. Partindo do princípio de que é no recreio que as crianças do ensino fundamental estão autorizadas a brincar, podendo ser caracterizado como um espaço livre da observação do adulto.

É nesse espaço que as crianças têm o maior contato com o mundo exterior, diferente do que ele vê em casa. Assim, consideramos o pátio como um elemento que potencializa as vivências e as relações tecidas no ambiente escolar, implicitamente pode reforçar em alguma medida, as atividades elaboradas na sala de aula.

É nesse sentido que apontamos como sendo relevante socialmente a perspectiva de ouvir a criança em suas experiências no tempo do recreio em diálogos com as perspectivas teóricas de Norbert Elias. Fazendo a relação das vivencias relacionadas do tempo.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Implicações metodológicas

A pesquisa foi realizada por meio da realização de um estudo exploratório com um grupo de crianças de 8-9 anos para identificar como essas representações de brincadeiras delimitadas pelo tempo do recreio estão presentes no cotidiano de cada um delas. Nesse contexto, proponhamos investigar como crianças 3º ano do Ensino Fundamental- faixa etária 8, 9 anos, de uma escola da rede municipal de Naviraí(MS), para identificar suas concepções sobre o tempo no ambiente escolar, bem como, suas percepções sobre as rotinas escolares e a utilização do tempo livre.

A pesquisa, por se tratar de um contato direto com os indivíduos pesquisados (as crianças) contamos como base de investigação qualitativa com foco na observação, acreditando que “ela trabalha com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e atitudes” (MINAYO, 2007, p.21). Sendo escolhida devido a sua abrangência e pela vantagem em proporcionar o contato direto com o ambiente e com a situação que se esta investigando (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Dessa maneira com objetivo de evidenciar e encontrar as possíveis respostas as questões intrínsecas a este trabalho, foram utilizados diferentes instrumentos para coleta de dados. Para tal, iniciamos essa trajetória com a observação no tempo do recreio escolar, como o intuito de fazer levantamentos dos comportamentos espontâneos das crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental (3º ano) em relação as brincadeiras em seus momentos de lazer e o sentimento de prazer que atribuem a elas.

A opção e delimitação 3º ano foram respaldas no fato de que nessa fase da vida escolar, as crianças ainda estão em construção de seus ideais e perspectivas e, por essa razão, acreditamos que a espontaneidade presente em suas ações e falas poderá auxiliar a pesquisa e chegar mais próximo da visão infantil sobre o que é o tempo do recreio para elas, bem como justifica suas escolhas e comportamentos durante a brincadeira.

Além da observação usamos também para coleta de dados a entrevista com a participação das crianças para a obtenção de suas falas. Pois é por meio da visão da

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





criança que nos debruçamos neste trabalho. Buscando interpretar os conceitos gerados por elas mesmas sobre o tempo do recreio e quais as relações que fazem desse momento com o restante do tempo dentro da escola.

O olhar das crianças permite revelar fenômenos sociais que o olhar dos adultos deixa na penumbra ou obscurece totalmente. Assim, interpretar as representações sociais das crianças pode ser não apenas um meio de acesso à infância como categoria social, mas as próprias estruturas e dinâmicas sociais que são desocultadas no discurso das crianças. (PINTO e SARMENTO 1997, p.25 apud MULHER 2006, p.556).

Para tanto acreditamos que com a criação de oportunidades para ouvir essas crianças, poderemos buscar maneiras de entendê-las em seus almejos e suas necessidades, tanto educacionais, como culturais e acima de tudo olhar como o processo civilizador do tempo, em referencia ao momento do lazer é constituído por ela.

A interpretação daquilo que as crianças dizem ou o modo como elas se comportam, fazem uma significativa diferença na pesquisa etnográfica, por isso deve ser resultado de uma observação com significado. Dessa forma, teve visão, conhecimento e entendimento cotidiano da instituição é de essencial importância, pois é por meio dessa rotina que tomamos conhecimento da cultura que permeia aquele espaço institucional e isso trás maiores possibilidade de interpretação do comportamento da criança com relação a elas mesmas e também ao tempo e suas delimitações por meio das brincadeira e seus momentos de lazer, que nesse trabalho foi regados pelo teoria de Elias baseadas nas obras, Sobre o tempo e A busca da excitação.

Dessa forma a natureza dos problemas que determinam a metodologia consistiu em três etapas que julgamos pertinente para a leitura e compreensão do problema em questão.

A primeira consistiu na seleção e definição do problema e, em paralelo o levantamento dos tramites e documentações de autorizações necessárias para a iniciação da pesquisa, seguindo todos os procedimentos cabíveis para a sua iniciação. Em seguida foi feita a escolha do local do estudo, ou seja, a escola no qual o estudo seria realizado.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





A segunda etapa foi baseada na busca dos dados considerados mais importante para compreender e interpretar o fenômeno estudado, isto é, as observações os questionários e por fim a entrevista feitas com o uso da oralidade feitas pela pesquisadora junto às crianças (sujeitos da pesquisa) da rede municipal de Ensino de Naviraí (MS).

A terceira e ultima etapa do trabalho de campo, foi concretizado pela tentativa de encontrar os princípios subjacentes ao fenômeno estudado e de situar as várias descobertas em um contexto mais amplo, para que se tenha um processo de envolvimento da pesquisadora, confrontando as evidencias positivas e negativas com as teorias do lazer existentes para gradativamente desenvolver sua própria teoria com base na pesquisa com crianças, ou seja, pelas vozes da infância.

Ouvir as crianças

Assim como explica Ferreira e Sarmiento (2008, p. 23-24), em um processo onde há efetivamente a participação da criança, “recomenda-se a valorização das variadas formas de expressão infantil [...] consideradas parceiras na agenda de investigação”. Devendo também conter “a valorização da voz e ação das crianças”, todas as informações designadas, assim como os consentimentos de participação, incluindo, “as estratégias, recursos plurais e criativos” e a “multiplicidade de recursos metodológicos, que permitam tornar audíveis as vozes de todas as crianças”.

Nessa perspectiva, Rocha (2008, p. 44-46) aponta os termos *ouvir* e *escutar*, trazendo e seus estudos uma ampliação do olhar do pesquisador quando se depara com esses termos. Assim o mesmo autor aponta a realização da pesquisa com a percepção auditiva “envolve a compreensão da comunicação feita pelo outro”, sendo assim o processo deve acompanha a oralidade da criança “que não é central e única, mas fortemente acompanhada de outras expressões corporais, gestuais e faciais”.

Nessa perspectiva, utilizamos o processo de *escuta* na investigação, apoiando-se para além do conhecimento e das experiências das crianças, assim como seus significados. o pesquisador, além de reconhecer as crianças como “agentes sociais”,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





dotados de experiências e competências, cerca-se de momentos singulares, que a criança produz e reproduz, ao realizar significações, a partir de suas vivências e experiências com o meio.

Considerações finais

É recente o interesse pelas concepções e a escuta da voz da criança. A elaboração desta investigação também possibilitou o contato com pesquisas e artigos relacionados a temática da Sociologia da Infância, que enfatizam a importância de ouvir e realizar pesquisa com crianças, bem como as bases metodológicas para a sua realização.

É nesse sentido de ouvir as crianças por meio de diferentes concepções que a relação das crianças com o tempo tem suas particularidades e com isso cada indivíduo traz sua própria interpretação do que é o tempo de recreio para cada um deles. É nessa perspectiva que colocamos a criança com centro da pesquisa valorizando suas falas e também seus comportamentos. Para tal foi necessário colocar as crianças como personagens principais da pesquisa e promover formas de interação com elas que garantam a participação efetiva no processo de compreensão do problema a ser investigado: o tempo presente no recreio escolar.

Possibilitando o estudo de olhar a criança do mesmo ângulo que ela olha para o mundo. Assim justifica-se a importância da ênfase em suas vozes no estudo. Pois quanto mais cedo a criança ter o discernimento do que é uma pesquisa e compreender a sua importância dentro dela, mais ela entenderá o processo de construção de conhecimento. Nesse sentido ao realizarmos a pesquisa buscamos a todo momento inseri-las e proporcionar a elas um papel de sujeitos ativos.

Fazendo assim a estimulação de novas perspectiva para criança em relação a sua participação em meio a criação de novas e diferentes respostas, colocando nelas o desejo do descobrimento de novas possibilidades. Buscando ouvi-las em suas múltiplas linguagem com ênfase em sua autonomia nos comportamentos e nas falas, colocando-as

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



Fábrika
Ideias criativas



como sujeitos participativos, no momento em que produzem e reproduzem significados naquilo que pensam e fazem.

Nesse sentido ao realizarmos a pesquisa buscamos a todo momento inseri-las e proporcionar a elas um papel de sujeitos ativos fazendo assim a estimulação de novas perspectivas para criança em relação a sua participação em meio a criação de novas e diferentes respostas, colocando nelas o desejo do descobrimento de novas possibilidades. Buscando ouvi-las em suas múltiplas linguagem com ênfase em sua autonomia nos comportamentos e nas falas, colocando-as como sujeitos participativos, no momento em que produzem e reproduzem significados naquilo que pensam e fazem.

Ao buscar formas de ouvir e escutar as crianças, explorando suas múltiplas linguagens, procurei valorizar aspectos relacionados à sua autonomia e possibilidades de cooperação. A criança, como sujeito ativo e participativo, pode revelar a sua condição de sujeito, ao produzir e reproduzir sentidos e significações a tudo o que realiza.

Retomando e reforçando a importância da voz da criança nesse processo, recomendo o desenvolvimento de pesquisas que enfoquem, em sua concepção epistemológica, a investigação com crianças e não sobre crianças.

Referências bibliográficas

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de. *A sociologia da infância no Brasil: alguns aportes*. Disponível em: <<http://www.gpime.pro.br/grupeci/adm/impressos/trabalhos/TR15.pdf>> Acesso em: 13 de out. 2010.

DELALANDE, J. Aprender entre crianças: o universo social e cultural do recreio. In: Jader Janer Moreira LOPES; Marisol Barenco de MELLO. (org.) *O jeito de que nós crianças pensamos sobre certas coisas: dialogando com lógicas infantis*, Rio de Janeiro, Rovellet, 2009, p. 23-41.

DELGADO, Ana Cristina Coll; Müller, Fernanda. Sociologia da Infância: pesquisa com crianças. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.26, n.91, p. 351-360, mai/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 18 out. 2010.

ELIAS, N. *A Busca da Excitação*. Lisboa: Difel, 1985.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

ELIAS, N. (1994). O processo civilizador - uma história dos costumes (vol. 2). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

FERREIRA, Maria Manuela Martinho. Branco demasiado branco... reflexões epistemológicas, metodológicas e éticas acerca da pesquisa com crianças. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVEA, Maria Cristina Soares (org.). *Estudos da Infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p.143-162.

LUDKE, M.; ANDRE, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. Por que ouvir as crianças? Algumas questões para o debate científico multidisciplinar. In: CRUZ, Silvia Helena Vieira (Org.) *A criança fala: a escuta de crianças e pesquisas*. São Paulo: Cortez, 2008, p. 43-51.

SARAT, M. A infância e a formação civilizada do indivíduo em Norbet Elias. Grupo de Pesquisa Processos Civilizadores, Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2012. Disponível em: <[http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais14/arquivos/textos/Mesa_Coordenada/Tabalhos_Completos/Magda_Sarat.pdf](http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais14/arquivos/textos/Mesa_Coordenada/Trabalhos_Completos/Magda_Sarat.pdf)>, Acesso em: 20, ago. 2018.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO INTRAMUROS DO PRP-RS

Julia Estela Heling

Universidade Católica de Pelotas (UCPEL)

jjuliaestela@hotmail.com

Resumo: O estudo tem por objeto a atuação da Defensoria Pública no intramuros do Presídio Regional de Pelotas (PRP) – RS, tendo como questão suleadora as interferências das peculiaridades do sistema carcerário e suas configurações na respectiva atuação. Entre fevereiro e março de 2018, se acompanhou a Defensora Pública de Pelotas, lotada na Vara de Execuções Criminais, no PRP. A análise ainda é parcial, mas já é possível verificar uma situação particular na atuação da Defensoria, quando realizada intramuros. As configurações obrigam a Defensora a se adaptar a realidade, para desenvolver sua atividade, quando do simples fato de atravessar um muro.

Palavras-chave: Configurações. Defensoria Pública. Questão Penitenciária.

Abstract: The study has as an object the operation of the Public Defenders' Office inside the walls of the Regional Prison of Pelotas (PRP) – RS, taking as a South the interferences of the peculiarities of the prison system and its settings on the operation of the Public Defenders. Between February and March 2018, the work of a Public Defender of Pelotas assigned to the Criminal Execution Court, in the PRP, was followed. The analysis is still incomplete, but it's already possible to verify that there is a particular situation in the operation of the Public Defenders, when done inside the walls. There are nuances that force the Public Defenders to adapt to their reality to develop their activity, when they simply cross the wall.

Keywords: Settings. Public Defenders Office. Penitentiary Issue.

O presente artigo – fragmento de uma pesquisa de Mestrado – tem por objeto a atuação da Defensoria Pública no intramuros do Presídio Regional de Pelotas (PRP), RS¹⁸⁴, enfocando suas configurações com os atores do ambiente prisional.

A hipótese de trabalho é de que as possibilidades de atuação da Defensoria estão, para além do seu próprio empenho, condicionadas às ações dos demais atores do ambiente prisional (Administrador do Presídio, Agentes Penitenciários, Presos e lideranças das

¹⁸⁴ Pelotas é uma cidade do sul do estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de município polo nesta região e, como tal, é sede de uma das Regiões Penitenciárias do estado, possuindo um Presídio Regional. Já a configuração do sistema penitenciário do Rio Grande do Sul envolve unidades prisionais espalhadas por todo seu território, sob a responsabilidade de 10 Delegacias Penitenciárias Regionais (DPR).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





galerias), os quais, em suas atuações limitam a autonomia do(a) Defensor(a), produzindo a necessidade de adaptações no trato com os atores do interior do presídio.

A noção de configurações/figurações¹⁸⁵, de Norbert Elias, é utilizada nesse contexto como chave para compreensão das relações peculiares ocorridas no interior do presídio. Tal conceito “chama a atenção para a interdependência das pessoas” (ELIAS, 1999, p. 144), ou seja, a definição “configurações” nos faz pensar sobre as relações existentes entre pessoas ou ainda entre instituições e nas influências que estas possuem sobre a ação dos indivíduos ou instituições (a depender do caso). Por meio dele é possível pensar em como a Defensoria Pública desenvolve suas atividades dentro das configurações penitenciárias, ou seja, como atua/reage frente às ações dos demais atores presentes no intramuros.

O propósito do estudo é refletir sobre questões que possuem pouco espaço no meio acadêmico e clarear que as possibilidades de atuação da Defensoria Pública, quando realizada no intramuros, são extremamente particulares.

A inserção formal da Defensoria Pública na complexidade da execução penal

A criação da Defensoria Pública foi prevista na Constituição Federal de 1988 (CF), ficando condicionada a criação de Lei Complementar (BRASIL, 2018a). As Defensorias dos estados surgiram em momentos distintos, no caso do Rio Grande do Sul foi implantada efetivamente em maio de 1994 (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2018).

A Legislação Estadual sempre previu como atribuição da Defensoria atuar junto a estabelecimentos penais e atender aos apenados. Logo, a atuação junto à execução penal, no RS, é uma realidade desde a sua criação. Porém, não era um órgão previsto na Lei de Execução Penal (LEP) como integrante da execução criminal. Isto só veio a ocorrer com a Lei nº 12.313/ 2010 (BRASIL, 2018b).

¹⁸⁵ O autor utiliza ambas denominações como sinônimas.



Dados elencam que 90% dos apenados são assistidos pela Defensoria Pública do RS (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2015, p. 51). Apenas no Presídio Regional de Pelotas, segundo dados de fevereiro de 2018, há 1058 presos (SUSEPE, 2018) e uma Defensora Pública responsável pela Vara de Execuções Criminais. Por conseguinte, a formalização desta atuação se demonstra relevante para a própria instituição, como garantia do reconhecimento de uma atuação legítima equiparando o órgão aos demais presentes no rol do artigo 61 da LEP.

A inserção se dá num ambiente que possui controvérsias e peculiaridades. Para além dos espaços – aqui nomeados – burocráticos, referentes ao âmbito da jurisdição formal, há como elemento diferenciador a atuação no espaço intramuros das prisões (tema que buscamos observar).

Este mantém uma série de contradições, não há consenso quanto à função, utilidade ou resultados do aprisionamento dos indivíduos, nem clareza sobre as relações que se estabelecem entre presos e agentes penitenciários. O aumento da população carcerária em níveis alarmantes e a superlotação dos presídios são realidade inequívoca. É neste espaço, em muito desconhecido/estranho, que a Defensoria Pública se insere e necessita desenvolver suas atividades.

O intramuros: para além das previsões legais

Não desconhecemos a complexidade da questão penitenciária, que envolve diferentes configurações (ELIAS, 1999). Conforme Luiz Antônio Bogo Chies:

O reconhecimento de que a compreensão da questão penitenciária não pode estar restrita às ilusórias fronteiras do que se costuma chamar de sistema prisional – ambientes de sequestro punitivo em si e rede de instituições e órgãos de caráter público que atuam na gestão e controle da execução penal do encarceramento – não é novidade no campo (CHIES, 2014, p. 38).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





Porém, no presente estudo objetivamos trabalhar especificamente com o recorte das configurações do intramuros, com a situação peculiar deste sistema no qual a Defensoria Pública se insere e quais as implicações para a atuação desta.

Gresham Sykes alerta que a pena de prisão produz conglomerados de indivíduos em espaços determinados durante longos períodos, o que gera inevitavelmente um sistema social (SYKES, 2017, p. 42). “Debemos ver la prisión como una sociedad dentro de otra” (SYKES, 2017, p. 43). O que nos permite falar na existência de uma sociedade no intramuros é a presença de interações entre os indivíduos pertencentes a este espaço (presos entre si, ou ainda com funcionários), caso contrário seria um aglomerado de pessoas, como animais em jaula, cumprindo os funcionários o papel de tratadores (SYKES, 2017, p. 56). Portanto, é indispensável à formação de configurações entre os indivíduos e, segundo Elias (1999), essas são possíveis através da comunicação, utilização de símbolos comuns, a prova é a existência de pronomes. Somente podemos falar em “eu”, porque existe o “tu”, “ele”, “nós” e assim por diante.

Tanto Sykes (2017), como Augusto Thompson (2002) falam sobre as contradições das funções da prisão. Neste cenário há por parte dos agentes penitenciários – no caso brasileiro – uma preocupação elevada em relação à custódia dos presos, subestimando as demais funções da prisão (que são contraditórias entre si).

Embora aparentemente os guardas detenham um poder absoluto sobre os presos, tal fato não é verdadeiro, uma vez que estão condicionados a leis que regulam suas condutas. Mas, para além do aspecto normativo, “los custodios – a pesar de su supremacía teórica – están vinculados a sus cautivos en una relación de conflicto más que de obligado consentimiento [...]” (SYKES, 2017, p. 100). Para o exercício do poder sobre outrem é necessário que no último haja uma convicção interna para realizar o cumprimento da ordem. Tal fator de ordem moral é condição presente na ampla maioria das organizações sociais, mas no que tange aos apenados não está presente (SYKES, 2017, p. 100-2). A ausência deste fator traz um elemento complicador ao exercício do poder e tem relação com as configurações próprias do ambiente: os guardas não “agem” livremente, eles “reagem” frente à ação dos presos.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
 PROCESSOS
 CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
 ARAUCÁRIA
 Apoio ao Desenvolvimento Científico
 e Tecnológico do Paraná

LAI





Isto decorre do fato de os presos também possuírem uma parcela de poder. Encontramos em Elias apoio para confirmar tal assertiva, pois, conforme ele, mesmo que de forma muito desigual, a relação de poder existe, pois é inerente as relações de interdependência dos indivíduos. “O poder não é amuleto que um indivíduo possua e outro não; é uma característica estrutural das relações humanas – de todas as relações humanas” (ELIAS, 1999, p. 81).

Assim são estabelecidas configurações muito particulares, que visam garantir o funcionamento da prisão. Sem a adesão dos presos é impossível garantir “a ordem”, há inúmeras dificuldades, uma delas seria a desproporção entre guardas e presos.

O jogo na prisão é demasiado complexo, isto porque não envolve apenas dois grupos distintos e desproporcionais – guardas e apenados –, mas também rupturas existentes dentro desses dois polos – tidos como opostos. A ruptura entre apenados se evidencia no linguajar, criando variados grupos.

Thompson (2002, p. 53-6) fala sobre o jogo de força entre guardas e funcionários classificados como terapeutas (psicólogos, assistentes sociais, etc). Dentre as várias funções do cárcere, os guardas assumiram (podemos dizer que unicamente) a função de manutenção da ordem, enquanto os terapeutas estão engajados com a regeneração do preso. Ambas as posições se chocam. Para que os últimos possam exercer seu trabalho de modo satisfatório é necessário que os primeiros retirem das celas os presos e os levem até o local de atendimento. Este fluxo de presos pelos corredores é considerado prejudicial à manutenção da segurança e ordem interna pelos guardas, em contrapartida esta não é preocupação dos terapeutas, apenas desejam exercer sua função profissional dentro do estabelecimento.

Esta ruptura no interior dos grupos é muito clara na fala de Chies:

Numa perspectiva aparentemente mais restrita, mas não menos complexa, um ambiente prisional (e suas conseqüentes dinâmicas) envolve um grande número de grupos que sequer são internamente homogêneos – encarcerados, agentes de segurança, técnicos, funcionários da administração. Esse ambiente ainda recebe o impacto de grupos externos, tais como familiares,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





instituições religiosas, educacionais, do terceiro setor e, inclusive, instituições criminais (CHIES, 2013, p. 30).

Tal ruptura gera uma imensidão de pequenos grupos, tornando o jogo de poderes no intramuros amplamente complexo, pois havendo o aumento do número de jogadores não há predomínio de um sobre o outro e as “ações” são cada vez menos promovidas pela convicção própria, mas cada vez mais no sentido de ser a única atitude cabível frente às “ações” dos demais jogadores (ELIAS, 1999), em certa medida se transformam em “reações”.

É neste ambiente amplamente complexo e contraditório que a Defensoria Pública veio a se inserir, de modo formal, através da Lei nº 12.313/ 2010. Porém, o sistema intramuros é demasiado antigo e suas estruturas de lideranças, benefícios, troca de favores há muito consolidadas.

Com o fim de exercer sua atividade legalmente estabelecida, a Defensoria Pública necessita se adaptar a esta “sociedade dentro de outra sociedade”. Esta adaptação pode ser observada quando do período de pesquisa de campo. Junto com a Defensoria Pública nos foi possível adentrar os muros e verificar *in locu* a existência das configurações.

Atividades da Defensoria Pública no interior do PRP e as configurações estabelecidas

Nas quatro semanas do trabalho de campo foram acompanhadas todas as atividades da Defensoria Pública no intramuros do PRP. Dentre estas: atendimento aos presos, realização de audiências de oitiva no PAD (Processo Administrativo Disciplinar) com a Comissão Disciplinar, bem como audiências de justificação do PAD (com Juiz e Promotor) também realizadas no interior do estabelecimento prisional.

No período do acompanhamento foram realizadas 19 audiências de oitiva nos PADs com a Comissão Disciplinar, as quais são realizadas em sala muito pequena, localizada próxima à entrada do prédio. Puderam ser realizadas audiências em duas ocasiões, uma tentativa restou infrutífera sob a alegação de que o ambiente não era seguro para nossa entrada, pois havia um princípio de rebelião.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Para que as audiências se realizem é necessário que um agente penitenciário proceda a “busca” do preso, ou seja, um agente precisa se dispor a sair do seu posto e realizar a condução do preso (cela – sala de audiência – cela). Esta necessidade torna excessivamente complexa e demorada a realização das audiências, é necessário encontrar um agente penitenciário “disposto” a realizar a condução do preso. Há ocasiões em que se fica por um longo período esperando que “tragam” o preso, o que atrasa o andamento das audiências, inclusive tornando necessário deixar de realizar algumas devido ao horário.

As audiências de justificação nos PADs são realizadas com a presença do Juiz, Defensora e Promotor (este pode, eventualmente, estar ausente). Essas ocorrem na sala dos Agentes da Segurança da SUSEPE. Foram realizadas 28 no período. Nestas se enfrenta o mesmo dilema, ou seja, a demora da chegada do preso até a sala de audiência.

A “condução” do apenado pelo agente penitenciário não é uma prestação de favor, mas sim sua atribuição, porém nem sempre tal situação assim se evidencia. Podemos dizer que tal percepção se deve às configurações peculiares estabelecidas neste ambiente para possibilitar a realização das atividades.

Os atendimentos aos presos representam a maior particularidade do sistema, foram realizados cerca de 70 no período da pesquisa.¹⁸⁶ Estes possuem diferentes motivos: o PEC (Processo de Execução Criminal) esta em carga com a Defensoria Pública e necessita de contato com o apenado para dar encaminhamento; solicitação de alguma providência por parte da família; pedido de atendimento realizado através da lista que o “jurídico” da ala entrega à Defensora; a pedido de algum agente penitenciário; ou ainda, a partir de pedidos/“gritos” dos presos, quando percebem a presença da Defensora dentro do estabelecimento prisional.

O que mais chama a atenção em relação aos atendimentos diz respeito as suas condições, eles não são realizados em sala própria, mas sim nas “bocas das galerias”.

¹⁸⁶A informação numérica é uma estimativa, levando em consideração as anotações realizadas no caderno de campo. Tendo em vista que o objetivo da pesquisa não é quantificar os dados, mas realizar uma análise qualitativa, os números não são as principais fontes de informação, em determinados momentos se realizou conversas informais com agentes penitenciários objetivando obter informações sobre o funcionamento do sistema intramuros o que impossibilitou um acompanhamento fiel do número de atendidos.



Quando questionada por que do atendimento nestes locais, a Defensora relatou que a demora para a chegada dos presos até a sala dificultava em muito seu trabalho, em uma tarde conseguia realizar 6 atendimentos, o que comparado a uma tarde atendendo nas “bocas”, 34 apenados em uma ocasião, demonstra como um ator pode influenciar as configurações, neste caso o agente penitenciário.

Frente à “ação” do agente penitenciário em demorar na apresentação do preso, seja devido a falta de vontade ou a necessidade de revistas na saída e volta das celas, a única “reação” da Defensora que pode contribuir para a realização de seu trabalho é realizar o atendimento nas “bocas da galeria”, de pé do lado de fora da grade, sendo observada por inúmeros presos que ficam caminhando no corredor da galeria.

Porém, o mais intrigante é a relação que a Defensora Pública necessita estabelecer com o “jurídico”¹⁸⁷ de cada ala. Quando do chamamento do preso, não é o agente penitenciário que o realiza, mas sim o “jurídico”. O agente chama o “jurídico” para que este converse com a Defensora e realize o chamamento dos presos.

O que foi possível verificar é que quanto mais organizado este for, mais fácil se torna o trabalho da Defensora Pública. Contudo, a Defensora não tem a opção de escolha em tratar ou não com o “jurídico”, ele é uma realidade constituída do sistema, onde a Defensora para ter acesso aos seus assistidos necessita se submeter a tal “poder informal” da penitenciária, pois caso contrário encontrará barreiras para desempenhar seu trabalho.

É possível verificar que há para além de toda carga de trabalho e tensão que inerente ao ambiente prisional, as configurações existentes no intramuros, que requerem por parte da Defensora Pública uma adaptação para que seja possível a realização de suas atividades.

Considerações Finais

¹⁸⁷ Jurídico é o nome comumente dado ao preso que realiza o intercâmbio entre os presos e demais pessoas, não foge a regra a Defensora Pública.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná





Diante de todas as informações apresentadas, é necessário concordar com Sykes e reconhecer se tratar a prisão de uma “sociedade dentro de outra sociedade”, ou seja, uma sociedade paralela, com configurações peculiares.

Esta sociedade paralela mantém o seu próprio padrão de relacionamento, sendo necessário que aqueles que por algum motivo necessitam adentrar no intramuros sejam obrigados a se adaptar a esta forma de vivência. Mesmo aqueles que apenas por alguns momentos participam deste espaço necessitam se adaptar, quando atravessam os muros da prisão, caso contrário não serão reconhecidos como partícipes daquela sociedade, por seus integrantes.

Neste sentido a Defensora Pública busca estabelecer estratégias que auxiliem o desenvolvimento de suas atribuições institucionais, para tanto em alguns aspectos é necessário lidar com as teias de configurações, previamente existentes, e visar estabelecer relações que permitam a sua aceitação como membro integrante do sistema social ali vigente.

Quando realiza os atendimentos dos apenados nas próprias galerias, busca driblar o obstáculo da demora em trazer os presos até a sala de atendimentos. Não se trata especificamente de uma “opção”, mas sim de uma “reação” possível frente às configurações existentes. Já o “bom relacionamento” da Defensora com o “jurídico” é o meio capaz de possibilitar a realização de atendimento com seus assistidos.

Podemos afirmar que o simples fato de a Defensora Pública atravessar um muro faz com que seja necessário se adaptar às configurações desta sociedade peculiar existente no intramuros.

Referências bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 2018a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 14 de junho de 2018.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

BRASIL. Lei nº 12.313, de 19 de agosto de 2010. 2018b. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112313.htm>. Acesso em: 14 de junho de 2018.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. A questão penitenciária. *Tempo Social*, São Paulo, v. 25, n. 1, pp. 15-36, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/69031/71480>>. Acesso em: 30 de julho de 2018.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. Questão Penitenciária: obstáculos epistemológicos e complexidade. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v.35, n.126, pp. 29-47, 2014. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/697/892>>. Acesso em: 30 de julho de 2018.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório Anual 2015. Porto Alegre: Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, 2015.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Histórico: O Nascimento da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul. 2018. Disponível em: <<http://www.defensoria.rs.def.br/lista/386/historico>>. Acesso em: 15 de junho de 2018.

ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1999.

SUSEPE, Superintendência dos Serviços Penitenciários. Presídio Regional de Pelotas. 2018. Disponível em: <http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=12&cod_conteudo=78>. Acesso em: 14 de julho de 2018.

SYKES, Gresham. *La sociedad de los cautivos: Estudio de una cárcel de máxima seguridad*. Traducción de Ramiro Gual; Sebastián Pacilio; Elena Odriozola. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2017. Originalmente publicado em 1958.

THOMPSON, Augusto. *A Questão Penitenciária*. De acordo com a Constituição de 1988. 5ª Edição Revista e Atualizada. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2002. Originalmente publicado em 1976.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

A EXPANSÃO DO ENSINO PROFISSIONAL NO BRASIL ATRAVÉS DE ENTIDADES DO SISTEMA S NO PERÍODO DE 1940 A 2015

Esp. Johny Henrique Magalhães Casado
Universidade Estadual de Maringá – UEM
johny.hmc@gmail.com

Esp. Katia Rodrigues Montalvão Paias
Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE
katiapaia@gmail.com

Lic. Grazielle Regina Teodoro
Universidade Estadual de Maringá – UEM
grt.teodoro@gmail.com

Resumo: O presente artigo visa apresentar o processo evolutivo histórico que a educação profissional percorreu no Brasil. O enfoque basicamente se dará através das entidades pertencentes ao Sistema S, entidades geridas por sindicatos patronais, que recebem contribuição compulsória de empresas de diferentes portes e setores. O recorte temporal utilizado historiográfico dessa pesquisa compreenderá o período de 1940 a 2015, período que englobará o processo de constituição, institucionalização e expansão da educação profissional através de entidades privadas de interesse público. Esse artigo está organizado em quatro seções, sendo a primeira responsável por apresentar as reflexões e objetivos do trabalho, a segunda será composto do referencial teórico que norteará a pesquisa, a terceira seção apresentará os dados coletados e apresentação das entidades em questão, e a quinta seção apresentará as conclusões observadas.

Palavras-chaves: Identidade Humana. Processo Civilizador. Educação Profissional.

Abstract: This article will present the evolutionary process that a professional education has undergone in Brazil. The focus is, in particular, on the entities belonging to System S, entities managed by employers' unions, which are obliged by companies of different sizes and sectors. The historiographical retrospective was analyzed according to the period from 1940 to 2015, a period that will encompass the process of constitution, institutionalization and expansion of information through private entities of public interest. This article is organized in four sections, being the first time to present as reflections and objectives of the work, a second time will be made the theoretical reference that will guide a research, since it will present the data presented and presented to the entities in question, the The fifth section will present the findings.

Keywords: Human Identity. Civilizing Process. Professional education.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Introdução

A educação em seus diferentes níveis, surge como importante componente do processo civilizador da sociedade, diminuindo as tensões e agressividade que emanam das relações sociais permeadas por desigualdades. Delegar a educação profissional a entidades privadas, pode provocar um processo de alienação do trabalhador, que dificilmente será desfeito no futuro.

O principal objetivo desse artigo está em compreender o processo de evolução das entidades do Sistema S como formadoras no campo da educação profissional, serão expostos também quais os preceitos, utilizados por essas, para que formar e constituir a identidade humana de seus alunos. Salienta-se que o grupo de entidades componentes do denominado Sistema S é composto por onze entidades atualmente, porém, somente serão abordadas aqui as quatro responsáveis por oferecer educação profissional, são elas: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, Serviço Nacional de Aprendizagem dos Transporte – SENAT, e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP.

Como marco teórico utilizado nesse artigo constituirá das obras do sociólogo alemão Norbert Elias, em especial, de seus livros “A Sociedade dos Indivíduos” e “O Processo Civilizador”. Em relação aos recursos metodológicos utilizados nessa pesquisa, destaca-se que a mesma assumirá uma condição de pesquisa qualitativa em relação a abordagem do problema, em se tratando dos procedimentos técnicos, a mesma poderá ser classificada como pesquisa descritiva, com base em fontes secundárias.

Como recorte temporal utilizado para a consecução dessa pesquisa optou-se por utilizar o período compreendido entre 1940 a 2015, pois esse, é onde ocorreu o processo de constituição, institucionalização e expansão da educação profissional através de entidades privadas de interesse público. Esse artigo se organiza em quatro seções, sendo esta a primeira sendo intitulada como introdução, a segunda será composta do referencial teórico que norteará a pesquisa, a terceira seção apresentará os dados coletados e

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





apresentação das entidades em questão, e a quarta seção apresentará as conclusões observadas.

Referencial

O foco definido por Norbert Elias em sua obra “O Processo Civilizador” foi a compreensão dos processos não planejados, em que os seres humanos são movidos por forças não controladas ou até incompreendidas, considera-se assim, que as pessoas estão ligadas através das pressões que umas exercem sobre as outras (LINKLATER, MENNELL, 2010). O processo civilizador consiste na “interiorização individual das proibições que, antes, eram impostas de fora, em uma transformação da economia psíquica que fortalece os mecanismos do autocontrole exercido sobre as pulsões e emoções e faz passar da coerção social [gesellschaftliche Zwang] à autocoerção [Selbstzwang]” (ELIAS, 2001, p.20).

Destarte, considera-se o ser humano o precursor da civilização a partir do momento que esse organizou-se socialmente, portanto segundo Costa (2013, p. 151) “O homem, portanto, é o único animal que pode realizar um processo civilizador, seja no nível individual, social e, principalmente, no histórico”. Sendo assim, compreender todos os aspectos que abarcam uma sociedade é tarefa digna de pesquisa e estudos.

A obra de Elias surge como sustentação para o estudo e a compreensão do poder, nessa pesquisa, a compreensão de poder está relacionada ao fato de que determinadas classes sociais acabam por influenciar e impactar no que outras classes estudam posteriormente vão trabalhar. Para Elias (1990, p. 42) poder não é nada mais do que:

(...) uma expressão um tanto rígida e indiferenciada para designar a extensão especial da margem individual de ação associada a certas posições sociais, expressão designativa de uma oportunidade social particularmente ampla de influenciar a auto-regulação e o destino de outras pessoas

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





O poder se apresenta, portanto, como algo relacional que faz parte das interrelações humanas (GEBARA, LUCENA, 2005), sendo assim, poder “não representa mais um problema da sociologia entre outros, mas o problema central de ciências sociais, sem as quais qualquer avanço na investigação, torna-se estéril” (ANTÓN, DAMIANO, 2014, p. 4).

Considerando que toda “forma de dominação é resultado de uma luta social, é a consolidação do modo de distribuição do poder que resulta dessa luta” (ELIAS, 2001, p. 162), permite concluir que se faz importante considerar e compreender como essa luta se dá nos diferentes campos, dentre eles, a educação profissional. Analisar a evolução dessa vertente da educação auxilia no entendimento da própria sociedade e das lutas de classes. “A teoria de Elias sobre o processo civilizador é atual na medida exata da compreensão de que o homem se faz historicamente” (COSTA, 2013, p. 160).

A educação profissional no Brasil sempre contribuiu para o apassivamento das relações sociais diante das diferenças de classes existentes, segundo Gracias (2016, *online*) até o início do século XX:

A formação profissional era ofertada principalmente pela igreja ou por instituições de beneficência e tinha um caráter assistencial e de orientação moral. Mais que a formação de mão de obra, a ideia era tirar os jovens “desvalidos da sorte” (órfãos, desamparados e as crianças miseráveis) das ruas e garantir-lhes um ofício (alfaiataria, carpintaria, etc). Mesmo os Liceus de Artes e Ofícios possuíam, inicialmente, tal preocupação. Com isso, também se evitava a formação de tensões sociais nos centros urbanos em formação.

Em 1909 o presidente Nilo Peçanha cria através de decreto 19 “Escolas de Aprendizes Artífices” subordinada ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, mas somente em 1927 o Congresso torna obrigatório o ensino profissional no país dessa modalidade de ensino. Em 1941 com a “Reforma Capanema” o ensino profissional é remodelado e passa a ser considerado como nível médio e com necessidade de exame de admissão (BRASIL, 2018).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





Figura 1: Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro.
Fonte: Felipe Lucena, Diário do Rio de Janeiro, 2016.

A partir da década de quarenta a expansão da rede federal de ensino de educação profissional caminhou em paralelo com a criação e fortalecimento da rede de escolas profissionais mantidas pelas entidades do Sistema S. O SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e o SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem dos Transporte foram criados com vistas a promover a qualificação profissional do trabalhador (educação), “bem como a execução de políticas de desenvolvimento industrial e a geração de empregos em consonância com as políticas de comércio exterior e de ciência e tecnologia” (OLIVEIRA, 2014, p. 5). Uma compreensão mais elaborada do Sistema S e das entidades aqui pesquisadas será possível através da análise da próxima seção desse artigo.

SISTEMA S E SUAS ESPECIFICIDADES

No ano de 1945 ocorreu no Rio de Janeiro, mais precisamente na cidade de Teresópolis, a primeira edição da CONCLAP (Conferência Nacional das Classes Produtoras), esse evento foi organizado através de uma parceria entre a Confederação Nacional da Indústria e a Federação das Associações Comerciais do Brasil, visava



sobretudo, garantir voz e expressar os desejos das classes empresariais no Brasil (CONFERENCIA NACIONAL DAS CLASSES PRODUTORAS, I... 2018). Ao final da conferência, foi produzido um documento intitulado “Carta Econômica de Teresópolis” que expunha alguns pontos de convergência entre a classe trabalhadora e a classe detentora dos meios de produção (ALMEIDA, 2005), o governo da época, ao tomar conhecimento da iniciativa e interessado na criação de uma indústria forte e comércio pujante, tratou auxiliar na criação de mecanismos que facilitassem o cumprimento de tais objetivos (ANTUNES, 1977).

A criação do “Fundo Social”, principal demanda do setor privado, foi prontamente atendida e legalizada, dentre os objetivos seria criar condições de capacitação e melhoria da qualidade de vida dos profissionais da indústria e comércio (SESC, 2012). Criou-se então ao longo dos anos três Serviços Nacionais de Aprendizagem, sendo o primeiro que teria como função capacitar os trabalhadores da Indústria (SENAI), o segundo seria o responsável por capacitar os profissionais do Comércio (SENAC) e o terceiro responsável por atender aos profissionais do setor de Transporte (SENAT). Cada uma dessas entidades, são administradas respectivamente pela Confederação Nacional que congrega as empresas dos setores, o SENAI é administrado pela CNI (Confederação Nacional da Indústria), o SENAC pela CNC (Confederação Nacional do Comércio) e o SENAT pela CNT (Confederação Nacional dos Transportes).

Segundo dados disponíveis pela Secretaria da Receita Federal somente no ano de 2017, essas entidades receberam: SENAI R\$ 1,4 bilhão de reais, SENAC R\$ 2,7 bilhão de reais e SENAT R\$ 312,9 milhões para cumprir suas respectivas missões de capacitar para o trabalho as classes trabalhadoras.

O SENAC responsável por atender os trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo possui mais de 600 escolas em todo país. Através de suas ações ele atende mais 2200 municípios, e possui um portfólio que contempla cursos presenciais e a distância em várias áreas do conhecimento. Oferta desde cursos de formação inicial como a aprendizagem, como formação continuada, cursos técnicos, graduação e pós-graduação (SENAC, 2018).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





O SENAI oferta cursos em 28 áreas da indústria, possuem 518 unidades operacionais fixas e mais 504 unidades móveis e que efetuam capacitam de 3,5 milhões de alunos ao ano. Dentre as modalidades de cursos oferecidos destacam-se as modalidades aprendizagem, técnicos, graduação e pós-graduação (SENAI, 2018).

O SENAT oferece cursos nas modalidades livres, formação continuada, aprendizagem e técnicos. No ano de 2017 realizaram 3,8 milhões de atendimentos em desenvolvimento profissional, e possuem planos de expansão de suas atividades para abrir mais de 200 unidades em todo o Brasil até 2019 (SENAT, 2018).

A oferta dessas três entidades em relação aos seus cursos de aprendizagem, que são aqueles responsáveis por capacitar o profissional para o ingresso no primeiro emprego, estão apresentados no Quadro 1.

CURSO DE APRENDIZAGEM DO SENAI	CRUSO DE APRENDIZAGEM DO SENAT
Aprendizagem Industrial para Assistente Administrativo	Aprendizagem Assistente Administrativo
Aprendizagem Industrial para Ferramenteiro de Manutenção	Aprendizagem Assistente Administrativo em Transporte
Aprendizagem Industrial para Costureiro Industrial do Vestuário	Aprendizagem Assistente de Logística de Transporte
Aprendizagem Industrial para Eletrotécnico na Fabricação Industrial	Aprendizagem Assistente em Operação e Movimentação de Carga
Aprendizagem Industrial para Operador de Manutenção Eletromecânica	Aprendizagem Auxiliar de Almoxarifado
Aprendizagem Industrial para Analista de Sistemas	Aprendizagem Auxiliar de Eletricista Veicular
Aprendizagem Industrial para Assistente Administrativo	Aprendizagem Auxiliar de Eletricista Veicular
Aprendizagem Industrial para Auxiliar de Linha de Produção	Aprendizagem Auxiliar de Operação de Transporte
Aprendizagem Industrial para Auxiliar de Operações Logísticas	Aprendizagem Cobrador e Despachante de Transporte Coletivo
Aprendizagem Industrial para Eletricista Industrial	Aprendizagem Mecânico de Veículos Automotores a Diesel
Aprendizagem Industrial para Inspetor de Análise da Qualidade	Aprendizagem Motorista de Transporte de Cargas
Aprendizagem Industrial para Marceneiro	Aprendizagem Motorista de Transporte de Passageiros
Aprendizagem Industrial para Eletromecânico de Automóveis	Aprendizagem Pintura Automotiva
CURSO DE APRENDIZAGEM DO SENAI	
Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços de Vendas	
Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços de Supermercados	
Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços do Administrativos	

Quadro 1: Oferta de cursos de Aprendizagem do SENAC, SENAI e SENAT

Fonte: Elaboração dos autores

A prestação de contas dos valores utilizados do Fundo Social para manutenção das atividades de SENAC, SENAI e SENAT são realizadas através do TCU – Tribunal de Contas da União, sendo assim, verifica-se que há empenho no correto emprego dos recursos.

Conclusão

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Conforme apresentado por Norbert Elias em sua vasta obra, o poder acaba por ser representado pela classe predominante e aceito pelas demais, essa representação é passada de “uma geração a outra sem estar consciente do processo como um todo, e os conceitos sobrevivem enquanto está cristalização de experiências passadas e situações retiver um valor existencial, uma função na existência concreta da sociedade” (ELIAS, 1990, p. 25). Sendo assim, percebe-se que o controle do que é oferecido a título de educação profissional em entidades como SENAC, SENAI e SENAT acaba sendo controlado por entidades ligadas a classe empresarial a mais de setenta anos.

Buscou aqui com essa pesquisa, propor uma pequena reflexão a respeito do que é ofertado pelas entidades em questão para as classes menos favorecidas a título de educação profissional. Considerando, que cursos como os de aprendizagem preparam os alunos para funções unicamente operacionais, não oferecendo conhecimentos que busquem emancipar o sujeito diante da sua realidade, constata-se que há uma continuidade do *status quo* da sociedade capitalista desde meados da década de quarenta.

A institucionalização da educação profissional, por via das entidades do Sistema S apresenta-se bem mais como forma de manter apassivada a classe social menos abastada, do que visando emancipar o trabalhador como sujeito importante no processo produtivo e na própria sociedade.

Como sugestão para pesquisar futuras propõem novos estudos envolvendo as temáticas propostas pelo autor Norbert Elias em relação a educação profissional no Brasil. Também podem ser realizados estudos relacionados ao conceito de civilidade trabalhado dentro da ótica do autor e correlaciona-lo com os conteúdos programáticos de formação humana disponíveis nas diversas modalidades de ensino disponível no Brasil.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, M. Confederação nacional do comércio 60 anos. Rio de Janeiro: MCE Gráfica e Editor, 2005.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

ANTÓN, G.; DAMIANO, F. La dimensión poder en la obra de Norbert Elias. *Prácticas de oficio. Investigación y reflexión en Ciencias Sociales*, n. 14, 2014. Disponível em: <<http://ides.org.ar/wp-content/uploads/2015/02/Anton-Damiano-texto.pdf>>, Acesso em: 20 jun. 2018.

ANTUNES, R. L. C. Resenha: Liberalismo e sindicato no Brasil de Luiz Werneck Vianna. *Revista de Administração de Empresas*. 1977.

BRASIL. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Ministério da Educação. Linha do Tempo: rede federal de educação profissional e tecnológica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/linha.pdf>>, Acesso em: 25 jun. 2018.

CONFERENCIA NACIONAL DAS CLASSES PRODUTORAS, I. In: *Verbetes temático*, FGV - Fundação Getúlio Vargas, CPDOC. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conferencia-nacional-das-classes-produtoras-i-i-conclap>>, Acesso em: 10 jul. 2018.

COSTA, C. J. Reflexões sobre o processo civilizador nos níveis histórico, social e individual. *Revista Educação e Fronteiras On-Line*, v.3, n.9, p. 149-161, 2013. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/2571>>, Acesso em: 28 jun. 2018.

ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.

ELIAS, N. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

GEBARA, A.; LUCENA, R. F. O poder e cotidiano: breve discussão sobre o poder para Norbert Elias. In. IX SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 2005, Ponta Grossa, v.1. ANAIS... Paraná, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

GRACIAS, A. Linha do tempo da educação profissional no Brasil. *Revista Canhotinha*. 2016. Disponível em <<https://canhotinha.com.br/linha-do-tempo-da-educacao-profissional-no-brasil/>>, Acesso em: 20 jun. 2018.

LINKLATER, A.; MENNELL, S. Norbert Elias, The Civilizing Process: sociogenetic and psychogenetic investigations — an overview and assessment. *History and Theory*, n. 49, p. 384-411, 2010. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40864499?seq=1#page_scan_tab_contents>, Acesso em: 30 jun. 2018.

LUCENA, F. *História do Liceu de Artes e Ofício*. 2016. Disponível em: <<https://diariodorio.com/historia-do-liceu-de-artes-e-oficios/>>, Acesso em: 30 jun. 2018.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



Fábrika
Ideias criativas



17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

SENAC. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Disponível em: <<http://www.senac.br/>>, Acesso: 01 ago. 2018.

SENAI. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/senai/>>, Acesso: 01 ago. 2018.

SENAT. Serviço Nacional de Aprendizagem dos Transportes. Relatório de atividades 2017. – Brasília: Sest/Senat, 2018. Disponível em: <http://cms.sestsenat.org.br/Arquivos%20SEST%20SEENAT/2018/Relatorio%20de%20atividades/relat%C3%B3rio2017_web.pdf>, Acesso em: 10 ago. 2018.

SESC. Serviço Social do Comércio. Carta da Paz Social. 2012. Disponível em: <http://www.sesc.com.br/portal/sesc/o_sesc/A+Carta+da+Paz+Social/>, Acesso em: 12 jul. 2018.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





PROCESSOS CIVILIZACIONAIS, KARL MANNHEIM E A SOCIOGÊNESE DO PENSAMENTO DE NORBERT ELIAS, APROXIMAÇÕES

Doutorando José Carlos de Almeida Júnior
Universidade Federal de Pernambuco
professorzecarlos@bol.com.br

Doutor Vilde Gomes de Menezes
Universidade Federal de Pernambuco
vildemenezes@ufpe.br

Resumo: Nossa principal intensão e desejo neste artigo, que consideramos aberto e em fase de conclusão, não é em hipótese alguma, demonstra e muitos comprovar que a sociogênese do pensamento de Norbert Elias, seria exatamente a obra de Karl Mannheim, mas, tentar analisar através dos escritos de alguns dos seus principais comentadores, como por exemplo: Peter Burke e Richard Kilminster, cujos artigos serviram de pano de fundo para o início de trabalho, o qual em breve pretendemos concluir, qual o nível de aproximação e afastamento das duas matrizes intelectuais.

Palavras-chaves: Karl Mannheim. Norbert Elias. Sociogênese.

Abstrat: Our main intention and desire in this article, which we consider open and in the process of being concluded, is not in any case, demonstrates and many to prove that the sociogenesis of Norbert Elias's thought would be exactly the work of Karl Mannheim, but try to analyze through written by some of its main commentators, such as Peter Burke and Richard Kilminster, whose articles served as a background for the beginning of work, which we soon intend to conclude, the level of closeness and withdrawal of the two intellectual matrices.

Keywords: Karl Mannheim. Norbert Elias. Sociogênese.

Introdução

Nossa intenção neste artigo é tentar uma análise das influências do pensamento de Karl Mannheim na obra produzida por Norbert Elias, identificando possíveis aproximações e prováveis distanciamentos, utilizando para isso os escritos do próprio Elias e de seus comentadores, em especial, utilizando os textos: “Norbert Elias e Karl Mannheim: proximidade e distância” e “Norbert Elias e a história social do conhecimento”, como base, respectivamente de autoria de Richard Kilminster e Peter Burke.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





Nossa perspectiva nessa rápida análise era verificar os possíveis fatores que unem e os que afastam esses dois autores, a partir de seus posicionamentos e escritos. Por meio de uma abordagem teórico-metodológica, ao mesmo tempo, sistemática e contextual, tentamos investigar a repercussão de Mannheim em Elias. Para ambos, por exemplo, os indivíduos não estão “flutuando no espaço”, mas sim encontram-se presos em um teia de relações com os outros indivíduos. É a reciprocidade da ação.

Para Kilminster, autor do artigo “Norbert Elias e Karl Mannheim: proximidade e distância” fruto de um projeto de pesquisa contínuo e mais amplo que o nosso, sobre a gênese das teorias de Elias e sobre a relação de Elias com a tradição alemã da sociologia do conhecimento e Karl Mannheim, em particular, que, para o autor, fornece a ligação entre as diversas correntes da sociologia de Weimar e a síntese de Elias. Na opinião de Kilminster, Mannheim foi uma figura significativa na configuração da perspectiva sociológica de Elias, cuja importância até agora não foi suficientemente reconhecida na literatura, daí a importância de realizarmos este estudo inicial, no sentido de estabelecer uma espécie de árvore genealógica do pensamento elisiano, trabalho que futuramente pretendemos ampliar e aprofundar com novas pesquisas e leituras.

Nessa primeira fase, encontramos na literatura comentaristas simpáticos a Elias (Goudsblom, 1987a: 324; Mennell, 1992: 12-13) que tenderam a seguir a trilha deixada pelo próprio, em várias entrevistas e conversas, minimizando sua dívida para com Mannheim e separando indevidamente a sociologia de Elias da de Mannheim. De acordo com Kilminster (), apenas Karl-Siegbert Rehberg (1979: 143ss), como parte de sua discussão abrangente das continuidades em Elias com a sociologia alemã e as conseqüências do exílio de muitos de seus praticantes após 1933, chamou a atenção em qualquer maneira sistemática para a proximidade do trabalho dos dois intelectuais. Ele primeiro sugeriu em linhas gerais algumas das conexões entre Mannheim e Elias que nós tentaremos, com ajuda de alguns autores/comentaristas, estabelecer mais detalhadamente abaixo, tentando usar evidências textuais.

Embora, como tente demonstrar, Elias parta de Mannheim em significativa formas, suas sociologias ainda carregam uma semelhança familiar. No entanto,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

Kilminster não assumi que o fluxo de inspiração fosse inteiramente unidirecional, ou seja, de Mannheim a Elias. Na extensa bolsa de estudos recente sobre Mannheim (Kettler et al., 1984; Loader, 1985; Woldring, 1986), a possibilidade de ele ter algo devido à sua formação.

Neste ponto a pergunta que fazemos é a seguinte: Estaria em Karl Mannheim a fonte originária de boa parte das matrizes teóricas de Elias? Pois, como sabido Elias foi “orientando”, ou mais propriamente professor assistente de Mannheim, sociólogo judeu nascido em Budapeste, na Hungria, em 27 de Março de 1893. E que iniciou seus estudos de filosofia e sociologia em Budapeste participando de um grupo de estudos coordenado por Georg Lukács. Tendo Estudado também em Berlim — onde ouviu as preleções de Georg Simmel — e Paris.

Em Heidelberg, foi aluno do sociólogo Alfred Weber, irmão de Max Weber, tornou-se a partir de 1920. Foi professor extraordinário de sociologia em Frankfurt a partir de 1934. Em 1935, com a ascensão do nazismo deixou a Alemanha para tornar-se professor da London School of Economics.

O marxismo exerceu inicialmente uma forte influência sobre o pensamento de Mannheim, mas ele acabou abandonando-o, em parte por não acreditar que fossem necessários meios revolucionários para atingir uma sociedade melhor. Seu pensamento assemelhava-se em certos aspectos aos de Hegel e Comte: acreditava que, no futuro, o homem iria superar o domínio que os processos históricos exercem sobre ele. Foi também muito influenciado pelo historicismo alemão e pelo pragmatismo inglês.

Seu primeiro livro, “Ideologie und Utopia” (Ideologia e utopia), de 1929, é também considerado seu mais importante escrito. Nesta obra, Mannheim afirma que todo ato de conhecimento não resulta apenas da consciência puramente teórica mas também de inúmeros elementos de natureza não teórica, provenientes da vida social e das influências e vontades a que o indivíduo está sujeito. Forma que se assemelha muito ao que Elias vai escrever sobre o processo civilizador e interdependências.

Segundo Mannheim, a influência desses fatores é da maior importância e sua investigação deveria ser o objeto de uma nova disciplina: a sociologia do conhecimento.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná





Cada fase da humanidade seria dominada por certo tipo de pensamento e a comparação entre vários estilos diferentes seria impossível. Seria o que Elias mais tarde viria a denominar de configuração. Em cada fase aparecem tendências conflitantes, apontando seja para a conservação, seja para a mudança, estaria aqui a gênese do conceito de habitus de Elias. A adesão à primeira tende a produzir ideologias e a adesão à segunda tende a produzir utopias. Outras investigações importantes de Mannheim compreendem estudos sobre as relações entre pensamento e ação. Sua contribuição para a teoria do planejamento e para a caracterização das sociedades de massa tem especial destaque.

Já para Peter Burke, professor inglês, doutor por Oxford, **que** lecionou na Universidade de Sussex quando era jovem (1962-78) e depois mudou-se para Cambridge, onde foi professor de história cultural até se aposentar e permanecer como membro do Emmanuel College, autor de *Sociologia e História* (1980), ampliado e revisado como *História e Teoria Social*, bem como estudos do Renascimento, Cultura Popular, uso de imagens como fontes históricas e história social do conhecimento. E um dos maiores estudiosos do que se convencionou chamar de história da cultura. E que mais do que um ramo de estudo, tornou-se um método, no qual busca-se compreender uma sociedade e seu tempo por meio de símbolos e valores – e não em virtude de aspectos estritamente políticos ou econômicos. Elias não era um mero seguidor de Mannheim, para Burke, Elias alcançou muito mais em sua longa vida do que Mannheim em sua relativamente curta.

Pode ser útil começar tentando colocar Elias em relação a outros sociólogos do conhecimento. A comparação mais óbvia é a de Karl Mannheim, mais precisamente entre o jovem Mannheim, com trinta e poucos anos quando escrevia sobre o conhecimento, e o velho Elias, que (além do que está implícito em seu ensaio de 1956, "Problemas de envolvimento e desapego".) publicou seu primeiro ensaio sobre o tema aos 74 anos de idade. Não pretendo, obviamente, descrever Elias como um mero seguidor de Mannheim: ele alcançou muito mais em sua longa vida do que Mannheim em sua relativamente curta. Na década de 1980, Elias criticou a sociologia do conhecimento de Mannheim como nada mais do que um desmascaramento de ideologia. [4] Mesmo assim,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





sua análise da competição no domínio do conhecimento - defendida por Elias no decorrer do famoso confronto entre Mannheim e Alfred Weber em uma conferência sociológica em Zurique em 1928 - obviamente forneceu alguma inspiração (ver Mannheim 1928, Pels 1996). Burke (1980)

Segundo ainda Burke (1980), é Mannheim quem, entre outras atitudes, retoma a formulação de Weber sobre os tipos de educação - pedagogias do cultivo e do treinamento - e acrescenta a essa formulação a perspectiva de um programa para a mudança da educação. É ele que, fugindo do pessimismo weberiano, propõe a educadores e educandos que utilizem a sociologia como embasamento teórico para a compreensão da situação educacional moderna.

Para Mannheim o pensamento social não pode explicar a vida humana, mas apenas expressá-la. O papel da teoria, portanto, é compreender o que as pessoas pensam sobre a sociedade e não o de propor explicações hipotéticas sobre ela. Ele defendia uma sociedade que fosse essencialmente democrática, uma democracia de bem-estar social dirigida pelo planejamento racional e governada por cientistas. É dele, também, a ideia de que a racionalização da vida levou a um declínio da educação voltada para a formação do homem integral, mas que o arejamento promovido pela democratização das relações sociais permitiu o surgimento de novas esperanças. Nesse sentido, embora o capitalismo tenha gerado desigualdades sociais, o interesse dos jovens das classes inferiores em ascender socialmente à elite, traz ao processo educacional as contribuições culturais das diferentes camadas sociais e intercomunicação entre elas.

Para Burke, Mannheim, assim como Elias faria mais tarde, percebeu a importância da sociologia na modernidade, para o estudo dos fenômenos educacionais, justamente porque a vida baseada na tradição estava se esgotando. Nas épocas históricas dominadas pela tradição (pré-capitalista) a educação resumia-se a ajudar a criança a ajustar-se à ordem social tradicionalmente estabelecida. Valendo-se da influência da psicanálise, observa que tal processo era apenas de assimilação “inconsciente”, pela criança, do modelo da ordem vigente. Mas quanto mais a tradição vai sendo substituída pela racionalização da vida, provocada pela consolidação da sociedade industrial, mais

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





os conteúdos educacionais devem ser transmitidos num processo “consciente”, em que o educador se aperceba do meio social em que vive e das mudanças pelas quais passa.

Para ele, nem os objetivos do processo educacional, nem as metas podem ser concebidos sem a consideração do contexto social, pois eles são socialmente orientados. Não concordava com a ideia de que a teoria pode existir apenas pela teoria. Achava que a sociologia poderia servir de base para o aprimoramento da educação.

Já Norbert Elias cujas obras focaram a relação entre poder, comportamento, emoção e conhecimento na História, devido a circunstâncias históricas, permaneceu durante um longo período como um autor marginal, tendo sido redescoberto por uma nova geração de teóricos nos anos 70, quando se tornou um dos mais influentes sociólogos de todos os tempos. Sua tardia popularidade pode ser atribuída à sua concepção de grandes redes sociais, que encontrou aplicação nas sociedades ocidentais pós-modernas, onde a presença da ação individual não pode ser negligenciada. De fato, a demasiada ênfase na estrutura sobre o indivíduo em vigor até então começava a ser duramente criticada.

A obra mais importante de Elias foram os dois volumes de “Processo Civilizatório”. Originalmente publicado em 1939, que foi virtualmente ignorado até sua republicação em 1969, quando o primeiro volume foi traduzido ao inglês. Neste primeiro volume ele traça os acontecimentos históricos do *habitus* europeu, ou seja, a estrutura psíquica individual moldada pelas atitudes sociais. Elias demonstrou como os padrões europeus pós-medievais de violência, comportamento sexual, funções corporais, etiqueta à mesa e formas de discurso foram gradualmente transformados pelo crescente domínio da vergonha e do nojo, atuando para fora de um núcleo cortês e etiqueta. Para ele o autocontrole era cada vez mais imposto, por uma rede complexa de conexões sociais desenvolvidas por uma autopercepção psicológica que Freud cunhou como “super-ego”. O segundo volume de “*O processo civilizatório*” aborda as causas destes processos e os reconhece nas cada vez mais centralizadas e diferenciadas interconexões na sociedade.

Quando a obra de Elias foi acolhida por grandes setores da intelectualidade, inicialmente sua análise do processo social foi mal compreendida e tomada como uma

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





forma de darwinismo social. Com leituras posteriores, esta ideia foi deixada e sua obra foi entendida a partir de uma outra chave de pensamento sobre o processo social.

Ele também diferiu de Mannheim, Kuhn e Foucault, todos os quais eram relativistas de algum tipo, ao expressar uma crença na possibilidade do que ele chamou de conhecimento relativamente "adequado ao objeto" ou "congruente com a realidade" (Elias 2009: 27, 54).

Referências bibliográficas

- BURKE, Peter (1980) *Sociologia e História*. Londres: George Allen e Unwin.
- ELIAS, Norbert (1929) "Contribuições para a discussão sobre Karl Mannheim, Die Bedeutung der Konkurrenz im Gebeite des Geistigen", em *Verhandlungen des Sechsten Deutschen Soziologentages von 17 zu 19 de setembro de 1928*, em Zurique. Tubingen: J.C.B Mohr.
- _____, Norbert (1939/1978, 1982) *O Processo Civilizador*, dois volumes. Oxford: Basil Blackwell.
- Elias, Norbert (1971) "A Sociologia do Conhecimento: Novas Perspectivas", *Sociology* 5 (2-3): 149-168, 355-370, SAGE Journals
- _____, Norbert (1978) *O que é sociologia?* Londres: Hutchinson
- _____, Norbert (1984c) "Sobre a sociogênese da sociologia", *Sociologisch Tijdschrift*, 11 (1).
- _____, Norbert (1991b) *A Sociedade dos Indivíduos*. Oxford: Basil Blackwell.
- _____, Norbert (1992) *Tempo: Um Ensaio*. Oxford: Basil Blackwell.
- KETTLER, David , Volker Meja and Nico Stehr (1984) *Karl Mannheim*. London: Tavistock Publications.
- _____, David and Volker Meja (1993) 'Their "Own Peculiar Way": Karl Mannheim and the Rise of Women', *International Sociology*, 8(1): 5-55. Google Scholar, SAGE Journals, ISI
- KILMINSTER, Richard (1989a) "Sociologia e a Cultura Profissional dos Filósofos", em Hans Haferkamp (ed.), *Estrutura Social e Cultura*. Berlim e Nova York: Walter de Gruyter.
- _____, Richard (1991b) 'Avaliando Elias', *Teoria, Cultura & Sociedade* 8 (2).
- _____, Richard (1992) "Teoria", em Mike Haralambos (ed.), *Desenvolvimentos em Sociologia*. Ormskirk: Causeway Press Ltd.



MANNHEIM, Karl (1924) *Historicismo*, em Karl Mannheim (1952), *Ensaio sobre a sociologia do conhecimento*. Londres: Routledge e Kegan Paul.

_____, Karl (1925) "O problema de uma sociologia do conhecimento", em Karl Mannheim (1952), *Ensaio sobre a sociologia do conhecimento*. Londres: Routledge e Kegan Paul.

_____, Karl (1933b) "O Problema da Inteligência", em Karl Mannheim (1956), *Ensaio sobre a sociologia da cultura*. Londres: Routledge e Kegan Paul.

_____, Karl (1933c) "A democratização da cultura", em Karl Mannheim (1956), *Ensaio sobre a sociologia da cultura*. Londres: Routledge e Kegan Paul.

_____, Karl (1935/1940) *Homem e Sociedade em uma Era de Reconstrução*. Londres: Routledge e Kegan Paul.

_____, Karl (1935/1957) *Sociologia Sistemática: Uma Introdução ao Estudo da Sociedade*, editado por J.S. Eros e W.A.C. Stewart. Londres: Routledge e Kegan Paul.

_____, Karl (1952) *Ensaio sobre a Sociologia do Conhecimento*. Londres: Routledge & Kegan Paul.

_____, Karl (1953) *Ensaio sobre Sociologia e Psicologia Social*. Londres: Routledge e Kegan Paul.

_____, Karl (1929/1960) *Ideologia e Utopia*. Londres: Routledge e Kegan Paul.

_____, Karl (1956) *Ensaio sobre a sociologia da cultura*. Londres: Routledge e Kegan Paul.

MENNELL, Stephen (1977) "Ação" individual e suas conseqüências "sociais" na obra de Norbert Elias, em Peter Gleinchmann, Johan Goudsblom e Hermann Korte (eds), *Figuras humanas: Ensaio para Norbert Elias*. Amsterdão: *Amsterdams Sociologisch Tijdschrift*.

_____, Stephen (1992) *Norbert Elias: Uma Introdução*. Oxford: Basil Blackwell.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
ANÁLISE DE PROCESSOS SOCIAIS DE EGRESSOS DO ENSINO SUPERIOR -
CAMPUS CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM**

Me. José Maria Justo
Universidade Federal do Espírito Santo
Justojm70@gmail.com

M^a Silvani da Silva Wingler
Universidade Federal do Espírito Santo
s.wingler@yahoo.com.br

Resumo: Este estudo objetivou analisar percursos de egressos do ensino superior, nas modalidades presencial e a distância, em um *campus* do Ifes. Os indicadores revelaram que: há satisfação com o ensino recebido; sua maioria ocupa espaço de trabalho na área de formação nas redes pública (como servidor efetivo ou contratado) e privada; a maioria é composta por trabalhadores ou participantes de algum programa vindo da assistência estudantil, tendo por embasamento teórico a Sociologia Figuracional de Norbert Elias, apoiada nos conceitos de “figuração”, “interdependência” e “processos sociais”.
Palavras-chave: Acompanhamento do egresso. Expansão do ensino superior. Educação e trabalho.

Abstract: This study aimed at analyzing the paths taken by students who have graduated from higher education, class in mode and at a distance, at a *Campus* of Ifes. The indicators allowed that: the graduates are very satisfied with the received education, they majority occupies space of work in the area of formation in the public networks (like effective server or contracted) and in the private network, being mostly composed of workers or participants of some program coming from student assistance during the course. It was based on Norbert Elias's theory of figurative sociology, based on the concepts of "figuration", "interdependence" and "social processes".
Keywords: Accompaniment of the Progress. Expansion of Higher Education. Education and Work.

Introdução

O egresso do Ensino Superior, em consonância com sua experiência profissional, tem a possibilidade de confrontar as competências adquiridas no decorrer de sua passagem pela instituição de ensino com o exercício de sua profissão. Com base no conhecimento adquirido, esse profissional pode prestar importante contribuição,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





opinando e avaliando o curso e a instituição onde se graduou, podendo provocar um democrático processo de discussão junto aos diversos agentes da comunidade acadêmica.

No entanto, por muitos anos, a discussão em torno do acompanhamento do egresso não se constituía uma vez que as Instituições Públicas de Ensino não possuíam espaço democrático para a confecção ou reformulação de seus currículos. Com a democratização do ensino superior, no que tange ao aumento na oferta de vagas e do público atendido, com as necessidades de constantes mudanças no perfil profissional para atender a um mercado em mutação, mais tecnológico e com o surgimento da sistemática e obrigatória avaliação dos cursos desse nível de ensino, o acompanhamento do egresso tornou-se uma fonte de informações de grande relevância.

Nessa direção, este artigo constituiu-se um estudo de caso o qual buscou “analisar percursos desencadeados por alunos egressos do ensino superior, nas modalidades presencial e a distância, na figuração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, *campus* Cachoeiro de Itapemirim”, explorando as potencialidades e as possibilidades do acompanhamento do egresso evidenciando maior visibilidade na sociedade acadêmica e institucional, através dos objetivos específicos de: levantar informações referenciais, de localização e as necessidades do público egresso; sistematizar dados relativos aos espaços profissionais e sociais ocupados pelos egressos; compreender, por meio dos discursos dos egressos, o seu percurso no ensino superior; analisar a percepção dos egressos sobre o currículo do curso concluído, embasados na fundamentação teórica da sociologia figuracional de Norbert Elias.

Fundamentação Teórica: A Sociologia Figuracional de Norbert Elias como Perspectiva de Análise

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Nosso estudo¹⁸⁸ tem como base teórica o pensamento da Sociologia Figuracional de Norbert Elias¹⁸⁹, embasados nos conceitos de Figuração, Interdependência e Processos Sociais. Para clareza dos conceitos eliasianos que nos pautaram neste estudo, situamos o leitor acerca de suas definições. Em Elias (2006), entendemos figuração como “O modo de sua vida conjunta em grupos grandes e pequenos [...]” (ELIAS 2006, p. 25-26). Acerca do conceito de interdependência, Elias (2006) nos esclarece ser um “[...]contínuo entrelaçamento de sensações, pensamentos e ações de diversos seres humanos singulares e de grupos humanos [...]” (ELIAS 2006, p. 31). Sobre processo social, segundo Elias (2006), “[...] refere-se às transformações amplas, contínuas, de longa duração [...]” (ELIAS 2006, p. 28).

Tendo por base os conceitos eliasianos, a partir da expansão ocorrida no ensino superior em todo o país, considerando que esse nível de ensino é tido como uma forma de melhoria na qualidade de vida da população, tanto no que tange à vida econômica, social e cultural, entendemos que as políticas públicas consistem em um processo dinâmico à medida que, no percurso de sua elaboração, são necessárias negociações e mobilizações as quais envolvem a participação de diferentes indivíduos que, por sua vez, fazem parte de uma sociedade. Assim, observamos que o processo de elaboração de uma política pública está diretamente ligado às interdependências (inter-relações) estabelecidas durante esse processo. Dessa forma, Elias (1994, p.23) nos esclarece que “[...] a rede de funções interdependentes pela qual as pessoas estão ligadas entre si tem peso e leis próprios”, sendo que, “[...] cada uma dessas funções interdependentes está relacionada com terceiros; depende das funções deles tanto quanto estes dependem dela [...]” Sendo assim, “[...] em virtude dessa inerradicável interdependência das funções

¹⁸⁸ Parte deste texto foi publicado na dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em junho de 2018.

¹⁸⁹ Norbert Elias, Sociólogo alemão, nasceu em Breslau (Alemanha) em 1897, estudou Medicina, Filosofia e Psicologia, trabalhou com Alfred Weber, irmão de Marx Weber, e com Karl Mannheim. Em 1954, passou a lecionar Sociologia na Universidade de Leicester. Viveu até 1975 na Inglaterra e, após esse período, foi para a Alemanha e para a Holanda, dividindo seu tempo nesses dois espaços e também ensinando em vários centros desses países. Norbert Elias em 1990 em Amsterdã.



individuais, os atos de muitos indivíduos distintos [...] precisam vincular-se ininterruptamente [...] para que as ações de cada indivíduo cumpra suas finalidades".

Nesse sentido, compreendemos que a busca contínua por oferecer adequadas condições à inserção e sucesso de alunos na educação superior precisa considerar as experiências vividas por aqueles que venceram, conforme suas palavras:

A autonomia relativa dos processos sociais baseia-se [...] no contínuo entrelaçamento de sensações, pensamentos e ações de diversos seres humanos singulares e de grupos humanos. [...] Dessa interdependência contínua resultam permanentemente transformações de longa duração na convivência social, que nenhum ser humano planejou e que decerto ninguém antes previu. (ELIAS 2006, p.31)

Nessa confluência, o surgimento da política de avaliação do ensino superior nos remete tanto sobre a variedade e a natureza das mudanças pelas quais a sociedade tem passado quanto sobre as “interdependências” e “configurações” que surgem dentro desse cenário. Relativamente a isso, Elias (1994) nos fala da crescente especialização das sociedades que aumenta as exigências feitas ao autocontrole consciente e inconsciente do indivíduo. No que diz respeito às crescentes mudanças ocorridas na sociedade, Elias comenta:

Na história de determinada sociedade, as mudanças nessa direção podem ser observadas de diferentes maneiras. Sintoma característico dessas mudanças é a utilização de certos objetos como padrões genericamente reconhecidos nas transações [...]. O uso de peças de metal, cujo peso e valor social são garantidos pela estampa impressa de um governante, ou, pelo menos, de uma autoridade central, implica uma organização bastante sólida (ELIAS, 1994, p. 112).

Sendo assim, compreendemos que o surgimento de uma política voltada para a avaliação do ensino superior se configura em um aspecto do processo civilizatório, à medida que, no percurso desse processo, a sociedade atribui à escola uma

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS CIVILIZADORES

APOIO





responsabilidade progressiva pela transmissão de conhecimentos formais e pela produção de comportamentos sociais, como a “vergonha”, a autorregulação (autocoerção) e o controle das emoções, sentimentos que surgem do processo de socialização/civilização do indivíduo. Nessa direção, Elias afirma que a civilização pode ser entendida como uma mudança no controle das emoções a qual “[...] guarda estreita relação com o entrelaçamento e interdependência crescente das pessoas” (ELIAS, 1993, p. 54).

Processo Social: em Análise o Percurso dos Egressos do Ensino Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Campus Cachoeiro de Itapemirim

Para apresentação dos resultados do estudo de campo, os dados foram organizados de acordo com as categorias de análise: perfil do egresso, verticalização dos estudos, empregabilidade, fatores que facilitam e dificultam a inserção no mundo do trabalho e facilitadores da permanência.

Perfil do Egresso

Identificamos ser trabalhador o público que ingressou, permaneceu e obteve sucesso nos cursos superiores deste *campus* do Ifes: 61,4% trabalharam durante o curso e 25,3% receberam algum tipo de auxílio/bolsa oferecido pela instituição, o que os auxiliou na inserção no mundo do trabalho. Esse público necessitava manter um vínculo remunerado para o próprio sustento e contribuir fortemente no sustento da família (34,9%) ou para sustentar-se e contribuir parcialmente no sustento familiar (45,8%); suas expectativas estiveram voltadas, em sua maioria, para a obtenção de oportunidade profissional (42,2%), seguida de melhor posicionamento no mundo do trabalho (22,9% dos respondentes); a qualidade de vida apresentou expressiva melhoria depois de ter concluído a formação no Ifes, para 30,1%, seguida de 45,8%, que perceberam melhoria, somando-se 75,9% de positividade na qualidade de vida. Corroborando esses dados, os sujeitos informaram ter tido melhoria na situação econômica atual. Portanto, somando-se

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





os que apresentaram uma situação muito melhor (27,7%) àqueles que perceberam uma situação pouco melhor (34,9%), temos 62,6%, mais da metade dos sujeitos estudados, que registraram melhorias financeiras depois de terem obtido a formação profissional.

Com base nos dados evidenciados, entendemos haver necessidade de buscar perspectivas de currículo e ensino mais coerentes com o atendimento desse público. Portanto, vemos de forma positiva essa “mudança de perfil” por entendermos que esse processo faz parte da democratização do ensino superior onde os “*Outsiders*” (representados por aqueles que não deram continuidade aos estudos ao concluírem a educação básica) e “Estabelecidos” (representados por aqueles que, com suporte familiar, terminam a educação básica e se inserem no ensino superior) fazem parte da mesma figuração, conforme as palavras de Elias (2000):

As categorias estabelecidos e outsiders se definem na relação que as nega e as constitui como identidades sociais. Os indivíduos que fazem parte de ambas estão, ao mesmo tempo, separados e unidos por um laço tenso e desigual de interdependência. (ELIAS, 2000, p. 8)

Numa analogia ao estudo de Elias (2000), sobre “estabelecidos e *outsiders*”, o autor nos esclarece que “Em regra, tais comunidades esperam que os novatos se adaptem às suas normas e crenças; esperam que eles se submetam a sua forma de controle social e demonstrem de modo geral, a disposição de “se enquadrar””. (ELIAS 2000, p. 65)

Verticalização dos Estudos

Nesse percurso, registramos que 45,8% dos egressos tiveram na graduação o seu mais elevado nível de formação, sendo que aqueles que verticalizaram (36,1%) o fizeram em um nível mais elevado em sua área de formação. E, para realizar a verticalização, a maioria o fez em instituição pública: 32,5% e 21,7% em instituição privada. Assim sendo, entendemos que deram continuidade aos estudos os egressos que conseguiram deslocar-

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



Fábrika
Ideias criativas



se para regiões metropolitanas ou puderam custear seus estudos, contrapondo-se aos 45,8% que não verticalizaram.

Para Elias (2000, p. 209), “Seja como for, os seres humanos são sempre valorizados do seu próprio ponto de vista e aos olhos dos outros”. Portanto, Elias (2000), em seu estudo intitulado *Os Estabelecidos e os Outsiders*, ao caracterizar a “aldeia” de Winston Parva e ao falar “*Da relação entre ‘família’ e ‘comunidade’*”, acentua que “[...] o curso efetivo dos acontecimentos assume seu significado e seu sentido, para os homens envolvidos nele, através da elevação ou da diminuição em um esquema prévio de autovalorização” (ELIAS, 2009, p. 209). Isso porque “O reconhecimento de que o valor do próprio grupo pode ser aumentado sem diminuir o valor de um outro grupo ainda não está muito difundido. E no entanto existem muitas maneiras de ganhar valor sem perda do valor dos outros” (ELIAS, 2000, p. 209).

Empregabilidade

O estudo constatou que 92,7% dos participantes estão trabalhando; e, para 51,2%, a formação recebida é compatível com os conhecimentos utilizados no trabalho e, para 36,6%, a referida formação é superior aos conhecimentos utilizados no trabalho; cerca de 40,2%, atua na cidade onde receberam a formação (Cachoeiro de Itapemirim) e 45,1% atuam em outras cidades do Estado. Há um equilíbrio no total de formalização tanto com vínculo empregatício em instituição privada, com carteira assinada (23,2%), quanto com vínculo efetivo no serviço público (25,6%) e contrato temporário no serviço público (25,6%); referentemente aos salários, 23,8% recebem de dois a três salários mínimos, 30% entre três e quatro salários mínimos e 20% cinco ou mais salários mínimos.

Essas constatações nos remetem às características de processo social trazido por Elias (2006). Segundo o autor, processos sociais mais longos permitem reconhecer, frequentemente e de modo bastante claro, a ruptura de um estágio do processo para outro mediante um decisivo deslocamento de poder. O autor ainda nos traz duas situações que bem exemplificam essa ruptura por meio dos surtos na industrialização: no primeiro, ascensão ao estágio da produção industrial com máquinas e do operariado industrial com

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





o declínio da produção artesanal e do artesanato; no segundo, ascensão ao estágio da produção automática guiada por computadores, robôs, etc., e dos respectivos grupos profissionais com o declínio da produção fabril anterior e das formas de prestação de serviços, assim como dos respectivos grupos profissionais.

Nessa direção, entendemos que a implantação e implementação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia constituem agentes colaboradores no percurso de expansão do ensino superior, cuja direção é estabelecida de acordo com a figuração da qual faz parte e os laços de interdependência que os ligam. Nessa busca por civilizar-se, veremos a seguir os dados referentes aos fatores que facilitam e dificultam a inserção do profissional formado nesse *campus* do Ifes, no mundo do trabalho.

Fatores que facilitam e dificultam a inserção no Mundo do Trabalho

Registramos como dificultadores a falta de oferta em algumas áreas (licenciatura em Informática) e a falta de experiência específica na área de formação, referentemente tanto à experiência profissional quanto à falta de prática no decorrer do curso. Entre os facilitadores, está a experiência profissional, bem como o alto nível na formação recebida no Ifes. Com suporte nessas constatações, cabe à instituição ofertante fazer as adequações necessárias nos currículos dos cursos, bem como a manutenção dos registros positivos em suas ações.

Diante de todo esse contexto gerado pelos dados coletados em campo, fazemos uma analogia aos estudos sobre a gênese da profissão naval realizado por Norbert Elias (2006). Na perspectiva eliasiana, profissões são funções sociais especializadas desenvolvidas pelas pessoas em resposta a necessidades especializadas de outros, conjuntos especializados de relações humanas cujo estudo da gênese constitui a análise dessas relações, conforme podemos verificar em suas palavras:

Todas as profissões, ocupações, ou qualquer que seja o nome que tenham, são, de uma forma peculiar, independentes, não das pessoas, mas daquelas pessoas em particular pelas quais elas são

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





representadas em uma certa época [...] É a situação de mudança de uma comunidade inteira que se criam as condições para o surgimento de uma nova ocupação e determina o curso de seu desenvolvimento [...] Descobertas científicas, inovações e o surgimento de novas necessidades humanas e de meios especializados para satisfazê-las são indubitavelmente fatores que contribuem para o desenvolvimento de uma nova profissão (ELIAS, 2006, p. 89).

No entanto, Elias (2006) acrescenta que as descobertas científicas e as novas necessidades só constituem uma nova profissão quando são integradas, assim “O surgimento de uma nova ocupação, portanto, não se deve a um desses dois fatores especificamente, mas à interação de ambos”. E completa esclarecendo-nos: “O ajustamento entre instituições e necessidades em sociedades em constante mudanças nunca é completo” (ELIAS, 2006, p. 90).

Facilitadores da Permanência

Referentemente a essa categoria de análise, mais de um terço dos respondentes informaram que o auxílio recebido fora decisivo para cursar a faculdade com mais tranquilidade, fato que pode ter influenciado 50% dos respondentes que afirmaram que o auxílio recebido tivera reflexo positivo no desempenho acadêmico. Assim sendo, para 81,8% dos ex-alunos, a assistência estudantil é um recurso essencial para democratizar as possibilidades de acesso e permanência no ensino superior. A deficiência de conhecimentos propedêuticos foi um forte dificultador, o qual foi superado com a união dos alunos por meio de formação de grupos de estudos, tendo a instituição participado, de forma isolada, de ações de atendimento aos alunos por parte dos professores, fato que nos faz questionar se as IES públicas estão preparadas pedagogicamente para atender o aluno trabalhador, o aluno cotista (social, racial e portador de necessidades específicas).

Esses dados nos remetem à análise que Elias (2006) realizou acerca da “tecnização dos transportes”, da qual fazemos uma analogia à grande expansão do ensino superior ocorrida no Brasil no que se refere à oferta de vagas. Com base nos estudos eliasianos,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





entendemos que a mudança radical no transporte de bens e pessoas foi uma das maiores e mais extensas mudanças científico-tecnológicas ocorridas nos séculos XIX e XX, mas foi necessário o estabelecimento de algumas regras (estabelecimento de velocidade máxima, sinalização com bandeiras vermelhas para os que viessem em direção contrária), para que se evitassem acidentes, tornando esse meio de transporte o centro de um longo processo de aprendizagem. Sob o aspecto sociológico, Elias (2006, p. 42) analisa o referido processo social com distintos períodos entre “[...] período de experimentação, de não-saber, de riscos e perigos [...] e outro de amadurecimento ou maturação [...]”, sendo relevante “[...] o fato de que a experimentação tecnológica normalmente anda lado a lado, desde cedo, com experiências relacionadas à organização social”.

Dessa forma, ao inserir nos bancos escolares da educação superior um público *Outsider* (ELIAS 2000), que precisa conciliar estudo/trabalho/família/limitações (físicas, culturais, econômicas), é sabido que esse processo de aprendizagem exige a criação de ferramentas para manter-se nesse processo. Afinal, como afirma Elias (2006, p. 47, grifo do autor), “O processo civilizador compreende *seres humanos* civilizando *seres humanos*”.

Considerações finais

Nessa confluência de estudar o percurso do egresso do ensino superior na figuração de uma instituição pública, reportamo-nos aos conceitos eliasianos que nos pautaram nesta análise: figuração, interdependência e processos sociais. Tendo por base o estudo de Elias (1994a), somos convidados a pensar sobre “Que tipo de formação é esse, esta ‘sociedade’ que compomos em conjunto, que não foi pretendida ou planejada por nenhum de nós, nem tampouco por todos nós juntos?”, pois, “[...] na vida social de hoje, somos [...] confrontados [...] se e como é possível criar uma ordem social que permita uma melhor harmonização entre as necessidades e inclinações pessoais dos indivíduos[...]” e “[...] as exigências feitas a cada indivíduo pelo trabalho cooperativo de muitos, pela manutenção e eficiência do todo social” (ELIAS, 1994a, p. 13). No entanto, Elias nos responde essa questão, ao dizer

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





[...] que as duas coisas só são possíveis juntas: só pode haver uma vida comunitária mais livre de perturbações e tensões se todos os indivíduos dentro dela gozarem de satisfação suficiente; e só pode haver uma existência individual mais satisfatória se a estrutura social pertinente for mais livre de tensão, perturbação e conflito (ELIAS, 1994a, p. 17).

“Mas a vida social dos seres humanos é repleta de contradições, tensões e explosões. O declínio alterna-se com a ascensão, a guerra com a paz, as crises com os surtos de crescimento”. E completa, ao dizer que “A vida dos seres humanos em comunidade certamente não é harmoniosa” (ELIAS, 1994a, p. 20) e que “Todas essas mudanças têm origem, não na natureza dos indivíduos isolados, mas na estrutura da vida conjunta de muitos. A história é sempre história de uma sociedade, mas “[...] de uma sociedade de indivíduos” (ELIAS 1994a, p. 45). Ademais, “[...] que os homens singulares formam entre si figurações de tipos diversos, ou que as sociedades não são nada mais que figurações de homens interdependentes [...]” (ELIAS, 2001a, p. 43) que “[...] designam processos [...]” (p. 45) que, ao se referirem a “[...] transformações amplas, contínuas, de longa direção [...] não aquém a três gerações de figurações formadas por seres humanos”, constituem processos sociais (ELIAS, 2006, p. 27-28).

Referências bibliográficas

ELIAS, N. A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

ELIAS, N. A Sociedade de Corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001a.

ELIAS, N. Escritos & Ensaios.1: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ELIAS, N. O processo civilizador: formação do Estado e Civilização. Tradução Ruy Jungmann; Revisão e apresentação Renato Janine Ribeiro. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

O TURISMO COMO PRÁTICA AUTOSSUSTENTÁVEL PARA COMUNIDADES RURAIS AMAZÔNICAS

Josiani Nascimento da Silva
PPGSCA/UFAM
josiliberdade@hotmail.com

Tathiana de Alcantara Macedo Daou
PPGSCA/UFAM
tathmac@hotmail.com

Dr. Gláucio Campos Gomes de Matos
PPGSCA/IFCHS/UFAM.
glauciocampos@bol.com.br

Resumo: O presente trabalho é um diálogo de parte de duas dissertações de mestrado desenvolvidas no Programa de Pós Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia/PPGSCA realizadas em comunidades rurais do Amazonas. O artigo tem por objetivo geral: Evidenciar comparações entre comunidades que desejam a inserção do turismo com as que efetivamente já consolidaram a atividade como alternativa econômica e autossustentável. O trabalho tem como suporte teórico a teoria de Norbert Elias que trata das boas maneiras, de comportamento, assim como as redes de interdependências que nos permitem entender como se sustenta esse turismo ou como poderá sustentar uma futura atividade turística na região.

Palavras chaves: Turismo, Comunidade rural, Diferencial Social

Abstract: The present work is a dialogue of two master 's dissertations developed in the Postgraduate Program Society and Culture in the Amazon / PPGSCA carried out in rural communities of Amazonas. The article has as its general objective: To show comparisons between communities that wish to insert tourism with those that have already consolidated their activity as an economic and self-sustaining alternative. The work is theoretically supported by Norbert Elias' theory of good manners and behavior, as well as networks of interdependencies that allow us to understand how tourism is sustained or how it can sustain a future tourism activity in the region.

Keywords: Tourism, Rural community, Social Differential

Introdução

Tem-se vislumbrado o turismo no Brasil como alternativa de renda para a população. Todavia a maneira como a atividade turística será inserida no contexto de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





cada realidade é deixada para um segundo plano. As políticas públicas voltadas ao turismo caminham cada vez mais para uma atividade aonde a comunidade seja a maior protagonista e consiga gerir as ações pertinentes ao processo.

Na prática, no entanto, não acontece dessa forma, as comunidades dependem em grande parte do auxílio técnico do poder público e organizações do terceiro setor.

A introdução do termo “desenvolvimento sustentável” ou “sustentabilidade” é a principal causa pela reestruturação das práticas tradicionais na comunidade Tumbira na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro no município de Iranduba/AM e o interesse da Comunidade São Francisco localizada na Costa da Terra Nova no município do Careiro da Várzea/AM, que busca incrementar o turismo como uma das atividades sócio-econômica.

O artigo tem por objetivo geral: evidenciar comparações entre comunidades que desejam a inserção do turismo com as que efetivamente já consolidaram a atividade como alternativa econômica e autossustentável, e os específicos: Descrever a ressignificação do espaço/tempo a partir da atividade turística vislumbrada e praticada pelas comunidades São Francisco no Rio Amazonas e Tumbira no Rio Negro; identificar as configurações existentes na comunidade Tumbira, diante a prática do turismo; discutir o potencial turístico na comunidade São Francisco para inseri-la nessa figuração econômica; analisar a dinâmica da hospitalidade comunitária em meio ao processo de transformação almejada e adquirida pelas comunidades.

A pesquisa é qualitativa com procedimentos etnográficos envolvendo trabalho de campo, entrevistas a informantes, descrição dos aspectos da comunidade *in lócus*, e teve o suporte teórico de Norbert Elias que trata das boas maneiras, de comportamento, assim como as redes de interdependências que nos permitem entender como se sustenta esse turismo ou como poderá sustentar uma futura atividade turística.

O turismo é uma das atividades da modernização contemporânea que privilegia relações típicas da sociedade de consumo ao transformar o lazer em mercadoria a ser consumida em viagens, pressupondo outros serviços. A inserção do turismo em comunidades rurais do Amazonas dá um novo significado a essa prática antes tida apenas

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





como capitalista. Do exposto podemos identificar que as atividades de turismo exigem de quem se beneficia dela um diferencial social quanto ao receber e tratar bem o turista. Por outro lado, dado as discussões ambientais vigentes, as criações de Unidades de Conservação, os mecanismos de controle, entre outros, tem interferido diretamente no modo de vidas dos residentes em comunidades rurais do Amazonas, limitando suas práticas de caça, pesca, extração de madeira, cipó e outros produtos da floresta. Diante a essa nova figuração civilizatória frente ao ambiente, tanto a nível nacional, quanto internacional, o turismo vislumbra, uma oportunidade de práticas autossustentáveis nas comunidades rurais amazônicas.

Turismo – uma atividade legal

Segundo Matos (2015), ao discutir a relação trabalho e lazer no Amazonas, afirma que dos sessenta e dois municípios do Estado, não há um que não tenha em seu calendário e cronograma anual, uma data seletiva para a realização de uma ou duas atividades miméticas, seja no que se refere a festas de padroeiras, festas envolvendo símbolos de produção agroflorestal ou hortifrutigranjeiro, seja festa de boi bumbá, pesca esportiva e tantas outras.

Para o autor, com a maior discussão ambiental vigente, os mecanismos de controle, as condicionantes para lidar com o ambiente, os moradores de comunidades amazônicas, cujo modo de vida há décadas se alicerça no extrativismo animal e vegetal, ficaram limitados na continuidade dessas práticas, importantes na qualidade de vida. Com a criação de reservas florestais, aqueles que viviam nessas áreas, anteriormente à reservas, ficaram, de certo modo, no dizer popular, ficaram de mãos e pés atados.

Para Matos (idem) o amazônida, conhecedor da região, poderia se apropriar desse conhecimento para mostrar o exótico, o paisagismo amazônico àqueles que vêm, em momentos de tempo livre e usufruindo do lazer, em busca de quebrar a rotina, de vivenciar prazerosas emoções, desobstruídos de obrigatoriedade (ELIAS e DUNNING, 1992).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





Essa perspectiva defende uma proposta auto-sustentável para as comunidades amazônicas, ao se apropriar do lazer e do turismo como uma atividade econômica, pois é conceituado na esfera do Governo¹⁹⁰, através do Ministério do Turismo, o turismo é entendido como: Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se turismo as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a 1 (um) ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”.

Para a Associação Internacional de Especialistas na Ciência do Turismo, entende-se que turismo é: “Conjunto de relações e fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora do lugar de domicílio, desde que tais deslocamentos e permanência não estejam motivados por uma atividade lucrativa.” (BARRETTO, 2003, p. 11).

A informação a seguir nos faz situa melhor diante do discutido, ao compreender que para fins de investimentos, como é demonstrado na notícia divulgada pelo Ministério do Turismo¹⁹¹:

“O Brasil registrou 5.071.788 desembarques internacionais no primeiro semestre de 2017, um aumento de 1,97% em relação ao mesmo período do ano passado. Em 2016, foram realizados 4.798.119 desembarques internacionais no País entre janeiro e junho.”

Na continuidade da reportagem vamos conferir:

“De janeiro a junho de 2017, foram 44.244.578 desembarques nacionais contra 44.531.676 nos primeiros seis meses de 2016. A diferença é de -0,64% no acumulado. Os dados de desembarques domésticos e internacionais consideram vôos regulares e não regulares e de passageiros residentes e não residentes no País.”

¹⁹⁰ LEI Nº 11.771, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008

¹⁹¹ <http://www.brasil.gov.br/turismo/2017/09/brasil-registra-mais-de-cinco-milhoes-de-desembarques-internacionais-no-1o-semester>.



Diante ao exposto, as questões ambientais e as limitações impostas pela legislação, é interesse de comunidades amazônicas se apropriarem do turismo como uma atividade econômica, a exemplo da aqui pesquisadas.

São Francisco da Costa da Terra Nova – breve olhar

A comunidade São Francisco está vinte e cinco minutos, em barco, de Manaus, capital do Estado do Amazonas. Em suas rotinas, seus moradores desenvolvem atividades de pesca, agricultura, pecuária e não menos, em tempo livre, jogam bola. Para o estabelecido, é um espaço de morada e atividades para se viver. No olhar do outsider se destaca pelos atrativos naturais potencialmente propícios à atividade turística. Sua proximidade com a capital do Amazonas facilita o acesso por parte dos visitantes o que vem despertando o interesse de alguns moradores em trabalhar com a atividade turística.

A busca documental e a pesquisa de campo possibilitou identificar que já houve expressão turística no local nas décadas de 70 e 80, reflexos da atração que a criação da Zona Franca de Manaus, em 1967, exerceu sobre os turistas brasileiros interessados no chamado turismo de compras. Já ocorria um fluxo turístico estrangeiro para a região, no entanto, é na década de 70 com o surgimento de grandes empresas voltadas para o setor que o turismo ganha maior relevância, possibilitando o início dos roteiros turísticos.

Um importante atrativo da época era o Lago Janauari, seguido pela Costa da Terra Nova, que oferecia o encontro com a comunidade e o conhecimento da vitória-amazônica, as trilhas na floresta, da seringueira, que segundo Matos (2015) o estabelecido, em seu conhecimento, destaca no universo botânico da floresta para o outsider apreciar, a árvore que fez surgir no centro da floresta a *belle époque*. A árvore que foi sangrada por muitos homens e fez muitos homens e mulheres sangrarem sustentando o poder de outros.

Nessa particularidade amazônica, constituída de várzea e terra firme, o paisagismo se expressa aos olhos do visitante e chama atenção dos moradores da

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





comunidade para o empreendedorismo turístico, pois os mesmos tem como referência a comunidade Tumbira, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável, que vem se destacando com essa atividade.

São Francisco encontra-se assim numa fase “pré-turismo”, já que possui potencialidade turística no que tange aos atrativos naturais, mas ainda precisa da consolidação de alguns elementos para o surgimento da atividade, tais como: planejamento turístico, apoio da prefeitura, coesão comunitária, padrões de higiene e hospitalidade compatíveis com os almejados pelos visitantes, parceria com empresas privadas, marketing do destino e apoio do terceiro setor.

Se discute, no contexto da comunidade para a incrementação do turismo como atividade autossustentável, acordo de pesca, manejo do jacaré e implantação de RDS, e traçar um roteiro envolvendo o Lago dos Reis, barcos do município, casas de alguns moradores próximos ao Lago dos Reis e circuito de artesanato.

Assim como a comunidade São Francisco, outras comunidades tradicionais ribeirinhas do Amazonas vêm demonstrando interesse em fazer parte de unidades de conservação a fim de adquirirem benefícios tanto dos governos como de ONGs, visto que, há um forte apelo ambiental de desenvolvimento dessas áreas. No entanto, essas comunidades que anseiam por transformarem seu território um espaço de domínio público seja municipal, estadual ou federal desconhecem as regras exigidas para permanência no seu local de origem, principalmente em suas práticas tradicionais, importantes na manutenção da qualidade de vida. É o que será contextualizado a seguir através da experiência da comunidade Tumbira inserida em uma Unidade de Conservação e a prática do turismo.

Comunidade Tumbira – um turismo se consolidando

No contexto da atual discussão ambiental e influenciado pelo ideal internacional de criação de áreas de preservação ambiental, a exemplo do Parque Nacional de Yellowstone, criado em 1872, nos Estados Unidos. Nessa discussão mundial surge a ECO

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





92, o Protocolo de Quioto em 1997 entre outros, o Brasil tem sido influenciado, adotando e incrementando a política de criação de reservas florestais, com um adendo de fundamental importância para as reflexões a seguir, que a implantação de reservas foi em áreas onde comunidades amazônicas já existiam por mais de quarenta, cinquenta anos. Isso é importante realçar, pois no modo de vida nas comunidades envolvidas pelas reservas, se destacava, para fins de manutenção da vida, as atividades, segundo Matos (2015), em ambiente terrestre e aquático, com a prática do extrativismo animal (caça e pesca) e vegetal (extração de madeira, cipó, palha etc), e a prática da cultura itinerante (derrubada, queimada e plantio).

Existem dois tipos de Unidades de Conservação: as de Proteção Integral e as de Uso Sustentável. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/2000), as Unidades de Proteção Integral tem como objetivo básico, preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em lei. Encaixam-se nessa categoria: Estação Ecológica, Reserva Biológica (REBIO), Parque Nacional (PARNA), Monumento Natural, Refúgio de vida silvestre. Já as Unidades de Conservação de Uso Sustentável tem como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Nessa Unidade destacam-se as seguintes categorias: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (estadual ou municipal), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna, Reserva Particular do Patrimônio natural (RPPN), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Sendo esta última categoria inserida na margem direita do Rio Negro onde está localizada a comunidade Tumbira.

Nesse entendimento, houve a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro e os indivíduos que habitam essas áreas foram submetidos a normas e regras criadas pelo Estado para manter o controle sobre suas ações em relação à utilização recursos naturais que os cercam. Muito embora o Estado não tenha recursos suficientes para monitorar e fiscalizar as áreas delimitadas. O que permite ao comunitário, inserido em figurações ampliadas e redes invisíveis de consumidores (MATOS, 2015),

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO



Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





desenvolver práticas não permitidas pelo plano de gestão da unidade. Com isso, muitas manifestações antes tidas como culturais, práticas comuns entre os comunitários, transformam-se em atitudes ilegais sujeitas a punições como: extração da madeira, caça de animais silvestres e etc.

Cientes das regras de convivência na RDS, dado aos mecanismos de controles instalados nas comunidades, é possível identificar algumas atitudes, antes tidas como culturais, atualmente vistas como vergonhosas. Práticas tradicionais presentes principalmente na alimentação herdadas pela cultura indígena como, por exemplo, comer animais silvestres como tracajá (quelônios), paca, cutia, queixada (tipo de porco que vive no mato) deixam as comunidades intimidadas pelo simples fato de pensarem que estão fazendo algo ilegal. A extração de madeira sem plano de manejo, quando flagrado por seus pares, geram tensões na comunidade, pois não se trata apenas de usufruir dos recursos naturais, mas infringir as regras postas. Isso nos remete a reflexão que Johan Goudsblom (2009), faz quanto ao sentimento de vergonha quando diz que as ocasiões para a vergonha são situações de interação social nas quais as pessoas olham para trás com pesar porque sentem que foram ‘pegas’ fazendo (ou não fazendo) algo que elas pensam que poderiam (ou não poderiam) ter feito.

Com a implementação da RDS do Rio Negro, vários programas e projetos foram criados em parceria entre Estado, instituições privadas e terceiro setor, que, diga-se de passagem, trazem em seu bojo, implicitamente e explicitamente, regras específicas de convivência com ambiente a partir de ideologias de quem é de fora. Trata-se de uma estratégia de redirecionar o comportamento dos comunitários frente ao ambiente em que vivem, assim como controlar suas ações.

Tais projetos vão transformando no interior das comunidades amazônicas a diferenciação social, Matos (2015). O conhecimento adquiridos através dos projetos desenvolvidos nas comunidades, vão moldando o caboclo ribeirinho para a nova configuração em que está inserido. É pertinente conceber de como o processo civilizador abafou, se assim pode ser entendido, a cultura local, desencadeou comportamentos civilizatórios ao molde ocidental (MATOS, 2015, p. 42).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Com a criação da reserva as famílias tiveram que buscar alternativas de renda como o artesanato e o turismo. Atualmente a comunidade conta com duas pousadas, uma casa de artesanato que armazena os produtos dos artesãos para exposição aos turistas. A atividade turística vem despertando interesse em outras famílias em oferecer serviços de hospedagem, trilha e que timidamente estão iniciando na atividade.

O turismo mudou a territorialização da comunidade, a relação com o espaço ganhou um novo sentido. Nunca antes se debateu tanto sobre meio ambiente e sustentabilidade, os conceitos adentraram as comunidades por meio de instituições e Organizações Não Governamentais/ ONGs. Novas alternativas se configuram em um novo cenário construído através da atividade de turismo.

Incorporar aspectos que tornem a produção sustentável pode ser visto como mais um diferencial para agregar valor ao produto. Serviços e produtos que englobam o conceito de sustentabilidade, sob seus diversos elementos (social, econômico e ambiental), faz com que sua compra beneficie uma comunidade, o meio ambiente e busque o equilíbrio ao longo de toda cadeia de fornecimento.

A introdução do termo “desenvolvimento sustentável” ou “sustentabilidade” é a principal causa pela reestruturação das práticas tradicionais na comunidade Tumbira. Bezerra e Bursztyn relacionam esses termos como processo de aprendizagem:

O desenvolvimento sustentável é um processo de aprendizagem social de longo prazo, que por sua vez, é direcionado por políticas públicas orientadas por um plano de desenvolvimento nacional. Assim, a pluralidade de atores sociais e interesses presentes na sociedade colocam-se como um entrave para as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável (BEZERRA e BURSZTYN, 2000).

O processo de aprendizagem leva um tempo até a internalização dos novos modos de praticar atividades passadas de geração em geração. Pois o trabalho na vida das comunidades configura-se como expressão cultural em seu cotidiano. Com isso pressupõe-se que o início das mudanças não foram harmoniosas. Para Carla Canepa “o desenvolvimento sustentável caracteriza-se, portanto, não como um estado fixo de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





harmonia, mas sim como um processo de mudanças, no qual se compatibiliza a exploração de recursos, o gerenciamento de investimento tecnológico e as mudanças institucionais com o presente e o futuro.” (CANEPA, 2007).

Com o incremento do turismo, as atividades cotidianas das comunidades transformaram-se em lazer para os turistas e isso sustenta a manutenção do paisagismo natural, gerando mudanças de comportamento em prol do ambiente. Para (CORIOLANO, 2014, p. 318) o lazer é necessidade básica; o turismo não; passou a ser por indução do modelo econômico. Entende-se o turismo como um tipo de lazer que exige deslocamento e consumo. O lazer pode ser realizado sem consumo. Contudo, o turismo passou a ser rota de lazer para os turistas que visitam comunidades ribeirinhas do Amazonas.

A convivência com a interferência dos atores externos é desafiador para a comunidade e o turismo vislumbra uma alternativa socioeconômica e ambiental para qualidade de vida desses amazônidas.

Considerações Finais

O estudo revela que os benefícios advindos com a criação das unidades de conservação vêm entusiasmando outras comunidades amazônicas a pertencerem a determinadas categorias de UC, como é o caso da comunidade São Francisco. No entanto, comunidades como a São Francisco desconhecem as regras de controle do Estado sobre os recursos naturais. Tanto a inserção da atividade turística quanto a criação de unidades de conservação requer um reordenamento do território que deixa de ser da comunidade e passa a ser de domínio do Estado e como tal estipula normas e regras aos moradores inseridos neste contexto.

A comunidade Tumbira é um exemplo das configurações advindas com as novas formas de utilização dos recursos naturais transformando práticas tradicionais em novos modelos de trabalhos. Ao analisarmos a atual figuração da comunidade observamos que a atividade de turismo se destaca por se tratar de uma ocupação econômica relativamente recente, em consequência da criação da reserva, situação desconhecida pela mesma.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Portanto, no curso do processo civilizador, se nota uma maior sensibilidade frente ao ambiente e a tomada de providências para amenizar os impactos ambientais providos da ação do homem, implicando diretamente no modo de vida de comunidades amazônicas. Dessa forma, vislumbra-se no turismo e não menos nas atividades de lazer, uma alternativa socioeconômica que venha atender as necessidades de amazônidas para manutenção da qualidade de vida.

Referências bibliográficas

BEZERRA, M. C. L.; BURSZTYN, M. (coord.). Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: Consórcio CDS/ UNB/ Abipti, 2000.

CANEPA, Carla. Cidades Sustentáveis: o município como lócus da sustentabilidade. São Paulo: Editora RCS, 2007.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. O turismo e a relação sociedade – natureza: realidades, conflitos e resistências. Fortaleza: EdUECE, 2014.

ELIAS, N., O processo civilizador – uma história dos costumes (vol. 1), Rio de Janeiro: Jorge Zahar.I, 1994

_____. Introdução à Sociologia, tradução: Maria Luísa Ribeiro Ferreira, Lisboa: Edições 70 Ltda, 2008.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. A busca da excitação. Lisboa: Difel, 1992.

MATOS, G. C. G., Ethos e Figurações na Hinterlândia Amazônica. Manaus: Valer, 2015.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

CABOCLO: FORMAÇÃO SOCIAL, ETHOS E FIGURAÇÕES

Jozias Benfica da Silva
Universidade Federal do Amazonas
josias.bf@hotmail.com

Prof. Dr. Gláucio Campos de Matos
Universidade Federal do Amazonas
glauciocampos@bol.com.br

Resumo: O artigo é parte da dissertação de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia/UFAM. Pesquisa de campo e revisão bibliográfica, tem como objeto apresentar a constituição histórica do homem amazônico designado de caboclo como resultante da formação sociocultural amazônica. Destaca-se sua estrutura de classes e a representação dos grupos que a compuseram nesse percurso, desde a colonização até a contemporaneidade, mostrando que o seu ethos - modo de vida - está intimamente ligado ao curso do processo civilizador e as figurações às quais se inserem. Assim, optamos por uma abordagem processual e figuracional proposta por Norbert Elias e seu intérprete no Amazonas Gláucio Matos.

Palavras-chave: Caboclo. Ethos. Figurações.

Abstract: The article has as object present the historical Constitution of man designated Amazonian caboclo as a result of cultural and social training. Highlight your class structure and representation of groups that composed in this way, since the colonization until contemporary times, showing that the ethos-your way of life is closely linked to the actions of the civilizing process and figurations which fall. Thus, we chose a procedural figuracional methodological approach proposed by Norbert Elias and your interpreter in the Amazon Gláucio Matos.

Keywords: Caboclo. Ethos. Figurations.

Introdução

Para entendermos como se constituiu historicamente esse indivíduo designado e pouco se autodefinido de caboclo é necessário verificar o processo de formação do homem amazônico e antes de tudo mergulhar na história de ocupação da Amazônia para podermos chegar a esse fruto da confluência de sujeitos sociais distintos formados por ameríndios, negros, nordestinos, europeus de diversas nacionalidades (portugueses, espanhóis, holandeses, franceses, ingleses) e também asiáticos (judeus, sírio-libaneses, japoneses) que inauguraram novas e singulares formas de organização social nessa

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





imensa vastidão dos trópicos amazônicos. Com diferentes matrizes geradoras, marcada por dinamismos e sincretismos singulares, a formação social amazônica foi fundamentada historicamente em formas de trabalho extrativo, geralmente acompanhado em tipos variados de escravismo ou servidão.

No rio Negro isso se deu inicialmente com amparo legal, sob o argumento das expedições de resgate de tornar o preso livre das ameaças da antropofagia, desenvolvendo-se posteriormente para troca ou compra (RAMOS, 2004 p.244). Depois os seringueiros da floresta que sofreram numa servidão contínua nas mãos dos coronéis de barranco. Mais recentemente essa forma de servidão se deu com os caboclos piaçabeiros e os piabeiros pescadores de peixes ornamentais que explorados pelos patrões sofrem pelas más condições de trabalho e pelo endividamento sem fim, ao serem inseridos na figuração do aviamento. Este trabalhador acostumou-se à sua própria condição de vida e não encontra forças para mudar, preferindo continuar atolado em dívidas (REIS, 2007 p. 36).

O processo de constituição do caboclo gerou novas relações de poder estabelecidas nesses eventos de formação social do caboclo da Amazônia. Logo, tudo está em processo e nele nos situamos ou somos parte dele (ELIAS, 1980). Desse modo, o desenvolvimento histórico da região amazônica provocou também a mudança no ethos desse indivíduo. Homens e mulheres da Amazônia estabelecem novas estratégias e a partir de condições objetivas garantem sua vivência. Surgem, portanto as novas figurações¹⁹² que orientam os homens para o capitalismo, para o socialismo, para as ações ecológicas, para a subsistência, sustentabilidade ou predação (MATOS, 2015 p. 19).

FORMAÇÃO SOCIAL DO CABOCLO

Analisando a distinção de cada tipo regional no Brasil notamos sua estreita ligação com a geografia, com a história da colonização e com as origens étnicas da população.

¹⁹² Por figuração, segundo Norbert Elias (1980) é entendido as redes de interdependências funcionais que ligam expressamente os seres humanos.



Nesse sentido, o caboclo é reconhecido pelos brasileiros em geral como o tipo humano característico da população rural da Amazônia (LIMA, 2009 p. 6). Ele resulta da combinação de tipos raciais que estão relacionados à história de ocupação da Amazônia. Além do Diretório dos índios e a grande corrente migratória e imigratória provocada pelo rush da borracha também trouxe outros tipos humanos como os cearenses nordestinos, que fugiram do flagelo da seca nordestina.. Além dos portugueses e outros europeus já estabelecidos, vieram também judeus, sírio-libaneses, japoneses que foram se espalhando entre as capitais e demais cidades do interior da Amazônia. Temos aqui um quadro com vários atores que participaram ativamente da formação social desse caboclo da Amazônia.

O Diretório dos Índios

O Diretório dos índios foi uma legislação indigenista criada na segunda metade do século XVIII que subsidiava jurídica e politicamente as estratégias para a regulamentação das relações entre a sociedade colonial e os povos indígenas. Como tradutor e aglutinador de um conjunto de medidas que estavam em execução no norte da América portuguesa desde o início da década de 1750, o Diretório Pombalino ou simplesmente Diretório dos Índios pretendia impor as regras civilizatórias pela disciplinarização do tempo e do comportamento.

Tornou-se necessário, diante da nova configuração, regular a liberdade concedida aos índios e encaminhá-los para os fins almejados – torná-los habitantes estáveis das diversas povoações coloniais e agentes produtores das riquezas esperadas. A teoria dos processos civilizatórios, defendida por Norbert Elias, suscita aqui entre outras questões: explicar as formas de controle social. Todas essas relações estabelecem uma percepção sobre o comportamento, suas alterações e a influência do poder enquanto regulador das condutas individuais e coletivas. Eis, que a noção de poder em Elias (1980) condiz com um atributo das relações sociais, ou em outras palavras, é resultado do contato entre indivíduos, e de suas ações nos mais variados campos, seja no plano social, no econômico, no político, no cultural, etc. O Diretório promovia a integração do índio à sociedade

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





colonial e a sua transformação em um trabalhador ativo. Isso segundo Matos (2015) impulsiona consequências nas estruturas da personalidade (psicogênese) e na estrutura social (sociogênese) dessas sociedades indígenas, que até o momento vem causando verdadeira aflição no interior desses grupos étnicos.

Nesse contexto os descimentos¹⁹³ que eram importantes para o aporte populacional das Vilas e Lugares fizeram com que muitas das chefias mantivessem sua condição original, ainda que significativamente alterada pelas novas figurações existentes na sociedade colonial. Verificamos aqui por meio de uma reflexão eliasiana as relações de poder descritas por Elias e Scotson sob a lógica da configuração social que estabelece as relações de interdependência verificadas nessa questão do Diretório.

Na obra os Estabelecidos e os Outsiders, esses sociólogos discorrem acerca das normas de socialização de uma pequena comunidade na Inglaterra mostrando a vida cotidiana daquela comunidade, as pessoas categorizam umas às outras e respondem a essa categorização com diferentes tipos de interação, a depender de seu conteúdo favorável ou desfavorável. Sendo esse fator comum, o indivíduo aprende a prever a qualificação que receberá e ver-se nesses termos, no que se denomina sua autoimagem, representativa de como ele se percebe (ELIAS; SCOTSON, 2000). Aqui os índios (estabelecidos) tiveram suas posições de chefia valorizadas pela política do Diretório, por outro lado os colonos (outsiders) recém-chegados vislumbravam o casamento com as índias para mais tarde gozar dos mesmos privilégios dos líderes indígenas e por fim subjuga-los, que se configura uma estratégia para o monopólio de poder.

Em tudo isso se pode ver ações que resultarão na miscigenação e no novo modo de viver e pensar do caboclo resultado desse contato interétnico. Por outro lado, num olhar mais distanciado, no curso desse processo, não houve romantismo, mas um surto descivilizatório na região:

¹⁹³ Os descimentos eram expedições, inicialmente não militares, por meio das quais, os missionários convenciam os índios através da retórica a descerem de suas aldeias para se juntarem a novos aldeamentos. Segundo Mário Ipiranga (2016) os descimentos disfarçavam a impune e solerte subtração do arbítrio do natural.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





O surto descivilizatório ocorrido no Amazonas, parte do pressuposto de que, com consentimento de uma classe social, homens e mulheres ditos civilizados fizeram outros homens de escravos, espoliando-os, usando de sua força motriz, beneficiando-se de seu conhecimento e causando a morte de muitos - crianças, jovens, adultos, independentes de serem homens ou mulheres. (MATOS, 2015, p. 198)

Essa mestiçagem se processou gradativamente. Nesse caldeamento um tipo de gente surge e se harmoniza com os mesmos processos de mestiçagem e caldeamento do tipo brasileiro: homem simples, bom, inteligente e forte. Um homem para o futuro harmonizado com o espaço social (ARAÚJO, 2003 p. 97)

A chegada dos Africanos, Judeus, Árabes e Japoneses

A contribuição africana foi bem pequena na Amazônia, mas marcante. Esse grupo humano sofreu uma migração involuntária, pois foram capturados e trazidos para o Brasil especialmente entre os séculos XIV e XIX. Nesse período desembarcaram no Brasil milhões de negros africanos que vieram para o trabalho escravo. Estes trabalharam marcadamente no cultivo da cana-de-açúcar e café. Desses escravos poucos chegaram à região amazônica sua concentração foi maior no nordeste brasileiro. Dos que aqui chegaram podemos fazer um balanço, em especial para a província de São José do Rio Negro onde percebemos que no seu cotidiano os escravos exploraram seus momentos de autonomia, relativa é claro, e fizeram destes um direito. O casamento (no caso da Amazônia muito frequente entre negros africanos e negros da terra), as relações sexuais, o nascimento de um filho foram expressões significativas desses momentos (SAMPAIO, 2011, p.196). Alguns descendentes de escravos chegaram posteriormente formando comunidades quilombolas. Estes materializaram o sentido de liberdade, o direito à terra, a configuração de uma territorialidade, a afirmação de pertença e identidade (SAMPAIO, 2011, p.198).

Quanto aos judeus chegam à Amazônia por volta de 1810, oriundos do norte do Marrocos, África, onde viviam agrupados em guetos (Melahs) nas cidades de Fez,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Tanger, Tetuan, Casablanca, Rabat e Marrakesh. Trazidos por questões diversas como: perseguições, fome, discriminação; e fatores políticos do Brasil na época, como a Abertura dos Portos, Tratados de Aliança e Amizade, fim da inquisição, liberdade de culto (de forma discreta, em locais que não se assemelhassem a templos) e a Abertura do Rio Amazonas à navegação estrangeira. (PECHER, 2010, p.02).

A Constituição de 1891 aboliu a união da Igreja com o Estado e instituiu o princípio da plena liberdade de culto. Esse foi um grande incentivo para que os judeus continuassem emigrando para a região, pois a nova constituição permitiu que as sinagogas saíssem da clandestinidade para se organizarem (BENCHIMOL, 1999, p. 264).

Segundo a tradição bíblica os Judeus não poderiam se casar com os chamados gentios (não judeus). Porém, apesar da proibição, observou-se uma pequena, mas importante contribuição judaica no processo miscigenador. Com uma presença de mais de 200 anos na região, vieram, à duras penas, reconstruir suas vidas em um mundo vasto e de oportunidades e, mesmo com inúmeras crises, nunca desanimaram, contribuindo na formação cultural e social da Amazônia. O grupo étnico judaico na Amazônia é multicolorido na sua tez, desde branco (leucodermo) até mulato (faiodermo), devido à assimilação e a miscigenação com os povos aqui encontrados, tanto nativos e caboclos, dando origem ao Judeu Caboclo ou ao Caboclo Judeu, como imigrantes europeus e árabes, nestes duzentos anos de convívio saudável (PECHER, 2010 p.2).

Quanto aos outros imigrantes asiáticos chegaram por volta do século XIX. O governo brasileiro promoveu a entrada de um grande número de imigrantes da Ásia e até a primeira metade do século XX cerca de quatro milhões de imigrantes dessa parte do planeta desembarcaram no Brasil. Dentre esses grupos humanos destacam-se, sírios, libaneses e japoneses. Cada um trazendo consigo identidades culturais extremamente importantes para o nosso país e em especial para a Amazônia, milenares culturas herdadas de seus antepassados. Fugindo dos conflitos étnicos e religiosos, como o massacre de cristãos em 1861 no Líbano. Estabeleceram-se principalmente em Manaus em torno do mercado Adolpho Lisboa, cuja área ficou conhecida como reduto dos árabes. Outros se tornaram regatões viajando os rios amazônicos levando produtos para troca

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





principalmente com o látex, tornando-se séria ameaça aos seringalistas, pois concorriam com estes oferecendo mais vantagens aos seringueiros. Dessa forma, os árabes sírio-libaneses contribuíram para a economia e miscigenação na Amazônia estabelecendo-se em Manaus, Belém, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá (BAZE, 2010 p. 45).

No que se refere à imigração japonesa na Amazônia, esta foi iniciada 21 anos depois da vinda dos primeiros imigrantes do Kasato Maru, cujo centenário foi comemorado em 18 de junho de 2008. Os primeiros colonos vieram para Tomé-Açu (1929), no Estado do Pará e, em Maués (1930) e Parintins (1931), no Estado do Amazonas. Eles introduziram o cultivo da juta nas várzeas amazônicas, como em Parintins, atingindo o seu apogeu na década de 1960, participando com 1/3 do PIB do Estado do Amazonas. A pimenta-do-reino, nas áreas de terra firme do Estado do Pará, chegou a participar com mais 35% do valor das exportações na década de 1970. Estas duas culturas marcaram uma fase na economia da Amazônia com grandes repercussões sociais, políticas e ambientais (HOMMA, 2009, p. 119).

Esse cruzar interétnico promoveu uma grande riqueza cultural na Amazônia e o aparecimento do caboclo. Por esse motivo encontramos inúmeras manifestações socioculturais refletidas na vida desse ser da Amazônia: linguagem, costumes, comportamentos, pratos típicos, crenças e vários outros aspectos que foram incorporados à cultura amazônica por esses povos de além-mar.

Os Nordestinos

A formação sociocultural da Amazônia sofreu um impacto considerável partir da descoberta do processo de vulcanização da borracha. A partir de 1877, que se vivenciou o primeiro movimento migratório para a Amazônia, motivado principalmente pelas secas que assolavam o nordeste brasileiro. A chegada dessa grande massa humana na região mudou sobremaneira a configuração sociocultural da Amazônia.

Em 1960 já eram cerca de 500.000 nordestinos que vieram fazer a Amazônia, representando o maior movimento humano das migrações internas da história brasileira,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





superado somente pela migração pau-de-arara para São Paulo (BENCHIMOL, 1999 p. 155). Após 1944 a chuva voltou a cair no sertão. Alguns milhares desses nordestinos regressaram tão pobres ou mais pobres, doentes, desiludidos, cheios de filhos (BENCHIMOL, 1999 p.167). Mas alguns resolveram permanecer e encarar a vida nos trópicos. Foi o início da explosão demográfica na Amazônia. Alguns com vocação agrícola ocuparam as várzeas do Solimões do rio Amazonas, outros se localizaram em seus sítios e roçados se fixando definitivamente. Outro grupo regressou à capital Belém ou Manaus iniciando o processo de favelização na periferia dessas cidades.

O CABOCLO EM SEU ETHOS E FIGURAÇÕES

O caboclo que habita a Amazônia configura como parte indissociável que reside no âmago da natureza e sua história na região revelam os traços configurativos da sua identidade. Assim, adentrar ao universo identitário dos povos amazônicos implica considerar ambiguidades e caminhos que se entrecruzam e se contrapõem no campo da emancipação social e política.

Na verdade esses homens não vivem isolados no tempo e no espaço, pelo contrário, sempre estabeleceram relações de trocas materiais e simbólicas entre si, com as comunidades vizinhas e com os agentes mediadores da cultura, entre o mundo rural e o urbano e também de forma global. Ou seja, há uma relação interna e externa do grupo (MATOS, 2015 p. 23). A ideia de que esses povos sustentam um modo de vida estritamente tradicional não deve ser considerada, tal como se vivessem de modo estático e congelado. Suas manifestações culturais e sociais também se expandem pelo mundo, assimilando algumas práticas e rejeitando outras.

Encontramos etimologias diferentes para o termo caboclo e aqui registramos duas. A primeira deriva do tupi **caa-boc**, que quer dizer: *o que vem da floresta*. No Dicionário de Aurélio encontramos outra interpretação **kari'boka**, que significa *filho do homem branco*. É importante notar que o termo caboclo está associado a vários contextos e parâmetros de classificação. Utilizamos aqui a especificação o termo caboclo como uma

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO





categoria social constituída num processo histórico de acordo com Lima (2009). É importante frisar a natureza conceitual do termo, pois existe o perigo de tomar-se o termo caboclo como uma identidade e desse modo vão surgir fronteiras absolutas para um grupo social que não é encontrado na vida real. Ao contrário, o termo caboclo deve ser entendido como uma categoria geral de referência e identificação (LIMA, 2009, p.8).

Para compreendermos o caboclo é necessário desvendar seu cotidiano, considerar o contexto contraditório no qual estão inseridas suas manifestações e práticas culturais. É preciso perceber que, para além da paisagem natural, harmônica e romântica, há paisagens socialmente construídas repletas de contrastes e contradições desenhadas pelo processo civilizador. As relações humanas vão sendo permeadas por comportamento, emoções conhecimento e poder. Alguns emergiram da floresta e outros foram para “dentro dela”, providos de conhecimento, repugnância e vergonha como marca do processo civilizacional (MATOS, 2015 p. 50). Esse grupo social que habita a Amazônia desenvolveu um singular *modus vivendi*, transmitindo seus costumes e práticas culturais de geração em geração. Palavras, gestos, cada pedacinho dessa gente e de seus lugares, quase invisíveis, foram-se acumulando, revelando uma forma singular de vida.

Diante das transformações desse fluxo histórico, foram-se definindo povoados, rotas, habitus, identidades. Em face às misturas ocorridas nesse vasto território cortado pelas veias da planície emergiram diferentes tipos sociais, trabalhadores que, diante das condições mais adversas, inventaram e reinventaram formas de sobrevivência, adaptaram-se passiva e ativamente às sutilezas complexas dos seus múltiplos ecossistemas. A alteração na composição étnica da região fez surgir não só novos tipos sociais, frutos da mistura social, cultural e racial, mas também um novo estilo de vida. Notamos aqui as chamadas práticas socioculturais - ethos amazônico. O ethos aqui observado passa pelo cultivo do solo, plantio da mandioca, criação de boi, extrativismo animal e vegetal, caça, pesca e atividades miméticas, dentre outros (MATOS, 2015 p. 51).

Entretanto, o curso do processo civilizatório muito interferiu na cultura e modo de vida indígena, mas o resultado não foi plenamente alcançado, não apagou sua essência. Esse amazônida ainda permanece imbuído da identidade dos nossos mais antigos

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



CA P E S



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO



GOVERNO DO ESTADO



PPEdu UEL



FÁBRICA

Idéias criativas



ancestrais — os ameríndios. Não se sabe, porém até onde esse processo, cego segundo Elias, irá nos levar.

O fato é que caboclo continua a desenvolver suas práticas socioculturais e está intimamente ligado à água e a terra aplicando diariamente todo o seu etnoconhecimento¹⁹⁴ e interagindo com o meio ambiente. De sorte que onde há terra e floresta, onde há terra e área cultivada, onde há rios, lagos, cabeceiras e igarapés, o amazônida mostra seu ethos que não se resume ao trabalho, mas ao não trabalho (MATOS, 2015, p.58).

Conclusão

Do exposto podemos concluir que o amazônida construiu e constrói suas concepções e seu *ethos*; a cada novo momento, desse cenário complexo, renasce a esperança de dias melhores, seja relacionado à sustentabilidade quanto a exploração de produtos da floresta ou da ictiofauna, condições de habitação, escolaridade, saúde, renda etc. Acompanhado disso os processos sociais e as figurações ampliadas vão trazendo as transformações tornando o homem cada vez mais interdependente em um planeta, também, mais integrado.

Há necessidade de que o processo civilizador ocidental caminhe na direção de maior sensibilidade à natureza e ao ethos do caboclo da Amazônia. O empoderamento, por meio de maior nível de conhecimento, permitirá escapar da posição marginal social que por muito tempo esteve, isto é, à beira das colocações de piaçava, à beira das estradas, às margens dos rios, à espera dos novos projetos de desenvolvimento que não os consideram como sujeitos portadores de história; essa preocupação se faz para evitar serem renegados às consequências e resultados do processo histórico de colonização e desenvolvimento na identidade da população local.

¹⁹⁴ Etnoconhecimento é segundo Nascimento (2013) os saberes, tradições (cultura) passadas de geração a geração nas comunidades tradicionais, aprendidos com a vida cotidiana e a interação direta com o meio que os cerca e seus fenômenos naturais.



Referências bibliográficas

- ARAÚJO, André Vidal de. Introdução à Sociologia da Amazônia. Editora Valer, Manaus, 2003.
- BAZE, Abrahim. Os libaneses e a Amazônia. Artigo, Manaus, 2010. Acesso em: 12 abr. 2018.
- BENCHIMOL, Samuel. Amazônia - Formação Social e Cultural. Manaus: Editora Valer/Editora da Universidade do Amazonas, 1999.
- COELHO, Mauro Cezar. Do Sertão para o Mar – Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798). Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, 2006.
- ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.
- ELIAS; SCOTSON, J. Os estabelecidos e os outsiders. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.
- ELIAS, Norbert. Conceito de Civilização In: Escritos e Ensaio 1. Estado, processo, opinião pública. Organização e representação. Frederico Neiburg e Leopoldo Waizbort. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.
- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Os japoneses na Amazônia e sua contribuição ao desenvolvimento agrícola. Somanlu, ano 9, n. 1, jan./jun. 2009.
- LIMA, Débora de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo. <http://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/107>. Acesso em: 17 jun. 2018.
- MATOS, Gláucio Campos. Ethos e figurações na hinterlândia amazônica. Manaus: Editora Valer/Fapeam, 2015.
- MONTEIRO, Mário Ypiranga. História da Cultura Amazonense: I e II. – Manaus: Fundo Municipal de Cultura, 2016.
- NASCIMENTO, Maria das Graças. Migrações nordestinas para a Amazônia. Revista de educação, cultura e meio ambiente- Dez.-Nº 12, Vol II, 1998.
- NASCIMENTO, G. C. C. (2013). Mestre dos mares: O saber do território, o território do saber na pesca artesanal. In F. A. Cananéa (Ed.), Sentidos de leitura: Sociedade e educação (pp.57-68). João Pessoa: Imprell.
- PECHER, Simão Arão. Duzentos anos de miscigenação judaica na Amazônia. Revista Eletrônica Edição 196ciam@argo.com.br, Manaus, 2010.
- RAMOS, André R. F. A Escravidão do Indígena, entre o Mito e Novas Perspectivas de Debates. Revista de estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v. 1, n. 1, p. 241-265, jul. de 2004.



17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

REIS, Lilia Maria de Oliveira. Os piaçabeiros de Barcelos: história de vida e trabalho. 2007. 238 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.

SAMPAIO, Patrícia M. (org.). O fim do silêncio – presença negra na Amazônia. Belém: Açai / CNPq, 2011. 298 p.

SILVA, A. C. G.; SILVA, J. C. Seringueiros na Amazônia. 2007. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

NEGÓCIO DA CHINA: ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO ESPÍRITO SANTO A PARTIR DE NORBERT ELIAS

Prof. Me. Júnio Hora
Universidade Federal do Espírito Santo
jhora1988@gmail.com

Prof. Me. Ronan Salomão Gaspar
Universidade Federal do Espírito Santo
ronansgaspar@gmail.com

Resumo: O texto debate a política de tempo integral na rede pública estadual do Espírito Santo, por meio do “Programa Escola Viva”, pautado na Sociologia de Norbert Elias. Este é um programa do governador do estado, Paulo Hartung (PMDB), que prometia a ofertar do Mandarim em parceria com o Instituto Confúcio, e retirada da Sociologia e Filosofia do currículo escolar. Os resultados evidenciam que esse modelo de escola possui centralidade gerencial. Por fim, questionamos sobre os as decisões públicas pautadas em ordens econômicas, de modo que, deixemos de “permitir” que economistas e administradores digam o que fazer no “chão da escola”.

Palavras-chave: Política educacional. China e Espírito Santo. Poder.

BUSINESS OF CHINA: ANALYSIS OF THE IMPLEMENTATION OF INTEGRAL TIME EDUCATION IN THE ESPÍRITO SANTO FROM NORBERT ELIAS

Abstract: The text discusses full-time policy in the state public network of Espírito Santo, through the "Living School Program", based on the Sociology of Norbert Elias. This is a program of state governor Paulo Hartung (PMDB), which promised to offer Mandarin in partnership with the Confucius Institute, and withdrawal of Sociology and Philosophy from the school curriculum. The results show that this school model has managerial centrality. Finally, we question public decisions based on economic orders, so that we stop "allowing" economists and administrators to say what to do on the "school floor"

Keywords: Educational policy. China and Espírito Santo. Power.

Caracterização do problema

O governo do Estado do Espírito Santo, através da Secretaria de Estado da Educação (SEDU), o Instituto Corresponsabilidade pela Educação (ICE) e a ONG

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Espírito Santo em Ação, se uniram em 2015 para a implementação do Programa Escola Viva, estabelecida pela Lei Complementar N° 799, que “Cria o Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único, denominado “Escola Viva”, no âmbito do estado, e dá outras providências” (ESPIRITO SANTO, 2015).

Esta política tem por proposta ofertar educação integral em turno único para estudantes do Ensino Médio, tendo como prioridade no atendimento à população que se encontra em vulnerabilidade social.

A partir dessa problemática, este trabalho surge então enquanto desdobramento dos trabalhos do grupo de pesquisa “Políticas, Gestão e Inclusão Escolar: contextos e processos sociais”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo.

Assim, vamos expor no que segue, uma parte da proposta de implementação de dessa política pública, que é a oferta de educação em tempo integral, no sentido de essa ser uma proposta de inclusão e acesso para uma população socialmente à margem de uma série de bens culturais e sociais.

Destarte, o Programa Escola Viva se configurou como uma das principais bandeiras de campanha do então candidato Paulo Hartung ao Governo do Estado nas eleições de 2014, e se constituiu durante o primeiro ano de seu novo mandato¹⁹⁵ como um dos grandes impasses de seu Governo. (GASPAR, 2016, p. 18).

O Programa encontrou resistência para sua implementação por parte das comunidades escolares, dos movimentos estudantis, de docentes e de outros setores ligados às políticas educacionais, essa resistência decorre de alguns pontos que se orientam as discussões presentes neste trabalho, a saber:

i) O discurso de crise do Estado: o primeiro ato do novo governador foi a promulgação do Decreto n° 3755-R4, de 02 de janeiro de 2015, que estabeleceu diretrizes e providências para contenção de gastos do poder executivo e que, entre outras medidas, definiu a não abertura de novos concursos públicos, proibiu a adequação ou qualquer

¹⁹⁵ Em 01 de Janeiro de 2015, Paulo Hartung assumiu o seu terceiro mandato como Governador do Estado do Espírito Santo. Já havia assumido a cadeira nos mandatos 2003-2006 e 2007-2010.



reestruturação dos salários dos servidores e suspendeu qualquer tipo de apoio aos servidores públicos para participar de cursos, formações continuadas e capacitações.

ii) À denúncia por parte de educadores e demais atores sociais no ambiente escolar, sobre a falta de estrutura na maior parte das escolas estaduais, que não possuía as condições mínimas esperadas atualmente para a oferta de uma educação de qualidade (salas de aula adequadas frente ao clima local; laboratórios de ciências, informática e bibliotecas em condições de funcionamento, refeitórios e espaços de convivência, auditórios e recursos materiais financeiros e de profissionais em número e em condições suficientes para o atendimento dentro dos parâmetros legais e de qualidade social).

iii) À redução das verbas destinadas pelo estado do Espírito Santo para a Educação, através do Programa Estadual Dinheiro Direto na Escola¹⁹⁶ (PEDDE). Para termos uma dimensão da redução, no ano de 2014, último ano do governo anterior, o montante destinado às escolas pelo programa foi de R\$ 29.358.321,00 (vinte e nove milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, trezentos e vinte e um reais), já no ano de 2015, o Programa recebeu um montante de R\$ 8.416.600,00 (oito milhões, quatrocentos e dezesseis mil e seiscentos reais), e, posteriormente, uma complementação no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Isso significou uma redução de mais de 60% dos recursos financeiros estaduais destinados ao funcionamento das escolas.

iv) A solicitação do executivo para a aprovação do projeto de lei que estabeleceria o Programa Escola Viva, encaminhado ao legislativo estadual em caráter de urgência, sem que houvesse um prévio debate com a comunidade acerca da implementação dessa política.

Esse formato de implantação, como já dito, foi/é marcado por intensas críticas ao governo do ES, tendo em vista uma valorização extrema com relação à Escola Viva, em detrimento à toda a rede estadual de ensino. Além disso, esse movimento é fortemente marcado pela parceria com a iniciativa privada. O que abre ainda mais possibilidades para que interesses privados se sobreponham ao público.

¹⁹⁶ O Programa Estadual Dinheiro Direto na Escola (PEDDE), criado pela lei 5471 de 23 de setembro de 1997, é o principal programa de repasses de recursos financeiros de origem estadual para as escolas públicas a partir da premissa de autonomia da gestão financeira das escolas estaduais.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





PH e o Instituto Confúcio

No dia 23 de Novembro de 2017, o governador do ES, Paulo Hartung (PMDB) e o secretário de Educação, Haroldo Rocha, acompanhados da diretora do Instituto Confúcio, Ana Qiao, anunciaram no Palácio Anchieta (sede do governo estadual), que a Escola Viva Fernando Duarte Rabelo ofertaria o idioma de Mandarim¹⁹⁷ para os 1ºs anos do Ensino Médio.

Segundo informações do site oficial do governo do estado, o governador Paulo Hartung (PH) destacou a necessidade de um novo idioma. Segundo PH, a proposta do Mandarim está conectada com objetivo do estado. Nas palavras do próprio governador:

Vamos introduzir mandarim em nossa rede e, para isso, estamos buscando parcerias para avançarmos com recursos importantes, principalmente, com recursos humanos, para auxiliar na orientação e capacitação de nossos jovens (SEDU, 2017)¹⁹⁸.

Assim, a Secretaria de Estado da Educação (SEDU) estabeleceu acordo com o Instituto Confúcio, que é uma organização sem fins lucrativos, com sede na cidade de Pequim (China).

Dados os fatos apresentados, observa-se que o poder executivo do estado do Espírito Santo tende a exercer suas ações sem a promoção de consultas públicas, onde trata a sociedade como se esta devesse ser mera espectadora de suas ações.

Além do mais, explicita um quadro cujo o mesmo poder executivo deveria “antes de tomar qualquer decisão, estudar os princípios inerentes às sociedades e buscar os conselhos de especialistas – tudo isso num Estado governado oligarquicamente (ELIAS, 2006, p. 175).

¹⁹⁷ Informações disponíveis em: <http://sedu.es.gov.br/Not%C3%ADcia/estudantes-da-rede-estadual-vaoo-aprender-mandarim> . Busca aos 30 de agosto de 2018, às 16:52h.

¹⁹⁸ *Open cit.*

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Nesse contexto, é possível observar uma característica, por vezes, comum entre administrações públicas e a iniciativa privada. Na citação acima, o referido autor aborda originalmente a problemática que envolve a formação da economia do capital e regiões que começavam a se urbanizar ao longo dos séculos XIX e XX, e ao mesmo tempo ainda sofriam impactos dos reis e ministros.

Devemos aqui pontuar que não se trata de uma simples comparação anacrônica de tempo e espaço, e sim, de uma pontuação conjectural que nos ajuda a fundamentar uma forma “refinada” que administradores contemporâneos se utilizam para manter-se no poder. Fazendo das redes que podem estabelecer com outros organismos e sujeitos, que, maquiados na ordem administrativa da coisa pública, se utilizam das relações econômicas para organizar Estados inteiros.

Acreditamos que os nossos questionamentos ficarão mais explícitos no próximo subitem, onde abordaremos dados econômicos da balança comercial entre o estado do Espírito Santo e a China, de modo que façamos uma análise mais aproximada dessa relação entre o público e o interesse privado.

Dados numéricos/financeiros China-ES

Trabalharemos neste ponto com os dados referentes à “Balança Comercial do Espírito Santo” entre os anos de 2015 e 2017, subdivididos em trimestres. Oriundos da página eletrônica do Instituto Jones do Santos Neves (IJSN)¹⁹⁹, que é um órgão vinculado ao governo do estado do ES. Tais informações nos permitem manter as indagações relacionadas aos acordos das parcerias público-privados.

Assim, adiantamos que a China representou nos últimos três anos o segundo país que mais estabeleceu comércio com o estado do ES, ficando logo atrás dos Estados

¹⁹⁹ Vinculado à Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP) do Espírito Santo, o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) tem como finalidade produzir conhecimento e subsidiar políticas públicas através da elaboração e implementação de estudos, pesquisas, planos, projetos e organização de bases de dados estatísticos e georreferenciados, nas esferas estadual, regional e municipal, voltados ao desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo. Informações disponíveis em: <http://www.ijsn.es.gov.br/institucional/quem-somos>, aos 30 de julho de 2018, às 19:45h.



Unidos. Onde a corrente comercial entre China e o estado do ES pode ser representada conforme as Tabelas 1, 2 e 3:

Tabela 1: Participação % dos países na Corrente Comercial do Espírito Santo				
2015				
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Estados Unidos	15,21	20,5	20,88	20,15
China	12,48	12,21	13,76	12,1
Países Baixos	5,49	5,86	8,51	7,84
Bahamas	4,93	4,12	4,03	6,04
Japão	4,65	3,65	3,88	4,03
Alemanha	3,44	3,54	3,26	3,97
Demais	53,8	50,12	45,67	45,87
Fonte: IJSN, 2015				

Tabela 2: Participação % dos países na Corrente Comercial do Espírito Santo							
2016							
1º Trim.		2º Trim.		3º Trim.		4º Trim.	
Estados Unidos	20,1	Estados Unidos	24,64	Estados Unidos	23,67	Estados Unidos	23,91
China	14,39	China	10,26	China	10,5	China	10,13
Países Baixos	13,38	Países Baixos	10,01	Países Baixos	7,59	Países Baixos	7,32
Argentina	4,34	Itália	5,57	Itália	3,91	Argentina	4,41
Turquia	3,93	Argentina	3,82	França	3,39	Alemanha	3,49
Itália	3,18	Uruguai	3,41	Alemanha	3,05	Itália	3,49
Demais	40,37	Demais	42,29	Demais	47,91	Demais	47,26
Fonte: IJSN, 2016							

Tabela 3: Participação % dos países na Corrente Comercial do Espírito Santo							
2017							
1º Trim.		2º Trim.		3º Trim.		4º Trim.	
Estados Unidos	25,81	Estados Unidos	31,89	Estados Unidos	28,75	Estados Unidos	26,55
China	10,15	China	7,86	China	11,05	China	12
Países Baixos	5,89	Países Baixos	6,31	Países Baixos	5,25	Países Baixos	5,23
Índia	4,86	Austrália	5,9	Itália	3,9	Argentina	4,97
Argentina	4,74	Índia	4,1	França	3,63	Alemanha	4,42
Austrália	4,3	Itália	3,68	Alemanha	3,48	Itália	3,4
Demais	44,25	Demais	40,25	Demais	43,94	Demais	43,43
Fonte: IJSN, 2017							



Longe desse texto prevê recriminar qualquer processo comercial – afinal de contas, o comércio é uma forma de troca cultural historicamente construída. Que digam os casos entre a fechada Esparta e a comercial Atenas –, o intuito é chamar a atenção para o modo como se procede essa troca, bem como, os interesses que operam os sistemas Figuracionais entre indivíduos e grupos e os desdobramentos disso no currículo escolar.

De acordo com a “Pauta de comercialização dos principais produtos comerciais do Espírito Santo (IJSN, 2015-2017)”, a China, na condição de segundo país que mais estabelece relações comerciais com o Espírito Santo, apresenta a seguinte configuração:

Tabela 4: Pauta de comercialização dos principais produtos comerciais do Espírito Santo entre China e Espírito Santo ²⁰⁰					
2015					
1º Trimestre					
Exportações			Importações		
Produtos	US\$ milhões	Part. %	Produtos	US\$ milhões	Part. %
Minério de ferro	121,09	67,13	Tecelagem, exceto malha	53,14	16,36
2º Trimestre					
Minério de ferro	202,77	77,38	Equipamento de comunicação	38,51	16,48
3º Trimestre					
Minério de ferro	216,33	70,03	Tecelagem		
4º Trimestre					
Minério de ferro	113,58	67,11	Tecelagem, exceto malha	28,72	15,05
2016					
1º Trimestre					
Exportações			Importações		
Produtos	US\$ milhões	Part. %	Produtos	US\$ milhões	Part. %
Minério de ferro	81,95	63,3	Equipamento de comunicação, máquinas e aparelhos elétricos	38,92	17,56
2º Trimestre					
Celulose	51,96	45,49	Equipamento de comunicação, máquinas e aparelhos elétricos	43,76	31,13
3º Trimestre					
Celulose	38,77	61,68	Equipamento de comunicação, máquinas e aparelhos elétricos	57,2	27,24
4º Trimestre					

²⁰⁰ Para atender ao limite de 9 páginas solicitadas pela organização do XVII SIPC, priorizamos apenas os artigos de importação e exportação que aparecem em primeiro lugar.



Celulose	56,88	82,3	Equipamento de comunicação, máquinas e aparelhos elétricos	50,87	24,8
2017					
1º Trimestre					
Exportações			Importações		
Produtos	US\$ milhões	Part. %	Produtos	US\$ milhões	Part. %
Minério de ferro	60,78	54,36	Equipamento de comunicação, máquinas e aparelhos elétricos	38,88	20,12
2º Trimestre					
Celulose	41,88	57,37	Equipamento de comunicação, máquinas e aparelhos elétricos	38,6	23,98
3º Trimestre					
Celulose	63,38	64,18	Equipamento de comunicação, máquinas e aparelhos elétricos	48,03	18,24
4º Trimestre					
Celulose	52,55	44,54	Equipamento de comunicação, máquinas e aparelhos elétricos	61,23	21,22
Fonte: IJSN, 2015-2017					

Fazemos questão de pontuar que os vendedores de minério e celulose são, respectivamente, empresas como a VALE/Samarco, responsável pelo crime ambiental na cidade de Mariana, em Minas Gerais, no ano de 2015, cujo Rio Doce foi degradado. A mesma VALE que é acusada de crimes ambientais em outros estados, como o Pará.

Além da Suzano Papel e Celulose e da Fibria Papel e Celulose (antigas Bahia Sul Papel e Celulose e Aracruz Papel e Celulose), responsáveis pela contínua expulsão de comunidades rurais, além de indígenas, quilombolas e pomeranos, em decorrência do esgotamento do solo, causado pelo monocultivo de eucalipto (árvore base para a fabricação de papel e celulose), que promove uso predatório do solo e das águas.

Observamos então que as demandas para estabelecimento do Mandarin nos currículos escolares, não preveem um atendimento ao contato de estudantes do ensino médio brasileiro com cultura desse idioma. Mas sim, um atrelamento às possibilidades de subserviência ao capital estrangeiro, onde o currículo é só mais uma rodada das estratégias.

Se comparamos apenas os produtos que o estado do Espírito Santo exportou e importou, veremos um caráter exportador de produtos primários (minério de ferro), e comprador de produtos industrializados (têxteis). Assim, cabe, portanto:

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





[...] afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento (FURTADO, 1974, p. 76).

Além disso, as empresas citadas compõem a ONG Espírito Santo em Ação, entidade “sem fins lucrativos”, responsável pela implementação do Programa Escola Viva no ES. Isso reforça o caráter privatista que vem caracterizando a política estadual de educação em tempo integral. Os interesses que motivam a construção da Escola Viva não se baseiam nas necessidades da população, mas nos interesses do Governo estadual e dos seus parceiros.

Como em qualquer discussão que envolva a política, ou seja, o estudo das formas que os indivíduos constituem sua vida em sociedade, a discussão sobre o poder está intrínseca. Elias (1994) define o poder como algo relacional, ou seja, o poder é parte de toda e qualquer relação entre os indivíduos e instituições. Dito de outro modo, toda interdependência humana está permeada por relações de poder. Desta forma, governo e parceiros abusam de seu poder político e financeiro, conduzindo uma importante política pública com objetivos que vão à contramão daquilo que vem sendo defendido no campo educacional.

Tais ações demonstram uma maciça rifa da nossa segurança alimentar, do meio ambiente natural, onde o currículo da escola surge como ponte para que o Espírito Santo troque os produtos primários, por alguns “pedaços de pano, rádios à pilha e celulares”. Trocamos os espelhos pelas selfies, e nesse meio, o currículo escolar é a arma de catequização, servindo ao interesse econômico, formando mão de obra adaptável às necessidades do empresariado.

Mesmo que à revelia de qualquer debate democrático na implementação da Escola Viva, o governo (e conseqüentemente, seus parceiros), vêm amargando inúmeros contratempos ao longo desse curto período desde a aprovação da Lei 799/2015

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





(GASPAR, 2016). Isso demonstra que, conforme afirma Elias (2001) que, por mais que um indivíduo detenha grande parcela de poder social, suas ações não são determinantes, nem isoladas, de todo uma sociedade:

[...] como em um jogo de xadrez, cada ação decidida de maneira relativamente independente por um indivíduo representa um movimento no tabuleiro social, jogada que por sua vez acarreta um movimento de outro indivíduo – ou, na realidade, de muitos outros indivíduos –, limitando a autonomia do primeiro e demonstrando sua dependência [...] (2001, p.158).

Porém, mesmo que na figuração específica do Programa Escola Viva, haja uma concentração de poder nas mãos das suas instituições fundadoras, pudemos perceber que há um determinado gradiente de força relacional nos demais sujeitos que a compõe: famílias, estudantes, docentes e comunidade. Estes, mesmo que estejam em uma condição de inferioridade econômica na disputa, ainda assim, conseguem realizar movimentos que pressionam os que estão na condição de superioridade nessa relação, forçando-os a realizar movimentos que não estavam previstos.

Assim, por mais que determinado indivíduo ou instituição possua um grande poder social (econômico e/ou político e/ou ideológico) em determinada figuração, ele não pode controlar como suas ações irão refletir nos demais atores sociais, por mais que essas ações influenciem nas ações destes últimos, e vice-versa.

No campo da política, onde historicamente, há uma concentração de poder social daqueles que monopolizando o capital, utilizam mecanismos de controle ideológico, direcionando o uso da coisa pública para atender a interesses particulares, a organização da maior parte da população, que acaba marginalizada dos espaços decisórios da sociedade, se torna imperativa para que se consiga que as políticas públicas adotem os direcionamentos necessários para atender os direitos de todos.

Assim, entendemos como necessário e urgente um movimento no campo das políticas educacionais do Espírito Santo: a redução da influência de instituições privadas na condução destas, ampliando o debate junto àqueles a quem, de fato, em um movimento

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNADOR DO ESTADO





democrático, precisam ser ouvidos em sua construção, para que haja redução nas desigualdades relacionais e haja maior possibilidade de justiça social na condução da política analisada.

Esse movimento é imprescindível para a superação de um modelo retrogrado pensado para a educação em tempo integral, voltada à uma formação tecnicista e acrítica, que é o modelo do Programa Escola Viva.

Referências bibliográficas

ELIAS, Norbert. A sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. Escritos e ensaios: Estado, processo e opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

FURTADO, Jorge. O mito do desenvolvimento econômico. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

GASPAR, Ronan Salomão. As figurações na política estadual de educação em tempo integral do Espírito Santo. 2016. 249f. Centro de Educação/Programa de Pós-graduação Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, 2016. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_10605_ata_10605_Disserta%E7%E3o%20RONAN%20SALOM%C3%20GASPAR.pdf . Acesso em: 08 de agosto de 2018.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Balança comercial do Espírito Santo: 2015-2017. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/assuntos/conjuntura-economica> , Acesso em: 03 de agosto de 2018.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE CIVILIDADE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UM ESTUDO DE CASO NO SENAC

Esp. Katia Rodrigues Montalvão Paiais
Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE
katiapaias@gmail.com

Esp. Johny Henrique Magalhães Casado
Universidade Estadual de Maringá – UEM
johny.hmc@gmail.com

Lic. Grazielle Regina Teodoro
Universidade Estadual de Maringá – UEM
grt.teodoro@gmail.com

Resumo: Com o objetivo de apresentar como o se dá o processo de construção da civilidade em cursos oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, esse artigo visa aprofundar as discussões sobre os escritos do sociólogo alemão Norbert Elias. O presente artigo analisará a grade curricular de três cursos de educação profissional, ofertados pela entidade. A pesquisa está organizada no presente artigo a partir de quatro seções, a primeira apresentará as reflexões e objetivo do trabalho, a segunda será composta do referencial teórico que norteará a pesquisa, a terceira seção apresentará os dados coletados e apresentação das entidades em questão, e a quarta seção apresentará as conclusões observadas.

Palavras-chaves: Processo Civilizador. Educação Profissional. Civilidade.

Abstract: With the objective of presenting how the process of building civility in courses offered by the National Service of Commercial Learning - SENAC, this article aims to deepen the discussions about the writings of the German sociologist Norbert Elias. This article will analyze the curriculum of three professional education courses offered by the organization. The research will be organized from four sections, the first will present the reflections and objective of the work, the second will be composed of the theoretical reference that will guide the research, the third section will present the collected data and presentation of the entities in question, and the fourth section will present the observed conclusions.

Keywords: Civilizing Process. Professional education. Civility.

Introdução

O conceito de civilidade foi amplamente debatido nas principais obras de Norbert Elias, em sua obra “A sociedade de Corte” o autor traz que os indivíduos em busca de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO



GOVERNO DO ESTADO



PPEdu UEL





resguardar suas vantagens e privilégios acabam por se submeterem a coerções impostas pela própria civilização que lhes concede essas vantagens. Como a educação é apontada pelo autor como um dos mecanismos de superioridade, ela será pinçada aqui como pano de fundo para o estudo que aqui se pretende desenvolver.

Com o intuito de elaborar esse artigo, será realizado um estudo aprofundado sobre as grades dos cursos de Aprendizagem ofertados pelo SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial). Esses cursos são os responsáveis pela formação de jovens de 14 a 24 anos e que buscam sua inserção no mercado de trabalho através da lei nº 10.097/200 conhecida como lei da aprendizagem. Os cursos que serão aqui analisados são: Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços Administrativos, Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços de Vendas, e o Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços de Supermercados, todos com 1000 horas de carga horária, sendo que dessas os alunos cumprem 480 horas com aulas teóricas e o restante em uma empresa aprendendo a função para a qual está destinada.

O recorte temporal historiográfico utilizado dessa pesquisa compreenderá o período de 2013 a 2017, esse período engloba o processo de implantação de um novo modelo pedagógico na instituição em nível nacional em suas mais de 500 escolas, a partir desse novo modelo, os cursos permitiram maior autonomia dos estudantes além de alinhar as necessidades do aprendizado as necessidades do mercado de trabalho. Em relação aos procedimentos metodológicos a pesquisa enquadra-se como qualitativa e seu delineamento se dará como um estudo de caso, pois visa apresentar uma realidade específica, os dados utilizados serão de origem secundária e que estão disponíveis nos materiais e informes divulgados pela própria entidade.

Como justificativa para essa pesquisa, a mesma se baseia em dois pontos, o primeiro é a construção de um conceito tão caro a toda a sociedade, como é o caso da civilidade. O segundo ponto que justifica essa pesquisa, se dá, pois, ao analisar a grade de cursos de uma rede de escolas controlada por entidades privadas, será possível compreender também se há alguma influência do capital na formação e constituição desses jovens alunos frequentadores dos cursos em questão.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





O marco teórico utilizado nesse artigo constituirá das obras do sociólogo alemão Norbert Elias, em especial, de seus livros “A Sociedade dos Indivíduos”, “O Processo Civilizador” e “A Condição Humana”. Essa pesquisa está organizada em quatro seções distintas, a primeira é composta dessa introdução, a segunda apresentará o referencial teórico que norteará a pesquisa, a terceira seção apresentará os dados coletados e apresentação das entidades em questão, e a quarta seção apresentará as conclusões observadas.

REFERENCIAL

A cada tempo civilizatório no ambiente escolar, um novo tipo de controle é instituído pela instituição escolar através de práticas pedagógicas (XAVIER, SARAT, 2012), auxiliando na compreensão da função social da escola como modeladora de futuros cidadãos (LAROCCA, MARQUES, 2010). O processo civilizador permite entender como os indivíduos lidam com o sistema dos privilégios e das coerções:

Os indivíduos querem resguardar as vantagens, os privilégios, o valor distintivo que possuem, associados à própria civilidade superior —superioridade está definida no plano conceitual como formação, educação, costumes ou cultura —, mas ao mesmo tempo gostariam de se libertar das coerções a que estão submetidos pela mesma desigualdade do nível de civilização que lhes concede vantagens, superioridade e distinção (ELIAS, 2001, p. 263-264).

Segundo Farias e Sandalowski (2016, p. 157) “o processo civilizador é um processo inacabado, que tem uma direção, na qual os indivíduos, em maior ou menor intensidade, estão inseridos, relacionando-se de forma interdependente”, com isso, “evidenciou-se com bastante clareza a que ponto a modelagem geral e, portanto, a formação individual de cada pessoa, depende da evolução histórica do padrão social, da estrutura das relações humanas” (ELIAS, 1990, p. 24).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





O conceito de civilização segundo Elias acaba por referir-se a uma grande variedade de eventos, para Oliveira (2012, p. 2) ele pode significar “ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes; podendo ainda referir-se ao tipo de habitação, à maneira como homens e mulheres vivem juntos ou ao modo de preparo dos alimentos”, sendo assim, a civilidade proposta acaba por normatizar as relações sociais desde o convívio nos ambientes familiares, escolares e também laborais.

Xavier (2012) apresenta que a escola acaba por ser o ambiente principal no processo de padronização e civilização do estudante, pensando que nesse artigo abordará esses elementos relacionados a educação profissional, ou seja, a fase em que os alunos recebem instrução para o “mercado de trabalho”, nota-se que há supervalorização no papel da escola como agente normalizador. Para Santos (2012, p. 3):

Alicerçada na vida social, como um dos selos de pertinência à civilização, a escolarização pressupõe fixar-se; implica em pertencer a um território; solicita o enraizamento à instituição educativa; pede a adesão a uma cultura. A educação escolarizada assenta-se na classificação, regulação, adestramento, identificação e dominação dos sujeitos.

A sociedade busca então que todos assumam papéis de forma que haja um apassivamento das relações sociais, segundo Santos (2009, p. 157) o ser humano deve ser “civilizado, sociável, implica a aprender a controlar os impulsos animais nativos, por meio de um processo de aprendizado, que pode ser chamando de educação ou de socialização”, e o momento ideal de conseguir isso, é durante o período escolar, já que da “escolarização ninguém deve abdicar, da civilização ninguém pode escapar” (SANTOS, 2012, p. 3). Para Montiel e Campos (2012, p. 3) “o processo civilizatório existente do meio escolar por vezes é incorporado por nossas ações diárias entendidas como a rotina”.

O estudo dos processos civilizadores juntamente a educação profissional somente é possível pois essa teoria:

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





(...) sustenta que durante um período de vários séculos o tipo de personalidade, primeiro da elite e depois dos setores médios, foi marcada pelo aumento do controle em público, pela diminuição da impulsividade e pela racionalização da maneira de se viver. Em suma: um aumento dos níveis de autocontrole. Altos níveis de autocontrole implicaram assim na gradual pacificação das interações cotidianas (CARNEIRO, 2017, p. 174).

Ao compreender como o processo civilizatório molda o indivíduo é possível conhecer como a própria sociedade está organizada, para Elias (1994, p. 140) “constata-se que os traços da identidade grupal nacional — aquilo a que chamamos caráter nacional - constituem uma camada do *habitus* social engastada muito profunda e firmemente na estrutura de personalidade do indivíduo”. Uma investigação dos processos relacionados a educação se faz necessária, pois somente assim, será possível compreender como são produzidas e reproduzidas as imagens do “eu” e do “nós” entre os jovens ao longo das gerações.

O autocontrole está atrelado ao processo civilizador, ele se apresenta como condição necessária para a sobrevivência humana. Para Pagani, Resende e Pilatti (2005, p. 3):

Sem isto um indivíduo está irresistivelmente à mercê de seus altos e baixos de seus próprios desejos, paixões e emoções que, sem o controle do ego, demanda satisfação imediata e causa dor quando estes permanecem insatisfeitos. Sem que tenha aprendido a autorregular-se, um indivíduo não está em condição de adiar a satisfação de seus desejos, nem de mudar a direção em que eles são procurados. Sem autocontrole, uma pessoa é como uma criança, que ainda não é capaz de controlar seus desejos e paixões para, então, controlar-se a si mesma. Consequentemente, é incapaz de morar permanentemente na companhia de outras pessoas. O padrão de autocontrole de uma pessoa, o modo como integra e relaciona os próprios desejos aos de outras pessoas, muda em uma direção definida o curso do desenvolvimento da humanidade. O conceito de civilização refere-se propriamente à direção deste processo.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO



Fábrica
Ideias criativas



17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

Condição indispensável para o alcance do atual estágio da sociedade, os processos civilizadores auxiliam na pacificação da vida social.

ANALISE DOS PROGRAMAS DE APRENDIZAGEM DO SENAC

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, é a entidade responsável por atender os trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo em sua capacitação, ele é administrado por sindicatos patronais. Essa entidade recebe todos os anos o valor referente a 1%, calculado sobre a folha salarial dos setores que representa, das empresas do segmento. Destaque que o valor não é descontado dos colaboradores, utiliza-se apenas a folha salarial como base para se calcular o percentual, o valor é integralmente pago pelas empresas. Esse valor compõem o denominado fundo social responsável por distribuir entre todos os SENAC's do Brasil, existem um por unidade federativa, para que eles apliquem o recurso em capacitação e projeto de educação visando a formação de mão-de-obra para os setores (SESC, 2012).

Atualmente o SENAC possui em todo o Brasil cerca de 600 escolas de educação profissional, o que lhe garante uma presença em mais de 2200 município, onde oferta desde cursos de formação inicial como a aprendizagem, como formação continuada, cursos técnicos, graduação e pós-graduação (SENAC, 2018).

Como primeiro objeto de análise está o curso de *Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços de Vendas*, esse curso tem como objetivo *formar profissionais com competências para atuar e intervir em seu campo de trabalho, com foco em resultados*, para isso, ele apresenta-se como curso formador para as funções de estoquista, repositor de mercadorias e vendedor de comércio varejista. Conforme o Quadro 1, os alunos desse curso receberão 480 horas conteúdos teóricos e 520 de conteúdos práticos na unidade curricular denominada de prática profissional. As atividades desse profissional, destaque para: abastecimento do ponto de venda, organização e controle o estoque, bem como planejamento e realização de ações de venda e pós-venda de mercadorias, produtos e serviços, em diferentes tipos e segmentos de empresas. Na

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





realização de suas atividades, o profissional deverá interagir com as equipes dos diversos setores da empresa (SENAC, 2018).

Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços de Vendas

UC 1: Orientar clientes em relação às mercadorias, produtos e serviços – 60 horas

UC 2: Abastecer o ponto de vendas com mercadorias e produtos - 84 horas

UC 3: Projeto Integrador Aprendizagem em Serviços de Vendas 1- 16 horas

UC 4: Realizar procedimentos de conferência de equipamentos, materiais no processo logístico - 84 horas

UC5: Organizar estoques de equipamentos, materiais e produtos - 60 horas

UC 6: Projeto Integrador Aprendizagem em Serviços de Vendas 2- 16 horas

UC 7: Planejar e organizar ações de venda - 48 horas

UC 8: Realizar a venda - 60 horas

UC 9: Realizar ações de pós-venda – 36 horas

UC 10: Projeto Integrador Aprendizagem em Serviços de Vendas 3– 16 horas

UC 11: Prática Profissional da Aprendizagem em Serviços de Vendas – 520 horas

Quadro 1: Grade curricular do curso de Aprendizagem em Serviços de Vendas

Fonte: Elaboração dos autores

O Quadro 2 apresentará as informações relativas ao curso de *Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços de Supermercados* que como objetivo *formar profissionais com competências para atuar e intervir em seu campo de trabalho, com foco em resultados*. Os alunos desse curso, sairão capacitados para exercerem funções como: empacotador/embalador de mercadorias, estoquista, almoxarife, operador de supermercados e repositor de mercadorias. Na realização de suas atividades, o aprendiz ainda deverá interagir com as equipes dos diversos setores da empresa (SENAC, 2018). Os alunos desse curso receberão 480 horas conteúdos teóricos e 520 de conteúdos práticos na unidade curricular denominada de prática profissional, o que totalizará 1000 horas de curso.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços de Supermercados

UC 1: Realizar atividades de apoio aos processos de frente de caixa em supermercado - 60 horas

UC 2: Embalar e Empacotar mercadorias e produtos - 84 horas

UC 3: Projeto Integrador 1 - 16 horas

UC 4: Realizar procedimentos de conferência de equipamentos, materiais - 84 horas

UC 5: Organizar estoques de equipamentos, materiais e produtos - 60 horas

UC 6: Projeto Integrador 2 - 16 horas

UC 7: Orientar clientes em relação às mercadorias, produtos e serviços - 60 horas

UC 8: Abastecer o ponto de vendas com mercadorias e produtos - 84 horas

UC 9 : Projeto Integrador 3 – 16 horas

UC 10: Prática Profissional da Aprendizagem em Serviços de Supermercados -520 horas

Quadro 2: Grade curricular do curso de Aprendizagem em Serviços de Supermercados

Fonte: Elaboração dos autores

O curso de *Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços Administrativos* assim como os demais, também possui 480 de disciplinas teóricas e 520 de prática profissional. Como função o aprendiz durante esse curso *será qualificado para executar atividades de recepção, administrativas e de pessoal nas organizações do comércio de bens, serviços e turismo e demais setores da economia, deverá também interagir com os demais colaboradores e clientes da organização.*

Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços Administrativos

UC 1: Recepcionar e atender pessoas – 60 horas

UC 2: Organizar e operacionalizar procedimentos de recepção - 84 horas

UC 3: Projeto Integrador Aprendizagem em Serviços Administrativos 1- 16 horas

UC 4: Organizar e executar atividades de apoio aos processos da organização - 84 horas

UC 5: Elaborar, organizar e controlar documentos da organização - 60 horas

UC 6: Projeto Integrador Aprendizagem em Serviços Administrativos 2- 16 horas

UC 7: Apoiar e executar ações referentes às rotinas de admissão e demissão - 36 horas

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





UC 8: Acompanhar e controlar a entrega de benefícios e espontâneos concedidos - 36 horas

UC 9: Auxiliar na elaboração da folha de pagamento – 72 horas

UC 10: Projeto Integrador Aprendizagem em Serviços Administrativos 3– 16 horas

UC 11: Prática Profissional da Aprendizagem em Serviços Administrativos – 520 hora

Quadro 3: Grade curricular do curso de Aprendizagem em Serviços Administrativos

Fonte: Elaboração dos autores

O Quadro 3 apresentará as unidades curriculares desse curso, que tem como função capacitar os aprendizes para as funções de recepcionista, assistente administrativo e assistente de pessoal.

Conclusão

A discussão proposta por Elias em suas obras permite concluir que os conceitos de poder e civilização caminham junto a evolução da sociedade contemporânea. Ao escolher a educação profissional como pano de fundo para melhor compreender esses conceitos, nota-se que há uma clara tentativa de normatizar as relações e contribuir para a manutenção do status quo social.

Ao relegar as decisões sobre educação profissional a entidades de tamanho peso econômico como a citada aqui, percebe-se que há certa intencionalidade em moldar os indivíduos durante a fase escolar dos mesmos. Ao analisar a grade curricular que compõem os respectivos cursos, verifica-se a prevalência de conteúdos estritamente operacionais e nada desafiadores. A necessidade de controle e apassivamento fica clara quando se analisam o conjunto de cursos e principalmente o público alvo para o qual eles são destinados.

Como sugestão de estudos futuros propõem um maior aprofundamento nos estudos aqui iniciados, sugere-se também, a entrevistas de professores e alunos da educação profissional, com isso, ambos poderão ter voz em relação a essa discussão.

Referências bibliográficas

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





- CARNEIRO, D. F. Norbert Elias e a história da violência no Brasil. *Art Cultura*, v. 19, n. 35, p. 171-184, 2017.
- ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.
- ELIAS, N. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- FARIAS, B.; SANDALOWSKI, M. C. A ciência biomédica e o processo civilizador. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, V. 32, p. 147-163, 2016.
- LARocca, L. M.; MARQUES, V. R. B. Higienizar, cuidar e civilizar: o discurso médico para a escola paranaense (1920-1937). *Comunicação saúde educação*. v. 14, n. 35, p. 753-66, 2010.
- MONTIEL, L. W. T.; CAMPOS, M. I. O "habitus" nas instituições de educação infantil: um olhar para além do processo. In. XIV SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 2012, Dourados, v.1. ANAIS... Mato Grosso do Sul, Universidade Federal da Grande Dourados.
- OLIVEIRA, M. M. G. Migração estudantil rumo a civilização de estudantes no interior baiano. In. XIV SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 2012, Dourados, v.1. ANAIS... Mato Grosso do Sul, Universidade Federal da Grande Dourados.
- PAGANI, R. N.; RESENDE, L. M.; PILATTI, L. A. Tecnização e civilização: a interação destes processos no pensamento de Norbert Elias. In. IX SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 2005, Ponta Grossa, v.1. ANAIS... Paraná, Universidade Estadual de Ponta Grossa.
- SANTOS, R. Família e escola no processo contemporâneo de socialização primária: Reflexão sociológica sobre representações e expectativas institucionais. In: GOETTERT, J. D.; SARAT, M. (Orgs.). *Tempos e espaços civilizadores: diálogos com Norbert Elias*. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.
- SANTOS, D. M. R. Mobilidade insubmissa: um ensaio sobre linhas de fuga, trajetórias escolares e processo civilizador. In. XIV SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 2012, Dourados, v.1. ANAIS... Mato Grosso do Sul, Universidade Federal da Grande Dourados.
- SENAC. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Disponível em: <<http://www.senac.br/>>, Acesso: 01 ago. 2018.
- SESC. Serviço Social do Comércio. Carta da Paz Social. 2012. Disponível em: <http://www.sesc.com.br/portal/sesc/o_sesc/A+Carta+da+Paz+Social/>, Acesso em: 12 jul. 2018.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

XAVIER, N. R. O tempo e a escolarização: o que há de civilizatório? In. XIV SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 2012, Dourados, v.1. ANAIS... Mato Grosso do Sul, Universidade Federal da Grande Dourados.

XAVIER, N. R.; SARAT, M. Infância e educação civilizadora na literatura brasileira. Acta Scientiarum. Education. v. 34, n. 2, p. 221-231, 2012.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

PROFESSORAS DE CRIANÇAS: ENTRE OCUPAÇÃO E A PROFISSIONALIZAÇÃO DE UMA CARREIRA DOCENTE

Larissa Wayhs Trein Montiel

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação UFGD/FAED

Docente da UFMS/Campus de Naviraí (CPNV)

Membro do GPEPC/ Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador

E-mail: larissawtmontiel@hotmail.com

Comunicação Oral

Resumo: Este trabalho parte uma pesquisa em andamento e procurou compreender de que forma a profissão docente se instituiu e se estabeleceu na legislação transformando a atuação profissional de Educação Infantil em um grupo de mulheres do município de Naviraí, sul de Mato Grosso do Sul. Criando assim a profissionalização de uma carreira docente na passagem do atendimento de crianças da creche, antes Assistência Social, para a Educação. Trazemos para a discussão o texto *Estudos sobre a gênese da profissão naval* (2006) e a legislação. Tais aproximações permitem inferir que as figurações nas quais as professoras então envolvidas indicam relações de interdependência.

Palavras-chave: Trajetória Profissional. História da Formação. Figurações.

Abstract: This work is part of a search in progress that demand to understand how the teaching profession was instituted and established in legislation transforming the professional activity of Early Childhood Education within a group of women from the municipality of Naviraí, south of Mato Grosso do Sul, Brazil. Creating the professionalization of a teaching career in the passage of the care of children, before Social Assistance, for Education. We bring to the discussion the text *Studies on the genesis of the naval profession* (2006) and the legislation. These approximations allow us to infer that the figurations in which the teachers involved involve relations of interdependence.

Keywords: Professional Trajectory. History of Formation. Figurations

Introdução

Partindo da perspectiva de estudar as trajetórias docentes de professoras de Mato Grosso do Sul no nível da Educação Infantil, procurou-se nesse trabalho apresentar o modo como o conceito de *figuração* possibilita compreender os modos de *ser professora* percebido historicamente, bem como, de que forma a profissão docente se instituiu e se

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





estabeleceu na legislação, normatizando e transformando a atuação do profissional de um grupo de mulheres do município de Naviraí no sul do Mato Grosso do Sul.

A partir da mudança da legislação nacional principalmente encabeçada pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/1996, a profissionalização do profissional que atua com crianças na creche e pré-escolas passa a ser exigida a formação mínima no magistério em nível médio, alterando assim o lugar, o espaço e a figuração das mulheres trabalhadoras, que antes ocupavam os cargos ligados a Assistência Social em creches atendidas por esse órgão. Diante do aparato legal da educação brasileira permitiu a necessidade de mudança desta nova ordem, agora não mais das profissionais que atuavam nas creches das Assistências Sociais, mas de profissionais com formação mínima para atuarem nas creches das Secretarias de Educação processo esse que não foi bem aceito pelas pessoas que ficaram à mercê de tais mudanças.

A Ocupação e a Profissionalização de uma Carreira Docente

A carreira do profissional docente da Educação Infantil muda de formato e de exigência a partir da alteração de um conjunto de normativas nacionais, dentre elas, a aprovação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/nº 9394/1996 que asseguraram a creche e a pré-escola como primeira etapa da Educação Básica. Diante disso, nosso interesse foi perceber o processo de transição ocorrido com a transferência das instituições de Educação Infantil, que eram atendidas pela Assistência Social e passaram a fazer parte do sistema educacional, no município de Naviraí em Mato Grosso do Sul.

Para tanto, podemos refletir que as transformações legais auxiliaram as transformações da profissionalização da carreira do docente de Educação Infantil que no primeiro momento foi ocupada por profissionais que não tinham nenhuma formação específica para o cargo e que depois de tais normativas foi exigida a formação mínima em magistério de nível médio.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO



Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná



PARANÁ





Compreendemos que as relações de interdependência que se estabeleceram no percurso da efetivação de um direito à Educação Infantil, garantido pela legislação, determinaram a formação profissional, pessoal e social dos envolvidos, entre avanços e retrocessos. Esse processo regulatório de coerção e auto coerção acontece por ações planejadas e também não planejadas, o que Elias (2006) indica ser um processo cego, pois:

As variáveis se dão em modelos que exprimem diferentes tipos de regulação do comportamento, nos tipos de coação externa e auto coação. Tais elementos existem em todos os grupos sociais e incidem num processo de individualização permitindo que o sujeito seja educado para ser parte do grupo a partir dos comportamentos internalizados, em um processo que passa de uma geração para outra (SARAT, 2011, p. 122)

Assim, as profissionais que atuavam na creche até a mudança da legislação não perceberam em um primeiro momento que isso afetaria o seu trabalho. Diante disso, compreendemos que os indivíduos em suas figurações são indivíduos interdependentes nas relações que estabelecem uns com os outros. Para tanto, os indivíduos existem em “figurações e só podem ser entendidos dessa forma por meio das relações de interdependência entre os indivíduos que se agrupam em figurações específicas” (ELIAS, 2006, p. 26). As relações de interdependência entre indivíduo e sociedade se constituem ao longo do processo social e histórico formando redes de relações.

Assim as profissionais da creche que atuavam antes da mudança da legislação foram atingidas por uma mudança de necessidade e de demanda nessas redes de relações sociais que refletiram em suas carreiras profissionais, assim, podemos compreender que as figurações não são fixas, como afirma Landini (2005, p. 06)

Estão em continuamente em fluxo, passando por mudanças de ordens diversas, algumas rápidas e efêmeras e outras mais lentas e profundas e os processos que ocorrem nessas figurações possuem dinâmicas próprias, dinâmicas nas quais razões individuais possuem um papel, mas não podem de forma alguma

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





ser reduzidas a essas razões [...] o termo figuração pode ser definido como redes formadas por seres humanos interdependentes, como mudanças assimétricas em uma balança de poder, enfatizando o caráter processual e dinâmico das redes criadas por indivíduos.

Significa dizer que a constituição do indivíduo profissional da educação, como o professor, resulta das diferentes figurações em que estão imersos. Nessa perspectiva, as pessoas modelam suas ideias a partir de todas as experiências que tiveram no interior de seu próprio grupo docente que está vinculado à formação sócio histórico e cultural do seu meio.

No final da década de 1980, destacamos mudanças substanciais na educação especialmente como “fruto de uma história de lutas e reivindicações de diferentes setores da sociedade brasileira, em prol dos direitos de crianças e jovens, e trouxe importantes consequências para o profissional da Educação Infantil e para sua identidade” (VIEIRA, 1999, p. 31). Embora, a Constituição Federal (BRASIL, 1988) tenha proposto avanços fundamentais ao reconhecer o direito à educação da criança de 0 a 6 anos e o dever do Estado (art.208), atribuindo as prioridades nessa área aos municípios percebemos as dificuldades em concretizar na prática todas as mudanças até a atualidade.

Segundo Yamin (2001, p. 24), no Mato Grosso do Sul a partir de 1990 os governos, estadual e municipais, buscaram atender a legislações da educação e elaborou-se uma proposta pedagógica que enfatizava defender os direitos da criança preconizado em lei. No município de Naviraí – MS, está mudança ocorreu de forma rápida, entretanto não foi muito tranquila pois os profissionais que atuavam na creche do município não eram contratados, mas, concursados no cargo e função de como monitores de creche.

Foi possível verificar que na trajetória do atendimento do município de Naviraí que a partir de 1997 quando autorizado o funcionamento do Centro Integrado de Educação Maria José da Silva Cançado de Educação Pré-Escolar, a primeira Creche pública de Naviraí, está não foi considerada um Centro de Educação Infantil, o que veio ocorre em agosto de 1998 (NAVIRAÍ, 1998) quando a denominação Educação Infantil foi incorporada ao nome da instituição surgindo o “Centro Integrado de Educação Infantil

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Maria José da Silva Cançado”, compreendemos assim que o termo Educação Infantil foi se constituindo aos poucos no município assim como, o entendimento de como deveria ser o atendimento e a oferta deste nível da Educação Básica. A creche surge com o viés da Assistência e da caridade, posteriormente começasse a questionar o processo educativo da primeira infância.

As Profissionais que atuavam na Creche

A trajetória do atendimento ofertado em Naviraí – MS, permeou a transição da carreira profissional das monitoras de creche que eram profissionais concursadas para atuarem com as crianças até a mudança da legislação, para tanto, utilizamos como fontes para este trabalho os editais de concurso para monitora de creche e o outro para educadora de creche. O edital de monitora de creche (NAVIRAÍ, 1995), prevê a atuação de um profissional não habilitado e sem formação específica e, o edital de educadora de creche (NAVIRAÍ, 2005), prevê o profissional habilitado no em normal ou magistério do nível médio.

Por meio do edital do concurso público da prefeitura municipal de Naviraí, nº 01 de 1995, a prefeitura abriu inscrições para preenchimento de vagas no seu quadro permanente. Deste modo, com a realização de concurso público e provas e títulos havia 14 vagas para monitores de creche, sendo que o edital requeria do candidato a escolaridade e requisitos mínimos como curso de 1º Grau completo. E o candidato aprovado tinha normatizada as atividades concernentes ao cargo prevendo “Execução de atividades auxiliares em creches institucionais realização de atividades auxiliares de assistência e promoção social em creche institucional, assentamentos e comodatos” (NAVIRAÍ, 1995, p. 03). A partir desse edital 14 monitoras de creche (no caso todas mulheres) foram aprovadas e assumiram o concurso no quadro permanente da prefeitura de Naviraí.

Nessa figuração as profissionais foram concursadas ainda com a característica que permeava a educação da criança pequena assistida pela Assistência Social, na

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





perspectiva de uma educação que prepara para a “subordinação” e não para a “emancipação” como assegura de Kuhlmann Jr. (1998). A educação subordinada em contraste com a educação emancipatória, na possibilidade do atendimento é compreendida mais como uma “dádiva” do que mesmo na crença de que deveria ser um direito, diante disso não haveria a necessidade do desenvolvimento intelectual e afetivo.

No entanto, as creches eram instituições que atendiam majoritariamente as crianças pobres, em regime integral, visto que inicialmente foram pensadas para atender aos filhos das operárias industriais e empregadas domésticas, um lugar de guarda dos filhos da mãe trabalhadora e por esse motivo a profissional que atuava com as crianças deveria figurar como a mãe/mulher/cuidado/maternidade. Na creche “Mamãe Zezé” de Naviraí, esse viés assistencial ainda permaneceu nos durante os 8 anos em que as monitoras atuaram, um lugar de guarda e de cuidado das crianças carentes.

Como afirma Sarat (2015, p. 08) de acordo com Kishimoto, “no Brasil, a Educação Infantil esteve sob a responsabilidade da mãe educadora, [...] que traz no seu bojo características afetivas e sentimentais que aproximou o trabalho da professora a informalidade e a instintividade presentes na experiência maternidade”. Este também foi o perfil encontrado nas monitoras de creche da Creche “Mamãe Zezé”, que podemos perceber até pelo seu nome popularmente adotado pela instituição Creche Maria José Cançado, em relação com o caráter materno e afetivo.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) começou a imprimir algumas mudanças e vão dar destaque especial à educação de crianças de 0 a 6 anos situando o atendimento as crianças como a primeira etapa da educação básica denominando Educação Infantil. Dessa forma, os municípios ficaram responsáveis em ofertar esse nível de educação, mas na ordem de prioridades teremos primeiramente o Ensino Fundamental (art. 8º e 11) e depois a Educação Infantil, e como a esta etapa da Educação não foi uma prioridade também não houve a necessidade de se efetuar uma grande reforma no atendimento como vinha acontecendo, apenas garantir as mudanças exigidas na lei.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Entretanto diante do movimento da mudança da legislação, passou-se a discutir uma nova identidade do educador que atua nas instituições de Educação Infantil. Tais critérios vinham sendo incorporados nos documentos do Ministério da Educação desde 1994 como nos documentos “Política de Formação do Profissional de Educação Infantil”, em abril de 1994 e “Política Nacional de Educação Infantil”, em dezembro de 1994, pela Coordenação de Educação Infantil (COEDI). E culmina no texto da LDBEN nº 9394/1996, passando a compreender como docente: “o profissional com formação em Nível Superior, mas por ora, admite-se uma formação mínima em nível médio na modalidade normal” (Art. 62).

Assim, o artigo 67 do texto legal da LDBEN propõe promover a valorização do profissional da educação assegurando aos docentes do magistério público o direito ao aperfeiçoamento profissional continuado. E em suas Disposições Transitórias determina que “até o final da década da educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados em treinamento em serviço” (BRASIL, 1996). Entretanto, nem todas as medidas se efetivaram na prática e passados 22 anos, verificamos muitos profissionais atuando sem o Ensino Superior nas instituições de Educação Infantil.

No caso das monitoras da creche Mamãe Zezé que exerciam uma função próxima a de docência em sala com as crianças foram comunicadas pela gestão municipal que seriam enquadradas em um outro cargo e função e, não mais em sala de atividades com as crianças, mas agora como funcionárias administrativas da educação e exerceriam funções nas secretarias de escola, nas bibliotecas e outros órgãos. Podemos considerar que a nova legislação avançou na garantia de uma educação melhor quando compreende que

[...] para ser professora a pessoa precisa de formação e conhecimentos específicos à medida que vai trabalhar com indivíduos institucionalizados com os quais certamente não tem grau de parentesco ou consanguinidade e que demanda uma gama de conhecimentos acumulados para a realização do processo de formação individual e coletiva. Portanto, ao falarmos do espaço institucional no qual as relações são entre professores/as e alunos/as e não somente adulto e criança não basta ser “tia”,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





“mãe”, “segunda mãe”. O aspecto afetivo está presente em outra dimensão da vida e no caso desta reflexão reivindicamos o compromisso social, profissional e institucional da formação docente que deve levar em consideração estes aspectos, pois gostar de criança e ser tia delas na instituição educativa não é suficiente, é um equívoco, embora usado largamente no Brasil (SARAT, 2015 p.08).

A figuração da profissional que ocupava o cargo de monitora de creche, dá espaço ao novo profissional com uma formação específica, diante desta situação o concurso de monitoras é substituído por um novo concurso de educadoras de creche no ano de 2005. Cabendo as monitoras da creche a adequação de sua profissão em um outro modelo, que não mais em sala com as crianças, isso também interferiu na remuneração salarial destas profissionais.

Com as mudanças nacionais prevendo um novo perfil do profissional da Educação Infantil um novo edital para concurso público na prefeitura de Naviraí- MS é aberto em agosto de 2005, o edital nº 001/2005, destinado a selecionar candidatos ao provimento de cargos do quadro de pessoal efetivo da prefeitura municipal de Naviraí. Este edital prevê o cargo de “educador de creche que pertence ao administrativo educacional e visava a aprovação de 30 vagas com carga horária de 08 horas diárias e remuneração salarial de R\$ 777,00, exigindo habitação específica em magistério” (NAVIRAÍ, 2005).

As educadoras de creche atuaram por um período de tempo juntas com as monitoras de creche o que causou ainda um desconforto maior nessa relação já com lugares determinados na perspectiva social e profissional. E podemos considerar que a situação vivenciada pelas professoras, monitoras de creche, se apresentou bem diferente do que estava previsto nos encaminhamentos das legislações nacionais, embora a administração municipal tenha tentado se adaptar as novas demandas legais mesmo sem levar em conta as necessidades dos grupos que já atuavam em serviço. Diante disso, os anos de atuação com as crianças nas creches não eram mais uma possibilidade de trabalho para estas mulheres foi preciso se adequar ao novo cargo de assistente administrativo

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





escolar ou buscar outras possibilidades na carreira profissional com a formação docente adequada tendo que procurar cursos fora da cidade para garantir o trabalho de professora.

As referências legais criam e exigem que o docente, professor de Educação Infantil seja um indivíduo com formação específica, como essas mulheres não a possuíam no momento necessitaram ir em busca dessa perspectiva, assim o processo de mudança de grupos com uma figuração distinta se altera a partir de uma exigência normativa, portanto as redes de interdependência de grupos específicos que antes coexistiam pautadas em determinados conhecimentos comum a todas, se altera e é reivindicado por grupos de formação, para cumprir a exigência da profissionalização e da especificidade necessária elas precisam ir em direção a novas redes de interdependência e outras figurações para ser parte do grupo que tem a formação profissional necessária (ELIAS, 2006).

Como afirma Sarat, na citação acima, ainda encontramos na atualidade profissionais formadas em Nível Superior, mas que nas instituições são chamadas de “tias”, considerando o aspecto afetivo desta terminologia como uma forma de aproximação “carinhosa” entre a criança e o adulto. Assim a figura do professor da Educação Infantil fica à mercê da profissionalização docente, onde na legislação se exige o profissional “habilitado”, mas na prática aceita-se apenas “gostar” de crianças e ser a “tia”.

Considerações Finais

Podemos considerar que as figurações estão constantemente e continuamente em fluxo no processo de relações sociais, as vezes são mais gritantes e avassaladoras por outras vezes mais sóbrias e demoradas, isso é o que podemos considerar ser um processo cego, pois não percebemos quando estamos vivenciando tais mudanças. Acredito que isso ocorreu em certa medida com os indivíduos no caso as monitoras de creche de Naviraí, no processo de mudança da legislação o futuro profissional destes indivíduos foi

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





reorientado e organizado de uma outra forma o que coube a elas foi se adequar à nova necessidade, onde o desejo pessoal de cada uma não pode ser levado em consideração.

As redes de relações que se estabelecem na nossa vida social nos fazem perceber que somos interdependentes e que a mudança na balança de poder pode gerar mudanças na trajetória pessoal e profissional de cada um, enfim nas relações sociais essas criadas por nós indivíduos.

Referências bibliográficas

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal: Subsecretaria de edições Técnicas, 2002.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: <<http://planalto.gov.br/ecivil/leis/19394.htm>>. Acesso em: jun.2017.

BRASIL. Política de Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994.

BRASIL. Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994.

ELIAS, N. Escritos e ensaios. 1 Estado, processo, opinião pública. Org. por Frederico Neiburh e Leopoldo Waizbord. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

KUHLMANN JUNIOR, M. Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LANDINI, T. S. A Sociologia processual de Norbert Elias. Anais do IX Simpósio Internacional Processo Civilizador. Ponta Grossa, Paraná, 2005. Disponível em: www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/.../art27.pdf Acesso em: maio de 2018.

NAVIRAÍ. Edital nº 01 de 26 de julho de 2005. Concurso Público – 2005. *Gerência Municipal de Educação e Cultura de Naviraí. 2005.*

AVIRAÍ. Edital nº 01 de 30 de maio de 1995. Concurso Público – 1995. *Gerência Municipal de Educação e Cultura de Naviraí. 1995.*

NAVIRAÍ. Decreto nº 047 de 28 de agosto de 1998. Altera a denominação das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino. *Gerência Municipal de Educação e Cultura de Naviraí. 1998.*

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

SARAT, M. Educação, Memória e Gênero: Contribuições de Norbert Elias. InterMeio: Revista do Programa de Pós-graduação em Educação, Campo Grande, MS, v.17, n.33, p.118- 139, jan./jun. 2011.

SARAT, M. História da formação de professoras para a infância: experiências no Brasil e na Argentina. Rev. Teoria e Prática da Educação, v. 18, n.1, p. 23-36, janeiro/abril 2015.

VIEIRA, L. M. F. A formação do profissional da Educação Infantil no Brasil no contexto da legislação, das políticas e da realidade do atendimento. Pro-Posições - Vol. 10 N° 1 (28) março de 1999.

YAMIN, G. A. A evolução do atendimento Pré-escolar no estado do Mato Grosso do Sul a partir de uma análise do histórico das propostas governamentais. Dissertação de Mestrado, São Carlos: UFCAr, 2001.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

PROCESSO CIVILIZADOR E DISCIPLINARIZAÇÃO: PODER TUTELAR COMO A NOVA GUERRA DE CONQUISTA NO SÉCULO XX

Ma. Luana Menezes Lira
Universidade de Brasília
CAPES - PROAP
luana.menezes.lira@gmail.com

Resumo: Este artigo é resultado de um capítulo da dissertação de mestrado sobre violações de Direitos Humanos dos Povos Indígenas no século XX, apresentada em 2017 na Universidade de Brasília. Trabalhar com o Poder Tutelar se faz necessário para compreender a lógica do processo civilizador imposto aos povos indígenas durante a gestão do Serviço de Proteção ao Índio, mesmo período em que vai ocorrer a expansão econômica para o interior do Brasil, o que vai atingir povos ainda em isolamento da população nacional. Observou-se que esse processo civilizador e disciplinador gerado no século XX, teve em seu pano de fundo as mais diversas formas de violação de direitos humanos, tudo sendo justificado juridicamente, pelo Poder Tutelar.

Palavras-chave: Poder Tutelar. Processo Civilizador. Disciplinarização

Abstract: This article is the result of a chapter of the master's dissertation on human rights violations of Indigenous Peoples in the 20th century, presented in 2017 at the University of Brasilia. Working with the Tutelary Power is necessary to understand the logic of the civilizing process imposed on indigenous peoples during the management of the Indian Protection Service, the same period in which economic expansion will take place in the interior of Brazil, which will reach peoples still in isolation of the national population. It was observed that this civilizing and disciplinary process generated in the twentieth century had in its background the most diverse forms of violation of human rights, all being legally justified by the Tutelary Power.

Keywords: Tutelary Power. Civilizing Process. Disciplinarization

Introdução

Todas as ações do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) para com os povos indígenas, sempre foram orientadas por uma tutela que será discutida neste artigo. Os poderes, saberes e fazeres do período colonial estavam enraizados nas ações indigenistas do século XX, e foram institucionalizadas no SPI (LIMA, 2013). As relações interétnicas e a institucionalização de poderes, com intuito de estabelecer uma única nação brasileira são compreendidas por Lima (1995, p. 39) como sendo o Poder Tutelar. O monopólio de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





todas as ações para com os povos indígenas vai ser do SPI e onde todos os poderes vão se localizar.

O Poder Tutelar consiste num “dispositivo de integração” de povos que foram exterminados e subjugados por meio da guerra e inseridos em um sistema hegemônico imposto pelo dominador, no caso brasileiro seria o Estado Republicano (LIMA, 2014).

Deve-se compreender Tutela como uma relação de dominação, possuindo uma constituição díspar, mas deve ser compreendida como um “paradoxo ideológico”. Esse paradoxo ideológico seria uma disparidade essencial composta pela compreensão de superioridade do tutor e por uma incumbência de proteger e educar o tutelado de tal maneira, que este tenha seu comportamento adaptado/adequado aos padrões da sociedade em que está inserido (LIMA, 2014, p. 12).

A utilização do Poder Tutelar tornou-se indispensável para a gestão do país e acúmulo de capital. O Poder Tutelar, junto com outras políticas, servia para concretizar uma unidade estatal, utilizando das relações de dominação. O Poder é mutável, porém seu controle sempre permanece sob o Estado, não se objetiva uma transição de “uma tutela baseada na ‘gestão branca’ para uma tutela baseada na ‘cogestão’ indígena”. Os indígenas seriam indivíduos que sempre necessitam de uma pessoa “capaz” para representá-los (LIMA, 2014, p. 17).

PODER TUTELAR: “NOVA GUERRA DE CONQUISTA”, “A MUDANÇA DE COSTUMES”, “DISCIPLINARIZAÇÃO”

O mais relevante autor do Poder Tutelar é Antônio Carlos de Souza Lima, na obra “O Grande Cerco de Paz” (1995). Lima traz a abordagem que dialoga com outros campos do saber, consegue abarcar todas as configurações das práticas da Tutela. Sua teorização embasa-se em conceitos trabalhados por Norbert Elias, sociólogo alemão com “O Processo Civilizador” (1993).

Norbert Elias influencia no entendimento de que o Poder Tutelar tem suas bases em dispositivos de integração a populações que foram destruídas por guerras, e em

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO





elementos e modos de dominação utilizados por conquistadores. Entende-se que não é uma perspectiva que foi desenvolvida no contexto brasileiro, mas entende-se que o poder e controle são formas que se modificam e influenciam os responsáveis pela institucionalização do Poder Tutelar, entendido também como um processo civilizador.

Para Elias, o processo civilizador é imposto a determinado grupo social acarretando alterações em condutas e nos sentimentos pessoais, para que se alcance um único objetivo. Os grupos que não tiveram tanto desenvolvimento tecnológico ou econômico, não estavam preparados para as mudanças iniciadas e impostas durante a colonização do Brasil, por uma dita “civilização” que agiu por meio de ações “conscientes, ‘racionais’ deliberadas” (ELIAS, 1993, 2v., p. 193).

No entendimento de Lima (1995, p. 42) o Poder Tutelar seria:

Esta forma de poder de Estado que pode ser vista como modo de *integração territorial e política* operada desde um aparelho estatizado, parte do conjunto de redes sociais e relações componentes de um Estado o qual, em diferentes momentos do tempo e implicando múltiplas relações entre distintos segmentos sociais, tem procurado se representar como nacional.

A Tutela foi, desde suas primeiras formas, utilizada com os povos indígenas para que fossem “aculturados” e inseridos na sociedade nacional, mesmo estes sendo caracterizados como “infantilizados”. Cabe enfatizar que o Poder Tutelar não se resumia em trabalhos e práticas estatais, como também de grupos sociais, políticos e econômicos que visavam a integração indígena a todo custo (LIMA, 1995).

Alguns mecanismos são utilizados para que se estabeleça a Tutela. São violências, coerção econômica voltadas ao trabalho e meios autoritários de controle social. Não se tem um estabelecimento de solidariedade ou uma ampliação de direitos políticos. Elias afirma ainda que as alterações são feitas por meio de uma “educação intencional”, que segue uma forma específica de ordem, e por meio de controle utilizado por pessoas é transformado em “autocontrole” (ELIAS, 1993). Essa situação vai ser assemelhar muito ao que ocorria dentro dos Postos Indígenas e nas práticas da tutela

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





[...] as atividades mais animais são progressivamente excluídas do palco da vida comunal e investidas de sentimentos de vergonha, que a regulação de toda vida instintiva e afetiva por um firme autocontrole se torna cada vez mais estável, uniforme e generalizada (ELIAS, 1993, p. 194).

O processo civilizador é algo demorado e possui uma meta muito específica, disciplinar. Assim, os indivíduos que permanecem com suas práticas culturais consideradas arcaicas e que não compreendem a evolução como algo necessário, não são capazes de planejar sua adaptação a mudanças. Quando as pessoas são disciplinadas e educadas, ao entenderem que certos hábitos não são aceitos, tornam-se submissos as regras disseminadas pela sociedade. Determina-se um padrão social aceitável de comportamentos que reproduzem o autocontrole, gerando identificação entre as pessoas, e um sentimento de pertencimento a um grupo (ELIAS, 1993).

Quando as relações humanas se reorganizam resulta mudança nos hábitos, com o único propósito de tornar a conduta e os sentimentos civilizados. Discorre que a civilização não é “razoável nem racional”, mas não significa que seja “irracional”, sendo inserida em um movimento constante invisível, proporcionado por uma rede de relacionamentos e por certas mudanças com as quais as pessoas são obrigadas a conviver.

As alterações sociais impostas são formas de encaixar pessoas na mesma conduta, e assim as ações estatais para organizar são cada vez mais rigorosas e exatas, buscando o valor de cada um para o bem maior da sociedade nacional, o que necessita que “o indivíduo era compelido a regular a conduta de maneira mais uniforme e estável” (ELIAS, 1993, 2v. p. 196). Mesmo essa realidade estudada por Elias sendo a Europeia, destaca-se que o Poder Tutelar é um mecanismo de controle que sofre alterações e influências de outras realidades, entendendo que o Brasil sempre busca na Europa padrões de civilidade e modernidade.

Para Elias (1993) além do autocontrole exigido a cada indivíduo:

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





A teia de ações tornou-se tão complexa e extensa, o esforço necessário para comportar-se “corretamente” dentro dela ficou tão grande que, além do autocontrole consciente do indivíduo, um cego aparelho automático de autocontrole foi firmemente estabelecido (ELIAS, 1993, 2v. p. 196).

Esse aparelho veio com o propósito de prevenir transgressões do comportamento socialmente aceitável, por meio de uma grande barreira de medos intrínsecos, e aplicava-se de uma forma invisível e pelo hábito em choque com a realidade social.

O problema basilar a ser solucionado com a institucionalização do Poder Tutelar é tornar o indígena um “cidadão brasileiro civilizado” na teoria. Utilizando-se de Elias, Lima (1995) traz o processo de formação do homem civilizado e os aspectos sociais do que seria viver bem em sociedade. O Processo Civilizador dispõe sobre como o Estado tem forte influência nos costumes e moral das pessoas.

O conceito de civilidade leva em consideração a transformação de costumes, que vão desde costumes íntimos e individuais até os que pertencem ao grupo coletivo. Questiona-se o que teria a ver a história da etiqueta com o processo civilizador. Elias (1993) propõe que as regras de boas maneiras estão intrinsecamente relacionadas ao comportamento social. As sociedades humanas, durante toda a história, elaboraram normas e estabeleceram princípios com o objetivo de orientar as relações entre coletivos e individuais. Muitas normas não foram colocadas pelo Estado, mas este seria responsável por punir aqueles que se não as seguissem, seriam penalizados, sendo até mesmo excluídos do convívio social.

Elias (1993) discorre que as transformações de costumes ocorrem quando a classe dominante busca meios para distanciar-se das outras classes, estabelecendo novos padrões de comportamento e que com o tempo passam a ser incorporados em um círculo vicioso. Deve-se compreender que as transformações de costumes são resultado da interligação entre os monopólios de violência física e dos meios econômicos de consumo e produção, que criam ambientes adequados para transformações sociais. Essa ligação gera fricções em determinados pontos da estrutura social, que vão motivar as transformações. A economia, a política, o dinheiro são engrenagens para as mudanças.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





Isso tudo certamente não resulta de uma idéia central concebida há séculos por pessoas isoladas, e depois implantada em sucessivas gerações como a finalidade da ação e do estado desejados, até se concretizar por inteiro nos “séculos de progresso”. Ainda assim, embora não fosse planejada e intencional, essa transformação não constitui uma mera seqüência de mudanças caóticas e não estruturadas (ELIAS, 1993, p. 193-194).

Com a junção de planos e ações isolados configura-se mudanças e modelos que nenhum indivíduo sozinho planejou ou criou. Desta forma, a trama de ações tornou-se complexa e grande, que aumentou o esforço para adequar-se, necessitando mais que o autocontrole individual, estabelecendo relações e instituições sociais. Consta-se com Elias (1993) que as transformações sociais acompanham a história humana e que condutas e instituições sociais são elaboradas por humanos e não devem ser naturalizadas.

Muito foi imposto em relação ao Estado nacional por meio da Tutela buscando construir e expandir a cidadania dos povos indígenas, mas a inserção destes no cenário político seguiu caminhos contrários. Os povos para que pudessem ter acesso a direitos essenciais e as terras em que habitam serem reconhecidas, era necessário que estivessem categorizados como “relativamente incapazes”, necessitando ter um tutor que os representasse.

O Serviço, ao ser criado como agente principal do exercício do Poder Tutelar, orientou suas ações a povos que eram concebidos como em *transição*, que seriam enquadrados no futuro como “trabalhadores nacionais”. Os indígenas entendidos como povos sem história própria, não possuíam tradições semelhantes aos brasileiros, eram “brasileiros pretéritos”. A civilização dos indígenas partia da transformação em mão de obra, devendo ser inseridos no mercado econômico e também aculturados na língua, vestimentas e religião do conquistador/colonos (LIMA, 1995).

Observa-se que, quanto mais inserido na sociedade nacional e na economia, como força de trabalho, mais era considerado “evoluído”. O que chama mais atenção é a relação entre “civilizados” e indígenas, como sendo uma possibilidade válida para o processo de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





inserção social. “O destino final da população indígena seria, pois, o mercado de trabalho rural, sob a rubrica de trabalhador nacional” (LIMA, 1995, p. 126).

O Poder Tutelar vai ser aplicado por meio de táticas utilizadas pelo SPI em suas ações para com os povos indígenas. A primeira era a *Atração* que recebia também a nomenclatura de *agremiação* ou *concentração*, e se dividia em dois momentos (LIMA, 1995, p. 178):

- Havia um direcionamento dos indígenas para *postos* do SPI, deixando seus territórios livres para colonização;
- Os indígenas eram induzidos a não continuarem com suas práticas culturais e sociais, devendo seguir as orientações dos funcionários dos postos, contra ações maliciosas dos civilizados. Deviam cada vez mais, ocupar seu tempo, para que não voltassem às práticas indígenas em momentos ociosos nos postos de atração.

Nesta etapa de atração havia a inserção de distintos povos na mesma convivência nos postos com pessoas civilizadas. Acreditavam que essa interação seria uma forma eficiente para formar uma identidade civilizada nos indígenas. Os povos indígenas colocados em postos deveriam servir à “ação civilizatória” (conjunto de táticas sobre os indígenas), já que teriam deixado o nomadismo, deveriam participar das atividades produtivas, na manutenção dos postos e até a comercialização dos excedentes agrícolas.

A segunda tática era a da *ação assistencial* na teoria e a *ação civilizatória* na prática, onde se objetivava a transformação de indígenas, principalmente os nômades, em lavradores sedentários. O primeiro ponto a ser observado sobre essa tática, é de que para se ter uma eficácia e eficiência das ações eram necessários recursos orçamentários para os postos. Isso trazia sérios problemas financeiros, pois a previsão de manutenção dos postos através do trabalho indígena com a comercialização de excedentes agrícolas e arrendamentos de terras não eram somados as receitas, o que não viabilizava o projeto inicial, possivelmente por causa das fraudes e desvios provocados por agentes do SPI (LIMA, 1995, p. 183).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





O ponto a ser alcançado era a *monetização da economia indígena*, ou seja, as ações do SPI visavam destruir todas as organizações sociais, econômicas e políticas praticadas pelos indígenas. Os indígenas sofreram várias formas de intervenção para inseri-los no mundo do trabalho, muitas vezes tinham que trabalhar com camponeses não indígenas, havia recompensas pelos desempenhos na produção.

Com essa busca incessante em transformar os indígenas em produtores, há necessidade de utilizar-se da violência explícita, mas que será “docilizada” em formas de controle que irão gerar a expropriação de terras e da mão de obra. Buscou-se até outros meios para que essa transformação ocorresse de forma mais rápida, como a sericultura (criação do bicho-da-seda) e a apicultura (criação de abelhas), por estarem mais próximas do grau evolutivo dos indígenas (LIMA, 1995).

Com as formas de trabalho tornou-se necessário mecanismos que mantivessem os indígenas nos postos. Passou-se a concepção de que os postos com seus grandes muros, seriam uma proteção aos males das ações estatais que poderiam atacar os indígenas. Elabora-se a ideia de que estariam protegidos em um escudo, mas que na verdade era um *cercos*, fazendo-lhes acreditar que teriam acesso a inúmeros benefícios estando dentro daqueles recintos, realidade que era encenada pelos agentes do Serviço.

Pode-se constatar a partir desta conceituação e contextualização que o Poder Tutelar, não se restringia em ações do SPI, estava presente nas relações entre civilizados civis e indígenas, dentro das repartições públicas, nas legislações pertinentes ao controle estatal. O Poder Tutelar é algo grandioso, com uma configuração extremamente complexa, que infelizmente não será possível discorrer sobre sua completude nesta pesquisa, mesmo sendo a maior causa dos de entraves e violações aos direitos humanos.

Considerações finais

Dois pontos foram principais para a construção ideológica do Poder Tutelar, a *bestialização* e *racialização* dos povos indígenas, isso no início do século XX. A bestialização os colocava na forma primitiva sendo comparados a animais, permitindo

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





sua escravização. A racialização como uma forma de categorização em uma escala evolutiva, onde estes estavam na base, na fase inicial.

Observando o papel da racialização na categorização dos povos indígenas, o Poder Tutelar é um mecanismo racista de dominação, que desde a suas primeiras conceituações coloca os indígenas como inferiores, dependentes, que demandam controle. Este mecanismo de controle tem uma configuração tão extensa e complexa, que conseguiu ser aplicado causando violações, e que não puderam ser prevenidas pela Declaração Universal de Direitos Humanos.

Estado sendo detentor do controle e poder é o que mais vai utilizá-los de maneira inadequada, gerando resultados nocivos qualitativamente quanto numericamente. O SPI pode ser categorizado nessa lógica, como aparelho repressivo, disciplinador e “civilizador”, possuindo uma organização burocrática com ramificações e estruturação complexa. Vai utilizar de um conjunto ideológico para justificar suas ações com os povos indígenas. Afirmo que nenhuma organização criminosa no Brasil vai conseguir se igualar tal poderio.

Referências bibliográficas

BOBBIO, Norberto. A era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992

ELIAS, Nobert. O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, v. II

FARAGE, Nádia; CUNHA, Manuela Carneiro da. Os direitos do índio. Ensaios e documentos. São Paulo: Brasiliense, 1987

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

FOUCAULT, M. Vigiar e Punir. 38ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. O Governo dos Índios sob a Gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992, p. 155-172.

_____. Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

_____. O exercício da tutela sobre os povos indígenas: considerações para o entendimento das políticas indigenistas no Brasil contemporâneo. *Revista De Antropologia*, São Paulo, USP, 2013, V. 55 N° 2.

_____. Tutela. Formação de Estado e tradições de gestão no Brasil. Rio de Janeiro: E-papers, 2014

MACHADO, Roberto. Foucault, a ciência e o saber. 4ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009

SAMPAIO, Patrícia Melo. Fronteiras da liberdade. Tutela indígena no Diretório Pombalino e na carta Régia de 1798. In.: LIMA, Antônio Carlos de Souza. Tutela. Formação de Estado e tradições de gestão no Brasil. Rio de Janeiro: E-papers, 2014

TEÓFILO DA SILVA, Cristhian; LORENZONI, Patrícia. A moldura positivista do indigenismo: A propósito do Estatuto do Índio para a proteção de povos indígenas no Brasil. In: TRINCHERO, Hugo et. al. (Org.). Pueblos indígenas, Estados nacionales y fronteras: Tensiones y paradojas de los procesos de transición contemporáneos en América Latina. Buenos Aires: CLACSO/Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras-UBA/Universidad Academia Humanismo Cristiano, 2014.

TEÓFILO DA SILVA, C. Regimes de Indianidade, Tutela Coercitiva e Estadania: Examinando a violência institucional contra indígenas no Brasil e no Canadá. *Rev. Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 194-222, jul./dez. 2016

TODOROV, Tzvetan. A conquista da América. A questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1988

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

FILMES DE ANIMAÇÃO PARA CRIANÇAS: LINGUAGENS, EDUCAÇÃO E CIVILIDADE

Luana Tainah Alexandre Braz
Pedagogia/FAED/UFGD
GPEPC/Grupo de pesquisa “Educação e processo civilizador”
E-mail: luana_tainah@hotmail.com
Sessão Workshop

Larissa Wayhs Trein Montiel
Doutorado em Educação FAED/UFGD
Docente da UFMS/Campus de Naviraí (CPNV)
GPEPC/ Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador
E-mail: larissawtmontiel@hotmail.com
Sessão Workshop

Resumo: Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa que objetivou verificar como os filmes de animação são trabalhados na educação infantil. Fundamentamos nossas reflexões em Elias (2009) quando compreende que os seres humanos não só podem, mas também devem aprender com outras formas de linguagens em uma sociedade. A partir disso, realizamos a pesquisa partindo do levantamento bibliográfico, observação no Pré I e II e uma entrevista semiestruturada com as crianças. Concluímos apontando, que elas interiorizam as experiências aprendidas fixando modelos de comportamento expressos nas suas projeções preferidas e a existência de relações de interdependência entre os indivíduos no espaço escolar.

Palavras – Chave: Relações de interdependência. Educação infantil. Filmes de animação.

Abstract: This work presents results of a research that aimed to verify how the animation films are worked in the children 's education. We base our reflections on Elias (2009) when he understands that human beings must learn with other forms of languages in a society. From this, we carried out the research starting from the bibliographical survey, observation in kindergarten and a semistructured interview with the children. We conclude that they internalize the experiences learned by establishing models of behavior expressed in their preferred projections and the existence of interdependence relations between individuals in the school space.

Keywords: Relations of interdependence. Child education. Animation films.

Introdução

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





A televisão a partir das suas diversas formas de transmissão de suas programações não faz distinção entre a fase adulta e a infância. Ela está sempre acessível para ser assistida a qualquer momento. É um mecanismo considerado de fácil entendimento por atrair a atenção de todos que assistem, assim também o é para as crianças de até 6 anos, as quais visualizam sequências de imagens bastante coloridas e aproximadas do real, cheias de animações e músicas contagiantes de rápida memorização, possibilitando que passem horas assistindo à programação, paradas, apenas assimilando gestos e palavras.

[...] a televisão destrói a linha divisória entre infância e idade adulta de três maneiras, todas relacionadas a sua acessibilidade indiferenciada: primeiro, porque não requer treinamento para apreender sua forma; segundo porque não faz exigências complexas nem à mente nem ao comportamento, e terceiro porque não segrega seu público [...] Dadas as condições que acabo de descrever, a mídia eletrônica acha impossível reter quaisquer segredos. Sem segredos, evidentemente, não pode haver uma coisa como infância (POSTMAN, 1999, p. 94).

Podemos considerar a partir disso que o problema dessa pesquisa foi verificar como o filme de animação vem sendo trabalhado na pré-escola, percebendo a escolha e o interesse das crianças nesse processo. É possível considerar que esse tipo de linguagem é presente no cotidiano das crianças, seja em suas casas, cinemas ou escolas, assim como, o interesse em assistir repetidas vezes, as mesmas produções. Ou seja, compreender quais são os títulos e personagens preferidos, e tempo dedicado a essas exposições midiáticas. Buscamos compreender quem escolhe e coloca o recurso para as crianças e em que determinado momento isso acontece nas instituições de Educação Infantil. A proposta metodológica foi pensada no ato de ouvir as crianças e observá-las nas ações enquanto assistem os filmes de animações, a fim de verificar o que sentem e como interagem durante a exibição. Esperamos com este estudo ouvir as crianças no sentido que:

[...] a escuta das crianças foi incluída como estratégia fundamental para ampliar-se o repertório relativo ao direito e à

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





qualidade da Educação Infantil, considerando-se pontos de vista que geralmente estão excluídos das discussões sobre políticas e práticas educacionais (CRUZ, 2008, p. 302).

Ou seja, devemos ouvi-las, o que “significa dizer que o ponto de partida de toda investigação sociológica é uma pluralidade de indivíduos, os quais, de um modo ou de outro, são interdependentes” (ELIAS, 2001, p. 184), diante disso ouvimos suas dúvidas, preferências, opiniões e fatos da sua vida. Essa prática deve abranger desde seus lares até creches e escolas. É a partir desse questionamento que se desenvolve esta pesquisa, de procurar perceber o que ela sabe e como pensa, fomos realizando a intervenção, partindo da escuta e da percepção delas sobre as práticas pedagógicas vivenciadas. Tais indagações nos permitem discutir sobre a possibilidade de realizar uma reflexão sobre as práticas educativas midiáticas e sua utilização no cotidiano das crianças da educação pré-escolar.

Filmes e desenhos na infância

A infância é um período da vida que possibilita inúmeras e novas experiências, e o cinema é uma forma de arte que faz uma leitura específica de compreensão do mundo. Portanto, compreendemos a infância:

Como um dos períodos fundamentais para a experiência humana, como o início da vida e do estabelecimento das relações com o mundo exterior. Vejo-a também como um período de aprendizagens e de vivências sociais, que lhes possibilitam formar-se como pessoas, dando continuidade às gerações (SARAT, 2004, p. 16).

É na infância que aprendemos a falar, gesticular, a expressar nossos desejos e vontades e a repetir o que os adultos ensinam ou que as crianças observam no comportamento dos demais à sua volta. Na infância ainda aprendemos a viver em conjunto, a conviver com outras crianças e a dividir os mesmos espaços, e assim vamos

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





vivenciando tudo por meio de experiências. É também ao crescer em grupo que a criança aprende a fala articulada.

Somente na companhia de outras pessoas mais velhas é que, pouco a pouco, desenvolve um tipo específico de sagacidade e controle dos instintos. E a língua que aprende, o padrão de controle instintivo e a composição adulta que nele se desenvolve, tudo isso depende da estrutura do grupo em que ela [a criança] cresce e, por fim, de sua posição nesse grupo (a figuração) e do processo formador que ela acarreta (ELIAS, 1994, p. 27).

Pensamos este viver em grupo e estar em companhia de pessoas mais velhas no âmbito escolar e familiar no qual há espaço para muitas aprendizagens. A criança necessita de alguém mais velho ou mais experiente para que aos poucos ela vá aprendendo e se desenvolvendo, nesse processo formativo. O mesmo pode ser percebido na relação homem e máquina, imagem e pessoa, animação e criação. Para tanto, o filme não precisa ser extinto da vivência da criança. Nós podemos aprender novas formas de conviver e de educação, no caso, deste trabalho a educação midiática pois o processo educativo é fundamental.

[...] os seres humanos não só podem, mas também devemos aprender com outras formas pré-existent de linguagens de uma sociedade específica. Eles devem aprendê-las não só para se comunicar com os outros, mas também para se tornarem indivíduos totalmente funcionais (ELIAS, 2009, p. 27).

A criança aprende ao assistir filmes e desenhos, aprende com o meio que vive e na infância torna-se um momento em que ela está aberta para novas experiências, quer conhecer coisas e deve ter em seu meio condições para que isso seja possível. Os recursos midiáticos como filmes de animação também podem fazer parte disso. Independente da forma de exibição, as crianças se comunicam, imitam o que veem, e interiorizam as experiências aprendidas na infância. Entre as vivências da criança está o espaço da escola

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





neste processo, no qual passam grande parte do seu dia, e mantém contatos e se relacionam com outras crianças e adultos.

As crianças na pesquisa

Como parte empírica da pesquisa, realizamos o método de entrevista semiestruturada, com a utilização do termo de consentimento livre esclarecido, para ouvir a criança. Reconhecendo assim a importância da entrevista. Podemos considerar que:

A entrevista, também elemento básico para a coleta de dados por preservar o caráter da interação e a captação imediata e corrente da informação desejada [...] principalmente se utilizada de forma não totalmente fechada. Desse tipo, é chamada de semiestruturada, —onde não há a imposição de uma ordem rígida de perguntas, o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que, no fundo, são a verdadeira razão da entrevista (LÜDKE E ANDRÉ, 2013, p. 39).

Quando partimos do interesse das crianças, conhecendo seus gostos e preferências podemos intervir na sua prática cotidiana na instituição. Logo, a importância de se apropriar das experiências e conhecer a rotina das crianças, seus contextos, perceber sua singularidade. Conforme Ferreira (2016, p. 12) relata “[...] precisamos conhecer as crianças e as experiências que vivenciam no dia-a-dia, e saber delas o que significam tais experiências. Precisamos nos despir do olhar simplista, da dimensão padronizada, descompactar o tempo e o espaço [...]”. Percebendo as “figurações” que estão presentes no espaço e tempo escolar nas relações entre adultos e crianças.

Desta maneira, entrevistamos quatro crianças das salas do Prél I e II de uma Escola Municipal da cidade de Dourados - MS. As mesmas possuíam entre 5 a 6 anos de idade, ao serem indagadas sobre quais filmes e desenhos gostavam mais e a frequência que assistiam. Obtivemos as seguintes respostas:

(C1) da galinha pintadinha e da princesa, já assisti duas vezes.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





(C2) *bob esponja e a vaca e o frango, que falava o dia a dia de uma vaca e um frango, eu acho que já assisti um milhão de vezes.*

(C3) *os vingadores, já assisti mais de dez vezes.*

(C4) *o da super Pink, ela é uma super heroína e do meu amigão que tem um monte de amiguinhos, cada um tem um bichinho, eu só assisti na escola (CRIANÇAS 1,2,3,4, 2017).*

É possível perceber que a maioria já assistiu mais de uma vez a cada filme de animação, e se lembra do que assistiu pois conseguem fazer uma síntese do tema e do título. Segundo Nunes (2003, p. 23), “as crianças, em geral, aprendem com muita facilidade. Têm olhos e ouvidos que registram tudo, armazenando conhecimentos, assimilando fatos, aprimorando suas experiências ao longo de seu desenvolvimento”.

A partir daí, foram levantados alguns questionamentos com o intuito de ouvir as crianças quanto a sua rotina com filmes de animação, sobre quais horários elas mais assistiam aos filmes, suas respostas foram:

(C1) *Depois de ir para a escola, eu brinco um pouquinho, aí eu assisti.*

(C2) *Eu pego o celular da minha mãe depois eu vou dormir, mamãe de dia e depois acordo e depois eu assisto os desenhos.*

(C3) *Antes de vir para a escola. Eu falo para a minha mãe para baixar lá. Daí quando ela acaba de baixar eu vou assistir.*

(C4) *Só depois que eu chego e quando a minha mãe deixa. E quando ela pede para mim colocar desenho para a minha irmã e eu gosto também da galinha pintadinha. Ela deixa eu pegar o note, ele é pesado mais eu aguento. É meio pesado[...] (CRIANÇAS 1,2,3,4, 2017).*

Podemos perceber pelos relatos das crianças a presença do “hábito” de assistir filmes diariamente. Elas costumam assistir com muita frequência em suas casas, assim como a utilização de outros dispositivos tecnológicos além da televisão e o DVD, celular, tablet e Notebook. Távola (1998, p. 48) diz que “as crianças usam a TV como uma das fontes de onde extraem material para organizar e interpretar suas experiências vividas”. Segundo ele, “as crianças se prendem a cenas que descrevam processos nos quais podem participar”.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Diante desta perspectiva procuramos podemos considerar que ouvir as crianças quanto aos seus personagens preferidos.

(C1) *A princesa, porque ela casa com o príncipe [...]*

(C2) *Meu personagem preferido é o Hello Neighbor.... É um vizinho maluco que você tem que descobrir o que tem no porão secreto, ele não te deixa, se você abrir e não aguentar, ou se não[...]ele te pega e enterra. Ele tem um bigode é muito esquisito. Eu assisto Hello Neighborer faz milhões de dias.*

(C3) *O capitão américa. Por isso que eu to com essa camiseta (mostra ela). Eu tenho a fantasia dele. O short e a máscara. Sabe o que combina mais com a fantasia? O escudo eu também tenho o escudo e o martelo do Tor.*

(C4) *A super Pink.[...] acho legal a aparência dela (CRIANÇAS 1,2,3,4, 2017).*

Nunes nos ajuda a pensar a criança de forma que “mesmo sem saber compreender frases inteiras ou sequer ler, utiliza os sentidos para explorar o que existe a seu redor” (NUNES, 2003, p. 80). Foi possível perceber que as crianças têm os seus personagens preferidos, as meninas (C1 e C4) gostam das personagens femininas e se encantam com o final feliz da história, um conto de fadas como os das princesas que casam com seus príncipes e são felizes para sempre, ou ainda de uma super menina Pink que chama a atenção pela aparência, e no seu imaginário ao assistir deseja ser igual a personagem. Já os meninos (C2 e C3) demonstram gostar muito dos personagens, um deles até resume a história com detalhes e aponta que assiste há “milhões de dias”. A outra criança se encontrava no momento da entrevista com vestimenta do seu personagem e relata ter outras peças do mesmo personagem. Com isso é possível perceber que “As crianças assistem praticamente tudo e, de alguma forma, estão elaborando o que assistem. Compete aos responsáveis decidir o que fazer com essa informação” (FERRARI, *apud*, BEZERRA, 1999, p. 116).

Pode-se perceber, que as crianças não veem o ato de assistir filmes e desenhos como algo fora da rotina, ou que deve ser feito nas horas vagas. Eles entendem que é algo integrado na sua prática diária. Assim, naquele horário todos os dias as crianças “param”

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





para assistir por determinado tempo. Elias (2002, p. 47) aponta que “Criança precisa de natureza, de espaço para correr, brincar e deixar a imaginação à solta. Não pode ficar tempo demais diante da TV”.

Tendo em vista o instrumento de coleta de dados, esta pesquisa direcionou-se também para a observação das crianças na sala de atividades no momento da exibição de filmes infantis. Com o intuito de analisar melhor as posturas, comentários e compreensão que o grupo adquire ao assistir determinado título, além da intervenção docente. O que procuramos realizar foi conhecer a criança, participando ao seu lado e interagindo, no seu espaço, ouvindo suas dúvidas, opiniões o que importam dizer, assim acreditamos que estamos compreendendo como um ser social. Um ser que se encontra em vários lugares e interage neles e vivência.

Diante disso, Lüdke e André (2013, p. 31), apontam que a observação “é o principal instrumento de investigação, sobretudo por permitir —a experiência direta e chegar mais perto das perspectivas dos sujeitos e a apreensão do significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações”.

A observação aconteceu em duas salas do Pré I e II matutino e vespertino, ambas com 12 crianças em 2 encontros. No primeiro momento, na sala do período matutino, a escolha do filme foi pelo fato da professora estar trabalhando o tema folclore com as crianças, para tanto, acreditamos que a professora tenha realizado um planejamento (mesmo que tenha elaborado mentalmente alguma estratégia) de sua atividade, contudo, não tivemos acesso a nenhum planejamento prévio. Desta forma, a professora introduziu o assunto com um pequeno vídeo que falava sobre algumas lendas, exibido pelo Notebook e as crianças juntamente com ela sentadas ao chão. Ao término do vídeo, a professora conversou com as crianças e respondeu a algumas dúvidas. De forma que foi possível verificar que a professora possui um envolvimento com as crianças e procura sempre conversar com elas.

No segundo momento, a professora direcionou as crianças para a sala de tecnologia que já estava preparada para recebê-los, com cadeiras direcionadas à frente da data show, para assistirem o filme “O Saci”. As crianças ficaram bem atentas e quase

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





não faziam comentários, a professora solicitou muito silêncio. A relação entre a professora e as crianças precisa ter diálogo, o que não observamos neste dia e nessa exibição.

Programas que combinem criatividade, educação e entretenimento e que respeitem a inteligência das crianças são desafiadores e, conseqüentemente, agradáveis. Tal participação vai até onde criadores e produtores conseguirem entrar no universo infantil, contribuindo para maior aprendizagem e estímulo da curiosidade (CARMONA, 2002, p. 333).

Já a observação do Pré II período vespertino, a exibição ocorreu pelo motivo de ser um dia chuvoso, a professora estava com as crianças em sala, sentadas nas cadeiras, em uma posição nada confortável, e as crianças tinham de ficar com o pescoço virado para assistir ao filme “O cão e a raposa”, de quase duas horas de duração, em uma pequena TV na parede da sala de atividades. A professora iniciou a atividade fazendo uma conversa sobre o assunto que se tratava o filme. Durante a exibição do filme as crianças faziam perguntas e comentários.

Com o passar do tempo as crianças começaram a se debruçar sobre as mesas, cansadas, pela posição desconfortável e começaram a perguntar se faltava muito para acabar. Ao término da atividade fílmica a professora perguntou a cada criança qual parte que mais gostaram do filme assistido.

Nas relações que estabelecem entre as crianças e os adultos possibilitou compreender que os indivíduos existem em “figurações e só podem ser entendidos dessa forma por meio das relações de interdependência entre os indivíduos que se agrupam em figurações específicas” (ELIAS, 2006, p. 26). Assim, as relações de interdependência entre indivíduo e sociedade se constituem ao longo do processo social e histórico formando redes de relações. Como explica Landini (2005, p. 06)

[...] os processos que ocorrem nessas figurações possuem dinâmicas próprias, dinâmicas nas quais razões individuais possuem um papel, mas não podem de forma alguma se reduzidas

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





a essas razões [...] [...] o termo figuração pode ser definido como redes formadas por seres humanos interdependentes, como mudanças assimétricas em uma balança de poder, enfatizando o caráter processual e dinâmico das redes criadas por indivíduos.

Para tanto, ao observar as crianças durante as exposições percebemos as diferenças nas práticas docentes, foi possível notar que essa diferença afeta na qualidade da exposição e na compreensão das crianças, logo os professores podem trabalhar com filmes de animação de forma que possibilite realizar uma intervenção, com um propósito, dentro do planejamento e procure ouvir e registrar o conhecimento prévio e posterior das crianças, o filme de animação começa a fazer sentido em sua prática pedagógica, começa a ser significativo. Caso contrário teremos uma mera exposição que não se distingue da exposição feita nos seus lares, sem contexto pedagógico.

Considerações finais

Partindo das leituras e indagações feitas no início desse estudo, podemos considerar que a pesquisa possibilitou a compreensão de conceitos como o de figuração proporcionou reflexões sobre a relação adulto e criança com a mídia, como cada indivíduo se manifesta nesse processo de interdependência.

Observar e ouvir as crianças na prática na Educação Infantil possibilitou compreender o quanto as crianças são e não são o centro da ação pedagógica e como ela é representada nessa figuração e sua reação com a mídia e o adulto, como quando os filmes são escolhidos as vezes por alguém mais velho, ou pelas próprias crianças.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução. Brasília: MEC, 1999, p.13.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em:

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

http://www.crmariocovas.sp.gov.br/Downloads/ccs/concurso_2013/PDFs/resol_federal_5_09.pdf
Acesso em: jun. 2017.

CARMONA, B. A participação da criança na televisão brasileira. In: CARLSSON, U; FEILITZEN, C. V. (orgs.) A criança e a mídia: imagem, educação, participação. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2002.

CRUZ, S. H. V. (org.). A Criança Fala: a escuta de crianças em pesquisas. São Paulo: Cortez, 2008.

ELIAS, E. Quem cria infantis evita a TV. In: JUNIOR, L. C. P. (org.). A vida com a TV: o poder da televisão no cotidiano. São Paulo: Senac, 2002.

ELIAS, Escritos e ensaios. 1 Estado, processo, opinião pública. Org. por Frederico Neiburh e Leopoldo Waizbort. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ELIAS, N. A sociedade dos indivíduos. Org. por Michael Schöter. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ELIAS, N. Sobre os seres humanos e suas emoções: um ensaio sob a perspectiva da sociologia dos processos. In: Gebara, A. WOUTERS, C. O controle das emoções. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

FERREIRA, E. A participação das crianças na sua Educação. Disponível em <http://www.uel.br/grupoestudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais14/arquivos/textos/Comunicacao_Oral/Trabalhos_Completos/Eliana_Ferreira.pdf> acesso em 27. Set. 2017.

LANDINI, T. S. A Sociologia processual de Norbert Elias. Anais do IX Simpósio Internacional Processo Civilizador. Ponta Grossa, Paraná, 2005. Disponível em: www.uel.br/grupoestudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/.../art27.pdf Acesso em: maio de 2018.

LUDKE, M. e ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2013.

MEDEL, C. R. M. de A. Educação Infantil: da construção do ambiente às práticas pedagógicas. 4 ed. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. 224p.

NUNES, V. Pra gente grande entender melhor a criança. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

POSTMAN, N. O Desaparecimento da Infância. Tradução: Suzana Menescal de A. Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1999.

SARAT, M. Histórias de estrangeiros no Brasil: infância, memória e educação. Piracicaba, 2004. (Tese de doutorado em educação), Universidade Metodista de Piracicaba, defendida em 2004).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

SARAT, M. Educação, Memória e Gênero: contribuições de Norbert Elias. *Intermeio*: revista do programa de Pós-Graduação em Educação da UFMS, Campo Grande, MS, v.17, n.33, p.118-139, jan/jun. 2011. Disponível em: <http://www.intermeio.ufms.br/ojs/index.php/intermeio/article/view/9> Acesso em: jul.2018.

TÁVOLA, A. TV, Criança e Imaginário. In: PACHECO, E. D. (org.). *Televisão, Criança, Imaginário e Educação: dilemas e diálogos*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1998.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

A COMPLEXIFICAÇÃO DO PROCESSO CIVILIZADOR NOS DISCURSOS DA MÍDIA ESPORTIVA NO MIXED MARTIAL ARTS - MMA FEMININO

Ms. Luara Faria dos Santos
Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão
luarafaria@hotmail.com

Dr^a Ana Carla Dias Carvalho
Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão
anacarla.carvalho72@gmail.com

Resumo: O objetivo é analisar a participação da mulher no MMA (Mixed Martial Arts) a partir dos discursos da mídia esportiva. O esporte, constituinte do processo civilizador (ELIAS e DUNNING, 1992) que privilegia a ‘excitação’ no contexto de controle social vigente; aliado ao conceito de informalização de Wouters (1986) são chaves interpretativas para o percurso de análise sobre a recente e crescente participação feminina no esporte de combate, que consiste na flexibilização dos códigos, valores e comportamentos deste espaço social predominantemente masculino. A inserção feminina no MMA e em outros espaços de poder parece contribuir com a tessitura de novos mecanismos de controle social, particularmente dirigidos a produção do corpo feminino, ao mesmo tempo em que permite um equilíbrio desigual da tensão entre os poderes de poderes entre homens e mulheres que representam a complexificação do processo civilizador.

Palavras-chave: Processos civilizadores. Mulher. MMA.

Introdução

O texto tem o objetivo de discutir aspectos dos discursos da mídia esportiva sobre a presença da mulher no universo do MMA (Mixed Martial Arts), que em nossa análise, podem representar a complexificação do processo civilizador. Utiliza-se do clássico “A Busca da Excitação” escrito por Norbert Elias em parceria com Eric Dunning que, trata o fenômeno esportivo na modernidade como constituinte do processo civilizador e como atividade privilegiada de ‘excitação’, por compreender níveis toleráveis de exaltação e descontrole no contexto em que predominam o controle social e o autodomínio sob a égide da subordinação à ordem.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





Além de dois hipertextos alojados no site Combate²⁰¹, que é parte do conglomerado de mídia do grupo globo. O website combate retroalimenta o sistema de promoção e informação sobre o MMA no mundo, e particularmente veicula a trajetória dos brasileiros e brasileiras rumo ao UFC (Ultimate Fighting Championship), seus principais resultados e os eventos correlatos ao espetáculo.

A partir dessa veiculação o esporte tem sido amplamente divulgado com reportagens sobre o universo dos combates e sobre o cotidiano da vida dos lutadores e lutadoras, personagens do espetáculo. Para a análise privilegiou-se a identificação de informações que compõem os discursos sobre as mulheres que lutam profissionalmente o MMA especialmente, seu perfil, histórico, objetivos e motivações na participação no esporte de combate. Como recorte, elege-se as reportagens veiculadas entre aos anos de 2017 e 2018.

A partir dos discursos da mídia esportiva sobre a participação da mulher no MMA buscou-se evidenciar também a percepção de si mesmas, isto é, como as atletas percebem sua própria representação na sociedade. O eixo de análise decorre, pois, da identificação de rupturas e convenções sobre o significado da profissão lutadora e o lugar da mulher atleta de MMA na sociedade.

Nas sociedades contemporâneas sublinha-se a especial representatividade do “esporte moderno” como um fenômeno que tem se constituído como unânime em adesão social e cultural. De acordo com Dunning (2008), o esporte é ubíquo pois suas práticas, assistência e subprodutos se expandiram universalmente, ao mesmo tempo em toda parte, configurando-se em um fenômeno onipresente. Uma espécie de “idioma comum” a todos, certamente é difícil contestar a relevância e impacto político e econômico de eventos como os Jogos Olímpicos, a Copa do Mundo de Futebol e recentemente o UFC - Ultimate Fighting Championship.

No fenômeno esportivo expressa-se uma complexa e intrínseca rede de relações sociais que constituem-se de valores que parecem estar em oposição e harmonia num

²⁰¹ Site Combate Disponível em: <https://sportv.globo.com/site/combate/>



mesmo contexto. Competição e cooperação, conflito e harmonia, racionalidade e irracionalidade, são características que fundamentam o sistema esportivo apresentando-se como incompatíveis e, até mesmo opostas - polarização esta que consagra o fenômeno promotor de tensão e descontrole geradores típicos do prazer e que, por vezes, extrapolam quaisquer normas e níveis aceitáveis de civilidade.

Os conceitos de formalização e informalização desenvolvidos por Wouters (1996), contribuem para explicar o equilíbrio tenso que envolve o processo civilizador. Em linhas gerais, evidencia-se que os processos de regulamentação de direitos sociais e de um reposicionamento da ordem a partir de mecanismos jurídicos guardam sua relação com o processo de formalização, enquanto que as flexibilizações das tensões/leniência sobre a moral, os valores e comportamentos de grupos sociais distintos possui relação com o processo de informalização, que admite um posicionamento mais favorável aos grupos sociais subordinados.

É preciso destacar que toda informalização é posterior a um processo de formalização. Portanto, as flexibilizações da vida social são decorrentes de controles e auto-controles gerados anteriormente pelo processo de formalização.

Tal processo ocorre em ondas e contra-ondas, numa tensão permanente rumo ao controle controlado das emoções sociais. Assim, as ondas de informalização foram seguidas por novas ondas de formalização, especialmente, a partir do final do século passado. E a tendência à informalização identificada nesse processo, no qual a vida social tornou-se menos regulamentada, permitiu várias outras conformações antes não permitidas.

Assim sendo, conformam a vida social novas condutas e estilos de vida sintonizados com tendências de informalização, que no decorrer do desenvolvimento compreende sua forma em espiral, constituindo a formalização do informal, ou seja, novos aspectos são assimilados em um código de conduta estabelecido e dominante a partir daí, tem se alternativas comportamentais. (WOUTERS, 1996).

A investigação em tela, portanto, dá-se a partir dos desenvolvimentos dos processos civilizatórios na qual tem consequências nas condições sociais subjacentes aos

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





movimentos coletivos de sentimento, alterações de conduta e mudanças no nível de consciência moral das sociedades. Especialmente, no que se refere a participação da mulher no esporte. Esses desenvolvimentos por vezes abrangentes pressupõe mudanças no posicionamento dominante em relação a vida social, tais mudanças, por sua vez, representam revisões de questões sociais, autobiográficas, autoimagem, imagens do passado coletivo. (WOUTERS, 1996)

A participação feminina no MMA - equilíbrio tenso

As lutas tem sua gênese como forma de autodefesa com o objetivo de resolução de conflitos. Como parte da cultura, as lutas podem ser muito significativas para pensar os desenvolvimentos das sociedades levando em conta seus aspectos lúdico, educacional e ritualístico. (ALVES JR. 2006)

Sua esportivização veio a ocorrer como parte do processo civilizatório (ELIAS, 1992). Torna-se conveniente destacar que lutas com poucas regras ocorrem desde os primórdios das humanidade, no entanto, durante o século XX houve aproximações e hibridizações entre modalidades de lutas: nos anos 60 e 70 ocorreram diversos eventos entre lutadores estadunidenses e japoneses, enquanto que no Brasil destacam-se eventos de lutas com poucas regras protagonizados por membros da família Gracie, representantes do Jiu-jitsu contra lutadores de judô, capoeira, entre outras modalidades, com o objetivo central de comprovar a eficácia de uma modalidade de luta sobre a outra. (VASQUES e BELTRÃO, 2013).

Uma das principais inspirações para o MMA, tem origem brasileira e refere-se às competições de vale-tudo que até os anos de 1980 vigoravam sob regras simples, sendo proibido apenas “morder o adversário” e “colocar o dedo no olho”. Não havia classificação de peso, rounds, tempo limite, júris e nem pontuações. Competiam para solucionar a questão que norteia a história das lutas “vence o mais forte”. O final da luta era por nocaute ou submissão. Os atletas participantes tinham formação e representavam

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





diversas modalidades entre elas destacam-se: boxe, karatê, luta livre, kickboxing, judo, jiu-jitsu e muay thai. (VASQUES & BELTRÃO, 2013).

Sabe-se que os esportes de combate tem sido historicamente dominado pelos homens. No entanto, compreende-se que a conquista de participação da mulher é parte do processo de desenvolvimento deste esporte, bem como da sociedade.

Antes demarcado como território estritamente masculino, o MMA tem se constituído simbolicamente mais aberto, sintonizado com práticas culturais mais permissivas associado a participação controlada das mulheres, acompanhando a tendência civilizadora de aumento da sensibilidade a violência.

Com isso, parece-nos que a presença da mulher no MMA é parte da complexificação do processo civilizador também pela tensão desigual de uma concessão/permissão/informalização e da regulação, com base nos costumes sociais formalizados, sobre quais motivações/justificativas se admite a participação feminina nos esportes de combate.

Os ideais de figuração relativos às desigualdades de poder, conformam características presenciadas em diversas camadas de representações sociais, a exemplo disso, observa-se relações marcadas pela desigualdade de poder, ou noutros termos, por polaridades de dominação x subordinação entre homens e mulheres, chefes e empregados que se expressam também nas relações entre pais e filhos, professores e alunos, líderes religiosos e políticos e seus seguidores. Conseqüentemente, de acordo com a diminuição das relações de poder desiguais aumentam-se os níveis de informalidade.

Assim, tem-se uma transição da informalização para a formalização (e vice-versa), de modo que se ressignificam as relações sociais a partir das mudanças nas imagens dominantes do passado e do presente. Nesse sentido, pode-se dizer que a flexibilização da participação da mulher nas lutas, antes proibida em lei e justificada em virtude da natureza física frágil e dócil, decorre de um processo de controle social mais amplo, ou seja, as mulheres além da prática de esportes estavam privadas de participação em vários espaços de poder.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





O que houve foi a flexibilização no que tange a participação desses espaços, o que não representa necessariamente a igualdade de direitos de modo amplo todavia, aparecem como modificações sociais importantes no quadro de desigualdade de poder em vigor.

Nas primeiras Olimpíadas da era moderna em Atenas 1896, não foi permitida a participação das mulheres, o argumento central para a exclusão feminina emitido pelo barão de Coubertin, idealizador do Jogos estava ancorado no mito da maternidade e no papel de reprodutora que a mulher exercia na sociedade patriarcal do final do século XIX. Quatro anos mais tarde nos Jogos Olímpicos de Paris, dezenove atletas quebraram esse mito cultural e competiram em duas modalidades, o tênis e o golfe. Nos Jogos da Austrália (2000), um século depois o quadro de participação feminina havia se modificado radicalmente, dos 28 esportes presentes na competição, 26 contaram com a participação das mulheres nas disputas, com a exceção do boxe e da luta livre. (MOURÃO, 2003).

No Brasil, a participação das mulheres nos esportes de combate foi proibida conforme o Decreto de nº 3.199 do Conselho Nacional do Desporto - CND, Art. 54. “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com sua natureza, devendo para este feito, o CND baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”. Embora com a proibição muitas atletas participavam dos esportes de combate, especialmente as Artes Marciais, mesmo sem participar de competições. Em 1975, o CND deliberou normas para a prática feminina nos esportes, segundo a qual “Não é permitida a prática feminina de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo, halterofilismo e beisebol” sob pressupostos que consubstanciam o mito do sexo frágil. Em 1979, uma equipe feminina de quatro atletas participou do SulAmericano de Judô no Uruguai rompendo com mais esse tabu (MOURÃO, 2003).

Em 2011, em entrevista para o website TMZ, o presidente do UFC Dana White, ao indagado sobre a possível participação feminina no MMA veementemente anunciou que as mulheres jamais participariam do UFC. Contudo, apenas dois anos depois, Ronda Rousey “abriu as portas do UFC” para as mulheres. A atleta, quando contratada pelo UFC tinha em seu currículo nove vitórias no MMA, campeã do Strikeforce, judoca medalhista

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





olímpica. Além de seus resultados, somavam-se ao seu favor, sua presença constante em revistas, programas de TV e até participação como protagonista em filmes de Hollywood.

Ronda, dona da combinação “agressividade, carisma e beleza”, ao adentrar o UFC, colabora para a complexificação do processo civilizador no que tange à possibilidade de vigilância sobre o corpo e o comportamento da mulher, isto é, sua imagem enfatiza o ideal de feminilidade que necessita ser assegurado como parte de um contrato implícito de participação, ao mesmo tempo em que se demarcam níveis mais toleráveis de exaltação e descontrole no contexto do MMA.

A partir daí, houve 16 eventos em que a luta principal da noite contemplou a disputa entre mulheres. Embora seja recente, evidencia-se um crescimento expressivo da participação feminina no MMA.

O Ultimate Fighting Championship - UFC, organização de MMA que produz eventos no mundo, atualmente possui 65 atletas divididas em quatro categorias: Peso-Palha (Strawweight até 52,2kg.); Peso-Mosca (Flyweight) até 56,7kg; Peso-Galo (Bantamweight) até 61,2kg; Peso-Pena (Featherweight) até 65,8 kg. Em geral, os lutadores/as não tem um salário mensal, recebem por luta, a partir do posicionamento dos lutadores/as no ranking e de acordo com a importância do evento e seus patrocinadores. Em caso de vitória recebem uma bonificação adicional, além disso, são concedidas premiações em dinheiro para atletas de destaque nas categorias “Luta da Noite”, “Nocaute da Noite” e “Finalização da Noite”.

De acordo com pesquisa realizada pelo website ESPN.com.br, em 2015, em que foram considerados os lutadores e lutadoras que constam no site oficial do UFC, totalizam 547 profissionais, sendo 496 homens e apenas 51 mulheres, (pouco mais do que 10%). A média dos salários pagos é de 27,8 mil dólares por luta. Os homens recebem em média 29,4 mil dólares. Já as mulheres recebem em média 11,6 mil dólares, portanto, as mulheres recebem 39,4% da média dos recebimentos dos homens ou seja, menos da metade da média da remuneração dos lutadores.

Desde 2011, no Brasil as lutas de MMA são transmitidas, ao vivo com exclusividade pelo pay-per-view, através do Canal Combate. Ocorre ainda, a transmissão

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





de reprises em TV Aberta pela TV Globo, alcançando milhões de telespectadores, além da transmissão das lutas a emissora produz um reality show - Contender, em que os lutadores são confinados em uma casa e lutam entre si, o programa reúne novos talentos que vem se destacando em eventos menores e atletas com passagem pelo UFC, os selecionados são premiados com contratos profissionais.

O programa consiste na lógica de produção e veiculação do produto MMA, tendo como objetivo central alimentar os consumidores sobre o esporte, conhecendo os lutadores, as técnicas, a lógica interna do espetáculo. Assim, é uma forma circulação de informações e acompanhamento do "agendamento esportivo".

Nesse sentido, o programa garante a emoção dos telespectadores que se dá não somente pela produção da tensão decorrente do combate em si como nos esportes tradicionais, mas também pela tensão de quebrar as normas de violência amplamente aceitas. Destaca-se que essa excitação, não é a mesma decorrente da excitação do jogo, mas a excitação do extraordinário, do que é comumente proibido. (VASQUES e BELTÃO, 2013).

Então, a imagem de mulheres em combate antes para muitos e muitas impensável passa a fazer parte de processos de desenvolvimento social. Segundo Wouters (1996) essas imagens sociais passam a serem vistas cada vez mais e conformam ativamente esses processos. Alguns desses novos caminhos admitidos pela sociedade parecem mais radicais em uma direção, ou em outra representam mudanças profundas na mentalidade dominante, todavia se esses novos caminhos forem examinados numa tessitura social mais ampla, pode-se inferir que eles não são tão radicais e profundos assim.

Essas modificações em termos de equilíbrio de tensão e das sucessivas fases dos processos civilizatórios que, numa perspectiva de mais longo prazo, se desenvolvem em uma direção específica. Com a emergente tensão entre formalização e informalização como parte do processo civilizador, especialmente como meio de tolerância aos comportamentos sociais dos grupos subordinados.

Assim, com a recente e significativa expressão feminina no MMA revela-se um um processo de permissão controlada isto é, de informalização, na medida em que são

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





flexibilizados os objetivos, motivos, interesses, sensações e violência no processo de construção dos significados acerca da mulher nas lutas.

Análise dos dados: o discurso da mídia esportiva sobre a participação feminina no MMA

Apresenta-se a seguir, a descrição e análise de duas reportagens que situam a participação de duas atletas de MMA. Sob o título “Marina Rodriguez se inspira no irmão para conquistar vaga no UFC Contender” uma breve biografia da atleta é traçada. Com nove vitórias, Marina tem a chance de conquistar uma vaga no UFC através de seletiva “Contender Brasil”. A atleta declara possuir apoio integral da família, pois esta reconhece a sua profissão, seu potencial e aposta em seu futuro promissor no MMA (COMBATE, 2018).

Apesar de a reportagem trazer elementos sobre a trajetória profissional da atleta, destacam-se trechos de sua fala que evidenciam algumas vantagens subjetivas, como exemplo: “Eu vou mostrar o meu potencial. A agressividade, que é meu diferencial”. Todavia, o potencial e agressividade citados pela atleta não tomam relevo na reportagem. A ênfase do texto é dedicada a inspiração da atleta na vida de um dos irmãos, que “nasceu com uma deficiência física, mas conheceu a nataçao e se tornou atleta paralímpico da seleção brasileira de nataçao” (COMBATE, 2018). Além disso, a reportagem cita o pai “peladeiro nato” e o irmão mais velho que “o puxou na habilidade nos gramados”. A associação do sucesso emergente da atleta de MMA é demarcada pela relação da família com os esportes, precisamente, com o pai e irmãos.

Especialmente com o irmão que supera os limites da deficiência, com a prática do esporte, de acordo com a reportagem Mariana supostamente, se inspirou nos homens da família para conhecer as lutas, se dedicar e conquistar seu espaço no MMA. Contudo, ao longo do texto, não fica explícito o vínculo entre a escolha da atleta em se profissionalizar e a condição do irmão e a sua trajetória de vida. Tão pouco, fica clara a relação direta do pai “peladeiro” com os esportes de combate e com o ingresso de Marina no MMA.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO



Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





No discurso midiático ocorre uma tensão desigual entre a trajetória de vida da atleta e o presumido histórico esportivo do pai e dos irmãos, ao passo que há uma supervalorização das histórias de vida masculinas, que talvez revelem resquícios do modelo patriarcal, subjetivamente presente como referência de suporte e significação do MMA para a atleta. Por outro lado, tem um silenciamento do protagonismo da atleta em ter alcançado destaque num universo tradicionalmente masculino. Além disso, não são apresentados seus interesses, desejos e competências no desenvolvimento de sua carreira no competitivo MMA.

Vale destacar, contudo, que não se pretende aqui desconsiderar a importância de um ambiente rico em ofertas lúdica e de práticas corporais para que, quando adultas, as pessoas possam se interessar pelo esporte, todavia, na reportagem em análise não são apresentadas ligações entre as práticas exercidas pelos familiares da atleta e seu ingresso e desenvolvimento nas lutas.

Na reportagem intitulada: “Em nome da mãe: Maria Oliveira busca vaga para amenizar sofrimento em casa”, diferentemente da trajetória expressa anteriormente, nesta história o personagem masculino não é evidente, já que Maria jamais conheceu o pai, conforme enfatiza o subtítulo da reportagem. O distúrbio psíquico da mãe se constitui como motivação para que a atleta alcance o maior reality show de MMA do mundo, o UFC. Além do que, a vida precária da família e a condição de mulher, impôs a atleta a responsabilidade pela mãe.

A narrativa acerca de sua estada no MMA extrapola os limites do esporte e recai no objetivo de conseguir um contrato, pois segundo a chamada da reportagem: “A sua busca pela taça é outra: conseguir um contrato com o Ultimate para poder oferecer um tratamento melhor à mãe, Dona Ísis, que sofre de problemas mentais”. O drama familiar de Maria, não permitiu muito espaço para que os leitores conhecessem previamente algumas de suas habilidades físicas e competências emocionais. Contudo, se tratando de estratégia para a próxima luta, Maria afirmou que seu “estilo de luta é o mesmo do Anderson Silva, é bater e sair, ir pra frente o tempo todo. Não gosto de caminhar para trás. Meu estilo é técnico e agressivo” (COMBATE, 2018).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Estas reportagens têm a particularidade de apresentar as atletas que participarão do Contender, reality show que fará a seleção de lutadoras posteriormente contratadas pelo UFC. Ressaltamos que o objetivo da inserção no esporte profissional é justificado na recompensa financeira pois, só ela pode amenizar as condições econômicas e sociais adversas do contexto vivido pela atleta.

As lutadoras são significadas como mulheres que se esforçam sobremaneira, para atingirem seus objetivos ainda atrelados à pressupostos forjados pela construção de uma feminilidade pautada em aspectos domésticos, ligados a manutenção e ao cuidado da família. Considera-se o MMA como uma profissão difícil, mas que pode ser bem remunerada e, portanto, pode contribuir para ascensão social da família, constata-se que a representação da lutadora mulher, antes é “mãe” “irmã” e “filha” lutadora.

O MMA, tem se constituído como um fenômeno no campo das lutas que ao tolerar níveis consideráveis de violência traz a tona os importantes conceitos de tensão, excitação e civilização propostos por Elias. Nesse sentido, o campo esportivo, promove um tipo específico de excitação frequentemente, relacionada ao medo, a tristeza e outras emoções na vida cotidiana, tais emoções em geral cabem às mulheres apenas ao âmbito privado. Talvez, sob esse aspecto baseiam-se os argumentos que compõem as representações das lutadoras ou seja, sob à égide da construção de uma feminilidade voltada para a instituição familiar. Afinal, embora a relação com o esporte seja numa perspectiva profissional, o mesmo possui seu núcleo primordial na seara do jogo e do divertimento capaz de promover satisfação via tensão-excitação entre diversos sentimentos por vezes opostos (paixão-raiva, conforto-desconforto, frustração-alegria) presentes no fenômeno em geral, controlados pelas regras do esporte.

Por isso, provavelmente justifique-se a ausência de representações/argumentos ligados ao desejo de atingir sucesso num território de domínio masculino, de tentar uma profissão que embora exija muita disciplina, autocontrole pode estar relacionada com o campo do prazer de jogar, de lutar possivelmente ainda não flexibilizados no atual contexto civilizatório.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





Em suma, com a recente participação feminina no MMA tem-se um quadro de avanço no campo esportivo representado pelo acesso das mulheres ao esporte. No entanto, é evidente que a forma em que esse acesso tem se dado tem sido muito desigual, pois, é latente a restrição à quantidade de categorias femininas no MMA, à quantidade de lutadoras em formação e profissionais, à diferença salarial entre os sexos.

É preciso a superação de discursos preconceituosos da mídia esportiva reconhecendo o valor da mulher no esporte, suas ideias, trajetórias, discriminações e fora dele, sobretudo, é irrefutável a ausência ou quase inexpressiva atuação profissional feminina como técnicas, mestres, árbitras, jornalistas e empresárias.

Ademais, através do conceito de informalização de Wouters (1986) compreende-se que a participação da mulher no esporte de combate consiste na informalização dos códigos, valores e comportamentos deste espaço social, já que flexibiliza o território de convívio exclusivamente masculino. Ao considerar que a informalização contempla modificações comportamentais complexas e diferenciadas de processo civilizador, identificadas com um equilíbrio entre formalizar e informalizar dentro do processo civilizatório, de modo que o controle comportamental na informalização compreende-se mais implícito e conduzido internamente em contraposição aos controles externos e impostos.

A polarização aparente da complexa e intrínseca rede de relações sociais e de valores tais como: liberdade e dominação, feminino e masculino, força e flexibilidade geram a tensão prazerosa necessária à excitação no esporte, além do que reverbera na complexificação do processo civilizador por meio da produção ilusória de igualdade de direitos e participação social.

Enfim, a crescente participação da mulher nos espaços de poder, assim como no esporte e lazer parece contribuir com a tessitura de outros mecanismos de controle social, que evidenciam o desenvolvimento e equilíbrio de tensão, tanto para controle social da violência, quanto para o aumento da sensação de igualdade entre os gêneros. A presença delas no MMA certamente, compreende um avanço no quadro antes improvável, sobretudo é preciso sublinhar que “Depois de muitas lutas as mulheres conquistam espaço

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





no MMA” quiçá conquistem mais e mais espaços que representem outras formas de feminilidade em curso.

Referências bibliográficas

ALVES JÚNIOR, E. D. Discutindo a violência nos esportes de luta: a responsabilidade do professor de educação física na busca de novos significados para o uso das lutas como conteúdo pedagógico. IN. Usos do Passado. XII Encontro Regional de História. ANPUH. Rio de Janeiro. 2006.

BARONE, M. Em nome da mãe: Maria Oliveira busca vaga para amenizar sofrimento em casa. Disponível em: <<https://sportv.globo.com/site/combate/contender/noticial>> Acesso em: 04 de setembro de 2018.

CARVALHO, A. C. D.; SANTOS, L. F. O Esporte e o Lazer na Constituição da Sociedade Moderna: Excitação e Controle Social. In. Anais do Simpósio Internacional Processos Civilizadores: diálogos interdisciplinares: política, contextos e processos sociais. UFES. Vitória. Espírito Santo. 2017.

DUNNING, E; GASTALDO, É. Esporte, violência e civilização: uma entrevista com Eric Dunning. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 14, n. 30, p. 223-231, jul./dez. 2008.

ELIAS, N.; DUNNING, E. A Busca da Excitação. The Quest for Excitement. Tradução: Maria Manoela Almeida e Silva. Memória e Sociedade. Difusão Editorial. 1992.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A educação física e a construção do corpo da mulher: imagens de feminilidade. Movimento. Porto Alegre. Vol. 7, n. 13, (2000), p. 61-70.

MOURÃO, L. Exclusão e inserção da mulher brasileira em atividades físicas e esportiva. SIMÕES, A. C. (ORG.) Mulher & Esportes: Mitos e verdades. Ed. Manole. São Paulo. 2003. p.123-152.

RODRIGUES E. BARONE, M. Marina Rodrigues se inspira no irmão para conquistar vaga no UFC Contender. Disponível em: <<https://sportv.globo.com/site/combate/contender/noticia/marina>> Acesso em: 04 de setembro de 2018.

Estrelas de “evento do ano”, mulheres recebem menos da metade que homens no UFC Disponível em: <http://www.espn.com.br/noticia/487733>> Acesso em: 01 de setembro de 2018.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

O Fenômeno MMA: Lutadoras assumem o protagonismo da modalidade no Brasil. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/6889561/> > Acesso em: 04 de setembro de 2018.

VASQUES, D. G.; BELTRÃO, J. A. MMA e Educação Física: A luta vai começar. Revista Movimento. Porto Alegre, v. 19. n. 04. p. 289-308. Outubro/Dezembro. 2013.

WOUTERS. C. Formalization and Informalization. Changing Tension Balance in Civilizing Processes. Theory, Culture and Society. 3(2): 1-8. 1986.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

CONFIGURAÇÕES SOCIAIS NO ENGENDRAMENTO E IMPULSO AOS FESTIVAIS DE COROS DO RIO GRANDE DO SUL (1963-1978)

Dra. Lúcia Helena Pereira Teixeira
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)
lucia.teixeira@unipampa.edu.br

Resumo: Os Festivais de Coros do Rio Grande do Sul, durante o período estudado, somente tornaram-se possíveis pelas redes formadas entre indivíduos com trânsito em diferentes esferas sociais e políticas na cidade de Porto Alegre/RS. Além de cantores de coros e regentes, as redes movimentaram, ainda, a imprensa, empresas patrocinadoras, apoiadores, autoridades e governos. As atuações musicais nos Festivais foram estabelecendo um *habitus* (ELIAS, 1997) entre os participantes no tocante aos repertórios, aos arranjos musicais e à forma de apresentação dos grupos. Outras aprendizagens também ocorreram em consonância com o período sócio-histórico.
Palavras-chave: Festivais de Coros. Configurações sociais. *Habitus*.

Abstract: Porto Alegre Choir Festivals, during the period here presented, became possible due to nets constructed among individuals linked to different social and political domains in the city of Porto Alegre/RS. Beside choirs singers and conductors, those nets moved, yet, press, sponsors, supporters, authorities and governments. Musical performances in the Festivals set a *habitus* (ELIAS, 1997) among the participants regarding repertoire, music arrangements and the group form of action. Other learning still took place in line with the social-historic period.
Keywords: Choir Festivals. Social configurations. *Habitus*.

Introdução

Os ²⁰²Festivais de Coros do Rio Grande do Sul são eventos promovidos, anualmente, pela Federação de Coros daquele estado (Fecors). Foram instituídos em 1963, com a intenção inicial de reunir grupos corais em apresentação musical com cobrança de ingresso cuja renda reverteria para a compra de um novo órgão para uma paróquia de Porto Alegre/RS. De um evento local chegou ao âmbito internacional, e a teoria figuracional de Elias ajuda a explicar como se tornaram possíveis. O período

²⁰² A palavra Festivais será utilizada em letra maiúscula quando se referir aos eventos referentes à pesquisa.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





pesquisado²⁰³ abrangeu de 1963 a 1978. Em 1978 rompe-se a figuração inicial com o falecimento do secretário da Associação dos Festivais. A partir de 1980 os festivais são retomados a partir da constituição da Federação de Coros do Rio Grande do Sul.

A investigação, de caráter qualitativo (PIRES, 2010; GONZÁLEZ REY, 2005; MELUCCI, 2005), teve a história oral como procedimento metodológico (PORTELLI, 2011; DELGADO, 2010; MEIHY, 2005; BOSI, 2003, MELUCCI, 2005, ALBERTI, 2014). Além das fontes orais, foram empregadas ainda fontes escritas (artigos de jornais, cartas e programas musicais).

A noção de configurações de Norbert Elias (1994; 1997; 2001) ajudou a compreender como os indivíduos se conectam na rede que engendrou e impulsionou os eventos. Estudos que focam o canto coral como movimento sociopolítico ou nacionalista também foram relevantes (CHINALI, 2009; FUKS, 2007; GILIOLI, 2008; PAZ, 1999; SANTOS, 2012; SOUZA 1993, 1999, 2007), bem como pesquisas sobre festivais (KARLSEN, 2007; GOETSCHEL; HIDIROGLOU, 2013; FLÉCHET, 2013).

Engendramento e impulso aos Festivais de Coros do Rio Grande do Sul

Uma das figuras centrais da rede que constituiu os Festivais de Coros foi João de Souza Ribeiro, advogado e cantor do coro da mencionada paróquia. Tendo compartilhado a necessidade pontual de troca do órgão da igreja com colegas jornalistas e um amigo que administrava o Theatro São Pedro, na cidade de Porto Alegre, o grupo passou a gestar a ideia de “fazer uma coisa maior pra cidade”. O colaborador da pesquisa Antônio Hohlfeldt, jornalista de profissão, cantor de coro, à época, e atuante no *Correio do Povo*, periódico de grande circulação no estado durante o período estudado, explicita a rede:

Então a articulação e o espaço via Barone, e o Goida [Goidanich] entrou por causa do *Correio do Povo*. Aí, mobiliza o Gastal, que era, na verdade, o editor cultural do *Correio*. E aí, mobiliza a

²⁰³ A pesquisa de doutorado teve por título *Festivais de Coros do Rio Grande do Sul (1963-1978): práticas músico-educativas de coros, regentes e plateia* e foi realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Música da UFRGS, na subárea Educação Musical, tendo sido orientada pela prof^a Dra. Jusamara Souza.



equipe toda, evidentemente, quer dizer, todos os jornalistas que estavam na área cultural. Especialmente aqui vai envolver a mim, o Nei Gastal, depois, mais adiante, o Ivo [Stigger]. (Antônio Hohlfeldt, 2013)

Oswaldo Goidanich, gerente de promoções culturais do jornal *Correio do Povo*, e João de Souza Ribeiro, haviam sido colegas no *Touring Club*. Já Dante Barone era figura conhecida no meio cultural da cidade e não lhe seria difícil conseguir o local para as apresentações musicais. Tal evento interessava ao jornal no sentido de aproximar-se mais de seus leitores e, assim, Oswaldo Goidanich fez publicar um artigo-convite de página inteira do jornal convidando coros do estado a participarem do 1º Festival de Coros Orfeônicos de Porto Alegre. O Festival foi realizado no Salão de Atos da reitoria da UFRGS e contou com 34 grupos inscritos e distribuídos em três noites de apresentações musicais, além de uma sessão vespertina para os coros infantis e infanto-juvenis. Reuniram-se quase dois mil cantores (*Correio do Povo*, 03/10/1963).

Instituição e ação da Associação dos Festivais de Coros do Rio Grande do Sul

A abrangência alcançada pelos eventos somente pode ser explicada se forem considerados os vínculos entre os indivíduos e a forma como estão atados os nós na rede de interdependências. Os envolvidos, a partir da instituição de uma Associação dos Festivais de Coros, puderam contar com repasses de verbas municipais, estaduais e federais para a realização dos eventos. Ainda que pese a dificuldade, em determinados períodos, de conseguirem patrocínios, suas posições sociais facilitavam o trânsito político e os contatos com as esferas do poder. Foi convidado a presidir a Associação o presidente da Assembleia Legislativa do Estado. Encabeçava a presidência da diretoria Dante Barone, tendo João de Souza Ribeiro como secretário, além de uma relação de mais 12 membros entre jornalistas, advogados e políticos das esferas estadual e federal.

A Associação dos Festivais de Coros mobilizava atores internos e externos. Foram considerados atores internos aqueles mais próximos aos membros da Associação, ou seja,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





a imprensa, os regentes, os coros e o público. Os atores externos eram autoridades, governos, patrocinadores e apoiadores dos eventos.

Embora no caso do *Correio do Povo* seus profissionais trabalhassem pelo interesse do jornal na promoção dos eventos, em todas as edições eram realizadas serenatas, que consistiam em coros cantando, na redação dos jornais envolvidos com os Festivais, em agradecimento pela divulgação e cobertura jornalística.

As mobilizações dos participantes eram feitas por meio de cartas endereçadas a regentes e coros, durante o ano inteiro. Aos regentes amigos mais próximos, o secretário da Associação solicitava sugestões de grupos que pudessem ser convidados a virem se apresentar. Quando os eventos se aproximavam, enviava fichas de inscrição aos coros e as recebia, pelo correio. Com o passar das edições, a Associação passou a ser consultada sobre assuntos relacionados aos Festivais e era demandada por questões que, a princípio, não seriam de sua incumbência, tais como a redação de cartas de apresentação de regentes.

O público era mobilizado meses antes dos Festivais, que ocorriam sempre no mês de outubro. Artigos do *Correio do Povo* lembravam a população sobre os eventos que aconteciam em duas fases: uma, classificatória, em que o público deveria eleger os grupos que gostaria de ouvir cantar no final de semana seguinte, na fase final. Os moradores de Porto Alegre eram também incitados a receberem os coros e regentes no aeroporto ou na rodoviária. Nos dias de espetáculos, brindes eram sorteados ao público.

Atores externos, tais como os apoiadores, eram também mobilizados de forma contínua, logo que se encerrava uma edição, para a próxima. O único gasto dos grupos inscritos era com seu deslocamento até Porto Alegre. Os custos de alimentação e hospedagem eram bancados pela Associação. A UFRGS, que emprestava seu Salão de Atos, também apoiava a Associação ofertando almoços e jantãs a cantores e regentes pelo mesmo valor pago pelos discentes da instituição. As hospedagens ocorriam em casas de retiro de padres e freiras, em colégios e na Brigada Militar. A cada final de Festival saía o secretário da Associação a agradecer pessoalmente a cedência dos espaços a um custo razoável, que era pago pela venda de ingressos ou através de patrocínios.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





As autoridades e governos algumas vezes eram os patrocinadores, e sua presença era muito requisitada nos eventos. Quando isto ocorria, os nomes dos presentes eram divulgados pelos jornais como forma de destaque social, mas também com a intenção de contar com o patrocínio para o ano subsequente.

A constituição de habitus nos Festivais de Coros

Em carta enviada pelo secretário da Associação ao Secretário de Educação e Cultura do Estado, a Associação dos Festivais expõe seus objetivos artísticos e educacionais:

Promove[r] a apresentação anual, em alto nível, dos coros do Rio Grande do Sul e de muitos outros Estados; 2) oferece[r] estímulo à formação [...] de novos coros públicos e privados [...]; 3) difundi[r] o canto em comum e seu repertório nacional e internacional, da música folclórica à erudita; 4) promove[r] concursos nacionais de arranjos, destinados a enriquecer a literatura coral brasileira; 5) [oferecer] bolsas de estudo completas para que os Regentes gaúchos se aperfeiço[em] no importante Seminário Internacional de Música que a Pró Arte realiza anualmente no Estado do Rio de Janeiro; 6) projeta[r] nacional e internacionalmente os coros rio-grandenses e de outros Estados, através dos [...] Festivais [...]; 7) promove[r], ainda, a edição de discos [dos] festivais, e auxilia[r] financeiramente a edição de discos de [coros]. (Carta ao Secretário da Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, em 07/02/1973)

Os objetivos elencados pelo secretário da Associação desvelam um projeto músico-pedagógico. Tais objetivos, entrelaçados às ações dos envolvidos com os Festivais, dinamizaram o projeto inicial, desencadeando e impulsionando formas de participação nos eventos. Acrescente-se a isso o impacto do espírito do período sócio-histórico.

Conforme Elias (1994, p. 23), as coerções são instituídas no equilíbrio das tensões entre os indivíduos da figuração. O conjunto de regulações externas passa a ser assumido

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





por cada indivíduo, internalizando-o. Esse processo de incorporação de saberes sociais estabelece modos de agir, visões de mundo e construções simbólicas próprias de um grupo específico. No caso dos Festivais, eram diversos os atores que compartilhavam daquele contexto e ajudavam a instituir um *habitus* “a partir [de sua] participação [...] nos grupos sociais de origem e que ajudaram a compor a teia mais complexa [...]” (TEIXEIRA, 2015, p. 133).

Os coros ocupavam-se com o repertório musical a ser apresentado, uma vez que os grupos competiam uns com os outros com relação à votação do público. O regente Osório Stoffel explicita:

O: Ah, sim, quando a gente chegava, então, no primeiro ensaio, quando foi bem, tu passaste na competição. Não era competição o Festival, era simplesmente uma apresentação como tal, e eram escolhidos os quatro melhores da noite...

L: Pelo voto popular?

O: Pelo voto popular. Indiretamente estava a competição, porque tu não quer perder para o [grupo] anterior [ao teu], ou como eu disse: [pode] ter um coral muito bom antes de tu cantar; aí o coral vai carregado de responsabilidade pra cantar, né? (Osório Stoffel, 2012)

Ainda com relação ao repertório musical a ser apresentado e à internalização de determinadas “exigências” postas pela participação, a regente de coros infanto-juvenis Marisa Viero, embora apresentasse seus grupos nos espetáculos vespertinos, podendo trazer movimentação cênica e acompanhamento instrumental, diferentemente dos coros que se apresentavam à noite, comenta que sempre buscava um tipo de repertório “para satisfazer o gosto do Festival, o gosto dos organizadores desse encontro” (Marisa Viero, 2013).

Com relação ao repertório apresentado, havia algumas tensões entre os participantes. O regente Octávio Longhi diz-se incomodado com um colega que apresentava “arranjos muito simples” e que estava mais preocupado em arrancar aplausos da plateia: “Eu, em parte, não me sentia bem quando via um coral cantar uma música não tão afinada, mas com final vibrante para puxar aplauso” (Octavio Longhi, 2014).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Outras aprendizagens conectavam-se à ideologia da segurança nacional, própria do período da ditadura. Para a Escola Superior de Guerra a cultura desempenhava a função de “cimento de solidariedade orgânica da nação”. A “noção de integração” buscava “coordenar as diferenças, submetendo-as aos chamados Objetivos Nacionais” (ORTIZ, 2012, p. 82). Nas páginas dos programas musicais fica explícita essa relação:

[...] É uma verdade que se impõe, ainda mais na época presente, ante as maravilhas que oferecem a arte e a música em particular, que permite eliminar distâncias e aproximar os povos na mais perfeita integração. (Excerto da mensagem da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, nos programas musicais de 1970)

A noção do canto coral como pacificador e eliminador das diferenças econômico-político-sociais encontrava-se presente também nas propagandas dos programas musicais. Essa “pedagogia do consenso” (Gilioli, 2008, p. 50) visava à geração de um sentimento patriótico de paz e harmonia social e reverberava os ideais de estabelecimento de uma “nação”.

O impacto dos eventos nos participantes

A busca da excitação (ELIAS, 1992) através da prática de esportes, de atividades de lazer ou artísticas é vista como uma necessidade das sociedades civilizadas, já que permitem momentos de liberação de tensões e superação da rotina da vida cotidiana. Para o jornalista Ivo Stigger, os Festivais cumpriam, ainda, com essa função: “Durante uma semana tu saías totalmente da rotina, como se tu fosses a Alice atravessando o espelho... Tu entravas num mundo mágico!” (Ivo Stigger, 2013). Antônio Hohlfeldt, ao se referir ao público dos Festivais, também destaca a dimensão da experiência da excitação:

Eu acho que ficou pra cidade foi muito isso, se tu falares com as pessoas dessa geração, que estão hoje, portanto, com 60 anos, 50 anos, que assistiram esses Festivais, que se interessaram em

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNADOR DO ESTADO





assistir, eu acho que elas devem ter um... porque era, principalmente, assim ó: não era um concerto, era uma celebração, era uma festa... quer dizer, era uma alegria enorme você estar ali participando e havia momentos, realmente, emocionantes [...]. (Antônio Hohlfeldt, 2013)

Por outro lado, em tempos de cerceamento das liberdades individuais e de forte coerção social no tocante à vida sociopolítica, os Festivais de Coros podem ser compreendidos como contextos em que os participantes e o público experienciavam momentos de transgressões possíveis, ainda que controladas, como, por exemplo, ao poderem cantar/ouvir uma música como *Viola Enluarada* (1967), de Marcos Valle (1943-) e Paulo Sérgio Valle (1940-), em arranjo coral de Damiano Cozzella (1929-2018). Embora não tivesse tido problemas com a censura quando apresentada nos festivais da Record, em São Paulo, essa canção apresentava letra de protesto ao período sociopolítico e, em um certo sentido, “destoava” do ambiente de músicas corais de tradição europeia ou mesmo de canções tradicionais brasileiras, que eram o repertório costumeiro dos Festivais. Assim, pode-se imaginar o que significava, para muitos, poder interpretar a canção naqueles palcos, àquela época.

Para a área da educação musical é relevante ressaltar as gerações de cantores, regentes e público que foram formadas musicalmente pela participação nos Festivais. O palco dos eventos tornou-se portfólio do trabalho dos regentes e de seus grupos. Diversas empresas e outras instituições criaram coros e empregaram regentes. Para a realização de repertórios mais exigentes vocalmente, a contratação de um profissional responsável pela preparação vocal tornou-se uma necessidade. A plateia, por sua vez, foi formada pela diversidade de grupos e repertórios musicais apresentados.

Considerações Finais

Os Festivais de Coros do Rio Grande do Sul, ocorridos entre os anos de 1963 e 1978, foram os engendradores e impulsionadores do movimento coral naquele estado. A partir de uma necessidade pontual, indivíduos com vínculos profissionais e de amizade

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





lançaram o 1º Festival, com abrangência estadual, reunindo 34 coros distribuídos em três noites de espetáculos musicais para os grupos adultos, e uma tarde para as apresentações dos coros infanto-juvenis.

Para além da rede de indivíduos que se articulou para o lançamento do primeiro evento, os Festivais, em seus 16 anos consecutivos, somente foram possíveis porque essa rede foi-se ampliando. Um núcleo de agentes instituiu a Associação dos Festivais de Coros do Rio Grande do Sul, entidade cuja ação mobilizava atores internos e externos a ela, de uma edição do evento à outra, durante todo o ano, buscando garantir a participação de um número cada vez maior de cantores, regentes, público, imprensa, autoridades, governos, patrocinadores e apoiadores.

A Associação dos Festivais, a partir de seus objetivos, propunha um projeto músico-pedagógico em relação à educação musical dos participantes, uma vez que visava, entre outros, estimular a criação de coros, a promoção de concursos de arranjos corais, a formação continuada de regentes e da plateia. Por meio do dinamismo das redes, as ações dos envolvidos com os Festivais desencadearam e propalaram formas de participação nos eventos no que se refere aos repertórios e arranjos musicais e à proibição, na fase classificatória, do uso de movimentação cênica e de acompanhamento instrumental às vozes. Junte-se a isso, a presença do espírito da época, relacionado ao ideário da ditadura.

Os Festivais propiciaram momentos de liberação das tensões da vida cotidiana e, em alguns casos, quando se ouviam canções com letras de protesto, serviram como espaços/tempos de transgressão da ordem social estabelecida. Contribuíram, ainda, para a formação musical de cantores, regentes e da plateia.

Referências bibliográficas

ALBERTI, V. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014. p. 155-202.

BOSI, E. O tempo vivo da memória: Ensaios de Psicologia Social. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

- CHINALI, A. L. G. “Uma hora em comunhão com a Pátria”: o canto orfeônico na atuação pedagógica da Professora Lúcia Gissi Ceraso na escola pública de Franca de 1950 a 1971. 2009. Dissertação (Mestrado em Música) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca, 2009.
- DELGADO, L. A. História oral: memória, tempo, identidades. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- ELIAS, N. A busca de excitação. Lisboa: Difel, 1992.
- ELIAS, N. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- ELIAS, N. Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- ELIAS, N. Norbert Elias por ele mesmo. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- FLÉCHET, A. *et al.* (Org.). Une Histoire des Festivals : XXe-XXIe siècle. Paris: Publications de la Sorbonne, 2013.
- FUKS, R. A Educação Musical da Era Vargas: Seus Precusores. In: OLIVEIRA, A.; CAJAZEIRA, R. Educação Musical no Brasil. Salvador: P&A, 2007.
- GILIOLI, R. S. P. Educação musical antes e depois de Villa-Lobos e os registros sonoros de uma época. Fundação Biblioteca Nacional. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa – MinC. 2008.
- GOETSCHER, P.; HIDIROGLOU, P. Le festival, objet d’histoire. In: FLÉCHET, A. *et al.* (Org.). Une Histoire des Festival: XXe-XXIe siècle. Paris: Publications de la Sorbonne, 2013, p. 7-15.
- GONZÁLEZ REY, F. Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- KARLSEN, S. The music festival as an arena for learning: Festspel i Pite Älvdal and matters of identity. 2007. Tese (Doutorado) - Department of Music and Media, Luleå University of Technology, 2007. Disponível em: <<http://epubl.ltu.se/1402-1544/2007/60/>>. Acesso em: 11 nov. 2012.
- MEIHY, J. C. S. B. Manual de História Oral. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- MELUCCI, A. Busca de qualidade, ação social e cultura: por uma sociologia reflexiva. In: MELUCCI, A. Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 25-42.
- ORTIZ, R. Cultura brasileira & identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 2012.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

- PAZ, E. A. As concentrações orfeônicas e a presença de músicos populares. *Brasiliana*, Revista quadrimestral da Academia Brasileira de Música, n.3, p. 12-17, set. 1999.
- PIRES, A. P. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In: POUPART, J. *et al.* *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 43-94.
- PORTELLI, A. Entrevista. *Revista Historiar*. Universidade Estadual Vale do Acaraú, v. 4, n. 4, jan./ jun. 2011. Disponível em: <<http://www.uvanet.br/revistahistoriar>>. Acesso em: 15 out. 2013.
- SANTOS, E. S. Educação musical escolar em Sergipe: uma análise das práticas da disciplina Canto Orfeônico na escola normal de Aracaju (1934-1971). 2012. Dissertação (Mestrado em Música) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- SOUZA, J. *Schulmusiekerziehung in Brasilien zwischen 1930 und 1945*. Fankfurt am Main: Peter Lang, 1993.
- SOUZA, J. A concepção de Villa-Lobos sobre educação musical. *Brasiliana*, Revista Quadrimestral da Academia Brasileira de Música, n. 3, p. 18-24, set. 1999.
- SOUZA, J. A Educação Musical no Brasil dos Anos 1930 – 45. In: OLIVEIRA, A.; CAJAZEIRA, R. *Educação Musical no Brasil*. Salvador: P&A, 2007. p. 13-17.
- TEIXEIRA, L. H. P. *Festivais de Coros do Rio Grande do Sul (1963-1978): práticas músico-educativas de coros, regentes e plateia*. 2015. Tese (Doutorado em Música) – Programa de Pós-Graduação em Música da UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





A FORMAÇÃO INICIAL EM PEDAGOGIA: UM OLHAR SOBRE O PROJETO PEDAGÓGICO DOS CURSOS E O ATENDIMENTO ESPECIALIZADO DE CRIANÇA COM AUTISMO

Luciane Clementino Pereira Aguillar
Mestranda do PPGEdu da Universidade Federal da Grande Dourados
lucianecp2016@gmail.com

Morgana de Fátima Agostini Martins
Docente do PPGEdu da Universidade Federal da Grande Dourados
morganamartins@ufgd.edu.br

Resumo: Apresentamos nesse artigo, dados de uma pesquisa qualitativa envolvendo cinco universidades federais da região centro oeste brasileira, tendo como objetivo identificar e descrever propostas de formação inicial do futuro pedagogia direcionada ao trabalho com crianças com Transtorno do Espectro Autista. Apoiados em Gil, categorizamos os cinco Projetos Pedagógicos de Cursos em três categorias. Sob inspiração Elisiana, além de variada atenção à Educação Especial nos cursos, e a quase ausência da temática do autismo um discurso híbrido de formação integral, ética e para a cidadania, que pende ora para a sociedade, ora para o indivíduo, desconsiderando a intrínseca relação entre ambos.

Palavras-chave: Formação de professor. Educação Especial. Transtorno do Espectro Autista.

Abstract: We present in this article, data from a qualitative research involving five federal universities of the central western region of Brazil, aiming to identify and describe proposals of initial formation of the future pedagogy directed to the work with children with Autism Spectrum Disorder. Supported in Gil, we categorized the five Pedagogical Projects of Courses into three categories. Under Elisian inspiration, besides a varied attention to Special Education in the courses, and the almost absence of the autism theme a hybrid discourse of integral formation, ethics and for citizenship, that now hangs in the society, sometimes for the individual, disregarding the intrinsic relationship between the two.

Keywords: Teacher training. Special education. Autistic Spectrum Disorder.

Considerações iniciais

Pensar a educação numa perspectiva inclusiva requer ultrapassar as barreiras que segmentam o setor, bem como a relação aluno-escola-sociedade. Nesse contexto, discutir

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





a formação docente com foco em alunos com deficiência nos parece urgente, uma vez que a escola está pautada tradicionalmente no ensino de massa, cuja proposta teórico-metodológica visa o atendimento aos “iguais”.

Embora alguns passos importantes tenham sido dados no sentido de construir um aparato legal para, teoricamente, garantir o acesso a uma educação de qualidade a alunos com deficiência, estudiosos da área como Mendes (2010) tem sido categóricos ao afirmar que, em nome de uma pseudo inclusão, muitos governos dissimulam as diferenças e eliminam o tratamento especializado a fim de reduzir custos. Para a autora, ao utilizar de estratégias escusas para melhorar sua estatística, esses governos atuam: “[...] como se uma política de “inclusão escolar” pudesse ser traduzida meramente em números de matrículas” (2010, p.17).

Para além de questões meramente políticas (mas não independente dela), pensamos que a qualidade de um ensino que considere integralmente a relação entre alunos regular ou especial, e destes com/em sociedade. Nesse sentido, apresentamos a seguinte questão de pesquisa: Quais Direcionamentos são Propostos em cursos de Pedagogia da Região Centro Oeste, com vistas à Futura Atuação docente no apoio educacional para Crianças com Autismo? Sob esta baliza, objetivamos identificar e descrever o repertório teórico-metodológico ofertado aos futuros profissional que atuarão no apoio a crianças com autismo, considerando sua qualificação integral em/para contexto individual-coletivo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Buscamos em Norbert Elias, de modo particular em sua obra, “A Sociedade dos Indivíduos” inspiração para compreender alguns aspectos dos cursos de formação inicial, a fim de lançar luzes não somente sobre a relação de interdependência entre cada sujeito individualizado e a sociedade (ou micro sociedade) onde foi constituído. Segundo Elias, por um lado os estudos desenvolvidos nas ciências sociais: “[...] tratam o indivíduo singular como algo que pode ser completamente isolado e que buscam elucidar a estrutura

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





de suas funções psicológicas independentemente de suas relações com as demais pessoas”. Ainda segundo ele: “Por outro lado, encontram-se correntes, na psicologia social ou de massa, que não conferem nenhum lugar apropriado às funções psicológicas do indivíduo singular” (ELIAS, 1994, p. 15).

Para o autor, há uma discrepância ao segmentar indivíduo e sociedade, à medida que se busca constantemente esclarecer a estrutura das funções psicológicas do indivíduo, desprezando ou isolando a relação intrínseca e simbiótica que acontece, concomitantemente, entre o micro e o macro, sujeito, grupo e sociedade. Segundo Elias (1994, p.15): “[...] é como se as psicologias do indivíduo e da sociedade parecessem duas disciplinas completamente distinguíveis”. Para o autor, as questões formuladas no campo da psicologia individual e social deixam: “[...] implícito, logo de saída, que existe um abismo intransponível entre o indivíduo e a sociedade (*idem, ibidem*, p.15)”.

Esta afirmação ganha importante significado em nossa pesquisa, uma vez que os cursos de formação parecem desconsiderar que cada indivíduo que ocupa os bancos universitários é constituído socialmente, e carrega consigo os valores e (pré)conceitos construídos nessa relação, por exemplo, a visão do deficiente como incapaz.

A não consideração desses aspectos individuais-coletivos resulta muitas vezes em uma formação que, ao mesmo tempo em que desconsidera os conhecimentos sociais do indivíduo, impõem a estes uma formação generalista, não importando quem são, de onde vêm ou para onde vão. Nas palavras de Elias, é como se atribuíssem à: “[...] formações sociais inteiras, ou a uma massa de pessoas, uma alma própria que transcende as almas individuais, uma *anima collectiva* ou “mentalidade grupal [...]”, e complementa: “E, quando não chegam a ir tão longe, é comum se contentassem em tratar os fenômenos sócio-psicológicos como a soma ou — o que dá na mesma — a média das manifestações psicológicas de muitos indivíduos (ELIAS, 1994, p.15)”.

Nesse contexto, voltamos nossa atenção Lei Federal nº 12.764, que institui a “Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista”, que propõe: “[...] o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS CIVILIZADORES

APOIO





pais e responsáveis” (BRASIL, 2012, p.1). Note que há referência a um “profissional especializado”, o que subintende uma formação específica em nível superior para a realização de tal tarefa. Todavia, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, ao instituir a função do “Profissional de apoio escolar”, define este como: “[...] pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino (BRASIL, 2015, p.12)”.

A nosso ver, há uma desvinculação entre esses diferentes documentos, levando a incompreensão daquilo que se propõe. Ora, se o profissional de apoio escolar assume funções que são alheias às questões pedagógicas, ao mesmo tempo em que é proibido de realizar técnicas e procedimentos exigidos por profissões estabelecidas, então o mesmo estaria impedido de atender o aluno com autismo, à medida que tal função requer conhecimentos específicos de um “profissional especializado”.

Levamos estas questões para apontar uma necessidade de leis mais objetivas, que não permitam múltiplas interpretações, como por exemplo, o entendimento de que um profissional de nível médio/técnico, ou que tenha frequentado cursos de “capacitação” (formação complementar) possa ser considerado um profissional especializado, logo, apto a trabalhar com crianças com transtorno do espectro autista, barateando os serviços e em detrimento da qualidade da educação pública.

Diante do exposto, entendemos que há um “vazio legal” a respeito do tema. Falta-nos clareza nos aparatos legais que abordam a temática, bem como uma diretriz que torne menos conflitantes as legislações vigentes, apontando, por exemplo, em que nível se dá a formação e quais as competências deve possuir este profissional.

ORGANIZAÇÃO METODOLÓGICA

De natureza qualitativa, nossa pesquisa inspira-se na análise documental, proposta por Gil (2002, p. 46), considerando “[...] documentos "de primeira mão", que não

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





receberam nenhum tratamento analítico. [...] conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, [...]”.

Tomamos como material de análise os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) de cinco Universidades Federais da região Centro-Oeste; Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Os PPC foram adquiridos por meio de contatos via e-mail e telefônico com secretarias e coordenadores dos cursos foco de nossa pesquisa. Após uma primeira leitura dos PPC, organizamos os dados de acordo com as seguintes categorias: “Carga horária do curso”, “conteúdos e Ementa” e “Perfil do Egresso”, posteriormente realizamos a análise conforme apresentamos a seguir.

ANÁLISE DOS DADOS

Na categoria que segue, intentamos verificar qual a ênfase dedicada à temática da EE nos cursos de formação inicial foco de nossa pesquisa. É bem verdade que para além da carga horária reservada nos PPC a cada disciplina, professores comprometidos poderiam ir além das prescrições, e colocar-se a serviço dessa causa, todavia essa verificação foge aos objetivos e capacidades de nossa pesquisa.

Quadro 1 – Conteúdos e Ementas dos cursos

UF	Carga Horária Total do Curso em Horas	Carga Horária Obrigatória Destinada à Educação Especial		
		Horas	Percentual nas Disciplinas	
			Libras	Outras
UnB	3210	180	1,86%	3,73%
UFMT	2954	60	2,0%	0%
UFMS	3230	119	1,57%	2,1%
UFG	3204	80	2,5%	0%
UFGD	3265	144	1,75%	1,75%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados presentes no PPC.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS CIVILIZADORES

APOIO





Fica evidente no quadro 1 que a atenção dedicada por alguns cursos à Educação Especial resume-se ao cumprimento de determinações oficiais, como é o caso da UFMT e UFG, cuja carga horária nessa modalidade restringe-se à disciplina de Libras. Cabe então questionar como fica a formação docente desses futuros professores na perspectiva de uma educação inclusiva? Se considerarmos a complexidade e amplitude das temáticas que englobam a EE, como compreender que o tempo dedicado apenas à disciplina de Libras seja idêntico ao reservado a todas as outras particularidades da área, como no caso da UFGD, ou muito próximo disso, como ocorre no PPC da UFMS.

Nesse sentido, destaca-se a UnB, cujo percentual observado não somente se destaca dos observados nas demais universidades, como também duplica-se em relação ao tempo dedicado à Libras na própria instituição.

Entendemos certamente que a carga horária dedicada a cada temática não define/corresponde obrigatória e proporcionalmente à aprendizagem do licenciando sobre a questão, todavia, entendemos o PPC como um mapa de intenções, logo, acentua maior ou menor preocupação com o tema.

Disciplinas, Conteúdos e Ementas

Elencamos nessa categoria as disciplinas em funcionamento no curso que possuem, em algum nível, enfoque na EE.

Quadro 2 – Disciplinas e Ementas dos cursos

UF	Disciplinas	Conteúdo/Ementas
UnB	O Educando com Necessidades Educacionais Especiais	Não apresenta ementa.
	Aprendizagem e Desenvolvimento do	Não apresenta ementa.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





	Portador de Necessidades Educacionais Especiais	
	LIBRAS	Não apresenta ementa.
UFMT	LIBRAS	Conteúdos tradicionais da disciplina
UFMS	Educação Especial	Aspectos históricos, filosóficos, sociais e psicológicos. Educação especial no Brasil e no Estado de Mato Grosso do Sul. Grupos de indivíduos com deficiências e suas necessidades educativas especiais.
	Estudo De LIBRAS	Conteúdos tradicionais da disciplina
UFG	LIBRAS	Conteúdos tradicionais da disciplina
UFGD	Educação Especial	Marcos conceitual, políticos e normativos da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Diversidade, cultura e bilinguismo: implicações no cotidiano escolar. Práticas pedagógicas inclusivas: adequações curriculares, metodológicas e organizacionais do sistema escolar. Transtorno do Espectro do Autismo: definições conceituais, aspectos legais e constructos pedagógicos. A formação de professores em Educação Especial para a inclusão escolar com vistas ao atendimento das pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação nos diferentes níveis de ensino.
	9-Estudo de LIBRAS	Conteúdos tradicionais da disciplina

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados presentes no PPC.

Ao analisarmos o quadro, observamos uma unanime presença da disciplina de Libras oferecida em cada um dos PPC, contexto que evidencia os efeitos de poder em uma legislação que obriga sua oferta nos cursos de licenciatura, decisão vertical que nem sempre agrada ou tem a colaboração dos docentes responsáveis por efetiva-las.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Chamamos atenção ao fato de duas universidades, UFG e UFMT não apresentar a temática da EE como prioridade no curso, ou seja, dentro do rol de disciplinas obrigatórias, restringindo-se ao cumprimento de Libras por efeito de lei.

Quanto à UnB, universidade que reserva maior percentual de carga horária e disciplinas do curso à EE, não identificamos no PPC qualquer elementos que indiquem os conteúdos/ementas propostos no curso.

Consideramos, portanto, que as possibilidades de formação do profissional que atuará no apoio de crianças com TEA é enfatizada de modo específico apenas no PPC da UFGD, restando alguma possibilidade não identificável no PPC da UFMS, visto uma apresentação bastante generalista conforme pode ser observado no quadro 2.

Tal fato se torna intrigante se considerarmos que é de 2012 a Lei Federal nº 12.764 que assegura “o incentivo a formação e a capacitação de profissionais especializados [...]” para esse atendimento (BRASIL, 2012, p.1).

Ao considerar a formação inicial como o lugar próprio para construir conhecimentos sobre uma sociedade composta por indivíduos com e sem deficiência, bem como necessidade de se conhecer as contribuições de cada indivíduo na formação da sociedade, entendemos haver nos PPC uma negligência à formação dos futuros professores quanto a um aparato teórico-pedagógico que o qualifique minimamente para a educação inclusiva do aluno com TEA em um contexto unívoco sociedade-indivíduo.

Perfil do Egresso

Quadro 3 – Perfil do Egresso dos cursos

UF	SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS PREVISTAS COMO “PERFIL DO EGRESSO”
UnB	1-Investigador das necessidades de formação junto a sujeitos individuais ou coletivos.
	2-Responsável pela sua constante auto formação.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





	3-Que lide com situações reais do mundo do trabalho de forma crítica, autônoma, afirmativa e mediadora.
	4-Autônomo, capaz de se reeducar e refletir sobre a própria prática pedagógica.
UFMT	5-Não especificado.
UFMS	6-Ético, e comprometido com a construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária.
	7-Respeitador das necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas, individuais e coletivas.
	8-Promotor de relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade.
UFG	9- Postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras.
	10-Comprometido com seu autodesenvolvimento psicológico, social, intelectual, ético e estético.
	11-Que propicie a aprendizagem de crianças, adolescentes, jovens e adultos nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
	12-Capaz de planejar, avaliar e atuar nos processos de alfabetização.
	13-Consciente da diversidade, respeitador das diferenças de natureza ambiental, ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, religiões, necessidades especiais, etc.
UFGD	14-Pesquisador e desenvolvedor dos conhecimentos sobre a educação de modo geral.
	15-Conductor dos processos de ensino-aprendizagem, de gestão e de administração de instituições educacionais, escolares e não escolares.
	16-Capaz de formular, implementar e avaliar políticas educacionais.
	17-Competente para planejar, realizar e avaliar o trabalho pedagógico, em situações de ensino aprendizagem, em educação formal e não formal.
	18-Dominador dos fundamentos e metodologia específica a cada área de conhecimento.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados presentes no PPC.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





O que vemos no quadro 3 acima reflete o direcionamento massivo às competências de ordem individual, como nos casos; 2, 3, 4, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, e 18. A partir de Elias, entendemos que tais conhecimentos deveriam enfatizar o posicionamento deste indivíduo integrado à sociedade, como nos casos 6, 7, 8, 9 e 13, uma vez que: “[...] os pressupostos teóricos que implicam a existência de indivíduos ou atos individuais sem a sociedade são tão fictícios quanto outros que implicam a existência das sociedades sem os indivíduos” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 182).

O baixo percentual de carga horária dedicada a EE, bem como a desimportância da temática do TEA nos cursos de licenciatura analisados, aliados ao distanciamento entre sociedade e indivíduo conforme visto no quadro 3, revela um cenário preocupante, onde a ignorância (no sentido de descaso ou falta de conhecimento) sobre o TEA, compromete significativamente a formação do profissional que atuará no apoio educacional da criança com autismo, deixando-o à mercê de dos (des)conhecimentos adquiridos alheios à universidade.

Considerações finais

Ainda que para muitos o PPC de uma instituição possa ser visto como algo estático, e não representativo do currículo efetivamente praticado nas salas de aula dos cursos de formação, nossa análise toma o PPC como um mapa de intensões do curso, explicitando os temas sobre os quais empenhará suas forças e, ao mesmo tempo, uma vez que cada escolha demanda também de exclusões, aqueles que ficarão em segundo plano.

A análise dos dados aponta as dificuldades de inserção das discussões voltadas à EE nos cursos de formação inicial, que muitas vezes limitam-se ao cumprimento de prescrições oficiais, em suma, efeitos de um poder em vigor. Tal fato se evidencia em nossa análise da carga horária dos cursos, bem como na categoria “Disciplinas e Ementas”, onde se observa a presença unânime da disciplina de Libras, ao mesmo tempo

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





em que outras temáticas da EE são muito pouco abordadas e, em alguns casos, simplesmente desconsideradas.

Tal fato ganha relevância ao considerarmos o distanciamento entre aspectos ligados à sociedade e ao indivíduo na categoria “Perfil do Egresso”. Uma vez que essa representa aquilo que se espera do futuro professor, e sendo esse um profissional que tem entre outras funções, contribuir para a formação cultural-social e intelectual de seus alunos, influenciando em sua forma de “ver” e “se ver” no mundo, torna-se preocupante a ausência de um trabalho que possa facilitar/potencializar a inclusão da criança com deficiência, e do aluno com TEA de forma integral na sociedade.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012: institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Autismo. Brasília, 2012. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>. Acesso em: 07 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015: institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 07 jul. 2018.

ELIAS, N. A sociedade dos indivíduos. Tradução de Vera Ribeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Pedro Sussekind. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

GIL, A C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002.

MENDES, E. G. Tramas entre Deficiência, Estado e Educação: algumas reflexões a partir do contexto francês. In: ANPED, 2010, Caxambu. Disponível em: <<http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT15-6702--Int.pdf>>. Acesso em: 01/07/2018.

UFG, Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia. Goiânia-GO, 2015.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

UFGD, Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia. Dourados-MS, 2017.

UFMS, Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia. Campo Grande-MS, 2014.

UFMT, Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia. Cuiabá-MT, 2008.

UnB, Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia Reformulado. Brasília-DF, 2010.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

AS PROFESSORAS DA INFÂNCIA NA FRONTEIRA: DA GÊNESE DA FORMAÇÃO À CIVILIDADE DAS PRÁTICAS

Me. Luciene Cléa da Silva
Doutorado em Educação FAED/UFMG/
Docente da UFMS/Campus de Ponta Porã (CPPP)
Membro do GPEPC/Grupo de Pesquisa 'Educação e Processo Civilizador'
E-mail: lugiraldelli@gmail.com

Resumo: Para Norbert Elias (2008), toda sociedade é composta por indivíduos distintos, que aprendem e se humanizam a partir das suas relações, ou por meio das redes de interdependências estabelecidas com outros indivíduos, constituindo assim histórias que podem ser investigadas. Desta forma, o objetivo deste trabalho foi pesquisar a gênese da formação de professoras brasileiras e paraguaias que se formaram em seus respectivos países, entre 1950 e 1970. Como metodologia de trabalho optou-se pela história oral, a qual, no diálogo com os dados empíricos, evidenciou as histórias de formação das professoras lembradas entre os ritos, obrigações e modos de exercer a docência.
Palavras-chave: Gênese da Profissão. Trajetória Docente. Interdependência e Civilidade.

Abstract: For Norbert Elias (2008), every society is composed of distinct individuals, who learn and humanize themselves from their relationships, or through networks of interdependencies established with other individuals, thus forming stories that can be investigated. In this way, the objective of this work was to investigate the genesis of the formation of Brazilian and Paraguayan teachers who graduated in their respective countries between 1950 and 1970. As a working methodology, oral history was chosen, which, in dialogue with the data empirical studies, evidenced the formation histories of the teachers remembered among the rites, obligations and ways of exercising teaching.
Keywords: Genesis of the Profession. Trajectory Teaching. Interdependence and Civility

Considerações iniciais

Para Norbert Elias (2008), toda sociedade é composta por indivíduos distintos, que aprendem e se humanizam a partir das suas relações, ou ainda, por meio das redes de interdependências que estabelecem com os demais no mesmo grupo social, constituindo assim histórias que podem ser investigadas. Partindo desta premissa, este trabalho, recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento, teve como objetivo pesquisar a gênese da formação de professoras brasileiras e paraguaias que se formaram em seus respectivos países.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Para este recorte abordamos a história de três destas docentes, sendo duas de Pedro Juan Caballero/PY e uma de Ponta Porã/BR, as quais tiveram sua formação para trabalhar com a infância, ou seja, fizeram o Curso Normal (no Paraguai) e o Magistério (no Brasil), entre as décadas de 1950 e 1970.

No bojo desta constituição histórica passível de investigação, se partirmos da etimologia da palavra “gênese”, constataremos que ela vem do grego e significa “origem”, “nascimento”, “princípio”. Assim, o contexto de pesquisa acerca da gênese da formação de professoras nos levou a conhecer as memórias primeiras sobre a formação, ou ainda o processo de rememoração da origem das trajetórias de formação destas professoras, buscando perceber os modos como estas experiências foram se imbricando em algumas de suas práticas cotidianas.

Ancoramo-nos no diálogo com Elias (2001b), por meio da interlocução com o texto “Estudos Sobre a Gênese da Profissão Naval”, no qual o autor destaca que as relações sociais entre os indivíduos vão se estabelecendo ao longo de sua vida, e, conseqüentemente, ao longo de seu processo formativo, o que faz com que tais relações não se desvencilhem das experiências travadas no emaranhado vida cotidiana. Pois para Elias estudar a gênese de uma profissão não consiste apenas na “[...] apreciação de um certo número de indivíduos que tenham sido os primeiros a desempenhar certas funções para outros e a desenvolver certas relações, mas sim a análise de tais funções e relações”(ELIAS, 2001b, p.90).

Desta forma, com o intuito de exercitar a análise destas funções e relações que são estabelecidas entre os indivíduos em seu processo formativo também buscamos respaldo no que Elias (1994a) chama de rede de interdependência, a qual liga os indivíduos entre si e estes à sociedade, formando assim as configurações, ou seja:

A rede de interdependência entre os seres humanos é o que os liga. Elas formam o nexu do que é aqui chamado configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes. Uma vez que as pessoas são mais ou menos dependentes entre si, inicialmente por ação da natureza e mais tarde através da aprendizagem social, da educação, socialização e

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





necessidades recíprocas socialmente geradas, elas existem, poderíamos nos arriscar a dizer, apenas como pluralidades, apenas como configurações [...]. (ELIAS, 1994a, p. 249).

Na busca por compreender as relações de interdependência propostas por Elias e como estas se fazem presentes nas trajetórias das professoras da infância, destacamos que “Todo indivíduo nasce num grupo de pessoas que já existiam antes dele. E não é só: todo indivíduo constitui-se de tal maneira, por natureza, que precisa de outras pessoas que existam antes dele para poder crescer” (Elias, 1994a, p. 26-27), assim, realizar uma pesquisa neste campo significa considerar uma pluralidade de indivíduos que sempre foram interdependentes.

Nesta perspectiva, torna-se necessário considerar também o lugar de onde vêm e falam esses indivíduos interdependentes, e neste caso, as professoras da infância, as quais fazem parte de uma região que se constitui como fronteira seca, composta por cidades gêmeas ou germinadas, quais sejam Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil e Pedro Juan Caballero, Departamento de Amambai, Paraguai. Ressaltando que conforme destaca Pereira, “[...] Nas cidades geminadas do estado de Mato Grosso do Sul, é comum não haver nenhum posto de alfândega, ou seja, de fiscalização e policiamento, ocorrendo uma livre circulação de pessoas de um lado para o outro, bastando atravessar uma rua ou avenida” (PEREIRA, 2009, p. 110).

Essa livre circulação mencionada pela autora está muito presente na referida região, pois as cidades compartilham muito mais do que espaços, mas suas historicidades, conhecimentos, culturas e vivências, e assim como diz Schaffer “a fronteira deixa de ser linha, limite, finitude, o lugar da diferença [...]. Torna-se aberta, porosa, exemplo de integração e da aproximação” (1995, p. 25), o que nos faz acreditar que mesmo que as trajetórias de formação das professoras tenham ocorrido respectivamente em seus países, há uma rede de interdependência que as une, principalmente pelo fato de a fronteira possibilitar esse ir e vir, essa integração e aproximação.

Desta forma, ao buscar no campo empírico o contato com as professoras brasileiras e paraguaias também nos movemos respaldadas pela teoria elisiana que ressalta a importância de se analisar os fenômenos por meio da empiria, e o cauteloso “aproximar-

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

se e distanciar-se” (ELIAS, 1997) do que se pretende pesquisar, no caso, as trajetórias de formação das professoras. Todo esse cuidado se fez necessário para que o rigor da pesquisa científica fosse mantido e para que fosse possível assegurar também o distanciamento da perspectiva histórica e o intercâmbio entre tempo passado e tempo presente que a História Oral pode promover a partir do momento em que é utilizada como recurso metodológico.

Os caminhos percorridos e o contato inicial com as professoras

Como metodologia de trabalho, optou-se em trabalhar com a História Oral, destacando que esta pode ser entendida como um procedimento que usa a entrevista como perspectiva de construção de documentos e registros das narrativas e experiências de indivíduos, permitindo, com seus procedimentos específicos, a produção de uma documentação composta a partir de histórias de pessoas comuns que se tornam relevantes tanto para quem conta como para quem ouve. “Essa riqueza da História Oral está evidentemente relacionada ao fato de ela permitir o conhecimento de experiências e modos de vida de diferentes grupos sociais” (ALBERTI, 2011, p.166).

Assim, a partir do contato inicial com duas professoras de Pedro Juan Caballero/PY e uma professora de Ponta Porã/BR, gravamos as entrevistas, e em seguida, realizamos os procedimentos de transcrição e análise do material, buscando fundamentar tal análise em estudos já realizados durante o percurso de estudo e pesquisa de doutoramento, e por meio das discussões promovidas no Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador – GPEPC.

A documentação empírica foi analisada a partir do diálogo com o texto “Estudos Sobre a Gênese da Profissão Naval (2001b)” de Norbert Elias, e de conceitos tais como “rede de interdependência”, “figuração”, “sociedade” e “civildade”, pois compreendemos que assim como a gênese da profissão naval é vista por Elias como um processo histórico de longa duração, que acontece a partir da interdependência entre indivíduos, o mesmo pode ser observado na gênese da profissão docente a partir das

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





histórias das entrevistadas, pois estas rememoram a gênese de sua formação, sua profissão e, em alguns momentos, algumas práticas pedagógicas que foram marcantes em sua vida. E é justamente nesse viés que coadunamos Sarat e Santos, quando destacam que esta metodologia da História Oral torna possível:

[...] ouvir não somente minorias, mas valorizar todos aqueles que estejam representados nas pesquisas e investigações, valorizando vozes de pessoas, trajetórias de vida, memórias, biografias, histórias que possam dar respostas aos nossos questionamentos. Este é um dos desafios dos historiadores orais (SARAT; SANTOS, 2010, p. 50-51).

Para tanto, apresentamos agora as três professoras que figuraram nesta discussão como indivíduos que se constituíram a partir de suas trajetórias individuais, mas também coletivas, trajetórias de formação que estão permeadas por experiências cotidianas que delinearam a historicidade destas mulheres, as quais são importante conhecer, para então podermos melhor dialogar com suas reminiscências e trajetórias.

A professora Sara Medina Jiménez²⁰⁴ tem 87 anos, conta que está aposentada há muito tempo, que não queria se aposentar, mas que como teve problemas na garganta e não podia falar, teve que fazê-lo. Ela nos diz que se formou para “maestra” – professora de crianças, na década de 50, em “Concepción”, e depois foi para a Universidade e licenciou-se em Filosofia e Letras, em Assunção. Descreve que começou a trabalhar com crianças em Assunção e que depois se mudou para Pedro Juan Caballero, onde continuou trabalhando com crianças, na Escola Normal de Professores “Número 16”.

A professora Ricarda González tem 77 anos, relata que deve fazer, aproximadamente, treze anos que está aposentada, e que se aposentou por tempo de serviço. Ao iniciar suas lembranças sobre sua trajetória de formação, a professora nos conta que começou a fazer o curso Normal, para ser professora de crianças, em 1958, em Pedro Juan Caballero, mas que por motivos pessoais mudou-se para Assunção e lá

²⁰⁴ Optamos por utilizar os nomes reais das professoras, pois elas concordaram com tal proposição e consideraram ser relevante para o tipo de pesquisa realizada.



terminou sua formação, em 1963. Voltou para Pedro Juan em 1964, quando já começou a trabalhar com crianças, na Escola Normal de Professores “Número 16”.

A professora Íria tem 62 anos, formou-se no Magistério, na década de 70, em Ponta Porã e no curso de Pedagogia, em 1986, na mesma cidade. Começou a trabalhar de forma leiga, aos 16 anos de idade, por influência de uma vizinha que a levava para a escola para ajudá-la a cuidar das crianças. Foi assim que foi acolhida na escola Perpétuo Socorro e depois na São José, escolas particulares da cidade. Em 1976 começou a trabalhar também na Escola Estadual Mendes Gonçalves, com uma turma de 3ª série. Mesmo tendo se aposentado em um de seus períodos de aula, a professora Íria continua trabalhando até hoje na escola Mendes Gonçalves, onde há muitos anos assumiu o cargo de diretora.

Ao dialogar com estas três professoras, destacamos que as mesmas fazem parte de um *corpus maior* de uma pesquisa de doutorado em andamento, mas que foram escolhidas porque consideramos que suas trajetórias, apresentadas por meio das reminiscências afloradas pelo trabalho com a História Oral, constituíram uma rede de interdependência que nos motivaram a analisar à luz das teorias elisianas aspectos tais como a escolha da profissão, o processo formativo, a preparação para a prática cotidiana, a forma de civilizar e educar da época e o reflexo desta formação em algumas práticas significativas para estas professoras, tendo em vista a forma como foram lembradas e narradas.

Da gênese da formação à civilidade das práticas

A forma de narrar, lembrar e organizar os acontecimentos na História Oral não apresenta uma cronologia, nem um padrão, desta forma, as três professoras recordaram seus percursos formativos de maneiras diferentes, destacando acontecimentos distintos e fatos particulares, mas o que muito nos chamou a atenção foi que mesmo sem se preocupar com linearidade alguma, as professoras narraram lembranças que apresentaram muitas aproximações e conexões, o que nos levou a pensar na gênese desta profissão

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





docente como um fio condutor à rede de interdependência entre elas e entre a própria sociedade²⁰⁵.

Assim, vamos sistematizar nossa discussão a partir de alguns aspectos que podem revelar tais aproximações, mas sem deixar de lado as particularidades de cada uma das professoras. Ressaltamos que ao falarem sobre a escolha da profissão, a Professora Ricarda e a Professora Íria destacaram que o Magistério (no Brasil) e o curso Normal (no Paraguai) seria a única opção para elas, visto que tais cursos eram oferecidos no período vespertino, pois as moças daquela época não podiam estudar à noite. Ambas demonstraram certa insegurança diante da escolha do curso que iniciavam, mas com o tempo foram se adaptando e passaram a gostar:

[...] eu fui para o Magistério, porque era o único que era de dia, e Contabilidade era à noite [...] eu dizia que eu não queria ser professora, e aí, só que só me sobrou isso, porque minha mãe não deixava a gente estudar à noite [...]. E aí eu fui, fui treinando, fui na escola mesmo, então eu gostei (PROFESSORA ÍRIA, 2017). Eu comecei a me formar aqui na escola Normal, eu comecei a estudar aqui, mas parecia que não era a minha profissão, aquilo que eu queria, que eu gostava, mas com o tempo fui estudando, estudando, fui me adaptando e fui gostando (PROFESSORA RICARDA, 2017).

Já a Professora Sara ressalta que sempre quis ser professora e menciona, de uma forma bem entusiasmada, que escolheu a profissão, que “[...] queria ensinar. Estudei em Concepción para isso, me formei professora primária” (PROFESSORA SARA, 2017).

Pelas falas das três professoras e por todas as credenciais que a História Oral oferece ao pesquisador, em especial no contato direto com a fonte oral, constata-se que todas apresentaram uma relação bem forte com a profissão que passa a ser memorada e narrada em sua gênese, e que mesmo em linhas tão sucintas, começaram a revelar também

²⁰⁵ Considerando que: Toda sociedade humana consiste em indivíduos distintos e todo indivíduo humano só se humaniza ao aprender a agir falar e sentir no convívio com outros. A sociedade sem os indivíduos ou o indivíduo sem a sociedade é um absurdo (ELIAS, 1994b, p. 66).



a civilidade²⁰⁶ de algumas práticas exercidas naquela época, haja vista o período de oferta do curso de formação para professoras e o fato de as famílias não permitirem que as moças se ausentassem de casa no período noturno para estudarem.

Para fundamentar a análise das falas buscamos uma interlocução com Louro, quando ela discorre sobre a constituição da profissão docente do final do século XIX e início do século XX, evidenciando que a organização social da época buscava manter forte suas relações de poder, bem como a total submissão à qual eram atribuídas mulheres e crianças, assim a autora destaca que “[...] o magistério era próprio para mulheres porque era um trabalho de ‘um só turno’, o que permitia que elas atendessem suas ‘obrigações domésticas’ no outro período” (LOURO, 1997, p. 453).

Respaldamo-nos também no que diz Sarat, ao destacar que a história da educação, no mesmo contexto mencionado anteriormente, debruçava-se sobre um viés de “civilizar, instruir, formar e educar as populações. A proposta era inseri-las no contexto das ideias que circulavam no período e apontavam concepções de progresso e civilidade, como modelos de desenvolvimento para os países da América Latina [...]” (SARAT, 2015, p. 02).

Ainda nesta mesma perspectiva, a professora Íria se lembra do rigor que era aplicado pelas disciplinas de caráter prático, e que mesmo não tendo nenhum momento de atividade prática com as crianças ao longo da formação, teve excelentes oportunidades de aprendizagens e que foi muito bem preparada para o exercício do magistério.

[...] eu vejo, assim, uma diferença muito grande da minha formação de magistério, da nossa turma, porque nos preparava para tudo, nós dávamos realmente aulas, mas para as colegas, o nosso estágio era dar realmente aula mesmo.[...] corrigiam a nossa postura, corrigiam o jeito que nós transmitíamos, tinha que estar segura, a segurança, tudo, tudo era avaliado, ali pela professora [...] Era realmente um preparo muito bom! (PROFESSORA ÍRIA, 2017).

²⁰⁶ Utilizaremos o termo “civilidade” comungando com Elias (1994a) quando ele apresenta que há uma mescla de ideias principais que se contrapõem: a ideia de barbárie e a ideia de refinamento, etiqueta, bons modos, o que representa os hábitos e costumes de um determinado grupo social, em determinado período, que devem ser seguidos como exemplos de boa educação.



Já a professora Sara, ao lembrar-se do rigor apresentado pela prática obrigatória ressalta que na atividade final ela tinha contato com os alunos, mas que antes disso, ao se preparar, dava aulas para as colegas também, e que só saberia se estaria aprovada ou não pela nota atribuída a esta prática obrigatória final.

Depois do estudo de Professorado existia a prática obrigatória para poder receber o título de professora. Nesta prática, entrávamos em uma sala para dar uma matéria, e esta prática com os alunos era observada por outros professores, que qualificavam a prática, que davam uma nota (PROFESSORA SARA, 2017).

Esta perspectiva de considerar o ‘bom preparo’ para o que a sociedade esperava de uma ‘boa profissional’ também revela a preocupação que se constituiu, ao longo do processo formativo, em atender a condutas civilizatórias, pois em outros trechos das falas das professoras, ao se relembrares de algumas práticas pedagógicas, elas evidenciaram, com muito vigor, o comportamento das crianças, visto que, segundo as mesmas, este era um fator que muito auxiliava o desenvolvimento das atividades docentes naquele período, pois, apesar de todas afirmarem trabalhar em salas muito numerosas, sempre com mais de 30 crianças, e sem auxílio de outro/a profissional, elas revelaram que as crianças eram muito comportadas e isso contribuía com o trabalho pedagógico.

Desta forma, consideramos que as práticas pedagógicas das professoras, assim com o processo de constituição da sua profissão foram se dando a partir das relações de interdependências entre indivíduos, considerando como imprescindíveis a este processo: cada uma destas profissionais, as famílias, que tiveram fundamental importância na decisão destas pela escolha da profissão, os/as professores/as que foram responsáveis pelo processo formativo das mesmas, as colegas de turma (pelo relato das professoras, as turmas eram compostas, majoritariamente, por mulheres), as crianças, que mesmo um pouco distante do processo formativo, já apresentavam um papel de relevância nas discussões e motivações de formação destas profissionais.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Comungamos então com Elias (2001a) quando ele destaca que a interdependência entre indivíduos ultrapassa a soma destes para atender a uma demanda social, mas que a partir das necessidades vislumbradas em uma sociedade, a interdependência entre indivíduos pode ir tomando seu próprio molde a partir da gênese desta profissão, ou seja, “O processo como tal, a gênese e o desenvolvimento de uma profissão ou de qualquer outra ocupação é mais que a soma total de atos individuais - tem seu modelo próprio” (ELIAS, 2001a, p.91).

Assim, considerar que a gênese da profissão docente, tal como a gênese da profissão naval está pautada em um processo relacional, nos leva a pensar, tal como Elias (2001b) que este será permeado por tensões, disparidades, disputas, por relações entre forças e posturas diferenciadas, mas que justamente por estas características configurará uma rede de relações humanas interdependentes que vão assegurar o desenvolvimento histórico das profissões, o qual será longo e deixará suas marcas no tempo, para que sua tessitura seja passível de estudo e compreensão, assim como este estudo que pode nos levar ainda a inúmeras reflexões e caminhos de discussão.

Considerações finais

Os relatos das professoras trouxeram histórias da sua formação, emaranhadas às relações estabelecidas em suas práticas cotidianas, lembradas entre os ritos, obrigações, funções e modos de ser e de exercer a docência, concernentes ao período vivido por elas expressando uma formação específica. Estas docentes foram formadas de acordo com padrões de civilidade vigentes em seus grupos sociais em determinado período, indicando um modo de ser professora, mulher e exercer o magistério.

Tais aspectos foram perceptíveis nas relações estabelecidas e referentes à gênese da profissão docente, dentro das instituições escolares, entre professoras e os/as alunos/as, dando a ver o lugar da formação para o magistério, sua gênese e seus processos de civilidade, o que evidenciou uma rede de interdependência que, neste caso, podemos dizer

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





que ultrapassou os limites de uma fronteira e que contribuiu tanto para a história da educação como para a história da formação docente.

Referências bibliográficas

ALBERTI, V. Histórias dentro da História. In: PINSKY, C. B.(Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2011.

ELIAS, Norbert. Introdução à Sociologia. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

_____. O Processo Civilizador: uma história dos costumes. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a.

_____. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994b.

_____. Envolvimento e Distanciamento: estudos sobre a sociologia do conhecimento. Tradução de Maria Luísa Cabaços Meliço. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

_____. A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001a.

_____. Estudos sobre a gênese da profissão naval: cavalheiros e tarpaulins. Mana, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p.89-116, 2001b.

LOURO, Guacira. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del. História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997.

PEREIRA, Jacira Helena do Valle. A especificidade de formação de professores em Mato Grosso do Sul: limites e desafios no contexto da fronteira internacional. InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v.15, n.29, p.106-119, jan./jun. 2009.

SARAT, Magda. História da Formação de Professoras para a Infância: Experiências no Brasil e na Argentina. Rev. Teoria e Prática da Educação, v. 18, n.1, p. 23-36, Janeiro/Abril 2015.

SARAT, Magda; SANTOS, Reinaldo dos. História Oral como fonte: apontamentos metodológicos e técnicas da pesquisa. In: COSTA, C. J. ; MELO, J. J. P. e FABIANO, L. H. (org.) Fontes e Métodos em História da Educação. Dourados: Ed. UFGD, 2010. p. 49-78.

SCHAFFER, N. O. Práticas de integração nas fronteiras: temas para o Mercosul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

CACÓFATOS E ECOS NO PRIMEIRO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO: O PROCESSO DE HIGIENIZAÇÃO DA LÍNGUA E O PROCESSO CIVILIZATÓRIO

Luísa Haddad Labello
Universidade Estadual de Campinas
Capes
luisahlabello@gmail.com

Resumo: Este estudo tem como objetivo analisar o lugar da língua no processo civilizatório que caracteriza o final do século XIX e início do século XX. Assim, temos como base os textos da polêmica sobre o primeiro Código Civil Brasileiro: o *Parecer*, a *Réplica* e os *Anexos à Réplica*. Um tópico recorrente nos textos da polêmica são os vícios de linguagem – os cacófatos e os ecos. As discussões nesta polêmica nos mostram a preocupação em eliminar o que era considerado desagradável em termos linguísticos, ocorrendo um processo de higienização da língua como parte do processo civilizatório que caracteriza o período.

Palavras-chave: Código Civil. Processo Civilizatório. Higienização da língua.

Abstract: This study aims to analyze the place of language in the civilizing process that characterizes the end of the 19th and the beginning of the 20th centuries. So we have as basis the texts of the polemic around the first Brazilian Civil Code: *Parecer*, *Réplica* and *Anexos à Réplica*. A constant topic in the texts of the polemic is the language vices - cacophony and echoes. The discussions in this polemic show us the preoccupation in eliminating what was considered unpleasant in linguistic terms, occurring a process of hygienization of the language as part of the civilizing process that characterizes the period.

Keywords: Civil Code. Civilizing Process. Hygienization of the language

Introdução

O ponto de partida deste estudo são os textos que compõem a polêmica sobre o primeiro Código Civil Brasileiro. A história da polêmica tem início no governo de Campos Sales (1898-1902), pois o presidente tinha como uma de suas principais preocupações a elaboração de um Código Civil. Diante disso, o Ministro da Justiça, Epitácio Pessoa, convida o jurista Clóvis Beviláqua a elaborar um projeto do Código. Essa primeira versão passou por uma comissão revisora de cinco juristas, que examinou

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





todo o texto. O projeto foi, então, enviado à Câmara, que nomeou uma comissão de 21 membros, composta de juristas e parlamentares, que reelaborou o texto. O projeto reformulado seguiu ao plenário e foi aprovado, passando ainda por algumas alterações e por uma rápida revisão do renomado gramático baiano Ernesto Carneiro Ribeiro (PAGOTTO, 2011, p. 108). Poucos dias após o projeto ser enviado ao senado, o então senador Rui Barbosa, que era o presidente da Comissão de Justiça, apresentou um parecer analisando linguisticamente e modificando todos os 1.832 artigos que formavam o projeto do Código Civil, deixando de lado qualquer observação de cunho jurídico (PAGOTTO, 2011, p. 108). Esse *Parecer* causou a indignação de importantes figuras da época, e as respostas não tardaram a chegar. Carneiro Ribeiro escreveu um texto a respeito das correções do senador, as *Ligeiras observações sobre as emendas do Dr. Rui Barbosa, feitas à redação do projeto do Código Civil pelo Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro*, além de inúmeros artigos que foram escritos por jornalista, juristas e deputados e que foram publicados em jornais da época. Rui Barbosa escreveu, então, a *Réplica* e o gramático Carneiro Ribeiro respondeu com a *Tréplica*.

Como destaca Pagotto (2011), os personagens envolvidos nessa polêmica faziam parte da elite letrada do país e estavam acostumados com o trato normativo:

O projeto que vinha da Câmara tinha a redação de muitos autores acostumados ao trato jurídico e ao texto normativo; pertenciam, seguramente, à elite escolarizada do país, o que faz entender a exaltação que o *Parecer* e, posteriormente, a *Réplica* provocaram (PAGOTTO, 2011, p. 110).

Assim, como assinala o referido autor, essa polêmica vai muito além de ser um “(...)zelo excessivo no exercício do ideal clássico (...)” (p. 162), ela pode ser considerada como o sintoma de uma crise normativa que se instaurou no Brasil a partir da segunda metade do século XIX, ou seja, a tomada de consciência por parte da elite brasileira letrada da época “(...) da mudança nos padrões normativos, que vinha se registrando desde os anos de 1850 e que se consolida após a polêmica do código civil” (p. 162).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

Do ponto de vista linguístico, os textos da polêmica abordam diferentes áreas do funcionamento da linguagem, do textual ao ortográfico, passando pela sintaxe, léxico, sistema gráfico e vícios de linguagem, como os cacófatos, ecos, colisões e hiatos. (PAGOTTO, 2011, p. 114). Neste trabalho, observamos como os vícios de linguagem relacionados à pronúncia, principalmente os cacófatos e os ecos foram abordados ao longo da polêmica. A seguir, apresentaremos o contexto em que se deu essa famosa polêmica.

As mudanças no padrão normativo brasileiro

No Brasil, as polêmicas linguísticas fazem parte do processo de construção da norma. A primeira grande polêmica sobre língua no Brasil foi aquela que envolvia José de Alencar, que tentou introduzir em seus textos alguns elementos que eram próprios da fala popular dos brasileiros. A polêmica sobre o Código Civil envolveu duas importantes figuras da época, o senador Rui Barbosa e o gramático baiano Ernesto Carneiro Ribeiro. Assim, como destaca Pagotto (2011), essa foi uma polêmica que ocorreu entre as elites, ou seja, entre dois homens cultos que estavam acostumadas com o trato normativo e passaram a não saber mais o que era considerado certo ou errado.

O fato é que no Brasil, o padrão normativo muda ao longo do século XIX, o curioso é que essa mudança vai na direção oposta à que seguia o português brasileiro, ou seja, as práticas de língua do século XVIII não são as bases empíricas para a gramatização do século XIX. Como destaca Pagotto (2013) “as mudanças aqui ocorridas não são incorporadas com modelo de língua a ser seguido” (p.11). Assim, diferente do que aconteceu em Portugal, em que o romantismo, ao trazer novas formas linguísticas para dentro da literatura, influenciou o surgimento de uma norma culta, que aos poucos foi inserida na escrita. No Brasil, apesar dos esforços de alguns escritores, como José de Alencar, que tentou levar para a escrita os reflexos das mudanças que estavam em andamento no país, terminou-se o século XIX com uma nova norma aos moldes do

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





português europeu moderno, graças a um movimento das nossas elites letradas de se aproximar desse padrão novo (PAGOTTO, 1998).

Brasil rumo às grandes nações: o processo civilizatório

O processo de normatização no Brasil tem uma forte ligação com o momento histórico que o país passava na época, pois, nesse período, colocou-se em prática um projeto de constituição da nacionalidade que buscou formar “(...) uma elite intelectual e política que se distanciasse da maioria da população, aproximando-se dos padrões europeus de comportamento” (PAGOTTO, 2013, p. 01), ou seja um “processo civilizatório”, que, segundo Pagotto (2013), tinha como objetivo, tirar a elite branca do país de uma vida “primitiva”, para inseri-la no universo das grandes nações. Esse processo de europeização fica muito evidente se olharmos o caso do Rio de Janeiro, pois lá ocorreu uma “(...) transformação da cidade ‘colonial’, pestilenta, suja, antiestética, numa metrópole civilizada e regenerada” (BENCHIMOL, 1992, p. 18). Ainda segundo Benchimol (1992), em meados do século XIX houve a criação de uma “Junta Central de Higiene Pública”, com o propósito de se concretizar medidas cabíveis à conservação da saúde pública. Ademais, a defesa sanitária do Rio de Janeiro organizou uma “comissão de engenheiros”, para encarregar-se de melhorias urbanas imprescindível ao saneamento da cidade. Os chamados cortiços, habitações coletivas, foram alvo de muitas críticas, no que concerne às questões higiênicas, pois, muitas dessas habitações, não possuíam condições mínimas de limpeza: eram “(...) pequenas, úmidas desprovidas de ar e luz” (BENCHIMOL, 1953, p. 117). O que aconteceu no Rio de Janeiro foi um intenso processo de urbanização, tendo como inspiração as intervenções urbanísticas de Paris e investimentos em iluminação elétrica, saneamento, além da disciplinação do espaço urbano, com o objetivo de criar uma “cidade civilizada”, pois como destaca Azevedo (2016), a reforma urbana de Pereira Passos buscava “(...) o ideal de civilização como valor maior a ser conquistado” (p. 27). Assim, segundo o autor, o projeto de reestruturação urbana municipal se baseia na “(...) metáfora política da civilização, que

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





significa dizer ‘a cidade tem que ser civilizada’ e busca se afirmar pelo propósito de fazer valer os valores da ‘civilização’ na urbe” (p. 29). Todos esses fatos tem uma forte relação com as questões linguísticas, pois, como destaca Burke (2004), para que se haja civilização, é necessário seguir um código de comportamentos, incluindo o comportamento linguístico. Assim, o autor coloca o processo de padronização linguística como parte do processo civilizatório preconizado por Norbert Elias e afirma que a ideia do “processo civilizatório” de Elias (1939) pode ser estendida para que se inclua as reformas da linguagem. Esta perspectiva é muito interessante, pois leva a considerar o processo de padronização além do processo de gramatização, deslocando o olhar para o funcionamento social da língua. Ademais, seguindo Elias (2011), pode-se considerar que na passagem do mundo feudal para o mundo moderno se desenvolve um processo no qual as relações sociais se pautam cada vez mais no controle das emoções, do corpo, em que as pessoas tomam mais consciência de questões relacionadas à higiene. Essa grande mudança no comportamento coincide com a emergência dos estados nacionais de regime absolutista. Deste modo, a cronologia da gramatização, quando começam a ser publicadas as primeiras gramáticas, coincide com esse processo civilizatório²⁰⁷.

Os cacófatos e os ecos

Como consta no Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (1952), de José Pedro Machado, a palavra cacófato vem do grego *Kakophaton* e significa “má consonância”. Eduardo Carlos Pereira apresenta, em sua *Grammatica Expositiva*, 1907, a seguinte definição de cacófato: “Cacophonia ou cacophaton consiste na junção de duas palavras de modo tal que se forme uma outra de sentido torpe ou ridículo, ex.: <Alma minha gentil, que te partiste> (...)” (p. 255). Maximino Maciel, autor da *Grammatica Descriptiva Baseada nas Doutrinas Modernas*, define cacófato da seguinte maneira:

²⁰⁷ Esta ideia foi apresentada em disciplina de pós-graduação no Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp.



Cacophato é o encontro de vocabulos ou palavras, formando aparentemente expressão desagradável, às vezes até de sentido inconveniente: ex.: *bocca dela, mas ella, eu já cá estava, como ella*, exs: “Alma minha gentil que te partiste/ Tão cêdo desta vida descontente’ (...)” (p. 441).

Assim, todas as definições de cacófato ressaltam a feiura desse vício de linguagem, através de exemplos e do uso das palavras “desagradável”, “torpe” e “ridículo”.

Com relação ao eco, Said Ali, em sua *Grammatica secundaria da língua portugueza*, s/d, define esse vício da seguinte forma:

Echo consiste em repetir-se frequentemente, e com pequenos intervalos, o mesmo vocabulo, ou a respectiva vogal tonica em vocabulos diferentes: Pedro ficou quedo com medo do arvoredo; O xará foi a Sabará e trouxe de lá o alvará (p. 307, grifo do autor).

João Ribeiro, em sua *Grammatica portugueza: 3º anno (1889)*, define o eco como a “repetição das mesmas syllabas: *Estado suporttado com cuidado, etc.*” (p. 301).

Como veremos a seguir, esses dois vícios de linguagem são muito recorrentes nos textos da polêmica sobre o Código Civil.

Os ecos e os cacófatos nos textos da polêmica

O *Parecer sobre a Redação do Código Civil*, escrito por Rui Barbosa com o objetivo de analisar e modificar os artigos do projeto, encontra-se estruturado da seguinte forma: primeiramente, há uma introdução destinada aos *Senadores da Comissão do Código Civil* e, logo depois, está o *Texto do Projeto da Câmara dos Deputados anotado quanto à redação pelo Senador Rui Barbosa*.

Na introdução, Rui Barbosa tenta justificar a atenção dada às formas linguísticas utilizadas no projeto, exaltando o amor que sente pelo seu idioma e destacando os inúmeros reparos que realizou ao longo do texto. A segunda parte do *Parecer* traz o texto do projeto original, aprovado dias antes pela Câmara dos Deputados, lado a lado com o



texto revisado por Rui Barbosa. No lado esquerdo, está o texto do projeto original e no lado direito está o texto com as correções do senador.

Assim, realizei um levantamento exaustivo dos vícios de linguagem (ecos e cacófatos) que foram corrigidos por Rui Barbosa e cheguei ao seguinte resultado: o senador eliminou 60 cacófatos e 200 casos de ecos, sendo que os mais recorrentes eram aqueles terminados em *ão*.

A Comissão do Código Civil da Câmara dos Deputados, em sua *Resposta ao Parecer do Senador Rui Barbosa*, além de discordar de muitos casos de cacófatos e ecos que foram modificados por Rui Barbosa, aponta vários vícios que o senador acabou cometendo em seu *Parecer*, fazendo comentários irônicos, como: “e no entretanto o Sr. Rui é um espírito gigante e um inimigo feroz de dissonâncias e cacófatons” (1902, p. 49). Um caso interessante com relação aos cacófatos que envolve Rui Barbosa e a Comissão do Código Civil da Câmara dos Deputados, diz respeito à expressão *intrínseca validade*. Ao encontrar no art. 14 do projeto original do Código Civil essa expressão, Rui Barbosa tece o seguinte comentário: “Temos aqui a *intrínseca validade*. É quase o *nec plus ultra* do cacófaton” (BARBOSA, 1949, p. 30). Na tentativa de responder à altura, a Comissão especial da Câmara dos Deputados, no texto *Resposta ao Parecer do Senador Rui Barbosa*, afirma que as emendas propostas pelo senador fizeram do projeto do Código Civil um verdadeiro “código de cacófatos”. A partir disso, a Comissão elegeu o que para ela seria o “*nec plus ultra* do cacófaton”: a expressão “sem menção” utilizada por Rui Barbosa no art. 1.759, que formaria o cacófato “sêmen”.

Além desses casos, no texto da Comissão especial da Câmara dos Deputados, são mencionados muitos outros cacófatos em que o senador é acusado de ter cometido em seu *Parecer*, como é o caso do artigo 837, em que Rui Barbosa escreve a seguinte expressão: *pela da sua numeração*, formando o cacófato “pelada”, além da expressão *fez essas*, que aparece no artigo 1.342, parágrafo único, e que, segundo a comissão, formaria o cacófato “fezes”. Todas as expressões destacadas tanto por Rui Barbosa quanto por seus opositores são de caráter bastante desagradáveis, às vezes de sentido obsceno, e por isso são tão discutidas nos textos da polêmica, evidenciando a necessidade de se higienizar a

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





língua naquele período para torná-la limpa, pura e mais elegante, podendo se comparar, até mesmo, a forte higienização que ocorria, nesse período, no Rio de Janeiro, na tentativa de colocar a cidade no patamar das grandes civilizações.

Com relação aos ecos, Rui Barbosa trava com Carneiro Ribeiro uma longa discussão a respeito desse vício. Os casos de eco mais modificados e comentados por Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro, ao longo da polêmica, são aqueles terminados em *-ão*. No *Parecer*, Rui Barbosa aparenta se incomodar bastante com o número de vezes que aparecem palavras com essa terminação, como no seguinte comentário ao art. 30: “Cinco vezes detona o *-ão* nestas quatro linhas, depois de ribombar doze nas dez linhas anteriores” (p. 42). Na *Réplica*, Rui Barbosa parece refinar o seu conhecimento daquilo que considera eco ao considerar uma definição tão simplista como a que foi apresentada por Carneiro Ribeiro em seus *Serões Gramaticais*, pois o gramático define o eco apenas como “o concurso dos mesmos sons” (RIBEIRO, 1890, p. 346 apud BARBOSA, 1953, p. 149). Para o senador, o que provoca esse “vício de harmonia” não são simplesmente as palavras com terminação em *-ão*, “(...) mas na sua distribuição em rima através da prosa” (Barbosa, *Réplica*, p. 149). Na *Tréplica*, Carneiro Ribeiro tenta mostrar como o conceito de eco que apresentou na sua gramática, *Serões Gramaticais*, está correto e parecido com as definições apresentadas por importantes gramáticos.

Deste modo, a partir dessas discussões, é possível observar a preocupação na época em eliminar o que era considerado feio e desagradável em termos linguísticos, ocorrendo assim um processo de higienização da língua. Como destaca Pagotto (2011), esta língua “depurada”, livre de elementos indesejáveis e dos usos clássicos que não se adequam com a lógica gramatical moderna, “(...) aponta para uma nacionalidade que deve se alinhar ao português como língua superior” (p. 156). Ou seja, refere-se a um movimento em que a nacionalidade é desassociada de um aparente “dialeto brasileiro”. Assim, segundo o autor:

O que se percebe é um trabalho no sentido de desvincular a nacionalidade de uma pretensa expressão linguística brasileira, posta no trilho da língua única, única forma capaz de expressar

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná





corretamente tal nacionalidade ainda por fazer. Mas quem sabe essa língua? É preciso aprendê-la e cultivá-la. Somente assim a nação do vir a ser será plena (p. 157).

Desta maneira, tem-se um grande impulso, a partir de questões linguísticas, em colocar a nação “nos trilhos da modernidade”.

Considerações finais

As investigações que foram feitas durante este trabalho nos permitiram observar, primeiramente, como as discussões de cunho linguístico ganharam destaque no final do século XIX. Como destaca Pagotto (2011), nesse período, o país passava por uma grave crise normativa, decorrente da tomada de consciência, por parte dos brasileiros letrados da época, principalmente dos escritores, de que havia novos padrões, e que eles se chocavam com a tradição do português clássico. A polêmica sobre o Código Civil, que tratamos neste trabalho, pode ser considerada um dos maiores exemplos dessa crise normativa.

Com relação às discussões que envolvem os vícios de linguagem relacionados à pronúncia, pudemos constatar, a partir do levantamento e da análise dos dados, que houve uma grande preocupação, por parte de Rui Barbosa, em eliminar os cacófatos e os ecos do texto do projeto original. Os adjetivos “ridículo”, “dissonante”, “torpe”, “desagradável”, tão frequentes nas definições das gramáticas, são destacados a todo momento por Rui Barbosa e por seus opositores. O senador, na *Réplica*, além de citar a definição de diversos gramáticos para ressaltar a feiura desses vícios de linguagem, elabora a sua própria definição de cacofonia: “Cacófaton é o som desusado, ou a combinação insólita de sons, que, pela extravagância, desafinada, indecorosa, ou risível, escandaliza ou desgosta o ouvido” (BARBOSA, 1904, p. 177).

Ademais, os dados mostram que, para além do processo de constituição de uma nova norma, existia na época uma grande preocupação em eliminar o que era considerado feio e desagradável em termos linguísticos, ocorrendo um processo de higienização da língua, como parte do “processo civilizatório” que caracteriza o período.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





Referências bibliográficas

ALI, M. Said. Grammatica secundaria da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos. [s/d.]

AZEVEDO, André Nunes de. A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio, 2016.

BARBOSA, Rui. Obras completas de Rui Barbosa, 1902, volume XXIX, tomo IV Anexos à Réplica. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1969.

BARBOSA, Rui. Parecer sobre a redação do Código Civil. In: _____. Obras completas de Rui Barbosa, 1902, volume XXIX, tomo I. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1949 [1ª. ed. 1903].

ARBOSA, Rui. Réplica. In: _____. Obras completas de Rui Barbosa, 1902, volume XXIX, tomos II e III. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1953. [Título original: Replica do Senador Ruy Barbosa às defesas da redacção do Projecto da Camara dos Deputados, 1ª.ed. 1904].

BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentado e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BURKE, Peter. Languages and Communities in Early Modern Europe. Cambridge University Press, 2004.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história de costumes, volume 1. Tradução: Ruy Jungmann, 2ª Ed, Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

MACIEL, Maciel. (1921) Grammatica Descriptiva baseada nas doutrinas modernas. Rio de Janeiro, Francisco Alves (1ª. ed. 1894).

PAGOTTO, Emilio. Gozze. A norma das constituições e a constituição da norma no século XIX. Revista Letra (Rio de Janeiro), v. 1, p. 31-50, 2013.

PAGOTTO, Emilio Gozze (1998). Norma e Condescendência; Ciência e Pureza. In: Língua e Instrumentos Linguísticos. Campinas, Pontes Editores.

PAGOTTO, Emílio Gozze. Rui Barbosa e a crise normativa brasileira. In: D. Callou e A. Barbosa (orgs.). A norma brasileira em construção: Cartas a Rui Barbosa (1866 a 1899). UFRJ/FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA/Quartet Editora, Rio de Janeiro, 2011.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

PEREIRA, Eduardo Carlos. Grammatica expositiva. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1907. 364p.
Exemplar nº 0641.

IBEIRO, João. Grammatica portugueza: 3º anno. 3ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de
Alves& C. 1889.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

CORPO E INDIVIDUALIZAÇÃO: UM OLHAR ELIASIANO JUNTO A UMA JOVEM COM SÍNDROME DE DOWN

Manuela Patrício Menezes²⁰⁸

Ms. Ruth Barbosa de Araújo Ribeiro²⁰⁹

Resumo: Estudar as questões da Educação Especial de uma criança com Síndrome de Down à luz da teoria eliasiana, torna-se bem desafiador, por sabemos que os estudos de Elias não foram direcionados a tal temática. No entanto, é instigante na medida em que percebemos o indivíduo com Down no seu processo de individualização, em especial quando esse revela sua identidade corpórea na sociedade chamada inclusiva. Nesse sentido, queremos analisar essa individualização relacionando-a com o livro *Mozart: sociologia de um gênio* (1995), no qual Elias apresenta traços da personalidade desse músico austríaco e as formas de relações que o mesmo estabelece na corte entre sua condição de músico e os parâmetros sociais estabelecidos da época.

Palavras-chaves: Individualização. Corporeidade. Síndrome de Down.

BODY AND INDIVIDUALIZATION: AN ELIASIAN LOOK AT A CHILD WITH DOWN SYNDROME

Abstract: Studying the Special Education issues of a child with Down Syndrome according to the Eliasian theory becomes very challenging, as we know that Elias's studies were not directed at such a topic. However, despite this challenge, it is thought-provoking insofar as we perceive the individual with Down in his/her individualization process, especially when he/she reveals his/her corporeal identity in the society named inclusive. Therefore, we want to analyze this individualization by relating it to the book *Mozart: Sociology of a Genius* (1995), which Elias presents personality traits of this Austrian musician and the forms of relations that he establishes in the court between his condition of musician and the established social parameters of the time.

Keywords: Individualization. Corporeity. Down Syndrome.

²⁰⁸ Graduanda em Pedagogia (UEPB) Universidade Estadual da Paraíba. Endereço eletrônico: eldmnu@gmail.com;

²⁰⁹ Mestre em Educação (UFPB/PPGE). Universidade Federal da Paraíba. Professora da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Coordenadora do Grupo de Estudo Corpo, Educação e Civilização (UEPB). Endereço eletrônico:ruthribeiro52@yahoo.com.br.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Considerações iniciais

Quando tratamos de individualização na concepção eliasiana, entendemos o indivíduo em um processo de relações sociais que contribuem para que o mesmo se torne individual no seu coletivo de pertença. Se voltarmos um pouco a história da civilização, vamos encontrar até o fim da Idade Média um ser ainda submisso a vontade da coletividade das tribos que habitava. Com isso, o termo individualização, é um substantivo eminentemente moderno que surgiu no renascimento, junto à libertação da razão humana.

Nessa perspectiva, a concepção de individualismo, no sentido pejorativo da palavra, não pode ser confundida com egoísmo que direciona o sujeito a se preocupar apenas consigo mesmo. Pois, “a individualização, como considera Elias, está relacionado com a problemática da interdependência indivíduo e sociedade, mais especificamente, com a crescente especialização dos indivíduos e das sociedades” (HONORATO, 2015, p.4).

No artigo aqui proposto, buscamos entender o processo de individualização junto a um jovem com Síndrome de Down a partir do projeto de extensão: “Desenhando os traços da inclusão” desenvolvidos no Núcleo de Educação Especial ligado à Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Dessa maneira, buscaremos constituir relações entre as percepções de individualização apresentadas no livro *Mozart: sociologia de um gênio* (1995), no qual Elias apresenta traços da personalidade desse músico austríaco e as formas de relações que o mesmo estabelece na corte entre sua condição de músico e os parâmetros sociais estabelecidos da época, aproximando a maneira de como uma jovem com Síndrome de Down, se percebe em sua individualização, e é percebida no contexto social no qual está inserida.

Em busca da aproximação desses corpos, compreendemos que o indivíduo é a expressão de sua construção histórica com características que lhe são impostas socialmente, ou seja, uma estrutura que se constrói junto ao processo civilizador, através do convívio e do olhar dos outros indivíduos. Por isso, entender o indivíduo enquanto

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





processo em um espaço que ocorre formas de individualização, implica a capacidade dada a este de se reconhecer e auto determina-se nessa pluralidade social, atraindo para si não apenas o individual e o coletivo, mas também entendendo que o indivíduo não vive sem a sociedade e a sociedade não vive sem o indivíduo. Desta forma, “a sua dependência de outros e a dependência de outros dele, as funções de outros para ele e a sua função para os outros”. (ELIAS, 1995, p.06)

Para tanto, como instrumento metodológico tomamos por base a pesquisa qualitativa, junto a um estudo de caso com observação participante, em três encontros semanais com uma aluna que apresenta Down, durante o período de fevereiro de 2017 a maio de 2018, no Núcleo de Educação Especial da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, campus Campina Grande. Inicialmente a aluna foi avaliada para vermos o seu nível de desenvolvimento, como ela se via corporalmente e como funcionava seu cotidiano. E, posteriormente, realizamos a aproximação de sua percepção com a individualização encontrada no livro *Mozart: sociologia de um gênio*.

Corpo e Individualização: aproximações eliasiana junto a uma jovem com síndrome de down

Elias apresenta no livro *Mozart: sociologia de um gênio*, o músico austríaco e as formas de relações que o mesmo estabeleceu na corte. O que vemos é uma sociedade capaz de produzir artistas, mas sem condição de incluí-lo no meio social. De maneira que viveu Mozart até 35 anos ligados por fios de interdependências que o tentava limitá-lo enquanto gênio, travando sua liberdade de escolhas. “Só dentro da estrutura de tal modelo é que se pode discernir o que uma pessoa como Mozart, envolvida por tal sociedade, era capaz de fazer enquanto indivíduo, e o que — não importa sua força, grandeza ou singularidade — não era capaz de fazer” (ELIAS, 1995, p.19). De modo, que mesmo no contexto de forças aristocratas que o percebia apenas como uma curiosidade exótica, de um entretenimento divertido, Mozart junto a sua individualização busca sua

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





independência, mesmo que posteriormente, através da rejeição social que viveu e as dívidas que acumulou chegasse a fracassar.

[...] Mozart lutou com uma coragem espantosa para se libertar dos aristocratas, seus patronos e senhores. Fez isto com seus próprios recursos, em prol de sua dignidade pessoal e de sua obra musical. E perdeu a batalha como pode se afirmar com a presunção da visão *a posteriori* era de se esperar. (ELIAS, 1995, p.10)

No entanto, apesar da luta pela libertação aristocrata ele também buscava reconhecimento social, desejava que a corte o reconhecesse, pois “Mozart, por sua vez, era um jovem orgulhoso que conhecia o próprio valor” (ELIAS, 1995, p. 58). E mesmo reconhecendo seu próprio valor necessitava de reconhecimento junto às várias cadeias de relacionamentos aristocrata necessitava de uma referência de grupo.

Nesse sentido, o estudioso Elias (1993, p.63) ainda postula:

O que neste cosmos humano marca e liga o ser humano singular (...) não são simplesmente os reflexos da sua natureza animal, é sim a sua integração irrevogável no contexto global das suas necessidades e seu comportamento com o de outros homens, com os vivos e os já mortos e, de certa forma, mesmo com os ainda não nascidos. Em resumo, é a sua dependência de outros e a dependência de outros dele, as funções de outros para ele e a sua função para os outros.

Sendo assim, entender o indivíduo na conjuntura da individualização significa compreender que essa individualização se dá também em um processo plural, ou seja, entre indivíduo e sociedade. Pois, como já havíamos mencionado o indivíduo não vive sem a sociedade e a sociedade não vive sem o indivíduo, pois existem oscilações de tensão de interdependência que são imprevisíveis para construção do indivíduo e da sociedade.

Assim o indivíduo pode expressar o sentimento de que a vida social lhe recusa a realização do seu eu interior. Pode achar que a sociedade impele de violar sua “verdade íntima”, por isso:

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





O conceito de individualização está intimamente ligado com o de autocontrole, que é o processo que vai da exteriorização à interiorização. O indivíduo interioriza os sentimentos, paixões, emoções, controles e representações produzidas nas relações sociais e em suas atividades mentais, e depois ele exterioriza suas representações através de comportamentos, *habituse* relações poder. Desta maneira, pensamento e ação estão interligados no plano individual em função do social, que dirige o individual (e vice-versa) para um certo limiar de controle exigido e aceito pelos demais indivíduos em sociedade. (ELIAS, 1994, p. 104)

Se tratando da individualização da jovem com SD, também componente de estudo nesse artigo, percebemos que sua individualização vive em constantes conflitos, pois, os olhares lançados ao seu corpo, muitas vezes faz dela “objeto de ninguém”. A verdade é que a pessoa com deficiência na sociedade contemporânea, ainda é vista com olhos preconceituosos, uma vez que grande parte das pessoas no contexto social, não se sentem aptas a desenvolverem fios de relacionamentos que venham a favorecer a inclusão.

Nesse ponto de vista, ainda desconhecem habilidades que as pessoas com deficiência carregam em seu corpo e impõem padrões de comportamentos. E o desconhecimento faz com que a deficiência seja vista como algo anormal, que não se adequa ao contexto da sociedade. Contudo, “a verdade é que a deficiência é mais do que um enigma: é um desconhecimento erroneamente descrito como anormal monstruoso ou trágico, mas que fará parte da trajetória de vida de todas as pessoas que experimentarem os benefícios da civilização” (DINIZ, 2007, p.78). Diferentes de todos nós somos, vivemos em uma sociedade plural híbrida e em constante transformação, no qual cada um carrega em si marcas individuais, sendo biológica ou social, isso é, o que nos faz indivíduos únicos.

Pessoas que carregam em seu corpo a síndrome de Down, apesar das alterações genéticas, não podem ser percebidas como indivíduos incapazes de estabelecer laços de relacionamentos com o outro. Mesmo em seu corpo trazendo a presença de um cromossomo extra nas células, promovendo características físicas fortes que são típicas e deficiência intelectual em diferentes graus. Por isso, **nem todos os indivíduos apresentam essas características**, assim como, podem apresentá-las em diversas intensidades.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Também é considerável destacar que a síndrome de Down não é uma doença e sim uma condição inerente à pessoa, em vista disso não se deve falar em tratamento ou cura. Conseqüentemente, pode se manifestar com a mesma frequência em ambos os sexos em qualquer grupo social. No entanto, o que trazemos aqui é o entendimento de como a aluna com Síndrome de Down, que faz parte do nosso projeto de extensão, se percebe em sua individualização, e é percebida no contexto social, no qual está inserida.

Para responder a esse questionamento, desenvolvemos uma pesquisa qualitativa, a que nos permitiu uma amplitude do conhecimento a respeito do que se está sendo pesquisado não se restringindo apenas a números como resultados (TESCH, 1990). Com isso, realizamos um estudo de caso, o qual teve como sujeito da pesquisa a aluna com SD. E como instrumento metodológico para a análise dos resultados realizou a observação participante.

Nossos atendimentos desenvolveram-se em três encontros semanais com a aluna no período de agosto 2017 a junho de 2018, na sala do Núcleo de Educação Especial da UEPB. Para entendermos como uma jovem com SD se percebia no contexto social propomos uma atividade de autoconhecimento, para que ela pudesse conhecer um pouco da sua estrutura biológica, só que antes de iniciarmos atividade, tivemos uma conversa sobre seu estilo de vida. O que ela fazia diariamente. Segundo a jovem ela acorda as 05h30min da manhã, para ajudar seus pais no comércio de alimentos - um Thriller de lanches- Ela coloca guardanapo, canudo, limpa as mesas, colocar suco café puro e com leite para as pessoas, peneira goma para fazer tapioca, segundo a mesma, ama ajudar seus pais e adora conversar com as pessoas. E quando chega em casa se diverte muito escutando música e dançando, sendo assim uma de suas atividades preferida. Também ajuda sua mãe em casa arrumando seu quarto. E não deixa de brincar com suas bonecas. Confessou que não gosta muito de tomar banho. Mas toma dois por dia. E quando chega a noite joga com seu irmão, assiste à novela. O que percebemos no comportamento dela é que no seu convívio diário apresenta habitus comuns ao de qualquer pessoa dita como “normal”. Na sua constituição familiar ela convive em um processo de relacionamento, que não difere da maioria das famílias.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



PR





Após essa conversa inicial que tivemos com a aluna e com intuito de encontrar respostas para nossos objetivos, pegamos uma caixa de sapato enrolamos com papéis coloridos e na tampa do lado de dentro foi colado um espelho, o mesmo, foi entregue a aluna. Perguntamos a ela: Qual a cor dos seus olhos? *Marrom*. Qual a cor da sua pele? *Cor de pele*. Qual cor do seu cabelo? *Marrom, curto e bem pouquinho*. Quantos anos essa menina do espelho tem? *Essa menina tem 25 anos*. Como é seu rosto? *Grande, parece um círculo*.

Logo depois, no livro didático, respondemos a atividade que falava sobre identidade, como ela se enxergava. Com a seguinte proposta: Recorte de revistas imagens de pessoas que se parece com você. (Dentre as revistas disponibilizadas foi colocado também revistas inclusivas, com imagens de pessoas com SD). No entanto, no processo de recorte e colagem a jovem usou em sua atividade a representação mulheres loiras e altas. Desta forma, percebermos que aluna não se via com aspectos biológicos da síndrome, mas pela representação social midiática.

Entendemos que na sociedade, existe uma padronização de costumes, e para que ela se encaixa neles deverá seguir precisamente cada um. Mas perante o estado do seu corpo, com algumas limitações necessitará de ajuda externa para manter esse cuidado e zelo. Sendo assim, produzir um corpo com características inusitadas, rótulos, marcas que o ligam muito mais a um sistema mercadológico do que a um pertencimento cultural, pois, não é algo fácil para ninguém

No segundo encontro dando continuidade à atividade anterior, desenvolvemos um jogo referente ao do cuidado com o corpo. Questionamos o que devemos fazer com o corpo para manter a higienização. Então, confeccionamos um jogo da memória no qual mostraria uma ação, como por exemplo, cortar as unhas, tomar banho, escovar os dentes, pentear os cabelos, limpar os ouvidos, lavar as mãos, dormir e comer. Conseqüentemente foi colorido (com lápis de cor e canetinhas). Após a confecção, jogamos e percebi uma grande interação da aluna com o material produzido, sua animação era visível em cada ação da jogada. Seus questionamentos sobre as ações diárias apresentaram que mesmo com algumas limitações, ela é capaz de interagir e criar fios de relacionamentos.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Em seguida, disponibilizei uma atividade para ser feita em casa em formato de pesquisa, com o intuito de ser realizada em casa com ajuda de seus pais. Procuramos saber de onde ela surgiu, quem era suas bisavós, avós, pais, o nome de cada um. Formando, assim, uma árvore genealógica. Em um outro momento, quando ela chegou à sala do atendimento pude perceber seu entusiasmo com as informações colhidas em casa. Quando sentamos e fomos corrigir a atividade, feita em casa, ela foi logo contando as histórias que seus pais contaram em casa, como cada pessoa que estava na árvore genealógica foram fundamentais para sua existência.

Desse modo, percebemos que assim com Mozart, um gênio na sociedade de corte sofreu opressão para ser aceito na sociedade da época, a aluna com SD também passa por condições ainda difíceis de aceitabilidade social. Apesar dessa dificuldade, talvez não percebida claramente por ela, a mesma se representa e segue alguns padrões de comportamento, introduzidos possivelmente no contexto familiar, para que seu corpo de alguma forma se assemelhe ao grupo social ao qual pertence.

Considerações finais

Trouxemos nesse artigo, uma rápida reflexão do entendimento sobre individualização encontrada no livro *Sociologia de um Gênio*, de Norbert Elias aproximando a percepção de corpo sobre o olhar de uma criança com Síndrome de Down. Sendo assim, percebemos que o perfil corporal trazido por ela, nas atividades propostas, faz parte de uma representação midiática contida na sociedade contemporânea. No entanto, compreendemos que por esse artigo ser um trabalho inicial, ainda não encontramos todas as aproximações desejadas com a vida de Mozart na Sociedade da Corte. Contudo, as questões trazidas inicialmente, são apenas primitivas e passíveis de críticas e sugestões. De modo que fica o convite para a busca de maiores investigações sobre o tema aqui proposto.

Referências bibliográficas

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

Site:

BRASIL, Movimento Down. Disponível em: < <http://www.movimentodown.org.br/sindrome-de-down/caracteristicas>>/ Acesso em: 25 de julho de 2017.

Livros:

DINIZ, D. O que é deficiência? Brasiliense. São Paulo, 2007.

ELIAS, N. Mozart: Sociologia de um Gênio, Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1995.

_____. O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1994. v 1.

_____. A sociedade dos indivíduos. Tradução, Vera Ribeiro; revisão técnica e notas, Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 1994.

_____. A Sociedade dos Indivíduos, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1993.

_____. Mozart Sociologia de um gênio. Organizado por Michael Shroter; tradução, Sergio Goes de Paula: revisão técnica, Renata Janine Ribeiro. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1995.

JOSÉ, F. dos S. B. Gênio Mozart, segundo Norbert Elias. 2009.

Artigo em periódico científico:

HONORATO, T. Contribuições do conceito de individualização para o estudo da história do esporte e lazer. Londrina: XXIII Simpósio Nacional de História.

_____. Individualização e internalização segundo Norbert Elias e Lev Semenovich Vigotski. PPGE/ UNIMEP/CNPq.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

DIFERENÇAS DE PODER, CAMPOS DE DOMINAÇÃO E CIVILIDADE: REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL

Márcio José Pereira
Universidade Estadual de Maringá
Doutor em História – marciomjp25@gmail.com

Resumo: Ao consideramos, a partir das premissas eliasianas, que uma estrutura de poder tem como composição primária um conjunto de campos de dominação e que esses compreendem redes de homens e grupos humanos interdependentes, agindo em conjunto num sentido determinado, aceitamos que as forças que cada campo desempenha sobre os demais são identificadas pela sua orientação ou direção, que as pressões podem ser feitas de maneira a aproveitar as tensões internas nos grupos, promover o enfraquecimento ou a desorganização de grupos, perpetrando assim diferenciais de poder. O intuito desse artigo é apresentar algumas reflexões sobre a violência doméstica e de gênero, buscando discutir o papel do controle das pulsões e da civilidade no processo educativo das masculinidades, como elemento importante para impedir, ao menos minimizar, o impacto do monopólio da violência e da força física masculina no processo de construção das sociabilidades e das identidades de gênero.

Palavras Chave: Diferenciais de Poder. Civilidade. Violência de Gênero.

Abstract: When we consider from the Eliasian premises that a power structure has as its primary composition a set of domains of domination and that these comprise interdependent networks of men and human groups, acting together in a determinate sense, we accept that the forces that each field plays on the others are identified by their orientation or direction, that the pressures can be made in order to take advantage of the internal tensions in the groups, promote the weakening or the disorganization of groups, thus perpetrating differentials of power. The purpose of this article is to present some reflections on domestic and gender violence, seeking to discuss the role of control of drives and civility in the educational process of masculinities, as an important element to prevent, at least minimize, the impact of the monopoly of violence and of male physical strength in the process of building sociabilities and gender identities.

Keywords: Power Differentials. Civility. Gender Violence.

Quinze minutos se passaram entre os gritos emitidos pela advogada Tatiane Spitzner quando entrou no elevador do edifício em que residia até o corpo da mesma “cair” da sacada do apartamento que dividia com o seu marido Luiz Felipe Manvailier, no sexto piso [4º Andar], no centro de Guarapuava, no dia 22 de julho desse mesmo ano. Sua morte juridicamente pode obter várias justificativas, mas uma delas, que não entrará

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





no rol dos elementos a serem analisados é por qual motivo que vizinhos que ouviram seus pedidos de socorro não a socorreram? Porque existe uma espécie de convivência social com a violência de gênero, principalmente no âmbito familiar? Realmente dar razão ao dito popular ‘em briga de marido e mulher não se mete a colher’ faz mais sentido do que intervir em uma determinada situação e evitar uma possível violência, nesse caso uma violência seguida de morte?

Entendemos essa naturalização do impacto do monopólio da violência e da força física masculina como um processo de construção das sociabilidades e das identidades de gênero que tem como seu elemento fundante o machismo e sua construção social. Uma vez que, “a divisão entre os sexos parece estar ‘na ordem das coisas’, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável” (BORDIEU, 2009, p. 17). Essa divisão das coisas em masculino e feminino é arbitrária, pois contrapõe as percepções de gênero em um esquema dicotômico que não nos permite trabalhar com as diferenças no sentido de aproximação, mas sempre num conjunto cuja configuração social é a oposição.

A violência acima relatada e veridicamente ocorrida é fruto da naturalização da dominação masculina e do seu monopólio da violência, manifestada publicamente a partir do crescimento dos dados relativos a violência doméstica e de gênero no Brasil e na esfera privada naturalizando a agressividade masculina como instinto e não como violação da civilidade. Quando pensamos que o processo civilizador está internalizado pelos indivíduos essa divisão entre os comportamentos secretos e públicos são amenizados pelo controle das pulsões (ELIAS, 1994, p. 188), porém, concordamos que a curva civilizacional não avança progressivamente de maneira retilínea e gradativa, que ela se desenvolve de acordo com cada lugar social, com cada configuração que é estabelecida dentro das redes em que esses indivíduos estão inseridos.

No caso da violência de gênero algumas percepções do conceito de civilidade parecem estar em constante retrocesso diante do crescimento das práticas educacionais

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





existentes, os números apresentados no Atlas da Violência 2018²¹⁰ pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), nos fazem refletir que a violência tem crescido de maneira desproporcional ao nível educacional, logo, ambientes letrados e de alto poder aquisitivo estão contrariamente ao esperado proporcionando números elevados de violência.

Em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no país, o que representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras. Em dez anos, observa-se um aumento de 6,4%.

	Taxa de Homicídio por 100 mil Habitantes											Variação %	
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2006 a 2016	2015 a 2016
Brasil	4,2	3,9	4,1	4,3	4,4	4,4	4,6	4,6	4,6	4,4	4,5	6,4%	1,6%
Acre	4,5	5,2	3,7	4,4	5,2	4,8	4,2	8,2	5,1	4,7	5,7	27,2%	20,0%
Alagoas	6,7	6,7	5,1	6,7	8,2	8,2	7,8	8,2	7,3	5,4	5,9	-12,6%	7,5%
Amapá	4,2	3,7	4,0	3,6	4,7	5,4	4,6	5,1	5,3	4,7	4,4	5,0%	-5,8%
Amazonas	3,2	3,1	3,6	3,8	3,6	4,4	6,3	5,0	4,1	5,9	5,9	80,3%	-0,4%
Bahia	3,3	3,4	4,3	4,6	5,8	5,8	5,7	5,5	4,9	4,9	5,7	70,3%	17,6%
Ceará	3,2	2,9	2,7	3,1	3,9	4,2	4,8	6,1	6,3	5,6	4,8	51,2%	-14,7%
Distrito Federal	3,9	4,3	4,8	5,6	4,8	5,6	5,4	5,2	4,1	3,8	4,1	5,1%	8,3%
Espírito Santo	10,3	10,2	10,3	11,6	9,2	8,6	8,5	8,7	7,0	6,9	5,2	-49,3%	-24,1%
Goias	4,9	4,7	5,3	5,3	5,7	8,1	7,6	8,4	8,7	7,5	7,1	45,4%	-5,1%
Maranhão	2,1	1,9	2,5	2,6	3,5	3,8	3,4	3,8	4,2	4,2	4,5	114,9%	6,8%
Mato Grosso	4,9	6,6	5,9	6,3	5,3	5,7	6,4	5,7	7,0	7,3	6,4	30,3%	-11,4%
Mato Grosso do Sul	4,7	5,6	4,8	5,2	6,0	6,0	6,0	5,7	6,4	4,3	6,0	28,6%	38,8%
Minas Gerais	3,9	4,0	3,7	3,9	3,9	4,4	4,4	4,0	3,8	3,9	3,6	-8,9%	-9,2%
Pará	3,9	4,0	4,6	4,8	6,0	4,8	5,9	5,8	6,2	6,4	7,2	85,3%	12,4%
Paraíba	3,3	3,6	4,5	5,0	6,0	6,9	6,7	6,1	5,7	5,3	5,2	57,7%	-2,6%
Paraná	4,7	4,5	5,6	6,0	6,1	5,1	5,7	5,0	5,0	4,3	4,2	-10,4%	-2,3%
Pernambuco	6,9	6,4	6,5	6,5	5,3	5,5	4,5	5,3	4,9	4,8	5,8	-15,2%	21,8%
Piauí	2,0	2,2	2,4	1,9	2,5	2,0	2,8	2,9	3,8	4,1	3,0	50,0%	-25,8%
Rio de Janeiro	6,1	5,0	4,4	4,1	4,0	4,2	4,3	4,4	5,3	4,4	5,0	-17,8%	13,0%
Rio Grande do Norte	2,6	2,6	3,6	3,5	4,2	4,4	3,8	5,2	5,7	5,1	5,7	114,8%	10,9%
Rio Grande do Sul	2,9	3,5	3,9	4,0	4,0	3,5	4,3	3,6	4,3	4,9	5,4	84,0%	9,8%
Rondônia	6,6	3,5	4,8	6,2	4,4	5,7	6,1	6,1	6,4	7,2	6,2	-6,3%	-14,0%
Roraima	6,4	8,9	7,1	10,6	4,8	4,3	7,1	14,8	9,5	11,4	10,0	56,8%	-12,8%
Santa Catarina	3,0	2,3	2,7	2,9	3,4	2,3	3,1	3,0	3,2	2,8	3,1	3,5%	10,8%
São Paulo	3,7	2,8	3,1	3,1	3,1	2,6	2,8	2,7	2,7	2,4	2,2	-40,4%	-7,3%
Sergipe	3,9	3,2	2,8	3,3	3,9	5,4	5,5	5,0	6,5	6,0	5,2	32,2%	-13,9%
Tocantins	3,3	4,1	3,1	4,5	4,8	6,8	6,6	5,3	4,7	6,4	6,0	81,5%	-6,9%

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CID-10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. O cálculo efetuado levou em conta os indivíduos mulheres da população. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Tabela 1 Brasil: taxa de homicídios de mulheres por 100 mil habitantes por UF (2006 a 2016). Fonte: Atlas da violência 2018

²¹⁰ Os números de óbitos são contabilizados a partir da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) como eventos que envolvem agressões e óbitos provocados por intervenção legal (códigos X85-Y09 e Y35-Y36). A Classificação Internacional de Doenças é publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e padroniza a codificação de doenças e mortalidade por causas externas em todo o mundo desde 1893. Os dados divulgados referem-se ao período de 2006 a 2016, considerando as informações mais recentes tabuladas pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e divulgadas no site do Departamento de Informática do SUS – DATASUS.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Se o aumento do acesso ao conhecimento é elemento importante para a contenção das pulsões menos racionais e se a violência é considerada vulgar e irracional, poderíamos esperar que a ideia de civilidade nunca fosse maculada pelas esferas mais abastadas da sociedade, considerando que essas esferas receberam – em tese – maior carga educativa que as demais. A ideia do exercício da civilidade descrita por Elias está intimamente ligada com a internalização dos medos externos e internos que irão auxiliar no controle das pulsões e na capacitação do sujeito ao convívio social:

O que acontece no curso do processo civilizador não é o desaparecimento de um [medo] e o aparecimento de outro. O que muda é que simplesmente a proporção entre os medos de origem externa e os que são gerados dentro da pessoa, e a estrutura que os articula. O temor de potências externas diminui, sem jamais desaparecer. As ansiedades jamais ausentes, latentes ou reais, provocadas pela tensão entre paixões e funções de controles das paixões, tornam-se relativamente mais fortes, gerais e contínuas. [...] mostra uma forte mudança rumo a internalização dos medos. (ELIAS, 1993, p. 248)

Nesse sentido, concordamos com Magda Sarat que no processo da construção da civilidade é necessário considerar a coação interna e externa “para a formação dos indivíduos e que precisam ser ensinados à criança desde a tenra idade, no intuito de buscar uma internalização dos padrões de comportamentos esperados. (2011, p.121) Logo, somente um processo educacional construído sobre bases que abandonam a dicotomia da essência natural masculina e feminina, que não perpetue a dominação social e de visibilidade para conceitos como masculinidade hegemônica e heterossexualidade compulsória poderão permitir um correto equilíbrio entre as diferenças de poder existentes no Brasil.

A fim de entender estruturas e processos sociais, nunca é suficiente estudar um único estrato funcional do campo social. Para serem realmente entendidas, essas estruturas e processos exigem um estudo das relações entre os diferentes estratos

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





funcionais que convivem juntos no campo social. (ELIAS, 1993, p. 239)

Imbuídos de investigar o processo da construção social do masculino como hegemônico, pretendemos num primeiro momento entender como se enraíza na sociedade a lógica das masculinidades hegemônicas, para num segundo momento buscar explicações para a violência doméstica e de gênero a partir da inteiração dos campos sociais masculino e feminino. A partir de Elias pretendemos fazê-lo sem amparar o debate em um eixo dicotômico único, buscando inteiração nas relações e na construção do processo educacional.

Diferenças de poder: virilidade e violência versus fragilidade e conformação

Ao analisarmos a construção social do masculino e do feminino no Brasil a partir de Elias nos deparamos com a necessidade da utilização do que o autor adota como diferenciais de poder, gradientes ou distribuição de oportunidades de poder, uma vez que, ao nosso entender, debater a questão das diferenças na estruturação social do poder entre homens e mulheres não seria uma tarefa adequada ao conceito de estabelecidos e outsiders.

O emprego dos diferenciais de poder nos dá uma margem de manobra maior e permite-nos escapar do aplanamento das polaridades estáticas, haja vista que, o grupo social analisado (sociedade brasileira) apresenta relações distintas de força e interdependência quando a baliza analítica é alicerçada na questão de gênero. Sabemos que uma estrutura de poder é composta por várias camadas e campos de dominação e que nesses campos não há permanência de fronteiras ou equilíbrio. Portanto:

As forças que cada campo exerce sobre os demais são identificadas pelas suas orientações ou direção, e avaliados segundo a intensidade das interdependências ou independências que formam a estrutura de dominação. Pressões podem ser feitas de modo a aproveitar tensões internas, promover a desorganização e o enfraquecimento de grupos e, então,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





possibilitar a apropriação de suas chances de poder.
(QUINTANEIRO, 2010, p. 109)

Historicamente a mulher tem sido relegada como coadjuvante na construção da sociedade brasileira, não podemos negligenciar o papel da História e das Ciências Sociais como promotoras de um conteúdo que só privilegiava o masculino. A invisibilidade feminina nos estudos históricos é, em parte, por que ocupavam um espaço que ambas ciências praticamente desprezavam, o âmbito do privado.

Escrever história das mulheres é sair do silêncio que elas estavam confinadas. [...] Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio da mulher fazem parte da ordem das coisas. [...] Porque são pouco vistas, pouco se fala delas. [...] As mulheres deixaram poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. [...] Existe até um pudor feminino que se estende a memória. (PERROT, 2015, p. 16 – 17)

Negaram as mulheres também, segundo Bourdieu, um espaço de protagonismo social, a elas coube “a aprendizagem das virtudes da abnegação, da resignação e do silêncio”. (2009, p. 63) Dessa forma a existência social feminina não poderia ser publicamente superior ao protagonismo masculino, uma vez que essa exagerada exaltação do ‘macho’ esconde uma aviltante preocupação com a exposição das suas fraquezas.

Ela dirige (no duplo sentido do termo) seus pensamentos e suas práticas, tal qual uma força (é mais forte que ele) mas sem o obrigar automaticamente (ele pode furta-se e não estar a altura da exigência); ela guia sua ação tal qual uma necessidade lógica (ele não pode agir de outro modo, sob pena de renegar-se), mas sem impor a ele como uma regra ou como o implacável veredicto lógico de uma espécie de cálculo racional. (BORDIEU, 2009, p. 63)

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Se a dominação masculina está ancorada no inconsciente social, não podemos esquecer de enfatizar o papel do Direito e da ‘legalidade jurídica’ dada a hegemonia masculina na sociedade. As bases legais constituídas pelos códigos jurídicos sempre estiveram vinculadas a mecanismos de regulação sobre as formas de agir, viver e socializar, grande parte do Direito estabelece um padrão comportamental dentro do que entende por Estado de normalidade, e, dentro dessa construção do que é normal, historicamente o homem é privilegiado pelo conjunto legal de normas, se não pela sua escrita universal, pela interpretação desse códigos pelos magistrados que julgam essas mulheres, pelo corpo policial que questiona a veracidade das queixas e até mesmo, pela população que defende o homem agressor como detentor do direito de posse da vida de sua companheira. Não nos esqueçamos, no Brasil a Lei Maria da Penha (11.340/06²¹¹) tem pouco mais de dez anos.

Violência física, abuso sexual, assédio moral, vazamento de fotos, violência obstétrica, assédio em entrevistas de trabalho, preconceito contra a amamentação, diminuição de salários por conta da possibilidade de engravidar, empregadores que exigem um determinado padrão de beleza do corpo, vestimenta e uso obrigatório de maquiagem, são tantas as violências físicas e simbólicas que as mulheres são constantemente submetidas que é impossível entender essas figurações sociais sem uma profunda análise dos gradientes e das ofertas de poder.

Fazer-se menina/mulher, ressalta a psicóloga e educadora Míria Izabel Campos: “Está ancorado em uma visão diferente daquela propalada “essência feminina”, de que tudo já vem ‘dado’ e é ‘natural’ que a menina seja meiga, educada, sensível, cordata, pois o futuro já reserva à futura mulher, o lugar de mãe, esposa e dona de casa.” (2012, p. 130) Essa visão que amplia os horizontes femininos e que não perpetua a hegemonia da virilidade, da força bruta e do direito ao espaço social aos homens, em suma a desconstrução do patriarcado.

²¹¹ Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





A capacidade de transgredir, de questionar, que conduz ao conhecimento e marca a singularidade dos sujeitos, é o único caminho capaz de permitir a reflexão acerca das formas estabelecidas pelo poder político [e jurídico] instituído. O patriarcado é um projeto político. (grifo nosso) (MUSZKAT, 2018, p. 76)

Nessa dinâmica de interdependências, a História, as Ciências Sociais e o Direito condicionaram os grupos femininos a uma espécie de alienação simbólica, que gradativamente está se desmantelando por conta do envolvimento dessas em perspectivas sociais que as liberam das grades de um estereótipo de gênero. “O patriarcado subjuga, homens e mulheres, a expectativas e regras que engessam nosso comportamento e direciona nossos desejos.” (MUSZKAT, 2018, p. 31)

Uma pequena constatação final: só o envolvimento ultrapassa a alienação

Elias fala na necessidade da quebra das tradições para que se alcancem os meios para o fim da violência e para o reconhecimento como direito humano básico a possibilidade de cada indivíduo, homem ou mulher viver a sua vida até os seus limites naturais e que todos aqueles que advogam o contrário e ameacem o encurtamento da vida de outro seja considerado criminoso ou insano. (1998, p. 26)

Segundo o prisma eliasiano de processo, somente a aquisição de conhecimento por meio da aprendizagem e do relacionamento entre os próprios indivíduos podem proporcionar um equilíbrio nas ofertas de poder. No caso de gênero essa perspectiva já deveria ter nos proporcionado uma equidade de gênero, haja vista que, se a aquisição de conhecimento é considerada universalmente a mesma, não é possível que exista duas formas de interpretá-la.

Porém, o que observamos nas dinâmicas relativas da distribuição do poder social entre homens e mulheres é que mesmo sofrendo as consequências negativas da manutenção dos estereótipos de gênero, existe uma educação que preserva a dominação

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





masculina e não formam mulheres com uma educação emancipatória, o que percebemos em concordância com Magda Sarat, Miria Santos e Malvina Muszkat é que o pouco poder social destinado para a mulher busca (con) formá-la à uma vivência que renuncia a própria segurança individual, que preconiza o viver com medo e impede-as de alcançar o controle.

Por fim, entendemos que estamos caminhando gradativamente para uma alteração dos discursos acerca do papel feminino na sociedade mundial, que os estereótipos de gênero estão sendo desconstruídos, ora com muito afinco, ora com certa morosidade, uma vez que esses discursos contrastam com os da geração anterior e é preciso preparar as novas gerações para que não resgatem com o mesmo ímpeto conceitos como o da alienação, da misoginia, da homofobia e do racismo. Que o conhecimento possa fazer valer a curva civilizacional e que essa civilidade seja verdadeiro esteio para mulheres e homens, em proporção justa, fraterna e igualitária.

Referências bibliográficas

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2018. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)/ Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Junho de 2018. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP_Atlas_da_Violencia_2018_Relatorio.pdf Último acesso: 28.set.2018.

BORDIEU, Pierre. A dominação masculina. Trad. Maria Helena Kuhner. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CAMPOS, Míria Izabel. Civilidade, gênero e sexualidade: memórias de espaços públicos e privados. In: SARAT, Magda & SANTOS, Reginaldo (org). Sobre processos civilizadores: diálogos com Norbert Elias. Dourados: Ed. UFGD, 2012.

ELIAS, Norbert. Envolvimento e alienação. Trad. Álvaro de Sá. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, 1v.

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador: formação do Estado e civilização. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, 2v.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

MUSZKAT, Malvina E. O homem subjulgado: o dilema das masculinidades no mundo contemporâneo. São Paulo: Summus, 2018.

PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. Trad. Ângela M. S. Carvalho. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

QUINTANEIRO, Tania. Processo civilizador, sociedade e indivíduo na teoria sociológica de Norbert Elias. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

SARAT, Magda. Educação, Memória e Gênero: contribuições de Norbert Elias. InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação-UFMS, v. 17, n. 33, 2016.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

FORMAR CORPOS E MENTES: MANUAIS DE CIVILIDADE COMO LEITURAS ESCOLARES (BRASIL 1920-1970)

Dra. Maria Teresa Santos Cunha
Universidade do Estado de Santa Catarina/UEDESC
CNPq
mariatsc@gmail.com

Resumo: Em diálogo com as propostas de Norbert Elias, este trabalho analisa dois Manuais de Civilidade (Tratado de Civilidade e Etiqueta e o Pequeno Manual de Civilidade para uso da Mocidade) presentes em Escolas Normais do sul do país, entre 1920 a 1970. Em seus textos procura-se refletir sobre enunciados que tratem de condutas, normas e valores desejados higiene e associados aos comportamentos que o professor deveria ensinar a seus alunos. Considera-se o professor é um formador de mentes, de almas e de corações que atua como um intelectual mediador das gerações jovens, um formador desse novo sujeito histórico que seria produzido pela Escola com vistas à construção de sujeitos históricos comportados e disciplinados.

Palavras-Chaves: Manuais de civilidade. Norbert Elias. Controle das Emoções

Abstract: In a dialogue with the proposals of Norbert Elias, this paper analyzes two Manuals of Civility (Treaty of Civility and Etiquette and the Small Manual of Civility for the use of Youth) present in Normal Schools of the South of the country between 1920 and 1970. In their texts it is sought to reflect on statements that deal with behaviors, norms and values desired hygiene and associated behaviors that the teacher should teach to his students. It is considered that the teacher is a teacher of minds, of souls and of hearts who acts as an intellectual mediator of the young generations, a formator of this new historical subject that would be produced by the School with a view to the construction of disciplined and disciplined historical subjects

Keywords: Manuals of civility. Norbert Elias. Emotion Control

No caso dos seres humanos, os impulsos emocionais inatos estão sempre relacionados com a capacidade pessoal adquirida de auto-regulação, mais especificamente com um controle das emoções aprendido. (...) As emoções e os referidos movimentos ou “expressões” são, em resumo, uma das indicações que os seres humanos são por natureza constituídos para viver na companhia dos outros, para a vida em sociedade. (ELIAS, 2009.,p.46)

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Controlar os impulsos emocionais e corporais; apresentar uma conduta moral irrepreensível; ter suavidade nos gestos; saber portar-se diante de pessoas de diferentes maneiras e em lugares específicos; adquirir bons hábitos de asseio pessoal; constituíram-se, a partir das primeiras décadas do século XX, como partes de um programa de civilidade, adotado pela Escola, no Brasil. Assim, como forma de agir na modelação de condutas e divulgador de normas para formar corpos e mentes manuais de civilidade integravam a bibliografia escolar como constitutivos de um processo de *abrandamento das pulsões* (ELIAS, 1993), e tinham a intenção de plasmar/normalizar comportamentos com vistas a práticas de sociabilidade que regulariam o que se convencionou chamar de uma pessoa “bem educada. A civilidade - entendida como uma experiência histórica e contingencialmente constituída - representaria um intenso esforço de codificação para conter as sensações e movimentos do corpo e da mente o que era um dos objetivos a alcançar para a educação escolar.

Incentivar a conduta moral e a prática dos bons costumes era o que pretendiam os manuais de civilidade aqui entendidos como “um corpus que reflete a representação dos modelos de civilidade e os comportamentos esperados (...) que prescrevem e regulamentam condutas efetivas da boa sociedade” (RAINHO, 1995, p.141). Também chamados manuais de urbanidade, permitem pensar que civilidade e urbanidade a tônica são expressões²¹² que se equivalem. No século XVI, a noção de civilidade é difundida através de um texto fundador dedicado à boa educação de meninos: *De civilitate morum puerilium*²¹³ de Erasmo de Rotterdam, publicado em 1530. Convencionalmente tratados como impressos educacionais, tanto os manuais de civilidade como os livros escolares, circularam na educação escolarizada auxiliando os professores na difusão do conhecimento e das postulações da boa educação ligadas à idéia de controle de si pela internalização de regras de condutas como preceitos de civilidade. Pretendia-se um “controle mais complexo e estável da conduta passou a ser instilada no indivíduo desde

²¹² Norbert Elias, à propósito, indica que “o aparecimento mais ou menos súbito de palavras em diferentes línguas quase sempre indica mudanças na vida do próprio povo, sobretudo quando os novos conceitos estão destinados a se tornarem fundamentais e de longa duração como esses”. (1994, p.68)

²¹³ Considerado o primeiro texto sobre civilidade. Ver, também, a respeito Elias, op.cit., p.68 e segs



seus primeiros anos, como uma espécie de automatismo, uma autocompulsão à qual ele não poderia resistir, mesmo que desejasse”. (ELIAS, 1993, p.196)

Este trabalho tem por objetivo mapear e analisar preceitos e comportamentos normativos que circularam na educação escolarizada em dois Manuais de Civildade que em comum, relatam, ilustram e sugerem, pela escrita, costumes, modos, leis, normas, condutas, valores cuja circulação se fazia, pela leitura, na escola entre as décadas de 1930 a 1970. Este período foi marcado por um processo de intensa formação de condutas e de práticas em que se dava ao texto escrito e à leitura um peso na conformação de atitudes pessoais relacionadas à formação de bons hábitos ao exercício da disciplina, às práticas de pontualidade, cortesia no trato com o outro, refinamento nos modos de apresentação pessoal, traduzida por cuidados com a aparência, entre outros. Os Manuais de Civildade foram utilizados como material didático divulgadores de padrões de comportamentos individuais nas Escolas Normais que deveriam formar os professores e alunos como cidadãos exemplares em um período de consolidação da escola pública e laica no Brasil.

A Civildade em vários tons

Matéria de longos tratados, sempre enunciada à maneira do dever ser, encarnada em dizeres e regras, as práticas de civildade podem ser consideradas como formas de racionalização do cotidiano e se confundem com a repressão dos sentimentos que, num estágio de civilização, propicia o “abrandamento das pulsões. Norbert Elias (1989) considera que o padrão de comportamento de cada período na história está determinado por valores particulares e estruturas sócio-políticas que se expressam em seus códigos de boas maneiras e alerta, para os jovens que “são tão fortes a censura e a pressão da vida social que enformam os hábitos e há apenas uma alternativa: ou submeter-se ao f comportamento exigido pela sociedade ou ficar excluído da sociedade bem educada.” (p. 183)

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





No Brasil, numerosos manuais de civilidade e etiqueta já no final do século XIX, foram editados e divulgados, principalmente quando a elite agrária brasileira se mudava para as cidades e uma nova burguesia ocupava espaços. O mais famoso (e provavelmente mais antigo) manual chamava-se Código do Bom Tom de autoria do cônego português identificado apenas como J.I.Roquette, publicado em 1845, (já em sexta edição em 1900) procurava normatizar os rituais do Brasil Imperial e se tornou leitura obrigatória para aqueles que almejavam ser bem sucedidos na sociedade. Relançado em 1998, este manual introduziu regras de como comportar-se em festas, eventos da sociedade, artes de bem viver, inspirado em manuais franceses.(SCHWARCZ,1998).

Tratado de Civilidade e Etiqueta(1925)

O primeiro Manual alvo deste estudo intitula-se Tratado de Civilidade e Etiqueta, e consta como de autoria da Condessa de Gencé. Trata-se de um compêndio provavelmente publicado em França em 1895 e que circulou em Portugal em 1909, com tradução de Luiz Cardoso, pela Editora Guimarães& Cia. de Lisboa. Uma “nova edição” revista e corrigida por Maria Benedicta Pinho foi publicada em 1912, sempre pela Editora Guimarães. A edição que aqui se estuda é a 8ª, datada de 1925 e tem-se registro até da 17ª edição dessa obra, em 1968. Com este pseudônimo a Condessa publicou outros trabalhos, tais como: “*Le cabinet de toilette d’une honnête femme*“, em 1909, sem tradução conhecida para o português e o “*Guia mundano das meninas casadoras*”, em 1910, pela mesma Editora, em Lisboa. Sua presença nas bibliotecas escolares catarinenses data do início dos anos de 1930. Parece mais comum do que se imagina o uso de pseudônimo na autoria dos manuais de civilidade. Poucos apresentam o nome completo dos seus autores, preferindo referenciá-los com títulos nobiliárquicos ou eclesiásticos, claramente portadores de certa distinção e legitimidade em função do lugar social de onde escrevem (no caso, aqui, da nobreza).

O Tratado de Civilidade e Etiqueta apresenta-se ao leitor sem quaisquer ilustrações, em uma capa simples, com o título escrito em letras maiores de cor preta.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Apresenta-se como um dispositivo textual bastante comum à época da edição (1925), organizado em quatro (4) partes, a saber: Preliminares – Cortesia; Em casa (apresentado em quatro capítulos); Acontecimentos que modificam a família (quatro capítulos) e Na sociedade (apresentado em oito capítulos), o que permite concluir que o objetivo maior é o de postular e instaurar regras e normas para a vida *polida e civilizada* que se almejava na sociedade e que deveriam ser lidas como *finas especiarias*, em uma relação entre a *alma, o olho e a mão*.

No Tratado..., (1925), a Condessa de Gencé dedica um capítulo (XVI), com 18 páginas de um total de 180, para tratar da *correspondência* e anuncia à guisa de Introdução que a correspondência tem um lugar importante nas relações sociais e, por consequência, “o saber escrever faz parte do saber viver” (p.173). Recomendou, também, sobre a qualidade do papel para uma carta que “deve ser redigida n’um papel decente e que o asseio do papel é a primeira qualidade que se exige d’uma carta.” (p.173) O asseio, o papel limpo como qualidade principal de uma carta assegura um trabalho civilizatório afinando sensibilidades para a ordem, o limpo e buscando um resultado moralmente eficaz. Ordem, asseio, maneira de usar eram assim regulamentadas para todos e foram difundidas por textos de vários matizes, principalmente nas Escolas Normais que preparavam professores (as) e onde se ensinava, a partir das civilidades, a leitura, a escrita, a decência. A noção de decência incluía, igualmente, um ritual cerimonioso quanto às formas de tratamento que recomendavam “respeito e consideração” (p;178).

Qualquer que seja sua função, a correspondência é o que dá o acesso à escrita e para isto **os manuais** pretendem oferecer um grande número de modelos e fórmulas para escrever. Sua presença na educação escolarizada se insere no movimento iniciado na França no século XIX. Comprometida em ampliar suas competências para além de saber ler, escrever e contar, a escola vai difundir vários saberes, mais complexificados que permitirão a entrada das crianças nas multiplicidades do escrito e assim, a aprendizagem e o exercício de práticas epistolares mereceram investimento escolar.

Pequeno Manual de Civilidade para uso da mocidade (1932)

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





O segundo Manual escolhido para a realização desse estudo, foi o Pequeno Manual de Civilidade para uso da mocidade foi publicado em 1932, com 170 páginas, pela Livraria Francisco Alves no Rio de Janeiro na Coleção de Livros Didáticos (FTD), encimado na contracapa pelas inscrições legíveis / DEUS – PÁTRIA – FAMÍLIA. O Pequeno Manual...(1932), se apresenta com uma capa dura, de cor verde clara. Não há referência a nenhum autor. Entretanto, a capa ostenta um diferencial: o título da obra está em destaque, bem ao meio da capa, seguido de duas epígrafes : “É a virtude que gera a verdadeira cortesia.(Leão XIII) e A civilidade e a urbanidade nos costumes predis põem fortemente os espíritos para entender a sabedoria e seguir as luzes da verdade (Leão XIII)”.

A epígrafe de autoria do Papa Leão XIII agrega a importância, na produção desses impressos, de elementos de fundo religioso/católico, e dá conta da vinculação desses princípios civilizatórios com a Igreja Católica já que foi ela, em primeira instância, que se ocupou de civilizar e educar os jovens nessa matéria. O código social definido pela urbanidade/civilidade responderá, neste exemplar, ao modelo católico e pode-se considerar que os manuais ligar-se-ão, até em seu formato, a um tipo de catecismo religioso que será estendido a todas as classes sociais mediante a escolarização que caracterizará os séculos XIX e XX, reafirmando uma virtude que preservava a moralidade e fortalecia, em certo sentido, a ordem social existente.

O autor é desconhecido, já que não há quaisquer referências disponíveis. Pode-se pensar que tal compêndio seja resultado de compilações variadas encomendadas pela própria editora, sem autoria específica. Digno de registro, a aprovação do Manual pelo censor, Padre Ernesto de Paula, datada do dia 24 de maio de 1932, o que corrobora a presença da Igreja Católica como um dos importantes instrumentos propagadores das civilidades com seus valores fundantes de fé, caridade, amor, harmonia social em uma educação que se pretendia laica, republicana/ positivista.

Igualmente foi possível perceber que ser civilizado significava pautar o comportamento social segundo padrões sexualmente diferenciados e que as

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





representações de civilidade/feminilidade/masculinidade constituem matrizes e efeitos de práticas sociais. Importa salientar que o período histórico de sua maior difusão e propagação nas Escolas Normais coincidiu com as campanhas pela regeneração nacional pela educação que advogava regenerar as populações brasileiras tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas e à escola estava reservado este papel civilizador.

A formação de sensibilidades recatadas, contidas, civilizadas era alvo de investimento pedagógico nas Escolas Normais na primeira metade do século XX e considerada indispensável à condução correta da vida do/da professor (a), sempre contida nos justos limites. A Escola Normal, na qualidade de agência formadora privilegiava os valores morais dos futuros professores – construtores da Nação – e propagava uma série de qualidades morais (boas maneiras, bons antecedentes, bons hábitos de higiene pessoal) que comporiam a figura do (a) professor (a) e dariam um sentido nobre à profissão docente.

No início do período republicano no Brasil, fazia parte do currículo do Curso Normal, ênfase à Moral, ministrada em aulas de Sociologia, Civismo e Português e cujos conteúdos privilegiavam os estudos relativos à pátria, estado, democracia, cidadania, obediência às leis e aos deveres do Estado, como atributos cívicos a serem desenvolvidos além do desenvolvimento de noções de trabalho, caridade, aperfeiçoamento, dignidade e família. (VILELLA, 1992). Nas páginas do Pequeno Manual...(1932), uma explicação do termo civilidade inicia a apresentação do livro. Ela é entendida e explicada nos seguintes moldes:

A civilidade existe sob duas formas: a primeira consiste no conjunto dos sentimentos que nos animam em relação ao próximo: é a civilidade do coração. A segunda forma é a manifestação externa desses mesmos sentimentos: é a civilidade dos modos (...).A civilidade dos modos consiste em observar certas regras no trato social e é chamada : o saber viver. (...) Ninguém conhece de maneira inata os preceitos da civilidade e nem aprende de improvisos: aprende-se pelas lições dos professores e também pela frequência de pessoas bem educadas; resumem-se na discrição, no tato, na delicadeza, na cortesia, na

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI



polidez, na abnegação. (PEQUENO MANUAL, 1932, p. 13-16)

O Pequeno Manual positiva, assim, a família como esteio da educação e reafirma seu papel com os cuidados para a formação do coração e do corpo. Para alcançar estes objetivos há aconselhamentos para o exercício de práticas expressas por qualidades que se deveria desenvolver na criança e, por extensão, no (a) aluno (a) tanto em casa como na escola, tais como: meiguice, afeição, carinho, justiça, delicadeza, dignidade, caridade, amor, harmonia. Um olhar mais aguçado sobre estes preceitos permite entrever a presença de valores morais caros à Igreja Católica que contribuíam para reforçar hábitos e sentimentos, uma espécie de cruzada moral, ainda muito presente em uma educação que se anunciava laica/ republicana/ positivista.. Nesse sentido, parece correto afirmar que os manuais de civildade reverberavam estas propostas, esforçando-se para demonstrar as intersecções das regras de civildade com a moral cristã, associando moral com polidez, correção, pureza de condutas que poderiam funcionar como equipamentos coletivos de subjetivação: mesmo na República laica o investimento era em um cidadão católico formado em casa e na escola.

À guisa de concluir...

Ligados ao mercado do livro escolar, os Manuais de Civildade freqüentavam, entre as décadas de 20 a 60 do século XX, as prateleiras das bibliotecas e as carteiras escolares. Presentes no cotidiano, na cultura material das escolas e muitas vezes, utilizada como compêndios em disciplinas como Higiene e Civilidades, Pedagogia e Instrução Moral e Cívica que compunham o currículo da Escola Normal, atuaram como vulgarizadores e semeadores de prescrições para vários aspectos da vida. (SCHAFFRATH, 2002, p. 95).

Em suma, os autores, em geral, formam um conjunto de pessoas diligentes que se dispõe a produzir e socializar um saber mais restrito e a prescrever regras, condutas e valores que circulam em meios ditos mais *civilizados* e que por isso mesmo, devem

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





compor um saber escolarizado. Livros como estes, cujos autores são (ou assinam como) nobres e religiosos nem sequer precisam ser identificados, são destinados à construção de uma *elite* (social e escolar) desejosa de aparentar boas maneiras e tendem a reforçar a idéia de um engajamento maior por parte dos leitores pela possível legitimidade de seu lugar de produção. Acresce-se a isto, o fato de que no mundo aristocrático, a cortesia, a polidez, a civilidade são elementos tradicionais da vida social e que a nobreza pretendia oferecer a garantia de sua experiência. Entre as marcas do verdadeiro aristocrata está o manejo ágil das normas do comportamento: um nobre diz o que é apropriado, mas também anuncia o que se considera certo e verdadeiro, em outros termos, é distintivo.

No caso particular em estudo, os textos a serem analisados sobre as civilidades podem ser uma chave para uma compreensão tanto de um pensamento de época como de um modelo de cidadão que se esperava alcançar através de processos formativos (pela leitura e mesmo pela persuasão oral) proporcionados pela instituição escolar através da ação dos professores/intelectuais. Professores/intelectuais que, em princípio, deveriam ser detentores daquelas qualidades morais preconizadas pelos manuais.

Já em pleno século XX, tais manuais se popularizam e ganham espaço na educação escolarizada, sendo alvo de investimento no currículo do ensino primário com o propósito de socializar o aluno/formar o cidadão para a sociedade moderna do porvir. Pode-se mesmo considerá-los como livros canônicos cujos conteúdos foram disseminados, posteriormente, pela leitura escolar como se pode notar na Série em estudo.

A polidez, a cortesia, as práticas de cuidado com a aparência, a disciplina fazem parte das civilidades e consistem na observância do decoro e do bom-tom, na prática de boa conduta. Se hoje já é difícil saber como as pessoas se relacionam com os textos escritos certamente a dificuldade aumenta quando se pensa no passado, pois que dificilmente as pessoas se comportariam como desejavam estes manuais, mas uma possibilidade de contornar este obstáculo é registrar o que se esperava como comportamentos adequados, *civilizados*.

Certamente, muitas dessas regras tornaram-se obsoletas por serem muito ritualísticas e demandarem muito tempo, coisa que nos falta. Entretanto, é papel destinado

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





ao historiador tentar compreender como os homens desse tempo passado foram capazes de representar a si próprios e ao mundo que os cercava a partir de códigos, normas, valores, sensibilidades e razões distintas das nossas, no tempo e no espaço, mas que nem por isso devam ser esquecidas, pois que ficaram como um legado cultural que deve enfrentar as dificuldades da temporalidade que conformam a vida cotidiana em seus diferentes matizes. Pode-se dizer que funcionavam como dispositivos textuais que atuavam na transformação das sensibilidades e como tal procuravam internalizar procedimentos de controle social de uma gestão dos corpos e das mentes que predispõem o indivíduo a comportamentos mais vigilantes consigo mesmo.

Referências bibliográficas

ELIAS, Norbert.. A sociedade de corte. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

ELIAS, Norbert. Do controle social ao autocontrole. In: O processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização. Tradução Rui Jugmann, Volume 2. RJ: Jorge Zahar Editor, 1993.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Tradução de Rui Jugmann. Volume.1: Uma história dos costumes. 2. Ed. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editores. 1994.

ELIAS, Norbert. Sobre os seres humanos e suas emoções: um ensaio sob a perspectiva da sociologia dos processos. In: O controle das emoções /Ademir Gebara, Cas Wouetrs (Orgs). – João Pessoa. Editora da UFPB, 2009. p.19-46.

ERASMO DE ROTERDAN. A civilidade pueril. Tradução de Fernando Guerreiro. Lisboa: Editorial Estampa. 1978.

GENCÉ, Condessa de. Tratado de Civilidade e de Etiqueta. Lisboa: Livraria Editora Guimarães, 1925.

PEQUENO MANUAL DE CIVILIDADE PARA USO DA MOCIDADE. RJ: Livraria Francisco Alves, 1932. (Coleção de Livros Clássicos F.T. D).

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. A distinção e suas normas: leituras e leitores dos manuais de etiqueta e civilidade - Rio de Janeiro, século XIX. In: REVISTA ACERVO. Arquivo Nacional. Vol.8. Rio de Janeiro. Dezembro 1995.

ROQUETE,J.L. Código do Bom Tom. SP: Companhia das Letras. 1998.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. A proposta curricular da Escola Normal Catharinense de 1892. In: SCHEIBE, Leda. e DAROS, Maria das Dores. Formação dos Professores em Santa Catarina. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2002. p. 93-112.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Introdução). IN: Roquette, J.L. Código do Bom Tom. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VILELLA, Heloísa. A primeira Escola Normal no Brasil. In: O passado sempre presente/ Clarice Nunes (org). SP: Cortez, 1992.p.17-42.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

PROCESSO CIVILIZADOR: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO AMERÍNDIA NO PERÍODO QUINHENTISTA BRASILEIRO

Maxciel Joaquim de Santana²¹⁴

Franciel dos Santos Rodrigues²¹⁵

Ruth Barbosa de Araújo Ribeiro²¹⁶

Resumo: Neste artigo trazemos indagações sobre o processo civilizatório do índio brasileiro no período quinhentista. Objetivamos entender os padrões de comportamento inseridos na cultura desse povo, e os possíveis impactos culturais na educação formal a partir do processo de colonização europeia. Tomaremos por base *O Processo Civilizador* (1994) de Norbert Elias buscando entender culturas civilizadas e incivilizadas, também usaremos trechos da Carta de Pero Vás de Caminha no período quinhentista e as ideias pedagógicas desenvolvidas no Brasil entre 1549-1759.

Palavras Chaves: Índio. Processo Civilizatório. Educação.

Abstract: In this article we bring inquiries about the civilizing process of the Brazilian Indian in the sixteenth century. We aim to understand the patterns of behavior embedded in the culture of these people, and the possible cultural impacts on formal education from the process of European colonization. We will take Norbert Elias' *Civilizing Process* (1994) to understand civilized and uncivilized cultures. We will also use extracts from the Pero Vás de Caminha Charter in the 16th century and the pedagogical ideas developed in Brazil between 1549-1759.

Keywords: Indian. Civilization Process. Education.

Considerações iniciais

*Quando o português
chegou
Debaixo de uma bruta*

²¹⁴ Graduando em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Endereço eletrônico: maxiellsantana@gmail.com

²¹⁵ Graduando em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Endereço eletrônico: fran.demolay@gmail.com

²¹⁶ Mestre em Educação (UFPB/PPGE). Universidade Federal da Paraíba. Professora da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Coordenadora do Grupo de Estudo Corpo, Educação e Civilização (UEPB). Endereço eletrônico: ruthribeiro52@yahoo.com.br

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





*chuva
Vestiu o índio.
Que pena!
Fosse uma manhã de sol
O índio tinha despido
O português.*
- Oswald de Andrade –

No presente artigo trazemos algumas indagações e análises sobre o processo civilizatório ameríndio brasileiro quinhentista, com o objetivo de entender os padrões culturais de comportamentos inseridos na cultura desse corpo, direcionando ao processo de colonização europeu e os impactos gerados a partir do mecanismo de civilidade imposto ao indígena para sua educação formal.

A partir de 1500, com o processo de colonização indígena passou a ter contato com corpos distintos da maneira de falar, agir, vestir e etc. A cultura indígena historicamente enraizada em seus indivíduos diante de suas práticas culturais sendo passando pelos membros mais velhos das comunidades, transmitida através da oralidade, observada e apreendida; que ao entrar em contato com a cultura portuguesa, modificou-se gradativamente passando a incorporar a religião católica cristã nos seus rituais, utilizada como método de catequização e educação para seu corpo, trazendo consigo a cultura do europeu, tornando povos civilizados e não mais “bárbaros” aos olhos europeus.

Acreditamos que a cultura do outro imposta aos índios influenciou no seu processo de ressignificações culturais, mudando seus comportamentos e costumes no período de mil e quinhentos. Para tanto nesse trabalho realizaremos uma pesquisa bibliográfica a partir do livro *O Processo Civilizador* (1994) de Norbert Elias buscando entender culturas civilizadas e incivilizadas, também usaremos trechos da Carta de Pero Vás de Caminha no período quinhentista e as ideias pedagógicas desenvolvidas no Brasil entre 1549-1759.

Ainda nos apoiaremos nos estudos de Laura de Mello e Souza (2009) e a partir dessa autora passamos a compreender de maneira mais evidente o ponto de vista do homem europeu daquele contexto, que se impunha aos nossos nativos como civilizado, reforçando o “eurocentrismo” e o que chamamos hoje de “etnocentrismo”. Assim, Portugal, como representante do Velho Mundo, vê o índio apenas como “selvagens”,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





como aquele esvaziado de qualquer tipo de cultura, aquele cuja civilidade passa ao largo. É certo, também, que alguns raros jesuítas conseguiram, com o tempo, se aproximar do nativo brasileiro e reconhecer-se nele, como em um exercício de alteridade, mas os registros desse tipo de aproximação ainda são pouco estudados, talvez por serem raros.

Diante desse contexto tão inusitado, esse do encontro entre dois mundos: o Velho e o Novo, pautou um encontro no mínimo recheado de uma bruta dualidade, já que esse último – recém descoberto – se apresenta como um paraíso terrestre, outra oportunidade clara de entrar e viver novamente no “Éden”. Éden que promove ressignificações para o Velho Mundo, já que era uma terra da “pureza” e da “inocência”. Contudo, por ser estranho e paradoxal em relação ao que se via na Europa de 1500, também se figurava como lugar temeroso, habitado por canibais, sanguinários e sem alma.

Os primeiros contatos

Durante o final do século XV e início do XVI, a expansão marítima estava em alta em países como: Portugal, Espanha, França e Inglaterra que lideravam as corridas marítimas em busca de novos territórios e rotas comerciais. Em 1500, com o desembarque dos portugueses na terra hoje compreendida como Brasil foi impactante para uma sociedade pautada em regras comportamentais e doutrinas religiosas como a católica, com relação aos indígenas. Esse choque cultural foi relatado por Pero Vaz de Caminha em carta enviada ao rei de Portugal, a qual iremos nos debruçar um pouco para entender como se deu esse contato entre culturas, que a partir de uma visão eurocêntrica fortemente difundida pela expansão marítima, foram consideradas “civilizadas” e “incivilizadas”.

Em um contexto social repleto de regras, o português se deparou com uma sociedade nativa de corpos diferentes que andavam nus e não tinham sentimento de vergonha, causando-lhes um enorme estranhamento:

A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Nem fazem mais caso de encobrir ou deixa de encobrir

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





suas vergonhas do que de mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência. Ambos traziam o beijo de baixo furado e metido nele um osso verdadeiro, de comprimento de uma mão travessa, e da grossura de um fuso de algodão, agudo na ponta como um furador. Metem-nos pela parte de dentro do beijo; e a parte que lhes fica entre o beijo e os dentes é feita a modo de roque de xadrez. E trazem-no ali encaixado de sorte que não os magoa, nem lhes põe estorvo no falar, nem no comer e beber. Os cabelos deles são corredios. E andavam tosquiados, de tosquia alta antes do que sobre-pente, de boa grandeza, rapados todavia por cima das orelhas. E um deles trazia por baixo da solapa, de fonte a fonte, na parte detrás, uma espécie de cabeleira, de penas de ave amarela, que seria do comprimento de um coto, mui basta e mui cerrada, que lhe cobria o toutiço e as orelhas. E andava pegada aos cabelos, pena por pena, com uma confeição branda como, de maneira tal que a cabeleira era mui redonda e mui basta, e mui igual, e não fazia minguia mais lavagem para a levantar. (CAMINHA, 2018, p 3-4).

Como pode ser observado, esse corpo nativo tinha seu próprio comportamento, uma cultura enraizada na tradição de seus povos, transmitidas de geração em geração, essa cultura “diferente” resistiu aos primeiros contatos como a própria carta relatou: “Trouxeram-lhes vinho em uma taça; mal lhe puseram a boca; não gostaram dele nada, nem quiseram mais” (CAMINHA, 2018, p. 4). Desse trecho nos veio os seguintes questionamentos: Nosso nativo não tinha bebida de base alcoólica também, a exemplo do cauim, por que rejeitou o vinho português? O teor alcoólico era tão diferente assim? Para buscarmos respostas a essas simples curiosidades, vimos que as duas bebidas praticamente tem a mesma base de produção: a fermentação de alimentos, o cauim (a base do milho) e o vinho (a base da uva). Desse modo, nos fica clara que a problemática aqui está direcionada mesmo aos aspectos culturais que cada povo tinha ali naquele momento. E para usarmos Geertz, podemos dizer que não é fácil modificar uma cultura tão rapidamente, pois:

[...] a cultura denota padrões de significado transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdado expressos em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





conhecimento e suas atividades em relação à vida. (GEERTZ, 20008, p 66):

Todavia como o passar do tempo à aproximação do português sobre os nativos fez com que a cultura civilizada do europeu viesse a se sobrepor a ingenuidade desses povos, ao passo que seu comportamento se modificou com a incorporação da religião católica cristã na sua cultura, que por sinal como será visto mais adiante foi o mecanismo utilizado em forma de educação para civilizar esse corpo selvagem. Contudo, é muito importante ressaltar aqui, que essa imposição cultural não foi tão simples assim, já que há vários registros de que nossos nativos resistiram não só tomar a “taça de vinho” como um cálice amargo. É certo também que algumas tribos foram mais flexíveis, mas muitas outras lutaram bravamente contra o processo civilizador português. No entanto, é bom deixar claro que segundo Heinich, a partir da interpretação de Elias, “(...) é somente em uma situação de extremo alto constrangimento que emerge a possibilidade de um relativo relaxamento das condutas. Relaxamento que demonstra a eficácia dos controles internos” (HEINICH, 2001, p.34).

Como podemos ver a seguir no seguinte trecho da carta de Caminha:

Comiam conosco do que lhes dávamos, e alguns deles bebiam vinho, ao passo que outros o não podiam beber. Mas quer-me parecer que, se os acostumarem, o hão de beber de boa vontade! Andavam todos tão bem dispostos e tão bem feitos e galantes com suas pinturas que agradavam. [...] Ao saímos do batel, disse o Capitão que seria bom irmos em direitura à cruz que estava encostada a uma árvore, junto ao rio, a fim de ser colocada amanhã, sexta-feira, e que nos puséssemos todos de joelhos e a beijássemos para eles verem o acatamento que lhe tínhamos. E assim fizemos. E a esses dez ou doze que lá estavam, acenaram-lhes que fizessem o mesmo; e logo foram todos beijá-la. Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendéssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências... (CAMINHA, 2018, p 11)

A partir dessas mudanças ficaram mais fáceis tornar esse corpo selvagem, despidido de normas em civilizado, para isso a companhia de Jesus foi designada. Diante do

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





momento histórico o ensino jesuítico foi implantado no período colonial brasileiro através de toda uma estrutura pedagógica fundada pelos padres jesuítas no Brasil, que tinham como modelo educacional traçar um perfil adequado para o homem quinhentista, um modelo debaixo das “leis da Santa Igreja” e dos modos europeus, nesse contexto representado pelo povo português, pautados em princípios necessários para formação desse corpo “civilizado”.

Na busca de formar esse corpo civilizado dentro de uma perspectiva cristã, vejamos esse outro fragmento da carta:

Andam nus sem nenhuma cobertura, nem estimam nenhuma cousa de cobrir nem mostrar suas vergonhas e estão acerca disso com tanta inocência como têm de mostrar no rosto. [...] Eles porém contudo andam muito bem curados e muito limpos e naquilo me parece ainda mais que são como as aves ou alimárias monteses que lhes faz o ar melhor pena e melhor cabelo que as mansas, porque os corpos seus são tão limpos e tão gordos e tão fremosos que não pode mais ser. [...] Ali andavam entre eles três ou quatro moças bem novinhas e gentis, com cabelos mui pretos e compridos pelas costas e suas vergonhas tão altas e tão saradinhas e tão limpas das cabeleiras que de as nós muito bem olharmos não tínhamos nenhuma vergonha. (CAMINHA, 2018, p. 10)

A descrição da nudez indígena tem uma dupla articulação: 1. Um olhar católico cristão, visto que Caminha ao apresentar o nu indígena o aproxima de Adão e Eva e do Jardim do Éden, o que oferta a essa passagem um tom místico e religioso; 2. Do outro percebe-se um olhar meio que pela brecha da fechadura e subliminar, já que essa segunda articulação do trecho de Caminha nos remete a um caráter pautado no erótico e no sensual: “*quatro moças bem novinhas e gentis*”, “*suas vergonhas tão altas e tão saradinhas e tão limpas das cabeleiras que de as nós muito bem olharmos não tínhamos nenhuma vergonha*”, tais aspectos ficam implícitos na combinação das palavras e de suas escolhas, que deviam ser bem cuidadas para não serem censuradas, já que, possivelmente, Caminha não podia descrever a vertiginosa beleza das índias que o atraí e o seduz, tudo isso para



não “ofender o decoro” da Corte Portuguesa. Contudo, em outro momento da carta lemos, de maneira mais clara, o seguinte:

[...] em uma daquelas moças era toda tingida, de baixo para a cima daquela tintura; e certo era tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhe tais afeições, fizera vergonha, por não a terem como ela [...] (CAMINHA, 2018, p.18)

É notório o trocadilho da palavra “vergonha” nos fragmentos acima, que conota a relação com os corpos das índias e seus órgãos sexuais. A expressão, nos parece, vai sendo modulada a todo o momento pelo escrivão da esquadra de Cabral, com uma forma de representar o choque entre as duas culturas, pois estar no tanger das coisas o recriminar e o desejar. Desse modo, nesse segundo caso, os impulsos de Caminha, que faz a vez do homem europeu, demonstra-se como “impulsos incivilizados”. Em outras palavras

[...] são vividas como impudicas as manifestações públicas de caracterizas; corporais ou emocionais que despertam afetos (excitação ou compaixão, aversão ou rejeição) no outro: todo o problema está no fato de que a sensibilidade a esses afetos varia segundo o grau de “civilização” dos impulsos, e assim, o que é normal par alguns é escandaloso para outros [...] (HEINICH, 2001, p. 58)

Educação formal jesuítica, um mecanismo civilizatório: comentários sobre os primórdios da educação ameríndia

Ao saímos do batel, disse o Capitão que seria bom irmos em direitura à cruz que estava encostada a uma árvore [...] e que nos puséssemos todos de joelhos e a beijássemos para eles verem o acatamento que lhe tínhamos.

Pero Vás de CAMINHA

Na epigrafe acima fica explicita a intenção dos portugueses em impor uma religiosidade que não levou em conta a espiritualidade ameríndia que os nativos já tinham.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Dessa forma, depois dos primeiros contatos com os índios e falta inicial de indícios de ouro (principal objetivo dos Portugueses por aqui) a coroa portuguesa, nos parece, que “decidiu” seguir os “conselhos” do Escrivão-Mor da esquadra no final de sua carta, quando diz:

Contudo, o melhor fruto que dela se poder tirar parece-me que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. E que não houvesse mais do que ter Vossa Alteza aqui esta pousada para essa navegação de Calicute bastava. Quanto mais, disposição para nela cumprir e fazer o que o Vossa Alteza deseja, a saber, acrescentamento da nossa fé! (CAMINHA, 2018, p. 27)

Estava Caminha, portanto, mesmo que intuitivamente, lançando a “semente” para o que ficou conhecida como *pedagogia brasílica*.

A primeira fase da educação jesuítica foi marcada pelo plano de instrução elaborada por Nóbrega. O plano iniciava-se como aprendizado do português (para os indígenas); prosseguia com a doutrina cristã, a escola de ler e escrever e, opcionalmente, canto orfeônico e a música instrumental; e culminava de um lado, com o aprendizado profissional e agrícola e, de outro lado, com a gramática latina para aqueles que se destinavam a realização de estudos superiores na Europa (Universidade de Coimbra). (SAVIANI, 2011, p. 43)

Demerval Saviani, no trecho a cima, remete que através dessa atitude, os primórdios doutrinários que o ensino de ler e escrever, apresentado por nossos colonizadores, impunham aos índios. Estabelecendo, desse modo, uma “pedagogia” para esse corpo indígena, visando uma “civildade” integrada aos moldes europeus.

O corpo dócil, puro de qualquer maldade que praticava atos apenas por instinto muda, assim como seu próprio meio, novos símbolos de poder se constitui, se tem agora a necessidade de readaptar para sobreviver, tornar-se fiéis de Cristo, oficiais do exército, letrados, as mulheres possuindo relações com homens “brancos”, todos esses símbolos, tornaram-se exemplos de civildade, exemplo da evolução do corpo indígena no período

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





quinzentista para aquilo que era considerado como adequado, enquanto modelo civilizador. Dessa maneira,

... o conceito de civilização refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível de tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, as ideias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitação ou a maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário, ou ao modo como são preparados os alimentos (ELIAS, 1944, p 23).

Por tanto, o projeto educacional jesuítico perpassa as paredes da catequização para algo mais amplo, capaz de mudar esse corpo ameríndio. Para isso, foram implementadas mudanças estruturais na cultura indígena, ocasionando um verdadeiro projeto de transformação social. Isso se deu através do processo civilizador que permite entender o nascimento e o desenvolvimento da modernidade, vale ressaltar que o século XVI, está se figurando para modernidade. Sendo assim, o jesuíta português tinha como trabalho a catequização e conversão desse corpo ao cristianismo, fazendo assim, uma transformação desse corpo indígena em um homem civilizado, moldado aos padrões europeus do século XVI e integrante de uma nova sociedade tal qual foi se construindo ao limiar do tempo e depois se tornou no que veio a se tornar Brasil.

Considerações finais

Esse artigo nos trouxe a compreensão sobre as redes de ligação através do processo civilizador ocorrido entre os europeus e os ameríndios no período quinzentista brasileiro. Entendemos que esse processo, de acordo com Elias, se dá em passos lentos. Nada na sociedade, especialmente se tratando de civilidade, não acontece de um momento a outro, mas por um longo período de duração.

Os europeus de certa forma aculturaram os indígenas, mas também foram aculturados, os dois grupos, alcançaram um grande nível de trocas de costumes que direta ou indiretamente, trouxeram modificações comportamentais entre os grupos. Mas

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





acreditamos que na educação dos ameríndios brasileiros, os impactos gerados junto ao processo civilizador europeu, foram bem fortes, na medida que os colonizadores trazem o discurso para o índio do que seria civilidade e incivilidade, criando, por bom período, uma parede invisível entre os dois grupos. E para esses corpos se aproximarem foi necessária a doutrinação através do ensino de ler e escrever. E apesar da resistência de alguns índios, o corpo puro e saudável muda em favor da sobrevivência em uma nova sociedade. E ainda nos dias atuais, vivem os índios em processo civilizador, possivelmente, ainda em busca dos “bons costumes”.

Referências bibliográficas

CAMINHA, P. V. A carta de Pero Vaz de Caminha. Biblioteca Nacional: RJ, Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf, acesso em 05/07/2018, às 11:24.

ELIAS, N. O Processo Civilizador. Formação do Estado e Civilização. v 1 Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

_____. O Processo Civilizador. Uma História dos costumes. v 2. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

HEINICH, N. A sociologia de Norbert Elias. Bauru, SP, Edusc, 2001.

GEERTEZ, C. 1926. A religião como Sistema Cultural. IN: A interpretação das culturas/ Clifford Geertz. – 1. ed. 13. reimpre. – Rio de Janeiro: LTC, 2008. p. 65-91.

SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2a ed., 2008. (Coleção Memória da Educação)

SOUZA, L. de M. e. O novo mundo entre Deus e o Diabo. IN: O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial/ Laura de Mello e Souza. – São Paulo: companhia das letras, 2009. p. 33-117.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

PROCESSOS EDUCACIONAIS DA MULHER EM CONFLITO COM A LEI

Ms Mery Helen Buzatto Nogueira
Instituto de Ensino Superior e Formação Avançada de Vitória (IESFAVI)
mery.buzattonogueira@gmail.com

Dr^a Angela Maria Caulyt Santos da Silva
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM)
angelacaulyt@yahoo.com.br

Resumo: A mulher assume papéis masculinos se incluindo na criminalidade. Objetiva-se conhecer o aprendizado positivo para mulheres na prisão. Pesquisa qualitativa, exploratória, empírica e documental com condenadas por tráfico de drogas, numa Penitenciária Feminina. Utilizou-se análise de conteúdo e apoiou-se em Elias, legislações e autoras que discutem gênero. Eixo das categorias de análise: A mulher em situação de conflito com a lei, e subeixos: Aprendizados adquiridos ao longo do aprisionamento; e Consequências e marcas do aprisionamento. Conclui-se que, algumas detentas, buscam atribuir novo significado às experiências vivenciadas através da concepção de outros paradigmas.

Palavras-chave: Mulher e Educação. Educação na prisão. Experiências de Aprendizagem.

Abstract: The woman takes on male roles including in crime. It aims to know the positive learning for women in prison. Qualitative, exploratory, empirical and documentary research with convicts for drug trafficking, in a Feminine Penitentiary. Content analysis was used and it was based on Elias, legislations and authors who discuss gender. Axis of the categories of analysis: The woman in conflict with the law, and subbooks: Learning acquired during the imprisonment; and Consequences and traces of imprisonment. It is concluded that, some inmates, seek to assign new meaning to the lived experiences through the conception of other paradigms.

Keywords: Women and Education. Education in prison. Learning Experiences.

Introdução

Ao longo da história, o envolvimento feminino com a ilicitude tem se mostrado mais nítido, o que vem despertando a preocupação de diversos setores da sociedade. Em números absolutos, o quantitativo de mulheres é inferior à quantidade de homens presos, contudo, segundo Amaral (2014), o aumento da prisionalização das mulheres é maior em relação ao dos homens.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





Na percepção de Vieira Neto (2014), na medida em que a mulher se desenvolve social, política e economicamente e passa a ocupar espaços, antes masculinos, a proporção da sua implicação com a criminalidade aumenta, agravando assim, o sistema carcerário feminino, sobretudo, por tráfico de drogas. Perante a esse aumento, o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), criou em 2012, o projeto Efetivação dos Direitos das Mulheres no Sistema Penal e instituiu uma comissão para tratar do assunto, visando à discussão de políticas públicas destinadas às mulheres presas.

Objetiva-se conhecer se há aprendizado positivo para mulheres na prisão. Pesquisa qualitativa, exploratória, empírica e documental, que na coleta dos dados empregou a técnica de entrevista e os instrumentos de: entrevistas semiestruturadas e de análise documental em bancos de dados disponibilizados pelo Ministério da Justiça, Instituto Jones dos Santos Neves, Sistema Nacional de Informações Penitenciárias, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), Sistema Carcerário e Execução Penal e Decreto-Lei nº 2.848/1940.

Construiu-se este artigo a partir da seguinte problematização: há aprendizado positivo para mulheres em situação de conflito com a lei? Participaram dez detentas condenadas pelo artigo 33 da Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006, que corresponde ao tráfico de drogas, que pertenciam ao regime de condenação fechado da Penitenciária Feminina de Cariacica – ES e que receberam pseudônimo de cores para preservar a sua identificação.

Na análise dos dados utilizou-se a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1979). Para se delinear o referencial teórico apoiou-se em Elias (1994; 1998; 2006), na Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional e outras legislações que abarcam o objeto pesquisado, bem como autores que discutem questão de gênero como Saffioti (2013) e Barcinski (2009). As categorias de análise tiveram como eixo principal: A mulher em situação de conflito

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





com a lei, e os seguintes subeixos: aprendizados adquiridos ao longo do processo de aprisionamento e consequências e marcas do aprisionamento.

DESENVOLVIMENTO

Na percepção de Souza (2009), a mulher através da inserção nos espaços ilícitos, como qualquer outro sujeito, reivindica algo que não está bem na sociedade, motivada por demandas subjetivas e objetivas com consequências coletivas. Ao tomar por base a pesquisa realizada por Pimentel (2008) acerca das representações sociais das mulheres envolvidas no tráfico de drogas - apesar da similaridade das histórias que levam as mulheres à prisão – há um componente peculiar em suas histórias de vida como citado por Vermelho “Noventa por cento das pessoas entram nessa vida [tráfico de drogas] por causa do marido, dos filhos, no meu caso foi o “olho”, foi safadeza mesmo! Foi a ganância mesmo!”.

A partir dos depoimentos das participantes da pesquisa, sobre seus relatos de vida antes do envolvimento com a criminalidade, observou-se que as entrevistadas possuíam histórico familiar de comprometimento com o narcotráfico: “Eu fui sustentada pelo tráfico... Meu pai interrompeu o meu sonho e ele falava que nunca tinha estudado, então porque eu teria que estudar?” (VIOLETA).

Elias (2006, p. 31) ressalta que:

Se os seres humanos parassem de planejar e de agir, então não haveria mais nenhum processo social. Afinal de contas, essa autonomia relativa dos processos baseia-se na vida em comum de uma pluralidade de seres humanos mais ou menos dependentes uns dos outros e que agem uns com os outros ou uns contra os outros – de seres humanos que estão imersos em uma natureza não-humana.

Ao falarem sobre os sentimentos relacionados ao delito cometido, algumas participantes da pesquisa afirmam arrependimento, como demonstrados: “Eu me

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS CIVILIZADORES

APOIO





arrependo hoje... Hoje eu tô presa... Mas eu não estava traficando mais... Eu tava trabalhando... Só que eu continuei com amizades erradas, né?” (BORDÔ) e “Uma das coisas mais nojentas que eu vivi [crime]... Ele me deu força, me senti uma mulher muito poderosa, mas quando eu deparei com os meus filhos dentro do crime... Eu fui enxergar e vi que não valia a pena” (VIOLETA).

Segundo Elias (1994) a crítica da autoconsciência e a estrutura básica do julgamento que fazemos de nós mesmos e dos outros é uma recondição de nossa capacidade para lidar com a situação e analisa (1994, p. 81) "Quando essa estrutura é questionada, nossa segurança sofre uma ameaça. Ficamos como alguém lançado no mar, sem nenhuma visão de terra firme". Desse modo, as falas de Azul e Marrom, impregnadas de sentimento de culpa e tristeza, evidenciam uma autocrítica: “Sentimento? Um sentimento de que eu não vivi, porque eu só tive perdas... Um sentimento de tristeza... De dor.” (AZUL) e “Quando eu vi minha filha viciada, drogada, fazendo bonde [...] Ela disse que tudo isso eu já tinha feito em minha vida... Eu disse que eu já tinha feito isso tudo, mas que tinha saído das drogas e saído do tráfico por elas pra não ser o lixo que eu era, porque eu me considero um lixo” (MARRROM).

De acordo com Elias (1994), a luta por se destacar e realizar-se na vida somente pode ser vencida por uma minoria e na medida em que as pessoas envelhecem as aspirações da juventude ficam aquém das expectativas. Dessa forma, as pessoas que não conseguem alcançar as suas realizações, geralmente, são tomadas por sentimentos de apatia, depressão, culpa e ausência de significa de vida.

A análise destaca as experiências e dificuldades vivenciadas pelas detentas, durante o processo de aprisionamento. Diante a riqueza dos detalhes narrados pelas mesmas, percebeu-se a dificuldade de convivência e adaptação ao espaço, o precário acesso às informações dos meios de comunicação e a distância familiar, especialmente dos filhos, como fatores de angústia. Nos relatos das entrevistadas abaixo, o limitado

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





acesso às informações dos meios de comunicação, aparece como um ponto de destaque: “Aqui você fica limitado de tudo praticamente, então a pessoa aprende ser egoísta e avarenta... A gente não tem acesso a um monte de coisas” (VERMELHO).

No pensamento de Elias (2006) entre os impulsos principais dos processos sociais encontram-se as tensões e conflitos ligados à monopolização dos meios de satisfação de necessidades sociais ou os meios de poder por um ou mais grupos em detrimento de outro grupo. Quanto à dificuldade de adaptação ao espaço prisional, algumas participantes destacaram que foi o maior empecilho encontrado, como aparece nos relatos a seguir: “Quando a gente chega na prisão a gente aprende muita coisa... A gente tem que aprender a viver pra gente... Ou a gente respeita ou a gente sofre consequências, porque você tá presa pela justiça e presa pelas presas!” (CIANO) e “A dificuldade maior minha foi e está sendo de adaptação... Porque quando aquilo não faz parte da sua vida, não adiante você querer encaixar aquilo que não é seu... Faço de conta que tô me adaptando...” (LARANJA).

Barcinski (2009, p. 1851) através da contribuição do pensamento de Miller (1987), afirma que “a constituição da identidade feminina é organizada ao redor de sua habilidade de estabelecer e manter relações afetivas”. A autora chama a atenção para o fato de que as mulheres constroem a sua identidade a partir das relações estabelecidas com outras pessoas, o que sustenta os estudos de Pimentel (2008) ao afirmar que a identidade da mulher se constrói a partir do outro. Embora essas autoras tenham realizado um recorte de gênero para conjecturar sobre a constituição da identidade, Elias (1994) atesta que o indivíduo somente pode ser entendido a partir do outro e propõe (1994, p. 56) “A estrutura e a configuração do controle comportamental de um indivíduo dependem da estrutura das relações entre os indivíduos”.

Para as entrevistadas Verde e Azul a dificuldade de convivência é evidenciada em suas falas: “Você sai de casa, porque não consegue se dar bem com o seu pai e sua mãe

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





ou com seus irmãos ou com seu marido, mas na cadeia, você aprende a conviver com pessoas que você não conhece, com pessoas totalmente diferentes de você” (VERDE) e “A maior dificuldade é conviver com as pessoas... Porque nem todo mundo são igual, as pessoas são diferentes... Cada um tem um jeito de falar, entendeu?” (AZUL).

Outro empecilho enfrentado por algumas entrevistadas durante o aprisionamento consiste na distância da família, em especial a dos filhos. Desta maneira, seguem as percepções de Violeta e Bordô no que tange ao afastamento dos seus filhos: “Eu perdi a criação dos meus filhos... Tive um filho de três anos...tive presa aqui.. Hoje eu sofro muito por isso... Sofro muito” (BORDÔ) e “Dificuldade? Meus filhos teve que depender das pessoas... Essa foi minha maior dificuldade, porque o resto... Às vezes a gente tira de letra, né? Mas quando se trata do filho [...]” (VIOLETA).

Saffioti (2013) analisa a relação da mulher com a unidade familiar e acredita que haja uma necessidade subjetiva e, em algumas vezes, objetiva, de se doarem à família, o que se aproxima do pensamento de Barcinski (2009) ao discorrer sobre o conceito de "ideologia da domesticidade" para explicar que a identidade das mulheres é construída principalmente em torno da casa e do cuidado dos filhos. Desta maneira, o relato a seguir, corrobora a dificuldade de algumas detentas para lidarem com a distância familiar: “A dificuldade da distância... Sinceramente? A distância... Fora a falta de contato com a minha família” (LARANJA).

Além das supramencionadas dificuldades enfrentadas, algumas entrevistadas destacaram aprendizados adquiridos ao longo do processo de aprisionamento. Dentre os apontamentos narrados pelas detentas, a oportunidade de estudar e de aprender algum ofício profissional, como costurar, por exemplo. Entretanto, algumas entrevistadas destacaram que aprenderam a ser mais disciplinadas em suas atitudes.

Conforme destaca Elias (2006, p. 22):

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





A coação social à autocoação e a apreensão de uma auto-regulação individual, no sentido de modelos sociais e variáveis de civilização, são universais sociais. Encontramos em todas as sociedades humanas uma conversão das coações exteriores em autocoações. Contudo, embora as coações exteriores – tanto de tipo natural como de tipo social – sejam indispensáveis para o desenvolvimento das autocoações individuais, nem todos os tipos de coação exterior são apropriados para produzir o desenvolvimento de instâncias individuais de autocoação e muito menos para fomentá-las em massa, portanto sem afetar a capacidade individual de satisfação dos afetos e pulsões.

É possível aplicar este pensamento à realidade dos presídios, sobre a internalização da disciplina por algumas das detentas: “A cadeia me ensinou a ter disciplina... A ter freio! Nem tudo que você pensar, você falar... Sabe por causa de quê? Às vezes é melhor você dar um soco na cara de uma pessoa do que você agredir ela com uma palavra” (AZUL) e “A cadeia me ensinou pensar antes de falar... Sempre fui muito explosiva! Por isso que eu falei que hoje lá fora, estaria com uma vida totalmente diferente [...]. Muita maneira que eu agia, me comportava, querendo ou não a cadeia me ensinou muita coisa!” (LARANJA).

Elias (2006, p. 31) discorre acerca da relação entre processos sociais e ações individuais: “Processos sociais e seres humanos singulares, logo também as suas ações, são absolutamente inseparáveis. Mas nenhum ser humano é um começo”. Dessa maneira, esta reflexão nos convida a pensar se o discurso das entrevistadas não estaria retomando a finalidade da prisão, o autocontrole que segundo o mesmo autor:

[...] dentre os principais critérios para um processo de civilização estão as transformações do habitus social dos seres humanos na direção de um modelo de autocontrole mais bem proporcionado, universal e estável. Sem jamais se libertarem completamente das coações exteriores, as autocoações ganham maior autonomia no curso do processo humano de civilização, em contraposição às coações exteriores (ELIAS, 2006, p. 24).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Quanto às consequências e marcas do aprisionamento, enfoca-se a influência do tempo cronológico nas histórias de vidas das entrevistadas frente ao processo de aprisionamento.

Na obra de Elias (1998) a questão do tempo é analisada como um símbolo social, resultado de um longo processo de aprendizagem, não existindo em si. Para o autor, os físicos afirmam medir o tempo através de fórmulas matemáticas, entretanto, o tempo não se deixa ver, tocar, ouvir, saborear nem respirar como um odor. Destarte, o depoimento de Verde, embalado por preocupações futuras, revela demarcações impostas pelo tempo:

O tempo é uma coisa que quando passa, quando a gente usa, não tem como reciclar... Eu tenho consciência que eu tô deixando de viver coisas que eu poderia tá vivendo lá fora... Eu nunca engravidei porque achei que era cedo demais... Mas agora tô começando a pensar que eu não vou poder engravidar e construir uma família, porque eu vou tá... Velha demais! É uma página em branco... Você deixa de viver e realizar muitas coisas (VERDE).

No que concerne à pressão do tempo cotidiano dos relógios sobre os indivíduos, Elias (1998) afirma que esta é percebida mais intensamente à medida que envelhecemos e é aceito como se fizesse parte do destino de todos os homens. Assim, em concordância com o depoimento a seguir, o fator do tempo é considerado "perdido" pela entrevistada e vivenciado como uma consequência do aprisionamento: “Minha filha eu não criei... Ela tá quase com seis anos! Não tive participação no crescimento dela... A prisão impede de você viver!” (AZUL).

Na visão de Elias (1994, p. 109) “do ponto de vista estrutural, a profusão de oportunidades perdidas equipara-se à profusão de alternativas entre as quais se pode e se deve decidir”. Desta maneira, o indivíduo percorre bifurcações que o obriga a optar por um caminho ou por outro, ao mesmo tempo em que é tomado por dúvidas na escolha do direcionamento mais oportuno, subtraindo à margem da estrada as oportunidades que deixou de escolher.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Considerações finais

Ao se explorar a trajetória histórica de vida dessas mulheres, verificou-se que, o tráfico de drogas, compôs o cenário familiar de algumas desde a infância, entretanto, a maior parte, provém de contextos familiares sem registros de envolvimento ilícito. O discurso preponderante das criminalizadas sobre a participação no tráfico de drogas girou em torno de sentimentos de arrependimento, culpa e tristeza.

Algumas participantes, afirmaram ter adquirido, ao longo do processo de aprisionamento, certos aprendizados, dentre eles a oportunidade de empreenderem algum ofício laborativo, além da oportunidade de estudarem. Ressalta-se que houve quem afirmou ter internalizado, de forma positiva, a disciplina presente no espaço prisional, como forma de autocontrole emocional.

Experiências e dificuldades, da mesma forma, foram relatadas na "caminhada" da prisão, como a falta de acesso à informação, os entraves da convivência e da adaptação dentro do espaço prisional. Outra dificuldade assinalada pelas participantes refere-se à distância familiar e a dos filhos. Durante as entrevistas realizadas, algumas detentas mantiveram-se, de forma aparente, equilibradas em suas emoções, entretanto, ao mencionar acerca dos familiares e dependentes, lamentavam a distância e a impossibilidade de acompanhar sistematicamente aos filhos.

Apesar das semelhanças nos discursos, compreende-se que é na esfera das diferenças que se estabelecem as relações de gênero, nesse contexto, em virtude de cada sujeito trazer, uma experiência ímpar, sobre a qual se julgam fundamentos inigualáveis relativos às suas práticas sociais. Diante disso, não é possível generalizar as atitudes humanas. As mulheres entrevistadas estão presas por envolvimento na rede do narcotráfico e, assim, são reconhecidas como criminosas, entretanto, as suas ações alusivas às drogas diferem-se, em virtude de suas experiências singulares.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Dessa forma, verificam-se avanços significativos em algumas áreas estratégicas das políticas públicas direcionadas ao universo prisional feminino, todavia, considera-se relevante que o Estado se empenhe no combate à ociosidade da mulher encarcerada, investindo na ampliação de oportunidades de trabalho e estudo e propostas para dirimir o estigma das ex-condenadas junto à sociedade.

Referências bibliográficas

- AMARAL, C. P. Políticas públicas no sistema prisional. Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, v. 2, p. 15-82, 2014. Disponível em <<https://virtual.ufmg.br/caed/course/view.php?id=100§ion=6>>. Acesso em: 24 jul. 2018.
- BARCINSKI, M. Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas. Revista Ciência Saúde Coletiva, São Paulo, 2009, v.14, n.5, p. 1843-1853. Disponível em: <<http://scielo.org.br>>. Acesso em: 24 abr. 2018.
- BARDIN, L. (1979). Análise de conteúdo. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1977. Lisboa: ed. 70).
- ELIAS, N. Escritos & Ensaios: Estado, processo e opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- ELIAS, N. A sociedade dos indivíduos. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- ELIAS, N. Sobre o tempo. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1998.
- PIMENTEL, E. Amor bandido: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas. Mundos Sociais Saberes e Práticas. In. CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, VI, 2008, Disponível em: <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/708.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2018.
- SAFFIOTI, H. I. B. A mulher na sociedade de classes. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SOUZA, K.O.J. A pouca visibilidade da mulher brasileira no tráfico de drogas. Revista Psicologia em Estudo, Maringá, v.14, n.4, p.649-657, out./dez.2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v14n4/v14n4a05>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

VIEIRA NETO, L. F. Políticas públicas no sistema prisional. Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, v. 1, p. 14-83, 2014. Disponível em <<https://virtual.ufmg.br/caed/course/view.php?id=100§ion=6>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

FIGURAÇÕES DOS PROPRIETÁRIOS DE TERRAS: REDES DE INTERDEPENDÊNCIAS NO MÉDIO RIO DOCE

Dr(a). Michelle Nunes de Moraes
Universidade Vale do Rio Doce
CAPES
michelle-mg2@hotmail.com

Resumo: Objetivou-se neste trabalho identificar a rede de interdependência estabelecida entre agentes públicos e civis para a constituição da propriedade. Observou-se que vigorava uma complexa rede, as quais envolviam políticos, madeireiros, prepostos, agrimensores, engenheiros, cartórios, coletorias, entre outros. Percebeu-se que os políticos e fazendeiros estavam em um nível mais alto da rede, por isso tinham mais acesso às estruturas institucionais do Estado.

Palavras-chave: Redes de Interdependências. Configuração social. Deputado.

Abstract: The objective of this work was to identify the network of interdependence established between public and civil agents for the constitution of property. It was observed that a complex network existed, which involved politicians, loggers, foresters, engineers, notaries, collectors, among others. It was noticed that politicians and farmers were at a higher level of the network, so they had more access to the institutional structures of the state

Keywords: Networks of Interdependencies. Social Configuration. Congressman.

Considerações iniciais

Em pesquisa desenvolvida no doutorado acerca dos processos administrativos de concessão de terras em Minas Gerais, foi observado que os proponentes (fazendeiros) à legitimação de terras junto a Secretaria de Agricultura circulavam em uma rede complexa. O incomodo causado pela leitura das fontes acerca das redes de interdependências dos fazendeiros levou a tentativa de identificar as ligações destes.

As redes de interdependências das configurações sociais são entendidas a partir de um intenso estudo das obras de Norbert Elias. Em específico, elas são compreendidas pela análise empreendida pelo autor no livro Introdução a Sociologia, onde o autor analisa que “conceitos como ‘família’ ou ‘escolas’ referem-se essencialmente a grupos de seres

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





humanos interdependentes, a configurações específicas que as pessoas formam umas com as outras”. (ELIAS, 1980, p. 13-16 e 31).

Para Elias, o comportamento humano só pode ser compreendido a partir das redes de interdependência nas quais o indivíduo está inserido. A interdependência é a dependência funcional que há entre pessoas. As redes são constituídas por indivíduos que estabelecem “alianças e inimizade, cooperação e rivalidade, em diferentes níveis”. (ELIAS, 1980, p. 81-96 e 158).

Amparando-se em Elias, entende-se que para um fazendeiro ser bem sucedido em sua empreitada de legitimar terras devolutas, ele precisava estar inserido em uma rede extremamente complexa, pois a empreitada não era individual e não dependia somente da inteligência e astúcia do proponente. Essa rede era extremamente complexa e envolvia fazendeiros, familiares, prepostos, engenheiros, agrimensores, escrivães, coletores, madeireiras, comerciantes de madeiras, comerciantes de mica, empresas siderúrgicas, políticos, os funcionários da Divisão de Matas, seguindo uma gama de pessoas até chegar ao posseiro, que estava na ponta da rede, sendo ele aquele com menor chance de acesso à Secretaria. Ao se estudar a rede de interdependência necessária para obtenção de um título de concessão de terras do Estado de Minas Gerais, é possível perceber como se dava o acesso aos órgãos públicos, as políticas públicas voltadas para a regulação fundiária, as relações de poder, entre outros.

A configuração dos proponentes à legitimação de terras: o caso Geraldo Landi

O Deputado Geraldo Landi foi uma personagem interessante nos contexto de expansão dos conflitos agrários no Médio Rio Doce, estado de Minas Gerais. O deputado era acusado de grilagem de terras e na iminência de ser implantada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar denúncias de grilagem em que ele era um dos envolvidos requereu que o Secretário de Agricultura do Estado de Minas fosse convidado a comparecer a Assembleia Legislativa para esclarecer a conjuntura da legitimação de terras no Estado. Entre as questões apresentadas pelo Secretário Álvaro Marcílio está a

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Comissão Especial de Sindicância que contribui para puxar a ponta do novelo da rede que envolve o Deputado.

Ao assumir a Secretaria, Marcílio convidou o funcionário de Carreira, Ênio Lopes da Silva, para o cargo de Superintendente do Departamento de Terras Matas e Colonização. O sr. Ênio, ao assumir a função, sugeriu que fosse instalada uma Comissão de Sindicância, que foi constituída em 02 de agosto de 1956 foram nomeados como membros os funcionários de carreira da Secretaria de Agricultura: Dr. Mário de Almeida Pereira, Francisco Ferrer Dias, Herculano Mourão e Sílvio Moreria. Devia a Comissão averiguar protestos, denúncias e reclamações e também fazer um levantamento dos processos de concessão pendentes naquela repartição. Essa comissão esteve por cinco meses no Vale do Rio Doce averiguando as denúncias.

O Deputado Geraldo Landi, autor do convite ao Secretário de Agricultura, não aceitou a participação do sr. Sílvio Moreira na Comissão e solicitou ao Secretário (Marcílio), verbalmente, que desse ordens ao sr. Ênio Lopes “No sentido de, por motivos particulares, impedir a interferência do referido servidor na zona de Itambacurí”. (MARCÍLIO, 1961, p. 117).

No entanto, mesmo após as tratativas entre o sr. Secretário de Agricultura e o sr. Chefe do Departamento de Terras e Matas sobre a atuação do sr. Sílvio Moreira, o sr. Deputado continuou interferindo no trabalho. Devido a esse desentendimento com o Deputado Landi, o sr. Ênio se demitiu do cargo em abril de 1957. Esse episódio teve grande repercussão e em abril de 1957; matérias de jornais davam conta que a demissão do Chefe do Departamento de Matas, sr. Ênio Lopes da Silva, foi devido à intromissão do parlamentar em assuntos da Secretaria. (DIÁRIO DE MINAS, 14/04/1957, s. p.).

É preciso esclarecer o motivo de desentendimento entre o deputado Geraldo Landi e sr. Sílvio Moreira. O motivo de desentendimento foi um processo do ano de 1954, que dava conta de que Deputado estava envolvido em extração irregular de madeira. O processo que teve origem em 1954, através de denúncia do sr. Virgílio Cardoso (com data de 12 de maio), que dava conta de extração irregular de madeiras no Sertão do Rio Doce. A denuncia foi, à época, encaminhada ao sr. Sílvio Moreira, Chefe do Distrito Central de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Fiscalização de Matas de Governador Valadares, para que realizasse as diligências necessárias. Entre os nomes constantes da denúncia estava o do senhor Elizeu Ferreira da Costa, que negociava madeira com o Deputado Geraldo Landi. (MARCÍLIO, 1961, p. 106-109).

A denúncia do sr. Virgílio Cardoso, referida acima, versava que o sr. Elizeu Ferreira Costa estava negociando grande quantidade de madeira extraída de terrenos devolutos. O sr. Elizeu foi alvo de diversas autuações de multas por retiradas de madeiras em terrenos devolutos. Ele extraía madeiras dos terrenos ocupados por ele mesmo e de outros, dentre os quais o Deputado Landi. Havia vários autos de multas aplicadas contra ele, tendo sido apreendidas madeiras que ele havia extraído. O sr. Sílvio Moreira em relatório sobre informações pedidas de denúncias impetradas pelo sr. Virgílio, informou extração de madeira irregular e outras questões que envolviam o sr. Elizeu, que alegava ter uma ordem especial, mas o fiscal diz desconhecer tal ordem e ele não apresentou prova alguma. (MARCÍLIO, 1961, p. 104-115).

A Comissão Especial de Sindicância lançou luz sobre as redes de interdependência da Secretaria de Agricultura. O Deputado Geraldo Landi era da elite econômica e política, por isso tinha mais chance de acesso ao poder. Esta se considerando, inspirando-se nos estudos de Nobert Elias, e nos modelos (didáticos) de jogos expostos por ele, que a configuração na qual o Deputado Geraldo Landi estava envolvido era de diversos níveis do tipo oligárquico. Nela, quem está no nível mais alto tem mais acesso ao poder. Mas, mesmo assim, há um equilíbrio de poder entre os membros do nível superior e os dos níveis inferiores, o que Elias chama de equilíbrio desigual de poder. (ELIAS, 1980, p. 81-96 e 158).

Algo que chama a atenção é a rede na qual o Deputado Landi está inserido, que envolve uma gama de pessoas e que é preciso tentar apreender. O Deputado negocia madeira com o sr. Elizeu Ferreira da Costa, que residia em Teófilo Otoni. O relatório do sr. Sílvio Moreira diz que uma parte de seus terrenos, do sr. Elizeu Ferreira, eram legitimados e outra parte devolutos. O título do terreno legitimado foi assinado em 29 de abril de 1954, mas em 19 de maio de 1953 ele havia extraído e entregue 730,00 m³ de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





madeiras a uma madeireira de Governador Valadares. A madeira extraída pelo sr. Elizeu havia sido extraída de terrenos devolutos e ele, em defesa, alegou que teve uma autorização especial, embora não tenha apresentado prova dessa autorização especial. Ele extraiu madeiras em terrenos devolutos e a fiscalização, ao invés de apreender, vendeu-lhe tais madeiras a preço abaixo da tabela praticada, contrariando os regulamentos da Secretaria e a legislação do Estado. (MARCÍLIO, 1961, p. 108-114).

Uma comissão instaurada, em 1957, para averiguar as denúncias contra o sr. Elizeu, composta pelos fiscais Aristeu de Freitas Caldas, Armando Grossi e Manoel Teixeira, constatou que madeiras apreendidas dele foram extraviadas por um suposto funcionário da Secretaria de Agricultura. Percebe-se que o sr. Elizeu era reincidente, o que levou Marcílio a chamá-lo de infrator contumaz. Nesse caso, a polícia foi acionada para descobrir o paradeiro da madeira. (MARCÍLIO, 1961, p. 113-115).

Outro que entra na rede Geraldo Landi é o sr. Horácio Luz, um controverso fazendeiro do Sertão do Rio Doce. Segundo consta, ele teria legitimado mais de 15 mil hectares de terras em nome de terceiros, os chamados *prepostos*, que lhe emprestaram o nome; o Deputado Landi seria um deles. Depois de legitimadas e registradas em cartório de registro de imóveis, as escrituras eram transferidas para o sr. Horário Luz. (Depoimento do Deputado Ladislau Sales, in: COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, 1965, p. 20).

Diversos posseiros protestaram contra medições de terras para o sr. Horácio Luz que, de fato, foram medidas em nome dos *prepostos* e depois transferidos os títulos para ele. Uma comissão foi designada para investigar as denúncias contra o sr. Horácio, mas não foi capaz de identificar os marcos divisórios devido à grande quantidade de escrituras (32 escrituras ao todo) que se referiam às terras. (MARCÍLIO, 1961, p. 42-44 e 80).

Observa-se, a partir das ligações do deputado Landi, que suas ações articulam-se em uma rede bem ampla que inclui não só pessoas que se ligam a ele diretamente (como o sr. Elizeu), mas também pessoas que se ligam a ele a partir de suas ligações, porém sem relação direta com ele (como os casos dos srs. José Pessoa e Serafim de Souza Franco). O que mais chama a atenção é o quanto suas redes podem desenrolar uma gama de



relações complexas. Norbert Elias (1980, p. 81-96 e 158) diz que os homens são totalmente dependentes uns dos outros, entretanto nessa dependência existe uma tensão na configuração social na qual se insere, pois pode ser uma interdependência de aliado ou até de adversários.

Considerações finais

A rede do Deputado Geraldo Landi era extremamente complexa e ampla. Ele era advogado e político, atuando em questões que envolviam terra tanto no âmbito jurídico quanto político, pois além de conhecer a legislação e as entranhas da administração mineira era bem relacionado na politicamente e se utilizava desses artifícios para defender seus interesses e de seus aliados. Ele também burlava a legislação a partir de seus atenuantes o que não o exime da materialidade da ação de grilagem de terras.

Referências bibliográficas

ELIAS, Norbert. Introdução a Sociologia. Lisboa: Edições 70, 1980.

ELIAS, Norbert. A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. Destinada A Verificar, 'In Loco' as Origens, Natureza e Profundidade da Agitação Reinante nos Meios Rurais de Governador Valadares, em Minas Gerais, e em Qualquer Outro Ponto do Território Nacional. Diário do Congresso Nacional, Suplemento ao número 110, Brasília, 1965.

DIÁRIO de Minas. Fatos Ocorridos no Vale do Rio Doce Pertencem a 'Alçada da Polícia'. Landi Acusado. Belo Horizonte, 14 abril de 1957.

DIÁRIO de Minas. Terras devolutas: Geraldo Landi defende-se de acusações.. Belo Horizonte, 26 abril de 1957.

DIÁRIO de Minas. Pleiteou a substituição de membros da Comissão de Inquérito. Belo Horizonte, 27 abril de 1957.

DIÁRIO de Minas. Pleiteou a substituição de membros da Comissão de Inquérito. Belo Horizonte, 27 abril de 1957.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

DIÁRIO de Minas. Organização Completa Facilitando a Ação dos Invasores de Terras: postos de requerimento falsos e fornecedores de armas e munições. Belo Horizonte, 22 de janeiro 1953.

MARCÍLIO, A. O Problema das Terras Devolutas e suas Matas no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Estabelecimentos Gráficos Santa Maria, 1961.

MORAIS, Michelle Nunes de. Conflitos Agrários: negociação e resistência dos trabalhadores rurais em Governador Valadares no Vale do Rio Doce (1950-1960). 2013. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História: Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

**DO HUDSON AO AMAZONAS, A TODO VAPOR RUMO À POROROCA:
UMA INTERPRETAÇÃO ELIASIANA DA AMAZÔNIA CONTIDA NA OBRA
VIAGEM AO BRASIL (1865-1866), DE ELIZABETH E LOUIS AGASSIZ**

Mestrando. Mikael Moises Pires Lindoso
Universidade Federal do Amazonas
Instituto Federal do Amazonas
mikaellindoso@gmail.com

Doutor. Gláucio Campos Gomes de Matos
Universidade Federal do Amazonas
glauciocampos@bol.com.br

Resumo: O artigo interpreta mediante o norte teórico eliasiano o conceito de *habitus* no relato Viagem ao Brasil de 1865 a 1866, fruto da expedição Thayer. Liderada por Louis Agassiz tinha a finalidade de desconstruir a teoria da seleção natural proposta por Charles Darwin e reafirmar o criacionismo. A metodologia da *micro-história* italiana, foi utilizada na interpretação do relato da campanha no intuito de compreender o processo civilizador vigente a época mediante a observação de pequenos sinais, traços e pistas. O artigo selecionou três *habitus*: a compreensão do tempo, os comportamentos dos nativos e a relação com a natureza.

Palavras-chave: Processo Civilizador. *habitus*. Amazônia.

Abstract: The article interprets through Eliasian theoretical north the concept of *habitus* in the account Travel to Brazil from 1865 to 1866, fruit of the Thayer expedition. Led by Louis Agassiz had the purpose of deconstructing the theory of natural selection proposed by Charles Darwin and reaffirming creationism. The methodology of Italian microhistory was used in the interpretation of the campaign report in order to understand the civilizing process in force at the time by observing small signs, traces and clues. The article selected three *habitus*: the understanding of the time, behaviors of the natives and the relation with the nature.

Keywords: Civilizing Process. *habitus*. Amazon.

A passagem do vapor Norbert Elias pela Amazônia

Norbert Elias foi um pensador de origem alemã e judaica, que nasceu na cidade de Breslávia no final do século XIX e faleceu em Amsterdã na década de 90 do século XX. No processo de sua existência acadêmica, esse pensador elaborou uma proposta teórica capaz de elucidar o caminhar do processo de desenvolvimento das sociedades

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





humanas. Sendo essa propositura fundamentada em conceitos como *processo civilizador*, *habitus*, *tempo*, *figurações*, *processos sociais*, *controle das emoções*, *mundo simbólico*, *outsider*, *estabelecidos*, *autoimagem*. E um fio condutor que permeia sua obra é o trio dos controles básicos. Com essa perspectiva, segundo Elias (1980), pode-se observar o nível de desenvolvimento das sociedades: controle da natureza; autocontrole e controle nas relações sociais.

A produção intelectual de Elias foi por um lapso de tempo negligenciado no âmbito acadêmico. A complexidade teórica de Elias somente alcançou os estabelecidos nos centros universitários europeus nos idos da década de 1980, primeiros os franceses e em seguida a figuração ocidental. Vale ressaltar que a obra, *Sociedade de Corte*, que o projetou foi originalmente publicada em 1969 e a sua primeira obra publicada em 1939 na Inglaterra.

No conjunto de suas obras (livros e demais publicações), Elias buscou apresentar para o contexto europeu o encadeamento do processo de formação de suas respectivas sociedades, não mediante uma explicação exclusivamente histórica ou sociológica. Mas, mediante uma elaboração processual humanística (sociogênese e psicogênese dos costumes à formação dos Estados Nacionais), uma constituição das nações europeias que no século XX vivenciaram duas guerras mundiais e conseqüentemente o ápice e a decadência da exportação dos seus respectivos mundos simbólicos.

A perspectiva eliasiana adentra o espaço acadêmico brasileiro como uma possibilidade de compreensão das sociedades humanas nos idos da década de 90 do século XX. A tímida inserção decorre, em parte, devido predomínio do materialismo histórico nas ciências humanas e em decorrências do acesso limitado de suas obras traduzidas para a língua portuguesa.

O nordeste e o centro sul do Brasil são as primeiras regiões a terem contato com esse novo civilizador europeu e quase que reproduzindo o lapso temporal da América Portuguesa, onde o litoral se encontrava em contato mais íntimo com a Europa em decorrência das limitações tecnológicas e da resistência dos nativos a época.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





A bacia do rio Amazonas permaneceu fechada a navegação eliasiana até meados do século XX ao XXI, quando o vapor Norbert Elias, vem força à abertura da calha do rio Amazonas com as pesquisas pioneiras de Gláucio Campos Gomes de Matos, precursor da utilização da ótica eliasiana para a compreensão do contexto amazônico. Em *Ethos e Figurações na Hinterlândia Amazônica*, o autor desloca uma teoria desenvolvida no centro da Europa para entender como o processo civilizador avançou para dentro da floresta. A partir do trio dos controles básicos e o conceito de figuração, (MATOS, 2015), mostra como o Amazonas foi e ainda é explorado, a natureza controlada e a natureza humana por civilizar-se aos moldes da civilização ocidental. Dentre outras categorias desenvolvidas por Norbert Elias, a tecnização é uma que aparece na obra de Matos (idem), mostrando seu efeito no contexto do desenvolvimento da região e na relação homem e meio.

No banzeiro desencadeado pela passagem desse vapor o presente artigo visa utilizar se do arcabouço teórico e metodológico elaborado por Norbert Elias para buscar compreender *habitus* amazônicos do século XIX. No que se refere à compreensão do tempo, os comportamentos dos nativos frente ao estranhamento europeu e a relação com a natureza, mediante a interpretação densa proposta pela micro-história italiana com a finalidade de elaborar uma síntese eliasiana do relato da expedição Thayer, tendo com recorte a sua estada e Manaus e adjacências. Obra elaborada por Luís e Elizabeth Agassiz entre os de 1865 e 1866 e publicado em 1868.

A expedição Thayer

No transcurso do século XIX ocorre a mais abrangente revolução no processo de tecnização no processo histórico da humanidade até o presente século XXI. O conhecimento se expande no ritmo fabril, novos campos do saber são fabricados, como a biologia, a medicina, a sociologia, psicologia e demais ramificações. A natureza cede espaço à criatura que quer se tornar criador, os deuses não habitam mais as montanhas, a

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





antiga morada dos deuses tornam-se obstáculos que devem ser eliminados para que estradas e pontes conectem cidades no novo credo da modernidade.

Esse é o século XIX, que começa com uma alvorada a despontar num verdejante pasto ao som do trotar dos cavalos e finaliza com cidades iluminadas eletricamente tendo como acompanhamento acústico as buzinas estridentes dos cavalos a vapor. Nesse contexto de tecnização é que ganha novamente destaque uma das perguntas que inquieta a humanidade, qual a origem do ser humano?

Para responder tal questionamento, é que a biologia se consolida no seio acadêmico com status de ciência. A biologia, ramo das ciências naturais fruto das novas figurações estabelecidas no século das ciências tem como objeto de estudo a vida e a sua origem, como desdobramento do seu objeto de pesquisa, é que o questionamento sobre a origem da vida ganha novo destaque mundial com a proposição da teoria da evolução elaborada por Charles Darwin após as viagens a bordo do brigue HMS BEAGLE entre os anos de 1826 a 1830, publicada em 1859 com o título, a Origem das Espécies.

A teoria da evolução em seus princípios gerais argumenta que todos os seres vivos ascendente de um único organismo primordial que no transcurso do tempo se adaptou as alterações climáticas e geológicas terráquea originando, assim, outros seres vivos, ou seja, a evolução se dá em decorrência da seleção natural em um processo cego de longo prazo sem inspiração divina.

A obra, Origem das Espécies, foi recepcionada no círculo acadêmico europeu como uma teoria *outsider* em decorrência da possibilidade da origem não divina do ser humano. Fato que rebaixaria o *homo sapiens* a qualidade de apenas um súdito do reino animalia que compartilhava parentesco evolutivo com primatas.

Um dentre os vários cientistas que questionaram a proposta darwiniana foi o cientista e pesquisador Louis Agassiz²¹⁷. Que ao trabalhar na catalogação da coleção ictiológica coletado durante a expedição de Spix e Martius²¹⁸ pela região amazônica,

²¹⁷. Louis Agassiz foi um dos promotores e principais defensores do no século XIX. Nota dos autores. racismo científico e do criacionismo

²¹⁸. Entre 1817 e 1820, Spix e Martius empreenderam uma expedição científica no território brasileiro. Nota dos autores.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





passou a contrapor a proposta evolucionária após observar a fauna aquática dos rios da Amazônia.

Louis Agassiz arbitrava em favor do fixismo e do catastrofismo. O fixismo sustenta que os seres vivos nascem em determinadas regiões e se fixam nela e não evoluem. O catastrofismo que credita à intervenção divina nas mudanças geológicas e climáticas como catalizador da extinção e do surgimento de novas espécies. Afirmação que encontrava respaldo no estudo do passado planetário e suas eras glaciais e períodos de extinção em massa.

Apesar de sua intenção científica de refutar a teoria da evolução. Louis Agassiz carecia recursos para uma expedição ao Brasil que possibilitaria validar seu criacionismo científico. Como ele relata no ano de 1865.

Por outro lado, eu me sentia atraído pelo Brasil por um desejo de quase toda a minha vida. Aos vinte anos de idade quando era eu apenas um estudante, Martius encarregou-me, por morte de Spix, da descrição dos peixes colecionados no Brasil por esses dois célebres viajantes. Desde então, veio-me repetidas vezes a ideia de ir estudar aquela fauna no seu próprio país; era um projeto sempre adiado, por falta de ocasião oportuna, mas nunca abandonada. (AGASSIZ e AGASSIZ, 2000, p. 13/14).

No inverno de 1864 - 1865, já com a saúde abalada, foi recomendado pelos médicos a abandonar as pesquisas e mudar de clima. Mas, como por acaso, conforme o próprio Louis Agassiz (AGASSIZ e AGASSIZ, 2000, p. 14) relata, teve um encontro com o banqueiro e filantropo Norte Americano Nathaniel Thayer²¹⁹ que diante da exposição do cientista firmou compromisso de financiar a expedição. A equipe científica era composta seis membros num primeiro momento, sendo que juntaram se a expedição de modo voluntário, outros cinco colaboradores.

²¹⁹. Após o término da guerra civil americana 1861-1865, grandes empreendedores nortistas passam a ser mecenas. Nota do autor. “Dominavam-me essas preocupações, quando por acaso, encontrei Nathaniel Thayer; em que sempre encontrei um benfeitor solícito das ciências [...]” (AGASSIZ & AGASSIZ, 2000, p.14).



O interessante dessa expedição é a participação da educadora e ilustradora Elizabeth Cabot Agassiz, segunda esposa de Louis Agassiz. Visto que, a obra analisada denominada Viagem ao Brasil (1865- 1866), fruto da expedição tem como autores o casal Agassiz, apesar da não participação nas pesquisas da expedição, é a senhora Agassiz que elaborou o diário da expedição.

O que torna a obra mais interessante, pois, a obra retrata uma expedição científica a um Império mestiço que busca passar um verniz civilizador europeu em seu povo pela perspectiva de uma mulher que dentro da sua rede figurações era vista, encarada e tratada como um ser inferior ao gênero oposto mesmo tendo formação acadêmica. Ou seja, o olhar de uma outsider, para uma sociedade a margem da história.

Findo os preparativos, a expedição zarpa de Nova Iorque banhada pelo rio Hudson em abril de 1865 e regressão em julho de 1866, aproximadamente quinze meses perdurou a expedição. Essa expedição oficialmente tinha como objetivo a construção de uma coleção de peixes amazônicos das mais diversas bacias hidrográficas com a intenção de confirmar a premissa da origem da vida proposta por Louis Agassiz.

Ao aportar no dia 23 de abril de 1864 na então capital do Império do Brasil, os viajantes vislumbra uma cena dos costumes brasileiros que desencadeia logo uma reação estranhamento²²⁰ ou no que se pode dizer, a partir da autoimagem, por parte da expedição digna de nota para eles, conforme consta na obra analisada.

O que chama desde logo a atenção no Rio de Janeiro é a negligência e a incúria. Que contraste quando se pensa na ordem, no asseio, na regularidade das nossas grandes cidades! Ruas estreitas infalivelmente cortadas, no centro, por uma vala onde se acumulam imundícies de todo gênero; esgostos de nenhuma espécie; um aspecto de descabro geral, resulta, em parte, sem dúvida, da extrema umidade do clima; uma expressão uniforme

²²⁰ O estranhamento que a expedição encontrara não se restringe apenas as práticas sanitárias, mas ao Império do Brasil em sua totalidade. O Brasil do século XIX era uma nação permeada pelo sentimento de deslocamento em relação ao mundo americano e europeu. A América Portuguesa foi um conjunto de colônias lusitanas, que derem origem ao Império do Brasil. Enquanto colônia, essa permaneceu fechada aos visitantes europeus, exceto os portugueses, o que desencadeava muitas expectativas para os naturalistas estrangeiros sobre a natureza da região. Quadro que só foi alterado com a vinda da família real em 1808 e a independência da região em 1822. Nota dos autores.



de indolência nos transuentes; eis o bastante para causar uma impressão singular a quem acaba de deixar a nossa população ativa e enérgica. (AGASSIZ & AGASSIZ, 2000, p. 67).

Afinal, que era o Brasil do momento do desembarque da expedição? Era uma nação que buscava transmitir certo grau de modernidade. Mas, tendo em seu território inúmeras civilizações indígenas em florestas praticamente intocadas, redutos de cultura africana nos sertões do seu território, tendo uma população de súditos mestiça e um imperador de origem europeia. Ou seja, um Império com uma enorme biodiversidade, pluralidade humana e cultural. Esse é um retrato do cenário que a expedição Thayer relatou em sua viagem pelo Brasil.

Viagem ao Brasil 1865 – 1866

A obra *Viagem ao Brasil 1865-1866* foi escrita por Elizabeth Agassiz. Porém, a obra é creditada ao casal Agassiz. O relato não é um relatório científica da expedição, consiste de um diário²²¹ da empreitada. Fato o que não retira a importância da obra para o campo das ciências humanas. Posto que, no transcurso da leitura do mundo simbólico dos autores é possível vislumbrar os pronomes eu, nós e eles, bem com os processos, as figurações e os estranhamentos dos viajantes para com a região²²².

Na obra é possível vislumbrar, por exemplo, a capital de império com ares cosmopolita que busca uma inserção no contexto mundial, bem como uma pequena cidade na denominada Manaus²²³ que também é capital da província do Amazonas²²⁴ que

²²¹ Nas mais de quinhentas páginas é perceptível que a narrativa tem a finalidade de atingir um público leito em decorrência da organização cronológica e da quase ausência de termos de cunho técnico científico. Nota dos autores.

²²² O material produzido pode ser compreendido, como um relato da sociedade imperial, confeccionados por *outsiders*. Vale ressaltar que na segunda metade do século XIX, o Império do Brasil buscou uma aproximação com o contexto europeu industrial, racional e moderno, na intenção, de afastar os estigmas da colonização lusitana, da primitividade e do exotismo, assim melhor a imagem da região. Nota do autor.

²²³ Quadro que será alterado com o *boom* da exploração da borracha entre os anos de 1870 a 1910, quando Manaus viverá sua *Belle Époque*. Nota dos autores.

²²⁴ Vale ressaltar que a obra não se restringe às passagens pela capital imperial e por Manaus, há relatos sobre Minas Gerais, algumas capitais nordestinas e das populações que habitam todo o percurso brasileiro do rio Amazonas, Negro e adjacências. Apesar de a obra não ser destinada a um público letrado, mas a leitores ávidos por aventura, tendência literária comum à época, expedição possuía objetivo científico



ainda é uma mescla de aldeia e cidade conforme relata no Elizabeth Agassiz em 18 de novembro de 1865 no transcorrer de um passeio matinal.

Na ocasião em que eu passava pela pequena estrada que margeia o igarapé, dois índios moços, nus, trepados no tronco de árvore que se atravessava por cima da corrente, caçavam peixes a arco e flecha; de pé, imóveis como estátuas de bronze, o olho à espreita, numa atitude ao mesmo tempo cheia de força e garbo, o arco teso e prestes a desprender a flecha logo que aparecesse a presa. (AGASSIZ & AGASSIZ, 2000, p. 274).

A pororoca

Nesse momento do artigo, a hora elaborada pelo casal Agassiz passará a ser interpretada a relação com o tempo, com a natureza e o comportamento civilizado dos amazônidas, mediante o pensamento eliasiano e o conceito de *habitus* que desdobra na noção de autoimagem e composição social. Será realizado um recorte na obra e dando enfoque a estada da expedição na cidade de Manaus e no seu entorno, como exemplo.

Para Elias, *habitus* pode ser compreendido como o substrato fornecido pelas figurações, as quais, o indivíduo se encontra inserido que fornece um conjunto de elementos, com qual, o indivíduo elabora a sua particularidade. Logo, cada individualidade é fruto de processo figuracionais quem tem como sustentáculo o compartilhamento do mundo simbólico e dos objetos socialmente construídos (ELIAS, 1994).

Diante desse quadro teórico, cada elemento que compõem as relações de interdependência possui um arcabouço de noções, como, por exemplo, uma compreensão do significado do termo tempo. Como cada agrupamento humano elabora suas redes e relações figuracionais, cada individualidade introjeta o *habitus* e quando esse se depara

específico que era questionar a teoria da evolução elaborada e proposta por Charles Darwin. Nota dos autores.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





com outro *habitus* fruto de outro emaranhado figuracional, desencadeia a sensação de estranhamento, distanciamento e autoimagem.

Nas povoações do Solimões, as pessoas que são consideradas como da aristocracia local, a aristocracia branca, exploram a ignorância do índio, ludibriam-no e embrutecem-no, mas tomam não obstante os seus hábitos e, como ele, sentam-se no chão e comem com as mãos. (AGASSIZ & AGASSIZ, 2000, p. 239).

A compreensão do tempo fruto da relação do homem com a natureza, desencadeada por cada agrupamento humano em cada figuração na passagem abaixo.

Demoramos aí algumas horas tomando lenha para a máquina. Essa operação se executa com tanta lentidão que um norteamericano, habituado em seu país com os processos expeditos, não acredita no que vê. [...] Quando a frágil embarcação acaba enfim de encostar ao navio oito ou dez homens formam fila, e a lenha passa de mão em mão, acha por acha, contada na ocasião. Agassiz tirou o seu relógio do bolso e verificou que, em média, entram a bordo sete achas por minuto. Com semelhante processo, compreende-se que tomar lenha não é negócio para cinco minutos. (AGASSIZ & AGASSIZ, 2000, p. 201).

Podemos perceber duas compreensões temporais, uma ocidental acelerada, frenética e tecnizada na figura do olhar no relógio e a outra onde o ritmo é atrelado ao passar das achas de lenha individualmente. Esse tempo amazônico visto como mais atrasado é fruto da sua relação dos nativos com a natureza²²⁵, portanto esse tempo menos acelerado, a partir da autoimagem, segundo Matos (2015), é um problema para os outsiders e não para os estabelecidos.

É verdade que neste oceano feito de rios, ao invés de a maré subir e descer cada dia, é anual; a sua amplitude é mais lenta, mais durável, mais extensa; em lugar de ser regulada pela lua, o sol é que a regula. O imenso vale, todavia, não é menos sujeito a todas as condições de um território submerso, e deve ser tratado como

²²⁵ Vale ressaltar que os autores não arbitram em favor do determinismo, mas, que a noção de tempo é fruto da relação do homem com a natureza e essa relação não é estática. Notas dos autores.



tal. E as variações semi-anuais do nível exercem sobre os habitantes uma influência muito mais profunda do que as marés oceânicas. Durante a metade do ano, os habitantes passam de canoa por onde caminharam a pé, na outra metade, sobre um solo mal consistente. Suas ocupações, suas vestimentas, seus hábitos se modificam conforme é tempo de seca ou de chuva. E não é somente o gênero de vida, mas o aspecto total da região, o carácter da paisagem que muda de todo. (AGASSIZ & AGASSIZ, 2000, p. 249-250).

Considerações finais

Quando temos como objeto de estudo as publicações oriundas das expedições que navegaram pela Bacia Amazônica e regiões adjacentes entre os séculos XVIII e XIX, esqueçemo-nos de fazer a seguinte pergunta, afinal, quem leu essas obras?

Os relatos das viagens não foram destinados para o mundo acadêmico. Eram enviadas às academias ou aos acervos museológicos, às coleções da fauna e flora, mapas, desenhos e relatórios técnicos. Os diários, as anotações, os episódios pessoais e os demais materiais, que não eram considerados de nota pelas ciências naturais, eram compilados, publicados e destinados a um público, que em decorrência da formação dos estados nacionais e da educação de massa, já possuía um nível de instrução básica e utilizava a leitura como uma forma de expor a sua condição de homem moderno, como instrumento de lazer e caminho para compreender o seu contexto.

No caso das publicações dos viajantes que passaram pelo Brasil do século XIX, essas obras foram também consumidas pela figuração brasileira. Visto que, devido à extensão e à dificuldade de locomoção no âmbito pátrio, os nacionais brasileiros possuíam poucas informações referentes ao seu próprio território. Essa deficiência foi suprida em parte pelos relatos dos naturalistas e com base nessas obras é que algumas regiões e, inclusive, o próprio Brasil passou a se compreender e edificar outro *habitus*.

Com base nesses relatos os *estabelecidos*, pátrios do âmbito acadêmico e político nos primórdios do governo republicano, elaboraram teses e projetos de lei referente à

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





imigração no Brasil, como José Veríssimo educador e jornalista, Ladislau Neto botânico e etnógrafo e diretor do Museu Nacional de 1882 a 1893 e Euclides da Cunha militar, jornalista e escritor. Na figuração acadêmica, temos a personalidade de Nina Rogrigues, médico negro e considerado o fundador do pensamento antropológico nacional, que defendia que os ex-escravos e mestiços degredados da bacia amazônica eram incapazes de conduta civilizada e, ao sugerir uma revisão do código penal de 1890, propôs penas brandas para os *incivilizados* por acreditar sofrerem de carência de capacidade física e mental, fundamentando sua posição na leitura do relato de Agassiz.

O legado dos viajantes para o mundo pode ter sido a expansão da compreensão científica do planeta, no qual, habitamos. Conquanto, o legado dessas expedições para o Brasil e à Amazônia, em particular, foi à construção de uma autoimagem atrelada ao atraso, habitada por seres humanos indolentes e avessos ao trabalho que necessitavam ser civilizados, como se fosse possível existir homens incivilizados. Como o próprio Agassiz se refere ao comentar sobre a amálgama de raças que uniu e gerou o brasileiro: um ser híbrido, carente de energia física e mental.

Hoje, os estabelecidos, de posse desses relatos e com olhar distanciado, estão dando respostas ao quão foram julgados ao longo de toda a sua construção histórica. Ou seja, agora é a canoa no ritmo do banzeiro amazônico que adentra rumo ao rio Hudson.

Referências bibliográfias

AGASSIZ, Elizabeth e Louis. Viagem ao Brasil (1865-1866). 1ª ed. Brasília, Conselho Editorial do Senado Federal, 2000.

ELIAS, Norbert. Introdução à sociologia. 1ª ed. Lisboa, Editora: Edições 70, 1980.

_____, Norbert. Teoria Simbólica. 1ª ed. Oeira, Celta, 1994.

_____, Norbert. Sociedade dos Indivíduos. 1ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1994.

_____, Norbert. O Processo Civilizador – Volume 1. 1ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1995.

_____, Norbert. O Processo Civilizador – Volume 2. 1ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1995.

_____, Norbert. Sobre o tempo. 1ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1998.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

ELIAS, Nobert; SCOTSON, John L. Estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora: Zahar, 2000.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais. 1ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

_____, Carlo. O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício. 1ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

HARARI, Yuri. Sapiens – Uma Breve História da Humanidade. 1ª ed. Porto Alegre, L&PM Editores, 2015.

MATOS, Gláucio Campos Gomes de. Ethos e Figurações na Hinterlândia Amazônica. 1ª ed. 1ª ed. Manaus, Valer, 2015.

SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). Tradução Donaldson M. Garschagen. 1ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

A EXPANSÃO DOS DIREITOS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO NA ATUALIDADE: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA FIGURACIONAL DE NORBET ELIAS

Monica Isabel Carleti Cunha²²⁶

Lucia Helena dos Santos²²⁷

Roberta Cunha Corrêa²²⁸

Resumo: Este artigo propõe reflexões sobre o processo histórico de expansão dos direitos sociais nas sociedades modernas. Trata-se de um ensaio pautado na teoria figuracional de Norbet Elias, na qual aponta que as diferentes direções dos acontecimentos sociais ocorrem como resultantes das relações de forças existentes entre diferentes configurações sociais. Observamos que a educação, embora constitua um direito social amplamente assumido e difundido como primordial nas sociedades ocidentais visando o desenvolvimento humano, contudo vem sendo uma arena para interesses distintos. Em nossa análise há indicativos de que a apropriação pelo capitalismo de determinados elementos propostos pelos ideais socialistas contribuíram para a expansão de direitos nas sociedades modernas. As políticas neoliberais na atualidade, fundamentadas na disciplina de mercado, trazem implicações que geram tensões na efetividade de tais direitos, em especial ao direito à educação. Embora os dispositivos legais sustentem a educação como um direito voltado à formação humana em sua plenitude, diferentes interesses o conduzem, por meio de estratégias diversas, prioritariamente, para a formação de mão de obra a serviço do mercado econômico.

Palavras-chave: Direitos Sociais. Relações de forças. Educação.

Abstract: This article proposes reflections on the historical process of expansion of social rights in modern societies. It is an essay based on the figurative theory of Norbet Elias, in which it points out that the different directions of social events occur as resulting from the relations of forces existing between different social configurations. We observe that education, although it constitutes a social right widely assumed and widespread as a primordial in Western societies aiming at human development, nevertheless has been an arena for different interests. In our analysis there are indications that the appropriation by capitalism of certain elements proposed by socialist ideals contributed to the expansion

²²⁶ Mestra em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação/ Universidade Federal do Espírito Santo. Membro do Grupo de pesquisa: “Políticas, Gestão e Inclusão Escolar: contextos e processos sociais”. Endereço eletrônico: monicaicc@yahoo.com.br

²²⁷ Licenciada em História - FAFIC com Especialização em educação pelo Instituto de Apoio Empresarial e Educacional: Gestão Escolar Integradora – “Motivos da Evasão Escolar na EEEFM Honório Fraga” – Município de Colatina /ES. Endereço eletrônico: luciasantosteixeira@hotmail.com

²²⁸ Estudante do 4º período de Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Bolsista da Revista Argumentum. Endereço eletrônico: robertacunha1@gmail.com

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





of rights in modern societies. The current neoliberal policies, based on market discipline, have implications that generate tensions in the effectiveness of these rights, especially the right to education. Although legal provisions support education as a right aimed at human formation in its fullness, different interests lead it, through diverse strategies, as a priority, to the formation of labor in the service of the economic market.

Keywords: Social Rights. Relations of forces. Education

Introdução

Em linhas gerais, procuramos trazer neste ensaio algumas aproximações entre a sociologia clássica e a sociologia figuracional de Norbert Elias no que se refere aos fatos históricos e sociais que implicaram na constituição e expansão dos direitos sociais nas sociedades modernas, num determinado estágio do *processo civilizador*²²⁹.

Utilizamos o conceito disposto no Artigo 6º da Constituição Federal/1988, “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. E, elegemos a educação, dentre os direitos sociais, como uma arena de disputas para atender interesses distintos, dentre eles, em especial, ao mercado econômico, desencadeador de políticas educacionais neoliberais à serviço do mercado de trabalho. Observamos que a intervenção estatal nas questões sociais, pelos meios legais e normativos, decorrem do equilíbrio na balança de poder entre este, a sociedade e o capital e, estando permanentemente suscetíveis a mudanças e novas direções decorrentes dos interesses específicos de indivíduos e grupos, independente do tempo histórico em curso.

A consolidação dos direitos sociais

²²⁹Este conceito da teoria figuracional de Norbert Elias pauta-se na premissa de que as transformações sucessivas na civilidade humana permitem o grau de civilização e o desenvolvimento de cada época, contudo, esse processo não ocorre de forma planejada por uma única pessoa ou grupo de pessoas. Dessa forma não há uma intenção deliberada de cada sujeito que produz a civilização, mas são os atos dos sujeitos singulares agregados uns aos outros que a tornam universal e produzem ou não a civilização. Dessa forma, as demandas sociais de cada tempo histórico possibilitam transformações nos hábitos e costumes socialmente aceitos.



A constituição e expansão dos direitos sociais se insere num contexto sócio histórico de transição do Estado Liberal²³⁰ ao Estado Social balizado pelo desenvolvimento do capitalismo, sendo impelida visando para atender às necessidades sociais decorrentes das crises econômicas com as consequentes disparidades sociais.

Enquanto os direitos individuais surgiram a partir da revolução francesa, na ruptura com o regime monárquico, os direitos sociais foram sendo conquistados como resultado das lutas de classes sociais, dadas as diferenças socioeconômicas evidentes e crescentes, especialmente com o processo de industrialização.

A antiga tese liberal até então majoritária de que a economia e a sociedade, se deixadas a si próprias, confiadas às leis naturais do mercado, proporcionariam igualdade e liberdade de condições para todos, não correspondeu à realidade para as melhores condições de vida, para além do justo e do injusto (AVELÃS NUNES, 2011). Nesse aspecto, o Estado passa a ser “convocado” para “salvar” o capitalismo e começa, a implementar planos de ação para promover os interesses sociais de seus indivíduos e a socorrer empresas falidas.

De acordo com Matos (2008), “[...] esta ideologia começa a ganhar corpo e a luta política e ideológica que se acirra no imediato pós Segunda Guerra Mundial, com a divisão do mundo entre os blocos capitalista e socialista e o desenvolvimento da realidade bipolar da Guerra Fria” (p.193).

Na perspectiva elisiana, supomos que as relações de poder entre os países capitalistas centrais versus países socialistas emergentes contribuíram para as conquistas dos direitos sociais e sua legitimação nos diferentes estado-nações, em decorrência dos ideais propostos pelo socialismo, sobretudo baseado no princípio da igualdade, num momento histórico de extremas desigualdades.

De acordo com Cruzeiro (2014) “[...] o Estado de Bem Estar Social foi uma tentativa do Estado burguês de afastar o avanço do comunismo. [...]” (s/p). Para esse

²³⁰ De acordo com Bobbio (1992) o Estado Liberal pauta-se no pressuposto filosófico correspondente à doutrina dos direitos do homem como sendo direitos naturais (inatos), os quais o Estado e os outros sujeitos não podem intervir no gozo dos direitos do indivíduo.



autor, a ideia era que, sendo garantida aos trabalhadores uma condição de vida que fosse aparentemente justa, iria afastar aquele modelo de uma sociedade sem muitas diferenças entre pobres e ricos.

Dessa forma, os países capitalistas centrais iniciaram estratégias de implementação de um “Estado de Bem Estar Social”, apresentado como uma tradução do termo *welfare state* utilizado nos EUA, visando manter a ideologia de que, por meio do capitalismo também era possível oferecer/garantir direitos sociais, contudo com a manutenção da liberdade individual, sem a intervenção estatal na propriedade privada, tão fortemente defendida pelo liberalismo. Dessa forma, os Estados passaram a regular a economia visando à garantia do pleno emprego, respondendo, de forma muito peculiar, aos interesses do trabalhador e do empresariado e mantendo serviços sociais básicos, como educação e os pilares da seguridade social (saúde, previdência e assistência social).

No que se refere à seguridade social, de acordo com Behring e Boschetti (2007), todos os países da América Latina, instituíram sistemas de seguridade social a partir das décadas de 1820/1830. Nesse aspecto, é importante abordar que alguns conceitos e teóricos perduram até a atualidade.

Boschetti (2009, p. 2) aponta o modelo ou plano Bismarkiano²³¹ como pioneiro na criação da seguridade social no mundo, o qual “orientou, sustentou e ainda sustenta muitos benefícios da seguridade social, sobretudo, os benefícios previdenciários.” Mais tarde, na Inglaterra, no contexto da Segunda Guerra Mundial, a formulação do Plano Beveridge²³² ocorreu, num contexto econômico e político específico de crise econômica

²³¹De acordo com Boschetti (2009, p. 2) as primeiras iniciativas de benefícios previdenciários que vieram a constituir a seguridade social nasceram na Alemanha, no final do século XIX, mais precisamente em 1883, durante o Governo do Chanceler Otto Von Bismarck, em resposta às greves e pressões dos trabalhadores.

²³² “Na Inglaterra, o Plano Beveridge (1941) reformado em 1946, elaborado pelo Lord Beveridge, tinha como objetivo constituir um sistema de seguro social que garantisse ao indivíduo proteção diante de certas contingências sociais, tais como a indigência ou incapacidade laborativa. A segurança social deveria ser prestada do berço ao túmulo (*Social security from the cradle to the grave*). O Plano Beveridge tinha como características estabelecer a universalidade de proteção social para todos os cidadãos; unificar os seguros sociais existentes; igualdade de proteção social e triplíce forma de custeio, com predominância de custeio estatal.”(SILVA, Luzia Gomes da. Seguridade Social: das origens e conceito dos princípios que sustentam o Estado Democrático do Direito. Revista Âmbito Jurídico, Rio Grande – RS, Ano XV, n.99, abr.2012.



naquele país. Esse Plano, segundo Boschetti (2009, p. 2) “[...] apresenta críticas ao modelo bismarkiano vigente até então, e propõe a instituição do *welfare state* com a estrutura do modelo beveridgiano”.

A diferença entre o Plano Bismarkiano e o Plano Beveridge, é que o primeiro teve início pela pressão dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e salários, e de amparo aos trabalhadores que se encontravam “desprotegidos” por problemas diversos, mas, parece-nos que a economia se encontrava em ascensão. Quanto o Plano Beveridge, este surge num contexto de crise econômica na Segunda Guerra Mundial, o que gera outras formas de compreensão por parte dos envolvidos nos “custos” do que se propunha como seguridade social. Dessa forma, prevalece a ação estatal e o recuo do mercado.

Assim, os direitos sociais foram sendo incorporados pelas constituições, contudo mantiveram em seus textos as premissas do Estado Liberal (MAGALHÃES, 2012).

As diferentes camadas da sociedade participaram na tomada de decisões de cunho coletivo e social, o que favoreceram os caminhos percorridos pelo Estado Social que foram ganhando força, trazendo outras transformações, pelo maior estreitamento nas relações sociais.

De acordo com Pereira *et.al* (2009), um dos pioneiros da abordagem dos direitos sociais como garantia de satisfação das necessidades humanas básicas, no âmbito internacional, é o filósofo inglês Raymond Plant, em cujos trabalhos teóricos tem-se dedicado a contradizer a noção liberal dogmática de Friedrich von Hayek, que não reconhece a existência e nem tampouco a legitimidade de tais direitos.

A mesma autora destaca que o socialista Plant rebate o pai do neoliberalismo – Hayek – quando este argumenta que a liberdade individual é cerceada com a aplicação dos direitos sociais, sustentando que, ao contrário, são justamente esses direitos que viabilizam o exercício da capacidade de agência do ser humano para que este se torne livre. (PEREIRA, 2009).

Disponível < http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11417>
Acesso: fev.2015.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Dessa forma, inferimos que a consolidação dos direitos sociais se sustentou por um conjunto teórico-ideológico, sendo validado e materializado por meio da Constituição de Weimar em 1919, na Alemanha.

Na mesma direção, de acordo com Auad (2008, p. 338) “a sociedade alemã estava pulverizada em grupos de interesses contrapostos, fator que refletia no enfraquecimento do Estado e atingia diretamente a ordem constitucional”, portanto convergindo para um maior estreitamento entre os que defendiam os direitos sociais.

A mesma autora destaca que tal cenário ilustrou o processo histórico que permeia a validade ou não dos textos legais, na medida em que, “o sucesso da normatividade do texto constitucional vai muito além de seu processo de positivação, pois retira sua força da dinâmica presente no cotidiano das relações sociais.” (AUAD, 2008, p. 338).

A Constituição de Weimar contribuiu para a expansão dos direitos sociais para além dos direitos fundamentais, nos demais países do ocidente. Contudo foi no México, em Querétaro, em 1917, a Constituição pioneira em incluir no seu texto os direitos sociais, dentre eles, princípios do nacionalismo econômico, defesa dos recursos naturais, definição do papel intervencionista do Estado e estabelecendo direitos e benefícios sociais dos grupos menos favorecidos, operários e camponeses, assim como princípios básicos do protecionismo social, atribuir aos direitos trabalhistas a qualidade de direitos juntamente com a liberdade individuais e os direitos políticos, e foi exemplo para várias outras constituições a partir daí. (PINHEIRO, 2006)

Com base na perspectiva elisiana, evidenciamos que a lei é resultado e processo das relações sociais, estando permanentemente suscetíveis a mudanças e a novas direções decorrentes dos interesses específicos de indivíduos e grupos.

No contexto atual, acreditamos que não se possa desprezar/ignorar o deslocamento do equilíbrio de forças entre o Estado e a Sociedade civil, em especial, a centralidade dos diferentes segmentos sociais, no modelo socioeconômico capitalista neoliberal, que, muitas vezes, determina as direções em favor dos grandes monopólios mundiais (majoritários), dos lucros exorbitantes, especuladores.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





Nesse diálogo, é importante ressaltar, de acordo com Zabludovsky (2007, p. 49), que Elias reconhece “[...] as valiosas atribuições de Marx ao explicar o sustento da desigualdade social a partir da propriedade privada dos meios de produção”, mas ressalta que, “[...] as diferenças de poder entre os grupos nem sempre residem em fatores econômicos”. Assim, apoiamo-nos na perspectiva elisiana que compreende a existência de uma balança de poder nas relações de interdependências nas configurações humanas que direcionam diferentes caminhos, evidenciando o caráter inacabado do processo civilizador.

A educação como direito social no contexto das políticas neoliberais na atualidade

A educação na atualidade constitui direito de todos, no caso brasileiro, contudo vale destacar que este direito passou a ter o caráter de universalidade, a partir da Constituição Federal de 1988, pois esta se insere num contexto histórico muito específico, gerado pelos movimentos de rompimento com a ditadura militar e início de um processo de redemocratização do país, em especial pela campanha das “Diretas Já”, marcada pela participação popular e novas direções sociopolíticas emergiram para a sociedade brasileira.

De acordo com Fausto (2013, p.446) o movimento das “Diretas já” foi além das organizações partidárias, “[...] refletiu as pressões dos diferentes grupos da sociedade [...]” e enfatiza que, apesar de “[...] todos os defeitos, a Constituição de 1988 refletiu o avanço ocorrido no país especialmente na área da extensão de direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral e às chamadas minorias” (FAUSTO, 2013, p.446).

Este fato histórico mostra o caminho que levou à elaboração da Constituição Federal de 1988, portanto, evidencia-se que o texto constitucional não teria tomado tamanha dimensão não fossem as relações de forças entre os movimentos sociais organizados e partidos políticos opositores (ou não) ao regime até então vigente, para que chegássemos às conquistas ora alcançadas.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Assim, apoiando-nos nas teses de Norbert Elias, torna-se evidente a força das configurações sociais nos direcionamentos sócio históricos e político do país.

No que se refere à educação, destacamos que o texto constitucional estabelece, do artigo 205 ao 214, as premissas para a garantia da educação como direito de todos e, embora leis complementares, como a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), regulamentem a educação em todo território nacional, contudo temos evidenciado inúmeras lacunas para a efetividade deste direito, pois, conforme apontado anteriormente a lei é resultado e processo das relações de interdependências das diferentes configurações sociais.

Nesse aspecto, dialogamos com as teses elisianas, pois, parece-nos que as formas de trabalho nas sociedades ocidentais seguiram, a partir da constituição dos Estados Modernos, uma estrutura hierárquica a serviço das “novas formas” monopólios que foram surgindo e se cristalizando. Os processos educacionais incorporaram as perspectivas sociais emergentes que atendessem a interesses distintos, ou seja, uma escola atrelada tanto para um modelo instrumental para formação de mão-de-obra para as funções de produção, como para funções de comando.

Conforme aponta Elias, o ingresso na máquina do governo ocorria por meio de dois caminhos principais: “a crescente participação em cargos seculares, isto é, em posições antes ocupadas por nobres e, depois, devido a sua participação em postos antes eclesiásticos, isto é, como amanuenses” (ELIAS, 1993, p. 159).

Elias esclarece que “o termo *clerc*²³³ começou a mudar lentamente de significado a partir de fins do século XII, recuando para um plano inferior sua conotação eclesiástica

²³³“Jean Lauand (Pedro Afonso e o humor na literatura urbana no início do século xx”, em *Antiguidade e medievo: olhares históricos – filosóficos da educação*, Terezinha Oliveira (org.), Maringá, Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2008, p. 1997) anota que, segundo J. M. Ayala, „a palavra “clerc” [clérigo] tinha, na Idade Média duplo sentido: homem de Letras e homem da Igreja, duas vocações intimamente unidas, nesse momento histórico. O Dictionnaire etymologique de La langue François, de M. Ménage, Paris, Briasson, 1750, dá para “clerc” o significado de homem ligado à literatura, homem hábil, apontando a diferença entre “clerc” e “clergie”, velha palavra, que, já em 1750, designava literatura”. (Apud GRAU, Eros. Nota 22. In: _____. Paris, quartier Saint-Germain-des-Prés (em negrito). Globo Livros, 1913).



e aplicando-se mais e mais a indivíduos que haviam estudado [...]” (ELIAS, 1993, p. 159-160).

Assim, “a maioria dos burgueses, [...] chegava aos altos escalões do governo através do estudo, do conhecimento dos cânones e do Direito Romano” (ELIAS, 1993, p.160). Segundo Elias, “[...] as pessoas não aprendiam o latim exclusivamente para se tornarem membros do clero, mas também para ingressar na carreira de servidores públicos [...]” (ELIAS, 1993, p.160). Assim, aqueles que compunham as estruturas estatais não eram “leigos” e estavam a serviço da manutenção daquela forma de monopólio de poder que ora se iniciava.

À luz das conjunturas das sociedades atuais, as nações que possuem monopólios econômicos utilizam-se dos monopólios de conhecimentos ou monopólios ideológicos, os quais disseminam princípios que sustentam, pela via da educação instrumental, a lógica perversa de reprodução do modelo capitalista.

Dessa forma, a centralização econômica nas mãos de minorias mantém a dominação/subserviência de inúmeras outras nações cada vez mais marginalizadas e utilizam de estratégias específicas como acordos e/ou pactos de reprodução de modelos de gestão baseados na ação mínima do Estado e na atuação premente do mercado. Sustentam mecanismos de adesão/cooperação de “ajudas econômicas” sob o discurso da via do desenvolvimento econômico para a superação das desigualdades sociais, baseadas em princípios que dicotomizam trabalho, educação, entre tantos outros direitos sociais, na elaboração de legislações que sustentem a ação do mercado (setor privado) e a ação mínima do Estado nas questões sociais.

Elias observa a incorporação do caráter monopolista nas sociedades modernas, no que ele denomina de processo civilizador, e afirma que, a partir do momento da legitimação do Estado via monopólios “[...] os conflitos sociais não dizem mais respeito à eliminação do governo monopolista, mas apenas à questão de quem deve controlá-los, em que meios seus quadros devem ser recrutados e como devem ser redistribuídos os ônus e benefícios do monopólio” (ELIAS, 1993, p.98).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Assim, parece-nos que, nas sociedades ocidentais contemporâneas, aquelas que possuem os monopólios econômicos e de conhecimentos, são as que “controlam” os conflitos sociais no jogo de forças para a manutenção de seus interesses, validando uma condição de subserviência das nações capitalistas periféricas, submetendo-as ao ônus de terem que aceitar determinadas regras e acordos econômicos.

Considerações finais

Por fim, na atualidade, considerando a educação, no conjunto dos direitos sociais como fundamental para a garantia, dentre outros objetivos, para a formação da cidadania, na atualidade, tem tensionado a balança de poder para direções políticas que confirmam marcadamente interesses do mercado econômico, a exemplo para a formação de mão de obra, haja vista a reforma do ensino médio, conforme alterações estabelecidas pela Medida Provisória (MP) nº 746/2016²³⁴ (BRASIL 2016).

Reforma esta, conforme (FERRETI; SILVA, 2017), lançada à sociedade logo “após a posse definitiva de Michel Temer como presidente da República, após o *impeachment* de Dilma Rousseff, em um processo conturbado e carregado de dúvidas sobre sua legalidade e legitimidade que o levou a ser chamado de golpe”.

Portanto, uma reforma conhecida como um “novo ensino médio” com fortes tendências para o fortalecimento da preparação de mão de obra a serviço do capital, à medida que desprestigia a formação geral dos estudantes com a possível extinção da obrigatoriedade de quatro disciplinas, sendo elas, Sociologia, Filosofia, Artes e Educação Física, bem como a possibilidade de atribuição do exercício da docência a pessoas com “notório saber” em alguma especialidade técnico-profissional.

²³⁴Medida Provisória nº 746, de 2016 (Reformulação Ensino Médio). **Explicação da Ementa:** Promove alterações na estrutura do ensino médio, última etapa da educação básica, [...] O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC e por itinerários formativos específicos definidos em cada sistema de ensino e com ênfase nas áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional. Texto na íntegra disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992>.



Referências bibliográficas

AVELÃS NUNES, Antônio José. Aventuras e desventuras do Estado Social. Revista da Fundação Brasileira de Direito Econômico, v. 3, n 1, 2011.

AUAD, Denise. Os direitos sociais na Constituição de Weimar como paradigma do modelo de proteção social da atual Constituição federal brasileira. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, v. 103, p. 337 - 355, jan./dez. 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. (Biblioteca Básica de Serviço Social). 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e a base da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília [DF], 20 dez. 1996.

BRASIL. Medida Provisória nº 746/2016, de 16 de fevereiro de 2016. Dispõe sobre alterações na estrutura do ensino médio. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília [DF], 16 fev. 2016.

BOBBIO, Norberto. Liberalismo e democracia. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília [DF]: CFESS/ABEPSS, 2009.

CRUZEIRO, Márcio. Explicação do Estado de Bem estar social. Vídeo aula, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bayoZEUEItg>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador: formação do Estado e civilização. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, v 2, 1993.

FAUSTO, Bóris. História do Brasil. 14 Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

FERRETI, Celso João. SILVA, Monica Ribeiro da. Reforma do Ensino Médio no Contexto da Medida Provisória Nº 746/2016: Estado, Currículo e Disputas por Hegemonia. Educ. Soc., Campinas, v. 38, n. 139, p.385-404, abr.-jun., 2017.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. O Estado Social. Vídeo aula, 2012. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=Ha0uBNOgTRI>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

MATOS, Sidney Tanaka S. Conceitos primeiros do neoliberalismo. *Mediações*. v.13, n. 1-2, p. 192, jan.-jun. e jul.-dez. 2008.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira et al. Polêmica entre direita e esquerda sobre necessidades, políticas e direitos sociais: um confronto das ideias de Friedrich von Hayek e Raymond Plant. *Revista Textos & Contextos*. Porto Alegre. v. 8, n.1, p. 49-67, jan.-jun. 2009.

PINHEIRO, M.C.B.A. Constituição de Weimar e os direitos fundamentais sociais: A preponderância da Constituição República Alemã de 1919 na inauguração do constitucionalismo social à luz da Constituição Mexicana de 1917. *Brasília* a. 43 n. 169 jan./mar. 2006. P.101-126. Disponível em:

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/92449/Pinheiro%20Maria.pdf?sequence=2>

ZABLUDOVSKY, Gina Kuper. Norbert Elias y los problemas de la sociología. México: FCE, 2007.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

EJA E EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REALIDADE BRAILEIRA E MEXICANA: DUPLA EXCLUSÃO QUE TENSIONA A FIGURAÇÃO QUE OS PROFESSORES FAZEM PARTE

Ms. Nelma Suely Bragança²³⁵

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
nelma.pet@hotmail.com

Ms. Gildásio Macedo de Oliveira²³⁶

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
gildasio@bol.com.br

Roberto Carlos Machado²³⁷

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
robertocmachado@gmail.com

Resumo: Neste artigo objetiva-se analisar as tensões constituídas nas figurações que envolvem os professores que atuam em classes comuns da Educação de Jovens e Adultos do ensino fundamental, que contam com a matrícula de estudantes com deficiência nas realidades brasileira e mexicana. O campo empírico foi constituído por quatro escolas sendo três mexicanas e uma brasileira. Utilizamos a teoria figuracional de Norbert Elias como base teórica/ metodológica. Desse modo, observa-se que os estudos comparados podem contribuir no processo de ressignificação das especificidades de estudantes com deficiência matriculados em classes comuns da Educação de Jovens e Adultos.

Palavras-chave: educação de Jovens e Adultos. Educação Especial. Estudos comparados.

Resumen: En artículo se pretende analizar las tensiones constituidas en las figuraciones que involucran a los profesores que actúan en clases comunes de la Educación de Jóvenes y Adultos de la educación secundaria, que cuentan con la matrícula de estudiantes con discapacidad en las realidades brasileña y mexicana. El campo empírico fue constituido por cuatro escuelas siendo tres mexicanas y una brasileña. Utilizamos la teoría figuracional de Norbert Elias con colaboración teórica / metodológica. De ese modo, se observa que los estudios comparados pueden contribuir en el proceso de ressignificación de las especificidades de estudiantes con discapacidad matriculados en clases comunes de la Educación de Jóvenes y Adultos.

²³⁵ Mestre em educação pelo Programa de Pós-graduação em educação da Universidade Federal do Espírito Santo.

²³⁶ Mestre em educação e Doutorando em educação no Programa de Pós-graduação em educação da Universidade Federal do Espírito Santo.

²³⁷ Mestrando em educação no Programa de Pós-graduação em educação da Universidade Federal do Espírito Santo.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Palabras clave: educación de jóvenes y adultos. Educación Especial. Estudios comparados.

Abstract: This article aims to analyze the tensions constituted in the figurations that involve the teachers who work in the common classes of youth and adult education in elementary education, which count on the enrollment of students with disabilities in the Brazilian and Mexican realities. The empirical field was constituted by four schools being three Mexican and one Brazilian. We use Norbert Elias' figurative theory as a theoretical / methodological basis. Thus, it can be observed that comparative studies can contribute to the process of re-signification of the specificities of students with disabilities enrolled in common classes of Youth and Adult Education.

Keywords: youth and adult education. Special education. Comparative studies

Este artigo deriva da construção e elaboração de uma pesquisa de mestrado do programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, intitulada: “O trabalho docente na interface educação especial e educação de jovens e adultos em realidades brasileira e mexicana”, defendida em 2018.

Neste trabalho procuramos analisar, utilizando as lentes eliasianas, pontos que constituem as figurações em que estão envolvidos os professores que atuam em classe comuns da Educação de Jovens e Adultos do ensino fundamental, as quais contam com matrícula de estudantes com deficiências e/ou transtornos globais do desenvolvimento duas realidades: brasileira e mexicana, por meio de estudo comparado internacional de natureza qualitativa.

Refletir sobre o trabalho do professor nos remete a pensar na configuração em que esse professor está inserido e as relações que ali são estabelecidas, uma vez que, como ser social e histórico que é, participa influenciando essas inter-relações e por elas sendo influenciado, o que demonstra sua forma de pensar e de agir, uma vez que são direcionadas por suas percepções perante o contexto à sua volta. Dessa forma, as diferentes figurações que os indivíduos e grupos constituem, impactam, de diferentes modos, a vida e a experiência social de cada um e simultaneamente do todo, ou seja, de todo o contexto.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Na perspectiva de Norbert Elias (1994a), as ações individuais ocorrem em um contexto sociocultural de relações individuais diretas e indiretas. Assim, os indivíduos modelam suas ideias e escolhas, utilizando como base as suas experiências, especialmente aquelas que foram formadas no interior do próprio grupo. Essas escolhas mantêm rigorosa relação com as figurações que eles constituem. As indicações de Veiga (2014, p. 1) parecem bastante elucidativas a este respeito:

A profissão professor historicamente se caracteriza por ambiguidades, por exemplo, ao mesmo tempo em que se superestima a importância de um ‘bom professor’ para o avanço do nível de educação numa sociedade, de outro se tem a constatação do pouco reconhecimento e prestígio da profissão quando comparada a outras (VEIGA, 2014, p. 1).

O pouco reconhecimento pela sociedade leva a acreditar que resulta de um processo temporal, perpassado por diversos contextos, que aliado à complexidade humana, irão repercutir no percurso de vida de cada um.

Diante disso, ao refletir sobre o trabalho docente é necessário considerar o indivíduo professor em sua subjetividade, no seu modo de ser, viver e formar-se, bem como nas inter-relações geradas dentro e fora da escola. Destacamos essa indicação guiados pela perspectiva de que “[...] cada ação individual depende de uma série de outras, que por sua vez modificam a própria figura do grupo social, tanto na dimensão macro quanto na micro” (VEIGA, 2002, p. 94).

Mais especificamente na concepção eliasiana, o indivíduo é uma invenção histórica construída ao longo do tempo, por meio de mecanismos de diferenciação do seu comportamento em relação ao dos outros, ou seja, as estruturas se manifestam do indivíduo e da sociedade por meio das relações estruturais entre o social, o histórico e o psíquico. Desse modo é que, nas palavras de Elias (1994b, p. 13), a sociedade “[...] somos

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





todos nós; é uma porção de pessoas juntas”; portanto, essa porção de pessoas isoladas e diferentes umas das outras, juntas, forma diferentes sociedades, diferentes fatores irão influenciar nessa formação, como local, língua, tempo Cronos, cultura, hábitos e costumes. As diferentes sociedades sempre irão conter na sua constituição uma ou mais figurações.

Nesse sentido, o conceito de figuração em Elias refere-se ao “[...] modo de sua vida conjunta em grupos grandes e pequenos” (ELIAS, 2006, p. 25). Esses modos de vida são, até certo ponto, singulares, pois cada grupo se molda de acordo com os conhecimentos transmitidos de uma geração à outra.

Elias colabora nessa concepção ao destacar que,

Os seres humanos singulares se transformam. As figurações que eles formam uns com os outros também se transformam. Mas as transformações dos seres humanos singulares, e as transformações das figurações que eles formam uns com os outros, apesar de inseparáveis e entrelaçadas entre si, são transformações em planos diferentes e de tipo diferente (ELIAS, 2006, p. 26-27).

“De fato, desde a infância, cada indivíduo faz parte de uma multiplicidade de pessoas dependentes umas das outras, ligadas por laços invisíveis de trabalho, de propriedade, de instintos e de afetos” (SOBRINHO, 2009, p. 26). Assim, inferimos que as figurações se tornam particulares de quem as compõe. Entre exemplos podemos citar como figuração um núcleo familiar, uma determinada organização religiosa, um condomínio, uma escola, uma empresa ou nativos de determinado país. Cada grupo compõe uma figuração com singularidades que pode conter subgrupos, também, com suas particularidades.

Queremos destacar que cada ser humano ocupa um “lugar” nessas figurações. Assim, um mesmo indivíduo pode pertencer a mais de uma figuração ao mesmo tempo e ocupar lugares diferentes com maior ou menor autonomia. A maior ou menor autonomia

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



proex



Fábrica
Ideias criativas



é colocada de acordo com as relações que são estabelecidas entre os indivíduos, as quais são sempre relações em processo, isto é, elas se fazem e desfazem, constroem-se e se destroem, são e deixam de ser, podem ou não se refazer.

Pensando nesse indivíduo, enquanto professor, trabalhando com alunos das modalidades EJA e Educação Especial, a pesquisa que tem como base este artigo reflete sobre as configurações das realidades brasileira e mexicana, tendo como base o estudo comparado internacional de natureza qualitativa.

A escolha pelo estudo comparado se deu por crer que “[...] conhecer outras realidades nos ajuda a compreender o capítulo da história humana que escrevemos com os outros” (SOBRINHO et al., 2015, p. 336) e por compreender que o estudo comparado é um processo de mútuo conhecimento. Comparar resulta da capacidade humana de diferenciar, distinguir e abstrair as diferenças, tomando o que é comum. Em outras palavras, comparar é estabelecer tanto diferenças quanto identidades. Porém, ainda que identidade e diferença sejam a base do processo comparativo, se não forem tomadas dentro de um estudo que leve em conta os processos históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais dos fenômenos comparados, elas perderão o sentido (CARVALHO, 2014).

Compreendemos que tanto a história da EJA quanto a da Educação Especial são processos que “[...] advêm do entrelaçamento de muitos pequenos passos, de muitas pequenas vitórias e derrotas [...] cada uma foi, em si mesma, um processo social, no qual se pode distinguir um período de experimentação, de não-saber [...]” (ELIAS, 2006, p. 42-44). Esse caminho de incertezas e indagações tem sido percorrido por estudiosos da área que buscam cada dia mais fortalecer os ganhos nas políticas educacionais.

Assim, teremos uma nova figuração ao ampliar a esse quadro o fato de que a EJA tem se configurado como possibilidade de continuidade de escolarização para estudantes

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





com deficiência. Nesse sentido, é necessário reconsiderar as práticas em sala de aula que atenda essa nova figuração; no entanto, essas ações não partem somente do professor, pois existe uma movimento imaginário que gira e movimenta a *balança de poder* que rege as relações de interdependência – poder público, gestão escolar, professor, família e aluno – e vai indicar boa parte de suas ações, visto que o indivíduo singular, professor, está inserido na *figuração* escola, que numa dinâmica social muito específica constitui outras figurações sociais, sendo essas figurações mais amplas.

Nessa perspectiva, acreditamos que o modo por que o professor conduz sua aula está diretamente ligado à concepção que ele tem tanto de EJA quanto de Educação Especial, mas também a forma como a escola administra esse olhar e se prepara, de tal forma, que esses alunos tenham acesso, permanência e conclusão com qualidade social.

A pesquisa

A pesquisa de campo se efetivou em dois momentos. O primeiro momento aconteceu quando, em razão do convênio firmado entre a Universidade Veracruzana (UV) e a Universidade Federal do Espírito Santo, foi realizada uma missão de estudo internacional na cidade de Xalapa, capital do estado de Veracruz/México, entre 13 e 29 de maio de 2017.

O segundo momento aconteceu de agosto a dezembro de 2017, quando os dados foram coletados em uma escola do sistema municipal de ensino da Serra, no estado do Espírito Santo, Brasil. A escolha pelo sistema municipal aconteceu por ser esse o espaço que, de acordo com a legislação brasileira, é prioritariamente responsável por ofertar o ensino fundamental. A opção pelo ensino fundamental brasileiro foi pela correlação no campo de atuação dos sujeitos da pesquisa, uma vez que, em solo mexicano, os participantes foram professores que atuavam com classes equivalentes ao 9.º ano brasileiro.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Em termos comparativos ao ensino brasileiro, a educação secundária mexicana corresponde às séries finais do ensino fundamental II: 7.º, 8.º e 9.º anos, ou seja, 7.º, 8.º e 9.º anos no Brasil equivale a 1.º, 2.º e 3.º grado no ensino secundário no México. Assim o 3.º *grado* da educação secundária mexicana corresponde ao 9.º ano do ensino fundamental brasileiro.

As políticas mexicanas para a educação de jovens e adultos consiste em Escola Secundária Geral para Trabalhadores. Durante o trabalho de campo, foram visitadas três escolas, a de nº 3 foi a escolhida para a pesquisa, pois foi a única que tinha alunos público-alvo da educação especial. Nessa escola foram 30 horas de observação e cinco entrevistas com professores de classes comuns de 3.º grado.

No Brasil, as informações foram coletadas em uma escola do município de Serra, estado do Espírito Santo, que conta com a modalidade EJA, essa escola é a conta com maior número de alunos público-alvo da educação especial.

Apontamentos e perspectivas desde o olhar comparado

Nas perspectivas do trabalho docente no Brasil e no México, percebemos que a formação e o aperfeiçoamento profissional dos professores são muito importantes. Nesse sentido, Porcaro (2011), nos diz que a formação do professor é um processo complexo e constante de construção do saber e de preparação para sua adequada mediação com os estudantes.

No México foram entrevistados cinco professores e três profissionais do serviço de apoio especializado. No Brasil também foram entrevistados cinco professores, sendo uma professora de educação especial, uma coordenadora e uma pedagoga. Assim focalizamos a formação dos cinco professores que atuam diretamente com os alunos.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Ao analisar as informações coletados sobre esses professores, foi apontado que dos cinco professores brasileiros, apenas um possui formação para atuar com alunos da Educação de Jovens e Adultos, e desses cinco, somente um tem formação para atuar com estudantes público-alvo da educação especial.

A realidade mexicana, evidencia que dos cinco professores entrevistados, quatro possuem alguma formação para trabalhar com estudantes da Educação de Jovens e Adultos, e somente dois possuem alguma formação para trabalhar com alunos público alvo da educação especial.

Foi constatado que a maioria dos professores brasileiros não tem formação para trabalhar com EJA, porem o tempo de atuação na modalidade é maior que o tempo dos mexicanos.

Nesse sentido, as reflexões sobre os dados apontam que para atuar na EJA, não é necessário que o professor tenha formação específica. Dessa forma, no âmbito da EJA “[...] a formação acadêmica de seus educadores nem sempre antecede a prática docente. Não raras vezes, o educador, qualquer que seja sua escolaridade, constitui-se na prática e, desafiado por ela, procura a formação acadêmica” (DI PIERRO, 2006, p. 283).

Ao refletir sobre as informações coletadas, percebemos que não basta direcionar professores do ensino regular sem formação específica para trabalhar com estudantes da EJA, pois utilizarão os mesmos recursos, as mesmas práticas e conteúdos do ensino regular. É importante que o professor seja capaz de reconhecer as especificidades desses estudantes.

Carvalho (2013, nos diz que no campo da educação, no início, os estudos comparados tinham com regularidade as discussões sobre a relação desenvolvimento e

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





dependência, em que os sistemas nacionais de ensino, com a intenção de que os países subdesenvolvidos conhecessem os processos em países mais centrais, apresentando-lhes a possibilidades de copiar os acertos e evitar os erros. Dessa forma, durante muito tempo, os estudos comparados tiveram sua elaboração realizada por países desenvolvidos, principalmente europeus, com o objetivo de expandir seus sistemas de educação aos países “periféricos”.

Estudiosos como, Nóvoa e Catani (2000), Ferreira (2008), Correa (2011) e Carvalho (2013, 2014), defendem que os estudos comparados internacionais não devem ficar restrito a descrição, mas que o pesquisador deve ir em busca da compreensão, investigação e interpretação dos decursos históricos para construir o objeto de pesquisa. Para eles, a Educação Comparada Internacional deve se afirmar como um conhecimento dinâmico e aberto metodologicamente com a possibilidade de utilizar diferentes instrumentos e procedimentos, afim de conhecer e sistematizar reflexões sobre os possíveis vínculos entre os processos sociais vividos em diferentes realidades no presente e os processos sociais de longa duração histórica.

Considerações Finais

Assim, ao nos ocuparmos em pensar o trabalho docente, preocupamo-nos em pensar nas figurações em que os professores que participaram deste estudo estavam inseridos, uma vez que, na qualidade de ser social e histórico, influenciam as inter-relações estabelecidas nessas figurações, pelas quais também são influenciados, o que afeta, com maior ou menor intensidade, sua forma de pensar e agir. Assim, reafirmamos que o trabalho docente está diretamente ligado à noção que o professor tem de educação e sociedade, mas também é imediatamente influenciado pela noção que a sociedade tem do que é ser professor.

Referências bibliográficas

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





BRASIL. Lei Federal n.º 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, Diário Oficial da União, 20 dez. 1996.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 05 ago. 2018.

CARVALHO, R. V. A juvenilização da EJA: quais práticas pedagógicas? In: XXXII Reunião Anual da ANPED, GT 18. Caxambu/MG, 2009. Disponível em: <<http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/posteres/GT18-5569--Int.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2018.

DI PIERRO, M. C. Contribuições do I Seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos. In SOARES, L. Formação de educadores de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica/SECAD-MEC/UNESCO, 2006. p. 281-291

ELIAS, N. O processo civilizador: uma história dos costumes. V. I. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994a.

ELIAS, N. A sociedade dos indivíduos. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994b.

ELIAS, N. Escritos e ensaios 1: Estado, processo, opinião pública. (Org.) NEIBURG, F; WAIZBORT, L. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

PORCARO, R. C. Caminhos e desafios da formação de educadores de jovens e adultos. 186 f. Tese (Doutorado em Educação – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SOBRINHO, R. C. A relação família e escola a partir da processualidade de um fórum de famílias de alunos com deficiência: contribuições de Norbert Elias. 2009. 202 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

SOBRINHO, R. C. et. al. Estudo Comparado Internacional: Contribuições para o Campo da Educação Especial. In: Rev. Bras. Ed. Esp., n. 4, v. 21, Marília, out./dez. 2015. p. 335-348.

VEIGA, C. G. A escolarização como projeto de civilização. In: Revista Brasileira de Educação, v. 21, dez. 2002. p. 90-170.

VEIGA, C. G. Emoções e poder no processo de institucionalização da profissão docente: a civilização dos professores. In: GEBARA, A.; COSTA, C. J.; SARAT, M. Leituras de Norbert Elias: processo civilizador, educação e fronteiras. Maringá: Eduem, 2014. p. 137-156.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

A EDUCADORA CECÍLIA MEIRELES, SUAS RELAÇÕES, EQUILÍBRIOS DE PODER A PARTIR DAS INFÂNCIAS BRASILEIRAS (1930 A 1940)

Nubea Rodrigues Xavier

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador/GPEPC

Doutora em Educação

nubeaxavier@hotmail.com

Vivian Iwamoto

Universidade de São Paulo (USP)

Grupo de Pesquisa Contextos Integrados de Educação Infantil/CIEI

Doutoranda em Educação

viviantiaki@hotmail.com

Resumo: A análise perfaz a atuação da educadora Cecília Meireles, por meio de suas publicações jornalísticas *Diário de Notícias*, que abordava a escolarização e a educação de crianças, suscitando inúmeras disputas de poder entre elas, dirigentes, intelectuais e governantes e responsáveis pelas diretrizes educacionais, em que Cecília se colocava a frente de seu tempo, conseguindo ultrapassar as barreiras sobre a questão de gênero e destacando-se em espaços, majoritariamente masculinos. Como fonte de análise, foram percorridas essas publicações, com base nas balanças e os gradientes de poder eliasianos. Como resultados, elencou-se o engajamento social desta educadora, destacando sua atuação enquanto jornalista e mulher.

Palavras-chave: Infâncias. Jornal. Educação.

Abstract: This essay is about life's Cecília Meireles education, through her journalistic publications *Diário de Notícias*, which approached the schooling and education of children, holding innumerable power disputes among her, leaders, intellectuals and rulers and responsible for educational guidelines, who Cecilia was ahead of her time, managing to overcome the barriers on the gender issue and, standing out in spaces, mostly masculine. For the analysis, these publications were analyzed, based on Eliasian theory and power gradients. As results, we highlight the social engagement of this educator, highlighting her role as a journalist and a woman.

Keywords: Childhood. Newspaper. Education.

Introdução

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Cecília Meireles foi uma signatária do movimento dos Pioneiros²³⁸, defensora dos novos ideais pedagógicos para a infância, atuando como educadora, jornalista e publicando diariamente, no jornal carioca, Diário de Notícias, na seção Página de Educação, coluna Comentário, durante o período de 1930 a 1940, e dedicando um vasto material sobre princípios da laicidade e escolanovismo.

Tomaremos estas publicações jornalísticas de Cecília Meireles, organizados em quatro volumes, denominada Crônicas de Educação, como material bibliográfico desta pesquisa. Nelas podemos destacar como Cecília, enquanto mulher, jornalista e educadora propunha o feminino na educação infantil daquela época, colocando-se em equilíbrios de poder em meio a política educacional brasileira e todos os envolvidos nesse processo de sistematização e adequação da educação em início do século XX.

Cecília Meireles, sua atuação feminina e seus equilíbrios de poder em contexto da educação brasileira

Cecília Meireles foi uma mulher de inúmeras facetas, sendo poeta, ensaísta, tradutora, jornalista, educadora, folclorista e professora universitária. Deixou inúmeras produções literárias e teve uma atuação marcante como educadora e jornalista, colocando-se como defensora dos direitos da criança, na política educacional brasileira, em início do século XX. A periodista e educadora, se colocava a frente dos acontecimentos políticos, defendendo os ideais escolanovistas, com ênfase numa educação laica.

Em janeiro de 1930, por pressões políticas, a jornalista deixou de realizar suas publicações “por desencanto e por cansaço diante do conservadorismo sempre em oposição às ideias renovadoras” (AZEVEDO FILHO, 2001, p. 18), pois o jornal também sofreu perseguições políticas e Cecília cessou de escrever em 1933.

²³⁸ Movimento encabeçado por Fernando de Azevedo e apoiado por ela e mais 25 intelectuais da época, que lançou, em março de 1932, a IV Conferência Nacional de Educação (ocorrida no ano de 1931, com o tema geral “As grandes diretrizes da educação popular” (XAVIER, 2002, p. 3). O Movimento dos Pioneiros tratava-se de uma busca de uma revolução da educação, com ideias que disseminavam uma reestruturação das práticas pedagógicas e de infraestrutura escolar, valorizando a autoformação e a atividade espontânea da criança.



Este tipo de repreensão demonstrava o quanto a oposição de Cecília, com suas publicações, surtia efeitos contrários ao que os reformadores educacionais defendiam como mudança social. Utilizava como armamento social seu intelecto e fazia de suas publicações jornalísticas, seu principal meio de defender e modificar a educação.

Suas publicações enfatizavam a valorização e utilização do folclore e da tradição popular como temáticas relevantes ao aprendizado da criança. Defendia uma nova metodologia educacional, valorizando a sensibilidade e a inspiração infantil. Azevedo Filho, organizador das publicações jornalísticas de Cecília, afirma, no prefácio de uma crônica, que a autora impunha críticas à educação de maneira contundente, com preocupação com a formação da criança, “[...] a partir do respeito à personalidade do aluno, em todas as fases de formação e em todas as idades do seu crescimento e desenvolvimento (AZEVEDO FILHO, 2001, p. 17).

Em 1934, Cecília funda, no Rio de Janeiro, com a ajuda de Anísio Teixeira, a primeira biblioteca infantil, intitulada Centro Infantil no Pavilhão Mourisco, demonstrando seu profundo interesse pelas temáticas que envolviam o aprendizado das crianças. No entanto, “graças às perseguições políticas, o espaço foi fechado por Getúlio Vargas. Como justificativa, alegou-se que a biblioteca possuía obras que atrapalhavam a formação das crianças” (SILVA, 2015, p. 14). A suspeita era de que Cecília tinha livros comunistas, “uma dupla violência para quem, embora, progressista e democrata, sempre fora cética demais para aderir a um partido político, excessivamente espiritualista para deixar-se atrair pelo marxismo” (GOUVÊA, 2001, p. 80).

A partir das suas publicações jornalísticas, consideramos Cecília subverteu as normas de seu período, ao se colocar de maneira incisiva e resistente ao contexto de dura repressão, equilibrando-se com as estratégias de poder do governo, já que a consolidação deste poder, se fazia com uma forte construção ideológica sobre nacionalidade e com a identidade brasileira, ancoradas em teorias segregantes raciais de maneira que ela se colocasse em mesma proporção e produzisse intelectualmente um material extenso e aprofundado sobre seus ideias de educadora e mulher.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





Percebemos uma condução de valores morais e sociais pela autora, destinados às crianças, em toda a sua obra, com especificidade para as meninas. Cecília pontua alguns comportamentos e condutas, as quais a autora vivenciou desde a infância e elabora conselhos para a constituição de um autocontrole das emoções e dos desejos. Toda a sua obra transmite delicadeza e sensibilidade perceptíveis nos temas vinculados à solidão, à morte, à perda, bem como sentimentos de eternidade que conduziam à introspecção.

Sua maneira de impor-se enquanto defensora da infância, a colocava em equilíbrio com os representantes governamentais e ministros educacionais, não se amedrontava perante as represálias e repressões, mantinha-se com seus propósitos de poeta, educadora e mulher. Sua intelectualidade, destreza literária e vasto conhecimento sobre crianças e sua formação, a colocavam em situação de engajamento educacional, mesmo diante de leis, normas e imposições governamentais.

Esse engajamento se fazia pelas suas redes de interdependência social, através de intelectuais, amigos, professores e burocratas, sem distingui-la de seu gênero sexual, suas publicações não foram proibidas porque ela era mulher, mas sim, porque sua escrita e atuação profissional ocasionam incômodo aos dirigentes educacionais e ao governo. Talvez por ela não ter se colocado de maneira explícita como feminista, ou ainda, defensora dessa causa, acreditamos que a mesma, atuou como tal, ao burlar os preâmbulos sociais enquanto mulher, não se restringiu às suas publicações poéticas, o que não deixaria de possuir seu teor social. Contudo, foi muito além de uma subjetividade, tomando iniciativas muito mais efetivas e incisivas, através de sua escrita jornalística, em que conseguia atacar de forma direta e clara seus opositores, ora por meio de entreditos, ora por metáforas, mas que em destaque nesse meio, como aquela responsável por defender a infância e promover reflexões de uma mudança real das estruturas educacionais.

Cecília, o feminino e as redes de interdependência a partir da perspectiva elisiana

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





As diferenciações entre mulheres e homens não se apresentam de forma dicotômica, pois nas estruturas sociais existe sempre a presença de situações de envolvimento e distanciamento permitindo um equilíbrio de poder.

Elias (1994a), em seus estudos sobre processo civilizador, propõe que precisamos compreendê-lo de forma processual, ou seja, um conjunto de mudanças na estrutura social e comportamental ocorrida em períodos de longa duração incide diretamente nas relações humanas. Tais mudanças estão associadas ao controle, seja exercido pelo Estado sobre o indivíduo através de suas leis ou dos próprios indivíduos uns sobre outros no convívio social. Ou ainda, o autocontrole do indivíduo sobre si mesmo, à medida que busca construí-lo acompanhando códigos de conduta e transformações sociais que estão imbricadas na própria estrutura da personalidade individual e coletiva.

Cumprir informar que Norbert Elias não realizou estudo específico sobre gênero. Seus escritos, a partir de uma concepção de civilização de comportamentos violentos, acabam por colocar o homem no centro do poder, pois num processo de “cortenização do guerreiro medieval”, em espaços sociais com alto índice de violência instituída, os esportes eram a lança e os jogos medievais, onde só homens tinham espaço. Assim “a emergência de esportes menos violentos e o estabelecimento de um sistema parlamentar são o resultado de uma tendência geral à pacificação” (HARGRAVEAS, 2014, p. 444). Este fato provoca muitas mudanças nos grupos sociais apontando que “cada vez que os homens foram obrigados a renunciar à violência física, a importância social das mulheres aumentou” (ELIAS, 1993, p. 77-78).

Destacamos dentre essa temática pensada por Norbert Elias, o texto "Changing balance of Power between the sexes in the history of civilization", publicado em 1987, que nos oferece uma alteração nas relações de poder entre os sexos, ancorados em seus estudos da Roma Antiga e que aponta o lugar das mulheres nas sociedades antigas.

Acreditamos que as análises de Elias acerca dos processos civilizatórios e mudanças nos gradientes de poder e nas figurações relacionais podem dar elementos para a discussão acerca da infância e da elaboração de uma concepção do feminino, pois a história de mulheres foi construída na relação entre grupos. Para Elias, a sociedade não

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





se faz, unicamente, por uma definição hierárquica, de homens sobrepostos às mulheres. As relações entre o feminino e o masculino se mantêm por estruturas de poder, as quais se equilibram como em uma balança. A exemplo de um pêndulo em dado momento teremos as mulheres em situações de maior poder em relação aos homens e vice-versa. Neste sentido, o poder é pensado de forma relacional.

Seguindo esta premissa, percebemos que os modelos ou figurações sociais não se tratam de algo extraordinário, mas estão presentes no cotidiano. As diferenças de poder poderão ser incisivas ou até mesmo relativamente influenciáveis, determinando certo equilíbrio, conforme as redes de interdependência entre pessoas. A atuação da escritora e jornalista Cecília Meireles se coloca num engajamento enquanto mulher e filósofa. Ressaltamos sua atuação política e social sob a ótica feminina, que se fez num período em que o espaço público para as mulheres era, ainda, muito restrito.

Cecília, sem defender uma bandeira feminista, conseguiu ultrapassar as barreiras sobre a questão de gênero e destacar-se em espaços majoritariamente masculinos. Tal abordagem pode ser vista, em suas publicações realizadas nos períodos período de 12 de junho de 1930 a 12 de janeiro de 1933, do *Diário de Notícias*, na seção Página de Educação, na coluna Comentário:

Em diferentes partes, a composição da Página de Educação incluía, além de notas editoriais, reportagens ilustradas, propagandas, resenhas bibliográficas, notícias do movimento educacional do país e do estrangeiro e, diariamente, “um ou mais artigos de colaboração, firmados por especialistas de reconhecido valor, entre os quais figuram notabilidades europeias e americanas. A representação gráfico-visual da página trazia, no alto, em um conjunto finito de pontos e de segmentos de linhas que unem pontos distintos, como uma moldura, o seu título Página de Educação. Nessa Página de Educação, Cecília fez entrevistas e escreveu a coluna diária Comentário (LÔBO, 2011, p. 21- 22).

A escritora idealizava uma valorização da literatura como uma possibilidade de interpretação da realidade, de forma que os conhecimentos das crianças fossem levados

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





em conta e não somente pela perspectiva do adulto, evidenciando, respeitando e percebendo a criança como protagonista social. Assim, considerava que a educação poderia ter uma função política, percebendo as diferenças e respeitando as diversas identidades da infância, independentemente da classe social ou da religião.

Considerações finais

Cecília Meireles, com sua crítica jornalística, buscava romper com a ideia de padronização de ensino que existia na escola. Ela tinha uma abordagem científicista, amparada pela sua rede de amigos pensadores, escritores e filósofos. Preocupava-se com a relação existente entre a criança, a família e a escola. A partir dessa perspectiva, Cecília defendia uma escola laica, gratuita e se opunha às decisões do ministro da educação Francisco Campos e o governo Getúlio Vargas²³⁹, concretizando embates e disputas de poder, empreendidos principalmente pela produção sua jornalística e poética.

Cecília Meireles compôs o Manifesto dos Pioneiros que surgiu numa conferência de educação no Distrito Federal, realizada em dezembro de 1931, a partir da colaboração do jornalista Fernando Azevedo. Momento em que, muitos intelectuais da época, inclusive ela, apoiavam esse movimento de apoio à causa educacional. Ela acreditava que os jornais poderiam esclarecer e ampliar as discussões e ações sobre a temática.

Mediante o exposto, queremos atentar que sendo ela mulher, poeta e jornalista, sua postura enquanto educadora se desenrolava em espaços de poder, numa linha de oposição com os órgãos governamentais e, diretamente, com o secretário de educação. Nesses termos, as figurações sociais foram determinadas pela sua participação e vinculação, independentemente de ser mulher ou de sua escrita feminina, ponderamos que Cecília Meireles tinha função importante dentro do Manifesto dos Pioneiros e da proposta da Escola Nova. Ela oferecia tanta imposição aos órgãos educacionais que em 1933 sua coluna deixou de ser publicada.

²³⁹Francisco Campos realizou uma reforma educacional que defendia a aplicação do ensino religioso nas escolas públicas, tal ação, fez com que Cecília Meireles tecesse duras críticas à sua atuação.



Assinalamos que no jornal, Cecília traçava diálogos com os educadores, intelectuais e a comunidade leitora, fazendo denúncias, críticas, além de seu posicionamento contrário às decisões políticas e educacionais da época em relação à educação, “Mas o sr. Francisco Campos parece que resolveu dar cada dia uma prova mais convincente de que não entende mesmo nada. Que a sua pedagogia é politicagem...” (MEIRELES, 2001, p. 162).

Cecília buscava promover entre os educadores a compreensão de uma educação estética, em que a literatura possibilitasse a significação, além da escola, transcender às práticas mecânicas de saber ler, escrever e contar “a preocupação de instruir, que até bem pouco dominava a de educar, a ansiedade dos pais também mal orientados, querendo a todo o transe que os filhos soubessem ler e escrever” (MEIRELES, 2001, p. 25).

Seguindo as perspectivas eliasianas, queremos pontuar que a autora conseguiu transitar em espaço, majoritariamente masculino, em meio a pensadores, burocratas e políticos, colocando-se como *estabelecida*.

Durante determinado período, a jornalista ficou impossibilitada de publicar suas matérias, porém, entre os anos de 1941 a 1943, teve novamente condições de continuar com suas críticas, desta vez no periódico *A Manhã*– na seção “Professores e Estudantes”, pontuando sobre a valorização dos professores, seus importantes estudos sobre folclore infantil, além das defesas sobre as mudanças educacionais. Para ela, a implantação da Reforma Fernando de Azevedo, apesar das inúmeras imperfeições, conseguiu “estimular as forças vividas do magistério; trouxe uma esperança nobre para os que se iam finando, desiludidos, na sombra do regime antigo” (MEIRELES, 2001, p. 111), apresentou “a criança com eloquência e elevação. Transformou o magistério de burocracia em apostolado”(MEIRELES, 2001, p. 111).

A atuação da autora, enquanto mulher, não se colocava como menor ou sem significância nas redes de interdependência social ao qual ela estava vinculada. Sua produção jornalística como *estabelecida*, nos indica que em dado momento social, Cecília podia sentir-se inserida, obtendo resultados com suas reivindicações, porém, em outros, a colocavam de maneira distanciada, a isolavam, como foi o caso de quando a

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





pressionaram para que parasse de publicar suas matérias no jornal ou quando fecharam a biblioteca infantil pela qual era responsável.

Para Elias, a sociedade não é elaborada somente por uma hierarquização de gênero, em que o masculino se sobrepõe sobre o feminino. As relações entre homens e mulheres se concretizam, também, por estruturas de poder, que se equilibram numa balança relacional de poder. Assim, a vinculação e produção da autora Cecília Meireles nos desenha uma figuração social, em que o feminino se apresenta em consonância ao masculino. Nas redes de interdependência, as meninas/mulheres participam e elaboraram estratégias e/ou vinculações, que as possibilitem colocar-se numa balança de poder para poderem estabelecer-se em espaços que são determinados ou mesmo instituídos e que as colocam como *outsiders*.

A autora nos esboça uma compreensão de infância, a partir de uma percepção do ser criança, não mais como um adulto em miniatura, porém como aquela que intervém, tem especificidades, produzindo cultura por meio de suas relações sociais. Sua autobiografia e escrita jornalística nos permitem obter uma percepção das infâncias valorizando o cotidiano, a família e o ser criança. Seu ideal de educação ultrapassa os limites de instrução e permeia trocas e aprendizados com e para a criança, compreendendo-a como concreta e sem homogeneizá-la dentro de uma infância única.

Como educadora almejava um espaço social para a criança, como aquele pertencente a direitos e respeitados a partir de suas peculiaridades. Assim como ela atuava enquanto escritora, jornalista e poeta perpetuando seus ideais em meio às redes de interdependência, expressando a situação nas escolas, não atenuava as problemáticas que envolviam a atuação de professores, dos dirigentes, dos secretários educacionais, dos prédios escolares, dos pais ou responsáveis, e dessa maneira escrevia sobre suas inquietações, apontava instruções, orientações e tecia críticas que eram lidas por mães, pais, educadores, crianças e responsáveis políticos.

Cecília Meireles foi transgressora, singular e determinada em posicionamento enquanto jornalista, não se amedrontando perante as ações ditatoriais explícitas,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





demonstrando que a atuação feminina se dispôs em equilíbrios de poder nas figurações denominadas, exclusivamente, masculinas.

Referências bibliográficas

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. Prefácio. In: *Cecília Meireles: crônicas da educação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Biblioteca Nacional, vol. I, II, III, IV, 2001.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

_____. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. v 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

_____. *The changing balance of power between the sexes. A process-sociological study: the example of the Ancient Roman State*. Theory, Culture & Society, London, v.4, n.2, p.287-316. 1987.

GOUVEA, Leila Vilas Boas. *Cecília em Portugal: ensaio biográfico sobre a presença de Cecília na terra de Camões, Antero e Pessoa*. São Paulo: Editora Iluminuras, 2001.

HARGREAVES, Jennifer. Norbert Elias: o sexo, o gênero e o corpo no processo civilizador. In: RYCHTER, Danielle; DESCOUTURES, Virginie; DEVREUX, Anne-Marie; VARIKAS, Eleni. *O gênero nas ciências sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2014, p. 443-461.

LÔBO, Yolanda. *Cecília Meireles*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2011.

MEIRELES, Cecília. *Cecília Meireles: crônicas da educação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Biblioteca Nacional, vol. I, II, III, IV, 2001.

SILVA, Roberta Donega. *Serenas e desesperadas: representações femininas na obra poética de Cecília Meireles*. 2015. 117 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2015.

XAVIER, Libânia Nacif. *Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)*. Bragança Paulista: Edusf, 2002.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

CRIANÇA(S), INFÂNCIA(S) E PRODUÇÃO DE SENTIDO, NAS TEIAS CONFIGURACIONAIS

Patricia Celli da Silva Ribeiro
UFPR
patycellipeda@hotmail.com

Dr. João Paulo Pooli
UFPR
jpooli@uol.com.br

Resumo: O presente artigo discute o papel das crianças escolarizadas na estrutura familiar, a partir dos pressupostos da teoria configuracional de Norbert Elias, e das discussões em *A Civilização dos Pais*, em que aponta a complexidade da constituição da infância, discutindo as relações de poder entre pais e filhos. Os aspectos aqui tratados são fruto de dados empíricos preliminares, cujo objetivo é produzir uma discussão acerca dos aspectos que influenciam a produção de sentidos acerca das infâncias, e como estas influenciam a produção de cultura e configurações das infâncias.

Palavras-chave: Infância. Educação. Redes de interdependência

Abstract: This paper touches upon the role of schoolchildren in the family structure, based on the concepts of Norbert Elias's configuration theory and discussions in *The Civilization of Parents*. In this work, the author points out the complexity of the childhood constitution, discussing the power relations between parents and children as a field of exercise of power. The aspects discussed here are preliminary empirical data, with the aim of producing a discussion on the aspects that influence the production of meanings of childhoods, and how this has influence over the culture production and childhoods configurations.

Keywords: Childhood. Education. Networks of interdependence

Introdução

O presente artigo discute o papel das crianças escolarizadas na estrutura familiar, a partir dos pressupostos da teoria configuracional processual de Norbert Elias. Os aspectos aqui tratados são fruto de dados empíricos preliminares, cujo objetivo é produzir uma discussão acerca das configurações das infâncias.

Temos como premissa que para compreender a criança enquanto sujeito social e produtora de cultura devemos considerar as teias de que “fazem” e “são” parte desde o

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





nascimento, pensando esse processo numa perspectiva que tenciona as relações de poder. Para Elias “nós e outros” são indissociáveis e no ambiente em que a criança vive, ela se relaciona e articula com muitos outros. Para a discussão aqui pretendida, teremos como base teórica principal as considerações de Norbert Elias no texto *A Civilização dos Pais*, em que aponta a complexidade da constituição da infância, discutindo as relações de poder entre pais e filhos.

No intuito de analisar as relações pais e filhos, a partir de questionamentos sobre o sentido que os pais atribuem ao papel das crianças nas relações familiares, suas representações acerca das crianças e infância e as relações e responsabilidades das famílias junto às crianças/filhos, e dos significados expectativas que atribuem ao ingressarem na instituição, de Educação Infantil, foram realizadas (1) entrevistas semi-estruturadas com os pais nos momentos de matrícula, aonde se deparam com a formalização das suas expectativas quanto à escola e no cotidiano, e (2) das manifestações das crianças acerca das relações com as famílias, a partir de desenhos, vídeos e observações in loco. Tendo como referência a possibilidade de identificar aspectos que influenciam a produção de sentidos acerca das infâncias, a produção de cultura e configurações da infância, buscamos evidenciar as teias de interdependência em que as crianças atuam para além das discussões acerca dos processos de socialização tradicionais como a família, a escola, a igreja.

Conforme Elias, o indivíduo, assim como suas ações, sistemas de valores e conhecimentos, deve ser considerado em relação ao contexto histórico e social ao qual pertencem. Toda formação societal sofre transformações em suas estruturas, transformações estas que são colocadas em movimento pelas ações conjuntas, recíprocas de indivíduos interdependentes.

As infâncias nas teias configuracionais

Norbert Elias, em seus estudos acerca do processo civilizador, demonstra que as redes de relações interdependentes dos indivíduos constituem configurações, que em

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



Fábrika
Ideias criativas



relações recíprocas, porém instáveis e por vezes antagônicas, constituem formas de estar, ser e conviver, bem como influenciam em uma nova sensibilidade, acerca dos comportamentos, vestir, falar, por vezes compreendidos como naturais aos seres humanos, são na verdade construções históricas, sociais e culturais.

As configurações da infância são definidas a partir das relações interdependentes, recíprocas, mediadas pelas relações de poder, que são estabelecidas socialmente pelas crianças e mediadas culturalmente. Nesse contexto, a criança e as infâncias, estão inseridas na sociedade, influenciando e sendo influenciadas por esta. Isso indica que a constituição das infâncias na modernidade não ocorre num vazio social e de maneira natural, ela está intimamente relacionada às normas sociais e valores que configuram a sociedade, num encadeamento de interdependências da qual fazem parte, devendo ser compreendidas em relação às configurações, em relações com adultos e outras crianças.

Para Costa (2008, p.85), com base em Elias, criança é sujeito social, inserida nas teias configuracionais e com participação no jogo de construção dos acontecimentos sociais, indicando que,

Analisar as configurações das infâncias na sociedade atual, com os processos culturais que lhe envolvem implica a compreensão dos aspectos – sociogenético e psicogenético. O conceito de configurações da infância tem o objetivo de expressar que as crianças estão nas teias configuracionais da sociedade e que, a partir desta concepção, não é possível falar em inserção da criança na sociedade, mas sim das relações e ações estabelecidas com as crianças, para as crianças e entre as crianças, na rede de relações formadas pelos poderes e tensões, que constituem seus elos de interdependências. (COSTA, 2008, p.121)

No estudo sobre os processos civilizadores, Elias identificou que a margem de distanciamento entre os comportamentos instintivos de adultos e crianças foram se diferenciando a partir do autocontrole e da regulação. “Para compreender as configurações das infâncias de determinados grupos um dos aspectos importantes é que as crianças sejam vistas e ouvidas a partir do grupo do qual fazem parte” (COSTA, 2008,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





p.65) nas relações intergeracionais, onde estão presentes as relações de poder aproximando-se da perspectiva configuracional adotada nesta discussão.

Nas relações de poder entre pais e filhos, as implicações deste status de infância e criança são eminentes, e coloca os pais frente ao paradoxo de proteger e educar, porém sob um alto grau de reserva e autocontrole, que não foram experimentados em tempos passados, caracterizando uma transição entre relações estritamente autoritárias para mais igualitárias. Não há uma justaposição de uma sobre a outra, ambas coexistem ao mesmo tempo nas mesmas famílias, e trazem certa medida de insegurança tanto para pais quanto para filhos. As mudanças nas balanças de poder, nos sentimentos e representações sobre infância, e a relação pais e filhos, não é natural e sim fruto de construções culturais.

A infância e sua configuração moderna estão intimamente relacionadas com as normas e preceitos sociais que configuram nossa sociedade, o que se deu ao longo de um processo social. ELIAS (2012) ao abordar a temática da infância, demarca as mudanças na relação pais e filhos, ou adultos/crianças. “Dentre outras análises defende que, até mesmo o simples fato de que em outros tempos a autoridade dos pais sobre as crianças era bem menos circunscrita, têm implicações civilizatórias” (ELIAS, 2012, p.17).

Atualmente é inegável que as crianças têm maior poder de decisão e participação que em outros tempos, o que denota a transição entre uma e outra época. Para (COSTA, 2008, p.85) “a compreensão dos diferentes significados dados às representações e sistemas simbólicos construídos pelas crianças sobre suas vivências”, deve considerar que as relações de autoridade entre adultos e crianças sofreram significativas mudanças.

Só agora, na era que tem sido chamada de o século da criança, surge o entendimento de que, dado o aumento da distância entre uns e outros, crianças não podem se comportar como adultos que lentamente iriam penetrando no círculo familiar com os apropriados conselhos e instruções pedagógicas. No longo período precedente, prevalecia a atitude mais severa de que a moralidade e o respeito pelos tabus. (ELIAS, 1994, p.168-169)

Muitos dos problemas da relação entre pais e filhos do presente são problemas da civilização, o que para nós se relaciona a cultura e aos processos configuracionais, sendo

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





relevante olhar as significações produzidas nesses processos para compreensão das configurações das infâncias na atualidade.

Aproximações ao campo/Dados empíricos

Apresentaremos dados empíricos preliminares que fazem parte da investigação, em nível de mestrado, acerca das configurações da infância urbana. A pesquisa foi realizada em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) de periferia urbana da região sul de Curitiba, junto a crianças e familiares. Os pais compartilharam (a) suas representações acerca das crianças e infância e as relações e responsabilidades das famílias junto às crianças/filhos, (b) papel das crianças/filhos nas famílias e significados para os pais, e (c) expectativas quanto ao papel do CMEI. As crianças compartilharam (d) suas significações sobre o papel da família e relações cotidianas com seus familiares. Os dados foram obtidos por meio de análise documental, observações, entrevistas semi-estruturadas e pelas produções cotidianas das crianças. Foram analisadas vinte fichas de matrícula no CMEI, e entrevistadas seis famílias, e seis crianças pertencentes a essas famílias. Alguns dos dados e apontamentos obtidos serão compartilhados a seguir.

Com relação (a) as representações dos pais, acerca das crianças e infâncias e as relações e responsabilidades das famílias junto às crianças/filhos, a maioria dos entrevistados declararam um constante sentimento de preocupação com a educação se seus filhos, entendendo como ato de educar a promoção de valores, cultura, limites, diversão e cuidados. Afirmando a insegurança quanto às formas para obter êxito no que consideram ser a responsabilidade dos pais/família, conforme ilustrado no relato, da família Orquídea, que dialoga com as representações das demais,

Às vezes não sei o que fazer para dar educação, não posso bater, a lei proíbe! Os tempos são outros, eu apanhava e respeitava meus pais mesmo assim, mas as crianças não são as mesmas. Elas questionam, são inteligentes, provocadoras e não se acostumariam com castigos físicos. Se você repreender uma criança hoje, parentes e vizinhos desaprovam (...) E tem

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





*também a televisão que mostra, os vídeos do whatsapp...
(entrevista, jun, 2018)*

Essa manifestação ocorre possivelmente por associarem o poder ao emprego da força, comumente exercida nas periferias. Nota-se que as representações dos pais estão intimamente ligadas a violência. Isso pode ser motivado pelas representações sobre a violência policial nesses espaços, ou ainda em comparação com as suas próprias experiências das relações entre as crianças e seus pais. Alguns colocam ainda que familiares e vizinhos desaprovam ações mais ríspidas junto às crianças, e a partir do conteúdo veiculado na mídia, entendem que esse poder de coação que se manifesta pela força e disciplina não cabe mais. Embora alguns sinalizem já terem lançado mão de castigos físicos no trato com as crianças, como alternativa, e demarcam o sentimento de constante insegurança sobre o procedimento de atender, ou refrear os desejos das crianças, e que meios recorrer para tanto. Esses fatores nos levam a considerar que,

Atualmente temos espécies de manuais de civilidade, ditando as regras de comportamentos, facilmente encontrados em vários modelos expressos através da mídia, mas, ao mesmo tempo em que são esperados vários comportamentos das crianças, há um distensionamento das relações de autoridade entre adultos e crianças, possibilitando a estas últimas, certo grau de independência, em suas atitudes e relacionamentos. (COSTA, 2008, p. 65)

Essas tensões de poder modificam as relações intergeracionais, a atuação das crianças tem efeito nas teias configuracionais, perturbando os adultos quanto aos seus sentimentos e percepções sobre as crianças.

Com relação ao (b) papel das crianças/filhos nas famílias e significados para os pais, o fator mais destacado foi a graciosidade das crianças, e sua função na satisfação dos afetos na família. Isso pode indicar que as crianças cumprem um papel lúdico e de símbolo do amor familiar, sendo a presença das crianças/filhos como essencial à representação do que consideram uma família estruturada e tradicional, muito embora

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





algumas das famílias entrevistadas, não atendam ao próprio ideal de uma família tradicional. Neste tópico as responsabilidades das famílias para com as crianças, são citadas com forte apelo dos pais a se colocarem prioritariamente responsáveis pela satisfação das demandas emocionais e afetivas das crianças, além da guarda e proteção. Sinalizando que as crianças têm suas especificidades respeitadas, tendo seu próprio espaço para dormir, na grande maioria em quartos equipados com aparelhos eletrônicos e brinquedos do interesse das crianças, atendendo as suas especificidades e desejos, conforme exemplifica, fragmento do relato da família, Begônia,

Hoje a gente esta mais para cuidar e trabalhar para dar as coisas e amar eles, atender as vontades, gosta de tudo, são espertos, a gente se preocupa, trabalha por eles. (Entrevista, mai, 2018)

Nas representações dos pesquisados, família é lugar de conforto emocional dos indivíduos, aproximando-se da democratização na distribuição de poder entre homens e mulheres, pais e filhos que esta mais equilibrada do que em tempos passados, e as novas configurações da infância acabam por influenciar e serem influenciadas por essas relações e representações, tendo efeitos também na busca por novas identidades.

Frente aos relatos acima, observamos que, a circulação de significados acerca da infância, e da criança, vem conferindo elementos para pensarmos as configurações da infância na contemporaneidade.

A crescente sensibilidade com o emprego da violência física no trato entre os seres humanos modernos revela justamente a complexidade da transformação civilizatória em nossos dias, com relaxamento das barreiras de respeito no tratamento de pais e filhos [...] a complexidade do movimento civilizatório o que demonstra a interdependência nas sociedades. (ELIAS, 2012 p.25)

Em relação a (c) visão e expectativas dos pais quanto a função do CMEI. Esse processo de democratização no balanço de poder, observado nos significados partilhados pelos entrevistados, também influencia, pois ao sentirem-se inseguros

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





quanto a educação dos filhos, passaram a confiar no estado como responsável pela educação destes. Sendo apontado o CMEI como espaço adequado e privilegiado para tal tarefa, segundo a família Tulipa,

Esperei muito essa vaga, ele estava terrível, já era difícil educar antes meus filhos, ele que é neto, to criando e não posso bater, e também não da muito tempo de olhar eles, o que faço é por no castigo e dava o celular ou colocava os desenhos dele o dia todo, agora graças a Deus, brinca aqui e as professoras cuidam, ensinam comer direitinho, por as roupas, ate saiu da fralda agora, já esta com quatro anos, era hora e ainda, vai brincar muito...(Entrevista, jun,2018)

Em geral as famílias entrevistadas, compartilham das demandas e expectativas da família Tulipa, alegando contarem com a educação que o CMEI vai dar, pois tem que cumprir outros compromissos mais necessários, segundo relatos, como o exercício de atividades produtivas. As jornadas de trabalho ampliadas pela necessidade de complementação de renda, e os deslocamentos entre periferia e pólos de trabalho, são apontados como elementos de distanciamento dos pais, das relações de cuidado e educação ou até de lazer junto aos filhos. Esses fatores podem indicar um possível deslocamento do papel da família na modernidade, principalmente em relação aos processos de escolarização das crianças, além de sinalizar para uma diminuição da desigualdade na relação entre pais e filhos.

As crianças (d) nas relações familiares cotidianas reconhecem a autoridade dos pais, porém sinalizam que influenciam em várias decisões dos pais, em vários aspectos, como: aonde ir ao fim de semana, o que comer ou comprar no mercado, o que assistir o que vestir e o que comprar? Todas essas questões passam pela atenção aos desejos das crianças. Ressaltamos que as crianças não atuam nesses setores de forma explícita e autoritária, mas exercendo nas balanças de poder certa autonomia, relacionada aos sentimentos dos pais com relação a sua presença nas famílias, conforme a fala da Violeta, ao contar sobre seu desenho, aonde retratou a família, corações e o quarto pintado de rosa,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





Essa é minha mãe, meu pai, eu e no meu quarto novo, vai, ele ta pintando de rosa, porque eu fico feliz, meu pai gosta que eu fique feliz! Sempre peço e ele faz! (diário de bordo, jun, 2018)

Observamos que em suas manifestações, a grande maioria das crianças se vale da sua função, já indicada pelos pais, de graciosidade e papel central na constituição do ideal de família, conforme suas representações. O poder exercido pelos filhos sobre os adultos se relaciona a função que os filhos têm para os pais representando o cumprimento de determinados desejos e necessidades. (ELIAS, 2012)

Assim, podemos inferir que, os significados atribuídos às crianças nas configurações familiares resultam em novas relações de poder, que não se dão de forma natural, são construções culturais. Os adultos se incomodam com a percepção das crianças, o que pode ser identificado nas falas dos adultos e ilustrado pelas significações das crianças frente ao poder destas, junto às dinâmicas familiares, o que só é possível a partir das transformações sociais em direção a redução das desigualdades, num processo de “democratização funcional” (ELIAS, 2012, p.19). Podemos afirmar, preliminarmente ainda, que, as relações familiares, as relações de poder e os papéis das crianças influenciam nas configurações da infância.

Considerações finais

As implicações de reconhecer as transformações vivenciadas hoje nas relações entre pais e filhos, se articulam à possibilidade de êxito da relação ou um funcionamento mais satisfatório para os implicados, que precisam trabalhar conscientemente em suas relações que são notadamente processuais, e precisam ser repensadas constantemente.

A partir de análises preliminares realizadas, percebemos que podemos estar vivendo um período de transição entre relações mais autoritárias para relações menos autoritárias, identificadas por novos gradientes de poder, em que as relações entre as crianças e adultos tornam-se menos autoritárias, conforme diversos significados atribuídos às representações simbólicas constituídas, o que vem acarretando mudanças

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





significativas nas relações de poder. Observamos também que, é relevante na continuidade desta pesquisa, considerar outros elos nas teias de interdependência, como possivelmente, as relações de consumo e midiáticas, nas balanças de poder, as relações intergeracionais vivenciadas pelas crianças no CMEI e outros espaços e consequentemente, que podem ser considerados, elos nas configurações, e que pela natureza e intenções deste artigo, não caberiam no momento.

Os dados empíricos apresentados indicam uma aproximação entre as concepções dos pais sobre as crianças e suas infâncias, com as análises de Elias, explicitadas no texto “A Civilização dos pais”. As crianças e suas infâncias se configuram em processos de interrelacionamento, que tem caráter processual, histórico e cultural. Sendo que o diferencial de poder experimentado atualmente, traz implicações civilizatórias importantes e exige a elaboração de “um modo de viver” as relações familiares em suas teias, exigindo maior consciência dos processos e significações, que configuram as relações pais e filhos.

Referências bibliográficas

COSTA, M. R. da. As configurações das infâncias na periferia urbana: crianças, educação e processos culturais. 2008. 221 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/2/> Acesso em: 21 set. 2017.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. (vol. I)

ELIAS, Norbert, Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX / Norbert Elias; — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

ELIAS, Norbert. A Civilização dos Pais. In ELIAS, Norbert. La civilización de los padres y otros ensayos. Compilación y presentación de Vera Weiler. Colômbia: Grupo editorial Norma, 1998.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

ELIAS, Norbert. A Civilização dos Pais. Tradução feita por Bruno Gontyjo do Couto. Supervisão de Edson Farias. *Sociedade e Estado*. vol.27 no.3 Brasília Sept./Dec. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922012000300003>> Acesso em: 12 out. 2017.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DO LAZER SEGUNDO A OBRA “A BUSCA PELA EXCITAÇÃO” DE NORBERT ELIAS E ERIC DUNNING

Esp. Pedro Henrique Miranda
UEL – Universidade Estadual de Londrina
pedrohmlazer@outlook.com

Resumo: O trabalho pretende apresentar o lazer e suas influências na vida da sociedade atual, principalmente no que se refere a constante busca dos indivíduos pelo prazer. Apropriando-se da obra “*A Busca Pela Excitação*”, de 1992, de Norbert Elias e Eric Dunning, do método dedutivo-crítico e da pesquisa bibliográfica, objetiva-se concluir pela necessidade do lazer se tornar um objeto de estudo. A partir das discussões percebe-se o lazer comumente atrelado a outras ciências, tendo muitas vezes seu real valor ofuscado. Assim, entende-se que o lazer necessita ser considerado como uma ciência autônoma.

Palavras chave: Lazer; Sociedade; Trabalho.

Abstract: The work intends to present the leisure and its influences in the life of the present society, mainly in what refers to the constant search of the individuals by the pleasure. Taking advantage of Norbert Elias and Eric Dunning's 1992 "The Search for Excitement", the deductive-critical method and the bibliographical research, it is aimed to conclude that leisure needs become an object of study. From the discussions one perceives the leisure commonly linked to other sciences, often having its real value overshadowed. Thus, it is understood that leisure needs to be considered as an autonomous science.

Keywords: Leisure; Society; Job.

INTRODUÇÃO

Desde as sociedades mais antigas o lazer sempre se mostrou presente. Com nomes e descrições diferentes, algumas vezes apreçado por todos, outras desprezado. O fato é que, desde o começo da vida em sociedade, o lazer surge como um ponto de discórdia acerca de sua real importância.

Visando contribuir para elucidar algumas questões que permeiam os estudos do lazer, esse trabalho apropriou-se da obra “*A Busca Pela Excitação*”, de 1992, de Norbert Elias e Eric Dunning. Os primeiros dois capítulos dessa abordam questões fundamentais para o estudo do lazer.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





No primeiro capítulo, os autores tratam da busca da excitação através do lazer. Com o desenvolvimento das sociedades, os indivíduos passam a ter diversas condutas sendo geridas pela moral relativa a vida em grupo. Isso limita a excitação do ser humano frente a momentos marcantes de suas vidas. O lazer surge como uma alternativa para a excitação socialmente aceitável. Já no segundo capítulo, tem-se a relação do lazer com o trabalho e com o tempo livre. Muitas vezes atrelados, os autores mostram as necessidades de se classificar cada um desses pontos e também estudá-los de forma ampla.

Nesse sentido, este artigo apodera-se desses conhecimentos trazidos pelos autores e incentiva ainda mais a importância de se estudar o lazer a fim de torná-lo objeto de estudo cada vez mais visado pelos pesquisadores. Assim, a pesquisa busca compreender: Qual a importância do lazer? Qual contribuição o lazer traz a nossa sociedade?

Para se construir esse trabalho o método utilizado foi a pesquisa bibliográfica em livros, artigos e publicações em revistas especializadas no assunto tratado.

1. A NECESSIDADE DO LAZER PARA O INDIVÍDUO

A busca do indivíduo pelo lazer remonta a necessidade de excitação individual. Todo ser humano sempre buscou o alcance de prazeres pessoais, entretanto nem sempre este ocorreu da forma contemporânea. No passado a excitação era alcançada em determinadas atividades cotidianas, como: grandes caças e colheitas ou ainda em ocasiões de ampla relevância social, como guerras e comemorações festivas.

Segundo Elias e Dunning a busca de excitação é vista de maneira semelhante, mas não idêntica, àquela relacionada a experimentos de situações críticas sérias. Nas sociedades antigas era mais comum identificar situações de exaltação do que nas contemporâneas, tendo em vista que com o passar dos séculos o domínio social, intervenção do Estado e autocontrole se desenvolveram. Além disso, as crises econômicas e o aumento do poderio financeiro fez com que os júbilos sociais se tornassem cada vez

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





mais raros. Fortes e espontâneas excitações deixaram de ser tão comuns (ELIAS, DUNNING, 1992, p. 101-102).

À medida que o controle social se expandiu, a sociedade automaticamente se tornou mais inerte. A ausência de excitações e de altos e baixos fez com que a sociedade se tornasse cada vez mais apática. Ainda que fosse minimamente necessária a gerência de situações críticas sérias por parte do Estado e do próprio indivíduo, isso gerou um prejuízo social, visto que diminuiu o alcance do prazer por este. Uma atmosfera “*relativamente equilibrada de bem-estar e de prosperidade*” gera também uma atmosfera de “*abatimento e depressão*” (ELIAS, DUNNING, 1992, p. 102).

O controle, que deveria ser equilibrado, se tornou excessivo. Ocorre que, em uma sociedade de autocontrole demasiado, não há mais excitação espontânea por parte dos adultos, mas é possível notar que apenas crianças ainda guardam a liberdade de exaltarem-se. Estas quando dançam em público, choram de raiva, ou assumem um pânico selvagem, não são apontadas como descontroladas ou anormais. Em adultos, por sua vez, não se espera, nem se imagina, condutas de tal natureza, sob pena de não serem considerados normais.

Em virtude disso, estes passaram a criar armaduras próprias contra a excitação pura e “*o controle que exercem sobre si tornou-se, de certo modo, automático. O controle, em parte, já não se encontra sob o seu domínio. Tornou-se um aspecto da estrutura profunda da sua personalidade*” (ELIAS, DUNNING, 1992, p. 103).

Ao mesmo tempo em que as restrições comunitárias se expandem, passa-se a pensar nas alternativas possíveis para o alcance do prazer. Nesse viés surge o lazer como uma forma do indivíduo alcançar a excitação, sem que a prática seja vista como descontrolada ou anormal. As atividades de lazer são aceitas socialmente e assim o sujeito passa a poder utilizá-las, para ter excitação, sem receios.

O surgimento do lazer e sua implicação social varia de acordo com o momento histórico em que ele se insere. Por essa razão a análise deve considerar a quantidade de controle social existente em cada época. As atividades de lazer despertam sentimentos e excitações semelhantes àsquelas vividas em determinados momentos da vida. Por essa



razão é que o homem busca prazer nas atividades de lazer (ELIAS, DUNNING, 1992, p. 125).

Nas sociedades antigas, onde as restrições eram menores, tem-se como exemplo as atividades religiosas que tinham o condão de levar lazer ao povo. Nas atuais, onde há maiores contenções, as atividades tipicamente de lazer são mais utilizadas (ELIAS, DUNNING, 1992, p. 104).

Sendo assim, diversos movimentos surgiram, no campo do lazer, e se colocaram como alternativas para o controle social e pessoal da excitação. Cita-se, por exemplo, as novas tendências da música, teatro, dança e acontecimentos esportivos, bem como, respectivamente, novas maneiras de cantar, se expressar, dançar e se manifestar como expectadores de esportes, ainda que em países tradicionalmente mais reservados, tais como os países Europeus (ELIAS, DUNNING, 1992, p. 105).

Pode-se perceber a importância da excitação para o ser humano porque este, quando impedido de tê-la, passou a buscar formas socialmente aceitas de obter o prazer, como por exemplo as diversas formas de lazer existentes para satisfazer nossas necessidades de excitação. Tem-se como exemplo as partidas de futebol, as grandes competições mundiais e olimpíadas, formas de lazer que geram uma excitação que substituí aquela que antes era encontrada na luta entre dois ou mais adversários (ELIAS, DUNNING, 1992, p. 112).

Com a excitação limitada, o lazer se torna um refúgio e um acesso a excitação, como *“numa sociedade em que as inclinações para as excitações sérias e de tipo ameaçador diminuíram, a função compensadora da excitação-jogo aumentou”* (ELIAS, DUNNING, 1992, p. 113). Pode-se então ver o lazer como um objeto que o indivíduo busca de forma voluntária para alcançar excitação. Este tem seus padrões geralmente aceitos pela sociedade e por nossas próprias consciências.

Além do alcance da excitação o lazer é importante para a quebra de rotina. Segundo Elias e Dunning (1992, p. 115), a rotina pode ser conceituada pela falta de excitação na vida do homem. Esta é gerada pela pequena quantidade de momentos que podem proporcionar prazer ao indivíduo. Estes por sua vez, assim o são, em virtude da

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





imposição de regras e padrões sociais que acabam limitando ou também muitas vezes definindo as formas e os momentos de se ter excitação.

A agradável excitação procurada no lazer é complemento da rotina porque passa a fazer parte dela. Entretanto, ao mesmo tempo, é seu contraponto, pois se difere sobremaneira desta (ELIAS, DUNNING, 1992, p. 115). Assim é possível concluir que o lazer se coloca como solução para a ausência de excitação.

A excitação através do lazer se apresenta de forma controlada, segura, sem muitos riscos para seus participantes ou os que estão a sua volta. Conseqüentemente, vê-se no lazer uma poderosa ferramenta para o alcance da excitação, tanto para o indivíduo, quanto para o Estado e até mesmo para o comércio, que encontra no lazer um potencial mercado ascendente.

Na sociedade atual, onde diariamente necessitamos controlar nossos instintos, nossas vontades e necessidades de excitação, o lazer passa a ter um papel fundamental na vida de cada ser, sendo uma “*uma interrupção moderada no manto habitual das ‘restrições’*” (ELIAS, DUNNING, 1992, p. 104).

Apesar disso, ainda se fala muito mais em dispendir o tempo com atividades de não lazer do que propriamente com o lazer. Ele é muitas vezes visto como supérfluo em nossas vidas, como um prêmio, algo que se conquista com o trabalho.

Nesse sentido, vemos a relação entre o trabalho e lazer como um complemento um do outro. Este último é posicionado em um nível inferior ao primeiro. Segundo Elias,

O trabalho, de acordo com a tradição, classifica-se a um nível superior, como um dever moral e um fim em si mesmo; o lazer classifica-se a um nível inferior, como uma forma de preguiça e indulgência (ELIAS, DUNNING, 1992, p. 106).

A tendência de se considerar o lazer como acessório ao trabalho está intimamente ligada a valores morais e não a uma análise sistemática dos seus conceitos e estruturas (ELIAS, DUNNING, 1992, p. 106-107). Lazer e trabalho são tidos como conceitos polarizados: não seria possível considerar ambos em uma mesma esfera.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





O estudo da relação lazer e trabalho se iniciou na filosofia da Grécia antiga. A palavra grega que define lazer é *schole*, antepassado direto da atual palavra *escola*. O lazer era considerado o momento de aprendizado e conversas cultas entre homens que dispunham de algum tempo livre. Este tinha tamanha importância para os homens daquela época que, para designar o tempo que ali não estavam, ou seja, o tempo de trabalho, usavam a negativa da mesma palavra. Trabalho era denominado como *ascholia*, negativa da palavra *schole* (ELIAS, DUNNING, 1992, p. 120-121).

Segundo Peixoto (2007, p. 59), como ócio ou *schole*, o momento de lazer se relacionava ao direito de gozar do tempo livre para executar uma atividade livre. Nestas ocasiões havia a produção da arte, da literatura, da música e tudo aquilo que comumente se chama de cultura.

Tal fato demonstra o quadro de valores desta classe de gregos. O lazer foi destacadamente mais importante que o trabalho no período mencionado, tanto que Aristóteles menciona que os indivíduos trabalhavam para ter o lazer. A inversão desses valores ocorreu com a hegemonia do império romano, que passou a considerar o trabalho como algo nobre, ou seja, sinal de dignidade (MARINHO; PIMENTEL, 2010, p. 20).

Segundo Marinho e Pimentel (2010, p. 21)

O ócio assumiu o caráter recreativo, de divertimento de massa, deixando de ser um modo de vida e passando a ser descanso, recreação e uma forma de recompensa e recuperação para o próprio trabalho. Iniciava-se, portanto, o uso instrumental do uso do tempo de não trabalho, o qual, aliás, pode ser observado, de certa forma, nos dias atuais.

Ainda, com o advento do capitalismo, o direito social ao tempo livre para a execução de uma atividade de livre escolha, passou a se vincular ao necessário desenvolvimento do trabalho. Apenas aqueles que efetivamente realizavam o trabalho poderiam desfrutar deste momento, fomentando a produção do capitalismo (PEIXOTO, 2007, p. 60).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Na atualidade o falar de lazer não é sequer considerado, isso porque este não é considerado um assunto relevante. É possível dizer que falar sobre lazer é praticamente romper um tabu social (ELIAS, DUNNING, 1992, p. 121).

A partir dos estudos percebe-se que o lazer sempre foi de extrema importância para o ser humano saciar sua necessidade de excitação, entretanto sua esta variou de acordo com cada período histórico. Na antiguidade grega, assim como hoje, os afazeres cotidianos, ocupavam a maior parte do tempo do dia a dia, entretanto, para os antigos, o lazer tinha mais importância do que o próprio trabalho.

Na contemporaneidade, vê-se que a relevância do lazer ganha perspectivas diversas de acordo com a localidade tratada. Segundo Corbin e Tait (1973, p. 05), nos Estados Unidos as pessoas se qualificam segundo as suas profissões, enquanto que na Europa o fazem segundo seus hobbies. Isso destaca que o sistema de valores de cada grupo social definem seus padrões de vida e a relevância do lazer.

Independente de em qual patamar de destaque a comunidade coloque o lazer, seu mérito é incontestável. O lazer é essencial para superar o apaziguamento social; afastar e curar estados de depressão e contribuir para uma sociedade menos apática. *“O lazer se configura num remédio ou solução para a alienação, indicação para a harmonia social”* (PADILHA, 1992, p. 3). Além disso, é mecanismo de alcance da excitação individual, de modo a trazer para o indivíduo prazer e satisfação.

As atividades de lazer ainda permitem que o indivíduo desfrute de sentimentos de maneira simulada que seriam desagradáveis em uma situação real. Tem-se como exemplo o medo sentido em brinquedos de parques de diversão, tristezas em filmes dramáticos e a euforia e ansiedade em partidas de futebol acirradas. Essas tensões e sentimentos são mecanismos de rompimento da rotina e das restrições que a sociedade atual impõe sobre as excitações.

O lazer atua também como um agente socializador ao passo que muitas de suas atividades requerem a participação de dois ou mais agentes. Nesse sentido, diversas atividades de lazer impõem o convívio social fazendo com que o sujeito, de maneira

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





involuntária, se relacione com outras pessoas. Ainda, barreiras pessoais, como a timidez, medo e preconceitos, são trabalhados e muitas vezes superados.

No mesmo âmbito, a socialização através do lazer gera interação entre classes sociais. Ainda que, em muito, estas tenham diferentes preferências, inúmeras vezes essas diferenças são rompidas por um lazer comum. Tem-se como exemplo uma partida de futebol, que leva ao estádio todo o tipo de indivíduo, independente do poder aquisitivo ou status social.

Concluiu-se que o lazer sempre foi e sempre será de extrema importância para as pessoas. Apesar disso, este ainda é tido como difícil objeto de estudo em virtude das problemáticas da sua conceituação. Em algumas situações, como já tratado, é colocado como complementar ao trabalho e em outras, ainda, de modo errôneo, assemelhado ao tempo livre.

Nesse viés a pesquisa propõe a análise do tempo livre e do lazer na perspectiva de Elias e Dunning para melhor esclarecimento do real valor do lazer e posteriormente definição da sua importância como objeto de estudo.

2. LAZER E TEMPO LIVRE NA PERSPECTIVA DE NORBERT ELIAS E ERIC DUNNING

Segundo Elias e Dunning (1992, p. 107-110), para o entendimento do lazer é necessário, antes, analisar o tempo livre. Este é considerado “*todo o tempo liberto das ocupações de trabalho*”. Uma das diferenças entre o tempo livre e o trabalho encontra-se no modo como o indivíduo se porta nas situações que os envolve. Há, nos momentos de trabalho, a necessidade de escolher condutas compatíveis com o grupo social que o envolve. No tempo livre, por sua vez, as decisões são tomadas, inicialmente, de acordo com o instinto ou desejo do indivíduo. Elias e Dunning (1992, p. 139), entretanto, revelam que por mais que as escolhas sejam individuais ainda há consideração acerca do outro.

Nas decisões sobre as atividades de lazer, como veremos, as referências aos outros são mais relevantes do que pode parecer à

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





primeira vista, a consideração por si próprio pode ter mais peso do que a que terá no caso do trabalho profissional ou no das atividades de tempo livre que não possuem o caráter de lazer. Quando se trata das escolhas das suas próprias atividades de lazer, a consideração pelo seu próprio prazer, pela sua própria satisfação, pode ser soberana, dentro de certos limites socialmente estabelecidos (ELIAS, DUNNING, 1992, p. 139-140).

No estudo do tempo livre os autores destacam que este é gênero que possui como espécie algumas categorias. Na tentativa de explicar estas, Elias e Dunning (1992, p. 149) construíram o “*espectro do tempo livre*”. Este é “*um quadro de classificação que indica os principais tipos de atividade de tempo livre na nossa sociedade*”. O quadro destaca que dentre as espécies tem-se o trabalho privado e a administração familiar, provimento das necessidades biológicas, sociabilidade, o repouso e atividades miméticas ou jogos. (ELIAS, DUNNING, 1992, p. 107-110).

Dentre as atividades de lazer há a divisão em novas três espécies. Inicialmente têm-se as atividades sociáveis, em que os indivíduos buscam se relacionar com outros. Posteriormente mencionam-se as atividades de jogos, que são as propriamente miméticas, ou seja, que o sujeito, atuando como espectador ou ator, desenvolve a quebra da rotina e alívio das tensões de modo controlado. Por fim destaca-se as miscelâneas de atividade de lazer, que são aquelas em que, de modo esporádico, há o trabalho do corpo com frequência multifuncional (ELIAS, DUNNING, 1992, p. 107-110).

M. H. e E. S. Neumayer, citados por Elias e Dunning (1931, p. 249 apud ELIAS, DUNNING, 1992, p. 125), definem fatos de lazer são como sendo:

Atividades que distraem o corpo e o espírito, resultando na recreação das energias perdidas de cada indivíduo através da descontração das ocupações mais sérias da vida. Quando uma pessoa está cansada do trabalho físico e mental e continua sem vontade de dormir, reage bem a recreação ativa.

A partir dos estudos pode-se concluir que o tempo livre é gênero que possui como espécie o lazer. Assim, todas as atividades de lazer são classificadas como de tempo

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





livre, mas o contrário não é verdadeiro. Afirmar que a expressão tempo livre é sinônimo de lazer não é correto, a medida que grande parcela deste não pode ser considerado como lazer.

Uma das principais importâncias de se diferenciar o tempo livre e o lazer é romper com os paradigmas de que as atividades alheias ao trabalho, mas que são rotineiras, tais como: caminhada, academia, reuniões familiares, são atividades de lazer (ELIAS, DUNNING, 1992, p. 141-142). Há imensa diferença entre as atividades de lazer e não lazer.

O tempo livre é composto de atividades de lazer e não lazer. Algumas atividades de não lazer têm características que se assemelham a trabalho, como por exemplo, o indivíduo que tem interesse por hortas. Nesse caso ele necessita de entendimento e estudo a respeito do funcionamento, plantio e colheita e conseqüentemente desenvolve uma rotina para cuidado desta. Esta é uma situação que demonstra a categoria do trabalho particular.

Outras atividades de não lazer que fazem parte do tempo livre são as atividades biológicas. Estas são caracterizadas pela vontade involuntária do corpo e pela necessidade de manter a saúde pessoal. Ainda que não se enquadrem como lazer, também não fazem parte do tempo dedicado ao trabalho.

As atividades de lazer, por sua vez, são aquelas que o indivíduo busca satisfação e prazer mantendo o controle da sua excitação. Estas proporcionam sentimentos que não são encontrados na rotina dos indivíduos. Estas possuem extrema importância, vez que, como já tratado, trabalham as quebras de tensões.

A partir do estudo do lazer como espécie do tempo livre e deste como oposição ao trabalho é evidente que o primeiro não é instituto anexo ao trabalho, mas sim um fenômeno social a parte. Caso o fosse, este seria apenas considerado uma forma de relaxamento das tensões do trabalho, o que não é verdade. Nas atividades de lazer, buscadas voluntariamente, o sujeito pode encontrar satisfação, prazer ou mesmo inquietudes. Isso faz com que estas não tenham valor inferior ao trabalho, mas sim o mesmo parâmetro de importância (ELIAS, DUNNING, 1992, p. 140).



3. A IMPORTÂNCIA DO LAZER COMO OBJETO DE ESTUDO

O indivíduo possui intensa necessidade de observar e perceber e por essa razão invade o universo dos estudos. Permanentemente em busca de respostas para questões cotidianas, este se aproxima de soluções e se depara com novos questionamentos. Assim, a busca do conhecimento se torna um ciclo infinito, de modo que aquele que pesquisa passa a ter, como cientista, um ofício. Segundo Pierre Bourdieu (2001, p.23) o ofício do cientista relaciona-se com o hábito científico. Este

é uma regra feita pelo homem ou, melhor, um *modus operandi* científico que funciona em estado prático segundo as normas da ciência sem ter estas normas na sua origem: é esta espécie de sentido do jogo científico que faz com que se faça o que é preciso fazer no momento próprio, sem ter havido necessidade de tematizar o que havia que fazer, e menos ainda a regra que permite gerar a conduta adequada.

Para o estudo de determinado objeto é necessário possuir o *habitus* deste, isto é, um conhecimento prático e profundo a respeito do que se pretende estudar. Apesar disso é preciso manter certa distância do objeto de estudo para que as experiências pessoais do pesquisador não interfiram na análise.

Assim, antes de qualquer premissa, o pesquisador, a fim de se afastar do objeto, deve ser um leitor, que busca na doutrina solidificada conceitos e teses para embasarem o seu estudo. Apesar da análise de conceitos pré-estabelecidos, é preciso que este quebre pré-compreensões e o senso comum a fim de construir novos olhares das relações que envolvem o objeto de estudo. Trata-se de ter, sobre o objeto, uma postura ativa e sistemática.

Com esta proposição entende-se que deve ser estudado o lazer e sua importância. Não é possível que o pesquisador analise a história, características e princípios que o

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





envolvem sem possuir o seu *habitus*, mas também não se espera que a carga prática do estudioso interfira na análise do objeto, que deve ser imparcial.

Os enunciados trazidos nos itens anteriores do estudo permitem concluir que o lazer deve ser objeto de estudo científico. Sua importância para o homem e a pouca confiança a respeito disso faz necessário o pesquisar e comprovar o seu mérito. Ocorre que *“falta uma teoria central do lazer, capaz de servir como um quadro comum de investigação relativamente a todas as espécies de problemas específicos do lazer”* (ELIAS, DUNNING, 1992, p. 144).

O lazer é objeto de prevalência no âmbito da psicologia, educação física, sociologia e história. Por essa razão é tão pouco estudado: *“ser um problema que ultrapassa as fronteiras de diversas ciências”*. Há a necessidade de considerar o lazer como um objeto multidisciplinar, em que sua exploração deve ocorrer de maneira inseparável e interdependente nos diversos tipos de conhecimentos. Isso porque todas as ciências apontadas tratam do ser humano, que não é constituído por compartimentos individualizados. Assim, *“o que foi separado, para efeitos de estudo, deve ser reunido de novo para o mesmo fim”* (ELIAS, DUNNING, 1992, p. 117-118).

Por tais razões observa-se a dificuldade de se estudar o lazer. Não há uma ciência definida, central, nem se tem como verdade absoluta qual área deveria estudá-lo. Ademais, o lazer se encontra o âmbito valorativo. Seu conceito, axiologia e importância, em uma visão social, modificam-se de acordo com cada sociedade em que se ele é identificado. Por essa razão não é simples e estático o estudo do lazer.

Por tratar do indivíduo, ser multidisciplinar, percebe-se a necessidade de que o lazer da mesma forma seja tratado. Assim, há a necessidade de quebrar as barreiras estanques de cada disciplina e compreender que ele deve ser objeto de estudo de várias ciências. Nesse sentido, Peixoto defende a multidisciplinariedade da problemática e afirma que, no tocante às áreas de conhecimento, o lazer como objeto de estudo é oriundo da

sociologia (do lazer e do trabalho); do direito do trabalho (referindo-se ao repouso semanal, em feriados e anual); da

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





filosofia; etimologia; história; geografia; administração; economia; arquitetura e urbanismo; matemática (metodologias); enfermagem; turismo e hotelaria; educação física (recreação e lazer); antropologia cultural; pedagogia (educação lúdica, educação para e pelo lazer); psicologia. A diversidade de áreas que tratam da problemática indica a sua multidisciplinaridade (PEIXOTO, 2007, p. 21).

O próprio estudo do lazer pode proporcionar um melhor entendimento acerca da sua limitações e interações nessas diversas áreas e também ajudar a entender sua real necessidade. Reuixa explica, nesse sentido, a importância de se preparar o indivíduo para pensar acerca do lazer:

(...) a importância de ser o homem educado para racionalmente preparar para si mesmo uma arte de viver, em que não se perca o equilíbrio necessário entre o trabalho e o lazer, e em que se antecipe a vida de lazer (REQUIXA, 1974, p.72).

Em sua pesquisa, Elias e Dunning mostram a extrema importância do estudo do lazer. Os autores apontam fatos pertinentes sobre a situação do lazer e seu descaso na área científica. Na situação das sociedades modernas e capitalistas, o lazer é considerado apenas um acessório, não despertando assim interesse científico e conseqüentemente levantando muitas dúvidas acerca de sua real importância (ELIAS, DUNNING, 1992, p. 140).

Nas elucidações acerca do tema, os autores assestam, frente a dualidade “*lazer x trabalho*”, os principais impedimentos para que o lazer alcance seu devido lugar no campo científico. O apontamento inicial é a respeito da forma que o indivíduo se define em relação as suas atividades cotidianas. Na maioria das vezes, o ser humano se identifica a partir de sua vocação e interesse profissional. Corbin e Tait (1973 p. 5), conforme citado, discorrem que o lazer reflete nossos padrões, valores e culturas. Eles ressaltam ainda a importância do lazer ao considera-lo como “*uma atitude perante a vida*”.

Partindo do pressuposto do lazer como um alívio ao trabalho, Elias e Dunning questionam quais seriam essas tensões necessárias de alívio e porque o lazer é tido como

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





o supressor delas. Para eles, isso faz do lazer apenas um anexo do trabalho, atrelando sua condição existencial em decorrência do mesmo.

Ainda sobre essas tensões, não se tem definido cientificamente quais são, nem mesmo o que as despertam. Dessa forma elas se tornam automaticamente como negativas, pois necessitam do lazer para supri-las. Nesse ponto, vale o questionamento dos autores quando dizem que

se as tensões devem ser avaliadas, pura e simplesmente, como perturbações das quais as próprias pessoas procuram se ver livres, porque é que no seu tempo de lazer elas voltam sempre a procurar uma intensificação das tensões? (ELIAS, DUNNING, 1992, p. 143)

Ademais, segundo os autores, o lazer não desperta demasiado interesse científico por se tratar de algo pouco relevante para a sociedade. O lazer costumeiramente é tratado como algo dispensável, desnecessário, o que reforça o pensamento de muitos de que o trabalho é o que realmente importa. Esse pensamento aproxima de uma outra temática já tratada: a confusão do lazer e tempo livre. (ELIAS, DUNNING, 1992, p. 141-143)

Por fim os autores apontam o lazer como um campo sem identificação delimitada. Diversas teorias o cercam com muitas divergências entre si, que dificultam uma análise precisa das diferenças do lazer frente as demais atividades do ser humano. Quando estudado, os pesquisadores tendem a se manter nos mesmos assuntos investigados por outros, sem expandir seus campos (ELIAS, DUNNING, 1992, p. 143).

Para Marcellino, o estudo do lazer colabora com o desenvolvimento de uma sociedade sadia por tratar o indivíduo como cidadão. Este busca ainda satisfazer necessidades pessoais, sem apontar para a indústria cultural que tende a gerar necessidades padronizadas e conformismo (MARCELLINO, 2003, p.62). Marcelino ratifica essa ideia:

torna ainda mais necessário um processo educativo de incentivo a imaginação criadora, ao espírito crítico, ou seja, uma educação

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





para o lazer, que procure não criar necessidades, mas satisfazer necessidades individuais e sociais (MARCELLINO, 2003, p.62).

O lazer se mostra como um campo de estudos em aberto, com muito a ofertar para os pesquisadores. É preciso se apropriar disso para que o ensino do lazer seja perpetuado para toda a sociedade, afim de que todos os indivíduos tenham conhecimento da real importância do lazer e passem a aplicá-lo em suas vidas cotidianas.

CONCLUSÃO

Vê-se no trabalho de Elias e Dunning uma preocupação sobre uma temática alheia a seu tempo. Os autores buscam entender o fenômeno do prazer dos indivíduos, algo que, se ainda hoje é considerado supérfluo, naquela época seus escritos eram praticamente um rompimento de tabus. Devido a isso, encontramos bases nesses estudos para colocar a excitação, o prazer e conseqüentemente o lazer, numa posição de importância na área científica.

O lazer pode ser considerado, e não seria prepotência dizer, como a principal forma de se alcançar a excitação que os autores tratam. Através dele rompe-se a rotina que se tem nas sociedades atuais projetadas para o aumento constante de bens e aquisições, onde muitas vezes essas não são nem necessárias ao homem, apenas objetos de desejo.

Por esta razão este é parte fundamental da vida. Um meio para se alcançar e experimentar sentimentos e tensões, de maneira controlada e socialmente aceitável. Nesse sentido o indivíduo deve sim buscar seu lazer e entendê-lo como algo necessário a vida. Para que isso ocorra, faz-se pertinente entender sua origem e desafios.

Apesar de “existir” há muito tempo, o lazer foi muitas vezes confundido com o tempo livre. Qualquer atividade que não fosse trabalho profissional, era considerado como tempo livre e lazer. Para melhor estudá-lo, precisou haver uma resignificação desses termos. Então, onde antes, tinha-se o lazer como sinônimo de tempo livre, hoje

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





pode-se entendê-lo como um campo ímpar, dotado de características únicas que permitem inúmeras pesquisas e estudos particulares.

Essa confusão acerca dos entendimentos do lazer e do tempo livre se dá através de um denominador comum: os dois se opõem ao trabalho. Nas sociedades atuais, o trabalho é tido como o que define o homem. O indivíduo que não trabalha, ou até mesmo que trabalha pouco, é tido como um patife, alguém sem caráter, um desajustado. Assim, o lazer e o tempo livre, são socialmente aceitáveis e sem pré-julgamentos àqueles que trabalharam para desfrutá-los.

Nessas problemáticas residem os maiores revesses aos estudos do lazer. O lazer precisa ser tratado como um fenômeno em si só. Um campo de estudos capaz de proporcionar inúmeras possibilidades, com relações dentre as mais diversas áreas do conhecimento.

Apesar de tantos anos à frente dos principais autores citados nesse trabalho, Elias e Dunning, vê-se ainda muito aparente, diversos dos problemas mencionados. Sendo assim, como parte fundamental da vida e com tantas possibilidades, o lazer ainda padece de uma compreensão mais a fundo. Necessita-se estudá-lo com mais afinco para que este alcance o seu devido lugar como campo de conhecimento.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, P. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: _____. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CORBIN, H. Dan; TAIT, William J. Education for leisure. Englewood Cliffs: Prentice-hall, 1973.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. A Busca da Excitação. Lisboa: Memória e Sociedade, 1992.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e Educação. 10 ed. Campinas: Papirus, 2003.
- PADILHA, Valquiria. Trabalho e lazer: reflexões sobre a abordagem funcionalista. 1992. 60 f. Monografia (Especialização em Lazer). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.
- PEIXOTO, Elza Margarida de Mendonça. Estudos do lazer no Brasil: apropriação da obra de Marx e Engels. 2007. 338 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



PPEdu UEL





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis; MARINHO, Alcyane. Dos clássicos aos contemporâneos: revendo e conhecendo importantes categorias referentes às teorias do lazer. In: PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis (Org.). Teorias do Lazer. Maringá: Eduem, 2010. p. 11-41.

REQUIXA, Renato. O lazer e a civilização urbana. Boletim de Intercâmbio. Rio de Janeiro: SESC. 1974.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

EDUCAÇÃO, CONTROLE DE PULSÕES E A FORMAÇÃO CORPORAL NA INICIAÇÃO ESPORTIVA

Grdo. Pedro Milagres
UFV/DES
pedro.milagres@ufv.br

Dra. Marizabel Kowalski
UFV/DES
belkowalski@ufv.br

Resumo: Nas sociedades ocidentais, o poder se perpetua na multiplicidade de correlações de forças iminentes ao domínio, tendo, por sua vez, propagação pelas instituições sociais. Este conjunto arquitetônico se desemboca na formação de novos sujeitos para abastecer a estrutura civilizacional. O objetivo deste estudo foi analisar a premissa da relação entre as instituições sociedade e esporte, teorizando o enfoque na interdependência prevalente entre ambas, por bases teóricas com alto prestígio acadêmico. Portanto, concluiu-se que o poder é legitimado por uma racionalidade das correlações de forças múltiplas que transpassam o corpo infantil, “mutilado” moralmente, que precisa ser docilizado pelo desporto.

Palavras-chave: Iniciação esportiva, relações de poder, esporte.

Abstract: In Western societies, power is perpetuated in the multiplicity of correlations of forces imminent to the domain, having, in turn, propagation by social institutions. This architectural ensemble leads to the formation of new subjects to supply the civilizational structure. The objective of this study was to analyze the premise of the relationship between society and sport institutions, theorizing the focus on interdependence prevalent between both, by theoretical bases with high academic prestige. Therefore, the power is legitimized by a rationality of the correlations of multiple forces that transgress the morally "mutilated" childlike body, which needs to be docilized by sport.

Keywords: Sports initiation, power relations, sport.

Introdução

Historicamente perceber-se que a monopolização da força pelo Estado e a criação de regras geraram mudanças na civilização e, assim, modelando os comportamentos. Nas investigações psicogenéticas e sociogenéticas de Norbert Elias (2011) acerca do processo de civilização identifica-se que as mudanças nas relações de poder, atribuíram aos indivíduos o autocontrole. Para o autor, à medida que foi aumentando a distância entre os

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





adultos e as crianças, compreende-se que a inserção de hábitos civilizados na infância se dá gradualmente.

A preocupação centra-se na análise dos instrumentos do Esporte e o produto resultante de sua aplicação. Assim, o esporte foi interpretado enquanto uma instituição civilizadora, pela qual disseminam as tecnologias punitivas do corpo como disciplina e educação para o controle das pulsões. As bases teóricas afirmaram-se no filósofo Michel Foucault com atrelamento ao sociólogo Norbert Elias.

De suas obras citamos como fundamentais para a construção deste estudo: “O Processo Civilizador I” (ELIAS, 2011) e “Os Estabelecidos e os Outsiders” (ELIAS & SCOTSON, 2000), “Vigiar e Punir” (FOUCAULT, 2014a) e “História da Sexualidade: Vontade de Saber” (FOUCAULT, 2014b).

Compactuando com Silva, *et.all* (2014), citamos que o ponto proximal entre os autores é a inspiração teórica sustentada nos escritos de Nietzsche (em Foucault, de uma forma mais intensa, e em Elias, especialmente para definição e, por conseguinte, diferenciação dos caracteres inglês, alemão e francês). Outro aspecto retomado em nas obras é a centralidade da categoria “corpo”, como um importante elemento para se tematizar a questão da disciplina/civilidade e das próprias relações de poder. Em termos de tensões teóricas protagonizadas entre os autores em tela, poderíamos citar, dentre outras coisas, o distanciamento na forma de apropriação do conjunto de ideias e noções que integram a psicanálise *freudiana*, além da própria maneira como constroem sua compreensão e crítica da modernidade (SILVA, *et.all*, 2014).

A importância em Norbert Elias se dá pela problematização a partir do método comparado, a construção social dos conceitos de cortesia e de civilização. Tais definições, segundo Elias, são excludentes em sua gênese, dividindo a sociedade entre civilizados (cortesãos) e incivilizados (camponeses). Para Silva, *et.all* (2014) o que o pensador alemão pretendeu acentuar foi as formas diferenciada e gradativa com que o processo civilizador se apoderou da vida dos indivíduos, principalmente no controle de determinados sentimentos, comportamentos e hábitos. Os autores frisam que foi por meio de um longo e lento processo civilizador, que um determinado segmento da população



fez uso (ainda que inconsciente) de sua posição social para desenvolver uma transformação na esfera dos costumes. O efeito mais perverso desta transformação, de acordo com Elias, foi o empoderamento daqueles que incorporaram os novos hábitos (os civilizados), mas também de exclusão daqueles que não acompanharam as mudanças e continuaram “sem modos”, ou seja, incivilizados (SILVA, *et.all*, 2014).

Conseqüentemente, o esporte é um meio de inserção de hábitos disciplinares nas crianças e jovens, sendo ainda, peça fundamental para o funcionamento da máquina civilizadora. Desta forma, a iniciação para o esporte privilegia a promoção de regras pelo ensino de ações coletivas e o estímulo do autocontrole nas crianças se estabelece com destaque no discurso de diversas famílias e, conseqüentemente, sustentam a sociedade civilizada.

Em segunda instancia temos que em “Vigiar e Punir” (FOUCAULT, 2002b) referenciamos a descoberta dos micropoderes disciplinares, que segundo Silva, *et.all* (2014) visavam à administração do corpo individual, surgidos no século XVII, em concordância com a gradativa formação de um conjunto de instituições como a escola, o hospital, a fábrica, entre outros espaços. Com a publicação de “A Vontade de Saber” (FOUCAULT, 1998), abre uma segunda fase de compreensão do poder, especialmente pelo fato de Foucault sistematizar as noções de biopolítica e biopoder. Esses conceitos vislumbraram o aparecimento, ao longo do século XVIII, e principalmente na virada para o século XIX, de um poder disciplinador, que já não se exercia somente sobre os corpos individualizados, mas também se exercia a título de política estatal mais macro, que pretendia administrar toda a vida da população. Duarte (2008) lembra que foi unindo essas duas formas de poder que um controle mais efetivo sobre os corpos começou a ser implementado. O autor salienta que, a partir da biopolítica, não importava apenas disciplinar a conduta individual. O objetivo passava a ser a implantação de um gerenciamento planejado da vida das populações e, mais do que simplesmente produzir o indivíduo dócil e disciplinado, era necessário gerir a vida da população (SILVA, *et.all*, 2014).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO



LAI





Objetivamos compreender os mecanismos do Esporte em contribuição para o processo civilizador sobre a tônica do poder na formação/manutenção de corpos infantis dóceis e civilizados, seja para a performance esportiva ou para a adequação ao convívio social. Evidenciar os processos de vigilância, disciplinamento e o autocontrole que se reproduzem no discurso da aprendizagem técnica no âmbito do treinamento do esporte. Ressaltar que a arquitetura da formação esportiva propicia a disseminação da tecnologia política do corpo essencial à docilização dos corpos infantis.

Para a realização desse trabalho buscou subsídios na pesquisa bibliográfica. Vale enfatizar de acordo com Gil (2002) que a pesquisa é o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema. Esta é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. Todavia, a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.

Argumentação teórica

Iniciamos a contextualização tendo por subsídio Arrelaro e Freitas (2014) na argumentação com Arroyo e Silva (2012), autor e organizador respectivamente, do livro “**Corpo infância:** exercícios tensos de ser criança; por outras pedagogias dos corpos”. As autoras enfatizam que reúne estudos sobre “infância e corpo” agrupados em quatro partes, as quais dialogam entre si. Os textos enfatizam reflexões acerca de corpos infantis em suas relações sociais, políticas, culturais e pedagógicas:

Corpos infância precarizados, destacam a realidade de vidas infantis jogadas no limite de um injusto e indigno sobreviver. Em *Corpos infância resistentes*, são elencados trabalhos que demonstram a vivência de crianças e

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





adolescentes como membros de grupos sociais que vivem no campo, em comunidades indígenas e em comunidades quilombolas. Na terceira parte, *Corpos infância sujeitos de educação*, são apresentados artigos que revelam dimensões educativas do processo de formação dos corpos. Para finalizar o livro, os artigos da quarta parte, *Corpos infância autoimagens corporais e imagens sociais*, enfocam as imagens corporais presentes nas mídias e nos jogos eletrônicos, além de representações sociais forjadas a partir da mercantilização de corpos (ARRELARO e FREITAS, 2014).

Como ponto partida estabelecido entre as teorizações de Elias e Foucault, no que diz respeito à construção de um quadro empírico-teórico mais amplo para compreensão dos fenômenos de “classificação” e “desclassificação” social, compete-nos destacar que ambos os intelectuais, de fato, estavam seriamente preocupados em trazer à luz como e de que forma são produzidas as “verdades” sobre os corpos – um conhecimento que, diga-se de passagem, se faz pelo incitamento ao falar como se deve agir e como se deve comportar em sociedade.

Consequentemente, em *Corpos precarizados que interrogam nossa ética profissional*, Miguel Arroyo apresenta reflexões acerca do papel da escola, dos professores e dos profissionais diante da realidade dos sujeitos que chegam às instituições escolares com seus corpos mutilados física e psicossocialmente (ARRELARO e FREITAS, 2014).

Na continuação da análise das autoras temos que Jaciara Oliveira Leite e Ana Márcia Silva, em *Educação do corpo, infância e juventude no cotidiano de um abrigo*, buscam realizar análises a partir do contexto de meninos que vivem em um abrigo no Município de Florianópolis. Durante a pesquisa, observaram que as atividades realizadas pelos meninos compunham normas e rituais corporais que se expressavam em necessidades e cuidados do corpo e com o corpo. Em conclusão, observaram que as experiências vivenciadas pelos meninos desse abrigo possuem uma relação contraditória entre a preocupação com a formação humana, a ocupação do tempo e o controle dos corpos. Para finalizar a primeira parte, as autoras Maria dos Anjos Lopes Viella e Célia Regina Vendramini, em *Consumindo corpos infantis e juvenis: o intrincado fenômeno da*

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





exploração sexual e comercial de crianças e jovens apresentam reflexões acerca da exploração do trabalho infantil em atividades ilícitas de exploração sexual.

Na segunda parte, em *Memórias pedagógicas das práticas corporais em assentamentos do MST de Santa Catarina*, Paulo Ricardo do Canto Capela e Edgard Matiello Júnior retratam aspectos da intervenção pedagógica realizada por estudantes universitários por meio de uma concepção de projetos de trabalho de maneira dialógica entre as áreas da Educação Física e Pedagogia em um assentamento MST. Infere-se do texto a condição social da criança a partir de jornadas de trabalho no campo, afazeres domésticos e frequência à escola. Sendo esse o lugar de valorização de sua cultura corporal e lúdica (ARRELARO e FREITAS, 2014).

O texto é uma contribuição histórica para repensar a teoria pedagógica e os currículos de formação docente para atuação na infância e juventude, especialmente no que tange à ética profissional. É necessário ressaltarmos que a possibilidade de reconstrução teórica, a partir da retomada conjunta e comparada dos escritos de Norbert Elias e Michel Foucault, nos permite avançar no entendimento de que a disciplina exercida sobre os corpos na trama das relações de interdependências sociais representam um esforço de “civilização” e “docilização” dos comportamentos e dos desejos; impondo classificações, esquadrinhando e rotulando a conduta individual e social, sempre tendo por referência as relações estruturantes (objetivas e subjetivas) de poder e, além disso, revelando a incessante busca por algo que o indivíduo não poderia, sozinho, compreender, tampouco identificar – uma verdade sobre seu corpo e sua alma (SILVA, et.all, 2014).

Desta maneira seguindo Arrelaro e Freitas (2014) em *Práticas corporais infantis e currículo – ludicidade e ação no contexto escolar*, as autoras Adriana de Castro Fonseca e Eliete do Carmo Garcia Verbena e Faria discutem a participação infantil nas práticas corporais e na construção do currículo. Trazem contribuições com base em um olhar sociológico que compreende a infância como uma etapa que necessita ser vivida, reconhecida e valorizada por sua especificidade. Ingrid Dittrich Wiggers faz um estudo sobre as representações corporais de crianças, com um título que remete à fala de uma das crianças: *Eu fiz um robô com rodas e*

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





tomada misturado com uma pessoa qualquer... ele tem um canhão com bola e raio laser...

A pesquisadora identificou, por meio de desenhos que constituem a figura humana, tipologias que refletem: a “menina-mulher”, a “loira imaginária”, a “engraçadinha”, a “magrela”, o “esqueitista”, o “*bad boy*”, o “herói virtual” e o “fortão”. Essas tipologias evidenciam algumas das principais imagens de corpo entre as crianças pesquisadas (ARRELARO e FREITAS, 2014).

Elias defende que relações de poder instalam figurações sociais de dominação de um grupo 'estabelecido' sobre outro por ele definido de *outsider* e Foucault defende que as práticas sociais geram saberes e novos sujeitos de conhecimento que atuam nas relações de poder vigentes.

No contexto de Iracema Munarim e Gilka Elvira Ponzi Girardello, em *Crianças, mídias e cultura de movimento - (des)caminhos para pensar o corpo na infância*, refletem sobre a infância, o brincar, os brinquedos, o corpo e o movimento no universo infantil. Fazem considerações sobre a ótica mercantilista e midiática que envolve as crianças, além de refletirem sobre os espaços e tempos destinados ao movimento e à brincadeira (ARRELARO e FREITAS, 2014).

Para as autoras, por meio do movimento, as crianças produzem sentido com base nas situações observadas em seus cotidianos e se apropriam das narrativas a que têm acesso, como da televisão, computador, histórias contadas e livros.

As relações de poder recebem atenção por parte de vários sociólogos e cientistas sociais das diferentes áreas visto que elas revelam as estruturas e formas de organização entre os indivíduos ou grupos sociais. Estas relações construídas socialmente estão permeadas de uma constante interação entre a estrutura social e a internalização e atuação por parte dos indivíduos, dado que estes ao mesmo tempo sofrem e exercem influências sobre a estrutura ou a figuração social (conforme Elias), na qual estão inseridos. Na mesma ótica de não separar indivíduo e sociedade, Michel Foucault buscou deslocar a centralidade do indivíduo na reflexão teórica sobre a sociedade, cuja importância na modernidade se deu muito em parte pela contribuição da psicanálise de Freud, segundo Foucault.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





Em seguida, Luciano Silveira Coelho e José Alfredo Oliveira Debortoli, no artigo *Corporalidade e engajamento: participação e aprendizado de crianças e adultos em contextos indígenas* ressaltam formas de participação das crianças nas práticas sociais cotidianas e suas relações com os adultos. Apresentam uma rica trama social, onde crianças e adultos estão corporalmente envolvidos em todos os cenários, como, por exemplo, nas tarefas domésticas, nos trabalhos agrícolas, na caça, nas brincadeiras e na prática do futebol. No texto *Os significados do corpo nos processos de socialização de crianças e jovens do campo*, Valmir Luiz Stropasolas analisa processos de socialização entre crianças e jovens do meio rural e o significado do corpo, para diferentes gêneros e gerações, na construção de sua identidade social. Consta-se que a participação do público infanto juvenil em movimentos sociais e o acesso a tecnologias, em especial às redes sociais, permitem questionamentos aos antigos padrões culturais. Assim, acarretam novos significados aos modelos de comportamento, inclusive mudanças referentes às práticas corporais e estéticas. Com o objetivo de integrar reflexões às práticas corporais infantis em comunidades quilombolas, Elaine de Paula e João Josué da Silva Filho apresentam o artigo *As brincadeiras das crianças de um quilombo catarinense: imaginação, criatividade e corporalidade*. Apontam, no texto, para a possibilidade de autonomia e mobilidade que o contexto comunitário oferece, o que se reflete nas brincadeiras das crianças, realizadas em grande parte na rua, permitindo momentos de rica interação com o meio físico e social. Maurício Roberto da Silva inicia a terceira parte do livro com o texto intitulado *Exercícios de ser criança – o corpo em movimento na Educação Infantil*, que reflete sobre o corpo em movimento no âmbito da cultura lúdica corporal. As discussões partem de projeto de extensão desenvolvido em curso de formação continuada da Rede Municipal de Florianópolis. Destaca que, nos espaços de educação infantil, é evidente o treinamento, a regulação e a educação do corpo por meio das rotinas institucionalizadas. Essas evidências sugerem a necessidade de, ao se pensar o currículo escolar, reconhecer as crianças como sujeitos de direito.

Por fim, em *Corpo, movimento e jogos eletrônicos: relações com a infância e juventude no contexto da educação*, de Rogério Santos Pereira, apresenta discussões

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





sobre o corpo, o movimento e as tecnologias. O autor tematiza o futebol, por meio de jogos eletrônicos, considerando o corpo como uma construção simbólica e o ciberespaço como mais uma dimensão da vida social contemporânea. Busca evidenciar que a brincadeira de construir e representar-se corporalmente no ciberespaço pode questionar a visão cartesiana que divide corpo e alma. Para o pesquisador, utilizar as mídias para potencializar o trabalho com múltiplas linguagens na educação, implica a construção de uma educação que amplie e qualifique as interações sociais (ARRELARO e FREITAS, 2014).

Resultados

Ao buscar a explicação de como se formou um tipo de saber, a individualidade e a normalidade no século XIX, Foucault foi muito além da perspectiva econômica – embora nunca perdesse de vista – para demonstrar como as práticas sociais e de poder, desde a antiguidade, levaram a um tipo de saber que criou os conceitos de indivíduo, de normal e anormal, da regra, da verdade e do saber. Tais conceitos desenvolveram, segundo Foucault, uma trajetória neste caso semelhante à perspectiva elisiana no que concerne à processualidade da construção social, onde as relações de poder – e não apenas aquelas concernentes às condições econômicas – são primordiais para a compreensão da construção social, pois são a partir delas que se formam objetos, conceitos, conteúdos, técnicas e também, os sujeitos. Aí residem algumas das semelhanças entre o pensamento de Foucault e Elias, onde práticas sociais, objetos e sujeitos são construídos processualmente, dentro de uma perspectiva histórica e permeados pelas condições sociais da sociedade. Esta concepção, a meu ver, parece ser comum aos dois autores.

Referências bibliográficas

ARRELARO, Joana D’Arc Silvia Goudinho & FREITAS, Tayanne da Costa Freitas. RESENHA: ARROYO, Miguel Gonzalez; SILVA, Maurício Roberto da (Org.). Corpo infância: exercícios tensos de ser criança; por outras pedagogias dos corpos. Petrópolis: Vozes, 2012. Secretaria de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

Estado de Educação do Distrito Federal, Brasília, Brasil. Pensar a Prática, Goiânia, v. 17, n. 4, out./dez. 2014.

ELIAS, Norbert. DUNNING, Eric. A busca da Excitação. Lisboa: DIFEL, 1992.

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador. Volume 1: Uma História dos Costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade 1: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. Microfísica do poder. 22. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2006.

_____. Vigiar e Punir: Nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREITAS, Alexandre Simão de. Governar os Incivilizados e os Outsiders: Apontamentos para uma Análise do Poder em Elias e Foucault. In. XII SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR. Anais. Recife, 2014.

SILVA, Marcelo Moraes, et.al. Norbert Elias e Michel Foucault – Apontamentos para uma Tematização Relacional da Noção de Poder. Florianópolis, SC: INTERthesis, 2014. v. 11. n. 1, p. 254 - 275.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

PROCESSOS SOCIAIS PLANEJADOS OU NÃO PLANEJADOS? PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO

Rayner Raulino e Silva
Universidade Federal do Espírito Santo
Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação
raynerraulino@gmail.com

Cleberon de Deus Silva
Universidade Federal do Espírito Santo
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação
cleberon1612@yahoo.com.br

Mario de Jesus Xavier
Universidade Federal do Espírito Santo
Graduando em Pedagogia
Bolsista de Iniciação Científica CNPq
mariojx1995@yahoo.com.br

Resumo: A fim de procurar respostas sobre o processo social de inclusão no ensino superior do público-alvo da educação especial no contexto brasileiro, realizamos o mapeamento e análise de vinte seis documentos oficiais e técnicos referentes à inclusão. Subsidiemo-nos por meio dos estudos da sociologia figuracional de Norbert Elias para a fundamentação teórica e metodológica. Os documentos apontam que as atitudes inclusivas tomam diferentes direções por ter como configuração uma sociedade de pessoas sem deficiência e são essas que produzem as deficiências aos indivíduos marginalizados socialmente por sua condição.

Palavras-chave: Processos Sociais. Inclusão. Ensino Superior.

Abstract: In order to seek answers about the social process of inclusion in higher education of the target audience of special education in the Brazilian context, we map and analyze twenty six official and technical documents related to inclusion. We subsidize ourselves through the studies of Norbert Elias's figurative sociology for theoretical and methodological foundation. The documents point out that inclusive attitudes take different directions in order to have as a configuration a society of people without disabilities and are those that produce the deficiencies to the individuals socially marginalized by their condition.

Key words: Social Processes. Inclusion. Higher education.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

O PERCURSO HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO PARA A SIGNIFICAÇÃO DA DEFICIÊNCIA E DA INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

A intenção desse artigo consiste em debater a partir dos dados produzidos com base em três fios condutores: o primeiro proveniente da sistematização do marco legal brasileiro sobre a inclusão de pessoas com deficiência; o segundo refere-se ao diálogo com a revisão de literatura brasileira; e o terceiro, diz respeito a um movimento de tecer diálogos com base teórica em Norbert Elias.

Nossa investigação, portanto, pretende compreender como se deu a processualidade dos sistemas sociais brasileiros acerca dessa inclusão. Logo o livro de Elias, o *Processo Civilizador*, produziu um estudo acerca dos processos sociais transcorridos pelas relações estabelecidas entre indivíduos pertencentes a uma mesma sociedade que, nos processos de dependências, constituíram normas e condutas sociais para essa comunidade. Assim, para Veiga (2008, p. 147), “[...] interessa a Elias compreender as posições dos sujeitos nas redes de dependências e interdependências humanas, o que ele denomina de figuração e configuração”.

Dessa maneira, Veiga (2008) nos aproxima de Elias esclarecendo que, por meio de uma relação de dependência promovida pela dinâmica societária, os indivíduos se associam constituindo “lugar/posição social”. Elias toma como ponto de partida o conceito de figuração, a ligação que os indivíduos possuem de reciprocidade e dependência, ou seja, “[...] uma formação social de dimensões variáveis (aldeia, classe escolar, jogadores, cidade, nação etc.)” (VEIGA, 2008, p. 147).

Para Elias (2006), esse conceito é a constituição de uma rede de interligações entre os indivíduos pertencentes que se modificam mediante a maneira como essas dependências entre si são produzidas, sendo influenciadas também pelo momento vivido. Por isso, a existência do ser humano ocorre pela condição de se relacionar com o próximo e, nessas inter-relações interdependentes, o ser humano se constitui pertencente em um determinado grupo.

Destarte, o conceito de figuração se diferencia de outros conceitos sociológicos por ter como cerne de problematização o indivíduo em sua formação com o outro. Essa

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





diferenciação está na compreensão de que esse conceito se distingue dos estudos do campo da física que podem investigar objetos sem vida. “Há figurações de estrelas, assim como de plantas e de animais. Mas apenas os seres humanos formam figurações uns com os outros” (ELIAS, 2006, p. 26).

O modo de sua vida conjunta em grupos grandes e pequenos é, de certa maneira, singular e sempre co-determinado pela transmissão de conhecimento de uma geração a outra, portanto por meio do ingresso do singular no mundo simbólico específico de uma figuração já existente de seres humanos (ELIAS, 2006, p. 26).

É importante frisar que o conceito de figuração surge para Elias, pois identifica-se, mesmo nas configurações de “caos”, “desordem social”, uma forma determinada de existência. Como os seres humanos são dependentes uns dos outros, eles se agrupam na forma de figurações específicas. Entretanto, o indivíduo não participa apenas de uma única figuração; ele, como ser singular, pode desligar-se de uma determinada figuração e ligar-se a outra, mas essa ligação dependerá das peculiaridades da figuração em específico, pois “[...] diferentes seres humanos singulares podem formar figurações similares, com certas variações” (ELIAS, 2006, p. 27). Famílias, cidades, países são um dos exemplos apresentados de diferentes figurações por que o mesmo indivíduo pode ligar-se e desligar-se.

Com base em Elias (2006), podemos compreender as redes de interdependências que os seres humanos formam entre si e constituem intrinsecamente; logo, não estabelecemos uma dicotomia entre os conceitos de indivíduo e sociedade. Segundo Elias (2006, p. 27), não devemos partir da perspectiva de que estão em espaços opostos: “[...] aqui o indivíduo, ali a sociedade”. Para maior explanação sobre a relação dos conceitos de indivíduo e sociedade em Elias, abordaremos esse debate com base em sua teoria sociológica figuracional. É importante considerar que as ideias de Elias (2014) acerca do distanciamento da sociologia figuracional com as sociologias clássicas, nos ajudam no debate das concepções de indivíduo e sociedade.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



PPEdu UEL





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

Acima de tudo, em diálogo com Elias (1993, p. 37), compreender esse movimento processual é necessário para que, assim, consigamos tecer as mudanças ocorridas nas instituições, bem como na conduta e constituição afetiva das pessoas. Do mesmo ponto de vista, produzir esse tecido institucional é necessário para pôr em evidência os modos particulares de pensar acerca desse fenômeno. Portanto:

Estamos interessados na ordem rigorosa das *transformações* sócio-históricas. E talvez não seja fácil, mesmo hoje, compreender que essas transformações não devem ser explicadas por algo que, em si, permanece inalterado, e ainda menos fácil compreender que, na história, nenhum fato isolado jamais produz por si mesmo qualquer transformação, mas apenas em combinação com outros (ELIAS, 1993, p. 37).

Por analogia ao que Elias aponta no trecho anterior, o que para nós importa é como a ordem jurídica tem visto essa temática no transcorrer do tempo e como se deu o movimento da inclusão para chegarmos ao que temos hoje. Os indivíduos dessa geração significam a inclusão desse público no ensino superior, pois, embasados nos estudos eliasianos, a dinâmica societária é modificada em um ritmo intenso por meio das interações entre os indivíduos pertencentes à mesma figuração. Por isso, analisar esse fenômeno em um contexto específico pode dar-nos indícios do contexto universal com base na análise de diferentes fontes.

Por isso, o exercício que temos a partir dessa abordagem sociológica, está em compreender a mudança no decorrer do tempo. Essas mudanças só podem ser identificadas se, nesse processo de investigação, entendermos a fase anterior temporal, pois “a estrutura posterior teve a primeira como condição; não emergiu necessariamente da primeira, mas esta foi uma condição necessária para emergir a segunda” (ELIAS, 1994, p. 144).

Assim, é importante que uma das leituras possíveis acerca dessa temática se dá pelo entrelaçamento de diferentes fontes. Elias (1993), nos instiga a compreender a inclusão, não a partir apenas de sua condição atual, mas pensar a processualidade em que se deu tal fenômeno.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Para entendermos essa processualidade, então partiremos do mapeamento dos documentos normativos que envolvem decretos, planos, leis, resoluções, programas, normas e convenções que influenciam e influenciaram a cultura da inclusão no contexto universitário brasileiro em profundo diálogo com os trabalhos acadêmicos.

OS DISPOSITIVOS LEGAIS QUE ABORDAM A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

Nesse procedimento de pesquisa, debruçamo-nos sobre 26 documentos legais que partem desde o contexto global até os contextos nacional e local. Primeiramente destacamos o período em que os documentos se apresentam: desde 1975 a 2017. Assim, temos 42 anos de marco legal no Brasil. Identificamos que ainda é recente o debate legal sobre essa temática no país, levando em consideração o que só temos nas últimas cinco décadas.

No contexto brasileiro está presente uma articulação com os organismos internacionais, para impulsionar a uma consciência coletiva sobre o tema. Nesse movimento global, no Brasil, percebemos que, em 1975, tivemos, na “Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes”, o marco que iniciou o debate. Ao analisarmos esse documento, encontramos o termo “pessoa deficiente” (ONU, 1975), o qual se destina àquela pessoa que, por resultado de sua deficiência, não é autônoma no processo de socialização. Portanto, trata-se do indivíduo que não se encaixa em um tipo “normal” de independência (ONU, 1975).

Ao estudarmos a Constituição Federal Brasileira de 1988, constatamos que o termo utilizado nesse documento é “pessoa portadora de deficiência”. Esse termo consiste no entendimento de que a pessoa com deficiência, desse modo, portava a deficiência, relaciona o sentido de doença e traz como cenário um modelo médico de deficiência (CRUZ, 2012). Esse mesmo documento legal, em seu art. 25, aponta que “a educação é um direito de todos” (BRASIL, 1988, p. 123).

Com base na ideia de que todos possuem o direito à educação, as organizações internacionais, no intuito de promover uma cooperação entre os países, articularam alguns

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





documentos normativos, entre os quais a “Declaração de Salamanca” em 1994. Esse documento teve por eixo de debate o direito à educação, com prioridade, o debate da formação das crianças e jovens com deficiência ou dificuldades de aprendizagem. O termo utilizado por esse documento é o de “necessidades educacionais especiais”, pois advém da necessidade educativa desses indivíduos resultante da deficiência (UNESCO, 1994).

Outro documento estudado foi a “Carta para o Terceiro Milênio”, de 1999, que também assinala o reconhecimento dos direitos sociais para todos. Outros marcos normativos internacionais foram importantes para um diálogo entre os diferentes países, a saber: a Declaração Internacional de Montreal Sobre Inclusão (2001); a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (2001); e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006)²⁴⁰.

Esse fio tecido com base nas organizações internacionais estimulou no Brasil novos documentos, entre os quais a Lei n.º 10.098/2000, o Decreto n.º 3.956/2001, a Lei n.º 10.436/2002, a Portaria n.º 3.284/2003, os Decretos n.º 5.296/2004, n.º 5.626/2005, n.º 6.096/2007, n.º 6.571/2008 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-EI/2008).

Nesse panorama, o Decreto n.º 3.956/2001 demarcou a aprovação do Congresso Nacional à Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. Em um ano posterior, temos um grande avanço nas políticas por meio da Lei n.º 10.436/2002, no Brasil, há o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como “meio legal de comunicação” da comunidade surda. Em seu art. 4.º, essa lei destaca que o sistema educacional brasileiro deve

[...] garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais –

240 Promulgada no Brasil pelo Decreto n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009).



Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, conforme legislação vigente (BRASIL, 2002, p. 01).

Em virtude desse marco legal, o estudo de Costa Junior (2015) nos ajuda a refletir que houve um reconhecimento da LIBRAS como língua da comunidade surda e que tem sua gramática específica, regulamentada, em seguida, pelo Decreto n.º 5.626/2005.

A Lei n.º 10.098/2000 estabelece diretrizes de acessibilidade para as pessoas “portadoras de deficiência”. Entende-se que a acessibilidade é possibilitar a esse público “condição de alcance” aos espaços e mobiliários disponibilizados (BRASIL, 2000) e que, por meio da Portaria n.º 3.284/2003, as IES devem promover condições de acessibilidade e o governo vai avaliar essas condições para fins de reconhecimento e autorização dessas instituições (BRASIL, 2003). Trata-se de lei regulamentada posteriormente pelo Decreto n.º 5.296/2004.

Em diálogo com os estudos de Castro (2011), indica-se que o Decreto n.º 5.296/2004 foi responsável pela regulamentação de outras legislações²⁴¹, estabelecendo a acessibilidade ao ensino superior, a qual é de suma importância para esse nível de ensino, pois estabelece normas gerais e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

O Decreto n.º 5.296/2004 regulamenta as Leis n.º 10.048 e n.º 10.098, ambas de 2000, e define a acessibilidade como condição de a pessoa com deficiência acessar os espaços, mobiliários e equipamentos com total e assistida segurança e autonomia, bem como serviços de transporte, meios de comunicação e informação (BRASIL, 2000b, p. 01).

Dando continuidade à Lei n.º 10.098/2000, outro inciso importante para apresentar é a definição de barreiras, que são “[...] qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação” (BRASIL, 2000b, p. 01).

²⁴¹ Lei n.º 10.048, de 8 de novembro de 2000, que trata do atendimento prioritário, e Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece critérios e normas básicas para a acessibilidade (BRASIL, 2004).



Nessa intenção de ultrapassar barreiras no acesso e permanência de universitários com deficiência, no Brasil, a partir de 2005, há a execução do Programa Incluir: acessibilidade na educação superior. Em diálogo com os estudos de Freitas (2015), Tartuci (2014), Ramalho (2012), Conceição (2017), percebemos que esse programa surge como meio de investimentos financeiros, mediante editais às IES. Esses investimentos intencionavam desde o financiamento de reformas arquitetônicas até a criação de núcleos de acessibilidades. A estruturação desses núcleos consta nos Decretos n.º 6.571/2008 e n.º 7.611/2011.

Em nosso movimento de investigação, percebemos que um grande marco político para a educação especial brasileira foi a PNEE-EI/2008, ao destacar a delimitação do público-alvo da Educação Especial – as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008) –, sendo garantido o seu acesso ao ensino regular e continuidade aos estudos, já que, no ensino superior, é necessário promover ações de acessibilidade, permanência e participação.

O termo então adotado passa a ser “pessoa com deficiência”. Esse sentido está atribuído ao resultado das barreiras produzidas pelas interações entre a pessoa com deficiência e o seu meio, que, a partir desse resultado, restrinja a sua participação plena em sociedade (BRASIL, 2008).

Assim, articulando a ideia de plena participação das pessoas com deficiência em sociedade, temos que destacar como essa plena participação se apresenta no contexto universitário. O Decreto n.º 7.234/2010 dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o qual tem como um dos objetivos articular ações de permanência das pessoas nesse nível de ensino (BRASIL, 2010).

Os estudos de Tartuci (2014) e Freitas (2015) dialogam sobre o PNAES e assinalam que esse decreto foi importante para as ações de inclusão e permanência de jovens nas IES. Entretanto, esse decreto tem seu foco maior nos jovens oriundos da classe econômica baixa, para diminuir as desigualdades sociais existentes no âmbito universitário, e não menciona as situações que decorrem por meio das deficiências.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Nesse movimento de nos debruçarmos sobre as políticas, um outro olhar foi sobre os regulamentos legais do nosso campo de investigação. A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), por meio da Resolução n.º 31/2011, cria o Núcleo de Acessibilidade da UFES, vinculado à Pró-reitoria de Gestão de Pessoas e Assistência Estudantil desta Universidade (PROGEPAES/UFES). Um grande marco para o contexto local.

Posteriormente o Naufes é realocado e passa a ser vinculado a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (PROAECI), por meio da Resolução n.º 28 de 2015. Essa mesma resolução estrutura a política de acessibilidade da UFES em cinco eixos: “Barreiras Físicas; Acesso e Permanência; Questões didáticas; Pesquisa e Inovação; e Barreiras Atitudinais” (ESPÍRITO SANTO, 2015, p. 01). Sendo assim, o acesso e permanência nesse contexto, não está atrelado apenas aos prédios arquitetônicos, e também, em processos sociais de inclusão.

Não podemos terminar esse subcapítulo sem citarmos a Lei n.º 13.409/2016 e a Portaria n.º 09/2017: a lei altera a de número 12.711/2012, que trata das cotas nos cursos técnicos e no ensino superior e tal alteração inclui as pessoas com deficiência, mediante a revisão dessa lei após o período de dez anos; a portaria organiza como se dará a proporção das vagas para essas cotas e como funcionará o processo da declaração do aspirante cotista, que tomarão como comprovação da deficiência um laudo médico com o código de referência do CID (BRASIL, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo tem por finalidade responder ao objetivo de identificar a significação de sentidos de inclusão e deficiência com base nas narrativas pesquisadas, as quais estão presentes nos documentos legais. Partimos da compreensão de que os seres humanos em sociedade são responsáveis pelas ideias, noções e pensamentos coletivos, introduzidos na vida uns dos outros. Elias (2006) nos instiga a pensar que, por termos esses processos de reprodução, podemos cair em alguns perigos e temores que podem levar a um grau de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





vulnerabilidade e insegurança, ocasionadas pelos “mitos” coletivos. Todavia, o processo de interdependência ajuda a fortalecer os vínculos sociais, e, nos momentos de incertezas, as inter-relações são fatores que dão suporte.

Isso se vê, por exemplo, nas ideologias nacionais e na convicção que o sujeito tem do mérito especial, da grandeza e superioridade de sua tradição nacional, explícita e implicitamente ligada a elas. Por um lado, essas ideologias ajudam a unir os membros de um Estado e a fazê-los cerrar fileiras quando há ameaça de perigo; por outro, servem para atizar o fogo do conflito e da tensão entre as nações, e para manter vivos, ou até aumentar, os perigos que as nações procuram afastar com sua ajuda. Não raro, os valores que representam a essência daquilo que dá finalidade e sentido à vida contribuem para a constante renovação de tendências destruidoras da vida e do sentido, as quais, por sua vez, reforçam os valores que servem de defesa contra essas ameaças (ELIAS, 1994, p. 73).

Em relação a esse impacto destacado anteriormente, podemos dialogar quando Elias (1994) denota o “atual avanço da integração”. Esse avanço destacado pelo autor ocorre, pois, em alguns países, não há uma garantia dos direitos sociais para todos os indivíduos. Por isso, a garantia desses direitos vai depender da articulação global.

De certo, a relação entre os indivíduos de uma mesma figuração não se estabelece por uma unidade “eficaz de sobrevivência”. Portanto, a direção da relação-nós na balança de poder que debatemos com Elias (1994) está fragilizada. “Mas nossos vínculos com essa unidade-nós universal são tão frouxos que poucas pessoas, ao que parece, têm consciência deles como laços sociais” (ELIAS, 1994, p. 184).

Por consequência dessa fragilidade nos vínculos com a unidade-nós, temos, nas últimas décadas, o aparecimento de instituições com a intenção de promover a cooperação entre os diferentes países, entre as quais a Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial, a Organização Mundial da Saúde, entre outros. Desse modo, nessa fragilidade percebemos o aparecimento de documentos legais, promovido por essas instituições globais, influenciando o contexto brasileiro, como apresentamos anteriormente.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Nesse movimento, identificamos que, ao longo da história da educação, ampliou-se a oferta para indivíduos em desigualdades sociais, entre os quais negros, mulheres, pobres, índios, e, no destaque deste estudo, as pessoas com deficiência. Entretanto, a inclusão desse grupo no espaço educativo, sem dúvida, é um tema complexo, pois a leitura de sociedade pelos indivíduos pertencentes a ela varia de acordo com as figurações estabelecidas. Nessa direção, incluir as pessoas com deficiência no ensino superior tem tomado variadas dinâmicas.

Destarte, com base na sociologia figuracional eliasiana, entramos em um plano de debate que é sobre como se deu a função de determinados grupos de indivíduos organizados que desenharam o processo social inclusivo. Esses grupos de indivíduos foram fundantes para a construção dessas políticas sociais para a inclusão de pessoas com deficiência, influenciaram os comportamentos sociais e produziram transformações.

Portanto, compreender essa constituição das políticas de inclusão é demarcada como processos sociais planejados. Entretanto esse planejamento como nos aponta Landini (2007, p.172) “[...] é característico de uma fase do desenvolvimento não planejado e entrelaça-se continuamente com ele”. Esse entrelaçamento se dá pelas relações entre os indivíduos e suas representações simbólicas. Pois assim, como nos diz Elias (1994, p.153), quando o mesmo denota sobre o progresso inerente à esse planejamento:

Como exemplo do progresso em si, poderíamos apontar inicialmente para o fato de que cada fase posterior do processo de desenvolvimento atravessada por um indivíduo pressupõe uma sequência contínua dos estágios precedentes (ELIAS, 1994, p. 153).

Assim, por meio do trecho citado anteriormente, retomamos o nosso objeto de estudo, a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. Em diálogo, o planejamento está em entender que a “[...] inclusão é o ponto de partida e não de chegada” (FREITAS, 2013, p. 14), pois uma atitude inclusiva se orienta, não apenas, a direcionar esses sujeitos na condição das “fronteiras acadêmicas” e das disciplinas, mas também manifestar que “[...] o que está em questão é enxergar o outro sem reduzi-lo às marcas de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO





seu corpo, às mutilações que sofreu ou às ineficiências que seu organismo expõe quando comparado a outro” (FREITAS, 2013, p. 17). Logo, incluir é enxergar para além das marcas de suas deficiências.

Todavia, ao falarmos de inclusão, precisamos analisar a existência de um grupo excluído neste trabalho: as pessoas com deficiência. Pensando nesse grupo, Torres (2002), apresenta algumas concepções distintas sobre a deficiência ainda existentes no nosso cotidiano, por meio de uma dicotomia de “normal x anormal”.

Com base nessa dicotomia, destaca-se que o conceito “normal” nos processos sociológicos e da área da saúde se deriva de um “luxo” sociobiológico; portanto, ela não pode ser reduzida apenas em um sentido biológico do ser normal e anormal, e sim envolve valores sociais que estão presentes nos padrões sociais constituídos (TORRES, 2002).

Importante ressaltar nesse debate que ao Canguilhem (1995) falar sobre a definição de normal como “o mais frequente”, contrapondo ao conceito de mutação, pois exemplifica o seguinte: “[...] mundo animal ou vegetal, uma mutação pode constituir a origem de uma nova espécie”, não é o caso do ser humano que, no surgimento de uma “mutação”, é considerado na sociedade um deficiente, ou em outras palavras, “anormal”, por não seguir a norma da sociedade, instituída culturalmente.

Em outras palavras, essa instituição pode identificar as transformações ocorridas nos processos de construção dos conceitos de deficiência. Smith (2008) exemplifica que não possui uma noção fechada de deficiência, pois os conceitos estão relacionados com as diferentes “[...] atitudes, crenças, orientação, áreas de estudo e cultura” (GUERREIRO, 2011, p. 29).

Destarte, concluímos que o marco normativo brasileiro passou por várias alterações que influenciaram o modo de significar as pessoas com deficiência no contexto social. Esses modos não foram em movimentos contínuos, e, com uma linearidade, os movimentos foram complexos. À vista dessa complexidade, em diálogo com as mudanças acontecidas no contexto global, tivemos grandes mudanças no contexto educativo atingindo, nos últimos anos, o contexto educativo universitário.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Referências bibliográficas

- BRASIL. Constituição de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 16 jan. 2017.
- _____. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 1999.
- _____. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2001.
- _____. Diretrizes Gerais do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Plano de Desenvolvimento da Educação. Documento elaborado pelo Grupo assessor nomeado pela Portaria n.º 552 SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, em complemento ao art. 1.º § 2.º do Decreto Presidencial n.º 6.096, de 24 de abril de 2007. Brasília, 2007.
- _____. Documento Orientador do Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior – SECADI/SESu, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=495>>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- _____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2000.
- _____. Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília, 2002.
- _____. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 28 dez. 2016.
- _____. Ministério da Educação. Plano decenal de educação para todos, 1993. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002598.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2016.
- _____. Política Nacional de Educação especial na Perspectiva da Inclusão Escolar, 2008. Secretaria de Educação Especial. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.



17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

- CANGUILHEM, G. O normal e o patológico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- CASTRO, S. F. Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. 2011. 245 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2011.
- CONCEIÇÃO, J. H. Educação especial no ensino superior: processos sociais comparados entre México e Brasil. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, 2017.
- COSTA JÚNIOR, E. R. A modelação de uma política cooperativa na formação de estudantes surdos no Ensino Superior. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2015.
- CRUZ, R. L. Inclusão no ensino superior: um estudo das representações sociais dos acadêmicos com deficiência visual da UFPB. 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012.
- ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- _____. Escritos & ensaios: Estado, processo, opinião pública. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- _____. Introdução à sociologia. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2014.
- _____. O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização. v. 2, 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- FREITAS, M. A. G. Equidade e eficácia no ensino superior: o ingresso, permanência e desempenho acadêmico dos estudantes com deficiência. 137 f. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.
- FREITAS, M. C. O aluno incluído na educação básica: avaliação e permanência. São Paulo: Cortez, 2013.
- GUERREIRO, E. M. B. R. Avaliação da satisfação do aluno com deficiência no ensino superior: estudo de caso da UFSCAr. 2011. 229 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2011.
- LANDINI, Tatiana Savoia. Jogos habituais – sobre a noção de habitus em Pierre Bourdieu e Norbert Elias. X Simpósio Internacional Processo Civilizador. Campinas, 2007. Disponível em: http://www.uel.br/grupoestudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais10/Artigos_PD_F/Tatiana_Landini.pdf Acesso em: 30 set. 2017.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (ONU). Declaración de los Derechos de los Impedidos. 1975. Disponível em: http://www.cinu.org.mx/temas/desarrollo/dessocial/integracion/ares_3477xxx.htm. Acesso em agosto de 2017.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN LA CIENCIA Y LA CULTURA (UNESCO) Y MINISTERIO DE EDUCACIÓN Y CIENCIA ESPAÑA. Declaración de Salamanca. Temario abierto de Educación Inclusiva, Santiago de Chile, Archivos Industriales y Promocionales Ltda. Salamanca, 1994.

RAMALHO, M. N. A inclusão de alunos com deficiência na UEPB: uma avaliação do Programa de Tutoria Especial. 2012. 172 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

REHABILITATION INTERNACIONAL. Carta para o Terceiro Milênio. Londres: Assembleia Governativa da Rehabilitation Internacional, 1999.

SMITH, D. D. Introdução à Educação Especial: Ensinar em tempos de inclusão. Tradução de M. A. Almeida. São Paulo: Artmed, 2008.

TARTUCI, T. M. Ingresso e permanência de alunos com deficiência na UFG/*Campus* Catalão. 2014. 169 f. Dissertação – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás, *Campus* Catalão. Catalão, 2014.

TORRES, E. F. As perspectivas de acesso ao Ensino Superior de Jovens e Adultos da Educação especial. Florianópolis, 2002. 196 f. Tese (Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRÍTIMO SANTO. Resolução n.º 28 de 2015. Disponível em: www.ufes.br. Acessado em: 10 maio 2016.

VEIGA, C. G. Pensando com Elias as relações entre Sociologia e História da Educação. In: FARIA FILHO, L. M. (Org.). Pensadores sociais e História da Educação. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 145-172.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

**ELES, “BÊBADOS E DESINTELIGENTES”, E NÓS, A “BOA SOCIEDADE”:
AS RELAÇÕES DE CONFLITO ENTRE BRASILEIROS E IMIGRANTES
NA CIDADE DE PONTA GROSSA-PR (FINAL DO SÉCULO XIX)**

Prof^a Dr^a Renata Sopelsa
rsopelsa9@gmail.com

Resumo: No final do século XIX chegaram a Ponta Grossa centenas de famílias vindas de diversas regiões da Europa. Não tardou para que os novos moradores fossem vistos como estranhos, pois com suas línguas e sotaques diferentes andavam pelas ruas desfilando hábitos e costumes vistos como grosseiros pelos antigos moradores da cidade, que há décadas compartilhavam o mesmo ‘habitus’ social. Surgiram então os primeiros embates e desencontros. Esse trabalho objetiva desvelar essas relações conflituosas, buscando analisar as estratégias que as famílias antigas construíram para inferiorizar e se distanciar simbolicamente dos estrangeiros, já que fisicamente eram obrigados a conviver próximos.

Palavras-chave: Imigrantes. Famílias antigas. Conflito.

Abstract: At the end of the 19th century, hundreds of families arrived from Ponta Grossa from different regions of Europe. The new residents were seen as strangers, because their different languages and accents, they showed in the streets different habits and customs, seen as coarse by the old inhabitants of the city, who for decades shared the same social 'habitus'. Then came the first clashes and mismatches. This work aims to unveil these conflicting relationships, seeking to analyze the strategies that the old families built to be superior and symbolically distant from the foreigners, since they were physically forced to live close together.

Keywords: Immigrants. Old families. Conflict.

“O paraíso terrestre do Brasil”, assim August de Saint-Hilaire descreveu os “Campos Geraes” quando percorreu a região no início do século XIX: “certamente uma das mais belas regiões que já percorri desde que cheguei à América (...)” (SAINT-HILAIRE, 1995, p.12 e 32)

Diferente das regiões percorridas pelo viajante anteriormente, o terreno ondulado era marcado por grandes extensões de campos recobertos por pastagens naturais, e que nas áreas mais baixas abrigava matas com vertentes de água, onde erguiam-se as

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





“imponentes Araucárias”. Essas características naturais, que causaram boa impressão ao olhar estrangeiro, tornavam esse planalto um espaço propício para a criação de animais.

Não obstante, o processo de ocupação dessas terras e sua inserção na economia nacional deu-se a partir do comércio e condução de animais pelo Caminho das Tropas. Com o passar do tempo, essas atividades alcançaram um significativo desenvolvimento econômico que resultou o aumento no número de fazendas dedicadas à pecuária. Mas se na primeira metade do século XIX os proprietários dos campos conseguiram arrecadar grandes fortunas, por volta da década de 1870 o lucro fácil e a abundância começaram a declinar. Vale salientar que nesse período a economia brasileira vivenciava outro contexto histórico em que transporte da produção no lombo de mulas foi perdendo lugar para as ferrovias que ligavam a região cafeeira ao porto de Santos. Tais mudanças ocasionaram uma queda abrupta nos negócios do tropeirismo.

Nesse ínterim, diversas famílias de proprietários passaram a morar nas cidades e diferente de seus predecessores, muitos herdeiros até preferiram não seguir conduzindo os negócios nas fazendas. Decerto muitos desses rapazes haviam passado parte de suas vidas em regiões mais urbanizadas onde tiveram contato com modos de vida mais refinados e modificaram suas formas de se comportar, de falar, de se vestir, o gestual, até mesmo suas predileções no que tangia à comida, bebida, festas, suas opiniões políticas e visões de mundo. Pode-se dizer, desse modo, que à medida que corria para o fim do século XIX, os grandes proprietários rurais “souberam transformar-se”. E transformaram-se de fazendeiros e tropeiros em bacharéis formados em São Paulo, Pernambuco ou mesmo na Europa, ou seja, em indivíduos letrados que monopolizaram as cadeiras no poder político e as melhores posições sociais dentro da nova figuração social.

Nesse ponto é interessante notar que, embora diga respeito à outra formação social e momento histórico, os estudos de Norbert Elias acerca do “processo civilizador” trazem uma clara contribuição à análise sobre a noção de civilidade compartilhada por essa nova elite local, ao demonstrar a existência de uma forte conexão entre as alterações na estrutura social e as mudanças no comportamento e nas emoções dos indivíduos. (ELIAS, 1990)

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





Igualmente assistindo a esse “processo civilizacional” da elite local, nesse novo contexto Ponta Grossa tornou-se o principal centro urbano da região dos Campos Gerais após ser contemplada com a construção das linhas de ferro.

Aliás, a possibilidade de transpor distâncias de forma mais rápida e ágil e ter seu cotidiano cadenciado pela partida e chegada dos trens, atendia muito bem ao interesse dos herdeiros do poder econômico local em construir a imagem de Ponta Grossa como uma cidade próspera, fadada ao crescimento perante sua localização geográfica, pois as ferrovias tornaram o ‘progresso’ alvo visível e, porque não dizer, até palpável. Ao fim e ao cabo, buscavam deixar o passado rural para trás e construir um espaço urbano que fosse ao encontro de seus novos hábitos e costumes, ‘mais civilizados’. Por conseguinte, não tardou para que adotassem medidas visando o embelezamento das áreas centrais, elaborando projetos para o nivelamento de terrenos muitos inclinados, a criação de diversas ruas e o calçamento daquelas que eram consideradas de maior importância.

Contudo, se o núcleo urbano era modificado com vistas a uma modernização, a população local em rápido crescimento ainda carecia de diversas melhorias em seu cotidiano, a começar pela maior oferta de gêneros alimentícios. Não tardou para que fossem implantadas em Ponta Grossa as mesmas políticas em defesa da vinda de imigrantes para trabalhar no campo que já existiam em outras cidades do Paraná.

De acordo com Maria Luiza Andrezza e Sérgio Odilon Nadalin, desde 1850 os governos provinciais eram parte diretamente interessadas no assunto colonização e se, em uma perspectiva nacional a imigração estava mais relacionada à necessidade de suprir a falta de mão de obra nas grandes lavouras de café, na região sul do país, e no Paraná em particular, ela foi mais ao encontro à colonização de povoamento. (ANDREAZZA; NADALIN, 1994)

Criada em 1853, a Província possuía uma economia sustentada basicamente por duas atividades: a criação e a internagem de gado e muares na região dos Campos Gerais, e que mais tarde expandiu-se para os Campos de Guarapuava e de Palmas, e as indústrias da erva-mate na capital Curitiba e nas cidades litorâneas. Já o setor agrícola, por não ser visto como lucrativo diante da conjuntura econômica tanto nacional quanto regional,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





voltada para a exportação, constituía-se em um permanente problema diante da carência de gêneros alimentícios.

Desse modo, já na administração do primeiro presidente da Província, Zacarias de Goes e Vasconcelos, o assunto imigração veio à tona diante da busca pelo ‘trabalhador’ que pudesse não somente povoar as “terras devolutas”, mas nelas produzir alimentos.²⁴² Pelo seu ponto de vista que era o mesmo apresentado pelas elites locais, os imigrantes seriam mais civilizados, não ociosos e nem cheios de vícios como os trabalhadores nacionais - leia-se os negros e pardos, e brancos sem posses. Ou, para usar os termos correntes nesse período, os imigrantes seriam “laboriosos” e “morigerados”. Segundo o Magnus Roberto M. Pereira o termo “morigerado”

..hoje praticamente em desuso, era frequentemente utilizado pelas camadas dominantes da sociedade paranaense do século XIX para designar um conjunto de atributos que consideravam positivos (...) Morigerados eram aqueles que compartilhavam do ideário da positividade do trabalho e da acumulação. Também eram morigerados aqueles que sabiam comportar-se dentro de determinadas regras de etiqueta consideradas civilizadas. (PEREIRA, 1996, p.12)

Construía-se, portanto, uma visão romantizada do imigrante como um trabalhador servil, conhecedor de técnicas inovadoras, dedicado ao cultivo da terra e à família, ordeiro e pacífico, que serviria bem aos projetos de modernidade que eram defendidas pelas elites do Paraná assim como em várias outras partes do Império nesse período. (NADALIN, 2001, p.72)

Buscando seguir esses parâmetros, durante o governo de Lamenha Lins foram estabelecidas 12 colônias nos arredores de Curitiba, onde se fixaram cerca de 4.000 imigrantes. E diante dos resultados positivos obtidos nessa etapa estimularam-se novas

²⁴²Relatório do presidente da Província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854.



iniciativas colonizadoras, estendendo os empreendimentos para os Campos Gerais, sendo que a cidade que recebeu o maior número de imigrantes foi Ponta Grossa.²⁴³

Entre novembro e dezembro de 1877 e julho, agosto e outubro de 1878, chegaram ao município 2.381 russos-alemães que foram instalados em 17 núcleos coloniais, (BALHANA, 1963, p. 29 e 30) Em seguida, novas levas de imigrantes foram sendo instaladas nas terras do município, tal como italianos, ucranianos e, principalmente, poloneses. No entanto, também em virtude da dificuldade para cultivar a terra, que por mais que sementes não produzia, muitas famílias foram obrigadas a abandonar o campo em busca de trabalho no meio urbano.

No decorrer do tempo, a esses primeiros imigrantes juntaram-se novos estrangeiros, indivíduos que haviam realizado uma viagem solitária ou na companhia de apenas alguns membros da família. Em sua maioria não eram agricultores e vieram para morar e trabalhar no espaço urbano, conforme foi possível apurar a partir das informações retiradas das fontes criminais.

Configurando-se como o principal conjunto de fontes deste trabalho, os processos nos permitiram o acesso a diversas informações pessoais, profissionais e sociais dos imigrantes. E sua análise trouxe a rara possibilidade de desvelar as experiências e o cotidiano de homens e mulheres pobres de várias nacionalidades, cujas trajetórias pessoais fugia da imagem idealizada do trabalhador do campo, abnegado, até subserviente.

O ‘imigrante real’ era morador da cidade, não raro sem muita instrução, sem posses, que perante as dificuldades diárias e o desejo, consciente ou inconsciente, de integrar-se nesse mundo social desconhecido onde não tinham amigos nem conhecidos, nas ruas da cidade aproximaram-se de indivíduos de outras etnias ou mesmo dos grupos sociais nacionais menos favorecidos. E com eles começaram a conviver não somente nos espaços e horários de trabalho, quando havia, mas também nos intervalos, nos períodos de descanso como se pode

²⁴³ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo presidente da Província, Adolpho Lamenha Lins. Província do Paraná, Typ. da Viuva Lopes, 1876, p. 77.



averiguar na nacionalidade declarada pelos integrantes do baile na casa do comerciante alemão.

No dia 12 de outubro findo as onze horas mais ou menos aconteceu que por ocasião de um baile que se deu na casa do negociante Theodoro Mockel onde foram reunidos os denunciados e como quisessem tomar parte no baile e não fossem admitidos, após curta altercação que tiveram com alguns dos que faziam parte do divertimento, retiraram-se da casa, e como fechassem as portas, os denunciados arremessaram-se sobre ela conseguindo entre abri-la apesar os esforços que empregaram as pessoas que estavam dentro descarregando sobre a porta diversos tiros de revólver ou arma de fogo sendo nessa ocasião offendida levemente em uma perna por um projétil de arma de fogo Vicenti Motti.²⁴⁴

Naquela noite estavam reunidos na casa do negociante alemão Theodoro Mockel, o marceneiro italiano Francisco Guzzoni, o brasileiro João Alves da Silva, sapateiro, o ferreiro alemão Rodolpho Schier e outros tantos rapazes e moças buscando aproveitar a noite para beber, cantar, dançar.

Após a instauração do processo por tentativa de homicídio, estrangeiros e nacionais foram chamados a depor, e entre as acusações que estavam sendo investigadas e averiguadas estava o fato do citado baile ter sido realizado sem a exigida autorização das autoridades locais. Deve-se ressaltar que embora as leis municipais determinassem que os eventos e reuniões festivas deveriam ser promovidos em locais adequados a movimentação de um maior número de pessoas, apenas as festividades da elite local aconteciam nos salões dos clubes sociais. Aos demais grupos e imigrantes, restava o espaço de suas residências, os lugares vagos nas casas de comércio, as varandas, as ruas.

Ao analisar o citado processo depreende-se formas de estigmatização e delimitação dos espaços que deveriam ser ocupados pelos novos moradores, e até mesmo limites que eram implicitamente impostos aos seus hábitos e costumes, às

²⁴⁴ PROCESSO CRIME por Lesões Corporais, réus Laurindo Alves de Araújo, Rodrigues Alves de Almeida, Joaquim Antonio Ribeiro e Antonio José Machado. Comarca de Ponta Grossa, 1895.



suas formas de comportamento. Aos olhos dos membros do judiciário, parte da elite local, os bailes organizados pelos imigrantes eram condenáveis pois fugiam às regras por eles traçadas, a começar pela improvisação, pela falta de espaço e de segurança. Possivelmente, para eles, caberia aos indivíduos que não tivessem condições de arcar com as altas mensalidades dos clubes sociais apenas o espaço do trabalho, e não o lazer e o prazer.

Mas se nos clubes os imigrantes pobres não poderiam entrar, em alguns espaços públicos da cidade sua presença também era incomoda. Assim, mesmo as igrejas locais foram tacitamente divididas entre aquela frequentada pelas famílias antigas – a catedral Sant’Ana, e a outra, para os imigrantes. E foi no “pateo” da igreja São João - “igreja dos polacos” - que aconteceu o desentendimento entre os casais de poloneses que deu origem a outro processo.²⁴⁵

Devido aos limites exigidos para esse trabalho vamos nos dedicar apenas a analisar a fala do advogado do casal nesse processo. Manoel Cirillo Ferreira, antes de fazer especificamente a defesa teceu algumas considerações sobre os imigrantes:

Quem como nós tem acompanhado o movimento do povo nesta comarca de quinze annos à esta parte, não pode deixar de concordar que os processos crimes tem-se avultado de uma forma espantosa com especialidade na classe estrangeira d’entre ella os indivíduos mais rústicos. E por que assim se dá?

E continua...

No aluvião de inquéritos policiais se depreende quasi geralmente que a origem dos crimes e delitos são pequenas desinteligências, discussões os mais das vezes por motivo sem importância porque nesse meio ignorante se desconhece completamente as leis do nosso país e entende-se que não há punição para as injúrias assaccadas entre si, restando-lhes como remédio de repelir a ofensa o recurso do cacete, da faca, ou de outra qualquer arma a produzir a reação de seus destratores.

²⁴⁵ PROCESSO CRIMINAL por Injúria, réus Miguel Roitz e Josepha Roitz, Ludovico Cheche e Mariana Cheche. Comarca de Ponta Grossa, 1905.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





Depreende-se de seu discurso que os estrangeiros eram responsáveis pelo aumento no número crimes, delitos e desentendimentos ocorridos na cidade dado sua falta de ‘civildade’. “Rústicos”, não sabiam resolver seus problemas com o diálogo, sua forma de proceder quando afrontados era “no recurso do cacete”, “da faca”.

Ou seja, para Ferreira, assim como para os membros do grupo ao qual faziam parte, os imigrantes eram claramente inferiores a eles, primeiramente porque eram homens e mulheres dados a “desinteligências”, com comportamentos grosseiros e hábitos condenáveis que não estavam de acordo com a “boa sociedade”. Em segundo lugar, porque esses grupos de ‘recém-chegados’ não conheciam e não pertenciam à história da cidade, eram ‘outsiders’ que haviam chegado a pouco tempo e não comungavam das mesmas regras e normas de conduta.

Tendo em vista essa discussão acerca da antiguidade de residência, podemos tomar de empréstimo algumas características apontadas por Norbert Elias para o grupo que convencionou chamar por “famílias antigas”.

... numa rede de “velhas famílias”, as pessoas geralmente sabem quem são em termos sociais. Em última instância, é isso que significa “velhas” quando referido às famílias; significa famílias conhecidas em sua localidade e que se conhecem há várias gerações. (ELIAS; SCOTSON, 1990, p. 171)

Por sua antiguidade, por sua coesão, por conhecerem-se uns aos outros e seus históricos familiares, os membros das famílias antigas de Ponta Grossa percebiam-se como pessoas melhores, ou, superiores. Com isso não se quer dizer que a elite pontagrossense fosse isenta de conflitos e diferenças internas, todavia, em relação aos estranhos essas situações tendiam a ser minimizadas a fim de que se unissem para cerrar fileiras contra os “recém chegados”. A seu ver, era seu dever cuidar da cidade diante da ameaça trazida por tantos desconhecidos que nela passaram a residir, e mais ainda, dar

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





continuidade a processo de modernização. Acontece que a modernização não deveria ficar restrita ao embelezamento das ruas e praças, deveria ser estendida também aos hábitos e comportamentos de seus moradores.

Para exemplificar esse ideário da elite local citamos a ata que narra a inauguração da luz elétrica na cidade, na qual o senador Teixeira Coelho “...improvisando bellissimo discurso com referência ao assumpto magno da sessão, disse que além da luz electrica, a luz material, falta tratar-se ainda de uma outra luz mais poderosa e fecunda: - a luz da instrução”.

Membro reconhecido da elite, ao tecer algumas considerações sobre o novo sistema de iluminação que tornava retrógrado e obsoleto os lampiões a querosene, Coelho não se furtou ao comentário de que a par da luz elétrica que trazia a cidade ares mais modernos e modernizantes, era preciso espalhar uma outra luz ainda mais importante entre os moradores locais, a “luz da instrução”. Para ele, portanto, a modernização dos espaços materiais de nada servia se os moradores não fossem educados para a vida e a convivência social na cidade moderna.

Concluindo, foi possível perceber nas fontes históricas que pelo ponto de vista das “famílias antigas” de Ponta Grossa e seus representantes, os grupos populares, e entre eles principalmente os imigrantes por serem estrangeiros - portanto ainda mais alheios àquela sociedade - deveriam aprender a ser “morigerados” e “laboriosos”, donos de hábitos mais civilizados, e porque não dizer, de personalidades mais obedientes. Teriam, enfim, que aceitar sua posição naquela figuração social, de indivíduos inferiores, mas que deveriam contribuir e trabalhar para a modernização da cidade.

E como herdeiros dos antigos proprietários, donos do poder jurídico, político e econômico local, seria natural que gozassem de prestígio para ‘instuir’ o ordenamento e a normatização não apenas dos espaços físicos da cidade como também, e agora principalmente, dos corpos dos novos moradores.

No entanto, alguns grupos de imigrantes não trilhavam o caminho da ‘aprendizagem’. Antes corriam pelo caminho do ‘desvio’. Esses ‘outsiders’ que fugiam

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





às regras, passando a ser vistos e tratados, por vezes veladamente, por vezes explicitamente, como seres humanos “desinteligentes”.

Referências bibliográficas

- ANDREAZZA, M.L.; NADALIN, S. O. O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, jan./jul.1994, p. 61-87.
- BALHANA, A.P. Mudanças na estrutura agrária dos Campos Gerais. In: *Boletim da Universidade Federal do Paraná*, n. 3, Curitiba, 1963.
- ELIAS, N. O processo civilizador: uma história dos costumes. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- ELIAS, N; SCOTSON, J.L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.
- NADALIN, S.O. Paraná: ocupação do território, população e migrações. Curitiba: SEED, 2001.
- PEREIRA, M.R.M. Semeando Iras Rumo ao Progresso. Ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829 – 1889. Curitiba: Ed. UFPR, 1996.
- SAINT-HILAIRE, A. Viagem pela Comarca de Curitiba. Tradução de Cassiana Lacerda Carollo. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

A OMISSÃO DOS OUTSIDERS: ELEMENTOS PARA PENSAR A AUSÊNCIA DO NEGRO NA HISTÓRIA DO BRASIL

Dr. Ricardo de Figueiredo Lucena
Drda. Nilene Matos Trigueiro Marinho
Universidade Federal da Paraíba
Instituto Federal do Ceará
nillene.trigueiro@gmail.com
cacolucena@gmail.com

Resumo: A forte presença negra não impediu que estes indivíduos passassem despercebidos na representação social das cidades brasileiras, no século XIX. A elite negava-se a aceitar a cultura e qualquer tipo de inclusão do negro escravizado em seus espaços públicos de convivência. Jornais, revistas, obras de arte os omitiam para retratar a vida da elite branca, suas conquistas e comportamentos percebidos como civilizados. No intuito de preservar a identidade e afirmar a sua superioridade, o grupo dominante utilizou-se de estigmas que inferiorizavam e denegriam a imagem do negro.
Palavras-chave: Escravidão. Estigma. Representação social.

Abstract: The strong black people presence did not prevent those individuals from being unnoticed into the social representation of Brazilian cities in the nineteenth century. The elite refused to accept the culture and any kind of inclusion of the enslaved black persons in their public spaces of coexistence. Newspapers, magazines, and art works used to omit them for portraying the lives of the elite's white people, including their achievements and behaviors perceived as being civilized. In order to preserve their identity and to affirm their superiority, the dominant group used stigmas that diminished and denigrated the image of the black ones.

Key words: Slavery. Stigma. Social representation.

1 Introdução

Havia uma forte presença escrava nas capitais brasileiras, os estrangeiros, ao aportar em cidades como o Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XIX, tinham elementos suficientes para acreditar que estavam na África, uma vez que, ao adentrarem a uma casa particular ou hotel eram cercados por escravos. Em outros momentos, especialmente ao meio-dia “[...] quando os brancos desertavam das ruas, os estrangeiros sentiam com frequência que não haviam desembarcado na capital do Brasil, mas na África” (KARASH, 2000, p. 19).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Ainda assim, são muitas as imprecisões acerca da presença negra nas cidades brasileiras, fruto do desinteresse dos historiadores do período em retratar os escravos, optando por escrever, nos primeiros anos do século XIX, sobre temas relacionados à elite branca e aos acontecimentos dramáticos da formação nacional.

O estigma da escravidão, construído pelo grupo estabelecido, embasou os fundamentos discursivos e comportamentais responsáveis pela omissão do negro na história oficial do Brasil. Por isso, analisa-lo é de suma importância para compreender a percepção negativa que desconsiderou o papel do africano na formação social e cultural brasileira.

Para reconhecer as marcas do racismo deixadas na história, foram realizadas incursões em artigos de jornais, em revistas e em estudiosos como Freyre que defendiam a teoria do paternalismo dos senhores de escravos brasileiros.

Os estudos de Elias contribuíram no tratamento do estigma. O respectivo autor reconhece o preconceito étnico-racial como uma atitude ideológica de impedimento construída no intuito de conferir a um grupo recursos superiores, reduzindo o poder do outro grupo que, conseqüentemente é subjugado à posição de *outsider*. Como característico dessa figuração, os últimos têm o seu acesso barrado ao centro de recursos e ao contato com seus membros.

Nesse sentido, a relação entre estabelecidos e *outsiders* define-se mais pela forma de vinculação entre os grupos do que por qualquer característica apresentada por eles.

Objetivando evidenciar a omissão dos negros na história brasileira, o presente trabalho reflete sobre alguns mecanismos de estigmatização e exclusão social desses indivíduos no século XIX.

2 A omissão dos *outsiders*: elementos para pensar a exclusão social do negro no século XIX

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Existia a completa ausência de interesse da elite intelectual brasileira, até meados do século XIX, em retratar a cultura, os interesses, as dores e o abandono provocados pela escravidão.

Diversos foram os meios utilizados, no Brasil, para excluir os negros do convívio social. Eles iam desde a proibição legal de suas práticas culturais, a restrição do convívio nos passeios públicos, nos espaços de lazer, até a sua omissão na representação em obras de arte.

As manifestações culturais e religiosas de origem afro-brasileira foram perseguidas e proibidas por lei, através do Decreto nº 847, de 1890, que promulgou o código penal brasileiro no governo do general Deodoro da Fonseca. Ao abordar as contravenções e espécies, em seu título XIII, intitulado dos Vadios e Capoeiras, proibia, no artigo 402, o exercício dessa prática nas ruas das cidades, com pena de prisão celular por dois a seis meses aqueles que, fossem flagrados nas ruas e em praças públicas com exercícios de destreza corporal conhecidos como capoeira, andassem em correrias, com armas e provocassem tumultos, desordens e temores na população (BRASIL, 1890).

O mesmo documento, ao tratar dos crimes contra a saúde pública, em seu artigo nº 157, proíbe algumas práticas comumente associadas às religiões de matrizes africanas, tais como: o espiritismo, a magia e outros sortilégios, o uso de talismãs e sentimentos de amor e ódio, bem como, a cura de moléstias curáveis e incuráveis através dessas manifestações.

A exclusão de determinados grupos tornou-se um sinal específico no desenvolvimento da civilização das sociedades ocidentais que, buscou eliminar todas as expressões culturais das classes inferiores.

[...] Nesses casos, os poderosos franzem o cenho todas as vezes que, artistas, escritores, filósofos e eventualmente, também cientistas, introduzem, na esfera do debate público, aspectos da vida humana que contrariam os ideais do cânone público consentido (ELIAS, 2005, p. 46).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





A realidade social e natural não pode ser explícita por representar perigo, ameaçando valores que fundamentam a ordem estabelecida. Elias descreve esse processo ocorrido nos padrões emocionais da classe alta medieval francesa. Tudo que era considerado desagradável foi omitido das representações da elite e o artista passou a selecionar o que devia ser apresentado de forma muito rigorosa e específica. A partir de então, o camponês esfarrapado e “[...] tudo que é “comum” e “vulgar”, da mesma forma que desaparece da linguagem de corte, desaparece também dos quadros e desenhos destinados à aristocracia de corte” (ELIAS, 2011, p. 195).

A tragédia clássica francesa refletiu esse comportamento ao ocultar os sentimentos e atitudes vulgares. “[...] Gente de baixa condição social, que para esta classe significa também caráter vil, nela não tem lugar [...]” (ELIAS, 2011, p. 33). As artes plásticas também absorvem essa seleção de sentimentos e passam a expressar somente o que é considerado agradável para os estabelecidos, excluindo o doloroso e o embaraçoso.

No Brasil, o retrato dos negros ficou a cargo dos estrangeiros que receberam inúmeras críticas da elite. Esta se considerava a “boa sociedade” e se sentia insultada em ter que dividir o trabalho dos artistas com sujeitos de cor.

Não existia qualquer tipo de identificação da elite para com os menos afortunados, nenhum sentimento doloroso e com frequência, os segundos tornavam-se objeto de brincadeira. Isso ocorre por que nesse tipo de relação “[...] não há identificação do homem com outro. Nem mesmo no horizonte desta vida surge ideia de que todos os homens são “iguais”” (ELIAS, 2011, p. 187). Nada é desagradável, tudo está envolto na ordem natural e inquestionada do mundo, uns trabalham para suprir as necessidades dos outros.

O preconceito e a exclusão social dos *outsiders* são comportamentos frequentes entre os grupos estabelecidos que, possuem em comum:

[...] o mesmo padrão de repugnância e as mesmas atitudes sociais”. Esse desprezo fundamenta-se em algumas crenças, dentre elas a de que, “[...] foi assim que Deus fez o mundo: alguns são governantes, outros servos. Nada há de embaraçoso nisso (ELIAS, 2011, p. 200).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Em países que vivenciaram o modo de produção escravista, o sentimento de repulsa, que atribuía um valor humano inferior aos descendentes de cativos originou-se, especialmente, dos herdeiros dos senhores de escravos. A repulsa fundamenta-se na construção de alguns sentimentos, tais como: a anomia, a desordem e a desconfiança.

Os anúncios de jornal do período escravocrata atestam o desprezo, a violência, as limitações físicas e os problemas de saúde provocados pelos maus tratos a que eram subjugados os cativos.

Com função social diferenciada das artes plásticas e da literatura direcionada a elite letrada, que expurgava de suas páginas qualquer referência aos negros e a sua cultura, os jornais cumpriam a função de anunciar negros fugidos com uma linguagem “[...] franca, exata e às vezes crua. Linguagem de fotografia de gabinete policial de identificação minuciosa e até brutal nas minúcias. Sem retoques nem panos mornos” (FREYRE, 1984, p. 22). Como atesta o seguinte trecho do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, de 1830:

Fugiu Sabbado 18 de Fevereiro às Ave Maria, huma preta crioula de nome Luiza, filha de Tapacorá, hindo deixar água ao Campo; he baixa, magra, sem dentes, mal encarada, abre os pés para fora, e tem um dedo da mão aleijado, tem para mais de 40 anos de idade, e está grávida para mais de cinco meses [...].

Ao tratar de um cativo fugido, o anúncio de jornal, diversas vezes denegria a imagem do mesmo, por isso, em muitos anúncios eram expostas características, defeitos físicos e impressões acerca do caráter do sujeito, na tentativa de reavê-lo.

No caso da venda de escravos, como em qualquer outro produto, as qualidades dos indivíduos eram elencadas em detrimento dos defeitos. Como atesta esse anúncio de venda de escravos do Jornal Diário do Rio de Janeiro (1821, p. 59):

Quem quiser comprar hum negro de Nação Angola, muito bom cozinheiro, sem vícios, hábil para todos os serviços de huma caza; e huma negra de Nação Benguella, boa cozinheira, lavadeira, e

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





faz bem sabão, engoma lizo, e arranja bem huma casa, dirija-se a rua do Cano [...].

As reportagens que implicavam violência na República Velha, entre os anos de 1889 e 1930, reforçavam a relação de poder entre as elites urbano-rurais e os imigrantes pobres, ciganos, ex-escravos e descendentes de escravos.

Ademais, os crimes envolvendo imigrantes e negros davam-se, em grande parte, por pequenos furtos que possuíam a sobrevivência como foco. Essa realidade instalou-se provocada pela completa ausência de proteção do Estado para com esses indivíduos e pela violência impetrada pelos seus senhores que os negavam, na imensa maioria dos casos, as condições mínimas para a sobrevivência.

Em pesquisa realizada no jornal Diário do Rio de Janeiro, entre os anos de 1821 e 1859, na Biblioteca Nacional Digital Brasileira, percebe-se que muitos dos crimes cometidos são: furtos a objetos de seus senhores, a sujeitos a quem os cativos prestavam serviço, ou até mesmo, a indivíduos que por um momento de descuido tinham seus bens subtraídos.

Cabe destacar que, muitos dos autores dos furtos são negros de ganho, denotando que, o furto e outros crimes tornaram-se mais frequentes com a urbanização que, trouxe uma maior liberdade nas práticas de trabalho exercidas pelo negro, permitindo-os, até, atitudes mais ousadas em relação à elite branca e a sociedade como um todo. Como atesta a seguinte narrativa:

No dia 23 de Dezembro do corrente ano; o sargento José Rodrigues de Carvalho, do segundo batalhão de fuzileiros, chamando um preto de ganho para lhe carregar uma trouxa com roupa, a saber: huma farda nova, huma calça de pano azul nova, umas dragonas com uma franja, de 2º sargento, ou Furriel, hum colete de botões amarelos fingindo ouro, 2 calças brancas, 2 camisas novas, hum penacho branco de penas, humas luvas de camurça, hum par de botins remontados, os Senhores que souberem do dito furto, ou lhe for oferecido para comprar queirão ter a bondade de mandar procurar no Batalhão o dito sargento [...] (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1821, p. 80).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná





Quando os atores centrais das notícias eram negros, o estigma da cor era reforçado com bastante frequência, através da linguagem utilizada pelos repórteres que os qualificavam como “pretos”. “[...] Substantivar a palavra “preto” era muito comum quando se adicionava a ela adjetivos como “imundo”, “ousado”, “malvado” etc, o que significava reforçar a ideia de que os negros faziam parte da súcia social” (SOUSA; SIMÕES, 2013, p. 16).

Tornou-se comum os protagonistas das notícias de violência ter suas características físicas expostas antes mesmo de seus nomes. Nesse contexto, as “[...] características físicas identificavam os grupos que ocupavam os noticiários de violência de forma majoritária” (SOUSA; SIMÕES, 2013, p. 18).

Interessante registrar, também, como a desconfiança em relação aos negros rondava as pessoas de posse, no século XIX. Em um dos artigos de jornal um furto em dinheiro é anunciado, e logo em seguida aparece a suspeita de que o praticante do delito seria um negro.

A Antônio José Gomes Moreira furtaram, no dia 04 do corrente, de Caza um bilhete do Banco da quantia de quatrocentos mil réis, e como suspeita que esse furto fosse feito por negro, roga a qualquer pessoa a quem algum preto vá trocar Bilhete de semelhante quantia, queira reter o Bilhete em seo poder, dando parte ao mencionado Moreira, na Rua das Violas nº II para averiguação desse fato (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1821, p. 32).

Cabe destacar ainda que, a estigmatização de um grupo sobre outro só ocorre quando um deles encontra-se bem instalado e em posições de poder nas quais o outro grupo é descartado. Apenas dessa forma, o estigma de desonra prevalece, de modo unilateral e irremediável. Para isso, o grupo estabelecido utiliza alguns mecanismos, tais como:

Afixar o rótulo de “valor humano inferior” nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social. Nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





poderoso costuma penetrar na auto-imagem deste último e, com isso, enfraquece-lo e desarma-lo (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 23).

Freyre foi um dos autores de seu período que, desconsiderou a relevância dos relatos de ex-escravos para descrever a sua teoria da benignidade dos senhores fundada na negativa da escravidão como algo infernalmente cruel. Ele alega não ter encontrado em suas pesquisas, “[...] gente toda triste, toda mártir; ou toda sofredora ou maltratada [...]”, ao contrário, muitos negros eram felizes, extrovertidos, risonhos, nascidos e criados em casas de senhores benignos dispostos a tolerar, inclusive, as manifestações religiosas dos cativos, em sincretismo com os ritos católicos que estavam unidos as suas danças e cantos (FREYRE, 1984).

Para reconhecer a bondade dos senhores, Freyre desconsiderou os relatos dos negros, privilegiando o que afirmou ter ouvido dos europeus acerca da escravidão. Conforme o autor, alguns estrangeiros chegaram a repudiar o excesso de benignidade que encontraram em algumas casas brasileiras. Um deles observando, inclusive, escravos sem nenhuma ocupação.

O preconceito em relação à descendência e a cor da pele ascendiam de estigma social para estigma material. Há uma transformação do estigma, que se torna uma coisa objetiva, percebida como algo implantado pelos deuses. “[...] Dessa maneira o grupo estigmatizador é eximido de qualquer responsabilidade: não fomos nós, implica essa fantasia, que estigmatizamos essas pessoas e sim as forças que criaram o mundo [...]” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 35).

Conforme Mattos (2005), a ausência de registro histórico extenso sobre a escravidão tornou-se comum nas sociedades pós-emancipação. Na verdade, são raras as sociedades que deram atenção ao passado do negro. Somando-se a essa questão, há ainda o fato de os antigos cativos sentirem a necessidade de fugir dos preconceitos desse passado.

O estigma da escravidão nunca se esgotava completamente, mesmo após a conquista da liberdade, as características físicas apresentadas por um negro forro, tais

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





como: a cor da pele; as mãos calejadas pelo trabalho duro; as cicatrizes e o desgaste físico e psicológico, fruto da violência impetrada por seus donos; o envelhecimento precoce dos que atuavam em minas e nas lavouras; denunciavam a sua origem despertando preconceitos.

A promulgação de alguns dispositivos constitucionais nos últimos anos da escravidão, como: a Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, a Lei do Ventre Livre, de 1871, Lei dos Sexagenários, de 1885, tratavam, respectivamente, da proibição do tráfico de escravos negros; da liberdade dos filhos de mulher escrava que nasceram no império; da liberdade de cativos com mais de 60 anos de idade. Essas leis provocaram um consequente aumento de indivíduos forros nas ruas das cidades que viviam assombrados pelo fantasma da escravidão.

4 Considerações finais

Não foi fácil para o negro ocupar o espaço na sociedade brasileira que, ergueu-se com a força do seu trabalho, construindo, durante séculos, uma percepção deturpada de sua cultura e de seus valores.

O estigma, um recurso utilizado pela elite branca para reduzir o poder e o acesso aos bens materiais pelos indivíduos de cor, ditou à representação do negro nos jornais, nas obras de arte, na literatura etc., durante os séculos de escravidão.

A negação do grupo desfavorecido não apenas exalta as qualidades do grupo dominante, percebidas como referência de civilização e como modelo de comportamento, como cerra fileiras contra a sua inclusão social.

Derrubar esses conceitos construídos com o empenho de intelectuais de renome, no Brasil e no mundo, que dispunham da ciência do século XIX a seu favor, para enfatizar seus preconceitos e elaborar teorias racistas, não foi, e ainda não é, uma tarefa fácil.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





Referências bibliográficas

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Edição 191, quarta-feira, 11 de julho 1821. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=negro&pasta=ano%20182>. Acesso em: 04 abril 2018.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ELIAS, Norbert. A peregrinação de Watteau a ilha do amor: seguido da seleção de textos sobre Watteau. Tradução do alemão, Antônio Carlos Santos; seleção e tradução de textos franceses, André teles, Apresentação à edição brasileira, Hermann Korte. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes. Tradução Rui Jugmann; revisão e representação Renato Janine Ribeiro, 2 ed., Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FREYRE, Gilberto. Os escravos nos anúncios de jornais do século XIX. 2ª ed. [S.l]: Castelo Branco e associados propaganda, 1984.

JORNAL DO COMMERCIO DO RIO DE JANEIRO. Folha comercial e política. Vol. 1, nº 4, 7 de jan., Rio de Janeiro, 1830. Acesso em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&PagFis=1254&Pesq=capoeira>. Disponível em: 25 out. 2017.

KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 - 1850). São Paulo: Companhia das letras, 2000, p. 19.

MATTOS; RIOS, Ana Lugão. Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

SOUSA, Edilson Fernandes de; SIMÕES, José Luis. Educação e violência durante a república velha (1889 - 1930). In: SOUSA, Edilson Fernandes de; SIMÕES, José Luis (Org.). Escritos a partir de Norbert Elias, Vol. III. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

O CICLOTURISMO DE MONTANHA COMO PRÁTICA DE LAZER NO SUL DE MINAS GERAIS: PENSANDO COM NORBERT ELIAS

Roberto Marin Viestel

IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes. Doutorando em Educação Física (UFMG/EEFFTO/PPGIEL – Linha Memória e História do Lazer), Mestre em Educação (UNIMEP) e Graduado em História (UFOP)
roberto.marin@ifsuldeminas.edu.br

Resumo: O presente resumo expandido trás apontamentos e reflexões sobre a prática do cicloturismo de montanha (Mountain Bike - MTb) como prática coletiva de lazer, na região do Caminho da Fé (porção Minas Gerais). Abordamos apontamentos sobre lazer, corpo e processo civilizador, destacando o cicloturismo em eventos produzidos por particulares ou poder público.

Abstract: This expanded summary brings notes and reflections on the practice of mountain biking (MTb) as a collective leisure practice in the region of. We address notes on leisure, body and civilizing process, highlighting the cycling in events produced by individuals or public power.

Palavras-chave: Cicloturismo. Sul de Minas. Mountain Bike.

Nos últimos dez anos, o Sul de Minas Gerais tem assistido ao fenômeno do cicloturismo de montanha (Mountain Bike - MTb) como prática coletiva de lazer, demonstrado, principalmente, por recentes eventos ciclísticos organizados pelo poder público e por particulares e isto tem trazido uma série de questões políticas, sociais, econômicas, culturais, além de reflexões entre lazer, turismo, indivíduos, etc.

Esses eventos, em sua maioria de particulares e, muitas vezes, entusiastas do esporte ciclístico, tem se revelado “verdadeiras” festas do esporte que duram horas – entre 6 e 7 horas (além do tempo de preparação dos praticantes) - e produzem novas configurações humanas de um processo civilizador (ELIAS, 1994) que harmoniza, equilibra e produz tensões (prazerosas) e oportuniza o diálogo. Além disso, o movimento do corpo, no cicloturismo, por exemplo, expressa a sociedade e a cultura (KOFES, 1985), bem como a idealização de um “novo” estilo de vida: moderno e globalizado. Os eventos de MTb produzem o diálogo entre corpo (resistência física, aspectos psicológicos, etc), história e memória. Trazemos neste artigo um pouco deste fenômeno e as contribuições de Norbert Elias e Eric Dunning para entendê-lo. Além disso, como nos ensina Elias,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





pretendemos pensar a prática como a melhor maneira de estudarmos o fenômeno, assim como Paulo Freire, o grande mestre dizia:

Estudar é também e, sobretudo, pensar a prática e pensar a prática é melhor maneira de pensar certo. Desta forma, quem estuda, não deve perder nenhuma oportunidade, em suas relações com os outros, com a realidade, para assumir uma postura curiosa. A de quem pergunta, a de quem indaga, a de quem busca (FREIRE, 1987, p.11).

A divisa Sul de Minas Gerais com o Estado de São Paulo concentra nove cidades da porção mineira que compõem o Caminho da Fé (peregrinação à Basílica de Nossa Senhora Aparecida/SP), são elas: Andradas, Borda da Mata, Brazópolis (Luminosa), Consolação, Estiva, Inconfidentes, Ouro Fino, Paraisópolis e Tocos do Moji. O roteiro inicia em Águas da Prata/SP e atravessa a maravilhosa Serra da Mantiqueira (SP/MG/SP), percorrendo 495km de trilhas e estradas de terra. Por residirmos na região, começamos a observar que desde sua implantação, em 2003, o roteiro passou a ser ocupado, principalmente, por ciclistas de MTb (cicloaventureiros, cicloviajantes, cicloturistas e etc), em sua grande maioria provenientes do Estado de São Paulo, devido a proximidade com o Sul de Minas e, também, devido ao poder aquisitivo (são os *outsiders*), (ELIAS, 1997). Não demorou muito, contudo, para que o fenômeno do ciclismo atingisse os moradores locais (os *estabelecidos*) e provocasse pequenas transformações e mudanças sociais nos indivíduos, com novos comportamentos e novas configurações (gestos, linguagem, apresentar-se em público e etc). Houve um “boom” de novos ciclistas e consumo de bicicletas (em sua maioria, caras!), o que provocou, por um lado, uma elitização econômica da prática e, por outro, um rearranjo emocional no sentimento de pertencimento a um grupo específico, com novas regras de condutas éticas, morais e etc.

O ciclismo de montanha tem se apresentado para esse novo grupo uma opção de lazer e, ao mesmo tempo, uma redescoberta do seu próprio espaço geográfico, destacando-se a paisagem como elemento de interação (física e sentimental), daí ser o Caminho da Fé um importante roteiro turístico, principalmente para o MTb (destaca-se a altimetria elevada).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





“O lazer é, assim, uma dimensão da cultura construída conforme as peculiaridades do contexto histórico e social no qual é desenvolvido” (GOMES, 2003, p.79). Concordamos com a autora: o ciclismo de MTB enquanto prática de lazer, constrói uma cultura própria, com linguajar diferenciado, modos de vestir, interagir e etc e trás elementos históricos e sociais para dentro deste novo arranjo cultural. Mas, no caso do cicloturismo, desconfiamos que os aspectos sociais se sobressaíam em relação aos históricos, uma vez que a história nos parece mais distante e ausente. O lazer traduzido em cicloturismo fica “abandonado” em todo o seu potencial histórico de descoberta e os roteiros históricos, no Sul de Minas, praticamente inexistem pelos organizadores de eventos ciclísticos, embora muitos advoguem o cicloturismo como atrativo.

Na história do ciclismo, desde o século XIX, os eventos eram organizados por particulares, jornais, clubes de ciclismo, etc. No Brasil, no Rio de Janeiro, por exemplo, o ciclismo herdou a estrutura das pistas de corridas de cavalo que, com o tempo, foram transformadas em velódromos e espaço de corridas com apostas, grandes empresários e competições, eram verdadeiras festas (SCHETINO, 2008). No Sul de Minas Gerais os eventos de “cicloturismo”, hoje, são produzidos por entusiastas do esporte, profissionais da Educação Física, grupos de solidariedade, poder público e etc.

São inúmeros os eventos ciclísticos que acontecem ao longo do ano, popularizados pela facilidade das redes sociais tecnológicas (WhatsApp, Facebook, etc). No geral, não há regulamentação e nem ordenamento via poder público locais (poder municipal), embora existam diretrizes na legislação estadual e federal em relação a este tipo de lazer e turismo. Este novo mercado de eventos “age por si só” e todos os riscos são enfrentados pelos particulares, demonstrando também o fraco poder de articulação do livre mercado no segmento; o que prevalece, são marcas de equipamentos ciclísticos e roupas caras para a prática da atividade, alimentando o consumo e a não reflexão sobre o que está acontecendo. Irresponsavelmente, por ingenuidade ou falta de visão, o mercado e o poder público fecham os olhos para a organização desta popularizada prática de lazer.

No caso do cicloturismo, enquanto dimensão cultural, observamos pequenas mudanças sociais nas configurações humanas e, ao mesmo tempo, no contexto histórico,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





observamos também a ausência da própria narrativa histórica no que se apresenta como roteiro de cicloturismo (em boa parte, os indivíduos das pequenas cidades do Sul de Minas não conhecem a sua própria história ou, se a conhecem, não a transmitem). Importante realçar que a paisagem por si só passa a ser sinônimo de cicloturismo (ecoturismo, turismo ecológico, turismo “verde”, etc) e a história torna-se ausente também nela.

As mudanças sociais que observamos no recém-fenômeno do ciclismo de MTb se dão na observação de pequenos gestos e aproximações entre indivíduos de categorias sócio, econômicas e culturais diferentes, bem como entre gêneros e idades. Durante os eventos ciclísticos isto é bem visível, pois os corpos se movimentam em “festa”. Por exemplo, se tratam de encontros que começam nas primeiras horas da madrugada, com concentração de carros, pessoas e bicicletas (em média podemos falar de eventos “tradicionais” com dez anos de atividade, que reúnem 600 ciclistas). Ao “desplugarem” suas bikes, ou seja, retirá-las dos “transbikes” (suporte para bicicleta) já começa o ritual de concentração, gestos e encontros. Pessoas que antes, moradores de uma mesma pequena cidade e com desavenças das mais diversas ordens, se tornam iguais, o pertencimento nivela as funções sociais. As roupas utilizadas pelos ciclistas – “imposição” cultural e de mercado – desfila marcas e *status quo*, isto sem falar das próprias bicicletas, um capítulo à parte. Novas configurações humanas saem destes encontros, outras se transformam e assim por diante. Na dissertação de mestrado, “Inter-relações de turistas e moradores: um olhar através das manifestações corporais no Carnaval de Ouro Preto”, a autora afirma que “se há mudanças no corpo em festa, vínculos e relações também se alteram” (ROSA, 1998, p.96). Aqui entendemos que os eventos ciclísticos possuem uma característica própria que lembra um espaço de festa, com o desfile do corpo, roupas, gestos, linguajar, enquanto capital social de *status quo*.

Estes novos eventos de MTb, na grande maioria dos casos, apresentam-se como competições, copas, desafios e, quase todos, com um espaço reservado para a prática do que chamam de cicloturismo. Aí que as coisas começam a se confundir ainda mais. Há que se separar o cicloturista profissional do cicloturista amador, embora ambos careçam de cicloguias e uma narrativa histórica do lugar que se quer objeto turístico a ser

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO



Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná





investigado (atrativos e etc). No geral, diante da ausência de uma orientação própria para o cicloturismo, se deveria utilizar a legislação e as orientações turísticas do Ministério do Turismo e da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais.

Não trataremos do cicloturismo profissional, pois não é o caso do fenômeno aqui observado, apenas apontamos que existe e é praticado por poucos pioneiros, destacando Guilherme Cavallari entre eles. O que nos interessa é o cicloturista amador, que, geralmente, está começando a pedalar no mundo da MTb e aventura-se a se inscrever nestes “pequenos passeios” de cicloturismo, percorrendo entre 10 a 20 quilômetros, via de regra aos domingos matutinos.

Normalmente os eventos oferecem o cicloturismo como opção de lazer e solicita um “certo” condicionamento físico para o “cicloturista” iniciante; carro de apoio para hidratação e socorro emergencial é utilizado como parte da infraestrutura e, além disso, as belas paisagens das Minas Gerais, sendo que o turista está por sua conta e risco de interpretação, ficando a contextualização histórica fora do passeio.

Praticamente inexitem informações turísticas, tanto no Caminho da Fé quanto nos eventos ofertados na região; o cicloturista fica “vendido” à própria sorte, assim, por exemplo, os episódios históricos extremamente importantes para a História do Brasil se quer são sinalizados, como, por exemplo, a Casa Histórica, dos anos 1930, onde foi assinado o acordo da Política do Café-com-Leite (Ouro Fino/MG), paisagens da Revolução Constitucionalista de 1932 (Jacutinga/MG; Borda da Mata/MG ...), entre tantas outras histórias importantes para a nossa formação enquanto povo.

Não há sinalização, nem orientação guiada; a narrativa histórica para que o cicloturista é praticamente ausente. Assim, quando o “marinheiro de primeira viagem” é abordado por nós para dizer como percebe o lazer que está praticando, o que “achou da região” e etc, este é taxativo em dizer, em noventa por cento dos casos, que é por questão terapêutica que pratica o cicloturismo, para “fugir” da cidade, da vida urbana, lembrando-nos Reiquixa (REQUIXA, 1974; 1977) quando da classificação do lazer (primeiro a negação do lazer; depois fuga da cidade e, por fim, o valor na atividade por si mesmo). O conhecimento histórico de onde está não passa nem perto da associação entre lazer-

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





cicloturismo-história; a paisagem, ao que nos parece, é valorizada em seu aspecto hedonista, sem nem sequer imaginar que está em um dos lugares mais importantes para a História do Brasil e de Minas Gerais, com um lugar carregado de sentidos.

O movimento do corpo, no cicloturismo, por exemplo, expressa a sociedade e a cultura (KOFES, 1985), bem como a idealização de um “novo” estilo de vida: moderno e globalizado. No geral, os eventos com MTb para o turismo, produzem diálogo entre o corpo (resistência física, aspectos psicológicos, etc), história e memória, porém, nem sempre este diálogo é sentido pelos praticantes de cicloturismo que, teoricamente, deveriam ser os que mais aproximam o diálogo no conhecimento histórico, até pela característica da curiosidade do cicloturista em si, em conhecer paisagens repletas de histórias. O corpo, desta maneira, se destaca em relação à memória e à história, e acaba ocupando um lugar de proeminência junto à paisagem, tornando-se, ironicamente, parte da paisagem, que fica descontextualizada e ideologicamente alienada.

Por fim, em linhas gerais, Elias e Dunning (ELIAS & DUNNING, 1992), concordam que a excitação que as pessoas procuram no lazer é única, agradável e controlada em sua forma específica de descontrole, um perigo consentido, experimentado (a descida de grandes ladeiras de terra no MTb, por exemplo) e impulsivo. Eles perceberam que nas sociedades modernas há a necessidade de fortes emoções, contribuindo inclusive para a saúde mental dos indivíduos. O controle das emoções é muito importante para as sociedades em que os homens são controlados pelas rotinas, a rotina do relógio, da fábrica do modo de vida “fordista” em que vivemos. O cicloturista, por sua vez, tem a oportunidade de controlar suas emoções, porém, ao desprezar a história em todo o seu potencial de transformação e de situar o homem no mundo, o controle fica “descontrolado” e alienado, passando à mercê da excitação, que poderia ser muito maior à medida que se compreende o solo que desliza em duas rodas.

Referências bibliográficas

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador. Volume I: Uma História dos Costumes. Rio de Janeiro, Zahar, 2v, 1994.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



PPEdu UEL





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

- ELIAS, Norbert. *Envolvimento e Distanciamento – Estudos sobre sociologia do conhecimento*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.
- ELIAS, Norbert & DUNNING, Eric. *A Busca da Excitação*. Lisboa: Difel, 1992.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GOMES, Chritianne Luce. *Significados de recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)*. 2003. 321f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- REQUIXA, Renato. *As Dimensões do Lazer*. São Paulo: Sesc / Celazer, 1974.
- REQUIXA, Renato. *O lazer no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- ROSA, Maria Cristina. *Inter-relações de turistas e moradores: um olhar através das manifestações corporais no Carnaval de Ouro Preto*. 1998. 173f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.
- SCHETINO, André Maia. *Pedalando na Modernidade: a bicicleta e o ciclismo na transição do século XIX para o XX*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

CORPO COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA COMUM DE ENSINO: UM OLHAR A PARTIR DA SOCIOLOGIA FIGURACIONAL ELIASIANA

Ms. Ruth Barbosa de Araújo Ribeiro²⁴⁶

Universidade Federal da Paraíba: ruthribeiro52@yahoo.com.br

Dr. Ricardo Figueiredo de Lucena²⁴⁷

Universidade Federal da Paraíba: cacolucena@gmail.com

Resumo: Este estudo objetiva compreender a pessoa com deficiência na escola regular de ensino, a partir das figurações formadas na inter-relação entre ela e professores, considerando as relações: de interdependência, equilíbrio de tensões e poder. Tomaremos por base o fato de Elias não conceber o espaço social como um espaço neutro, mas como um ambiente no qual existem relações de força que dão lugar a figurações que podem explicar situações concretas. Esse estudo pode vislumbrar caminhos que corroborem na compreensão diante dos elementos culturais e dos fenômenos sociais das mais variadas situações impostas as pessoas com deficiência no recinto escolar.

Palavras chaves: Figuração. Deficiência. Escola.

Abstract: This study aims to understand the person with disabilities in the regular school of education, from the figurations formed in the interrelationship between them and teachers, considering the relations of: interdependence, balance of tensions and power. We will take as basis the fact of Elias does not conceive the social space as a neutral space, but considers it as an environment in which there are relations of force that make way to figurations that may explain concrete situations. The present study glimpse ways that corroborate in the comprehension before the cultural elements and of the social phenomenon of the most varieties situations imposed to the persons with disabilities in the school environment.

Key words: Figuration. Disability. School.

Considerações iniciais

Escrever sobre corpo com deficiência à luz da teoria eliasiana torna-se bem desafiador, por sabemos que os estudos de Elias não foram direcionados a tal temática.

²⁴⁶ Mestre em Educação (UFPB/PPGE). Universidade Federal da Paraíba. Universidade Estadual da Paraíba. Brasil. Endereço eletrônico: ruthribeiro52@yahoo.com.br

²⁴⁷ Doutor em Educação Física (Universidade Estadual de Campinas). Universidade Federal da Paraíba. Brasil. Endereço eletrônico: cacolucena@gmail.com

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





No entanto, além de desafiador torna-se também instigante na medida que buscamos respostas para compreender, a partir do conceito de figuração proposto por Elias, como o corpo com deficiência se insere na escola regular de ensino. Pois, entendemos que as redes de figurações que ocorrem em uma determinada sociedade não acontecem por acaso, essas são reflexos de relações entre indivíduos dentro de suas relativas posições e manifestações de poder. De acordo com Elias (1994) as redes de figurações, apresentam a ideia de que os seres humanos são interdependentes e que só existem a partir da inter-relação estabelecida um com os outros. No entanto, “[...] as interdependências mudam, à medida que as sociedades se tornam cada vez mais diferenciadas e estratificadas” (ELIAS, 2008, p. 147). Nesse sentido, a teoria figuracional eliasiana direciona que as relações entre os indivíduos não são pré-determinadas ou planejadas, mas dependerá do “jogo” e do modo como os participantes inserem suas jogadas ao longo dos lances que serão dados, que independe do tamanho do grupo que esses façam parte.

Nesse sentido, o debate aqui proposto, compreenderá o corpo da pessoa com deficiência na escola regular de ensino, a partir da figuração formada na inter-relação entre ela e o professor (a), considerando as relações: de interdependência, equilíbrio de tensões e poder através de inúmeras cadeias invisíveis de relacionamentos. Para tanto, nos apoiaremos na teoria figuracional eliasiana por ela fugir do relativismo radical e por romper com a ideia de entender a sociedade apenas por substâncias singulares e isoláveis.

A figuração individuou com deficiência na escola regular de ensino, nos conduz a busca de novos paradigmas sobre as relações estabelecidas desse indivíduo com outros aparentemente “normais” junto a conjuntura da sociedade escolar a qual “... não foi pretendida ou planejada por nenhum de nós, nem tampouco por todos nós juntos” (ELIAS, 1994, p. 13). E através de suas relações são unidas uma com as outras das mais diversas formas, construindo teias de interdependências de muitos tipos, se tornando indivíduos indissociáveis.

Entendemos que as figurações sociais estão em toda parte, em grupos relativamente pequenos, como professores e alunos, ou em grupos maiores a exemplo do Estado. Dessa maneira, as pessoas com deficiência na escola regular de ensino, junto ao

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





professor (a) formam figurações de muitos tipos através de inúmeras cadeias de relacionamentos. Assim, defendemos que as relações estabelecidas entre esse grupo, podem transforma-se em elementos de estudo sociológico, que contribuirão de maneira significativa para a educação, na medida que compreendermos o indivíduo, não apenas em si mesmo. Mas, através da interdependência, equilíbrio de tensões que o envolve sofrendo e assumindo ações de poder.

Essa inquietação surgiu ainda no período da investigação da dissertação de mestrado no ano de 2015. E a partir desse trabalho, analisamos as entrevistas concedidas por alguns professores da escola regular de ensino e na fala desses profissionais identificamos uma certa aflição no tocante ao relacionamento ante os grupos de alunos com deficiência. Parte dessa entrevista será apresentada nesse artigo, tomando por base a figuração eliasiana.

Compreendemos que a escola, na maioria das vezes, se estrutura, organizacionalmente, como autoritária quando promove um currículo para o aluno: perfeito, inteligente e comportado, originando, muitas vezes, para aqueles que não se enquadram nessa perspectiva a violência, a discriminação e a exclusão do contexto escolar. E para o professor (a) o estranhamento ao diferente e a incerteza de proporcionar a partir das relações estabelecidas a inclusão do corpo com deficiência na escola regular de ensino. Fato que nos conduz a questionar quais ações e agenciamentos são usados, entre esses grupos, para que acha inclusão na escola regular de ensino.

Entendemos que essa é a própria natureza das figurações sociais, visualizá-las dessa forma é desvelar, portanto, as várias formas de existência e de desenvolvimento entre os indivíduos, trazendo à tona as inúmeras cadeias de relacionamentos. Ações que faremos no artigo que segue.

Corpo com deficiência na escola comum de ensino: um olhar a partir da sociologia figuracional eliasiana

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





Diversidade. Diferença. Inclusão. Deficiência. Figuração. Estes temas vêm permeando a academia na contemporaneidade de maneira intensa e têm exigido dos estudiosos reflexões e ações para tais demandas. O que vem acalorando, especialmente, as discussões daqueles que buscam uma educação cada vez mais cidadã e democrática. A verdade é que há mais de vinte anos, se tratando do Brasil, busca-se a construção uma sociedade híbrida que garanta o convívio e acolhimento à diversidade humana. E partindo desse pressuposto, um grupo cada vez maior de pessoas, a exemplo das pessoas com deficiência, ingressam na escola regular de ensino, fundamentados em direitos sociais que lhes permitem a inclusão e escolarização. No entanto, pouco se discute como tem se apresentado a figuração formada pelas pessoas com algum tipo de deficiência na sociedade escolar.

Para Elias (1994) as figurações são entendidas como uma cadeia de relações entre os indivíduos. Nesse sentido, as pessoas com deficiência também constituem essas relações no espaço da escola regular. Entendemos que cada um só existe na relação com o outro e essa relação apresenta uma estrutura particular específica de cada sociedade. Dessa maneira, a figuração da pessoa com deficiência, na escola comum de ensino, se dará a partir das relações estabelecidas entre os grupos formados nessa instituição, construindo teias de interdependências das mais diversas maneiras.

No entanto, as redes de ligações que se estabelecem na escola inclusiva, não ocorrem por acaso. Essas são fruto de estratégias de “jogadores” respectivamente em suas posições sociais com suas manifestações de poder. “O decurso do jogo é relativamente autônomo de cada um dos jogadores individuais, dado que todos os jogadores têm aproximadamente a mesma força” (ELIAS, 2008, p. 73). Nesse caso a figuração é entendida para Elias como um “modelo” criado pelos os jogadores. Mas, é um “padrão” multável através de suas relações uns com os outros e composto pela imprevisibilidade de cada jogada. “Podemos ver que esta configuração forma um entrançado flexível de tensões. A interdependência dos jogadores, que é uma condição prévia para que formem uma configuração, pode ser uma interdependência de aliados ou de adversários” (ELIAS, 2008, p.73).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





Dessa maneira, entender a figuração no espaço da escola regular de ensino junto a professores e alunos com deficiência, implica fazer ecoar uma variedade de significados de relacionamentos, não apenas em figurações materiais e nem tão pouco reduzi-las a percepção de um único elemento isolado. Mas acenar para a independência que existe entre todos, observando as figurações que esses estabelecem uns com os outros, buscando compreender qual será a próxima carta lançada em um mínimo intervalo de espaço existente entre um movimento e o próximo. De tal maneira que o jogador não tem total liberdade de escolha, mas é o processo do jogo que irá conduzir as ações dos jogadores. Na verdade: “As suas ações e ideias não podem ser explicadas e compreendidas se forem consideradas em si mesmas; precisam ser compreendidas e explicadas no interior da estrutura do jogo” (ELIAS 2008, p. 104).

Assim, as relações estabelecidas entre professor e aluno com deficiência na escola regular de ensino apresenta-se semelhante a um jogo de cartas, formando figurações que não foram planejadas, nem pretendidas por nenhum dos jogadores. Por isso, trazemos nesse artigo a necessidade de uma análise mais intensificada dessas relações, por parte de educadores, pois é preciso entender como as figurações entre esses grupos estão ocorrendo, em alguns casos são relações de equilíbrio de tensões e muitas vezes inseguras. Fato visto na fala de um dos professores entrevistados, quando diz que:

Quando estou na sala de aula ao lado do aluno com deficiência tentando ensinar a tarefa, me sinto frustrado porque não consigo avançar. Eu não tenho apoio de ninguém, nem curso de formação continuada temos direito. Precisava de alguém que me desse ao menos sugestões de atividades [...]. (Professor A)

Na fala do professor A, percebemos que o momento da atividade junto ao aluno com deficiência figura-se em ocasiões de equilíbrio de tensões, de medo e de insegurança por ele não conseguir atender as necessidades de aprendizagem do aluno. É importante compreender que o medo, o equilíbrio de tensões e a insegurança vivenciadas por esse professor, estão ligados por outras cadeias invisíveis de relacionamentos as quais,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





possivelmente, não lhe proporcionam condições para que ele crie agenciamentos que colaborem em condições mais prazerosas do ensinar junto ao aluno com deficiência.

Ainda em entrevista uma outra docente, que denominamos de professora B afirmou que:

A primeira vez que me deparei com uma aluna com autismo, fiquei apavorada, eu não sabia o que fazer, ninguém me disse que ela era especial. Ela corria o tempo todo na sala, batia em todo mundo, era muito agressiva sabe? Eu não sabia como incluir ela junto aos outros alunos. (Professora B)

A partir da fala da professora percebemos uma relação dotada de coeficiente de poder, diferentemente do que acontecia a algum tempo atrás, em outro momento civilizatório, em que o professor era o detentor do saber/poder. A figuração da relação acima se procede por dominação por parte da aluna junto a docente, sendo visível que “o conceito de poder se transformou de um conceito de substância num conceito de relação.” (ELIAS, 2008, p. 73), pois a criança a desestabiliza emocionalmente, fazendo com que a professora se sinta aprisionada ao comportamento atípico que vivenciou. O qual a impediu de lançar ações que proporcionassem a inclusão da criança ao ambiente escolar. O que se percebe são “corpos isolados e encapsulados como parte de um controle geral dos afetos. Um controle cada vez mais expandido, de um lado e, de outro, cada vez mais inconscientes e como parte da vida de cada um” (LUCENA, 2017, p.04). E o que permeia nessa relação é resultado de figurações sociais e essas não foram planejadas por nenhum dos indivíduos, de maneira que os jogadores não têm total liberdade de escolha sobre as próximas cartas a serem lançadas.

No entanto, quando a professora B diz que ficou apavorada e sem ação com uma criança autista não obtendo atitude para mediar o processo de inclusão, entendemos que esse comportamento também é fruto de outras teias de relacionamentos, que paralisam suas atitudes, já que de acordo com Elias o indivíduo não pode ser percebido fora do contexto social e possivelmente as outras teias de relacionamentos estão inseridas junto a um sistema educacional que, na maioria das vezes, não formam professores

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





especialistas, que executam um currículo direcionado às necessidades educacionais especiais dos alunos.

Pois, muitas das vezes, quando o corpo com deficiência chega a escola regular de ensino encontra profissionais com pouca ou nenhuma formação para lidar com o diferente. Uma escola empoderada que promove um currículo para alunos com o corpo perfeito, inteligente e comportado, apresentando-se, muitas vezes, para os corpos que não se enquadram nessas relações figuracionais atitudes de violência, discriminação e exclusão desse corpo. De modo que o espaço escolar acaba reproduzindo o mito da “cama de Procusto”, lugar da intolerância, da repulsa ao que é diferente, quando na verdade deveria ser um ambiente oposto a isso. A professora B ainda se culpa dizendo que:

Eu tô com muita falha, porque muitas vezes eu a deixo sem atividade. Mas eu me sinto falha nesse sentido, porque eu queria fazer mais por ela. Ela muitas vezes fica só correndo na sala ou mexendo com as outras crianças. Eu sei que eu faço pouco. É um sentimento de culpa, que eu carrego por não de poder fazer melhor. (Professora B)

As colocações da professora continuam a nos conduzir a importantes conceitos na obra de Norbert Elias, como equilíbrio de tensões, poder e interdependência. A relação estabelecida entre as duas estão entrelaçadas no poder exercido de uma sobre a outra. Pois, na medida que a professora se culpa por não ter atitudes proativa para com a aluna, a deficiência que acompanha o corpo da criança exerce tensão, culpa e angustia na professora. Por outro lado, o ato da aluna correr e mexer com os colegas em sala de aula, são reflexos de agenciamentos da professora para com a aluna, a exemplo da educadora não promover atividades para a criança. Assim, diante desse contexto, as duas estão “lançando suas cartas” e promovendo as jogadas necessárias. Já que: “No seio das configurações mutáveis — que constituem o próprio centro do processo de configuração — há um equilíbrio flutuante e elástico e um equilíbrio de poder, que se move para diante e para trás, inclinando-se primeiro para um lado e depois para o outro.” (ELIAS 2018, p. 101). Esse poder “[...] pode reter ou monopolizar aquilo que outros necessitam como, por

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





exemplo, a comida, amor, segurança, conhecimento etc. Portanto, quanto maior as necessidades desses últimos, maior é a proporção de poder que detém os primeiros” (ELIAS, 1994, p. 53).

Dessa maneira, é perceptível, a partir da fala das professoras, que o corpo com deficiência na escola regular de ensino, tem sido permeado por relações de interdependência e equilíbrio de tensões. Figurações que podem assumir variadas formas e se encontrar em todos os níveis de relações. Na verdade:

Dependemos dos outros; os outros dependem de nós. Na medida em que somos mais dependentes dos outros do que eles são de nós, em que somos mais dirigidos pelos outros do que eles são por nós, estes têm poder sobre nós, quer nós tenhamos tornado dependentes pela utilização que fizeram da força bruta ou pela necessidade que tínhamos de ser amados, pela necessidade de dinheiro, de cura, de estatuto, de uma carreira ou simplesmente de estímulo (Elias, 2008: 101).

Nesse sentido, nenhum comportamento pode dizer apenas de um único indivíduo, mas do lugar que ele ocupa junto a uma complexa rede de relacionamentos. Portanto, é importante o apoio do sistema educacional, formando profissionais especialistas que contribuam com aprendizagens significativas que venham favorecer a inclusão do aluno com deficiência. Pois não basta só a tentativa de incluir, mas é preciso acolher, de maneira que forneça o sentimento de pertença do aluno à escola regular de ensino, considerando que esse aluno é um sujeito produtivo “ [...] cuja dignidade e valor pessoal não são enfraquecidos por causa de sua forma física ou suas disposições sensoriais...[...]” (LE BRETON, 2007, p.73). E tudo isso, é resultado de relações e figurações das mais diversas maneiras construídas por fios isolados que se ligam um aos outros.

Considerações

O artigo aqui proposto, trouxe a compreensão de que a pessoa com deficiência junto ao professor da escola regular de ensino, não pode ser percebida individualmente mas

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





junto a várias cadeias invisíveis de relacionamentos. Entendemos que as teias de interdependência que se estabelecem entre esse grupo não acontecem por acaso, elas são reflexo de um “jogo”, instaurado entre eles, dentro de suas relativas posições em todo processo social. Os mesmos são independentes e essa independência fornece ao indivíduo novas acepções sobre os padrões de comportamento e de convivência.

Mesmo a temática corpo com deficiência não compo a teoria eliasiana, o conceito de figuração proposto por ele e a concepção de poder como fruto de relações possibilitaram analisar a interdependência entre alunos e professores como fator de superação do atual estágio do saber quanto a educação inclusiva.

Vimos que as figurações formadas entre eles, se caracterizam por relações de interdependência e equilíbrio de tensões. No entanto, apesar de encontrar respostas parciais para nossos objetivos nesse artigo, a temática aqui proposta, ainda necessita de uma análise mais profunda no tocante a pessoa com deficiência na escola regular de ensino. Percebemos - a partir das figurações apresentadas - que o corpo com deficiência ainda não encontrou seu espaço na escola regular, por se deparar, na maioria das vezes, com profissionais ainda inseguros e angustiados por não saberem contribuir com metodologias inclusivas. Nesse sentido, se faz necessário um esforço cada vez maior em pesquisas em torno do tema aqui proposto. Pesquisas que, acima de tudo, considerem as figurações como um conceito valido que nos permite entender melhor o lugar dos indivíduos com deficiência e as relações possíveis desse corpo a partir de outros lugares que ele ocupa em uma sociedade híbrida e em constante transformações.

Referências bibliográficas

ELIAS, N. *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Edições 70, 2008.

ELIAS, N. *A Sociedade dos Indivíduos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor. 1994.

ELIAS, N. SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de Poder a partir de uma pequena comunidade*. Trad. Vera Ribeiro; Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed, 2000.

LUCENA, *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 1319-1322 1332, out./dez. 2017.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



PPEdu UEL





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

LE BRETON, D. A sociologia do corpo. Petrópolis. Editora Vozes, 2007.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

A UTILIZAÇÃO DO PENSAMENTO ELIASIANO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO:

Uma análise a partir de teses e dissertações

Msc. Salatiel da Rocha Gomes
Universidade Federal do Amazonas
Email: salatielrocha@yahoo.com.br

Dr. Gláucio Campos Gomes de Matos
Universidade Federal do Amazonas
Email: glauciocampos@bol.com.br

Resumo: O presente trabalho apresenta um estado da arte sobre a utilização das ideias de Norbert Elias na área da Educação. Para isso, consultamos 39 dissertações e 9 teses no banco de dados da CAPES que continham no resumo as palavras “Norbert Elias” ou “Processo civilizador”. Sendo assim, analisamos 48 trabalhos que utilizaram como referências teóricas as obras de Elias. Identificamos que os trabalhos estão concentrados nas regiões sudeste, sul e centro-oeste. O mapeamento mostrou que no campo da educação os estudos que mais se apropriam das ideias de Elias são: Estudos sobre Educação Inclusiva; estudos sobre Infância e Educação Infantil e os Estudos sobre a Formação e Carreira Docente. Nesses focos temáticos, os conceitos mais utilizados são os de Figurações, Civilização e Relações de Poder, o que relaciona às obras mais referenciadas nas teses e dissertações: O processo civilizador 1 e 2; A sociedade dos Indivíduos, Introdução à Sociologia e Os estabelecidos e os Outsiders. Concluímos que o pensamento eliasiano no campo da Educação ainda é pouco utilizado, necessitando da ampliação de seus conceitos, dado a importância e relevância desse autor para a compreensão dos processos históricos e sociais.

Palavras - chaves: Educação. Figuração. Norbert Elias. Processo civilizador

Abstract: The present work presents a state of the art about the use of the ideas of Norbert Elias in the area of Education. For this, we consulted 39 dissertations and 9 theses in the CAPES database that contained in the abstract the words "Norbert Elias" or "Civilizing Process". Thus, we analyzed 48 works that used as theoretical references the works of Elijah. It was noticed that the works are concentrated in the Southeast, South and Center-West regions. The mapping showed that in the field of education the studies that most appropriate the ideas of Elias are: Studies on Inclusive Education; Studies on Childhood and Early Childhood Education and Studies on Teacher Training and Career. In these thematic focuses, the most used concepts are those of Figurations, Civilization and Power Relationships, which relates to the works most referenced in theses and dissertations: The civilizing process 1 and 2; The Society of Individuals, Introduction to Sociology and Established and Outsiders. We conclude that the Eliasian thought in the field of Education is still little used, needing the amplification of its concepts, given the importance and relevance of this author for the understanding of historical and social processes.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Keywords: Education. Figuration. Norbert Elias. Civilizing process

Introdução

Não há de se negar a emergência do pensamento eliasiano em diferentes áreas como a da Educação, mesmo Elias não ter tido a preocupação de relacionar suas ideias aos problemas e às discussões desse campo. Entretanto, seus pressupostos nos permitem relacionar os assuntos e ampliar os níveis de entendimento em várias temáticas como Políticas Públicas Educacionais, Formação de professores, Infância, Inclusão, Fracasso escolar, dentre outras, pois os seres humanos, segundo Elias (1980), vivem numa relação de interdependência funcional, e quem quer que esteja ligado à área da educação, é um indivíduo interdependente. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é investigar de que maneira as ideias de Norbert Elias são utilizadas como aportes teórico-metodológicos nas teses e dissertações da área de concentração “Educação”. O entendimento de Elias sobre as relações sociais possibilita analisarmos diferentes áreas, compreendendo as transformações, as figurações, as relações de poder e as teias de interdependências. Colocamos em pauta a área de educação, buscando destacar a emergência de seu pensamento e aplicabilidade na área em questão.

Para nortear o artigo, elencamos algumas: Como as ideias de Norbert Elias estão sendo utilizadas nas teses e dissertações da área da Educação? Que áreas da educação mais utilizam as ideias de Norbert Elias? Que conceitos da obra de Elias são mais utilizados nas teses e dissertações? Que obras de Norbert Elias estão mais referenciadas nesses trabalhos?

1 Norbert Elias: Vida e obras

Tendo como base as produções acadêmicas, principalmente teses e dissertações, podemos dizer que Elias ainda é pouco conhecido no Brasil, mesmo se considerarmos os grupos de pesquisa e as linhas de pesquisa dos cursos de pós-graduação que dialogam com o autor.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Foi a partir da década de 1970 que as obras de Elias foram reconhecidas no campo da Sociologia, possibilitando, inclusive, a publicação da maioria de seus livros. De acordo com Gebara (1998) é possível analisar as obras de Elias a partir de dois momentos tendo a segunda guerra como corte: o primeiro relacionado a uma perspectiva mais histórica (antes da segunda guerra) e o segundo dentro de uma perspectiva mais sociológica com análises mais teóricas. Além disso, Gebara considera que é possível diferenciar Elias em duas fases: no início e no final de sua carreira. No início, Elias se preocupa mais com os processos civilizadores coletivos; no final, aos processos civilizadores individuais. Esses processos individuais, frutos de regras sociais, implicam na inibição de alguns sentimentos, moldando socialmente cada indivíduo.

2 Procedimentos Metodológicos

O artigo configura-se como uma pesquisa bibliográfica do tipo “estado da arte”. Segundo Haddad (2002) este tipo de estudo é relevante porque reconhece os principais resultados de algumas pesquisas de determinado campo de conhecimento, além de identificar temáticas e abordagens dominantes e emergentes. O estudo foi realizado a partir das etapas sugeridas por Creswell (2010): Identificação das palavras-chave; levantamento do universo dos trabalhos a ser analisado; montagem de um mapa da literatura, esboço dos resumos dos artigos mais relevantes e organização da pesquisa estruturando-a tematicamente.

Inicialmente, realizamos um mapeamento de teses e dissertações no banco de teses da CAPES e fizemos os seguintes procedimentos: Utilizamos as expressões “processo civilizador” e “Norbert Elias”, realizando uma busca avançada selecionando como grande área de conhecimento as ciências humanas; área de avaliação Educação; área de concentração Educação e História, Políticas e Gestão da Educação. Através desses filtros, foi possível localizar 48 pesquisas, sendo 39 dissertações e 9 teses.

Em termos de receptividade das obras de Elias, percebemos que as mesmas estão fortemente concentradas nas regiões Sudeste, Centro – Oeste e Sul, especialmente nos

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





estados de Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, São Paulo e Rio Grande do Sul. Ressaltamos a inexistência de trabalhos na região norte.

A partir da leitura dos resumos, identificamos os principais focos temáticos, conforme abordagem de Megid Neto *et all* (1998), os quais consideram que uma pesquisa pode abordar mais de uma temática, dada a complexidade dos objetos de pesquisa. Nesse estudo, uma das dificuldades que tivemos foi a realização do mapeamento dos focos temáticos, pois alguns dados não constavam ou não estavam claros nos resumos, o que nos fez consultar as obras na íntegra. Quando realizamos a leitura dos resumos e dos trabalhos na íntegra, percebemos que dois trabalhos não faziam qualquer relação às obras de Elias.

Tabela 1: N° de trabalhos por Foco Temático

Foco Temático	Quantidade	%
Estudos sobre Educação Inclusiva	10	21
Estudos sobre a Infância e Educação Infantil	7	15
Formação e Carreira Docente	6	14
Estudos sobre Instituições	3	6
Relações de Gênero	3	6
Políticas Públicas Educacionais	3	6
Violência	3	6
Análises Biográficas	2	4
Práticas Pedagógicas e Currículo	2	4
Cultura	2	4
Linguagem e Literatura	2	4
História da Educação	1	2
Medidas Socioeducativas	1	2
Esportes	1	2
Tempo	1	2
Educação em Fronteiras	1	2
Total	48	100

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





No mapeamento acima, nos chama a atenção os seguintes focos temáticos: Estudos sobre Educação Inclusiva, Estudos sobre a Infância e Educação Infantil e Formação e Carreira docente. Esses três focos temáticos totalizam 50% das abordagens realizadas nos trabalhos analisados. Outro procedimento que adotamos foi a verificação de quais obras de Norbert Elias se fazem mais presentes nos trabalhos analisados. Para isso, enumeramos conforme a quantidade presente no item “referências” das dissertações e teses, ou seja, um trabalho poderia ter a presença mais de uma obra de Elias.

Tabela 2: Obras mais Citadas

Obra	Quantidade de Referências	%
O processo civilizador	31	22
A sociedade dos Indivíduos	21	15
Introdução à sociologia	19	13
O processo civilizador 2	18	13
Os estabelecidos e os outsiders	16	12
A sociedade do Corte	9	7
A Civilização dos Pais	6	5
Norbert Elias por ele mesmo	5	3
Envolvimento e Alienação	5	3
A Solidão dos Moribundos	3	2
Sobre o tempo	2	1
O processo Civilizacional	2	1
Mozart – A sociologia de um gênio	2	1
A busca de excitação	2	1
Teoria Simbólica	2	1

A tabela acima mostra que a obra Processo Civilizador é a mais referenciada nos trabalhos. Essa obra procura compreender alguns processos que ocorrem na sociedade, como as transformações ocorridas no comportamento das pessoas, no que se refere ao

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





autocontrole, controle das emoções. Na obra sociedade dos Indivíduos, Elias traz à tona a relação indissociável entre as estruturas sociais, históricas e psíquicas, a qual rompe com a crença de que há um abismo entre indivíduo e sociedade, ou seja, não existe uma estrutura fora do indivíduo tampouco um indivíduo fora da sociedade.

Em relação aos conceitos - chaves mais utilizados nas teses e dissertações, percebemos que Figuração, Civilização, Relações de Poder e Redes de Interdependência foram os mais presentes, totalizando esses quatro o índice de 82%, se relacionando, portanto, às obras: Processo Civilizador, A Sociedade dos Indivíduos, Introdução à Sociologia e Os estabelecidos e os Outsiders.

Tabela 3: Conceitos-chaves mais utilizados

Conceitos-chaves mais utilizados	Quantidade	%
Figurações	24	39
Civilização	11	18
Relações de Poder	9	15
Redes de Interdependência	7	10
Relação Indivíduo e Sociedade	3	5
Habitus social	1	2
Autocontrole	1	2
Lazer	1	2
Tempo	1	2
Não identificado	3	5

3 Trabalhos que utilizam o conceito de Figuração

O conceito de figuração na obra de Norbert Elias (1994) foi elaborado a partir da crítica ao modelo cartesiano de indivíduo e sociedade, que entendiam essa relação de forma antagônica e separada. Elias considera que existe uma teia de interdependência, que liga as pessoas uma as outras, ou seja, existe uma dependência entre os indivíduos, constituindo diferentes tipos de elos. Nas palavras de Elias (1994a, p.249) “a rede de



interdependência entre os seres humanos é o que os liga. Elas formam o nexu do que aqui é chamado configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes”.

Na dissertação de mestrado de Faria (2015) intitulada “O projeto ‘escola que protege’ em Dourados/MS: Prevenção da Violência Sexual Infantojuvenil no âmbito educacional, o conceito de figuração aparece relacionado à família e à escola. A família como uma configuração mais simples devido a quantidade de membros e a escola como uma figuração vivida por adolescentes e crianças em contato com outras culturas. A pesquisa constatou que em alguns casos essas duas configurações (família e escola) omitem ou não denunciam as práticas de violência sexual, seja por medo, seja por existir certo descrédito na justiça.

Investigando as figurações sociais no ensino médio na escola da fronteira de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, Bueno (2017) evidenciou tensões e conflitos entre alunos com ascendência não paraguaia e os com ascendência paraguaia que pertencem a comunidade de Pedro Juan Caballero. Para a autora, essa convivência é caracterizada por sentimentos de rejeição e agregação. A relação de figuração trazida pela autora está no sentido da construção de teias e cadeias de interdependências entre professores, direção e estudantes e a partir da compreensão dos processos humanos e sociais de uma fronteira com componentes históricos e culturais.

A tese de doutorado de Sefton (2013) “Prática docente e socialização escolar para as diferenças: um estudo sobre estratégias de transformação de ordem em gênero e sexualidade” mostrou as diferentes teias de interdependência envolvendo gestores, coordenadores pedagógicos, além dos estudantes e suas famílias. Para a pesquisadora, é preciso superar a visão de uma figuração social baseada em padrões de atuação dos indivíduos na sociedade e sublinha que configuração é uma combinação provisória e dinâmica das relações sociais, onde o indivíduo não age sozinho, mas interligado com o outro.

Santana (2015) em seu estudo “Os professores primários em Sergipe: Rupturas e permanências no ofício docente (1827-1838)”, concluiu que a instrução primária da



Província de Sergipe foi marcada pelo repertório de leis imperiais e provinciais e pela supressão das cadeiras de primeiras letras de algumas povoações. Destaca que a pluralidade dos professores primários, seus espaços, suas expressões, perceptíveis nas correspondências contribuíram para configuração do ofício docente.

Analisando a categoria de configurações das profissões, o estudo de Santos (2016) “A institucionalização dos concursos gerais para professores de primeiras letras na província sergipana”, percebeu que as transformações e adaptações que sofreram as leis foram necessárias para traçar um perfil e um modelo de professores primários no serviço público, atendendo a necessidade da sociedade imperial e de seus representantes.

Percebemos que os autores que utilizaram o conceito de Figuração de Elias geralmente trabalharam com entrevistas, questionários e documentos primários e secundários. Essas metodologias possibilitam uma análise histórica e atual de concepções e aprofundam as discussões sobre ações, programas, projetos, dentre outros.

4.2 Trabalhos que utilizam o conceito de civilização

Processo Civilizador é considerado uma das obras mais importantes de Elias e também do século XX. O sentimento de vergonha, dor, medo, nojo e sexualidade são exemplos de como os sentimentos presentes nas relações sociais se tornaram pontos de transição nos afetos e nos comportamentos dos indivíduos na sociedade. A transformação dos costumes, bastante citado na obra de Elias, é um exemplo que tem resultado em exclusão social, ou seja, indivíduos em sua autoimagem em contato com aqueles que não conseguiam se adequar aos novos hábitos eram tidos como incivilizados ou sem modos, a exemplo do ocorrido, segundo Matos (2016), na Amazônia quando os colonizadores e os viajantes chegaram e consideraram os povos primitivos da região como incivilizados e bárbaros.

No trabalho de Cruz (2014), intitulado “De criança a aluna: Memórias da Infância e da Escolarização de Professoras”, concluiu-se que ao longo da escolarização da infância, a criança aprendia nas instituições comportamentos e normas de condutas

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





estabelecidas socialmente, marcadas por padrões como ser boa menina, boa filha e boa aluna, considerado pela autora como contribuição da escola no processo de formação e civilização das gerações.

A pesquisa de Fonseca (2014) refletiu sobre a constituição dos Jardins de Infância no estado de Goiás, no período de 1928 a 1937. A autora constatou que o Jardim de Infância em Goiás pode ser considerado como espaço para o fortalecimento do Estado e da formação de novos habitus sociais rumo ao progresso e à modernidade.

Madruga (2014) trabalhou o conceito de processo civilizador para compreender como os discursos movimentam a construção da língua nacional e constatou que os discursos jornalísticos tornaram-se reguladores de uso e de comportamentos.

Importante perceber que a maioria dos trabalhos sustentados pelo foco temático civilização, utilizaram como procedimentos metodológicos a pesquisa documental e histórica, assim como a história oral. Essas técnicas de pesquisa permitem a compreensão das principais mudanças nos processos sociais e históricos.

4.3 Trabalhos que utilizam o conceito de relações de poder

A noção de poder em Norbert Elias está explicada a partir do entendimento de figuração, onde ele está imbricado. Nessas figurações lutas e tensões estabelecidas e se modificam de acordo com as transformações na sociedade. Essas relações de poder acontecem em distintos grupos e está relacionado às estruturas das atividades humanas.

Na dissertação de mestrado “Adolescentes em medida socioeducativa: um estudo sobre estigma”, de Vidal (2014), evidenciou-se as relações de poder na forma como os jovens são vistos pela sociedade. Segundo o autor, os jovens que cumprem medida socioeducativa são vistos como inferiores, perigosos, descartáveis e incapazes. O tratamento dado a eles é inadequado, excedente e indesejável.

Ressaltamos que na maioria dos trabalhos que pesquisam as relações de poder na perspectiva de Norbert Elias, discutem a partir da obra “Os estabelecidos e os outsiders”, dialogando com outros teóricos como Michel Foucault.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





No Amazonas, Matos (2015, p. 40) em sua obra *Ethos e Figurações na Hinterlândia Amazônica*, se apropria da teoria eliasiana e destaca que a escola quer seja na urbe ou na zona rural incrementa o processo civilizador ocidental. Os preceitos norteadores da boa educação, sejam de branco, negro, mulato, amarelo, pardo, ribeirinho, sejam de indígenas e não indígenas de diversas etnias, são civilizatórios. Indivíduos refinados e polidos é o que a sociedade deseja. O autor acrescenta, que o aprender conteúdos da Matemática, do Português, da Física, da História, da Geografia e outras áreas do conhecimento parte de propostas concebidas por homens e mulheres que direcionam a formação do indivíduo, com um adendo que os conteúdos sejam passados por profissionais específicos de cada área, porém espera-se que seja comum entre todos os profissionais identificar condutas exemplares e de boas maneiras.” (Idem, p.40).

Considerações Finais

Esse estudo bibliográfico teve a intenção de verificar como o pensamento de Norbert Elias é utilizado na área de Educação. É importante destacar que esse teórico nos permite compreender os processos educacionais à luz do conhecimento histórico e social, considerando que as figurações na escola não são fixas, mas mutáveis e formadas por professores, gestores, estudantes, coordenadores, que são indivíduos constituintes da sociedade.

Constatou-se nesse estudo que o conceito de Figuração foi o mais utilizado nas pesquisas. Esse conceito resume muito as conclusões dos trabalhos que analisamos, os quais sublinharam que a relação sociedade e indivíduo é interdependente, ou seja, o indivíduo não vive isolado do meio em que vive.

Diante disso, as obra de Elias permitiram compreender várias temáticas como a Educação Inclusiva, Infância e Formação docente. Essas temáticas foram analisadas a partir das suas relações e dos contextos em diferentes e tempos diferentes, descrevendo as experiências e os momentos de lutas e tensões. Consideramos que os conceitos utilizados de Norbert Elias possibilitaram um diálogo da educação com as outras áreas

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





como a sociologia, filosofia, psicologia e História, não tornando o campo restrito e fechado.

Referências bibliográficas

BUENO, Rosemary. Figurações sociais no ensino médio na escola da fronteira de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Grande Dourados, 2017.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ, Gislaíne Azevedo da Cruz. De criança a aluna: Memórias da Infância e da Escolarização de professoras (1930-1970) – Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Grande Dourados, 2014.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Tradução, Vera Ribeiro; revisão técnica e notas, Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 1994.

_____. Introdução à Sociologia. Lisboa: Edições 70, 2005.

_____. O processo civilizador. Vol. I: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a.

_____. A sociedade da corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. Escritos & Ensaios: Estado, processo, opinião pública. Org. Frederico Neiburg e Leopoldo Waizbord. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

FARIA, Andreia Penco. O projeto “Escola que protege” em Dourados/MS: Prevenção da Violência Sexual Infantojuvenil no âmbito educacional (dissertação de mestrado). Universidade Federal da Grande Dourados, 2015.

FONSECA, Lara Cariny Celestino. Jardim de Infância em Goiás (1928-1937): Educação e processo Civilizador (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Goiás, 2014.

GEBARA, A. Anotações para a teoria do processo civilizador: proposições para a história da educação. Comunicações, Piracicaba, v. 5, n. 2, 1998. p. 140-50.

HADDAD, Sérgio. Juventude e escolarização: uma análise da produção de conhecimentos. Brasília, DF: MEC, 2002.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

MADRUGA, Suzane Cardoso Gonçalves. Língua Nacional em deserto – Província de Santa Catarina (1870-1889): Contribuições para a história da educação em discursos jornalísticos (dissertação de mestrado). Universidade do Estado de Santa Catarina, 2014.

MATOS, Gláucio Campos Gomes de. Ethos e Figurações na Hinterlândia Amazônica. Manaus: Valer/Fapeam, 2015.

MATOS, G. C. G. PanAmazônia Sob o Viés do Processo Civilizador. In.: Somanlu, ano16, n. 2, jul./dez. 2016.

MEGID NETO, J. (Coord.) O ensino de ciências no Brasil: catálogo analítico de teses e dissertações (1972-1995). Campinas: CEDOC/UNICAMP, 1998.

SANTANA, Leyla Menezes. Os professores primários em Sergipe: Rupturas e permanências no ofício docente (Dissertação de Mestrado). Universidade Tiradentes, 2015.

SANTOS, Akistenia Eliza. A institucionalização dos concursos gerais para professores de primeiras letras na província sergipana (1832-1858) – Dissertação de Mestrado. Universidade Tiradentes, 2016.

SEFTON, Ana Paula. Prática docente e socialização escolar para as diferenças: um estudo sobre as estratégias de transformação da ordem em gênero e sexualidade (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, 2013.

VIDAL, Alex da Silva. Adolescentes em medida socioeducativa: um estudo sobre o estigma (dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

ZIVIANI, Mariza Carvalho Nascimento. Interdependência e colaboração em contextos escolares inclusivos (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

O PROCESSO DE A ESPORTIVIZAÇÃO DAS ARTES MARCIAIS: O CASO DO KUNG FU

Sérgio Sérvulo Ribeiro Barbosa
Centro Universitário do Triângulo - UNITRI
Doutor em Educação pela FAGED-UFU
Sergiobarbosa6@gmail.com

Gabriela Tito
Centro Universitário do Triângulo
Licenciada em História – Universidade Federal de Uberlândia - UFU
Bacharel em Educação Física – Centro Universitário do Triângulo - UNITRI

Resumo: O presente trabalho se inicia fazendo um breve histórico da arte do kung fu, segue um esclarecimento sobre a gênese do esporte na sociedade moderna. E ainda em que medida esta modalidade irá se tornar um esporte nos moldes contemporâneos e em que medida será resiliente ao processo de massificação. A conclusão aponta para uma diversificação entre kung fu tradicional, moderno e aplicado com fins a qualidade de vida, indicando que justamente desta relação entre as diversas linhas de ação é que o kung fu se reelabora sem perder sua essência original, sem sucumbir por completo ao modelo esportivo ocidental.

Palavras-chave: Kung Fu, esporte, arte marcial, esportivização, Norbert Elias.

Abstract: This paper it begins with a summary of the historical origins of kung fu, followed by an explanation about the genesis of sports in modern society. Also, in which extent this modality will become a sport in the pattern of contemporaneous sports, and in which extent it will resist to this process. The conclusion leads into a diversity between traditional kung fu, modern kung fu and kung fu applied to health concerns, indicating that it is just from this intersection between this three action lines that kung fu rebuilds itself without losing its original essence and without becoming completely transformed in a sport only.

Key words: kung fu, sports, modern wushu, Norbert Elias

Resumen: El presente trabajo se inicia haciendo un breve histórico del arte del kung fu, sigue una aclaración sobre la génesis del deporte en la sociedad moderna. Y aún en qué medida esta modalidad se convertirá en un deporte en los moldes contemporâneos y en qué medida será resiliente al proceso de masificación. La conclusión apunta a una diversificación entre kung fu tradicional, moderno y aplicado con fines a la calidad de vida, indicando que justamente de esta relación entre las diversas líneas de acción es que el kung fu se reelabora sin perder su esencia original, sin sucumbir por completo al conjunto modelo deportivo occidental.

Palabras clave: Kung Fu, deporte, arte marcial, deportividad, Norbert Elias

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas tornou-se notável a explosão de campeonatos e torneios de artes marciais mistas. Não que elas já não ocorressem no cenário esportivo, mas o que se destaca é a grande projeção midiática que estas disputas atingiram e como se tornaram grandes espetáculos de massa que movimentam enormes somas financeiras, com visibilidade de grandes marcas e investidores. Neste contexto se popularizaram modalidades marciais antes desconhecidas ou pouco conhecidas da população em geral: jiu jitsu, muai thai, kick boxing, entre outros, e que se tornaram alvo de jovens e adultos em busca de status ou de uma oportunidade de ascensão social.

Por outro lado, algumas artes marciais há muito passaram pelo processo de desportivização e já possuem uma inserção social mais abrangente como é o caso do judô ou do karate. No Brasil especificamente, são mais amplamente conhecidas devido a forte presença japonesa a partir início do século XX.

Uma modalidade porém, permanece em um terreno escorregadio oscilando entre a desportivização e manutenção de suas estruturas tradicionais: o *kung fu*. O que difere esta modalidade das outras neste processo e os motivos pelos quais resistem seus praticantes em disseminá-la no cenário esportivo, o cerne filosófico que preserva esta arte há milênios e ainda sua ligação com a história da própria China e a influência da Revolução Cultural e comunista neste novo; são algumas das questões que este trabalho buscará investigar através da bibliografia disponível. De forma mais clara, são objetivos deste breve estudo entender minimamente esta modalidade, o contexto de sua origem, seus fundamentos filosóficos, sua abordagem no treinamento; conceituar o papel dos esportes na sociedade atual; conhecer algumas transformações sofridas pelo *kung fu* para se inserir no campo esportivo; questionar se os praticantes de *kung fu* vem deliberadamente resistindo a esportivização.

Parece ainda pertinente conhecer a cultura de um país que passou nas últimas décadas a desempenhar um papel importante no contexto e na economia mundial. Neste

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





sentido os esportes assumem um papel importante na disseminação ideológica e no entretenimento de massas na sociedade atual, é interessante notar como o *kung fu* se insere a partir desta perspectiva e como se dá, e se assim ocorre, o processo de resistência à massificação.

Antes de tudo porém, há que se conhecer um pouco do universo, e das características mais gerais do *kung fu*.

KUNG FU: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No ocidente esta arte marcial de origem chinesa é mais popularmente conhecida por *Kung Fu* ou pela romanização oficial deste termo *Gong Fu*, segundo TRALCI FILHO (2014) o conceito kung fu possui um alcance na cultura chinesa que extrapola o das artes marciais. Seguindo ainda seu raciocínio esta vinculação no ocidente da expressão kung fu à luta se deu em função da grande disseminação cinematográfica dos filmes chineses de artes marciais por volta dos anos 70, especialmente as produções de Bruce Lee e como complementam Aguiar e Apolloni (2008) o seriado televisivo *Kung Fu* estrelado por David Carradine.

O termo em si expressa a ideia de habilidade adquirida em determinada área por longo período de prática, esforço e aprimoramento moral e pode ser traduzido como “trabalho árduo”. O termo aplicado na China para esta prática corporal é Wushu, que literalmente significa “parar as armas” (AGUIAR E APOLLONI, 2008) e que é interpretado também como “arte militar”. Neste artigo se adotará o vocábulo *kung fu* por ser mais amplamente conhecido dentro do contexto ocidental. Para as modalidades que estão se esportivizando o termo usado será wushu moderno.

Embora ainda em construção, uma bibliografia a respeito da cultura marcial chinesa já vem se desenhando no Brasil, investigando distintos aspectos do kung fu e um deles, sua origem. Não é o objetivo deste trabalho esta discussão, mas, é importante ressaltar alguns apontamentos quanto a isto, especialmente porque seu mito de origem é um dos pilares que sustenta a relação de tradição na modalidade. Inicialmente, como

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





aponta ANDRAUS (2010), a transmissão da história do kung fu é repleta de lendas e os primeiros registros encontrados datam de 1766-1122 A.C (Dinastia Shang) porém acredita-se que a origem seja mais antiga.

Embora seu surgimento seja anterior ao do mosteiro de Shaolin, é clara a influência deste e o papel atribuído a Bodhidharma na criação das artes marciais chinesas. Como explica CRUZ E ZICA (2012) isto se deve ao fato da grande habilidade demonstrada pelos monges de Shaolin na prática marcial como também na busca de uma legitimação para esta prática. Segundo o mesmo autor não há evidências históricas de que Bodhidharma tenha atuado no templo, e ainda, a versão de que o monge indiano tenha ensinado exercícios marciais aos religiosos de Shaolin teria sido forjada pelos próprios monges da época como forma de enaltecimento e afirmação do monastério.

Confirmando em parte esta hipótese, AGUIAR E APOLLONI (2008) afirmam que é da cultura chinesa atribuir a figuras históricas de destaque a criação de coisas que eles consideram importantes; no entanto estes mesmos autores indicam que há registros da passagem do indiano Bodhidharma pelo templo de Shaolin. Segundo a tradição, o monge Bodhidharma em viagem para difundir o budismo Chan ou Zen acabou por chegar ao Templo Shaolin, que se situa nos montes Song na província de Henan desde aproximadamente 495 d. C., e deparou-se com os monges muito debilitados fisicamente e para encontrar uma solução realiza um retiro de nove anos nos quais fica em uma caverna defronte a uma parede. Ao voltar escreve os dois clássicos que irão então consolidar o mito fundador das artes marciais o *Clássico do câmbio de músculos e tendões* e *Clássico da lavagem medular*.

Segundo TRALCI FILHO (2014) o importante, para além de comprovar ou não o papel deste monge no surgimento das artes marciais, é entender que este mito de origem procura explicar a integralidade do ser humano e dos próprios conceitos que fundamentam a arte, ou seja, superar a dualidade entre mente e corpo, teoria e prática. É interessante ressaltar, que o kung fu é uma arte complexa, que envolve não apenas o exercício do corpo, como afirma Aguiar (2009) também transmite conteúdos semânticos não corporais, rituais, história, religiosidade e também códigos sociais e culturais.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Isto posto, outro aspecto se faz necessário para entender, ainda que minimamente, esta prática corporal. As escolas são divididas em quatro grupos e destes subdivididas em uma infinidade de estilos.

Primeiramente se pode separar as escolas em Waijia ou escola externa e Neijia, escola interna (AGUIAR, 2009). As escolas externas enfatizam as práticas em que o trabalho e o vigor físico antecedem, sem serem de forma alguma mais importante, o trabalho de energia interna. Tais escolas são normalmente de influência ou de origem do Templo Shaolin. Nas internas, o trabalho de energia interna (muitíssimo baseado em exercícios respiratórios) precede o exercício físico e são em sua maioria originárias dos Templos de Wudang. As montanhas Wudang se localizam na província de Hubei e se estendem por 400 km. Estas montanhas são consideradas sagradas na China e nelas se encontram templos importantes de religiosidade e práticas marciais baseadas no Taoísmo, são o expoente mais importante dos estilos de kung fu Neijia (internos). O complexo de templos presente nestas montanhas é hoje tombado como patrimônio mundial pela UNESCO e entre eles o mais importante é o Templo dos Cinco Dragões.

Outra divisão comum entre os praticantes de kung fu é dividir os estilos em Norte e Sul. Os estilos do Norte têm características distintas dos do Sul; são estilos que enfatizam o trabalho de pernas, com muitos chutes e deslocamentos rápidos e ágeis, em grande parte por influência da geografia do norte chinês, fria e montanhosa. Já os estilos Sul se caracterizam por bases bem baixas, pouco deslocamento e vigoroso uso dos braços. A topografia sulina é repleta de rios e bastante quente, daí exigência de bases estáveis pois muitas vezes é praticado em canoas. Cada estilo independentemente de sua origem tem uma gama de armas que são utilizadas, a variedade é bastante vasta, mas todos fazem uso de bastões, facões, lanças e espadas.

Quanto ao treinamento ele desempenha papel central na vida do praticante de kung fu e será discutido mais adiante.

O WUSHU MODERNO

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Para contextualizar a questão dos esportes é importante entender o papel assumido por estes dentro da sociedade moderna. Segundo NORBERT ELIAS (apud Filho, 2014) a partir das Revoluções Industriais ocorridas na Inglaterra, a primeira no século XVIII e a segunda no XIX, e que se alastrou para todo o mundo ocidental, o esporte passa a desempenhar um novo papel. Nos primórdios caracterizado como práticas de passatempo e lazer, o esporte vai se configurando como um elemento de civilidade. Seguindo a linha de Elias, essas mudanças concretas vivenciadas nos esportes, como a oficialização de regras, a contenção da violência, o estabelecimento da equidade entre os adversários e assim a manutenção da excitação e do prazer da disputa com um risco controlado, expressam uma mudança na sensibilidade da sociedade da época, especialmente de sua parcela dominante.

Se pegarmos o conceito de hegemonia de Gramsci, podemos entender, principalmente considerando o final do século XIX e início do XX onde a classe burguesa se afirmava com todas as forças, como estes conceitos e esta sensibilidade acabaram por permear todas as classes sociais. Este importante autor – Gramsci – na análise de ALVES (2010) entende a hegemonia como a unidade entre uma classe econômica, neste caso a dominante, e que ao dominar a sociedade civil acaba por dominar também o aparato político e assim fazer com que a sua concepção de mundo se torne a da maioria. Ela afirma que segundo este filósofo a classe social subordinada acaba por adotar a ideologia do grupo dominante ainda que contrarie sua prática de vida. Assim a sensibilização em relação à violência contida nos passatempos antigos, expressa inicialmente pela camada social detentora do poder econômico, acabou por se tornar a regra em todas as camadas sociais.

Tais mudanças não ficaram circunscriptas à Europa, ao se analisar o contexto histórico do período se constata que o Imperialismo estava em seu auge e que as potências europeias esquadrihavam os continentes Africano e Asiático em busca de novos mercados, matéria prima, mão de obra barata e de todo tipo de riqueza em um dos sistemas de exploração mais brutais já vistos. Obviamente que estes conquistadores procuravam impor sua cultura e também suas sensibilidades. BOULOS JÚNIOR (2012) explica que

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





segundo o pensamento da época os europeus entendiam esse domínio cultural como um dever civilizador, como sociedade mais avançada, mais “civilizada” era sua obrigação impor seu modo de viver e assim levar os países africanos e asiáticos também rumo ao desenvolvimento e à civilização.

A China estava justamente neste novelo e foi alvo do Imperialismo Britânico desde meados do século XIX. Tal dominação levou a uma série de conflitos internos e externos (muitos deles conhecidos como a Guerra do Ópio²⁴⁸) que abalaram a própria estrutura do pensamento chinês, de seu entendimento de mundo, e de suas relações intrínsecas com seu passado, presente e futuro. E mais, a instalação das repúblicas chinesas e a Revolução Cultural de 49 reforçaram as concepções de rompimento com o “antigo” e valorizaram o estabelecimento de uma nova ordem em que a modernização se tornou a tônica das ações, rechaçando ainda mais os valores tradicionais ligados as artes marciais.

Para TRALCI FILHO (2014) todo este processo resultou não só numa desmoralização da cultura chinesa ancestral e de uma tentativa de ruptura com o “velho” mas também numa depreciação das artes marciais. Na tentativa de superar este processo e de se equiparar em importância com as potências da época, as elites chinesas procuraram repensar suas práticas corporais e aproximá-las dos modelos ocidentais, quebrando assim o paradigma chinês de indissociabilidade entre corpo e mente, adotando a vertente científica da época que postulava justamente esta dicotomia.

Dentro do sistema original das artes marciais e em consonância com a filosofia e modo de vida chinês, resultado da confluência principalmente de três concepções religiosas e filosóficas: o Budismo, o Taoísmo e o Confucionismo, corpo e mente são uma unidade indivisível e integrada. De acordo com LIMA (1999) na concepção chinesa o homem é um ser corporal em que não há divisão entre pensamento e ação. Para ela tal

²⁴⁸ A Guerra do Ópio foi um conflito entre China e Inglaterra que ocorreu em duas etapas, de 1839 a 1842 e de 1856 a 1860. A Inglaterra era na época uma grande compradora da china, comercializando com esta seda, chá e porcelana. A China por sua vez era forçada a comprar ópio (substância entorpecente derivada da papoula) vendido pela Inglaterra. Diante da proibição da comercialização do ópio estava desencadeado o conflito. A guerra terminou com a China obrigada a abrir seus portos ao comércio com os ingleses e com a perda da ilha de Hong Kong.



conceito está intrinsecamente relacionado com o nascimento das práticas corporais chinesas em que “da motricidade depende o desenvolvimento humano, levando-o incessantemente a buscar um apurado estado de consciência universal” (p.41).

No ensinamento e treinamento do kung fu tradicional não é possível o desenvolvimento motor e corporal sem uma prática diligente de aprimoramento moral e pessoal na direção do autoconhecimento para atingir uma consciência e uma responsabilidade mais elevada de si e do mundo. Já no sistema esportivo do período em questão, baseado nas diretrizes científicas da época, corpo e mente eram vistos como entidades separadas. O treinamento dos esportes de rendimento seguiam esses pressupostos e conseqüente o wushu moderno também, alijando o kung fu de seu alicerce mais fundamental.

Dentro deste contexto portanto, desde meados do século XIX, o governo chinês tem feito esforços sistemáticos para fortalecer a identidade e a autoestima do povo chinês e ainda revitalizar a imagem do país tanto interna como externamente, usando para isso o kung fu (LU, 2008). Segundo o mesmo autor após o contato com os esportes modernos do ocidente, principalmente da ginástica olímpica, uma tentativa de se modernizar também o kung se apresenta como tendência efetivada na prática. Para atingir seu objetivo, o propósito do governo chinês é o de tornar o kung fu um esporte olímpico, e este tem feito um poderoso lobby junto às entidades internacionais para tal.

De acordo com MOCARZEL, MURAD e CAPINUSSU (2013) já em 1936, na Alemanha Nazista, o kung fu entrou nos Jogos Olímpicos de Berlim como esporte de apresentação a convite de Hitler e desde então a China intenta introduzir o kung fu como esporte olímpico. Influenciado pelas abordagens ocidentais do esporte e seguindo principalmente o modelo da ginástica artística, uma nova modalidade se desenhou a partir do kung fu tradicional conhecida como Wushu Moderno ou Wushu Olímpico.

A partir de 1950 inspirados nos modelos de treinamento soviéticos e da Alemanha oriental os atletas desta modalidade seguem os princípios do alto rendimento praticando rotinas pré-determinadas que devem ser apresentadas com o mesmo rigor técnico e estético da ginástica artística. As categorias de apresentação são classificadas em rotinas

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





do Norte ou do Sul, mãos livres ou rotinas com armas (curtas, médias, longas e duplas), interno ou externo e ainda separados por sexo e idade. Também dentro do modelo esportivo surgiu o Sanshou, modalidade de combate conhecida também como boxe chinês. As regras e os equipamentos de segurança destes combates são semelhantes à de outros esportes do mesmo gênero, e neles são permitidos socos, chutes e arremessos; as categorias são divididas por idade, sexo e peso. Uma antiga prática do kung fu conhecida como Suai Chiao (complexo sistema de técnicas de arremesso) tem modificado seu treinamento para se adequar as regras das competições.

Paralelo a isso se desenvolveu também o arcabouço de entidades que constituem os esportes, como ligas, federações e afins, sendo a International Wushu Federation (Federação Internacional de Wushu) que regula esta modalidade e, que regula também em certa medida o kung fu tradicional. Em 2002 esta Federação foi oficialmente reconhecida pelo Comitê Olímpico Internacional e se esperava que em 2008 com os Jogos Olímpicos sediados em Pequim, o Wushu Moderno seria incluído como esporte olímpico, o que não ocorreu, apesar de estar ingresso na World Anti-Doping Agency, fazer parte dos Jogos Asiáticos e ter Yu Zaiqing, presidente da Federação Internacional de Wushu, como 1º vice-presidente do Comitê Olímpico Internacional. Atualmente, segundo dados da Confederação Brasileira de Kung fu Wushu, a Federação Internacional de Wushu conta com 148 federações nacionais filiadas e 5 continentais.

WUSHU MODERNO X KUNG FU TRADICIONAL

Embora haja inúmeros campeonatos e competições de kung fu tradicional, com um número expressivo de competidores, algumas diferenças fundamentais o separam drasticamente do wushu moderno. Para começar existe uma infinidade de estilos, mais de 300 registrados, cada qual com sua característica particular. Enraizado em uma concepção de mundo totalmente diversa da ocidental, o treinamento do kung fu difere em parte, do propósito do wushu. Fortemente baseado e influenciado pelas correntes Budista, Taoista e Confucionista, entende o ser humano de forma holística onde os aspectos físicos,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





cognitivos e psicológicos não podem ser separados, como já foi demonstrado anteriormente. O treinamento do artista marcial baseia-se em um tripé onde se equilibram o desenvolvimento físico, a força mental e a espiritual.

Por espiritual entende-se o aprimoramento da conduta moral e de uma ética marcial, conhecida como *Wude* (MENDONÇA E ANTUNES, 2012). Estes estudiosos explicam que o *Wude* ou ética marcial se compõe de duas dimensões que se complementam: a social e a mental (Biaoxian e Jingshen). A dimensão social do *wude* se expressa na conduta do indivíduo em sociedade e deve orientar todas as suas ações, é composta de 5 elementos: a modéstia, o respeito, a retidão, a verdade e a lealdade (Qianxu, Zunjing, Zhengyi, Xin e Zhong). Já a dimensão mental é composta pela vontade ou determinação, pela paciência ou resistência, pela perseverança e pela coragem (Yizhi, Rennai, Hengxin e Yong). Sendo um esporte de rendimento, voltado para resultados, o *wushu* moderno está mais ligado à ética esportiva, ou seja, remete-se ao conceito de *fair play*. No espírito do *fair play* os competidores devem ter um comportamento limpo e justo durante as provas, porém isso não implica que eles levem este código de conduta para sua vida em sociedade, diferentemente do *kung fu* tradicional.

Outro aspecto importante deve ser considerado em se tratando de *kung fu* tradicional, um dos objetivos de sua existência era o combate militar, isso confere a esta prática um senso de aplicabilidade não expresso no *wushu* moderno. Em outras palavras, o *kung fu* foi desenvolvido para guerrear e matar, portanto os movimentos devem ter uma finalidade, quebrar, torcer, furar, e assim por diante. Muitos mestres definem como critério para aceitação de um estilo como tradicional justamente este pressuposto, e não sua “idade” cronológica. No *wushu* moderno entretanto, a finalidade tem uma relação mais estreita com a estética. Quanto aos combates de *Sanchou* e *Suai Chiao* há uma subutilização das técnicas de luta tradicional, pois elas devem se encaixar nas regras desportivas, inexistentes na guerra.

Um dos pontos mais essenciais no *kung fu* tradicional é a presença do mestre, ou seja, a relação mestre/aprendiz. A relação mestre/aprendiz no *kung fu* tradicional poderia gerar um estudo à parte, basta dizer que a palavra que define mestre em chinês, *SIFU*,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





quer dizer professor-pai. Esta relação se define como uma dependência mútua onde o fim é a autonomia (TRALCI FILHO, 2014). Através de seu testemunho de ele mesmo ter encontrado por si um caminho de existência, o mestre cria as condições para que seu aluno encontre seu próprio modo de existir, tornando se um indivíduo autônomo. Tralci Filho (2014) assim o explica, tanto mestre quanto discípulo estão em busca do conhecimento porém o mestre já está nesta busca há mais tempo portanto ele é o exemplo vivo de que este conhecimento é possível, ele representa a tradição revitalizada e vivenciada, ele é a prova de que eventualmente o aluno também alcançará o conhecimento. No wushu moderno entretanto, nem sempre esta relação se expressa como tal, ela se molda na perspectiva técnico/atleta em que um, ou outro, se torna dispensável dada a ocasião.

DISCUSSÃO

Apesar de se diferenciar em diversos pontos kung fu e wushu moderno se aproximam em outros, obviamente. Para os chineses são uma forma de representação de sua cultura e valores, a representação da essência do modo de ser chinês; tanto de seus valores ancestrais, quanto de suas relações sociais mais modernas, relações que colocam a China no contexto mundial e que consolidam uma representação de unidade da nação.

Muitos praticantes de wushu moderno já treinaram ou treinam kung fu tradicional e centenas de praticantes de kung fu tradicional estão ligados às federações e participam de competições em suas categorias. Todos os praticantes, apesar de algumas rivalidades latentes entre as duas correntes, se reconhecem como praticantes de kung fu. Enquanto que algumas escolas se negam a participar destes eventos, outros usam as competições como forma de mostrar suas técnicas e exibir o orgulho em participar daquele estilo e outros atletas ainda jamais tiveram outra experiência a não ser o wushu moderno.

É importante considerar porém, que para aqueles que praticam o kung fu tradicional a parte conceitual e filosófica tem um peso considerável. A origem de cada estilo com sua história, o culto às gerações que se sucederam na transmissão do estilo e a obrigação de manter a honra, a unidade e as técnicas daquela escola em particular, são

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





pressupostos arraigados no contexto da prática desta modalidade. Ao que tudo indica para estes, o processo de esportivização atingirá um determinado limite, posto que esses ideais é que dão sentido a própria prática, ideais estes que divergem dos ideais competitivos.

Um papel do kung fu que vem crescendo admiravelmente na atualidade é a sua potencial aplicação como meio de qualidade de vida. Estudos como os de BASTOS MATIDA (2011), ANTUNES (2013), ASSIS TEIXEIRA (2008), SILVA XAVIER (2008) entre outros, vem demonstrando os benefícios relacionados à saúde proporcionados pela prática regular de kung fu, especialmente do Tai Chi Chuan. Benefícios como melhora na capacidade cardiorrespiratória, controle da pressão arterial, fortalecimento e melhora de quedas em idosos, para citar os mais comuns. Profissionais em postos de liderança e responsabilidade tem procurado esta modalidade como forma de aprimoramento pessoal, controle do estado emocional e alívio do stress causado na demanda diária. Em muitos parques e espaços públicos já é possível praticar alguns estilos de kung fu interno gratuitamente.

Uma vez expostos todos estes apontamentos, parece improvável que o kung fu atinja a esportivização a curto ou médio prazo e mesmo em longo prazo talvez esse processo não seja alcançado por completo. O historiador FERNAND BRAUDEL, mudou a abordagem das ciências sociais ao fundar em 1929, juntamente com outros pesquisadores da época, a Escola dos Annales. Um de seus conceitos mais importantes refere-se ao tempo histórico, mais especificamente ao tempo de longa duração. Para ele, estruturas como ciências, instituições, civilizações e ferramentas mentais são extremamente cristalizadas. As mudanças ocorridas nestas estruturas ocorrem em um ritmo lentíssimo, quase imperceptível. Se aplicarmos este conceito às estruturas ou ferramentas mentais relacionadas ao kung fu, ou seja, ao campo das mentalidades, podemos intuir que a esportivização do kung fu encontre aí um dos seus entraves. De concepções ideológicas pesadamente arraigadas, transformar estas estruturas mentais em estruturas mentais adequadas ao modelo esportivo demandará um tempo considerável.

Por outro lado parece que o papel do kung fu enquanto instrumento de qualidade de vida vem superando o apelo ao modelo esportivo, embora o kung fu possa

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





eventualmente se esportivizar, o kung fu tradicional tende a abarcar a massa dos praticantes, que não o fará pelo esporte mas como busca de saúde e aperfeiçoamento pessoal.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho se demonstrou como se constitui o kung fu. Seu mito fundador, suas características técnicas, suas características filosóficas, sua forma de treinamento. Também se discutiu a inserção do esporte na sociedade moderna. Antes simples passa tempos, se converteram em veículos de sensibilidade e expressão com relação á violência latente presente na convivência social. Sensibilidade esta que partiu das classes sociais dominantes, e que acabou por se tornar a sensibilidade hegemônica. A hegemonia geralmente limitada a uma dada sociedade, pode extrapolá-la e atingir outras fronteiras. O Imperialismo das potencias europeias no século XIX e início do XX, acabou por impor suas concepções de mundo a outras nações, destacadamente africanas e asiáticas, abalando as estruturas de pensamento e os modos seculares de vida destas comunidades. No caso da China somou se a isso uma mudança nas suas estruturas intrínsecas num processo complexo que resultou na queda do sistema imperial, na instalação de uma república comunista e em uma profunda revolução cultural.

Este conjunto de fatores implicou numa depreciação das artes marciais, do kung fu tradicional, ligado a valores ancestrais e numa tentativa de estabelecer uma prática e uma concepção cultural moderna e unificada para o país. Contraditoriamente, estes mesmos valores contidos no kung fu, foram usados como forma de enaltecimento da cultura chinesa perante a alteridade da cultura ocidental, ao mesmo tempo em que esta procurava se aproximar dos valores do Ocidente. Deste contexto surge o wushu moderno que procura englobar o kung fu nos moldes dos esportes modernos.

Diferindo em pontos fundamentais kung fu ou wushu tradicional e wushu moderno também possuem muitos pontos de convergência. Muito mais do que se esportivizar parece que esta arte está se revitalizando e achando caminhos alternativos

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





para manter intacta sua essência. O futuro com certeza é incerto mas aponta para vários caminhos possíveis, reelaborando sua prática, esportivizando ou trilhando pela via da saúde, esta modalidade parece que encontra justamente nesse amalgama a energia para sobreviver e se perpetuar.

Referências bibliográficas

ANDRAUS, Mariana Baruco Machado. Kungfu/Wushu: luta e arte. São Paulo: Annablume, 2010.

AGUIAR, José Otávio. Literatura Wushia, Budismo, marcialidade e ascese: da arte da guerra à historiografia sobre o mosteiro de Shaolin. *Antíteses*, vol. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009, pp. 599-619

AGUIAR, José Otávio; APOLLONI, Rodrigo Wolff. Budismo, Marcialidade e Legitimação da Violência: o kung fu e as disputas historiográficas sobre o mosteiro de Shaolin. *Projeto História*, São Paulo, n.37, p. 261-278, dez. 2008.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. História: sociedade & cidadania – Edição Reformulada, 9º ano – 2ª Ed. – São Paulo: FTD, 2012.

CRUZ E ZICA, Matheus da. Religião, Educação e Marcialidade na Formação Histórica do Kung Fu: alguns apontamentos sobre um campo de pesquisas recente no Brasil. *Universidade Federal do Paraná, Religare* 9 (2), 167-176, Dezembro, 2012.

CAVALCANTI ALVES, Ana Rodrigues. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. *Lua Nova*, São Paulo, 80: 71-96, 2010.

FERREIRA, Fernando Dandoro Castilho; SONODA-NUNES, Ricardo João; ALMEIDA, Barbara Schainsteck de. Da Sala De Cinema À Academia: a influência dos filmes de ação na apropriação dos praticantes de kung fu chinês.

Anais do V Congresso Sul brasileiro de Ciências do Esporte. UIVALI – Itajaí– SC 23 a 25 de setembro de 2010.

LU, Chunlei. Modern wushu: When Chinese martial arts meet Western sports. Faculty of Education, Brock University, Catharines, Ontario, Canada. *Archives of Budo*, 2008; 4: 37-39

LIMA, Luzia Mara silva. Caminhando para uma Nova Consciência: uma experiência de introdução da arte marcial na educação. Universidade Estadual de Campinas, 1999.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

LA EDITORIAL GLORIA MATUTINA. Manual autodidactico sobre las artes marciales chinas. Bejin: La Editorial Gloria Matutina, 1990.

MOCARZEL, Rafael Carvalho da Silva; MURAD, Maurício; CAPINUSSÚ, José Maurício. O Kung Fu e os Jogos Olímpicos: história e possibilidades de inserção. Rio de Janeiro v. 9, n. 1, p. 115-125, jan. 2013.

MENDONÇA, Samuel; ANTUNES, Marcelo Moreira. Ethos e Wude como fundamentação da Ética Marcial: educação de si mesmo. Revista Educação, vol.6 – Julho / Dezembro de 2012.

RENNER KOPPE, Vinício. O Kung Fu Tradicional e o Wushu Moderno. Universidade do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

TRALCI FILHO, Marco Antônio. Artes Marciais Chinesas: histórias de vida de mestres brasileiros e as tensões entre a tradição e o modelo esportivo. Universidade de São Paulo, 2014.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

AIRSOFT E O PROCESSO DE A ESPORTIVIZAÇÃO DOS JOGOS DE GUERRA

Sérgio Sérvulo Ribeiro Barbosa
Centro Universitário do Triângulo - UNITRI
Doutor em Educação pela FACED-UFU
Sergiobarbosa6@gmail.com

Marco Celso Franco de Freitas
Centro Universitário do Triângulo – UNITRI
Licenciado e Bacharel em Educação Física

Resumo: Airsoft é um “esporte” que simula situações de guerra e combate. Isso faz com que possamos discutir sobre o conceito de esporte. Utilizaremos o conceito de esportivização de Elias e Dunning (1985). O objetivo geral do artigo foi analisar a constituição do “esporte” airsoft. A pesquisa se constitui de uma revisão bibliográfica. Analisaremos a partir do referencial Elisiano o processo de constituição e transformação de um passatempo de construção de réplicas de armas em um jogo de combate, buscando a compreensão dos caminhos adotados por este jogo de combate na transformação ou não em esporte.

Palavras-chave: Esporte moderno, airsoft, Norbert Elias.

Abstract: Airsoft is a "sport" that simulates situations of war and combat. This makes it possible for us to discuss the concept of sport. We will use the concept of sportivization of Elias and Dunning (1985). The general objective of the article was to analyze the constitution of the "sport" airsoft. The research consists of a bibliographical review. We will analyze from the Elisian referential the process of constitution and transformation of a pastime of construction of replicas of weapons in a combat game, seeking the understanding of the paths adopted by this combat game in the transformation or not in sport.

Keywords: Modern sport, airsoft, Norbert Elias.

Resumen: Airsoft es un "deporte" que simula situaciones de guerra y combate. Esto hace que podamos discutir sobre el concepto de deporte. Utilizamos el concepto de esportivización de Elias y Dunning (1985). El objetivo general del artículo fue analizar la constitución del "deporte" airsoft. La investigación se constituye de una revisión bibliográfica. Analizamos a partir del referencial Elisiano el proceso de constitución y transformación de un pasatiempo de construcción de réplicas de armas en un juego de combate, buscando la comprensión de los caminos adoptados por este juego de combate en la transformación o no en el deporte.

Palabras clave: Deporte moderno, airsoft, Norbert Elias.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





INTRODUÇÃO

Airsoft é conhecido como um esporte que simula situações de guerra e combate. Durante a realização da atividade são utilizados diversos instrumentos que são réplicas de armas reais. Nas últimas duas décadas o esporte tem ganhado muitos adeptos no Brasil e no mundo (SANTOS 2010).

Airsoft se caracteriza principalmente por ser um jogo em que as equipes simulam combates militares com réplicas variadas de armamento. As tarefas envolvem eliminação de maior número de membros para alcançar a vitória, mas, de forma geral, a principal característica do esporte é trabalhar o valor da honra através da criação de estratégias, proteção e honestidade perante os participantes.

Considerando que há uma crescente busca por uma melhor da qualidade de vida nos dias atuais e também a necessidade de uma maior divulgação pelos meios de comunicação sobre a relevância e benefícios da prática de exercícios físicos, o aumento do número de praticantes de Airsoft só vem crescendo com o passar dos anos, isso faz com que a demanda por profissionais habilitados aumente qualificados na área aumente (OLIVEIRA, 2005).

Neste sentido, utilizaremos o conceito de esportivização de Elias e Dunning (1985), os autores vão designar o processo de transformação dos jogos em esporte a partir de um processo que ele vai denominar de “esportivização”. Este processo vai ter uma relação com outros processos interdependentes – como a mudança nos modos de produção econômica e a consequente Revolução Industrial - que vão desencadear numa transformação global das sociedades-estado, nos tempos recentes, resultando na criação dos esportes modernos.

O conceito de esporte vai ser usado para descrever uma série de jogos e atividades físicas que muitas vezes não atendem os aspectos apontados por Elias e Dunning para caracterizar o jogo ou a atividade física como Desporto. Portanto o objetivo geral do

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





presente artigo foi analisar a constituição do “esporte” airsoft e se o mesmo atende os preceitos do que se considerou chamar de esporte.

A pesquisa se constitui de uma revisão bibliográfica, onde num primeiro momento do trabalho serão descritas o histórico e a constituição do airsoft, enquanto jogo de guerra. Em seguida analisaremos a partir do referencial Elisiano o processo de constituição e transformação de um simples passatempo de construção de réplicas de armas em um jogo de combate, buscando a compreensão dos caminhos adotados por este jogo de combate no seu caminho divulgação e expansão, se transformando ou não em esporte.

SURGIMENTO DO AIRSOFT E O COMÉRCIO DE RÉPLICAS DE ARMAS

O Airsoft começou no Japão no início da década de 1980, nesse período a posse de armas por cidadãos era considerada ilegal. Como as pessoas eles não tinham acesso a uma arma real, começaram a produzir réplicas e a partir dessa demanda é que o Airsoft surgiu. No início, o jogo se resumia na prática de tiro ao alvo, com o passar do tempo, o termo também passou a ser utilizado em jogos de combate, simulando ações dos exércitos nas guerras (SANTOS, 2010)

No início, segundo Santos (2010), as réplicas de armas começaram a ser foram feitas por artesãos que as criavam para próprio uso. Pouco a pouco, com o aumento da demanda, as réplicas chegaram ao mercado, as empresas japonesas absorveram a ideia e passaram a produzir armas em grande escala, armas falsas. Foi questão de tempo até que as produções comesçassem a tomar o mercado internacional. O resultado disso foi a popularização das armas de Airsoft se nas Filipinas, Hong Kong, Coréia e Taiwan, primeiramente, e depois espalhando-se na Europa, América do Norte e Reino Unido.

Ainda segundo o autor citado anteriormente, o processo de produção de armas de Airsoft começou com os dispositivos de mola, onde eles tinham que ser armados antes de cada tiro. Eventualmente, o Japão desenvolveu as armas ainda mais eficientes, evoluindo para armas totalmente automáticas de gás e bateria. À medida que o Airsoft evolui, novas e melhores armas continuam a ser lançadas. Os dispositivos se tornam mais realistas e

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO



Fábrica
Ideias criativas



mais próximos de suas reais contrapartes de aço. Eles se tornam mais poderosos e mais precisos, com novas inovações, como as unidades *hop-up* e o uso de CO2 (SANTOS, 2010).

Embora as pistolas de Airsoft elétricas e de gás sejam mais caras do que as suas contrapartes anteriores da primavera, a crescente popularidade do Airsoft continua a tornar as armas de Airsoft mais acessíveis. As armas do Airsoft de hoje são muito sofisticadas. É importante salientar que se não fosse o comércio e melhoramento na fabricação de armas, o Airsoft não teria se popularizado (SANTOS, 2010).

AIRSOFT NO BRASIL

Nos anos 90, no início da cultura de *games*, a indústria do entretenimento passou a investir em jogos que simulavam guerras e batalhas, além disso, o mundo vivia a o impulsionamento do cinema que trabalhava a tecnologia. “Toda essa influência da cultura pop fez com que os admiradores das práticas militares buscassem por algo mais real e assim o airsoft se tornou popular no meio” (CANAL DO ALEMÃO, 2017), este foi o cenário da chegada o Airsoft no Brasil.

Em terras brasileiras, o Airsoft chegou em 2003, mesmo ano em que a publicação da lei nº 10.826 foi promulgada, de acordo a mesma, estava autorizada a comercialização de réplicas de armas para pessoas registradas no exército. Tal portaria foi extremamente importante no Airsoft brasileiro, porque ela foi a responsável por todo o processo burocrático que gira em torno da prática do esporte, desde a homologação até fabricação, comercialização e importação das armas de pressão e simuladores de armas de fogo também passou a ser regulamentada na forma da lei. Tal norma desencadeou a elaboração de diversas outras que organizam a comercialização de armas *fake* (SANTOS, 2016).

Em 2003, mesmo ano da chegada do esporte ao país, foi criado o Fórum Airsoft Brasil, órgão onde os jogadores encontram informações oficiais sobre comercialização de armas e equipamentos necessário para a prática do Airsoft no Brasil. O Fórum, segundo Santos, foi determinante para que as normas fossem conhecidas. Também a ação do órgão

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





contribuiu para que armas começassem a ser conhecidas pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados, órgão vinculado ao governo nacional que regula produtos controlados. (SANTOS, 2016).

Nos primeiros anos, a grande maioria dos praticantes do Airsoft eram pessoas do sexo masculino considerados entre vinte e trinta anos de idade. A maioria eram pessoas interessadas pelos jogos de simulação de histórias de ação, guerra e aventura. Ao longo do tempo, a quantidade de praticantes passou a aumentar e o Airsoft passou a ser também praticados por mulheres e diversas pessoas das mais diferentes faixas etárias. (SANTOS, 2016).

SOBRE O FUNCIONAMENTO DO JOGO

O airsoft se caracteriza principalmente por ser um jogo em que as equipes simulam combates militares com réplicas variadas de armamento. As tarefas envolvem eliminação de maior número de membros para alcançar a vitória, mas, de forma geral, a principal característica do esporte é trabalhar o valor da honra através da criação de estratégias, proteção e honestidade perante os jogos (AIRSOFT BRASIL, 2015).

O Airsoft é um esporte que trabalha corpo, mente. Com relação ao corpo, há a prática de exercícios de resistência física, força e coordenação motora. Por ser um esporte muito longo, onde equipes ficam por até seis horas em combate, é necessário que o jogador tenha preparo físico para suportar o período. Ora, tendo em vista que o preparo físico é importante, orienta-se que os jogadores sejam praticantes de atividade física (AIRSOFT BRASIL, 2015).

Para que qualquer integrante possa compor a equipe, é necessário que saiba sobre os trajes e adereços dos necessários para o jogo. Usa-se aquilo que possa ser utilizado como camuflagem, assim como fazem exércitos e equipes de polícia. Os trajes precisam também oferecer segurança para o jogador, a proteção garante que a partida seja realizada com sucesso, os trajes, como qualquer uniforme esportivo, fazem referência à indicação

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





a qual equipe pertence o jogador, conforme observa-se na imagem abaixo (AIRSOFT BRASIL, 2015).

Para um membro de determinada equipe possa evoluir, torna-se necessário que o mesmo seja submetido a provas práticas e teóricas aplicadas pelos seus superiores, nesse sentido, o Airsoft se assemelha às graduações dos praticantes de luta, como *Karatê*. As provas geralmente são escolhidas pela equipe em conjunto e pode ser alterada de uma região para outra (AIRSOFT BRASIL, 2015).

Os comandos superiores lideram as equipes e as mesmas duelam entre si, ou em conjunto contra as outras. Quando há eventos maiores, em que em jogos concentram mais de duas equipes, dá-se o nome de “operações”. eventos podem ter a durabilidade de mais de um dia e geralmente concentram atletas com maior preparo físico (SANTOS 2010).

Diferentemente dos outros esportes, o Airsoft não costuma premiar os atletas conforme se faz convencionalmente em outras atividades esportivas. Como o principal valor é a honra, o jogador será avaliado conforme sua conduta ética em todas as ocasiões. Quando há violação da honra o participante sofre penalizações que podem chegar a níveis altos como o afastamento de campeonatos (SANTOS, 2010).

REGRAS E CONDUTA DO ATLETA E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

É para que se possa praticar o esporte é necessário que o jogador tenha ciência das obrigações quanto a conduta ética, segurança e primeiros socorros. Os atletas são constantemente avaliados na expectativa de que correspondam ao que se espera dos praticantes (SANTOS 2010).

Com relação à conduta do atleta, é expressamente proibido disparar qualquer artefato ou objeto contra animais e pessoas que não estão participando da batalha. Também é proibida a destruição de qualquer objeto que esteja fora do cenário do jogo. As equipes devem certificar-se a todo momento de que as pessoas que não estão participando da batalha estão seguras (AIRSOFT BRASIL, 2015).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Uma das regras principais no Airsoft é, quando o jogador sofre um disparo e é dado como “morto”, o mesmo deve reconhecer, falar em alto tom de voz e usar uma flanela vermelha que seja visível para que todos os participantes do evento vejam, caso esta regra de conduta seja violada, o jogador pode ser punido permanentemente de qualquer jogo (SANTOS, 2010)

Sobre a proteção, torna-se obrigatório os óculos de proteção, o mesmo só não precisa ser usados dentro da *Safety Zone One*, que é a área que corresponde ao local de preparação de equipes. É obrigatório o uso do equipamento conhecido como *Barrel Sox*, trata-se de um protetor de cano da Airsoft, que é propriamente a réplica da arma. Toda Airsoft só pode ser utilizada área denominada *Safety Zone* (zona de combate). Os capacetes, protetores de rosto e pescoço também são equipamentos obrigatórios, o não uso dos mesmos elimina um jogador da equipe (AIRSOFT BRASIL, 2015).

Ainda sobre os equipamentos, os mesmos são fiscalizados para que atendam aos padrões normatizados por lei. A fiscalização é importante, pois ela garante que não sejam usadas armas reais, objetos que não sejam de plástico. Os atletas que violam tais regras podem ser expulsos do jogo, conforme estiver estabelecido pelos organizadores. Não são recomendados tiros com menos de 3 metros de distância, para garantir a segurança física dos atletas (AIRSOFT BRASIL, 2015).

É também expressamente proibida a utilização de uniformes das forças armadas, o atleta que cometer a irregularidade é expulso e não deverá ser aceito em quaisquer eventos de Airsoft. Com relação aos equipamentos permitidos, quaisquer utensílios de comunicação podem ser usados pelas equipes, desde que sejam regularizados conforme lei (AIRSOFT BRASIL, 2015).

A equipe responsável pela fiscalização é composta por integrantes conhecidos como *rangers*, os mesmos equivalem aos juízes dos outros esportes. No Airsoft, os rangers dedicam-se desde a organização dos eventos ligados ao esporte até mesmo à fiscalização de equipamentos e verificação das tarefas. Tomada a decisão do ranger, a mesma não é questionada. Tal integrante pode decidir se determinado atleta violou ou não determinada regra, o mesmo respalda-se, principalmente no que tange as normas de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





conduta e uso de equipamento, na legislação que será tratada no próximo tópico (SANTOS, 2010).

LEGISLAÇÃO

O Airsoft é um esporte já regulamentado no Brasil através da lei 10.826/03. Ela trata da especificação do que seria uma *airsoft*, comercialização dos equipamentos do esporte, aquisição e tráfico das armas de pressão no território brasileiro (SANTOS, 2016).

A lei diferencia réplica ou simulacro de uma arma de pressão. A primeira é um objeto feito para ser confundido com uma arma real, apesar de não possuir efeito de armamento. Já a arma de pressão são os projéteis de plástico maciços *airsoft* e os lançadores de projéteis de plástico com tinta em seu interior (SANTOS, 2016).

No que tange a categoria das *airsofts* e seu controle, a mesma se enquadra nas categorias um e três. A primeira enquadra a *airsoft* para armas a gás e por isso deve ter controle e nas atividades de fabricação, utilização importação, exportação, desembarço com mola. O controle dessa *airsoft* deve atuar na importação, fabricação, exportação e desembarço alfandegário (SANTOS, 2016).

Com relação à compra e venda de armas de pressão, a lei exige que o atleta na condição de comprador apresente, no ato da compra, o nome completo, data e local do nascimento, cópia da cédula de identidade, CPF, comprovante de residência atualizado. Também deverá ser comprovada a associação do mesmo junto a federação, associação ou clube de *Airsoft*. A loja fornecedora dos produtos deve manter cadastro atualizado por cinco anos para poder fazer a venda de armas de pressão (SANTOS, 2016).

O artigo 16 proíbe armas de que possuam calibre superior a seis milímetros, que disparem projéteis de qualquer natureza. O artigo 17 permite o uso de *airsoft* que utiliza gás comprimido ou mola, com calibre igual ou inferior a seis milímetros. As suas munições são permitidas (SANTOS, 2016).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Com relação a aquisição, as *airsofts* só podem ser adquiridas no mercado nacional pode maiores de idade. No caso das armas de gás, faz-se necessário um registro autorizando o atleta a fazer a compra do equipamento (SANTOS, 2016).

No que tange o tráfico da arma de pressão, é necessário que o praticante do esporte tenha consigo a nota fiscal, o que chamam de” ponta laranja”, que é uma proteção localizada no cano da *airsoft* para proteção da mesma e para a diferenciação do equipamento de uma arma real. O transporte deve ser feito de forma que a *airsoft* não fique exposta para público (SANTOS, 2016).

Todas as exigências da lei respaldam-se na tese de que os atletas devem contribuir para que se tenha uma sociedade pacífica que não tolere violência. A manutenção das regras também permite que o esporte, como qualquer outro, seja praticado com segurança em locais adequados. Tratando-se da segurança, será abordado o assunto mais especificamente no próximo tópico (SANTOS, 2016).

MEDIDAS DE SEGURANÇA E PRIMEIROS SOCORROS

Em 1958, a Organização Mundial de Saúde (OMS) define “acidente” como um acontecimento que não depende da vontade humana, ele é provocado por força exterior que atue rapidamente sobre o indivíduo, causando danos físico ou mental ao praticante. (BATIGÁLIA, 2002).

No Airsoft também os atletas realizam atividades nas quais podem ocorrer vários tipos de acidentes, sejam por uso indevido dos equipamentos ou por danos gerais devido o ambiente em que estão praticando o esporte, por isso, se faz importante uso adequado de equipamentos e medidas de segurança sejam obedecidas, bem como todos devem conhecer as técnicas de primeiros socorros (SANTOS, 2016).

Sobre as medidas de segurança, recomenda-se o uso de filtro solar, capacete, coturnos com sola de borracha, joelheiras, tornozeleiras, roupas adequadas bem como os óculos de proteção (QG AIRSOFT, 2015). Faz-se, como mencionado anteriormente, a

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





ponta amarela na arma de *airsoft* e o mais necessário: saber utilizar de forma correta uma arma de pressão.

Os procedimentos básicos de primeiros socorros no Airsoft podem ser executados por qualquer pessoa poderão ser executados, desde que a mesma esteja próxima da vítima (MAGEE, 2002). Para que possa prestar primeiros socorros, é necessário conhecimento, treinamento e experiência. Isso contribui para evitar que a integridade do acidentado seja preservada. Portanto, é imprescindível que todos os atletas de Airsoft tenham treinamento de primeiros socorros.

O PROCESSO CIVILIZADOR DO ESPORTE

Em seu trabalho sobre a gênese do esporte moderno Norbert Elias discorre sobre diversas influencias da sociedade na relação da mesma com o fenômeno esportivo, cabe para nos salientar como estas relações se dão com os jogos de combate como o airsoft.

Durante muito tempo o termo esporte, ou desporto, foi usado para designar uma variedade de passatempos, divertimentos e atividades lúdicas. No transcorrer do tempo, o signo desporto passou a ser utilizado como um termo para formas específicas de recreação na qual o desempenho físico desempenhava papel fundamental com a instituição de regras específica, mas nem sempre claras para manter as disputas sob controle. (ELIAS e DUNNING, 1985)

No momento da revolução industrial na Inglaterra as pessoas pareciam associar a forma como usufruíam seu tempo livre ligadas ao que se classificava como desporto, é salutar que as pessoas trabalhavam de maneira mais organizada, ou melhor, dizendo mais civilizada e assim por consequência organizava de maneira diferenciada o seu tempo livre, logo que em geral a sociedade estava se modificando e se tornando mais voltada a formas organizadas e regimentadas de vida individual e coletiva sobre tal observação STAREPRAVO, NUNES (2005) comentam:

A difusão a partir da Inglaterra de modelos de produção industrial, de organização, de trabalho e das formas de ocupação

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





do tempo livre do tipo conhecido como desporto foi notável. Parece razoável imaginar que as formas segundo a qual as pessoas utilizavam seu tempo livre seguiram de mãos dadas com a transformação da maneira segundo a qual trabalhavam. (p. 02)

Diante disso é possível e até mesmo pertinente dizer que a industrialização e o fenômeno ou movimento sociocultural da esportivização foram coincidentes de uma transformação das sociedades Europeia e por derivação de outras sociedades. A historicidade deste processo nos leva a refletir que esse momento da evolução social da humanidade fez emergir diante do caos social vigente naquela época a necessidade de todos ou a maior parte dos indivíduos serem mais regulares e dotados de comportamentos mais estáveis e retidos quanto a trabalho e comportamento hostil/bélico, retornando a obra de STAREPRAVO, NUNES (2005) reforçamos tal reflexão:

É possível que, tanto a industrialização como a desportivização, tenham sido sintomáticas de uma transformação mais profunda das sociedades europeias, que exigia de seus membros uma maior regularidade e diferenciação de comportamento. [...] considerando o esporte como consequência/produto do processo de civilização que a sociedade europeia começou a sofrer a partir do século XV. (p.02)

Os modelos de comportamento social de conduta e de sensibilidade foram segundo ELIAS e DUNNING, (1985) se tornando mais rígidos, em particular nas classes sociais mais favorecidas banindo excessos de punição e de complacência. Ainda conforme o autor Erasmo de Roterdão lança mão de um termo novo, o termo civilidade, que mais adiante deu origem ao verbo civilizar, explicativo de todo o processo do qual as sociedades passaram após o surgimento da nova ordem de produção, as sociedades foram sendo modificadas e dessa forma o comportamento dos indivíduos também, dando origem, por conseguinte ao termo “*processo civilizador*”.

Conforme supracitado as formas de conduta e de sensibilidade dos indivíduos foram sendo lapidados e os direcionamentos desta nova forma de comportamento primaram pela sensibilidade em relação à violência, esta foi sendo aos poucos banida ou

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná





pelo menos de maneira regulamentar das práticas desportivas da época, é aqui que chegamos ao ponto em que as lutas passam a ganhar novas formas de regulamentação, ganham aqui a sua civilidade, o seu caráter esportivo, seu fundo normativo, começando pelo pugilato que ganha regras e proteções para as mãos e punhos, os golpes com as pernas e nas partes baixas são excluídos da prática, STAREPRAVO, NUNES (2005):

[...] A mesma mudança de orientação pode ser verificada no boxe. As formas mais antigas de pugilismo não eram totalmente desprovidas de regras. Porém, os punhos eram desprotegidos e muitas vezes as pernas eram utilizadas nas lutas. A luta assumiu as características de desporto pela primeira vez na Inglaterra com a introdução de regras que limitavam os danos físicos aos adversários, eliminando o uso das pernas nos combates. Além disso, o aumento da sensibilidade foi verificado com a introdução das luvas e, com o tempo, pelo acolchoamento destas, para amenizar os danos físicos aos adversários. (p. 03)

As regras que foram sendo criadas se caracterizavam basicamente por dar ao desporto moderno “regras escritas; sanções intra-jogo bem definidas; presença de árbitros para conduzir as disputas; órgão centralizador de elaboração e fiscalização das regras” STAREPRAVO, NUNES (2005). O regulamento de regras, inclusive às orientadas pelos sentidos de justiça, de equilíbrio de oportunidades de vitória para todos os praticantes, tornou-se devidamente mais severo. As regras passaram a ser mais rigorosas mais explícitas e mais diferenciadas. Em outras palavras, sob a forma de desportos, os confrontos atingiram um nível de ordem e autodisciplina nunca alcançadas até então. Além disso, as competições integraram um conjunto de regras que asseguravam o equilíbrio entre a possível obtenção de uma elevada tensão na luta e uma razoável proteção contra os ferimentos físicos STAREPRAVO, NUNES (2005).

Aqui podemos afirmar que as integridades físicas dos praticantes sejam de combate com armas ou de outros modelos de atividades desportivas ganham importância, logo que as restrições à aplicação de força física, o controle sobre a brutalidade e ao ato de impor sofrimento e até mesmo de matar, passam a ser excluídos dos esportes e daí surge o impulso de civilidade das sociedades humanas em todos os aspectos.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





Os esportes de combate hoje, constituem-se em atividades que, em sua maioria, respondem como modalidade esportiva, devido ao fato de serem tratadas como mercadoria, sendo expostas em diversos formatos de mídia, em sua grande maioria de casos de maneira superficial, sem a transmissão ao público expectador do significado cultural e filosófico que muitas dessas modalidades possuem em sua terra de origem.

ELIAS e DUNNING (1985) - fala sobre tal estruturação do esporte atribuindo tais características a um processo que segundo nosso entendimento pode ser de certa forma involuntário e até mesmo inconsciente, Elias dá a esse processo o nome de um “*processo evolutivo social cego, não planejado de longa duração*” e o explica da seguinte maneira:

[...] não constitui o resultado de ações intencionais de qualquer indivíduo único ou grupo, mas antes, o resultado inesperado do entrelaçar de ações intencionais dos membros de vários grupos interdependentes, ao longo de muitas gerações. (p.301)

A ciência de um campo esportivo, associada à ideia das teias de interdependência, nós dá a noção de movimento aos campos sociais, desta forma tem-se os agenciadores de capitais que, além de encontrarem-se constantemente em conflitos por ganhos de lucros, permanecem na dependência das atitudes de outros agentes, pois dada a complexidade da estrutura de seus campos sociais, cada movimento em seu interior acarreta uma consequência, negativa ou positiva, a partir do ponto de vista social em que se encontra determinado agente.

A interdependência entre os sujeitos dá formato ao que Elias citado em PIMENTA e MARCHI JUNIOR (2005) como teia de interdependência onde todos, mesmo que não estejam cientes de sua existência, são dependentes das ações de cada um. Como em um tabuleiro de xadrez onde cada ação representará uma consequência específica, as ações individuais representam reações peculiares, dadas as complexidades da divisão do trabalho e a interdependência entre os indivíduos:

[...] como em um jogo de xadrez, cada ação decidida de maneira relativamente independente por um indivíduo representa um

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





movimento no tabuleiro social, jogada, por sua vez acarreta um movimento de outro indivíduo – ou na realidade, de muitos outros indivíduos [...]. (p.11)

A análise de Elias fornece o alicerce sociológico para a compreensão de processos responsáveis pela sistematização de controles que suscitaram a formação dos Estados caracterizados pela uniformização das atitudes dada à constante interdependência entre os seres sociais e nos remete a reflexão de que todo o sentido que se dá a um determinado fenômeno deve ser pensado e atribuído a devida importância, pois as ações individuais prejudicam ou valorizam a coletividade diante das causas e das razões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A influência de Norbert Elias, coloca o esporte dentro do processo civilizador, destacando a sua importância na dinâmica e controle das emoções, no seio de mudanças gerais dos padrões de relacionamento, das configurações das sociedades. Nesse sentido seu enfoque histórico passa a ser tão representativo quanto nas análises da tradição sociológica, inclusive nos demonstra ainda, que os jogos de passa tempo a partir de sua regulamentação, constituição de regras e uniformidade das condutas levou a transformação dos mesmos em esportes de competição.

Através deste breve artigo verificamos que o airsoft, tal qual outras modalidades esportivas, que se originaram da primeira gênese do esporte moderno na Inglaterra, no meio do século XIX, surgem a partir de jogos de passatempo que são posteriormente regulamentados, a partir da constituição de regras e a uniformidade das condutas levando a transformação dos mesmos em esportes de competição. Isto ficou bem demonstrado na constituição e surgimento do airsoft no mundo e posteriormente no Brasil.

A codificação e a criação de regras a partir de um consenso e a sua popularização através de livros de regras, que certamente levou a sua difusão e popularização, embora ele ainda não goze da popularidade de outros esportes. O cuidado com os participantes e

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





a sua segurança demonstram um processo de sensibilidade a violência que corresponde ao afirmado por Elias e Dunning (1985) em sua obra.

Importante salientar a criação de entidades representativas do esporte em questão e o seu papel neste processo de transformação dos jogos de passatempo em esporte. Neste sentido podemos afirmar que o airsoft diante do que foi apontado pode ser considerado um esporte, por possuir as características atribuídas aos esportes modernos, embora ainda não tenha se massificado e ainda seja praticado por poucos adeptos, mas isto deve ser estudado em outro trabalho.

Referências bibliográficas

- AIRSOFT BRASIL. Fórum Airsoft. 2015. Disponível em: < <http://www.airsoftbrasil.com/>>. Acesso em 11 de dez de 2017.
- BATIGÁLIA, V. A. Desenvolvimento infantil e propensão a acidentes. HB Científica, v.9, n.2, p. 91, mai – ago. 2002
- ELIAS, Norbert. & DUNNING, E. A Busca da Excitação. Lisboa : DIFEL, 1985.
- MAGEE, David J. Avaliação musculoesquelética. São Paulo: Manole, 2002.
- OLIVEIRA, A. L. D.. O profissional de educação física e a responsabilidade legal que o cerca: Fundamentos para uma discussão. Revista do Simpósio Internacional Processo Civilizador. Ponta Grossa, 24 Abril 2005. 2-3.
- PEREIRA, C.M. Instituição de direito civil, Educação Física. v.3. Forense (1976).
- PIMENTA, Thiago Farias da Fonseca; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. Processo civilizador e as artes marciais coreanas: possíveis aproximações. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 10, 2007, Campinas. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2007
- QG AIRSOFT. O que é Airsoft? QG Airsoft, 2015. ISSN 1. Disponível em: <<https://blog.qgairsoft.com.br/o-que-e-o-airsoft/>>. Acesso em: 07 Dezembro 2017.
- SANTOS, J. E. S. D. Tudo sobre Airsoft. UNICA. ed. São Paulo: Kindle, v. I, 2016.
- SATO, F. N. História do Japão Em Mangá. 3. ed. São Paulo : NSP, v. Unico, 2008.
- S.N. Canal do Alemão Airsoft. HISTÓRIA DO AIRSOFT. Disponível em: <<https://www.alemaoairsoft.com.br/pagina/historia-do-airsoft.html>>. Acesso em: 07 Dezembro 2017.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

STAREPRAVO, Fernando E NUNES, Augusto Ricardo Sonoda. Surgimento do esporte e o processo civilizador, 2005. Disponível em <http://www.gpreve.cbmerj.rj.gov.br/>, acessado em 30 de maio de 2007.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

A EDUCAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA FIGURACIONAL DE NORBERT ELIAS

Sônia Aparecida Alvarenga Vieira²⁴⁹

Monica Isabel Carleti Cunha²⁵⁰

Lúcia Helena dos Santos²⁵¹

Resumo: Este trabalho propõe reflexões sobre a educação para as pessoas com deficiência no contexto das políticas neoliberais na atualidade. Trata-se de um ensaio pautado em estudos e pesquisas recentes sobre a educação para pessoas com deficiências e na teoria figuracional de Norbert Elias. Em suas teses, Norbert Elias aponta que as diferentes direções dos acontecimentos sociais decorrem do jogo de forças resultantes de interesses entre diferentes grupos nas sociedades modernas atuais. Observamos que têm ocorrido diferentes formas de organização da oferta do atendimento educacional especializado nas redes de ensino do Espírito Santo, em decorrência, sobretudo do *jogo de forças* para a garantia da oferta da escolarização às pessoas com deficiências, subjetivamente pela ausência de demais políticas voltadas a este público. Observamos também que as políticas neoliberais, fundamentadas nos princípios mercadológicos, trazem implicações imediatas para a efetividade do direito à educação para todos. Como resultado, inferimos que a educação para as pessoas com deficiência transita entre diferentes interesses e que se distanciam da premissa do direito social à formação humana em sua plenitude. Que a educação voltada às pessoas com deficiência deve prevalecer à efetivação dos processos de acesso, permanência e sucesso na aprendizagem escolar.

Palavras-chave: Direito Social. Educação. Deficiência.

Abstract: This paper proposes reflections on education for people with disabilities in the context of neoliberal policies nowadays. This essay is based on recent studies and research on education for people with disabilities and Norbert Elias's figurative theory. In

²⁴⁹Doutora em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação/ Universidade Federal do Espírito Santo. Endereço eletrônico: sonialvarengav@hotmail.com

²⁵⁰Mestra em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação/ Universidade Federal do Espírito Santo. Membro do Grupo de pesquisa: “Políticas, Gestão e Inclusão Escolar: contextos e processos sociais”. Endereço eletrônico: monicaicc@yahoo.com.br

²⁵¹Graduada em História pela FAFIC – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Colatina; Graduada em Pedagogia pela FACIBRA e Pós-graduada em educação pelo Instituto de Apoio Empresarial e Educacional: Gestão Escolar Integradora. Endereço eletrônico: luciasantosteixeira@hotmail.com

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





his theses, Norbert Elias points out that the different directions of social events arise from the set of forces resulting from interests between different groups in modern societies today. We observed that different forms of organization of the educational service offer have occurred in the educational networks of Espírito Santo, mainly due to the set of forces to guarantee the provision of schooling for people with disabilities subjectively due to the absence of other policies aimed at this audience. We also note that neoliberal policies, based on market principles, have immediate implications for the effectiveness of the right to education for all. The effectiveness of these educational policies has been permeated by the perspective of the low expectation of the results of the academic performance of these students, underlying the beliefs of these people's (in) capacity, and from the perspective of the productive inclusion necessary for all, yet under the discourse of social emancipation. As a result, we infer that education for people with disabilities transits between different interests and that distance themselves from the premise of social law to human formation in its fullness. That education aimed at people with disabilities should prevail to the effectiveness of the processes of access, permanence and success in school learning.

Key-words: Social Law. Education. Disability.

INTRODUÇÃO

A educação brasileira na atualidade alcançou dos últimos anos 30 anos, nos aspectos legais, um patamar de universalidade como direito de todos a partir da Constituição Federal de 1988, num contexto histórico muito específico, gerado pelos movimentos de rompimento com a ditadura militar e início de um processo de redemocratização do país demarcando novas direções sociopolíticas que emergiram para a sociedade brasileira.

Nesse sentido, de acordo com Fausto (2013, p.446) o movimento das “Diretas já” foi além das organizações partidárias, “[...] refletiu as pressões dos diferentes grupos da sociedade [...]”. Destaca ainda que refletiu o avanço ocorrido no país especialmente na área da extensão de direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral e às chamadas minorias (FAUSTO, 2013, p.446).

Dessa forma, a participação de movimentos sociais organizados foi fundamental para essa efetivação, que, de outra forma, senão pelas relações de interdependência dos grupos que compunham a representação popular, não teria ocorrido.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Nessa direção, com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394/96 a educação especial passou a ser organizada de forma mais sistemática, pois esta faz menção à garantia da escolarização para os alunos público-alvo da educação especial. Diante dos nossos levantamentos, outros documentos legais e normativos passaram a subsidiar a atual “estrutura” da educação especial, em especialmente, no Decreto Nº 6.571/2008 no lançamento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva em 2008, tendo sido revogado pelo Decreto nº 7.611/2011, bem como a Resolução Nº 04/2009.

Na referida resolução ficaram estabelecidas as diretrizes operacionais do atendimento educacional especializado, dentre os quais, os critérios para fins de financiamento deste atendimento.

Nesse sentido, apresentamos a seguir diferentes formas de organização do atendimento educacional especializado, observadas em pesquisas recentes nesta área, bem como alguns apontamentos à luz da teoria figuracional de Norbert Elias.

EDUCAÇÃO ESPECIAL BRASILEIRA NA ATUALIDADE: DIFERENTES CONFIGURAÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O desenvolvimento das políticas de educação especial no Brasil, nos últimos tempos têm sido um período de transformações emblemáticas pelos movimentos que ampliam as possibilidades de diálogo sobre a educação inclusiva no Brasil. (VIEIRA, 2018)

Nesse processo de mudanças ocorridas nas políticas públicas de educação especial no Brasil, voltamos o nosso olhar para as produções acadêmicas recentes. Assim, vamos dialogar com teses, dissertações e outras publicações que nos indicaram simultaneidades temporais acerca das políticas públicas de educação especial no Brasil, tendo como foco central o Espírito Santo.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Esses relatos são relevantes por reconhecermos nesses trabalhos as diferentes culturas, histórias, tradições e práticas que coexistem nas escolas e por isso traduzem de alguma forma a política de educação especial brasileira.

O estudo de Martins (2011) evidenciou: inconstância e não consolidação de ações desempenhadas por órgãos públicos para o desenvolvimento de políticas de escolarização para os alunos da educação especial, bem como reduzido número de escolas que ofertavam o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência; a carência de materiais e de espaço físico para o trabalho com os alunos; bem como grandes/constantemente investimentos na instituição filantrópica sem fins lucrativos, que atendiam aos alunos, hoje considerados público-alvo da educação especial.

A autora entendeu que seria necessário ocorrer um rompimento com os vínculos criados ao longo da história da educação especial no Espírito Santo que, por muitos anos, foi escrita por meio de instituições filantrópicas especializadas com financiamento público.

Dessa forma, considerando a perspectiva marxista podemos dizer que o exercício de estabelecer a educação inclusiva nas escolas regulares é uma prática contra-hegemônica nos dias atuais, pois, apesar de identificar avanços nas práticas escolares, com legislação no que se refere aos direitos das pessoas com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento nos textos das legislações, essas políticas ainda se apresentam frágeis diante da organização escolar.

Nossa escola, com uma organização ainda muito permeada pela ciência moderna tem dificuldade de incluir alunos que apresentam alguma diferença, cabendo a nós, pesquisadores, olhar para os contextos invisibilizados pelo pensamento lógico/hegemônico que predominou por boa parte do século XX.

Gobete (2014) identificou movimentos nas políticas públicas de educação especial instituídas, considerando o princípio do direito à educação historicamente conquistada e legitimada.

A autora retrata que a ênfase da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva é no atendimento educacional especializado realizado

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





no contra turno prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais, não substitutivo à escolarização. Movimento este importante para a definição de políticas que garantam aos alunos público-alvo da educação especial a prescrição legal de caráter obrigatório do ensino fundamental.

Quanto às diretrizes que orientam a política de educação especial, no município de Vitória/ES, a autora observou que para além de ofertar o atendimento educacional especializado, no turno inverso ao da matrícula dos alunos, há uma preocupação com a aprendizagem na classe comum do ensino regular e com aquisição do currículo escolar a partir dos ritmos próprios de aprendizagem de cada um. Destacou o fortalecimento das ações previstas na política de educação especial para a formação e o trabalho articulado entre professor especializado e professores da classe comum do ensino regular.

Ao ler estudos no âmbito nacional, também foi possível observar que há prolongamentos das políticas nacionais nas diretrizes estaduais e municipais brasileiras.

Gonzalez (2013), em sua tese de doutorado, intitulada “Educação especial e processos de encaminhamento para salas de recursos: relação de gênero e cor/raça” discorre sobre a organização dos atendimentos no município de São Paulo, dando-nos indicativos de semelhança nas ações do Espírito Santo e esclarecendo que os documentos que regem a política de educação especial no município de São Paulo estão pautados em diretrizes da União, apresentando avanços significativos.

Delevati (2012), em sua dissertação “AEE: que atendimento é este?” As configurações do atendimento educacional especializado na perspectiva da rede municipal de ensino de Gravataí/RS”, buscou compreender como o atendimento educacional especializado vem se configurando em um contexto local, com ênfase nas diretrizes políticas que caracterizam o serviço e na interpretação dos professores que atuam nas salas de recursos multifuncionais.

Destacou que, em todo o País, discute-se sobre as diversas configurações que o atendimento educacional especializado vem apresentando na busca por garantir esse atendimento àqueles que necessitam.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Delevati (2012) observou o atendimento educacional especializado aos alunos da educação de jovens e adultos, de escolas de difícil acesso e de escolas de áreas rurais. Ressaltou que as formas de atendimento no contra turno variam entre alunos com matrícula na escola regular que frequentam a sala de recursos da própria escola, de outra escola da região ou na Apae.

Este trabalho assemelha-se a outros estudos, quando considera que conteúdos, procedimentos e metodologia envolvem a relação do atendimento educacional especializado com o ensino comum, devendo incidir no espaço de intercessão e na ampliação das possibilidades de inclusão escolar dos alunos.

Nessa direção, de acordo com Sobrinho *et al* (2017), pesquisadores da teoria figuracional de Norbert Elias “um trabalho investigativo que pretende compreender (e explicar) aspectos da cena social a partir do modelo de *jogo* precisa considerar a desordem como manifestação de aspectos da ordem [...]”, e não tomá-los como pares contraditórios ou irreconciliáveis.

Portanto, parece-nos que não podemos considerar a “*ordem*” de uma política “*posta*” com um único “desenho / formato” para sua efetividade. Neste caso, *via de regra*, o atendimento educacional especializado, estabelecido pela Política Nacional de Educacional Especial na Perspectiva Inclusiva /2008, deve ocorrer no turno inverso de escolarização.

Contudo o mesmo documento aponta que atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas e, ressalta que as atividades desenvolvidas não substituem à escolarização, portanto este deve ocorrer com foco no acesso ao currículo do ensino comum a todos.

Diferentes formas de organização do atendimento educacional especializado, no nosso entendimento, não nega o caráter complementar deste serviço, tampouco desresponsabiliza o poder público de implementar ações que consolidem a educação especial na perspectiva inclusiva e pelo direito dessas pessoas / alunos ao processo de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





escolarização, garantindo serviços, apoios e recursos necessários de acordo com a suas necessidades específicas.

Kassar (2013) destaca que o atendimento especializado às pessoas com deficiência esteve, ao longo de sua história, vinculado com a reabilitação e o atendimento terapêutico. Apesar dos avanços ocorridos nos últimos tempos e com mais intensidade a partir da política estabelecida nacionalmente em 2008, estamos em um momento em que será necessário identificar possibilidades “[...] que levem à formação de uma educação especial que realmente colabore com a educação escolar de crianças sob uma perspectiva educacional, sem, no entanto, apagar ou ignorar as necessidades dos indivíduos com características muitas vezes bastante específicas” (KASSAR, 2013, p. 39).

Nesse aspecto, dados apontam baixos índices de escolarização de pessoas com deficiência em situação de pobreza e extrema pobreza, conforme observamos no caderno de orientações técnicas do programa BPC Trabalho de 2013, no levantamento realizado em relação as deficiência que recebem o Benefício de Prestação Continuada – BPC²⁵². Os beneficiários desse programa em sua maioria possuem ensino fundamental incompleto, cerca de 41,9%.

²⁵² BPC é de um benefício assistencial, previsto na Constituição Federal/88, regulamentado pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, conhecida como Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), que concede um salário mínimo mensal a idosos e pessoas com deficiência em situação de pobreza e/ou extrema pobreza, desde que a renda *per capita* seja igual ou inferior a ¼ do salário mínimo.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Número e percentual de pessoas com deficiência, de 14 a 45 anos, beneficiárias do BPC, por nível de escolaridade – Brasil/2012

Nível de Escolaridade	Pessoas com deficiência	%
Não alfabetizado	258.690	33,7
Creche, pré-escolar e classe de alfabetização	42.756	5,6
Ensino Fundamental Incompleto	321.643	41,9
Ensino Fundamental Completo	80.040	10,4
Ensino Médio Incompleto	23.122	3,0
Ensino Médio Completo	13.048	1,7
Superior	1.049	0,1
Sem informação	26.944	3,5
Total	767.292	100,0

Fontes: Dataprev/Suibe e MDS/Cadastro Único, abril de 2012

Elaboração: DBA/Coordenação Geral de Revisão e Controle de Benefícios

Nesse sentido, os dados apontam que há necessidade premente de investimentos em políticas de educação entre outras às pessoas com deficiência, pobres e extremamente pobres, visando à promoção da cidadania a essas pessoas.

Em nossas análises, considerando a fonte desses dados, observamos que foram sistematizados com os objetivos específicos de “mapear” pessoas com deficiência beneficiárias do BPC por faixa etária produtiva, o que nos provoca refletir os encaminhamentos atuais de políticas públicas sob a perspectiva neoliberal, portanto de uma atuação mínima do Estado nas questões sociais.

Ao dialogar com a legislação mais recente os autores anteriormente citados colocam em destaque a discussão de políticas especificamente direcionadas aos alunos com deficiência, no entanto observaram que a efetivação dos direitos garantidos em forma de documentos legais ainda não se faz presente em todas as escolas.

Delevati (2012) e Gobete (2014) destacaram na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Educação Básica – 2008 a supervalorização do espaço da sala de recursos multifuncional e a ampliação das atribuições do professor especializado para identificar, elaborar, produzir e organizar

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias, considerando as necessidades específicas dos alunos.

No que se refere às políticas públicas de educação especial a partir de 2008, esses autores constataram avanços, sobretudo quanto à organização da oferta de serviços de apoio especializado, no entanto, a provisoriedade dos espaços para funcionamento, a incompletude dos profissionais necessários e o acúmulo de trabalho indicavam tarefas a serem cumpridas no âmbito da educação.

Destacaram nessas diretrizes políticas, a criação de condições para efetivar a inclusão escolar e também fragilidades no desenvolvimento dessas ações, quando percebem a manutenção de atendimentos historicamente naturalizados, via instituições especializadas exclusivamente em educação especial.

Nesse aspecto, considerando as teses elisianas sobre os processos sociais que impulsionaram uma mudança estrutural ocorrida entre os séculos XII e XIII e se estendeu por toda a Idade Média, Elias aponta elementos conceituais relativos às tais mudanças e desenvolve o conceito de civilização, compreendendo-a como uma “mecânica evolucionária da história”, em que os processos sociais influenciam a estrutura psíquica dos indivíduos e esses delineiam os processos sociais.

Em suas teses Elias destaca que a constituição dos Estados Modernos se estruturaram por meio do monopólio da força física e dos tributos e, posteriormente outros monopólios foram se cristalizando aos redor destes. Elias evidenciou, igualmente que as relações de interdependência foram se tornando mais complexas, com a urbanização, dentre o desenvolvimento das demais esferas sociais, e as relações de poder entre as classes sociais, o surgimento e a consolidação do terceiro Estado impeliam tensões e os antagonismos ideológicos.

Nessa direção, no atual estágio do *processo civilizador*, de acordo com (SOBRINHO; ALVES, 2014, p. 173), “[...] as sociedades recentes, a apropriação, ampliação e a disseminação do conhecimento vêm atingindo de diferentes formas e intensidade, indivíduos e grupos”. E destacam que, “[...] no curso do século XX, o aumento do contato entre diferentes indivíduos e grupos que estavam acostumados a

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





evitar uns aos outros atribuiu pertinência aos questionamentos referentes aos costumes naturalizados pelas gerações anteriores.

Ainda que as autoras entendam que as políticas municipais não estão descoladas das políticas macro em âmbito estadual e nacional, na medida em que analisam dados de um determinado município brasileiro, elas nos ajudam a constituir um mapa das condições sobre as quais se assentam as políticas atuais.

Nesta análise, observamos que há proximidade de ações realizadas em alguns Estados brasileiros e se destaca o intercâmbio de ideias e ações entre os municípios ou rede de ensino com as especificidades que emergem no contexto, compartilhando com a perspectiva nacional de educação para as pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apoiando-nos nas teses de Norbert Elias, torna-se evidente a força das ‘configurações sociais’ nos direcionamentos sócio histórico e político do país. Nesse sentido, acreditamos que a extensão dos direitos sociais expressos na Carta Magna de 1988 se deu em decorrência do jogo de força vivido nas ‘relações de interdependência’ entre os grupos do governo e aqueles indivíduos e/ou grupos que representavam diferentes setores da sociedade civil e particularmente, dos movimentos sociais. No fluxo histórico, constituímos e continuamos esse processo de disputas, marcado por ambiguidades e lacunas. Dessa forma inferimos que tal cenário, igualmente, contribui para o desencadeamento da implementação da atual política de educação especial na perspectiva inclusiva.

Nesse sentido, compreendemos que a lei é ‘resultado e processo’ da correlação de forças vivida no jogo social. Os documentos normativos expressam um momento de síntese das disputas em curso e por isso eles devem ser compreendidos na sua historicidade, considerando suas ambiguidades e lacunas.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



Fábrika
Ideias criativas



Por fim, entendemos que o direito à educação para os estudantes com deficiências deve ser compreendido em sua plenitude, ou seja, o de participar de todas as etapas da educação básica, bem como do atendimento educacional especializado, como forma complementar e suplementar com materiais e recursos pedagógicos específicos necessários para o desenvolvimento cognitivo, sobretudo visando o acesso deste público ao conhecimento.

Entendemos, portanto, que é necessário reavaliarmos as formas de atendimento educacional a este público com foco no acesso ao currículo escolar, sendo a escola o principal *locus* desse processo.

Referências bibliográficas

ALVES, E. P.; SOBRINHO, R. C. Escolarização de alunos com deficiência e as inter-relações família, escola e gestores públicos da educação especial. Revista Educação Especial. v. 27, n. 48, p. 171-184. jan./abr. 2014. Santa Maria. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>. Acesso em: 28. jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Benefícios Assistenciais. Caderno de orientações técnicas: programa BPC Trabalho. Brasília [DF], 2013. Caderno de orientações técnicas: programa BPC Trabalho. Brasília, 2013.

DELEVATI, A. de C. AEE: que atendimento é este? As configurações do atendimento educacional especializado na perspectiva da rede municipal de ensino de Gravataí/RS. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FAUSTO, B. História do Brasil. 14 Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

GOBETE, G. Educação especial no município de Vitória/ES de 1989 a 2014: política e direito à educação. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

GONZALEZ, R. K. Educação especial e processos de encaminhamento para salas de recursos: relação de gênero, cor/raça. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

KASSAR, M. C. M. O “especial” na educação, o atendimento especializado e a educação especial. In: JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M. (Org.). Prática pedagógica na educação especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara/SP: Junqueira & Marin, 2013. p. 105-126.

SOBRINHO, R. C.; CUNHA, M. I. C.; PANTALEÃO, E. O programa “benefício de prestação continuada na escola” e os imperativos da inclusão produtiva: Apontamentos. Rev. Teoria e Prática da Educação, v. 19, n.1, p. 147-160, jan./abr. 2016.

VIEIRA, S. A. Política estadual de educação especial no Espírito Santo: cartografando espaços locais. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



LAI





“SEMPRE CHEGAMOS AONDE NOS ESPERAM”: UMA LEITURA SOBRE O DISTANCIAMENTO DO ENVELHECIMENTO EM *AS INTERMITÊNCIAS DA MORTE*

Steffany Romualdo Sousa Gomes²⁵³

Márcia Maria de Medeiros²⁵⁴

Resumo: Não morrer mais é um sonho idealizado por muitos, tanto que acabou sendo o tema central do romance do escritor português José Saramago, *As Intermitências da Morte* (2005). O que a princípio seria a realização de toda uma população, torna-se um pesadelo, tendo em vista que, no momento em que a morte se ausenta, toda a sociedade entra em colapso por uma série de fatores, a começar pelas instituições relacionadas a morte; hospitais e funerárias. A partir dessa temática, a narrativa aborda como o homem ocidental tende a lidar com a morte e o morrer e todas as situações que envolvem este contexto, sendo duas delas o processo de envelhecer e o sujeito idoso. Nesse sentido, levando em consideração que os idosos enfrentam variadas adversidades em virtude da composição ideológica que veio se concretizando com o passar das épocas diante da cultura ocidental, esta pesquisa objetiva analisar os aspectos históricos e sociais que construíram a compreensão do ser idoso e do curso de envelhecimento para a sociedade. Para tanto, tendo em vista as personagens idosas da narrativa saramaguiana e suas relações com a morte, este estudo baseia-se nas teorias de Norbert Elias (2000;2001) e Simone Beauvoir (1970) para compreender as construções culturais que levaram ao entendimento massificado de que o envelhecimento e a pessoa idosa em si, são inconveniências para o regimento social. Dessa maneira, espera-se que os resultados obtidos a partir da análise de *As Intermitências da Morte* possam instigar outras pesquisas com a temática do envelhecimento se utilizando da literatura como veículo transmissor de ideais, construções reflexivas e mudanças de comportamento.

Palavras-chave: Envelhecimento; Idosos; Morte; *Intermitências da Morte*.

"WE ALWAYS COME WHERE WE EXPECT": A READING ON DISTANCING AGING IN *AS INTERMITÊNCIAS DA MORTE*

Abstract: Finitude is a dream idealized by many people, so much that it ended up being the central theme of the novel of Portuguese writer José Saramago, *As intermitências da Morte* (2005). What would at first be the realization of a whole population becomes a nightmare, since at the moment death is absent, the whole society collapses through a

²⁵³ Graduada em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa, UEMS; Especialista em Ciências do Envelhecimento Humano, UEMS; Mestre em Letras – Literatura, UFGD.

²⁵⁴ Graduada em História, UPF; Mestre em História, PUC-RS; Doutora em Letras, UEL; Professora do Programa de Pós Graduação do curso de especialização Ciências do Envelhecimento Humano, UEMS.



series of factors, beginning with institutions related to death; hospitals and funeral homes. From this theme, the narrative discusses how Western man tends to deal with death and dying and all situations involving this context, two of them being the aging process and the elderly subject. In this sense, taking into account that the elderly face various adversities due to the ideological composition that came to pass with the passing of the times in the face of Western culture, this research aims to analyze the historical and social aspects that built the understanding of the elderly and of the course from aging to society. For this, in view of the elderly characters of Saramago's narrative and its relations with death, this study is based on the theories of Norbert Elias (2000, 2001) and Simone Beauvoir (1970) to understand the cultural constructions that led to the mass understanding that aging and the elderly person themselves are inconveniences to the social regiment. Thus, it is expected that the results obtained from the analysis of "The Flashes of Death" may instigate other researches with the theme of aging using literature as a transmitter of ideals, reflexive constructions and behavior changes.

Keywords: Aging; Seniors; death; *As intermitências da Morte*.

Podemos usar a cirurgia estética e cosmética, mas a velhice e a morte só podemos adiar. E no fundo, a morte, nós a aceleramos um pouco: quando internamos nossos velhos num asilo e os escondemos da nossa vista. O fim deles começa aí, nessa invisibilidade (SARAMAGO, 2005 *apud* AGUILERA, 2010).

A classificação ou *status* de “idoso” é algo categoricamente construído pela sociedade que desde muito tempo insiste em separar e categorizar os seres em faixas etárias; crianças, jovens (pré-adolescentes e adolescentes), adultos e velhos. A última etapa é ainda envolta em identificações bem específicas com relação à aparência (cabelos brancos, pele enrugada, problemas de saúde, limitações físicas etc.) e ao comportamento (perda de cognição, mau-humor, fadiga).

Essa categorização de “idoso” gera um distanciamento entre os demais grupos etários que passam a perceber o sujeito mais velho como alguém que não pertence a seu espaço e, por isso, o isola. Pensar na velhice e no processo de envelhecimento como um quadro positivo é cada vez mais improvável para uma sociedade na qual compreende que o novo, o rápido e o prático – em todas as suas instâncias, tanto para pessoas, quanto para bens materiais – são sempre os melhores.

Dessa maneira, a inclusão de idosos enquanto objeto de estudo em algumas órbitas ou mesmo nos meios sociais da cultura ocidental têm sido constantemente hostilizados.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





Isso acontece porque é muito difícil para a compreensão de uma sociedade que se entende tão avançada parar para refletir sobre algo que ainda não consegue controlar: o tempo e o envelhecimento.

Todos os dias novos métodos estéticos para o retardamento do definhamento físico são divulgados pela mídia e, por mais eficazes que pareçam, a população continua a envelhecer. Portanto, esse é um assunto que demonstra a falha humana em não conseguir superar o maior obstáculo de todos: a finitude. Para Elias:

O progresso no conhecimento biológico tornou possível elevar consideravelmente a expectativa de vida do indivíduo. Mas por mais que tentemos, com o auxílio do progresso médico e a capacidade crescente de prolongar a vida do indivíduo e aliviar as dores do envelhecimento e da agonia, a morte é um dos fatores que indica que o controle humano sobre a natureza tem limites. Sem dúvida a abrangência desse controle é em muitas áreas extremamente grande. O que não significa que não existam limites ao que é realizável pelos seres humanos em relação aos fatos da natureza (ELIAS, 2001, p. 90).

Em uma sociedade na qual a aparência é tudo, considerar indivíduos com peles enrugadas, cabelos brancos e mãos trêmulas como protagonistas de sua história parece inviável e é dessa maneira que temas como envelhecimento e idosos – atrelados à temática da morte – são caracterizados como tabus para uma cultura que exige a perfeição do ser e do estar.

Entretanto, há meios de se chegar a esses assuntos e inseri-los no debate para que haja um aprofundamento reflexivo sobre uma questão tão relevante quanto o envelhecimento, afinal, esse é, ou pelo menos pretende-se que seja, o destino de todos. Para tanto, infere-se a literatura como ferramenta que pode promover discussões acerca de como a sociedade ocidental²⁵⁵ tende a lidar não apenas com o processo de envelhecimento, mas principalmente, com os sujeitos idosos, tendo em vista que é

²⁵⁵Fala-se em sociedade ocidental neste trabalho, pois entende-se que os orientais têm outra concepção sobre o processo de envelhecimento e tendem a lidar de maneira diferente com seus idosos, além de também o objeto de análise escolhido dar indícios narrativos de que se trata de uma cultura formada no Ocidente.



percebida uma tendência à hostilizá-los e excluí-los de acordo com uma construção social, histórica, política e cultural que há muitos anos se consolidou estereotipando os idosos enquanto indivíduos aquém do meio em que estão.

Dessa maneira, ao se pensar na literatura como um veículo transmissor de representações, no que tange os ideais e comportamentos de grupos sociais e culturais, para se trabalhar a temática sobre o envelhecimento e o próprio sujeito idoso diante destes aspectos, adota-se nesta pesquisa a obra *As Intermittências da Morte* (2005) do escritor português José Saramago, romance cujo enredo central possibilita uma investigação apropriada sobre o olhar ocidental diante das questões que demarcam não só o envelhecimento humano, como também a associação do indivíduo idoso à morte.

Porém, antes de focar a narrativa propriamente, ainda se faz importante indicar em que contexto a obra se encontra. Desde que publicou seu primeiro livro, *Terra do Pecado* (1947), José Saramago escreveu mais de quinze romances, os quais passaram por diversas transformações, não apenas com relação às temáticas, como também em relação ao próprio estilo de escrita do autor.

De narrativas que falavam sobre a vida cotidiana, Saramago passou à escrita de grandes romances históricos portugueses²⁵⁶ até que então, a partir de *Ensaio Sobre a Cegueira* (1995) – título com o qual ganhou o prêmio Nobel de Literatura em 1998 –, Saramago começou a abordar temas que não pertenciam apenas à Portugal, descrevendo cenários utópicos e falando sobre individualismo e as questões de identidade (Arnaut, 2008).

Assim, *As Intermittências da Morte* se insere em um período no qual o autor está voltado para assuntos mais universais, tendo em vista que as narrativas dessa fase não situam as personagens em lugares específicos, possibilitando que temas como a falta de percepção da sociedade diante da política (metáfora da cegueira em *Ensaio Sobre a Cegueira*), o mundo envolto do capitalismo (retratado em *A Caverna* (2000)) e a busca

²⁵⁶ A partir da obra *Levantado do Chão* (1980), José Saramago inaugura um processo de escrita único com o qual ficou mundialmente conhecido. Além de se utilizar da ironia e do humor para fazer fortes críticas à política e à Igreja, o autor ainda redefiniu os padrões estilísticos ao deixar seus parágrafos longuíssimos e inserir marcas de oralidade do início ao fim em suas narrativas, além de excluir totalmente qualquer pontuação que indicasse diálogos.



da identidade de si (como em *O Homem Duplicado de 2002*) sejam abordagens que compactuem com a realidade do lugar em que vive qualquer leitor, como acaba também acontecendo em *As Intermittências*, que retrata como homem ocidental tende a lidar com as questões que envolvem a morte e o morrer, em uma obra que narra a história de um país no qual, desde o primeiro dia de ano novo, a Morte passa a fazer greve:

[...] passar-se um dia completo, com todas as suas pródigas vinte e quatro horas, contadas, entre diurnas e noturnas, matutinas e vespertinas, sem que tivesse sucedido um falecimento por doença, uma queda mortal, um suicídio levado a bom fim, nada de nada, pela palavra nada. [...] A passagem do ano não tinha deixado atrás de si o habitual e calamitoso regueiro de óbitos, como se a velha átropos da dentuça arreganhada tivesse resolvido embainhar a tesoura por um dia (SARAMAGO, 2017, p. 11).

O que aparentemente é a realização de um sonho de toda a humanidade, em poucos dias torna-se um pesadelo: não demora muito para a ausência da morte gerar um caos por todo o país. Primeiro, a Igreja fica desacreditada frente a seus fiéis, pois se não há morte não há ressurreição e, portanto, não há o retorno de Jesus Cristo.

Em seguida, os Hospitais ficam superlotados pois, aqueles que estavam perto de seu fim, por ali permanecem, feridos e doentes ficam no estado em que se encontram e a cada momento, mais moribundos vão se acumulando pelos corredores o que gera um problema para os familiares, uma vez que têm seus parentes adoecidos e acidentados de volta para seus lares.

As Funerárias devem se contentar em enterrar os animais domésticos, já que esses são os únicos que continuam a morrer, como único meio de garantir sua rentabilidade. Os Lares do Feliz Acaso, como assim são chamados os asilos, enfrentam problema semelhante aos Hospitais: a superpopulação, seus idosos deixam de morrer e, com os familiares querendo livrar-se cada vez mais cedo deles, não demora muito para que a cada instante cada cômodo fique cada vez mais cheio.

Assim se passaram mais de seis meses desde que a morte desapareceu daquele país, até que um dia o Diretor-Geral da Televisão recebeu em seu gabinete uma carta em

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





um envelope de cor violeta escrito de próprio punho e assinado pela Morte, no qual justificava sua ausência: “[...] foi oferecer a esses seres humanos que tanto me detestam uma pequena amostra do que para eles seria viver para sempre, isto é, eternamente [...]” (SARAMAGO, 2017, p. 99).

A Morte ainda alerta que a partir da meia noite daquele mesmo dia, todos aqueles que deveriam ter morrido iriam morrer todos de uma vez, e que, em oito dias ela começaria a enviar cartas avisando ao seu destinatário que sua morte se daria em sete dias e que o prazo de uma semana estava sendo dado gentilmente por ela, para que a pessoa pudesse resolver suas pendências: saldar dívidas, se despedir da família e amigos, escrever testamentos etc.

Conforme prometido, a Morte começou a enviar cartas informando o falecimento próximo, entretanto, um dia enquanto estava em sua sala gélida discutindo com sua gadanha, um de seus envelopes retornou. Intrigada, a Morte o reenviou, mas não se passaram nem cinco segundos e a correspondência voltou novamente. Furiosa com a situação, a Morte procurou o destinatário em seus arquivos e logo tratou de ir para o plano terrestre conferir de perto de quem se tratava. Em sua forma invisível, viu que era um pacato violoncelista que não fazia nada além de ensaiar com sua orquestra, voltar para casa e cuidar do seu cachorro.

Ao ver que o sujeito não tinha nenhuma importância, a Morte ficou ainda mais intrigada com o fato de não conseguir fazer com que sua carta chegasse até ele, então decidiu entrega-la pessoalmente se transformando em um ser humano, mas especificamente, em uma linda mulher.

A Morte assume a forma de uma mulher de trinta e poucos anos dentro de um táxi com destino ao concerto no qual o violoncelista tocava naquela noite. Não demorou muito para que a beleza estonteante e o mistério da mulher que o observava do mais alto camarote do teatro chamasse a atenção do violoncelista que, após o término da apresentação foi surpreendido com a presença daquela figura à sua frente.

Com o passar dos dias os encontros e desencontros entre o músico e a mulher misteriosa vão ficando mais intensos até que chega o momento em que a Morte decide

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





lhe entregar sua carta, mas sem entender muito bem o motivo, recua. Ao contrário disso, ela queima a carta e levada por um sentimento desconhecido, ao invés de matar o Violoncelista como era habitual de seu ofício, a Morte, agora transfigurada em ser humano, prefere se deitar com o homem e deixar seu trabalho mórbido de vez.

Em suma, a trama saramaguiana gira em torno de como a M/morte²⁵⁷ e o morrer impactam uma sociedade ao se ausentar. Posteriormente, como as personagens passam a lidar com a Morte ao perceber que ela é um ser existente, não apenas capaz de se comunicar com os humanos, como também de controlar muitos dos aspectos que a envolvem.

Assim, este último ponto é o que tangencia esta pesquisa, pois a construção da narrativa permite que se faça uma ampla análise das diversas particularidades as quais envolvem o morrer, sendo o envelhecimento uma delas, já que, de acordo com Beauvoir: “A tendência de toda sociedade é viver, é sobreviver; exalta o vigor e a fecundidade associados à juventude: teme o desgaste e a esterilidade da velhice” (BEAUVOIR, 1970, p. 44).

No momento em que é apresentado o declínio das instituições por causa da ausência da morte, o narrador usa doses de ironia para se referir aos lares responsáveis pelos idosos, indicando assim o quão estreita é a relação entre o sujeito idoso e o familiar que o rejeita simplesmente por estar na condição de envelhecimento:

Os lares para a terceira e quarta idades, essas benfazejas instituições criadas em atenção à tranquilidade das famílias que não têm tempo nem paciência para limpar os ranhos, atender aos esfínteres fatigados e levantar-se de noite para chegar arrastadeira, também não tardaram, tal como já o haviam feito os hospitais e as agências funerárias, a vir bater com a cabeça no muro das lamentações (SARAMAGO, 2017, p. 29).

O narrador deixar claro que os lares não são instituições criadas para promover o bem-estar de seus institucionalizados, mas sim para as famílias que os deixam lá: são

²⁵⁷Tanto como personagem, quanto como fenômeno biológico



feitos para que os familiares possam transferir a responsabilidade dos cuidados físicos e psicológicos de seus idosos para terceiros. Essa relação entre família vs idoso/idoso institucionalizado concretiza o que o Norbert Elias e John L. Scotson (2000) vão chamar de estabelecidos e *outsiders*.

Segundo os teóricos, uma pessoa ou um grupo social tido como estabelecido é reconhecido como o que tem mais poder ou é melhor, “uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 7), enquanto que os *outsiders* são os rejeitados pelos estabelecidos por serem considerados como os não membros da “boa sociedade”. Há entre esses dois grupos uma relação de poder que coloca os estabelecidos enquanto opressores e os *outsiders* enquanto oprimidos.

No contexto da narrativa (ou no âmbito fora do ficcional), o que se tem é a família como o grupo estabelecido, detentora das decisões e, portanto do poder e, o indivíduo idoso, considerado como frágil e até mesmo dispensável, um *outsider*, que está sujeito às decisões do grupo estabelecido: “Nesses casos, os outsiders não têm nenhuma função para os grupos estabelecidos: simplesmente estão em seu caminho e, com muita frequência, são exterminados ou postos de lado até perecerem” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 32).

Independentemente de sua característica física ou de seu comportamento, foi construído um modelo ocidental comum de idoso: primeiro, a partir do momento em que completar sessenta anos de idade²⁵⁸, o sujeito já é idoso; segundo, com esse *status*, ele passa a receber outras características que muitas vezes não condizem com sua realidade, sendo visto como um ser ranzinza, mental e fisicamente limitado e, principalmente, como um fardo familiar. Dessa maneira, os idosos tornam-se *outsiders*, pessoas indesejadas e sinônimos de algo defasado e fonte de preocupação.

O narrador de *As Intermittências* ainda apresenta um outro problema com relação ao lar para a terceira idade, demonstrando que desde aquele momento – data em que Saramago escrevia – já se observavam as adversidades que uma superpopulação de pessoas idosas acarretaria para a sociedade:

²⁵⁸ De acordo com o Estatuto do Idoso, Lei 10.741/2003, Art. 1º.



[...] uma massa gigantesca de velhos lá em cima, sempre em crescimento, engolindo como uma serpente pitão as novas gerações, as quais, por sua vez, na sua maioria convertidas em pessoal de assistência e administração dos lares do feliz ocaso, depois de terem gasto a melhor parte da sua vida a cuidar de velhorros de todas as idades, quer as normais, quer as matusalénicas, multidões de pais, avós, bisavós, trisavós, tetravós, pentavós, hexavós, e por aí fora, ad infinitum, se juntarão, uma atrás de outra, como folhas dos outonos pretéritos, mais où sont les neiges d'antan, do formigueiro interminável dos que, pouco a pouco, levaram a vida a perder os dentes e cabelo, das legiões de má vista e mau ouvido, dos herniados, dos catarrosos, dos que fracturam o colo do fémur, dos paraplégicos, dos caquéticos agora imortais que não são capazes de segurar nem a baba que lhes escorre do queixo, vossas excelências, senhores que nos governam, talvez não nos queiram crer, mas o que aí nos vem em cima é o pior dos pesadelos que alguma vez um ser humano pôde haver sonhado, nem mesmo nas escuras cavernas, quando tudo era terror e tremor, se terá visto semelhante cousa, dizemo-lo nós que temos a experiência do primeiro lar do feliz ocaso, é certo que então tudo era em ponto pequeno, mas para alguma cousa, a imaginação nos haveria de servir, se quer que lhe falemos com franqueza, de coração nas mãos, antes a morte, senhor primeiro-ministro, antes a morte que tal sorte (SARAMAGO, 2017, p. 32).

A possibilidade de não se morrer mais e o acúmulo de pessoas (super) idosas causa um pavor muito maior do que o próprio medo que a sociedade antes tinha da morte. Assim, fica evidente como o envelhecimento é visto como algo negativo, talvez não apenas pela decadência da aparência física, mas também por ser um fator que, apesar dos métodos científicos avançados tentarem retardar, ainda é algo que foge do controle dos seres humanos.

A velhice traz para o indivíduo uma degradação temida. Contradiz o ideal viril ou feminino adotado pelos jovens e pelos adultos. A atitude espontânea consiste em recusá-la na medida em que ela se define pela impotência, pela fealdade e pela doença. A velhice dos outros inspira também uma repulsa imediata. Esta

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





reação elementar subsiste mesmo quando reprimida pelos costumes. (BEAUVOIR, 1970, p. 44).

Além da trama do romance estar envolta nas questões relativas a Morte e seu posterior retorno através das cartas, o narrador ainda insere no romance duas pequenas fábulas que também são objeto de análise deste artigo. A primeira delas é sobre uma família de pobres agricultores que residem no país em que não se morre mais, composta por um avô e um bebê muito doentes (cujo o destino seria o mesmo, se a morte não estivesse suspensa), duas filhas, uma com seu marido e uma tia.

Desesperado com as dores que a doença lhe causava, o avô então teve a ideia de, junto com seu neto também moribundo, cruzar a fronteira do país, uma vez que era sabido que nos outros lugares a morte continuava seu curso normal. Assim, se sua teoria estivesse correta, ao atravessarem os limites da nação em que não se morria, avô e neto finalmente descansariam em paz. Conforme pedido pelo velho, a família acatou seu plano e seguiu em direção à fronteira:

Como iremos saber que chegámos, perguntou a mulher, O pai o saberá. [...] Continuaram a andar, ainda cem metros, ainda dez passos, e de súbito o homem disse, Chegámos, Acabou, Sim. Atrás deles uma voz repetiu, Acabou. A mãe do menino amparava pela última vez o filho morto no regaço do seu braço esquerdo, a mão direita segurava ao ombro a pá e a enxada de que os outros se tinham esquecido. Andemos um pouco mais, até àquele freixo, disse o cunhado. Ao longe, numa encosta, distinguiram-se as luzes de uma povoação. Pelo pisar da mula percebia-se que a terra se tornara macia, deveria ser fácil de cavar. Este sítio parece-me bom, disse por fim o homem, a árvore servir-nos-á de sinal para quando viermos trazer-lhes umas flores. A mãe do menino soluçava, repetia monotonamente, Meu filho, meu pai, e a irmã veio e abraçou-se a ela, chorando também e dizendo, Foi melhor assim, foi melhor assim, a vida destes infelizes já não era vida. Ajoelharam-se ambas no chão a prantear os mortos que tinham vindo a enganar a morte (SARAMAGO, 2017, p. 43).

A pequena fábula da família que conseguiu enganar a M/morte demonstra três aspectos sobre as relações com o envelhecimento e, nesse caso, a pessoa idosa

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





propriamente dita. Simone Beauvoir (1970) ao fazer um levantamento sobre como as sociedades históricas lidavam com seus idosos, constatou que alguns povos, como os gregos, associavam seus anciãos à sabedoria e os respeitavam plenamente pela idade que alcançavam. Assim, o primeiro ponto a destacar sobre essa narrativa é a figura do avô como sendo a do sujeito que, apesar de idoso e moribundo, ainda tem sua voz ouvida e suas vontades respeitadas, haja vista que sua família não hesita em cumprir com sua vontade de cruzar a fronteira.

Em consequência a esse respeito, pode-se desenvolver o segundo aspecto ocasionado pela narrativa, a metáfora da fronteira. Indo além da ideia de “vencer a morte”, a fronteira ainda pode representar, pensando na medicina moderna, a eutanásia. Ao ter a ideia de ir para outro país, o narrador apresenta o seguinte diálogo entre pai e filha:

[...] É uma loucura, pai, Talvez seja, mas não vejo outro meio para sair desta situação, Queremo-lo vivo, e não morto, Mas não no estado em que me vês aqui, um vivo que está morto, um morto que parece vivo, Se é assim que quer, cumprimos a sua vontade [...] (SARAMAGO, 2017, p. 39-40).

A conversa entre as personagens demonstra uma consciência muito clara por parte dos dois sobre a situação na qual se encontra o avô e que a melhor opção, nesse caso, é, não apenas a sua morte, como a de seu neto também. Assim, de acordo com o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (CUNHA, 2010) a palavra eutanásia significa: “‘morte serena’ ‘prática pela qual se busca abreviar, sem dor ou sofrimento, a vida de um doente reconhecidamente incurável’” (CUNHA, 2010, p. 276).

O estado em que estão avô e neto, assim como descrito pelo verbete, é reconhecidamente incurável, dessa maneira, a decisão do velho em cruzar a fronteira para morrer é semelhante à de um indivíduo hospitalizado que pede pelo procedimento da eutanásia, tendo em vista que o propósito de ambos é o mesmo: uma morte serena diante das adversidades fisiológicas nas quais se encontram.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Em última instância, sobre o terceiro aspecto encontrado na trama há um discurso sobre o “merecimento da morte”, visto que, momentos antes do avô fazer a sua proposta sobre a fronteira. O texto revela que:

A família foi pedir ajuda ao padre, que ouviu, levantou os olhos ao céu e não teve outra palavra para responder senão que todos estamos na mão de deus e que a misericórdia divina é infinita. Pois sim, infinita será, mas não o suficiente para ajudar o nosso pai e avô a morrer em paz e nem para salvar um pobre inocentinho que nenhum mal fez ao mundo (SARAMAGO, 2017, p. 39).

Há nesse trecho a clara sentença de que o avô por ser velho deva morrer e que o bebê, por sua juventude, deva viver, mas o mais curioso é declarar que se trata de um “inocentinho que nenhum mal fez ao mundo”, deixando para o leitor a seguinte dúvida: o avô fez algum mal e por isso deve morrer?

Afirmações como estas sustentam discursos reproduzidos de que os idosos, independentemente de quão velhos sejam (com sessenta e um anos ou cento e dez) já viveram o suficiente e não precisam viver mais, mas os bebês, crianças e jovens ao contrário, ainda não tiveram a oportunidade de ter toda essa vivência, como se a vida de alguém pudesse ser medida quantitativamente.

De acordo com Beauvoir, tendo os jovens “um futuro ativo ao fazer investimentos sobre a criança a sociedade garante seu próprio futuro, ao passo que o velho, a seus olhos, é apenas um morto em *sursis*” (1970, p. 244). Dessa maneira, o bebê, a criança ou o jovem são vistos como investimentos, enquanto os idosos, compreendidos como indivíduos inutilizáveis, por suas limitações físicas e/ou mentais não são merecedores do mesmo tipo de investimento, por essa razão a morte pode ser facilmente associada a eles.

Adiante, a segunda fábula contada pelo narrador saramaguiano, chamada de “tigela de madeira” tem como personagens uma família composta pelo pai e sua esposa, o filho de oito anos e o avô. A história se inicia na mesa de jantar com a incômoda presença do avô, o qual com suas mãos trêmulas, tem enorme dificuldade para alimentar-



se durante a refeição, tanto o seu filho quanto sua nora ficam aborrecidos constantemente com os barulhos e o modo como o velho se alimenta.

Para diminuir a sujeira que o pai faz na toalha de sua esposa, o homem decide colocá-lo para se alimentar sozinho na soleira da porta com uma colher e uma tigela de madeira e assim permanece durante todas as refeições por vários dias. Certa tarde, ao chegar em casa, o homem observa que seu menino se dedica a talhar com uma faca um pedaço de madeira e, a princípio pensa que a criança está fazendo um carrinho, mas quando percebe a forma diferente que o pedaço de madeira tem, questiona o filho:

Não ouviste, que estás a fazer com esse pau, tornou o pai a perguntar, e o filho, sem levantar a vista da operação, respondeu, Estou a fazer uma tigela para quando pai for velho e lhe tremem as mãos, para quando o mandarem comer na soleira da porta, como fizeram ao avô. Foram palavras santas. Caíram as escamas dos olhos do pai, viu a verdade a sua luz, e no mesmo instante foi pedir perdão ao progenitor e quando chegou a hora da ceia por suas próprias mãos o ajudou a sentar-se na cadeira, por suas próprias mãos lhe levou a colher à boca, por suas próprias mãos lhe limpou suavemente o queixo, porque ainda o podia fazer o seu querido pai já não (SARAMAGO, 2017, p. 80).

A fábula da “tigela de madeira” deixa evidente seu propósito: a consciência repentina de que, além de todos estarem envelhecendo pouco a pouco, em um futuro próximo também serão como aquele idoso que necessita de auxílio para se sentar ou levar a comida até a boca.

É certo que não é comum das sociedades ocidentais olharem para seus semelhantes e pensarem em suas próprias condições, ainda mais quando estes não são vistos como semelhantes pois, como já dito anteriormente, o sujeito idoso ao ser categorizado dessa maneira é afastado dos demais e não se adequa mais enquanto modelo a ser seguido ou como alguém a ser comparado, dessa maneira, o indivíduo jovem não se sensibiliza com o mais velho e muito menos se projeta nele:

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



PPEdu UEL





Não é fácil imaginar que nosso próprio corpo, tão cheio de frescor e muitas vezes de sensações agradáveis, pode ficar vagaroso, cansado e desajeitado. Não podemos imaginá-lo e, no fundo, não o queremos. Dito de outra maneira, a identificação com os velhos e com os moribundos compreensivelmente coloca dificuldades especiais para as pessoas de outras faixas etárias. Consciente ou inconscientemente, elas resistem à ideia de seu próprio envelhecimento e morte tanto quanto possível (ELIAS, 2001, p. 80).

Sobre a fábula, é interessante destacar ainda que antes de inicia-la, o próprio narrador justifica que irá contá-la porque reconhece que a sociedade não sabe valorizar seus idosos e que muito menos percebe neles o seu futuro e ainda acusa os familiares de os considerarem fardos, ao ponto de, assim como feito fala primeira história da família de agricultores com o avô e o neto, levar seus idosos para morrer nas fronteiras a fim de se livrar daquilo que os incomodava tanto, a responsabilidade de cuidar de seus velhos moribundos.

Nesse sentido, através da narrativa maior de *Intermitências da Morte*, para as outras duas menores inseridas no enredo, o autor consegue dispor a possibilidade de uma discussão não apenas sobre a temática central, a morte e morrer, como também sobre os componentes que a envolvem, entre eles o processo de envelhecimento que, geralmente, é associado a ela, sendo a pessoa idosa vista como um sinônimo da própria Morte.

Mesmo antes da publicação dessa obra, Saramago deu diversas entrevistas das quais fala tranquilamente sobre o que pensa não apenas sobre a morte de modo geral, como da sua própria morte. Esses depoimentos são interessantes porque, apesar de haver na teoria literária um rigor muito grande sobre a distinção entre autor e narrador, José Saramago deixou claro que todos os seus livros eram como uma autobiografia, pois colocava através de seu narrador seus pensamentos e ideais sobre a sociedade. Nesse sentido, através da fala do autor ao ser questionado sobre o processo de morrer e envelhecer, fica evidente após compará-la com os ideais que regem *As Intermitências*, as impressões pessoais que o autor deixaria em sua obra:

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Eu não estaria tão seguro de que a vida se eleva acima da morte. Quase diria que são irmãs, que aonde uma vai a outra acompanha e que não há mais remédio. Nós estamos morrendo em cada momento, começamos a morrer quando nascemos e vamos nessa direção fatalmente. Algumas células do nosso corpo se regeneram, outras são substituídas, mas outras morrem e, portanto, somos um corpo vivo onde esteve a morte. Nós transportamos nossa própria morte. E é preciso ter isso claro. A morte não é a inimiga que chega, na qual nós não estávamos pensando, e ficamos surpresos e perguntamos: como é que a senhora aparece aqui? Não, não, não temos por que nos surpreender. Ela está aí, ao nosso lado e temos de viver com ela (AGUILERA, 2010, p. 171)²⁵⁹.

José Saramago se utiliza da temática morte para falar sobre como a sociedade tende a lidar com esse assunto de maneira negativa: a morte é um castigo. A partir desse tema o autor abrange para outros assuntos como a comercialização do morrer, ao apontar as estratégias adotadas pelas organizações para que continuassem a lucrar com o desaparecimento da finitude, a importância do morrer para que a Igreja estabeleça seu poder social e a própria associação da morte com o processo de envelhecimento.

O narrador saramaguiano coloca suas personagens na mesma condição: todos são moribundos, independentemente de suas condições físicas, sociais e de faixa etária, mostrando que não apenas o momento da morte é igual para todos, mas como também que o processo de envelhecimento se faz da mesma maneira. O envelhecimento não está apenas na pessoa idosa de pele enrugada, descrita por seu narrador como sendo “igual que uma passa de uva, os membros trêmulos e duvidosos, como um barco que inutilmente andasse à procura da bússola que lhe tinha caído ao mar” (SARAMAGO, 2017, p. 30).

O envelhecimento começa a partir do momento em que se nasce e deve ser compreendido e assimilado desde então, assim como proposto pela pequena fábula da tigela de madeira, na qual a percepção da velhice do outro foi importante para o

²⁵⁹Entrevista retirada da coletânea organizada por Fernando Gómez Aguilera, concedida a Juan Manuel Villa-Lobos: “En busca de un nombre”, *La Jornada* (Suplemento *La Jornada Semanal*), Cidade do México, 8 de março de 1998.



entendimento do envelhecimento pessoal de quem ainda não era visto socialmente como um idoso.

Dessa maneira, literaturas como a de José Saramago não são interessantes apenas por abordarem temáticas como a do envelhecimento, mas sim por fazerem com que seus leitores reflitam sobre as complexidades da existência humana e o próprio processo de viver, envelhecer e morrer. Pensar e ver a pessoa idosa como um reflexo do futuro e enxergar nela a possibilidade de uma vida próspera e livre dos discursos estereotipados.

Referências bibliográficas

ARNAUT, Ana Paula. José Saramago. Lisboa: Edições 70, 2008.

AGUILERA, Fernando Gómez (org). As Palavras de Saramago. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BEAUVOIR, Simone. A Velhice: A Realidade Incômoda. São Paulo: Difusão Europeia de Livros, 1970.

BRASIL. Estatuto do Idoso: Lei Federal 10.741/2003. Brasília: Edições Câmara, 2017.

CUNHA, Antônio Geraldo da. Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os Estabelecidos e os Outsiders. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. A Solidão dos Moribundos. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

SARAMAGO, José. As Intermittências da Morte. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

A SAIA DA PRINCESA: VESTUÁRIO E PODER NA SOCIEDADE DE CORTE

Ms. Susana Aparecida da Silva
Universidade Estadual de Maringá
subelavista@hotmail.com

Resumo: No século XVII, um encontro diplomático entre as coroas espanhola e francesa é exemplo significativo da relação entre vestuário e poder. Um acordo de casamento entre a princesa espanhola Maria Teresa e o rei francês Luís XIV quase foi prejudicado pelas diferenças de vestuário. Charles Le Brun retrata o momento em uma tapeçaria: de um lado franceses vestem suas roupas coloridas, de outro, espanhóis estão vestidos com cores sóbrias. O vestuário de Maria Teresa, considerado pelos franceses como fora de moda foi trocado por um que agradasse ao gosto francês. A mudança garantiu que o acordo de paz fosse assinado.

Sociedade de corte. Vestuário. Poder

Abstract: In the seventeenth century, a diplomatic meeting between the Spanish and French crowns is a significant example of the relationship between clothing and power. A marriage agreement between the Spanish princess Maria Teresa and the French king Louis XIV was almost hampered by differences in dress. Charles Le Brun portrays the moment in a tapestry: on one side Frenchmen wear their colorful clothes, on the other, Spaniards are dressed in sober colors. The clothing of Maria Teresa, considered by the French as old fashioned was changed by one that pleased the French taste. The move ensured that the peace agreement was signed.

Court Society. Clothing. Power

Em 1657, Felipe IV tem duas filhas: Margarida Teresa, nascida em 1654 a filha mais velha Maria Teresa, de seu casamento com Isabel de Bourbon. Ela era apenas quatro anos mais nova que sua prima e madrasta Mariana D'Áustria.

Por fins políticos o rei promete Maria Teresa em casamento para seu sobrinho Luis XIV da França. O matrimônio era parte de um contrato de paz chamado de "Paz de los Pirineos". Este acordo acabaria com a Guerra dos Trinta anos e foi assinado em uma região fronteiriça entre a França e a Espanha, uma ilha de cerca de 2.000 metros quadrados no rio Bidassoa chamada de Isla de los Faisanes pelos espanhóis e Ile de La Conference pelos franceses, pelo fato de que ocorreram nela várias conferências entre o Mazarino e Luis de Haro, ministros da França e Espanha, respectivamente.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Ana d'Austria, irmã de Felipe IV e mãe de Luis XIV também participou ativamente das negociações, trocando cartas e retratos com o irmão, que não via desde 1615. Com o nascimento de Felipe Próspero em 1657, este preencheu a função de herdeiro do trono espanhol e Maria Teresa pode cumprir com uma das cláusulas fundamentais do acordo “Paz de los Pirineos” (1659), renunciar ao direito de herdeira ao trono da Espanha e casar-se com seu primo Luis XIV.

A Europa foi palco da Guerra dos Trinta anos que se estendeu de 1618-1648, em cujos conflitos Espanha e França estavam assaz envolvidos. Muitos reinos europeus se digladiavam por questões políticas, territoriais e religiosas, como desdobramentos da Contra Reforma, sendo alguns deles o combate pelos reinos católicos das manifestações do Protestantismo pela Inglaterra e Países Baixos. Neste sentido o casamento de Luis XIV da França e de Maria Teresa da Espanha era um casamento por motivo de aliança política e teve como objetivo selar a paz entre estes dois reinos. Para a França, o tratado trouxe várias vantagens como anexação de territórios e o próprio casamento com a princesa espanhola. Já da Espanha, foi exigido um dote de 500.000 escudos de ouro, quantia esta que jamais foi paga pelo próprio fato de as guerras terem debilitado a Espanha financeiramente.

O rei da França, sob a tutela do cardeal Manzarin, rumou para uma viagem de quase um ano por terra, até chegar em maio de 1660 a Isla de los Faisanes²⁶⁰ com todo o seu séquito. O casal real espanhol composto por Isabel de Bourbon e o rei Felipe IV da Espanha²⁶¹, juntamente com vários membros da corte, foram por via fluvial até a Isla de los Faisanes. Juntamente com o séquito real seguia o pintor oficial e camareiro do rei Diego Rodriguez de Silva y Velázquez.

²⁶⁰ SÁINZ, Luis Ignacio. La Isla de los Faisanes: Diego de Velázquez y Felipe IV reflexiones sobre las representaciones políticas. *Argumentos*, mayo-agosto, año/vol.19, número 051 Universidad Autónoma Metropolitana – Xochimilco Distrito federal, Mexico.pp.147-169.

²⁶¹ Também chamado Felipe III de Portugal, já que Portugal esteve sob domínio espanhol no período de 1580 até 1640.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO





O papel diplomático do pintor Diego Velázquez no Tratado dos Pirineus

A função de criar um ambiente favorável para a assinatura do acordo de paz dos Pirineus foi exercida por artistas como Calderón de La Barca (encarregado de criar óperas para as núpcias) e Diego de Silva e Velázquez, este último incumbido de decorar e mobiliar os aposentos que dariam lugar a cerimônia do casamento.

Nos primeiros dias de junho de 1660, quando ocorreu o casamento entre o rei francês e Maria Teresa da Espanha²⁶², Velázquez contava com 61 anos de idade. O casamento foi realizado na Igreja de San Juan de La Luz em 9 de junho de 1660. Antes disso, no entanto, as famílias se encontraram em pavilhões distintos na Isla de los Faisanes. Neste local havia uma divisão entre o lado francês e o lado espanhol. Pelo lado francês, o pintor encarregado de acompanhar e prestar os serviços artísticos a mando de Mazarin, Ana D'Austria e de Luis XIV era Charles Le Brun, cujas pinturas retratando estas datas foram reproduzidas em tapeçarias posteriormente. Com relação ao lado espanhol dos pavilhões, desde decoração, mobiliário e tapeçarias foram deixados a cargo de Velázquez, que teria executado inclusive algumas pinturas nestes pavilhões a fim de prestigiar tão solene evento.

Segundo Chad M. Gasta, naquele momento Velázquez pode ser considerado tanto político quanto artista, já que possuía na corte várias responsabilidades que lhe conferiam tal status. Como pintor oficial e camareiro do rei, ficou a seu cargo “decorar” a sala de reuniões localizada na Isla de los Faisanes, local onde foi assinado o acordo denominado como “Paz de los Pirineos” (1659).

²⁶² Precisaram de uma dispensa papal pois eram primos-irmãos.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Figura 1 - Encontro de Luis XIV e Felipe IV da Espanha em 7 de junho de 1660

Tapeçaria, Charles Le Brun s.d.

Parte fundamental do Tratado de Paz dos Pirineus, o casamento de Maria Teresa, a filha maior de Felipe IV, com Luis XIV da França foi resultado de vários encontros diplomáticos entre representantes da França e da Espanha. O último encontro com esta finalidade se deu em 7 de junho de 1660 (Imagem 2.2) foi representado cerca de 10 anos depois nesta tapeçaria de Charles Le Brun (1619-1690)²⁶³.

À esquerda é possível ver os franceses, com destaque para a figura de barrete, possivelmente o cardeal Mazarin, Luis XIV, seu irmão, a mãe Ana D'Áustria e demais membros da alta nobreza da corte e oficiais. Luis XIV é um dos poucos a fitar distraído o expectador, como se para certifi-cá-lo de sua importância crucial na cena que se descortina. No lado esquerdo da composição estão os espanhóis. Felipe IV seguido de sua filha, Don Luis de Haro e quiçá, com um pronunciado bigode, cabelos negros e em primeiro plano vestindo manto marcado com uma cruz da ordem de Santiago, um sexagenário Velázquez observa a cena.

²⁶³ Um dos mais importantes artistas franceses do século XVII e que esteve a serviço de Luis XIV até sua morte.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





Os franceses ostentam longas perucas, roupa colorida e babados esvoaçantes, ao passo que a presença dos espanhóis, à exceção do vermelho, prima pela discrição dos tons neutros e terrosos em suas roupas. O contraste não é apenas cromático. A assinatura do acordo era esperada há anos, sendo que ocorre em território limítrofe entre a França e a Espanha. Os dois reinos eram a tal ponto antagonistas, que Luis XIV não poderia pisar em solo espanhol, tampouco Maria Teresa poderia sair da Espanha sem estar devidamente casada.

A saia da princesa: vestuário e o poder na sociedade de corte

A respeito destas cerimônias, Chad M. Gasta faz referência a um episódio que reflete de forma magistral o âmbito das sociedades de corte européia. Neste episódio, ocorrido em um dos encontros entre as cortes francesa e espanhola em 1660, a princesa prometida Maria Teresa teria vestido uma saia característica da etiqueta da nobreza de corte espanhola:

(...) decor had political and ideological implications. For example, in *Scenes from the marriage of Louis XIV: Nuptial Fictions and the making of Absolutist Power*, Abby E. Zanger points out that Maria Teresa's huge Spanish hoop skirt, or *guardainfante*, was considered by the French to be stodgy and outdated. Although the skirt was stylish among female elites throughout Europe in the late sixteenth and early seventeenth centuries, by the time of the wedding it had been replaced in France by less ostentations, more narrowly cut skirts. Zanger cleverly shows how the prince was convinced to don tighter fitting French attire in an effort to appropriate her political influence and reinforce France's position in the negotiations of the treaty. In other words, Zanger shows how Maria Teresa's dress could influence the state of affairs. Like most aesthetic production, even Baroque dress can have a politicizing and ideological quality.²⁶⁴

²⁶⁴ GASTA, Chad M. The politics of Painting: Velázquez and Diplomacy in the Court of Philip IV. *Letras Hispánicas*. Volume 3, Issue 2 Fall 2006. pp.12. (Tradução nossa). "(...) decoração teve implicações políticas e ideológicas. Por exemplo, nas cenas do casamento de Luis XIV: em Ficções Nupciais e o fazer do Poder absolutista, Abby E. Zanger aponta que a enorme saia espanhola de arco de Maria Teresa, ou *guardainfante*,



A ostentação de vestes suntuosas pode significar uma forma de a nobreza e a realeza da sociedade de corte afirmarem seu poder e privilégios, utilizando seus gestos calculados e a etiqueta na legitimação dos mesmos. Contudo, não só as vestes cumprem esse papel:

Se o corpo é de tal forma privilegiado na definição das boas maneiras, é, sem dúvida, para manter a distância e controlar suas manifestações naturais e funcionais, propriamente corporais. O corpo civilizado constitui um modelo cujo contra modelo seria à época, o corpo grotesco ou carnavalesco. (...) Norbert Elias já mostrou em outro tempo como esse processo de civilização implicava um domínio das expressões físicas do corpo e como as boas maneiras consistiam, em grande parte, numa interiorização desses domínios ou constrangimentos obrigatórios. Mas é essencial sublinhar que as “boas maneiras” também formam “uma linguagem ou discurso que cria – mais do que se contentaria em regulá-las – as categorias da percepção e da experiência corporais”.²⁶⁵

Neste contexto, o corpo, as poses e a gestualidade possuem uma carga simbólica significativa. Segundo Arasse um pequeno gesto poderia modificar a forma pela qual o soberano era visto. Um detalhe poderia ser visto de forma negativa e ter grandes repercussões na imagem do monarca.

Maria Teresa, fora então, convencida a mudar suas vestes em função de um objetivo de Estado. Por este acontecimento, pode-se ter uma dimensão mais apurada da importância da etiqueta na sociedade de corte. A este respeito Elias diz:

Todos os cortesãos dependem uns dos outros, em uma medida maior ou menor, segundo a sua posição na sociedade de corte,

foi considerada pelos franceses sem graça e fora de moda. Embora a saia fosse elegante entre as elites do sexo feminino em toda a Europa no final do século XVI e início do século XVII, na época do casamento na França elas tinham sido substituídas por uma menos ostentação, saias com cortes mais estreitos. Zanger mostra habilmente como os príncipes foram convencidos a fazer uma montagem mais apertada do traje francês em um esforço para se apropriar de sua influência política e reforçar a posição da França nas negociações do tratado. Em outras palavras, Zanger mostra como o vestido de Maria Teresa poderia influenciar o estado das coisas. Com mais produção estética, mesmo um vestido barroco pode ter uma politização e qualidade ideológica.”

²⁶⁵ ARASSE, Daniel. A carne, a graça e o sublime. In: VIGARELLO (org.). História do corpo: da Renascença as Luzes. Volume I. Petrópolis: Vozes, 2018.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





tratando-se de amigos, inimigos ou pessoas relativamente neutras, e essa situação é inevitável. Por causa disso, é preciso ter muito cuidado em cada encontro. A prudência e a reserva são alguns dos traços no trato com as pessoas na corte. Justamente porque todo relacionamento nessa sociedade é duradouro, uma única manifestação impensada também pode ter efeitos duradouros.²⁶⁶

Pode-se dizer, então que há um esforço por parte de Maria Teresa, e mesmo, do Estado espanhol em agradar ou pelo menos, em não ofender os franceses em favorecimento do acordo. Uma ação impulsiva poderia por a perder uma negociação de décadas. A saia de Maria Teresa considerada pelos franceses como fora de moda foi trocada por uma que agradasse ao gosto francês em função do bom andamento das relações diplomáticas e de que o acordo de paz fosse assinado.

O motivo de discutir o Tratado dos Pirineus na Isla de Los Faisanes, o casamento de Maria Teresa com seu primo Luis XVI, é o fato de que as relações políticas e diplomáticas; as pinturas e memórias de cronistas são relevantes para tentar compreender as relações possíveis entre Velázquez e a corte espanhola naquele momento. “(...) Assim, aquela arte que designamos com o termo “diplomacia”, numa restrição característica do conceito, já é cultivada na vida cotidiana da sociedade de corte.”²⁶⁷

A valorização de Velázquez, não ocorreu somente pela profissão. A Arte era considerada um trabalho manual no século XVII. Sua valorização também não se deu pelo berço, já que não tinha origem na alta nobreza e teve dificuldade em ser considerado um membro da Ordem de Santiago, privilégio que conquistou já na velhice, em 1659. Em sua vida na corte, porém, acumulou muitas funções, entre elas o de aposentador geral e camareiro do rei.

²⁶⁶ ELIAS, N. **A sociedade de corte:** investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Tradução de Pedro Sussekind. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.p.125.

²⁶⁷ ELIAS, N. **A sociedade de corte:** investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Tradução de Pedro Sussekind. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.



A participação de Velázquez na celebração do matrimônio real foi crucial. Organizou o transporte da corte com suas jóias e pertences; selecionou tapeçarias, esculturas, mobiliário entre outros, além de produzir algumas pinturas para o local do casamento. Tudo isto tinha um objetivo: impressionar os franceses e influenciar no bom andamento do acordo. Chad M. Gasta diz que através destes atos, Velázquez teve de certa forma um papel ideológico na diplomacia européia da Europa, coloca também que o artista deu uma contribuição como estadista na Espanha Moderna²⁶⁸.

Gasta, porém, diz que a arte de Velázquez na ocasião do matrimônio de Maria Teresa e Luis XIV tem efeito manipulador e serve como elemento motriz da máquina estatal espanhola.

É necessário olhar para além dos rótulos. Mais que artista ou diplomata, Velázquez era um cortesão. Sendo assim, a profundidade de sua obra, suas ações, obras e concepções, podem ser visualizadas dentro da conjuntura sócio-histórica, religiosa e política da sociedade de corte espanhola na qual ele estava inserido.

Acreditar na idéia de que arte de Velázquez teria servido somente como aparelho ideológico de estado é uma idéia tão anacrônica quanto é extrema a noção de que a arte barroca era unicamente instrumento da contra-reforma.

O capítulo seguinte se ocupará exatamente das relações possíveis entre a arte e o poder na Cultura, e a forma como arte de Velázquez, principalmente os retratos de Velázquez podem ser pensados em termos de uma Cultura Barroca. Neste capítulo foram trabalhados os retratos feitos na juventude de Felipe IV, bem como na juventude de Velázquez.

Esses retratos, sendo encomendas reais tem a possível intencionalidade de glorificar o poder do monarca, mostrando-o em suas aposentos e com suas roupas de batalha. Em outras palavras, trata-se da forma como a arte e o vestuário se relacionam com intimamente com o poder.

²⁶⁸ GASTA, Chad M. The politics of Painting: Velázquez and Diplomacy in the Court of Philip IV. *Letras Hispanas*. Volume 3, Issue 2 Fall 2006.



Referências bibliográficas

ELIAS, N. A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Tradução de Pedro Sussekind. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

GASTA, Chad m. The politics of painting: Velázquez and the diplomacy in the court of Philip IV. *Letras Hispanas*. Volume 3, Issue 2, Iowa State University, 2006.

SÁINZ, Luis Ignacio. La Isla de los Faisanes: Diego de Velázquez y Felipe IV reflexiones sobre las representaciones políticas. *Argumentos*, Mayo-agosto, año/vol.19, número 051 Universidad Autónoma Metropolitana – Xochimilco Distrito federal, Mexico. pp.147-169. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-57952006000200006

SILVA, S. A. Diego Velázquez e os retratos de Felipe IV: a pintura barroca e a idéia de tempo na sociedade espanhola do século XVII. 2011. 95 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011. Disponível em:

http://www.uel.br/pos/mesthis/SusanaASilva_Dissertacao.pdf

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





CORPO E CIVILIZAÇÃO: UM ESTUDO ELIASIANO NA OBRA “A HORA DA ESTRELA”, DE CLARICE LISPECTOR

Tatiane Pereira Fernandes²⁶⁹

Ruth Barbosa de Araújo Ribeiro²⁷⁰

Resumo: Analisamos o corpo feminino como fenômeno sociocultural e civilizador, em que marca historicamente a mulher silenciada durante séculos. Esse silenciamento, é de fato um dos fatores, que corroborou para ocultamento do seu corpóreo, dos seus desejos e de suas vontades oprimidas, tornando-se uma herança definida para honrar sua feminilidade e os seus valores diante da sociedade, assim como a esfera do privado, reservado para resguardá-la. Para tal selecionamos o romance A hora da estrela (1977) da escritora Clarice Lispector por intermédio da análise da personagem central da obra: Macabéa.

Palavras-chave: Corpo. Processo Civilizador. Clarice Lispector.

Abstract: We analyzed the female body as a sociocultural and civilizing phenomenon, in which it historically marks the woman silenced for centuries. This silencing is in fact one of the factors that corroborated to the concealment of her corporeal, her desires and her oppressed wills, becoming a definite inheritance to honor her femininity and her values before society, as well as the sphere of the private, reserved to protect her. For this we selected the novel The Hour of the Star (1977) by the writer Clarice Lispector through the analysis of the central character of the work: Macabéa.

Keywords: Body. Civilizing Process. Clarice Lispector.

Considerações iniciais

O interesse por esse debate surgiu no grupo de estudo “*Corpo, educação e civilização*” que funciona na Universidade Estadual da Paraíba- UEPB- o mesmo que tem como foco os estudos do sociólogo Norbert Elias. Os debates no referido grupo nos deram a direção para analisar a representação do corpo feminino. Para tal selecionamos o

²⁶⁹ Graduanda em Letras Português (UEPB) Universidade Estadual da Paraíba. Brasil. Endereço eletrônico: tatianepereirafernandes10@gmail.com

²⁷⁰ Orientadora: Mestre em Educação (UFPB/PPGE). Universidade Federal da Paraíba. Professora da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Coordenadora do Grupo de Estudo Corpo, educação e civilização (UEPB). Endereço eletrônico: ruthribeiro52@yahoo.com.br



romance *A hora da estrela* (1977) doravante (AHE), da escritora Clarice Lispector. E como aporte teórico, tomaremos o livro *Processo civilizador* (1994) de Elias, por esse apresentar discussões sobre o controle dos afetos, a incorporação de regras de civilidade, novas condutas e a manipulação do indivíduo. Ações que são encontradas no romance *A hora da estrela*, como também a *Sociologia do corpo*, de David Le Breton que traz contribuições significativas constituindo o corpo como fenômeno sociocultural, valor semântico e imaginário social que se fincam na construção corporal, por intermédio da análise da personagem central da obra: Macabéa.

O romance relata a história de uma nordestina que migra da sua terra natal, Alagoas, e se encontra perdida em uma cidade grande como Rio de Janeiro. No Rio busca crescer profissionalmente, em uma sociedade machista e com regras de civilidade bem estabelecidas. O que para a personagem, viver naquele contexto social, torna-se bastante difícil, devido ao fato dela ter sido educada por uma tia rígida e muito religiosa. Dessa maneira, o eixo de análise centra-se, em compreender o corpo, da personagem, socialmente construído durante o período no qual se passa a história, uma vez que ele é fragmentado e carregado de marcas ideológicas da condição social da época. Pois, esse corpo constitui uma relação com o mundo e se molda pelo contexto, o qual está inserido e se desenvolve a partir de sua vivência e, principalmente, pela produção de sentidos interiorizado por Macabéa no seu espaço particular. De modo que há um confronto forte em torno desse corpo, tanto no espaço microssocial (a repartição aonde Macabéa trabalha, ou como no momento em que ela vê sua imagem projetada no espelho do banheiro), assim como no macrossocial (momento em que seu corpo, depois de morto, fica exposto ao grande público).

Esse trabalho é resultado de leituras e discussões que procuraram descortinar os olhares em torno desse corpo feminino, nordestino e estranho a sociedade carioca, contextualizada nessa obra clariceana. Assim, temos por intuito visibilizar a personagem e sua representação no espaço da literatura brasileira, como também estabelecer um olhar conciso acerca das possíveis significações do corpo disciplinado. Enquanto à abordagem

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





de pesquisa, escolhemos desenvolver nosso estudo de caráter bibliográfico para análise desse trabalho.

O processo civilizador e o corpo a partir da análise de Macabéa no romance a Hora da estrela

A perspectiva Eliasiana suscita discussões em vários campos de estudos na sociologia a exemplo de categorias como civilização, controle dos afetos, incorporação de regras de civilidade, novas condutas e manipulação do indivíduo, entre outras, vertentes que possibilita investigar a personagem Macabéa dentro dos mais variados aspectos, que influenciam e determinam socialmente a personagem, a exemplo da família, o trabalho, a religião, pois é através da interdependência, uns com os outros, que as figurações acontecem. Elias nos apresenta a conceituação de civilização que “refere-se a uma grande variedade de fatos: no nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes” (ELIAS, 1994, p.23), uma vez que o modo de vida diferencia durante séculos, pois os hábitos e costumes estão em constantes transformações. Como por exemplo o corpo no universo feminino, visto que cada sociedade tem seu ponto de vista sob o mesmo, contudo, cada grupo social se constrói através de uma herança marcada em determinada sociedade, ou seja “os tipos de comportamento passam de uma classe a outra, o que decerto ocorre, o que mais os altera, radicalmente mesmo, e o isolamento maior ou menor entre elas” (ELIAS, 1994, p.125).

É nesse viés da representação do corpo que desde do século XVIII e meados do início XX, sofreu drásticas mudanças na sociedade, há tempos atrás, em um outro período civilizador, o corpo era vigiado, censurado, segredo e era moldado através de padrão de beleza que cercava o universo feminino, desta forma a cultura corporal está enraizada na esfera social de uma dada sociedade. Nesse sentido, Perrot (2012, p.41) considera que “o corpo tem uma história, física, estética, política, ideal e material”, em que os historiadores, filósofos, antropológicos, e sociológicos ampliaram estudos acerca do corpo como um

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





produto do meio social e não dissociado do homem. Além disso, o corpo se constitui uma vertente da sociologia, dedicando seus estudos para compreender a corporeidade humana através do fenômeno social e cultural. Sendo assim, o corpo é moldado mediante o contexto, no qual o sujeito está inserido, tornando-se objeto de representação e imaginário.

Se pensarmos na sociedade do século XIX no ponto de vista do corpóreo, diferencia-se da perspectiva contemporânea, devido que a civilização passou por mudanças, tanto no espaço científico, bem como no meio social, tende-se assim também a igreja que sempre esteve em ascensão e controlando a sociedade pautada nas influências religiosas. De certa forma, refletiu sob a sociedade a censura do corpo, e principalmente do sexo que foi tratado como pecado durante muito tempo devido autocontrole imposto de comportamento no que se refere:

À exposição do corpo eram tão intensas e internalizadas que as formas corporais tinham que ser inteiramente cobertas, mesmo que o indivíduo estivesse sozinho ou no círculo familiar mais íntimo; por outro, caracteriza uma época na qual a esfera "íntima" e "privada", porque era tão severamente separada do resto da vida social, não fora ainda em grande extensão articulada e padronizada. Esta combinação peculiar de sentimentos fortemente internalizados, compulsivos, de delicadeza, ou moralidade, com a falta de padronização social no relativo a "esferas de privacidade" e característica da sociedade do século XIX e não pouco da nossa. (ELIAS, 1994, p.169)

Portanto, o controle da exposição do corpo é um dos pontos-chaves encontradas no romance *A hora da estrela*, visto que a análise se centra na personagem Macabéa. A obra foi escrita nos anos 70, decerto modo reflete o espaço social que se encontra a narrativa. Uma década marcada pela modernização e o início da liberdade da mulher, uma vez que os costumes estavam relacionados a cultura corporal que se estende tanto do privado para o âmbito social, de modo que o corpo feminino sofreu drásticas mudanças através do “desnudamento” com a libertação e incorporação na sociedade, de tal modo que a personagem sofre com a ação das influências civilizatórias, em que espelha decerto

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





forma o modelo moral da sociedade essa conduta que estava tomando forças diante dos novos padrões de comportamento.

Nessa perspectiva, o processo civilizador adentra na análise para nos direcionar acerca das mudanças que corrobora para o desenvolvimento da civilização. Segundo Elias (1994, p. 140): “o padrão de conduta social, muda com a passagem dos séculos”, se há mudanças, há também novas regras de condutas para civilizar o indivíduo, com isso a mulher se deteve ao papel de outro durante toda sua história, visto que as mudanças trouxeram contribuições significativas, uma vez que a mulher desde da idade média detinha-se ao espaço privado para cuidar do lar, dos filhos e do esposo, como também preservando sua imagem social através do matrimônio.

Devido todo processo civilizatório da história da mulher Macabéa é marcada pela esfera social, a personagem está à frente do seu tempo, solteira a princípio e ocupa uma posição de datilógrafa/ secretária, porém o seu destino torna-se trágico, pois Macabéa rompe com o modelo patriarcal que rege a sociedade, como também desfaz o padrão de beleza imposto pela profissão que determina um paradigma corporal. Por isso, a imagem destaca-se no processo cultural da exposição do corpo tão predominante na esfera social na construção da visão masculina. Desse modo, o processo civilizador dá conta das mudanças efetuada por Elias (1994) através do autocontrole sob o comportamento para conter os impulsos, proporcionando uma nova conduta, sobretudo estabelecendo uma relação das classes sociais de comportamento. Contudo, há uma manipulação do indivíduo, ações essas que favorece para um novo padrão de modos, sendo assim, controlado e incorporado nas regras de civilização.

O corpo durante todo processo civilizatório foi moldado segundo Elias (1994), pela “boa forma”, o que marca o olhar da sociedade sob o corpóreo a definindo como padrão de beleza, em que o corpo exposto era baseado nas regras impostas, sobretudo na vestimenta que o cobria. A mulher nos séculos passados era criada para manter a boa forma física, como também os seus trajés teriam que estar de acordo com o ambiente social, dessa maneira foi construído uma cultura corporal que cercou a mulher tanto no

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





espaço privado como no social, visto que a imagem era importante para quem pertencia a classe social privilegiada.

Nesse caso, a cultura corporal nos dias atuais torna-se uma exposição do corpo diferentemente da cultura em determinados grupos sociais, pois o processo de civilização é modulável ao contexto que está inserido. Assim como, através do processo civilizador “talvez seja possível, com um exame mais atento, descobrir certas diferenças de costumes entre as diversas tradições nacionais e as variações nos padrões sociais” (ELIAS, 1994, p.75) acerca do deslocamento social que a personagem se relaciona, uma vez que o comportamento é percebido a partir dos espaços que Macabéa desloca-se, pois, a sua conduta não está de acordo com a exposição do corpo.

Vale ressaltar também que elencamos alguns questionamentos referidos para análise da personagem: a) Que corpo é esse? b) Como a personagem Macabéa é construída na narrativa? c) Como Macabéa se enxerga em relação ao seu corpo? E como as pessoas do seu meio social as veem?. Neste sentido, através da nossa leitura interpretativa e analítica relacionada com o campo da pesquisa da sociologia evidenciamos as manifestações que marcam a condição corporal da personagem.

Em vista disso, Macabéa é ocultada desde do início por não estar de acordo com as regras e os valores que a cidade grande proporciona através da sua cultura corporal, decerto modo o seu deslocamento é impactante para a ela, estar diante de comportamentos sociais desconhecidos. Sendo assim, há tentativas da personagem em se enquadrar ao meio social, segundo Elias (1994, p.91): “é um dos sinais de que toda questão do comportamento estava, nessa ocasião, assumindo um novo caráter: as pessoas se moldavam as outras”, em que o indivíduo torna-se modulável a partir das relações sociais comportamental estruturada pela noção corporal de beleza como padrão.

A relação da representação do corpo advém do indivíduo, pois o mesmo revela-se através do mundo que o cerca. E é nesse viés de representação que o corpo de Macabéa é socialmente construído, de acordo com Le Breton (2007, p.26): “tanto nas ações sobre a cena coletiva quanto nas teorias que explicam seu funcionamento ou nas relações que mantém com o homem que encarna.” É sabido que a expressão corporal é uma ampliação

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





da experiência do sujeito, visto que há um moldar social conforme as transformações que integram o corpo existente em sua totalidade, o teórico mencionado acima (2007, p.9) postula que “as modalidades corporais, da relação do indivíduo com o mundo”, não é rompida, está sempre em continuidade, sendo modificada e transformada diante do processo inacabado que é a extensão das ações de mundo do sujeito.

E para desvendar o corpo de Macabéa a partir de sua realidade, a princípio a personagem é deslocada entre dois espaços distintos, uma vez que a mesma é imigrante nordestina, nascida em Alagoas, muda-se para a cidade do Rio de Janeiro, por assim dizer em busca de encontrar-se, mas o que acontece é esse desencontro de si mesma. Decerto, mesmo o corpo sendo mutável de uma sociedade para outra, há uma ruptura da personagem em não se redefinir no meio social, no qual está inserida tanto no ambiente do trabalho e no seu lar. Contudo, seu corpo segundo Elias (1994, p.170) “está tão condicionado que se conforma de maneira mais ao menos automática a um padrão social” o que torna desconfortável o seu modo de vida diante de novos costumes e hábitos que se difere do seu. Diante disso, o corpo, como bem considera Le Breton (2007, p.29) é entendido como “uma estrutura simbólica, superfície de projeção passível de unir as mais variadas formas culturais”. Mesmo sendo deslocada em ambientes pluralizados, há uma tentativa da personagem em se encaixar por meio da condição corporal em enquadrar-se na cultura que está sendo exposta.

Vale frisar que o corpo de Macabéa carrega também valor semântico, pois “produz sentidos continuamente e assim insere o homem, de forma ativa, no interior de dado espaço social e cultural” (LE BRETON, 2007, p. 6). Tende-se, assim, a ser socialmente modulável através de sua experiência vivência em determinado grupo social. Por isso, a condição corporal é entendida pelas as significações e exteriorização do individual para o coletivo, em virtude do corpo que se relaciona com o mundo. Além do mais, o corpo da personagem é compreendido como fragmentado, disciplinado e insuficiente, porque as manifestações são captadas pelas marcas da sua condição corporal socialmente construída, em vista disso o seu corpo é caracterizado pela metáfora que produz sentidos de sua existência. Então, Macabéa traz consigo a repressão por ser pobre, nordestina,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

migrante, sobretudo mulher, o que corroborou para o ocultamento do seu corpóreo, tendo em vista a caracterização da personagem desde do início ao seu fim, pois o narrador Rodrigo S. M. nos prepara enquanto leitor para conhecer a história de Macabéa.

Um exemplo disto está no fragmento: “Mas a pessoa que falarei mal tem corpo para vender, ninguém a quer, ela é virgem e inócua, não faz falta a ninguém” (AHE, p.14). Primeira marca encontrada é a inferiorização da personagem, tornando-se uma estranha e construindo a princípio a imagem social vista para o narrador, como também para a sociedade carioca. Soma-se também o corpo como produto de venda, porém não é vista como as demais garotas que a mesma divide o apartamento, pois Macabéa não é estereotipada como a carioca da gema, os elementos que a constrói é magrela, feia, sem cor e sem cheiro o que a diferenciava das demais.

Desde de sempre a personagem é ocultada e martirizada pelo meio social que está inserida, ela se dá conta que é diferente das mulheres que convive, de certa forma seu corpo não reflete o mundo que o cerca, a mesma sente-se deslocada por não ser aceita e se dá conta disto, uma vez que o seu corpo não se enquadra no corpo moldado pela a sociedade, pois o seu corpo é tomado pela invisibilidade por não ser volumosa, farta, transparecer saúde e fertilidade, visto que a caracterização da personagem a princípio é fadado ao desconhecido tanto pelo narrador Rodrigo que a apresenta tanto por si mesma ao decorrer da narrativa.

Tomamos como exemplificação: “trata-se de moça que nunca se viu nua porque tinha vergonha. Vergonha por pudor ou por ser feia?” (AHE, p.22). Neste aspecto, a segunda marca da anulação do seu corpo, nos mostra a partir de tais questionamentos através de como o narrador Rodrigo continua a inferiorizar o seu corpóreo. De modo que o estereótipo construído da personagem é exposto em evidência sob forma de passividade diante do seu íntimo, do seu corpo, por não se permitir o conhecer e se engendrar neste comportamento de conduta que a torna assujeitada ao autocontrole diante da sociedade “na qual um alto grau de controle é esperado como normal, e na qual as mulheres estão, da mesma forma que os homens, absolutamente seguras de que cada indivíduo é limitado pelo autocontrole e por um rigoroso código de etiqueta” (ELIAS, 1994, p.188).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



PPEdu UEL





Ao decorrer da narrativa ocorre o inesperado, Macabéa confronta-se no espelho do banheiro o que a faz reconhecer sua imagem, tal imagem que a faz compreender sua aparência marcada por uma vida sofrida, tais marcas são carregadas de valor simbólico, pois o corpo conforme Le Breton (2007, p.72) torna-se “Lugar de valor”, no qual o rosto é a identidade do indivíduo, em que o outro enxerga e se identifica através do mesmo. Ou seja, as marcas carregadas em seu corpo têm funções diferentes em cada sociedade, pois a marcação social é considerada pelo pesquisador como social e cultural, uma vez que essas marcas ilustram a simbologia que a cerca, desta forma destacamos para exemplificar o fragmento retirado da narrativa:

“[...] foi ao banheiro para ficar sozinha porque estava toda atordoada. Olhou-se maquinalmente ao espelho que encimava a pia imunda e rachada, cheia de cabelos, o que tanto combinava com sua vida. Pareceu-lhe que o espelho baço e escurecido não refletia imagem alguma. Sumira por acaso a sua existência física? Logo depois passou a ilusão e enxergou a cara toda deformada pelo espelho ordinário, o nariz tornado enorme como o de um palhaço de nariz de papelão. Olhou-se e levemente pensou: tão jovem e já com ferrugem.” (AHE, p.25)

Podemos observar também quando a personagem passa um batom vermelho, é de fato uma forma dela se encaixar nesse âmbito social marcado pela aparência. É através da exibição que ela se autocontrola, pois ela não atinge os traços estabelecidos pelo padrão de beleza, visto que o impacto dela ao se olhar no espelho com Batom quebra com que as pessoas ao seu redor estereotipam como feia. Desta forma, o seu corpo individual para o coletivo explicita a sua “postura, os gestos, a vestimenta, as expressões faciais” (ELIAS, 1994, p.69) se manifestam do seu interior para o exterior mostrando as ações da sua condição comportamental na sociedade, pois a conduta humana evidencia esses elementos que marca o indivíduo.

Tendo em vista que mapeamos os traços que marcam o corpo da personagem, de forma que buscamos aspectos relevantes para constituir a análise do seu olhar para si mesma, de modo que tratamos e discutimos como Macabéa se enxerga. Mas afinal como

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





a enxergam? E foi a partir desses questionamentos que investigamos fragmentos que retratasse esse olhar para ela, carregado de julgamento, menosprezo, de inferioridade e de censura sob seu corpo.

O narrador Rodrigo nos diz que: “Ninguém olhava para ela na rua, ela era café frio” (AHE, 1998, p.27). Novamente há uma tentativa de apagamento, ser comparada a um café frio que ninguém quer, sendo invisível, rejeitada e jogada para o esquecimento da sociedade. Ela é vista como um corpo do imaginário social, tal corpo faz referência a representação e os valores que as interliga ao seu corpóreo, sobretudo “o corpo metaforiza o social e o social metaforiza o corpo. No interior do corpo são as possibilidades sociais e culturais que se desenvolvem” (LE BRETON, 2007, p.70)

O corpo da personagem é observado tanto pelo meio social e pelo próprio narrador Rodrigo que de alguma forma têm conscientização sobre o corpóreo que se torna exposto pelo “fato de vir a ser uma mulher não parecia pertencer à sua vocação” (AHE, p.28). Sendo assim, a exposição do corpo metaforizado da personagem não pertence ao espaço social. De tal forma, a imagem social construída para a mulher, segundo Le Breton (2007, p.77) é “espelho social, objeto concreto de investimento coletivo, suporte de ações e de significações”, uma vez que a personagem “vestia-se de si mesma, passava o resto do dia representando com obediência o papel de ser” (AHE, p.36).

A aparência corporal de Macabéa corresponde uma ação de apresentar e representar, em vista disso “os estereótipos se ficam com predileção sobre as aparências físicas e as transformam naturalmente em estigmas, em marcas fatais de imperfeição moral ou de pertencimento de raça” (Le BRETON, 2007, p.78), em que a imagem do seu corpo, se faz presente através da sua condição social, marcada pelo ocultamento que nos mostra desde do início da narrativa, o olhar do outro distante para com Macabéa nas relações sociais que se mantém de modo extremo os julgamentos a cercando.

Eis que Olímpio de Jesus namorado nordestino de Macabéa a tratava com indiferença desde do início do relacionamento, de forma que a personagem se calava a tornando-se passiva perante Olímpio que a trocou pela sua “amiga” Glória por ser uma de família que tem dinheiro, como também um corpo que chama atenção, o que desperta

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná





em Olímpio atração e desejo, diferente de Macabéa que não o despertava nada, somente nojo, como bem ele descreve em um diálogo com ela: “ - Você, Macabéa, é um cabelo na sopa. Não dá vontade de comer. Me desculpe se eu lhe ofendi, mas sou sincero. Você está ofendida?” (AHE, 60), como também, se refere a Macabéa “- E você tem cor suja. Nem tem rosto nem corpo para ser artista de cinema” (AHE, 54), mais uma vez o seu corpo é inferiorizado diante da artista de cinema, uma vez que a imagem é espelho social construído culturalmente na sociedade.

Apesar dos fatos analisados acerca de como Macabéa enxerga seu corpo, como a personagem é construído no romance, como também o meio social que ela está inserida a veem. A personagem tem seu fim, um fim inesperado para nós leitores, que ainda se surpreende ao ler novamente esse romance. A sua morte a torna uma estrela, seu corpo exposto é estilhaçado no chão, de forma, que “Macabéa lutava muda” (AHE, p.81) para viver. Mas, Macabéa tem consciência do que estava acontecimento ao seu redor, as pessoas começavam a aparecer e ficar ao seu redor, o que corrobora para compreendermos que a narrativa provoca nos últimos instantes de sua vida a tentativa de gerar visibilidade, uma vez que desde do início Macabéa é ocultada. Dessa forma, sua morte vem a ser um símbolo, no qual a imagem do corpo dela não é tomado como uma tragédia, e sim entendida como luz que acaba de morrer.

Para concluir, a personagem experimenta através do corpo a morte, pois ela agoniza a todo momento após o seu atropelamento, enxerga tudo ao seu redor, mas não consegue se expressar oralmente, mas diante do seu corpo ela expôs sua dor, seu sofrimento, como encara a morte de frente. Assim sendo, a morte “pode expressar a legitimidade de existir. Ela é uma instância geradora de sentido e de valor quando a ordem social se esquiva desse papel” (LE BRETON, 2007, p.89). Contudo, o sentido do corpo é reconstituído e mante-se sentido e valor depois da morte, pois o corpo é uma metáfora do mundo que a cerca.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Considerações finais

Discutir o corpo na atualidade, a partir do romance é recuperar na história todas as marcas de invisibilidade, subalternidade, disciplinaridade, erotização e libertação da mulher, no qual consideramos de suma importância inter-relacionar os estudos sociológicos para compreendermos esse corpo no universo feminino que nós detemos analisar na literatura brasileira. A personagem Macabéa, uma das personagens mais emblemáticas criadas por Clarice nos possibilitou explorar os fenômenos no que se trata a corporeidade, pois de alguma forma nos trouxe contribuições que considerados relevantes em nossa análise, que nos permitiu realizar aproximações no que refere-se *O processo de civilização* como propõe Norbert Elias a partir do seu estudo para compreender o corpo através do ponto de vista da sociologia sob a cultura corporal e a exposição, o qual consideramos elementos relevantes que constituiu o nosso estudo. Portanto, no que tange ainda a nossa abordagem em relação ao corpo aplicamos *A sociologia do corpo*, em que Le Breton se estende dentre as diversas perspectivas para compreendermos esse espaço corporal, que hoje abrange as diversas discussões em sua representatividade no meio social. Para tanto, ambos estudiosos trazem visões que se unem diante dos seus pontos de vistas que corroborou na exploração significativa a partir dos seus pensamentos que espelham a produtividade no que se compreende o processo pelo qual o corpo desloca-se diante da civilidade no romance *A hora da estrela*.

Referências bibliográficas

- ELIAS, Norbert. O Processo civilizador: Uma história dos costumes, trad. Ruy Jungmann, revisão e apresentação Renato J. Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.
- LE BRETON, D. A sociologia do corpo. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- Lispector, Clarice. A Hora da Estrela. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2012.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

GÊNERO E DOCÊNCIA MUSCULINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DIÁLOGOS COM NORBERT ELIAS

Mestrando, Timóteo Neres de Oliveira
UFGD/PPGEdu/CAPES
timoteo_neres@hotmail.com

Doutoranda, Eliana Maria Ferreira
UFGD/PPGEdu
eliana.anaeli@gmail.com

Ma. Shirley Ferreira Marinho Silva
UFGD/PPGEdu
shirleypastori@hotmail.com

Resumo: Esta comunicação, recorte de uma pesquisa concluída, objetiva compreender o processo de ‘naturalização’ do lugar da mulher na Educação Infantil. Numa perspectiva de gênero procuramos problematizar a participação masculina nessa etapa da educação das crianças. Em Louro (1997), discutimos a questão de gênero na profissão como uma construção social e categoria que permite análises históricas. Para entender a constituição da docência como fenômeno de longa duração, apoiamos-nos na teoria dos *processos civilizadores* de Norbert Elias. Tomamos os conceitos de *figuração e interdependência*, que ligam a dinâmica de interações sociais às formas de distribuição do poder entre os sexos.

Palavras-chave: Educação Infantil. Docência. Figuração.

Abstract: This communication, part of a completed research, aims at understanding the 'naturalization' process of the woman's place in the Child Education. From the gender perspective, we seek to problematize the male participation in this stage of the education of children. We discuss, based on Louro (1997), the gender issue in the profession as a social constructing and category that allows historical analyzes. To understand the constitution of the teaching as a phenomenon of long duration, we seek support on the theory of the Norbert Elias' *civilizing processes*. We take the concepts of *figuration and interdependence*, that link the dynamics of social interactions to the ways of power distribution between the sexes.

Keywords: Child Education. Teaching. Figuration.

Introdução

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





Historicamente, o trabalho voltado às crianças pequenas esteve atrelado a figura feminina percebida pela maternidade e às concepções de cuidado e assistência. Com a naturalização da relação da mulher-mãe-professora na educação das crianças, a própria formação profissional foi afetada. Características como a abnegação, a delicadeza, a afetividade com as crianças foram qualidades atribuídas às mulheres e raramente associadas à figura masculina, o que colaborou para que houvesse maior distanciamento de docentes homens na Educação Infantil e que sua presença causasse estranhamento e suscitasse preconceitos desde a gestão das instituições até às famílias e comunidade, portanto como fenômeno social necessita de pesquisas e aprofundamentos.

Nosso interesse é discutir os conceitos de gênero presentes na profissão e para tanto nos fundamentamos em Louro (1997) que entende gênero como uma construção social e categoria que permite análises históricas. Para entender os processos de constituição da docência como um fenômeno de longa duração, nos pautamos na teoria dos *processos civilizadores* de Norbert Elias, acreditamos que tais teorias nos permitem reflexões acerca das relações de gênero entre os/as profissionais da educação, destacamos que o nosso enfoque é a educação das crianças pequenas e seus/suas profissionais.

Docência na Educação Infantil

Ao nos propormos pensar a questão de gênero na docência na Educação Infantil, fomos desafiados por Louro (1997) a entendê-la como um tempo/espaço educacional resultante e produtora de representações sociais, que “*têm gênero, classe, raça*” (p.88). A autora diz que ao levantar a questão sobre o gênero na escola, afirma que é comum ouvir que se trata de uma função mais propícia as mulheres, pois, se aproxima daquilo que lhes é socialmente atribuído, como cuidado, afeto, sensibilidade, entre outros. Por outro lado, há quem diga que por lidar com o conhecimento a escola é competência dos homens, tendo em vista que historicamente o conhecimento foi produzido por eles, e a mulher ao assumir função neste espaço lida com uma construção marcada pela ótica masculina.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Hahner (2003) afirma que historicamente as leis que regulamentavam a educação pública e as teorias que a sustentavam, foram todas criadas por homens. Até mesmo a educação destinada às mulheres refletia a percepção masculina do que seria a função social da mulher. Cabia a eles decidir o que elas deveriam aprender e o que poderiam ler, leituras estas escritas por eles e que tinham a intensão de orientar suas ações. “Esta literatura prescritiva [...] refletia as atitudes culturais e as preferências emandas da percepção masculina dos papéis dos gêneros da sociedade brasileira do século XIX” (p. 126).

Para Louro (1997), esses argumentos ainda se fazem presentes e suscitam em nós noções com as quais concordamos e que são percebidas nas práticas pedagógicas. Isso evidência o fato de que a escola é perpassada pelos gêneros e é inconcebível pensá-la sem que se considere as reflexões sobre o que se constrói social e culturalmente sobre o masculino e feminino.

Isso reforça o argumento de que a escola é resultado de representações e trabalha no sentido de produção das mesmas, assim sendo, todo seu arcabouço se volta de alguma maneira à constituição representativa de meninos e meninas, homens e mulheres na sociedade a qual compõe. Veiga (2002) diz que a grande revolução do século XIX foi a escolarização, pois, com ela o processo civilizador foi acelerado. Essas representações históricas que atravessam a escola e a Educação Infantil vão dificultar a aproximação e permanência de profissionais homens junto a este espaço.

Através da escola, por meio de técnicas, conteúdos e funções que o processo histórico de diferenciação do masculino e feminino, se tornou mais abrangente, a escola passou a ocupar um papel central na formação dos sujeitos e na demarcação de seus papéis e lugares sociais. Louro (1997) argumenta que, “embora professores e professoras passem a compartilhar de exigências de uma vida pessoal modelar, estabelecem-se expectativas e funções diferentes para eles e para elas” (p. 95). Os saberes tratados por cada um é diferente, recebem valor diferente, com isso, os locais de trabalho são distintos, ensinam de forma distinta e recebem salários distintos.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





Esse longo processo fez com que no Brasil, a escola que inicialmente podia ser descrita como uma instituição masculina, pois estava no espaço público, e este pertencia aos homens, passasse por um processo que chamamos de feminilização do magistério, pois, ganharam notoriedade e supremacia com relação aos homens. Embora existam argumentos que defendem esse processo como uma estratégia necessária para atender os ideais de uma sociedade em construção, não se pode negar, a partir das proposições elisianas, que nesse processo a balança de poder pendeu mais para elas nesse setor.

Elias (1998), ao discutir a relação entre homens e mulheres na Sociedade Romana, vai dizer que as transformações na relação de poder entre homens e mulheres só se explicam num processo de longa duração, e que na referida sociedade só o fato das mulheres passarem a assumir importância nas funções domésticas já representou avanço. Desse modo, ser socialmente aceitas como reesponsáveis pela educação das crianças fez com que a balança de poder pendesse para as mulheres. Nesse sentido, Sarat (2011), ao discutir com Elias a relação de poder entre homens e mulheres, ressalta que as mudanças na balança de poder são impostas pela direção tomada pelo processo civilizatório e só podem ser compreendidos se observado o desenvolvimento global da sociedade.

Segundo Louro (1997), a docência na Educação Infantil como sendo “natural” das mulheres foi resultado de discursos provenientes de diferentes espaços da sociedade que defendiam como primordial a educação das mulheres para serem mães, “esses discursos vão se juntar os da nascente Psicologia, acentuando que a privacidade familiar e o amor materno são indispensáveis ao desenvolvimento físico e emocional das crianças” (p. 96). Esses discursos que aproximaram a docência da função materna serviu também, para secundarizar uma conquista feminina, que lhes abria uma porta ao espaço público dominado exclusivamente pelos homens. Para a autora, o processo de feminilização do magistério tomou emprestados os atributos tradicionalmente associados às mulheres para justificá-la enquanto uma profissão permitida e conveniente.

Para Hahner (2003), a aproximação feminina da Educação Infantil foi resposta a diversos “problemas” sociais, pois, ao valorizar a mulher-mãe reduziu salário e lhes proporcionou uma forma aceitável de emprego remunerado. Em decorrência disso, “elas

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





passaram a ser preferidas nas escolas primárias do Brasil, no início do século vinte, a ponto de acabarem por substituí-los completamente” (p. 199).

As funções atribuídas às mulheres e aos homens na sociedade são resultados das representações sociais acerca de cada um e, segundo Louro (1997), as representações são descrições daquilo que os sujeitos são e que os constitui. Professores e professoras foram e são objetos de representação e estas por sua vez, favorecem o distanciamento existente entre a figura masculina e a Educação Infantil. Saporolli (1998), apontou alguns obstáculos que contribuem com a baixa presença masculina na Educação Infantil, dentre eles, a própria representação de masculinidade; a forte presença feminina nessa área; os baixos salários aliado a condições de trabalho precárias; a questão de status; e a associação masculina a violência contra a criança, especialmente sexual.

Esses obstáculos colocam os professores homens na condição de *outsiders* no contexto da Educação Infantil, ou seja, os de fora, aqueles que não guardam as características inerentes a determinada figuração. Diferente das mulheres que são reconhecidas como as melhores indicadas para atuarem naquele espaço, a aproximação dos homens dessa figuração não acontece sem resistência, tanto das regras sociais impostas pelo processo civilizatório, quando das mulheres, que estão estabelecidas, como as mais apropriadas para a função.

Entendemos que embora a participação masculina na Educação Infantil por si só não resolva os problemas relativos as questões de gênero, pode provocar mudança na dinâmica da figuração existente e exige de todos os envolvidos ações no sentido de buscar reestabelecer o equilíbrio das relações. O que podemos dizer é que tal figuração jamais será a mesma, assim como, os indivíduos que a compõe.

Diálogos Com Norbert Elias

Nos aproximamos de Norbert Elias nesta discussão, pois, entendemos que sua teoria acerca do processo civilizador, desenvolvida com foco nas mudanças de comportamento à mesa na sociedade francesa, nos dão pistas de como se dão o

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





estabelecimento e mudanças das regras sociais. Além disso, nos permite compreender como as estruturas sociais afetam a formação da individualidade, pois, segundo ele, há um processo de interdependência entre os sujeitos mediado pela função que cada um desempenha e pelo poder que esta lhe atribui.

O processo de civilização em Elias está diretamente relacionado a uma dinâmica que envolve alterações nas relações de poder que por sua vez afetam as interdependências, ou seja, os mecanismos que ligam uns aos outros. Os conceitos de figuração e interdependência nos ajudarão a entender que o distanciamento masculino da Educação Infantil é resultado de um processo de longa duração que deu forma a esta figuração e, que sua aproximação exige dela uma nova estruturação.

O processo de civilização sofre alterações na medida em que forças emergem e exigem de todos envolvidos em determinada figuração, uma nova postura. Elias (2006) diz que, o processo de transformação dos padrões sociais são amplos e lentos e expressam novas exigências a todos os envolvidos. Isso nos leva a pensar na docência, que no decorrer de um longo processo histórico, passou a ser lugar de predomínio feminino, especialmente no que se refere a Educação Infantil, e que forças externas a este ambiente, mas ligadas a ele por uma rede de interdependência o constituiu e justificou como sendo feminino.

Portanto, apesar de ser dinâmico, o processo civilizador não é linear nem evolutivo, mas sim, contínuo, perpassado por impulsos e resistências que se alternam de acordo com o equilíbrio de forças experimentadas nas figurações sociais e nestas “planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas, constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil” Elias (1993, p. 194).

Desse modo, a aproximação masculina de um ambiente socialmente “destinado” as mulheres exige a construção de um caminho em que planos e ações possam ser reformulados, de modo que, no decorrer do processo e no caminhar, seja possível o encadeamento de mudanças de perspectivas que permitam novas atuações no cenário da Educação, em especial da Educação Infantil.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Para Elias (1994), cada figuração possui uma dinâmica que lhe é própria e que envolve lutas e forças atuando em diferentes níveis e direções formando um processo que ao passo que transforma a estrutura da figuração também é transformado pela mesma. Essa mistura de impulso e desejo humano no confronto com a ordem social é que vai produzir e direcionar a mudança histórica e que fundamenta o processo civilizador.

Na verdade somos impelidos pelo curso da história humana como os passageiros de um trem desgovernado, em disparada cada vez mais rápida, sem condutor e sem o menor controle por parte dos ocupantes. Ninguém sabe aonde a viagem nos levará ou quando virá à próxima colisão, nem tão pouco o que pode ser feito para colocar o trem sob controle (p. 69).

Diante disso, fica evidente que para compreender os fenômenos sociais, como por exemplo, a presença masculina num cenário dominado pelo feminino, deve-se considerar o fluxo histórico de longo percurso. Ao observarmos a trajetória das mulheres em direção à escola, primeiro na condição de alunas e depois de docentes, e em como acabaram sendo efetivadas como principais responsáveis pela educação das crianças, torna-se possível encontrar justificativas para o distanciamento masculino da docência na Educação Infantil e para o estranhamento que sua presença causa aos demais envolvidos. Do mesmo modo, é possível perceber um conjunto de ações que envolvem pesquisas e publicações que tentarão desmistificar essa aproximação apontando para possíveis benefícios. Essas novas ações estão ligadas ao desenvolvimento de outras demandas e conhecimentos da sociedade que dão suporte para sua constituição histórica.

A relação entre professores homens, crianças, professoras e os demais atores envolvidos com a Educação Infantil, pressupõe a existência de uma figuração muito específica. Elias (1994) sugere entendermos figuração como uma rede composta por diferentes fios que se ligam por meio da função que desempenham um em relação ao outro. É exatamente na constituição da rede dos diferentes e no desempenhar das funções que as estruturas e concepções são modificadas, mesmo que de forma lenta.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

Para Elias, o poder é um permeado em todas as relações humanas, e na Educação Infantil, uma figuração dominada por mulheres, a presença de homens pode provocar um desequilíbrio na balança de poder, pois o saber e o poder de atuar naquele espaço não se centra mais apenas na figura da professora que até então era a única habilitada social e tecnicamente para tal função. Ainda, equilíbrio de poder não é sinônimo de igualdade de poder, mas sim o mecanismo que vai determinar as funções de cada um na figuração, onde as relações escolares são constantemente perpassadas por poder.

A função que cada um desempenha e que o coloca na relação com o outro é que permitirá a construção do equilíbrio de poder, a interdependência proporcionada pela atuação de cada um conduz a existência do equilíbrio necessário às relações. Na figuração Educação Infantil, podemos dizer que as mulheres pertencem ao grupo dos “estabelecidos”, pois, historicamente compõe tal figuração, enquanto que os homens se encaixam no grupo dos “outsiders”, por ainda estar se aproximando da figuração.

Na relação dos professores homens e as professoras na Educação Infantil, estas últimas conhecem melhor as relações estabelecidas no cotidiano do grupo ali constituído, e das interdependências estabelecidas nas diversas figurações presentes na instituição de ensino, isso faz deles dependentes delas, para se inserirem e para permanecerem na instituição. Elias e Scotson (2000, p. 40) ressaltam que:

Quando o diferencial de poder é suficientemente grande, um membro de um grupo estabelecido pode ser indiferente ao que os outsiders pensam dele, mas raramente ou nunca é indiferente à opinião de seus pares [...]. A auto-imagem e a auto-estima de um indivíduo estão ligadas ao que os outros membros do grupo pensam dele.

A opinião que cada professor(a) e demais atores que compõe a instituição de ensino tem um do outro, influenciará de forma direta na relação que será estabelecida, podendo proporcionar interdependências marcadas pela produtividade ou pelo conflito. Os indivíduos estão presos uns aos outros pela dependência que temos uns dos outros, e a função que desempenham é o elo que os une, “Essas cadeias não são visíveis e tangíveis

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém, não menos reais e decerto não menos fortes”, Elias (1994, p. 23).

É historicamente que as figurações se constituem, no decorrer do processo histórico que sofrem alterações. Nesse sentido, a participação masculina na Educação Infantil só deixará de ser um tabu se for proporcionado a atual geração a oportunidade de compartilhar com eles deste espaço educativo. Para (ELIAS, 2006, p. 26), “Os seres humanos singulares se transformam. As figurações que eles formam uns com os outros também se transformam”. Ao ingressarem no processo civilizador os indivíduos de uma geração adaptam a um padrão de comportamento construído pela geração precedente, pois existem coisas que “não despertava vergonha num século anterior podia ser vergonhoso num posterior e vice-versa” (ELIAS, 1994, p. 8), ou seja, as mudanças são possíveis e vão depender da posição em que cada pessoa ingressa no fluxo do processo.

É desde pequenos que os controles, normas e padrões sociais são incorporados pelos indivíduos, do mesmo modo e no mesmo ritmo caminha a sociedade, isso se dá pelo fato de que em Elias não há separação entre indivíduo e sociedade, isso não quer dizer que são a mesma coisa, mas sim que uma determina a outra. A possibilidade de mudança na estrutura social se dá exatamente pelo fato de que o legado e as experiências de uma sociedade e todas as suas figurações mudam e se acumulam constantemente, assim como os lugares de homens e mulheres na sociedade atual.

Considerações finais

Ao analisarmos historicamente a escola e seus contornos percebemos que a mesma compõe uma figuração muito específica, que se relaciona de forma direta com outras figurações. Nesse sentido, as questões de gênero também se fazem presentes e se materializam tanto na elaboração do que se deve ensinar como também na definição de quem é mais apropriado para fazer isto. Na Educação Infantil, em decorrência de um longo processo social, convencionou-se que as mulheres são “naturalmente” mais aptas

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





para atuar, esse processo distanciou profissionais do sexo masculino e ainda hoje dificulta a aproximação dos mesmos.

Vale ressaltar que só será possível superar as barreiras que dificultam a presença de professores homens na Educação Infantil quando estes se fizerem presentes, pois, ao passo que isso acontecer, uma nova figuração se constituirá com novas forças que afetarão o equilíbrio da balança de poder exigindo dos envolvidos ações para restabelecê-lo. Em uma figuração feita de muitos fios que se ligam e que só se explicam quando se relacionam, “a forma do fio individual se modifica quando se alteram a tensão e a estrutura da rede inteira” (Elias, 1994, p. 35).

Fica evidente que os desafios para superação das barreiras existentes entre homens e mulheres, meninos e meninas que determinam as funções sociais que cada um deve desempenhar, pressupõe um longo processo, tal qual o que os trouxe até aqui. Elias (2006, p. 27-28) afirma que os processos sociais são “transformações amplas, contínuas, de longa duração [...] de *figurações* formadas por seres humanos, ou de seus aspectos, em uma de duas direções opostas”. Não há nessa discussão a intenção de advogar um processo social que transforme os homens em maioria na Educação Infantil, mas sim, um processo em que a atuação deles nesta figuração não seja vista como perigosa e inapropriada.

Referências bibliográficas

- ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização, tradução brasileira de Ruy Jungmann, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, vol. 2, 1993
- ELIAS, Norbert. A Sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ELIAS, Norbert. El cambiante equilibrio de poder entre los sexos In: WEILLER V (org). La civilización de los padres y otros ensayos. 1 ed. Colômbia, Editorial Norma 1998.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ELIAS, Norbert. Escritos & Ensaios, v. 1, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

HAHNER, June Edith. Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940. Tradução de Eliane Lisboa; apresentação de Joana Maria Pedro. Florianópolis : Ed. Mulheres; Santa Cru do Sul : EDUNISC, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SAPAROLLI, Eliana Campos Leite. A educação infantil e gênero: a participação dos homens como educadores infantis. Psicologia da Educação, São Paulo, 6, 1º semestre 1998, p. 107-125.

SARAT, Magda. Educação, Memória e Gênero: contribuições de Norbert Elias. InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v. 17, n.33, p.118-139, jan./jun. 2011.

VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. Revista Brasileira de Educação. Nº 21, Set/Out/Nov/Dez, 2002.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

A INFÂNCIA NO GRUPO ESCOLAR: CIVILIDADE E EDUCAÇÃO

Vanessa Kusminski
Universidade Federal da Grande Dourados
CNPQ
Vanessakusminski1@gmail.com

Adriana Horta de Faria
Universidade Federal da Grande Dourados
adrianahortadefariafaria@yahoo.com.br

Resumo: No presente trabalho buscamos investigar na história de um grupo escolar entre os anos de 1970-1974, os modos como tal instituição preconizava a formação para seus ingressantes, considerando uma educação pautada em modelos civilizadores. Trabalhamos metodologicamente com registros e documentos, analisamos as atas das reuniões administrativas e pedagógicas produzidas no período e a documentação revelou todas as decisões para o funcionamento da instituição desde sua fundação. Logo, percebemos rígido controle nas atividades docentes, detectamos resquícios de modelos da civilidade e da urbanização inerentes a organização escolar que se voltava à disciplina, muito presente na formação da infância local.

Palavras-chave: Processo Civilizador. História da infância. História da Educação.

Abstract: In the present work we look for to investigate in the history of a school group between the years of 1970-1974, the ways in which such institution preconized the formation for its entrants, considering an education based on civilizing models. We work methodologically with records and documents, analyze the minutes of the administrative and pedagogical meetings produced in the period and the documentation revealed all the decisions for the operation of the institution since its foundation. Therefore, we perceive rigid control in teaching activities, we detect remnants of models of civility and urbanization inherent in the school organization that reverted to the discipline, very present in the formation of local children.

Keywords: Civilizing Process. History of childhood. History of Education.

Introdução

Acompanhamos na história da criança e da infância a necessidade de apreensão social por razões de sobrevivência em sociedade, segundo as teorias de Elias dos Processos Civilizadores, a criança deve aprender e internalizar o que a sociedade levou séculos para desenvolver em um curto período de tempo, a infância. Nessa concepção,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Sarat (2012, p. 1-2) afirma que “para a criança, é essencial o aprendizado como possibilidade de inserção social”.

Em razão de civilizar e educar para viver em sociedade, a criança passou por processos de iniciação para adquirir autonomia. Tais processos desencadearam-se em uma organização escolar por classes de idade, ou uma educação escolarizada. Conforme apresenta o historiador francês Ariès, “A criança, durante a sua escolaridade, era submetida a uma disciplina cada vez mais rigorosa e efetiva, e essa disciplina separava a criança que a suportava da liberdade do adulto. Assim, a infância era prolongada até quase toda duração do ciclo escolar” (ARIÈS, 1981, p. 4).

No Brasil, segundo Nobrega, os grupos escolares podem ser entendidos, como as primeiras escolas públicas primárias a utilizarem “uma forma de organização administrativa, programática, metodológica e espacial baseada nas concepções educacionais do tipo moderno” (NOBREGA, 2003, p. 253).

Inspirados em modelos educativos de países como a Alemanha, Estados Unidos e Suíça, os grupos escolares foram criados em um contexto de reforma educacional no Estado de São Paulo por meio da lei n. 88 de 8 de setembro regulamentada pelo decreto n 114B de 30 de dezembro de 1892. Com a criação dos grupos, buscavam-se reunir as escolas isoladas presentes na região. Após o ano de 1906 começaram a ser instalados pelos demais estados brasileiros, chegando ao estado de Mato Grosso por meio do decreto n. 258 de 20 de agosto de 1910 na cidade de Cuiabá (SAVIANI, 2007).

Desse modo, podemos observar que os grupos escolares foram precursores da educação brasileira e estabeleceram importante papel na história da educação, fazendo-se assim, pertinentes de serem estudados em seus diferentes tempos e espaços, em seus modos e modelos usados para a formação civilizada das crianças. Logo, nos indagamos, de que maneira os grupos escolares foram instituições responsáveis pela formação civilizada da infância? A essa e outras perguntas buscaremos responder por meio de um modelo empírico.

Buscando resolver tal problema, no presente trabalho investigamos a história da infância e da escolarização das crianças do Grupo Escolar do Distrito de Vila Vargas

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI





município de Dourados/ MT, no período de 1970 a 1974. Nessa perspectiva buscamos compreender as particularidades da infância em uma pequena comunidade rural, identificamos as práticas pedagógicas na constituição da infância civilizada dos alunos do Grupo Escolar Presidente Vargas e caracterizamos a relação da instituição com a infância.

Para tanto, realizamos um levantamento documental no acervo da Instituição ainda hoje em funcionamento e denominada Escola Estadual Presidente Getúlio Vargas, onde encontramos registros do referido recorte temporal da pesquisa. Enfocando na análise das atas de reuniões pedagógicas e administrativas, relativas aos anos de 1971 a 1974.

Grupos Escolares e a Formação da Infância

Apesar da importância das escolas primárias para a história da educação brasileira, essas foram estudadas superficialmente, ou correlacionadas a outros objetos de investigação, até meados da década de 1990. No entanto, essa temática vem sendo explorada por muitos objetos e várias abordagens nos últimos anos, e assim, contribuindo para análises sobre a institucionalização da escola primária e sobre a educação pública no país (SOUZA, 2011).

Quanto a pesquisa histórica das instituições educativas, os estudos da história dos grupos escolares partem da perspectiva da cultura escolar, enfatizando que essas instituições foram “símbolo da escola primária moderna e racional e a mais adequada para a difusão da educação popular e para a formação do cidadão” (Idem, 2011, p. 10). Importante ressaltar que essas instituições foram criadas e disseminadas pelo país em meados da instauração do período republicano no Brasil, em que o discurso de progresso propagado exigiram reformas educacionais voltadas para a civilização em massa. Nóbrega (2003) afirma:

As reformas educacionais empreendidas no Brasil durante a Primeira República podem ser entendidas, por um lado, no

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





contexto do federalismo republicano como princípio fundamental organizador do Estado brasileiro e, por outro, dentro de um projeto oligárquico de nacionalização das massas de imigrantes e de disciplinamento das camadas populares (p. 259).

Em uma perspectiva ruralista, além das diferenças de duração da escolaridade, dos programas de ensino e condições de trabalho dos professores, os grupos escolares rurais, apresentaram características particulares em relação aos grupos urbanos. Furtado, Schelbauer e Sá (2015), trazem reflexões importantes referentes a escolarização rural primária, por meio das quais podemos identificar a desconsideração quanto as especificidades entre o ensino rural e o urbano. Enquanto na cidade a escola representava um dos muitos agentes culturais, na zona rural, em muitos casos por ser a única na região, a escola representava “tudo” na e para a comunidade.

Diante dos estudos apresentados, podemos notar que de fato os grupos escolares foram importantes meios para a civilização da infância brasileira, associando tal feito ao período de implantação e disseminação que inicia na primeira república e perpassa por todo regime militar.

Aspectos de Civilidade no Grupo Escolar Presidente Vargas

O Grupo Escolar Presidente Vargas foi criado pelo decreto nº 1.208, de 03 agosto de 1970 e funcionou nos anos de 1971 a 1974, quando foi elevado a nível de 1º Grau pelo decreto nº 2.036, de 07 de junho de 1974, passando a ser denominada “Escola Estadual de 1º Grau Presidente Getúlio Vargas”.

O acesso ao arquivo da escola foi consentido pelo diretor responsável pela instituição. Uma primeira exploração do mesmo, ocorreu nos meses de dezembro de 2017 e janeiro de 2018 e outros retornos nos meses de março e abril de 2018.

Dentre os documentos encontrados, optamos por analisar as atas das reuniões pedagógicas, visto que essas relatam discussões voltadas a organização docente e administrativa, bem como, planejamento pedagógico do grupo, ações que refletem

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





diretamente sobre a criança. Nessa perspectiva procuramos identificar aspectos de civilidade inerente as ações dos grupos escolares.

As atas foram localizadas no livro de atas das reuniões pedagógicas do Grupo Escolar Presidente Vargas. Referente ao ano de 1971 há nove atas, ao ano de 1972 há dez atas, de 1973 seis atas e referente a 1974 sete atas. As atas estão organizadas em sequência, cada uma apresenta a ordem das reuniões, local de realização das reuniões, nome do grupo, data e horário, as reuniões costumavam acontecer uma vez ao mês, nos mesmos dias e horários.

No grupo as ações eram metodicamente planejadas, os movimentos para arrecadação de dinheiro do caixa escolar, a vestimenta das merendeiras, o expediente dos funcionários e outras, seguindo ordens da delegacia escolar e sempre registrado em ata.

Detalhes de moldes civistas estão explícitos nas atas. Podemos perceber a preocupação com os detalhes dos uniformes logo na primeira ata de reunião pedagógica do grupo escolar:

Foi escolhido um modelo para o bolso do uniforme com um distintivo do mapa de Mato Grosso, pintado em amarelo; e as letras G. E. P. V. ficando Grupo Escola Presidente Vargas, pintado em azul (ATA DE REUNIÃO PEDAGÓGICA DO GEPV, 1ª REUNIÃO, 05 DE MARÇO DE 1971).

O cuidado com a limpeza de todas as dependências da instituição é detalhado com um ar de cobrança em muitas reuniões, tanto durante os dias letivos quanto nas férias. Na terceira reunião de 1971 a diretora se dirige diretamente as funcionárias e pede para “conservar sempre a limpeza das salas”, pede também, para que o lixo retirado das salas “deve ser recolhido em lugar onde o vento não venha a espalhar, devendo então ser sempre queimado”. A diretora detalha ainda como deve ser feito o mapa da merenda escolar, de que a merendeira é responsável. Na reunião do dia 27 de março de 1972 é chamada a atenção das funcionárias quanto a limpeza do banheiro e dos quadros negros, no entanto, na reunião seguinte, do dia 27 de maio do mesmo ano, as funcionárias

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





novamente são cobradas quanto a limpeza dos quadros negros e ainda do teto de cada sala.

Elias em “O processo Civilizador” explica, em seu segundo capítulo, que a civilização é usada para transformar o comportamento humano e que a ideia de higiene surge então como ferramenta para tal propósito. A princípio a onipresença de anjos foi usada por muito tempo para controlar impulsos das crianças, a mesma só diminuiu quando as razões higiênicas se sobressaíram e visavam maiores pretensões quanto ao controle dos impulsos e das emoções. O teórico afirma que “essas razões higiênicas passam, então, a desempenhar um papel importante nas ideias dos adultos sobre o que é civilizado, em geral sem que se perceba que relação elas têm com o condicionamento das crianças que está sendo praticado” (ELIAS, 2011, p. 135).

A higiene na qual estamos acostumados é algo relativamente novo e conforme as teorias de Elias podemos afirmar que, no caso do Grupo Escolar, era cobrada intensivamente sobre os adultos em um ambiente de usos e vivências das crianças. Apesar de nas atas não haverem registros específicos de hábitos de higiene praticados pelas próprias crianças, elas faziam parte de um grupo social com hábitos fundamentados na repugnância dos adultos.

As ações desenvolvidas nas festividades em relação a semana da pátria, semana da criança e outras, são relatadas e detalhadas:

Colocou-se em discussão o problema da semana da criança [...] Ficou decidido que se faria cartazes alusivos e no dia propriamente seria realizada uma gincana, considerando provas como corrida de bastão, moeda na farinha, maçã na água, jogo das cadeiras, corrida livre, leitão ensebado, linha na agulha, cordão no sapato, etc.; e após seria servido a merenda escolar (ATA DE REUNIÃO PEDAGÓGICA DO GEPV, 6ª REUNIÃO, 29 DE SETEMBRO DE 1971).

Muitas eram as atividades voltadas a datas comemorativas apresentadas nas atas como Criação da cidade de Cuiabá, Pan Americanismo, Dia do Índio, Tiradentes, Brasília e outras. Na 4ª reunião do 27 de março de 1972, foram relatadas algumas atividades a

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





serem desenvolvidas sobre o “descobrimento do Brasil”, como “o preparo com as crianças de algumas poesias e canto para apresentação Cívica a ser levada em efeito no dia 21 do corrente”. As comemorações cívicas também contavam com o hasteamento da bandeira nacional e do estado com data e horários previamente definidos.

Para consolidar o firmamento das ações cívicas no Grupo, foi criada a Banda Fanfarra, segundo Solidade (2015, p. 162), “ela se tornou o orgulho da escola e da comunidade por traduzir a importância monumental das datas cívicas para o cidadão reconhecidamente brasileiro”.

Ao analisar as atas, tais festividades desenvolvidas no Grupo nos puseram a indagar sobre as funções dessas no ambiente escolar. Segundo Gallego e Cândido (2015, p. 10), as festas escolares, “foram importantes em um primeiro momento para a consolidação dos ideais republicanos e para dar visibilidade à escola pública”, já que nessas ocasiões a sociedade podia comprovar os benefícios da instituição na formação dos alunos.

As comemorações cívicas em específicos são tidas como um marco na história dos grupos escolares já que antes desses “o mais comum era o fechamento das escolas públicas para que as crianças participassem dos festejos sociais, fossem eles cívicos ou religiosos, visto que a instituição escolar pública ainda não havia conquistado a sua legitimidade social” (Idem, p.20). Os grupos escolares ao praticarem tais comemorações construía símbolos, como bandeira e hino nacional, e referências sociais como a importância da escolarização. Nessa perspectiva o grupo escolar desenvolvia sentimentos e comportamentos de patriotismo e ordem nas crianças.

Constatamos indícios de tal comprometimento da instituição para com o que chamamos de civismo quando as palavras “cívico” nas atas estão todas escritas com inicial maiúscula, notamos até mesmo uma correção, onde a princípio a palavra foi escrita com inicial minúscula e posteriormente reparada.

Os Grupos escolares estavam fundamentados em princípios de ordem, “típicas” punições eram aplicadas pelos professores e ainda que houvesse alguma queixa por parte dos pais, a preocupação estava com reputação do professor e não com a formação do

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





aluno e consequências que tais punições poderiam trazer. Em uma das reuniões uma professora relatou:

Porém solicitou a Sr.^a diretora, que recebeu queixa de mãe de alunos, no tocante a punição, de que a mesma tem empregado método um tanto perigoso, como reguadas, pois isto compromete e prejudica reputação do mestre (ATA DE REUNIÃO PEDAGÓGICA DO GEPV, 3ª REUNIÃO, 04 DE MARÇO DE 1972).

No ano de 1973 uma nova direção assume o Grupo Escolar, e apesar das atas seguirem um padrão, na primeira ata redigida por essa direção, podemos notar uma diferença nas concepções educacionais. O novo diretor se apresenta com uma fala mais leve e reflexiva: “o nosso lema é ensinar; portanto para que sejamos bons educadores devemos conservar o nosso espírito sadio, para que seja um bom exemplo para nossos educandos (Ata de Reunião Pedagógica do GEPV, 2ª Reunião, 16 de abril de 1973).

Para analisar a concepção de professor exposta utilizamos Cunha (2013 p. 620) que investiga a formação de professores nas tendências teórico-práticas que marcaram a compreensão da docência no Brasil. A autora apresenta as tendências da psicologia cognitiva e afetiva nos estudos relativos as décadas de 1970 e 1980, as quais nos fazem refletir sobre o que era conceituado um professor de “bom exemplo” para a época: “a ação do professor relaciona-se com os processos de pensamento dos alunos e a construção das habilidades de ensino” e “a afetividade do educador, seus traços de personalidade, interesses e autoconceito são básicos para a construção da profissionalidade e das suas formas de ensinar.

Entre as atas, notamos diferentes modos de avaliação dos alunos, a ata da décima reunião do dia 30 de outubro de 1972, afirma que os alunos não aprovados e que tivessem expectativas de aprovação seriam submetidos a aulas de recuperação:

Estas aulas terão início no dia 06 de novembro, com horário normal de aulas; no curso da semana. No final os alunos serão submetidos a um teste. A Sr.^a diretora fez observar que só

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





participarão das aulas de recuperação os alunos que tiverem condições para posterior aprovação.

Enquanto na ata do dia 08 de junho de 1974, os aspectos escolhidos para avaliação no mês de maio, foram “criatividade, liderança e sociabilidade”, e na ata do dia 15 do mesmo mês e ano, os aspectos para o mês de junho ficaram resolvidos como “observação, expressão e compreensão”

Quanto a avaliação dos alunos podemos notar disparidades nas concepções avaliativas, onde a princípio existem aspectos tratados com mais rigidez e ao decorrer da trajetória do grupo se tornam mais maleáveis, as ferramentas de civilização já foram internalizadas e se tornam comuns, ou como diria Elias (2011, p. 136) “são aceitas como tão naturais como pentear os cabelos ou calçar os sapatos”.

Podemos constatar que todas as ações do Grupo Escolar Presidente Vargas são típicas de uma organização voltada a civilidade. Dizendo isto, nos referimos a “sineta” que devera ser tocada com pontualidade, a ordem expressa aos professores na ata do dia 18 de maio de 1974 para não deixarem “os alunos saírem fora da classe ao terminar o teste”, ou a obrigatoriedade dos professores em preparar “alguns números” para a hora cívica.

Algumas considerações

Ao analisar as atas do Grupo Escolar constatamos que o tempo que a criança passava na escola era submetida a regras, providas de um período de regime militar, o qual perdura por todos os anos de existência do Grupo. Assim como as palavras mais frequentes nas atas são “ordem”, “limpeza”, “teste” e “obrigatório”, a criança era formada segundo essas concepções. Logo, a concepção de criança e infância estavam pautadas nos princípios de ordem, higienismo e na ideia de patriotismo tão propalada pela instituição.

Grande era a relação do Grupo Escolar Presidente Vargas com a comunidade, seja por meio das festividades que disseminaram a cultura escolar, da associação de pais e mestres com efetiva presença na instituição, da presença da igreja ou dos desfiles cívicos.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





A proposta de analisar o papel dos grupos escolares na formação civilizada da infância se torna ainda mais abrangente devido a construção do Grupo em uma área rural que ocorreu paralela ao distrito, pois, assim como apresentado nos estudos explorados, o grupo escolar representou muito para essa região, isso mostra que a formação civilizada perpassava os limites da infância local e abrange toda a comunidade.

Desse modo, podemos inferir que, o que somos é derivado de um processo civilizador pelo qual passamos, e que se iniciou em nossa infância. Portanto, regras, normas e comportamentos são adquiridos pelas crianças por meio dos adultos que as rodeias, seja por meio de instituições como a família, a igreja ou a escola. Esta última exerceu e vem exercendo papel importantíssimo na formação de indivíduos civilizados e como apresentado pelo modelo empírico, em nosso país, os grupos escolares instituíram uma forma peculiar na formação da infância ao utilizar uma organização programática, metodológica e sistemática que perduram até os dias atuais.

Assim, os grupos escolares foram responsáveis pela formação civilizada da infância de maneira efetiva, exercendo controle e autocontrole das ações da criança, colocando-a em um molde supostamente correto para sua formação de acordo com a cultura do período ou agradável a alienação.

Referências bibliográficas

ARIÈS, P. História Social da Criança e da Família. 2º ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CUNHA, Maria Isabel da. O tema da formação de professores: trajetórias e tendências do campo na pesquisa e na ação. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 609-626, sep. 2013. ISSN 1678-4634. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/62519/65314>>. Acesso em: 18 July 2018.

ELIAS, N.. O processo civilizador: uma história dos costumes. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar 2º Ed. 2011. vol. 1.

FURTADO, A. C.; SCHELBAUER, A. R.; SÁ, E. F.; Escola Primária Rural: caminhos percorridos pelos estados de Mato Grosso e Paraná (1930-1961). In: SOUZA, R. F.; PINHEIRO,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



Fábrika
Ideias criativas



17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

A. C. F.; LOPES, A. P. C. (Org.). História da Escola Primária no Brasil: investigações em perspectivas comparada em âmbito nacional. Aracaju: Edise, 2015, 504 p.

GALLEGO, R. C.; CÂNDIDO, R. M. Uma discussão sobre os sentidos da integração de feriados, festas e comemorações cívicas no calendário das escolas primárias paulistas (1890-1930). Educ. rev. vol. 31 nº 2 Belo Horizonte Apr./June 2015.

NÓBREGA, P. Grupos Escolares: modernização do ensino e poder oligárquico. In: DALLABRIDA, N. (Org.) Mosaico de Escolas: modos de educação em Santa Catarina na primeira república. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. 312p.

SARAT, M. A Infância e a Formação Civilizada do Indivíduo em Norbert Elias. Anais do XIV 'Simpósio Internacional Processos Civilizadores: civilização, fronteiras e diversidade' e V Seminário do grupo de pesquisa 'Educação e Processo Civilizador'. EDUFGD, 2012.

SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. 4º Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SOLIDADE, W. Grupo Escolar Presidente Vargas, Dourados-MT: a escola primária urbano/rural em tempos de mudanças no ensino elementar brasileiro (1963-1974). 2015. 224 f. Dissertação (mestrado em educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, MS. 2015.

Fontes

GRUPO ESCOLAR PRESIDENTE VARGAS. Livro Ata da Reunião Pedagógica. 1971; 1972; 1973 e 1974. Vila Vargas, Dourados/MT, 1974. Volume único. Disponível no arquivo da Escola Estadual Presidente Getúlio Vargas.

MATO GROSSO. Decreto nº 1.208, de 3 de agosto de 1970. Criação de um grupo escolar no distrito de Vila Vargas. Cuiabá 3 de agosto de 1970.

MATO GROSSO. Decreto nº 2.036, de 7 de junho de 1974. Eleva ao nível de 1º grau, o Grupo Escolar Presidente Vargas. Cuiabá 7 de junho de 1974.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

PROCESSOS CIVILIZACIONAIS E A SOCIOGÊNESE DO NOVO CONCEITO DE FELICIDADE / BEM-ESTAR SUBJETIVO

Doutor Vilde Gomes de Menezes
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
vildemenezes@ufpe.br

Doutorando José Carlos de Almeida Júnior
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
professorzecarlos@bol.com.br

Resumo: O presente artigo é o relato de um dos capítulos de uma pesquisa em andamento no Curso de Doutorado em Educação, do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPE, que tem como proposta de estudo, investigar a sociogênese do novo conceito de felicidade, bem como, analisar de que forma se desenvolveu a transformação do conceito de Felicidade em Bem-Estar Subjetivo e identificar quando, como e por que surgiu a discussão sobre o conceito de Felicidade, na vertente do Bem-Estar Subjetivo, nas produções científicas no Brasil, na área da Educação, além de verificar de que forma os processos civilizacionais influenciam no bem-estar e felicidade dos indivíduos e da sociedade.

Palavras-chaves: Processo Civilizacional. Bem-Estar Subjetivo. Felicidade.

Abstrat: The present article is the report of one of the chapters of a research in progress in the Doctorate in Education Course of the Graduate Program in Education of UFPE, whose purpose is to investigate the sociogenesis of the new concept of happiness, well how to analyze how the transformation of the concept of Happiness into Subjective Well-Being has developed and to identify when, as and why the discussion about the concept of Happiness arose in the Subjective Well-Being aspect of scientific productions in Brazil, in the area of Education, in addition to verifying how civilizational processes influence the well-being and happiness of individuals and society.

Keywords: Civilizational Process. Subjective Well-Being. Happiness.

Introdução

Qual o verdadeiro propósito da vida? Todo ser humano, minimamente consciente / esclarecido, um dia já se fez esta pergunta. E, para a absoluta maioria, a resposta é ser feliz, em alguns casos procurar e ou alcançar a felicidade, ou o estado de ser feliz. Para elas a felicidade é um estado durável de plenitude, satisfação e equilíbrio

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





físico e psíquico, em que o sofrimento e a inquietude são transformados em emoções ou sentimentos que vão desde o contentamento até a alegria intensa ou júbilo.

A felicidade tem, ainda, o significado de bem-estar espiritual ou paz interior. Existem diferentes abordagens ao estudo da felicidade – pela filosofia, pelas religiões ou pela psicologia. O ser humano, de forma geral, sempre procurou a felicidade. Filósofos e religiosos sempre se dedicaram a definir sua natureza e que tipo de comportamento social, político e ou estilo de vida levaria à felicidade plena.

Para muitos a felicidade é o que os antigos gregos chamavam de *eudaimonia*²⁷¹, um termo ainda usado em ética. Para as emoções associadas à felicidade, os filósofos preferem utilizar a palavra prazer. É difícil definir, rigorosamente, a felicidade e sua medida. Investigadores em psicologia desenvolveram diferentes métodos e instrumentos, a exemplo do Questionário da Felicidade de Oxford²⁷², para medir o nível de felicidade de um indivíduo. Esses métodos levam em conta fatores físicos e psicológicos, tais como envolvimento religioso ou político, estado civil, paternidade, idade, renda, entre outros.

Na era moderna, o filósofo suíço Jean-Jacques Rousseau defendeu que o ser humano era, originalmente, feliz, mas que o advento da civilização havia destruído esse estado original de harmonia. Para se recuperar a felicidade original, a educação do ser humano deveria objetivar o retorno deste à sua simplicidade original NICOLA(2005).

Na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, os filósofos Jeremy Bentham e John Stuart Mil criaram o utilitarismo, doutrina que dizia que a felicidade era o que movia os seres humanos. Segundo o utilitarismo, os governos nacionais têm, como função básica, maximizar a felicidade coletiva.

O positivismo do filósofo francês Auguste Comte (1798-1857) enfatizou a ciência e a razão como elementos que deveriam nortear o ser humano na busca da

²⁷¹ O estado de ser habitado por um bom gênio. Em geral, é traduzido como felicidade ou bem-estar.

²⁷² The Oxford Happiness Questionnaire



felicidade. Esta felicidade seria baseada no altruísmo e na solidariedade entre todo o gênero humano, formando a chamada “religião da humanidade”.

O filósofo alemão Karl Marx (1818-1883) defendeu o estabelecimento de uma sociedade igualitária, sem classes, como elemento fundamental para se atingir a felicidade humana. O psiquiatra Sigmund Freud (1856-1939), criador da psicanálise, defendia que todo ser humano é movido pela busca da felicidade, através do que ele denominou princípio do prazer. Porém essa busca seria fadada ao fracasso, devido à impossibilidade de o mundo real satisfazer a todos os nossos desejos. A isto, deu o nome de "princípio da realidade". Segundo ele, o máximo a que poderíamos aspirar seria uma felicidade parcial, devido ao nível civilizacional em que nos encontramos.

Já a psicologia positiva, que dá maior ênfase ao estudo da sanidade mental e não às patologias - relaciona a felicidade com emoções e atividades positivas (FREITAS-MAGALHÃES 2006). Por outro lado a economia do bem-estar defende que o nível público de felicidade deve ser usado como suplemento dos indicadores econômicos mais tradicionais, como o produto interno bruto, a inflação, etc.

Como se pode perceber “Felicidade” é um conceito de difícil definição por ser muito subjetivo. Para muitas pessoas pode ser descrita como a sensação de bem-estar influenciada por motivos diversos. Momento durável de contentamento / satisfação, em que a pessoa se sente completamente realizada, um momento em que não existe nenhum tipo de sofrimento. Pressupostos necessários para que o processo civilizador ocorra, segundo Elias (1990).

Para outros estudiosos a felicidade é constituída por várias emoções e sentimentos que podem ser motivados por alguma coisa em específico, como um sonho que se realizou, um desejo atendido, ou até mesmo aquelas pessoas que são famosas por sempre estarem felizes e bem humoradas, não sendo necessário nenhum motivo específico para que elas estejam em um estado elevado de felicidade. Lembremo-nos dos aspectos hormonais como endorfina, por exemplo.

Várias filosofias e religiões, assim como a Psicologia, abordam a felicidade. Como vimos, de forma geral, boa parcela dos filósofos faziam associação da felicidade

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





com o prazer, uma vez que não é fácil fazer a definição de felicidade como um todo, qual é a sua origem, as emoções e os sentimentos que a envolvem. Esses filósofos voltaram seus estudos para o comportamento e estilo de vida que, teoricamente, levariam as pessoas ao estado de felicidade plena, ou seja, a mudança de comportamento e consequente evolução civilizatória.

O mundo pós-moderno traz-nos a possibilidade de a Felicidade poder ter influência genética, já para autores como Diener, Oishi e Lucas (2003) o Bem-Estar Subjetivo (BES) seria o que os leigos chamam de felicidade, prazer ou satisfação com a vida. O referencial do BES vem sendo utilizado desde 1993, com maior ênfase a partir do ano 2000. No entanto, na maior parte dessas pesquisas, os autores procuram explicar a partir de questões econômicas e ou da percepção que algumas categorias profissionais têm do tema.

A partir da leitura de publicações sobre o tema, pode-se perceber que, de um modo geral, os estudos sobre a felicidade na psicologia percebem-na sob três aspectos, como: a) “estar no controle de sua vida” (CSIKSZENTMIHALYI, 1999; RYFF, 1989; RYFF; KEYES, 1995); b) estado; ou c) traço (DIENER, 1984, 1996; MICHALOS, 1980); entre outros.

O “estar no controle de sua vida” seria o conceito que mais se aproxima do sentido aristotélico de eudaimonia. A felicidade seria o resultado de uma vida repleta de complexas atividades de *flow* (CSIKSZENTMIHALYI, 1999). Este resultado seria atingido pelas pessoas que tivessem conquistado uma personalidade autotélica, isto é, que julgam valioso e importante, por si mesmo, tudo o que realizam, e se mostram menos dependentes de recompensas externas. Este crescimento psicológico levaria a um *eu* mais complexo, provocando uma sensação de profunda satisfação, (CSIKSZENTMIHALYI, 1992).

É importante ressaltar que este autor não nega o valor do prazer passivo na vida das pessoas (sentido hedônico da felicidade), mas que este não geraria um sentimento mais profundo. Na mesma linha, Ryff (1989) critica os estudos sobre BES que, segundo a autora, enfatizam principalmente o componente afetivo, de curta duração – a felicidade,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ





deixando de lado desafios da vida mais duradouros, como, por exemplo, ganhar um sentido de auto-realização. Tanto Ryff e Keyes(1995) quanto Csikszentmihalyi (1992, 1999) trabalham com o conceito de “felicidade aprendida”, conquistada por meio de um crescimento psicológico.

A felicidade percebida como estado (estar feliz) resultaria de muitos momentos de felicidade na vida. Esta seria a forma de perceber a felicidade por meio das teorias denominadas “de baixo para cima” (*bottom-up*), fundamentadas na visão lockeana de que a mente seria uma tábula rasa moldada pela experiência. De acordo com Feist et al. (1995), nada existiria na mente que não tivesse passado pelos sentidos, pois as sensações seriam reflexões “objetivas” do mundo externo. Também para Glatzer (1987), a felicidade seria concebida como um estado emocional produzido por eventos positivos e negativos, bem como pelas experiências de vida de uma pessoa.

Diener (1996) salientou que não apenas fatores ligados à personalidade, mas também circunstâncias ambientais amplas e duradouras podem produzir mudanças substanciais e de longa duração no BES. Isto é observado, principalmente, quando se compara grupos, nações ou culturas em que as circunstâncias de vida, ou seja, as configurações, podem ser extremamente diferentes. A teoria da adaptação baseia-se em um padrão derivado da própria existência do indivíduo. Este padrão pode elevar-se ou baixar a qualquer nível, por qualquer circunstância, sendo que apenas a superação deste nível produziria afeto (DIENER, 1984). No processo de adaptação, novos eventos trariam novas informações que passariam a ser prioritárias em relação aos eventos passados (SUH et al., 1996), modificando o padrão anterior – reforço às teorias “de baixo para cima”.

Já a felicidade percebida como traço (ser feliz) é considerada como dependente da predisposição em interpretar as experiências da vida de forma positiva. Diener e Seligman (2002) observaram que as pessoas muito felizes possuem um sistema emocional que reage de forma apropriada às circunstâncias da vida diária. A experiência em si não seria nem boa nem má.

As teorias da felicidade denominadas “de cima para baixo” (*top-down*) baseiam-se na visão kantiana na qual a mente seria uma intérprete ativa e organizadora

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





da experiência sensorial, filtrando e selecionando as sensações que chegam até ela, de forma congruente com suas crenças e atitudes (Feist et al., 1995). Lykken e Tellegen (1996) chegaram a afirmar que cerca de 80% da variância estável no BES seria herdada e que tentar ser mais feliz seria tão fútil quanto tentar ser mais alto.

As teorias “de cima para baixo” seriam reforçadas pelos achados de Suh et al. (1996), revelando que os eventos da vida ou mudanças parecem não possuir uma influência no BES por períodos longos. As pessoas reagiriam a estes eventos apenas por um período de tempo curto (três meses ou menos), retornando a uma linha de base estável, determinada por sua personalidade. Foi Diener (1996) quem observou que a influência da personalidade no BES seria forte apenas quando fossem considerados os níveis médios de afeto a longo prazo. As emoções momentâneas seriam fortemente influenciadas por fatores situacionais.

O fato que, a maior parte dos pesquisadores em BES considera os componentes do BES propostos por Andrews e Withey (1974): satisfação com a vida, afeto positivo e afeto negativo. Segundo Glatzer (1987), satisfação pode ser expressa em diferentes níveis: a) satisfação com a vida em geral; b) satisfação com todo um domínio da vida (ex: satisfação com o trabalho); c) satisfação com determinados aspectos de um domínio. Além disso, a satisfação é menos dependente de situações momentâneas e menos sensível a mudanças súbitas do humor que a felicidade (VERMUNT; SPAANS; ZORGE, 1989), sofrendo mais influência de preocupações no espaço de vida mais amplo – político e social (MCKENNELL, 1978).

Para que esse estado ocorra é preciso, segundo Elias(1980), uma evolução das atitudes sociais como parte do processo de desenvolvimento de uma “sociedade civilizada”, bem como, procurar olhar para as causas deste processo, discutindo os efeitos das mudanças macrosociais na estrutura psicológica dos indivíduos.

Conclusão

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





Porém, mesmo sem a percepção de grande parte da população, ao longo do tempo a Felicidade foi ganhando outros contornos e, naturalmente, o conceito foi se modificando e sua importância, na vida das pessoas, foi ganhando cada vez maior dimensão. Ela se tornou tão cara ao ser humano que se transformou numa questão de estado, levando diversos países a criarem legislação específica e indicadores / índices próprios de felicidade. Eles, também, se baseiam em pesquisas psicológicas sobre fatores que aumentam o *bem-estar subjetivo*, dentre eles a Educação e a Saúde.

A *positivação* da felicidade já é, em alguns países, uma realidade, pois, apesar de indefinível, a felicidade é algo inerente à própria natureza humana, de modo que cada um busca o que, em seu projeto de vida, o torna plenamente realizado. Porém, para busca da sua felicidade, cada indivíduo deve ter acesso ao mínimo essencial para uma existência digna, razão está que se discute a essencialidade dos Direitos Sociais para a garantia a busca da felicidade. Trata-se de teoria que visualiza no cumprimento dos Direitos Sociais pelo Estado pós-moderno o caminho que possibilita ao homem buscar a sua felicidade.

No Brasil, a garantia deste Direito Fundamental à felicidade já foi tratada como lei, através do Projeto de Emenda Constitucional nº 19/10, mais conhecido como “a PEC da Felicidade”, de autoria do senador Cristovão Buarque, que visava alterar o art. 6º da Constituição da República Federativa do Brasil, para incluir o direito à busca da felicidade por cada indivíduo e pela sociedade, mediante a dotação pelo Estado e pela própria sociedade das adequadas condições de exercício desse direito.

Segundo o projeto de emenda, a busca individual pela felicidade pressupõe a observância da felicidade coletiva, evidenciado na observância dos itens que tornam mais feliz a sociedade, ou seja, a garantia e efetivação dos direitos sociais. Desta forma, uma sociedade mais feliz seria uma sociedade desenvolvida/civilizada, onde todos teriam acesso aos serviços públicos básicos de educação, saúde, previdência social, cultura, lazer, entre outros. Porém, devido à configuração do momento da apresentação da emenda, o projeto foi arquivado.

Entendemos que o que Elias (1990) denomina como Processo Civilizador e as “inferências” decorrentes dessa teoria, são a chave para possíveis ligações entre a

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





mudança a longo prazo nas estruturas da personalidade no rumo da consolidação e diferenciação dos controles emocionais, e a mudança a longo prazo na estrutura social com vistas a um nível mais alto de diferenciação e integração...”. Elias (1990 p. 216)

Em sua obra Elias recupera a percepção da existência de um processo de mudança na maneira como o indivíduo se comporta e se sente após a Idade Média. E da como as causas do processo civilizador, as transformações ocorridas em longo prazo na estrutura da sociedade ocidental, focando o desenvolvimento dos Estados nacionais e o seu efeito na mudança da estrutura psíquica do ser humano ocidental, ou seja, é o “esboço de uma teoria da civilização”, para a qual a civilização europeia teria surgido pela interiorização das limitações e autocontrole dos impulsos, sob o efeito das transformações provocadas pela formação do Estado Moderno.

Para ele, civilização é algo em comum a todas as sociedades – é o potencial dessas sociedades. Esse é o processo civilizador. Um processo onde as estruturas emocionais incorporam controles instituais cada vez maiores e se modificam de acordo com as transformações que acontecem na própria sociedade, pressupostos para se viver uma vida repleta de bem estar e conseqüentemente feliz.

Elias (1990) faz uma análise sociogenética e psicogenética daquilo que ele chama de processo civilizador, o processo de afastamento cada vez maior da “naturalidade”, ou, uma caminhada ao controle dos impulsos infundável. Neste processo, por exemplo, Elias (1990) localiza historicamente a estrutura psicológica descrita por Freud; Ego, Id e Superego que fazem parte de uma estrutura que só poderia realmente ter nascido em tempo de alto controle e repressão. Esta é uma interpretação da estrutura psíquica que faz sentido e que explica os indivíduos da sociedade por ser uma estrutura que tem lugar cativo para as contradições cada vez maiores de impulso, de gozo e de refinamento, de repressão, de controle.

A estrutura social e a estrutura de personalidade, ou estrutura psíquica, são resultados de uma inter-relação interminável entre elas próprias. Elias (1990) demonstra como determinadas práticas comuns em um dado momento da história se transformavam em práticas horrendas em outro e em práticas indescritíveis em nossa época. Isso deixa,

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





também, claro que as explicações médicas, racionalizadas e ultracientíficas sobre nossos atuais hábitos não são explicações irreduzíveis. São, na verdade, explicações que acontecem depois da escolha dos hábitos vigentes, ou melhor, são explicações localizadas historicamente que legitimam um dado hábito completamente arbitrário. Um hábito que estabelece relações de dominação e hierarquiza a sociedade. E que precisam evoluir para a sociedade como um todo possa alcançar a tão desejada felicidade coletiva.

Referências bibliográficas

ANDREWS, F. M.; WITHEY, S. B. Developing measures of perceived life quality: results from several national surveys. *Social Indicators Research*, n. 1, p. 1-26, 1974.

CSIKSZENTMIHALYI, M. *Psicologia da felicidade*. São Paulo: Saraiva, 1992.

_____. *A descoberta do fluxo: a psicologia do envolvimento com a vida cotidiana*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

DIENER, E. Subjective Well-Being. *Psychological Bulletin*, v. 95, n. 3, p. 542-575, 1984.

_____. Traits can be powerful, but are not enough: lessons from Subjective Well-Being. *Journal of Research in Personality*, n. 30, p. 389-399, 1996.

_____; OISHI, S.; LUCAS, R. E. Personality, culture and Subjective Well-Being: emotional and cognitive evaluations of life. *Annual Review of Psychology*, n. 54, p. 403-425, 2003.

ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Trad. de Maria Luísa Juventa Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1970.

_____. *A sociedade dos indivíduos*. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. *O processo civilizador. volume 1: uma história dos costumes*. Tradução: Ruy Jungmann. 2.ed. RJ: Zahar, 1990.

FREITAS-MAGALHÃES, A. (2006). *A psicologia do sorriso humano*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa. ISBN 972-8830-59-9 - ISBN 978-989-643-035-1 (2ª Ed. 2009).

GLATZER, W. Subjective Well-Being: components of well-being. *Social Indicators Research*, n. 19, p. 25-38, 1987.

MCKENNEL, A. C. Cognition and affect in perception of well-being. *Social Indicators Research*, n. 5, p. 389-426, 1978.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

MICHALOS, A. C. Satisfaction and happiness. *Social Indicators Research*, n. 20, p. 355-381, 1980.

NICOLA, U. *Antologia ilustrada de filosofia: das origens à idade moderna*. Tradução de Maria Margherita de Luca. São Paulo. Globo. 2005.

RYFF, C. D. Happiness is everything or is it? Explorations on the meaning of Psychological Well-Being. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 57, n. 6, p. 1.069-1.081, 1989.

_____; KEYES, C. L. The structure of Psychological Well-Being revisited. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 69, n. 4, p. 719-727, 1995.

SUH, E.; DIENER, E.; FUJITA, F. Events and Subjective Well-Being: only recent events matter. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 70, n. 5, p. 1.091-1.102, 1996.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23ª ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

VERMUNT, R.; SPAANS, E.; ZORGE, F. Satisfaction, happiness and well-being of Dutch students. *Social Indicators Research*, n. 21, p. 1-33, 1989.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

ASPECTOS FIGURACIONAIS E ARQUEOLÓGICOS DA VILA DO CATIMBAU EM BUIQUE, AGRESTE DE PERNAMBUCO

Wilma Simone de Araújo
UFPE
Mestranda em Educação
wilma-pe@hotmail.com

Edilson Fernandes de Souza
Prof. Dr. Docente do Programa de Pós Graduação em Educação –UFPE
professor.edilson@gmail.com

Resumo: Este texto é parte de uma investigação em andamento, e apresenta os resultados parciais de uma série de entrevistas realizadas com os moradores da Vila do Catimbau, em Buíque, Agreste de Pernambuco, a 300 km da capital, Recife. Trata-se de uma figuração social cravada entre os sítios arqueológicos que compõe desde o ano de 2002 o Parque Nacional do Catimbau. Nossa investigação busca, por meio das memórias dos indivíduos da região, refletir sobre a estruturação da figuração escolar no período de fundação da escola Antônio de Barros Sampaio, primeira escola pública da Vila do Catimbau, fundada em 1948.

Palavras-chave: Figuração. Indivíduo. Buíque-PE.

Abstract: This text is part of an ongoing investigation, and presents the partial results of a series of interviews conducted with the residents of Vila do Catimbau, in Buíque, Sertão de Pernambuco, 300 km from Recife. It is a social figuration embedded between the archaeological sites, which since 2002 has been part of the Catimbau National Park. Our research seeks, through the memories of the individuals of the region, to reflect on the structuring of school figuration in the period of the foundation of the school Antônio de Barros Sampaio, the first public school in Vila do Catimbau, founded in 1948.

Keywords: Figuration. Individual. Buíque-PE.

Introdução

Essa investigação traz um debate acerca do início do processo de escolarização na Vila do Catimbau. Ao longo do texto apresentamos uma discussão sobre o momento histórico da educação brasileira no período estudado e relacionamos esse contexto à realidade da Vila, que obteve sua primeira escola pública em 1948, época de expansão do acesso à educação, visando o desenvolvimento industrial do Brasil.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





Nosso intuito é reconhecer aspectos da figuração social ali estabelecida no período de acesso dos indivíduos à escolarização. Para tanto, utilizamos do conceito de Norbert Elias (1994) sobre figuração, entendido como cada espaço social presente em um dado momento da civilização, como por exemplo: igreja, escola e família, entre outros, em suas diferentes constituições e movimentos culturais. As concepções presentes nos espaços sociais influenciam e são influenciadas pelos indivíduos que os constituem, determinando os movimentos de interação relacional e de interdependência.

Para a teoria eliasiana, as estruturas psicológicas individuais e sociais resultam de um longo processo histórico de interdependência dos movimentos relacionais existentes nos variados espaços da sociedade. Nesses espaços constituem-se as interações sociais, condição fundamental para o desenvolvimento do homem singular e da humanidade (ELIAS, 1994) e nos indica que “[...] a existência da pessoa como ser individual é indissociável de sua existência como ser social” (ELIAS, 1994, p. 124). De forma concreta, tudo o que acontece com o indivíduo é resolvido por meio das interações: na escola, o professor é dependente das regras de um sistema de ensino, de seus alunos, dos seus colegas de trabalho, dos conhecimentos sociais que amparam suas práticas, portanto, está em constante interdependência de um contexto social (KAUTSKY, 2016).

Pensamos a escola de igual modo ao conceito eliasiano de que "as sociedades humanas não são simplesmente um aglomerado cumulativo de pessoas" (ELIAS, 1994, p. 26), compreendendo a sua funcionalidade enquanto instituição educativa para aqueles que a frequentam. Acreditamos que investigar a figuração social de uma comunidade inserida em um dos maiores Parques Arqueológicos do Brasil, levando em consideração seu acesso a escolarização, trará inúmeras contribuições para se pensar em como os indivíduos se relacionam com o ambiente em que vivem, e até onde esse ambiente influencia seus comportamentos, relações e funções.

Um Olhar Sobre o Vale do Catimbau

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



LAI





A aproximadamente 300 quilômetros do Recife situa-se o Vale do Catimbau²⁷³. Se o nome já é sugestivo, significando, segundo os moradores, “magia negra”, “homem ridículo” ou “cachimbo grande”, o local é quase indescritível pela grandeza e beleza das suas formações geológicas (SEVERINO, 2008).

Buscando, então, aprofundar nossos estudos sobre a região, constatamos que o local possui importantes estudos no âmbito das ciências naturais e arqueológicas, no entanto, ainda pouco estudado pelas ciências humanas e sociais, merecendo mais atenção dos pesquisadores dessas áreas. Surge então, o nosso interesse em pesquisar sobre a figuração social da Vila do Catimbau, mais precisamente sobre o seu ambiente escolar. Para tanto, é fundamental contextualizar o momento histórico da educação no Brasil no período estudado.

Entre 1948 e 1958, recorte temporal desse estudo, o país se encontrava na segunda fase de seu desenvolvimento industrial, marcado por uma ideologia nacional-desenvolvimentista que buscava a substituição das importações pela indústria nacional. A educação escolar nessa época correspondeu, portanto, a esse contexto econômico de fortalecimento da indústria. O acesso à escola, até então disponível para poucos, passou a ser considerado necessário a um número maior de pessoas. Em face dessa realidade, ocorrem as discussões e criação das Leis Orgânicas do ensino, nos níveis secundário (formação geral e profissionalizante) e primário.

Em 1946 foi decretada a Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto-lei n. 8.529 de 02/01/1946) determinando suas finalidades e sua forma de organização. A escolarização primária foi então dividida em fundamental e supletiva. A primeira destinada a crianças de 7 a 12 anos, com duração de 4 anos para o curso elementar e um ano de curso complementar preparatório ao exame de admissão ao ginásio e a escolarização supletiva destinada a adolescentes e adultos (BRASIL, 1946). Ainda em Setembro de 1946 foi promulgada uma nova Constituição, que assegurou o direito à educação, estabelecendo a responsabilidade da União para legislar sobre suas diretrizes e

²⁷³ Nome pelo qual o Parque Nacional do Catimbau é conhecido. Sua área é distribuída entre os municípios de Buíque, Tupanatinga e Ibirimir. O principal acesso ao parque se dá através da Vila do Catimbau, em Buíque.



bases. Tendo uma constituição que apresentava os requisitos básicos para a educação brasileira, o período de 1948 a 1958 foi marcado pelo reinício das lutas ideológicas em torno do projeto de Lei de Diretrizes e Bases.

Segundo Romanelli (1999) o ponto central das discussões relacionadas ao anteprojeto encaminhado à Câmara Federal em Novembro de 1948 estava na organização dos sistemas de ensino. Os debates sobre a centralização/descentralização eram infundáveis e o legislativo não conseguiu atenuar as divergências. Como resultado, o projeto só foi aprovado em 1961, 13 anos depois. Após a educação pública ser garantida pela Constituição, ocorreu a ampliação da oferta do ensino primário no Brasil. Sobretudo a organização do ensino supletivo contribuiu para a diminuição da taxa de analfabetismo que saiu de 54,11% na década de 40, para 47,64% nos anos 50. O aumento da procura dos indivíduos pela escolarização é percebido pela expansão do número de matrículas, que mais que dobrou entre 1940 e 1960 (ROMANELLI, 1999). Entretanto, apesar dessa expansão, 74,40% da população rural de 7 a 14 anos não frequentava a escola em 1964, enquanto na área urbana esse número era de 25,59%.

Segundo dados do censo de 1960, em um universo de 34.812 habitantes no município de Buíque, apenas 5.822 sabiam ler e escrever e 1.073 estavam estudando. Essa contextualização se faz necessária para compreensão de alguns aspectos da figuração social da Vila do Catimbau.

Lembranças da Escola

Sabemos ser necessária uma análise mais complexa sobre a teia de relações existentes nessa figuração social, aqui, ousaremos fazer algumas reflexões em como a teoria de Norbert Elias poderá nos auxiliar a compreender certos aspectos figuracionais do ambiente escolar da Vila.

Realizamos entrevistas semiestruturadas com cinco indivíduos que estudaram na escola no período de 1948 a 1958. Para seleção dos entrevistados utilizamos da amostragem bola de neve que traz como grande vantagem o fato dos entrevistados serem

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





recrutados a partir da relação pessoal dos indivíduos dispostos a indicar contatos, o que pode emprestar confiabilidade ao entrevistador, como alega Becker “Essa estratégia resolve o problema de acesso de forma conveniente: pelo menos se conhece alguém que pode ser observado ou entrevistado, e pode-se tentar fazer com que este indivíduo o apresente a outros e seja seu fiador, desse modo deflagrando uma espécie de amostragem em bola de neve” (BECKER, 1993, p. 155 apud VINUTO, 2014, p. 208).

Na calçada da igreja encontramos Tica²⁷⁴, ao apresentarmos a pesquisa, ele nos indicou conversarmos com Carlos, filho de Manoel. Durante o caminho até a casa de Seu Carlos, Tica nos contou sobre sua vida escolar. Suas lembranças da escola se referem ao hábito diário de sua professora: “Dona Inês tinha um ritual, quando dava umas 16h, ela ficava sozinha, ajoelhada fazendo umas orações”.

Sentado em uma cadeira de balanço, ouvindo um rádio antigo, seu Carlos, falou livremente sobre suas lembranças escolares:

Chegou o tempo da professora se aposentar e ela não quis, mas o prefeito aposentou ela mesmo sem ela querer. Ela gostava muito de ensinar. Meus pais que me mandavam pra escola, eu tinha uns 5 anos estudei até uns 10 anos, lá eu aprendi a ler, ela (a professora) pegava na mão para cobrir as letras, pra gente pegar a prática para escrever. Tinha muita gente na escola e a gente gostava dela, ela foi a primeira que ensinou aqui. A gente levava o caderno e tinha a cartilha do ABC, tinha um quadro e as cadeirinhas pra gente sentar (Carlos).

Perguntado sobre os conhecimentos obtidos na escola sobre os sítios arqueológicos existentes na região ele respondeu:

Na época que ia pra escola, ninguém dava importância, a gente nem sabia das coisas que tinham lá, só ia às vezes tomar banho, lá tinha um poço, onde hoje chamam de paraíso. A gente ia também pros matos onde criavam uns bichos, cavalo, gado. Eu nasci e me criei aqui, eram pouquinhos casas e hoje tá igual uma cidade, rua pra todo lado (Carlos).

²⁷⁴ Para preservar as identidades dos entrevistados, utilizamos de nomes fictícios.



Durante a entrevista, Seu Carlos sugeriu-nos procurar dona Odete, para ele, ela certamente ajudaria, pois “estudou mais tempo, virou até professora”. Essa fala nos remete a importância dada à escolarização. Tendo em vista a alta evasão escolar da época, aqueles indivíduos que permaneceram mais tempo na escola, são colocados como mais preparados.

Saindo da casa de seu Carlos, Tica também nos acompanhou à casa de Dona Odete. Após as devidas apresentações e explicações sobre a nossa visita, ela nos descreveu sua experiência escolar na Vila da seguinte maneira:

Estudei até a quarta série aqui, Dona Inês que me alfabetizou, depois fui estudar em Buíque. Aqui a escola era tão pobrezinha, umas cadeiras pra gente sentar, a gente escrevia no colo, depois quando foi desenvolvendo que chegou das outras. Papai queria que todos os filhos dele fossem alfabetizados e Dona Inês era muito rígida, naquele tempo era palmatoria. A escola agora tá muito diferente, naquele tempo só tinha uma sala. Eu acordava tão cedo pra ir pra escola, a aula terminava as 11h30min, tinha dia que eu não queria ir, mas meus pais brigavam e me mandavam ir, eu não falhava aula não, tanto é que virei professora (ODETE).

Dona Odete, ao lembrar o ambiente da escola, retrata a simplicidade do lugar: “o prédio que possuía uma sala só, ficava cheio de crianças”. A rigidez da professora é descrita como “necessária para gente poder aprender a se comportar”. Sua fala nos remete ao ambiente escolar como local de disciplinamento e a importância da família, que enxergava na escola uma oportunidade de melhora de vida.

Após essa entrevista, já a caminho do carro, observamos uma senhora de idade avançada passando pela praça. Caminhamos em sua direção, ela então nos perguntou: “vocês estão fazendo estudo né?” Segundo ela, “sempre aparecem jovens estudando por aqui”. Assim, conhecemos Dona Maria de 90 anos. Ela afirma que foi alfabetizada, lembra que, antes de Dona Inês, teve aulas com João Ferreira Ramos, conhecido na Vila como “Pai”.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





O colégio que reformaram era a morada de Dona Inês, ela morava lá. No Catimbau também teve um professor e Doutor antes de Inês chamado João Ferreira Ramos, ele tinha diploma de doutor, ensinava remédio particular, pelos livros que ele tinha. A escola fazia festa dos alunos, e o povo tudo de farda, eles pegavam uma panela de barro, enchia de bala, colocava um pano na cabeça e com um cacetinho a gente batia quem acertasse ganhava as coisas. Tinha uns hinos, ainda me lembro do “ouviram do Ipiranga”, que é o que mais o povo canta. Você sabe não é? (MARIA).

Dona Maria trouxe relatos dos momentos mais festivos do ambiente escolar, a lembrança das brincadeiras e do Hino Nacional. Durante a entrevista com D. Maria, chega até a sua casa sua irmã Dalva de 77 anos, que logo quis compartilhar suas lembranças da escola, já as relacionando com as questões referentes aos sítios arqueológicos. Segundo ela “a professora falava que ali naquelas cavernas os índios moravam antigamente”.

Eu ia brincar na terra e achava osso, ficava com medo sem saber o que era. Lá embaixo tem uma fuma que nós se balançava. Eu gostava de estudar, aqui era tão bom, vinha tanto americano, nós fazia boneco de gesso. Eu já fui professora, ensinei MOBREAL 12 anos, o que eu ensinei está tudo na cabeça. Eu ajudei Dr. Marcos de Recife quando ele cavava ossos dos índios aqui (DALVA).

Para D. Dalva, relembrar a escola é se reconectar com um momento de descobertas, pois durante toda sua fala tentou nos demonstrar o quanto lembrava dos conteúdos escolares e como sabia sobre a importância histórica do Vale. Ela foi a única que atribuiu à escola contribuições para o seu entendimento sobre os cemitérios indígenas existentes na região.

Conceitos eliasianos: movimento para compreender alguns aspectos da figuração do ambiente escolar da Vila do Catimbau

Em primeira análise, ao observar a forma como os entrevistados descrevem suas lembranças da escola a partir da figura de Dona Inês, seria fácil para nós nos debruçarmos

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





na figura individual da professora, que traz tantas recordações aos seus antigos alunos. Contudo, utilizando da teoria de Norbert Elias, não devemos, nesse estudo, nos limitar a descrever sobre um indivíduo singular e sim sobre a série de relações e funções existentes na figuração. Sobre isso, remetemo-nos ao que diz Elias (1994) sobre a existência de campos opostos de pensamento na interpretação dos processos sócio-históricos. O primeiro campo retratando-os com base na influência de indivíduos singulares, enquanto o outro o faz como se a sociedade fosse parte de uma força externa aos indivíduos. Em *A sociedade dos indivíduos*, Elias (1994) traz uma discussão profunda sobre essa forma distinta com que o indivíduo e a sociedade é descrita, afirmando que para compreender a ambos, “é necessário desistir de pensar em termos de substâncias isoladas únicas e começar a pensar em termos de relações e funções” (ELIAS, 1994, p. 25).

Através das contribuições do referido autor, buscamos analisar a realidade compreendendo que o desenvolvimento humano se dá em contato com o outro, cada indivíduo partindo de uma posição única. Por mais próximas que sejam suas experiências, suas histórias nunca serão exatamente iguais, pois somos em alguns aspectos diferentes dos demais e vivemos numa sociedade repleta de mudanças sociais que, gradativamente, adquire novas figurações. “O modo como os indivíduos se portam é determinado por suas relações passadas ou presentes com outras pessoas” (ELIAS, 1994, p. 26). Nesse sentido, Elias trabalha as noções de indivíduo e sociedade como processos interdependentes: “[...] a rede de interdependências entre os seres humanos é o que os liga. Elas formam o nexo do que aqui é chamado figuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes” (ELIAS, 2011, p. 240). Para a existência humana é necessária a presença de diversas pessoas inter-relacionadas, que exercem funções umas para as outras, formando cadeias de atos.

Perguntamo-nos, então: qual papel assume a instituição escolar nesse processo? De acordo com Elias, a identidade de cada indivíduo é incorporada através do comportamento, tornando-se a “segunda natureza do homem”. Nesse sentido, tais comportamentos assumem uma característica de distinção social através de hábitos que mostram de forma simplificada padrões de civilização e de aspirações adotados por esses

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





indivíduos de acordo com sua classe social. Vale ressaltar que, de acordo com o referido autor, nós estamos em processo na medida em que os comportamentos são aprendidos.

A teoria de Norbert Elias contribui no nosso entendimento de que a educação consiste em um processo de socialização que permite ao indivíduo o desenvolvimento de habilidades e assimilação de diversos tipos de conhecimento. O processo educacional é responsável pela constituição do sujeito à medida que o faz evoluir de forma a torná-lo mais humano. Nesse processo de evolução humana, é preciso entender que a educação está presente tanto na escola formal quanto em todas as nossas ações, em nossa vivência, ou seja, em nossa experiência. Assim, aprendemos por meio de nossas relações e interações com o meio em que estamos inseridos. Partindo das contribuições de Elias (1994) entendemos que a escola pode assumir um papel de fundamental importância no que diz respeito ao processo de constituição da personalidade e evolução da criança, à medida que possibilita diversas situações socializadoras, nas quais são permitidas à criança oportunidades de interação com o outro.

Considerações finais

No processo de socialização e de aprendizagem sobre a vida, tanto a escola como as famílias assumem uma posição única na constituição do indivíduo. Assim, Elias (1994) argumenta que somente inseridas em uma rede de interdependências as crianças aprendem e desenvolvem o autocontrole. Nesse sentido, a escola da Vila do Catimbau passou a atender a demanda de socialização, sendo vista como o local onde as crianças aprenderiam a controlar os instintos e obter conhecimentos para se tornar um adulto bem sucedido. A escola possuía um prédio simples, e utilizava de métodos rígidos para disciplina dos alunos. Segundo D. Odete, os alunos que frequentavam a escola eram de famílias mais simples, enquanto os que possuíam mais recursos iam estudar em Buíque. Com base em uma análise inicial das entrevistas, constatamos um ambiente marcado pela pobreza em que o processo de escolarização dava aos indivíduos esperança de um futuro

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





melhor. A escola, além de ensinar as crianças a ler e escrever ensinava comportamentos próprios da figuração social da Vila do Catimbau.

O contexto no qual o indivíduo está inserido transforma-se em um fator até certo ponto determinante para o seu crescimento e desenvolvimento enquanto ser social. Até sua liberdade de escolha é limitada à teia de relações da qual está inserido e às oportunidades que possam surgir advindas do processo de escolarização (ELIAS, 1994). Desse modo, a teoria sociológica de Norbert Elias permite-nos compreender alguns aspectos figuracionais do ambiente escolar da Vila, tornando mais claro o entendimento sobre como se configuram as relações estabelecidas no espaço destinado à educação desses alunos. Considerando a escola como um espaço político, de relações, de inter-relações, de figurações e, portanto, lugar de interdependências.

Referências bibliográficas

- BEARZI, Alessandro. Fotografia disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/caatinga/unidades-de-conservacao-caatinga/2135-parna-do-catimbau>>. Acesso em: 13 Jul. 2018.
- BRASIL. Constituição (1946). Constituição promulgada em 18 de setembro de 1946. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- ELIAS, N. A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994
- ELIAS, N. O processo civilizador: uma história dos costumes. Volume I. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2011.
- IBGE. Censo Demográfico 2010. Pernambuco, IBGE, 2010.
- KAUTSKY, Giselle Lemos Schmidel. Conhecimentos sobre as potencialidades dos estudantes com deficiência: base para a prática pedagógica inclusiva. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSOS CIVILIZADORES. **Anais...** Vitória: Simpósio Internacional Processos Civilizadores, 2016, p. 492 - 500.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. 22. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.



SEVERINO, Renata da Silva. “Meu rei” e sua “comunidade metafísica e teológica início de um reinado”: no Vale do Catimbau, Pernambuco. 2008. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências da Religião, Unicap, Recife, 2008. 142 f. Disponível em: <http://www.unicap.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=412>. Acesso em: 12 jul. 2018.

VINUTO, Juliana. A AMOSTRAGEM EM BOLA DE NEVE NA PESQUISA QUALITATIVA:: UM DEBATE EM ABERTO. Temáticas: revista de pós-graduandos em ciências sociais da Unicamp, Campinas, v. 44, n. 22, p.203-220, ago. 2014. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/view/2144/1637>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



LAI





17° SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

ANEXO PROGRAMA / SCHEDULE



16 a 19 de outubro de 2018
October 16-19, 2018

Local / Location



Universidade Estadual de Londrina
State University of Londrina
Londrina – Paraná – Brasil
www.simposioelias2018.com.br

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

17º SIPC – PROGRAMA GERAL / GENERAL SCHEDULE

16/10/2018: Terça-feira - 10/16/2018: Tuesday

14h00 – 18h00: Credenciamento / *Event registration*

14h00 – 18h00: Minicursos / *Minicourse* (1, 2, 3)

18h30 – 19h00: Cerimônia de abertura / *Opening Ceremony*

19h00: Conferência / *Conference* (1)

17/10/2018: Quarta-feira - 10/17/2018: Wednesday

14h00 – 16h30: Sessões de comunicação / *Communication session* (1, 2, 3, 4, 5)

16h30 – 16h50: *Coffee break*

17h00 – 18h40: Mesas de palestras / *Lecture session* (1, 2)

18h50 – 20h30: Mesa de Palestras / *Lecture session* (3)

18/10/2018: Quinta-feira - 10/18/2018: Thursday

14h00 – 16h30: Mesas de palestras / *Lecture session* (4, 5, 6)

15h40 – 16h00: *Coffee break*

16h10 – 18h50: Mesas de palestras / *Lecture session* (7, 8)

19h00 – 20h00: Conferência / *Conference* (2)

21h00: Lançamento de livros e confraternização / *Book launch and Celebration*

19/10/2018: Sexta-feira - 10/19/2018: Friday

14h00 – 16h30: Sessões de comunicação / *Communication session* (6, 7, 8, 9, 10)

16h30 – 16h50: *Coffee break*

17h00 – 18h40: Mesa de palestras / *Lecture session* (9)

18h50 – 20h30: Mesa de palestras / *Lecture session* (10)

20h30 – Sessão de encerramento / *Event closing session*

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

17º SIPC – PROGRAMA DETALHADO / DETAILED SCHEDULE

16/10/2018 (Terça-feira) - 10/16/2018 (Tuesday)

14h00 – 18h00: Credenciamento / Event registration

Local: Anfiteatro do CESA / Location: CESA Theater

14h00 – 18h00: Minicursos / Minicourses

Para todos os cursos, consultar ementa e bibliografia:

For all courses, consult the menu and the bibliography: www.simposioelias2018.com.br

I. Livro - A Sociedade dos indivíduos

Book – The Society of Individuals

Prof. Ricardo F. Lucena (UFPB)

Local: Sala 641 do CECA / CECA's room - 641

II. Norbert Elias, Processos Escolarizadores e Educação

Norbert Elias, Schooling Process and Education

Profa. Cynthia G. Veiga (UFMG)

Local: Sala 683 do CECA / CECA's room - 683

III. La organización mental como problema histórico y su estudio en El proceso de la civilización de Norbert Elias

The mental organization as an historical problem and its study in Civilizing Process of Norbert Elias

Profa. Vera Weiler (Universidad Nacional de Colombia-UNAL).

Local: Sala 646 do CECA / CECA's room - 646

18h30 – 19h00: Cerimônia de abertura / Opening Ceremony

Reitoria da Universidade Estadual de Londrina – UEL

Rectorry of Estadual University of Londrina - UEL

Coordenadores de Programas de Pós-Graduação

Coordinators of postgraduate study programs

Coordenadores do 17º SIPC/2018

Coordinators of 17º SIPC/2018

19h00: Conferência / Conference 1

Local: Anfiteatro do CESA / Location: CESA Theater

Mediador/ Moderator: Ademir Gebara (UNICAMP/UFMG)

A inovação cultural-científica: a resistência de Norbert Elias contra o espírito dos tempos

The cultural-scientific innovation: Norbert Elias' resistance against the spirit of the times

Adrian Jitschin (Norbert Elias Foundation / FernUniversität Hagen - Alemanha)

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC – PROGRAMA DETALHADO / DETAILED SCHEDULE

17/10/2018 (Quarta-feira) / 10/17/2018 (Wednesday)

14h00 – 16h30: Sessões de comunicação / Communication sessions

Sessão 1 – Cultura, literatura e bons costumes

Session 1 – Culture, literature and good customs

Local: Anfiteatro do CESA / CESA Theater

Debatedores/as - Speakers: **Maria Teresa S. Cunha (UDESC); Renato Suttana (UFGD); Dario H. Arevalos (IICE-UBA)**

As figurações que compõem o Festival de Teatro da Amazônia: atividade mimética em cena
The figurations that compose the Theater Festival of the Amazon: mimetic activity in scene
Fabiene Moraes Araújo (UFAM)

Configurações sociais no engendramento e impulso aos festivais de coros do Rio Grande do Sul (1963-1978)
Social configuration in the integration and impulse to the choirs festival in Rio Grande do Sul (1963-1978)
Lúcia Helena Pereira Teixeira (UNIPAMPA)

A educadora Cecília Meireles, suas relações, equilíbrios de poder a partir das infâncias brasileiras (1930 a 1940)
The educator Cecília Meireles, her relationships and power balances from the Brazilian childhoods (1930 to 1940)
Nubea Rodrigues Xavier (UFGD), Vivian Iwamoto (USP)

Conhecimento nos sermões de Antônio Vieira na corte sob a luz de Norbert Elias
Knowledge in the sermons of Antônio Vieira at the court from the perspective of Norbert Elias
Edson Barbosa da Silva (UNICESUMAR)

A representação dos ervais na literatura de fronteira de Hélio Serejo
The representation of herbs in the frontier literature of Hélio Serejo
Ariane Morales Moreti; Paulo Sérgio Nolasco dos Santos (UFGD)

Do Hudson ao Amazonas, a todo vapor rumo à Pororoca: uma interpretação eliasiana da Amazônia contida na obra viagem ao Brasil (1865-1866), de Elizabeth e Louis Agassiz
From Hudson to the Amazon, at full speed towards Pororoca: an Eliasian interpretation of the Amazon contained in the literary work "A Journey in Brazil" (1865-1866), by Elizabeth and Louis Agassiz
Mikael Moises Pires Lindoso (IFAM); Gláucio Campos Gomes de Matos (UFAM)

“Sempre chegamos aonde nos esperam”: uma leitura sobre o distanciamento do envelhecimento em As Intermitências da Morte
“We always arrive where they expect us”: a reading about the distance from aging in the literary work “Death with Interruptions”

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

Steffany Romualdo Sousa Gomes (UFGD); Márcia Maria de Medeiros (UEMS)

Corpo e civilização: um estudo elisiano na obra “a hora da estrela”, de Clarice Lispector
Body and civilization: an Eliasian study in the literary work “The hour of the star”, by Clarice Lispector

Tatiane Pereira Fernandes; Ruth Barbosa de Araújo Ribeiro (UEPB)

Sessão 2 – Ensino superior, inclusão e educação especial

Session 2 – Higher education, Inclusion and Education special needs

Local: Sala de eventos 683 do CECA– térreo/ *CECA's event room – 683 (ground floor)*

Debatedores/as - *Speakers*: Yolida Osório (Universidad Antioquia - Colombia); Edson Pantaleão (UFES); Dina Maria Rosário dos Santos (UNEB)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: análise de processos sociais de egressos do ensino superior – Campus Cachoeira de Itapemirim

Federal Institute of Education, Science and Technology: Analysis of social processes in the higher education graduates – Campus Cachoeira de Itapemirim

José Maria Justo; M^a Silvani da Silva Wingler (UFES)

Os “outsiders” no ensino superior: contribuições elisianas na análise do processo de inclusão de alunos com deficiência na Universidade Estadual do Maranhão

The “outsiders” in higher education: Eliasian contributions in the analysis of the process of inclusion of students with disabilities at State University of Maranhão

Ivone das Dores de Jesus (UEMA); Morgana de Fátima Agostini Martins (UFGD)

Processos sociais planejados ou não planejados? Produção de sentidos sobre a inclusão de pessoas com deficiência no contexto universitário brasileiro

Planned or unplanned social processes? Sense production on the inclusion of people with disabilities in the Brazilian university context

Rayner Raulino e Silva; Cleberon de Deus Silva; Mario de Jesus Xavier (UFES)

Corpo com deficiência na escola comum de ensino: um olhar a partir da sociologia figuracional elisiana

The disabled body in the common school: a look from the eliasian figuration sociology

Ruth Barbosa de Araújo Ribeiro (UEPB); Ricardo Figueiredo de Lucena (UFPB)

Responsabilidade social universitária, agendas sociais contemporâneas e a recondução comportamental consequente dessas demandas

University social responsibility, contemporary social agendas and the consequent behavioral renewal of these demands

Ana Cláudia Vieira Silva (Centro Universitário Christus)

A formação inicial em pedagogia: um olhar sobre o projeto pedagógico dos cursos e o atendimento especializado de crianças com autismo

The beginning formation in pedagogy: a look at the pedagogical Project of the courses and the specialized care of children with autism

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

Luciane Clementino Pereira Aguillar; Morgana de Fátima Agostini Martins (UFGD)

“Negócio da China”: análise da implementação da educação em tempo integral no Espírito Santo a partir de Norbert Elias

Big business: analysis of the implementation of full-time education in Espírito Santo from Norbert Elias

Júnio Hora; Ronan Salomão Gaspar (UFES)

Corpo e individualização: um olhar elisiano junto a uma jovem com Síndrome de Down

Body and individualization: an Eliasian look about a young woman with Down syndrome

Manuela Patrício Menezes; Ruth Barbosa de Araújo Ribeiro (UEPB)

Sessão 3 – Pesquisas, civilidade e infância

Session 3 – Search, Civility and Childhood

Local: Sala 689 do CECA – 1º Andar / *CECA's room – 689 (first floor)*

Debatedores/as - *Speakers*: Magda Sarat (UFGD); Ezequiel Szapu (IICE-FFyL-UBA); Edilson Fernandes de Souza (UFPE)

A utilização do pensamento elisiano na área da educação: uma análise a partir de teses e dissertações

The use of Eliasian thought in the area of education: an analysis from doctoral thesis and masters dissertations

Salatiel da Rocha Gomes; Gláucio Campos Gomes de Matos (UFAM)

Análise de dissertações e teses do PPGE/UFES que utilizaram a teoria sociológica de Norbert Elias

Analysis of Masters dissertations and Doctoral thesis from PPGE/UFES that used the Norbert Elias sociological theory

Helen Malta Valladão (PMV); Giselle Lemos Schmidel Kautsky (UFES)

Processos civilizacionais, Karl Mannheim e a sociogênese do pensamento de Norbert Elias, aproximações.

Civilizing process: Karl Mannheim and the sociogenesis of Norbert Elias' thinking, approaches
José Carlos de Almeida Júnior; Vilde Gomes de Menezes (UFPE)

A teoria configuracional de Norbert Elias como possibilidade de investigação com crianças

Norbert Elias configurational theory as a possibility for investigation with children

Danielle Yates de Almeida Schulchaski; Milena Liz de Oliveira; Patricia Celli da Silva Ribeiro (UFPR)

‘A civilização dos pais’: dialogando com Elias sobre a relação entre adultos e crianças

The parents civilization: dialoguing with Elias about the relationship between adults and children
Claudemir Dantes (UFGD)

As professoras da infância na fronteira: da gênese da formação à civilidade das práticas

The teachers of childhood at the frontier: from the genesis of formation to civility of practices
Luciene Cléa da Silva (UFGD)

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Sociologia figuracional: os processos de inclusão no ensino superior
Sociology figuration: the processes of inclusion in higher education
Caroline de Andrade Souza; Larissa Littig Francisco (UFES)

A construção do conceito de civilidade na educação profissional: um estudo de caso no SENAC
The construction of the concept of civility in professional education: a case study in the SENAC
Katia Rodrigues Montalvão Paias (UNOESTE); Johny Henrique Magalhães Casado (UEM);
Graziele Regina Teodoro (UEM)

O ensino de história através de uma perspectiva mais humana
The History teaching through a human perspective
Camila Quadros (UFPR)

Sessão 4 – História: indivíduo, sociedade e poder **Session 4 – History: Individual, Society and Power**

Local: Sala 690 do CECA – 1º Andar/ *CECA's room – 690 (first floor)*

Debatedores/as - *Speakers*: José Luís Simões (UFPE); Miguel Angel Martínez Velasco
(Universidad del Valle-Colombia); Márcio José Pereira (UEM)

Indivíduo e sociedade na Vila de São Paulo no século XVI: algumas considerações
Individual and Society in Vila de São Paulo in the 16th century: XVI: some considerations
Andreza da Silva Vieira; Gislaíne Aparecida Valadares de Godoy; Sezinando Luiz Menezes
(UEM)

A omissão dos *outsiders*: elementos para pensar a ausência do negro na história do Brasil
The "outsiders" omission: elements to think about the absence of black people in the history of Brazil
Ricardo de Figueiredo Lucena (UFPB); Nilene Matos Trigueiro Marinho (IFC)

Notas da teoria dos processos civilizadores: por uma história da educação em Angola
Notes about the civilizing process theory: for a history of education in Angola
Abenício de Jesus Salvador; Tony Honorato (UEL)

A aceleração do processo civilizador e a possibilidade de redução de recorte temporal de análise
The acceleration of the civilizing process and the possibility of reducing the temporal cut of analysis
Ana Flávia Braun Vieira (UEPG)

Dinâmicas de poder no âmbito local
Power dynamics at the local level
Carolina Martin; Cesar Romero Amaral Vieira (UNIMEP)

Chances de poder e agenciamento monopolizador formativo: inclusão de surdos no ensino superior (México e Brasil)

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO

FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA

Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná



LAI



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

Chances of power and monopiling agencying formation: inclusion of deaf people higher education (Mexico and Brazil)

Euluze Rodrigues da Costa Junior; Gildásio Macedo de Oliveira; Claudiana Raymundo dos Anjos (UFES)

Docência e memórias de formação na fronteira: as interdependências na educação

Teaching and graduate memories at the frontier: the education interdependences

Adriana Horta de Faria (UFGD)

EJA e educação especial nas realidades brasileira e mexicana: dupla exclusão que tenciona a figuração que os professores fazem parte

Education of Adults and Youths and the Special Education Needs in the Brazilian and Mexican reality: double exclusion that adds tension to the figuration of which teachers are part of

Nelma Suely Bragança; Gildásio Macedo de Oliveira; Roberto Carlos Machado (UFES)

A educação sanitária escolar no Espírito Santo em meados da década de 1930: uma extensão das cadeias de dependência recíproca pela ameaça da doença

School health education in Espírito Santo in the mid-1930s: an extension of networks of reciprocal dependence on the threat of disease

Deane Monteiro Vieira Costa (IFES); Rafaelle Flaiman Lauff (Nucaphe)

Sessão 5 – Sociologia: esporte, lazer e turismo

Session 5 – Sociology: Sports, Leisure and Tourism

Local: Sala 691 do CECA – 1º Andar/ CECA's room – 691 (first floor)

Debatedores/as - *Speakers*: Deoclecio Rocco Gruppi (UNICENTRO); Rubiane Giovani Fonseca (UEL); Juliano Souza (UEM)

O turismo como prática autossustentável para comunidades rurais amazônicas

Tourism as self-sustaining practice for Amazonian rural communities

Josiani Nascimento da Silva; Tathiana de Alcantara Macedo Daou; Gláucio Campos Gomes de Matos (UFAM)

O cicloturismo de montanha como prática de lazer no sul de Minas Gerais: pensando com Norbert Elias

Mountain biking as a leisure practice in South of Minas Gerais: thinking with Norbert Elias

Roberto Marin Viestel (UFMG/EEFFTO)

A importação do estudo do lazer segundo a obra “a busca pela excitação” de Norbert Elias e Eric Dunning

The Import of Leisure Study According to Norbert Elias and Eric Dunning's "The Quest for Excitement"

Pedro Henrique Miranda (UEL)

Educação, controle de pulsões e a formação corporal na iniciação esportiva

Education, pulse control and the body formation in sport initiation

Pedro Milagres; Marizabel Kowalski (UFV/DES)

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Processo civilizatório das emoções e o esporte educacional: dialogando Elias e Goleman
Civilizing process of the emotions and the educational sport: dialoguing Elias and Goleman
Alessandra Weiss Ferraz de Oliveira; Marcio José Kerkoski; Gilmar Francisco Afonso (UTFPR)

Airsoft e o processo da esportivização dos jogos de guerra
Airsoft and the sportifying process in war games
Sérgio Sérvulo Ribeiro Barbosa; Marco Celso Franco de Freitas (UNITRI)

A violência nas comemorações no futebol brasileiro da festividade à paixão perigosa
The violence in celebrations in the Brazilian football: from the festivity to the dangerous passion
Deyliane Aparecida de Almeida Pereira; Marizabel Kowalski; Pedro Milagres (UFV)

A complexificação do processo civilizador nos discursos da mídia esportiva no Mixed Martial Arts – MMA feminino
The complexification of the civilizing process in the sports media discourses in the Mixed Martial Arts - female MMA
Luara Faria dos Santos; Ana Carla Dias Carvalho (UFG/Regional Catalão)

O processo de a esportivização das artes marciais: o caso do Kung Fu
The sportivization process of martial arts: the case of Kung Fu
Sérgio Sérvulo Ribeiro Barbosa; Gabriela Tito (UNITRI)

16h30 – 16h50: Coffee break (Anfiteatro CESA - CESA Teather)

17h00 – 18h40: Mesas de Palestras / Lecture session

Mesa 1: Figurações históricas e educativas ***Session 1: Historical and Educational Figurations***

Local: Anfiteatro do CESA – CESA Teather

Mediador/a - Moderator: Celio Juvenal Costa (UEM)

Imagen del hombre e histotización limitada (S. XVIII - XX)
Image of man and limited historicity (C. XVIII - XX)
Vera Weiler (Universidad Nacional de Colombia-UNAL)

Processo civilizador, eurocentrismo e subalternidade: contribuições para história da educação
Civilizing process, Eurocentrism and subalternity: contributions to the education history
Cynthia Greive Veiga (UFMG)

Controle do corpo e das emoções na proposta educacional de Ribeiro Sanches
Control of the body and emotions in the educational proposal of Ribeiro Sanches
Luiz Francisco Albuquerque de Miranda (UFSJ)

Visões da criança na poesia brasileira: uma leitura com Norbert Elias

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

Child visions in Brazilian poetry: a reading with Norbert Elias

Renato Suttana (UFGD)

Mesa 2: Norbert Elias e a Sociologia do Esporte

Session 2: Norbert Elias and the Sport Sociology

Local: Sala 430 do CESA / CESA's room - 430

Mediador/a - Moderator: **Juliano Souza (UEM)**

La maratón: una alternativa para las personas ante los problemas sociales

The marathon: an alternative for people facing social problems

Diego Mauricio Barragán Díaz (Universidad Externado de Colombia)

A sociologia configuracional de Norbert Elias e o futuro do esporte: possíveis leituras correlacionais

The configurational sociology of Norbert Elias and the future of sport: possible correlational readings

Wanderley Marchi Júnior (UFPR)

As contribuições de Eric Dunning para o desenvolvimento da Sociologia do Esporte no Brasil e para a difusão da Sociologia Figuracional na América Latina

Eric Dunning contributions for the Sport Sociology development in Brazil and for the Figurative Sociology diffusion in Latin America

Heloisa Helena Baldy dos Reis (UNICAMP)

18h50 – 20h30: Mesa de Palestras

Mesa 3 – Figurações políticas: Norbert Elias e conjuntura na América Latina

Session 3 – Political Figuration: Norbert Elias and the situation in Latin America

Local: Anfiteatro do CESA/ CESA Theater

Mediador/a - Moderator: **Gina Zabudovsky Kuper (UNAM-México)**

Una lectura de la coyuntura política argentina desde los aportes teóricos de Norbert Elias

A reading about the Argentinian political conjuncture from Norbert Elias

Lucas Krotsch (UNLa)/ Dr. Hernán Brienza (UBA)

A conjuntura política brasileira: pressupostos para uma análise configuracional

The Brazilian political conjuncture: assumptions for a configurational analysis

Ademir Gebara (UNICAMP/UFGD)

Bolivia hacia su bicentenario: tensión social, violencia y proceso (des)civilizador

Bolivia's bicentenary: social tension, violence and decivilizing process

Mauricio Sánchez Patzy (Universidad Mayor de San Simón)

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC – PROGRAMA DETALHADO / DETAILED SCHEDULE

18/10/2018 (Quinta-feira) / 10/18/2018 (Thursday)

14h00 – 15h40: Mesa de Palestras / Lecture session

Mesa 4: Figurações culturais: identidades e baianidade

Session 4: Cultural figuration: identity and Baianity

Local: Anfiteatro do CESA / CESA Theater

Mediador/a - Moderator: Natália C. Oliveira (UEM)

Dendê, Palma, Licuri... Sobre processos figuracionais da Baianidade

Dendê, Palma, Licuri... About figuration process of the 'Baianeity'

Dina Maria Rosário dos Santos (UNEB)

Doces bárbaros e “baianidade”: fenômenos reticulares na construção de representação da figuração “Bahia” na obra de Maria Bethânia, Gilberto Gil, Gal Costa e Caetano Veloso
Sweet barbarians and 'baianeity': reticular phenomena in the representational constitution of the figuration 'Bahia' in the work of Maria Bethânia, Gilberto Gil, Gal Costa and Caetano Veloso
Carlos Barros (UFBA)

Sociabilidade e formação no cinema baiano (1968-1978)

Sociability and education in the Bahian cinema (1968-1978)

Izabel de Fátima Cruz Melo (UNEB)

Se eu fosse eu – produção de si nas sertanidades

If I were you – self-production in the sertanities

Márcia Maria Gonçalves Oliveira (IFBA)

Mesa 5: Figurações educativas

Session 5: Educational figuration

Local: Sala 683 do CECA / CECA's room - 683

Mediador/a - Moderator: Nubea Rodrigues Xavier (UFGD)

Reforma da Universidade de Coimbra e a propagação da fé pelo Império: a formação da nobreza letrada no século XVI em Portugal

The University of Coimbra reform and the spread of Faith by the Empire: the literate nobility education in the sixteenth century in Portugal

Luciana de Araújo Nascimento-Guaraldo; Célio Juvenal Costa (UEM)

La vision sorprendentemente moderna que circulaba en los currículos de formación de maestros en los años treinta en Colombia, ¿Por qué se perdió?

The surprisingly modern outlook about the teacher qualification curriculum in the 1930s in Colombia: Why did they disappear?

José Jaramillo (Universidad Nacional; Universidad Central – Colombia)

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

A educação e as configurações da infância
The education and the childhood configurations
Joao Paulo Pool (UFPR)/ Valéria Milena Ferreira (UFPR)

Muerte joven en los margens. Lecturas desde la Sociologia Figuracional de Norbert Elias
Premature death on the periphery: Readings from the figurative sociology of Norbert Elias
Dario H. Arevalos (IICE-UBA)

“Conhecimentos inteligentes para as funções empíricas do lar”: o papel civilizador da mulher na missão rural em Itaperuna (RJ), em 1950
"Intelligent knowledge for the empirical functions of the home": the civilizing position of women in the rural mission in Itaperuna (RJ) in 1950
Deane Monteiro Vieira Costa (IFES)

Mesa 6: Figurações culturais e corporais

Session 6: Cultural and Body Figurations

Local: Sala 430 do CESA / Location: CESA's room - 430

Mediador/a - Moderator: Ricardo F. Lucena (UFPB)

Pensar los cuerpos desde el proceso de civilización. Aporte de la obra de Norbert Elias
Thinking about bodies since the civilizing process: contributions from Norbert Elias
Ezequiel Szapu (IICE-FFyL-UBA)

O processo de civilização do jogo
The game civilizing process
Gisele Franco L Santos (UEL)/ Carlos Fonseca Brandão (UNESP)

Jogos dos povos indígenas: redes de interdependências
Indigenous peoples' games: networks of interdependencies
Deoclecio Rocco Gruppi (UNICENTRO)

Homens na Pedagogia? Discutindo relações de gênero e poder a partir de memoriais de infância
– Dourados/MS
Men in the Pedagogy course? Discussing gender and power relations from childhood memories
– Dourados/MS
Míria Izabel Campos (UFGD)

15h40 – 16h00: Coffee break (anfiteatro CESA - CESA Theater)

16h10 – 18h50: Mesa de Palestras / Lecture Session

Mesa 7: Figurações culturais, corpo e meio ambiente

Session 7: Cultural figuration, body and environment

Local: Anfiteatro do CESA / CESA Theater

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

Mediador/a - *Moderator*: Giovana Maria Carvalho Martins (UEL)

Meio ambiente, civilização e interdependência

Environment, civilization and interdependence

Ricardo de F. Lucena (UFPB)

‘Civilizar o nu’: as mudanças nos processos de vergonha e embaraço entre passado e presente’
‘Civilising the naked’: the changes within the shame and embarrassment processes between past and present

Barbara Górnicka (University College Dublin- Irlanda)

Jogos dos povos indígenas e protagonismo étnico

Indigenous peoples’ games and ethnic protagonism

Maria Beatriz Rocha Ferreira (UNICAMP)/ Marina Vinha (UFGD)

Mesa 8 – Figurações educativas: Escola, infância, civilidade e a “boa” educação

Session 8 – Educational Figuration: School, childhood, civility and “good” education

Local: Sala 430 do CESA / *CESA’s room - 430*

Mediador/a - *Moderator*: Edilson Fernandes de Souza (UFPE)

Formação de mulheres civilizadas: a ‘boa educação’ da infância e da professora de criança

Civilized women formation: the “good education” of childhood and the teacher of children

Magda Sarat (UFGD)

Escolarización de los párvulos y la tierna edad en Colombia (1870-1930): Un análisis de la naturaleza infantil desde Norbert Elías

The schooling of students from kindergarten and the young age in Colombia (1870-1930): An analysis of the childhood nature in Norbert Elias

Miguel Angel Martínez Velasco (Universidad del Valle-Colombia)

Formar corpos e mentes: manuais de civilidade como leituras escolares (Brasil 1920-1970)

Form bodies and minds: civility handbooks such as school readings (Brazil 1920-1970)

Maria Teresa Santos Cunha (UDESC)

O manual de civilidade de Sophie Christ e os códigos de sociabilidades

Sophie Christ’s civility handbook and the sociability codes

Rita de Cássia L. Rocha (Fac. Guairacá)/ Cesar Romero Amaral (UNIMEP)

19h00 – 20h00: Conferência 2

Local: Anfiteatro do CESA / *CESA Theater*

Mediador/a - *Moderator*: Maria Beatriz Rocha Ferreira (UNICAMP)

‘Contrastes decrescentes’ ou democratização funcional e informalidade ou ‘variedades

decrecentes’ como efeitos colaterais dos processos de diferenciação e integração

‘Diminishing contrasts’ or functional democratisation and informalisation or ‘increasing varieties’ as side effects of differentiation and integration processes

Cas Wouters (Utrecht University- Holanda)

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

21h40 – Lançamento de Livros e Confraternização do evento

21h40 – Book launch and Event celebration

Local: *Menina Bar*

Av. Santos Dumont, n. 1113. Londrina-PR (Ref. Av. do Aeroporto)

Título: Emociones, sentimientos y afectos: las marcas subjetivas de la educación

Autora: *Carina V. Kaplan*

Título: Ensaio da Civilização no Samba

Autor: *Edilson Fernandes de Souza*

Título: La ópera chola música popular en Bolivia y pugnas por la identidad social.

Autor: *Mauricio Sánchez Patzy*

Título: “La experiencia estudiantil en um sociedade hotel, Uma aproximación a los estudiantes universitários de Ibagué

Autor: *Diego Mauricio Barragán Díaz*

Título: Educação Ambiental e Processo Civilizador: Apontamentos.

Autor: *Roberto M. Viestel*

Título: Memória da Copa do Mundo em Pernambuco: os documentos e o monumento

Autores: *Edilson Fernandes de Souza e Marcos André Nunes Costa*

Título: Educação para abolição: charges e histórias em quadrinhos no Segundo Reinado

Autor: *Thiago Modenesi*

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC – PROGRAMA DETALHADO / DETAILED SCHEDULE

19/10/2018 (Sexta-feira) / 10/19/2018 (Friday)

14h00 – 16h30: Sessões de comunicação / Communication session

Sessão 6 – Figurações: política e violência

Session 6 – Figuration: Politics and violence

Local: Anfiteatro do CECA / CECA Theater

Debatedores/as - *Speakers*: Mauricio Sánchez Patzy (Universidad Mayor de San Simón); David A. Castro Netto (UNESPAR);

O lugar de sujeito e o indivíduo: primeiras aproximações

The place of subject and the individual: first approximations

Amanda Marques de Carvalho Gondim; José Luís Simões; Izabel Adriana Gomes de Sena (UFPE)

Eles, “bêbados e desinteligentes”, e nós, a “boa sociedade”: as relações de conflito entre brasileiros e imigrantes na cidade de Ponta Grossa-PR (final do século XIX)

They, "drunk and disinterested", and us, the "good society": the conflict relations between Brazilians and immigrants in the city of Ponta Grossa-PR (late nineteenth century)

Renata Sopelsa

A violência como elemento civilizacional da fronteira Brasil-Paraguai

Violence as a civilizational element of the Brazil-Paraguay border

André Soares Ferreira (UFGD); Ademir Gebara (UNICAMP/UFGD)

Figurações dos proprietários de terras: redes de interdependências no médio rio doce

Land owner figurations: interdependencies networks in Rio Doce

Michelle Nunes de Moraes (Universidade Vale do Rio Doce)

Estado, civilidade e violência: reflexões sobre a sociologia do estado em Norbert Elias e Pierre Bourdieu

State, civility and violence: reflections about sociology of the state in Norbert Elias and Pierre Bourdieu

Anna Kristyna Araújo da Silva Barbosa (UFPE); Gabriel Maia de Oliveira (UFPB)

O processo civilizatório no contexto de ocupação do Iraque

The civilizing process in the context of Iraq occupation

Alex Freire de Araujo (UEL)

Afoxés de Pernambuco na década de 1980: aspectos figuracionais, habitus e a construção da autoimagem

Pernambuco's Afoxés in the 1980s: figurational aspects, habitus and the construction of self-image

Gina Guimarães; Edílson Fernandes de Souza (UFPE)

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

A educação para pessoas com deficiência no contexto das políticas neoliberais: contribuições da teoria figuracional de Norbert Elias

Education for people with disabilities in the context of neoliberal policies: the principles of Norbert Elias's figurative theory

Sônia Aparecida Alvarenga Vieira; Monica Isabel Carleti Cunha; Lúcia Helena dos Santos (UFES)

Sessão 7 – Estado, direito e sociedade

Session 7 – State, rights e society

Local: Sala de eventos 683 do CECA – Térreo/ *CECA's Event room – 683 (ground floor)*

Debatedores/as - *Speakers*: Reginaldo Célio Sobrinho (UFES); Edson Barbosa da Silva (UNICESUMAR); Diego Mauricio Barragán Díaz (Universidad Externado de Colombia)

A constituição do estado na Europa por Norbert Elias

The constitution of the state in Europe by Norbert Elias

Gislaine Aparecida Valadares de Godoy; Andreza da Silva Vieira; Célio Juvenal Costa (UEM)

O paradoxo da sensibilidade moderna: Norbert Elias, estado e moral punitiva

The paradox of modern sensibility: Norbert Elias, punitive state and moral

Carolina Batista de Souza (UFPB); Esdras Bezerra Fernandes de Araújo (UFPE)

Atuação da defensoria pública no intramuros do PRP-RS

Performance of the public defenders in the intramural of PRP-RS

Julia Estela Heling (UCPEL)

Processo civilizador e disciplinarização: poder tutelar como a nova guerra de conquista no século XX

Civilizing process and disciplinarization: tutelary power as the new war of conquest in the 20th century

Luana Menezes Lira (UNB)

Processos educacionais da mulher em conflito com a lei

Women education process in conflict with the law

Mery Helen Buzatto Nogueira (IESFAVI); Angela Maria Caulyt Santos da Silva (EMESCAM)

Desacato e algo mais: uma análise sobre a necessidade do tipo penal face ao processo civilizatório no Brasil

Contempt and something else: an analysis about the need of the criminal type before the civilizing process in Brazil

Cláudia Martins Mota de Carvalho; Manoel Santana Cardoso (UNIEURO)

A expansão dos direitos sociais e a educação na atualidade: contribuições da teoria figuracional de Norbert Elias

The expansion of social rights and education today: contributions from Norbert Elias figurative theory

Monica Isabel Carleti Cunha; Lucia Helena dos Santos; Roberta Cunha Corrêa (UFES)

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Gestão educacional e o processo de construção de uma escola inclusiva: contribuições da sociologia figuracional de Norbert Elias

Educational management and the process of constructing an inclusive school: contributions from Norbert Elias figurative sociology

Ellis Regina dos Santos Godoy; Adriana da Costa Barbosa; Cybele Barbosa Brahim (UFES)

A saia da princesa: vestuário e poder na Sociedade de Corte

The princess skirt: Clothing and power in the Court Society

Susana Aparecida da Silva (UEM)

Sessão 8 – Norbert Elias: História da educação

Session 8 – Norbert Elias: Education History

Local: Sala 689 do CECA – 1º Andar / *CECA's room – 689 (first floor)*

Debatedores/as - *Speaker*: Celso Luiz Jr. (UEL); Lucas Krotsch (UNLa); Luiz Francisco Albuquerque de Miranda (UFSJ)

Norbert Elias e a Universidade de Évora: breves considerações e relações

Norbert Elias and the University of Évora: brief considerations and relationships

Cíntia Mara Bogo Bortolossi; Célio Juvenal Costa (UEM)

Cacófatos e ecos no primeiro Código Civil brasileiro: o processo de higienização da língua e o processo civilizatório

Cacophonie and echoes in the first Brazilian Civil Code: the process of hygiene of the language and the civilizing process

Luísa Haddad Labello (UNICAMP)

Vão-se tempos, ficam os rituais: o processo civilizador e o lugar das mulheres na sociedade

The times go away, the rituals remain: the civilizing process and the place of the women in the society

Márcia Regina dos Santos (UDESC)

Diferenças de poder, campos de dominação e civilidade: reflexões sobre a violência de gênero no Brasil

Differences of power, fields of domination and civility: reflections on gender violence in Brazil

Márcio José Pereira (UEM)

“Vimos para servir e civilizar”: os missionários católicos de Nicolet e os processos civilizacionais no litoral ocidental maranhense (1955-1965)

"We came to serve and civilize": the Catholic missionaries of Nicolet and the civilizational processes on the west coast of Maranhão (1955-1965)

Claudeilson Pinheiro Pessoa (UFGD /IFMA); Wilker Pereira Luz (IFMA)

Comportamentos, valores e deveres do homem civilizado brasileiro: um estudo a partir de livros didáticos de educação moral e cívica (1969-1985)

Behaviors, values and duties of Brazilian civilized man: a study based on didactic books of moral and civic education (1969-1985)

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

Daniele Cristina Frediani; Fernanda Silva Camargo; Tony Honorato (UEL)

Professoras de crianças: entre ocupação e a profissionalização de uma carreira docente
Teachers of children: between occupation and the professionalization of a teaching career
Larissa Wayhs Trein Montiel (UFMS/UFMG)

A história dos indivíduos, figuração familiar e táticas educativas
The history of individuals, family figuration and educational tactics
Izabel Adriana Gomes de Sena; Edilson Fernandes de Souza; Amanda Marques de Carvalho Gondim (UFPE)

Trajetória docente na educação infantil: civilidade e história da profissão
Educational trajectory in early childhood education: civility and history of the profession
Giseli Tavares de Souza Rodrigues (UFGD); Luciene Cléa da Silva (UFMS/CPPP)

Sessão 9 – Indivíduo, sociedade e cultura

Session 9 – Individual, society and culture

Local: Sala 690 do CECA – 1º Andar / *CECA's room – 690 (first floor)*

Debatedores/as - *Speakers*: Carina V. Kaplan (UBA/UNLP-Argentina); Ricardo F. Lucena (UFPB; Natália C. Oliveira (UEM)

Surdez e educação superior brasileira: uma análise sustentada na perspectiva eliasiana
Deafness and Brazilian higher education: a analysis from the Eliasian perspective
Alexandre Bazilatto; Helen Malta Valladão (UFES)

“Indivíduo e sociedade”: interdependência e poder entre adultos e crianças
"Individual and society": interdependence and power between adults and children
Eliana Maria Ferreira (UFGD).

A novíssima enciclopédia mundial de arte culinária, a fabricação do lar e o universo feminino burguês no Brasil da década de 1970
The new world encyclopedia of culinary art: the making of the home and the bourgeois female universe in Brazil in the 1970s
Adelaide Araújo de Araujo Marques Dengo (UNESPAR); Liliane da Costa Freitag (UEM)

Aspectos figuracionais e arqueológicos da Vila do Catimbau em Buique, Agreste de Pernambuco
Figurative and archaeological aspects of the Vila do Catimbau in Buique, Agreste of Pernambuco
Wilma Simone de Araújo; Edilson Fernandes de Souza (UFPE)

Caboclo: formação social, ethos e figurações
Caboclo: social formation, ethos and figurations
Jozias Benfica da Silva; Gláucio Campos de Matos (UFAM)

Ação colaborativa na educação especial: reflexões a partir dos conceitos de figuração e interdependências
Collaborative action in the Special Education Needs: reflections from the concepts of figuration and interdependencies

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

Isabel Matos Nunes; Márcia Alessandra de Souza Fernandes; Mariza Carvalho Nascimento Ziviani (UFES/CEUNES)

Histórias e memórias da alfabetização: infância e formação docente em Naviraí-MS
Stories and memories of literacy: childhood and teacher graduation in Naviraí-MS
Geiliane Aparecida Salles Teixeira (UFGD)

Criança(s), infância(s) e produção de sentido nas teias configuracionais
Child, childhood and meaning production in configurational networks
Patricia Celli da Silva Ribeiro; João Paulo Pooli (UFPR)

Gênero e docência masculina na educação infantil: diálogo com Norbert Elias
Gender and male teaching in early childhood education: dialogue with Norbert Elias
Timóteo Neres de Oliveira; Eliana Maria Ferreira; Shirley Ferreira Marinho Silva (UFGD)

Sessão 10 – Processos educativos e sociais

Session 10 – Education and social processes

Local: Sala 691 do CECA – 1º Andar / *CECA's room – 691 (first floor)*

Debatedores/as - *Speakers*: Míria Izabel Campos (UFGD); Rita de Cássia L. Rocha (Fac. Guairacá)

Processo civilizador: uma análise da educação ameríndia no período quinhentista brasileiro
Civilizing process: an analysis of Amerindian Education in sixteenth Brazilian period
Maxciel Joaquim de Santana; Franciel dos Santos Rodrigues; Ruth Barbosa de Araújo Ribeiro (UEPB)

O Jornal Dezenove de Dezembro (1854-1890): registros sobre instrução Paraná
The “December Nineteen” News (1854-1890): records about Paraná education
Fernanda Cristina de Souza; Tony Honorato (UEL)

Grupo escolar: civilidade e educação
School group: civility and education
Vanessa Kusminski; Adriana Horta de Faria (UFGD)

A expansão do ensino profissional no Brasil através de entidades do sistema ‘S’ no período de 1940 a 2015
The expansion of professional education in Brazil through entities of the 'S' system in the period from 1940 to 2015
Johny Henrique Magalhães Casado (UEM); Katia Rodrigues Montalvão Paias (UNOESTE); Grazielle Regina Teodoro (UEM)

Recreio e suas particularidades: o tempo do lazer escolar
Break time and its peculiarities: the time of school leisure
Jéssica Taís de Oliveira Silva; Adriana Horta de Faria (UFGD)

Processos civilizacionais e a sociogênese do novo conceito de felicidade / bem-estar subjetivo

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



LAI





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

Civilizational processes and a sociology of the new concept of subjective happiness / well-being
Vilde Gomes de Menezes; José Carlos de Almeida Júnior (UFPE)

Memórias da formação de professores/as leigos/as: poder e conflito na constituição da profissão
Memories of the formation of lay teachers: power and conflict in the constitution of the profession

Ana Paula Fernandes da Silva Piacentine; Magda Sarat (UFGD)

Filmes de animação para crianças: linguagens, educação e civilidade

Animation films for children: languages, education and civility

Luana Tainah Alexandre Braz (UFGD); Larissa Wayhs Trein Montiel (UFMS/CPNV)

16h30 – 16h50: Coffee break (anfiteatro CESA - CESA Theater)

17h00 – 18h40: Mesa de Palestras / Lecture Session

Mesa 9: Figurações educativas – diversidade e desigualdade na América Latina

Session 9: Educational figuration: diversity and inequality in Latin America

Local: Anfiteatro do CESA / CESA Theater

Mediador/a - Moderator: Sandra Regina de Oliveira (UEL)

Figurações, processos sociais e alterações na balança de relações de poder: o sinuoso caminho percorrido pela educação e direitos humanos na contemporaneidade brasileira

Figurations, social processes and changes in the balance of power relations: the course of education and human rights in the Brazilian contemporaneity

Luci Silva Ribeiro (UEL)

La construcción social de las emociones. Un enfoque relacional

The social construction of emotions: a relational approach

Carina V. Kaplan (UBA/UNLP-Argentina)

Sociodinâmica centralização e descentralização na materialização de políticas de educação: uma abordagem sociológica figuracional

Sociodynamics centralization and decentralization in the materialization of education policies: a sociological approach to figuration

Reginaldo Celio Sobrinho/ Edson Pantaleão (UFES)

Diversidad y desigualdad en contextos educativos

Diversity and inequality in educational contexts

Yolida Yajasiel Ramírez Osório/ Paula Andrea Martínez (Universidad Antioquia - Colombia)

18h50 – 20h30: Mesa de Palestras / Lecture Session

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES

APOIO





Mesa 10: Figurações sociais, políticas e violência

Session 10: Social figuration, politics and violence

Local: Anfiteatro do CESA / *CESA Theater*

Mediador/a - *Moderator*: **Luci Ribeiro (UEL)**

Testimonios de violência y trauma: una propuesta de análisis a partir de las teís de Norbert Elias

Testimonies of violence and trauma: a proposal of analysis from Norbert Elias

Gina Zabudovsky Kuper (UNAM-México)

A relação entre “indivíduos” e “sociedade” a partir da perspectiva da sociologia figuracional

The relationship between “individuals” and “society” from the perspective of figurational sociology

Behrouz Alikhani (Universität Münster-Alemanha)

O PNUD/ONU, os gastos públicos e os gastos militares no mundo hoje: uma leitura a partir da obra “A Condição Humana” de Norbert Elias

The UNDP / UN, public spending and military spending in the world today: a reading from the literary work “The human condition”, by Norbert Elias

Maria José de Rezende (UEL)

Campos em conflito: ditadura e propaganda no Brasil a partir da trajetória do publicitário Said Farhat

Fields in conflict: dictatorship and advertisement in Brazil from the trajectory of the advertiser Said Farhat

David A. Castro Netto (UNESPAR)/ Natália C. Oliveira (UEM)

20h40 – Sessão de encerramento/ Event closing session

Coordenadores do XVII SIPC – 2018 / *XVII SIPC’s coordinators - 2018*

Tony Honorato (UEL)

Célio Juvenal Costa (UEM)

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA
PROCESSOS CIVILIZADORES

APOIO





17º SIPC
SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSOS CIVILIZADORES

PROCESSOS FIGURACIONAIS
HISTÓRICOS, POLÍTICOS
SOCIAIS E EDUCATIVOS

ISSN 2176-2775

REALIZAÇÃO



GRUPO DE
PESQUISA
PROCESSOS
CIVILIZADORES



APOIO



LAI

